Projeto Material Didático Público

ELOGIO DO APRENDIZADO

Aprenda o mais simples! Para aqueles
Cuja a hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC; não basta, mas
Aprenda! Não desanime!
Comece! É preciso saber tudo!
Você tem que assumir o comando!
Aprenda, homem no asilo!
Aprenda, homem na prisão!
Aprenda, mulher na cozinha!
Aprenda, ancião!
Você tem que assumir o comando!
Frequente a escola, você que não tem casa!
Adquira conhecimento, você que sente frio!
Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma.
Você tem que assumir o comando.
Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer
O que não sabe por conta própria
Não sabe.
Verifique a conta
É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item
Pergunte: o que é isso?
Você tem que assumir o comando.

(Bertolt Brecht)

Edição 2021

NÚCLEO PRÁXIS-USP

Índice das Matérias

I - Português/Gramática
II - Português/Literatura
III - Redação
IV - História
V - Geografia
VI - Matemática
VII - Física
VIII - Química
IX - Biologia
X - Inglês
Extra - Impulso Inicial

Apostila

"Educando para a construção de uma nova sociedade em que os seres humanos possam ser livres"

CURSINHO POPULAR dos estudantes da USP

Projeto Político-Pedagógico da Associação Cultural de Educadores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo

ACEPUSP

ASSOCIAÇÃO CULTURAL de EDUCADORES e PESQUISADORES da USP

*

NÚCLEO PRÁXIS de PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR e POLÍTICA da USP

Projeto Político-Pedagógico de Educação Popular / Edição Digital

“ MATERIAL DIDÁTICO PÚBLICO ”

Esta obra foi escrita coletivamente por professores e estudantes universitários, trabalhadores e militantes pela democratização do ensino que entre 2002 e 2008 construíram o CURSINHO POPULAR DOS ESTUDANTES DA USP: projeto de educação popular da ACEPUSP, entidade oriunda do movimento estudantil uspiano da década de 1990. Dentre seus autores, alguns foram antes membros do CURSINHO DO CRUSP, agremiação em meio à qual se começou a conceber o plano deste material, nos últimos anos do século XX. A presente edição digital foi organizada, revista e atualizada em 2021 pelos pesquisadores e educadores do NÚCLEO PRÁXIS-USP – coletivo político-acadêmico que em parte se originou da militância acepuspiana.

***

Agradecemos o APOIO das seguintes entidades que de variadas formas, mediante parcerias e auxílios econômicos diretos ou infraestruturais, ajudaram a compor este projeto: SINTUSP, AMORCRUSP, ADUSP, DCE-Livre da USP, ASIB/Inst. Butantã, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, APEOESP, APROPUC, SINPRO-SP, Partido dos Trabalhadores/DZ-Butantã, Programa Diversidade na Universidade/MEC-UNESCO, Fórum Nacional de Cursinhos Pré-Universitários Populares, Instituto Cultura Latina, Inst. Desenvolv. Tradições Indígenas, Depto. História-USP, Depto. Geografia-USP, Depto. Filosofia-USP, Deptos. de Letras-USP, Deptos. de Ciências Sociais-USP, Inst. Física-USP, Depto. Jornalismo-USP, Depto. Artes Plásticas-USP, Fac. Educação-USP, Inst. Matemática e Estat.-USP, Fac. Arquitetura e Urban.-USP, Inst. Oceanografia-USP, Inst. Biociências-USP, Jornal A Palavra Latina, Jornal Brasil de Fato, Jornal do Campus-USP, Rádio Livre da USP “106.X”, Escola Mun. E. F. Amorim Lima-SP, Paróquia Sagrado Coração de Jesus/Pq. Continental-SP, Espaço Cultural O Jardim Elétrico, Espaço Cult. COHAB-Raposo Tavares, e os Centros Acadêmicos de Filosofia, História, Geografia, Letras, C. Sociais, Física, Matemática, Comunicação e Artes, Pedagogia, Engenharia Civil, Arquitetura, Psicologia, Biologia, Bioquímica, Oceanografia, Química, Astronomia e Geologia da USP, e de C. Sociais e Economia da PUC-SP, dentre outros colaboradores.

É ESTRITAMENTE PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO DESTE CONJUNTO DE APOSTILAS PRÉ-UNIVERSITÁRIAS: MATERIAL DIDÁTICO PÚBLICO E GRATUITO!

*

TRABALHO POLÍTICO-PEDAGÓGICO SEM FINS LUCRATIVOS DESENVOLVIDO PARA USO NA EDUCAÇÃO POPULAR *PRÉ-UNIVERSITÁRIA* – CONCEITO QUE TRANSCENDE O DE *PRÉ-VESTIBULAR*, EM DEFESA DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO FIM DA EXCLUSÃO VESTIBULAR!

*

OS EDITORES SOLICITAM QUE LHES SEJAM COMUNICADOS QUAISQUER EQUÍVOCOS E IMPRECISÕES DESTE MATERIAL DIDÁTICO, OU PROBLEMAS COM EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CUJA FONTE NÃO TENHA SIDO REFERENCIADA OU QUE ESTEJAM EM DESACORDO COM ALGUM DIREITO.

[CONTATO: nucleopraxis.usp.br@gmail.com]

*

PARTES DESTA OBRA PODEM SER REPRODUZIDAS, DESDE QUE CITADA A FONTE:

ACEPUSP; NÚCLEO PRÁXIS-USP (autoria coletiva). **Material Didático Público**: ***apostilas pré-universitárias do Cursinho Popular dos Estudantes da USP*** [10 volumes e tomo introdutório]. São Paulo: Edições Núcleo Práxis-USP (Biblioteca Popular), 2021 [baseada na 2ª edição impressa, de 2008, em 4 volumes e introdução/ atualizada e revisada em 2021]. **Disponível em: https://nucleopraxisusp.org .**

PROJETO “MATERIAL DIDÁTICO PÚBLICO”

AUTORES / ACEPUSP*

*** Lista dos principais coautores, militantes da educação popular, membros e parceiros da ACEPUSP que – entre outros colaboradores – conceberam, coordenaram, escreveram, revisaram e produziram coletivamente esta obra em sua 1ª edição (2002/2003) e 2ª edição (2007/2008).**

PROFESSORES MEMBROS DA COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Adalberto Tadeu (Geografia-FFLCH-USP)
Alexandre Ribeiro Leichsenring (Inst. Matemática e Estatística-USP)
Cassiano Reinert Novais dos Santos (Fac. Economia e Adm.-USP/ Inst. Matemática e Est.-USP)
Cesar Antonio Alves Cordaro (Fac. Direito-USP/ Sind. Advogados-SP)
Emerson Rios Viana (Ciências Sociais-FFLCH-USP)
Ferenc Diniz Kiss (Inst. Física-USP)
Geraldinho José da Cunha (Sintusp)
Igor Martins Fontes Leichsenring (História-FFLCH-USP)
Ivan Martins Fontes Leichsenring (Letras-FFLCH-USP)
Mariana Vieira Helene (Inst. Física-USP/ Direito-PUC-SP)
Paulo Henrique Tavares Cesar (Inst. Geociências-USP)
Roseana de Souza Pellozo (Inst. Física-USP)
Silfarlem Junior de Oliveira (Artes Visuais-UFES)
Thiago Rocha Cardoso (Inst. Matemática e Estatística-USP/ Fac. Educação-USP)
Yuri Martins Fontes Leichsenring (Esc. Politécnica-USP/ Filosofia-FFLCH-USP)

PROFESSORES MEMBROS DAS COORDENADORIAS PEDAGÓGICAS

Ana Luiza de Azevedo Pires Sérios (Inst. Física-USP/ Jornalismo-PUC-SP)
Anna Karina Diniz Kiss (Fac. Educação-USP)
Antonio Araujo (Letras-FFLCH-USP)
Carolina Poppi (Letras-FFLCH-USP)
Dafne Lima Pessanha de Morais Melo (Jornalismo-PUC-SP/ História-FFLCH-USP)
Elder Nascimento (Letras-FFLCH-USP)
Eduardo Calderini (IME-USP)
Gabriela Viacava (Letras-FFLCH-USP)
Henrique Peres (Letras-FFLCH-USP)
Jacy Gameiro (Inst. Biologia-Unicamp)
João Victor Pavesi de Oliveira (Geografia-FFLCH-USP)
Júlio César da Silva (Inst. Matemática e Estatística-USP)
Leonel de Miranda Sampaio (Fac. Economia e Administração-USP)
Maria Elaine Andreoti (Letras-FFLCH-USP)
Patrícia Amorim da Silva (Letras-FFLCH-USP)
Pedro Kawamura Gonçalves (Inst. Biologia-USP)
Rafael Eichemberger Ummus (Inst. Biologia-USP)
Robson Tadeu Muraro (História-FFLCH-USP)
Renato Douglas Gomes Ribeiro (Inst. Matemática e Estatística-USP)
Rodrigo Ramos da Silva (Inst. Física-USP)
Samantha Stamatiu (Letras-FFLCH-USP)
Simone Bazarian Vosgueritchian (Inst. Biologia-USP)
Suely Midori Aoki (Inst. Física-USP)
Telmo Egmar Camilo Deifeld (Eng. Civil-UFSM/ Esc. Politécnica-USP)
Tiago Barbosa (História-PUC-SP)
Waldo Lao Fuentes Sánchez (Escuela Nac. Antropología e Historia-México)

PROJETO “MATERIAL DIDÁTICO PÚBLICO”

EDIÇÃO DIGITAL – 2021

[OBRA EDITADA EM 11 VOLUMES]

ORGANIZADA, REVISTA E ATUALIZADA PELO

NÚCLEO PRÁXIS de PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR e POLÍTICA da UNIVERSIDADE de SÃO PAULO

*

ORGANIZAÇÃO GERAL DA EDIÇÃO

YURI MARTINS FONTES L.

*

REVISÃO FINAL E EDITORAÇÃO

ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS
FERENC DINIZ KISS
IVAN MARTINS FONTES LEICHSENRING
MARIANA VIEIRA HELENE
YURI MARTINS FONTES L.

*

REVISÕES ESPECÍFICAS E ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDO

ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS
ATHOS LUIZ VIEIRA
CARLOS ALBERTO BORBA
FERENC DINIZ KISS
IVAN MARTINS FONTES LEICHSENRING
JOANA APARECIDA COUTINHO
MARIANA MENDONÇA MEYER
MARIANA VIEIRA HELENE
PAULO ALVES JUNIOR
PAULO HENRIQUE TAVARES CESAR
PEDRO ROCHA FLEURY CURADO
ROSA MARIA TAVARES ANDRADE
SOLANGE STRUWKA
YURI MARTINS FONTES L.

PROJETO “MATERIAL DIDÁTICO PÚBLICO”

NOTA SOBRE A EDIÇÃO DIGITAL E ORIENTAÇÃO AO ESTUDANTE

Esta edição digital foi elaborada pelo NÚCLEO PRÁXIS–USP, coletivo político-acadêmico vinculado ao LEPHE/História-USP (coord. prof. Wilson do Nascimento Barbosa), criado em 2015 por iniciativa de antigos membros-fundadores da ACEPUSP, juntamente com pesquisadores participantes do Seminário das Quartas/Filosofia-USP (coord. prof. Paulo Eduardo Arantes), com o propósito de atuar na educação popular, formação política e difusão do pensamento socialista.

O texto-base usado na composição desta edição digital é o da 2ª edição impressa, finalizada em 2008. Originalmente, a coleção de APOSTILAS foi dividida em quatro volumes (duas por semestre), além de tomo introdutório. Contudo, visando oferecer uma melhor organização ao estudante pré-universitário – especialmente o autodidata – que busque apoio nesta obra, optou-se na nova edição por estruturar o conjunto do MATERIAL DIDÁTICO PÚBLICO de acordo com suas disciplinas (áreas normalmente cobradas em exames de seleção), totalizando-se assim dez volumes, mais uma introdução: Português/Gramática, Português/Literatura, Redação, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês, e o tomo extra *Impulso Inicial*.

O estudante deve estar atento ao fato de que, apesar dos esforços dos atuais editores, educadores e pesquisadores por revisar e atualizar o texto original das apostilas, sempre haverá lacunas em qualquer material didático: manuais de estudos nunca são autossuficientes; e há temas que necessitam de renovação mais frequente ou específica. Além disto, de uma perspectiva mais ampla cabe observar que nenhuma teoria é conclusiva: como mostra o pensamento contemporâneo, não existem ciências definitivas, rígidas ou “exatas” (essa crendice *ideológica* da modernidade) – mas o conhecimento se movimenta com a história, dialeticamente.

Por outro lado, tendo-se em vista a falta de democratização da rede mundial (*internet*) – que vem sendo antes usada para segregar e lucrar, de que para incluir e socializar saberes –, este material didático deve servir, para além de seu vasto conteúdo ainda atual, crítico e pedagogicamente bem trabalhado, como um importante ROTEIRO DE ESTUDOS, que oferece um panorama básico dos principais temas exigidos em variadas provas: um guia a partir do qual se poderá pesquisar na rede ou em bibliotecas, com mais facilidade, as informações específicas faltantes ou futuramente vigentes.

Quanto aos EXERCÍCIOS, recomenda-se aos estudantes acessarem as plataformas universitárias e de ensino oficiais e públicas (ENEM, USP, UNICAMP, etc.), onde podem ser encontradas inúmeras questões de exames atuais, cuja tendência – louvável – tem sido a de promover a interdisciplinaridade, quebrando as artificiais fronteiras científicas *modernas* com que a academia ainda divide o conhecimento. Estes são alguns endereços:

ENEM (www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos); FATEC (www.vestibularfatec.com.br/provas-gabaritos); USP/FUVEST (www.fuvest.br); UFBA (www.vestibular.ufba.br); UFMG (www.ufmg.br/copeve); UFSCar (www.ufscar.br); UNESP (www.vunesp.com.br/vestibulares); UNICAMP (www.comvest.unicamp.br); UNIFESP (www.vestibular.unifesp.br).

NOTA ORTOGRÁFICA

O Projeto “Material Didático Público” foi desenvolvido durante a fase de transição para entrada em vigor do “Novo Acordo Ortográfico” da língua portuguesa. A atual edição digital e revista incorporou tais mudanças, porém com algumas ressalvas: como é o caso de certas regras de hífen (imprecisas e polêmicas); e de regras consideradas equivocadas, como normas que causam ambiguidade e dificultam a pronúncia e a própria fluidez da leitura (por exemplo, a confusa supressão do acento da forma verbal “pára” – palavra que mantivemos acentuada).

NOTA POLÍTICA

A partir da segunda década do século XXI, a ACEPUSP passou a ser gerida por pessoas já sem ligação com os fundadores da entidade, como grupos cooperativistas que, embora manifestem viés progressista, não necessariamente mantiveram as perspectivas socialistas, educacionais, histórico-científicas e o caráter de projeto popular crítico segundo os quais a associação foi construída – e conforme consta em seu estatuto de fundação. Desse modo, seus membros-fundadores e demais pioneiros (alguns dos quais ora membros do Núcleo Práxis-USP) não são responsáveis pelo teor que porventura poderá ser encontrado em novas edições ou outras versões deste material didático, ou ainda pelas práticas institucionais implementadas desde então na ACEPUSP (associação que hoje não conta com a participação de nenhum de seus criadores).

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE EDUCADORES E PESQUISADORES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

História

do Brasil e Geral

(tomo IV)

História
do Brasil e Geral

Sumário Geral

Parte I.....8
Parte II.....178

HISTÓRIA
do Brasil e Geral

PARTE I

Índice de História – Parte I

(BRASIL E GERAL)

HISTÓRIA DO BRASIL - I

Introdução - América Latina: eterna colônia?
A Conquista sobre o Outro
A Colonização das Américas
"Descobrimentos"?
Novas Formas de Dominação

UNIDADE I - Mercantilismo e Grandes Navegações Europeias
1. Mercantilismo e Grandes Navegações Europeias
Formação de Portugal
Etapas do Descobrimento
A Expansão Ultramarina e a Revolução Comercial
A Expansão Marítima Portuguesa
A Expansão Marítima Espanhola

UNIDADE II - O Sistema Colonial
2. A Montagem da Colonização na América Portuguesa
O Ataque sobre os Nativos
O Período Pré-Colonial (1500-1530)
Período Colonial (XVI-XIX)
3. Disputas Europeias nos Domínios Portugueses da América
As Ocupações Francesas
Os Ataques Ingleses
As Invasões Holandesas
Os Países Baixos
Primeira Invasão Holandesa – Salvador (1624-1625)
Segunda Invasão Holandesa – Pernambuco (1630-1654)
Consequências das Invasões Holandesas
4. A Expansão Territorial – Mineração, o Apogeu e Crise da Colonização Portuguesa na América
Bandeiras e Mineração no Brasil
Prospecção Do Ouro
5. As Civilizações Pré-Colombianas e a Invasão Espanhola - A Colonização Espanhola na América
A América Pré-Colombiana
Os Maias
Os Astecas
Os Incas
A Colonização Espanhola

UNIDADE III - Crise do Sistema Colonial e Independências na América
6. As Revoltas no Brasil - Período Joanino - O Processo de Independência na América Ibérica
Revoltas: Contestação do Poder da Metrópole
Revoltas Emancipacionistas (Ou Separatistas)
O Processo de Independência Brasileiro

UNIDADE IV - O Império Brasileiro e os Estados Nacionais da América Latina
7. A Organização do Estado Nacional e Império Brasileiro - Formação dos Estados Nacionais na América Latina
O Brasil Império (1822-1889)
O Segundo Reinado (1840-1889)
A Proclamação da República (1889)
A Formação dos Estados Nacionais na América Latina

ÍNDICE DE HISTÓRIA – PARTE I
(CONTINUAÇÃO)

HISTÓRIA GERAL - I

Introdução - O Estudo da História
A divisão dos períodos históricos

UNIDADE I - A Pré-História
1. As Origens da Humanidade
O Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada
O Neolítico ou Nova Idade da Pedra
A Idade dos Metais
A Ocupação da América

UNIDADE II - A Antiguidade
2. Antiguidade Oriental
O Egito Antigo
Mesopotâmia: Sumérios, Acádios, Assírios e Persas
O império Persa (539-331 a.C.)
Hebreus
Fenícios
3. Antiguidade Clássica Grega
Grécia
Período Helenístico (338 – 146 a.C.)
A Cultura na Grécia Clássica
4 - Antiguidade Clássica Romana
As Origens De Roma
A Monarquia (753 – 509 a.C.)
A República (509 – 27 a.C.)
A Crise da República e as Guerras Civis
O Império Romano (27 a.C. – 476 d.C.)
Alto Império (27 a.C. – 235 d.C.)
O Baixo Império (235 – 276 d.C.)
As causas externas da queda do império
Cultura Romana

UNIDADE III - A Idade Média
5. Alta Idade Média – Introdução e Império Bizantino
A Formação da Idade Média
A Alta Idade Média (Século V ao X d.C.)
O Império Bizantino (O Império Romano do Oriente)
6. Os Árabes e o Islamismo
A Formação Histórica
A Religião
A Expansão Muçulmana
Cultura Islâmica
7 – Os Reinos Bárbaros
Os Povos Bárbaros
8. A Formação do Feudalismo
O Modo De Produção Feudal
A Economia no Feudalismo
Sociedade e Política Feudais
O Poder da Igreja Católica
9. Baixa Idade Média - Desintegração do Feudalismo e as Cruzadas
A Desestruturação da Ordem Feudal
As Transformações Internas do Feudalismo
A Crise do Feudalismo
Cruzadas
10. Renascimento Comercial e Urbano - A Crise do Século XIV e a Formação das Monarquias Nacionais
Renascimento Comercial
Renascimento Urbano
Formação das Monarquias Nacionais
Monarquia Nacional na França
A Guerra dos Cem Anos (1337-1453)
A Monarquia Nacional na Inglaterra
A Crise do Século XIV
A Cultura Medieval Europeia

UNIDADE IV - A Idade Moderna
11. O Antigo Regime e a Expansão Marítima Europeia - O Mercantilismo e a Revolução Comercial
O Antigo Regime Europeu
Economia e Sociedade do Antigo Regime
O Mercantilismo
A Expansão Marítima e a Revolução Comercial
A Revolução Comercial
12 . O Renascimento e as Reformas Religiosas
O termo “renascimento”
O Renascimento Científico
As Reformas Religiosas
A Reforma Protestante
O Calvinismo
A Contra-Reforma e a Reforma Católica
13 - O Absolutismo
O Estado Moderno Absolutista
O Absolutismo Francês
A Monarquia Absoluta na Inglaterra

UNIDADE V - As revoluções burguesas
Parte I: As Revoluções Inglesas – Puritana e Gloriosa
A Revolução Puritana (1640)
A Revolução Gloriosa (1688)
Parte II: O Iluminismo e o Século das Luzes (XVIII)
Despotismo Esclarecido
Parte III: A Colonização e a Independência dos EUA
A Colonização Inglesa
A Independência dos EUA (1776)
A Guerra de Independência (1776 – 1783)

Resposta dos Exercícios (Brasil e Geral - Parte I)

HISTÓRIA DO BRASIL - I

INTRODUÇÃO - AMÉRICA LATINA: ETERNA COLÔNIA?

A CONQUISTA SOBRE O OUTRO

Ao longo da história, a formação de colônias foi a forma como a raça humana se espalhou pelo mundo. Na pré-história, a colonização de territórios não era necessariamente feita pelo uso da força (a não ser para lutar contra eventuais animais que os ocupassem). Mais recentemente, entretanto, o crescimento populacional e econômico em vários países da Europa e da Ásia (os mongóis e os japoneses) levou a um novo tipo de colonização, que passou a ter o caráter de dominação (e, por vezes, extermínio) de povos que ocupavam territórios longínquos e dos seus recursos naturais, criando grandes impérios coloniais. Um dos aspectos mais importantes desta colonização foi a escravatura, com a exportação (pois os negros eram considerados mercadorias) de uma grande parte da população africana para as Américas, com consequências nefastas, tanto para o Continente Negro, como para os descendentes dos escravos, que perduram até hoje.

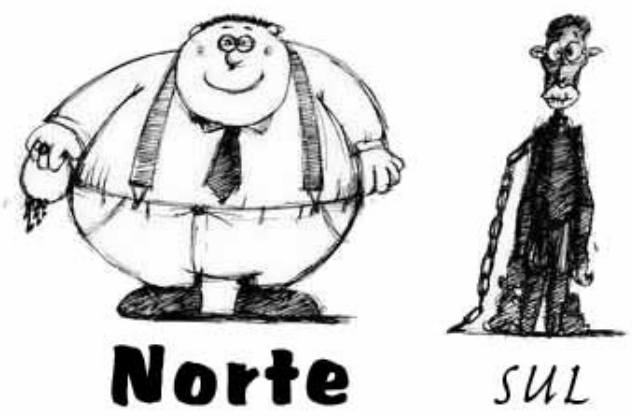
Na Espanha, manifestante questiona a política dos países ricos que se estende do século XV até os dias de hoje.

No século XIII, os reis mongóis sucessores de Genghis Khan (1162-1227) construíram o maior império colonial visto até então, abrangendo quase toda a Ásia e parte da Europa de leste. Nos finais do século XIX, os japoneses começaram a expandir-se e, na altura da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dominavam a Coreia, grande parte da China, a Indochina, as Filipinas e a então colônia das Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia).

Os resultados de séculos de colonização da África são catastróficos: a ambição europeia produziu a miséria de milhões de pessoas.

O colonialismo europeu foi o que abrangeu a maior parte do mundo, ocupando completamente as Américas e a Austrália até ao século XVII e a maior parte de África até ao início do século XIX. Em 1885, as diferentes regiões da África foram distribuídas entre si pelas potências coloniais europeias, na Conferência de Berlim, impondo sobre o continente as fronteiras que, posteriormente, seriam os países da África.

A principal característica da colonização sempre foi o saque em favor do lucro do colonizador. Para isso, culturas foram exterminadas e povos inteiros violentados e escravizados. Tanto com justificação religiosa quanto com justificação científica, a colonização promoveu a divisão do mundo entre regiões exploradoras, com seu povo enriquecido, e regiões a serem exploradas, com seu povo escravizado.



A COLONIZAÇÃO DAS AMÉRICAS

A América era povoada por índios durante dezenas de milhares de anos e em todo o continente se desenvolveram civilizações importantes, como os maias, astecas e incas, entre outras. Apesar dos vikings terem explorado e estabelecido bases nas costas da América do Norte a partir do século X, estes exploradores aparentemente não colonizaram a América, limitando-se a tentar controlar o comércio de peles de animais e outras mercadorias da região.

A colonização da América pelos europeus foi aparentemente devida a um "erro": eles procuravam uma nova rota pela Índia, que era a fonte da seda e das especiarias, produtos que tinham um grande valor comercial no "Velho Mundo" e, em vez de navegarem para

leste e foram para oeste aportaram no "Novo Mundo". No entanto, estabeleceram-se ali e praticamente aniquilaram as populações e civilizações indígenas.

Os espanhóis, que começaram as explorações pelo ocidente com a chegada de Cristóvão Colombo nas "Índias ocidentais", em 1492, iniciaram imediatamente a colonização forçada do continente americano. Em meados do século XVI, a Espanha controlava quase toda a zona costeira das Américas, desde o Alasca à Patagônia, no ocidente, e desde o atual estado norte-americano da Geórgia, toda a América Central e o Caribe até à Argentina – com exceção do Brasil, que Portugal tinha conseguido manter graças à mediação do Papa Alexandre IV por meio do Tratado de Tordesilhas (1498). Na África, a Espanha ocupou as Ilhas Canárias (cedidas por Portugal, em 1479), o Saara Ocidental (e partes de Marrocos) e a atual Guiné Equatorial. Na Ásia, a Espanha dominou as Filipinas e, na Oceania, as Ilhas Marianas e Carolinas.

Pode dizer-se que a colonização recente do mundo iniciou-se com os "descobrimentos" e com a exploração das Ilhas Canárias pelos portugueses, no princípio do século XIV; a primeira ocupação violenta foi a conquista de Ceuta, também pelos portugueses, em 1415. Os navegadores continuaram a explorar a costa de África para sul e depois ao longo do Oceano Índico, chegando finalmente ao seu "destino", a Índia, onde ocuparam Goa, em 1510. No ano de 1511, Afonso de Albuquerque invadiu Malaca (sultanato na Malásia), estabelecendo aí o domínio português. Finalmente, chegaram à China, onde fundam a colônia de Macau, em 1557.

"DESCOBRIMENTOS"?

A historiografia recente vem questionando a ideia de que Pedro Álvares Cabral teria descoberto o Brasil em 22 de abril de 1500. O questionamento não se dá apenas sobre o termo "descobrimento" (que sugere a falsa ideia de que não havia seres humanos no território antes dos europeus). Trata-se também de colocar dúvidas sobre o pioneirismo da chegada de Cabral nas terras que posteriormente se tornariam o Brasil.

Desde o século XIV, circulavam em Portugal lendas e mapas sobre uma terra distante rica em pau-brasil. A primeira aparição de uma ilha mítica chamada "*Brazil*" é a do mapa de Dalorto (de 1325). Em um mapa Catalão, de 1375, há uma nova representação dessa ilha, agora sob novas formas. No contexto das Grandes Navegações e da Expansão Ultramarina, a corrida mercantil entre Espanha e Portugal fez com que este promovesse expedições sigilosas, chamadas de "arcano", para a confirmação da existência de terras além-mar.

Como fruto dessas expedições, há relatos de que João Coelho da Porta da Cruz aportara em terras brasileiras em 1493, apenas um ano após a chegada de Colombo nas Antilhas. Além dele, D. Duarte Pacheco Pereira teria chegado no território em questão no ano de 1498, encarregado por D. Manuel I para reconhecer as zonas situadas para além do meridiano do Tratado de Tordesilhas (1494).

Tendo conhecimento desses relatos, a Espanha também envia suas expedições secretas para essas "novas" terras. Em Janeiro de 1500, Vicente Yanéz Pinzón desembarca no Brasil no local atualmente chamado Praia do Paraíso, em Cabo de Santo Agostinho (PE). O local foi batizado por Pinzon como *Cabo de Santa Maria de la Consolación*. O navegante segue sua viagem e, em fevereiro de 1500, atinge a foz do Rio Amazonas, que, devido ao seu tamanho, denominou "*Mar Dulce*". Além de Pinzón, Diogo de Lepe, também navegador espanhol, teria atingido a costa brasileira em março de 1500.

Dessa forma, sabendo das possibilidades de perder a ocupação das terras já aportadas por D. Duarte Pacheco Pereira em 1498, a esquadra de Pedro Álvares Cabral parte de Portugal para as Índias, contornando a África. Após passar as Ilhas Canárias, a frota de desvia-se para Oeste, tendo por objetivo localizar a "nova terra" e garantir a posse da coroa portuguesa estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Sabe-se que, ao desviar para o Oeste, Pedro Álvares Cabral não procurava um caminho seguro para a Índia, pois este já era conhecido, tendo sido percorrido dois anos antes pela armada de Vasco da Gama (1498), com o qual Cabral mantinha contato.

Uma das evidências que demonstram os objetivos concretos de Cabral de chegar às terras brasileiras, ao desviar sua rota, é o fato de um dos navios de sua esquadra ter regressado de imediato para relatar a chegada às terras ao Rei de Portugal, enquanto que o restante das embarcações retomou a viagem para a Índia. Nesse navio que regressou a Portugal estava Pero Vaz de Caminha, cuja missão era elaborar uma descrição detalhada da terra recém-aportada: *A Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*.

Em todo caso, com a chegada de Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500 temos o "descobrimento" oficial das terras brasileiras. A colonização somente se efetiva cerca de 30 anos

depois de Cabral, com a chegada de Martim Afonso de Souza. Sua expedição pode ser considerada um divisor de águas em nossa história, determinando a passagem do período pré-colonial para o período colonial. A partir de 1534 a colonização se intensifica mais ainda com a criação das primeiras capitanias hereditárias. Até então, Portugal não havia estabelecido colônias nos moldes de sua experiência na América, limitando-se a construir entrepostos (que por vezes eram fortificados) para servirem de abastecimento aos navegadores, que mais comercializavam que colonizavam. No entanto, quando encontravam resistência dos habitantes locais, atacavam e, por exemplo, em 1505 destruíram Kilwa Kisiwani (na atual Tanzânia).

NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO

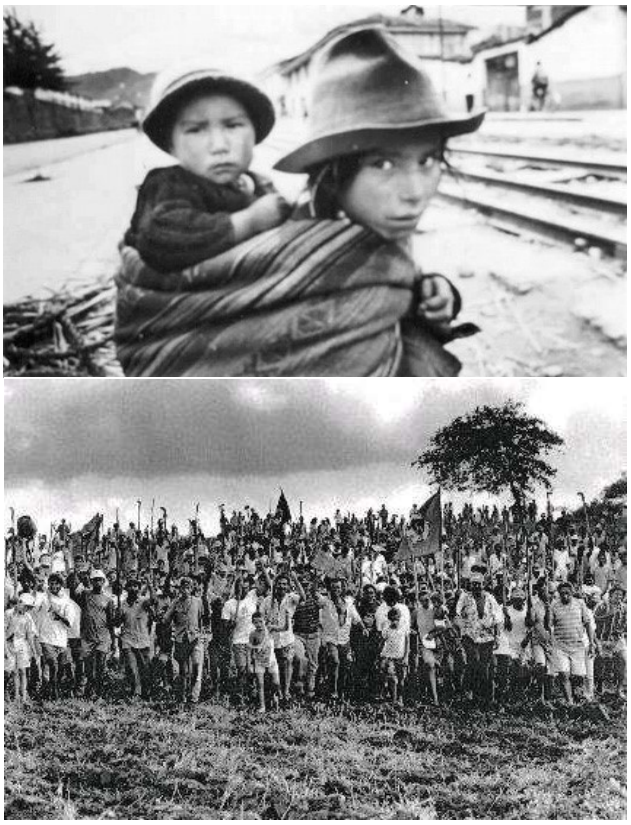
Passados mais de cinco séculos do início da ocupação europeia sobre o território americano, muitas das velhas estruturas ainda se mantêm ativas. Em cada um dos Estados Nacionais que existem na América Latina, a sua organização política, econômica, social e cultural está arquitetada de modo a sempre servir aos interesses das potências mundiais. Dentro de cada um dos Estados latino-americanos há agentes do capital internacional, garantindo que as riquezas de dentro do continente sejam utilizadas para beneficiar sempre a outros grupos financeiros, empresas e governos que não sejam do continente. Assim como na colonização, a maioria da população o continente é pobre e assiste às movimentações político-econômicas de suas elites governantes, que atua em benefício próprio.

Tanto devido à ação de instituições multilaterais de comércio, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), que garantem que os capitais dos países ricos controlem os países pobres, quanto à ocupação militar direta, como dos EUA sobre a Colômbia, por exemplo, a única razão de existência dos países da América Latina tem sido fornecer lucro aos países ricos, não importa se estes estejam localizados na Europa, na América do Norte, ou na Ásia.

De acordo com o escritor uruguaio Eduardo Galeano, em seu livro *As Veias Abertas da América Latina* (1971):

"Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializaram-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus de conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço das necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. São muito mais altos os impostos que cobram os compradores do que os preços que recebem os vendedores.[...] Nossos sistemas de inquisidores e carrascos não só funcionam para o mercado externo dominante, proporcionam também caudalosos mananciais de lucros que fluem os empréstimos e inversões estrangeiras nos mercados internos dominados.[...] Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e recursos humanos.[...] Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno."

Frente todos esses problemas, devemos nos perguntar se seguiremos sendo eternas colônias ou se essa situação será rompida algum dia.



Acima: *chola* durante a Guerra do Gás, na Bolívia, em 2003. Abaixo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil. Ao longo de todo o continente, explodem contestações contra a ordem hegemônica presente desde as colonizações.

FILMOGRAFIA

Rapa-Nui - Reconstrução primorosa da vida das populações da Ilha da Páscoa (Chile), antes da chegada dos europeus. Importe painel da vida das comunidades ditas primitivas, com seus costumes, comportamentos, etc.

EXERCÍCIOS

1. (FGV) – "Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde, ouro e diamantes; e depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto." (Caio Prado Jr. *História Econômica do Brasil*)

O extrato acima expressa:

I. O caráter agro-exportador de nossa formação econômica;
II. Os diferentes ciclos econômicos brasileiros em ordem cronológica;
III. A riqueza natural de nosso país como ponto positivo de sua formação;
IV. O caráter economicamente dependente promovido por essa formação;
V. A igualdade nas relações econômicas do Brasil com o comércio europeu.

a) I, II e III estão corretas;
b) II, III e IV estão corretas;
c) III, IV e V estão corretas;
d) I, II e IV estão corretas;
e) II, IV, V estão corretas.

2. (FGV) – "A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar suas tradições (...) é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês, vêm civis que se instalam na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se o caráter, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade." (Jean-Paul Sartre/1979)

O texto acima expressa a violência colonial como:
a) desestruturadora não apenas das tradições culturais, mas fundamentalmente do próprio sujeito subjugado;
b) dialética, pois o sujeito colonizado passa a ter os valores do colonizador após sua desestruturação;
c) diretamente vinculada às experiências em África e Ásia;
d) cruel, porém necessária para a constituição da modernidade;
e) resultado direto da ação do sujeito subjugado.

UNIDADE I - MERCANTILISMO E GRANDES NAVEGAÇÕES EUROPEIAS

1. MERCANTILISMO E GRANDES NAVEGAÇÕES EUROPEIAS

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

A Península Ibérica, berço geográfico da pátria portuguesa, foi primitivamente habitada por um povo cuja procedência é envolta numa complicada teia de lendas - os iberos. A partir do ano 2000 a.C., um novo grupo étnico - os celtíberos, formado com a assimilação dos iberos pelos celtas - povoaria a região.

No século VIII, os árabes ocuparam quase totalmente as terras ibéricas. Muitos descendentes dos antigos visigodos, recusando-se a aceitar o jugo muçulmano, refugiaram-se nas Astúrias e, comandados por Pelágio, iniciaram um conflito que iria durar oito séculos: a **Guerra da Reconquista**. Gradualmente, no decorrer dessa prolongada e sangrenta luta - reflexo das Cruzadas, na Península Ibérica -, por todo o território hispânico começaram a surgir pequenos reinos cristãos. No século XI, três deles - os de Leão, Castela e Galiza - unificaram-se sob a égide de Afonso VI. Este, empenhado na luta contra os árabes, buscou o auxílio de fidalgos estrangeiros interessados em participar do esforço militar ibérico.

Batalha entre cristãos e mouros na Reconquista Ibérica.

Dois nobres franceses, Raimundo e Henrique de Borgonha, atenderam ao apelo do rei. Em recompensa pelos serviços prestados à causa espanhola, Raimundo recebeu em casamento Dona Urraca - filha mais velha de Afonso VI - e, a título de dote, a suserania do Condado da Galiza. Henrique casou-se com Dona Teresa, filha bastarda do soberano leonês, e ganhou as terras localizadas ao sul do rio Minho: o Condado Portucalense. Com a morte de Afonso VI, uma grave crise abalou a Península Ibérica. Os acontecimentos precipitaram quando Dona Urraca, reconhecida como legítima sucessora, exigiu a vassalagem do Condado Portucalense. Entretanto, D. Teresa, então viúva e ligada a um nobre galego, o Conde Fernando Peres de Trava, recusou-se a reconhecer a autoridade da irmã. D. Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha e Teresa, irritado com a influência exercida pelo Conde de Trava sobre sua mãe, rebelou-se contra esta, vencendo seus partidários na Batalha de São Mamede. Em seguida, buscando livrar o Condado Portucalense de qualquer presença estrangeira, o jovem nobre lusitano enfrentou sucessivamente Afonso VII em Cerneja e os mouros em Ourique. Vitorioso e politicamente fortalecido, Afonso Henrique proclamou a independência do condado, intitulando-se rei de Portugal, em 1139.

Quatro anos depois, com o reconhecimento da autonomia portuguesa na Conferência de Zamora, estaria consolidada a primeira dinastia do novo reino: a **dinastia de Borgonha**. Portugal era a princípio um simples condado resultante do fracionamento da Galiza e foi forjado no calor de violentas lutas contra espanhóis e árabes. Em decorrência das necessidades militares impostas por essa situação, o reino luso, antecipando-se às demais nações europeias, apresentou um rápido fortalecimento do poder real, em detrimento da descentralização política própria às formas feudais. De fato, a Reconquista e a constante ameaça de Leão, exigindo a manutenção de um exército permanente, levaram a monarquia lusitana a concentrar o poder em suas mãos. Dessa forma, embora ainda predominassem relações de vassalagem no campo, a nobreza lusa não era detentora de grandes privilégios políticos. A inexistência em território português de uma Idade Média, no sentido sociológico, acarretou duas consequências fundamentais. Primeiramente, Portugal conheceria o desenvolvimento de um nacionalismo prematuro, ao tempo em que, noutras regiões da Europa, o conceito de nacionalidade ainda se encontrava num estágio embrionário. Em segundo lugar, a guerra portuguesa contra os mouros, ao contrário do que ocorreu no resto da Península Ibérica, não seria travada em nome do Ocidente cristão, assumindo um caráter acentuadamente nacionalista.

Ainda nos momentos iniciais da formação lusitana, sob a dinastia de Borgonha, surgiu o contraste, que perduraria por longos anos, entre o litoral e o interior. O primeiro, onde a pesca, a navegação e o comércio conheceram grande desenvolvimento, era marcado por grandes flutuações sociais, mobilidade populacional, lucrativas trocas e amplos contatos com mercadores estrangeiros. No interior, pelo contrário, a atividade agrícola, realizada em bases feudais, vivia em permanente crise, responsável pelo êxodo de populações inteiras.

A reconquista cristã do Mediterrâneo, levada a cabo pelo movimento das Cruzadas, iniciado no século XI, causou profundas transformações no modo de vida europeu. Com efeito, aberta essa nova rota marítima, proveitosas transações comerciais passariam a ser realizadas com o mundo oriental. Assim, graças à existência de prósperos mercados no Levante, o Velho Mundo, dando início a um acelerado processo de acumulação de riquezas, acabou por superar as barreiras que até aquele momento entravavam

seu desenvolvimento econômico. Inúmeras foram também as alterações sociais então provocadas. Diversas cidades europeias, notadamente em Flandres e na Itália, tornaram-se verdadeiros baluartes da luta dos grupos mercantis emergentes contra as velhas estruturas agrícolas da ordem feudal.

Pouco a pouco, a presença dos comerciantes foi transformando os modos de produção e, em consequência, as relações sociais do Velho Continente. Esses ambiciosos mercadores trouxeram consigo a produção livre e assalariada, a ampliação da economia de mercado e a proliferação dos núcleos urbanos. Com efeito, o renascimento comercial gerara novas formas de acumulação de riqueza, baseadas na exploração do simples produtor e na ruína progressiva dos proprietários rurais.

Cada vez mais, os grandes mercadores e banqueiros, detentores de enormes fortunas privadas, esmagavam os pequenos e médios artesãos e negociantes. Logo, por toda parte, grassava a intranquilidade social. A instabilidade, motivada pelas rápidas e profundas mudanças sócio-econômicas, delineava nos campos e nas cidades assustadoras perspectivas para a maior parte da população europeia. Agravando a crise, o rei, interessado em saldar as dívidas decorrentes das constantes guerras em que se envolvia, desvalorizava a moeda. Essa medida encarecia os gêneros básicos e, em consequência, inúmeras famílias europeias, com a diminuição do seu poder aquisitivo, encontraram-se subitamente em enormes dificuldades.

Em contrapartida, as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais, em matéria salarial, não obtinham mais ressonância. A inflação desorganizava a produção e as trocas, fomentando um grande número de crises de crédito e inseguranças monetárias.

REVOLUÇÃO DE AVIS

A crise portuguesa de 1383/1385, conhecida como **Revolução de Avis**, foi o reflexo ibérico da tragédia econômico-social europeia do século XIV. Nos primeiros séculos de sua história, Portugal tornara-se, graças à sua localização atlântica, um dos mais movimentados pontos de passagem marítima do Ocidente. Por esse motivo, em suas cidades litorâneas, bases do comércio luso a longa distância, um ousado grupo de mercadores rapidamente enriquecidos adquiria crescente poder. Por sua vez, a dinastia de Borgonha tudo fizera para amparar as aspirações da burguesia portuária lusitana, cujo raio de ação se estendia do mar do Norte ao Mediterrâneo Ocidental. Entretanto, em 1383, com a morte do rei D. Fernando I, o último dos Borgonha, uma grave ameaça pairou sobre a classe mercantil.

O falecimento do monarca levou a nação portuguesa a terrível impasse. D. Fernando não deixara descendentes varões, e Beatriz, única filha de seu matrimônio com Dona Leonor Teles, estava casada com João I de Castela. Assim, conforme acordo assinado em 02 de abril de 1383, o trono português caberia ao primeiro filho que viesse nascer do enlace de Beatriz com D. João.

No entanto, nessa fase de espera, a viúva de D. Fernando exerceria a regência. Somente no caso de Beatriz morrer sem filhos e de não haver outro sucessor legítimo é que a coroa portuguesa passaria ao príncipe castelhano. Como já vimos em tópico anterior, à nobreza lusa, desprovida de privilégios políticos no reino de Portugal, interessava a União Ibérica. Entretanto, para a classe mercantil, ciosa da autonomia nacional, e também para as massas populares - a arraia miúda -, temerosas do jogo senhorial, o domínio espanhol era intolerável.

A situação era crítica, pois a causa nacional e patriótica vinha sendo defendida apenas por uns poucos nobres, apoiados na arraia miúda. Tudo lhes faltava: dinheiro, armas, prestígio e soldados. Somente a burguesia portuária, sobretudo de Lisboa e Porto, tinha condições materiais para a defesa da soberania lusa. Com efeito, foi nas riquezas dos mercadores do reino que o **Mestre de Avis** encontrou o amparo financeiro. Com a adesão da classe mercantil, a revolução perdeu seu caráter popular, transformando-se num movimento burguês. Dessa forma, as massas populares passaram para segundo plano, revelando-se então o interesse do grupo mercantil . A **burguesia comercial e marítima**, comandando agora a insurreição, tinha um objetivo específico: dirigir os negócios do reino.

Em **1385**, o **Mestre de Avis** foi aclamado rei sob a denominação de **D. João I**. Ainda nesse ano, a independência portuguesa seria consolidada após as vitórias obtidas pelos exércitos de Nuno Álvares Pereira contra os castelhanos, nas batalhas de **Aljubarrota** e **Valverde**.

Batalha de Aljubarrota

ETAPAS DO DESCOBRIMENTO

No início do século XV, a burguesia mercantil da Europa ocidental sentiu que, para superar a crise que então abalava a vida econômica, era necessário libertar o comércio das restrições impostas pelo bloco ítalo-muçulmano da orla mediterrânea. Com efeito, as trocas realizadas com o Oriente proporcionavam lucros fabulosos aos intermediários árabes e italianos - detentores do monopólio do comércio mediterrâneo, - acarretando, em contrapartida, sérios déficits para os mercadores do Atlântico europeu. Impunha-se, portanto, às classes mercantis do Ocidente, suprimir essa onerosa concorrência.

Somente a conquista do Atlântico, poderia quebrar as amarras que prendiam a economia da Europa do Norte ao monopólio dos comerciantes da área do Mediterrâneo. As

sucessivas crises de mão-de-obra e de metais preciosos, que assolavam o mundo europeu desde o século XIV, exigiam uma rápida solução para o problema. Essa delicada conjuntura da realidade econômica do Velho Continente forçaria a procura do ouro e de escravos em regiões extra-europeias. De fato, a Guerra dos Cem Anos e as pestes que haviam vitimado o Continente Europeu provocaram uma diminuição na extração de metais preciosos. O minguado meio circulante, em boa parte retido pelas cidades italianas, passou a não atender mais às crescentes exigências de numerário do comércio a longa distância. A queda da mineração do cobre e da prata na Europa central (Hungria, Tirol e Boêmia) precipitou as crises do crédito e da moeda. A inexistência de estoques de minérios preciosos gerou um clima de insegurança em toda a vida econômico-financeira. Em fins do século XV, a Europa estava profundamente doente. O diagnóstico da enfermidade, no entanto, era bastante simples: carência de ouro e prata, ou seja, uma progressiva desmetalização que acarretava o congelamento do comércio e a paralisação das trocas comerciais. Além disso, com a redução da massa metálica, nenhum dos artigos habitualmente comercializados pelo capitalismo europeu conseguiria equilibrar uma balança de pagamentos totalmente deficitária. Os tecidos e os produtos agrícolas não eram suficientes para cobrir as importações provenientes dos mercados orientais. Sem ouro, as trocas eram impossíveis e toda a estrutura comercial europeia estava em perigo.

A vanguarda da epopeia dos descobrimentos coube a Portugal. Colocado numa encruzilhada de dois mundos - o Mediterrâneo e o mar do Norte -, o pequeno reino seria a formidável porta da Europa. Pobre, apertada contra o mar por um vizinho ambicioso e prepotente - a Espanha - , a pátria lusitana encontrou no Atlântico o espaço para crescer. Inúmeros foram os fatores que levaram Portugal a exercer um papel pioneiro nas grandes navegações:

- **Estado Nacional precocemente centralizado** - Portugal, graças à Revolução do Mestre de Avis, foi a primeira nação europeia a conhecer a união dos interesses da camada mercantil aos do Trono, sob a inspiração do Mercantilismo.
- **Posição geográfica privilegiada** - A localização do reino português permitia que as rotas de comércio do mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo convergissem regularmente para seus portos. A organização da via marítima de Flandres, desviando o eixo mercantil europeu do Reno para o Atlântico, favoreceu Portugal. Por isso, as transações à distância adquiriram tal amplitude, que mercadores portugueses frequentavam com regularidade os entrepostos da Inglaterra, de Castela, de Marrocos e da própria Flandres.
- **Longa prática de atividades pesqueiras** - O homem do litoral português vivia fundamentalmente da pesca - o mar era a sua segunda morada.
- **Notável aperfeiçoamento técnico da navegação** - Contando com o apoio da Coroa e da burguesia comercial, D. Henrique - filho de D. João I, o iniciador da dinastia de Avis - fundou a Escola de Sagres, reunindo os melhores especialistas e estudiosos de navegação de toda a Europa.

A EXPANSÃO ULTRAMARINA E A REVOLUÇÃO COMERCIAL

Desde meados do século XIV, as cidades italianas dominavam comercialmente o Mediterrâneo, monopolizando a distribuição dos produtos orientais no continente europeu.

Entretanto, com a crise do século XIV, decorrente da Guerra dos Cem Anos (travada entre França e Inglaterra), com a propagação da Peste Negra e com as próprias limitações do sistema feudal, o comércio europeu foi profundamente afetado. Além disso, os mercadores eram obrigados a pagar pesadas tarifas aos senhores feudais pelo direito de atravessar suas propriedades, o que elevava o preço final de suas mercadorias. Assim, as rotas comerciais terrestres foram sendo lentamente substituídas por rotas marítimas, através do Oceano Atlântico.

Com essa substituição de rotas, o litoral português passou a ser um excelente ponto de escala e abastecimento para os mercadores italianos, possibilitando a ascensão do grupo mercantil português, que mais tarde projetaria a expansão marítima.

A monarquia lusitana, sob o poder da **Dinastia de Avis**, percebendo a importância do desenvolvimento do comércio para o progresso de seu Estado, passou a estimular as atividades mercantis; assim, por exemplo, incentivou a criação da "**Escola de Sagres**", um centro de ensino dos conhecimentos e técnicas de navegação, dirigida por D. Henrique, filho do rei de Portugal D. João I.

"Fundada em 1417, a Escola de Sagres funcionou como pólo coordenador e executor das futuras expedições marítimas lusas. Este centro de estudos e pesquisas de navegação reunia astrônomos, geógrafos, matemáticos, especialistas em instrumentos náuticos, além de cartógrafos e navegadores. Foi ao seu tempo o mais avançado centro de estudos náuticos de todo o mundo, catalisando o anseio da burguesia mercantil e do Estado nacional luso de criar uma nova rota comercial com o Oriente, conquistando o valioso comércio de especiarias." (VICENTINO, C. *História Geral*. São Paulo: Ed. Scipione, 1999.)

Caravela Portuguesa feita pela Escola de Sagre na época da Expansão Ultramarina

Os outros Estados europeus ainda não conseguiam reunir condições necessárias à expansão, como a Espanha que enfrentava os árabes no sul do Estado (Guerra de Reconquista de Granada, 1492). A Inglaterra e a França estavam envolvidas na Guerra dos Cem Anos, e os ingleses ainda viveram a Guerra das Duas Rosas.

Assim, apenas o Estado português possuía condições necessárias à expansão marítima, pois havia a presença de um grupo mercantil forte e consolidado, um governo forte, localização privilegiada em relação ao Atlântico e conhecimentos técnicos necessários à expansão ultramarina.

A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Iniciada em 1415, com a tomada de **Ceuta** (norte africano), a expansão lusa caracterizou-se, inicialmente, pela conquista do litoral africano e das ilhas do Atlântico. A partir da segunda metade do século XV, os navegantes lusos já haviam adquirido os conhecimentos náuticos necessários para realizar viagens marítimas mais audaciosas.

Assim, a descoberta de uma nova rota à Índia – para poderem comerciar especiarias – se tornou o grande objetivo dos navegadores portugueses.

A EXPANSÃO MARÍTIMA ESPANHOLA

Em 1492, Castela, Aragão, Leão e Navara se unem, formando a Monarquia Espanhola visando combater os mouros. Tendo superado as crises internas, geradas até **1492**, data da expulsão dos árabes em **Granada** e da divisão interna do território espanhol, a Espanha começou a fazer parte do cenário da navegação e da exploração do mundo colonial. Nesse mesmo ano, a nova coroa espanhola patrocinava a viagem de **Cristóvão Colombo**.

A viagem de Colombo América em 1492 trouxe à Espanha perspectivas de enriquecimento, pois acreditava o navegador ter encontrado um novo caminho para as Índias. Mesmo nas expedições subsequentes, desde o ano seguinte, Colombo manteve a mesma crença e conforme procurava as riquezas orientais fundou vilas e povoados, iniciando a ocupação da América. Na Espanha suspeitava-se que as terras descobertas por Colombo fossem um obstáculo entre a Europa e as terras do oriente, e essa suspeita confirmou-se com a descoberta de Vasco Nunez Balboa, que chegou ao Pacífico atravessando por terra a América Central. Até a década de 20 os espanhóis ainda procuravam uma nova rota para as Índias, modificando essa política a partir das descobertas de Cortez no México.

Acreditando na esfericidade da terra, Colombo defendia a tese de que conseguiria chegar à Índia (no Oriente) navegando em direção ao Ocidente. Partindo em agosto de 1942, Colombo iniciou sua viagem. Após dois meses de viagem, Cristóvão alcançou a ilha de San Salvador, ainda acreditando que teria chegado à Índia. Apenas mais tarde, em 1504, é que o navegador **Américo Vespúcio** confirma que se havia chegado a um novo continente... Iniciava-se, desse modo, o ciclo de navegações espanholas.

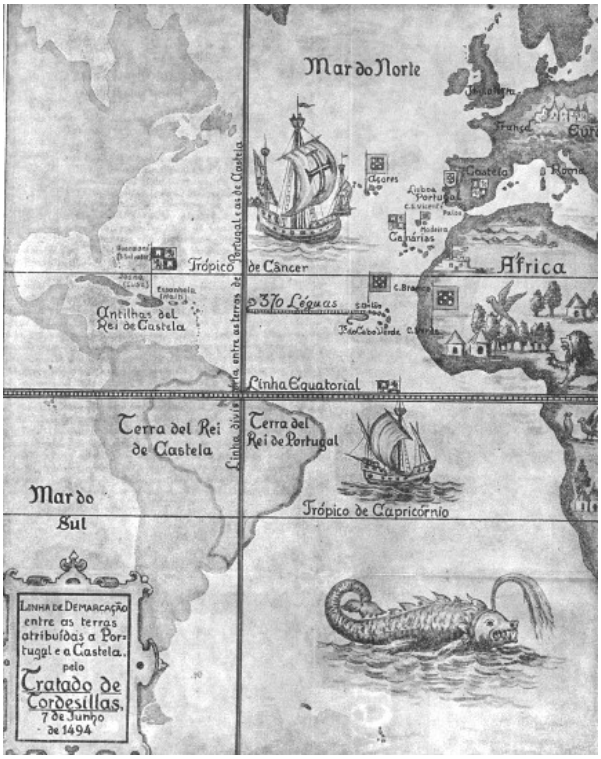
DISPUTAS IBÉRICAS E OS TRATADOS ULTRA-MARINOS

A corrida expansionista de Portugal e Espanha, na segunda metade do século XV e início do século XVI, gerou inevitáveis conflitos acerca do direito das terras "descobertas" ou a "descobrir".

Formularam-se diversos tratados, dos quais o primeiro foi o "Tratado de Toledo", assinado em 1480. Esse tratado garantia a Portugal as terras a descobrir ao sul da ilhas Canárias; deste modo, de forma indireta, Portugal assegurou para si as rotas em direção à Índia, pelo sul da África. Em 1493, o **papa Alexandre VI** editava a "**Bula Intercoetera**", que determinava a partilha do mundo ultramarino entre os espanhóis e os portugueses. Um meridiano situado a 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, destinava a Portugal todos os territórios situados a leste, e à Espanha, as terras localizadas a oeste do meridiano.

Sentindo-se prejudicados, os portugueses contestaram este novo tratado, exigindo sua reformulação. Em 1494, em Tordesilhas, na Espanha, foi celebrado o "**Tratado de Tordesilhas**", que constituía uma nova marca: agora os domínios de Portugal se estenderiam para 370 léguas da ilha de Cabo Verde.

"A contestação francesa ao Tratado de Tordesilhas teve no monarca Francisco I o mais veemente representante. Em 1540 chegou a dizer que 'o sol brilhava tanto para ele como para os outros e que gostaria de ver o testamento de Adão para saber de que forma este dividira o mundo…'. Declarou também que só a ocupação criava o direito, que descobrir um país, isto é, vê-lo ou atravessá-lo, não constituía um ato de posse e que considerava como domínio estrangeiro unicamente os lugares habitado e defendidos. São essas as bases da colonização moderna". (MOUSNIER, R *História Geral das Civilizações. Os séculos XVI e XVII*).



Tratado de Tordesilhas (1494), representando a divisão o mundo entre os países católicos que despontavam na expansão marítima.

EXERCÍCIOS

1. A crise europeia dos séculos XIV e XV constituiu um bloqueio ao desenvolvimento da economia de mercado. A superação desse problema foi realizada por meio:
a) da isenção de tributos para as cidades;
b) fortalecimento das corporações de ofício.
c) da Expansão Marítima;
d) de incentivo à lavoura feudal;
e) das Cruzadas

2. (FUVEST) – A que se pode atribuir a primazia portuguesa dos descobrimentos e na expansão marítima moderna?

3. (UFES) – As Grandes Navegações e os descobrimentos marítimos, no alvorecer da Era Moderna, marcaram em Portugal e nas áreas recém-descobertas grandes transformações, pois a(o):
a) empresa marítima portuguesa assumiu no Ocidente o caráter colonizador ao lado do mercantil, primeiro nas ilhas do Atlântico e, a seguir no Brasil;
b) grande comércio europeu implicou o estabelecimento de impérios ultramarinos com ampla autonomia, correspondendo à formação e uma economia totalmente nacional nas colônias;
c) interesse em subjugar as novas áreas coloniais deu origem a uma política federal de Estado, no Reino e nas colônias, com a divisão de poderes entre o Rei e as Assembleias de Estado;
d) mudança no eixo econômico Mediterrâneo para o Atlântico determinou a descentralização do Estado Moderno em Portugal enfraquecendo o Absolutismo;
e) necessidade de dominar as rotas estratégicas e navegação inviabilizou a manutenção do sistema de monopólios nas colônias, liberalizando o comércio.

4. (UFSCar-SP) 'Antes deste nosso descobrimento da índia, recebiam os mouros de Meca muito grande proveito com o trato da especiaria. E assim o grande sultão, por mar dos grandes direitos que lhe pagavam. E assim também ganhava muito Veneza com o mesmo trato, que mandava comprar a especiaria a Alexandria, e depois a mandava por toda a Europa.'
(Fernão Lopes de Castanheda, História do descobrimento e conquista da índia pelos portugueses (1552-1561), citado por Inês da Conceição Inácio e Tânia Regina de Luca, Documentos do Brasil Colonial. São Paulo, Ática, 1993. p. 19.)
O texto refere-se:
a) à união política e militar entre venezianos e mouros, contrários às navegações portuguesas.
b) à chegada dos navegantes portugueses à índia, comprovando empiricamente a esfericidade da Terra.
c) ao enriquecimento do grande sultão muçulmano, às custas do empobrecimento das cidades italianas.
d) ao deslocamento do comércio lucrativo de especiarias da região do mar Mediterrâneo para o oceano Atlântico.
e) ao projeto de expansão marítima da coroa portuguesa, preocupada em difundir a fé cristã.

5. (Unicamp-SP) Podemos dizer que a ideia de globalização é mais antiga do que imaginamos. Alguns acreditam que sua origem remonta a uma bula papal, de 1493, que pela primeira vez empregou a palavra descobrimento. Por este documento, a Europa adquiria o direito de converter à sua religião os povos do mundo e se apropriar das terras por ela descobertas. Evidentemente trata-se de uma ideia unilateral e unidimensional de globalização: foram desconsideradas, quando não aniquiladas, as diferenças culturais e sociais.
(Adaptado de Eduardo Subirats, O mundo, todo e uno.)
a) Quais os países europeus que desencadearam essa globalização?
b) Por que o autor considera unilateral essa globalização?
c) De acordo com o enunciado, qual o significado de descobrimento para os europeus? Por que hoje eles são contestados?

6. (Unicamp-SP) No século XV, Portugal e Espanha deram início à expansão marítima europeia, da qual resultaram grandes impérios coloniais.
a) Apresente um motivo de ordem econômica que impulsionou essa expansão.
b) Justifique, com dois exemplos, o pioneirismo português nessa empresa expansionista.

7. (Unifesp-SP) 'Se como concluo que acontecerá, persistir esta viagem de Lisboa para Calecute, que já se iniciou, deverão faltar as especiarias às galés venezianas e aos seus mercadores.'(Diário de Girolarno Priuli. Julho de 1501.)
Esta afirmação evidencia que Veneza estava:
a) tomada de surpresa pela chegada dos portugueses à Índia, razão pela qual entrou em rápida e acentuada decadência econômica.
b) acompanhando atentamente as navegações portuguesas no Oriente, as quais iriam trazer prejuízos ao seu comércio.
c) despreocupada com a abertura de uma nova rota pelos portugueses, pois isto não iria afetar seu comércio e suas manufaturas.
d) impotente para resistir ao monopólio que os portugueses iriam estabelecer no comércio de especiarias pelo Mediterrâneo.
e) articulando uma aliança com outros estados italianos para anular os eventuais prejuízos decorrentes das navegações portuguesas.

8. (PUC-RJ) A descoberta da América insere-se no contexto do mercantilismo europeu. Os elementos utilizados para garantir a acumulação primitiva de capital na Europa, nesse período, fundamentavam-se nas seguintes estratégias políticas e econômicas:
a) protecionismo e livre mercado.
b) colonialismo e livre mercado.
c) industrialismo e liberalismo.
d) colonialismo e protecionismo.
e) liberalismo e exclusivismo.

UNIDADE II - O SISTEMA COLONIAL

2. A MONTAGEM DA COLONIZAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

O ATAQUE SOBRE OS NATIVOS

Quando os portugueses chegaram à nova terra, esta já era habitada por numerosas nações indígenas. Estes indígenas teriam sido os primeiros colonizadores do Brasil (no sentido de que se propagaram pelo território). A origem destes povos ainda não foi plenamente esclarecida, mas a opinião mais aceita é de que eles descenderiam de antigas raças asiáticas e da Oceania que teriam chegado à América pelo estreito de Behring ou pela navegação.

A princípio os portugueses acreditaram que todos os índios pertenciam ao mesmo grupo racial. Após algum tempo percebeu-se que havia diferenças significativas entre eles. Os tupis eram mais cultos e todos falavam uma mesma língua. Os tapuias habitavam mais para o interior. Admite-se que os índios do Brasil podem ser divididos em quatro grandes grupos étnicos: os tupi-guaranis, os tapuias (ou Jês), os nu-aruaques e os caraíbas. Todas estas nações indígenas, embora não tivessem organizações tão complexas como as das civilizações do México, da Bolívia e do Peru e não opusessem resistência como estas, deixaram como legado milhares de novas palavras ao vocabulário da língua portuguesa hoje falada no Brasil. Muitos topônimos são originários da língua falada pelos povoadores originais: os nomes de vários Estados (Amapá, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí), cidades (Caraguatatuba, Carapicuíba, Embu, Itamarandiba, Itaquaquecetuba, Paranapiacaba etc.), acidentes geográficos (Anhangabaú, Itapeva, Urubuqueçaba, Itacolomi) e animais (jaguatirica, urubu, tapir, siriema, jacutinga) tem como origem a cultura indígena, provando a força desta cultura que muitas vezes é menosprezada.

A ação dos europeus sobre o "Novo Mundo" consistiu, basicamente, em destruir as culturas nativas, sempre objetivando ter maior lucro com o comércio dos recursos naturais e da agricultura tropical. Os índios morriam também devido às bactérias e vírus trazidos pelos europeus, doenças como a gripe, por exemplo. A principal tarefa dos portugueses seria a de "organizar" os índios, trazê-los para a verdadeira fé cristã, para que assim, costumes como a poligamia, a antropofagia, o andar sem roupas, dentre outros, fossem extirpados. Havia unanimidade quanto ao entendimento, por parte dos jesuítas, que tal feito seria fácil, visto que, segundo Nóbrega, estes nativos não adoram nenhum Deus, dizia ele: "são como papel branco, onde podemos escrever à vontade", eram os tupinambás.

Entretanto, não demorou muito para os padres se conscientizarem quanto às dificuldades que os aguardara, eles achavam que os índios eram governados sim, mas pelo demônio, seria, portanto, um trabalho árduo e, sobretudo, perigoso. O fato é que os jesuítas não tinham muito tempo para o feito "missionário", pois a colonização precisava de mão-de-obra. Em Pernambuco no ano de 1530 a colonização do açúcar já estava funcionando. Temos de um lado a resistência dos índios e do outro as ambições escravistas, na ocasião, para engenhos de açúcar. A verdade é que os índios ficaram entre os apresadores de escravos (mamelucos) e os padres jesuítas. Estes últimos diziam para os pajés que eles, padres, eram os verdadeiros pajés, diziam ainda que os índios não poderiam seguir os mamelucos, por outro lado, estes apresadores também instaram os nativos para que não ouvissem os jesuítas.

Cena de Antropofagia dos Tupinambás, de Hans Staden, 1557

Os índios ora ouviam os apresadores, ora os padres, mas em outras oportunidades não ouviam nem um nem outro, travando assim, uma guerra que terminava com rituais antropofágicos. Reconhecendo as sérias dificuldades em "converter" os tupinambás ao cristianismo católico, os jesuítas decidiram substituir a língua sagrada (latim) para estabelecer os procedimentos cristãos por meio da língua tupi, ensinando-a com a ajuda de José de Anchieta que transmitiu aos noviços da Companhia.

Era a denominada "Língua geral", que abrigou praticamente todos os episódios das atividades cristãs daquele século. Os portugueses fizeram peças teatrais com referências bíblicas, onde então demonizavam os chefes e os costumes indígenas, mostrando para os nativos que o verdadeiro deus esta com eles, nestas peças o "mal" era vencido pelo bem que estava ao lado do homem branco.

O PERÍODO PRÉ-COLONIAL (1500-1530)

Durante os primeiros trinta anos que se seguiram à "descoberta" do Brasil, Portugal pouco se interessou pelas terras recém encontradas. Todo o interesse estava voltado às riquezas que provinham do Oriente. Os primeiros contatos com as terras da América indicavam que não havia a possibilidade de obter lucros fáceis e imediatos, até porque não foram encontrados metais preciosos como a prata e o ouro.

Apenas uma estreita faixa do leste do Brasil, junto ao litoral, entre os pontos extremos determinados pelo meridiano do Tratado de Tordesilhas (1494) havia sido ocupada. A exploração do pau-brasil era a única que ocorria

até então. Quando os portugueses chegaram ao que viria a ser o Brasil, não tinham ideia da extensão das terras que encontraram. Assim, não lhe deram muita importância econômica, mantendo como prioridade o comércio de especiarias do oriente.

O **pau-brasil** foi, nesse período inicial, a primeira riqueza explorada pelos portugueses nas terras brasileiras, existindo em abundância em quase todo litoral brasileiro. Da árvore extrai-se uma substância corante, que serve para tingir tecidos. Embora esse comércio fosse lucrativo, os portugueses pouco se interessaram pelo Brasil, — uma vez que o comércio de especiarias com a Ásia era muito mais compensador. Por isso, o interesse luso restringiu-se às expedições de reconhecimento e à instalação de feitorias, ambas destinadas a garantir a posse do território.

Mapa português representando suas posses na América (provavelmente do século XVII). Nele é demonstrada a extração de pau-brasil.

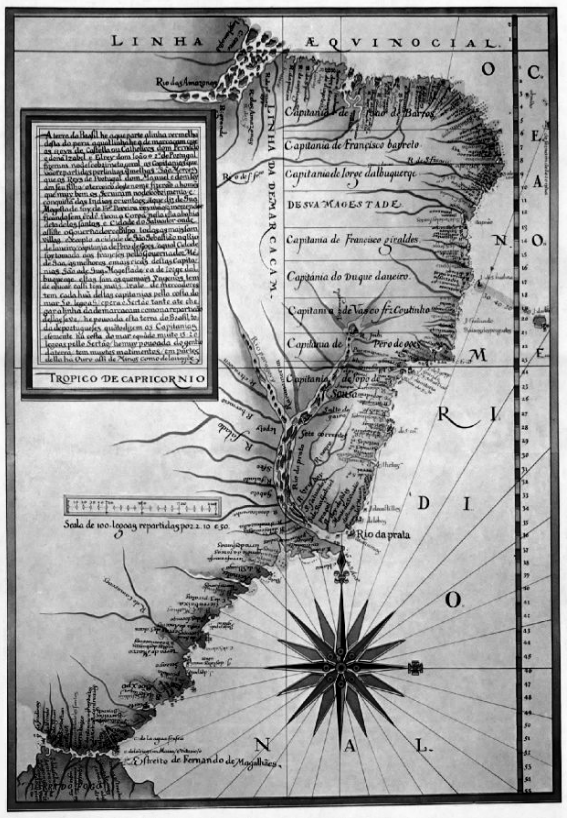
A Coroa portuguesa decidiu colonizar, ou seja, explorar e valorizar as terras abordadas por Cabral, quando holandeses, ingleses e franceses decidiram disputar as terras americanas. Essa disputa foi gerada pelas notícias de que os espanhóis encontraram minas de ouro e prata em áreas que hoje correspondem ao Peru e México.

O receio de perder a posse das terras do Brasil — pois os países europeus, bem como a Holanda e a França investiram nas invasões das terras americanas colonizadas, principalmente por Portugal — e o declínio do comércio com o Oriente, este último engendrado pela elevação dos custos com o transporte e manutenção de entrepostos comerciais, levaram os portugueses a decidirem investir numa forte ocupação nas terras designadas a eles, segundo o acordo do Tratado de Tordesilhas.

PERÍODO COLONIAL (XVI-XIX)

AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

A implantação do regime de **Capitanias Hereditárias** no Brasil, em 1534, vinculou-se à incapacidade econômica do Estado português em financiar diretamente a colonização. Trata-se da primeira forma de colonização do Brasil. Considerando a premência de se colonizar o Brasil, D. João III decidiu dividi-lo em Capitanias Hereditárias, para que elas fossem colonizadas com recursos particulares, sem ônus à Coroa.



Mapa do século XVI representando as Capitanias Hereditárias.

O território brasileiro, então, foi dividido em catorze capitanias (uma delas subdividida em 2 lotes), e doadas a doze donatários. Os limites estavam especificados num documento intitulado **Carta de Doação**, documento que estipulou a capitania como hereditária e inalienável, podendo ser readquirida pela coroa. Um segundo documento foi o **Foral**, que regulamentava os direitos do rei sobre a terra.

Os **donatários** (que recebiam a administração da capitania por parte da Coroa) tinham poderes no papel, mas estavam limitados por muitas dificuldades, e precisaram enfrentar uma série de problemas. Além da posse da terra, possuíam também poderes administrativos, militares e judiciais, sendo responsáveis somente perante o soberano.

No geral, as capitanias foram um fracasso. **São Vicente** e **Pernambuco** foram às únicas capitanias que prosperaram. O fracasso do projeto deveu-se a vários fatores como a falta de coordenação, a distância da metrópole, a excessiva extensão territorial, os ataques indígenas e a insuficiência de recursos.

O GOVERNO GERAL

Chegada de Tomé de Souza na Bahia, em 1549.

Com o fracasso das capitanias hereditárias, D. João III criou o **Governo Geral**, a fim de **centralizar a administração colonial**. Com esse objetivo, em **1548** foi elaborado o Regimento do Governador-Geral no Brasil, que regulamentava as funções do governador e seus auxiliares — o "ouvidor-mor" (Justiça), o "provedor-mor" (Fazenda) e o "capitão-mor" (Defesa). **Tomé de Souza**, primeiro governador-geral (1549-1553), fundou Salvador (a primeira cidade e capital do Brasil), e com ele vieram os primeiros jesuítas, criando o primeiro bispado em terras brasileiras.

Duarte da Costa, segundo governador-geral, enfrentou vários problemas, como o conflito com o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha e, principalmente, com a invasão francesa do Rio de Janeiro (criação da França Antártica). Sem recursos, não pode combater os franceses. Foi durante o seu governo que os jesuítas fundaram o Colégio de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554, marco inicial do que posteriormente seria a cidade de são Paulo.

Mem de Sá, terceiro governador (1558-1572), ficou no cargo até sua morte: expulsou os franceses, em 1567, com a ajuda de seu sobrinho Estácio de Sá. Na Baía de Guanabara, onde se situavam os franceses, em 1º de março de 1565, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que serviria de base na luta contra os franceses e seus aliados indígenas. Foi ainda em seu governo que ocorreu a pacificação dos índios tamoios mediante a atuação dos padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

Depois de Mem de Sá, a colônia foi dividida temporariamente em dois governos gerais: o do Norte, com a capital em Salvador; e o do Sul, com capital no Rio de Janeiro. Durante a União Ibérica (domínio espanhol sobre Portugal, entre 1580 a 1640), o Brasil foi dividido em duas colônias distintas, sendo unificada somente com o Marquês de Pombal, em 1774.

AS CÂMARAS MUNICIPAIS

As câmaras municipais foram instauradas nas vilas e nas cidades, e seu controle político era exercido pelos grandes proprietários locais, os "homens bons". Estes detinham o poder de voto deliberado sobre os preços de mercadorias e fixação de valores de alguns tributos. Nas eleições às "Câmaras Municipais", elegiam-se três vereadores, um procurador, um tesoureiro, um escrivão e um juiz ordinário (juiz de paz).

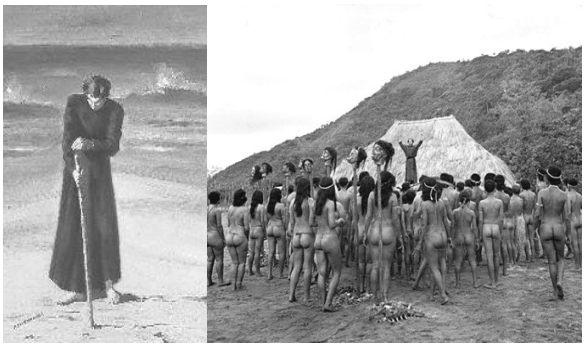
Os choques de interesses entre metrópole e colônia, ou seja, entre o centralismo e o localismo, foram simbolizados pelo Governo Geral e pelas Câmaras Municipais.

A IGREJA CATÓLICA E A COLONIZAÇÃO

Portugal teve com relação à Igreja de Roma uma posição de certa dominância. Era o sistema chamado de padroado: uma espécie de acordo entre a Coroa portuguesa e o poder eclesiástico, pelo qual a Igreja detinha o poder espiritual, e a Coroa o controle na nomeação de eclesiásticos e do pagamento do clero, dos padres que vinham para o Brasil – não das ordens religiosas, mas do chamado clero secular.

A Igreja Católica dedicava-se à "salvação" das almas, à conversão dos índios ao catolicismo. Para isso, era preciso organizar as aldeias, ensinar a religião católica e não destruir fisicamente a população indígena. Mas houve muitos choques entre a Igreja e os colonos no Brasil, porque os colonos pretendiam escravizar também fisicamente o indígena.

A Igreja de Roma era representada por várias ordens religiosas — dos jesuítas, dos carmelitas, dos dominicanos e dos beneditinos — esteve presente no Brasil, especialmente, com a ação da **Companhia de Jesus**, participante de nossa história desde o momento em que Portugal assumiu a empresa colonizadora.



À esquerda: Padre José de Anchieta, representante da Companhia de Jesus, atuando na Colônia Portuguesa catequizando os índios. À direita: cena do filme *Anchieta, José do Brasil* (1978), de Paulo César Saraceni.

A Contra-Reforma e a Companhia de Jesus

No século XVI, a unidade cristã europeia foi quebrada com o movimento da reforma protestante. Com a rápida expansão das doutrinas protestantes de Lutero e Calvino, a Igreja Católica reagiu com o "Concílio de Trento", que, além da reforma interna, procurou criar instrumentos de combate ao protestantismo. Foi instituída a **Congregação do Índex**, proibindo a publicação de obras que pusessem a doutrina da Igreja em risco, e foi restabelecido o **Tribunal da Santa Inquisição**.

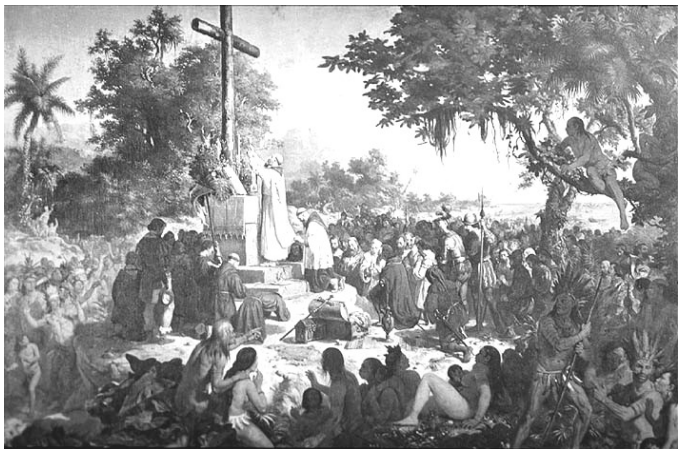
Inácio de Loyola criou, em 1534, a **Companhia de Jesus**, com o objetivo de lutar pela Igreja Católica Apostólica Romana. Para tanto, os jesuítas serviram como uma ação da Contra-Reforma, compensando as perdas do catolicismo na

Europa com a conversão das populações nativas do novo mundo. A Inquisição também perseguia os não-católicos europeus que aportassem no "Novo Mundo", já que este houvera sido dividido entre monarquias católicas.

Para o Santo Ofício distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos foi mantida até o século XVIII. Em Lisboa os judeus foram convertidos à força pela então realeza portuguesa. O fato é que a perseguição da Inquisição sobre os não-católicos também chegou violentamente em terras brasileiras. **Além da dimensão religiosa** (escândalos sexuais, heresia, questionamentos feitos a santos católicos etc.), **há também a questão econômica**.

A grande maioria dos descendentes de judeus convertidos em **cristão-novos** sob o reinado de D. Manoel I era portadora de **significativas fortunas**. Eram comerciantes de importante potencial, tais fortunas eram também representadas pelos bens materiais dos judeus. O Santo Ofício, quando capturava um herege executava um procedimento que consistia no confisco de todos os bens do acusado, uma atitude que prevalecia até o julgamento final, seja ele condenatório ou não. Os bens do prisioneiro eram devolvidos em caso de absolvição do julgado, algo que nunca acontecia. Além disso, durante todo período do processo inquisitorial, todas as despesas com o próprio acusado, como também a dos funcionários do Santo Ofício, eram pagas pela família do acusado de heresia.

O confisco de seus bens significava a transferência de enormes somas financeiras (em propriedades, objetos, ouro etc.) para Inquisição e para Coroa Portuguesa. Tratava-se de uma forma de apropriar-se de lucros de comerciantes ricos. Por esta razão, o impacto das perseguições inquisitoriais sobre a economia foi bastante negativo, pois os comerciantes bem sucedidos (em sua maioria não-católicos) fugiam de Portugal.



A primeira missa no Brasil, de Vitor Meirelles (1861). Assim como na Europa, a conquistas de novos crédulos representava o aumento do poder político e econômico da Igreja Católica.

No Brasil, as visitas inquisitoriais ocorreram em localidades de maior riqueza e de maior população. No século XVII o Nordeste brasileiro foi alvo dos tribunais, já no século XVIII foi a vez de Minas Gerais e depois Rio de Janeiro. Essas atuações do Santo Ofício trouxeram dificuldades para Coroa portuguesa, este remanejamento de grandes fatias econômicas de certa forma, desestabilizou os investimentos na tecnologia naval, os cristãos-novos foram perseguidos e com eles suas fortunas que mantinham a armada lusitana.

A ECONOMIA E A SOCIEDADE NO BRASIL COLÔNIA

Em consequência do tipo de colonização desenvolvida por Portugal no Brasil, a de **colônia de exploração**, encontramos algumas características gerais, tais como a economia integrada ao sistema capitalista nascente, fornecendo matérias-primas, produtos tropicais e metais preciosos. A economia era complementar, especializada, altamente dependente do mercado consumidor metropolitano e basicamente de exportação. Foi caracterizada, pois, por ser uma **economia predatória**, isto é, altamente desgastante em relação aos recursos naturais da colônia, que está relacionada à própria utilização das práticas agrícolas rudimentares, como a queimada ou coivara, que esgotava a terra rapidamente.

O Pau-Brasil

Durante o período Pré-Colonial (1500-1530), o extrativismo vegetal de pau-brasil constituiu o objetivo de Portugal nas terras brasileiras. Essa exploração era de monopólio da Coroa, que arrendava as terras a particulares, utilizando-se da mão-de-obra indígena, remunerando-a com bugigangas, promovendo a troca chamada de **escambo**. A extração era uma atividade predatória e, portanto, itinerante, apoiada em **feitorias** (entrepostos para armazenagem do pau-brasil). A extração da madeira vermelha não chegou a promover povoamento na colônia, e, portanto, não impediu a presença de estrangeiros no Brasil.

A Grande Lavoura e o Açúcar

A produção colonial estava baseada na grande propriedade monocultora. No Brasil, a propriedade dominante foi chamada de **latifúndio**, isto é, uma grande propriedade com utilização de mão-de-obra escrava, técnicas precárias de agricultura e baixa produtividade. O surgimento do latifúndio está ligado à produção em larga escala, por exemplo, do cultivo da cana-de-açúcar, que necessitava de uma grande produção.

Não foi a extração do pau-brasil que determinou a ocupação do território brasileiro e a criação de uma sociedade e uma base econômica estáveis. É com a instalação da empresa açucareira que Portugal efetivamente iniciou a colonização do Brasil no século XVI.

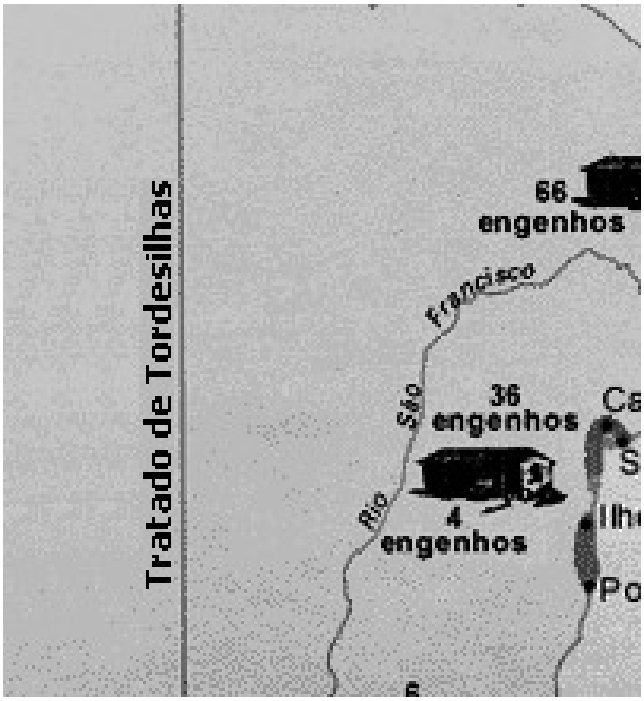
As etapas da produção do açúcar

Mas por que o açúcar? Desde o século XIII os europeus já conheciam o açúcar. Porém era caro demais, pois era produzido no Extremo Oriente e chegava à Europa em pequenas quantidades. Entre os séculos XV e XVI espanhóis e portugueses resolveram plantar cana-de-açúcar. A Espanha utilizou suas terras americanas e Portugal suas ilhas atlânticas da costa africana. Assim, os portugueses optaram por esse produto, primeiramente, porque o clima e o solo do Brasil eram propícios ao plantio da cana-de-açúcar e havia o grande interesse dos comerciantes europeus por este produto, uma vez que ele era muito valorizado. Os portugueses conheciam as técnicas de plantio da cana, pois já o faziam nas ilhas atlânticas de Madeira e Açores.

Em 1521 um engenho pioneiro de Pernambuco exportou pequena quantidade de açúcar para Portugal. Em 1532, Martim Afonso de Sousa fundou uma usina na vila de São Vicente. Três anos depois, Jerônimo de Albuquerque fez funcionar a usina Nossa Senhora da Ajuda, nas proximidades de Olinda. Em 1560, com a produção dos engenhos da colônia, já era boa a posição de Portugal no comércio açucareiro da Europa. Foram tomadas várias medidas de incentivo à construção de engenhos e os primitivos modelos empregados nas ilhas portuguesas foram substituídos por engenhos de água, por almanjarras e trapiches puxados por animais. A produção de açúcar chegou a mais de dez mil arrobas por safra.

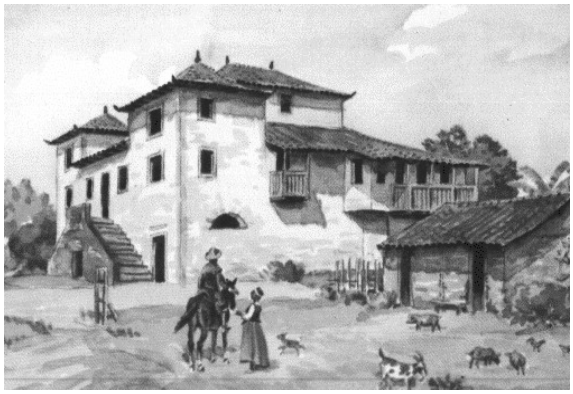
O engenho era instalado à beira-mar ou junto a um rio, e se chamava de engenho não apenas a fábrica de açúcar como toda a propriedade em que ela funcionava, incluindo a casa-grande, a senzala, as terras e as culturas. O funcionamento dos engenhos determinou o povoamento da terra. Em face da necessidade de utilizar abundante mão-de-obra e animais de tração na moenda e no transporte, alguns engenhos deram origem a povoados e mantinham seu próprio capelão.

Apesar da criação do latifúndio em virtude de suas extensas plantações, ao lado dos canaviais nascia a agricultura de subsistência para atender à crescente necessidade de alimentos da casa-grande, dos escravos e do pequeno grupo de assalariados. Durante o século XVII, o açúcar exportado pelo Brasil rendeu cerca de 200 milhões de libras -- mais que a mineração do ouro –, mas a partir desse mesmo período a produção dos engenhos começou a cair acentuadamente.



Produção açucareira no século XVI. Pernambuco e Bahia são onde mais há engenhos.

No negócio açucareiro, os holandeses tiveram participação ativa. Cabia a eles o refino e a distribuição do açúcar no mercado europeu, bem como o financiamento de parte dos equipamentos necessários nos engenhos e na importação de africanos que serviriam como mão-de-obra. Em virtude disso, o economista Celso Furtado pôde afirmar que "o açúcar era holandês".


Engenho de cana-de-açúcar típico do Brasil colonial

As Atividades Subsidiárias – Pecuária

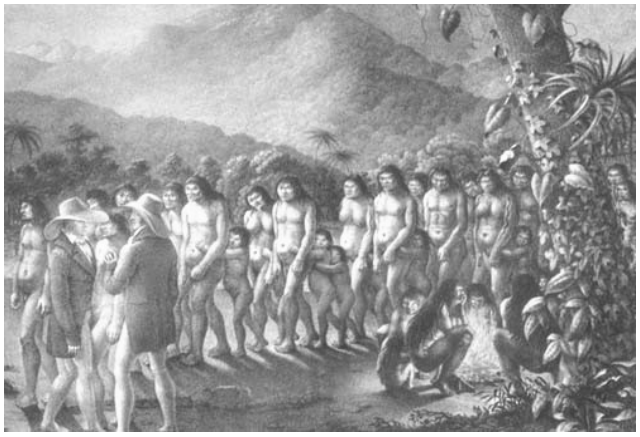
Como atividade complementar à empresa açucareira, o gado forneceu alimento, força motriz e meio de transporte. A fazenda de criação de gado, a partir de Pernambuco e da Bahia, foi particularmente beneficiada pelo êxito da agroindústria do açúcar; pelas proibições metropolitanas de

criar gado na faixa litorânea; pela existência no interior de terras desocupadas. Nessas grandes fazendas, foi utilizado o trabalho escravo africano e nas demais, a mão-de-obra livre indígena.

A Mão-de-Obra Escrava

O latifúndio monocultor no Brasil exigia uma mão-de-obra permanente. Era inviável a utilização de portugueses assalariados, já que a intenção não era vir para trabalhar, e sim para se enriquecer no Brasil. O sistema capitalista nascente não tinha como pagar salários para milhares de trabalhadores, além do que, a população portuguesa que não chegava aos 3 milhões, era considerada reduzida para oferecer assalariados em grande quantidade. Embora o índio tenha sido um elemento importante para formação da colônia, o negro logo o suplantou, sendo sua mão-de-obra considerada a principal base, sobre a qual se desenvolveu a sociedade colonial brasileira.

Os portugueses já possuíam experiência de escravidão sobre a costa da África e haviam levado muitos negros para Portugal, aos serviços domésticos. No início da colonização do Brasil, escravizaram os índios, chamados de "negros da terra". Essa experiência fracassou. Umas das razões é que os índios estavam em seu próprio território, conhecendo bem as saídas para evitar o apresamento.



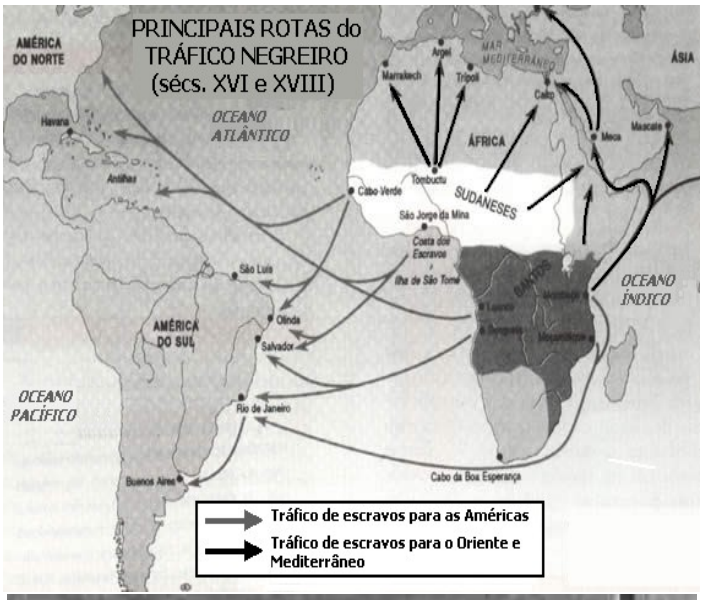
Anteriormente ao lucrativo tráfico negreiro, o índio era escravizado no Brasil para trabalhar para os europeus.

A reação do nativo se tornou uma ameaça perigosa para capitânias como a do Espírito Santo e do Maranhão. Além da luta armada, os **indígenas reagiram** de outras maneiras, ocorrendo fugas, alcoolismo e homicídios como forma de reação à violência estabelecida pelo escravismo colonial. Todas essas formas de reação dificultavam a organização da economia colonial, podendo assim, comprometer os interesses mercantilistas da metrópole, voltados para acumulação de capital. Destaca-se também, a posição dos jesuítas, que voltados para catequese do índio, opunham-se à sua escravidão. Apesar de todos esses obstáculos, o indígena é amplamente escravizado. Argumentos tão amplamente utilizados, como inaptidão do índio brasileiro ao trabalho agrícola e sua indolência são, portanto, falsos.

A escravidão dos índios foi substituída pela africana, o que não significa que a situação indígena deixasse de ser muito precária. A maior utilização do negro como mão-de-obra escrava básica na economia colonial, deve-se principalmente ao **tráfico negreiro**, atividade altamente rentável, tornando-se uma das principais fontes de acumulação de capitais para metrópole. Exatamente o contrário ocorria com a escravidão indígena, já que os lucros com o comércio dos nativos não chegavam até a metrópole.Torna-se claro assim, o ponto de vista defendido pelo historiador Fernando Novais, de que "o tráfico explica a escravidão", e não o contrário. Em alguns momentos da história brasileira, o comércio de escravos gerava mais riqueza que a produção baseada nesse tipo de trabalho.

Para os portugueses, o tráfico negreiro não era novidade, pois desde meados do século XV, o comércio de escravos era regular em Portugal, sendo que durante o reinado de D. João II o tráfico negreiro foi institucionalizado com a ação do Estado português, que cobrava taxas e limitava a participação de particulares.

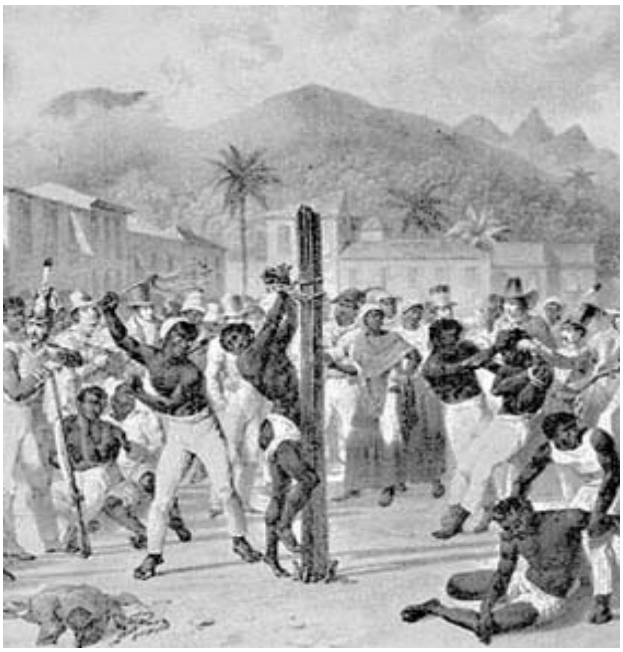
Quanto à procedência étnica do negro, destacaram-se dois grupos importantes: os **bantos**, capturados na África equatorial e tropical provenientes do Congo, Guiné e Angola, além dos **sudaneses**, vindos da África ocidental, Sudão e norte da Guiné.



Porão de um navio negreiro, de J. Baptiste Debret.

Os escravos vieram em **condições desumanas**. Muitos morriam na travessia do Oceano Atlântico e seus corpos eram lançados ao mar. Aqueles que causassem quaisquer tipos de problemas durante a viagem também eram atirados ao mar com uma pedra amarrada ao pescoço. Ao chegar, sentiam-se desorientados, pois vinham de

diferentes regiões da África e, em geral, não se conheciam, justamente o que os senhores queriam, para evitar uma resistência organizada. Isso foi mudando à medida que se formavam gerações de escravos que integravam a vida da Colônia, apesar da sua condição de dependência.



Punições Públicas, de Rugendas.

Ilustração de Debret demonstrando o castigo corporal sobre os negros ao longo da colônia.

Trabalhavam do raiar do sol até o começo da madrugada, recebendo apenas trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade, compostas de restos do senhor de engenho. Passavam as noites nas **senzalas** (grandes galpões escuros, úmidos, de higiene precária, em suma, inóspitos), acorrentados para evitar fugas. Eram constantemente castigados fisicamente, sendo que o açoite era a punição mais comum no Brasil Colônia. Estavam proibidos de praticar sua religião de origem africana ou de realizar suas festas e rituais africanos. Tinham que seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho, adotar a língua portuguesa na comunicação. Apesar de todas as imposições e restrições, não deixaram a cultura africana se apagar. Escondidos, realizavam seus rituais, praticavam suas festas, mantiveram suas representações artísticas e desenvolveram a capoeira, que de dança se configurou em luta de resistência.

As mulheres negras eram utilizadas principalmente no ambiente doméstico, como cozinheiras, arrumadeiras, amas de leite etc. Sofreram assim como os homens negros. Além dos constantes estupros que sofriam por parte dos senhores de engenho e de seus filhos, eram alvos do ciúme das mulheres brancas, sendo muitas vezes assassinadas por elas.

Diversas eram as formas de **resistências** dos escravos à escravidão. A mais conhecida é o quilombo, uma organização de negros fugidos e de gente marginalizada, criando uma vida alternativa à exploração colonial. Eram comunidades organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, através de uma produção comunitária. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares (na Serra da Barriga, em Pernambuco), comandado por Zumbi.

Havia outras maneiras de resistir ao cotidiano de opressão, como fugas, o não-cumprimento de ordens, lentidão no ritmo de trabalho, suicídio, abortos provocados por mulheres negras grávidas, causando prejuízo financeiro as escravocratas etc. Vários estudos têm mostrado que também os escravos da casa-grande, e não apenas os da senzala, encontravam formas de resistência aos senhores.

A Lavoura de Subsistência

Assim como a pecuária, a lavoura de subsistência foi uma projeção da empresa agrícola canavieira, fornecendo alimento à população dos engenhos. A mandioca, o milho, o feijão — as culturas de origem indígena — foram espécies que se desenvolveram bastante na colônia.

A Sociedade Patriarcal

Na sociedade colonial, tudo girava em torno da família, comandada pelo senhor de engenho. Seguindo a tradição da época em que os portugueses se instalaram no Brasil, a família não era apenas marido, mulher e filhos. Tratava-se de um verdadeiro clã, incluindo concubinas, parentes, padrinhos, afilhados, amigos e dependentes. Todos submetidos à autoridade indiscutível da temida e venerada figura do **patriarca**. Este possuía o direito de controlar a vida e as propriedades de sua mulher, filhos e dependentes. Encarnava, na mente de seus subordinados, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano. Era o grande senhor rural, latifundiário. O próprio Estado, que deveria garantir a ordem pública acima das questões familiares, esbarrava na ordem do patriarca.

Jantar de uma família, ilustrado por Debret.

A família patriarcal era, portanto, a espinha dorsal da sociedade e desempenhava os papéis de procriação, administração econômica e direção política. Na **casa-grande**, que era o núcleo das poderosas fazendas, nasciam filhos e netos do patriarca, traçavam-se os destinos dos futuros dirigentes do país. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, tornando comuns os casamentos arranjados entre parentes. A fortuna do clã e suas propriedades se mantinham assim indivisíveis sob a chefia do patriarca.

Era a sociedade da dominação masculina branca. Mulheres e escravos eram insignificantes e amedrontados perante o poder do patriarca. Nesse universo masculino, os filhos mais velhos também desfrutavam imensos privilégios, especialmente em relação a seus irmãos. Em geral dispunham de infinitas regalias, a começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras com criadas e escravas, enquanto às mulheres tudo era proibido.

Por mais enaltecido que fosse o papel de mãe, um obscuro destino esperava as mulheres. Uma senhora de elite, envolta numa aura de castidade e resignação, devia procriar e obedecer. Com os filhos mantinha poucos contatos, uma vez que os confiava aos cuidados de amas-de-leite e governantas. Sobravam-lhe as amenidades, as parcas leituras e a supervisão dos trabalhos domésticos. A mulher perdia a consanguinidade de sua própria família de origem, para adotar a do esposo.

A mulher restringia-se às quatro paredes de sua casa, supervisionando o trabalho doméstico dos escravos (que se alojavam no andar térreo), como a confecção de roupas e a destilação de vinho etc.

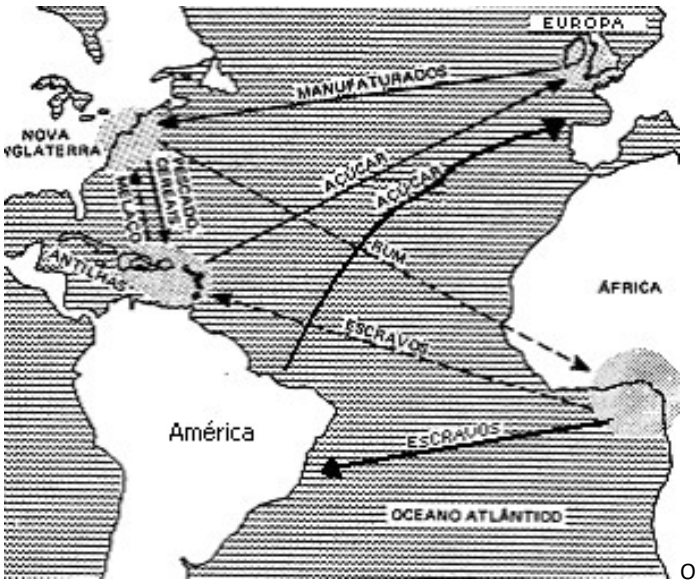
O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

A implantação do sistema colonial português na América assentou-se em quatro pilares: a grande propriedade agrícola, o trabalho escravo, a monocultura e a exportação de produtos tropicais. Nunca se deve perder de vista que a colônia, durante todo o período em que esteve submetida à metrópole, teve uma função específica no interior do sistema colonial: suprir o comércio europeu com produtos tropicais. Com a análise histórica, podemos verificar que a Colônia brasileira existiu para fornecer para o comércio exterior, inicialmente, açúcar, tabaco e alguns outros gêneros e, mais tarde, ouro e diamantes, seguidos do algodão e, finalmente, o café.

Assim, a colônia, dentro do sistema de comércio europeu, estava subordinada à Metrópole. Este mecanismo de subordinação do Brasil a Portugal ficou conhecido como **Pacto Colonial**, o qual determinava que a Metrópole previa as regras básicas, a saber: a colônia serviria à metrópole como mercado exclusivo para seus produtos; a colônia só produziria aquilo de que a metrópole necessitava, não concorrendo com ela.

Em outras palavras, o Brasil, de acordo com o estabelecido pelo Pacto Colonial, passava a ser território exclusivo da metrópole, o que na verdade significa que Portugal teria direitos exclusivos de comércio conosco. O monopólio comercial garantia o controle da metrópole sobre a colônia e possibilitava que os comerciantes portugueses comprassem produtos tropicais pelo mais baixo preço e lhes vendia produtos **manufaturados** pelo mais alto preço. Deste modo, saíam do Brasil e iam para Portugal o açúcar, tabaco, algodão etc. e chegavam da metrópole aos portos brasileiros armas, tecidos, azeite, entre outros.

O mercado europeu sempre definiu o que uma colônia deveria produzir, por isso a **monocultura** constituiu-se em uma característica fundamental do sistema colonial. Na falta de metais preciosos, a solução para obter alguma forma de lucro no Brasil colonial, seria promover a produção de um gênero agrícola que tivesse grande aceitação e elevado preço no mercado europeu. O **açúcar** atendia perfeitamente essas exigências. Se o seu preço estivesse elevado no comércio europeu, os proprietários viam-se obrigados, pela metrópole, a produzi-lo. O mesmo ocorreu com os outros produtos.



O comércio triangular nos séculos XVI e XVII

A exploração agrária aqui se definiu pela larga escala, isto é, em **grandes unidades produtoras** — fazendas, engenhos e plantações — e contou com enorme contingente de **trabalhadores escravizados**, sem propriedade e subordinados ao proprietário. Nesse sentido,

a maioria esmagadora da população viveu para trabalhar em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. O trabalho escravo foi a forma dominante de produção. A princípio utilizaram os nativos (índios), mas foi a **mão-de-obra africana** que executou quase todo o trabalho braçal. Disso surge o conceito depreciativo de que "trabalho é coisa de negro".

FILMOGRAFIA

A Missão - Retrato da vida nas missões jesuíticas do Alto Paraguai e do conflito com as metrópoles ibéricas.
Desmundo – No Brasil colonial, uma jovem órfã portuguesa é enviada ao país para se casar com um dos colonizadores que vivem no Brasil. Não aceitando seu destino, uma delas busca fugir de seu novo marido e retornar ao seu país natal.

EXERCÍCIOS

1. (FUVEST-SP) A forma característica dominante da colonização portuguesa na América foi:
a) a pequena unidade de produção diversificada, comércio livre e trabalho compulsório.
b) as grandes unidades produtivas, monopólio de comércio e escravidão.
c) o Pacto Colonial, exploração de minérios e trabalho livre.
d) o latifúndio, produção monocultora e trabalho assalariado indígena.
e) a exportação de matérias-primas, minifúndios e servidão.

2. (FUVEST) – "... com a fundação da vila de São Vicente, instalou-se na colônia a primeira instituição da administração local."
Que instituição era essa e como estava organizada?

3. "O elenco das atribuições dos donatários previa inúmeros privilégios e direitos, inclusive na participação nos tributos cobrados para a coroa. Um dos direitos era a concessão de terras em sesmarias."
Com base no texto, o que eram as sesmarias?

4. (UFAL) — A implantação em 1548, no Brasil, do sistema de Governo-Geral tinha por objetivo:
a) legislar e executar as decisões das Câmaras Municipais.
b) iniciar o processo de colonização da costa brasileira.
c) promover e desenvolver atividades no mercado de consumo.
d) expandir a ocupação do interior do território nacional.
e) coordenar e centralizar a administração das capitanias.

5. (FUVEST) — Na administração pública do Brasil colonial, a Igreja desempenhava papel de grande importância, igualando-se muitas vezes à administração civil. Isto se dava:
a)pelas decisões do Concílio de Trento, acatadas por Portugal, o poder eclesiástico tinha voz ativa nos assuntos temporais.
b)pela excomunhão religiosa que afastava o indivíduo de todas as atividades da vida da colônia.
c)pela identidade de interesses e propósitos da Igreja e Estado que tornava a colaboração indispensável à administração.
d)pela autonomia gozada pela igreja em Portugal que se transferiu para o Brasil por decisões Papais.
e)pela valorização do trabalho indígena que punha em detrimento a mão-de-obra negra africana.

6. (FATEC) – A única forma de ocupação do Brasil por Portugal era através da colonização. Era necessário colonizar simultaneamente todo o extenso litoral. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:
a) criação o sistema de governo geral;
b) criação de distribuição de sesmarias;
c) criação das capitanias hereditárias;
d) doação de terras a colonos;
e) sistema de parceria.

7. (FGV) – Quais as características dominantes da economia colonial brasileira:
a) propriedade latifundiária, trabalho indígena assalariado e produção monocultora;
b) propriedades diversificadas, exportação de matérias-primas e trabalho servil;
c) monopólio comercial, latifúndio e trabalho escravo de índios e negros;
d) pequenas vilas mercantis, monocultura de exportação e trabalho servil de mestiços;
e) propriedade minifundiária, colônias agrícolas e trabalho escravo.

8. (FUVEST) – No Brasil colonial, a escravidão caracterizou-se essencialmente:
a) por sua vinculação exclusiva ao sistema agrário exportador;
b) pelo incentivo da Igreja e a Coroa à escravidão de Índios e negros;
c) por estar amplamente distribuída entre a população livre, constituindo a base econômica da sociedade;
d) por destinar os trabalhos mais penosos aos negros e mais leves aos índios;
e) por impedir a emigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil.

9. (PUC-SP) Para a maioria dos autores, a adoção do regime das capitanias significou mais uma concessão do que doação. Isso quer dizer que:
a) os donatários, pela Carta de Doação recebiam o direito de posse e exploração da terra, resguardados os direitos do Estado.
b) pelos Forais garantia-se aos donatários o direito de revender suas terras aos colonos.
c) aos donatários era concedido o direito de explorar as jazidas minerais do subsolo sem taxação adicional.
d) a autoridade do donatário era restringida pelo direito de nomeação das autoridades judiciárias reservado à Coroa.
e) as exigências dos donatários para com os colonos assumiam caráter de leis irrevogáveis.

10. (FGV-SP) 'Desdobramento da expansão comercial e marítima dos tempos modernos, a colonização significava a produção de mercadorias para a Europa, naquelas áreas descobertas em que as atividades econômicas dos povos 'primitivos' não ofereciam a possibilidade de se engajarem em relações mercantis vantajosas aos caminhos do desenvolvimento capitalista europeu. Assim, passava-se da simples comercialização de produtos já encontrados em produção organizada, para a produção de mercadorias para o comércio.' (Fernando Novais, Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, p. 73.)
Neste texto, o autor descreve:
a) a integração de áreas do território americano ao mercado europeu, a partir do século XVI.
b) as relações econômicas entre a Europa Ocidental e a Europa do Leste, no século XVI, quando prevaleceu o capitalismo comercial.
c) as diferenças entre a colonização da América e a da África.
d) a organização, na Ásia, do Antigo Sistema Colonial.
e) a incorporação dos povos indígenas ao capitalismo europeu.

11. (Fuvest-SP) Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549. Isso ocorreu porque, até então:
a) os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventurassem a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.
b) a Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, policiando a costa com expedições bélicas.
c) as forças e atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas.
d) os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral, bem como as feitorias da costa sul-atlântica.
e) a população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.

12. (Cesgranrio-RJ) A denominação de Costa do Pau-Brasil, dada ao trecho do litoral brasileiro compreendido entre o Cabo de São Roque e Cabo Frio, demonstra a importância que a exploração dessa madeira tintorial desempenhou durante o chamado período Pré-Colonizador. Sobre este período, são corretas as afirmações abaixo, COM EXCEÇÃO DE UMA:
a) o estabelecimento do escambo entre nativos e portugueses e a utilização do trabalho indígena nas tarefas de corte e transporte do pau-brasil.
b) a ocupação esparsa do litoral brasileiro, restrita à construção de feitorias, possibilitando a presença de contrabandistas estrangeiros.
c) a devastação dos recursos naturais e a consequente eliminação das populações nativas que ocupavam as áreas de ocorrência do pau-brasil.
d) o papel secundário da nova Colônia no conjunto do circuito mercantil controlado pelos portugueses.
e) o estabelecimento de contratos de arrendamento da exploração do pau-brasil entre o rei e comerciantes portugueses, garantindo-lhes o monopólio.

13 (Fuvest-SP) 'Eu, el-rei D. João III, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo da minha casa, que ordenei mandar fazer nas terras do Brasil uma fortaleza e povoação grande e forte na Baía de Todos-os-Santos. (...) Tenho por bem enviar-vos por governador das ditas terras do Brasil.' (Regimento de Tomé de Sousa, 1549.)
As determinações do rei de Portugal estavam relacionadas:
a) à necessidade de colonizar e povoar o Brasil para compensar a perda das demais colônias agrícolas portuguesas do Oriente e da África.
b) aos planos de defesa militar do império português para garantir as rotas comerciais para a índia, Indonésia, Timor, Japão e China.
c) a um projeto que abrangia conjuntamente a exploração agrícola, a colonização e a defesa do território.
d) aos projetos administrativos da nobreza palaciana visando à criação de fortes e feitorias para atrair missionários e militares ao Brasil.
e) ao plano de inserir o Brasil no processo de colonização escravista semelhante ao desenvolvido na África e no Oriente.

14 (Fuvest·SP) Forma característica dominante da colonização portuguesa na América:
a) pequenas unidades de produção diversificada, comércio livre e trabalho compulsório.
b) grandes unidades produtivas de exportação, monopólio do comércio e escravidão.
c) pacto colonial, exploração de minérios e trabalho livre.
d) latifúndio, produção monocultora e trabalho assalariado de indígenas.
e) exportação de matérias-primas, minifúndios e servidão.

15 (Fuvest-SP) Antonil, na obra Cultura e opulência no Brasil, de 1711, afirmava: 'Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho'. Analise esta afirmativa.

16 (UFCE) O tráfico de escravos negros para o Brasil colônia foi importante elemento:
a) de incentivo à produção de manufaturas para o mercado interno.
b) para o desenvolvimento da agricultura de subsistência e da pecuária.
c) para miscigenação com a mão-de-obra indígena.
d) de lucratividade, favorecendo a acumulação de capitais na metrópole.
e) de incentivo ao comércio de índios enviados para Portugal

17 (FAAP) Qual o grau de relacionamento da pecuária do São Francisco com a economia açucareira do Nordeste colonial?

18 (Fafeod) Qual das atividades econômicas do período colonial brasileiro mais contribuiu para o desbravamento do vale amazônico?
a) a pecuária bovina de caráter extensivo.
b) a mineração de diamantes e ouro de aluvião
c) a produção de tabaco destinada à exportação
d) a exploração das chamadas drogas do sertão
e) a monocultura algodoeira e arroz nos vales alagados

19 (Fuvest - SP) A atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, durante todo o período colonial, foi importante, porque:
a) garantiu a ocupação da região e aproveitou a mão de obra indígena local.
b) reproduziu a estrutura da grande propriedade monocultora
c) gerou riquezas e permitiu a abertura de estradas na região.
d) permitiu a integração do norte do Brasil ao contexto andino
e) inviabilizou as aspirações holandesas de ocupação da floresta.

20 (FURRN) No aldeamento
Quem mandava não era mais o chefe indígena.
Quem mandava era o missionário.
Era o missionário que mandava plantar a roça.
Era o missionário que mandava assistir a missa.
Era o missionário que mandava construir casas.
(CIMI, História dos povos indígenas)
O texto acima se refere ao (à):
a) extermínio dos indígenas na guerra dos bárbaros
b) ação dos jesuítas no período colonial
c) declínio da colonização portuguesa na América
d) supremacia dos índios sobre os missionários
e) vida indígena antes da chegada do colonizador.

3. DISPUTAS EUROPEIAS NOS DOMÍNIOS PORTUGUESES DA AMÉRICA

Nos primeiros séculos da colonização, o Brasil foi palco de disputas entre as nações europeias. Estas rivalizavam pelo controle da exploração mercantilista sobre o território colonial. Devido a isso, inúmeros ataques estrangeiros acometeram o Brasil, sobretudo nos séculos XVI e XVII.

Diferentemente da América Espanhola, o litoral brasileiro não dispunha de nenhum tipo de segurança, um ataque inimigo provavelmente seria bem sucedido, pois a concentração da produção de açúcar não ficava muito distante da região litorânea. As invasões objetivavam a conquista definitiva de grandes porções de terras. Além de invasões para a conquista de territórios, há a atuação de piratas e corsários saqueando as cidades litorâneas.

Outro fator que explica as invasões é a União Ibérica (1580-1640), onde Portugal foi anexada pela Espanha, passando a ter como inimigas as nações que antes eram rivais apenas da Espanha. Com a União Ibérica, as nações em litígio com a Ibéria encontraram uma forte justificativa para poder ocupar e explorar o cobiçado território brasileiro.

AS OCUPAÇÕES FRANCESAS

FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1567)

Ao longo do Governo-geral de Duarte da Costa (1553-1558) ocorreram diversas incursões de corsários e piratas de potências europeias, dentre elas a dos franceses. Na verdade, há muito tempo os franceses já realizavam contrabando ao longo do litoral brasileiro.

Sob o comando do huguenote (calvinista francês) **Nicolau Durand de Villegaignon**, um total de dois navios e 600 soldados e colonos franceses calvinistas, refugiados das perseguições religiosas e políticas da França, aportou na **Baía de Guanabara**, em **1555**, com o objetivo de instalar um núcleo colonial, a **França Antártica**. Ali fundaram o Forte de Coligny (em honra de Gaspard de Coligny, um almirante huguenote que apoiou a expedição a fim de proteger seus correligionários). Pretendiam garantir a exploração do pau-brasil no litoral sul e conseguir um espaço onde os protestantes franceses pudessem exercer livremente sua religião.

Sem ser incomodado pelos portugueses, que inicialmente não tomaram conhecimento da sua invasão, Villegagnon expandiu a pequena colônia trazendo mais colonos em 1556, desta vez constituídos principalmente de calvinistas suíços de Genebra, em três navios comandados por seu sobrinho, Bois le Comte. Villegagnon protegeu sua posição fazendo uma aliança com os índios Tamoios e Tupinambás da região, que combatiam os portugueses. Dessa forma, os portugueses agora tinham de enfrentar tanto os franceses quanto os índios mais organizados. Essa união das tribos indígenas contra os portugueses ficou conhecida como a Confederação dos Tamoios. Coube ao terceiro governador-geral **Mem de Sá** (1558-1572) o combate aos franceses.

A primeira expedição organizada por Mem de Sá contra os franceses ocorreu em 1560. Com uma frota de 26 navios de guerra e 2000 soldados, ele atacou e destruiu o Forte Coligny em três dias, mas foi incapaz de vencer seus habitantes e defensores, pois eles conseguiram escapar para o continente com a ajuda dos índios, lá continuando a viver e a trabalhar. O almirante Villegagnon já se convertera à religião católica e retornara para a França em 1558, desiludido com as contínuas disputas religiosas entre os protestantes franceses e católicos, que também haviam chegado com o segundo grupo. Com a destruição do forte de Coligny, foram expulsos temporariamente da baía de Guanabara. Em 1563 a Metrópole enviou reforços para o governador, representados na expedição de Estácio de Sá, seu sobrinho. Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que serviria inicialmente de base na luta contra os franceses e seus aliados indígenas.

Batalha de Mem de Sá contra os franceses na Baía de Guanabara, em 1560, é o que retrata este mapa-reportagem de autoria desconhecida, datado de 1567.

A luta com os franceses prosseguiu até **1567**, quando **Estácio de Sá** recebeu reforços militares e ajuda de índios, chefiados por Araribóia, adversário dos tamoios e aliado dos portugueses. Por seu lado, os **jesuítas**, liderados por **Manuel da Nóbrega** e **José de Anchieta**, pacificaram os índios tamoios de São Vicente, fazendo com que retirassem seu apoio aos franceses, em troca da promessa de não serem mais atacados e nem escravizados. Sem esse apoio, os franceses não conseguiram resistir, sendo definitivamente expulsos do Rio de Janeiro. Estácio de Sá, vítima de uma flechada no decorrer da luta, morreria algum tempo depois.

Em resposta às tentativas francesas de conquistas territoriais no Brasil (a outra foi chamada de França Equinocial e aconteceu na atual cidade de São Luís – Maranhão -, entre 1612 e 1615), a coroa portuguesa decidiu intensificar a colonização do Brasil. Ao serem expulsos da Guanabara, os franceses passaram a atacar a costa leste-oste brasileira, ameaçando as posses portuguesas da Paraíba ao Maranhão. Para combater esses ataques, a administração colonial passou a ocupar militarmente esses regiões quase

desabitadas. A ocupação se deu por meio da construção de fortalezas militares. Em torno delas surgiram cidades que seriam, posteriormente, capitais dos estados nordestinos (como Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará).

FRANÇA EQUINOCIAL (1612-1615)

A **França Equinocial** começou em **1612**, quando uma expedição francesa partiu de Cancale, (Bretanha, França) sob o comando de **Daniel de la Touche**, *Seigneur de la Ravardière*. Transportando 500 colonos, a expedição chegou à costa norte do atual estado do **Maranhão**, no Brasil. De la Ravardière descobrira a região em 1604, mas a morte do rei adiou seus planos de iniciar sua colonização. Os colonos logo fundaram um vilarejo, que eles denominaram "Saint Louis", em honra do rei francês, Luis IX. O nome transformou-se em "São Luís" em português, a única capital de estado brasileira fundada por estrangeiros. Os soldados começaram a construir um forte com o mesmo nome do vilarejo. Uma importante diferença com relação à França Antártica é que a nova colônia não foi originada devido à fuga de perseguições religiosas aos protestantes, mas sim devido a violações da bula papal que dividia o "Novo Mundo" entre a Espanha e Portugal, cujas fronteiras foram mais tarde mais bem definidas pelo Tratado de Tordesilhas.

A nova invasão não durou muito tempo. Já em 1613, um exército foi reunido no estado de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura, e Portugal organizou uma expedição militar que acabou derrotou e expulsou os colonizadores franceses em **1615**. Assim, repetiu-se o desastre sofrido pelos colonizadores da França Antártica, em 1567. Posteriormente, colonos brasileiros e portugueses chegaram em grande número e São Luís começou a crescer lentamente, com uma economia baseada principalmente na cana-de-açúcar e escravidão, sendo criada a capitania do Maranhão.

Comerciantes e colonizadores franceses tentaram novamente instalar a França Equinocial mais ao norte, no que é hoje a **Guiana Francesa**, em 1626, 1635 (quando a capital, Cayenne, foi fundada) e 1643. Duas vezes a *Compagnie de la France Équinoxiale* foi fundada, em 1643 e 1645, mas ambas desapareceram por causa de incompetência, falta de sorte e desorganização. Foi somente depois de 1674, quando a colônia passou sob o controle direto da coroa francesa e um governador competente tomou posse, que a França Equinocial tornou-se realidade. Ainda hoje a Guiana Francesa é um departamento da França continental.

No século XVIII, o Brasil ainda seria atacado novamente por corsários franceses, a serviço de Luís XIV. Este enviou seus saqueadores ao Brasil devido ao dato de Portugal atuar ao lado da Inglaterra, contra a França, na guerra de Sucessão Espanhola. A primeira esquadra invasora chegou em 1710, fracassou e seu comandante, **Jean François Duclerc**, foi preso. No ano seguinte uma nova esquadra saqueadora chegara ao Brasil, sob o comando de **René Duguay-Trouin**, saqueando o rio de Janeiro e exigindo um grande resgate para deixar a cidade.

OS ATAQUES INGLESES

Desde o início da colonização, comerciantes ingleses sempre estiveram presentes nas costas brasileiras. Essa presença foi relativamente pacífica entre 1530 e 1580, com os ingleses realizando comércio com índios e até mesmo como portugueses. Com o início da União Ibérica (1580) em uma época em que a Inglaterra e a Espanha estavam em guerra, os ingleses passaram a atacar o Brasil com seus corsários.

Em 1583, Edward Fenton atacou Santos. Quatro anos depois Robert Withrington e Cristopher Lester atacaram sem sucesso Salvador. Já em 1591, Thomas Cavendis saqueou Santos. E no ano de 1596, James Lancaster e Venner ocuparam o Recife, saqueando uma quantidade tão enorme de riquezas que foram necessários 15 navios para transportar as mercadorias para a Inglaterra. No século XVII, os ingleses ainda tentaram, sem obter resultados positivos, ocupar territórios da região do Amapá e na foz do Amazonas.

AS INVASÕES HOLANDESAS

Ao longo do século XVII, os holandeses invadiram o Brasil por duas vezes, promovendo uma ocupação sobre o Nordeste de mais de 20 anos. Trata-se das invasões mais longas e de consequências mais importantes do período colonial. As causas estão ligadas às alterações políticas e econômicas da Europa da segunda metade do século XVI, onde se inserem o domínio espanhol sobre Portugal, a independência da Holanda frente os Habsburgos, e o embargo comercial espanhol sobre a burguesia holandesa.

A UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)

Desde 1556 a Espanha era governada por **Felipe II** (1556-1598), membro de uma das mais poderosas dinastias europeias: os **Habsburgos** ou Casa d'Áustria, que além da **Espanha** detinha o controle do Sacro-Império Romano Germânico, sediado na Áustria, com influências também sobre a Alemanha e a Itália. Em 1580 instalou-se uma crise sucessória em Portugal. Em 1578, o rei **Dom Sebastião I** morrera na batalha de **Alcacer-Quibir** contra os mouros, no norte da África, não deixando herdeiros. Assumira o trono português, como regente, o cardeal Dom Henrique, seu tio-avô, que morreu em 1580. Extinguia-se com ele a dinastia de Avis. Criava-se o mito do Sebastianismo, onde D. Sebastião retornaria a qualquer momento para retirar Portugal da crise em que adentrara. Com o fim da linha direta de João III de Portugal, havia três hipóteses de sucessão:

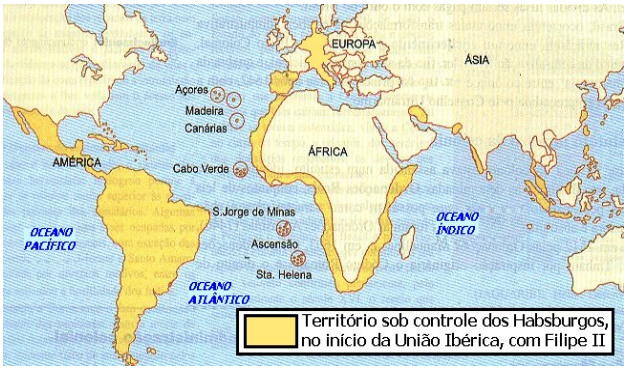
- Catarina de Portugal, neta de Manuel I de Portugal, casada com João I, Duque de Bragança ou, o seu filho adolescente Teodósio;
- António, Prior do Crato, neto de Manuel I, mas tido pela sociedade como ilegítimo;
- Felipe de Habsburgo (Felipe II), Rei de Espanha, também neto de Dom Manuel, o Venturoso (Manuel I), por via feminina.

Felipe II, Rei da Espanha, por ser neto de Manuel I, julgava-se o candidato com mais direito ao trono português. Assim, as forças espanholas invadiram Portugal, em **1580**, e Felipe de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal nas Cortes de Tomar de 1581. Ele tomou a Coroa portuguesa, unindo Portugal e Espanha. Essa anexação foi denominada União das Coroas Ibéricas, ou **União Ibérica**, e se estendeu até 1640.

O Rei espanhol Felipe II, governante da Casa dos Habsburgos, que anexou Portugal em 1580, dando início à União Ibérica, fazendo do Império Espanhol, no século XVI, o maior império que o mundo já houvera visto.

No entanto, a ideia da perda de independência levou a uma revolução liderada pelo Prior do Crato, que chegou a ser proclamado rei em 1580 e governou até 1583 na Ilha Terceira, nos Açores. Ele acabaria derrotado, sobretudo pelo apoio da nobreza tradicional e da burguesia a Felipe II. Para conseguir tais apoios, Felipe II comprometeu-se a manter e respeitar os foros, costumes e privilégios dos portugueses. O mesmo aconteceria com os ocupantes de todos os cargos da administração central e local, assim como com os efetivos das guarnições e das frotas da Guiné e da Índia. Nas Cortes, estiveram presentes todos os procuradores das vilas e cidades portuguesas, exceção feita às açorianas, fiéis ao rival derrotado de Felipe II. Era o princípio da união pessoal, que vigoraria sem grandes alterações até cerca de 1620, apesar das intervenções inglesas de 1589 nos Açores.

Dessa forma, Portugal e Espanha juntos formaram o **maior Império que já existiu no mundo até então**. Essa anexação foi chamada de União Ibérica, compreendendo territórios de quase todos os cantos do mundo: México, Cuba, América Central, América do Sul, África, Índia (Goa, Diu, Calicute), Marrocos (Ceuta, Tânger, Mazagão) Filipinas, China (Macau), Indonésia (Timor Leste e Molucas) e o Sacro Império Romano-Germânico, já que Felipe II era da dinastia dos Habsburgos. A União Ibérica teve todo o poder do comércio e desenvolvimento tecnológico da época. O Império da União das Coroas de Portugal e Espanha foi muito maior que o Império Romano, o Império Mongol ou o Império Macedônico.



A União Ibérica foi prejudicial ao Reino português devido às guerras travadas na Europa pelos reis Habsburgos. A partir daí, deflagrou-se um período de declínio político, de endividamento e de dependência econômica que diminuíram consideravelmente o poderio lusitano no continente e no mundo colonial.

Em relação às colônias, o período da União Ibérica marcou **uma mudança na orientação da política de colonização do Brasil**, deixando de lado a extração do pau-brasil e dando total prioridade à produção do açúcar. A conquista do litoral oriental tornou-se extremamente importante para a metrópole espanhola, como forma de ampliar a cultura canavieira e, também, facilitar a penetração e ocupação do norte do território. Essas medidas demonstravam a preocupação da Coroa espanhola em consolidar sua presença nessa parte do Brasil, e evitar a ocupação estrangeira.

Nos tempos do reinado de Felipe II, a exploração das minas de prata da América espanhola havia atingido o seu apogeu. Com a entrada da prata do México e do Peru, a Espanha se transformara, durante o século XVI, na mais poderosa nação europeia. Isso levou os historiadores a classificarem o século XVI como o século da preponderância espanhola. Tendo em mãos recursos abundantes, Felipe II aliou o poderio econômico a uma agressiva política internacional, da qual resultou a anexação de Portugal (até então, reino independente) e a independência dos Países Baixos (até então, possessão espanhola).

OS PAÍSES BAIXOS

Os **Países Baixos** (atuais Bélgica, Holanda e parte do norte da França), desde a segunda metade da Idade Média, constituíram-se numa região de grande prosperidade econômica, cujas manufaturas têxteis desfrutavam inigualável reputação internacional. Formou-se, assim, nos Países Baixos, uma **poderosa burguesia mercantil**, uma das mais progressistas da Europa. Os Países Baixos eram possessões dos Habsburgos e tinham grande autonomia no reinado de Carlos V (pai de Felipe II). Suas tradições e interesses econômicos locais eram respeitados.

Porém, essa situação se alterou profundamente com a ascensão de Felipe II, que herdara do pai o trono espanhol e os Países Baixos. A razão da mudança explica-se por dois motivos básicos: em primeiro lugar, o advento do protestantismo tinha polarizado o mundo cristão no século XVI, provocando intermináveis conflitos entre católicos e

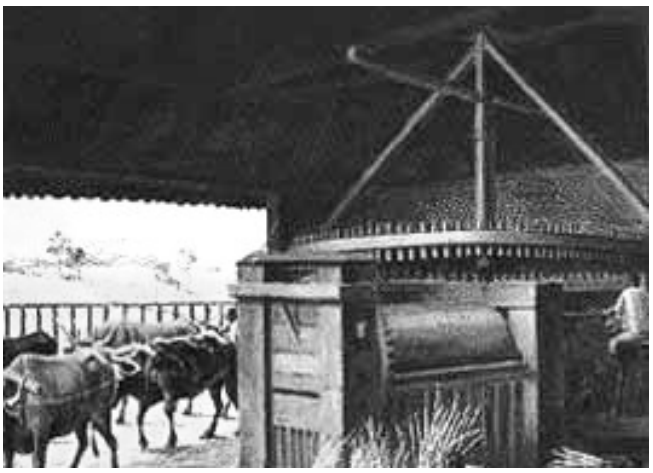
protestantes. Nos Países Baixos, em razão do predomínio burguês, difundiu-se rapidamente o **calvinismo**, ao passo que a Espanha mantinha-se profundamente católica, sendo que Felipe II era considerado o mais poderoso e o mais devotado monarca católico. Em segundo lugar, Felipe II era um rei absolutista. Assim, com a sua chegada ao trono terminou a fase de benevolência em relação aos Países Baixos. O novo monarca pôs **fim à tolerância religiosa e substituiu os governantes nativos por administradores espanhóis** de sua confiança, subordinando os Países Baixos diretamente à Espanha. A reação nos Países Baixos foi imediata, com a eclosão de **revoltas** por toda parte. A fim de reprimi-las, Felipe II enviou tropas espanholas sob o comando do violento duque de Alba. À repressão político-religiosa, somou se o confisco dos bens dos revoltosos.

Contra essa violência espanhola uniram-se dezessete províncias dos Países Baixos para resistir melhor. Porém, a luta anticatólica, antiabsolutista e antiespanhola dos Países Baixos começou a se radicalizar e passou a ameaçar a própria ordem social. A nobreza e os ricos mercadores começaram a se sentir ameaçados em seus privilégios pela crescente participação popular na rebelião antiespanhola, principalmente nas províncias do sul (Bélgica atual). A fim de evitar o agravamento dessa tendência indesejável para a camada dominante, as províncias do sul decidiram abandonar a luta e se submeter aos espanhóis em 1579. No entanto, continuaram a resistir as sete províncias do norte, que formaram a **União de Utrecht**, em 1581, e não mais reconheceram a autoridade de Felipe II. Sob a liderança de Guilherme, o Taciturno, prosseguiu a luta da União de Utrecht. Guilherme foi assassinado em 1584, o que conduziu à criação de um Conselho Nacional, integrado pela nobreza e pela burguesia. Nasceram, desse modo, as **Províncias Unidas dos Países Baixos na República da Holanda**. Em sua luta contra a Espanha, a Holanda foi apoiada ativamente pela Inglaterra. Assim, devido à tenaz resistência holandesa e à ampliação do conflito, a Espanha aceitou finalmente uma trégua: a **Trégua dos 12 anos** (1609 a 1621), representando o reconhecimento da independência da Holanda.

OS HOLANDESES E A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA NO BRASIL

Desde a Idade Média, Portugal mantinha com os Países Baixos relações comerciais, que se intensificaram na época da expansão marítima. Os mercadores flamengos eram os principais compradores e distribuidores dos produtos orientais trazidos por Portugal.

Na época da colonização, por volta de 1550, o Brasil já era o maior produtor mundial de açúcar. No Nordeste, especialmente em Pernambuco, havia excelentes condições de clima e solo, instalando-se rapidamente dezenas de fazendas e engenhos. No início, a empresa açucareira enfrentou sérios problemas. Plantar cana era uma tarefa menos complexa que produzir e vender o açúcar. Além do frete ou compra de embarcações para transporte dos colonos e dos equipamentos, o custo para implantação de um engenho era muito elevado, pois os equipamentos eram caríssimos para época, como fornalhas, moendas e vasilhas de cobre. Nesse sentido, os holandeses surgem como peça vital para viabilizar a empresa açucareira na colônia.



Engenho trapiche (movido com tração animal). A produção açucareira dependia da atuação dos holandeses no capital inicial da montagem do engenho, no refino do açúcar, no frete e na distribuição pela Europa. Durante a União Ibérica (1580-1640), após a independência da Holanda do domínio Habsburgo, a Espanha promove um embargo econômico sobre o comércio holandês, causando a invasão holandesa no Brasil.

Desde o século XV, os holandeses já comercializavam o açúcar produzido pelos portugueses nas ilhas atlânticas. No Brasil, emprestavam o capital, exigindo em troca os direitos de refinação e distribuição no mercado europeu, bem como, o transporte de Portugal para Holanda. Recolhiam o produto em Lisboa, refinavam e distribuíam na Europa, principalmente na França, Inglaterra e regiões do Báltico. Ficavam, portanto, com a maior parte da renda gerada pela empresa açucareira brasileira, pois esta era uma época mercantilista, onde o acúmulo de capital estava bem mais na distribuição (comércio), do que na produção da mercadoria. Ao rei de Portugal cabia uma parcela também significativa do capital gerado pelo açúcar, pois recolhia impostos dos produtores, comerciantes e transportadores do produto.

Foi justamente a ação da burguesia holandesa que garantiu que a empresa açucareira brasileira fosse a maior do mundo ocidental, durante os séculos XVI e XVII. A contribuição dos holandeses à expansão do mercado açucareiro foi um dos principais fatores para o êxito da colonização do Brasil. Destacando-se tanto no comércio, como nas finanças no "Velho Mundo", os holandeses eram nessa época os únicos com organização comercial suficiente para criar um mercado de grandes proporções para um produto como o açúcar.

Porém, essa situação se alterou radicalmente com a Guerra dos Países Baixos. A Espanha, que nesse tempo já havia incorporado o reino português, adotou, em represália aos Países Baixos, medidas restritivas ao comércio com seus portos, incluindo Portugal. Para a Holanda, que conquistara a independência, tais medidas tornaram-se permanentes. Era o **embargo comercial espanhol sobre os holandeses**, principal causadas invasões holandesas.

Ao mesmo tempo, uma vez vedado o acesso aos portos portugueses, os mercadores de Amsterdã decidiram atuar diretamente no Índico. As primeiras experiências acabaram

fracassando, mas a solução para o comércio direto foi finalmente encontrada com a constituição da **Companhia das Índias Orientais, em 1602** (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, em neerlandês, com a sigla *VOC*), que passou a ter o monopólio do comércio oriental, garantindo desse modo a lucratividade da empresa. As Companhias de Comércio eram associações de comerciantes em que cada membro participava com uma parte do capital, e juntos conseguiam empreender projetos inviáveis à iniciativa individual, sendo o lucro dividido proporcionalmente aos investidores. Também representavam a administração de um estado metropolitano sobre suas colônias.

Porém, diferentemente da experiência portuguesa, as Companhias holandesas não eram tão dependentes do Estado, por exemplo, no fato de obterem permissão de conduzir quaisquer operações militares sem a aprovação do governo holandês. O êxito dessa experiência induziu os holandeses a constituírem, em **1621**, exatamente no momento em que expirava a trégua dos 12 anos, a **Companhia das Índias Ocidentais** (em holandês: *West-Indische Compagnie* ou *WIC*), a quem os Estados Gerais (órgão político supremo da Holanda) concederam o monopólio do tráfico de escravos, da navegação e do comércio por 24 anos, na América e na África. A essa nova companhia deve-se creditar a maior façanha dos holandeses: a invasão e conquista de quase todo o Nordeste açucareiro no Brasil.

PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA – SALVADOR (1624-1625)

A primeira tentativa de conquista holandesa no Brasil ocorreu em **1624**. O alvo visado era **Salvador**, a capital da colônia. Com 1.700 homens os holandeses invadiram a Bahia iniciando o conflito na região urbana, e em pouco mais de 24 horas a cidade estava completamente dominada. Posteriormente penetraram rumo ao interior, onde ficavam as instalações dos engenhos escravistas de cana-de-açúcar. O governador da Bahia, Mendonça Furtado, foi preso e enviado a Amsterdã. O seu lugar foi ocupado pelo holandês **Van Dorth**.

Passada a derrota inicial, os colonos se reagruparam e começaram a articular a resistência. Destaca-se o bispo **Dom Marcos Teixeira**, que mobilizou os moradores através do apelo religioso onde a luta contra os holandeses era apresentada como luta contra os heréticos calvinistas. Nessa guerrilha, morreu o governador holandês, Van Dorth. Em maio de 1625, a esquadra luso-espanhola *Jornada dos Vassalos* consegue expulsar os holandeses. Porém, o tempo em que os holandeses estiveram e Salvador foi suficiente para aprenderem todas as técnicas da produção açucareira. Assim, o monopólio da produção açucareira da colônia portuguesa termina, tendo agora Portugal de competir sua produção com ingleses, franceses, holandeses e espanhóis.

Expulsos do Nordeste brasileiro, os holandeses aportaram nas Antilhas (atual Caribe). A região já havia sido sede de engenhos franceses, ingleses, e agora era ocupada pelos holandeses. O Brasil ainda ocupava o primeiro lugar em lucratividade na produção do açúcar. O fracasso em Salvador não derrotou definitivamente os holandeses. Em setembro de1628, nas Antilhas, por meio de uma das maiores ações de pirataria já vistas, os holandeses conseguiram saquear a frota anual de prata da América Latina para a Espanha. A chamada "frota da prata" saia do Caribe rumo à Espanha uma vez ao ano, sendo composta de navios que transportavam ouro e prata. Essa organização da frota havia sido adota pela Espanha para evitar a pirataria

A façanha do saque holandês é atribuída a Pieter Pieterszoon Heyn (ou Piet Heyn), comandante da esquadra holandesa. Ao saquear os 15 navios espanhóis, arrecadou cerca de 14 milhões de guilders (moeda colonial holandesa da época), dos quais metade era em prata. Tratava-se de um lucro três vezes maior que todo o capital da Cia. das Índias Ocidentais. Os recursos obtidos com esse ato de pirataria serviram para financiar uma segunda tentativa, desta vez contra Pernambuco. Essa segunda invasão pode ser dividida em três fases:

- fase da Guerra de Conquista;
- fase da Estabilização;
- fase do Declínio e Expulsão.

SEGUNDA INVASÃO HOLANDESA – PERNAMBUCO (1630-1654)

FASE DA GUERRA DE CONQUISTA

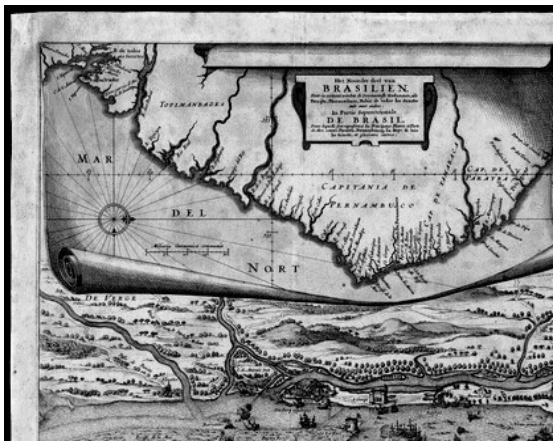
Os holandeses decidem realizar um novo ataque em **1630**, agora em **Pernambuco**, região extremamente desenvolvida na produção açucareira do Nordeste brasileiro. Com uma esquadra de 70 navios, comandada por Hendrik Corneliszoon, cerca de 3.800 homens bem armados atracaram ma capitania de Pernambuco, depois os holandeses contaram com reforço de mais aproximadamente 6.000 homens, o domínio por parte dos holandeses foi incontestável, atingindo todo litoral nordestino até o Maranhão. Logo Olinda e Recife estavam em mãos holandesas.

Matias de Albuquerque, governador da capitania de Pernambuco, ainda tentou resistir às invasões holandesas. Contra os holandeses, organizaram-se as Companhias de Emboscada, grupos guerrilheiros chefiados por Matias de Albuquerque, que iriam se fixar no Arraial do Bom Jesus, situado numa região entre Olinda e Recife. Como em toda a guerrilha, a resistência luso-brasileira possuía a seu favor o fator surpresa aliado ao melhor conhecimento do terreno.

Porém, essa situação se alterou tanto com a passagem de **Domingos Fernandes Calabar**, ex-guia dos guerrilheiros de Matias de Albuquerque, para o lado holandês, quanto pela proclamação da Cia. das Índias Ocidentais, de dezembro de 1634. Esta explicitava, por meio da proclamação, suas intenções de manter a produção de açúcar, controlando-a e estabelecendo um monopólio sobre o comércio açucareiro. Afirmava garantir a liberdade de religião, a manutenção do direito de propriedade, isenção serviço militar e igualdade jurídica frente aos holandeses a todos os populares e os senhores de engenho. Tudo isso em troca da fidelidade às

autoridades holandesas. Calabar foi capturado em julho de 1634, sendo torturado, enforcado e esquartejado.

Os senhores de engenho, percebendo a possibilidade de acabar com a guerra, cuja vitória eminente seria holandesa, e sob a promessa da Cia. das Índias Ocidentais de auxílio financeiro à produção açucareira, logo passaram a apoiar os holandeses, inviabilizando qualquer resistência efetiva às invasões. Aos senhores de engenho, tratava-se de lucrar sob a administração de uma nova metrópole.

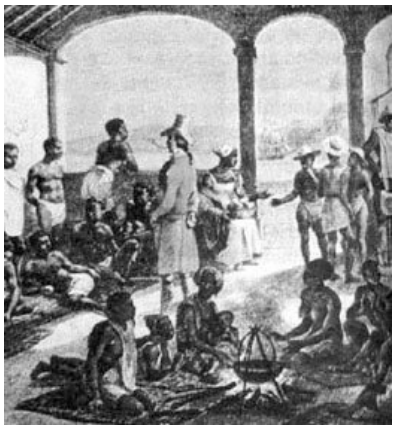


Mapa produzido no século XVII demonstrando a invasão holandesa sobre Pernambuco, em 1630.

FASE DA ESTABILIZAÇÃO

Por 24 anos, os holandeses dominaram sete das 19 capitanias em que se dividia o Brasil do século XVII. Velhos parceiros comerciais de Portugal, só atacaram a maior das colônias lusas porque travavam com a Espanha a guerra por sua independência. Invadir o Brasil significava unir o lucro açucareiro colonial ao combate contra em Estado inimigo, um conflito característico do Mercantilismo. A tomada da zona açucareira do Brasil foi plano articulado pela Cia. das Índias Ocidentais. Em março de 1630, os holandeses tomaram Recife, e lá ficaram até a sua expulsão, em janeiro de 1654.

A organização do Brasil holandês. Até 1635 os holandeses estavam arcando com as despesas militares da conquista. A Nova Holanda, que então se constituía, era, para Cia. das Índias Ocidentais, um empreendimento comercial de que se esperava extrair altos lucros. Era preciso, portanto, colocá-la rapidamente em condições de produzir. Para organizar os seus domínios no Brasil, foi enviado, como governador-geral, o conde **João Maurício de Nassau**, que aqui permaneceu de **1637** a **1644**. Seus objetivos eram: consolidar a dominação flamenga, garantir o apoio os senhores de engenho, visando garantir a permanência da Holanda como metrópole do Brasil açucareiro.

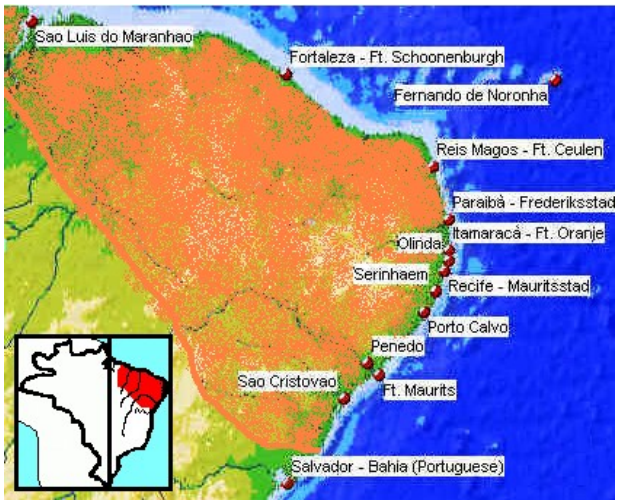


Mercado de escravos no Brasil Holandês.

Ao longo desse quarto de século, os sete anos denominados "Era de Nassau" (1637-1644) marcaram o apogeu do domínio holandês no Brasil. Trata-se de um período de grandes avanços para o Brasil açucareiro, o que não significa que "o Brasil seria melhor se fosse colonizado por holandeses" (aliás, as ex-colônias holandesas são em grande medida países pobres).

Por volta de 1630, a população brasileira era de aproximadamente 150 mil pessoas, sendo cerca de 45 mil brancos e 105 mil mestiços, negros e índios. Para a maioria da população do território colonial, ou seja, negros e índios, a violência era mantida e intensificada. Para essa maioria, ter Amsterdã e não mais Lisboa como metrópole, seria apenas uma mera troca de "carcereiros". Além disso, a Cia. das Índias Ocidentais era profundamente endividada e era dependente da administração e Nassau para um governo que recebesse apoio da elite local.

No governo de Nassau a preocupação com a reorganização da produção açucareira se entrelaçou com as operações militares, para garantir não só o funcionamento da economia como também a segurança. Assim, ao mesmo tempo em que procurou a conciliação com os luso-brasileiros que permaneceram no domínio holandês, Nassau tratou de ampliar a conquista territorial. Por volta de 1641, o domínio holandês abrangia desde Sergipe até o Maranhão. Ainda na política interna, Nassau garantiu a recuperação das propriedades pelos seus antigos donos, ampliou o crédito e promoveu empréstimos a juros controlados. Além disso, estabeleceu a tolerância religiosa e a igualdade de tratamento para luso-brasileiros e holandeses. As ações militares holandesas se prolongaram até a África, a fim de garantir o fornecimento de escravos. No continente negro foram conquistados os domínios lusos de São Jorge da Mina, em Angola.



Ocupação holandesa no Nordeste do Brasil (século XVII)

Na Nova Holanda, o esquema administrativo-judiciário seguia o modelo da nova metrópole. Foram organizadas as Câmaras dos Escabinos, que substituíram as Câmaras Municipais, mas os luso-brasileiros tinham aí uma ampla representação. Elas eram presididas pelos escoltetos, ou seja, holandeses funcionários da Companhia com a função de policial civil.

Maurício de Nassau, governante das posses holandesas no Brasil entre 1637-44.

Com Nassau, Recife foi remodelada. Suas intenções uniam conforto para sua estadia e dos flamengos no país, além do domínio sobre a produção açucareira. Ele trouxe consigo vários artistas, homens de ciência, escritores e teólogos. Dentre eles, podemos citar os pintores **Frans Post** e **Albert Eckhout**, que retratavam a América naturalista, preocupando-se em registrar a natureza destacando os animais e as paisagens vegetais, demonstrando assim, toda opulência do Brasil holandês, estes registros tinham o caráter científico, pois estas ilustrações ficaram conhecidas em toda Europa.Vieram ainda o astrônomo Marcgrave, o médico Willem Piso, que estudou as doenças tropicais. Foram construídos jardim botânico, zoológico, museu artístico, teatros, etc.

Apesar de não aportado no Brasil, também foi importante Piet Post, que projetou, com plano urbanístico holandês, a **Cidade Maurícia (Mauritsstaden)**, localizada ao lado de Recife, na ilha de Antônio Vaz (hoje, Santo Antônio), entre a foz do Capiberibe e Beberibe. Em Maurícia (ou Mauriceia), havia um melhor plano urbanístico, um bom sistema de higiene e saneamento público, com o impedimento da livre circulação de animais e luta pela limpeza das vias públicas, por exemplo.

Nassau ainda permitiu a liberdade de culto religioso entre cristãos e aos judeus. Porém, apesar da política conciliadora e tolerante, de seu interesse cultural e da produção açucareira, o domínio holandês entrou em uma profunda crise. Cada vez mais pessoas rejeitavam o domínio holandês. Ao mesmo tempo, as diferenças religiosas não cessaram de gerar litígios entre os holandeses e a população local. Além disso, a política comercial da Cia. das Índias Ocidentais aumentava o preço dos gêneros básicos da população. Dessa forma, as terminara o tempo de boas relações entre os senhores de engenho e os holandeses, o sustentáculo da colonização flamenga sobre o nordeste brasileiro.

Fase do Declínio e Expulsão

A Cia. das Índias Ocidentais objetivava a intensa exploração colonial e a transferência do lucro obtido para o tesouro holandês. Porém, mesmo com os bons resultados do comércio açucareiro, suas dívidas eram crescentes. Isso devido aos altos custos da manutenção da militar, administrativa e judiciária da Nova Holanda. Além disso, o Brasil holandês foi palco de uma forte polarização entre zona rural (luso-brasileiros, responsáveis pela produção açucareira) e zona urbana (holandeses, detentores do capital mercantil), fruto da própria estrutura da colonização. Repetia-se a mesma estrutura já conhecida no domínio português sobre a colônia, polarizada entre os senhores de engenho e a burguesia mercantil metropolitana. Tornavam-se conflituosas as relações entre os senhores de engenho, que não conseguiam arcar com os empréstimos contraídos com mercadores holandeses, e a administração flamenga. Ficava insustentável até mesmo para Nassau administrar essa situação. A tensão tornou-se ainda maior com a independência de Portugal em relação à Espanha.

Na Ibéria, as inúmeras guerras em que Espanha se envolvera contra os Países Baixos e Inglaterra haviam custado muitas vidas de portuguesas. Duas revoltas lusas (1634 e 1637), não chegaram a ter proporções perigosas, mas, em 1640, o poder militar Espanhol ficou fragilizado devido à guerra com a França e à revolta na Catalunha. Aproveitando-se do declínio do poder espanhol e da insatisfação da população de Portugal com o domínio espanhol, os líderes do movimento separatista português conduziram uma revolução em **1640**. Configurava-se a **Restauração Portuguesa**, ou seja, a independência perante a Espanha, pondo fim à União Ibérica. Assim, o Duque de Bragança foi aclamado rei como João IV.

Madri ordenara a invasão sobre o território português. Para impedir a reanexação, D. João IV fez um acordo com a Holanda (então em guerra com os espanhóis) onde, em troca de apoio militar, aceitaria a posse flamenga sobre o Nordeste por mais uma década. Dessa forma, o rei português conseguiu assegurar a independência lusa. Ao mesmo tempo, no Brasil, os portugueses organizavam uma guerra para a

expulsão definitiva dos holandeses. Por meio de ações clandestinas, Portugal agora se empenhava em retomar as colônias apoderadas pela Holanda.

Tarefa difícil, pois Nassau, por meio da Companhia das Índias, concedia créditos e escravos à vontade para os senhores de engenho do Brasil, a produção aumentava a cada período, entretanto, os próprios cofres na Holanda verificaram a falta de dinheiro em espécie, tudo o que tinham eram títulos de dívidas e empréstimos dos senhores de engenho.

Já em 1642, explode a Insurreição Maranhense, sendo que dois anos depois os holandeses são expulsos de São Luís. Intensificam-se, dessa forma, questionamentos sobre Maurício de Nassau. Em maio de 1644, a Holanda o convoca de volta à Europa para estabelecer alguma manobra visando reverter a crise. Nassau foi substituído por um Conselho Supremo constituído por três membros, cujas intenções não demonstravam envolver a manutenção de uma boa relação com os senhores de engenho. A Cia. Das Índias Ocidentais realizou contratos onde ficou estabelecido que os senhores de engenho só teriam acesso a novos empréstimos após pagamento total das dívidas pendentes. Além disso, as propriedades dos colonos devedores começaram a ser confiscadas, sendo que muitos foram presos. A tolerância religiosa também não mais existia. Estava arquitetada uma revolta maior ainda.

Em 1645, após constatarem que as novas medidas da metrópole holandesa fariam com que tivessem de arcar com enormes prejuízos financeiros, os colonos luso-brasileiros iniciam a **Insurreição Pernambucana (1645-1654)**, uma das maiores revoltas coloniais ocorridas até então no Brasil. Já no primeiro ano de sedição, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros (ambos senhores de engenho) comandam diversas vitórias dos insurretos, sendo a vitória na Batalha do Monte das Tabocas a mais importante desse momento.

Felipe Camarão (à esquerda) e Henrique Dias, líderes populares na Insurreição Pernambucana (1645-54) contra a permanência dos holandeses no controle sobre o Brasil açucareiro.

Conforme a revolta ganhava maiores proporções, a classe dominante passou a integrá-la. Até então, eram exceções os senhores de engenho que participavam da revolta. Porém, ao adentrar à insurreição, a elite teve de dividir a lideranças com elementos saídos das camadas populares. Dentre estes, destacam-se o índio **Felipe Camarão** e o negro **Henrique Dias**. Comandando guerreiros de sua tribo, Felipe Camarão organizou ações de guerrilha que essenciais para conter as investidas holandesas. Por sua parte, Henrique Dias recrutou dezenas de africanos oriundos dos engenhos conquistados pelos flamengos. Sua atuação não deve ser confundida como em defesa dos escravos, pois ele ainda atuou na repressão sobre quilombos, recebendo inclusive títulos e honrarias da metrópole portuguesa por sua atuação.

Após sucessivas derrotas e frente o avanço dos insurretos, o governo holandês resolve intervir auxiliando a Cia. das Índias Ocidentais e, em 1648 envia, tropas militares para Pernambuco sob o comando de Sigismund Van Schkoppe. Porém, essa força militar sofre drásticas derrotas nas duas **Batalhas dos Guararapes** (1648 e 1649), sendo que, após a segunda derrota, os holandeses não mais tentaram retomar o controle sobe a região.

Batalha de Guararapes, obra de Vitor Meirelles. A primeira batalha dos Guararapes ocorre em 19 de abril de 1648, onde os insurretos luso-brasileiros derrotam as tropas holandesas que ocupavam Pernambuco. A importância da batalha fez com que o dia 19 de abril, desde 1994, fosse considerado como o "Dia do Exército Brasileiro".

A Holanda estava desestabilizada e não conseguia manter diversas frentes de batalha. Para piorar sua situação, em 1952, explode a Primeira Guerra anglo-holandesa, onde, em dois anos, a Inglaterra derrotas forças militares flamengas. A isso se soma o fato que, em 1653, Portugal envia uma esquadra militar comandada por Pedro Jaques de Magalhães para retomar o Nordeste açucareiro para si. Após o cerco terrestre e marítimo português sobre o Recife, com a capitulação holandesa da Campina de Borba, em 26 de janeiro de **1654**, **termina vitoriosa a Insurreição Pernambucana**, com a Coroa Lusa comandando novamente o Nordeste açucareiro. A formalização diplomática da vitoriosa insurreição ocorre somente em 1661. Encerra-se, portanto, o período do domínio holandês sobre o Brasil.

CONSEQUÊNCIAS DAS INVASÕES HOLANDESAS

As invasões holandesas geraram consequências profundas e determinantes para o futuro de Portugal e da colonização do Brasil. Pode-se afirmar que a presença holandesa no território nacional é um "divisor de águas" pois alterou completamente todo o plano português sobre a manutenção das estruturas coloniais. Portugal tinha, agora, de tentar reverter a situação econômica desesperadora em que se encontrava.

FIM DO MONOPÓLIO: O DECLÍNIO DO COMÉRCIO AÇUCAREIRO LUSO-BRASILEIRO.

Ao se libertar, em 1640, domínio espanhol que se prolongava por seis décadas, a economia portuguesa estava arruinada financeiramente e seu império colonial já não lhe garantia nenhum poder frente os outros Estados europeus. Não possuía mais nenhum controle sobre o comércio de especiarias orientais. O historiador Evaldo Cabral de Melo aponta que a expulsão dos holandeses custou ao tesouro português uma indenização equivalente a 63 toneladas de ouro.

Dessa forma, o Brasil representava a única saída para salvar financeiramente Portugal, uma vez que suas possessões africanas se restringiram a Angola e Guiné. Restava, portanto, reconstruir os engenhos destruídos ao longo da Insurreição Pernambucana e retomar vigorosamente a produção açucareira para o comércio mercantil.

Porém, após serem expulsos do Nordeste brasileiro, os **holandeses** iniciam uma **intensa produção de açúcar nas Antilhas**, utilizando-se das técnicas de cultivo da cana e produção do açúcar que haviam aprendido nas terras brasileiras. Acrescente-se ainda a essa situação que a burguesia holandesa não mais partilhava com Portugal sua atuação na maioria das etapas entre o plantio da cana, a produção e venda do açúcar pelo mundo. Assim, a implantação, por parte dos holandeses, de uma nova zona açucareira nas Antilhas representou o maior golpe sofrido pela economia de Portugal desde o início da colonização.

Isso se deu devido ao fato de o **açúcar holandês** ser de **melhor qualidade** e **mais barato** que o produzido no Brasil. Além de melhores técnicas, os holandeses ainda lucravam com derivados do açúcar, como melaço e pinga. A venda de açúcar brasileiro na Europa cai pela metade, fazendo com que a estrutura de produção de açúcar do Nordeste ficasse reduzida a ¼ do que havia sido no auge de suas atividades. Portanto, a consequência de maior impacto da expulsão dos holandeses para o Brasil foi o **fim do monopólio português sobre o comércio internacional de açúcar**.

Tensões entre colônia e metrópole

Com o fim do monopólio sobre a produção e o comércio de açúcar, os lucros da atividade açucareira sofreram uma queda brutal, tornando mais litigiosas as relações entre a Coroa portuguesa e os senhores de engenho no Brasil. Se antes a elite açucareira possuía plena autonomia em sua produção, agora a Coroa tomava uma série de medidas intervencionistas para tentar reverter o declínio no lucro obtido pelo comércio de açúcar. Basicamente, Portugal exercia a rigidez da política mercantilista sobre os senhores de engenho para obter sua Balança Comercial Favorável. O Brasil, de acordo com o historiador Caio Prado Jr., era enclausurado no "círculo de ferro da opressão colonial", pois a política colonial portuguesa era mais rígida e intensa.

A metrópole inviabilizava todo o tipo de contato entre o Brasil e outros países sem que estivesse sob o controle luso. O exclusivo metropolitano fora enrijecido de forma assustadoramente veloz. Dessa forma, para garantir o monopólio do comércio e transferir a maior parte da renda colonial a Portugal, criaram-se companhias de comércio, inspiradas no exemplo holandês, que atavam tanto no comércio interno quanto no comércio externo à colônia, possuindo monopólio da venda de produtos metropolitanos, inclusive de escravos. As companhias impunham preços altos na venda de seus produtos e preços baixos na compra de produtos coloniais. A partir desse momento, a separação entre os interesses metropolitanos e colônias somente se agravaria, culminando nas rebeliões separatistas do século XVIII.

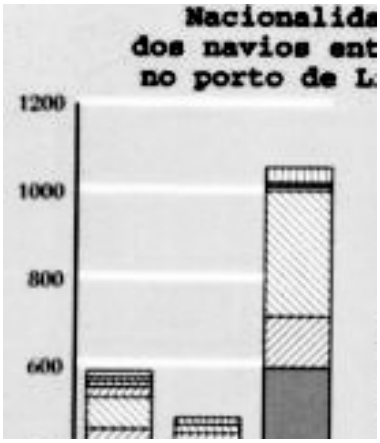
Na política a pressão portuguesa sobre o Brasil também se intensificara. Em 1640, D. João IV cria o Conselho Ultramarino, voltado exclusivamente para a administração colonial, o que até então não existia em Portugal. Dessa forma, a centralização administrativa representada, a partir de 1548 com a criação do Governo-Geral, era complementada e fortalecida. Se os poderes dos donatários já haviam sido reduzidos com a criação do governo-geral, agora, com a atuação do Conselho Ultramarino, esse poder estava quase que invalidado. As Câmaras Municipais foram reduzidas a meros órgãos de execução das ordens emanadas dos governadores. Nos lugares dos antigos juízes ordinários que presidiam as câmaras, foram colocados os juízes de fora, nomeados diretamente pelo rei. Os donatários se tornaram completamente subordinados aos interesses do representante do rei, ou seja, do governador-geral. Não foi por menos que os governadores-gerais passaram a ser chamados de **vice-reis**. Essa situação de opressão só se alteraria com o fim da colonização.

Os primórdios do poderio britânico sobre o Brasil

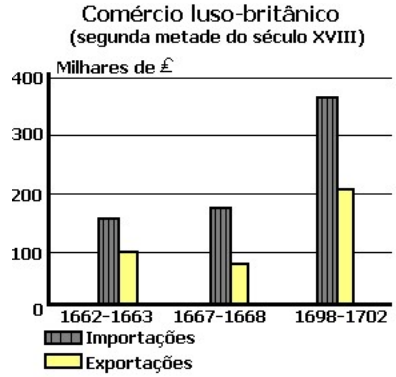
Portugal estava praticamente falido. Sua decadência econômica tornava imprescindível um parceiro comercial financeiramente forte a ponto de socorrera Cora lusa em caso de crise extrema. Se até o início da Insurreição Pernambucana esse parceiro havia sido a Holanda, com o término da sedição, em 1654, a aliança luso-flamega fora rompida definitiva. A situação de Portugal era mais desesperadora conforme a Holanda despontava no cenário mundial como o novo principal comerciante de açúcar, obtendo os lucros que em tempos passados Portugal também tinha acesso.

Porém, na segunda metade do século XVII começa a despontar uma nova potência mundial: a Inglaterra. Foi justamente com esse país que Portugal optou por fazer alianças para evitar a ruína total. Dessa forma, em troca de enormes concessões e privilégios econômicos à Inglaterra, Portugal recebia proteção político-diplomática e militar. Esse apoio britânico foi fundamental para que Portugal não fosse destruído pela Holanda quando, em 1657, declarou guerra ao país luso exigindo de volta o Brasil e a Angola. A intervenção da poderosa marinha britânica não apenas garantiu as posses portuguesas sobre o Brasil como também possibilitaram um acordo de paz definitivo em 1661, por

meio do **Tratado de Haia**. Dessa forma se consolidava uma crescente participação inglesa no comércio entre a colônia e a Metrópole.



O maior exemplo dessa subordinação de Portugal à Inglaterra foi a assinatura do **Tratado de Methuen**, em **1703**, também chamado de "Tratado dos panos e vinhos". De acordo com esse tratado, na hora de realizar comércio, a Inglaterra favoreceria a compra dos vinhos portugueses e os portugueses dos tecidos ingleses. A desigualdade desse acordo, dado o fato dos tecidos ingleses serem mais valorizados que os vinhos portugueses, fez com que a indústria manufatureira de Portugal fosse à falência e consolidou o predomínio britânico sobre Portugal e, portanto, sobre o Brasil, de modo que quando este país se tornou independente de Portugal, em 1822, foi mantida a dependência econômica perante a Inglaterra.



A Portugal agora cabia tentar retirar lucro de outras atividades além a produção açucareira. Essa necessidade fez com que se iniciasse uma expansão territorial rumo ao interior do Brasil, fazendo com que, dentre outras atividades comerciais, o século XVIII fosse o século da mineração no Brasil.

FILMOGRAFIA

A Batalha dos Guararapes - Episódio da conquista holandesa do Nordeste brasileiro.

EXERCÍCIOS

1. Frente às alternativas abaixo, referentes às consequências da União Ibérica (1580-1640) para os domínios portugueses na América, pode-se afirmar que:
a) ocorreu um declínio da lucratividade do nordeste açucareiro devido à concorrência caribenha;
b) fez com que os portugueses minimizassem as fortificações militares litorâneas da costa brasileira;
c) não possui quaisquer relações com o emergir do bandeirantismo;
d) promoveu uma maior flexibilização da metrópole portuguesa nos planos político e econômico em relação à colônia brasileira;
e) promoveu a invasão dos holandeses no nordeste açucareiro, que só foram expulsos definitivamente com a insurreição de Salvador.

2. (UNESP) – "Foi assim possível dispor um segundo ataque ao Brasil, desta vez contra a capitania mal aparelhada na sua defesa, mas principal e a mais rica região produtora de açúcar do mundo de então. Existiam aí e nas capitanias vizinhas mais de 130 engenhos que, nas melhores safras, davam mais de mil toneladas do produto." (J. A. Gonçalves de Mello)
O texto refere-se à
a) Guerra dos Mascates;
b) Invasão francesa;
c) Invasão holandesa;
d) Revolta de Beckman;
e) Invasão inglesa.

3. (UNIFENAS) – EM relação às invasões holandesas ao Nordeste brasileiro durante o século XVII, pode-se afirmar que:
a) foram patrocinadas pela Cia. das Índias Orientais, fundadas em Amsterdã em 1653;
b) tiveram como consequência, o aumento da exportação do açúcar brasileiro após 1660;
c) objetivaram proteger o grupo mercantil e o Estado Inglês, tradicionais aliados da Holanda na política europeia;
d) foram comandadas por Felipe II, a Espanha, soberano da colônia holandesa;
e) propiciaram, durante certo tempo, uma aliança entre os invasores e os proprietários de engenhos.

4. Quais foram as principais consequências das Invasões Holandesas no Brasil?

5 (Mack-SP) A Holanda não entrou no processo de expansão marítima na mesma época que Portugal, POIS:
a) encontrava-se envolvida na Guerra das Duas Rosas.
b) seus interesses visavam unicamente à participação no empreendimento açucareiro brasileiro, e não à obtenção de colônias.
c) teve que lutar para se libertar do domínio da Espanha e só depois se expandiu, ocupando regiões como a da atual Nova York.
d) ainda não terminara a reconquista territorial nem à expulsão dos mouros e judeus.
e) não tinha comércio desenvolvido nem burguesia atuante.

6 (PUC-SP) A participação ativa dos holandeses nas atividades relativas aos primeiros anos da economia açucareira do Brasil colonial se traduziu, principalmente:
a) na adoção do sistema da lavoura extensiva.
b) na introdução do escravo negro como mão-de-obra.
c) na introdução de trabalhadores flamengos para a lavoura da cana.
d) nas operações de refino e distribuição do açúcar no mercado europeu.
e) na adoção de novas técnicas para o plantio da cana.

7 (UFBA) Do ponto de vista do mercado internacional do açúcar no século XVII, as invasões holandesas no Nordeste brasileiro representaram:
a) a luta pela manutenção do papel de intermediários.
b) a luta pela obtenção da distribuição do produto.
c) a necessidade de controlar os centros produtores.
d) o interesse no controle do transporte do produto.
e) a pressão pela baixa dos preços.

8 (UFGO) Em relação às invasões holandesas no Nordeste brasileiro durante o século XVII, pode-se afirmar que:
a) foram patrocinadas pela Companhia das índias Orientais, fundada em Amsterdã em 1653.
b) propiciaram, durante certo tempo, uma aliança entre os invasores e os proprietários de engenhos
c) tiveram como consequência o aumento progressivo da exportação do açúcar brasileiro após 1660.
d) objetivaram proteger o grupo mercantil e o Estado inglês, tradicionais aliados da Holanda na política europeia.
e) foram comandadas por Felipe I da Espanha, soberano da colônia holandesa.

9 (UFMG) O interesse dos holandeses em ocupar áreas no Brasil está relacionado com:
a) a conquista territorial de pontos estratégicos visando quebrar o monopólio da rota da prata.
b) as barreiras impostas pela Espanha à participação flamenga no comércio açucareiro.
c) os contratos comerciais preferenciais firmados entre Portugal e Inglaterra.
d) as solicitações dos senhores de engenho, insatisfeitos com o monopólio metropolitano
e) a instalação de técnicas mais avançadas, visando o aumento da produtividade.

10 (FMJ) A crise da lavoura açucareira no Brasil em meados do século XVII pode ser explicada:
a) pela descoberta de metais preciosos no interior
b) pelo declínio do consumo de açúcar de cana na Europa, graças ao advento do açúcar de beterraba.
c) pela implantação de uma área concorrente nas Antilhas, após a expulsão dos holandeses.
d) pelas dívidas excessivas dos senhores de engelho, incapazes, pó isso de modernizar os engenhos.
e) pela decadência da Metrópole, inteiramente dependente do capital inglês.

11 (FUVEST) O governo de Maurício de Nassau (1637 – 1644), no Brasil holandês, preocupou-se particularmente com a:
a) consolidação do sistema produtor de açúcar.
b) eliminação da influência portuguesa na vida pública.
c) conversão dos colonos à religião reformada luterana.
d) eliminação dos focos de insurreição dos baianos.
e) extinção dos malefícios da agricultura latifundiária.

4. A EXPANSÃO TERRITORIAL – MINERAÇÃO, O APOGEU E CRISE DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA AMÉRICA

BANDEIRAS E MINERAÇÃO NO BRASIL

O bandeirismo foi um movimento expansionista desenvolvido pela população de São Paulo de Piratininga, deslocando-se para o interior da colônia, durante boa parte do século XVII. Ao lado deste, devem ser destacadas as **entradas**, outro movimento de penetração do interior, cujas diferenças, em relação ao primeiro, são mais tradicionais do que efetivas: as entradas teriam organização oficial e não ultrapassariam a linha de Tordesilhas, ao contrário das bandeiras, que seriam organizadas por particulares e não respeitariam o Tratado de Tordesilhas.

AS RAZÕES DO BANDEIRISMO

Antes que terminasse o século XVI, a capitania de São Vicente já estava mergulhada em profunda decadência. O solo pobre das terras litorâneas e a grande distância da Metrópole eram fatores que inviabilizavam a economia açucareira. Parte da população vicentina abandonou o litoral, deslocando-se para o planalto de Piratininga, onde o quadro econômico, contudo, não apresentava alterações significativas.

Dessa forma, isolados no planalto, desprovidos de uma lavoura de porte capaz de atrair os interesses metropolitanos e produzindo uns poucos gêneros, destinados basicamente à subsistência, os bandeirantes foram impulsionados a buscar novas riquezas nos sertões: índios que poderiam ser vendidos como escravos e metais preciosos.

Bandeira de caça ao índio.

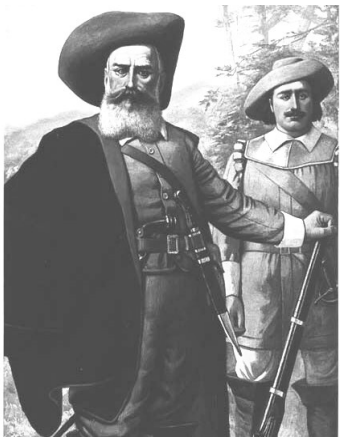
O CICLO DE PREAÇÃO DO ÍNDIO

No início do século XVII, havia a necessidade de complementação de braços escravos nos engenhos litorâneos e, a partir daí, o apresamento de indígenas tornava-se uma atividade lucrativa, o que levou o bandeirante a trocar a caça ao índio bravio das matas pelo ataque às missões ou reduções jesuíticas, onde o nativo, já cristianizado, conhecia determinados ofícios e estava acostumado ao trabalho regular.

A época das grandes bandeiras de preação coincidiu com a ação holandesa, tomando as feitorias africanas e desviando o tráfico de escravos para o Nordeste, sob sua ocupação desde 1630. Tanto é que a normalização do tráfico africano na década de 1640 provocou o declínio do ciclo de apresamento.

SERTANISMO OU BANDEIRISMO DE CONTRATO

Muitos bandeirantes paulistas foram contratados para combater tribos indígenas inimigas dos colonizadores, procurar escravos fugidos e até mesmo destruir Quilombos inteiros. Autoridades administrativas, fazendeiros e senhores de engenhos pagavam pelos serviços dos bandeirantes por confiarem nos conhecimentos que estes homens tinham do território e dos costumes dos ameríndios. A destruição do Quilombo de Palmares, pelo bandeirante **Domingos Jorge Velho**, é um exemplo de bandeirismo de contrato que foi financiado pelo governador-geral da América Portuguesa.



Domingos Jorge Velho retratado por Benedito Calixto. Sabe-se, atualmente, que os bandeirantes vivam vestidos em farrapos e da maneira mais precárias possível. Alguns perderam inclusive o contato com sua língua nativa. A representação acima é, assim, falsa, idealizada, objetivando fazer do bandeirante não o assassino, mas sim o herói.

O QUILOMBO DE PALMARES

Foi em Alagoas, na serra da Barriga, que se formou Palmares, o quilombo mais famoso da história do Brasil, por volta de 1600. Comandado por **Zumbi**, Palmares congregou várias aldeias, chegou a agrupar algo em torno de 20.000 pessoas, em 27.000km^2, incluindo índios, mulatos, negros fugidos e até homens brancos pobres. Sua capital, o mocambo dos macacos, agrupou aproximadamente 5.000 pessoas.

Representações de Zumbi os Palmares, maior os chefes de Palmares. A data de seu assassinato, 20 de novembro de 1685, é tido como o Dia Nacional de Consciência Negra.

Nesta época, a busca pela liberdade, a fuga pelas matas impenetráveis e a não aceitação da condição servil,

caracterizou o primeiro passo para a formação dos quilombos por parte dos negros africanos. No aspecto econômico, Palmares evoluiu através da coleta e do ataque a fazendas e aldeias, para uma economia de base coletivista e não-monetária. A invasão holandesa a Pernambuco (1630-1654), acelerou as fugas de escravos pelo "afrouxamento geral", no controle sobre estes.

Os lusitanos viam Palmares não só como "algo fora do comum", mas também como um "caso de polícia", querendo reaver sua propriedade (os negros) e colocá-los novamente nas lavouras. Os lusos depararam-se com uma eficaz tática de guerrilha, que, de defensiva, passou a ofensiva. A primeira tentativa de tomar Palmares, por parte de Fernão de Carrilho, fracassou. Além da busca de mão-de-obra, a terra ali era vista pelos portugueses como extremamente fértil para a agricultura açucareira.

Em 1687, Domingos Jorge Velho, assume a direção da campanha contra Palmares. O quilombo passa de uma tática guerrilheira móvel, para uma defesa fixa, o que apressou o seu fim. Depois de prolongada luta, em 06 de fevereiro de 1694, Palmares é destruído.

PROSPECÇÃO DO OURO

Numerosas expedições em busca de ouro e pedras preciosas partiram de vários pontos da costa brasileira. Quando os portugueses venceram o obstáculo da serra do Mar, em 1554, São Luis do Piratininga tornou-se o ponto de irradiação dos caminhos de penetração, ao longo dos rios Tietê e Paraíba, tanto para oeste como para o norte. As primeiras expedições foram organizadas pelo governador-geral da capitania de São Vicente D. Francisco de Sousa. A maioria dos bandeirantes e mesmo de seus chefes era constituída por nativos, de origem europeia ou mestiçada com indígenas. Reuniam os filhos varões (acima de 14 anos), parentes, amigos, mateiros e índios escravos para a grande aventura do sertão.

O ouro finalmente foi descoberto em 1698, o que deu início a uma corrida dos homens da metrópole lusa para a colônia americana. Depois da chamada guerra dos emboabas, as expedições mudaram de rota, na direção de Mato Grosso e Goiás. Iniciou-se um novo período de bandeirismo: o das **monções**, expedições de caráter mais comercial e colonizador, eram realizados em canoas, através do rio Tietê, de Araritaguaba até Cuiabá. Os bandeirantes muitas vezes tinham de carregar as embarcações nos ombros e margear os rios, para evitar as numerosas cachoeiras.

Destacamos, de um modo geral, os seguintes bandeirantes e suas descobertas: Fernão Dias Pais, Antônio Rodrigues Arzão (descobriu ouro em Cataguases, em 1693: primeira notícia oficial de descoberta de jazida de ouro), Antonio Dias de Oliveira (Ouro Preto), Borba Gato (Sabará), Bernardo da Fonseca Lobo (diamantes no Arraial do Tijuco: Diamantina), Pascoal Moreira (Cuiabá) e Bartolomeu Bueno da Silva Filho (Goiás).

A MINERAÇÃO

Em meados do século XVII, Portugal via-se mergulhado numa crise econômica profunda. Os preços do açúcar haviam caído no mercado internacional, em virtude da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. Para sair da crise, o governo português procurou alternativas de enriquecimento. Daí o empenho em descobrir jazidas de ouro (o que aconteceu somente no final do século XVII), quando os "bandeirantes" encontraram metais preciosos em Minas Gerais. Essa descoberta trouxe profundas transformações na vida social, econômica e política da Colônia.

Tão logo a notícia da descoberta de ouro e diamante espalhou-se, ocorreu um enorme fluxo de pessoas em direção às Minas Gerais. O desejo do enriquecimento rápido levou muita gente de todas as partes da Colônia e mesmo de Portugal à região mineradora. Todo ano chegavam em Minas Gerais cerca de quatro mil portugueses. Com o advento de tanta gente, rapidamente criaram-se cidades como Vila Rica, Ribeirão do Carmo, São João Del Rei, Sabará etc. Estima-se que no final do século XVII havia cerca de 394 mil pessoas em Minas Gerais, o que correspondia a 15% da população total do Brasil.

Todas as minas pertenciam a Portugal, que concedia lotes (datas) aos mineradores para que explorassem ouro. O trabalho era realizado pelos escravos e, para evitar o contrabando, a Coroa criou um mecanismo rígido de controle da região mineradora. O principal imposto que os produtores deveriam pagar à Coroa era o **Quinto**; ou seja, 20% de todo ouro conseguido deveria ser pago a Portugal.

Ouro Preto, antiga Vila Rica, portadora da riqueza do Ciclo do Ouro.

Uma das consequências da mineração foi o deslocamento do centro econômico do Nordeste açucareiro para o sudeste. Em 1763, a capital da Colônia deixou de ser Salvador e passou ao Rio de Janeiro. Essa mudança deveu-se à necessidade de facilitar o controle da Metrópole sobre as localidades produtoras de ouro. Além disso, era através do porto da nova capital que o ouro era escoado para Portugal e por ele chegavam vidros, vinhos, tecidos, armas e escravos.

Nos primeiros 70 anos de exploração, o Brasil produziu mais ouro do que toda América espanhola em 357 anos. A quantidade de ouro extraído da colônia, no século XVII,

correspondeu a 50% de toda produção mundial entre os séculos XV e XVII.

O Ciclo do Ouro

A situação de Portugal no século XVII não era confortável, o país estava praticamente falido. Em meio à crise, a América portuguesa, que mais tarde se tornaria o Brasil, foi lembrada como "tábua de salvação", por isso estimulou-se, de todas as maneiras, a procura de ouro em nossas terras. A descoberta das primeiras jazidas em Minas Gerais provocou verdadeira febre: gente de todo tipo correu desesperadamente em busca de riquezas. Houve conflitos, guerras e mudanças profundas na vida da colônia e nem por isso o Brasil ficou mais rico. A maior parte do ouro que foi arrancada do nosso país e também não ficou com Portugal (foi parar nas mãos dos ingleses).

A administração colonial na região das Minas era muito forte. Segundo o regimento de 1702, a mineração era rigidamente controlada pela metrópole que montou uma política fiscal que procurava ter o controle absoluto sobre a mineração. Na prática, no entanto, mesmo com forte presença da administração metropolitana, o contrabando era muito praticado na região. É importante ressaltar também que o ciclo do ouro favoreceu o povoamento do interior, que se tornaria o território brasileiro, promoveu o deslocamento do eixo administrativo da Colônia do nordeste para o centro-sul e fez com que surgisse um novo tipo de sociedade (mais flexível que a do açúcar). Tudo isso acarretou no surgimento de novas cidades (como Ouro Preto, Sabará, Mariana, São João d'El Rey, etc) e na criação de novas capitanias (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso). Em outras palavras, a descoberta de ouro no interior do continente e consequente colonização destas áreas fez com que o Brasil "aumentasse" de tamanho.

Como o ouro era monopólio real, a exploração era feita através do arrendamento de lotes ou "datas de minas", que eram sorteadas aos particulares. Seu tamanho variava conforme o número de escravos do candidato contemplado, que tinha um prazo para iniciar a extração, não podia negociar a data recebida, exceto se provasse ter perdido todos os seus escravos. Em caso de repetição da alienação de uma data, o responsável ficava proibido de novamente candidatar-se e receber outra.

A exploração do ouro no séc. XVIII se dava de duas maneiras: lavras (organizada, empresarial), ou pelos faiscadores (iniciativa privada) e ex-escravos que exerciam pequenos ofícios nas cidades. O ciclo do ouro possibilitou surgimento de grupos intermediários entre a classe rica e a classe pobre (classe mercantil), pois o ouro exigia menor investimento do que o açúcar. Outra condição social que também surgiu foi a dos funcionários públicos para cobrar impostos e coibir o contrabando.

Entre outras consequências do ciclo do ouro, tivemos também a mudança da capital de Salvador para o rio de Janeiro (1763). Os Reis D. João V e D. José I tornaram-se financeiramente independentes das cortes graças aos impostos cobrados no Brasil na época faustosa (quinto) e mesmo na decadente (derrama) da mineração.

A forte dependência de Portugal em relação à Inglaterra foi firmada através do Tratado de Methuen (1703), que também é conhecido como "Tratado de Panos e Vinhos". A Inglaterra se encarregou da sustentação militar e diplomática da frágil nação lusa, numa Europa conflagrada pela guerra de sucessão da Espanha, em troca da abertura dos portos lusitanos aos artigos manufaturados britânicos. Neste tratado, a única vantagem para Portugal era os privilégios alfandegários para o vinho (até 1786). Os resultados do Tratado de Methuen não foram positivos para os lusos. O abastecimento de Portugal e do Brasil com produtos britânicos acarretou um déficit crescente de Lisboa em relação à Londres. Portugal se tornou colônia comercial da Inglaterra e ainda perdeu, em 1786, as vantagens que possuía de colocação de seus vinhos no mercado britânico. O ouro brasileiro que foi entregue aos portugueses através dos impostos, acabou indo para os cofres ingleses para pagar os produtos industrializados que vendiam para Portugal abastecer tanto o seu mercado interno quanto às necessidades de sua colônia na América (o Brasil).

FILMOGRAFIA

O Caçador de Esmeraldas - Saga de Fernão Dias Paes Leme, célebre bandeirante, durante o Brasil Colonial.
Quilombo - A epopeia de um dos mais importantes redutos de escravos no Brasil seiscentista.
Chica da Silva - A vida da famosa escrava que vira rainha dos diamantes no Brasil Colonial.

EXERCÍCIOS

1 - (CES – 2000) As expedições desbravadoras, de penetração fluvial que, partindo de Porto Feliz, no Tietê, demandavam minas de ouro em Cuiabá, foram as:
a) Entradas;
b) Bandeiras;
c) Monções;
d) Coletas;
e) Navegações.

2 - (ESPM – 2000) Analise o texto escrito pelo padre André João Antonil, em 1711.
"No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. Quisera Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada e levantada e com instrumentos de muito rigor."
(Coletânea de documentos históricos. São Paulo: Secretaria da Educação/CENP, 1985. p. 16.) Com base no texto, pode-se inferir que:

a) o padre discordava da utilização dos três "PPP" como mecanismos de dominação dos escravos.
b) o padre considerava a escravidão incompatível com a doutrina da Igreja.
c) os castigos poderiam ser perfeitamente aplicados, mesmo que não existissem provas da insubordinação dos escravos.
d) os escravos, apesar dos castigos, alimentavam-se abundantemente e vestiam-se adequadamente.
e) os castigos, que os escravos sofriam, eram praticados de forma deliberada na colônia, ainda que houvesse vozes discordantes.

3 - (FDV – 2000) São consequências da atividade de mineração aurífera no Brasil, EXCETO:
a) fixação de novas fronteiras.
b) transformação de Minas Gerais num grande centro cultural.
c) deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o centro do país.
d) formação de uma sociedade mais democrática.
e) submissão do Brasil ao domínio econômico da Inglaterra.

4 - (FGV – 1998) A descoberta de ouro em Minas Gerais trouxe importantes modificações na vida da Colônia, exceto:
a) uma sociedade com maior mobilidade social;
b) o deslocamento da sede do governo colonial para São Vicente;
c) maior contato econômico entre diversas regiões do Brasil;
d) aumento do controle metropolitano na região;
e) formação de núcleos urbanos no interior do país.

5 - (PUC – PR – 1999) O mapa, esboçado, mostra a ligação de São Paulo com a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, feita principalmente por rios, e indica:

a) Os avanços dos bandeirantes paulistas no ciclo do Ouro de Lavagem.
b) Os esforços dos brasileiros, na Guerra do Paraguai, para desalojar os invasores de Mato Grosso.
c) O caminho seguido por Raposo Tavares em sua última viagem, quando atingiu os Andes e desceu o Rio Amazonas.
d) O caminho seguido pela Coluna Prestes, quando se retirou para a Bolívia.
e) O roteiro das Monções, expedições que levavam homens e abastecimentos para as minas de ouro do Centro-Oeste.

6 - (UNIFOR – 1998) Explicam a decadência da economia mineradora, entre outros fatores, a
a) insuficiência tecnológica, para a exploração de minas em maior profundidade.
b) sobrecarga tributária imposta pela metrópole.
c) queda do preço do ouro no mercado europeu.
d) inflação desencadeada pela emissão de grande quantidade de moedas.
e) pena imposta aos envolvidos na Inconfidência Mineira.

7 - (FUVEST) Segundo as pesquisas mais recentes, pode-se afirmar, em relação aos quilombos coloniais brasileiros, que os mesmos
a) distinguiam-se pelo isolamento, pela marginalização, sem nenhum vínculo com os arredores que os cercavam;
b) eram de caráter predominantemente agrícola, sobrevivendo do que plantavam e do que teciam;
c) eram habitados exclusivamente por escravos fugidos, constituindo-se em verdadeiros Estados teocráticos;
d) dedicavam-se, alguns, à agricultura, outros, à mineração, outros, ainda, ao pastoreio, articulando-se com os núcleos vizinhos através do comércio;
e) existiram apenas durante o século XVII, tendo Palmares como eixo central.

8 - (PUC – MG – 1998) Ao longo da vigência do escravismo no Brasil (séculos XVI-XIX), os quilombos foram uma constante. Sobre eles é correto afirmar, EXCETO:
a) representavam a única forma coletiva de resistência escrava ao sistema.
b) seus integrantes, os quilombolas, utilizavam muitas vezes o roubo e o assalto para sobreviverem.
c) localizavam-se em lugares estratégicos, como nas montanhas ou mesmo próximos a estradas e vilas.
d) o mais conhecido foi Palmares, destruído em 1697 e localizado no atual estado de Alagoas.
e) foram alvo da repressão governamental e causavam o medo às populações brancas.

9 - (PUC – MG – 1999) O capitão-do-mato, profissão regulamentada no século XVIII, foi figura importante durante a vigência do escravismo no Brasil. Ele tinha como função básica:
a) abrir novos caminhos.
b) caçar indígenas.
c) prender vadios e criminosos.
d) perseguir escravos fugidos.
e) vigiar fronteiras.

10 - (FUVEST-SP) No século XVII, contribuíram para a penetração no interior brasileiro:
a) o desenvolvimento da cultura de cana de açúcar e o da cultura de algodão.
b) o apresamento de indígenas e a procura de riquezas minerais.
c) a necessidade de defesa e o combate aos franceses.
d) o fim do domínio espanhol e a restauração da monarquia portuguesa.
e) a Guerra dos Emboabas e a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro.

11 - (MACK-SP) A economia mineira, eixo central da economia colonial no século XVIII, distinguiu-se da economia açucareira nos seguintes aspectos:
a) Desenvolveu o mercado interno e a sociedade urbana, convertendo-se num centro de distribuição de renda.
b) Criou uma sociedade mais estratificada e dependente do mercado externo.
c) Sua exploração exigia vultosos capitais sendo impraticável para as classes menos favorecidas.
d) Estimulou o desenvolvimento de atividades agrícolas de subsistência na região das minas por não depender da mão-de-obra especializada.
e) Estabeleceu a superioridade do trabalho escravo sobre o trabalho livre ao contrário da região açucareira.

12 - (MACK-SP) A riqueza produzida pela mineração trouxe poucos benefícios de caráter permanente à economia luso brasileira porque:
a) a rígida estrutura escravista da zona do ouro não permitiu alforrias e mobilidade social.
b) o mercado interno não se desenvolveu. mantendo-se a situação de ilhas econômicas.
c) o contrabando e a voracidade do fisco português não podem ser considerados fatores que colaboraram para este resultado.
d) a região não atraiu mão-de-obra da metrópole, ocorrendo um povoamento disperso e pouca vida urbana.
e) a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra configurada no Tratado de Methuen transferiu para este país grande parte do ouro explorado.

13 (FCMSC-SP) No final do século XVII encerrou-se o ciclo do bandeirantismo e as conquistas dos aventureiros paulistas resultaram em significativas alterações na vida, na história e na geografia brasileiras. Das alterações relacionadas a seguir:
I) surgimento de importante centro de povoamento no interior: as Minas Gerais.
II) transferência do pólo administrativo do sul mais para o norte, isto é, do Rio de Janeiro para Salvador.
III) posse efetiva das terras a oeste do meridiano de Tordesilhas (apesar do "Tratado"), passando-se a ocupar, praticamente, todo o planalto central.
Estão corretas:
a) I e II, apenas.
b) I e III, apenas.
c) II e III, apenas.
d) I, II e III.
e) nenhuma delas.

14 (MACK-SP) Estabelecendo-se uma comparação entre o ciclo do ouro e o da cana-de-açúcar, podemos observar que:
a) em ambos prevaleceu a grande propriedade e a exigência de vultosos capitais.
b) a produção voltada para o mercado externo e uma sociedade rigidamente estratificada foram características apenas da mineração.
c) a formação do mercado interno, uma sociedade mais democrática e a interiorização foram decorrentes do ciclo do ouro.
d) o caráter litorâneo, a cultura importada e o modo de produção escravocrata ocorrem em ambas as atividades.
e) a pecuária converteu-se numa atividade subsidiária apenas no ciclo da cana.

15 (FGV-SP) "Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldade 20 anos antes da descoberta do ouro (...). Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população escrava ... "
Uma das consequências do processo descrito no texto, em termos administrativos, foi:
a) a transferência da capital do vice-reinado para São Paulo, que passou a ser o pólo econômico mais importante da colônia.
b) a criação das Câmaras Municipais, que passaram a deter, na colônia, os poderes de concessão para a exploração do ouro em Minas Gerais.
c) o deslocamento do eixo da vida da colônia para o Centro Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos e saía o ouro das minas.
d) o desaparecimento do Sistema de Capitanias Hereditárias e sua substituição, na Região Sudeste, pelas províncias.
e) o desenvolvimento de um comércio paralelo de escravos nas antigas regiões produtoras de açúcar, que gerou a necessidade de centralizar o poder nas mãos dos ouvidores.

16 (VUNESP-SP) O açúcar e o ouro, cada qual em sua época de predomínio, garantiram para Portugal a posse e a ocupação de vasto território, alimentaram sonhos e cobiças, estimularam o povoamento e o fluxo expressivo de negros escravos, subsidiaram e induziram atividades intermediárias; foram fatores decisivos para o relativo progresso material e certa opulência barroca, além de contribuírem para o razoável florescimento das artes e das letras no período colonial. Apesar dessa ação comum ou semelhante, a economia aurífera colonial avançou em direção própria e diferenciou-se das demais atividades, principalmente porque:
a) não teve efeito multiplicador no desenvolvimento de atividades econômicas secundárias junto às minas e nas pradarias do Rio Grande.
b) interiorizou a formação de um mercado consumidor e propiciou um surto urbano considerável.
c) o ouro brasileiro, sendo dependente do mercado externo, não resistiu à influência exercida pelas minas de Potosi.
d) representou forte obstáculo às relações favoráveis à metrópole e não educou o colonizado para a luta contra a opressão do colonizador.
e) as bandeiras não foram além dos limites territoriais estabelecidos em Tordesilhas, apesar dos conflitos com os jesuítas e da ação cruel contra os indígenas do sertão sul-americano.

17 (FGV-SP) O ciclo do ouro brasileiro, no século XVIII, foi parte integrante da economia internacional da época:
a) para Portugal, favoreceu a industrialização, particularmente a indústria têxtil, necessária para prover vestuário aos trabalhadores das minas - além de fazer do sistema bancário português o principal centro financeiro da Europa.
b) para o Brasil, financiou a expansão territorial e o crescimento industrial necessário para suprir a demanda do mercado interno por bens de consumo, particularmente alimentos e vestuários.
c) para a Inglaterra serviu de estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, favoreceu a capacidade de importar e permitiu a concentração de reservas no sistema bancário inglês.
d) para a Espanha, contribuiu na recuperação das reservas cambiais, pois sua indústria mais desenvolvida forneceu a Portugal, a peso de ouro, os bens de consumo necessários aos trabalhadores das minas.
e) para a França, contribuiu na recuperação agrícola e financeira, chegando a tal ponto seus negócios, a peso de ouro, com Portugal, que o sistema bancário francês tornou-se o principal centro financeiro da Europa.

5. AS CIVILIZAÇÕES PRÉ-COLOMBIANAS E A INVASÃO ESPANHOLA - A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA

A AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

Quando os primeiros europeus chegaram ao Novo Mundo, uma grande população ameríndia – mais ou menos 50 milhões de indivíduos –, de diferentes culturas, se espalhava por todo o continente americano, desde as proximidades do Polo Norte até os desertos da Patagônia, o Sul da Argentina. Em comum, tinha a origem bastante controvertida: para alguns estudiosos, seriam os descendentes das populações malaio-polinésias que se dispersaram através do Pacífico, em lentos movimentos migratórios; para outros, o produto das ondas migratórias de populações asiáticas, povoando o continente a partir do Estreito de Behring, que divide a Sibéria do Alasca.

Os povos pré-colombianos tiveram processos diferenciados de estruturação de suas sociedades. No momento da chegada dos colonizadores, esses povos apresentavam variados graus de desenvolvimento material, que podem ser classificados, antropologicamente, em três estágios:

- **Paleolítico** grupos cuja subsistência dependia da caça, pesca, coleta vegetal e agricultura rudimentar, devido ao nomadismo, localizados no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.
- **Neolítico**: grupos já sedentarizados, com prática regular da agricultura e uma organização social, econômica e política mais complexa, localizados no norte da América do Sul, América Central e praticamente me toda a América do Norte.
- **Civilização**: sociedades mais complexas em alguns aspectos, como o seu modo de produção, localizadas no México, Guatemala, Nicarágua, Peru, Bolívia e Equador.

AS GRANDES CIVILIZAÇÕES AMERÍNDIAS

Do conjunto formado pelas civilizações pré-colombianas, destacam-se três povos, encontrados pelo europeu no momento de sua chegada na América: Maia, Asteca e Inca. De uma maneira geral, essas civilizações possuíam forma de organização política, econômica, social e religiosa comuns, ressalvando-se as peculiaridades de cada uma.

Politicamente, embora sua organização fosse essencialmente urbana, podendo-se falar em cidades-Estado, essas civilizações constituíram-se em Impérios Teocráticos, em que a pessoa do imperador tinha um caráter divino.

A economia tinha como base a agricultura, com destaque para o milho, além de outras culturas como a da batata, do cacau, do algodão e do feijão. A produção ficava a cargo de camponeses livres e escravos, que não eram donos das terras; as terras e outros fatores da produção eram propriedade do Estado. Portanto, a posse era comunitária, cabendo à comunidade o pagamento de tributos ao Estado.

A sociedade era do tipo estamental, em que uma minoria - governantes e seus familiares, sacerdotes, além de uma elite militar - concentrava todos os privilégios.

A camada intermediária era constituída de comerciantes e artesãos e, finalmente, a grande massa de camponeses livres e escravos, por vezes obrigados ao trabalho forçado para o Estado.

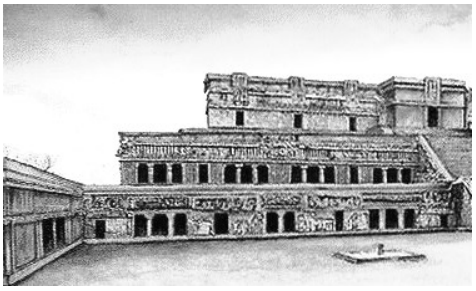
A religião era politeísta, e os deuses estavam ligados às forças da natureza, destacando-se o Sol, a Lua e animais, como a serpente. Os rituais eram por vezes violentos, com sacrifícios humanos oferecidos aos deuses.

OS MAIAS

A civilização Maia se desenvolveu na Península do Iucatã, no sul do México, quase toda a Guatemala, parte de Honduras, Belize e El Salvador.

Constituindo-se na mais antiga e mais brilhante civilização da América pré-colombiana. Daí, a denominação de Gregos da América dada aos maias.

Quando os conquistadores chegaram à América, a civilização maia já estava em decadência.



Palácios Maias

OS ASTECAS

Os astecas ou astecas se localizaram inicialmente no Noroeste mexicano, região de Aztlán, de onde vem a autodenominação dos astecas. No século XII, após derrotarem os toltecas, fixaram-se no Vale do México, onde fundaram a capital do sei Império, **Tenochtitlán**, às margens do lago Texcoco, e que corresponde hoje à Cidade do México.

O século XIV foi marcado pela efetiva organização do Império Asteca, com a construção de grandes **arqueodutos** e obras para a irrigação. Em 1521, quando Fernão Cortês iniciou a conquista do México, **Montezuma II** era reconhecido como o único imperador na região e os astecas viviam seu apogeu.

Pirâmides astecas do México

OS INCAS

Os Incas, conhecidos como os **Filhos do Sol**, por acreditarem que o Sol era o ancestral dos seus governantes, dominaram um território que se estendia por milhares de quilômetros quadrados, correspondendo hoje ao Peru, Bolívia, Equador, parte do Chile e norte da Argentina.

A organização do seu Estado e de sua sociedade, as inovações técnicas usadas na agricultura e as imponentes obras arquitetônicas das cidades incaicas, como **Cuzco**, a capital do Império, impressionaram vivamente os conquistadores espanhóis, o que não impediu a destruição do seu império, no início do século XVI.

Machu Picchu, no Peru. Antiga cidade Inca.

A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

"O primeiro auto-de-fé que se realizou na América foi no México; em 1528, foram penitenciados três judaizantes, sendo um deles "conquistador", companheiro de Cortés. Num ato em 8 de dezembro de 1596, saíram 66 penitenciados, sendo 41 acusados de judaísmo, 22 reconciliados, 10 queimados vivos em efígie e 9 queimados vivos. Entre estes se encontravam o governador da província de Nova León, Luís de Carvajal, que, como herege judaizante, foi atirado ao fogo, juntamente com sua mãe e cinco irmãos. Nos 25 anos seguintes foram penitenciadas 879 pessoas.

O novo mundo teve três Tribunais, oficialmente estabelecidos, sob os moldes espanhóis: o do Peru, introduzido em 1570; o do México, em 1571; e o de Cartagena (hoje Colômbia), em 1610. A vigilância sobre as demais regiões do território americano era feita pelos comissários, espécie de juízes que fiscalizavam o comportamento da população, contando com uma vasta rede de espiões, os "familiares".

(NOVINSKY, A. W. A inquisição. São Paulo: Brasiliense, 1982.)

O COMÉRCIO COLONIAL E TRIBUTAÇÃO

O aparelho fiscal metropolitano espanhol caracterizou-se pela diversidade de impostos, taxas, contribuições e outros tributos que recaíam sobre as atividades econômicas desenvolvidas no Novo Mundo. Dos principais da América espanhola, destacam-se:

- **Almoxarifado**, o imposto sobre o comércio externo e interno, por via marítima;
- **Quinto**, o imposto cobrado sobre a extração mineral;
- **Alcavala**, o imposto que incidia sobre a circulação de mercadorias e sobre índios em idade adulta, aptos ao trabalho;
- **Alveria**, o imposto cobrado pela proteção aos galeões que faziam o comércio entre a Espanha e a América.

A metrópole espanhola exerceu um rígido controle sobre o comércio colonial, instituindo o "Sistema de Portos Únicos". Na Espanha, o porto comercial ficava em Sevilha e, posteriormente, em **Cádiz**. Na América, os portos autorizados a realizarem importações e exportações eram quatro: o de **Porto Belo**, no Panamá, e o de **Vera Cruz**, no México, o de **Cartagena**, na Colômbia e o de **Havana**, em Cuba.

Os Indígenas, a Encomienda e o Repartimiento

Os indígenas compunham o grupo majoritário e constituíam a base de sustentação da economia colonial espanhola. Eram considerados vassalos do Rei e sobre eles recaíam trabalhar forçosamente, pois eram obrigados a pagarem impostos.

Uma das formas de pagamento era a *encomienda*, que dava ao colonizador o direito de posse sobre um território e os indígenas que nele se encontravam, os quais, para permanecerem lá, pagavam tributos sob forma de trabalhos compulsórios e recebiam em troca a catequese. Outra forma de imposto era o *repartimiento* — imposto para construção de grandes obras ou para exploração de regiões economicamente ricas, com exemplo, as minas e grandes plantações — que constituía no recrutamento de massas indígenas realizado, geralmente, por meio de sorteios. Em troca do trabalho que era temporário, o indígena recebia um salário; mas isso não significa que se desenvolviam relações capitalistas de trabalho, visto que o trabalho era compulsório.

EXERCÍCIOS

1 - (CES – 2000) A cultura dos Astecas, uma das mais importantes do mundo pré-colombiano, floresceu na região que hoje corresponde à:
a) Região dos Andes;
b) Região do México;
c) Colômbia, Peru e Bolívia;
d) América Central;
e) América do Sul.

2 - (CES – 2000) - O Peru, que veio a se constituir um grande vice-reino e um dos centros civilizatórios mais importantes da América Espanhola, foi conquistado por:
a) Fernão Cortez;
b) Diogo Almagro;
c) Francisco Pizarro;
d) Fernão Dias Pais;
e) Balboa.

3 - (CES – 2000) - A Mineração foi a atividade econômica mais importante na América espanhola, durante o período colonial. Muitos fatores levaram à decadência destes complexos mineradores na região andina e no planalto mexicano. Assinale a modalidade de mão-de-obra que predominou nas minas de prata, nos séculos XVI e XVII:
a) Indígena, submetida ao trabalho compulsório;
b) Negra, submetida ao trabalho servil;
c) Homens livres no regime de trabalho assalariado;
d) Indígena, adaptado ao trabalho livre;
e) Brancos e Negros em regime cooperativo.

4 - (FGV – CGA – 1998) Na colonização espanhola na América Andina, houve uma instituição incaica que foi aproveitada pelos espanhóis, tornando-se um elemento decisivo para o domínio destes. Essa instituição era:
a.) a Plantation;
b) o Quipu;
c.) a Mita;
d.) a Chicha;
e) a Hacienda.

5 - (FGV – CGA – 1998) "Como sairão das Universidades os que hão de governar, se não há Universidade na América onde se ensine os fundamentos da arte do governo, que é a análise dos elementos peculiares dos povos da América Os jovens saem ao mundo olhando-o através de lentes ianques ou francesas, aspirando dirigir um povo que não conhecem (...) Resolver o problema depois de conhecer seus elementos é mais fácil do que resolver o problema sem os conhecer. (...) Conhecer o país é governá-lo conforme o conhecimento, é o único modo de livrá-lo de tiranias (...) Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa (...) não há pátria na qual possa ter o homem mais orgulho do que em nossas dolorosas repúblicas americanas."(José Martí. Nossa América)
A partir do extrato acima é correto afirmar:
a) A proposta de Martí consiste em valorizar os elementos norte-americanos, franceses e gregos em detrimento dos demais para compreender a sociedade na qual vivemos e poder transformá-la;
b) Uma visão das Universidades na América como instituições não formadoras de conhecimento sobre a própria realidade em que estão inseridas, resultando na preparação de jovens sem competência para governar seus países;
c) Uma crítica às Universidades ianques e francesas que não formam os jovens para a compreensão das sociedades latino-americanas;
d) José Martí participou ativamente da segunda guerra de independência de Cuba e esse extrato tem relação direta com essa guerra;
e) Uma crítica ao desconhecimento de todos acerca dos problemas latino-americanos e portanto, simultaneamente, uma justificativa das tiranias nesse continente;

6 - (FGV – CGA – 1998) 33 A conquista de Cuzco, centro do Império Inca, deu-se por:
a) Hernán Cortez, em 1519;
b) Francisco Pizarro, em 1533;
c) Juan Ponce De Leon, em 1508;
d) Vasco Nunes de Balboa, em 1509;
e) Diego de Velásques, em 1511.

07 - (FUVEST – 1996) - Sobre as universidades na América colonial, é possível afirmar que
a) as Coroas portuguesa e espanhola, preocupadas desde o início do período colonial com a questão da educação, criaram universidades já no século XVI.
b) no Brasil não foram criadas universidades no período colonial e na América Espanhola elas tiveram apenas existência efêmera, não havendo real interesse em sua manutenção.
c) as Coroas portuguesa e espanhola, envolvidas com a implantação de um sistema de exploração, não cuidaram da criação de universidades em suas colônias.
d) assim como Salamanca serviu de modelo para a organização das universidades da América Espanhola, Coimbra foi modelo no Brasil e em Goa, na Índia.
e) enquanto no Brasil não foram criadas universidades no período colonial, na América Espanhola, já no século XVI, foram fundadas a universidade de São Marcos de Lima e a do México.

8 - (FUVEST – 1998) - As relações comerciais entre a Espanha e suas colônias, até a primeira metade do século XVIII, se caracterizaram por
a) um sistema de portos únicos, responsáveis por todas as transações comerciais legais.
b) um pacto colonial igual àquele que se desenvolvia entre o Brasil e sua metrópole.
c) um sistema de liberdade de comércio, sem qualquer controle metropolitano.
d) um sistema de comércio livre-triangular, envolvendo a Espanha, a América e a África.
e) um sistema que concedia privilégios aos comerciantes da região do Prata.

9 - (FUVEST – 1999) - A Guerra da Sucessão Espanhola e o Tratado de Utrecht (1713) representaram
a) a grande penetração inglesa nos mercados da América Espanhola através dos navios de permissão e do "asiento" do tráfico negreiro;
b) o afastamento de Filipe V e sua substituição por Carlos II, o que atendia aos interesses franco-espanhóis;
c) a cessão de Terra Nova e Acádia à França, tornando-se esta a grande rival da Inglaterra na América do Norte;
d) a retomada dos Países Baixos pela Espanha, além de Gibraltar e Minorca, consagrando o poderio espanhol no mundo europeu;
e) o fim dos conflitos coloniais e a vigência do princípio da legitimidade no reconhecimento das independências das novas nações.

10 - (PUC-RJ) "Qualquer coisa pode ser feita com esse povo, eles são muito dóceis e, procedendo com zelo, podem facilmente ser ensinados a doutrina cristã. Eles possuem os instintos inatos de humildade e obediência e os impulsos cristãos de pobreza, nudez e desprezo pelas coisas deste mundo, caminhando descalços e sem chapéu com cabelos longos como apóstolos..."
(Bispo Vasco de Quiroga. México, princípio do Século XVI.)
Tendo como referência o texto acima, considere as afirmativas que descrevem a visão do colonizador sobre os povos indígenas da América.
I. A passividade dos povos indígenas e sua predisposição à cristianização.
II. A inferioridade racial e cultural dos povos indígenas.
III. A existência do hábito do trabalho como parte integrante do cotidiano dos povos indígenas.
IV. A existência da noção de propriedade privada e produção de excedente visando o mercado.
Assinale a alternativa que contém as afirmativas corretas:
a) somente I e IV;
b) somente II e III;
c) somente I e II;
d) somente III e IV;
e) todas as afirmativas estão corretas.

11 - (PUC – MG – 1998) Na colonização da América espanhola, foram adotados como sistemas de organização e exploração da mão-de-obra indígena a "encomienda" e a "mita", sobre as quais é correto afirmar, EXCETO:
a) A "mita" era uma forma de escravidão dissimulada muito empregada na mineração.
b) Os encomenderos podiam cobrar tributos em dinheiro ou em trabalho dos índios.
c) Na "encomienda" e na "mita", o trabalho indígena era muito mal remunerado.
d) Na "mita", as tribos indígenas eram obrigadas a fornecer certo número de trabalhadores para as minas.
e) Na "encomienda", os encomenderos recebiam da Coroa direitos sobre várias áreas.

UNIDADE III - CRISE DO SISTEMA COLONIAL E INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA

6. AS REVOLTAS NO BRASIL - PERÍODO JOANINO - O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA IBÉRICA

REVOLTAS: CONTESTAÇÃO DO PODER DA METRÓPOLE

A exploração colonial deveria atender em primeiro lugar, aos interesses da metrópole, que muitas vezes não eram os mesmos da colônia. Por isso, a partir de meados do séc. XVIII, Portugal começou a enfrentar outro tipo de conflito: as revoltas dos colonos da América portuguesa. Podemos agrupar essas revoltas em dois conjuntos, revoltas nativistas (rebeliões sem objetivo de separação política) e revoltas emancipacionistas (rebeliões com objetivo de separação política).

REVOLTAS NATIVISTAS

Reúne as rebeliões que não pretendiam separar Brasil de Portugal. Queriam apenas modificar aspectos da dominação portuguesa, reformar elementos do Pacto Colonial, retirar entraves econômicos. Entre elas destacam-se: Revolta de Vila Rica (1720); A Guerra dos Emboabas (1708); Revolta de Beckman (1684) e Guerra dos Mascates (1710).

Guerra dos Emboabas (1708)

Representação do século XVIII sobre Guerra dos Emboabas

Inúmeros portugueses, da metrópole ou da própria colônia, tão logo souberam da descoberta do ouro, dirigiram-se para o local das jazidas com intenção de apoderar-se delas. Os bandeirantes paulistas sentiam-se injustiçados com a ambição portuguesa, e isso provocou violentos conflitos entre os dois grupos. Os portugueses eram conhecidos como emboabas, palavra de origem tupi que servia para designar os que não haviam nascido na região, os forasteiros. O principal chefe dos emboabas Manuel Nunes Viana, que liderou tropas contra os paulistas, vencendo-os nas regiões de Sabará e Cachoeira do Campo. Em 1709, ocorreu uma sangrenta matança de diversos paulistas, no chamado Capão da traição, por um exército de emboabas de 1.000 homens, comandados por Bento do Amaral Coutinho. Procurando acabar com o conflito, a coroa portuguesa interveio na região e passou a exercer austero controle econômico das minas. Em julho 1711, D. João V, elevou São Paulo à categoria de cidade, separando-a administrativamente das regiões das minas. O final da guerra dos Emboabas foi desfavorável aos bandeirantes paulistas e fez com que se lançassem à procura de novas jazidas de ouro em outras regiões do Brasil. Isso teve como consequência a descoberta de ouro na região Centro-Oeste, em Goiás e em Mato Grosso.

Revolta de Vila Rica – 1720

Também chamada de Revolta de Felipe dos Santos, a Revolta de Vila Rica foi determinada pela situação específica da região das Minas e se opunha à alguns aspectos da administração portuguesa na região das Minas. A população das Minas dedicava-se ao contrabando do ouro em pó e sonegava o quinto ao Rei. Com o intuito de conter a evasão do ouro, uma lei de fevereiro de 1719, implantou na capitania as casas de fundição. A criação das Casas de Fundição foi causa do motim de quase de 2.000 mineiros. O líder da rebelião, o português Felipe dos Santos, era um rancheiro no povoado de Antônio Dias. Sem força suficiente para debelar o movimento, o governador Conde de Assumar contemporizou com os revoltosos e prometeu perdoar os amotinados e suspender a criação das Casas de Fundição. Quando os revoltosos depuseram as armas e se dispersaram, o governador mandou prender os líderes e esquartejar Felipe dos Santos.

Revolta de Beckman (1684)

Em 1661, por seu trabalho de defesa da liberdade dos índios, os religiosos da Companhia de Jesus foram expulsos do Maranhão. Só puderam voltar em 1680, quando o governo português proibiu terminantemente a escravização de índios. Para resolver o problema da falta de braços para a lavoura e controlar o comércio naquela região do Brasil, o governo português criou em 1682, a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão. A Companhia não cumpriu os compromissos assumidos, o que despertou grande descontentamento entre os colonos da região. Os escravos africanos não foram trazidos para o Maranhão em número suficiente e os gêneros alimentícios negociados pela Companhia, além de muito caros, não eram de boa qualidade. Ela exagerava em seu monopólio, fraudava pesos e medidas, produtos da região como cacau e baunilha eram vendidos por preços aviltantes a agentes da própria Companhia disfarçados. Revoltaram-se contra essa situação elementos do Clero, da classe mais elevada e do povo, chefiados por Manuel Beckman, fazendeiro muito rico e respeitado na região. Em 25 de Fevereiro de 1684, numa

reunião na Câmara Municipal de São Luís, os revoltosos decidiram expulsar os Jesuítas e abolir o monopólio comercial da Companhia do Maranhão.

Beckman governou o Maranhão durante um ano, até a chegada de uma frota portuguesa sob o comando de Gomes de Freire de Andrada. Beckman fugiu, mas foi preso e enforcado. A extinção da Companhia de Comércio do Maranhão foi mantida pelo governo português como queriam os revoltosos, mas os jesuítas puderam retornar e continuar seu trabalho.

Guerra dos Mascates (1709-1710)

Movimento colonial que recebeu o nome de Guerra dos Mascates opôs os senhores de engenho que habitavam a cidade de Olinda aos comerciantes portugueses, conhecidos por Mascates, que moravam em Recife.

Foi um movimento de caráter regionalista cujos principais fatores foram:

- Decadência da atividade agro-industrial açucareira em virtude da concorrência internacional;
- Desenvolvimento comercial e urbano em Pernambuco;
- Elevação do povoado de Recife à categoria de vila;
- Perda da autonomia dos senhores de engenho de Olinda, motivada pela nova política colonial portuguesa no início do século XVIII.

Tropeiros, representados por Rugendas.

Recife dependia administrativamente de Olinda, pois a Câmara Municipal de Olinda legislava por Recife. Os cargos da Câmara eram privativos dos grandes proprietários rurais, os comerciantes recifenses não conseguiam participar como vereadores, por isso apelaram às autoridades coloniais. As autoridades coloniais permitiram que os comerciantes recifenses se candidatassem como vereadores da Câmara de Olinda. Porém, a situação nada mudou para os comerciantes de Recife, pois a aristocracia olindense controlava as eleições. Passo seguinte foi pedirem a elevação de Recife à categoria de Vila, e a criação de uma Câmara Municipal, tornando - a independente de Olinda, o que ocorreu em 19 de novembro de 1709.

Os aristocratas de Olinda se revoltaram e, semanas depois, invadiram Recife. O governador fugiu para a Bahia, a rebelião foi vencida e os principais implicados foram punidos. Recife foi mantida na categoria de Vila independente de Olinda.

REVOLTAS EMANCIPACIONISTAS (OU SEPARATISTAS)

Nesse grupo estão rebeliões que desejavam separar o Brasil de Portugal. Queriam romper o Pacto Colonial e proclamar a independência política do Brasil. Entre elas destacam-se Inconfidência Mineira, também chamada de Conjuração Mineira (1789) e Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates (1798).

INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)

Embora os inconfidentes de Minas não tivessem desencadeado a revolta que tramavam, seu movimento foi, desde o início, bastante organizado e tinha um objetivo muito claro: a separação de Portugal. Em seu programa constavam os seguintes itens:

- Estabelecimento da capital da República em São João Del Rei;
- Criação de uma nova casa da moeda e fixação do câmbio para $500 réis por oitava de ouro;
- Abolição das restrições legislativas que pesavam sobre o Distrito Diamantina;
- Liberação das manufaturas;
- Estabelecimentos da fábrica de pólvora;
- Liberação de escravos e mulatos nascidos no Brasil;
- Fundação da Universidade de Vila Rica;
- Abolição do exército permanente e sua substituição por uma milícia nacional de cidadãos;
- Criação de parlamentos locais e um central;
- Tomás Antônio Gonzaga governaria os três primeiros anos, ao fim dos quais haveria eleição;
- Perdão das dívidas para com a coroa portuguesa a todos;

Havia dois pontos nos quais não existia inteiro acordo sobre os conspiradores: o assassinato do governador Barbacena e o problema da abolição da escravatura (nos dois casos, uns eram a favor outros contra). Para a realização desse programa havia se reunido um grupo bastante heterogêneo, em sua maioria membros da elite mineira. Participavam da conspiração alguns homens mais ricos das Minas e os poetas árcades, Cláudio Manuel da Costa (que era desembargador), Tomás Antônio Gonzaga (que era ouvidor) e Alvarenga Peixoto (que era advogado e minerador), além de religiosos como o padre Oliveira Rolim, o cônego Luís Vieira e membros da tropa paga de Minas Gerais, como Tiradentes e o coronel–chefe Francisco de Paula Andrade. A conspiração teve início em 1789, mas derivava de insatisfação de longa data.

Por volta de 1776, quando os EUA proclamaram a sua independência, Minas contava com uma população de 300.000 habitantes, contingente que representava 20% da população do Brasil e era a maior aglomeração da colônia. Por essa época, a mineração já o encontrava em franco declínio e a agricultura já havia se convertido, em Minas, numa atividade predominante, de modo que a decadência da mineração não significou necessariamente a decadência econômica da região.

O amadurecimento da consciência emancipacionista em Minas se deu por várias razões. A primeira foi, sem dúvida, a opressiva política fiscal da Coroa, agravada principalmente com a instituição da **derrama** pelo Marquês de Pombal. Esse imposto resultava na cobrança forçada de todos os impostos atrasados. Outra razão foi o Alvará de 1785, que proibia o funcionamento de manufatura em todo o Brasil mais que, de fato, tinha em vista Minas Gerais.

A independência dos EUA, ocorrida em 1776, também influenciou bastante a inconfidência mineira. Ao lado dos autores iluministas, ecoavam como apelo a ação os nomes de George Washington, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson e Tom Paine. A constituição norte-americana de 1787 era lida com avidez no Brasil. Chegou-se a ter esperança de obter o apoio dos EUA à causa brasileira. É o que demonstraram os pedidos nesse sentido feitos pelo estudante em Coimbra, José Joaquin de Maia, que se correspondeu com Thomas Jefferson, então embaixador na França.

Quanto à ação revolucionária propriamente dita, os inconfidentes haviam arquitetado um plano militar que deveria ser acionado no dia da derrama. Uma bandeira é desenhada, nela o triângulo e os dizeres: "*Libertas Que Sera Tamem*", que significa "Liberdade, ainda que tardia". O visconde de Barbacena, que assumirá o governo de Minas, em 1768, em substituição ao impopular Cunha Menezes, vinha com a missão de cobrar da capitania a dívida atrasada de 1538 arrobas de ouro. Para as autoridades portuguesas, essa dívida decorria de fraudes e não do esgotamento das Minas. Por isso, julgavam justificado o lançamento da derrama.

Tiradentes, em óleo de Washington Rodrigues

Segundo se supunha, a derrama seria lançada em meados de fevereiro de 1789, por esta razão, em fins de dezembro de 1788, teve início a conspiração, com a participação de seis pessoas, entre as quais Tiradentes.

Todavia, o governador hesitava: a mineração encontrava-se em declínio e a derrama poderia desencadear revoltas incontroláveis. No dia 14 de março de 1789, ele finalmente tomou a decisão: comunicou oficialmente a suspensão da derrama à Câmara Municipal de Vila Rica. No dia seguinte, Silvério dos Reis denunciou a conspiração. Tamanha traição tinha uma forte razão financeira, a senha para o início da revolta era "Tal dia é o batizado". Porém, a notícia também chegou aos ouvidos do Coronel Joaquim Silvério dos Reis, que, endividado, achou um meio fácil para quitar suas dívidas com a coroa portuguesa: delatar os inconfidentes. Tomando conhecimento da conspiração, Barbacena começou a agir com cautela na desmontagem do movimento, no mês de maio foram efetuadas as prisões iniciando-se a devassa (investigação da conspiração). Em 18 da abril de 1792, foi lida a sentença que condenavam onze inconfidentes à morte, em quanto para os demais a pena variava de prisão perpétua a degredo, açoite e confisco dos bens. Porém, a pena de morte de dez condenados foi comutada para degredo perpétuo na África, com exceção de Tiradentes, o mais humilde em sua condição social, que foi executado e esquartejado.

No dia 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado no Largo da Lampadosa no Rio de Janeiro, para que servisse de exemplo para outros que porventura tivessem ideias semelhantes. Depois de morto, Tiradentes foi esquartejado e os pedaços de seu corpo espalhados pela estrada que levava a Vila Rica. Sua cabeça, posta numa gaiola, presa a um poste de ignomínia, ficou exposta no centro de Vila Rica, atual praça Tiradentes. Terminava, assim, a primeira conspiração emancipacionista do Brasil.

CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

A Inconfidência Baiana de 1798, também chamada Conjuração Baiana, teve características bem diferentes das anteriores, especialmente porque seus participantes pertenciam às camadas pobres da população. Os chefes da Inconfidência foram Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, que eram soldados, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira, alfaiates. A conspiração é, por isso conhecida, também como revolta dos alfaiates. Inspirados nos ideais da Revolução Francesa (Liberdade, Fraternidade, Igualdade), os inconfidentes pretendiam proclamar a República e abolir a escravidão. Em 12 de Agosto de 1798, os conspiradores colocavam nos muros da cidade papéis manuscritos chamando a população à luta e proclamando ideais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade e República. Foram descobertos e presos e, em 8 de novembro de 1799, enforcados em Salvador.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817).

Foi a mais interessante das três revoltas por ter sido a única que contou com a participação de amplos setores da população, unindo parte da camada popular e parte da elite nordestina. Em 1817 a Corte portuguesa estava no Brasil, como veremos a diante.

Os nordestinos de elite passavam por um momento delicado do ponto de vista econômico: queda dos preços internacionais do açúcar e alta do preço da mão de obra escrava. O monopólio fazia com que a maior parte do pouco lucro ficasse com a Coroa. Some-se a isso o fato de que a

vinda da Corte para o Brasil foi acompanhada pelo aumento dos impostos: o Brasil tinha que arcar sozinho com a vida do alto clero e da nobreza portuguesa: Portugal estivera dominada pelos franceses até 1814 e ainda não se recuperara. Houve então a alta geral dos impostos, que insidiam sobre todos, ricos e pobres.

O descontentamento era, portanto, geral em Pernambuco: um forte sentimento anti-lusitano. Para piorar, a vinda da corte retirara dos brasileiros muitos postos importantes dentro do Estado: Em maio de 1817 o descontentamento estourou em revolução, contando pela primeira vez com a participação de elite e povo: pelo menos de parte deles. A revolta começou em Pernambuco e se espalhou por outros estados do Nordeste. O que queria basicamente o povo? Principalmente igualdade e a libertação dos escravos. O que queria a elite? Principalmente o fim do peso dos impostos, eliminar a concorrência dos comerciantes portugueses, que recebiam a concessão da Coroa para o comércio e acesso aos cargos públicos mais importantes.

Foi proclamada uma República com legislação consideravelmente liberal para a época que previa a igualdade de todos perante a lei e a tolerância religiosa. A escravidão foi mantida. Representantes dos revoltosos foram para a Europa, EUA e Argentina pedir ajuda e reconhecimento.

A imprensa liberal francesa pediu explicitamente aos representantes dos EUA na França para que reconhecessem a independência desta nova república liberal: a França vivia os anos da restauração do Absolutismo. Mas os revoltosos não conseguiram unir forças suficientes para resistir ao contra-ataque do exército português aliado a membros da elite nordestina que não aderiram a revolta. Por um lado, o excesso de liberalismo inibiu muitos fazendeiros. Por outro lado, a não libertação dos escravos, tirou o entusiasmo da população. Acabaram derrotados e muitos de seus líderes foram executados.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA BRASILEIRO

O processo de independência da colônia brasileira, em relação à Portugal, está intimamente relacionado às grandes transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram na Europa, no final do século XVIII. Em função da Revolução Industrial e Revolução Francesa, houve um forte crescimento da produção e a intensificação do comércio, em conjunto com as investidas políticas contra o Antigo Regime, sendo este substituído pelos princípios liberais. Acentuam-se os conflitos entre as duas maiores potências europeias: Inglaterra, com o maior desenvolvimento industrial e, a França, sob o regime de Napoleão Bonaparte. Na colônia, estas transformações vão sendo sentidas com o crescente interesse das demais nações europeias pelos mercados americanos, principalmente a Inglaterra, na qual a necessidade do fim do Pacto Colonial fica cada vez mais forte. Os colonos partem à defesa de seus interesses, pois lucrariam mais como o comércio direto com os ingleses.

Portugal, no começo do século XIX, foi pressionado pelos interesses comerciais da Inglaterra. As dependências econômicas e política dos portugueses em relação aos ingleses já eram grandes desde o Tratado de Methuen, em 1703 que, em troca da importação de vinho lusitano pelos ingleses, os portugueses importariam os manufaturados da Inglaterra. A metrópole também era pressionada pelos franceses, que ameaçavam invadir seu território.

Napoleão Bonaparte não conseguia invadir as terras britânicas, por isso quis estabelecer um boicote aos produtos ingleses, proibindo aos países invadidos de comercializarem com a Inglaterra, o que foi o denominado **Bloqueio Continental**. Portugal, então, que mantinha fortes relações comerciais com os ingleses, era um alvo estratégico à pretensão de Bonaparte. A invasão foi facilitada por um acordo entre os franceses e Fernando VII, rei da Espanha, que deixaria as tropas de Napoleão passarem por seu território para chegar a Portugal. O acordo, porém, foi quebrado pelos franceses, que depuseram o rei espanhol. Quando as tropas napoleônicas invadem Portugal, D. João VI, incentivado pela Inglaterra, embarca para o Brasil, juntamente com sua corte, chegando em janeiro de 1808, em Salvador. Inicia-se assim, o chamado "**Período Joanino**".

Com a vinda da corte portuguesa, o território colonial passava a ser sede do governo; enquanto isso, Portugal estava ocupado por tropas francesas. Duas das medidas adotadas por D. João VI logo que chegou ao Brasil, são bastante significativas para esta nova condição do território colonial: a **Abertura dos Portos às Nações Amigas**, deixando, portanto, de existir o monopólio comercial e o **Alvará de Liberação de Manufaturas**, permitindo a instalação desses estabelecimentos em território colonial.

A pressão inglesa para obter maior controle e influência sobre o mercado brasileiro resulta nos chamados **Tratados de 1810**; ficava clara a subordinação econômica a que Portugal estava sujeito. Destacam-se: **Tratado de Aliança e Amizade**, onde a Inglaterra se comprometia em ajudar a defesa militar do Brasil em caso de guerra, o que significava a proteção de seus interesses; **Tratado de Comércio e Navegação** que exigia dos portugueses uma redução na importação de escravos progressivamente e estabelecia o controle da política alfandegária brasileira, determinando as tarifas aos produtos importados pelo Brasil: os produtos britânicos teriam taxa de **15%,** os produtos portugueses de **16%** e as das demais nações de **24%**. Entre outras coisas, esses tratados também determinavam, por exemplo, que cidadãos britânicos, residentes no Brasil, não se sujeitariam às leis portuguesas.

Em **1815**, D. João, para se adequar às exigências do **Congresso de Viena**, eleva o Brasil à condição de **Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve**. Ou seja, não havia mais distinção entre Colônia e Metrópole. Em 1816, determina a invasão do território da Província Cisplatina (atual Uruguai) ao Brasil, região que já era cobiçada por Portugal. Tal campanha foi financiada, essencialmente, por empréstimos ingleses, assim como as reformas da cidade do Rio de Janeiro, com a construção de várias importantes

instituições, como o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Arquivo Real, o Jardim Botânico e a primeira faculdade de Medicina, em Salvador, como também outras iniciativas culturais e artísticas.

A situação econômica brasileira, no final do Período Joanino, não era das melhores. O mercado dos principais produtos brasileiros estava em crise, com fortes concorrências em todos os setores. Em Portugal, também havia uma forte crise econômica e eclode a Revolução Liberal em 1820, que tinha como objetivo a elaboração de uma constituição e o retorno de D. João VI. No fundo queria-se o retorno do controle do comércio brasileiro, ou seja, a recolonização, como forma de sair da crise econômica. Pressionado, D. João volta para Portugal, deixando seu filho, D. Pedro como regente do Brasil. Os portugueses insistiam em medidas que pudessem diminuir o poder de D. Pedro e que indicassem a tentativa de se voltar ao regime colonial. O sentimento anticolonialista e antilusitano começa a crescer entre os brasileiros, gerando a aglutinação dos insatisfeitos em grupos políticos, que unidos formaram o **Partido Brasileiro**.

D. Pedro é pressionado pelas Cortes de Lisboa para voltar para Portugal, enquanto no Brasil o movimento é a favor da independência, manifestado pela permanência do príncipe regente: o dia **9 de janeiro de 1822** ficou conhecido como **Dia do Fico**, quando D. Pedro decide permanecer no Brasil. A independência oficial do Brasil era questão de meses. Os portugueses tentaram se revoltar, mas não conseguiram demonstrar forte resistência; todas as agitações contra a independência do Brasil, ocorridas em território brasileiro foram sufocadas. Em **7 de setembro de 1822** a independência estava consolidada.

Acima: O grito de Ipiranga (1888), de Pedro Américo. Abaixo: Batailles de Friedland (1807), de Ernest Meissonier. O quadro de Pedro Américo, encomendado por D. Pedro II, era uma cópia da pintura do francês Meissonier. Em ambos, a população é deixada de lado.

OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA AO LONGO DA AMÉRICA ESPANHOLA

ANTECEDENTES EUROPEUS

Durante o século XVIII, a Espanha, sob os Bourbons (Filipe V e Carlos III), passou por um processo de modernização econômica e pela aproximação com a França e a Inglaterra, com nítidos reflexos sobre suas colônias americanas.

A mudança da política colonial espanhola ocorreu em virtude do envolvimento da Espanha nas guerras europeias, da decadência da mineração, que não chegava a custear o sistema de frotas anuais enviadas à América, e, finalmente, das próprias dificuldades que o governo encontrava para abastecer o mercado colonial.

Após a aliança feita com os franceses para deter o expansionismo inglês — que tinha Portugal por aliado —, a França passou a ter acesso às colônias espanholas, através de suas companhias de comércio presentes no porto de Cádiz. Com o **Tratado de Ultrech** (1713), assinado após a derrota espanhola perante a Inglaterra (na Guerra de Sucessão Espanhola), os ingleses passaram a deter os direitos sobre o *asiento* (fornecimento de escravos para as colônias) e o *permisso* (comércio direto de manufaturas com as colônias). Além desses fatos, cabe ressaltar que, em 1740, a Espanha aboliu o sistema de frotas; em 1765, foi liberado o comércio intercolonial; em 1778, acabou o Sistema de Porto Único; e os ***criollos*** *(crioulos)* — descendentes de espanhóis nascidos na América — passaram a ter o direito de comercializarem diretamente com a Espanha. Essa nova fase de abertura do comércio colonial vivenciada pela Espanha contrastava com as reformas realizadas na administração, que se tornou mais rígida e centralizadora, revelando a quebra do pacto colonial espanhol.

O reinado de Carlos III (1757 a 1788) pode ser considerado não apenas o apogeu do domínio colonial espanhol sobre a América, mas também o momento em que as colônias começaram a manifestar seu descontentamento em relação ao secular domínio exercido pela metrópole. O início do século XIX foi marcado pela ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, na França, e por uma profunda alteração no cenário político europeu.

Dentro desse novo contexto, a Espanha optou em aliar-se a Napoleão. Em 1807, assinou o **Tratado de Fontainebleau**, que estabelecia a invasão de Portugal e a posterior divisão dos domínios portugueses na Europa e América entre as duas nações.

Na realidade, a Espanha acabou sendo vítima da hábil diplomacia francesa que, com o Tratado, neutralizava as forças espanholas por algum tempo, até que, após a invasão de Portugal, pudesse invadir a própria Espanha. Em 1807, após a invasão de Portugal — fato que levou à transferência da Corte portuguesa para o Brasil — a Espanha é dominada pelos franceses. No ano seguinte, é tirada do trono espanhol a dinastia dos Bourbons. Carlos IV abdica do trono

em favor de seu filho, Fernando VII, que renuncia ao trono em favor de José Bonaparte, irmão de Napoleão.

A ocupação francesa levou à resistência popular e à formação de **Juntas Governativas** na Espanha — Juntas de Sevilha, Cádiz e a Junta Central — que acabaram perdendo de vista seus objetivos políticos em razão das rivalidades comerciais. Mas, mesmo assim, o governo de José Bonaparte encontrou resistência. Enquanto era conduzido com sede em Madri, os espanhóis impunham resistência por meio da Junta de Cádiz.

AS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA

Não podemos atribuir apenas à invasão napoleônica na Espanha o desencadeamento das independências na América. Este fato deve ser visto como resultado de todo um movimento histórico que, num determinado momento, encontrou condições favoráveis para se efetivar.

Convém lembrar que as conjunturas europeia e americana se haviam alterado consideravelmente na passagem dos séculos XVIII ao XIX, e os novos fatos foram decisivos para o início do rompimento entre colônias americanas e metrópoles europeias. Não se pode esquecer a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Industrial Inglesa, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Expansão Napoleônica. Precisamos, também, ter claro que esses episódios influenciavam a vida dos colonos espanhóis — os *criollos*, que constituíam a classe econômica dominante nas áreas coloniais — que, descontentes com a metrópole, precisavam apenas de uma justificativa para declarar a independência.

No momento em que José Bonaparte assumiu o governo da Espanha, na América também houve reação. Os antigos **Cabildos** (as câmaras municipais) foram transformados nas primeiras Juntas Governativas — Alto Peru, Caracas e Buenos Aires —, que depois proliferaram por todo território colonial, entre 1808 e 1810. A liderança das Juntas Governativas na América coube à elite *criolla*, que se dividiu em três tendências políticas em relação ao caráter da formação das Juntas. A primeira a ser defendia foi fidelidade total a Fernando VII, considerado o legítimo rei da Espanha; a segunda tendência defendia Fernando VII, mas reivindicava autonomia em relação à Junta de Cádiz; e a terceira propunha a independência definitiva em relação à Espanha, quer fosse dominada por um francês ou por um espanhol.

No período compreendido entre 1808 (ascensão de José Bonaparte) e 1814 (derrota de Napoleão e Congresso de Viena), as três tendências acabaram por se unificarem em torno do projeto separatista em relação à Espanha.

A vitória da terceira tendência ocorreu em função do Congresso de Viena ter sido marcado pela restauração do Absolutismo na Europa e, portanto, pela volta do Mercantilismo e do Pacto Colonial na América, contrariando os interesses econômicos das elites coloniais.

Assim, podemos dividir o processo de independência da América Espanhola em duas etapas. A primeira, entre 1808 e 1814-15, caracterizada pelas primeiras lutas emancipatórias, seguidas da repressão por parte da Espanha; a segunda fase, entre 1816 e 1824, marcada pela vitória dos movimentos de independência, que contaram com o apoio da Inglaterra, interessada em manter livre o comércio com a América. Outro aspecto que cabe ressaltar é o da fragmentação da América Espanhola após as lutas pela independência. Podemos afirmar que a diversidade econômica, política e social somada às dificuldades de comunicação, às divisões tribais e linguísticas distribuídas em um amplo e diversificado território foram fatores responsáveis por tal fragmentação.

Além desses aspectos, devemos também ressaltar, sobretudo, os interesses ingleses em criar nações fracas e debilitadas, o que facilitaria o exercício de sua hegemonia comercial em Estados nos quais o capitalismo não era um modo de produção consolidado a ponto de, com a unificação de mercados, levar à unidade territorial e política. Muito diferente da elite brasileira que podia ser considerada homogênea em seus interesses, na medida em que era essencialmente rural, a elite colonial espanhola estava dividida em termos econômicos. Parte da elite *criolla* realizava o comércio, portanto, era mercantil. Outra parcela estava ligada às atividades agropecuárias, portanto, era rural. Seus interesses econômicos chegavam a ser contraditórios no que dizia respeito ao comércio internacional.

Em termos políticos, a elite também divergia. **Simon Bolívar** e Francisco de Miranda lideraram os republicanos, enquanto **José de San Martín** reuniu os monarquistas constitucionais. Em algumas localidades os colonos contaram com o apoio dos indígenas, em outras, os indígenas apoiaram os espanhóis. A independência da América Espanhola não foi realizada por uma única liderança com caráter nacional, mas pela soma das lutas regionais, com o predomínio de políticos locais, que resultaram na fragmentação da América Espanhola, visto que foram realizadas em consonância com os interesses de cada região.

Simon Bolívar, defensor da união entre os Estados latino-americanos. Em suas cartas afirmava ter receio quanto às intenções de anexação do "grande império", ou seja, o Brasil monarquista.

O CAUDILHISMO

Ao final das lutas de independência das antigas colônias da América Espanhola, praticamente assistimos à sua total fragmentação territorial. Os fatores que explicam tal acontecimento são de várias naturezas. As teses tradicionais limitam-se a explicar o fato a partir da adoção de regimes republicanos pelas nações recém-emancipadas.

Atualmente, consideramos que a fragmentação da antiga América Espanhola em repúblicas resultou da conjugação de uma série de fatores — geográficos, econômicos, político-sociais — e que a adoção de regimes republicanos foi antes uma consequência do que uma causa.

A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

A ocupação do espaço físico da América Espanhola durante a colonização esteve intimamente ligada aos interesses econômicos mercantilistas da Era Moderna, concentrando-se em áreas onde o Estado Absolutista pudesse participar e extrair o máximo possível de riquezas e praticar o comércio. Assim sendo, distribuía-se de forma irregular pelo continente. Dessa forma, as áreas que eram de maior concentração demográfica estavam necessariamente vinculadas às áreas pecuaristas, extrativistas — como os minérios e produtos agrícolas —, ou então próximas às cidades portuárias responsáveis pelo escoamento da produção e importação de manufaturas.

A América Espanhola administrativa foi dividida em quatro vice-reinos e em quatro capitanias-gerais, e a subordinação dessas áreas ao Pacto Colonial contribuíram para que entre esses pólos econômicos não houvesse a integração de mercados.

Formaram-se os grupos sociais básicos da colônia: os *criollos* — a elite econômica local, representada nos Cabildos, com interesses políticos presos a esses pólos econômicos — e a imensa maioria da população subordinada à condição de ignorância e dominação, além da diversidade. Os dois grupos durante a fase de colonização foram mantidos à margem do poder político e emergiam no movimento de independência. Os *criollos* lideraram o processo, e a população foi convertida em verdadeira massa de manobra dos interesses desses grupos locais.

O fato de haver a hegemonia dos *criollos* nos movimentos de independência não pode nos levar a crer que houvesse uma unidade dentro da oligarquia, pois a emancipação política da América resultou da ação de diversos líderes vinculados a determinados interesses locais, com posições políticas diferenciadas ou até mesmo antagônicas — por exemplo, San Martín e Bolívar. Além desses fatores, temos que considerar a participação e os interesses da Inglaterra no processo de emancipação, que geralmente são citados como principal causa da fragmentação das colônias hispânicas, na medida em que a América dividida seria mais facilmente subordinada aos interesses do capitalismo inglês. Portanto, não podemos ter uma visão parcial sobre esse processo. Devemos considerar que a fragmentação territorial da América Espanhola resultou da conjugação de todos esses fatores num determinado momento histórico, não existindo, portanto, um fator mais relevante do que outro.

FILMOGRAFIA

Carlota Joaquina - Debochada trajetória da rainha de Portugal e do Brasil, a esposa do rei D. João VI.

EXERCÍCIOS

1. Assinale a alternativa CORRETA:
a) A Revolta de Beckman marca a disputa entre colonos e jesuítas pelo controle da mão-de-obra na região de Pernambuco.
b) A Guerra dos Emboabas foi a disputa dos paulistas contra os forasteiros portugueses pelo controle da região mineira.
c) A criação das casas de fundição foi um dos motivos para ocorrer a Revolta dos Alfaiates.
d) A Guerra dos Mascates marcou a luta do Rio de Janeiro contra São Paulo.
e) A Guerra dos Emboabas teve como vencedor os paulistas. O conflito marcou a disputa pela região mineira.

2. As chamadas rebeliões coloniais no Brasil, situadas na primeira metade do século XVIII, diferenciam-se das rebeliões emancipacionistas porque:
a) apresentavam ideias do iluminismo;
b) pretendiam o rompimento das relações de dependência com Portugal;
c) adquiriram dimensões nacionais defendendo a abolição do pacto colonial;
d) pretendiam a instalação de um governo socialista;
e) constituíam movimentos reivindicatórios sem, contudo, propor o corte das relações entre a Colônia e a Metrópole.

3. Sobre a Revolta dos Alfaiates, marque a alternativa INCORRETA:
a) Penetração das ideias iluministas na elite colonial.
b) Politização das camadas populares, incluindo a massa escrava, que estava insatisfeita com a dominação colonial.
c) Desejava o fim das relações com Portugal, visando abolir a escravidão.
d) Pretendia a Proclamação da República.
e) Recebeu forte influência da Revolução Francesa.

4. Entre as propostas defendidas pela Inconfidência Mineira, pode-se indicar:
a) a Independência do Brasil e o estabelecimento de um governo republicano;
b) o término das concessões especiais à Inglaterra, constantes dos Tratados de Comércio e de Amizade;
c) a mudança da sede do governo brasileiro da Província da Bahia para a de Minas Gerais;
d) a restrição da produção manufatureira, que impedia a concentração de recursos nas atividades mineradoras;
e) a abolição da escravatura no Brasil, mediante indenização aos proprietários.

5. Dentre as rebeliões coloniais, a que marcou o início do processo de emancipação política do Brasil, por questionar a dominação metropolitana da Colônia, foi a:
a) Revolta de Beckman;
b) Guerra dos Mascates;
c) Inconfidência Mineira;
d) Guerra dos Emboabas;
e) Conjuração Baiana.

6. Sobre a Inconfidência Baiana, ocorrida em 1798, marque a alternativa CORRETA.
a) Teve forte influência da Independência dos Estados Unidos.
b) Teve ampla participação das elites baianas.
c) Defendia a extinção da escravidão.
d) Defendia a instalação de universidades.
e) Seus líderes foram perdoados pelas autoridades metropolitanas.

7.A Revolta de Beckman, no século XVII, Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a sedição de Felipe dos Santos em Vila Rica, no século XVIII, tiveram em comum o fato de que:
a) representavam uma tentativa de combate à ação desempenhada pelo sistema de exploração das Companhias de Comércio;
b) representaram a disputa entre colonos e jesuítas pelo controle da mão-de-obra indígena na região;
c) apresentavam medidas reivindicatórias sem, contudo, oferecerem um projeto de separação política de Portugal.
d) tentaram promover, sem êxito, o término da exploração do sistema de escravidão africana.
e) foram movimentos influenciados pela Ilustração e pelas revoluções burguesas.

8 (FUVEST-SP - adaptado) A Revolução Pernambucana de 1817 eclodiu no momento em que se acentuaram as contradições econômicas, políticas e sociais entre os grupos da sociedade pernambucana e o governo português.
a) Mencione as principais causas da Revolução.
b) Quais medidas foram tomadas pelos revolucionários após tomarem o poder?

9 (UFGO) Em 1808. D. João VI decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Esta medida:
a) fortaleceu os laços comerciais entre Brasil e Portugal.
b) dificultou a preponderância dos produtos ingleses no Brasil.
c) determinou a decadência da lavoura canavieira do Brasil.
d) extinguiu o monopólio comercial português no Brasil.
e) implicou o reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e França

10 (PUC-MG) O Tratado de Comércio e Navegação de 1810, entre Inglaterra e Portugal, contribuiu para:
a) fortalecer a classe dos comerciantes portugueses.
b) impedir o desenvolvimento industrial do Brasil.
c) implantar o sistema de companhias privilegiadas.
d) intensificar as relações comerciais entre Brasil e Portugal.
e) preservar o regime monárquico no Brasil.

11 (Carlos Chagas-BA) Os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação (1810), celebrados entre a Inglaterra (Lord Strangford) e Portugal (príncipe D. João), costumam ser vistos com restrições, entre outros motivos, porque:
a) admitiram a criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses inferiores às pagas por produtos portugueses.
b) autorizaram a continuação do trabalho escravo, ao mesmo tempo em que ampliaram o tráfico nas colônias portuguesas na África.
c) permitiram que a Inglaterra estabelecesse portos livres em Recife. Salvador e Rio de Janeiro.
d) apoiaram a política de expansão imperialista que o príncipe regente D. João realizava no Prata.
e) criaram diversas condições restritivas ao desenvolvimento e à exportação de produtos da agricultura tropical.

12 (PUC-MG) A política expansionista de Napoleão na península Ibérica provocou:
a decretação do Bloqueio Continental.
a formação do império colonial inglês.
a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.
o desenvolvimento industrial nas colônias.
o fortalecimento do poder espanhol.

13 (Moema-SP) O movimento de emancipação latino-americana foi deflagrado:
a) pela ocupação da Espanha por Napoleão e a consequente deposição do rei Fernando VII.
b) pela Lei Aberdeen, proibindo o tráfico negreiro para as terras castelhanas.
c) quando os *criollos* (espanhóis nascidos na América) aderiram ao panamericanismo do Congresso de Caracas em 1810.
d) quando a Junta de Salvação Pública do Vice-Reinado de Nova Granada levou à frente a guerra contra os "estrangeiros espanhóis".

14 - (CENTEC-BA) Após a independência. a economia dos países latino-americanos caracterizava-se essencialmente pela:
a) independência em relação ao capital internacional.
b) permanência de uma economia colonial, voltada para abastecer o mercado interno.
c) independência tecnológica, especificamente de bens duráveis.
d) manutenção de uma economia agrário-latifundiária e exportadora.
e) dependência em relação ao capital internacional luso-espanhol.

15 (VUNESP-SP/adap.) A independência das colônias americanas esteve ligada:
a) à expansão das ideias socialistas e ao exemplo da libertação dos EUA.
b) ao apoio inglês à emancipação e ao enfraquecimento da burguesia europeia.
c) à crise do monopólio ibérico e à difusão do fascismo -- extremismo de direita.
d) à inf1uência do Iluminismo e ao aumento da exploração das metrópoles.
e) ao desenvolvimento da economia local e à necessidade de combater o liberalismo

16 (PUC-SP) A derrama, operação fiscal da Coroa portuguesa, realizada nas Minas Gerais, no final do século XVIII, correspondia:
a) às exigências para completar o valor da quota mínima de 100 arrobas de ouro.
b) ao pagamento da taxa correspondente ao número de escravos empregados na lavra.
c) ao recolhimento às Casas de Fundição da quinta parte de todo o ouro extraído.
d) à tentativa da metrópole de organizar e racionalizar a exportação do ouro.
e) à intenção de atribuir aos mineradores a responsabilidade pelos gastos da Administração da Fazenda Real.

17 (FUVEST-SP) A Inconfidência Mineira, no plano das ideias, foi inspirada:
a) nas reivindicações das camadas menos favorecidas da colônia.
b) no pensamento liberal dos filósofos da ilustração europeia.
c) nos princípios do socialismo utópico de Saint-Simon.
d) nas ideias absolutistas, defendidas pelos pensadores iluministas.
e) nas fórmulas políticas, desenvolvidas pelos comerciantes do Rio de Janeiro.

18 (PUC-MG) A Inconfidência Baiana de 1798 tem como causa a:
a) decadência da produção do ouro.
b) instalação das Casas de Fundição.
c) insatisfação das populações mais humildes.
d) invasão holandesa na Bahia.
e) revolta dos comerciantes portugueses.

19 (UNICAMP-SP) A execução de Tiradentes teve um sentido bem mais amplo que o de um enforcamento. Tratava-se de uma punição exemplar: esquartejar, exibir o corpo nos locais onde os "crimes" foram praticados, salgar terrenos e demolir casas faziam parte do esforço de apagar a memória do "criminoso" e reavivar a memória da punição de seus crimes. Por essas práticas, afirmava-se o poder do soberano e incutia-se temor em seus súditos.
Adaptado da série Registros, n. 15, DPH, 1992.
a) Por que as reivindicações dos inconfidentes foram consideradas "crimes", em 1789?
b) O que quer dizer castigo exemplar?

20 (FUVEST-SP) A Constituição Imperial de 1824 estabelece que o governo é monárquico hereditário, constitucional e representativo (artigo 3) e que a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma (artigo 99). Comente esses textos constitucionais, definidores da monarquia brasileira.

21 (UFGO) A Inglaterra apoiou os movimentos de independência das colônias luso-espanholas devido ao (á):
a) receio da expansão colonial das colônias
b) influência das ideias geradas pela Revolução Francesa
c) influência das novas ideias políticas do século XVII sobre Espanha e Portugal
d) necessidade de aumentar a produção industrial das colônias.
e) necessidade de assegurar novos mercados a seus produtos.

22 (Cesgranrio) Depois da Revolução de 1820, as Cortes adotaram posições que, além de liberais, eram também recolonizadoras em relação ao Brasil. Essas posições provocaram uma série de reações, com as quais se identificam os seguintes acontecimentos:
a) a decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil e a revolta das tropas portuguesas no Rio de Janeiro.
b) a volta de D. João VI a Portugal e a elevação do Brasil a Reino Unido.
c) a elevação do Brasil a Reino Unido e a abertura dos portos às nações amigas.
d) a revolta das tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro e a abolição do tráfico negreiro
e) a abertura dos portos às nações amigas e a volta de D. João VI para Portugal.

23 (UFPR - adaptado) Sobre o processo de independência das colônias europeias da América é correto afirmar que:
a) O não Brasil foi o único país americano a viver, após a independência, um período monárquico.
b) Os Estados Unidos da América jamais se interessaram pela independência das colônias espanhola e portuguesa na América ou pelos destinos dos países recém-formados.
c) Na década de 1810, ao mesmo tempo que diversas regiões da América Latina buscavam tornar-se independentes da Espanha, os Estados Unidos lutavam contra a Espanha para consolidar a sua independência.
d) No México, a luta pela independência tem início com a sublevação de indígenas e mestiços conduzidos por um religioso.

24 (UFU-MG) Sobre a sociedade colonial hispano-americana é correto afirmar que:
a) aos brancos nascidos na América estavam reservados os principais cargos administrativos na Justiça, no Exército e na Igreja.
b) esta diferenciou-se da sociedade inglesa na América do Norte porque permitiu ampla mobilidade social ascendente.
c) a legislação colonial estabelecia privilégios especiais aos mestiços e índios, como isenção de impostos e taxas.
d) a rigidez hierárquica dessa sociedade tornava praticamente inexistente a mobilidade social ascendente.
e) a escravidão do negro africano só foi utilizada no Haiti e na Jamaica, já que no resto da América foram os indígenas e os escravos.

25 (Fuvest-SP) Os Estados nacionais que se organizam depois das independências no Brasil nos países americanos de colonização espanhola, entre as décadas de 1820 e 1880/ são semelhantes quanto à:
a) adoção de regimes políticos e diferentes com relação às posições implementadas sobre a escravidão negra.
b) decisão de imediata abolição da escravidão e diferentes com relação à defesa da propriedade comunal indígena.
c) defesa do sufrágio universal e diferentes com relação às práticas do liberalismo econômico.
d) defesa da ampliação do acesso à terra pelos camponeses e diferentes com relação à submissão à Igreja católica.
e) vontade de participar do comércio internacional e diferentes quanto à adoção de regimes políticos.

26 (UFSCar-SP) O processo de independência das colônias latino-americanas deve ser compreendido como parte das contradições e das crises do Antigo Regime. Assinale a alternativa que melhor explicita o fator que contribuiu para precipitar o referido processo.
a) Democratização gradual das instituições coloniais, permitindo a crescente participação política de setores populares.
b) Organização de forças militares coloniais, compostas pela população local, através do estabelecimento do serviço militar obrigatório.
c) Intervenção militar dos Estados Unidos da América do Norte nas nações latino-americanas, procurando libertá-las do jugo europeu.
d) Oposição dos senhores locais à abolição do trabalho compulsório nas áreas coloniais pelas elites ilustradas metropolitanas.
e) Luta por uma reorganização comercial que permitisse um contato direto entre os produtores da América e o recém-industrializado país europeu.

27 (PUC-PR) No século XIX ocorreu o ciclo de revoluções emancipadoras, na América Latina, resultando na independência da grande maioria das áreas de colonização espanhola e do Brasil. Sobre o tema, é correto afirmar:
I. A intervenção francesa na Espanha, com o afastamento dos reis Carlos IV (renúncia) e seu filho Fernando VII, fez eclodir um grande levante armado, pois os espanhóis não aceitaram a imposição de José Bonaparte como rei. Na oportunidade, os *criollos* latinos pronunciaram-se pela lealdade a Fernando VII e logo passaram a defender posições emancipacionistas.
II. A filosofia iluminista foi causa intelectual e denominador comum desse ciclo revolucionário latino-americano, que consagraria, entre outros, os nomes de Bolívar e San Martin.
III. Fiel à sua velha aliada europeia, a Inglaterra ajudou as tropas espanholas na repressão aos patriotas da Venezuela e Colômbia, tornando mais longa a luta pelas liberdades locais.
IV. O processo de independência no Brasil insere-se no contexto: a invasão de Portugal por tropas de Napoleão e a instalação do Governo Joanino no Brasil (1808-1821) anteciparam a emancipação política do Brasil.
a) Estão corretas somente as opções I, II e III.
b) Estão corretas somente as opções II, III e IV.
c) Estão corretas somente as opções I, II e IV.
d) Estão corretas somente as opções I, III e IV
e) Apenas a opção I está correta

UNIDADE IV - O IMPÉRIO BRASILEIRO E OS ESTADOS NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA

7. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E IMPÉRIO BRASILEIRO - FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

O BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

Uma das primeiras realizações do Primeiro Reinado foi o "Projeto de Constituição", elaborado pela Assembleia Constituinte, então dividida em dois partidos: Partido Brasileiro, formado pela classe dominante agrária e alguns setores da classe média; e o "Partido Português", que defendia os interesses da burocracia civil e militar do Estado, formada por portugueses.

A maioria da Assembleia Constituinte era proveniente do Partido Brasileiro, que previa o controle político da Monarquia, e a defesa dos latifundiários através do Parlamento, controlando as decisões econômicas e políticas e o voto censitário. O projeto ficou conhecido como "Constituição da Mandioca". Não gostando das pretensões dos parlamentares do Partido Brasileiro, D. Pedro I, apoiado pelo Partido Português, cerca a Assembleia no dia 11 de novembro de 1823. Os parlamentares insistem permanecer no local, mas acabam deixando-o durante a madrugada. Esse incidente foi chamado de "Noite da Agonia".

Em março de **1824**, o novo rei do Brasil outorgou (impôs) a **primeira constituição brasileira**, a qual destacava o poder do Imperador, estabelecendo a Monarquia constitucional e hereditária no país. As principais características da **Constituição de 1824** são: o centralismo político, o Parlamento formado pela Câmara dos Deputados e Senado, o Senado Vitalício (em caso de vaga, era o Imperador quem decidiria o novo senador, entre os três mais votados), o controle da Igreja pelo Estado, o voto censitário e descoberto, o Conselho de Estado (nomeado pelo Imperador) e a instituição de **quatro poderes**: o Legislativo, o Judiciário, o Executivo e o Poder Moderador. O **Poder Moderador** dava poderes supremos ao imperador, que poderia alterar e vetar as decisões dos demais poderes.

Depois de outorgada a Constituição, grupos ligados às ideias do Partido Brasileiro, se opõem ao novo governo. Pernambuco tornou-se o centro do movimento separatista, tendo como objetivo resistir à tendência centralista do Imperador e recebia a adesão de outras províncias vizinhas. Em julho de **1824**, foi proclamada a **Confederação do Equador** que era composta pelas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e que se auto-proclamaram um país republicano, federativo e independente. D. Pedro I reprimiu violentamente os separatistas, condenando à morte os líderes mais importantes, como **Frei Caneca**, ato que teve uma repercussão negativa nas demais regiões.

Na repressão à Confederação do Equador, a execução de Frei Caneca fazia com que D. Pedro I recebesse ainda mais oposição.

Na Província Cisplatina, o movimento separatista também ganha força, pegando em armas contra o governo brasileiro em 1825, sendo prontamente apoiados pela Argentina, que também ambicionava aquele território. Depois de três anos de conflitos, 1825-1828, a independência do território foi reconhecida pela Argentina e Brasil. Apesar dos argentinos não saírem vitoriosos, não ocorreu o controle da Província. O descontentamento com o Imperador e seu grupo de apoio (militares e portugueses), fez com que ocorresse uma grave crise na base política do governo de D. Pedro I. Os grupos de oposição se organizaram, os jornais liberais publicaram artigos contra as iniciativas do imperador. A morte do jornalista **Líbero Badaró**, em 1830, que foi atribuída ao grupo apoiado pelo soberano, vem aumentar a oposição ao regime vigente.

Libero Badaró em seu leito de morte. Seu assassinato aumento o desgaste político de D. Pedro I.

D. Pedro I é recebido em Minas Gerais com fortes manifestações de descontentamento, no dia **13 de março de 1831**. Na volta ao Rio, seus aliados do Partido Português, preparam-lhe uma grande recepção e os oposicionistas aproveitam para se manifestarem, resultando em uma noite de grandes conflitos: é a chamada **Noite das Garrafadas**. Desconfiava-se cada vez mais da aproximação do Imperador com os portugueses. O envolvimento de D. Pedro I com a sucessão do trono português, depois da morte de D. João VI em 1826, aumentava a preocupação dos brasileiros, que temiam uma possível reanexação do Brasil a Portugal.

A situação de D. Pedro I foi se tornando demasiadamente insustentável, apesar de algumas tentativas, que se mostram frustradas, de conseguir uma base de apoio. Em função de uma grande manifestação popular, em frente ao Paço Imperial, o imperador é forçado a abdicar, no dia **7 de abril de 1831**, em favor de seu filho, D. Pedro II, de cinco anos de idade.

O Período Regencial (1831-1840)

Com a abdicação de D. Pedro I, inicia-se o **Período Regencial**. Esse momento da história brasileira significou a consolidação da independência do Brasil, afastada a influência e os interesses políticos dos portugueses e o risco de uma recolonização por Portugal.

Ao mesmo tempo, é o período em que a aristocracia rural consegue o controle do aparelho de Estado e as tendências e divergências dentre os senhores rurais se tornam constantes. Foi esse setor da sociedade que liderou, associando-se com as camadas médias e setores populares, o movimento contra o Imperador, obtendo no final do processo sua consolidação política. A partir daí, as divergências dentre os diversos grupos da aristocracia começaram a agitar a cena política. Também as insatisfações de outros setores da sociedade, que continuaram afastados da participação política e buscavam mudanças sociais, geraram movimentos e rebeliões em diversas regiões do território nacional.

Os Grupos Políticos da Aristocracia Rural e as Regências

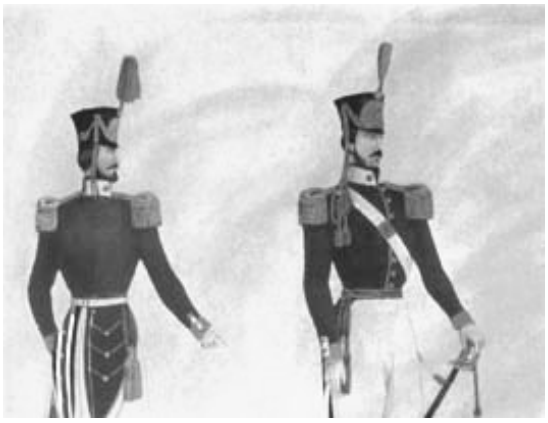
No início da Regência, três grupos políticos, provenientes da classe dominante, disputavam o poder.

O **Partido Moderado**, que defendia uma monarquia que mantivesse a estrutura socioeconômica, a centralização administrativa, representava os interesses dos grandes proprietários de terra. Eram apelidados de "**chimangos**" e seus principais líderes foram: Evaristo da Veiga, o padre Antônio Feijó e o Brigadeiro Lima e Silva. O "Partido Exaltado", também chamado de "farroupilhas", era composto por adeptos do Liberalismo, defendia a República, o Federalismo (autonomia das províncias), reformas no sistema eleitoral e algumas reformas sociais. Muitos integrantes eram provenientes dos setores urbanos, destacando-se as lideranças de Major Frias de Vasconcelos e Cipriano Barata. O **Partido Restaurador** desejava a volta de D. Pedro I ao trono. Os integrantes desse partido ficaram conhecidos como "**caramurus**". Os restauradores foram eliminados da cena política com a morte de D. Pedro I em Portugal, em 1834.

De acordo com a Constituição de 1824, em caso da impossibilidade do sucessor do imperador assumir o trono (D. Pedro II tinha apenas cinco anos de idade), a regência ficaria a cargo de três pessoas eleitas pela "Assembleia Geral" (Câmara e Senado). Logo depois à abdicação, fora formada às pressas uma **Regência Trina Provisória**. Essa primeira Regência durou até meados de julho de 1831, quando foi substituída pela **Regência Trina Permanente**, que fica no poder até 1835, composta por João Bráulio Muniz (P. Moderado), José da Costa Carvalho (P. Moderado) e o Brigadeiro Lima e Silva (P. Moderado).

Algumas medidas implementadas, visando a reforma da Constituição de 1824, durante a Regência Trina Permanente, são importantes para se entender as lutas políticas desse período:

- em **1831** houve a criação da **Guarda Nacional**, formada principalmente por pessoas de posse, e tinha como objetivo a repressão contra opositores do novo governo e a defesa dos interesses da classe agrária dominante;



Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional

- em **1832** foi instituído o **Código de Processo Penal**, atribuindo aos municípios autonomia judiciária;
- em agosto de **1834**, foi promulgado o **Ato Adicional**, que tentava uma conciliação política entre os grupos dominantes: concedeu autonomia administrativa às províncias; extinguiu o Conselho de Estado; criou Assembleias Legislativas Provinciais; substituiu a Regência Trina Permanente pela **Regência Una**, com duração de 4 anos.

Essas reformas esclarecem o nome que foi concedido a esse momento da Regência: o **Avanço Liberal**. Em 1835, o padre Antônio Feijó foi eleito regente. A primeira Regência Una, foi marcada por grandes conflitos políticos entre a classe dominante e por agitações nas províncias, como consequência das reformas estabelecidas no Ato Adicional. Essas mudanças acabaram por acentuar as divergências dentro do Partido Moderado, que deu origem ao **Partido Liberal** e ao **Partido Conservador**.

Frente às dificuldades e a uma forte oposição ao seu governo, Feijó renuncia em 1837, em favor de Araújo Lima,

que ficou no poder até 1840. Durante a Regência Una de Araújo Lima os conservadores passam a ter maior controle sobre as decisões políticas. Em 1840, eles conseguiram aprovar a "Lei Interpretativa ao Ato Adicional" e o "Código do Processo Penal", centralizando as decisões políticas e judiciais, ou seja, as ordens viriam do poder central e a classe dominante das províncias deveria apenas cumpri-las. As repressões aos opositores e às rebeliões provinciais se fazem mais fortes no governo de Araújo Lima.

Dentro deste panorama só restava aos liberais se aliarem ao novo imperador, como única forma de chegarem mais perto do poder. Lançam, então, uma campanha a favor da antecipação da maioridade de D. Pedro II, no momento com 14 anos. Essa campanha ganha força, conquistando a opinião pública e, através da aprovação de uma emenda constitucional, conseguem que o sucessor de D. Pedro I seja aclamado imperador. O novo rei nomeia, então, seu primeiro ministério, formado por homens do Partido Liberal. Esses fatos foram conhecidos como **Golpe da Maioridade**; e só então o imperador vira D. Pedro II.

As Rebeliões Regionais

Como já havíamos mencionado, o Período Regencial também se caracterizou pela ocorrência de grandes rebeliões em algumas províncias. De maneira geral, essas revoltas queriam maior autonomia de suas províncias em relação ao poder central, e foram lideradas por representantes dos senhores de terras locais, que objetivavam maior liberdade de ação política. Em algumas revoltas, porém, as insatisfações mobilizaram as camadas urbanas e populares, que visavam uma verdadeira mudança da situação social.

Vamos destacar, rapidamente, as principais revoltas desse período:

- **Cabanagem** — ocorreu no Pará entre 1833-1836. Seu nome vem da palavra "cabanos", que designava as populações pobres, que viviam em cabanas, à margem dos rios. Seus principais líderes foram: Eduardo Angelim, Antonio e Francisco Vinagre, Clemente Malcher e o jornalista Vicente Ferreira Lavor.
- **Guerra dos Farrapos** ou **Revolução Farroupilha** — aconteceu no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845, foi a mais longa revolta da história do Brasil.

Batalha ao longo da Revolução Farroupilha

Seus líderes eram os estancieiros e criadores de gado que pretendiam se separar politicamente do Brasil, pois estavam sendo prejudicados pela política econômica do governo central. Este taxava de maneira elevada o charque, principal produto da região, deixando os gaúchos numa concorrência difícil com o charque da região platina. Destacam-se os líderes Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Domingos José de Almeida.

- **Sabinada** — ocorreu na Bahia, nos anos de 1837 a 1838, seu principal líder foi o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Teve uma participação significativa da camada média urbana. Os revoltosos instalaram uma república provisória na cidade de Salvador, que duraria até a maioridade de D. Pedro II e, como as demais revoltas, foram duramente reprimidos pelas tropas legalistas.
- **Balaiada** — ocorrida no Maranhão, de 1838 a 1841, foi um movimento de caráter popular, sendo seus principais líderes: o vaqueiro Raimundo Gomes, o fazedor de cestos (chamados de "balaios") Manuel Francisco dos Anjos e o líder negro de escravos foragidos, chamado Cosme.

O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

Com o Golpe da Maioridade, entramos no Período denominado **Segundo Reinado**. A aristocracia rural, os liberais e conservadores concretizariam nesse período a organização do Estado brasileiro, até a Proclamação da República. Conseguiram eliminar as ameaças ao poder central com a violenta repressão às rebeliões que ainda sobreviviam e a elite agrária concilia seus interesses através da Monarquia. Os conflitos internos seriam resolvidos entre eles, não deixando que a luta política chegasse a outros setores da sociedade que desejariam uma verdadeira mudança social. Tal fato é significativo para entendermos que no fundo, os Liberais e os Conservadores tinham os mesmos interesses a serem defendidos: a manutenção de uma estrutura econômica e social baseada na monocultura, na exportação e no escravismo. A luta entre os grupos, para chegarem mais próximos ao poder, deveria ser apenas interna, pois a base ideológica na classe dominante era a mesma.

É durante o Segundo Reinado também que o Brasil consegue uma estabilidade econômica através dos lucros obtidos com a produção cafeeira. O café, com grande aceitação no mercado externo, também foi responsável pela "tranquilidade" política e geraria um surto industrial, principalmente na região sudeste do país, onde havia a concentração de grandes plantações de café.

A Situação Política

Vamos primeiro tentar entender os movimentos políticos dentro do Estado, entre o imperador e a elite agrária. O primeiro Ministério nomeado por D. Pedro II, em julho de 1840, era composto, como esperado, por aqueles que o haviam colocado no trono, os liberais. As eleições legislativas que se seguiram, foram apelidadas de "**Eleições do Cacete**", em virtude da maneira fraudulenta e do uso da violência com que agiram os liberais para terem maioria na Câmara.

Em 1841, em função de divisões dentro do Ministério, D. Pedro II resolve dissolvê-lo e nomeia o segundo Ministério, formado agora por conservadores. Esses por sua vez, passaram a colocar seus aliados nos cargos do Estado e realizaram reformas administrativas. As principais reformas foram: a restauração do Conselho de Estado e a reforma do Código do Processo Penal, que tirava a autonomia das autoridades locais, centralizando as ações policiais e judiciais e prevendo maior repressão à oposição política.

Em 1842, alegando fraude na composição de Câmara, nas Eleições do Cacete, e apoiados pelo Imperador, os conservadores convocam novas eleições e dissolvem a Câmara. Os liberais mineiros e paulistas resolvem não se submeterem a tais medidas e se revoltam, o que ficou conhecido como "Revoltas Liberais de 1842". Houve, desse modo, uma violenta repressão aos revoltosos, comandada pelo Barão de Caxias e os principais líderes foram presos.

Mas, em 1844, D. Pedro II decide formar um novo Ministério, chamando os liberais. Esses, no entanto, resolveram manter as medidas adotadas pelos conservadores, de onde podemos compreender a afirmação de Oliveira Viana: "nada mais conservador que um liberal no poder e nada mais liberal que um conservador na oposição." O terceiro ministério criou a **Tarifa Alves Branco**, que eliminava os privilégios alfandegários dos produtos ingleses, instituídos pelos Tratados de 1810, com o objetivo de amenizar a situação de déficit no tesouro brasileiro.

A Revolução Praieira

A chamada **Revolução Praieira**, ocorrida em **Pernambuco**, em **1848**, teve como estopim uma outra mudança de Ministério feita pelo imperador, em novembro de 1848, que colocava os conservadores no gabinete (esse ministério duraria até 1853). O Partido Liberal Radical de Pernambuco, neste momento lidera um movimento contra o governo central, porém as reivindicações tinham raízes antigas.

Através da propagação de ideias republicanas, os "praieiros" denunciam a injustiça social e a exploração econômica. Uma das principais reivindicações era pelo fim do domínio econômico e político da família Cavalcanti, que era dona da maioria das terras cultiváveis da região. Outra questão importante foi a luta contra o controle do comércio pelos portugueses, o que acabava por excluir os brasileiros da cena comercial de Pernambuco.

A revolta foi liderada por Borges da Fonseca, Inácio Bento de Loiola, Pedro Ivo, Nunes Machado e conseguiu ampla adesão das massas populares. A revolta sucumbiu à violenta repressão das tropas governamentais, juntamente com sucessivas traições dos líderes rebeldes.

A Política Externa do II Reinado

A dependência econômica em relação à Inglaterra fazia com que cada vez mais o governo brasileiro se curvasse às exigências e interesses ingleses. Afinal, a Inglaterra era o principal fornecedor de produtos e empréstimos ao Brasil e também era o principal comprador de produtos brasileiros.

Apesar dessa relação de dependência, o Brasil rompe as relações diplomáticas com a Inglaterra de 1861 a 1865, no que ficou conhecido como **Questão Christie** (William Christie era o embaixador inglês no Brasil), consequência de dois incidentes em que o governo inglês se mostrou autoritário e muito abertamente mostrava a precária situação da soberania brasileira. Em 1865, o governo inglês pede uma renegociação ao imperador, com a pretensão de ter o Brasil como aliado na **Guerra do Paraguai (1864-1860)**.

Outra característica da política externa brasileira foi os choques políticos e militares, em que o governo brasileiro se envolvia constantemente com os países vizinhos: Argentina, Paraguai e Uruguai, chamados "países platinos". Estes conflitos tinham em sua origem a não definição das fronteiras da região platina no período das independências. Brasil e Argentina herdaram de suas respectivas ex-metrópoles a pretensão de expandirem seus territórios nessa região. Tal ambição é facilmente entendida se pensarmos que a Bacia Platina, que é formada pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, e que unidos formam o rio Prata, é um ponto estratégico, pois por eles passam grande parte dos produtos dos países da região.

Essas pretensões geraram, no período que estamos estudando, quatro guerras:

- em 1851 — Guerra contra Oribe (Uruguai);
- em 1852 — Guerra contra Rosas (Argentina);
- em 1864 — Guerra contra Aguirre (Uruguai);
- em 1864 a 1870 — Guerra do Paraguai.

As três primeiras guerras aconteceram por causa dos interesses do Brasil e da Argentina em controlarem a política interna uruguaia. Vamos, no entanto, nos determos mais na Guerra do Paraguai, que gerou graves consequências na história dos países envolvidos.

A Guerra do Paraguai

Uma das razões para a eclosão da Guerra do Paraguai se refere aos interesses do imperialismo inglês no América Latina. Desde a independência do Paraguai, seus governantes adotaram uma política nacionalista e protecionista, ou seja, não se subordinavam política e economicamente a nenhum outro país, nem mesmo ao principal país imperialista da época, a Inglaterra. Os paraguaios até então não realizavam empréstimos externos. Além disso, tinham alcançado um desenvolvimento social e econômico único na América Latina. O analfabetismo era mínimo, a vida da população em geral estava garantida através de empregos, moradia, alimentação, vestuário e começava a se esboçar um processo de industrialização.

Havia ainda o "incômodo" da Inglaterra frente à situação de prosperidade e autossuficiência do Paraguai, pois a ideia de uma estrutura social e econômica mais sólida poderia se alastrar pelos países do América Latina. Havia, também, os interesses dos países vizinhos, principalmente daqueles que disputavam a hegemonia na região: Brasil e Argentina. Ambos ambicionavam parte do território paraguaio e a influência sobre sua economia poderia gerar altos lucros. O

fortalecimento de um outro país na região era perigoso para suas pretensões hegemônicas.

Solano Lopes, presidente do Paraguai, em 1864, ocupa parte da região do Mato Grosso, como retaliação à invasão brasileira no Uruguai. Tal iniciativa é o motivo para o início da guerra. Em maio de 1865, Argentina, Uruguai e Brasil criam a "Tríplice Aliança", que tinha o apoio da Inglaterra, com grandes empréstimos que financiaram a guerra, que durou até 1870. Vamos fazer um resumo dos principais acontecimentos durante esse período:

- em 1865, na Batalha do Riachuelo, os brasileiros derrotam os paraguaios, cortando sua comunicação com o exterior;
- em maio de 1866, ocorreu grande derrota paraguaia no Batalha de Tuiuti;
- em 1867, na Retirada de Laguna, quando tentavam retomar a região do Mato Grosso, os brasileiros são derrotados. Nesse ano Uruguai e Argentina saem da guerra;
- a partir de 1867, sob o comando militar de Caxias, o Brasil consegue sucessivas vitórias;
- em 1869, Assunção, capital do Paraguai, foi tomada pelas forças brasileiras. A partir de então, apesar da guerra estar praticamente ganha, conde D'Eu, genro do Imperador, assume o comando militar e persegue Solano Lopez, até sua morte em 1870, na Batalha de Cerro Corá.

Caxias realizando o reconhecimento de Humaitá. Depois da Guerra do Paraguai, o Exército passou a exigir maior participação política, colaborando para a oposição a D. Pedro II.

O Paraguai teve de arcar com terríveis consequências no final da guerra. Grande parte de seu território foi tomada pelo Brasil e Argentina. Suas indústrias foram completamente destruídas, a população paraguaia foi reduzida a menos da metade, os paraguaios perderam sua auto-suficiência econômica, tendo de utilizar empréstimos para a reconstrução do país (o primeiro empréstimo é realizado com a Inglaterra).

A Guerra do Paraguai para o Brasil marca o começo do declínio do Segundo Reinado. Apesar de sair altamente endividado, a guerra possibilitou o fortalecimento de setores ligados ao exército. A maioria dos militares era proveniente das camadas médias da população, que começam a entrar em conflito com o domínio da aristocracia rural. Os militares envolvem-se com as ideias republicanas, formando já em 1870 o "Partido Republicano", que será, anos mais tarde, responsável pela derrubada da Monarquia.

A Produção Cafeeira e suas Transformações

O consumo do café no mundo ocidental começa a crescer progressivamente a partir do século XVIII, quando inicia a produção nas Antilhas. No Brasil, o produto começa a ser produzido em pequena escala e, por volta de 1840, a sua produção assume grandes proporções, tornando-se o principal produto da economia brasileira. Inicialmente as plantações se concentraram no Vale do Paraíba e em Minas Gerais. A partir de 1850, o café se expande, ocupando principalmente o oeste paulista, cuja terra (a terra roxa) era ideal para a sua produção.

A instalação da estrutura de produção cafeeira era simples e não era necessário um capital inicial elevado. A mão-de-obra utilizada continuaria a ser escrava, o que era um dos fundamentos da estrutura da sociedade brasileira. Mas como a Inglaterra, desde o início do século, vinha pressionando pelo fim do tráfico negreiro, os cafeicultores começam a encontrar dificuldade de mão-de-obra.

Em 1850, cedendo às pressões inglesas, o governo brasileiro promulga a lei "Eusébio de Queirós", proibindo o tráfico de escravos. Apesar dessa lei não ser cumprida pelos senhores de terras, acabava por encarecer ainda mais o preço do escravo e, portanto, da produção. Num primeiro momento, as regiões que anteriormente haviam sido grandes produtoras, forneceram elevada quantidade de escravos para as plantações de café. Porém, devido às dificuldades resultantes daquela situação, a solução encontrada foi o apoio à imigração.

O grande crescimento das exportações possibilitou a retomada da força na economia brasileira, que caminhava para uma profunda crise e, consequentemente, possibilitou que a estrutura da sociedade brasileira, monocultura, exportadora e escravista, continuasse. Ao mesmo tempo, mudanças na direção da modernização do país foram significativas. A partir de 1861, os saldos na balança comercial do Brasil passaram a ser positivos. A acumulação de capital, graças à cafeicultura, possibilitou maior investimento nos meios de transporte (construção de estradas de ferro), no setor financeiro (construção de bancos), na modernização dos portos, incentivando outras atividades comerciais internas (principalmente na região sudeste, onde se concentrava a produção cafeeira). A mudança para o trabalho assalariado, o crescimento da camada média são também provocados pelo café. A cafeicultura brasileira chega ao seu auge na passagem do século XIX para o XX, quando podemos perceber o surgimento de uma burguesia comercial, financeira e industrial.

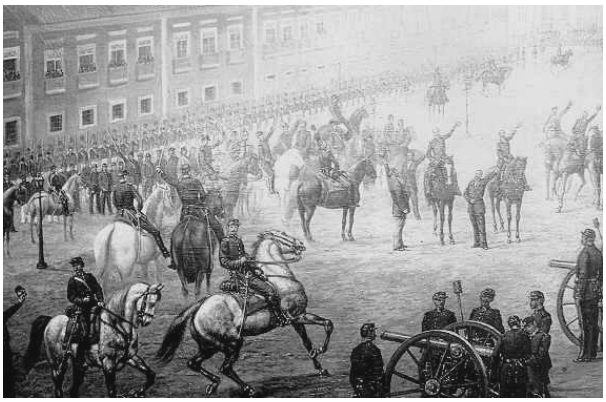
A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

A República, implantada em 1889, resultou da modernização ocorrida no Brasil, simbolizada pela urbanização, crescimento da classe média, imigração e

emergência do setor cafeeiro com interesses diversos aos dos setores agrários tradicionais. A modernização aumentou a reivindicação dos setores médios por reformas sociais e políticas — a criação do Partido Republicano e o movimento abolicionista são alguns exemplos — que a classe dominante tradicional não conseguiu conduzir. O resultado foi o movimento republicano, iniciado em 1870, e que terminou com a deposição da Monarquia em 1889.

A Campanha Republicana

No Rio de Janeiro, em **1870**, a insatisfação de setores da elite com o regime monárquico levou ao aparecimento do **Manifesto Republicano**, assinado por advogados, médicos, professores, engenheiros e funcionários públicos. Em **1873**, na **Convenção de Itu**, surgiu o **Partido Republicano Paulista,** formado por profissionais liberais e cafeicultores interessados na descentralização administrativa. Em Minas Gerais, o movimento republicano teve, em Juiz de Fora, o seu centro irradiador. O **Partido Republicano Mineiro** somente se organizou em 4 de junho de **1888**, sob a liderança de João Pinheiro.



A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Entre os novos republicanos estavam os cafeicultores paulistas que desejavam o Federalismo republicano — isto é, a descentralização administrativa — no lugar da excessiva centralização monárquica. O federalismo daria maior autonomia política e econômica às províncias, o que favoreceu principalmente as mais ricas, como no caso de São Paulo, grande pagadora de impostos ao governo central. Os paulistas alegavam que a renda gerada na província era empregada em outras províncias e, em troca, recebiam muito pouco deste mesmo governo; reclamavam que somente a arrecadação da alfândega de Santos, em três meses, era maior do que os investimentos que o governo central fazia em São Paulo em um ano.

A Questão da Escravidão

O fim do escravismo, com o qual a Monarquia conviveu por muito tempo, representou um abalo na sua sustentação política. Os grupos escravocratas contrariados afastaram-se do trono e tornaram-se indiferentes à sua sorte. Os monarquistas mais lúcidos, como Visconde de Ouro Preto, tentavam, em junho de 1889, neutralizar o movimento republicano propondo um conjunto de reformas como: extensão do direito de voto aos alfabetizados, autonomia provincial e municipal, liberdade de reunião, de culto e de ensino e outras.

O Papel dos Militares

A Guerra do Paraguai em 1870 foi outro acontecimento que desgastou a monarquia brasileira. Ela exigiu o sacrifício de milhares de brasileiros pobres e negros no conflito e demonstrou o despreparo do exército nacional. Com seu fim, aumentaram as reivindicações dos militares, para um melhor tratamento à corporação e direito de participar da vida política nacional. Os militares consideravam o regime monárquico dominado por uma elite bacharelesca que tratava o exército com desconsideração, mesmo após os atos de heroísmo na Guerra do Paraguai. A ideia republicana no exército apresentava duas correntes: uma ligada a Benjamin Constant, positivista, interessada na implantação de uma ditadura republicana e outra visava defender a corporação, que se considerava relegada ao segundo plano. Esse segundo grupo de militares avaliava a República como necessária à salvação do exército.

Entre os dias 4 e 11 de novembro de **1889** vários militares, entre eles Benjamin Constant, convenceram o Marechal Deodoro da Fonseca à causa republicana. Divulgou-se no Rio de Janeiro a notícia, falsa, da prisão de Deodoro e Benjamin. As tropas agitaram-se e, aproveitando-se dessa agitação, na madrugada do dia **15 de novembro**, Deodoro e suas tropas marcharam em direção ao quartel-general onde estava reunido o Gabinete Monárquico, ocupando-o sem resistência. O Imperador, que se encontrava em Petrópolis tentou, inutilmente, salvar a monarquia. No próprio dia 15 foi redigida, na Câmara, a Ata da **Proclamação da República** e instituído um governo Provisório, chefiado por Deodoro da Fonseca.

O movimento republicano só foi possível com a ação dos militares, mas foi, de fato, o resultado da soma de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas.

Marechal Deodoro da Fonseca.

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

O NASCIMENTO DO PODER DOS CAUDILHOS

Em termos econômicos, as emancipações políticas não provocaram alterações profundas. Ao contrário, as economias mantiveram-se presas à grande propriedade e dependentes das necessidades do mercado externo. A sociedade pouco ou nada se alterou, pois a concentração de riquezas foi mantida como no período da colônia. As camadas populares nada lucraram com as independências, mantendo-se submissas à elite.

A vida política das nações recém independentes foi marcada por uma série de disputas entre o centralismo e o federalismo, refletindo a diversidade de interesses e a falta de coesão das elites (oligarquia) no processo de constituição dos Estados Nacionais. Estes fatos, aliados à falta de organização político-institucional, ou seja, a organização do Estado, favoreceu a ação de líderes locais ligados ao latifúndio exportador, que defendiam seus interesses com base no militarismo. É neste contexto que nasce a figura do "caudilho".

Os chefes políticos locais eram avessos ao Liberalismo — que propunha a formação de um Estado centralizado — e defendiam o **Federalismo** como forma de manter intactos seus interesses regionais. Suas atuações política se assentavam, sobretudo na autoridade pessoal forte e paternalista perante as camadas populares. A utilização de exércitos pessoais era comum na repressão de essas camadas mais rebeldes e nas disputas internas da oligarquia. Assim, o poder militar colocava-se acima das leis para decidir as questões sociais e políticas.

O **Caudilhismo** constituiu uma solução imediata para os problemas surgidos com a existência de Estados embrionários e, ao mesmo tempo, foi um entrave à formação dos Estados Nacionais. Mesmo com base no militarismo, os caudilhos tinham grande prestígio entre as camadas populares, podendo ser considerados produtos de sociedades cujos poderes políticos ainda não havia nem se definidos e, muito menos, fortalecidos, a ponto de evitarem essa expressão de mandonismo local. Exemplos de caudilhos foram os libertadores da América Espanhola, como Bolívar e Sucre. No México, destacaram-se Sant 'Anna, Benito Juárez e Porfírio Dias; na Argentina, Juan Manoel Rosas; no Uruguai, José Artigas e, no Paraguai, Francisco Solano López.

OS NOVOS ESTADOS INDEPENDENTES DA AMÉRICA LATINA - CRONOLOGIA

1810 - Início dos movimentos de independência na América Latina.
- Formação da Junta de Governo na Argentina.
1811 - Paraguai torna-se independente.
1813 - Bolívar conquista a Venezuela.
1814-15 - Congresso de Viena.
1815 - Criação da Santa Aliança.
1816 - Congresso de Tucuman.
- O Uruguai é invadido pelo Brasil.
1817 - O' Higgins liberta o Chile.
1818 - Congresso de Aix-La-Chapelle.
1819 - Bolívar conquista a Colômbia.
1821 - San Martín liberta o Peru.
1822 - Sucre liberta o Equador.
1823 - Intervenção da Santa Aliança na Espanha.
1828 - Uruguai torna-se independente.

Cronologia do Caudilhismo

1823 - Deposição de Iturbide por López de Sant 'Anna, no México.
1835-52 - Governo de Rosas na Argentina.
1840-62 - Governo de Carlos Antonio López, no Paraguai.
1855 - Deposição de López de Sant' Anna por Juárez, no México.
1862-70 - Governo de Solano López, no Paraguai.
1865-70 - Guerra do Paraguai.
1876-1911 - Porfiriato.

FILMOGRAFIA

Independência ou Morte - O episódio da Independência brasileira, num retrato baseado na historiografia oficial.

Mauá - A vida do Barão de Mauá, pioneiro da industrialização brasileira, durante o Segundo Império.

EXERCÍCIOS

1. (FATEC-SP)— Após a Proclamação da Independência, o Brasil adotou como forma de governo a monarquia hereditária, constitucional e representativa. A adoção dessa forma foi:
a) exigência da Inglaterra, cujo governo era monárquico e de quem o Brasil dependia economicamente.
b) exigência de D. João VI antes de deixar o Brasil, pressentindo já a separação do Brasil Portugal.
c) um instrumento capaz de manter, naquele momento, a unidade territorial e o sistema escravista.
d) condição imposta pelos países que formavam a Santa Aliança, para fazer o reconhecimento de nossa independência.
e) o meio mais fácil, encontrado pelos brasileiros e por D. Pedro, para obter das monarquias europeias a aceitação da independência do Brasil.

2. (PUC-RJ)— Em 1834, foi promulgado o Ato Adicional à Constituição do Império, visando promover a conciliação das diferentes facções políticas em que se dividiam os grupos dominantes. Com exceção de uma, são corretas as alternativas abaixo, se considerarmos que ele:
a) conservou o poder Moderador e a vitaliciedade do Senado, a fim de satisfazer aos restauradores.
b) converteu a Regência Trina em Una, a fim de converter maior poder aos moderados.
c) conservou o Conselho de Estado, a fim de atender à maioria restauradora.
d) promoveu medidas de descentralização política, a fim de atender aos exaltados.
e) promoveu um federalismo comedido, a fim de conter os excessos da oposição.

3. (FATEC-SP) — A maioridade antecipada de D. Pedro II interessava aos liberais e conservadores porque:
a) descentralizava o poder, facilitando a pacificação das rebeliões que ocorriam nas províncias.
b) a aristocracia rural, exportadora e escravista, esperava centralizar o poder através da monarquia, para pôr fim às manifestações populares e resolver institucionalmente suas próprias divergências.
c) o Estado brasileiro estava plenamente consolidado durante o período regencial, sem ameaças aos interesses da aristocracia rural, exportadora e escravista.
d) isso afastaria a necessidade da aristocracia rural ter de resolver as necessidades que surgiam, deixando tudo nas mãos do Imperador.
e) a maioridade abriria caminho para uma maior interferência popular nas decisões políticas.

4. (FUVEST) — "... a carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pegarem às Alfândegas do país o duplo dízimo de que se propuseram aliviar-nos, exigiam mais quinze por cento em qualquer dos portos do Império. Imprudentes legisladores nos puseram desde este momento na linha dos povos estrangeiros, desnacionalizaram a nossa Província e de fato a separaram da Comunidade Brasileira."
O texto acima se refere:
a) ao problema dos altos impostos que recaíam sobre os produtos do Maranhão, e que ocasionaram a Balaiada;
b) aos fatores econômicas que motivaram a Revolução Farroupilha iniciada durante o período regencial;
c) às implicações econômicas do movimento de independência da Província Cisplatina;
d) às dificuldades econômicas do Nordeste, que justificaram a eclosão da Confederação do Equador;
e) aos problemas econômicos do Pará, que deram origem à Cabanagem.

5. (FGV-SP) — Dentre as alternativas que se seguem há apenas uma correta. Assinale-a:
a) desde o final da primeira metade do século passado o Paraguai já havia erradicado o analfabetismo e desenvolvia uma vasta indústria artesanal.
b) a guerra contra a nação paraguaia acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa, bem como uma crescente influência política e social do exército.
c) para combater as tropas do país guarani, o Brasil se uniu à Argentina, Uruguai e Bolívia.
d) no início da segundo metade do século passado as importações paraguaias chegavam ao dobro de suas exportações.
e) o Paraguai perdeu em combate, na guerra com a Brasil e seus aliados, apenas uma pequena parcela do total de seus soldados.

6. (FUVEST) — Entre as condições que favoreceram a incipiente atividade industrial no Segundo Reinado, podemos citar:
a) os capitais disponíveis decorrentes do tráfico de escravos;
b) a retomada da tradição manufatureira portuguesa;
c) a extinção da política de proteção alfandegária;
d) a concessão de incentivos diretos à exportação de produtos industrializados;
e) a exploração da siderurgia e das fontes de energia hidroelétrica.

7. (PUC-SP) — O conflito entre Brasil e Paraguai resultou em transformações políticas e sociais internas no Brasil, tais como:
a) o aumento do prestígio da Guarda Nacional até então desconsiderada pelos políticos civis;
b) maior participação dos militares na política nacional;
c) o afastamento dos militares nos assuntos de natureza interna, pela gravidade das questões de segurança nacional;
d) o fortalecimento do poder pessoal do Imperador, pela vitória conseguida na guerra;
e) a crise nacional de mão-de-obra para o café, em virtude das baixas sofridas durante a guerra.

8. (UCBA) — O vale do Paraíba, no século XIX, passa a ter importância decisiva no Brasil, porque:
a) a pecuária se desenvolve ao longo do seu curso, penetrando no norte de São Paulo;
b) as cidades da região — Valença, Vassouras, entre outras — iniciam a revolução industrial no Brasil;
c) o escoamento das riquezas do Centro-Oeste brasileiro se faz através de seus portos, como Parati, Ubatuba e São Sebastião;
d) o cultivo do café se torna estabilizador da economia do Império;
e) o sistema de dominação dos senhores rurais é anulado graças ao trabalho pioneiro de introdução de imigrantes europeus na região

9. (CESGRANRIO) — No período da chamada "Crise do Império", a partir de 1870, vários fatores contribuíram para provocar a queda da monarquia em 1889, dentre os quais se destacava o (a):
a) envolvimento continuado do Império em conflitos externos, principalmente na região Platina.
b) conflito entre o Império e a Igreja, que era simpática às novas ideias filosóficas como o Positivismo.
c) incompatibilidade de amplos setores do exército com a monarquia.
d) expansão da lavoura cafeeira e da indústria, ampliando o uso da mão-de-obra escrava.
e) posição contrária ao federalismo adotada pelos republicanos, o que lhes garantiu apoio das oligarquias agrárias.

10. (FESP) — Embora o ideal da República fosse antigo no país, tendo inclusive vitimado muitos dos seus adeptos, só pode concretizar-se em 15 de novembro de 1889. As afirmativas referem-se ao contexto que culminou com a Proclamação da República.
I - Uma relativa diversificação na economia, permitindo o crescimento do mercado interno.
II - A descentralização político-administrativa do Império combatida pelas novas elites econômicas, que exigiam um governo centralizado e forte.
III - A necessidade de se mudar a representação parlamentar, pois os senhores de terras e de escravos que ocupavam a maioria das cadeiras do Parlamento já não possuíam poder econômico que lhes garantisse essa posição.
IV - A questão religiosa, abalando as relações entre o Estado e à Igreja e levando muitos sacerdotes a uma atuação política mais sistemática.
V - Um aumento considerável da população rural, que, paradoxalmente, foi assumindo um comportamento de relativa independência para com os grupos dominantes.
Estão corretas as afirmativas.
a) I, III e IV.
b) II, IV e V.
c) II e IV.
d) III e V.
e) todas.

11. (OSEC-SP) — Foi causa da Proclamação da República:
a) A incapacidade da Monarquia em atender às exigências de descentralização e autonomia, reclamadas pelo núcleo mais dinâmico da economia: o Oeste Paulista.
b) O não reconhecimento da Monarquia à importância do exército, que se sentia desprestigiado enquanto instituição.
c) A identificação da Monarquia com a instituição da escravidão, revelada pelas medidas protelatórias tomadas para alongar sua vida.
d) A existência de um difuso sentimento republicano, alimentado pelo caráter exótico da monarquia brasileira, única em toda a América.
e) todas as alternativas estão corretas.

12. (PUC-Campinas) — Pode-se considerar o exército como força política influente no movimento republicano porque:
a) seus integrantes tendo origens predominantemente na classe média, os indispunham à vigência de um Estado Monárquico identificado com as camadas populares da sociedade.
b) seus oficiais, quase todos pertencentes à Maçonaria, solidarizaram-se com os bispos envolvidos na chamada Questão Religiosa, agudizando a crise política deflagrada contra o imperador.
c) o declínio do prestígio dos militares após a Guerra do Paraguai, tornava seus oficiais críticos inexpressivos dos privilégios concedidos à Guarda Nacional.
d) seus oficiais mostraram-se descontentes com a recusa do imperador em incorporá-los ao processo de repressão organizada contra a rebelião negra.
e) a influência do Positivismo entre os jovens oficiais imprimiu o ideal de uma República militar com base do progresso nacional, em oposição ao governo corrupto dos "casacas".

13 (PUC-SP) A abdicação de D. Pedro I pôs fim ao Primeiro Reinado e proporcionou as condições para a consolidação da independência nacional, uma vez que:
a) as lutas das várias facções políticas se resolveram com a vitória dos exaltados sobre os moderados.
b) as rebeliões anteriores à abdicação possuíam nítido caráter reivindicatório de classe.
c) o governo do príncipe não passou de um período de transição em que a reação portuguesa, apoiada no absolutismo do soberano, chegasse ao poder.
d) as propostas do Partido Brasileiro contavam com o apoio unânime dos deputados à Assembleia Constituinte de 1823.
e) as disputas entre conservadores e liberais representaram diferentes concepções sobre a forma de organizar a vida econômica do país.

14 (FUVEST) A Carta Constitucional que vigorou no Brasil na época do Império foi outorgada, em 1824, por D. Pedro I.
a) O que é uma Carta Constitucional outorgada?
b) Quais os poderes estabelecidos pela Carta Constitucional de 1824?

15 (FUVEST) O desgaste político de D. Pedro I levou-o a abdicação em 1831. Comente dois aspectos desse desgaste.

16 (FUVEST) Com que finalidade os grandes senhores de terras e de escravos aprovaram a criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831?

17 (UNICAMP-SP) 'Dois partidos lutam hoje em nossa pátria: o Restaurador e o Moderado. O primeiro foi leal ao monarca que abdicou e defende os inquestionáveis direitos do Sr. Pedro II. O segundo é partidário do sistema republicano e quer reduzir o Brasil a inúmeras Repúblicas "fracas" e "pequenas", e assim seus membros poderiam tornar-se seus futuros ditadores'.
Adaptado do jornal O Caramuru, de 12 de abril de 1832. In:
Arnaldo Contier. Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1979.
A partir da leitura do texto, responda às questões seguintes.
a) Em que período da história política do Brasil o texto foi escrito?
b) Qual o regime político defendido pelos partidos citados no texto?
c) Quais são as críticas que o jornal O Caramuru faz ao Partido Modera do?

18 (PUCCAMP-SP) A Sabinada, movimento revolucionário do Período Regencial, pretendia:
a) lutar pelas liberdades, num espírito federalista, separatista e republicano.
b) estabelecer na Bahia uma república provisória até a maioridade de D. Pedro II.
c) dar expressão ao banditismo sertanejo.
d) a volta de D. Pedro I ao Brasil e a expulsão dos comerciantes portugueses.
e) separar o Nordeste do restante do Brasil, estabelecendo uma república independente.

19 (UFMG) Qual a afirmação certa em relação à Revolução Praieira, ocorrida na Província de Pernambuco (1848-1849)?
a) Foi um movimento antilusitano que procurava a derrubada da Regência através do Partido da Ordem.
b) Defendia primordialmente o comércio em nível nacional para desenvolver a economia de trocas da província.
c) Pretendia a expropriação dos senhores de terra para a proclamação de uma república independente.
d) Foi um movimento popular que visava a reformas sociais, principalmente a nacionalização do comércio e a desapropriação dos engenhos.
e) Tinha um cunho nitidamente separatista, como os demais movimentos de oposição à ordem imperial.

20 (MACK) 'Nada mais conservador que um liberal no poder. Nada mais liberal que um conservador na oposição ...' Oliveira Viana.
A interpretação correta do trecho anterior, referente aos partidos políticos do Segundo Reinado, seria:
a) Buscavam integrar as massas no processo político.
b) Combatiam a estrutura escravista de produção.
c) Separavam-se por profundas diferenças ideológicas.
d) Representavam facções da classe proprietária, buscando apenas o exercício do poder.
e) Distinguiam-se por expressarem o pensamento de setores sociais diferentes da população

21 (FUVEST-SP) "... o que de coração desejo é ver concluída esta maldita guerra, que já tanto tem arruinado nosso país."
Ofício confidencial de Caxias dirigido ao ministro da Guerra brasileiro. Tuiuti, 10 de junho de 1867.
a) A que guerra Caxias se refere? Que países estavam nela envolvidos?
b) Quais as repercussões dessa guerra para o Brasil?

22 (FGV-SP) Dentre as causas mais gerais que possibilitaram a eclosão das rebeliões regenciais podemos considerar a:
a) influência do pensamento republicano, bem como o descontentamento das camadas populares perante o poder político-administrativo descentralizado.
b) excessiva centralização político-administrativa, herança do Período Joanino, bem como a preservação dos interesses oriundos da economia colonial e escravista.
c) influência do ideal separatista e de autonomia política, contrário à manutenção da República nacional independente.
d) luta pela restauração imperial como forma de recompor o poder político em crise e unificar os vários interesses antagônicos.
e) incapacidade da Regência em atender às reivindicações dos diferentes setores sociais, descontentes com a existência de um poder político descentralizado e de inspiração republicana.

23 (PUC-SP) A política externa do Império brasileiro ao longo do século XIX caracterizou-se por uma constante situação de conflito em relação aos problemas platinos, porque:
a) as pretensões francesas de domínio do rio da Prata exigiam a presença da esquadra brasileira.
b) da independência aos meados do século XIX, a intervenção que havia sido exclusivamente diplomática, depois passou a ser militar.
c) envolvendo-se na política interna dos países platinos, o Brasil defendeu sempre os blancos do Uruguai.
d) as intervenções militares do Brasil, na região, visavam assegurar o princípio da livre navegação na Bacia do Prata;
e) as indenizações cobradas pelos danos causados por invasores paraguaios às estâncias gaúchas deixaram de ser pagas.

24 (UNICAMP-SP) Antes da guerra com o Brasil, o Paraguai tinha uma economia estável, com estradas de ferro, siderurgia e grande número de indústrias. A balança comercial era favorável e não havia analfabetismo infantil no país.
a) Compare as situações socioeconômicas do Paraguai e do Brasil, em meados do século XIX.
b) Nesse contexto, explique por que a Inglaterra financiou a guerra que levou à destruição do Paraguai.

25 (FGV-SP) Em 8 de agosto de 1845, o Parlamento inglês transformou em lei um projeto que tomou o nome de seu autor. Lord Aberdeen. No Brasil, esta lei, que ficou conhecida como Bill Aberdeen, estabelecida a:
a) legalidade do aprisionamento e posterior julgamento por autoridades inglesas de qualquer embarcação brasileira que se dedicasse ao tráfico de escravos.
b) ilegalidade do tráfico de escravos para as colônias inglesas por embarcações que trouxessem o pavilhão brasileiro.
c) legalidade do tráfico de escravos para as províncias latinas por embarcações que trouxessem o pavilhão brasileiro.
d) ilegalidade do aprisionamento e posterior julgamento por autoridades inglesas de qualquer embarcação brasileira que se dedicasse ao tráfico de escravos.
e) legalidade do tráfico de escravos para as colônias inglesas por embarcações que trouxessem o pavilhão brasileiro.

26 (FUVEST) Com a ascensão da produção cafeeira no Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX, acentuou-se a:
a) decadência da monocultura que caracterizava a economia brasileira desde a colônia.
b) utilização do trabalho assalariado com o crescimento da imigração.
c) luta dos cafeicultores paulistas a favor da centralização político-administrativa.
d) acumulação interna de capitais, eliminando a dependência financeira externa do país.
e) falta de capitais para a agricultura, devido à intensificação' do tráfico de escravos.

27 (PUC-SP) "De alguma maneira se pode afirmar que as chamadas 'questões', religiosa, militar, escravista e eleitoral eram manifestações conjunturais do declínio político do Império."
Isto quer dizer que:
a) as forças sociais que apoiaram a monarquia se mantinham coesas, apesar das crises.
b) o crescente descontentamento com a monarquia era um sintoma das transformações sociais por que passava o país.
c) a monarquia se mostrava disposta a solucionar as crises políticas pela busca do consenso social.
d) Exército e Igreja haviam retirado seu apoio ao Imperador, logo após a libertação dos escravos.
e) a questão do sufrágio universal não era aceita pelos liberais que dominavam o Gabinete.

28 (FUVEST-SP) O descontentamento do Exército, que culminou na Questão Militar no final do Império, pode ser atribuído:
a) às pressões exercidas pela Igreja junto aos militares para abolir a monarquia;
b) à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira;
c) às tendências ultrademocráticas das forças armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos;
d) à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina;
e) à predominância do poder civil, que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.

29 (FUVEST-SP) "O regime de federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira."
Levando em conta as transformações ocorridas no Brasil durante a segunda metade século XIX, justifique a ideia defendida neste trecho do *Manifesto Republicano* de 1870.

30 (FUVEST) Em relação ao regime monárquico no Brasil, considere a seguinte afirmativa: "A Lei Áurea (1888) solapa o próprio fundamento sobre o qual se assenta o regime imperial brasileiro".
Dê um argumento contrário e um favorável à afirmativa.

HISTÓRIA GERAL - I

INTRODUÇÃO - O ESTUDO DA HISTÓRIA

A humanidade está presente em quase toda a superfície da Terra. Povos com culturas diferentes ocupam hoje tanto áreas transformadas por avançada tecnologia, quanto os territórios onde a natureza original predomina, como as densas florestas tropicais. Mas será que sempre foi assim? Há cerca de 4 ou 6 milhões de anos, os primeiros grupos de hominídeos (uma das famílias da ordem dos "primatas") viviam restritos em pequenas regiões da África, com escassos recursos tanto para modificar a natureza, quanto para enfrentar suas intensas oscilações climáticas e adversidades naturais.

As alternativas encontradas pela humanidade, neste longo espaço de tempo, constituem o objeto de estudo da História. São alternativas que não se resumem apenas à luta pela sobrevivência, mas dizem respeito também às opções de organizações sociais, políticas, econômicas e culturais, às transformações e à interação do ser humano sobre o mundo que o cerca. Estuda-se, portanto, todos os aspectos das ações e pensamentos dos seres humanos que garantiram sua sobrevivência e deram forma e interpretações ao mundo que conheciam, nas mais diferentes épocas.

A análise histórica tem um objetivo aparentemente simples: tentar compreender o passado para melhor compreender como aconteceram (e acontecem) as construções do mundo e das sociedades atuais. Entretanto, por trás dessa aparente simplicidade se escondem algumas dificuldades que precisam ser superadas pelos historiadores e estudantes.

Atualmente, grande parte dos historiadores não acredita mais em interpretações absolutas sobre os fatos do passado, mas sim em aproximações que podem variar de acordo com novas descobertas e novas interpretações do que aconteceu. Questiona-se, dessa forma, o conceito de "verdade" em História. Falando nisso, o que é "verdade"? Quem a determina? Será que quando vemos um noticiário, um documentário, ou quando lemos um jornal estamos lidando com a "verdade" ou apenas com uma interpretação dos fatos sujeita a todos os tipos de interesses de quem veicula a informação?

O mesmo raciocínio deve ser aplicado em História. Os registros de uma época estão sempre determinados sobre o olhar de quem os produziu. Não existe imparcialidade. São registros carregados de interesses. Além disso, quais são os interesses dos historiadores? O que os leva a pesquisar determinado tema e como eles se debruçam sobre ele? Há sempre algum interesse determinando a visão de quem registra os fatos.

É importante considerar também que os trabalhos dos historiadores, arqueólogos — que estudam os vestígios deixados pelos grupos humanos — e paleontólogos — que estudam fósseis de animais e plantas — nunca conseguem reconstruir o passado exatamente como ele foi. Se quiséssemos saber com exatidão como se deu, por exemplo, o primeiro contato dos portugueses com as terras americanas, seria preciso ter estado lá.

Além disso, será que um documento, uma obra ou qualquer registro de uma época de milênios atrás não sofreu nenhuma alteração (proposital ou não) até os dias de hoje? Essas interferências fazem com que o máximo que um historiador pode fazer é dar interpretações para o passado. O termo "História" deriva do grego "historía" e significa 'investigação', 'pesquisa', 'informação', 'relato'. Logo, o trabalho de um historiador é como o de um detetive que, após formular uma hipótese, busca pistas para comprovar seu raciocínio. Mas nunca é garantido que ele encontrará as pistas necessárias, ou que chegará a alguma conclusão determinante com o que encontrou. Em todo caso, para tentar remontar o que ocorreu, o historiador se utiliza das chamadas "fontes históricas" (documentos, elementos materiais, mapas, descrições etc.).

É necessário também, principalmente ao estudante, que haja um esforço no sentido de tentar associar os fatos e períodos históricos entre si, assim como os elementos de que dispõe determinada sociedade, para realizar seus feitos em sua época. Por exemplo: o período napoleônico na Europa está associado aos processos de independência ao longo de toda à América do Sul; o regime de cheias do rio Nilo está diretamente relacionado com a produção das comunidades ribeirinhas, as quais constituíam a famigerada civilização egípcia.

Outra dificuldade que precisamos enfrentar diz respeito ao objeto e à forma de estudo da história. No Brasil, formamos uma sociedade composta pela mescla de nativos com povos advindos de diferentes regiões do mundo.

Entretanto, os longos séculos de colonização portuguesa contribuíram para disseminar entre nós o hábito de se enxergar a história da humanidade a partir de referências quase exclusivamente europeias.

É por isto que, mesmo quando nos deparamos com o conceito de antiguidade oriental, não nos referimos às civilizações do Extremo Oriente (como a China), mas sim às civilizações do Oriente Próximo, onde se encontram as raízes de cultura europeia!

Da mesma forma, quando estudamos a Idade Média veremos como se deu o desenvolvimento no continente europeu, e não em outras regiões. Mesmo porque, o desenvolvimento de grupos humanos de lugares diferentes dá-se de modo diverso, em função da variedade de condições geográficas, climáticas, culturais, econômicas, entre outras. O "eurocentrismo" fica evidente, também, na periodização da história, isto é, na divisão da história "em períodos" que começam e terminam com eventos marcantes, para os europeus, é claro. Esta classificação segue o calendário cristão, elaborado na Idade Média pela Igreja Católica, e apresenta como ponto inicial o nascimento de Cristo (Ano 1). Antes dele o tempo passou a ser contado de forma decrescente. Identificamos os séculos e anos deste período com a sigla "a.C." ("antes de Cristo"). Depois do Ano 1, contamos os anos e séculos de forma crescente, não sendo obrigatório o uso da sigla "d.C." ("depois de Cristo"). Chamamos este período de Era Cristã.

A DIVISÃO DOS PERÍODOS HISTÓRICOS

- **Idade Antiga**: do surgimento da escrita, aproximadamente 4 mil a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C.;
- **Idade Média**: de 476 d.C. até a tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos, em 1453;
- **Idade Moderna**: de 1453 até o início da Revolução Francesa, em 1789;

Idade Contemporânea: de 1789 até os nossos dias.

Essas divisões são contestadas por diversos historiadores, pois carregam a ideia de "progresso" e de "etapas sucessivas", o que não necessariamente ocorre em História. Além disso, há a possibilidade de considerar que esse tipo de história é mundial, e não apenas uma visão europeia dos fatos. Subjuga-se, portanto, as demais culturas e os demais povos, vistos como "atrasados", ausentes da "civilização". Essa divisão, portanto, deve ser considerada apenas para fins didáticos.

Para olharmos a História de outra maneira, pensando sobre quem são os agentes da História, vale relembrar o poema de Bertolt Brecht, famoso escritor alemão que viveu ao longo do século XX:

Perguntas De um Trabalhador Que Lê.

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu?
Em que casas da Lima de ouro
Moravam seus construtores?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China
para onde foram os seus pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A tão cantada Bizâncio só tinha palácios
Para os seus habitantes?
Até a legendária Atlântida,
Na noite em que o mar a engoliu,
Viu afogados gritar por seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou, Filipe de Espanha chorou.
E ninguém mais chorou?
Frederico II ganhou a Guerra dos Sete Anos
Quem mais a ganhou?
Em cada página, uma vitória.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Em cada década, um grande homem.
Quem pagava suas despesas?
Tantas histórias.
Tantas perguntas."

UNIDADE I - A PRÉ-HISTÓRIA

1. AS ORIGENS DA HUMANIDADE

Muitos historiadores denominam o período, entre o surgimento da humanidade e o da escrita, de **Pré-História**. A invenção da escrita teria ocorrido em, aproximadamente, 4 mil a.C. A origem dessa denominação está associada a uma concepção de História elaborada no século XIX. Segundo ela, só é possível recuperar o passado por meio da análise de documentos oficiais escritos, única fonte considerada capaz de conter a "verdade" dos acontecimentos históricos. Assim, a narrativa de qualquer sociedade só começaria a partir do momento em que houvesse o domínio da escrita, todo o tempo que antecede esse período seria considerado como anterior à História, ou seja, uma pré-história.

Hoje em dia, grande parte dos historiógrafos deixou de acreditar na existência de uma "verdade absoluta" na História e, também, na tese em que o estudo do passado só é possível com documentos oficiais escritos. Para tal, poderiam ser utilizados os mais diversos vestígios produzidos pelo ser humano, como uma obra de arte e mesmo a crença oral de um camponês que nunca conheceu a escrita. Nossa sociedade, por exemplo, poderia ser analisada pela produção de lixo e destruição do meio ambiente atingindo níveis nunca registrados anteriormente na História. Tanto o lixo quanto a devastação dos recursos naturais não são registros escritos, mas dizem muito sobre como vivemos atualmente

Sem as amarras dos documentos escritos e da busca de uma verdade absoluta, tudo passou a ser História; e o termo Pré-História deixou de ser excludente, de significar um evento da sociedade no passado, para denominar um momento do passado no qual os grupos humanos vivenciaram o domínio do fogo, o desenvolvimento da roda, da agricultura e da religião. Pense como seria a nossa vida atualmente sem esses acontecimentos. Será que a humanidade seria a mesma? Será que ela existiria?

Baseando-se em critérios historiográficos e arqueólogos, como a utilização de diferentes tipos de pedra ao longo das épocas estudada e a utilização e o desenvolvimento dos metais, divide-se a Pré-História em três momentos:

- **Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada**: da origem da humanidade (cerca de 2,7 milhões de anos) até cerca de 10 mil a.C. (ou a.n.e. -- antes de Nossa Era);
- **Neolítico ou Idade da Pedra Polida**: de 10 mil a.C. até cerca de 6 mil a.C.;
- **Idade dos Metais**: últimos milênios antes do surgimento da escrita (por volta de 4 mil a.C.), configurando o período de transição da Pré-História para a História.

O PALEOLÍTICO OU IDADE DA PEDRA LASCADA

O **Paleolítico** é o mais extenso período da pré-história, estendendo-se desde o seu surgimento, por volta de 2,7 milhões de anos, até 10 mil a.C. Pode ser subdividido em dois períodos:

- **Paleolítico Inferior**: de 2,7 milhões de anos, até cerca de 40 mil a.C. Abarca o surgimento dos primeiros hominídeos, o nomadismo, a caça e a coleta, controle do fogo, utilização de instrumentos de pedra, pedra lascada, madeira e ossos: facas, machados;
- **Paleolítico Superior**: de 40 mil a. C. até 10 mil a.C. Abarca a manutenção do nomadismo, o desenvolvimento da pintura e da escultura, a utilização de instrumentos de marfim, ossos, madeira e pedra: arpões, agulhas, machado, arco e flecha, lançador de dardos, anzol e linha.

Cenas de caça realizadas no Paleolítico.

Ao longo do Paleolítico, a baixa temperatura forçava os grupos de hominídeos a viverem em cavernas. Viviam em bandos, sem conhecerem a agricultura e a criação de animais. Alimentavam-se da **caça**, da **pesca** e da **coleta** de frutos, obrigando-os a uma **vida nômade**.

Uma descoberta-chave nesse período foi o domínio do **fogo,** estima-se que passou a ser controlado pela humanidade há 500 mil anos, na África Oriental. Com seu controle, os seres humanos tornaram-se mais independentes da natureza, pois passaram a aquecer o ambiente em que viviam, a cozinhar os alimentos, a melhorar sua proteção.

Os instrumentos empregados, em princípio, eram de osso e madeira; depois de pedra e marfim. Utilizava-se também um machado cuja pedra era afiada. Com as lascas, fabricavam-se facas e outros instrumentos pontiagudos. Por isso, o período também é conhecido como **Idade da Pedra Lascada**.

Pedras paleolíticas para caça, coleta, pesca e outros fins.

Por volta de 30 mil a.C., um resfriamento intenso, a Quarta Glaciação, cobriu de gelo o norte da Europa; e o **Homo sapiens moderno**, já era predominante em quase todo o mundo. Cassava com armadilha animais grandes, como mamutes e renas, e fabricava objetos mais complexos, como arpões e agulhas. Começavam a aparecer também as pinturas rupestres.

Ao fim da última glaciação, o homem começou a se fixar onde houvesse abundância de vegetal, espalhando-se pelo planeta. Domesticando tanto a natureza quanto os animais,

o homem foi abandonando o nomadismo e ficando sedentário. Tratava-se da "**revolução**" **neolítica ou agrícola**, que levou a humanidade ao período neolítico

O NEOLÍTICO OU NOVA IDADE DA PEDRA

O **Neolítico** é um período conhecido também como **Idade da Pedra Polida**, porque a pedra, depois de lascada, era esfregada no chão ou na areia até se tornar polida. Estendendo-se de aproximadamente 10 mil a.C. a 4 mil a.C., suas principais características são: sedentarismo, cultivo da agricultura nos campos e próximo às fontes de água, utilização de instrumentos de pedra polida, enxada e tear, produção de artesanato (cerâmica e tecidos), construções de pedra e das primeiras obras arquitetônicas do mundo.

Acima: "Moais" da Ilha de Páscoa (Chile). Abaixo: Stonehenge (Inglaterra). Ambas as construções foram realizadas, provavelmente, no Neolítico.

No Neolítico, novas modificações climáticas alteraram a vegetação, o gelo recuou e, com ele, a fauna. O clima do centro e norte europeus tornou-se temperado (ou seja, com uma temperatura que varia regularmente ao longo do ano, com a média acima de 10º C, nos meses mais quentes e entre -3º e 18º C, nos meses frios). O norte da África ficou ressequido e a região do Saara se transformou num deserto. Aumentaram as dificuldades para caçar, seres humanos e animais passaram a procurar nas margens dos rios, contribuindo à sedentarização e ao desenvolvimento da agricultura, com o plantio de trigo, cevada e aveia. Logo, os grupos humanos domesticaram alguns animais, surgindo, por exemplo, os pastores de ovelhas; surgiram, ainda, os primeiros aglomerados populacionais, com finalidade principalmente defensiva, pois eram cercados de fossos e paliçadas. Nos lagos, os grupos humanos construíram suas casas sobre estacas, as **palafitas**. Para armazenarem cereais, faziam potes de barro, dando origem à **cerâmica**. Fabricaram, também, os primeiros tecidos de **lã** e **linho**, em substituição aos trajes confeccionados com peles de animais. Apareceram os primeiros trabalhos em metais pouco duros, como cobre e ouro e começaram as viagens por terra e por mar. A organização social, denominada **comunidade primitiva**, baseava-se nos laços de sangue, de idioma e de costumes. A "economia" era fundamentada na exploração direta da natureza e, o solo, pertencente a todos.

A transformação dessas comunidades estava relacionada ao desenvolvimento de novas formas de produção — agricultura, criação de gado — e processou-se em duas direções: na ampliação da posse e da propriedade individual dos bens e na transformação das antigas relações familiares. Estas transformações desse período, que reformularam profundamente a forma de viver humana, constituíram a chamada "r**evolução**" **agrícola ou neolítica**. A adoção de práticas agrícolas, assim como de outras transformações, ocorria em diferentes momentos ao longo do mundo. Ao final do Neolítico, tornava-se comum o uso de metais, por meio de técnicas de fundição. As armas e os utensílios foram aperfeiçoados, encaminhando o ser humano à Idade dos Metais.

Pontas de flechas e folha de sílex do Neolítico.

A IDADE DOS METAIS

A **Idade dos Metais** abrange os últimos milênios antes do aparecimento da escrita. Nesse período, as mais importantes transformações são: o aparecimento de metalurgia, o surgimento das primeiras aglomerações humanas em cidades, a invenção da roda, do arado de bois e o aparecimento da escrita. Trata-se, portanto, do período de transição da Pré-História para a História.

O desenvolvimento de técnicas de fundição de metal possibilitou o abandono progressivo dos instrumentos de pedra. Os primeiros metais a ser fundidos pelo homem foram o **cobre** e o **ouro**, como já dissemos, em virtude de sua pouca dureza. Seguiu-se o **estanho**, permitindo a obtenção do **bronze**, resultante da liga com o cobre. Por volta de 3 mil a.C., produzia-se esse novo metal no Egito e na Mesopotâmia; introduzido em Creta, chegou à Grécia e à Península Ibérica, aproximadamente em 2.500 a.C.

A **metalurgia do ferro** é posterior, cujo início é por volta de 1.500 a.C., na Ásia Menor. Por ser um minério mais difícil de extrair e de ser trabalhado, difundiu-se lentamente. Mas, em razão de sua superioridade à fabricação de armamentos, contribuiu decisivamente à supremacia de povos que souberam aperfeiçoá-lo para essa finalidade.

Machado de ferro da Idade dos Metais encontrado em Gotland (Suécia).

O fato é que as grandes transformações ocorridas desde o Neolítico fizeram com que o ser humano alterasse radicalmente suas formas de convivência humana. Surgiram as primeiras transformações apontando para uma nova organização do trabalho e da sociedade. Pequenas comunidades de agricultores se transformavam e em vilas e em cidades. A articulação entre elas constituiu a **"revolução" urbana**.

O aumento da produção agrícola e surgimento das primeiras cidades articuladas entre si por meio de trocas comerciais e culturais demandaram organizações sociais mais complexas. Ao mesmo tempo, o aumento da produção criava excedentes que provocavam um aumento nas trocas entre cidades e entre cidades e tribos que se mantinham nômades. Neste contexto, pilhagens, saques e guerras pela expropriação do excedente produzido tornaram-se cada vez mais comuns.

A **atividade comercial** ganhava força junto com a necessidade de defesa do excedente agrícola. Surgia a necessidade de constituição de forças armadas permanentes para a defesa das cidades e dos excedentes.

O **crescimento populacional** e as **novas relações sociais** provocaram o surgimento de **sociedades complexas**, com estruturas administrativas permanentes que coordenavam a produção, as relações sociais, os impostos, as atividades culturais e a defesa do território. Surgia, dessa forma, o **Estado**.

A escrita surge com o surgimento do Estado, nas antigas cidades-estados sumerianas, como instrumento administrativo para apoiar na definição de pesos e medidas padronizados pelo poder político.

Essas transformações ocorriam, segundo a maior parte dos registros históricos, com os povos que se situavam na região chamada de **Crescente Fértil**.

Esta região localizava-se no Antigo Oriente e era propícia para agricultura, num local onde a maior parte das terras vizinhas era semi-árida, o que dificultava a agricultura.

O Crescente Fértil começa na Costa Leste do Mar Mediterrâneo, ganhando o formato de uma meia-lua, avançando na direção do Golfo Pérsico. Abarca, portanto, o vale do Rio Nilo, terras entre o Mar Mediterrâneo e a Mesopotâmia. As primeiras civilizações complexas de que temos registros históricos surgiram nesta região.

Todas as inovações citadas ocorreram primeiramente no Oriente Próximo, na região do Crescente Fértil, principalmente **Egito** e na **Mesopotâmia**. Justamente nessas localidades, desenvolveram-se as **primeiras civilizações**.

A OCUPAÇÃO DA AMÉRICA

O que nós chamamos atualmente de "América" pode ter sido um dos últimos continentes a ter sido ocupado pelo ser humano. Dentre as controversas causas para a ocupação, a hipótese mais aceita (**Teoria de Clóvis**) defende que, expulsos de suas terras originais pela última Glaciação, os asiáticos teriam atingido o continente americano por meio do Alasca, cruzando o Estreito de Bering, chegando na América do Norte e, após o descongelamento das imensas geleiras do norte, se espalhando por todo o continente. O rebaixamento dos oceanos facilitava a travessia entre os continentes. A travessia teria ocorrido há 15 mil anos. Outras hipóteses menos aceitas defendem, entretanto, que a chegada ao continente americano se deu pelo sul, onde os habitantes da Ilhas Polinésias e da Oceania chegaram à América por meio de correntes marítimas do oceano Pacífico.

O fato que é impossível ter certeza sobre a ocupação do continente americano. A arqueologia recente demonstra organizações sociais de complexidade semelhante à do Egito e da Mesopotâmia teriam existido no Chile há, aproximadamente 12,5 mil anos, no **sítio Monte Verde**. Além disso, em 1996, foi descoberto, na **caverna de Pedra Pintada**, em Monte Alegre (PA – Brasil), nas margens do Rio Amazonas, pontas de lanças e restos de cerâmica de 6 a 10 mil anos atrás. Dessa forma, a travessia do Estreito de Bering teria ocorrido, provavelmente, há 20 mil anos.

Porém, antes mesmo dessa descoberta, na década de 1960, no **sítio de Pedra Furada**, em São Raimundo Nonato (PI – Brasil), foram encontradas pedras lascadas e vestígios de fogueira que podem datar de 48 mil anos.

A escavação arqueológica que mais coloca em xeque a Teoria de Clóvis, até agora, ocorreu em Lagoa Santa, cidade mineira próxima a Belo Horizonte. Na cidade, dentro do **sítio Lapa Vermelha IV**, foi encontrado o mais antigo fóssil humano das Américas. Denominado de **Luzia**, por pertencer a uma mulher, o fóssil tem aproximadamente 11,5 mil anos. Sua importância deriva do fato de suas características físicas possuem traços muito mais semelhantes aos africanos e dos aborígenes australianos, diferenciando-o de outros fósseis do continente, inclusive de índios, com características típicas dos povos da Ásia.

São dados que podem desestabilizar todas as teorias anteriores sobre o povoamento do continente americano.

Atualmente, outros fósseis semelhantes ao fóssil de Luzia têm sido descobertos ao longo do continente, gerando a possibilidade novas ondas migratórias até agora desconhecidas.

À esquerda: reconstituição da cabeça de Luiza. À direita: pintura rupestre do Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, datado de mais de 20 mil anos.

Fragmentos de fósseis e machados encontrados nos sambaquis de Guaratuba, Paraná.

Tanto na América do Norte quanto na Mesoamérica e na América do Sul, os agrupamentos humanos vivam de coleta de frutos raízes, pesca e caça. Alguns até chegaram a praticar a agricultura. Os vestígios mais antigos de sociedades humanas no Brasil demonstram que os habitantes da região utilizavam armas e utensílios simples e vivam de modo grupal. Os **sambaquis** também são evidências desses agrupamentos humanos. De datação mais recente, 5 mil anos, esses amontoados de conchas e esqueletos de peixes no litoral demonstram qual era a base alimentar dessas populações.

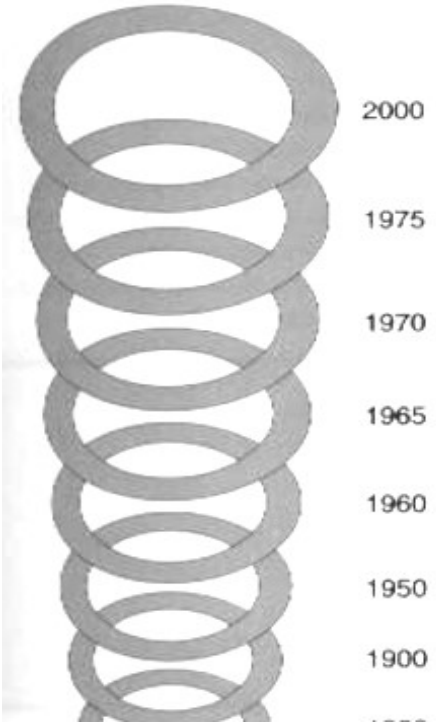
Dessa forma, pautando-se por todas essas descobertas, torna-se impossível denominar a chegada do europeu à América no século XV como uma "descoberta". Há dezenas de milhares de anos existe vida humana no continente. O que os europeus, fizeram, de fato, foi destruir civilizações diferentes das suas em territórios fora da Europa.

FILMOGRAFIA

A Guerra do Fogo - Bela reconstituição da Pré-História, através do conflito entre os primeiros grupos humanos.

EXERCÍCIOS

1. (UnB- DF) "O diagrama abaixo representa o crescimento da população desde 8 mil anos atrás até os dias atuais, e uma projeção do que ela será no futuro. Antes da revolução agrícola, o homem tinha uma cultura nômade de caça e colheita. Quando ele aprendeu como plantar, como fazer provisões de cereais e como cuidar do gado, a organização social e a perspectiva psicológica mudaram; tornou-se possível o acúmulo de possessões e isso levou à criação de grandes vilas, cidades e metrópoles, conduzindo, finalmente, à explosão populacional." (LEAKEY, Richard E. — *Origens*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980. p. 143.)



Considerando o diagrama, assinale a alternativa correta:
a) no final da Idade Moderna, a população mundial chegava perto de 900 milhões de habitantes;
b) a população mundial, estimada no final da Idade Moderna, era inferior a 10 milhões de habitantes;
c) a população mundial, estimada no final da Idade Média, era superior a 545 milhões de habitantes;
d) a população mundial, estimada no início da Idade Contemporânea, era superior a 2.5 milhões de habitantes;
e) a população mundial, estimada no final da Antiguidade, beirava os 905 milhões de habitantes.

2. Ainda segundo o diagrama, a população mundial do período Neolítico era:
a) superior a 410 milhões de habitantes;
b) perto de 10 milhões de habitantes;
c) perto de 300 milhões de habitantes;
d) de 545 milhões de habitantes;
e) igual a da Antiguidade.

3. (FUVEST) Sobre o surgimento da agricultura — e seu uso intensivo pelo homem — pode-se afirmar que:
a) foi posterior, no tempo, ao aparecimento do Estado e da Escrita;
b) ocorreu no Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia) e daí se difundiu para a Ásia (Índia e China), Europa e, a partir dessa para a América;
c) como tantas outras invenções, teve origem na China donde se difundiu até atingir a Europa e, por último, a América;
d) ocorreu, em tempos diferentes, no Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia), na Ásia (Índia e China) e na América (México e Peru);
e) de todas as invenções fundamentais, como a criação de animais, a metalurgia e o comércio, foi a que menos contribuiu para o ulterior progresso material do homem.

4. (UFRGS) Foi fator decisivo para a sobrevivência dos povos do período Neolítico:
a) a utilização de metais como cobre e bronze;
b) o nomadismo típico dos povos caçadores e coletores;
c) a revolução neolítica;
d) a revolução urbana e a formação dos impérios teocráticos;
e) a formação de religiões monoteístas.

5. (Cásper Líbero – SP) Examine as três proposições, julgando se são verdadeiras ou falsas. Em seguida, assinale a alternativa correta.
I. A Pré-história, época compreendida entre o aparecimento do homem sobre a terra e o uso da escrita, é dividida tradicionalmente em três períodos: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais;
II. A domesticação de animais e o surgimento da agricultura ocorreram apenas após a invenção da escrita, posterior, portanto, ao Neolítico.
III. A duração do Paleolítico é bem mais extensa que a do Neolítico, envolvendo níveis técnicos naturalmente mais primitivos.
a) todas as proposições são verdadeiras;
b) apenas as proposições I e II são verdadeiras;
c) apenas as proposições I e III são verdadeiras;
d) apenas as proposições II e III;
e) todas as proposições são falsas.

6. (ESAM) Sobre a conhecida Idade dos Metais, na transição entre a Pré-história e a História, é possível afirmar que:
a) foi marcada pela utilização do cobre, bronze e ferro, na produção de armas, instrumentos agrícolas, utensílios domésticos etc.;
b) apenas o bronze pode efetivamente ser apresentado como primeiro metal utilizado;
c) os homens lutavam entre si, enquanto a economia continuava coletora;
d) a vida nômade dos primeiros grupos humanos foi um estímulo para o uso dos metais;
e) não existe ligação entre o uso dos metais e a formação dos grandes impérios.

UNIDADE II - A ANTIGUIDADE

2. ANTIGUIDADE ORIENTAL

A **Idade Antiga**, que também é chamada de **Antiguidade**, vai do surgimento da escrita, aproximadamente 4 mil a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. Para fins didáticos, o período pode ser dividido em dois momentos com características próprias:

- **Antiguidade Oriental:** abordando egípcios, mesopotâmicos, fenícios, hebreus e persas.
- **Antiguidade Ocidental ou Clássica:** tratando sobre gregos e romanos.

A principal diferença entre esses períodos diz respeito ao **Modo de Produção**. Este é um conceito que significa a maneira como uma sociedade se organiza sendo determinada pelo seu conjunto de relações econômicas, além das relações sociais, políticas, culturais, religiosas, sendo que todas essas relações estão conectadas entre si e atuando umas sobre as outras.

Basicamente, o MODO DE PRODUÇÃO é a maneira como uma sociedade se organiza economicamente e como isso interage com as esferas políticas, sociais e culturais dessa mesma sociedade. Ele é formado pelo conjunto das forças produtivas (aqueles que trabalham, e as matérias-primas, terras, ferramentas e técnicas disponíveis para a execução do trabalho pelos trabalhadores); e pelo conjunto das relações de produção (relações que organizam o trabalho), na sua interação, em um determinado estágio de desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Dessa forma, é justamente o Modo de Produção que permite que possamos dividir a Antiguidade em dois períodos. Nas civilizações da chamada **Antiguidade Oriental** encontramos o sistema de servidão coletiva, em que todos trabalhavam para a comunidade e pagavam tributos aos governantes (proprietários das terras). Este é o chamado **Modo de Produção Asiático**. Já na **Antiguidade Clássica**, o trabalho escravo determinava todas as relações da sociedade, predominando sobre as outras formas de trabalho, configurando o **Modo de Produção Escravista**, sobre o qual trataremos posteriormente.

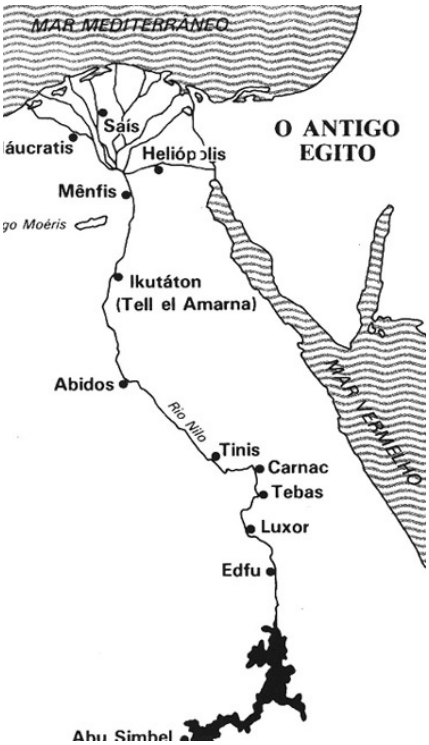
A maioria das civilizações da Antiguidade Oriental se desenvolveu pelas margens de grandes rios, localizadas no **Crescente Fértil**, de onde obtinham seus sustentos baseados na **agricultura irrigada**.

Nesse tipo de agricultura, os **camponeses** tinham como principal atividade, além da atividade agrícola, a construção de obras hidráulicas, como canais de irrigação e diques que, aproveitando-se das cheias dos grandes rios, irrigavam os campos cultiváveis, tornando-os férteis ao longo de todo o ano. Essas obras hidráulicas eram comandadas pelo **Estado**. Este também era proprietário das terras, nas quais, para poderem trabalhar, os camponeses tinham de pagar pesados **impostos**, como o **trabalho compulsório** das obras estatais. Era sob esses parâmetros que funcionavam o Egito e a Mesopotâmia.

O EGITO ANTIGO

GEOGRAFIA E CONDIÇÕES DE POVOAMENTO

A civilização egípcia se desenvolveu no nordeste da África, numa região caracterizada pela existência de desertos e de uma vasta planície banhada pelo rio Nilo. No período Neolítico, diversas tribos nômades vindas da região oriental e sul-africana chegaram ao vale do rio, onde passaram a praticar, em suas margens, a agricultura. Sua prática está intimamente ligada ao comportamento do Nilo, uma vez que o nordeste da África é uma região seca e desértica, em que a água é obtida somente através de açudes e canais de irrigação.



O regime das cheias e vazantes do Nilo está ligado ao derretimento da neve nas altas montanhas do interior africano, bem como às chuvas que abundam nas cabeceiras do rio. O volume de água aumenta consideravelmente por volta do mês de julho e as águas barrentas arrastam sedimentos, que são depositados nas margens alagadas: o húmus. Com isso, o solo torna-se fértil a ponto de permitir uma ótima agricultura, juntamente com os sistemas de irrigações, construídos desde o período neolítico. O rio Nilo foi, e ainda é, o ponto de referência dessa região; crenças e vidas surgiram em suas margens, é possuidora de uma abundante flora (papiros, palmeiras e trigo selvagem) e, de uma fauna (íbis, crocodilos e hipopótamos), sustentando ainda hoje uma das mais antigas civilizações do mundo: o Egito.

Vejamos, abaixo um documento transcrito pelos autores J. Issac e A. Alba (no livro História Universal - Oriente e Grécia), um cântico composto há mais de dois milênios sobre a importância do rio egípcio aos povos que se

localizavam as suas margens. Segundo o próprio Heródoto, o **Egito era "uma dádiva do Nilo"**.

"Salve, ó Nilo! Ó tu que te manifestaste sobre esta terra e que vens em paz para dar ao Egito. Regas a terra em toda parte, deus dos grãos, senhor dos peixes, criador do trigo, produtor da cevada... Ele traz as provisões deliciosas, cria todas as boas cousas, é o senhor das nutrições agradáveis e escolhidas. Ele produz a forragem para os animais, provê os sacrifícios para todos os deuses. Ele se apodera de dois países, e os celeiros se enchem, os entrepostos regurgitam, os bens dos pobres se multiplicam; torna feliz cada um conforme seu desejo... Não se esculpem pedras nem estátuas em tua honra, nem se proferem palavras misteriosas para teu encantamento, não se conhece o lugar onde ele está. Entretanto, governas como um rei cujos decretos estão estabelecidos pela terra inteira, por quem são bebidas as lágrimas de todos os olhos e que é pródigo de tuas bondades."

Rio Nilo (Egito). De suas cheias era praticada a agricultura irrigada.

A Evolução Política

A população do Antigo Egito não tinha origem única. Havia uma mistura de povos diferentes, com predominância do povo hamítico (da África setentrional), semítico e núbio. Ainda na fase Neolítica, os primeiros grupos humanos que se fixaram no vale do Nilo se organizaram em comunidades primitivas e autônomas, denominadas "nomos".

Com o desenvolvimento dos nomos e o aumento da população, ocorreu a "revolução urbana", e com ela, o domínio de alguns grupos sobre outros: na exploração das terras férteis, nas técnicas de irrigação e construção de diques e na cultura, com a criação da **escrita hieroglífica** (sagrada) e do calendário solar (divisão do ano em 12 meses, cada um de 30 dias e acrescidos de cinco dias de festas religiosas).

Escrita hieroglífica do Egito. Acima também são representados deuses com partes humanas e animais. A última inscrição conhecida data de 394 d.C., época em que o Egito já se encontrava sob o domínio romano.

Por volta de 3500 a.C., ocorreu a união destas comunidades, formando dois reinos, nos quais cada rei representava um deus. Isto aconteceu, provavelmente, devido a um melhor aproveitamento das águas do Nilo. Em 3200 a.C., **Menés**, chefe do Alto Império, torna-se o primeiro Faraó, pois ao conquistar o Baixo Império unificou territorial e politicamente o Egito. A partir de então, termina o chamado Período Pré-Dinástico, em que as aldeias comunitárias desembocavam na fase histórica das civilizações. O Período Dinástico pode ser dividido em três fases: O Antigo, o Médio e o Novo Império.

O Antigo Império (3200-2300 a.C.)

O primeiro Faraó e seus sucessores organizaram uma monarquia poderosa, de origem divina, por isso chamada de "monarquia teocrática", ou seja, quando o chefe de Estado representa uma divindade na Terra. Além de deter os poderes político e religioso em suas mãos, o Faraó era também o dono de todas as terras, e para governar aos nomos que nelas trabalhavam, recorria à ajuda de administradores locais titulados "nomarcas". A população era obrigada a trabalhar para o Faraó e cultuá-lo como um ser divino, pois era respeitado como um filho direto de "Deus". A forte crença religiosa da população egípcia favorecia a perpetuação do sistema faraônico. Com o tempo, os problemas políticos têm um desdobramento negativo na agricultura, gerando uma grave crise produtiva e revoltas populares. É o fim do Antigo Império.

O Médio Império (2000—1580 a.C.)

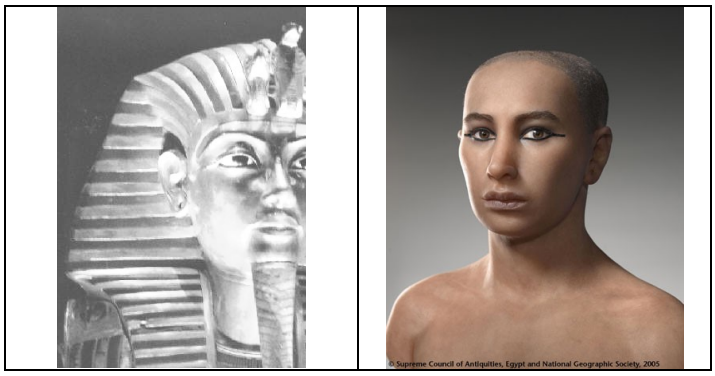
Nesta fase, os Faraós partem da cidade de Tebas e enfrentam com sucesso a anarquia militar instaurada pelos nomarcas. Esta nova centralização de poder só foi possível graças ao ingresso de camadas sociais inferiores no exército, o que levou a uma fase de diversas conquistas territoriais, como a invasão da Núbia e da Palestina. Todavia, a partir de 1800 a.C., o Egito foi invadido por diversos povos e tribos originárias da Ásia (principalmente os **hicsos**, que se utilizavam cavalos, carros de guerra e armas até então desconhecidos pelos egípcios), que dominaram a região do delta, permanecendo até 1580 a.C.

O Novo Império (1580-525 a.C.)

Este período é considerado o apogeu da história egípcia, devido ao seu grande avanço militar que proporcionou um aumento considerável das fronteiras do império. Porém, os egípcios exerciam apenas uma dominação superficial sobre os territórios conquistados (através da ameaça de invasão militar), pois mantinham os chefes locais na administração.

O Faraó Amósis I expulsou os hicsos, dando início a uma fase militarista e expansionista da história egípcia. Sob o reinado de Tuymés III, a Síria e a Palestina foram

conquistadas, estendendo o domínio do Egito até o rio Eufrates, na Mesopotâmia.



À esquerda: Máscara de Ouro na qual, em 1922, foi encontrada a múmia de Tutancâmon . À direita: reconstrução da face do faraó realizada em 2005 baseada em sua múmia. Tutancâmon governo o Egito dos 9 aos 19 anos ao longo do século 14 a.C.

Durante esse período de apogeu, o **Faraó Amenófis IV** (1377-1358 a.C.) tentou estabelecer uma grande **reforma religiosa de caráter monoteísta**, substituindo o deus tradicional, **Amon-Rá** (Deus Sol, supremo criador dos homens), por Aton, simbolizado pelo disco solar, passando a adotar o nome de **Aquenaton** ("servidor de Aton"). Essa reforma, visava o enfraquecimento de poder dos sacerdotes politeístas, os quais representavam a burocracia estatal; buscava, pois, restaurar a autoridade política dos antigos faraós. Os sacerdotes venceram Amenófis IV e garantiram o poder sobre o Estado egípcio, coroando **Tutancâmon** como o novo Faraó. Nesta época, houve uma nova série de conquistas militares, em que foram dominados os sírios e outros diversos povos asiáticos que estavam coligados contra o Egito.

Entretanto, no final do período, a nação é novamente invadida, desta vez pelos assírios, sendo reconquistado posteriormente pelo Faraó Psamético I, a partir da cidade de Saís (daí o nome de renascimento "Saíta"), restabelecendo a independência do estado egípcio. Com o governo de seu filho Necau, o Egito vive o seu último suspiro imperial devido à intensificação do comércio asiático. Houve a tentativa de unir o mar Vermelho com o Nilo (antecipando o futuro Canal de Suez) e o financiamento de uma viagem por volta da África, feita pelo navegador fenício Hamon.

Depois de Nação, as diversas lutas entre sacerdotes, militares, burocratas e grandes senhores de terras, somadas às revoltas camponesas descontrolaram e enfraqueceram o império, que se tornou um alvo fácil para a invasão dos Persas, ocorrida em 525 a.C. É o fim da independência e o início da província egípcia do Império Persa. Posteriormente, a região foi invadida pelos conquistadores gregos, macedônios, romanos, árabes, turcos e britânicos. Só voltou a se tornar um estado independente no século XX, isto é, mais de dois mil anos depois. Hoje o Egito é, predominantemente, um país de cultura árabe.

A ECONOMIA DO EGITO

A vida econômica do Egito tinha como base à agricultura, que girava em torno do rio Nilo, onde se plantava trigo, papiro, cevada, algodão, linho etc. Havia também a criação de cabras, carneiros e gansos acompanhados da pesca no rio. De um modo geral, a economia egípcia é enquadrada no **Modo de Produção Asiático**, em que a propriedade geral das terras e dos demais meios de produção (tudo aquilo utilizado para produzir) pertenciam ao Estado e as relações sociais de produção fundamentavam-se no regime de servidão coletiva. A comunidade de camponeses produzia, entregava os resultados da produção ao Estado que, através da construção de canais de irrigação, barragens e aquedutos, permitia o desenvolvimento da agricultura e o sustento precário da comunidade.

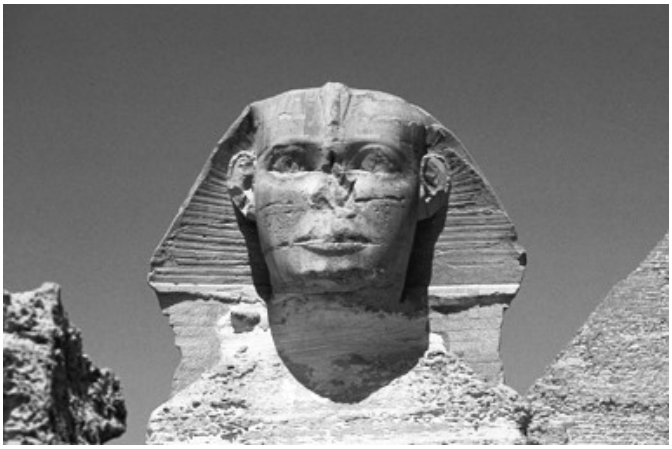
A SOCIEDADE EGÍPCIA

O relativo isolamento devido aos desertos permitiu que a população egípcia desenvolvesse traços culturais um tanto homogêneos. No topo da pirâmide social ficava o **Faraó**, considerado filho direto de Deus, e, portanto, dono de todas as terras e com todos os poderes. Ligada a ele, havia uma nobreza formada em geral por grandes proprietários, eram parentes, alguns sacerdotes, altos funcionários, oficiais militares e administradores locais. Logo abaixo na escala de poder vinham os **sacerdotes**, estes eram muito prestigiados e tinham grande influência política. Passavam sua profissão de pai para filho e tinham como função organizar as práticas religiosas e administrar os bens oferecidos aos deuses. Depois vinham os **escribas**, homens letrados nas escolas dos palácios que recolhiam os impostos da população e supervisionavam a administração; estes são, deste modo, o símbolo da dominação pelo conhecimento. Os **soldados** ficavam quase na base da pirâmide de poder, combatiam a pé e viviam de saques das conquistas, sendo odiados pela **população camponesa**. Esta, ao lado dos **artesãos**, era o sustentáculo da sociedade e da economia; trabalhavam em troca de produtos e, o pouco que poupavam, em geral era gasto com o funeral, para alcançarem uma melhor vida após a morte. Por fim, na esfera social, e em menor número, os **escravos** por conquista ou por dívida, trabalhadores inteiramente dependentes de seus senhores.

A RELIGIÃO E CULTURA

A característica mais marcante da cultura egípcia era a extrema religiosidade. Acreditavam no **antropozoomorfismo**, ou seja, os deuses poderiam ter forma de homens, de animais ou de elementos da natureza. Além disso, eram **politeístas**, logo, acreditavam em diversos deuses. A religião orientava as ciências, as artes e toda a produção cultural. Por exemplo, devido à forte crença na vida após a morte que possuíam, os egípcios desenvolveram uma complexa medicina, aprendendo a mumificar os mortos; por cultuarem o Sol, aprenderam astronomia e inventaram um calendário (com 12 meses de 30 dias e mais

5 de festas religiosas) utilizado para atividades as agrícolas; o conhecimento da matemática, que veio a proporcionar a construção de Pirâmides e templos religiosos, ou seja, desenvolveram com essa prática, a engenharia e a arquitetura. Nos monumentos vê-se ainda hoje a arte da escrita egípcia (**hieroglífica**), em que um símbolo significava um fato ou um encadeamento deles. Com o passar do tempo, eles foram simplificados e associados a sons, dando origem à escrita tal qual a conhecemos, que era na época gravada em papiros. Esta escrita só era conhecida por uma minoria dominante, os **escribas**, burocratas que passaram a ocupar um lugar destacado na administração, principalmente no que tangia à cobrança de impostos (em gêneros dos camponeses), utilizando-a para controlar as classes mais baixas.



A Esfinge de Giza (próxima ao Cairo), construída por volta de 2.500 a.C. Presente na cultura do Egito, Assíria e Grécia, a esfinge representa uma espécie de guardiã que devora quem não responde seus enigmas. Atualmente, a Esfinge de Giza está sendo corroída pela poluição do ar.

LEITURA COMPLEMENTAR

"Há certas pessoas encarregadas especialmente desse trabalho, e cuja profissão é essa. Quando um cadáver lhes é trazido, esses embalsamadores mostram a quem o traz modelos de cadáveres em madeira, pintados com o máximo de realismo; a maneira mais perfeita de embalsamar é a daquele cujo nome eu consideraria sacrilégio mencionar tratando desse assunto; a segunda maneira mostrada por eles é menos perfeita e mais barata que a primeira, e a terceira é menos dispendiosa de todas; após essa demonstração eles perguntam aos portadores do cadáver qual a maneira preferida para a sua preparação. Acertado o preço os portadores se retiram, deixando os embalsamadores onde estavam para fazerem o seu trabalho. Se a maneira escolhida foi a mais perfeita, eles primeiro extraem parte do cérebro através das fossas nasais com um gancho de ferro, e o resto mediante a injeção de certas drogas no cérebro. Em seguida, fazendo uma incisão ao longo do flanco com uma faca afiada feita de pedra etíope, retiram todas as vísceras e limpam o ventre, lavando-o com vinho de palmeira e untando-o repetidamente com plantas aromáticas esmagadas; logo após, enchendo o ventre com mirra pura moída, cássia e outras substâncias aromáticas, à exceção de incenso, eles cosem, e guardam o corpo durante setenta dias coberto de salitre; esse período não pode ser excedido no embalsamamento. Passados os setenta dias, eles lavam o corpo e o enfaixam todo em tiras de fino tecido de linho embebidas em uma goma usada frequentemente pelos egípcios em vez de cola; terminada essa operação, o cadáver é devolvido aos parentes; estes fazem um esquife de madeira, talhado com forma humana, e nele põem o cadáver; o esquife é fechado e guardado cuidadosamente numa câmara funerária, encostado à parede na posição vertical"

Heródoto. Histórias. Ed. Universal de Brasília: Brasília, 1985.

MESOPOTÂMIA: SUMÉRIOS, ACÁDIOS, ASSÍRIOS E PERSAS

GEOGRAFIA E CONDIÇÕES DE POVOAMENTO

A Mesopotâmia (do grego 'situado entre dois rios'), localizada no Oriente Médio, a noroeste do Golfo do Pérsico, foi povoada por uma série de tribos que viviam em disputa por terras cultivadas entre os rios Tigre e Eufrates, tornando a região um palco de lutas constantes. Dessa formas, os povos que se formavam na região da Mesopotâmia eram, em grande parte, compostos por guerreiros.

Se no Egito o principal fator de unidade era a monarquia personificada no faraó, já na Mesopotâmia, essa unidade era garantida por meio das cidades. Eram elas que geravam identificação entre os diferentes povos.

Devido à dedicação dos povos das planícies à agricultura e aos constantes assaltos por parte dos povos pastores das montanhas, os agricultores começaram a enrijecer fortificações que deram origem aos primeiros centros urbanos mesopotâmicos. Essa revolução urbana foi marcada pela necessidade de proteção, bem como pela especialização das diversas profissões e pelo aperfeiçoamento tecnológico, que poderia satisfazer as necessidades dos habitantes da região. O contato com outras regiões e civilização, fez com que a região começasse a construir importantes centros de defesa e de comércio.

Os primeiros habitantes da Mesopotâmia eram semitas nômades do deserto da Arábia; tinham começado a drenar os pântanos e a cultivar o solo pela técnica da irrigação (existente desde o ano de 3500 a. C), quando foram subjugados pelos sumérios, vindos do leste. Se uma cidade necessitava de um novo canal, o rei capturava seus próprios súditos a fim de obrigá-los a trabalhar na obra. Quando a tarefa era concluída, aquelas pessoas permaneciam na cidade para, com seu trabalho, incrementar as rendas do rei. Esse controle do soberano sobre a construção comunal, seja ela urbana ou rural (Modo de Produção Asiático),

fortalecia sua posição de domínio sobre a comunidade, que era responsável pela manutenção da subsistência local.

SUMÉRIOS E ACÁDIOS (2800 – 2000 A.C.)

A primeira civilização mesopotâmica foi a dos sumérios, que fundaram uma série de cidades-estados importantes: **Ur**, **Uruk**, **Lagash**, **Eridu** e **Nipur**. Essas cidades possuíam completa autonomia religiosa, política e econômica, não sendo submetidas a nenhum poder central; o governo era exercido, em cada cidade, pelo **patesi**, que controlava as instituições civis e religiosas e exercia o comando do exército; além disso, predominava uma aristocracia que vivia da exploração do trabalho dos camponeses. Graças às rivalidades entre as cidades-estados, os semitas se instalaram facilmente na Mesopotâmia, e fundaram importantes cidades às margens do Tigre, acabando por absorver a cultura sumeriana; a mais conhecida cidade era Acad, que deu origem ao nome "acadianos".

Por volta de 2330 a.C., Sargao I, rei dos acádios, dominou quase todas as cidades sumérias, unificando todo Mesopotâmia, formando o primeiro Império Mesopotâmico, recebendo o título de "rei dos quatro cantos da terra", e o centro deste domínio seria a cidade de Ur.

No ano de 2180 a.C., o Império Acádio foi devastado pela invasão dos **guti**, procedentes das montanhas da Armênia. A cidade de Ur conseguiu recuperar-se, chegando a expulsar os invasores. Entretanto, no ano de 2000 a.C., um outro povo, os **amoritas**, atacaram a região, pondo fim à independência política dos sumérios.

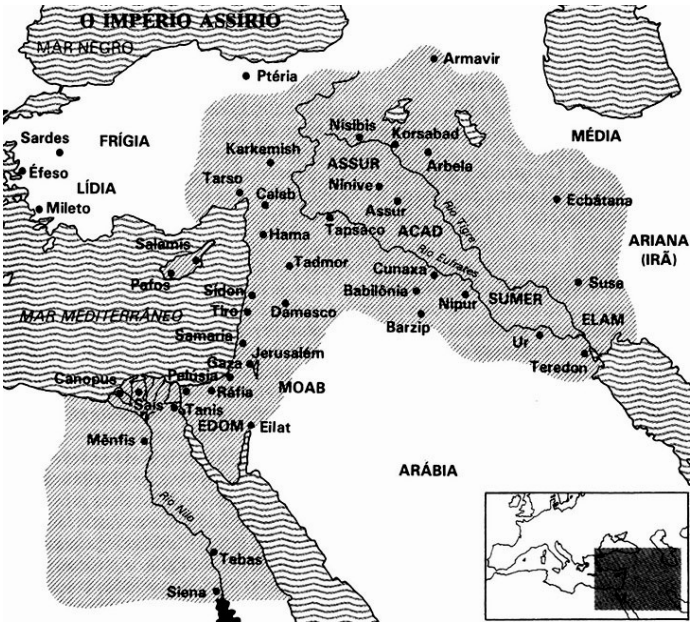
O PRIMEIRO IMPÉRIO BABILÔNICO (1800 – 1600 A.C.)

Com o enriquecimento das cidades sumérias, a cidade de Babilônia conseguiu forças para se libertar dos governantes de Ur, tornando-se um centro comercial de grande importância, ao mesmo tempo em que dominava o trânsito pelo rio Eufrates. Os amoritas que haviam se fixado na região de Acad, ao norte da Suméria, transformaram Babilônia na capital de seu império, e fundaram a 1ª Dinastia Babilônica, que possuía como principal representante, **Hamurábi**.

O rei babilônico Hamurábi (1728-7686 a.C.) conseguiu impor suas hegemonia às regiões da Mesopotâmia, e todas as cidades conheceram um período de grandes atividades comerciais. Sob a liderança de Hamurábi, a Babilônia foi escolhida como a capital dos estados do Eufrates. O que contribuiu muito para essas civilizações se desenvolverem foi a criação do **Código de Hamurábi**, considerado o primeiro código escrito. O Código apresenta leis e as punições em caso de desrespeito às leis. A ênfase é dada ao roubo, agricultura, criação de gado, danos à propriedade, direitos da mulher, direitos da criança, direito do escravo, assim como assassinato, morte e injúria. A punição ou pena é diferente para diferentes classes de ofensores e vítimas. As leis não toleram desculpas ou explicações para erros ou falhas: o Código era exposto livremente à vista de todos, de modo que ninguém pudesse alegar ignorância da lei como desculpa. Porém, além dos escribas, quase ninguém sabia ler naquela época.

Houve um momento de prosperidade, mas também era um período de conquistas territoriais em toda parte: as invasões se multiplicavam e, por volta de 1700 a.C., os **hititas** e, depois, os **cassitas**, devastaram toda a região do império da dinastia de Hamurábi, destruindo toda unidade política da Babilônia.

OS ASSÍRIOS (1300-612 A.C.)



Os assírios estabelecidos no vale do Alto Tigre, no planalto de Assur, foram os maiores representantes do militarismo mesopotâmico, temidos por seu notável desenvolvimento nas artes de guerra como: carros, aríetes (antiga máquina de guerra para abater muralhas), catapultas e técnicas de cercos de cidades. Ficaram conhecidos na história humana pelos massacres, torturas, mutilações e deportações de seus inimigos.

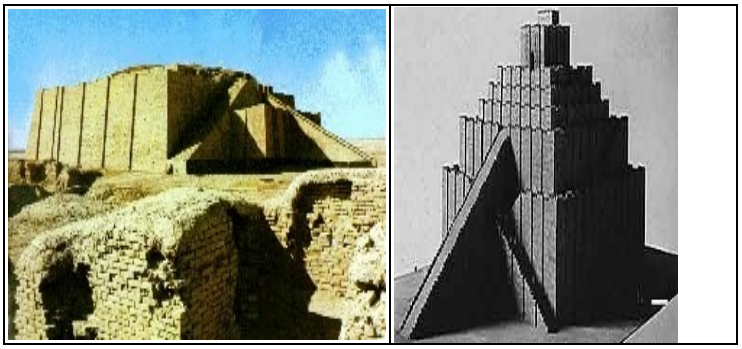
Sob o comando dos soberanos Tiglatfalasar III, Senaqueribe e Salamanasar, os assírios estenderam seu domínio até a Armênia, Síria, Fenícia, Palestina e Ásia Menor, e sob o comando de Assurbanipal (668-626 a.C.), o Império Assírio, cuja capital era Nínive, atingiu seu apogeu após a conquista do Egito. Nesse período, o estado atingiu um grande desenvolvimento cultural, sobretudo durante a época desse último rei. A Biblioteca de Nínive continha milhares de documentos dos quais, possuímos hoje, inúmeros exemplares gravados com sinais **cuneiformes** que relatam esse período de grandeza.

A forma de dominação imposta pelo povo assírio provocou inúmeras revoltas nas comunidades conquistadas, desencadeando o enfraquecimento do império, que veio a ser destruído em 612 a.C., pela coligação medo-babilônico.

O Segundo Império Babilônico – Caldeus ou Neobabilônicos (612-539 a.C.)

Os caldeus, de origem semita, uma civilização que vivia ao sul da Mesopotâmia, e que havia partilhado com os **medos** dos despojos do Império Assírio, criam o Império dos Caldeus ou Neobabilônicos, tendo como representante Nabopolassar, rei da Babilônia, que destruiu a cidade de Nínive em 612 a.C.

Porém esse império teve duração efêmera. Seu apogeu ocorreu no reinado de **Nabucodonosor**, que estendeu seus domínios e conquistou o Reino de Judá, deportando os judeus à Babilônia — fato bíblico conhecido como "cativeiro babilônico" — e arrasou com o templo de Jerusalém. Construiu o gigantesco **Zigurate** (de 215 m de altura), que ficou conhecido como "Torre de Babel" e, edificou os **Jardins Suspensos**. Após sua morte, a Babilônia foi conquistada pelos persas, comandados pelo rei Ciro, que se tornou senhor da cidade em 538 a.C.



À esquerda: zigurate de Ur. À direita: reconstrução do zigurate de Marduk, templo cujos vestígios históricos não existem e onde, supostamente, teria se localizado a Torre de Babel.

A religião mesopotâmica

Os sumérios dedicavam-se aos deuses — que possuíam características **antropomórficas** — em templos, com oferendas, alimentos e sacrifícios. Os cultos ficavam ao cargo de sacerdotes, que se tornaram poderosos a ponto de interferirem na própria política. Estes povos, por estarem em constante contato com a natureza, precisavam de explicações para compreendê-la e para entenderem os fenômenos existentes no universo. Desta forma, criaram deuses que a representavam, entre eles podemos destacar **Shamash** (o "Sol'), **Ishtar** ("Vênus") e **Marduc** ("deus principal"). Esses deuses se confundiam com os astros do firmamento e com o próprio homem, que podiam alcançar a imortalidade.

No Império Babilônico, agrícola, acreditava-se no Deus da Fertilidade, **Tamuz**, que é muito semelhante ao mito egípcio de **Osíris**. Contava-se que, quando Tamuz pereceu e chegou ao reino subterrâneo, a vida na Terra se deteve, as plantas secaram e tudo morreu. "Aquele que fazia nascer os brotos sobre a terra já não vive. O rei da força terrestre já não existe."; assim chorava a deusa Ishtar pelo defunto, o seu esposo. Com grande esforço, Ishtar atravessou os sete pórticos do mundo subterrâneo e devolveu Tamuz à Terra, devolvendo assim, toda a natureza.

O Legado cultural da Mesopotâmia

A escrita **cuneiforme** ("forma de cunha"), criação dos sumérios, era gravada em tabletes de argila. Nessa escrita foram encontradas, além de referências da comunidade, lendas como o de "Gigalmesh", de gênero épico. Nas artes, a arquitetura predominou sobre a escultura e a pintura, e as maiores obras eram: os palácios, as residências dos reis e templos, como o Zigurate (edificação escalonada cujas dimensões decrescem da base para o topo); e os Jardins Suspensos da Babilônia, construídos no reinado de Nabucodonosor.

Outra obra importante deixada pelos mesopotâmicos foi o **Código de Hamurábi**, que continha 282 artigos e 3.600 linhas de texto, legislando sobre todas as atividades da comunidade.

O IMPÉRIO PERSA (539-331 A.C.)

Os **medos** haviam também estendido seu domínio no planalto iraniano, região habitada pelos persas. Essa situação perdurou até 550 a.C., quando Ciro, nobre da família Aquemênida, conseguiu destronar Astiges, rei dos medos, fundando o **Império Persa**.

Em 539 a.C., após a conquista da cidade de Babilônia, Ciro incorporou a Mesopotâmia, a Fenícia e a Palestina, permitindo que os hebreus voltassem ao seu território. Em seu reinado procurou instaurar uma certa unidade econômica no império e tratou os povos submetidos com benevolência, deixando-os com seus próprios costumes; foi visto, deste modo, como um libertador do jugo dos caldeus.

Cambises, filho e sucessor de Ciro, conquistou o Egito na Batalha de Pelusa (525 a.C.), sob domínio do faraó Psamético III, e morreu quando se preparava para voltar à Pérsia, a fim de sufocar uma revolta.

Em 522, Dario I, sucessor de Cambises, deu ao Império Persa uma sólida organização política-administrativa, levando o império ao seu apogeu. Seus domínios se estendiam desde a Trácia, na Europa, até a Ásia Central, e eram divididos em 20 províncias, conhecidas com **satrapias**, cuja administração civil e militar era confiada aos nobres escolhidos; não obstante, tais **sátrapas** eram vigiadas por funcionários reais (os "olhos e ouvidos do rei"), que fiscalizavam as províncias periodicamente. O soberano

envolveu-se em uma disputa pela hegemonia comercial no Mediterrâneo e, apoiado por seus aliados fenícios, deu início às **Guerras Médicas**, sendo derrotado pelos atenienses na Batalha de Maratona. Em 480 a.C., **Xerxes**, sucessor de Dario I, foi derrotado na 2 ª Guerra Médica, na Batalha de Salamina, quando os gregos impuseram a derrota definitiva com a Batalha de Plateia.

O imperador persa Xerxes. Sucessor de Dário, Xerxes quase conquistou toda a Grécia na época das Guerras Médicas.

Em 334 a.C., Alexandre Magno, à frente das tropas greco-macedônicas, invadiu a Ásia Menor e venceu os persas na Batalha de Grânico, iniciando a Campanha do Oriente que culminou, em 331 a.C., com a vitória sobre Dario III na Batalha de Gaugamela e a conquista definitiva do Império Persa.

A ECONOMIA E A SOCIEDADE PERSA

A sociedade persa era formada por castas, sendo rígida e hierarquizada; havia a família real, os sacerdotes, a aristocracia, os militares, os comerciantes, os artesãos, os camponeses e os escravos. Com o fortalecimento do sacerdócio, estes passam a representar uma força considerável, constituindo um estado dentro do Estado; possuíam uma legislação e hierarquia especiais e monopolizavam a cultura.

O ambiente econômico do Império Persa teve seu período de apogeu sob o reinado de Dario I, em virtude da introdução de um padrão monetário conhecido como **dárico**, cunhado em ouro ou prata, além da construção de estradas policiadas por tropas reais, que permitiu um maior tráfego de caravanas à Mesopotâmia, desenvolvendo dessa maneira, o comércio interno e a agricultura, incrementado-os de maneira espetacular. No livro *História da Civilização*, de Sérgio Buarque de Holanda, o famoso historiador Heródoto dá a voz:

"Não há ninguém no mundo capaz de percorrer um itinerário mais rapidamente do que estes mensageiros, graças ao hábil sistema persa. Diz-se que são tantos os homens e os cavalos, distribuídos ao longo do itinerário, quantos são os dias do percurso completo; um cavalo e um homem para cada dia de viagem; nada, nem neve, nem chuva, nem calor, nem escuridão impede-os de completar a toda velocidade o trajeto que lhes cabe percorrer. O primeiro cavaleiro entrega o correio ao segundo, este ao terceiro a assim sucessivamente, como na corrida com tochas que os gregos celebram em honra de Efesto."

Neste trecho, Heródoto analisa o mais rápido e organizado sistema de comunicações do Oriente Antigo: os correios reais do Império Persa, que facilitavam muito as comunicações entre as distantes satrapias, e dizia-se que na "na capital podia-se comer o peixe pescado no mar no mesmo dia".

A RELIGIÃO DUALISTA DOS PERSAS

O fundador da religião persa foi **Zoroastro** ou **Zaratustra**, que possivelmente teria vivido no Irã por volta do século VII a.C., e escreveu o chamado "Zend-Avesta", que eram os princípios gerais da religião persa. Esta crença, que influenciou preceitos da religião judaico-cristã, denominou-se **Mazdeísmo** ou **Zoroastrismo** (seu nome mais conhecido); baseou-se no **dualismo ético**, **cósmico** e **teogônico** (que trata sobre a origem dos deuses) que aludia a uma luta entre dois deuses opostos: do Bem (representado pelo Deus "Aura-Mazda") e do Mal ("Ahriman"). Ambos os deuses eram presentes e ativos em todas as partes do universo físico, inclusive no campo individual e social dos seres humanos.

HEBREUS

PALESTINA: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Essa região era uma estreita faixa de terra, formada pelo vale do Rio Jordão — que desliza ao Mar Morto —, as áridas terras da Judeia e a planície costeira do Mediterrâneo. O rio Jordão exerceu grande fascínio por fornecer água, vegetação e terras com condições para o plantio. A Palestina ocupava (e ainda ocupa) uma posição de importância estratégica, pois era local de passagem obrigatória entre a África e a Ásia, e entre o Egito e a Mesopotâmia.

HISTÓRIA POLÍTICA DOS HEBREUS

Às margens do Rio Jordão, estabeleceram-se os primeiros hebreus na Palestina, por volta de 2 mil a.C. Assim como os cananeus (primeiros habitantes), os hebreus eram de origem semita e desenvolviam uma atividade agro-pastoreira. Uma de suas peculiaridades era o monoteísmo, onde Javé (ou Jeová) seria o único deus. O Antigo Testamento da Bíblia fala da história dos hebreus, mas é preciso tentar encontrar as história política desse povo por trás dos relatos místicos e religiosos.

É importante notar que, assim como outros povos do Oriente, os hebreus conquistaram terras, foram escravizados, realizaram movimentos migratórios, fazendo com que se insiram na história como apenas mais um dentre os diversos orientais povos que construíram uma rica história na região por meio de suas atividades e dificuldades.

Extremas dificuldades econômicas fizeram com que os hebreus migrassem para o Egito. Posteriormente a serem admitidos no delta do rio Nilo pelo faraó, época em que os hicsos dominavam o Egito, acabaram sendo escravizados. Permaneceram no Egito até 1200 a.C., quando o líder **Moisés** os guiou de volta à Palestina, realizando o **Êxodo** (fuga). Teria sido ao longo dessa fuga que Javé ditara para Moisés os Dez Mandamentos. Outro líder, Josué, reconquistou a região que havia caído em poder de outros povos semitas nômades, como os moabitas, madianitas e amorreus.

Abandonando o regime de patriarcado, os hebreus resolveram formar as doze tribos governadas por juízes. A luta pela terra dita "prometida" foi dura e penosa, pois os povos atacados ofereceram tenaz resistência e a nação hebraica viu-se, muitas vezes, desunida. Com a invasão dos filisteus (povo indo-europeu), a situação se agravou. Finalmente, os hebreus se uniram para combatê-los, sob comando de **Saul**, o primeiro rei hebreu.

Seu sucessor, **Davi**, estabeleceu a capital em **Jerusalém**, mas o apogeu do Estado Hebreu ocorreu somente no reinado de **Salomão**, que governou de 966 até morrer no ano 933 a.C. Nesse período, o comércio gozou de um desenvolvimento invejável e mesmo o artesanato chegou a adquirir importância na economia hebraica. O rei determinou a construção do Templo de Jerusalém, onde mandou depositar a **Arca da Aliança**, símbolo da união entre seu Deus e o seu povo. Com a morte de Salomão, aconteceu uma divisão (cisma) entre as tribos. As dez tribos do norte fundaram o Reino de Israel, com capital em Samaria, enquanto as duas do sul criaram o Reino de Judá, com sede em Jerusalém.

A partir dessa separação e consequente enfraquecimento, o Reino de Israel foi conquistado pelas tropas assírias do rei Tiglatfalasar III, e anexado em 722 a.C., pelos Assírios de Sargão II. O Reino de Judá sobreviveu, mantendo uma política de neutralidade em relação aos poderosos vizinhos. Entretanto, após a queda do Império Assírio, o Egito e a Babilônia passaram a disputar os territórios que estiveram sob domínio dos assírios. Após uma breve influência egípcia, o rei Nabucodonosor conquistou Jerusalém. Milhares de hebreus foram deportados para Babilônia, formando o Cativeiro Babilônico, até a chegada de Ciro, que libertou os hebreus às suas terras, mas dominou a sociedade hebraica. Mais tarde houve o domínio de Alexandre Magno sobre a Palestina e depois o governo dos Ptolomeus egípcios, até a conquista dos romanos, com a figura do general Pompeu, desencadeando a chamada Diáspora, em 135 a.C.

A RELIGIÃO HEBRAICA

Os hebreus elaboraram o **judaísmo**, uma das primeiras religiões monoteístas da Antiguidade (a primeira foi o zoroatrismo), baseada, portanto, na ideia da existência de um único deus. Os hebreus se tornaram o único povo monoteísta da história do Oriente Antigo. A crença judaica baseava-se no culto de **Javé** (Jeová), deus invisível e incorpóreo, cuja imagem não deveria ser reproduzida em pinturas ou estátuas. Através de histórias, as origens do monoteísmo judaico remontam à **Aliança**, pacto firmado entre Javé e Moisés no monte Sinai, que fez dos hebreus o "povo eleito". A comunidade escolhida não podia adorar a outros deuses e deveria respeitar os **Dez Mandamentos**, as ordens sagradas, gravadas na **Tábua da Lei**.

Nos séculos VIII e VII a.C., após um período de crise religiosa, o Judaísmo passou por uma profunda reforma, realizada pelos profetas Amós, Oseias, Isaías e Miqueias. Posteriormente, no domínio romano, a religião dividiu-se em três seitas: os Fariseus, que amparados nas camadas

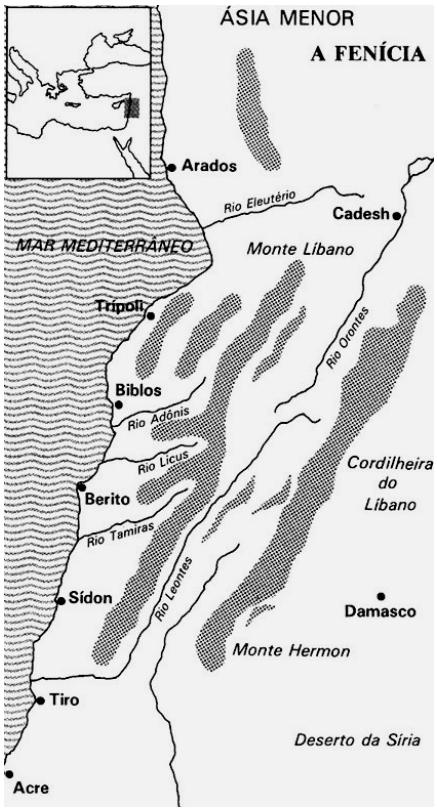
médias da sociedade judaica, acreditavam na ressurreição e na vinda do Messias; os Saduceus, que se apoiavam na casta sacerdotal e negavam o domínio romano e a ressurreição do Messias; e os Essênios, que contavam com o apoio popular e representavam uma tendência mística e ascética que se opunha ao luxo e à riqueza dos setores que pactuavam com a ordem romana.

A CULTURA HEBRAICA

Os hebreus não se destacaram pela habilidade científica ou por talentos artísticos, e sim por suas realizações no Direito e na Literatura. O **Código Deuteronômico** prescrevia a libertação dos escravos a cada seis anos, a remissão das dívidas a cada sete, a eleição dos juízes e magistrados pelo povo, a proibição da cobrança de juros por empréstimos de dinheiro realizados entre os cidadãos judeus. A literatura dos hebreus abrange parte da Bíblia e é conhecida como **Torá** (palavra hebraica que pode designar "Lei", "ensinamento" ou "instrução"), que posteriormente veio a se tornar o **Antigo Testamento**.

FENÍCIOS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



A Fenícia limitava-se ao norte com a Ásia Menor, ao sul com a Palestina, a leste com a cordilheira do Líbano e a oeste com o mar Mediterrâneo. Suas terras eram escassas e o solo árido, o que dificultava o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio. Por outro lado, as florestas de cedro do interior e os portos do litoral propiciaram a construção de navios e o consequente desenvolvimento da navegação.

CIDADES-ESTADOS DA FENÍCIA

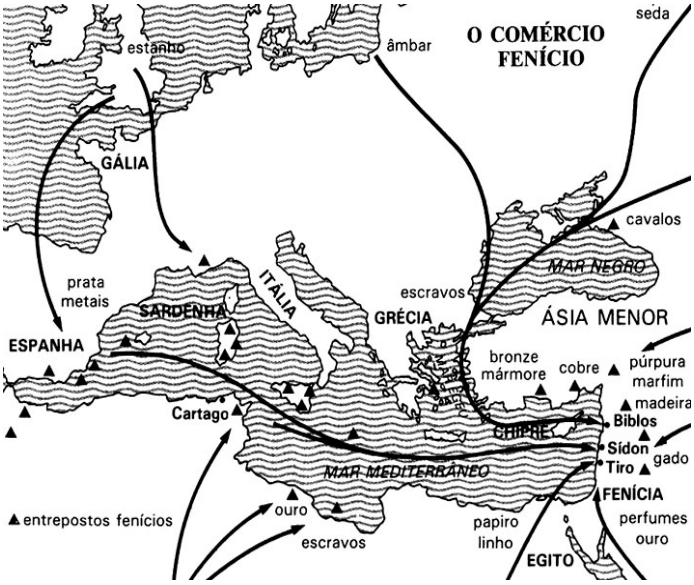
Os fenícios não chegaram a fundar um reino unificado sob as ordens de um único governante, como aconteceram com as demais cidades do Oriente. Eles se organizaram em cidades-estados independentes umas das outras, cada uma com seu governo autônomo e soberano. A cidade de Biblos alcançou prestígio por volta de 2500 a.C., expandindo seu comércio e poderio por uma grande área do Mediterrâneo. Sidon teve o seu período por volta de 1400 a.C., mantendo durante séculos sua supremacia sobre todo o comércio realizado no mar. Finalmente coube a Tiro alcançar a hegemonia marítima, tendo acesso às rotas mais longínquas.

Mais tarde, os fenícios entraram em decadência, caindo sob domínio dos assírios, babilônios e persas. A colônia fenícia de Cartago, importante entreposto comercial, no norte da África, subsistiu até o século II a.C., quando foi destruída pelos romanos durante as Guerras Púnicas.

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS FENÍCIOS

Em virtude de um ambiente geográfico de terras pouco férteis, impróprias à agricultura, optaram por se lançarem ao mar Mediterrâneo, aberto às diversas formas de comércio com o mundo e, também, pela sua proximidade com o Egito, com sua grande produção de cereais e uma abundância de madeira de cedro, fizeram dos fenícios hábeis navegadores, que percorreram diversas rotas marítimas, como a rota do Gibraltar onde alcançaram as ilhas Britânicas. Desenvolveram, de modo extraordinário, o artesanato comercial, produzindo em série objetos facilmente negociáveis no mundo antigo: armas, vasos, adornos de bronze e cobre, tecidos e até mesmo, objetos de vidro. O comércio de escravos propiciava muito lucro; muitos, porém, eram trazidos para Fenícia com o fim de trabalharem nas oficinas de artesanato. Através desses comércios e por obra de uma grande densidade populacional, fundaram colônias no Mediterrâneo, que tinham por função serviços de entrepostos comerciais e de abastecimento.

Os fenícios exerciam a **talassocracia**, ou seja, detinham a hegemonia comercial do Mediterrâneo. Além disso, foram sérios concorrentes dos gregos, etruscos e romanos. A grande massa da população era constituída de marinheiros e artesãos pobres, a classe de mercadores detinha não só o poder político das cidades-estado, mas também a riqueza e o controle das atividades comerciais.



O ALFABETO E O COMÉRCIO MARÍTIMO

Além das técnicas de navegação e dos conhecimentos geográficos, provenientes da exploração das rotas marítimas, os fenícios trouxeram um fator de inegável valor ao progresso da humanidade. A partir dos ideogramas egípcios, desenvolveram um alfabeto fonético de 22 letras, que mais tarde foi adaptado pelos gregos e romanos. Heródoto, no livro *História da Civilização*, de Sergio Buarque de Holanda, afirma que:

"Após chegarem, [os fenícios] descarregam as mercadorias, dispondo-as em ordem na praia, depois voltam às suas embarcações e fazem sinais de fumaça. Os nativos vêem a fumaça, e aproximando-se do mar, colocam ao lado das mercadorias o ouro que oferecem em troca, retirando-se a seguir. Os fenícios retornam e examinam o que os nativos deixaram. Se julgarem que a quantidade de ouro corresponde ao valor das mercadorias, tomam-no e partem, do contrário regressam aos navios e aguardam. Aqueles, voltando, vão acrescentando ouro até eles julgarem satisfeito. Nenhuma das parte se prejudica, uns não tocando o ouro antes que a quantidade deixada lhes corresponder às mercadorias, os outros não tocando as mercadorias antes de os fenícios levarem o ouro."

FILMOGRAFIA

Os Dez Mandamentos - Retrato bíblico da vida de Moisés, levando os hebreus, do Egito, para a Terra Prometida de Canaã.

Siddhartha - A vida de Buda, no século VI a.C., bela reconstituição da vida do grande líder espiritual.

EXERCÍCIOS

1 (FAAP)- A Astronomia e a Matemática foram os primeiros ramos da ciência que ocuparam a atenção dos egípcios. Ambas se desenvolveram com fins práticos. Cite dois resultados para os quais essas ciências deram contribuição.

2 (PUC)- A atuação do Estado na vida econômica dos povos da Antiguidade Oriental, principalmente em relação à agricultura, foi bastante acentuada, sendo justificada por eles como:
a) forma de garantir a produção de gêneros de primeira necessidade sem excedentes lucrativos;
b) necessária para assegurar as provisões ao consumo do exército;
c) decorrente da necessidade de controlar a produção em tempo de guerra;
d) única maneira de garantir a distribuição equitativa da riqueza entre os súditos;
e) responsabilidade atribuída aos governantes para zelarem pelo bem comum.

3 (FUND.CARLOS CHAGAS) – No novo Império Egípcio (1580-525 a.C.), a revolução promovida por Amenófis IV (Akhnaton) teve significado porque estabeleceu a:
a) expulsão dos hicsos, povo semita que dominava o Egito desde a Antigo Império;
b) unificação das diferentes províncias – nomos – evitando assim a fragmentação do Estado;
c) realização de modificações na estrutura social do Egito, para eliminar as oligarquias agrárias;
d) promoção de ampla reforma agrária, de modo a atenuar a miséria dos camponeses;
e) introdução de uma religião monoteísta, a fim de limitar a influência política dos sacerdotes.

4 (Mackenzie-SP) No Egito Antigo, as várias formas de organização política tinham como característica predominante:
a) a organização teocrática de poder e os constantes conflitos entre o poder central e os poderes locais;
b) a ausência de ligação entre religião e política e o desprestígio social dos sacerdotes;
c) o expansionismo e a política imperialista responsável pelo aumento da escravidão;
d) a preocupação com a igualdade social do povo, através da posse coletiva da terra;
e) a grande mobilidade social e um poder central acentuadamente fraco.

5 (PUC) As manifestações religiosas da cultura egípcia se caracterizaram por uma estreita relação com a natureza, por isso:
a) os deuses assumiam formas de animais ou forças da natureza;
b) os templos obedeciam às linhas ditadas pelas formas naturais, impedindo a criatividade dos artistas;
c) todos os mortos eram colocados em sarcófagos e guardados nas pirâmides, como proteção à ira divina da natureza;
d) as esculturas humanas não possuíam feições definidas, pelo temor de ofender aos deuses da natureza;
e) n.d.a.

6 (PUC) Na História Antiga, os sumérios são necessariamente lembrados quando se estuda:
a) a evolução econômica da civilização fenícia;
b) a base religiosa das civilizações iranianas;
c) o caráter religioso da astronomia caldaica;
d) base cultural da civilização mesopotâmica;
e) n.d.a.

7. (FUVEST) A escrita cuneiforme dos mesopotâmicos, utilizada principalmente nos documentos religiosos e civis, era:
a) semelhante à escrita dos egípcios no seu desenho;
b) composta exclusivamente de sinais lineares e traços verticais;
c) baseada em agrupamentos de letras formando sílabas;
d) uma tentativa de representar os fonemas, através de sinais;

8. Assinale a alternativa incorreta:
a) Os sumérios viviam em cidades-estados governadas por um patesi ou lugal.
b) O Código de Hamurábi foi o primeiro código escrito que se conhece na história das civilizações do Oriente Antigo.
c) O militarismo e o expansionismo foram as principais características da história dos assírios.
d) O Cativeiro Babilônico e os Jardins Suspensos da Babilônia estão ligados ao nome de Sargão I, rei de Acad.
e) A "Epopeia de Gigalmesh" foi uma obra literária da Mesopotâmia.

9. Na região onde atualmente se encontra o Líbano, instalou-se, no III milênio a.C. um povo semita, que passou a ocupar a estreita faixa de terra, com cerca de 200 quilômetros de comprimento, apertada entre o mar e as montanhas. Várias razões os levaram ao comércio marítimo, merecendo destaque sua proximidade geográfica com o Egito; a costa, que oferecia lugares para bons portos; e os cedros, principal riqueza, usados na construção de navios. O contido nesse parágrafo refere-se ao povo

a) fenício. b) hebreu. c) sumério. d) hitita. e) assírio.

10. (MAUÁ-LINS) Qual foi a contribuição da civilização fenícia para a cultura e tecnologia das civilizações orientais?

11. (OSEC) Os fenícios dedicavam-se primordialmente ao comércio marítimo porque:
a) era grande seu excedente agrícola;
b) sua organização militar lhes garantia o domínio dos mares;
c) sua localização geográfica os induzia a isso;
d) sua organização política era fortemente centralizada;
e) sua atividade militar lhes proporcionava numerosos escravos para atuar nas galeras como remadores.

12. Quanto aos fenícios, pode-se afirmar que:
a) caracterizaram-se pelo militarismo e expansionismo;
b) constituíram a única civilização monoteísta do Oriente Antigo;
c) possuíam unidade política e um Estado centralizado;
d) organizavam-se em cidades-estados autônomas;
e) sua economia era basicamente agrícola e pastoril.

13. As principais cidades dos fenícios foram:
a) Ur, Uruk e Nipur. b) Babilônia, Lagash e Eridu.
c) Biblos, Sídon e Tiro. d) Atenas, Esparta e Mégara.
e) n .d.a.

14. O período dos Patriarcas caracterizou-se:
a) pela reconquista da Palestina
b) pelo Cativeiro Babilônico e a Diáspora.
c) pela inexistência de um Estado centralizado.
d) pela construção do Templo de Jerusalém.
e) pelo desenvolvimento de relações comerciais com a Fenícia.

15. Assinale, de acordo com o código:
I - O Cisma foi a divisão da monarquia israelita em dois reinos: Israel e Judá.
II - O apogeu da monarquia israelita ocorreu durante o reinado de Salomão.
III - O período dos juízes representa uma transição da descentralização para a centralização política.
a) somente a I está correta; b) I e II estão corretas;
c) todas estão corretas; d) I e III estão corretas;
e) n.d.a.

16 (UNIUBE-MG) Os fenícios na Antiguidade, foram conhecidos sobretudo por suas atividades ligadas:
a) à propagação do monoteísmo.
b) ao comércio marítimo.
c) ao expansionismo militarista.
d) à criatividade científica.
e) à agricultura intensiva.

17 (UEL-PR) A Páscoa, na cultura do povo hebreu está relacionada com:
a) a conquista de Canaã a terra prometida após o Cativeiro dos hebreus na Babilônia.
b) a unificação do Reino de Israel após o conturbado período gerado pelo Cisma das 12 tribos hebraicas.
c) o Êxodo inicialmente liderado por Moisés após a permanência de mais de 400 anos dos hebreus no Egito.
d) a sucessão de Davi, como rei dos hebreus após a conquista de Jerusalém na luta contra os cananeus.
e) a resistência oposta pelos judeus após a anexação da Judeia por Roma.

18 (FAUS-SP) O Cisma hebraico ocorrido por volta de 935 a.C foi:
a) a dispersão dos hebreus.
b) a divisão dos judeus em dois reinos.
c) o Cativeiro da Babilônia.
d) a Diáspora.
e) a derrota diante dos romanos.

19 (USF) – Egito, Mesopotâmia, Pérsia e diversos povos da Antiguidade Oriental e de contato tardio com os europeus foram marcados por governos centralizadores, dependentes da agricultura, rios, lagos e capazes de arregimentar populações para grandes realizações. Tais governos podem ser identificados e chamados de:
a) Estados descentralizados
b) monarquias absolutas
c) realezas constitucionais
d) repúblicas parlamentares
e) impérios teocráticos de regadio.

20 (PUC) – Sobre a história política da civilização hebraica é possível afirmar:
I - O sucessor de Davi foi seu filho Salomão, em cujo governo foi construído o primeiro Templo de Jerusalém.
II – Após a morte de Salomão, ocorreu o cisma ou divisão: dez tribos do norte, em região mais urbanizada e comercialmente desenvolvida, formaram o Reino de Israel.
III – As duas tribos do sul, dedicadas ao pastoreio e à agricultura, organizaram o Reino de Judá.
IV - As tribos do norte sofreram a conquista de Nabucodonosor, monarca do segundo Império Babilônico.
a) Estão corretas somente as opções I e IV.
b) Estão corretas somente as opções I e III.
c) Estão corretas somente as opções II e III.
d) Estão corretas as opções I, II e III.
e) Todas estão corretas.

21 (UMC·SP) O mais antigo código de leis escrito, cuja característica é a "pena de talião", isto é, "olho por olho, dente por dente", é chamado:
a) Código do Deuteronômio.
b) Código de Hamurabi.
c) Código Sumério.
d) Leis Draconianas.
e) Lei das Doze Tábuas.

22 (UMC·SP) Dentre as importantes contribuições deixadas pelos fenícios, para a civilização ocidental, destacamos:
a) o desenvolvimento do alfabeto fonético e técnicas de navegação.
b) a construção de gigantescas obras hidráulicas para a prática da agricultura.
c) a criação de um governo democrático.
d) a prática do monoteísmo e ideais filosóficos.
e) a criação do primeiro sistema jurídico.

3. ANTIGUIDADE CLÁSSICA GREGA

GRÉCIA

GEOGRAFIA DA GRÉCIA

A Grécia é um país da Europa, ao sul da península Balcânica, na bacia oriental do mar Mediterrâneo. O seu território é cortado ao meio pelo estreito de Corinto, que separa a Grécia continental, ao norte, da península do Peloponeso, ao sul. As duas **regiões são bastante montanhosas**, sendo que a vida foi determinada por duas regiões muito distintas: a primeira, caracterizada por vales e montanhas; a segunda, pela orla marítima. O clima é muito seco, com chuvas raras, tendo poucas áreas férteis; a agricultura, praticada nos vales e nas encostas das montanhas, era representada pelo cultivo do trigo, cevada, principalmente, de vinhas e oliveiras. Desta forma, a pecuária teve papel importante na economia.

As montanhas dificultaram muito as comunicações terrestres entre as planícies e os pequenos vales férteis, ocasionando a **fragmentação do território** em numerosas comunidades, independentes entre si. O problema de uma inviável comunicação interna impediu a expansão da unidade política e econômica entre os gregos, acarretando na formação das cidades-estados. Além desse problema, a existência de um litoral bastante recortado e com numerosas ilhas do mar Egeu — próximas umas as outras — , orientaram a vocação marítima dos gregos, facilitando o contato com os povos do mundo exterior, propiciando um maior conhecimento territorial, favorável às novas conquistas e a novos conhecimentos culturais, em virtude do contato com as novas comunidades.

CRONOLOGIA

A história da Grécia está dividida em períodos classificados como:

- **Pré-Homérico**: séculos XX a XII a.C – Período da civilização micênica, que se caracterizou pelas invasões Indo-Europeias, dando origem ao homem grego.
- **Homérico**: séculos XII a VIII a.C. – Período das invasões Dóricas, caracterizado pelas comunidades familiares ("genos"). Formação e desintegração das comunidades gentílicas, formação das classes sociais e surgimento da Pólis (cidade-estado).
- **Arcaico**: séculos VIII a VI a.C. – Período de desenvolvimento político e econômico das Póleis.
- **Clássico**: séculos V a IV a.C. – Período de apogeu da civilização grega, caracterizado pela democracia ateniense. Foi também a época das grandes guerras.
- **Helenístico**: séculos VI a II a.C. – Fase final do mundo grego, representado pelas conquistas do Império Macedônico e a consequente fusão da cultura grega e oriental.

Devemos estar atentos ao estudar esses períodos históricos, observando as transformações ocorridas entre eles, percebendo que os fatos estarão sempre relacionados uns com os outros. Cada um deles tem suas próprias características, as quais procuraremos demarcar a seguir.

Deve-se ter em vista também que é com o desenvolvimento da civilização grega que ganha corpo o **Modo de Produção Escravista**, ou seja, onde todas as formas e relações de produção, toda a economia, as relações sociais, a cultura, enfim, são determinadas pelo **trabalho escravo**. Em breve esse sistema também se desenvolverá na civilização romana.

Em todo caso, não quer dizer que existia apenas o trabalho escravo na Grécia (ou em Roma). O fato é que essa forma de trabalho foi organizada sistematicamente, determinando todas as relações na sociedade, além de ser predominantes perante outras formas de trabalho. Logo, são desses fatores que se origina o Modo de Produção Escravista.

PERÍODO PRÉ-HOMÉRICO (2000 – 1200 A.C.)

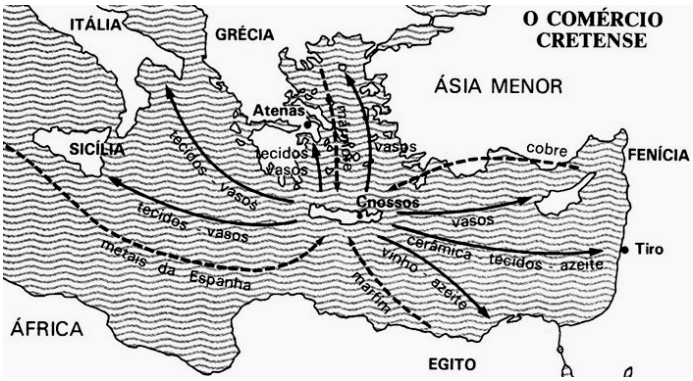
No segundo milênio antes de Cristo, a Grécia foi ocupada por tribos nômades, vindas das planícies da Europa Oriental; eram povos arianos ou indo-europeus (**aqueus**, **jônios**, **eólios** e **dórios**), que atravessaram em sucessivas ondas migratórias a península Balcânica, ocupando definitivamente todo continente e depois as ilhas do mar Egeu. Os primeiros Indo-europeus que chegaram na Grécia acreditavam serem descendentes de Heleno, filho de Deucalião e Pirro, por esse motivo denominavam-se como helenos e, **Hélade**, a Grécia antiga.

Os **aqueus**, que chegaram à Ática e ao Peloponeso por volta de 2.500 a.C., eram pastores de ovelhas e guerreiros. Encontraram, assim que chegaram na Grécia, comunidades remanescentes do período neolítico, com uma cultura ainda muito rudimentar: os **pelasgos**, ou **pelágios**, que foram, por conseguinte, conquistados e assimilados. Os aqueus fundaram cidades de grande importância, destacando Tirinto e Micenas, na península do Peloponeso. Esta última

merece destaque: era o mais importante centro dessa civilização no vale do Peloponeso e muito mais avançada do que qualquer cidade até então existente na Grécia, com exceção da ilha de Creta.

CRETA

Creta é uma ilha no Mar Egeu que iniciou seu desenvolvimento urbano por volta de 2000 a.C., nas proximidades da península do Peloponeso, e local onde começaram a construir seus grandes palácios, conhecidos como grandes monumentos da chamada **Civilização Minóica**. Na ilha de Creta as cidades dependiam de Cnossos, a principal cidade onde se localizava o lendário rei Minos que, segundo a mitologia, casou-se com Pasífae, filha do Deus Sol, gerando uma criança monstruosa, o Minotauro. Este monstro, que habitava o centro de um labirinto e devorava seres humanos oferecidos em sacrifício, foi morto pelo herói grego Teseu.



A civilização cretense exerceu hegemonia cultural e política sobre todo mar Egeu, tendo para si a supremacia do comércio marítimo, ou **talassocracia** (domínio de uma potência marítima). A superioridade política e econômica fez com que o povo influenciasse culturalmente os aqueus. Dessa convivência entre micênicos e minóicos, surge a **Civilização Creto-Micênica**. A partir da nova relação estabelecida, os aqueus se desenvolveram de tal modo que passaram a ser os grandes construtores de palácios e monumentos, gigantescos, onde gerações pós-micênicas as chamavam de "construções ciclópticas".

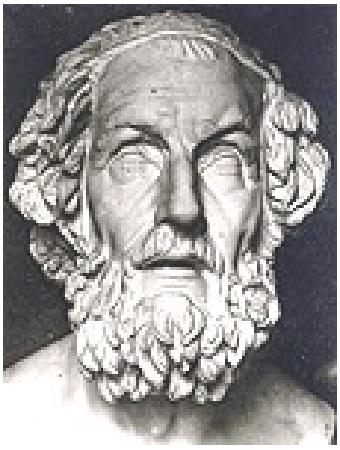
Por volta de 1700 a.C., com a chegada dos **eólios** e **jônios**, aumenta a população micênica, e inicia-se a expansão marítima, durante a qual os micênicos entraram em choque com a supremacia marítima de Creta, destruindo a cidade de Cnossos. A ampliação micênica continuou pelo mar Egeu na direção do mar Negro, e Tróia foi destruída, como conta o lendário **Homero** no livro a ele atribuído, ***A Ilíada***. Os cinco anos que se seguiram da conquista de Creta e Tróia, assinalam o apogeu da civilização; até que, em 1200 a.C., esta foi, por sua vez, destruída pelas invasões dos **dórios**, povos arianos, com nível cultural muito inferior aos povos do Peloponeso e Ática. Os dórios arrasaram Micenas e provocaram a primeira **Diáspora** ("dispersão") grega em direção à Ásia Menor, dando início a uma nova fase da História Grega, o Período Homérico.

PERÍODO HOMÉRICO (1200 – 800 A.C.)

O surgimento da propriedade privada e das classes sociais

Esta fase da história grega está ligada à chegada dos povos indo-europeus, os dórios, na península do Peloponeso, que destruíram a civilização micênica e provocaram a primeira Diáspora Grega. Os poemas épicos ***A Ilíada*** e ***A Odisseia***, conferidos a Homero, narram, respectivamente, a guerra realizada pelos gregos contra Tróia ("Ílion") e a viagem de volta da personagem Ulisses ("Odisseu") à sua terra natal, a ilha de Ítaca. Ambos os poemas revelam aspectos fundamentais da vida na Grécia micênica e pós-micênica, cuja organização se baseava nas comunidades gentílicas: sociedades primitivas sem propriedade privada, Estado, moeda única e divisão de classe sociais.

Os grupos familiares ou **genos** constituíam a primitiva unidade econômica, social, política e religiosa dos gregos. Toda a família vivia sob autoridade do **pater-familias** (patriarca), sucedido pelo seu primogênito, e assim sucessivamente. O genos eram um grupo familiar consanguíneo e a solidariedade entre eles era muito grande, vemos isso pelos casamentos, que eram feitos dentro do próprio grupo, ocasionando um número de pessoas muito grande dentro das comunidades.



Em estilo helenístico, busto de uma das representações de Homero, poeta grego de existência imprecisa, autor de *A Ilíada* e *A Odisseia*.

Os bens de produção (terras, instrumentos, alimentos) e o trabalho eram coletivos, não havendo inicialmente a divisão do trabalho ou mesmo a divisão de classes sociais; eram todos pertencentes de iguais direitos na mesma comunidade. A única diferença existente no grupo era relacionada com a figura dos parentes do Pater-Familias. O poder político deste advinha de ser o organizador do culto dos antepassados (antigos "**paters**"), realizado todos os dias. Além disso, era o responsável pela distribuição da "justiça costumeira" (leis orais) e comandava o exército de **Genos**.

Em fins do período Homérico, essas comunidades começaram a se transformar. As famílias cresciam e a produção agrícola não acompanhava o mesmo ritmo. Faltavam terras férteis e técnicas de produção adequada. Em vista desses acontecimentos, houve a **desintegração das**

comunidades gentílicas: seus membros resolveram partilhar as terras coletivas. Os paters favoreceram seus parentes mais próximos, que passaram a ser chamados de **Eupátridas** ("bem-nascidos"), permitindo-lhes ficarem com as melhores terras. Os parentes mais afastados, os **Georgoi** ("agricultores"), ficaram com as menos férteis. Muitos ficaram sem terras, o que lhes valeu o nome de **Thetas** ("marginais"). Assim, as terras antes coletivas, foram divididas entre as comunidades de formas díspares, surgindo à propriedade privada e a desigualdade social. Forma-se, a partir de então, uma poderosa classe social, a aristocracia rural, que inicialmente dominaria toda política e os costumes.

A acrópole ateniense destacou-se pela construção do Partenon, templo em honra à deusa Atena, erguido em mármores raros e ornado com esculturas de Fídias por ordem de Péricles e com recursos originalmente destinados a patrocinar a guerra contra os Persas.

Esses aristocratas se agrupavam em **Fratrias**, que por sua vez formava uma **Tribo**. A reunião de várias tribos deu origem a pequenos Estados locais, as **Póleis** (cidades-estados). Por volta dessa época, surgiram na Grécia cerca de 160 cidades independentes umas das outras. Cada uma delas se caracterizava por um templo construído em sua parte mais alta: a **Acrópole**.

A PÓLIS GREGA

A formação das cidades-estados se dá no final do período Homérico, **momento da desagregação da comunidade gentílica e formação das novas classes sociais**. A Pólis, palavra originária do termo "política", era uma comunidade, mas não incluía todos seus habitantes da cidade e suas cercanias; para ela eram cidadãos somente os pertencentes a classe rica e aristocrática. **Escravos**, **Metecos** (estrangeiros artesãos e comerciantes) e **mulheres** não eram considerados cidadãos.

A formação física da Pólis grega, em geral, surgia em torno de uma cidadela fortificada, construída sobre um rochedo elevado ("acrópole"), uma praça ("ágora"), um mercado ("asty") e a zona rural. Possuía um governo autônomo e auto-suficiente em relação às outras cidades-estados.

Havia ao todo cerca de 160 cidades-estados na Grécia, todas elas soberanas, mas as que tiveram maior destaque foram Atenas e Esparta. A opulência dessas resultou de vários fatores: relevo montanhoso; litoral recortado e com numerosas ilhas existentes no mar Egeu; e ausência de uma economia interna sólida, que poderia acarretar no aglutinamento dos gregos em Estado-Nação. Por causa do desenvolvimento de novas cidades e do aumento das populações e, consequentemente, da necessidade pela busca de novas oportunidades e desenvolvimento da navegação, os gregos passaram por um processo de dispersão, que os levaram a fundar numerosas colônias no litoral dos mares Mediterrâneo e Negro. Essas colônias vieram a se tornar outras tantas cidades-estados, de forma que não se estabeleceu uma unidade política entre elas.

PERÍODO ARCAICO (800 – 500 A.C.)

O processo de emigração do século VIII a.C., conhecido como **Segunda Diáspora Grega,** marcou o encerramento do período Homérico. Limitado, até então, à Grécia, às ilhas do mar Egeu e ao litoral da Ásia Menor, o mundo grego no período Arcaico acendeu para o Oriente e Ocidente. Numerosas colônias surgiram nos mares Mediterrâneo e Negro onde os gregos fundaram: Bizâncio, no estreito de Bósforo, e Odessa; ao sul da Itália e na ilha de Sicília, denominados **Magna Grécia**, surgiram Siracusa, Tarento, Nápoles, Síbaris e Crotona; ao sul da França, Nice, Mônaco e Marselha; ao norte da África, Cirene (na Líbia), e Náucratis (no Egito); na ilha de Chipre, Nicósia. Nestas colônias, cuja economia foi inicialmente agrária, desenvolveu-se depois com a Grécia um amplo comércio marítimo.

A emigração e as novas relações entre a metrópole e suas colônias ocasionaram, na Grécia, grandes transformações. Desenvolveram-se a indústria e construção naval, o comércio marítimo assumiu dimensões internacionais. Como consequência, surgiu na sociedade grega uma rica classe média de artesãos, armadores e comerciantes. Por outro lado, a concorrência dos produtos importados arruinou os pequenos agricultores e concentrou a propriedade rural, exclusivamente, nas mãos da aristocracia. Generalizaram-se as hipotecas sobre a terra, a escravidão por dívidas e o desemprego, acarretando nas cidades-estados uma grave crise social e política, que desencadeou a luta de classes entre a população sem de direitos políticos e econômicos e a aristocracia, detentora de todos direitos na cidade. Nesse processo aparecem as figuras dos **Legisladores** e **Tiranos**, no qual, governadores conduziram uma política oligárquica e, em alguns caso, democrática. Isso posto, cabe entender como as duas principais póleis, Esparta e Atenas, organizavam-se.

ESPARTA

Esparta situava-se na região da Lacônia, que ocupava a parte sudeste da península do Peloponeso, ao extremo sul da Grécia, sendo uma das primeiras cidades-estados. Fundada pelos dórios, por volta de século XII a.C., após a submissão dos aqueus, que se tornaram escravos de guerra. Foi com o aumento do número de escravos que Esparta se transformou no século VII a.C. As terras centrais ou terras cívicas (as mais férteis da planície pertencentes à cidade-estado espartana) foram divididas em lotes correspondentes ao número de cidadãos: cerca de 8.000 escravos foram distribuídos à razão de seis por lote, num total de aproximados 48 mil. Tanto o lote quanto os escravos eram de propriedade estatal, cedidos aos dórios por tradição vitalícia. Assim, cada espartano recebia dos escravos o necessário para seu sustento, podendo se dedicar apenas à sua preparação militar. Nas terras periféricas à Esparta ficavam os povos que não haviam oposto resistência aos colonizadores, quando estes ocuparam a Lacônia no século XII a.C., constituída por aqueus; recebiam pequenos pedaços de terras, consideradas como propriedade privada, que podiam vender ou trocar, exclusivamente, com dórios, e dessa maneira, restringiam a economia ao mercado interno.

Em decorrência dessas alterações, a sociedade espartana organizou-se em três rígidas camadas sociais. Os **Esparciatas** (ou Espartanos), que compunham o estamento social dominante, eram os únicos a possuir direitos políticos, isto é, por suas posições, eram considerados "cidadãos", cujas exigências para tornar-se um era terem nascido de pais espartanos e terem recebido a educação militarizada. Os **Periecos** eram homens livres, mas não cidadãos; possuíam as terras menos férteis, nas quais se dedicavam nos trabalhos da agricultura, pastoreio, artesanato e comércio, sobre os quais pagavam impostos à Esparta. Os **Hilotas** eram servos de propriedade do Estado, cujo trabalho era explorado pelos espartanos. Habitavam a periferia de Esparta, vivendo em extrema miséria, e eram caçados como animais; não eram protegidos pela lei e sequer gozavam de condições sociais de existência digna.

Em relação à organização política, houve grandes transformações após a conquista de planície de Messênia no século VII a.C., por causa das mudanças socioeconômicas. A constituição e a organização políticas eram praticamente imutáveis, pois eram atribuídas à lendária figura de **Licurgo**, a personagem histórica que, por caráter divino, imprimia a divinização à normas por ele criadas.

Esparta adotou a **Oligarquia** (governo pertencente a poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família) como forma de Governo. A antiga **Gerúsia** passou a monopolizar o poder e, neste momento, compunha-se de 28 gerontes (cidadãos com mais de 60 anos), com poderes vitalícios. O poder executivo passou a ser exercido pelos Éforos, cinco magistrados escolhidos pelos gerontes e aprovados pela Assembleia, com mandato de um ano, que tinham as funções de vigiar os reis, cuidar da educação das crianças e fiscalizar a vida pública dos cidadãos. A antiga **Ápela** ("assembleia dos cidadãos") aprovava as leis apenas por aclamação, correspondendo, neste contexto, a um órgão formal de decisões políticas, de caráter meramente consultivo. A **Diarquia** continuou a existir, mas seus poderes políticos foram esvaziados, restando-lhes o exercício do poder sacerdotal e as atribuições militares.

Licurgo, o legislador de Esparta, em quadro de Merry-Joseph Blondel (1781-1853). Durante a sua legislação, Esparta foi dividida entre o monopólio político dos cidadão guerreiros (esparciatas) e a exclusão das outras camadas sociais.

O caráter conservador de Esparta resultou da preocupação da minoria esparciata em manter a maioria hilota subordinada. Daí o **militarismo** do estamento dominante. A educação das crianças era entregue ao Estado, onde este tinha o objetivo de formar exímios guerreiros para o combate contra toda a ameaça aos esparciatas. Dessa forma, da infância até o início da idade adulta, o espartano se tornava o cidadão-militar, fazendo de Esparta uma das póleis com o exército mais forte. Além disso, a pólis espartana também era marcada a **xenofobia** (aversão aos estrangeiros) e o **laconismo** (forma de expressão onde tudo é falado de maneira sintética), que sufocavam e restringiam o espírito crítico.

ATENAS

Atenas localizava-se na Península da Ática — península pouco fértil —, o que restringia parte da agricultura aos vales e encostas mais favoráveis. Sua proximidade ao Porto

de Pireu, impulsionou o seu comércio marítimo e, a seguir, incentivou a intensa produção de cerâmica e a agricultura de exportação (vinho e azeite). Graças a esses fatores, a economia ateniense estabeleceu uma relação dinâmica com o mercado externo, e a cidade tornou-se o centro mercantil do mar Egeu. No período da Diáspora grega, muitas pessoas das camadas pobres da cidade se fixaram nas novas terras conquistadas além-mar, as colônias. Como resultado da escassez de mão-de-obra, devido ao grande fluxo de gregos que partiam ao exterior, tanto para o trabalho na lavoura como para a indústria da cerâmica e de construção naval, fez com que Atenas e as outras cidades-estados adotassem o trabalho escravo como praxe. Assim, a Grécia veio a se tornar a primeira civilização da Antiguidade que **institucionalizou o escravismo** como condição natural, fazendo dele seu modo de produção.

Inicialmente, a sociedade ateniense dividia-se em: **Eupátridas** (aristocracia), que constituíam a camada social dominante, sendo os grandes proprietários de terras nas planícies, nas quais trabalhavam os escravos, rendeiros e homens livres pagos "assalariados"; **Georgois**, classe de pequenos agricultores que trabalhavam em terras poucos férteis que, em virtude da intensificação do comércio, não tiveram como sustentar a competição com as grandes terras produtivas e as importações realizadas pelos eupátridas. Muitos, ao pedir empréstimos a eles, perderam suas terras como garantia de pagamento, transformando-se em rendeiros, outros, colocaram sua própria liberdade em garantia da dívida, reduzindo-se à condição de escravos. Havia, ainda, os **Thetas**, a classe dos camponeses sem terras e trabalhadores marginais; **Demiurgos**, rico setor de artesãos e comerciantes, que constituíam um setor de homens livres e colocavam seu trabalho à serviço da comunidade; e os **Metecos**, estrangeiros que se dedicavam geralmente ao artesanato e ao comércio, sem direitos de cidadania e que não podiam comprar terras e nem participar dos assuntos políticos da cidade.

No último patamar social vinham os **Escravos**, a maior parcela da população, onde a economia ateniense quase que inteiramente se alimentava. Os escravos eram obtidos por meio da compra, da pirataria ou da guerra. Eles desempenhavam todas as atividades manuais, desde os mais simples serviços domésticos até o mais pesados trabalhos na agricultura. Era o trabalho dos escravos que produzia toda a riqueza de Atenas. O assunto da escravidão será tratado mais à frente. Vejamos agora as transformações estabelecidas no governo de Atenas.

Organização política

Originariamente, a primeira forma de governo ateniense assentava-se sob uma monarquia hereditária. O governo era exercido por um rei, cujo título era Basileu, que detinha o poder político, militar e religioso, e limitava-se apenas por um conselho de aristocratas que detinham o poder legislativo, o Areópago. Existia ainda a **Eclésia** ("assembleia popular"), formada pelos cidadãos, cuja função era aprovar ou rejeitar as leis propostas pelo areópago.

Gradativamente, os basileus foram perdendo parte de seus poderes tradicionais para a nova aristocracia eupátrida, que impôs a **Oligarquia** como regime de governo. O novo sistema político oligárquico passou a ser exercido pelo **Arcontado**, com apoio do areópago. O Arcontado era composto por nove arcontes, cujos mandados eram anuais. A partir de então, o antigo rei tradicional teve seus poderes e funções reduzidas às tarefas religiosas, tornando-se mais um entre os arcontes. Estes – os membros do arcontado – eram escolhidos inicialmente para o período de dez anos: posteriormente, seu poder foi reduzido a um ano. Além do rei, havia o **Arconte Polermaco**, encarregado do comando do exército; o **Arconte Epônimo**, encarregado dos assuntos internos; e os **Arcontes Tesmotetas** que, em número de seis, cuidavam da legislação.

Transformações políticas

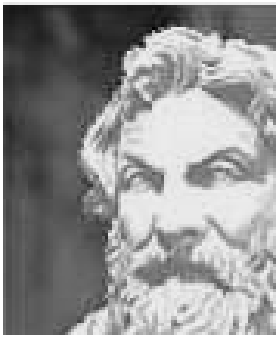
A participação de Atenas no movimento de colonização (**Segunda Diáspora Grega**) provocou, internamente, uma série de transformações na sociedade ateniense. Em virtude das relações comerciais entre Atenas e suas colônias, a indústria e o comércio marítimo prosperaram; a economia se desenvolveu, enriquecendo gradativamente a classe média de artesãos e comerciantes, os demiurgos. Por outro lado, as importações e exportações de produtos agrícolas a baixo preço arruinaram os georgois, cujas terras foram tomadas por hipotecas e eles, escravizados por dívidas. Esses fatores acarretaram uma grave crise interna, desencadeando as lutas sociais entre classes populares (demos) e as aristocráticas (eupátridas). Ambos partidos — aristocrático e a demo — fizeram suas reivindicações políticas, entrando em embates discursivos e armados; e nesse cenário de intrigas, surgem as figuras dos Legisladores e Tiranos.

Legisladores

Em meio a uma violenta crise, marcada pela força das camadas populares, a oligarquia recuou e foi obrigada a

fazer concessões. Surgiram, assim, os **Legisladores** com a finalidade de solucionar a crise política de Atenas.

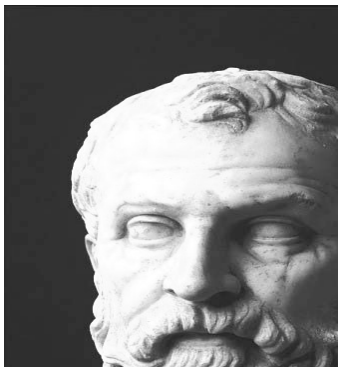
No ano de 621 a.C., **Drácon**, arconte eupátrida, assumiu a função de legislador e elaborou a primeira lei escrita da cidade, extremamente rigorosa, e que estabelecia duras penalidades para quem a violasse. Daí surge o termo conhecido como "lei draconiana", que se caracteriza por sua severidade, pois previa a pena de morte para a maioria dos crimes. No entanto, foi muito importante, pois além de ser escrita, a administração da Justiça saiu das mãos da aristocracia e passou a ser competência do Estado, que acabou por se fortalecer. Por mais que houvesse a tentativa de se solucionar algumas crises internas da cidade, a aristocracia continuava monopolizando o poder político e a as lutas sociais continuavam.



Drácon, legislador de Atenas, organizou e tornou pública as "leis draconianas", primeiro registro de leis escritas em Atenas. Tratava-se da codificação de antigas leis orais que privilegiavam os eupátridas.

Em 549 a.C., **Sólon**, magistrado e poeta, foi nomeado legislador com poderes políticos para promover a reformas mais ambiciosas para cidade. As reformas propostas por ele abrangiam três pontos fundamentais na sociedade ateniense. Na economia estimulou o comércio e a indústria, proibiu a exportação de cereais, e estabeleceu um padrão monetário fixo e um sistema de pesos e medidas.

Na sociedade, suprimiu as hipotecas sobre a terra, devolvendo as terras perdidas aos antigos proprietários, **abolindo a escravidão por dívidas**, através da lei "Seisacheteia". Ainda **dividiu a sociedade de forma censitária**, ou seja, de acordo com a renda de cada indivíduo, garantindo dessa forma a ascensão dos demiurgos. Portanto, substituiu o critério de nascimento pelo de riqueza para o acesso aos cargos públicos, acabando com o antigo monopólio político exercido pelos eupátridas, dividindo a sociedade em quatro classes, de acordo com suas rendas, definindo direitos diferenciados. Assim, novas classes ascenderam ao mando ateniense, desencadeando acirrada luta entre os partidos, impedindo o avanço político de Atenas: o partido dos Pedianos (habitantes das planícies), aristocratas e conservadores, era formado pelos grandes proprietários de terras que reivindicavam seus antigos direitos de sucessão; o partido dos Paralianos (habitantes da costa), comerciantes e artesãos, adotou uma posição moderada diante das reformas, pois muitos foram por elas favorecidos; e o partido dos Diacrianos (habitantes das montanhas), formado por pequenos proprietários, rendeiros e Thetas, exigia reformas mais radicais.



Sólon, legislador de Atenas. Proibiu a escravidão por dívidas e dividiu a sociedade de forma censitária. Além disso, instituiu a Bulé, a Heleia e a Eclésia.

Na política, criou a **Conselho dos 400 (Bulé)**, cuja função era preparar as sessões da assembleia do tribunal de justiça aberto aos cidadãos, chamado de **Heleia**. Instituiu ainda a **Eclésia**, uma assembleia popular que aprovava as leis preparadas pela Bulé. Porém essas reformas não conseguiram conter a crise política que se abatia sobre Atenas.

Tiranos

A crise política gerou condições para a implantação das **tiranias**, sistema de governo que o poder era tomado através de um golpe, infringindo as tradições. Esta forma de governo dominou o cenário da vida política de Atenas durante cinquenta anos.

Entre 560 e 527 a.C., **Psístrato**, primeiro tirano ateniense, de origem aristocrática e ligado ao partido diacriano, realizou uma reforma agrária, estimulou o comércio e determinou a participação dos cidadãos em assembleias e tribunais. Com sua morte, o poder passou para seus filhos **Hípias** e **Hiparco**, que não seguiram as propostas reformistas de caráter popular propostas pelo pai, perdendo com isso o apoio popular da demo. Quando em 514 a.C., Hiparco foi assassinado pelos aristocratas, Hípias promoveu uma perseguição política. Em 510 a.C., Hípias foi deposto pelos espartanos que reagiram contra sua postura autoritária, colocando no poder o tirano antipopular **Iságoras**. Dois anos mais tarde, este restaurou alguns privilégios da aristocracia, o que revoltou as classes populares, obrigando-o a buscar apoio na aristocracia espartana. Devido à intervenção de Esparta, os diacrianos e paralianos, que representavam a demo, expulsaram o inimigo comum, e determinaram a ascensão de **Clístenes** no governo de Atenas.

A reforma de Clístenes ("O Pai da Democracia")

Entre 508 e 507 a.C., **Clístenes** deu início a um processo de reformas em Atenas, implantando o regime da **Democracia**. A denominação "democracia" originou-se pelo fato de que todo cidadão, para poder participar politicamente, deveria se inscrever em um **demo** (ou tritie, unidade política criada por Clístenes, sendo que cada três trities formavam uma tribo, ou seja, era o povo).

Clístenes, tido como o "pai" da Democracia Ateniense, garantido a política controlada pelos cidadãos.

Seu projeto político reorganizou a população em dez tribos, e cada membro delas era recrutado entre os habitantes das três regiões da Ática: o litoral, a planície e a montanha. Cada tribo enviava 50 representantes para a bulé (cujo número foi aumentado para 500 membros), e tinha por função, preparar as leis votadas mensalmente pela **Assembleia dos Cidadãos**. Esses representantes, através de um sistema de rodízio, exerciam o governo na cidade pelo período de um mês, uma vez que o ano ateniense era de dez meses. Cabe ressaltar que a democracia ateniense era exercida por cerca de 35.000 cidadãos numa população próxima a 450.000 habitantes. Portanto, a Heleia e o Areópago, formavam o poder judiciário, enquanto o executivo era exercido por dez **Estrategos**, escolhidos anualmente pela Eclésia.

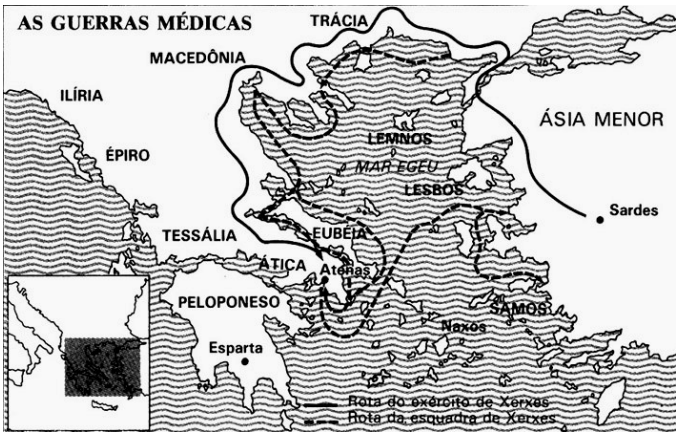
Uma outra instituição da democracia de Clístenes foi o **Ostracismo**, que consistia na suspensão, por um período de 10 anos, dos direitos políticos dos cidadãos perigosos à democracia,. Esses cidadãos, após terem escrito seus nomes mais de 6.000 vezes no ostrakon (pedaço de cerâmica em forma de concha), eram exilados de Atenas, sem que houvesse o confisco de bens.

A implantação da democracia significou o início da consolidação de Atenas dentro da Hélade, para demais sociedades contemporâneas, e futuras sociedades ocidentais que a tomaram como exemplo.

Período Clássico (500 – 338 a.C.)

Durante o Período Clássico, as Póleis disputaram a supremacia sobre toda Grécia, buscando a hegemonia no mundo grego e gerando uma guerra fratricida entre os próprios helênicos, que foi concluída com sua decadência. A primeira cidade-estado vista como potência foi Atenas, seguida por Esparta e, finalmente, Tebas. Este é o período marcado pelas **Guerras Médicas (**ou Greco-Pérsicas), o conflito entre o mundo "bárbaro", persa, e o mundo "civilizado", grego, ambos em expansão.

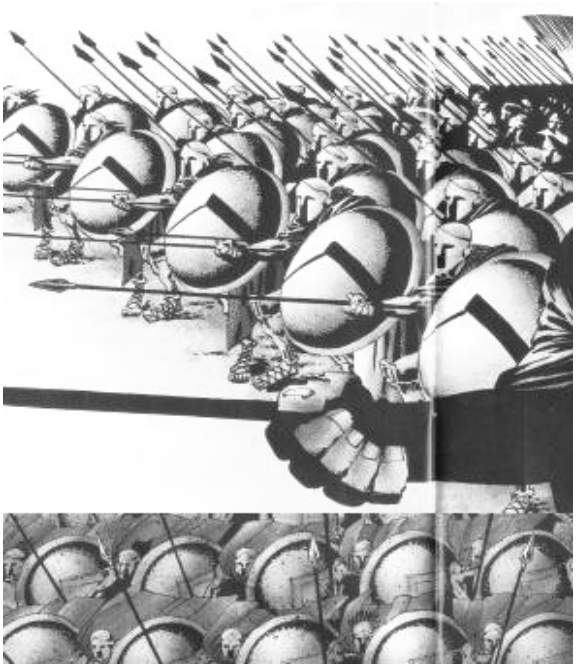
As Guerras Médicas ou Greco-Pérsicas (490-479 a.C.)



Com a conquista do Oriente Médio pelos persas, todas a colônias gregas do litoral da Ásia Menor foram anexadas. No início, a autonomia dessas cidades foi respeitada, porém, os persas passaram a exigir impostos e estimular os governos tiranos. A colônia de Mileto e algumas outras iniciaram uma rebelião, apoiadas por Atenas; começava a **1ª Guerra Médica**.

No ano de 490 a.C., comandados por pelo Imperador Dário I, o exército persa desembarcou na planície de Maratona, região próxima de Atenas. As tropas atenienses, comandados por Milcíades, repeliram a invasão persa na batalha de Maratona. Em 480 a.C., o imperador Xerxes, sucessor de Dario I, iniciou a **2ª Guerra Médica**, com um exército de 250 mil homens invadiu a Grécia por terra e pelo mar. Algumas póleis gregas prevendo uma nova ofensiva persa formaram uma aliança defensiva, a **Liga Pan-Helênica**, cabendo à Esparta o comando das forças terrestres e à Atenas, o das forças marítimas. Em terra, o rei **Leônidas**, à frente dos espartanos, reteve temporariamente os persas no desfiladeiro das Termópilas e veio a perder a resistência na Batalha das Termópilas (480 a.C.).

Logo em seguida, os persas partem para Ática, incendiando a cidade de Atenas. No mar, **Temístocles**, comandante da esquadra marítima ateniense, derrotou os persas na batalha de Salamina (480 a.C.), a mais importante das Guerras Médicas. Sem cobertura naval, o exército persa abandonou a Grécia e retirou-se para Ásia Menor. Em 479 a.C., uma parte do exército persa sem esquadra, perde a batalha de Plateia aos espartanos e atenienses, que eram liderados por Pausânias.



A Batalha das Termópilas. Liderados pelo rei Leônidas, os espartanos combateram, durante as Guerras Médicas, o exército do Império Persa, do imperador Xerxes. Acima, a falange de Leônidas é representada pelo traço de Frank Miller, em "Os 300 de Esparta", da Dark Horse Comics.

O Período da Confederação de Delos

Atenas era a cidade mais poderosa da Grécia e, para firmar sua soberania e tomar a direção da guerra, organizou uma confederação da qual participaram quase todos as cidades-estados gregas do Egeu. Tratava-se da **Confederação de Delos**. Estes aliados deveriam contribuir com navios ou com dinheiro, que seriam depositados na ilha de Delos. Com esses novos recursos, Atenas tomou a ofensiva e Címon, filho de Milcíades, assolou as posições persas no litoral asiático e, no ano de 448 a.C., assinou-se o Tratado de Susa (Paz de Kallias ou Paz de Címon), pela qual os persas se comprometiam não mais interferir no Egeu. A partir daí o mar ficou aberto aos atenienses, fortes no poderio naval, abrindo um momento à hegemonia ateniense.

A Hegemonia Ateniense

A **Confederação de Delos** estava se tornando desnecessária, e os atenienses sofreriam uma grave crise econômica e social se as contribuições dos aliados parassem de se dirigirem à Atenas; a indústria naval seria paralisada, o comércio se retrairia e numerosos remadores, mercenários e artesãos ficariam sem empregos. Por essa razão, os atenienses obrigaram, pela força, os Estados-membros a continuarem os pagamentos. Era início da hegemonia ateniense sobre a Hélade, onde a Grécia conheceria as dimensões iniciais de um verdadeiro império prestes a se formar.

No **século V a.C.**, Atenas foi governada por **Péricles** (444 a 429 a.C.) e suas instituições atingiriam o **máximo esplendor**. Diversas obras públicas foram iniciadas (Páternon) gerando empregos; os membros dos tribunais e da Assembleia passaram a receber pagamentos; instituiu-se o soldo ao exército; as camadas inferiores puderam participar do Arcontado; e Péricles cercou-se dos maiores artistas e intelectuais da época: Fídias, Heródoto, Tucídides, Miron, Píndaro, Ésquilo, Sófocles, Aristófanes e Anaxágoras. Este é o período conhecido como "**O Século de Péricles**", em que as artes, a filosofia e a ciência floresceram como nunca até então.

Péricles, governante de Atenas no período de seu apogeu econômico e cultural, o século V a.C., também chamado de "O século de Péricles".

Esta hegemonia, contudo, criou uma série de inimigos para Atenas, pois feria a autonomia das demais cidades-estados; por outro lado, o controle exercido sobre a Grécia, pela Confederação de Delos, desrespeitava o princípio de soberania de cada cidade.

A Guerra do Peloponeso (431 – 404 a.C.)

Muitas cidades-estados gregas, cuja localização no interior os colocava a salvo da frota ateniense, ligaram-se a **Esparta** pela **Liga do Peloponeso**, hostil para com Atenas e à Confederação de Delos. Em 431 a.C., as ambições territoriais dos atenienses em se expandirem ao Ocidente, conduziu-os a se apoiarem e celebrarem uma aliança com a cidade de Córcira, colônia de Corinto, aliada de Esparta. Por esse ato explodiu a **Guerra do Peloponeso**, que após 27 anos deixaria a Grécia completamente arrasada.

Entre 431 e 421 a.C., os espartanos invadiram a península da Ática, pressionando a população de Atenas a viver, no ano de 429 a.C., sob péssimas condições de vida: com falta de higiene, má alimentação e pestes. Isto causou diversas mortes, da qual uma das vítimas foi o próprio Péricles. Em 421 a.C., Atenas e Esparta travaram a Paz de

Nícias, estabelecendo que não haveria mais guerra durante 50 anos.

Em 413 a.C., motivos ambiciosos levaram Alcebíades a unir os atenienses e preparar uma campanha militar na Sicília, com o propósito de conquistar Siracusa, aliada de Corinto, e que abastecia o Peloponeso com alimentos. Começava assim, a segunda fase da Guerra do Peloponeso. Em 413 a.C., a esquadra ateniense foi destruída em Siracusa. Acusado por seus adversários políticos de mutilar pedestais que suportavam a cabeça de Hermes, Alcebíades foge para Esparta, para quem entrega os planos atenienses. Em 404 a.C., devido à grande ofensiva dos espartanos, que mantiveram um exército na Ática e ampliaram a sua frota, Atenas foi derrotada na Batalha de Égos-Pótamos (405 a.C.) pelo general espartano Lisandro. Os muros de Atenas, que defendiam a cidade, foram destruídos e a frota caiu nas mãos de Esparta, tendo que aceitar a nova política aristocrática. A partir daqui, inicia-se em Atenas o denominado **Governo dos Trinta Tiranos**.

A HEGEMONIA ESPARTANA (405 – 379 a.C.)

Terminada as Guerras do Peloponeso, os espartanos passaram a exercer hegemonia sobre as demais cidades-estados na Grécia. Na Ásia Menor, sua tentativa de subordinar os persas não deu resultados eficazes, por essa razão, travaram o acordo de **Paz de Antálcidas**; este tratado dava liberdade aos persas para interferirem na costa da Ásia e, logo, na política interna da Grécia.

A HEGEMONIA DE TEBAS

Apesar do domínio de Esparta, Atenas conseguiu reconstruir suas muralhas e sua frota foi reorganizada numa segunda liga marítima. Ao mesmo tempo, a cidade de Tebas aliou-se aos atenienses e atacou a guarnição espartana em Tebas. Durante a **Batalha de Leuctras** (371 a.C.), a revolta dos escravos em Esparta conduziu os tebanos à vitória, sob comando dos generais Epaminondas e Pelópidas. O período da hegemonia tebana foi marcado pela libertação dos messênios do domínio de Esparta e pela conquista e submissão das cidades de Tessália, Trácia e Macedônia. Para consolidar sua autoridade militar, Tebas iniciou a construção de uma esquadra, que lhe valeu a oposição de Atenas que, agora se aliando aos espartanos em 362 a.C., impuseram a derrota sobre Tebas, na Batalha de Matineia.

Enquanto desencadeava todos esses conflitos internos, a Grécia era levada ao declínio; ao norte, o Império Macedônico, fundado por Felipe II, fortalecia-se por meio de sua política expansionista. Em 338 a.C., suas tropas invadiram a Grécia e venceram os gregos na **Batalha de Queroneia**, assinalando o princípio da superioridade da Macedônia sobre toda a Grécia e Ásia Menor. É o início do Período Helenístico.

PERÍODO HELENÍSTICO (338 – 146 A.C.)

A Macedônia, na Península Balcânica, ao norte da Grécia, estava confinada geograficamente pelos territórios da Tessália, Épiro, Trácia e Ilíria. Esse isolamento, não permitiu aos macedônicos que desenvolvessem uma frota naval, impedindo desta forma o contato comercial com o Oriente. Por causa de sua posição terrestre, cercada por vales e montanhas, foi impedida de traçar um contato cultural, político e econômico com a própria Grécia, retardando assim, o seu desenvolvimento.

A ascensão de Felipe II à realeza, em 359 a.C. — que passou boa parte da sua juventude na cidade de Tebas, assimilando a cultura grega —, inaugurou uma época de grandes transformações na Macedônia. Desde então realizou a centralização político-militar (inspirado nas reformas militares do general tebano Epaminondas), reorganizando o exército na chamada "Falange Macedônica" (que era uma formação militar em forma de cunha, revolucionária tática militar para a época). Felipe II unificou o país num grande Império Macedônico, desencadeando uma política de conquistas externas, entre elas, obteve uma saída marítima.

A conquista da Grécia pela Macedônia

Em **338 a.C**., **Felipe II** provocava as cisões das cidades-estados na Grécia, aguçando as rivalidades já existentes. Finalmente, invadiu e derrotou os gregos na **Batalha de Queroneia**. Essa vitória, e a realização do Congresso Pan-Helênico em Corinto, em 336 a.C., em que participaram todos os representantes das cidades gregas, admitindo a liderança de Felipe II, assinalou o início da supremacia da Macedônia sobre a Grécia.

ALEXANDRE, O GRANDE (336 – 323 A.C.)

Alexandre Magno, filho de Felipe II, educado pelo filósofo Aristóteles, aos 18 anos, assume o comando da cavalaria macedônica, participando da batalha de Queroneia contra

os gregos. Em 336 a.C., herdou do pai a coroa da Macedônia, e dominou toda Grécia, esmagando revoltas com represália; numa dessas destruiu Tebas, reduzindo os habitantes a escravos.

Após consolidar sua autoridade na Grécia, Alexandre voltou-se ao Império Persa. Em 334 a.C., à frente de um grande exército, desembarcando na Ásia Menor e iniciando a campanha do Oriente. Nesse mesmo ano venceu os persas na Batalha de Granico; em 333 a.C, vence-os novamente, comandados agora pelo imperador Dario III, na Batalha de Isso, passando a dominar a Síria e a Fenícia (conquistando a cidade de Tiro). Daí em diante conquistou o Egito, onde foi aclamado pelos sacerdotes locais como filho do Deus Sol (Amon-Rá), fundando no delta do Nilo a cidade de Alexandria, que se tornou um dos mais importantes centros da cultura helenística.

O Imperador Alexandre, O Grande. Maior responsável pela expansão mundial do Império Persa, consolidando do domínio sobre a Grécia e conquistando a Ásia Menos, derrotou o exército persa, invadiu a Fenícia, dominou o Egito, esmagou mais uma vez o exército persa e dominou combateu a Índia.

Em 331 a.C., momento em que Dario III foi assassinado por um satrapa, Alexandre invadiu o centro do Império Persa, derrotando-os definitivamente e proclamando-se sucessor de Dario III. Prosseguiu sua marcha ao Oriente até o vale do rio Indo, quando suas tropas exaustas e enfraquecidas se recusaram a continuarem na expedição contra a Índia. Alexandre, então, retorna à Mesopotâmia e fixa a capital do Império Macedônico na Babilônia; aqui morreria prematuramente em 323 a.C., aos 33 anos — não deixando herdeiros —, quando planejava conquistar Cartago e o Mediterrâneo Ocidental.

Conquistas de Alexandre Magno

Os Reinos Helenísticos (323 – 30 a.C.)

Alexandre não teve condições reais de organizar seu reino na montagem de um aparelho político-administrativo duradouro; apesar disso, este império que se estendia pelo mar Mediterrâneo até o rio Indo, e abrangia os territórios da Europa, África e Oriente, com um verdadeiro relacionamento de cultural entre as sociedades mais diversas. Após sua morte, o império mergulha numa longa guerra civil, por causa das questões de direitos sucessórios e territoriais entre os generais de Alexandre, conhecidos como Dáconos, que seriam sucedidos pelos Epígonos.

Essas lutas persistiram de 323 a 280 a.C., quando se consumou a definitiva divisão do Império em três reinos helenísticos: o Egito ficou com Ptolomeu, governada pela dinastia Ptolomaica ou Lágida; a Macedônia ficou com Antígono, administrada pela Dinastia Antigônida; e a Ásia ficou com Seleuco, conduzida pela dinastia Selêucida.

Na época em que o império de Alexandre se enfraquecia através de guerras contínuas e viria a se repartir, principiava no Ocidente a ascensão do poderio de Roma.

A Helenização do Oriente

O casamento entre Alexandre e a Statira, filha de Dario III, foi o casamento, segundo Plutarco, do "de duas civilizações", representando simbolicamente a fusão da cultura clássica grega com a oriental do Império Persa. Essa fusão teve como efeito o processo de helenização do Oriente, que deu origem à cultura greco-oriental conhecida como "helenismo", ou "cultura helenística".

Durante sua campanha no Oriente, Alexandre fundou cerca de 70 novas cidades, que se transformaram em centros intelectuais do processo de helenização, entre essas cidades se destacam: Alexandria, célebre por seu museu, **Biblioteca** e seu **Farol** e **Rodes**, com sua escola de oratória e seu **Colosso**, gigantesca estátua de Apolo (duas das Sete Maravilhas do mundo antigo); Pérgamo, na Ásia Menor, famosa pela fabricação dos "pergaminhos"; Antioquia, na Síria, e Siracusa, na Sicília, foram outros centros da irradiação cultural.

Os reinos helenísticos organizariam-se politicamente como **monarquias "despóticas" orientais**, e sua classe dominante resultaria da mescla dos conquistadores e das aristocracias locais que assimilaram a cultura grega.

As Artes e as Ciências

As artes do período helenístico desenvolveram um estilo grandioso e monumental. Na arquitetura, as obras mais destacadas foram: o "Farol de Alexandria"; o "Colosso de Rodes"; o "Friso do Grande Altar de Zeus", em Pérgamo, com 120 m de baixos-relevos representando um combate entre deuses e gigantes. Na escultura, as obras-primas foram: a "Vênus de Milo"; a "Vitória de Samotrácia"; o "Apolo de Belvedre" e o "Laoconte".

As ciências também tiveram um brilhante desenvolvimento em que podemos destacar na astronomia

Aristarco de Samos (310-230 a.C.), que formulou os princípios da "teoria heliocêntrica"; **Hiparco** que elaborou um "mapa celeste" e calculou a "distância entre a Terra e a Lua"; e **Ptolomeu de Alexandria**, que desenvolveu na obra ***Almagesto*** a "teoria geocêntrica", que exerceria grande influência sobre o pensamento na Idade Média. Na matemática, **Euclides** (323 – 285 a.C.) escreveu os ***Elementos*** e lançou as bases da "geometria plana". Na física, **Arquimedes de Siracusa** (287 – 212 a.C.) estabeleceu a "Lei de Flutuação dos Corpos" e formulou os princípios da alavanca, da roldana e do parafuso, fundando a "Física" como ciência experimental. Na geografia, **Erastóstenes**, que elaborou um "mapa da superfície terrestre" e calculou, com pequena margem de erro, a "circunferência da Terra". Na filosofia, **Epicurista** ou **Epicurismo**, de **Epicuro** (341 – 270 a.C.) e seu princípio fundamental em que a felicidade do homem consistiria necessariamente na busca do prazer e na libertação do sofrimento; o **Estoicismo**, fundado por **Zenon de Cíton**, que encontrou grande aceitação entre as elites helenísticas e romanas, como foi o caso de **Marco Aurélio** (imperador e filósofo romano); o **Ceticismo**, de **Pirro**, negaria a possibilidade em que o homem pudesse alcançar a verdade, e afirmaria que todo conhecimento, por ser obtido através da percepção dos sentidos, era sempre aparente e incapaz de atingir a verdadeira essência das coisas.

A CULTURA NA GRÉCIA CLÁSSICA

A cultura produzida pelos gregos foi uma das mais importantes da História da humanidade, influenciando diretamente o Império Macedônico e o mundo Romano. Mesmo na Idade Média, sua presença foi marcante na expansão dos muçulmanos. Nessa expansão ocorreu uma retomada dos valores gregos pelas regiões europeias onde se instalavam os muçulmanos. Ainda hoje a cultura grega molda grande parte da forma de pensar dos mundos ocidental e oriental. Uma de suas manifestações mais ricas é a religião.

Deve-se ressaltar, entretanto, que assim como ocorreu com outros povos e outras épocas, a produção cultural grega atingiu seu auge, entrando, posteriormente, em declínio conforme ganhava força uma outra cultura predominante. Assim, conforme a nova cultura hegemônica é formada, sua consolidação ocorre por meio da supressão dos símbolos da cultura antiga.

Quando da ascensão da cultura cristã e da hegemonia católica sobre o pensamento do Ocidente europeu, os elementos associados às culturas pagãs (como o politeísmo, por exemplo) foram violentamente combatidos. Nesse processo, todas as ideias sobre o sagrado e a religião mantidas desde a Grécia Antiga foram reduzidas à condição de **mito**, palavra que em grego significa "fábula" (*mýthos*). A religião grega (junto com outros elementos de sua cultura) foi comprimida em narrativas fabulosas transmitidas pela tradição onde há um predomínio de figuras tidas como fantasiosas.

A "inexistência" ou "irrelevância" do politeísmo de raízes gregas ao mundo medieval europeu (e até hoje) é semelhante à irrelevância e à inexistência da metafísica religiosa cristã na visão da cultura ocidental do século XVIII aos dias contemporâneos, controlada cada vez mais pelo pensamento predominantemente racional e científico, relegando a religião ao plano da superstição. Portanto, a suposta existência da metafísica religiosa e de suas entidades espirituais é determinada pela crença a ela dedicada, assim como ocorreu com a religião dos gregos antigos.

Dessa forma, mais do que encarar a religião e a cultura grega como fábulas, para tentar entender sua importância é necessário compreender o que elas significaram para os povos que as receberam e quais suas implicações para as épocas posteriores.

A RELIGIÃO E OS MITOS

Os gregos eram **politeístas**, ou seja, acreditavam em vários deuses e, cada um, abrangia funções especificas na natureza e sociedade; a religião era **antropomórfica**, isto é, as divindades se assemelhavam aos homens, tanto em suas formas físicas como nos defeitos e virtudes. Vários mitos se desenvolveram para contarem as aventuras dos mortais e as dos deuses, dando origem à **Mitologia**. Entre os primeiros, havia aqueles que realizavam feitos gloriosos e eram denominados **heróis**.

Zeus e Hera, irmãos que se casaram geraram uma linhagem de deuses gregos. Na mitologia grega, o que diferencia os deuses dos homens era, além de grandes atos, a imortalidade.

A mitologia grega conta, numa de suas versões, que a origem dos deuses e homens se deu da seguinte forma: da união de **Urano** ("Céu") e **Gaia** ("Terra") nasceram os **Titãs**, os **Ciclopes** e os **Gigantes**. O mais novo entre todos do primeiro grupo (seis homens e seis mulheres), Cronos, destronou Urano e, para evitar que esse lhe impedisse, passou a devorar-lhe os filhos. Mas, salvou-se o último, Zeus, escondido numa caverna. Este derrubou do trono seu pai, obrigando-o a restituir à vida os filhos devorados e confinando-o, em seguida, no Inferno junto com seus aliados, os outros Titãs. Iniciou-se então, a **gigantomaquia** (guerra dos gigantes), da qual Zeus se saiu vencedor e senhor supremo do mundo. No **Monte Olimpo**, que era também onde se encontrava a residência de Zeus, os deuses

realizavam as assembleias divinas. Os mais antigos filhos de Cronos e Réa eram **Héstia** ("Deusa do Lar"), **Deméter** ("Deusa da Terra"), **Hera** (irmã e esposa de Zeus) e **Poseidon** ("Deus dos Mares"). Do casamento de maior dos deuses com Hera, nasceram outros: **Ares** ("Deus da Guerra"), **Afrodite** ("Deusa do Amor e da Beleza"), **Apolo** ("Deus da Luz e das Artes"), **Atena** ("Deusa da Razão") e **Hermes** (o deus mensageiro). **Prometeu**, um filho de Titã, roubou o fogo sagrado de **Heféstos** ("Deus do Fogo") para dá-lo aos homens. Para puni-lo pela ousadia, Zeus o acorrentou ao Cáucaso, onde uma águia, durante o decorrer do dia, permanentemente bicava-lhe o fígado, sendo que órgão pela noite se regenerava.

É muito interessante a visão grega de **Pandora**, "a que fecunda"; "a que dá todos os tipos de presentes"; ou, também, "a completa oferenda aos deuses". Ela foi primeira mortal: nascida a partir do barro por Heféstos, a pedido de Zeus; recebeu de Atena o alento de vida e, dos outros deuses, todos os atrativos. E também para ela foi dada uma "boceta" — uma espécie de caixinha, cujo comprimento é maior que a largura, lembrando o formato de uma folha — para que guardasse todos os sentimentos; curiosa, abriu-a e, ao conseguir fechá-la, somente havia restado um desses: a Esperança, os outros haviam fugido. Talvez daí, do mesmo modo, tenha surgido o provérbio "A esperança é a última que morre".

Em cada cidade havia seus cultos particulares a algum deus; assim, em Atenas, existia a festa do "Grande Dioniso", o "Deus do Vinho" e as "Panateneias", em homenagem a Palas ("Deusa da Sabedoria"), que era a padroeira da cidade. Muitos gregos recorriam aos chamados de **Oráculos** (locais sagrados comuns), para consultarem as divindades, o mais conhecido desses locais foi o **Oráculo de Delfos**. Os jogos também eram dedicados aos imortais e desempenhavam papel importante na integração do mundo grego; os **Jogos Olímpicos**, por exemplo, eram realizados na cidade de Olímpia, durante sete dias, de quatro em quatro anos, e tinham a participação de quase todas as cidades da Grécia.

AS ARTES E AS LETRAS

A **Arquitetura** da Grécia antiga pode ser dividida em três estilos principais: o Dórico, mais antigo, simples e despojado; o Jônio, leve e flexível; e o Coríntio, mais recente, complexo e rebuscado. A obra-prima da arquitetura grega foi o "Templo do Paternon", construído na Acrópole de Atenas durante o governo de Péricles. Na **escultura** destacamos **Fídias** (490 – 431 a.C.), que esculpiu as estátuas da "Deusa Palas-Atena" e de "Zeus de Olimpo"; esta era considerada uma das sete maravilhas do mundo antigo.

As **Tragédias** eram representadas nos teatros (criação dos gregos) ao ar livre, os atores usavam máscaras e os papéis femininos eram desempenhados por homens. Suas críticas se voltavam mais para representação humana, desvalorizando as antigas tradições divinas. São relevantes algumas obras trágicas como as inventadas por **Ésquilo** (525 – 456 a.C.), que exalta a glória de Atenas e o poder dos deuses justiceiros em ***Os Persas*** e ***Os Sete contra Tebas***; **Sófocles** (496 – 405 a.C.) mostrou os heróis e seus destinos na ***Antígona*** e em ***Édipo Rei***; **Eurípides** (485 – 406 a.C.), espírito crítico, menos religioso que os autores anteriores, interessou-se mais pelos homens em suas paixões, grandezas e misérias e escreveu ***Alceste*** e ***Medeia***. E na **poesia épica**, encontramos a figura de **Homero**, a quem se atribuiu ***A Ilíada*** e ***A Odisseia***.

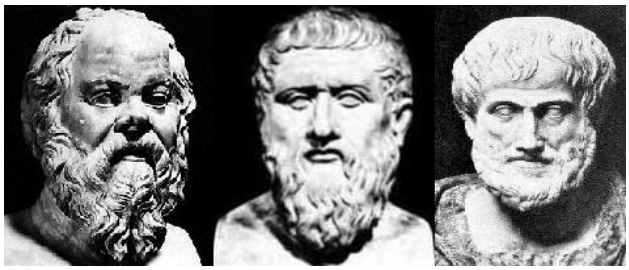
À esquerda: Medeia; depois de traída por Jasão, matou os filhos que teve com ele e a mulher pela qual Jasão havia se apaixonado. À direita: Édipo respondendo o enigma da Esfinge; o futuro rei de Tebas matou o próprio pai e se casou com a mãe.

AS CIÊNCIAS E A FILOSOFIA

No campo das Ciências, os gregos desenvolveram a medicina, a matemática, a historiografia e cultivaram a oratória. **Hipócrates de Cós** (460 – 377 a.C.), considerado o "pai da medicina", desenvolveu o método da análise clínica e formulou o "Princípio da Causa Natural das Doenças". A matemática desenvolveu-se por **Tales de Mileto**, e foi levada adiante por **Pitágoras** (570–496 a.C.), célebre por seu "Teorema do Quadrado de Hipotenusa". **Heródoto de Halicarnasso** (484 – 425 a.C.) foi chamado de "O Pai da História"; nessa ciência teve destaque também, **Tucídides** (460 –395 a.C.), autor da ***Guerra do Peloponeso***, e ***Xenofonte*** (430-355 a.C.), autor de ***Anábase***. Na oratória enfatizamos a figura de **Péricles** e **Demóstenes** (384-322, a.C.), este último ficou famoso com as ***Filípicas***, série de discursos em que procurou alertar os gregos do perigo macedônico.

A ciência filosófica grega atingiu seu apogeu no auge da democracia ateniense e seus maiores vultos foram: **Sócrates** (470-399 a.C.), que criou um **método indutivo** em que a busca da verdade se realizava através de um sistema de perguntas e respostas, com o fim de atingir a **reflexão**, mas não deixou nenhuma obra escrita; o que se conhece hoje sobre ele e sua obra foram deixados pelo seu discípulo **Platão**. Sócrates foi acusado de induzir jovens à perversão, para com isso quebrar regras morais da cidade; acabou então julgado e condenado à morte por sicuta, um veneno. Platão (427-347 a.C.) desenvolveu a "Teoria das Ideias" e

escreveu os célebres ***Diálogos***, entre os quais se destacam a ***Apologia de Sócrates***, ***Cíton***, ***O banquete***, ***Fédon***, ***Timeu*** e ***As Leis***. Em sua obra ***República***, concebeu um Estado ideal governado por filósofos, protegido por guerreiros e sustentado por escravos; **Aristóteles** (384-322 a.C.), educando de Platão e mestre de **Alexandre Magno**, fundou o "Liceu de Atenas" e foi considerado o maior pensador do Mundo Antigo. Entre suas principais realizações está a criação da "Lógica Formal", a ciência das leis do pensamento correto. Os escritos desse cientista foram reunidos numa obra denominada ***Organon***, onde se destaca metafísica, física, retórica, política e moral. Aristóteles sistematizou o conhecimento de sua época, e seu pensamento exerceu grande influência sobre a "Filosofia Escolástica" da Europa Medieval, e posteriores pensadores da Idade Moderna e Contemporânea. Estes três pensadores gregos deixam claro o conceito que possuíam sobre a escravidão, refletindo o pensamento e os modos de vida da sociedade em que viviam.



Da esquerda para direita, os gregos Sócrates, Platão e Aristóteles. Os três principais filósofos da História.

O ESCRAVISMO

A seguir veremos um fragmento da obra ***Política***, de **Aristóteles**, em que define o termo "propriedade" como aquilo que é parte da casa em que se vive, e a "arte aquisitiva", parte da "administração doméstica", já que sem as coisas avaliadas necessárias são impraticáveis o viver e o bem-estar.

"Alguns pretendem que o poder do senhor é contra a natureza, que se um é escravo, e o outro livre, é porque a lei o quer, que pela natureza não há nenhuma diferença entre eles e que a servidão é obra não da justiça, mas da violência. A família, para ser completa, deve compor-se de escravos e de indivíduos livres. Com efeito, a propriedade é uma parte integrante da família, pois sem os objetivos de necessidade é impossível viver e viver bem. Não se saberia, pois, conceber lar sem certos instrumentos. Ora, entre os instrumentos, uns são inanimados, outros vivos... O escravo é um instrumento vivo. Se cada instrumento pudesse, por uma ordem dada ou pressentida, executar por si mesmo o seu trabalho, como as estátuas de Dédalo ou os tripés de Hefaístos que, segundo Homero, dirigiam-se em marcha automática, às reuniões dos deuses, se as navetas tecessem sozinhas... então os chefes de famílias dispensariam os escravos... o escravo é uma propriedade que vive, um instrumento que é homem. Há homens assim feitos por natureza? Existem homens inferiores, tanto quanto a alma é superior ao corpo, e o homem ao bruto; o emprego das forças corporais é o melhor partilhado a esperar do seu ser: são os escravos por natureza...útil ao próprio escravo, a escravidão é justa."

A função e natureza do escravo são claramente visíveis nos trechos de Aristóteles: aquele que por natureza, não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, é naturalmente um escravo; é coisa de outro, aquele homem que, a despeito de sua condição de homem, é considerado uma propriedade.

A MULHER NA GRÉCIA ANTIGA

As mulheres, bem como os escravos, não eram cidadãos, não podendo participar da vida ativa política das cidades gregas e, por mais que houvesse diferenças entre essas, as mulheres ainda mantinham um papel de submissão frente aos homens. As mulheres espartanas frente às atenienses apresentavam mais liberdades e eram, muitas das vezes, protegidas pelo Estado, por gerar filhos à cidade-estado. Assim, podiam participar de atividades atléticas junto aos homens, algumas até recebiam treinamento militar enquanto outras ficavam em casa cuidando da agricultura ou dos filhos de até sete anos de idade, à espera dos maridos que iam para a guerra. As mulheres atenienses eram muito mais submissas, não participavam de assuntos da cidade, tinham por função procriarem e trabalharem domesticamente.

FILMOGRAFIA

Alexandre, o Grande - A vida do herdeiro macedônio e suas conquistas.
Ulysses - Epopeia mitológica baseada na obra de Homero, Odisseia, mostrando o modo de vida dos gregos antigos.
Tróia - Na Grécia antiga, a paixão do príncipe Páris, de Tróia e Helena, rainha de Esparta, desencadeia uma guerra que devasta uma civilização. Filme baseado nos poemas clássicos de Homero, Ilíada e Odisseia.

EXERCÍCIOS

1. (FEI) - Uma política imperialista proporcionou a Atenas os recursos econômicos para levar ao auge seu desenvolvimento cultural na Época de Péricles. Explique em que consistiu essa política imperialista.

2. (FUVEST) – O estudo do Chamado "Período Homérico" da História da Grécia fundamenta-se na *Ilíada* e na *Odisseia*. Em linhas gerais, quais os temas centrais dessas obras?

3. (UMG) – "O relevo montanhoso e o solo pobre somente propiciavam as culturas da vinha, da oliveira e a criação de cabras e ovelhas. As planícies estreitas ao longo dos rios de pequena extensão não favoreceram, como no Oriente, a cultura intensiva de cereais. O litoral recortado, cheio de golfos profundos e penínsulas estreitas, pontilhado de numerosas ilhas, facilitou desde cedo a navegação, o comércio marítimo e a criação de colônias espalhadas por todo o litoral do Mediterrâneo, especialmente na região meridional da Itália."
O trecho acima se refere à História:
a) de Cartago; b) da República Romana;
c) da Monarquia Romana; d) da Fenícia;
e) da Grécia.

4. (Mackenzie) - "A partir do século VIII, os gregos viveram um segundo processo de dispersão, espalhando-se pelo mediterrâneo e fundando no litoral da Itália, França e Espanha inúmeras colônias – cidades que mantinham uma série de laços, principalmente culturais, com os lugares de origem dos colonizadores."
O texto diz respeito à fundação de colônias na Grécia Antiga. O fator determinante para essas migrações foi:
a) o crescimento populacional e a escassez de terras cultiváveis no território grego;
b) o expansionismo político, defendido pelo regime democrático das cidades gregas;
c) a invasão dos persas e a consequente destituição das cidades da Grécia continental;
d) a derrota grega na Guerra de Tróia, responsável pelo declínio econômico da Grécia;
e) a derrota das cidades-estados gregas o expansionismo macedônico pelo Oriente.

5- (MACKENZIE)- As diferenças políticas e econômicas entre espartanos e atenienses culminaram no conflito armado denominado:
a) Guerras Médicas; b) Guerra do Peloponeso;
c) Guerras Gaulesas; d) Guerras Púnicas;
e) Invasão Macedônica.

6- (FUVEST)- Escreveram peças para teatro, durante o "Século de Péricles" (século V a.C):
a) Homero, Tucídides, Heródoto e Xenofonte;
b) Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes;
c) Sócrates, Protágoras, Platão e Aristóteles;
d) Píndaro, Alceu, Safo e Hesíodo;
e) n.d.a.

7- (FUVEST)
"Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito nem qualidade
Têm medo apenas
Não têm sonhos, só têm presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas
Morenas"
(Chico Buarque de Holanda e Augusto Boal)
A letra da música "Mulheres de Atenas" esboça o papel da mulher na sociedade ateniense. Que papel é esse e no que se diferencia do exercício das mulheres espartanas?

8- (UFRGS) – Em Atenas, os principais órgãos da atividade política eram:
a) as Comunas Soberanas e os Comitês de Cidadãos.
b) o Parlamento e a Liga dos Cidadãos.
c) o Conselho dos Quinhentos e a Assembleia do povo.
d) a Gerúsia e o Conselho Federal.
e) n.d.a.

9- (OSEC) – "Aquele que por natureza não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, esse é naturalmente escravo; é coisa de outro, aquele homem que, a despeito de sua condição de homem, é uma propriedade; e uma propriedade sendo de outro, apenas instrumento de ação, bem distinto de seu proprietário".
De acordo com o texto acima, podemos afirmar que:
a) o escravo, como homem, identifica-se com seu proprietário;
b) o escravo, pela sua natureza, não é propriedade alheia;
c) o escravo, sendo propriedade alheia, perde sua condição de homem;
d) o escravo, é considerado uma ferramenta de seu proprietário.
e) n.d.a.

10 - "Fui atrás dos assassinos de meu pai e depois de semear o terror entre os gregos com a destruição de Tebas, fui aclamado comandante por eles. E ao assumir o reino da Macedônia, não achei digno de me contentar em comandar só com o que meu pai tinha me deixado; ao contrário, lançando meus pensamentos por toda a terra e pensando que seria perigoso se eu não dominasse todos os povos, à frente de poucos homens invadi a Ásia e no Granico, em grande batalha, fui vencedor. Depois de conquistar a Lídia a Jônia e a Frígia, em resumo, depois de submeter todos os que se apresentaram diante de meus pés, cheguei a Issos. Lá Dario me esperava, à frente de muitas miríades de soldados (...) Para terminar: eu morri enquanto reinava (...) dando pouco valor às coisas do Ocidente preferi lançar-me na direção da Aurora". (LUCIANO, *Diálogo dos Mortos*. Trad., São Paulo: Edusp/Palas Athena, 1999, p. 189 e 191.)
O comandante militar que se apresenta no trecho acima é:
a) César, o general romano responsável pela conquista da Gália, no século I a.C.
b) Ulisses, o herói grego da conquista de Tróia, em torno do século XIII a.C.
c) Átila, rei dos hunos, cujas campanhas assolaram a Gália e a Itália no século V.
d) Alexandre, o imperador macedônico conquistador da Pérsia, no século IV a.C.
e) Aníbal, general cartaginês que impôs várias derrotas aos romanos no século III a.C.

11. Quando, a partir do final do último século a.C., Roma conquistou o Egito, e áreas da Mesopotâmia, encontrou nesses territórios uma forte presença de elementos gregos. Isto foi devido:
a) ao recrutamento de soldados gregos pelos monarcas persas e egípcios.
b) à colonização grega, semelhante à realizada na Sicília e Magna Grécia.
c) à expansão comercial egípcia no Mediterrâneo Oriental.
d) à dominação Persa na Grécia durante o reinado de Dario.
e) ao helenismo, resultante das conquistas de Alexandre, O Grande.

12 (FUVEST-SP) As cidades-Estado na Grécia:
a) eram politicamente autônomas.
b) apresentavam organização econômica solidária.
c) estavam unidas na política de colonização do Mediterrâneo.
d) possuíam princípios religiosos antagônicos.
e) mantiveram política comercial comum.

13 (FGV-SP) Como resultado das reformas de Sólon. Psístrato e Clístenes, realizadas durante o século VI a.C.. Atenas transformou-se em:
a) uma cidade governada por eupátridas.
b) uma democracia limitada à classe dos cidadãos.
c) uma democracia em que todos os membros da comunidade eram livres e possuíam direitos iguais.
d) uma teocracia em que os sacerdotes ou periecos, como eram chamados, possuíam poderes ditatoriais.
e) n.d.a.

15 (MACK-SP) A queda de Atenas é atribuída:
a) à morte de Sócrates.
b) à invasão dos coríntios.
c) à euforia pela vitória perante os persas.
d) à derrota na Guerra do Peloponeso.
e) ao assassínio de Filipe.

16 (PUC-SP) A Guerra do Peloponeso teve como uma das principais consequências:
a) o fortalecimento da Confederação de Delos.
b) a hegemonia ateniense na Grécia.
c) o incentivo ao comércio e à navegação grega no Mediterrâneo.
d) a ascensão de partidos aristocráticos em toda a Grécia.
e) o declínio da hegemonia espartana.

17 (PUC) - A decadência da Grécia, que teve início a partir do século IV a.C., é explicada, entre outros fatores, pela:
a) ausência de unidade política e pelas lutas entre as cidades-estados.
b) invasão cretense na cidade de Tróia
c) evolução da polis que colaborou para o desenvolvimento da democracia
d) organização social das cidades-estados de Atenas e Esparta, estruturadas sobre o trabalho escravo
e) postura isolacionista desenvolvida pelas cidades-estados sem condições de participar do comércio marítimo.

4 - ANTIGUIDADE CLÁSSICA ROMANA

AS ORIGENS DE ROMA

GEOGRAFIA E POVOAMENTO

A Itália peninsular, cortada no sentido norte-sul pela cadeia montanhosa dos Apeninos, possuía três rios caudalosos: o Pó, o Arno e o Tibre. Limitava-se ao norte, com a cordilheira dos Alpes; a oeste, com o mar Tirreno; a leste, com o mar Adriático e, ao sul, com o mar Jônico. Mesmo cercada pelo mar, não possuía portos favoráveis à navegação; mas, em compensação, seu solo era muito rico e pouco acidentado, o que facilitou muito às comunicações internas e o desenvolvimento da agricultura.

Sabe-se muito pouco sobre a formação de Roma, e o que se sabe sobre ela hoje se baseia no que contam as lendas e, entre elas, destacamos duas principais: a dos irmãos Rômulo e Remo, descendentes do troiano Eneias — que se refugiaria na Itália após a destruição de Tróia pelos gregos. Rômulo e Remo eram netos de Numitor, rei de Alba Longa, destronado por seu irmão Amúlio; este colocaria os gêmeos numa cesta de vime e os atiraria no rio Tibre. Recolhidos no monte Palatino, inicialmente, por uma fêmea de lobo, acabariam criados por um casal de pastores. Ao crescerem, dirigir-se-iam à Alba Longa e tomaram o trono de Amúlio, restituindo seu avô Numitor. Após isso, ao voltarem ao Palatino, fundariam a cidade Roma. A outra história é contada pelo poeta **Virgílio**, em sua obra intitulada ***Eneida***, que retrata a viagem de Eneias da cidade de Tróia, recém derrotada pelos gregos, para edificar Roma.

Roma foi fundada por volta de 753 a.C. (data tradicional para os historiadores) sobre as sete colinas situadas na margem esquerda do rio Tibre, pelas tribos latinas que, originárias da Europa Oriental, atravessaram a cordilheira dos Alpes por volta do ano 1000 a.C. e povoaram a Itália central. Em virtude das constantes ameaças de invasões, principalmente dos etruscos, pelas quais suas vilas poderiam ser destruídas e suas terras tomadas, as tribos latinas e demais tribos, especialmente a dos sabinos, formaram sete vilas em torno de um posto militar avançado, no século VII a.C., para juntarem forças na defesa de suas terras. Desta união formariam uma confederação nas sete colinas denominada "Liga dos Sete", dando origem à cidade de Roma, construída as margens do rio Tigre, iniciando assim, o período Monárquico.

Vejamos o que diz Tito Lívio (num fragmento do livro ***900 Textos e Documentos***, de Gustavo de Freitas):

"Não é sem razão que os deuses e os homens escolheram este lugar para a fundação da cidade: a extrema salubridade dos seus outeiros; a vantagem de um rio capaz de trazer as colheitas do seu interior, bem como de receber os aprovisionamentos marítimos; as comodidades da vizinhança do mar, sem os perigos a que as frotas estrangeiras exporiam uma excessiva proximidade; uma posição central relativamente às diferentes regiões da Itália; uma posição ter sido prevista unicamente para favorecer a expansão da cidade. Acha-se no seu 365º ano, e durante esse tempo o círculo das nações que a doeriam nunca deixou, cidadãos, de estar em guerra convosco; e, todavia, não puderam vencer-vos".

Didaticamente, a história da antiga Roma pode ser dividida da seguinte forma:

- **Monarquia**: 753 a.C. a 509 a.C.
- **República**: 509 a.C. a 27 a.C.
- **Império**: 27 a.C. a 476 a.C.

Cabe ainda dizer que, se na Grécia ele havia sido gestado e desenvolvido, é em Roma que o **Modo de Produção Escravista** atinge sua consolidação. Portanto, a base da organização político-social de Roma e a riqueza de sua civilização e sua cultura estão alicerçadas no trabalho escravo. Este era mais utilizado que todas as outras formas de trabalho e determinou a produção romana. É justamente essa sociedade que tornou-se o maior império visto no mundo até então, baseado no trabalho escravo, que iremos estudar a seguir.

Mercado de escravos em Roma. Assim como a escravização dos inimigos derrotados em guerras, o comércio de escravos abastecia o trabalho escravo em Roma, base de sua sociedade.

A MONARQUIA (753 – 509 A.C.)

A sociedade romana nessa época era representada pelos **Patrícios**, que formavam os grandes proprietários; os **Clientes**, parentes pobres dos patrícios que prestavam algum serviço e beneficiavam-se da proteção da família; e os **Plebeus**, que representavam os estrangeiros, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários de terras pouco férteis.

A **Monarquia**, ou Realeza, foi a primeira forma de governo adotada em Roma, onde o **rei** desempenhava as funções de **supremo juiz**, **sumo sacerdote** e **comandante do exército**; sua autoridade política era, entretanto, limitada e fiscalizada pelo **Conselho dos Anciãos,** órgão composto exclusivamente por patrícios que, segundo a lenda, descendiam dos primeiros habitantes de Roma, donde suas decisões era aprovadas pela **Assembleia Tribal** ou **Comicia Curiata** (composta por patrícios e plebeus). Segundo a tradição, Roma havia sido governada por sete reis: os quatro primeiros, latinos e sabinos; os três últimos, etruscos.

OS ETRUSCOS E O DOMÍNIO SOBRE ROMA.

Os etruscos, no século X a.C. — quando chegaram às costas da Itália —, à semelhança dos gregos, viviam em cidades e não possuíam unidade política ou governo centralizado; foi somente no século VI a.C. que criaram uma liga política, agrupando as 12 maiores cidades da Etrúria.

Urnas com relevos construídas na época do domínio etrusco sobre a cidade de Roma.

Neste processo de centralização e expansão territorial, anexaram Roma aos seus domínios territoriais e poder político. O povo etrusco não apenas tomava dos povos conquistados suas terras e rebanhos, mas também escravizava os antigos aldeões, homens ou mulheres, obrigando-os a trabalharem na lavoura e no cuidado do gado. Aqueles que se recusassem à escravidão eram destinados à morte. Esta classe de escravos, sobreviventes nas lutas contra os invasores etruscos, viria a se transformar pouco a pouco nos "patrícios" e nos "plebeus".

Os etruscos, entretanto, não conseguiram ordenar politicamente as suas províncias: após acabarem com a Liga dos Sete, não mantiveram a unidade de comunicação econômica, social e cultural entre as colônias. E, do ponto de vista político, dividiram as aldeias em muitos reinados, sendo que os reis etruscos, continuando com o espírito de violência, passaram a disputar entre si o poder central. Em pouco tempo, os mais cruéis conquistam os restantes: ao final, resta a dinastia dos Traquinos que procura, então, instaurar uma unidade monárquica para todas as aldeias. Porém, as rivalidades externas entre os exploradores, os etruscos, somadas à indignação dos explorados, os aldeões, minavam a estrutura interna da monarquia. No final do século VI a.C, em 507, os aldeões e patrícios realizaram uma revolução, aproveitando-se das constantes lutas entre os colonos e os gauleses. Estes últimos estavam estabelecidos na atual França e buscavam apropriar-se do vale do rio Pó, região de terras muito férteis ao plantio. Tanto os patrícios como os plebeus, não permitiram ao último rei da dinastia etrusca, **Tarquino, o Soberbo**, regressar para Roma, com seus exércitos derrotados, nas guerras contra os gauleses.

Donos novamente de suas terras e de seus rebanhos que haviam sido tomados dos ancestrais pelo Império Etrusco, os **patrícios** tiram proveito das instituições do antigo explorador, fortalecendo os laços entre as aldeias e dominando as terras mais produtivas. De tal modo **aboliram a monarquia**, contudo utilizaram as instituições para fortalecerem os laços da confederação. Iniciava-se assim, o período republicano de Roma.

A REPÚBLICA (509 – 27 A.C.)

A ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

Durante o período de dominação etrusca, os aldeões escravizados formavam uma classe que teve seu desenvolvimento interno: alguns cuidavam apenas da agricultura; outros apenas da pecuária; uns faziam roupas e acessórios de pano e madeira, outros, ainda, trabalhavam com a fundição do ferro, produzindo acessórios e armas. Na revolução todos se uniram, mas derrotados os etruscos, os revolucionários tentaram outra vez uma hierarquia social.

Nessa época, a sociedade romana estava dividida em quatro classes principais: os **patrícios**, que constituíam a nobreza que, segundo a tradição, descendiam das primeiras famílias que habitaram Roma; os **plebeus** — que, em meio aos fabricantes de roupas e acessórios, em certo número se tornaram patrícios, mas, a maioria, veio a adquirir pequenas extensões de terras —, continuavam com as atividades econômicas nos ofícios em que eram especializados; os **clientes**, dependentes e agregados dos patrícios, prestavam serviços aos grandes proprietários de terra; e, agora, os **escravos**, que eram antigos habitantes pobres endividados ou prisioneiros de guerra. Mesmo somando esses com os antigos etruscos, que preferiram a escravidão à morte, a economia da República ainda careceria de mais escravos, uma vez que, a economia era, pelo costume herdado pelo contato com os gregos, movida por este tipo de trabalho. Os patrícios, então, iniciariam investidas militares que visavam, através da conquista de povos vizinhos, aumentar suas propriedades de terra e obrigar os antigos habitantes à escravidão.

Num primeiro momento, a preocupação patrícia foi de realizar reformas internas nas estruturas econômica, social

e política que dirigiam. Assim, durante mais ou menos um século e meio, o tempo de três gerações, anexaram apenas algumas vilas vizinhas. Só em 326 a.C, com sua estrutura internamente fortalecida, dão inicio às conquistas da região da Itália atual e, logo, em 280 a.C, de toda a região do mar Mediterrâneo.

A ESTRUTURA POLÍTICA

O termo "república" advém do latim "res publica" e significa 'coisa pública', 'Estado', 'a administração do Estado'. No entanto, as instituições políticas republicanas romanas eram controladas pelos patrícios, dando um caráter aristocrático e conservador. Roma apresentava como órgão máximo o Senado, composto pela totalidade dos patrícios mais ilustres, que conduziam a política interna e externa. Estes escolhiam os magistrados e controlavam o "Tesouro Público" (**Aeraium**). Os poderes executivos, legislativos e judiciários estavam com os senadores; entretanto, para tornar viáveis essas atividades, o Senado foi aos poucos se modificando internamente, diversificando as suas funções. Assim, alguns patrícios, além de senadores, eram:

- **Cônsules** - detinham o poder legislativo: confeccionavam as leis civis e presidiam as reuniões do Senado onde as primeiras poderiam ser aprovadas;
- **Pretores** - detinham o poder judiciário: fiscalizavam a obediência às leis e, no caso de contravenção, presidiam os julgamentos públicos;
- **Questores** - detinham o controle do tesouro público: tinham função de reconhecer e resolver as questões econômicas;
- **Censores** - detinham o conhecimento e controle do Censo: eram encarregados de fazer a contagem e classificação dos habitantes de Roma, classificando-os de acordo com suas riquezas e condutas;
- **Edis** - detinham o poder executivo: cuidavam da conservação do núcleo urbano de Roma, de seu abastecimento de provisões, e da segurança dos cidadãos por meio de policiamento.

O Senado da República de Roma era o órgão máximo de poder e um instrumento de consolidação e dominação política dos patrícios sobre os demais grupos sociais romanos. Acima, Cesare Maccari (1840-1919), representa o primeiro discurso de Cícero contra Catilina, proferido em 8 de novembro de 63 a.C.Cícero denuncia o golpe de Estado tramado por Catilina. As catilinárias (discursos de Cícero contra Catilina) começam com o célebre trecho utilizado ainda hoje nos meios políticos: "Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda há-de zombar de nós essa tua loucura?".

Os senadores acabaram por instituir, em províncias mais distantes, outras instituições, como as **Assembleias**. Eram três: a **Curial**, a **Centurial** e a **Tribal**, pelas quais as leis e decisões do Senado eram comunicadas aos plebeus, aos soldados e aos escravos. Contudo, a totalidade das instituições políticas, por mais que fossem aos poucos sendo aprimoradas pelo engenho de alguns patrícios, não poderiam encontrar a solidez e segurança que seus fundadores aspiravam no solo da sociedade total que as instituíra. Estas instituições eram válidas apenas aos patrícios, minoria da população; aos plebeus e os escravos, que eram o maior número nas cidades, foi vetada não apenas a elaboração das instituições políticas, mas principalmente, a participação política nelas. Essa hierarquia social e política, era, simultaneamente, econômica: tinha ao topo da pirâmide uma pequena soma de homens, os **Oligarcas**. Desta maneira, o sistema romano produzia internamente uma constante tensão entre as classes: desde o seu início, a República Romana vivia na proximidade da convulsão social.

A importância da plebe e conflitos sociais

Em 494 a.C, os **plebeus** indignados com os patrícios pelas novas legislações do Senado, retiraram-se coletivamente de Roma e, num protesto inteligente e pacífico, refugiaram-se no **Monte Sagrado**, recusando-se em contribuir com sua força de trabalho à estrutura da República. Exigiam, sobretudo do ponto de vista econômico, a **abolição da Lei Nexum**, um dispositivo que poderia transformar em escravo qualquer plebeu ou cliente que não pudesse pagar suas dívidas para com os oligarcas latifundiários, ou seja, para com os patrícios. O absurdo desta lei é entendido se lembrarmos que a maior parcela de alimentos em Roma era produzida nas terras dos patrícios e estes colocavam o preço que queriam nos alimentos. Na visão política, por imediato, exigiam participar das discussões e decisões no Senado. Os patrícios, vendo a gravidade da crise, não recorreram à repressão militar — porque se matassem os plebeus, praticamente assinariam o fim da república —, sabiamente, concedem direitos aos plebeus. Estes retornaram à cidade de Roma quando conquistaram o direito de eleger entre os seus alguns representantes no Senado; eram os **Tribunos da Plebe**, senadores que defendiam aos interesses dos plebeus, podendo, inclusive, vetar algumas resoluções dos patrícios. Principia, de tal modo, um processo de discussões políticas entre os primeiros e os segundos, com o objetivo de diminuir às tensões econômicas e sociais de Roma que resultaria, em 450 a.C, numa nova constituição, mais justa, denominada a **Lei das XII Tábuas**.

Após constatarem que a atividade política dos plebeus havia sido responsável pela superação da longa crise inicial, os patrícios concedem a eles o direito de ocupar cargos nas diversas magistraturas, inclusive o Consulado, pelas **Leis Licínia Sextia** (367 a.C.). Perceberam, além disso, que com a ajuda deles Roma saiu fortalecida e, agora, poderiam reiniciar a expansão por novas terras e novos escravos estrangeiros. Os patrícios concedem aos plebeus, assim, em caso de ampliação da estrutura, o acesso às terras conquistadas pelas campanhas militares: estava aberto o caminho para que alguns plebeus se tornassem latifundiários. Além disso, a **Lei Canuleia** (450 a.C.) passou a permitir o casamento entre as diversas classes, evento que, até então, fora proibido.

A plebe (do latim plebem, que significa "multidão") habitava Roma sem poder exercer a cidadania (acesso aos direitos políticos) e era composta, basicamente de homens livres que podiam possuir pequenas propriedades, pagavam tributos e prestavam serviços militares. Ao longo da República romana, foram adquirindo direitos políticos, porém, após a expansão romana, empobreceram e se marginalizaram, culminando nas guerras civis do final do período republicano.

A lição aprendida pelos patrícios foi a seguinte: se quisessem manter a estrutura histórica de Roma deveriam modificá-la aos poucos, de tal maneira que a frágil e extremamente injusta hierarquia inicial — na qual poucos tinham poderes legais — fosse, ao longo do tempo, promovendo a inclusão econômica, social e política dos plebeus; a exclusão era a causa das tensões sociais e das violências a que estavam sujeitos. Se quisessem viver felizes e seguros, sabiam os mais inteligentes de Roma à época da Lei Canuleia, que patrícios e plebeus deveriam se desenvolver historicamente até formarem uma classe só, havendo equilíbrio de poder econômico, social e político para uma maioria de homens livres. Entretanto, não foi isso que aconteceu, os oligarcas não queriam abrir mão de seus latifúndios para que os plebeus pudessem ser incluídos; não pensaram em reformar internamente a estrutura econômica, social e política excludente da cidade, mas em expandi-la a fim de conseguir enormes quantidades de terra pelo mundo e escravizando populações locais. Por estas e outras, costuma-se designar ainda a oligarquia de Roma, assim como fora àquela de Esparta, uma oligarquia militar.

A EXPANSÃO PELA GUERRA

O domínio sobre a Itália e sobre o Mediterrâneo

Roma iniciou sua expansão territorial por meio de guerras. Além da expansão do território propriamente dita, o objetivo central era abastecer sua economia de escravos para que ela se fortalecesse. O primeiro passo foi a conquista da própria Península Itálica. Em 326 a.C, trinta anos após as Leis Licínia Sextia, o Senado, sob o comando dos patrícios, inicia a expansão militar na Itália, subjugando, primeiramente, os **samnitas**, fundando a colônia de **Venusa** (a atual Veneza). Pouco a pouco conquistam os povos à beira do mar Adriático. Até meados do século III a.C. a conquista da Itália se completava com a ocupação da Etrúria (ao norte) e da Magna Grécia (ao sul).

Em seguida, partem avançam rumo ao Mediterrâneo, mas esbarram no poder militar de uma poderosa cidade que fora fundada pelos fenícios, cujo núcleo urbano era o norte da África, e que mantinha colônias no sul da Itália: trata-se de **Cartago**.

As Guerras Púnicas (264 – 146 a.C.)

Roma e Cartago mantiveram inicialmente relações amistosas e diplomáticas: mas, os patrícios tinham outros planos. Estes organizaram duas frentes de avanço, uma para o norte, outra para o sul. Entre 264 e 261 a.C. ocorre a **1ª Guerra Púnica**, na qual os romanos tomavam a Sicília dos cartaginenses. Quanto aos exércitos que avançavam para o norte visando o vale do rio Pó (220 a.C.), os gauleses são derrotados e recuam para dentro do continente, concentrando-se na região da atual França.

Aníbal, general cartaginense lembrado por sua prudência e inteligência, empreende a recuperação das terras perdidas e, no norte da Itália, toma a vila de **Sagunto**, fato que deu origem à **2ª Guerra Púnica**, que durou de 219 a 201 a.C. Os dois lados pediram armistício depois de quase vinte anos de conflito, devido aos problemas econômicos e sociais internos ao núcleo urbano das duas cidades. Durante o conflito das tropas do sul contra os cartaginenses, porém, as falanges romanas do norte, sob o comando do general **Cipião**, conquistavam a **Espanha**, numa guerra que durou entre 208 a 206 a.C. Selado a trégua com os cartaginenses, os estrategistas militares de Roma elaboram novos planos para as tropas do sul.

À esquerda: o general cartaginense Aníbal que, junto com seu exército, quase derrotou Roma nas Guerras Púnicas. À direita: em sua marcha para invadir Roma, Aníbal usou elefantes como arma-secreta. Centenas desses

animais cruzaram os topos dos Alpes para combater o exército romano. Próximo ao fim das Guerras Púnicas, o senador de Roma Catão proferia violentos discursos vociferando contra Cartago. Ao término deles, sempre afirmava: "Delenda Est Carthago" ("Cartago deve ser destruída").

A **3ª Guerra Púnica** acontece meio século depois (149 a.C.), e dura apenas três anos quando **Cipião, O Africano**, toma não apenas o sul da Itália e as ilhas, mas também a própria Cartago, no norte da África, transformando-a em província romana. Simultaneamente, haviam sido designadas tropas para rumarem ao leste e dominarem o Mediterrâneo Oriental. As tropas conquistam a **Macedônia** (148 a.C.) e depois a **Grécia** (146 a.C.), sob o comando do general **Paulo Emílio**. O general **Mário** conduz os exércitos do norte à conquista de **Portugal** (136 a.C.) e, depois, atravessa a Itália vitorioso, rumando ao sul, onde conduziria suas tropas à conquista do **norte da África** (113- 101 a. C.).

Todas as cidades dominadas por Roma foram transformadas em províncias, e assim, as terras passam a ser propriedade do Senado Romano. As populações locais eram escravizadas e seus negócios públicos eram conduzidos por patrícios e por alguns plebeus romanos que se mudavam aos locais, junto com os exércitos. Cartago fora completamente destruída. Roma agora controlava todo o Mediterrâneo. A língua dos negócios era o latim e a legislação, apenas cuidada pelos patrícios e plebeus residentes, era ditada pelos interesses do Senado Romano. Roma consolidava o ***Mare Nostrum***, ou seja, o "nosso mar", como denominavam o Mediterrâneo após as suas conquistas hegemônicas.

As consequências da expansão militar e das conquistas territoriais

Durante dois séculos e meio de expansão militar, o tempo de quatro ou cinco gerações, os patrícios, pelos acordos que fizeram com a plebe, conseguiram um quadro interno de estabilidade e desenvolvimento econômico, social e político. Aos poucos, contudo, passaram a desviar grandes somas dos tributos públicos — retirados dos impostos, das reformas sociais que visavam atender a plebe e a vida interna da república — para os investimentos nas armas e nos exércitos: as casas de fundição de espadas, elmos, carruagens e demais apetrechos do exército; não custa lembrar que tudo isso era de propriedade de alguns patrícios. A política econômica dos gestores era, por conseguinte, voltada à guerra e, do Tesouro Público, pouco se retirava aos investimentos sociais, pois os oligarcas acreditavam que, depois da expansão, resolveriam as questões econômicas internas. Como veremos, com o passar das gerações, acabaram se tornando cegos para com as questões internas, e a economia de guerra tornou-se constante: este seria um dos motivos da ruína futura de Roma.

No processo de conquista de todo o contorno norte do Mediterrâneo, ao leste, bem como do Vale do Pó e da Península Ibérica, ao norte, a cidade de Roma era o centro urbano de uma grande estrutura econômica, social e política, composta por muitas províncias que produziam os mais variados bens de consumo; houve um processo centrífugo de constante afluxo destes bens em direção à capital, o que causou um grande impacto na economia e sociedade.

Do final do século IV ao início do século I a.C, como vimos, Roma expandiu de modo considerável seus territórios e, logo, o número de escravos, plebeus e clientes cresceu bastante. A transformação de uma economia baseada, principalmente, na pequena propriedade agrária e no trabalho livre para um sistema latifundiário e escravista de produção, provocou a ruína dos camponeses. Este fenômeno estava ligado: na concentração de terras nas mãos de uma aristocracia latifundiária; no surgimento de uma grande massa de desempregados que migraram dos campos às cidades, provocando um grande **êxodo rural**; numa crescente queda dos preços dos produtos agrícolas em Roma, fato que levou à falência alguns clientes e plebeus proprietários de pequenas terras, que foram, de tal modo, transformados em escravos por dívidas. Mas não foi só isso: outra decorrência foi que os bens de consumo vinham do trabalho escravo das províncias, chegavam quase de graça aos patrícios e, assim, os plebeus que se ocupavam com a produção de roupas, instrumentos de casa e campo, apetrechos e utilitários em geral, não conseguiam competir com os produtos importados. Os patrícios haviam prometido a inclusão social aos plebeus; todavia, depois das conquistas, uma grande parte deles começou, efetivamente, a ser excluída: ocorreu um fenômeno de escravização dos clientes e plebeus na vida urbana de Roma. Portanto, no final das contas, os latifundiários estavam aumentando seus domínios e riquezas e, isto se dava às custas das perdas dos domínios das populações das províncias e da perda das riquezas e poder dos plebeus. A oligarquia tendia a aumentar seu poder político e a diminuir o dos plebeus e clientes, transformando-os, não em aristocratas, mas em escravos.

A abertura do mar Mediterrâneo aos romanos favoreceu o desenvolvimento da manufatura e do comércio e, em decorrência dessa prosperidade, formou-se uma nova classe social de comerciantes e militares que se enriqueceram com as guerras: os **Homens Novos** ou Cavaleiros; a nova classe emergente possuía, entretanto, pouca participação política na República. Essas novas personagens, somadas às demais esferas da classe popular iriam se opor politicamente aos aristocratas.

Diante das tensões internas crescentes, os plebeus mais sábios, exercendo os cargos de tribunos da plebe, em conjunto com os homens novos, sentindo a latente convulsão social que balançava a estrutura econômica e política da capital Roma, formam o Partido Popular, propondo ao Senado algumas reformas estruturais: entre elas, pediam a **reforma agrária**. É composto também o Partido Aristocrático, composto pelos grandes proprietários rurais que se opunham à realização de reformas que prejudicassem seus interesses. As lutas entre esses dois partidos estender-se-iam de 133 a 27 a.C., caracterizando a fase final da decadência da República Romana.

As reformas de Tibério e de Caio Graco (133 – 121 a.C.)

Os irmãos **Tibério e Caio Graco,** eleitos sucessivamente **tribunos da plebe**, procuraram solucionar a crise da República, através da realização de melhorias que atendessem às reivindicações dos desempregados e dos homens novos. A violenta reação da aristocracia impediu, entretanto, a concretização dessas reformas populares.

Os argumentos dos irmãos Graco eram que, para superar a crise, seria preciso dividir as grandes propriedades dos patrícios e distribuí-las entre os muitos plebeus. Com a **reforma agrária**, pequenas parcelas de terras seriam concedidas a todos os patrícios e plebeus que, logo, em seus próprios solos, dinamizariam a produção agrícola, e, assim, pelo menos de fome a maior parte da população da capital não padeceria. No trecho abaixo, Tibério Graco denuncia:

"Os animais selvagens, espalhados na Itália, têm cada uma a sua toca, o seu covil, a sua furna; aqueles que combatem e morrem pela Itália têm apenas o ar e a luz, e mais nada; sem teto e sem casas, andam errantes com suas mulheres e seus filhos. Os generais mentem quando, nas batalhas, animam os soldados a combaterem os inimigos para a defesa dos túmulos e dos lugares de culto: entre tantos romanos, não há um que possua um altar familiar, uma tumba de antepassados. Guerreiam e morrem unicamente para o incremento do luxo e da opulência dos outros: são chamados senhores do mundo e não têm para eles um pedaço de terra". (Issac, J. e Alba, A. *Tibério Graco. História Universal*)

Segundo os plebeus, representados pelos irmãos no Senado, a violência da guerra civil não eclodiria se houvesse reforma agrária e as tensões sociais e relações violentas diminuiriam na exata medida em que mais e mais plebeus fossem sendo incluídos na vida econômica, social e política de Roma. Mas isto implicava em repartir, coisa que, devido à ambição cega da oligarquia, os patrícios negavam. Em vez de escutar a voz da plebe, confiaram nas vitórias externas do exército, e sonhando em dominar cada vez mais o mundo, os patrícios assassinaram Tibério (133 – 132 a.C.) e, depois de dez anos, obrigaram Caio (123 – 121 a.C.) a se suicidar. Minadas as soluções pacíficas para a crise, eclode a guerra civil.

Baixo-revelo do século II a.C. demonstrando a guerra civil em Roma.

A CRISE DA REPÚBLICA E AS GUERRAS CIVIS

Mais ou menos de 130 a 100 a.C, a capital romana foi palco de confrontos armados entre os plebeus e os patrícios que se matavam uns aos outros. Como se tornasse insuportável a vida em meio à guerra civil, instaura-se, por volta do ano 100 a.C., a **Ditadura Militar**. Os soldados eram antigos escravos e plebeus: contudo, demasiados distantes das questões internas pelas longas viagens, somando-se à rígida disciplina nacionalista a que eram submetidos — tatuava-se, por exemplo, com ferro quente em seus braços, a sigla "SPQR", que significava o "Senado e o Povo Romano" —, tendiam a se identificar mais com os interesses belicistas dos patrícios que com as intenções de reformas econômicas e sociais dos plebeus.

O primeiro ditador foi o vitorioso general **Mário**, após voltar das conquistas do exército na África. Suas principais medidas foram aumentar o soldo dos plebeus que serviam no exército e conceder-lhes o direito ao espólio de guerra; e, sobretudo, o direito de após 25 anos de serviço militar, receberem um lote de terra numa das províncias conquistadas. Após sua morte, os cônsules patrícios colocam **Sila** no poder, militar pouco conhecido, que tendia a ser marionete dos oligarcas. Estes, vendo que pela repressão e pelo engodo tendiam a enfraquecer os plebeus, e ainda no contexto de convulsão social, promovem mais uma reforma de fachada, a resolução da chamada "Questão Itálica" (91 a 88 a.C.). Agora todos os habitantes da capital e das províncias, fossem plebeus ou escravos, eram considerados cidadãos. Neste meio tempo, continuam com suas intenções originais, conquistando a **Síria** em 88 a 63 a.C.

Em 60 a.C, o Senado elege o **Primeiro Triunvirato**, em que os governantes supremos seriam três generais: **Júlio César, Pompeu e Crasso**.

Pompeu já houvera reprimido uma rebelião comandada por Quinto Sertório, na Península Ibérica (78-72 a.C.). Crasso foi o comandante da repressão à **revolta de escravos** liderada por **Espártaco (Spartacus)**, entre 73 e 71 a.C. Essa revolta de escravos, iniciada no sul da Itália, logo se espalhou por toda a península, movimentando mais de 60 mil escravos. Comandados por Espártaco, o principal objetivo dos revoltosos era o de, por meio da conquista da liberdade, retornarem às suas terras de origem. Em seus combates, chegaram a derrotar o exército romano por cinco vezes. Em 71 a.C., ilhados na Sicília, não podendo retirar-se pelo mar, os rebeldes são derrotados. Para dar o exemplo do que acontece com os contestadores da ordem, cerca de 6 mil escravos foram crucificados na estrada entre Roma e Cápua, a via Ápia.

Acima: baixo-relevos demonstrando escravos servindo vinho e um escravo sendo agredido por seu senhor. Abaixo: cenas do filme *Spartacus* (1960), de Stanley Kubrick, retratando a maior revolta de escravos ocorrida na Antiguidade.

De 58 a 51 a.C., Júlio César empreendeu a conquista da **Gália** (região da atual França), levando seus exércitos até a **Grã-Bretanha**. Em meio ao tempo, morre Crasso. Júlio César desce a península italiana e chega ao **Egito**, que se torna província romana em 47 a.C e na **Numídia**, em 46 a.C. Estas conquistas espetaculares foram usadas pelo Senado para aliviar as tensões sociais, pois, junto à plebe, alastrava-se um nacionalismo de louvor ao poderio militar de Roma que começava a chegar num ponto de expansão nunca dantes alcançado, nem mesmo por Alexandre Magno. **Júlio César** regressa vitorioso à capital e afasta Pompeu pelas armas. Proclama-se então **ditador vitalício**, e concentra em suas mãos todo o poder político de Roma, ficando acima do Senado. Os oligarcas, contudo, passaram a conspirar contra o ditador que, depois de alguns anos, é assassinado nas escadarias do Senado.

Devido à propaganda que fizera das conquistas militares extraordinárias de Júlio César, o Senado viu-se acuado novamente: os escravos e plebeus, comovidos com o assassinato do general, reiniciam a guerra civil. Os cônsules colocam novamente três ditadores na arena formando o **Segundo Triunvirato**: **Marco Antônio, Lépido e Otávio**. Estes passam a disputar entre si, com as armas, o poder. Após derrotar seus rivais, e conquistar a **Panônia**, estendendo o domínio de Roma ao vale do Danúbio (uma região da atual Alemanha), e efetivar o controle do Egito — reprimindo os egípcios por quererem se libertar —, Otávio é premiado pelos oligarcas do Senado com os títulos de **Princeps**, ("Primeiro Cidadão") e **Imperator** ("Supremo Mandante"). Arroga-se para si mesmo, também, o título de **Augustus** ("Divino"). Realizando uma série de reformas que conduziam a uma maior centralização do poder, **Caius Otavius Augustus Caesar (Otávio Augusto) inaugura o Império Romano** e põe um termo final às aspirações democráticas da fase republicana.

"Os romanos, tendo submetido os tirrenos e os samnitas e batido os celtas (gauleses) em numerosos reencontros, empreenderam... atacar o resto da península, lutando, não como se tratasse para eles de uma terra estrangeira, mas dum solo... que já lhes pertencia... Por fim, tendo expulsado da Itália as forças de Pirro e o próprio Pirro (274 a.C.), atacaram e abateram por sua vez os que tinham feito causa comum com ele. Conseguiram, contra o que era de esperar, o domínio de todos os povos, e sujeitaram, à exceção dos celtas (do vale do Pó), a totalidade dos habitantes da Itália". ("Políbio. Histórias" In FREITAS, Gustavo de. — *900 textos e documentos de História*.)

O IMPÉRIO ROMANO (27 A.C. – 476 D.C.)

Em 14 d.C., morria Otávio Augusto. Ele governara Roma desde a inauguração do Império, em 27 a.C. Ao longo de seu período no governo, também chamado de **Principado**, Otávio Augusto concentrou em si os poderes político, militar e religioso. O próprio Senado sofria suas interferências. Com Augusto inaugura-se e se consolida o período do apogeu do poderio de Roma: o Império, estendendo-se de 27 a.C (quando Otávio Augusto assume o poder) até 476 d.C. (na queda de Roma). Podemos dividir o período do Império em dois momentos:

- **Alto Império** (27 a.C. – 235 d.C.): abrange o apogeu de Roma, onde o Império atingiu uma grandiosidade até então inédita na História da humanidade. É marcado pela instabilidades nas instituições, pelo pleno controle sobre as províncias;
- **Baixo Império** (235 – 476): é o período do declínio romano, marcado pela Crise do Século III, pela crescente instabilidade política e social, pela crise do escravismo e a desagregação do poder central.
    - Em menos de um século, Roma se tornou o maior Império que já havia existido até então. Cabe, portanto, compreender como os romanos atingiram seu auge e seu declínio.

ALTO IMPÉRIO (27 A.C. – 235 D.C.)

O PRINCIPADO

O termo "Principado" derivado de "princeps" — título recebido pelo imperador Otávio (27 a.C a 14 d.C.) pelo Senado romano e que significa "Primeiro Cidadão" —, é o nome que se dá, por vezes, ao regime político do Império Romano até Diocleciano (284 – 305 d.C).

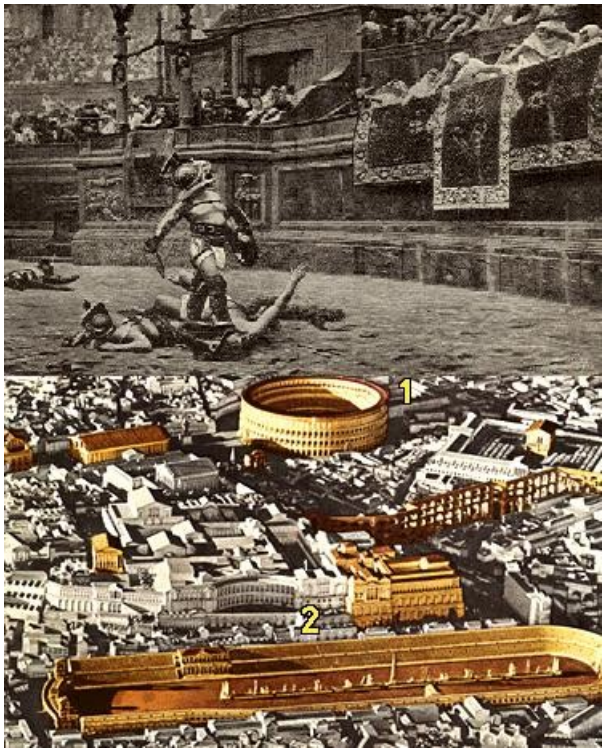
Quando Caio Otávio retornou do Egito com seu numeroso exército, o império se estabeleceu de fato em Roma. Embora ele conservasse em seu reinado as aparências republicanas, seu poder apoiava-se efetivamente no **Imperium** ("Comando do Exército"), no **Poder Proconsular** ("direito de indicar os governantes das províncias") e no **Poder Tribunício** ("poder de caráter popular delegado pela plebe"). Por ser o primeiro governo do novo regime, foi peculiar, semelhante a uma fase de transição: das aparências republicanas ao imperialismo efetivo.

Otávio Augusto, primeiro imperador romano, governando, entre 27 a.C. e 14 d.C., o maior império que o mundo da Antiguidade conheceu. As reformas de Augusto foram tão importantes para Roma que o século I a.C. ficou conhecido como "O Século de Augusto".

Foram inúmeras as reformas de Augusto. Dentre elas, destacamos:

- no **plano social** dividiu os habitantes do Império em "cidadãos" (5 milhões) e "provinciais" (50 milhões), além de dividir os primeiros em três ordens segundo a renda anual;
- no **plano militar** criou um exército de 300 mil homens (cidadãos) divididos em 25 legiões. Os provinciais que fossem recrutados para servir recebiam a cidadania após o serviço;
- no **plano cultural** incentivou as artes e a literatura, além de restabelecer e proteger a religião romana (grega): trata-se da política da **Res Gestae** ("as obras de Augusto");
- no **plano administrativo** criou uma junta para auxiliá-lo no governo;
- no **plano fiscal**, a arrecadação de impostos passou a ser realizada por funcionários do Império ao invés de terceiros.

Augusto também iniciou, com os recursos trazidos do Egito, a chamada política do **Pão e Circo**, ou seja, além de distribuir alimentos, promovia jogos e espetáculos públicos acessíveis à plebe para que aceitassem o governo sem contestação. A isso se somou uma intensa propaganda nacionalista oficial do aparelho estatal romano.Os domínios foram divididos em **Províncias Imperiais** (as mais recentes ainda não romanizadas, nas quais a presença de tropas era necessária) e **Províncias Senatoriais** (de antiga presença romana, onde não havia necessidade de guarnição permanente).



Acima: gladiador observa os polegares para baixo, demonstrando a vontade do público de que mate o adversário derrotado. Nos espetáculos, o imperador decidia se a vida do derrotado era poupada, ou não, apontado o polegar para cima ou para baixo, gesto imitado pelos patrícios e pela plebe. Abaixo: na reprodução da antiga Roma, o n°1 é o Coliseu (fundado em 80 a.C.) e o n° 2 é o Circus Maximus (cuja data de fundação é imprecisa, mas existia já com a monarquia etrusca). Ambos os estabelecimentos comportavam os jogos romanos (*Ludi Romani*), fundamentais para a manutenção do "Pão e Circo" ao longo do Império.

Otávio Augusto definiu seu governo da seguinte maneira: "Estendi os limites de todas as províncias do povo romano fronteiriças de nações que escapavam à obediência do Império. Restabeleci a ordem nas províncias das Gálias e das Espanhas, bem como na Germânia... A minha frota navegou ao longo do oceano, desde as bocas do Reno para leste, até ao território dos cimbros, aonde nenhum romano chegara antes, por terra ou por mar... Juntei o Egito ao Império... Recuperei todas as províncias para além do Adriático... e tinha antes recuperado a Sícilia e a Sardenha... Instalei colônias dos meus soldados em África, na Sícilia, na Macedônia, nas duas Espanhas, na Acaía, na Província da Ásia, na Síria, na Fália meridional e em Antióquia. Além disso, a Itália recebeu 28 colônias... Várias vezes me foram enviadas pela Índia embaixadas reais... e a nossa amizade foi procurada, por meio de embaixadores, pelos bastardos, os citas, e os príncipes dos sármatas... e pelos soberanos dos albanos, dos íberos e dos medos". ("Augusto. Monumento de Ancara" In Freitas, Gustavo de. — *900 textos e documentos de História*)

O **Alto Império Romano** foi um período marcado pelo **fim da expansão territorial**, quando Roma alcançou sua maior extensão. As guerras praticamente terminaram, sendo assim, o povo experimentou um período de muita prosperidade tanto econômica quanto cultural, somado à paz, denominada **Pax Romana**. Trata-se da ordem romana sobre o mundo, onde a cultura romana se estendera para todos os cantos do Império estabilizado por meio das armas

e do domínio político. Nenhum Império, até então, havia atingido tamanha grandeza.

Ao longo do Alto Império, Roma atingiu o máximo de sua expansão. Para consolidá-la, impôs a *Pax Romana*, onde, por meio da força militar, garantia o controle e a ordem sobre suas províncias, mantendo uma verdadeira "paz armada".

As construções públicas de diversão se multiplicaram: são teatros, anfiteatros, termas, circos, o próprio **Coliseu** é inaugurado apenas em 80 d.C. No entanto, Roma começa a sofrer algumas pressões em suas fronteiras ainda no governo de **Marco Aurélio** (161-180 d.C.). **Caracala**, em 212 d.C., estende a todos os habitantes do Império a cidadania romana terminando assim com os títulos de "provinciais" da época de Augustus. Os resultados do final da expansão militar têm início, pois aos poucos faltam escravos.

No plano religioso, a tentativa de Augusto em restaurar e proteger a religião romana fracassa, vários cultos orientais penetram em Roma, em especial o culto à "Ísis", originado no Egito. Sob o governo de Tibério (14-37 d.C.), vive e morre Jesus Cristo, e da pregação de seus discípulos nasce o Cristianismo, que sob o governo de Cláudio (41-54 d.C.) chega a Roma. Os cristãos são perseguidos, classificados como conspiradores do estado imperial, mas no Oriente, desde a Grécia até o Egito, por todo o Oriente Médio, a religião ganha força. Durante todo o processo de expansão do Alto Império, o desenvolvimento da vida interna nas províncias era determinado pela cultura romana, não obstante, os povos conquistados guardaram, no cotidiano, muitos dos seus costumes antigos. A religião **politeísta** dos romanos acabava permitindo e incorporando algumas características de outras religiões; na França e na Grã-Bretanha, por exemplo, os antigos povos celtas, agora sob o domínio dos patrícios, embora todos os documentos públicos fossem escritos em latim, continuavam a falar os dialetos celtas e a cultivar as divindades locais tais como os "elfos" e as "linfas da floresta". Outras vezes, influenciava como, aliás, deu-se com a religião católica no que toca à multiplicidade de santos.

Embora seja impossível controlar totalmente os corpos e espíritos, as populações locais eram constantemente subjugadas, principalmente, na exploração do trabalho: a estrutura econômica das sociedades antigas era fundada na agricultura e no artesanato e a produção dava-se pelo trabalho escravo. No caso das províncias romanas, os povos subjugados eram escravizados, obrigados a trabalhar nos campos de cultivo, no artesanato de utensílios e roupas, na construção civil e limpeza urbana, enquanto os patrícios ficavam encarregados de recolher os impostos, arrecadarem a maior parcela dos produtos e de administrarem as cidades. Na estrutura total do império, todas as províncias eram assim mantidas sob o jugo dos patrícios locais pela autoridade do poder central de Roma, à qual eram remetidas partes de riquezas das diferentes províncias e de onde partia, para todas as colônias do império, como de um coração verte o sangue para outros órgãos, a autoridade organizada no poderio militar dos exércitos sob a forma de ordens a cumprir.

- O Alto Império Romano chegaria ao máximo de sua expansão com o imperador **Trajano** que conquista, entre 101 e 110 d.C., a **Arábia**, a **Armênia** e a **Mesopotâmia**. Daí em diante seria declínio do Império, que culminaria com sua ruína pelas invasões dos bárbaros que o esfacelariam. A história nos ensina, ainda hoje, o triste fim que está reservado às sociedades que intentem, por meio de políticas imperialistas, estabelecerem domínios sobre todas as outras, e serem as primeiras e senhoras entre as demais.

O BAIXO IMPÉRIO (235 – 276 D.C.)

FRAGMENTAÇÃO E CRISES

O Alto Império Romano manteve por um tempo o controle sobre suas províncias: possuía legiões de 6.000 homens, manípulos de 200 e centúrias de 100; estas eram as divisões militares, nas quais um legionário, um manípulo ou um centurião servia ao exército por 16 anos. Contudo, não foi por muito tempo, durante o período de expansão do Império, habituam-se a uma prosperidade econômica, social e política. No plano da cultura o latim vive o esplendor clássico na poesia de Virgílio, Ovídio, Horácio, entre tantos outros.

Nas fronteiras com a **Germânia**, contudo, os ditos "bárbaros", empurrados pelos mongóis que migravam da Ásia e pelos eslavos da atual Rússia em direção ao mundo romanizado, constantemente tomavam províncias romanas, como por exemplo, àquelas do vale do Danúbio onde habitavam antes da conquista; elas se tornavam, em consequência, independentes da organização local chefiada por patrícios.

CAUSAS INTERNAS DA CRISE

As **causas internas** da fragmentação do Império são de variada natureza e os historiadores dão maior peso a um ou a outro acontecimento do processo. Todos, porém, tiveram sua importância e contribuíram no sentido de transformações futuras.

DESPOVOAMENTO DO IMPÉRIO

Determinadas a viver como escravas, as populações locais subjugadas não produziam e nem viviam com o ímpeto que os patrícios romanos exigiam, pois não podiam ter as perspectivas de bem-estar que lhes fariam contentes. O sistema antigo de produção, com efeito, estava montado para beneficiar cada vez mais os patrícios. **Cícero**, senador que vive no final da República, escrevera que a maioria dos patrícios era feita de oligarcas irracionais e estúpidos, pois eram escravos de paixões como a ambição cega e a luxúria desmedida. A questão do despovoamento do Império já era preocupação do imperador Augusto (27 a.C a 14 d.C.), o qual fora um leitor dos estóicos e dos filósofos gregos, sido o responsável pela política cultural "res gestae" ("as obras de Augusto"), estabelecendo que a educação incluiria a cultura grega e latina.

Mas o mal percebido por Cícero e Augusto e outros, agrava-se no século IV: com as guerras civis contra a escravidão e pela divisão das riquezas na capital; com as províncias, lutando pela sua independência; e, pelas constantes invasões dos bárbaros, juntamente com uma terrível epidemia de peste bubônica, que durou quinze anos e ceifou milhões de vidas, decorrente das péssimas condições urbanas e sanitárias a que estavam condicionados os povos escravos. Em consequência, a população do Império no século IV d.C. reduziu-se mais ou menos à metade do que fora no século II d.C., o chamado "Século dos Antoninos", desde **Trajano** (98-117) a **Cômodo** (180-192). Algumas regiões fronteiriças, como as do vale do Danúbio, despovoaram-se quase totalmente, abrindo espaço para as invasões dos bárbaros, pacíficas ou não. Daí decorre também que o recrutamento militar passou a ser feito, não mais apenas entre os romanos, mas entre os bárbaros das regiões fronteiriças. Ocasiões houve que se engajava e armava uma tribo inteira vivendo nos arredores das fronteiras, mediante pagamento, com a finalidade de defendê-las. Prisioneiros de guerra bárbaros recebiam terras para plantar com a condição de responderem prontamente a qualquer convocação militar: nestas condições, passam a coexistir no interior do Império colônias de bárbaros. A vida tornou-se difícil e não havia muitos braços nos campos de cultivo, decorrendo dos reflexos da diminuição da força de trabalho na produção de alimentos e suprimentos. Inevitavelmente, gerou graves problemas sociais.

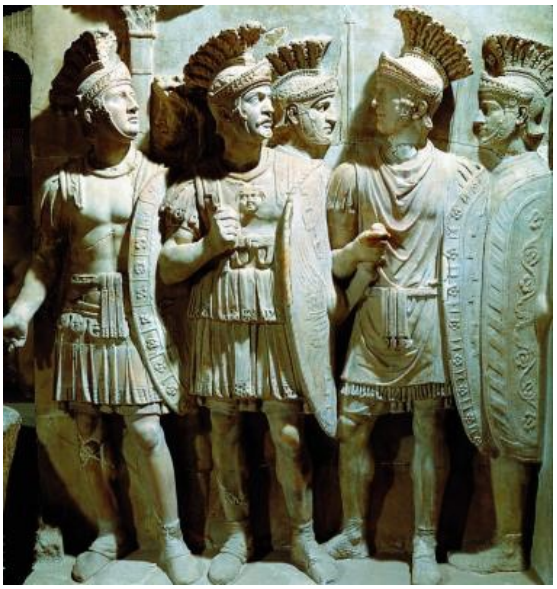
Estagnação Econômica e Impostos

Por volta do século III, acirra-se a instabilidade social no interior do Império Romano, com as guerras civis nas províncias e as desordens administrativas, além das invasões dos bárbaros. Simultânea a esta tensa conjuntura social e política, ocorriam estagnações econômicas na agricultura, na mineração, no artesanato e no comércio. As estradas, que eram de terra, estavam mal conservadas, com buracos, e inseguras, rodeadas por matas em que se escondiam saqueadores e bárbaros, os quais dificultavam o fluxo do comércio entre as províncias do Império. Os preços dos produtos dispararam puxados por uma inflação violenta que não pôde ser contida nem quando Diocleciano, em 301, decretou uma tabela de "preços máximos".

Todos estes aspectos refletem um empobrecimento generalizado dos plebeus na capital e das populações das províncias: altos impostos são cobrados para a manutenção dos exércitos imperiais e do luxo do patriciado e da corte imperial, com seus inúmeros funcionários, algo que consumia somas gigantescas. Este descompasso entre os patrícios e a plebe, num período de profunda recessão econômica, provocou a estes um grande descontentamento e, àqueles, uma corrupção ainda maior que levaria à queda do Império Romano.

Decadência da Cultura Militar

O exército romano, mantido sempre por uma disciplina austera, era o braço direito e o bastão do Império. Por causa da crescente instabilidade na estrutura econômica, social e política, Comodus inicia um regime de privilégios aos oficiais e soldados mais sanguinários, pois supunha que a crise seria resolvida com a repressão e a guerra. Devido à louca ambição pelo poder absoluto e autoritário, este imperador iniciou o processo de corrupção na esfera militar. Com ele ficava manifesto que o regime do Império era agora uma **Tirania**. Seu sucessor, **Septimus Severo** (193-211) concede privilégios tão exagerados que ocorre no exército um **Caos Militar** na qual, por perceberem sua função no jogo político, os militares ambicionam a tomada definitiva e oficial do poder. Desde então se inicia um período em que sucessivos tiranos tomam o poder público.



Escultura representando a Guarda Pretoriana e oficiais realizada no século II, época em que o Caos Militar era o prenúncio da crise que viria a assolar o Império de Roma.

Desde que **Alexandre Severo** (231-235), filho de Septimo, foi assassinado pelos militares, o Senado reconheceu como imperadores vinte e seis generais, sem contar os que usurparam indevidamente o título: todos tiveram mortes violentas entre guerras civis incessantes que acirravam. O período da anarquia militar durou entre os anos 235 e 285,

quando **Diocleciano** (284-305) realizou reformas que visavam descentralizar o poder, revitalizando a força do Senado, onde os interesses da plebe estavam também representados, embora de modo parco. Temporariamente, diminuíram as pressões militares. Apesar das reformas dele, continuadas por Constantino (307-337), as estruturas econômica, social e política estavam por demais fragmentadas num espaço de século e meio de crise aguda, para que pudesse suportar a pressão externa das sociedades do nordeste da Europa, do Oriente Médio e da Ásia.

Constantino foi, talvez, o mais famoso dos imperadores do Baixo Império. Em 330 d.C. fundou **Constantinopla**, a nova capital do Império Romano; tratava-se da antiga "Bizâncio", situada perto do Mar Negro, para onde se mudou. Julgava que, por ser estrategicamente mais propícia ao comércio e à defesa, poderia reerguer o Império como um todo, cuja decadência, no entanto, era notável. Em 313, publicou o **Edito de Milão**, instaurando a "tolerância religiosa" e a "liberdade de culto" para os cristãos; e no ano de 325, convocou uma "assembleia de bispos", o chamado **Concílio de Niceia**, cujo objetivo era solucionar as rivalidades religiosas entre as duas principais seitas cristãs, os arianos e os atanasianos. O Concílio aceitou como ortodoxia (doutrina tradicional, verdadeira) a concepção do bispo Atanásio, condenando como heresia (prática religiosa condenada pela religião predominante) a concepção de Ário, bispo de Alexandria. Assim disse o Imperador:

"Eu, Constantino Augusto, assim como eu, Licínio Augusto, reunidos[...] em Milão [...], entendemos dever [...] dar aos cristãos, como a todos, a liberdade e a possibilidade de seguir a religião da sua escolha [...] a fim de que a divindade suprema, a quem rendemos espontaneamente homenagem, possa testemunhar-nos em todas as coisas o seu favor e a sua benevolência costumados[...]". (Freitas, Gustavo de.— *900 textos e documentos*)

Por fim, **Teodósio** (378-395) continuando as intenções de Constantino, torna o **Cristianismo** a religião oficial do Império. Ele ainda restabelece Roma como capital do Império Romano do Ocidente, tornando **Constantinopla** a capital do **Império Romano do Oriente (Império Bizantino).**

A DIFUSÃO DO CRISTIANISMO

O cristianismo começou a se difundir pelo Império Romano após a paixão (martírio) de Jesus Cristo, ocorrido no reinado de Tibério (14-37). Os apóstolos iniciaram sua difusão e São Pedro fundou o Bispado de Roma, sendo crucificado juntamente com São Paulo na época do Imperador Nero (54-68). Este foi o autor da primeira perseguição aos cristãos, acusados de não cultuarem aos deuses pagãos nem ao imperador. A última perseguição foi desencadeada pelo Imperador Diocleciano (284-304).

Conforme o cristianismo se disseminava, inicialmente entre escravos e os homens-livres mais pobres, ele desestabilizava o Império. Além da vida após a morte presente no espiritualismo cristão se opor ao culto romano (assim como o dos gregos, focado mais na vida presente e obtenção de prazeres terrenos), **o cristianismo rejeitava a divindade do imperador e a militarização**. Os escravos cristãos deixavam de trabalhar para seus senhores e aceitavam castigos, baseando-se na crença cristã de que os que sofrem em terra herdarão o paraíso celeste. Assim, o cristianismo derrubava os pilares do império, tornando-se um problema ainda maior ao se disseminar entre os homens livres e patrícios.

A representação visual de Cristo contribuiu muito à expansão da nova religião. Até a Queda de Roma, a figura do Messias assumiu basicamente duas formas: Cristo Filósofo e Cristo Bom Pastor. O Cristo Filósofo é figurado como mestre, acompanhado pelos seguidores da sua filosofia, posteriormente chamados de Apóstolos, tal qual o modelo dos filósofos antigos.

A figura mais disseminada foi de Jesus Bom Pastor. Materializava-se, assim, uma imagem mental para o crente se refugiar além do mudo material. Para tal feito, os artistas do cristianismo primitivo recorriam a um modelo já conhecido na arte greco-romana: Hermes Crióforo, o Moscóforo (ou Mercúrio). Segundo a cultura grego-romana, Hermes era um jovem mensageiro dos deuses e guia das almas dos defuntos, personalidades análogas às de Cristo, segundo os cristãos primitivos, justificando a apropriação que fizeram de sua figura. Trata-se de uma adaptação quanto à forma, mas com novo conteúdo simbólico.

Da esquerda para a direita: Hermes Crióforo, bronze de 520 a.C. (Museu de Boston); Moscóforo, 570 a.C. (Museu da Acrópole de Atenas); Cristo Bom Pastor. Século III d.C. (Museu Lateranense, Roma); Cristo Bom Pastor, século III d.C. (Catacumba dos Santos Pedro e Marcelino, Roma).

Na Idade Média, a imagem do Bom Pastor foi substituída pela do cordeiro em sacrifício, ostentando o Estandarte da

Ressurreição. O cordeiro é o próprio Cristo. Converteu-se numa das representações mais frequentes nos portais e iluminuras. Foi um dos temas iconográficos mais repetidos nas portas das igrejas até a Era Moderna. Apesar da influência da imagem de Hermes sobre a representação de Cristo, há ainda inúmeras representações, tanto da Antiguidade quanto do medievo, de um Cristo imberbe (tal qual apareceria, posteriormente, no Renascimento). São imagens onde o Messias aparece em diferentes situações, sempre como mensageiro da divindade cristã.

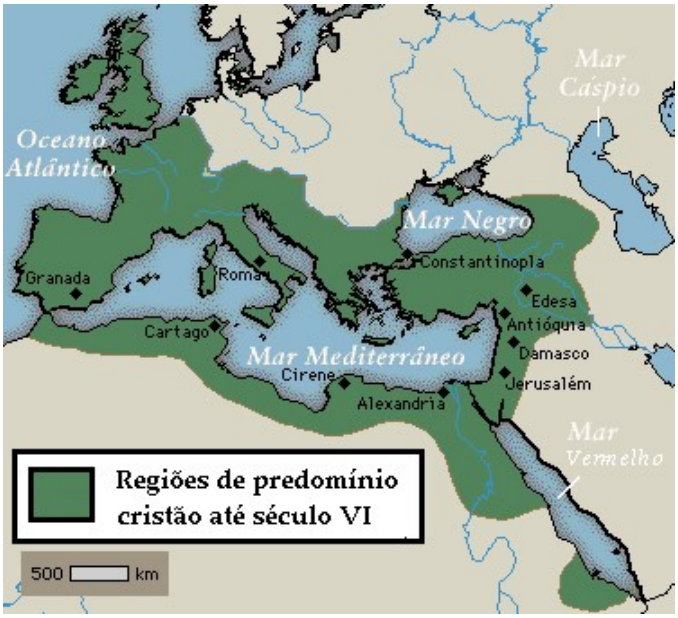
Mosaicos da Antiguidade e da Idade Média com diferentes figuras de Cristo: n°1) Cristo como um legionário de indumentária semelhante à romana, derrotando as forças o mal, representadas por um leão e uma cobra, século V (Capela do Palácio do Arcebispo Andrea, Ravenna, Itália); n°2) Cristo e os pescadores, século V (Basílica de Sant'Apollinare Nuovo, Ravenna Itália); n°3) Cristo Bom Pastor, século V (Mausoléu de Galla Plácida, Ravenna, Itália); n°4) Cristo, 545 (Igreja de São Vitalis, Ravenna,Itália); n°5) Cristo, 510 (Capela de Santo André, Ravenna, Itália).

O Império tentava colocar a população plebeia pagã contra os cristãos. Porém, as perseguições tiveram efeito contrário, pois acabaram convertendo os espectadores pagãos impressionados com a firmeza e resignação dos cristãos diante do sofrimento. A nova Igreja surgiu em 311, após o Edito de Tolerância de Galerio e Zicio.

Em 313, Constantino proclama o **Edito de Milão**, proibindo a perseguição aos cristãos e lhes concedendo liberdade de culto. Com o **Concílio de Trento**, em 325, as opiniões divergentes da Igreja Católica foram consideradas heresias e passaram a ser violentamente perseguidas. Sob o governo de Teodósio é outorgado o **Edito de Tessalônica**, em 380, tornando o cristianismo religião oficial do Império, à qual grande parte dos patrícios se converte. Assim, aqueles que não fossem cristãos seriam caçados.

Nesta época o **Clero** se estrutura em presbíteros, bispos de cidades menores, bispos de capitais, patriarcas e o Papa. Dividia-se em **Secular**, os que mantinham contato com o mundo, e o **Regular**, os que obedeciam a regras de castidade, pobreza e renúncia dos bens materiais, vivendo nos desertos. Em 455, o **Papa** (bispo de Roma) foi oficialmente reconhecido como a autoridade sobre os cristãos pelo imperador **Valentiniano III**, ao mesmo tempo em que o poder imperial se enfraquecia.

Dessa forma, a religião que nascerá na Palestina de forma subversiva, agora se tornara a própria base de poder no final do Império Romano, completamente sujeita aos projetos do imperador.



Ao rejeitar a divindade do imperador romano, o militarismo do império e pregar recompensas após a vida para os que sofrem em terra, o cristianismo se disseminava entre os mais pobres, tornado-se um elemento de desobediência civil e de desestruturação da ordem imperial.

AS CAUSAS EXTERNAS DA QUEDA DO IMPÉRIO

AS GRANDES INVASÕES E GUERRAS BÁRBARAS

A denominação de **bárbaros** é generalizante, pois abarca uma multiplicidade de comunidades com costumes e línguas diversas localizadas ao longo da Europa, Oriente e norte da África. O termo "bárbaro" tem origem grega, e designava inicialmente "àqueles povos que não eram gregos". Depois de assimilada pelos romanos, a palavra passou a designar "àqueles povos que desconheciam a cultura greco-latina". A queda do Império Romano do Ocidente não se deu exclusivamente devido às invasões externas. Afinal, embora seja um fator importante, as causas de maior impacto da decadência romana são internas, envolvendo tanto a incapacidade dos governantes em conciliar os interesses dos patrícios com os interesses dos plebeus, a crise militar e a difusão do cristianismo.

AS INVASÕES "PACÍFICAS"

Durante o século IV, como vimos, encontramos germanos (**godos**) nos exércitos, além de terem sua presença também nas colônias, ocupavam quase todos os cargos de empregados domésticos, pedreiros, aguadeiros e carregadores. Esta entrada dava-se como "pacífica" na estrutura já decadente da Roma Antiga, muito embora fosse necessária, pois a estrutura de produção econômica em crise estava carente de força de trabalho, em virtude da diminuição da densidade demográfica.

AS GRANDES INVASÕES

O golpe final contra Roma foi desfechado pelos bárbaros germânicos, que começaram a se infiltrar militarmente no início do século V. Primeiro vieram os **visigodos**: liberados por Ararico, que saquearam Roma e fixaram-se na península Ibérica e no sul da Gália, constituindo o primeiro reino germânico dentro das fronteiras do império. Os **vândalos** seguiram-lhes o exemplo, saindo do Danúbio, cruzando a Gália e Espanha e estabelecendo-se na África do Norte. Os **francos** ocuparam o norte da Gália; e os **anglos** e **saxões** invadiram a Bretanha (Inglaterra), ocupando as terras baixas.

Baixo relevo representando as invasões bárbaras em Roma.

Em 476, o Império do Ocidente reduzia-se ao território da Itália. O imperador Júlio Nepos foi deposto por Orestes, chefe do Exército, que colocou seu filho de 6 anos no trono com nome de Rômulo Augústulo. Odoacro (rei dos hérulos), chefe bárbaro aliado a Júlio Nepos, deu um contragolpe: afastou Orestes e Rômulo Augústulo, assumindo o título do rei da Itália. As insígnias imperiais foram enviadas para Constantinopla, o que significava, ao menos teoricamente, a reunificação do Império sobre o domínio de Constantinopla. Mais tarde, o imperador do Oriente, Zenon, pretendendo livrar-se dos **ostrogodos**, que lhe causavam problemas, concedeu-lhes a Itália. Chefiado por **Teodorico**, esses bárbaros formaram o último reino germânico do ocidente: o **Reino Ostrogótico da Itália**. Dessa forma, o ano de **476** assinala o final do Império Romano do Ocidente.

CULTURA ROMANA

A produção cultural romana é **fortemente influenciada pela grega**, com a sua percepção humanista e antropocêntrica do universo. Essa influência é constatada na religião, na literatura, nas artes (pinturas, escultura, etc.), na arquitetura e nas formas do romano interpretar a si mesmo e o mundo que o cerca. Os **principais legados** Romanos para o Ocidente são: o **Direito**, o **cristianismo** e o **Latim**, que está na raiz de idiomas como o português, o francês, o italiano, o espanhol, etc.

AS ARTES

As criações artísticas dos romanos, sobretudo a arquitetura e as artes plásticas, atingiram notável unidade, que, com sua monumentalidade, **refletiam o vasto poder do Estado imperial**. Construíram-se grandes cidades e a estrutura militar favoreceu as estruturas defensivas, como fortalezas e muralhas, e as obras públicas (estradas, aquedutos, pontes etc.). O alto grau de organização da sociedade e o utilitarismo do modo de vida romano foram os principais fatores que caracterizaram sua produção artística.

A RELIGIÃO ROMANA

Os romanos, assim como os gregos, eram **politeístas** e **antropomórficos**, ou seja, em sua religião acreditavam em vários deuses e estes possuíam formas humanas. Além disso, os deuses possuíam também virtudes e vícios presentes os seres humanos, como a raiva, sexualidade, amor, inveja, ódio, medo, coragem, etc.

A maioria dos deuses romanos vem do panteão grego, porém os nomes originais foram alterados. Muitos deuses de regiões conquistadas também foram incorporados aos cultos romanos. Alguns dos Principais deuses romanos eram: **Júpiter** (deus principal, deus do trovão), **Juno** (deusa protetora das mulheres e do casamento), **Febo** (deus do Sol, da luz, ligado à razão e a figuras diurnas), **Marte** (deus da guerra e da agricultura), **Diana** (deusa da castidade, da Lua e da caça), **Vênus** (deusa do amor e da beleza), **Ceres** (deusa mãe da Terra) e **Baco** (deus do vinho, das orgias, ligado à emoção a figuras noturnas). Os correspondentes gregos para esses deuses eram, respectivamente, Zeus, Hera, Apolo, Ares, Ártemis, Afrodite, Demeter e Dionísio.

Além disso, a religião romana era **contratual**, onde os antepassados das famílias eram cultuados em um ritual comandado pelo **pater** (chefe da família). Esse culto ocorria no âmbito privado, onde os deuses lares e penates recebiam oferendas em altares dentro das casas e protegiam a família. O contrato consistia em agradar os deuses com presentes e oferendas em troca de favores, ressaltando o caráter de resolução de questões práticas e imediatas da religião romana. Os deuses davam proteção e os humanos retribuíam com oferendas.

Posteriormente, o **cristianismo** se tornou a religião predominante em Roma, e os cultos pagãos foram perseguidos.

A LITERATURA

A literatura é um dos campos mais ricos da cultura romana. No início, era completamente pautada pela influência grega, conforme constatado nas obras de **Plauto** (comediógrafo) e **Terêncio** (poeta e dramaturgo).

Posteriormente, passou a adquirir características próprias, ressaltando, comumente, a grande do Império, o patriotismo e enaltecendo o Estado romano (características também presentes nas artes e na arquitetura romana). O

auge dessa produção se deu no **Século de Augusto** (abrangendo do final da República e o início do Império). Junto com a literatura, disseminava-se o **latim** pelo território romano. Destacam-se nomes como: **Cícero** (considerado como o maior orador latino); **Virgílio** (poeta, autor de *A Eneida*); **Horácio** (poeta, autor de *Sátiras*); **Ovídio** (poeta, autor de *As Metamorfoses* e *Arte de Amar*); **Tito Lívio** (autor de *História de Roma*).

Já vivenciando o declínio do Império Romano, e refletindo essa época em suas obras, destacam-se: **Petrônio** (poeta, autor de *Satyricon*); **Juvenal** (poeta, autor de*Sátiras*); **Marcial** (poeta, autor de *Epigramas*).

O Teatro

O teatro romano era inteiramente baseado na tradição grega. No ano 240 a.C. foi apresentada pela primeira vez uma peça traduzida do grego durante os jogos romanos. O primeiro autor teatral romano a produzir uma obra de qualidade, que estreou em 235 a.C., foi **Cneu Nevius**. Por meio do teatro histórico produziu a peças com críticas à aristocracia romana, o que fez com que fosse exilado de Roma. **Quintus Enius**, seu sucessor, aplicou o talento de Nevius às exigências do momento e se dedicou à tradução das tragédias gregas.

As representações teatrais compunham as diversões gratuitas dos festivais públicos, sujeitas ao gosto popular **para que o povo se esquecesse da miséria cotidiana**. Caso uma peça não agradasse ao público, o promotor do festival era obrigado a devolver parte do subsídio que recebera. Assim, havia necessidade de se agradar a plateia. Logo o público demonstrou maior afinidade com temas que abordavam o sensacional, o espetacular e o grosseiro, com espetáculos banais e degradantes. O Coliseu e outros anfiteatros espalhados por todo o império atestam o poder e a grandeza de Roma em suas produções de entretenimento. As arenas foram então totalmente ocupadas por gladiadores em combates mortais, feras espicaçadas até se fazerem em pedaços, cristãos cobertos de piche e usados como tochas humanas.

A Arquitetura

Tal qual o antigo modelo etrusco, os romanos erigiam as cidades em torno de duas avenidas principais: uma no sentido norte-sul, outra de leste a oeste, e uma praça (fórum) na intersecção. Os edifícios públicos agrupavam-se em geral em torno do fórum.

A arquitetura romana adquiriu um estilo próprio com a descoberta do **cimento**, no século II a.C., a construção com **tijolos** e ao aprimoramento do **arco**. As **termas** são uma criação original dos arquitetos romanos. Nas grandes cidades, ocupavam um espaço considerável, com banhos, saunas e numerosos estabelecimentos anexos.

Em todo caso, a arquitetura romana tem como principal característica a **grandiosidade** de suas obras: **aquedutos**, **estradas**, **pontes**, **muralhas** e **edifícios públicos**.

À esquerda: arcadas do palácio de Diocleciano, em Split (Iuguslávia). À direita: aqueduto em Pont-du-Gard (França). Ambas as obras arquitetônicas refletem a importância do arco romano.

O Direito Romano

O **Código de Leis** talvez tenha sido o maior legado da cultura romana às civilizações posteriores. O Direito possuía um importante papel de unificação dos diversos povos do Império, contribuindo para solucionar diversos conflitos sociais.

A primeira compilação de leis escritas se deu ainda na República, com a Lei das XII Tábuas (450 a.C.). Com o tempo, as leis passaram a ser votadas pelos cidadãos em assembleias e também eram decretadas pelos senadores. No Império, o Direito ganhou sua principal sistematização, sendo dividido em três grandes ramos:

- ***jus civile*** (Direto civil): conjunto de leis aplicáveis somente sobre os cidadãos de Roma;
- ***jus gentium*** (Direito das gentes ou dos estrangeiros): conjunto de normas comuns aos habitantes do Império, mesmo os não considerados cidadãos, e aos povos conquistados
- ***jus naturale*** (Direito natural): direito de todos os homens, cidadãos ou não, baseado na ideia de que o ser humano possui direitos naturais inalienáveis, ou seja, possui, por natureza, direitos que não podem ser desrespeitados nem mesmo pelo Estado.

Filmografia

Spartacus - Clássico de Stanley Kubrick, narrando a revolta de escravos na Roma Republicana.
Calígula - Obra intensa retratando com algumas facetas da conduta romana no advento do Império.
Júlio César - A vida do eminente estadista romano.
Ben-Hur - Clássico do cinema, tendo a saga de Cristo e da presença romana na Palestina.
A Queda do Império Romano - Epopeia de Roma durante o reinado de Marco Aurélio, um dos últimos grandes imperadores.
Os últimos dias de Pompeia - O Império romano no primeiro século da Era Cristã, durante a tragédia da erupção do Vesúvio.
Quo Vadis - Clássico do cinema e da literatura, retratando a Roma Imperial no tempo de Nero, e do crescimento do Cristianismo.

Gladiador - Grande Ganhador do Oscar 2001, retrata o período imperial romano e seus problemas internos. *A Vida de Brian* – Célebre interpretação do grupo Monty Python sobre a vida de Jesus Cristo.

EXERCÍCIOS

1. (PUC) – Os irmãos Graco:
a) defenderam os camponeses sem terra contra a aristocracia.
b) foram conquistadores de Cartago.
c) eram os principais líderes do partido aristocrático.
d) elaboraram as primeiras leis escritas de Roma.
e) eram escravos que lutavam por direitos no Senado romano.

2. (PUC) – Compôs com Crasso e Pompeu o Primeiro Triunvirato em Roma. Conquistou a Gália após uma guerra de vários anos. Foi assassinado em 44 a.C. Estamos nos referindo a:
a) Júlio César; b) Teodósio; c) Augusto;
d) Diocleciano; e) Constantino.

3. (GV) – "Os ricos, após ocuparem a maior parte das terras não assinaladas no *ager publicus*, confiando que, com o passar do tempo, ninguém as tomaria mais, voltaram-se contra os pequenos proprietários vizinhos, dominados pela pobreza e relegados ao desamparo, seja por meio amigáveis, seja pela força; dessa forma, em vez de pequenos campos, passaram a ser cultivados grandes domínios. Para fazer render essas terras, eles se serviam de escravos para o trabalho de cultivo e para o pastoreio; os ricos proprietários tinham medo de que, se empregassem homens livres, estes abandonassem as culturas para ingressar no exército. Além disso, esse procedimento lhes trazia um benefício considerável, em razão do nascimento de novos escravos. Eles acumulavam também grandes riquezas e o número de escravos se multiplicava no país. Os italianos, ao contrário, sofriam o despovoamento e a falta de homens, despojados que estavam pela pobreza, pelas contribuições e pelo serviço militar. Eles se corrompiam na sua ociosidade, pois as terras estavam nas mãos dos ricos, que não os empregavam como cultivadores; no lugar de homens livres, utilizavam os escravos. O latifúndio perdeu a Itália". (Apiano, *As Guerras Civis*)

O texto faz referência:
a) ao processo de decadência da economia romana durante o Baixo Império, quando se acentuou o êxodo urbano e o desenvolvimento da "vilas";
b) às transformações ocorridas na agricultura romana e decorrência da expansão militar no Mediterrâneo, quando a agricultura para exportação arruinou a pequena propriedade;
c) às transformações econômicas que assimilaram a decadência da exploração coletiva do solo e a restauração da propriedade privada da terra durante o período monárquico;
d) ao processo de formação dos feudos na Europa Ocidental;
e) nenhuma das anteriores.

4. (UFRGS) - Com a vitória de Roma sobre Cartago, nas Guerras Púnicas, inicia-se um processo de desenvolvimento econômico e mudanças na organização social da República que se relaciona com:
a) o fortalecimento de uma classe de pequenos proprietários de terra;
b) a aliança entre cavaleiros e patrícios contra as retenções dos plebeus;
c) o abandono dos centros urbanos e a ruralização da sociedade;
d) e expansão imperialista romana e o desenvolvimento do escravismo;
f) o espírito reformista da aristocracia patrícia e a oficialização do cristianismo.

5. A República foi um dos mais significativos períodos da história romana, marcado por:
( ) intensas lutas sociais envolvendo patrícios e plebeus;
( ) uma tendência ao expansionismo, cuja primeira etapa foi a conquista da Itália;
( ) uma forte presença de Senado que, entre outras funções, administrava as províncias, supervisionava as finanças públicas e conduzia a política externa;
( ) uma vitória decisiva sobre Cartago, que abriu as portas do Mediterrâneo à dominação romana;
( ) uma equiparação da elite patrícia com a classe plebeia, em termos de poder político e de força econômica, como decorrência de suas conquistas.
a)VVFFF.
b)VVFFV.
c) FVVVF.
d)VVVVF.
e) FFFVV.

6.(MACK/PUC)- Indique o fator não relacionado com o expansionismo romano da fase republicana:
a) desenvolvimento do escravismo;
b) enriquecimento da nobreza;
c) surgimento de uma nova camada social enriquecida pelas conquistas;
d) ruína dos camponeses plebeus;
e) manutenção do estilo de vida rústico e modesto.

7. (UNIP) – O poder tribunício e o comício da plebe foram conquistas plebeias que resultaram:
a) das guerras de conquista realizadas por Roma, responsáveis pela valorização da plebe romana;
b) das guerras defensivas que atrelaram a Roma todos os povos italianos;
c) da política de resgate da importância da plebe, levada a efeito pelos Graco;
d) da implantação do Império Romano;
e) das lutas entre patrícios e plebeus, ocorridas entre 495 e 286 a.C.

8. "Em verdade é maravilhoso refletir sobre a grandeza que Atenas alcançou no espaço de cem anos depois de se livrar da tirania... Mas acima de tudo é ainda mais maravilhoso observar a grandeza a que Roma chegou depois de se livrar de seus reis". (Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*)

Nessa afirmação, o autor:
a) critica a liberdade política e a participação dos cidadãos no governo.
b) celebra a democracia ateniense e a República romana.
c) condena as aristocracias ateniense e romana.
d) expressa uma concepção populista sobre a Antiguidade clássica.
e) defende a pólis grega e o Império romano.

9. A civilização romana exerceu uma grande influência sobre as civilizações posteriores, e dentre os maiores legados deixados por ela temos:
a) o direito romano, que continua ainda hoje a ser a base da ciência jurídica, e o idioma.
b) a organização social e sua estrutura administrativa.
c) a cultura clássica, as ciências e as artes, além da religião politeísta e do idioma.
d) o sistema econômico e a religião dualista copiada dos persas.
e) a religião politeísta, bastante semelhante à grega, e a educação, que valoriza a escrita e a leitura.

10. Após vingarem o destino infeliz da mãe Rea Silvia, detida por longo tempo pelo pérfido tio Amúlio, e restituírem o reino de Alba ao avô Numitor, Rômulo e Remo teriam decidido, por conta própria, fundar com seus companheiros, todos homens, uma cidade. De modo muito simples, Rômulo e Remo foram tomados pelo desejo de fundar uma cidade nos mesmos lugares que haviam sido abandonados e criados, ou seja, às margens do Tibre. (trecho adaptado de Levi G. Schmitt – *História dos Jovens*)

O texto apresenta um trecho da versão escrita pelo poeta Virgílio, n' *A Eneida*, acerca da fundação da cidade de:
a) Esparta. b) Roma. c) Bagdá. d) Tebas. e) Atenas.

11. Sobre o Império Romano, até o século III d.C. é correto afirmar que:
a) o direito à cidadania era exclusivo dos patrícios;
b) as normas jurídicas baseavam-se na ética do cristianismo;
c) à organização política possibilitou a criação da democracia nas cidades-estados;
d) o sistema econômico baseava-se na escravidão;
e) a cultura romana exclui a herança do helenismo.

12. "O Mediterrâneo tornou-se um lago romano: é o *Mare Nostrum* dos mapas antigos".

A situação-chave que consolidou a definitiva expansão romana foi:
a) a derrota da influente Cartago, possibilitando o controle sobre o Mediterrâneo ocidental e abrindo as condições necessárias à intervenção nos Estados helenísticos vizinhos.
b) a vitória da Sicília nas Guerras Púnicas, o que permitiu a tomada de Cartago pelos romanos.
c) a vitória da Sicília (cartaginesa) e a anexação desta a Roma.
d) a vitória da influente Cartago (colônia romana) sobre os Estados helenísticos próximos.
e) a vitória da influente Cartago (colônia romana) sobre a Sicília (colônia grega), o que abriu importante base no Mediterrâneo à expansão territorial.

13. O apogeu e, simultaneamente, o inicio do longo processo de desagregação do Império Romano acontece durante o governo de:
a) Otávio Augusto (27-14 a.C.);
b) Nero (154 -681);
c) Trajano (98 - 117);
d) Júlio César (48 - 44 a.C.);
e) Cláudio (41 - 54).

14. "Já se espalhava pelo interior do país a assustadora notícia de que insólitas convulsões se produziam nos povos do Norte, que todo espaço que se estende do país (...) fora inundado por populações bárbaras. Nossas fronteiras estavam abertas diante desta imigração armada. O solo bárbaro tinha vomitado, como lava do Etna, seus filhos sobre nosso território". (Amiano Marcelino - historiador romano do século IV d.C.)

As citações acima se referem à crise pela qual passava o Império Romano do Ocidente. Com base no texto e em seus conhecimentos, assinale a alternativa incorreta.
a) Após o fim da política expansionista de Roma, a mão-de-obra escrava tornou-se escassa. O escravismo entrou em crise.
b) O período era de desordem econômica, caracterizado pela elevação de preços. Como decorrência, surgiram insatisfações no seio da população rural.
c) As fronteiras do Império estavam constantemente ameaçadas pelos povos "bárbaros". Consequentemente, ocorreram o declínio da cidade e a ruralização da população.
d) A utilização de técnicas agrícolas rudimentares, somada ao desgaste dos solos, provocou o declínio da atividade econômica.
e) Do ponto de vista político-administrativo, acentuou-se a centralização, levando à formação de vastas províncias.

15. (FUVEST) - O Estado romano no Baixo Império caracterizou-se pela:
a) aceitação do princípio da intervenção do Estado na vida social e econômica;
b) tentativa de conduzir os negócios públicos exclusivamente a partir de um determinado grupo social;
c) estabilidade nas relações entre o poder central e os governos provinciais;
d) perfeita harmonia dos órgãos legislativos quanto às ideias de expansão territorial;
e) absoluta identidade de pensamento quanto às atitudes frente ao problema religioso.

16. (FUVEST) – "Contemplei a plebe com 300 sestércios por cabeça, em execução do testamento de meu pai; dei em meu quinto consulado 400 sestércios; no meu décimo-primeiro consulado, distribuí doze vezes trigo comprado às minhas custas; no meu décimo-segundo poder tribunício, dei, por três vezes, 400 sestércios por cabeça. Nunca houve menos de 250.000 indivíduos para eu beneficiar com essas liberdades. No ano de meu décimo-oitavo poder tribunício e de meu segundo consulado, dei a cada homem da plebe 60 dinheiros por cabeça. Durante o meu décimo-terceiro consulado, dei 60 dinheiros aos cidadãos inscritos no circo para se divertir a plebe". (Suetônio — *Vida dos Doze Césares*)
a) O texto demonstra a continuidade da política de "Pão e Circo" na República e no Império Romano.
b) Percebemos, nas somas e quantias distribuídas, o empenho do príncipe em demonstrar sua caridade cristã;
c) O poder tribunício e o poder consular eram exercidos pela mesma pessoa; esse fato explica o poder absoluto dos governantes romanos;
d) O importante era somente a distribuição de moedas ao povo e não o trigo e os espetáculos circenses, como se diz tradicionalmente;
e) O imperador faz questão de acentuar o caráter legal de seu poder, que advém de uma herança deixada por César.

17 (PUC-RS) O regime político inaugurado em Roma por Otávio e que vigorou na época dos Antoninos não estabeleceu fórmulas constitucionais que servissem para garantir a regra da sucessão hereditária do principado. Assim que, na época dos Antoninos, quando o Imperador desejava fazer o seu sucessor, a solução usual era:
a) oficializar publicamente sua renúncia em favor do futuro governante.
b) proceder à adoção política de seu sucessor, pressionando o Senado para cumulá-lo de cargos e títulos.
c) associar sua esposa ao governo, na qualidade de co-regente, para que o sucessor herdasse o governo pela linha materna.
d) convocar um plebiscito para que o nome do sucessor fosse sufragado pelo conjunto da população.
e) utilizar o decreto do ostracismo contra os senadores que desaprovassem sua indicação

18 (Vunesp-SP) Roma, de simples cidade-estado, transformou-se na capital do maior e mais duradouro d os impérios conhecidos. Assinale a alternativa diretamente relacionada com o declínio e a queda do Império Romano.
a) Triunfo do cristianismo e urbanização do campo.
b) Redução considerável dos tributos e abolição do poder despótico de tipo oriental.
c) Barbarização do exército e crise no modo de produção escravista.
d) Ensino democrático dos estóicos e o aumento dos privilégios das classes superiores.
e) Estabilização das fronteiras e a crescente oferta de mão obra.

19 (Unicamp-SP) "Augusto conquistou os soldados com presentes, o povo com pão barato, e todos os homens com os frutos da paz. Assim tornou-se progressivamente mais poderoso, congregando em si as funções do Senado, dos magistrados e das leis." Tácito

Identifique o período da história de Roma tratado nesse texto.
A partir dos elementos indicados no texto, caracterize o Estado romano durante esse período.

20 (Unicamp-SP) Neste depoimento, o imperador Augusto (30 a.C-14 d.C) descreve a "Paz Romana", realização que assinala o apogeu da expansão do império no Mediterrâneo:
'Estendi os limites de todas as províncias do povo romano fronteiriças de nações que escapavam à obediência ao império. Restabeleci a ordem nas províncias das Cálias, das Espanhas, na Germânia. Juntei o Egito ao império, recuperei a Sicília, a Sardenha e as províncias além do Adriático.' (Adaptado de Gustavo Freitas, 900 textos e documentos de História, Lisboa, Plátano, s.d., v. 1, p. 96-7).
Qual foi o meio utilizado por Augusto para estabelecer a "Paz Romana"?
Explique a importância do mar Mediterrâneo para o Império Romano.

21 (ESPM-SP) "Os romanos desejavam ser considerados pelos gregos não apenas como a força política suprema, mas também como um Estado civilizado e parte do mundo civilizado grego." (Michael Rostovtzeff. História de Roma. Rio de Janeiro, Guanabara/Koogan. 1983. p. 92.)
A partir do que conhecemos sobre a sociedade romana da Antiguidade, podemos afirmar que a tese do historiador M. Rostovtzeff:
a) é possível, porque gregos e romanos disputavam entre si extensas áreas coloniais e os romanos precisavam provar sua igualdade cultural em relação aos gregos.
b) é falsa, porque a civilização romana é anterior à grega, o que impediu que a sua cultura sofresse qualquer influência helênica.
c) é possível, porque os romanos copiaram quase todos os aspectos da cultura grega, o que comprova seu desejo de fazer parte daquele mundo que eles consideravam civilizado.
d) é falsa, porque Roma invadiu a Grécia, que foi transformada em uma província romana. Como eram os colonizadores, desprezavam a cultura grega.
e) é provável, porque gregos e romanos foram igualmente dominados pelos egípcios, que impunham sua cultura sobre todos os povos dominados e criaram uma homogeneização cultural na Antiguidade.

22 (Unicamp-SP) Na Roma Antiga, o escravo era considerado um animal de trabalho, sobre o qual o senhor detinha o direito de vida e de morte.
Em quais condições alguém se tornava escravo na Roma Antiga?
b) Relacione três das principais atividades em que a mão de obra escrava era utilizada.

UNIDADE III - A IDADE MÉDIA

5. ALTA IDADE MÉDIA – INTRODUÇÃO E IMPÉRIO BIZANTINO

A FORMAÇÃO DA IDADE MÉDIA

A Era histórica conhecida como Idade Média estende-se da **Queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) até a Queda do Império Bizantino (1453)**, durando, aproximadamente, dez séculos. É um momento de intensas transformações na história da humanidade, com uma rica produção científica e cultural. Após um momento de ruralização, as cidades e o comércio atingem níveis até então nunca vistos. As monarquias nacionais se formaram nesse período. As primeiras Universidades também são frutos da Idade Média, assim como uma série de outras inovações fundamentais para a economia, política e cultura da humanidade.

Mesmo com todas essas riquezas, por muito tempo a Idade Média foi vista pejorativamente como a "Idade das Trevas", como "a longa noite de mil anos". Trata-se de um conceito já superado, formulado pelos pensadores do Renascentismo. Estes encaravam a Idade Média como o reino do obscurantismo e da ausência de ciência e com restritas inovações políticas e culturais. Inclusive, para esses pensadores, essa Era de "trevas" e "medo" situava-se no meio entre as Eras onde a Razão era predominante: a Antiguidade e a Idade Moderna (a mesma dos Renascentistas). Decorre daí o termo "Idade Média", designando o período entre a Idade Antiga e a Idade Moderna.

Hoje, entretanto, esse tipo de concepção já foi superado e o Medievo (Era Medieval) e suas manifestações são vistas com a mesma importância dos outros períodos históricos. Para fins didáticos, podemos dividir a Idade Média em dois períodos:

- **Alta Idade Média** (século V ao X d.C.);
- **Baixa Idade Média** (século X ao XV).
- Dessa forma, é esse momento fundamental para a História que estudaremos a seguir.

A ALTA IDADE MÉDIA (SÉCULO V AO X D.C.)

O Mundo Medieval no Ocidente

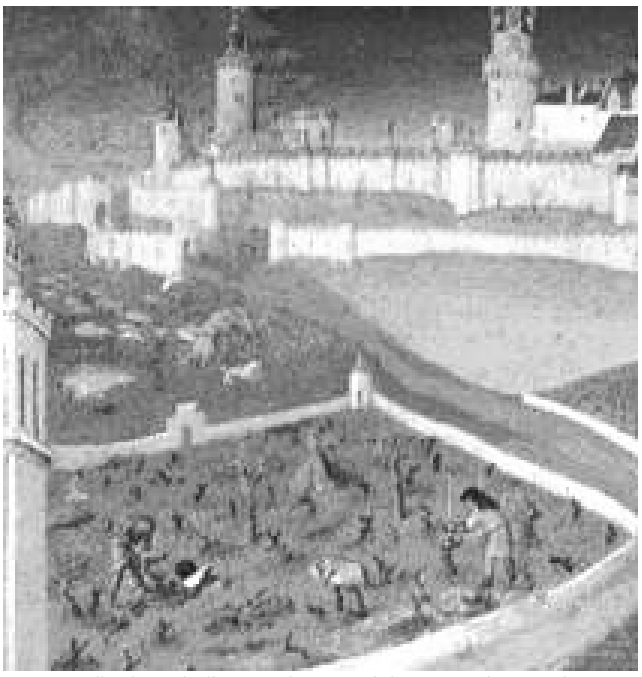
O final da Idade Antiga assistiu a desagregação e queda do Império Romano do Ocidente. Mesmo antes da invasão dos povos "bárbaros" sobre a cidade de Roma, as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do mundo medieval já vinham sendo gestadas dentro e fora do Império Romano.

No Ocidente Europeu, os **Reinos Bárbaros** movimentavam-se e se expandiam por meio de **guerras** e ganhavam mais força, fazendo com que o poder central do Imperador Romano entrasse em declínio. Com a queda de Roma, a **fragmentação política** foi total e a **dissolução do poder central** permitiu que grandes proprietários de terra exercessem um poder em seus latifúndios maior que o poder político dos diversos reis espalhados pela Europa.

O fato é que também o **comércio entrava em declínio** devido à destruição de antigas rotas comerciais e às guerras que impediam o pleno acesso às feiras de compra, venda e troca ao longo da Europa, a **agricultura** se tornou a principal atividade econômica da Alta Idade Média. Isso era acompanhado pelo processo de **ruralização** característico do período. A antiga elite romana já havia se refugiado em suas **grandes propriedades rurais (vilas)** antes da queda de Roma. Os trabalhadores que os acompanharam viviam em um regime de **colonato** (trabalho em troca de moradia e proteção) que logo redundaria na **servidão feudal**. Dessa forma, toda a vida estava condicionada ao meio rural.

Ao mesmo tempo, dado o momento de intensos e incontáveis conflitos bélicos, o refúgio religioso atraia milhões de pessoas. Assim, o **Cristianismo**, representado principalmente na instituição da **Igreja Católica**, obtém o triunfo que o tornará a religião hegemônica de todo o Medievo europeu. O fortalecimento do Cristianismo garantia o fortalecimento da Igreja Católica, que não apenas **monopolizava o controle sobre a religião**, combatendo e assassinando quem se opunha a seus dogmas, mas **monopolizava também toda cultura letrada**.

Esses fatores confluem para a formação do **Modo de Produção Feudal (Feudalismo)**, ao longo da **Alta Idade Média**. A caracterização dessa forma de produção, típica do Ocidente Europeu, entre os séculos IX e XI, do Medievo, dá-se pelas relações de **servidão** do trabalhador (sujeito a uma pesada carga de **impostos**) para com o dono da terra, que também detinha os instrumentos de trabalho. A economia é predominantemente baseada na **agricultura**. A produção agrícola, realizada em **feudos** (grandes lotes de terra de propriedade e posse de um **senhor feudal**).



Representação do trabalho servil no Feudalismo, onde o Senhor Feudal sujeitava o camponês a uma pesada carga de impostos e uma degradante jornada de trabalho.

Esses grandes lotes de terra eram administrados de forma que cada senhor feudal comandasse suas terras. Dessa forma, atingia-se o auge da **fragmentação do poder** e da **descentralização política** que foram gestadas ao longo da Alta Idade Média. Apesar da política descentralizada, existia uma verdadeira unidade cultural garantida por meio da ação da **Igreja Católica**. Por meio do controle da cultura letrada e das mentalidades, esta instituição (principal proprietária de terras no na Idade Média) garantia o funcionamento do Feudalismo, promovendo a sujeição do servo ao senhor feudal, e a defesa da nobreza guerreira ao clero. Os Cristianismo nunca fora tão forte até então, e a Igreja Católica nunca havia sido tão poderosa.

O Oriente ao longo da Alta Idade Média

Se no mundo ocidental a Alta Idade Média é caracterizada pela ruralização, declínio comercial, fragmentação política e o poder hegemônico da Igreja Católica, o mesmo não pode ser dito sobre o Oriente. Enquanto Roma era invadida pelos "bárbaros", Constantinopla encaminhava-se ao auge de seu poder político e econômico.

Na Europa oriental, o **Império Bizantino (Império Romano do Oriente)**, com capital em **Constantinopla**, diferentemente do Império Romano ocidental, não entrou em declínio com a crise do escravismo e nem com a ascensão do Cristianismo. Sua economia era fundamentada no **comércio**, realizado com o restante da Europa, com a África, Ásia e outras regiões do Oriente. Sendo assim, sua economia não se desestabilizou com a falta de escravos. Sem o caos econômico, o Estado bizantino permaneceu rígido, conseguindo resistir às invasões bárbaras.

O Cristianismo, que havia sido um dos principais fatores de desagregação do Império Romano do Ocidente, foi incorporado pelo Império Bizantino, gerando a **Igreja Ortodoxa**, com sede em Constantinopla, divergindo da Igreja Católica, dentre inúmeros pontos, ao assimilar elementos da cultura oriental ao Cristianismo e condenando o apego aos bens materiais do Catolicismo. Essa divergência provocaria a primeira grande cisão no Cristianismo: a **Cisma do Oriente (1054)**, rompimento definitivo da Igreja Ortodoxa com a Igreja Católica.

Antes mesmo de a Igreja Católica ter de aceitar a separação da Igreja Ortodoxa, nascia na **Península Arábica** aquela que viria a ser uma das principais religiões monoteísta do planeta (junto com o Judaísmo e o com o Cristianismo). Trata-se do **Islamismo**, nascido no século VII em decorrência das pregações monoteístas de **Maomé (Mohammed)**. O profeta Maomé defendia que **Alá (Allah)** era o único deus, e que a submissão dos fiéis deveria ser completa.

Com a morte do profeta em 632, a mensagem muçulmana foi disseminada sobretudo pelo Oriente Médio, mas também em diferentes regiões e povos que ocupam um amplo espaço geográfico, concentrando-se na extensa faixa que vai do Norte da África às fronteiras do Extremo Oriente, passando por Índia e Indonésia. Norte da África e Sudeste da Ásia, que formariam a grande nação dos **muçulmanos** (termo de significa "resignados a Alá") seria o **Islão**.

O fato é que a religião islâmica implicava em novas posturas políticas. Dessa forma, a **expansão religiosa** era também uma **expansão política**, colocando os Impérios Muçulmanos (Omíada e Abássida) dentre os maiores da Idade Média: abrangendo a Península Arábica e outras regiões do Oriente, parte da África, e a Península Ibérica, na Europa.

Portadores de uma importante filosofia, baseadas, grande parte, na cultura grega, e de uma ciência extremamente avançada e inovadora perante o mundo europeu da Alta Idade Média, antes mesmo das guerras religiosas das cruzadas, os muçulmanos disseminaram novas tecnologias e novos pensamentos por onde se expandiam, sem que, para isso, as culturas locais fossem destruídas.

Dessa forma, torna-se inviável aplicar o conceito de "Idade das Trevas" para o momento medieval vivido no Oriente.

A importância a Idade Média

Estudar a Idade Média é uma forma de conhecer a origem de importantes tradições ocidentais. Tradições estas que, posteriormente, por meio das Colonizações, refletiram-se no continente americano. Longe de ser um período de trevas, a Idade Média gerou importantes inovações tecnológicas, com novas invenções, novas técnicas rurais e artesanais na produção.

Foi também o período da formação de uma complexa articulação entre feudos e burgos, com novas estruturas arquitetônicas e urbanas, juntamente a uma organização social inovadora, com o surgimento de uma poderosa classe de mercadores fundamental para a Idade Moderna que viria a seguir.

O IMPÉRIO BIZANTINO (O IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE)

A Formação Histórica

Lembremos que o processo de invasões germânicas, ao longo do século V d.C., dizimou apenas o Império Romano do Ocidente. O **Império Bizantino (ou Império Romano do Oriente)** perdurou ainda por dez séculos, até sua conquista pelos "otomanos", em 1453. O Império Bizantino abrangia uma vasta área (tendo como centro a atual Turquia): nordeste da África, península Balcânica, norte da Mesopotâmia, Palestina e Síria; sua população era formada por povos de **diferentes culturas**, entre as quais vale destacarmos a "**grega**" e "**helenística**", bem como a "**cristã**" — ainda que numa perspectiva diferente do catolicismo praticado na Europa.

O Imperador Constantino, no século IV, transferiu a capital do Império Romano ao lugar onde, anteriormente, localizava-se a colônia grega de Bizâncio (daí a sua

denominação de "Império Bizantino"). A capital Constantinopla, situava-se entre a Europa e a Ásia, constituindo uma **posição privilegiada tanto para o desenvolvimento comercial — a rota da seda e de especiarias vindas do Oriente — como para a estratégia militar**. Funcionava, também, como centro político, econômico e cultural. O grande rival dos bizantinos era o Império Persa, também interessado no controle do Oriente Médio. Além disso, nos séculos IV e V, houve ameaças de invasões bárbaras que foram resolvidas militarmente ou por meio de negociações diplomáticas. Deste modo, o domínio romano oriental foi preservado.

A Economia e a Sociedade

Tamanha foi a movimentação econômica, que Constantinopla se tornou um grande centro financeiro, com intensa vida urbana. As atividades agrícolas bizantinas conservavam algumas semelhanças com os procedimentos adotados no Feudalismo então vigente na Europa: tinham como base a grande propriedade, em sua maioria pertencente à Igreja, que delegava aos mosteiros a administração das terras. O cultivo era efetuado por mão-de-obra servil, cujas condições de vida eram precárias. Entretanto, havia também os grandes proprietários rurais, os latifundiários, que se caracterizavam pela ostentação e pelo consumo de artigos de luxo em residência suntuosas.

Além do poder papal e dos latifundiários, a aristocracia bizantina era formada por mercadores, banqueiros e manufatureiros, que, diferentemente da sociedade romana do ocidente, em que se privilegiavam os grandes proprietários de terra, não fazia distinção quanto à origem da riqueza: o importante era o poder decorrente dela. Embora as diferenças sociais fossem muito grandes, os centros urbanos propiciavam a diversificação das atividades econômicas e absorviam uma quantidade expressiva de mão-de-obra. Essa possibilidade, em certa medida, constituía uma vantagem às camadas menos favorecidas em relação às da Europa, que se viam obrigadas a se submeterem à servidão dos senhores de terra, uma vez que o Feudalismo, resultado da intensa ruralização da economia, enfraqueceu substancialmente a vida urbana em muitas regiões europeias. Não podemos nos esquecer do acentuado número de escravos, que em sua maioria trabalhavam nos serviços domésticos.

Dessa forma, as diferenças com a Europa Ocidental, consistiam, entre outras características, no fato do Império Bizantino ser **essencialmente urbano**, com a propriedade privada das terras, o **trabalho de homens livres e de escravos**. Também as tropas bizantinas eram necessariamente as cavalarias retiradas das planícies da Ásia Menor e compostas de soldados agricultores, como as do antigo Império Romano. Economicamente, a diferença entre Constantinopla e o Ocidente era maior ainda, uma vez que ao contrário da perspectiva local ocidental de que "terra é poder", no Império Bizantino o **poder vinha do dinheiro obtido pelo comércio**, em especial com o Oriente Médio e com o já reerguido Império Persa.

As Relações Políticas

Embora o soberano bizantino não tivesse caráter divino, sua autoridade religiosa trazia origem na crença de ser ele o legítimo representante de deus na Terra, o que o aproximava muito dos sacerdotes. Por outro lado, o alcance de seu poder temporal era fruto de uma imensa burocracia que controlava de maneira minuciosa a vida dos súditos. Paralelamente, a estabilidade econômica e social que o Império Bizantino experimentou em seus primórdios, contribuiu para a manutenção da ordem política que enaltecia a figura do imperador.

O imperador **Justiniano** reinou entre 527 e 565, **fase áurea do Império Bizantino**. Originário do exército, onde alcançou o posto de general, esse governante se preocupou com a **retomada dos antigos territórios perdidos do Império Romano**.

As conquistas de Justiniano, apesar de grandiosas, não foram seu maior feito, uma vez que menos de dez anos após sua morte, devido à fragilidade das defesas das regiões conquistadas, estas foram novamente invadidas e conquistadas por outros povos.

Mosaico do Imperador Justiniano, localizado na Igreja de São Vital, em Ravenna (Itália). Por meio das reconquistas territoriais, da construção da Basílica de Santa Sofia e da compilação do Direito Romano, Justiniano fez com que o Império Bizantino atingisse o apogeu político, cultural e econômico.

O maior legado de Justiniano para a humanidade foi no campo intelectual, pois assim como restaurar o Império Romano em sua extensão, o imperador queria também utilizar as leis romanas para governar. Deste modo, compilou todo o **Direito Romano** e criou o chamado ***Corpus Juris Civilis* ("Corpo de Direito Civil")**, que se tornou base aos estudos futuros sobre o direito romano, além de servir de alicerce às leis de muitos povos futuros. A compilação era composta de quatro partes:

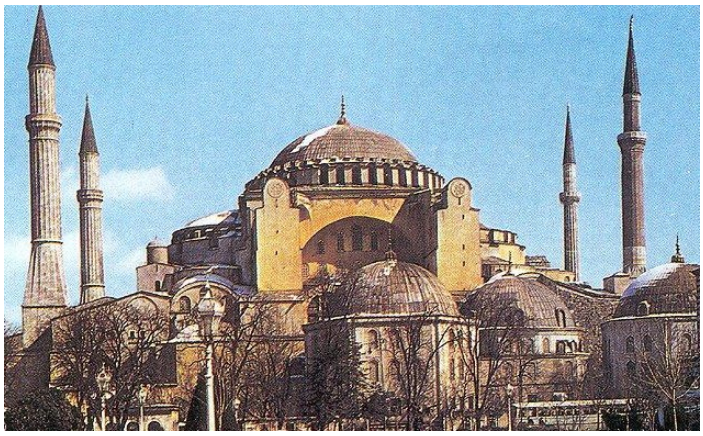
- **Código** - conjunto das leis desde o século II d.C.;
- **Digesto** - comentário das leis pelos importantes juristas;
- **Institutas** - princípios fundamentais do direito romano;
- **Novelas** - novas leis criadas por Justiniano.

Também na arquitetura, o legado de Justiniano foi muito importante, com a construção da **Igreja Hághia Sophia ("Santa Sophia")**, o expoente máximo da arquitetura bizantina, que dava início a contornos próprios, diferentes daqueles da antiga Roma. Trata-se do maior monumento da

união entre o Estado e a Religião, uma composição que marcou toda a existência do Império Bizantino até o seu declínio.

A Organização Religiosa

A religião cristã surgiu no Império Bizantino na ocasião em que o Império Romano buscava incorporá-la a sua estrutura. Através do Edito de Milão, Constantino legalizou o culto. Ao final do século IV, o Edito de Tessalônica, de Teodósio, tornou o Cristianismo a religião oficial do Império. O uso da religião como elemento de justificação e sustentação do poder imperial encontrou seu espaço no Império Bizantino. O imperador, além de ser visto como manifestação humana de deus, exercia um forte controle sobre a hierarquia religiosa, isto é, o **cesaropapismo**.



Catedral de Santa Sofia, em Constantinopla, monumento representando a ligação entre o Estado e a Religião por meio da arquitetura bizantina com abóbadas e mosaicos.

O fortalecimento da Igreja Cristã no Oriente deu-se ao mesmo tempo em que, na Europa Ocidental, a Igreja Católica era cada vez mais influenciada pelos interesses dos reinos bárbaros. Além disso, a influência das tradições orientais e do helenismo sobre a religião cristã do Império Bizantino fez com que esta adquirisse certas características de divergência da Igreja de Roma, como a **iconoclastia** (movimento contra a veneraçãode de imagens religiosas) e algumas **heresias** (interpretações religiosas diferentes da tradição católica). Com isso, os conflitos entre o papado e o Patriarca de Constantinopla intensificaram-se, caminhando para a ruptura definitiva entre as duas Igrejas e a separação entre a Igreja Católica Romana e Igreja Católica Ortodoxa, no ano de 1054. Era o **Cisma do Oriente**. Trata-se do primeiro grande cisma (separação) dentro do Cristianismo, gerando duas igrejas diferentes: a **Igreja Católica Apostólica Romana** e a **Igreja Cristã Ortodoxa**. No século VII, devido à preponderância de gregos dentro do Império Bizantino, a língua oficial deixou de ser latim para se tornar grego.

O declino do Império Bizantino

Após a morte de Justiniano, o Império Bizantino ficou a mercê de diversas invasões, e, a partir daí, deu-se início a queda de Constantinopla. Essa decadência era essencialmente urbana, a partir do momento em que Bizâncio perdia a hegemonia sobre o comércio mediterrâneo com o renascimento comercial da Baixa Idade Média Ocidental, promovido por cidades italianas, como Gênova e Veneza.

Nesse mesmo contexto, com o enfraquecimento da capital, aumentavam as invasões externas, promovidas por bárbaros e por árabes, gerando uma fragmentação do poder político em grande parte de seu território. Já extremamente debilitada, Constantinopla teve sua queda definitiva no ano de **1453**, após ser tomada pelos **turcos otomanos**. A queda de Constantinopla também marca o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna.

FILMOGRAFIA

Um Filme Falado – Uma jovem professora de História, parte com a sua filha num cruzeiro que atravessa o Mediterrâneo, remontando suas Histórias e suas riquezas.

EXERCÍCIOS

1. (FUVEST) Dentre os fatores citados abaixo, assinale aquele que não concorreu para a difusão da civilização bizantina na Europa Ocidental:
a) Fuga dos sábios bizantinos para o Ocidente, após a queda de Constantinopla;
b) Expansão da Reforma Protestante, que marcou a quebra da unidade da Igreja Católica;
c) Divulgação e estudo da legislação e Justiniano, conhecida como *Corpus Juris Civilis*;
d) Contatos culturais ligados ao movimento das Cruzadas.
e) relações comerciais das repúblicas marítimas italianas com os portos bizantinos.

2. (PUC) Em relação Império Bizantino, é certo afirmar que:
a) o governo era ao mesmo tempo teocrático e liberal;
b) o Estado não tinha influência na vida econômica;
c) o comércio era, sobretudo, marítimo;
d) o Império Bizantino nunca conheceu crises sociais;
e) o imperialismo bizantino restringiu-se à Ásia Menor.

3. Em que consistiu o movimento iconoclasta, ocorrido no Império Bizantino?

4. Explique duas das principais causas da decadência do Império Bizantino.
5 (PUC-SP) Dentre as consequências das invasões bárbaras no século V, podemos destacar como a mais importante:
a) o restabelecimento do comércio mediterrâneo, em decadência, por causa da expansão árabe.
b) a criação de entraves à expansão árabe no Mediterrâneo.
c) a substituição da unidade política do Império Romano pela pluralidade, representada pelos reinos bárbaros.
d) o restabelecimento da unidade política do Império Romano, ameaçado por forças internas de desagregação.
e) a restauração do regime escravista, já extinto no Império Romano no século anterior.

6 – O que era o cesaropapismo?

7 (UEL-PR) A monarquia no Império Bizantino tinha como um de seus traços principais:
a) a sucessão hereditária automática, que era garantida pelas forças militares.
b) a indicação de um co-imperador pelo Senado, que auxiliava o basileu nas suas funções.
c) a posição isenta do Senado em relação aos problemas de sucessão.
d) a onipotência do governante, característica herdada de Roma.
e) a ausência de conflitos políticos e conspirações, em virtude de sua natureza religiosa

8 (Cefet) 'O que se tornou conhecido por Império Bizantino era na origem o Império Romano do Oriente (Grécia, Egito, Síria-Palestina, Mesopotâmia, Ásia Menor). E realmente, como Roma, Bizâncio uniu através de uma língua e uma determinada maneira sentir e de pensar, povos que nada tinham de comum entre si. Como os antigos gregos e romanos, os bizantinos consideravam-se os únicos habitantes mundo civilizado, rotulando de bárbaros todos os que não partilhavam de sua cultura. Contudo, ao longo de sua extensa história, de 330 a 1453, aquele Estado foi aos poucos mesclando suas raízes latinas com elementos greco-orientais há muito enraizados naqueles territórios, surgindo assim uma civilização nova, original, com personalidade própria'. (In: FRANCO JR. Hilário & ANDRADE FILHO, Ruy O Império Bizantino. São Paulo, Brasiliense, 1985)
Leia as seguintes afirmações sobre o Império Bizantino:
I. O cesaropapismo, inaugurado por Justiniano (527 - 565), representou um verdadeiro desafio à autoridade do papa de Roma, que desejava deter o mando universal da Igreja católica.
II. A principal e mais lucrativa atividade econômica desenvolvida no Império Bizantino foi a agricultura, que era controlada diretamente pelo Estado.
III Os conflitos entre os imperadores bizantinos e os papas culminaram em 1054 no Cisma do Oriente que dividiu a cristandade em duas igrejas Ortodoxa e a Católica Apostólica Romana.
IV. A arquitetura foi uma das artes mais desenvolvidas em Bizâncio, cujo exemplo mais majestoso a igreja de Santa Sofia, construída durante o reinado de Justiniano.
Pode-se afirmar que estão corretas somente:
a) II, III e IV.
b) I, III e IV.
c) I, II e III.
d) I e IV.
e) I e II.

6. OS ÁRABES E O ISLAMISMO

A FORMAÇÃO HISTÓRICA

A PENÍNSULA ARÁBICA

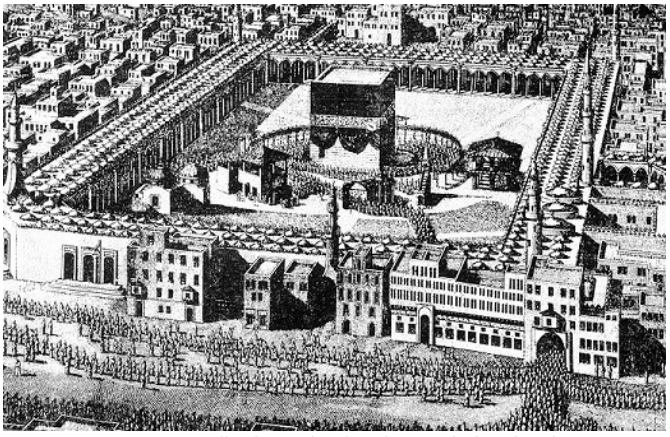
A Arábia é uma península desértica do Oriente Médio. Seus habitantes, os "beduínos", nômades por excelência, tinham uma organização social baseada em tribos. Algumas viviam em busca de oásis — terrenos férteis, cobertos de vegetação no meio de um deserto —, muito importantes à sobrevivência desse povo e seus rebanhos; e, portanto, motivo de conflitos. Até o século IV, cerca de 300 tribos semitas habitavam a região. A região era habitada basicamente por pastores, os quais criavam camelos e carneiros, aproveitando desses últimos o leite, a carne e a lã; outras tribos tinham no comércio sua atividade principal. Os beduínos habitavam a faixa costeira do Mar Vermelho, onde fundaram as cidades de Meca e Iatreb, e o sul da península, onde está a cidade de Aden. Nestes centros urbanos, de maior concentração populacional, eram negociados produtos vindos do Oriente, sobretudo as especiarias.

A RELIGIÃO

O DESENVOLVIMENTO DO MONOTEÍSMO

Os árabes anteriores ao Islão eram politeístas e idólatras; hoje não é possível pensar a civilização árabe dissociada da religião muçulmana. A origem do Islamismo encontra-se nas pregações de Maomé, que influenciado pelos monoteísmos (ou seja, a concepção de existência de um único deus) cristão e judaico, principiava uma ideia de crença adaptada à realidade árabe. Diz a tradição que, **Maomé**, num de seus momentos de meditação no Monte Hira, teve uma visão do anjo Gabriel que mudou suas concepções religiosas: passou a crer em **Alá (Deus)**, que o encarregaria de transmitir sua mensagem. Este seria o início do **Islão**, que quer dizer "submissão completa a Alá".

No deserto arábico havia uma cidade de peregrinação, Meca e nela se encontrava a **Caaba**, uma edificação que abrigava a Pedra Negra, considerada sagrada. Estas peregrinações impulsionavam o comércio, fazendo dessa cidadela o principal centro árabe. Os cuidados com a Caaba eram de responsabilidade de poderosos comerciantes pertencentes à tribo dos coraixitas. Já a família do profeta Maomé era proveniente do ramo mais pobre dessa tribo, os haxemitas.



Ao centro, representação da Caaba, local sagrado localizado em Meca.

Em **622**, Maomé e seus seguidores, que sofriam a oposição violenta dos coraixitas, fogem de Meca para a cidade de Iatreb, rebatizada depois com o nome de Medina. Essa fuga ficou conhecida como **Hégira** e assinala o ano I do calendário muçulmano. Ao fixar residência nova, o profeta contava com a adesão da elite local, interessada no enfraquecimento de Meca. Com esse apoio, Maomé organizava ataques às caravanas que se dirigiam para Meca, estrangulando o comércio dessa cidade e, ao mesmo tempo, difundia sua crença, pois o Islamismo nada mais fazia do que dar uma explicação e um sentido religioso às condições e necessidades ditadas pela vida material árabe. Um exemplo disso está na *Jihad*, cuja ideia é o dever de todo islâmico levar adiante sua crença.

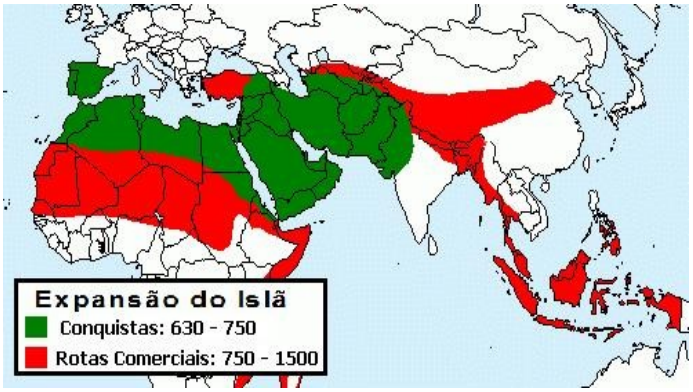
Após dois anos da morte de Maomé (632), a religião islâmica estava consolidada. A expansão muçulmana se deu pela expansão do poder dos **califas** (herdeiros de Maomé), chefes religiosos e políticos.

Com a expansão, que é religiosa e política, algumas controvérsias sobrevivem ainda hoje. Uma delas diz respeito à sucessão do profeta, pois o **Alcorão**, o livro sagrado do islamismo, que contém os princípios fundamentais, ensinava que apenas os descendentes do profeta poderiam sucedê-lo; mas isso não estava confirmado na **Sunna**, a coletânea dos ensinamentos do mestre. Logo, ocorreu uma grande disputa entre o grupo "**sunita**", que defendia a Sunna, e o "**xiita**", que se opunha à aceitação de qualquer fonte de ensinamento que não fosse o Alcorão.

A EXPANSÃO MUÇULMANA

A expansão muçulmana iniciou-se com a conquista dos territórios bizantino e persa. O sucessor de Abu-Bekr, Omar, consolidou o domínio sobre um vasto território, centralizando mais ainda o governo e apossando-se das terras da Síria, Palestina, Pérsia e Egito. A chegada ao poder pela **dinastia dos Omíadas** (de Omias, tio de Maomé) marca outra fase expansionista, conduzindo os árabes ao domínio de parte da península Ibérica, na Europa, e do norte africano. No entanto, os planos de ampliação territorial

foram interrompidos por **Carlos Martel**, rei dos francos, em **732**, na **Batalha de Poitiers**, que impediu a expansão muçulmana pelo interior da Europa Ocidental. Em todo caso, com o domínio muçulmano sobre o Mediterrâneo, agravou-se ainda mais o processo de ruralização da Europa Ocidental, contribuindo com a formação do feudalismo nessa região.



As guerras comandadas pelos muçulmanos não tinham apenas o objetivo de converter os chamados "infiéis". **A expansão muçulmana repercutiu, de modo amplo, no comércio internacional** da época: esse povo dominou o comércio no mar Mediterrâneo, atrapalhando os negócios das cidades europeias e acumulou lucros importantes à consolidação econômica de seu império. A Igreja Católica considerava os muçulmanos uma ameaça à cristandade ocidental; os maometanos, ao contrário, adotaram uma atitude de maior tolerância religiosa, social e linguística nos locais por eles dominados, permitindo a convivência, por exemplo, com judeus e cristãos.

Entre 750 e 1258, com a **dinastia dos Abássidas**, ou seja, dos descendentes de Abas, a capital transferiu-se de Damasco para Bagdá. As querelas continuaram, levando Rhaman, membro da dinastia dos Omíadas, a fundar o emirado de Córdoba, na Espanha. Esta divisão provocaria o enfraquecimento dos domínios políticos muçulmanos, que passaram a ter três capitais: Cairo, Bagdá e Córdoba. Em 1258, os mongóis invadiram e ocuparam Bagdá, mostrando a dificuldade do Império Ábássida em manter o domínio sobre tantos povos. Ademais, as disputas entre sunitas e xiitas provocaram cisões internas que ameaçavam constantemente a eficiência administrativa, e facilitavam a rebeldia dos dominados. Em 1492, os mouros foram definitivamente expulsos da Península Ibérica.

CULTURA ISLÂMICA

O declínio da presença muçulmana não apagou seus feitos e sua influência no mundo ocidental, suas atividades comerciais facilitaram a propagação de invenções vindas da China, como o papel, o astrolábio, o nanquim e a pólvora. Ao mesmo tempo, os árabes divulgaram o algarismo "zero" (já há muito séculos utilizado por eles), criado por um indiano e introduziram os algarismos arábicos — que são hoje mundialmente empregados para escrever os números —, numa Europa que até então se valia dos algarismos romanos. As inovações muçulmanas também atingiram o campo da filosofia, da medicina, da química e da farmacologia. Enfim, forma os muçulmanos que preservaram e difundiram grande parte da cultura greco-romana no mundo medieval do Ocidente, permitindo no futuro, deste modo, o Renascimento.

Representação de Averróis, responsável pela tradução ao árabe de filósofos gregos, como Aristóteles, e sua introdução no mundo Ocidental.

EXERCÍCIOS

1. (UFJF – MG) O Islamismo, religião fundada por Maomé e de grande importância na unidade árabe, tem como fundamento:
a) o monoteísmo, influência do cristianismo e do judaísmo, observado por Maomé entre povos que seguiam essas religiões.
b) o culto dos santos e profetas através de imagens e ídolos.
c) o politeísmo, isto é, a crença em muitos deuses, dos quais o principal é Alá.
d) o princípio da aceitação dos desígnios de Alá em vida e a negação de uma vida pós-morte.
e) a concepção do Islamismo vinculado exclusivamente aos árabes, não podendo ser professado pelos povos inferiores.

2. (VUNESP) O Islamismo, ideologia difundida a partir da Alta Idade Média, em que o poder político confunde-se com o poder religioso, era dotado de certa heterogeneidade, o que pode ser constatado na existência de seitas rivais como:
a) politeístas e monoteístas;
b) sunitas e xiitas;
c) cristãos e muezins;
d) sunitas e cristãos;
e) xiitas e politeístas.

3. (FGV – SP) A "Hégira", um dos eventos mais importantes do Islamismo, e que marca o início do calendário islâmico, corresponde:
a) a entrada triunfal de Maomé em Meca, em 630.
b) ao casamento de Maomé com uma rica viúva, dona de camelos.
c) à fuga de Maomé e seus seguidores, de Meca para Medina.
d) à revelação de Maomé que lhe foi transmitida pelo arcanjo Gabriel.
e) ao grande incêndio da Caaba, em Meca, em 615.

4. Estabeleça as relações existentes entre a Expansão Islâmica e o Feudalismo na Europa Ocidental.

5. Ao longo da Idade Média, a cultura muçulmana demonstrou que em nada poderia ser considerada “atrasada” ou “bárbara” em relação à cultura cristã. Por meio da Espanha muçulmana, a Europa Ocidental recebeu importante influência da cultura islâmica. Aponte elementos da grandeza dessa cultura.

6 (FEM-SP) "Não consegue a adesão das estirpes aristocráticas, que o consideram demasiado perigoso, pois ameaça os rendimentos que obtêm das caravanas e do comércio por ocasião das peregrinações para os sacrifícios na Caaba. Em consequência, Maomé foge desta cidade de comerciantes beduínos e vai para Medina." Essa passagem da história do islamismo é conhecida como:
a) a Hégira.
b) a Cruzada dos Inocentes.
c) o paganismo do islamismo.
d) uma das formas referentes à incapacidade do islamismo em absorver a religiosidade dos árabes.

7 (UF JF-MG) O islamismo, religião fundada por Maomé e de grande importância na unidade árabe, tem como fundamento:
a) o monoteísmo, influência do cristianismo e do judaísmo, observado por Maomé entre povos que seguiam essas religiões.
b) o culto dos santos e profetas por meio de imagens e ídolos.
c) o politeísmo, isto é, a crença em muitos deuses, dos quais o principal é Alá.
d) o princípio da aceitação dos desígnios de Alá em vida e a negação de uma vida pós-morte.
e) a concepção do islamismo vinculado exclusivamente aos árabes, não podendo ser professada pelos povos inferiores

8 (FGV-SP) O surgimento do islamismo permitiu à Arábia:
a) o fortalecimento e a propagação da primeira religião politeísta moderna.
b) consolidar uma unidade política e religiosa, fortalecendo-a e possibilitando a expansão de seu império.
c) a autonomia dos diversos califados e, portanto, a difusão e fortalecimento de seus interesses comerciais e religiosos.
d) centralizar os diversos califados e, portanto, a expansão do politeísmo islâmico por todo o Mediterrâneo.
e) unificar apenas religiosamente a região, permanecendo, portanto, os interesses comerciais dos diversos califados em conflito.
consolidar uma unidade política e religiosa, fortalecendo-a e possibilitando a expansão de seu império.

9 (Unifor-CE) O islamismo, religião de grande importância na unificação dos árabes, tem como fundamento o:
a) politeísmo, isto é, a crença em muitos deuses, dos quais o principal é Alá.
b) fato de sua concepção ser vinculada exclusivamente aos árabes, não podendo, portanto, ser professado pelos povos inferiores.
c) princípio da aceitação dos desígnios de Alá em vida e a negação de uma vida pós-morte.
d) monoteísmo, influência do cristianismo e do Judaísmo, observado por Maomé entre povos que seguiam essas religiões.
e) culto aos deuses das tribos árabes e a aceitação da ideia de que o poder político e o religioso deveriam concentrar-se nas mãos de uma única pessoa, descendente da dinastia abássida.

7 – OS REINOS BÁRBAROS

OS POVOS BÁRBAROS

São muitos os exemplos de sociedades que nutriram preconceitos contra povos que apresentavam cultura diferente da sua. Ainda hoje, infelizmente, isso é muito comum. Desse modo que se deu, por exemplo, a raiz do *apartheid* — a política de segregação racial da África do Sul que impedia, no século XX, o acesso dos negros à propriedade da terra e à participação política, e os obrigavam a viver em zonas residenciais segregadas. Para os romanos da Antiguidade, as populações que não habitavam seu império ou que não sabiam se expressar em latim ou grego, eram "bárbaros", isto é, "não civilizado", "estrangeiro". Curiosamente, a maior parte das informações que temos sobre eles, foi encontrada nas obras de historiadores romanos, especialmente nas de Tácito.

Os bárbaros eram **povos germânicos**, na sua grande maioria, e nem sempre tiveram relações conflituosas com o Império Romano, chegando mesmo a participarem de algumas conquistas romanas como aliados ou a integrarem a guarda pessoal de alguns dos imperadores. Eram tidos como bravos guerreiros e viviam nas áreas vizinhas ao Império. Havia outros dois grandes grupos de bárbaros: os **eslavos** (russos, sérvios, poloneses etc.) e os **tártaro-mongóis** (hunos, húngaros, búlgaros e outros).

Originalmente, os bárbaros apresentavam uma organização política bastante distinta da que tinham os romanos, mas a convivência acabou por fazer com que se constituísse nesses grupos uma aristocracia proprietária de terras, controladora do poder. Viviam em comunidade, não tendo, portanto, a complexidade social das cidades romanas nem tampouco as instâncias burocráticas de um grande império. Seus chefes eram eleitos anualmente e suas atividades econômicas básicas eram a criação de gado e a agricultura, em que cultivavam trigo, centeio, cevada, além de serem exímios caçadores. As leis que regiam a vida desses grupos se baseavam nos costumes e tradições, e sua religião, politeísta, difundia o culto aos ancestrais. Moravam em casas simples de madeira e taipa. Eram hábeis metalúrgicos, boa parte dos vestígios materiais deles que chegaram até nós são objetos de metal.

O período de convivência pacífica começou a ser rompido no século IV. Invasões de tribos asiáticas, principalmente dos hunos, forçaram os germanos a penetrarem no Império Romano em busca de terras férteis. Nessa época, os romanos já enfrentavam uma crise generalizada, e as invasões promoveriam mudanças importantes, promovendo uma ruptura gradual com a unidade do maior império do mundo antigo. A maioria dos **francos** fixou-se na Gália (onde hoje está a França); os **ostrogodos**, no oeste da Itália; os **anglos** e os **saxões**, na Grã-Bretanha; os **lombardos**, numa parte do território da Itália; os **visigodos**, em quase toda a Península Ibérica; os **burgúndios**, no sudeste da Gália, entre outros invasores.

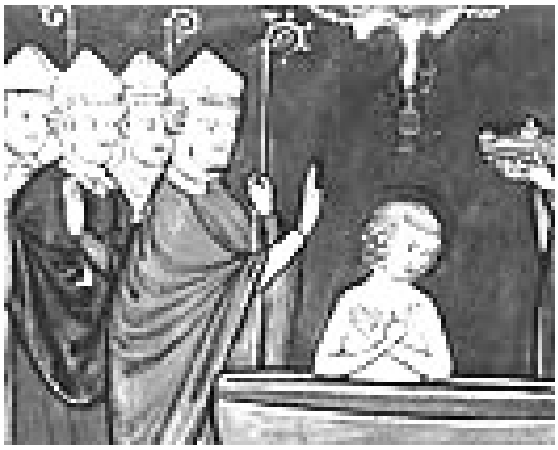
A presença dos bárbaros promoveu uma nova fusão cultural numa sociedade que já possuía uma cultura resultante da influência de muitos outros povos, em particular do da Grécia. Assim, teve curso um processo de disputas, resistência e assimilação. Os novos conquistadores não devem ser vistos como destruidores de um domínio secular, pois contribuíram à renovação cultural; preservaram traços das instituições romanas e incorporaram comportamentos que, inicialmente, lhes eram estranhos. O uso do latim tornou-se comum, muito embora tenha se mesclado com as diversas línguas bárbaras, originando as línguas europeias modernas. Muitos desses povos aos poucos foram se convertendo ao cristianismo, ainda que preservassem práticas tradicionais do Paganismo. Celebravam-se casamentos que viriam a consolidar a aproximação cultural de povos dominadores e dominados, propiciando o surgimento de novas práticas sociais e construindo novos laços familiares. O fruto dessa inesperada mistura cultural, foi o surgimento de uma nova sociedade — a feudal —, contrariando àqueles que acreditavam na eternidade e na onipotência do Império Romano.

Os Reinos Bárbaros Cristãos

Entre os povos germânicos, destacam-se os **francos**, pois nos territórios por eles ocupados que se constituiu o modelo clássico de sociedade feudal. Em 491 d.C., as tribos francas passaram a ser governadas por um único rei, chamado **Clóvis**, dando início à **dinastia Merovíngia** (nome derivado do avô de Clóvis, Meroveu), que ampliou as áreas dominadas pelos francos e, em 496, **converteu-se ao cristianismo**. Depois de os filhos de Clóvis conquistarem outros territórios, os domínios francos foram divididos em três reinos. Ao longo de todo esse tempo, a economia tornou-se essencialmente rural, e o poder dos proprietários rurais, embora formalmente submetido ao do rei, cada vez maior. O Feudalismo ia aos poucos se configurando.

A **descentralização política** levou os proprietários a estruturarem forças militares; assim, estabeleceram relações de trocas mútuas entre eles, sendo o domínio de terras o elemento mediador e, ao mesmo tempo, indicador da importância de um em relação a outro. Além disso,

outras instituições romanas fortaleciam essas relações de dependência, como o **colonato** — que ligava ao solo trabalhadores e rendeiros agrícolas como colonos ou servos — e o **precarium**, que estabelecia um sistema de dependência e clientelismo entre o senhor e o seu subordinado. O **benefício**, instituição de origem germânica pela qual os chefes premiavam seus soldados com pedaços de terra, foi mais um fator de descentralização; no século IX, este tipo de prêmio passou a se chamar **feudo**.



Representação medieval do batismo de Clóvis, fundador do reino dos francos, em sua conversão ao cristianismo, fortalecendo o poder do papa sobre seus súditos.

A dinastia Merovíngia teve uma sucessão de **reis chamados de "indolentes"**, que contribuíram para que o processo de descentralização se expandisse, transferindo os seus frágeis poderes políticos aos ***major domus*** **(prefeitos ou mordomos do palácio)**. Um desses mordomos, **Carlos Martel**, que, em **732**, na **Batalha de Poitiers**, derrotou os árabes que haviam antes conquistado boa parte da Península Ibérica.

Carlos Martel na Batalha de Poitiers (732), que conteve o avanço muçulmano para o interior da Europa Ocidental.

Seu filho, **Pepino, O Breve**, pôs fim àquela dinastia, dando início à **dinastia Carolíngia** — nome dado mais tarde em homenagem a Carlos Magno, seu filho —, e estreitou ainda mais as relações dos reinos francos com a Igreja Católica. **Carlos Magno** o sucedeu e deu continuidade à expansão do reino. Sob seu governo, grande parte da Europa Ocidental conheceu o chamado **Renascimento Carolíngio**, onde o imperador promoveu medidas educacionais (fundação de escolas) e culturais (estímulo à alfabetização e leitura de autores da Antiguidade Clássica) que haviam sido abandonadas ao longo da Idade Média na região. Consolidou sua aliança com a Igreja ao ser coroado pelo papa Leão II, em 800, o imperador do novo Império Romano do Ocidente. Firmou sua autoridade para com os nobres, exigindo um compromisso de fidelidade, mantendo a centralização política. Entretanto, de sua atitude decorreria uma questão política muito importante durante toda Idade Média: a supremacia do poder caberia ao monarca (poder temporal) ou à Igreja (poder espiritual)? Em torno dessa disputa, inúmeros conflitos se desencadeariam em todo o período e marcariam a Europa por vários séculos.

O Imperador Carlos Magno, da dinastia Carolíngia, responsável pela fundação do Império Carolíngio em plena Idade Média.

Uma estrutura administrativa foi montada para garantir a unidade política. Alguns funcionários eram encarregados de fiscalizar os condados e as marcas, que eram conduzidos, respectivamente, por condes e marqueses. Havia ainda os barões, encarregados da defesa das fronteiras. Procurava-se, portanto, manter a obediência às leis imperiais, fato de fundamental importância para o não esfacelamento do Império. Com a morte de Carlos Magno, em 814, assumiu o trono seu filho **Luís, O Piedoso**, que, por sua vez, teve uma sucessão bastante conturbada.

As disputas entre seus filhos levaram à assinatura do **Tratado de Verdun**, em **843**, que dividiu o Império em três partes: sob o controle de Luís, o Germânico, estaria a "Frância Oriental ou Germânia" (a atual Alemanha); sob o controle de Carlos, o Calvo, a "Frância Ocidental" (a atual França); sob o controle e Lotário, uma faixa de terras entre esses dois reinos, que ia da recente Itália até o Mar do Norte, denominada "Lotaríngia". A cisão causou o enfraquecimento do poder real e os carolíngios extinguiram-se em 987.

Com a partilha do Tratado de Verdun (843), condes, marqueses e os demais nobres adquiriram maior poder político local. Dessa forma, a crescente descentralização encaminhava a Europa Ocidental rumo ao Feudalismo.

Em 963 tentou-se mais uma vez a reunificação, com a criação do **Sacro Império Romano-Germânico**, tendo à frente o rei **Oto I**. Mas os ataques sucessivos dos **vikings** normandos, dos húngaros e dos mouros contribuíram decisivamente para que mais uma vez o movimento pela **descentralização político-administrativa** dominasse, fortalecendo tanto o poder da nobreza como o da Igreja Católica, que se converteu na principal instituição da época.

EXERCÍCIOS

1. (OSEC) – A penetração dos bárbaros no Império Romano:
a) foi realizada sempre por meio de invasões armadas;
b) realizou-se a partir do século VI, quando o Império entrou em decadência;
c) verificou-se inicialmente sob a forma de migrações pacíficas e, posteriormente, através de invasões armadas;
d) foi realizada sempre de maneira pacífica;
e) verificou-se principalmente nos séculos II e III.

2. (PUCC) – A conversão e o batismo de Clóvis, após a batalha de Tolbiac, explicam-se principalmente:
a) pela insistência de sua mulher Clotilde;
b) pela insistência dos bispos da Gália;
c) pela insistência do papa Gregório Magno;
d) pelo fato de que a maior parte da população da Gália era cristã;
e) nenhuma das anteriores.

3. (PUC) – O Império Carolíngio surgiu como uma coroação de Carlos Magno em Roma pelo papa Leão III, no ano de 800. Daí em diante o poder imperial aumentou consideravelmente, pois:
a) a administração foi aprimorada, com a instituição dos *missi dominici* e as capitulares;
b)o desenvolvimento cultural foi estimulado, inclusive com a criação de escolas de ler e escrever;
c) Paulo Lombardo, Alcuíno e Eginhardo deram destaque à cultura da época;
d) todas estão corretas.

4. (MED. SANTOS) - Luís, o Piedoso, sucessor de Carlos Magnos, manteve o Império unido. Com sua morte, começou a crise política, caracterizada de um lado pelas invasões normandas e de outro:
a) pela disputa entre seus sucessores, que acabaram mantendo a unidade do Império por meio do Tratado de Verdun;
b) pela divisão do Império em três reinos, por meio do tratado de Verdun;
c) pela divisão do Império, através do tratado de Cateau-Cambrésis;
d) pela manutenção do Império, por meio do Tratado de Cateau-Cambrésis;
e) n.d.a.

5. Explique quem foi Carlos Martel e a que se deve seu título de "defensor da Cristandade".

6 (UFSCar-SP) As constantes intervenções de Carlos Magno nas questões religiosas fizeram com que a Igreja o coroasse como imperador romano. O papa que colocou a coroa sobre sua cabeça foi:
a) Bento V.
b) Leão III.
c) Gregório I.
d) Bonifácio VIII.
e) Urbano II.

8. A FORMAÇÃO DO FEUDALISMO

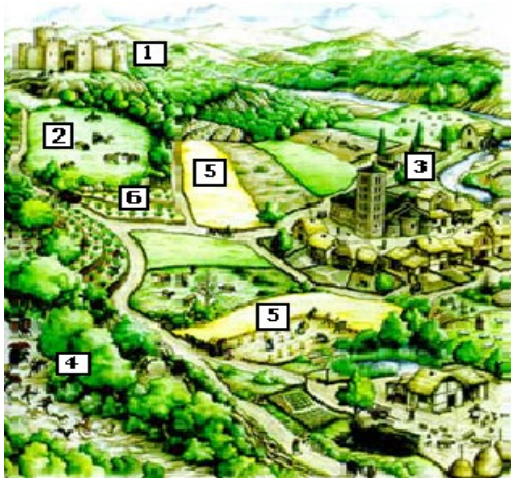
O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Se na Antiguidade Greco-Romana a estrutura econômica, política, social e cultural havia sido pautada pelo escravismo, essa situação se alterara na Europa Ocidental durante a Idade Média. Nessa região, após a Queda de Roma (476) e ao longo da Alta Idade Média, foi se consolidando o **modo de produção Feudal**. Este consiste no conjunto das relações econômicas, políticas, sociais e culturais interligadas entre si, e interferindo umas nas outras, determinado pelas atividades ocorridas nos feudos. Essas relações foram predominantes o ocidente europeu entre os séculos IX a XI.

Os feudos eram lotes de terras pertencentes à nobreza ou ao corpo eclesiástico (nesta condição, chamados de **senhores feudais**), ou então em propriedades rústicas concedidas por um senhor feudal (**suserano**, ou seja, aquele que doa a terra) a um nobre (**vassalo**, ou seja, aquele que recebe a terra), em uma relação onde ambos estabelecem **a obrigação de prestar certos serviços e rendas** um para o outro. Dessa forma, o domínio que os senhores feudais possuíam sobre o feudo era total, submetendo os camponeses (reduzidos à condição de **servos**) e os habitantes das vilas a uma dominação inquestionável.

A ECONOMIA NO FEUDALISMO

A queda do Império Romano do Ocidente desencadeou, assim, um processo de descentralização política e administrativa que converteu o **feudo** na **unidade básica do sistema econômico**. No Feudalismo, **as relações sociais de produção baseavam-se na propriedade da terra e na produção agrícola para consumo imediato**.



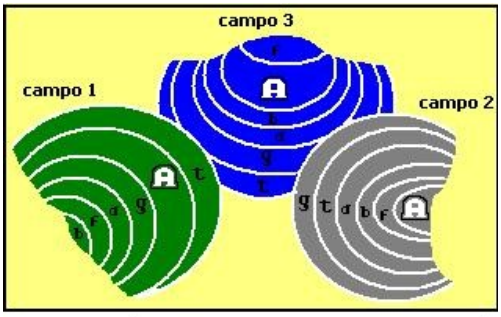
Representação de um feudo medieval: 1) Castelo e manso senhorial; 2) Pasto; 3) Igreja e Vila; 4) Bosque de caça; 5) Campos cultiváveis; 6) Manso servil.

Na **economia agrícola** do feudo, a unidade básica de produção, dividia-se basicamente em três partes:

- **manso senhorial** ou domínio: área pertencente ao senhor feudal onde se erguia o castelo, utilizado como residência pelo senhor;
- **manso servil**: área pertencente ao senhor feudal. Correspondendo a terras arrendadas pelos servos para sua própria exploração e subsistência, porém tendo de pagar diversas taxas e arcar com obrigações para com o senhor;
- **manso comunal**: área pertencente ao senhor feudal, composta de pastos, bosques e florestas para caça, de uso comum entre senhores e sevos.

Havia ainda a vila (onde habitavam os camponeses e homens livres), os campos de cultivo e outras terras comunais (utilizadas por servos e senhores). O castelo funcionava como o centro do sistema, além de ser a moradia do senhor feudal.

As técnicas agrícolas se renovaram muito pouco durante o sistema feudal, embora houvesse o cuidado de se evitar o esgotamento do solo. Era comum dividir a propriedade em três **campos de cultivo**, deixando sempre um sem utilização durante o **pousio** (repouso ou descanso), momento que variava de um a dois anos. A preocupação em se conservar a fertilidade da terra levava também ao rodízio de culturas. O feudo tinha uma produção limitada às suas necessidades, tendendo a ser economicamente auto-suficiente.



	1° ano	2° ano	3° ano
campo 1	cevada	pousio	trigo
campo 2	trigo	cevada	pousio
campo 3	pousio	trigo	cevada

A agricultura rotativa feudal utilizando três campos garantia cultivos diferentes e o descanso de cada um por três anos. No esquema acima cada faixa representa um cultivo diferente, e cada letra um servo. O servo "A", por exemplo, cultiva uma faixa em cada um dos campos.

SOCIEDADE E POLÍTICA FEUDAIS

SUSERANIA E VASSALAGEM

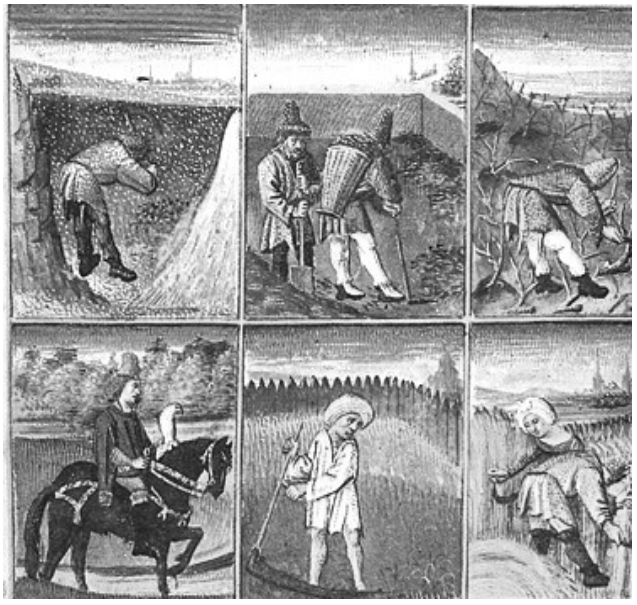
Representação medieval do ritual da homenagem, realizado entre nobres, onde um senhor feudal (suserano) doava um benefício (feudo) a outro nobre (vassalo), por meio de um compromisso de auxílio militar e jurídico mútuo.

Cada feudo era independente do outros e era governado por seu senhor, que fazia parte da nobreza. Entre os **nobres** existiam os **suseranos** e os **vassalos**, cuja relação se fundamentava no direito de exploração da terra, concedido pelos primeiros aos segundos, em troca de fidelidade. Os suseranos tinham a obrigação tanto de proteger seus dependentes como de prestar assistência judiciária, ao passo que o vassalo tinha a obrigação de combater ao lado de seu suserano em caso de guerra. A concessão do feudo (**benefício**) era realizada numa cerimônia de **homenagem**, em que se firmava um pacto de lealdade das duas partes, base das relações de **suserania e vassalagem**. Essa relação faz parte de uma tradição vinda das culturas bárbaras germânicas, o **comitatus**, ou seja, a fidelidade entre guerreiros.

A SOCIEDADE DAS TRÊS ORDENS

A sociedade feudal possuía, por conseguinte, uma economia de base rural, com produção de poucos excedentes e uma restrita circulação de moedas cunhadas no próprio feudo. Estava dividida em **três estamentos ou ordens**, com uma estratificação que tinha como critério fundamental, o crescimento. O **clero** e a **nobreza** ocupavam uma posição privilegiada. Enquanto a nobreza de sangue detinha o domínio das maiores porções de terra, a pequena nobreza — os cavaleiros — ocupava-se, sobretudo das funções militares.

Os eclesiásticos se encarregavam da vida religiosa, e a eles cabiam também os papéis de justificarem a dominação exercida na sociedade pela Igreja Católica, a maior proprietária de terras feudais; difundiam, pois, a separação tripartida da sociedade — nos que oravam (o clero), nos que guerreavam (os nobres) e nos que trabalham (os servos) —, afirmando esse modelo como correspondente ao da sociedade criada por Deus. A mais poderosa parte clerical era composta de bispos e abades. Aos padres (baixo clero) destinavam-se, em geral, as tarefas mais pesadas dos mosteiros, bem como o atendimento espiritual da massa de camponeses dispersa pelos feudos.



O árduo trabalho do servo o longo do ano, em uma representação medieval. Além de uma jornada de trabalho desgastante, o servo estava sujeito a uma enorme carga de impostos, como a Corveia, a Talha e as Banalidades. Sua exploração era justificada pela Igreja Católica com argumentos religiosos.

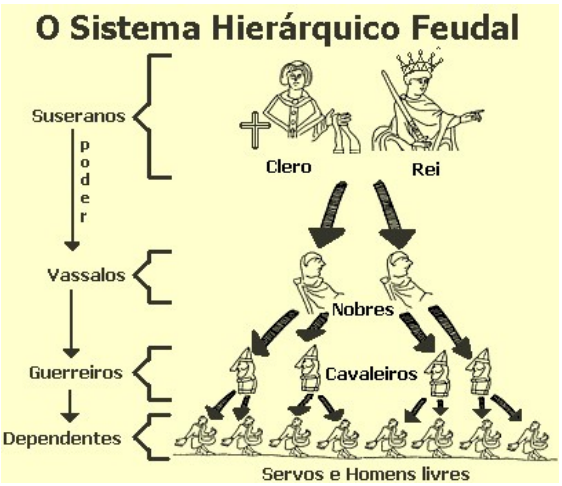
Os **servos** estavam submetidos a um conjunto de obrigações para com o senhor feudal, ou seja, "os laços de servidão", a prestação de serviços gratuitos nas terras do amo. Não recebiam salários e deviam entregar ao proprietário boa parte do excedente produzido com seu trabalho. Apesar da submissão, não eram escravos, e ao senhor cabia protegê-los em disputas ou guerras mais prolongadas:

"[...] ficava muito velho ou fraco para trabalhar, era dever do senhor cuidar dele até o fim dos seus dias. Embora trabalhasse duro nas épocas de maior labuta, na realidade tinha mais dias de folga do que os concedidos aos trabalhadores de hoje. Em algumas partes da Europa, eles atingiam um sexto do ano, sem contar os domingos." (Edward Burns, em *História da Civilização Ocidental*)

Esta relação do servo com a terra nos remete ao **colonato**, instituição que existia em Roma e que prendia o colono à terra, cuja finalidade era de evitar o êxodo rural. Além desses, existiam também os **vilões**, pequenos proprietários que tinham maior liberdade de ação, mas ainda assim dependiam da proteção de um senhor. Os servos e mesmo os vilões tinham muitas obrigações:

- **Banalidades** — tributos cobrados pelo uso dos bens ou instrumentos do senhor, como o moinho ou o forno;
- **Capitação** — imposto relacionado ao número de membros da família de cada servo;
- **Talha** — obrigação de entregarem parte da produção ao senhor;
- **Corveia** — trabalho gratuito na terra do senhor durante alguns dias da semana;
- **Tostão de Pedro** — sistema de imposto, cobrado pela Igreja, como contribuição na manutenção das capelas dos feudos;
- **Foro ou Censo** — pagamento fixo anual efetuado apenas pelos vilões;

- **Taxas de Justiça** — cobradas pelos proprietários quando era necessário a utilização dos tribunais presididos pelos senhores ou seus representantes;
- **Taxas de Casamento** — cobradas quando o servo casava com uma mulher de fora do domínio rural de seu senhor;
- **Mão Morta** – tributo pago após a morte do servo, no momento da transmissão da herança.

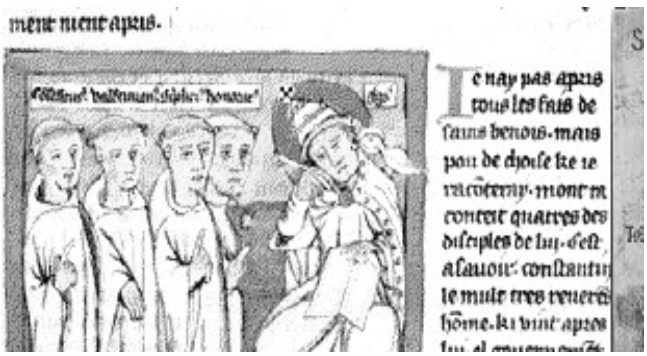


No interior dos feudos, estruturava-se uma hierarquia estamental. Os senhores feudais eram elementos da nobreza ou do clero. Os suseranos comandavam os feudos, detendo o monopólio do poder político. Mantinha uma relação de troca de direitos e deveres com seus vassalos, elementos que também faziam parte da elite econômica. Uma dessas obrigações era o apoio militar em caso de guerra, onde comandavam sues cavaleiros e seus exércitos nas batalhas. Todos, enfim, sob a justificação divina ditada pelo clero, exploravam o trabalho de homens livres e, principalmente, dos servos.

O PODER DA IGREJA CATÓLICA

O TEOCENTRISMO CRISTÃO

A Igreja Católica foi a maior e mais poderosa instituição da Idade Média. Sua prática contradizia muitos de seus ensinamentos e sua riqueza a tornava influente junto à nobreza, com a qual disputava espaço de poder, interferindo no cotidiano da população. O **teocentrismo**, na Idade Média, substituiu os ritos politeístas antropocêntricos pagãos da Antiguidade, fortalecendo a Igreja. Embora pregasse a caridade e o amor ao próximo, ideais tão presentes nos primeiros momentos do Cristianismo, a Igreja Católica no cotidiano justificava com argumentos religiosos a desigualdade e os privilégios, ajudando na manutenção da ordem estabelecida.



Imagens medievais e Gregório Magno (590-604), importante papa da Igreja de Roma.

No século V, ao longo da decadência do Império Romano Ocidental e o vácuo de poder dos imperadores, no ano de 455, o bispo de Roma assumiu a liderança de toda a religião cristã ocidental, autoproclamando-se papa **Leão I**. Após o esfacelamento do Império de Roma, na Idade Média a Igreja Católica adquiriu muito poder com a atuação do papa **Gregório Magno** (590-604), líder político e religioso, responsável pelo batismo e conversão de inúmeros líderes das tribos bárbaras (até então pagãos). Além de reaproximar os templos cristãos, estimulou a fé com escritos como a Regra Pastoral e com hinos religiosos (o **canto gregoriano**). Sua conversão se espalhou pelo ocidente europeu.

A Igreja Católica conseguiu marcar seu poder em todo os níveis da sociedade, extremamente religiosa. Esse poder estava assentado sobre um **violento controle social** exercido por meio do domínio **sobre o medo e sobre a sexualidade** dos crédulos. Dessa forma, utilizando-se o medo do pecado carnal e das chamas do inferno, a Igreja romana garantia a **passividade** e a **subordinação** dos homens rústicos perante a nobreza (que deveria, segundo o argumento eclesiástico, cuidar do corpo do camponês) e o próprio clero (que cuidaria do espírito do servo). A Igreja Católica se tornava a **principal proprietária de terras** da Idade Média no Ocidente, firmando fortes vínculos com o sistema feudal, seu **poder** não apenas era **espiritual** (ligado às coisas do espírito), mas também era **temporal** (ligado às coisas terrenas, presas ao tempo).

Mesmo a nobreza feudal tinha, na maioria das vezes, de se resignar ao poder do papa. Afinal, enquanto o poder da nobreza se restringia ao plano local, ou seja, no interior do seu feudo, a Igreja romana detinha um poder universal, ao longo de todo o Ocidente europeu. Em todo caso, ambos mantinham fortes alianças, visando a manutenção da ordem econômica, política e social do Feudalismo, que lhes era vantajosa.

A Igreja Católica ainda detinha o **monopólio da cultura letrada** ao longo do Feudalismo, utilizando os textos da Antiguidade Clássica, como a Bíblia, de acordo com os seus próprios interesses, e censurando tudo aquilo que pudesse colocar em xeque os seus dogmas. Basicamente, era a Igreja de Roma a principal responsável pela manutenção da sociedade das três ordens, típica do Feudalismo.

O monopólio da cultura letrada era uma das formas de controle social exercido pela Igreja Católica ao longo do Feudalismo.

Devemos destacar, porém, que algumas ordens monásticas, procuraram retomar os ensinamentos básicos dos cristãos. **São Bento**, ao fundar a ordem beneditina em 525, na Itália, assumiu uma postura contrária a muitas métodos comuns do clero. Condenava, assim, a ostentação, elogiando a simplicidade. O mesmo pode ser dito sobre **São Francisco de Assis**, que renunciou à riqueza para defender os mais pobres e com eles conviver. A ação dos **beneditinos** e **franciscanos**, entre outros, mostra o compromisso de alguns setores da Igreja Católica no auxílio aos mais pobres. Religiosos prestavam atendimento às pessoas, em caso de doenças, e as confortavam diante de calamidades ou dificuldades. **Ter fé era um princípio basilar nessa sociedade instável, em razão de guerras e da fome, que podiam trazer ainda mais sofrimento**. Por isto, acreditar na proteção de Deus acalmava a angústia dos camponeses.

Acima: Batismo de Cristo sob a visão o arianismo, mosaico datado de 400, localizado em Ravenna (Itália). Trata-se de uma das únicas representações em que Cristo, além de imberbe, está com órgão sexual exposto. O arianismo era uma heresia com origem nas ideias do bispo Ário (256-336), de Alexandria, que pregava que Cristo possuía apenas a natureza humana, negando o dogma da santíssima trindade. Abaixo: hereges do Medievo torturados sob a benção de um padre portando uma cruz, ao fundo.

A Igreja de Roma viu sua hegemonia ser ameaçadas por divergências. Estas poderiam tomar proporções ainda maiores, fazendo com que a Igreja Católica tivesse o seu poder questionado por diversas vezes ao longo da Idade Média. Em meio à turbulência das guerras medievais, os camponeses muitas vezes se refugiavam em seitas que, mesmo sendo cristãs, não seguiam os dogmas católicos, configurando-se, portanto como seitas que praticavam **heresias**. Em um plano maior, a Igreja de Roma viu seu poder ser abalado quando ocorreu a **Cisma do Oriente** (1054), o rompimento com a Igreja Bizantina.

O surgimento e a expansão da burguesia — os habitantes dos "burgos", povoações que se tornariam cidades —, contribuiria posteriormente, ao final da Idade Média, para um relativo enfraquecimento político da Igreja, pois as práticas burguesas disseminavam uma mentalidade menos presa aos dogmas católicos. Com isso, o distanciamento entre população e a Igreja de Roma aumentava gradativamente.

FILMOGRAFIA

Em nome de Deus - A vida do teólogo e professor Abelardo e Heloísa, sua aluna e paixão, e seu conflito com a Igreja e a sociedade.
Alexandre Newski - Herói da Rússia medieval, em luta contra os teutônicos.
Senhor da Guerra - Epopeia medieval, mostrando os conflitos entre senhores e servos.
Romeu e Julieta - Franco Zeffirelli recriou a obra de Shakespeare, oferecendo um excelente painel da Verona medieval.
Irmão Sol, irmã Lua - Poética obra retratando a vida de São Francisco de Assis.
Os mongóis - A invasão da Polônia medieval pelos mongóis.
Gengis-Khan - A vida do célebre líder dos mongóis, em sua trajetória de conquistas.

EXERCÍCIOS

1. (FGV) As principais características do feudalismo eram:
a) a sociedade de ordens, a economia levemente industrial, a unificação política e a mentalidade impregnada pela religiosidade.
b) a sociedade estamental, a economia tipicamente artesanal, a organização política descentralizada e a mentalidade marcada pela ausência do Cristianismo.
c) a sociedade de ordens, a economia terciária e competitiva, a centralização política e a mentalidade hedonista.
d) a sociedade de ordens, a economia agrária e auto-suficiente, a fragmentação fortemente influenciada pela religiosidade.
e) a sociedade estamental, a economia voltada para o mercado externo, a fragmentação política e a ausência de mentalidade religiosa.

2. (FATEC- SP) Uma das características a ser reconhecida no feudalismo europeu é que:
a) a sociedade feudal era semelhante ao sistema de castas.
b) os ideais de honra e fidelidade vieram das instituições dos hunos.
c) os vilões e os servos estavam presos a várias obrigações, entre elas o pagamento anual de capitação, talha e banalidades.
d) a economia do feudo era dinâmica, estando voltada para o comércio dos feudos vizinhos.
e) as relações de produção eram escravocratas.

3. (Faculdades Franciscanas) entre as características do Feudalismo, sistema político, social e econômico estruturado na Europa nos séculos IX e X, estão:
I. A existência de monarcas poderosos.
II. O apogeu do liberalismo econômico e grande atividade mercantil entre os diversos feudos e nações.
III. A divisão territorial em glebas denominadas feudos e o vínculo de subordinação entre os indivíduos, baseado na posse da terra.
IV. O relacionamento entre os indivíduos do feudo com base em direitos e obrigações.
São verdadeiros os itens:
a) I e II.
b) III e IV.
c) I, II e III.
d) I, III e IV.
e) I, II, III e IV.

4. (FGV- SP) O Sistema Feudal, resultado da síntese entre elementos romanos e bárbaros germânicos, caracterizou-se:
a) pela adaptação da produção ao consumo, concentrando-se no feudo, além da atividade agrícola, a criação, a indústria caseira e o comércio local.
b) pela ausência do caráter militar, pois a sociedade feudal, fechada e estratificada, não carecia de defesa.
c) pela excessiva centralização do poder real em detrimento do poder local dos senhores feudais.
d) pela constante utilização de novas técnicas agrícolas, visando atende à demanda do comércio externo.
e) pelas relações pessoais entre vassalos, que doavam terras, e suseranos, que as recebiam.

5. (UFPA) Nas relações de suserania e vassalagem dominantes durante o feudalismo europeu, é possível observasse que:
a) a servidão representou, sobretudo na França e na Península Ibérica um verdadeiro renascimento da escravidão conforme existia na Roma imperial.
b) os suseranos leigos, formados pela grande nobreza fundiária, distinguiam juridicamente os servos que trabalhavam nos campos dos que produziam nas cidades.
c) mesmo dispondo de grandes propriedades territoriais, os suseranos eclesiásticos não mantinham a servidão nos seus domínios, mas, sim, o trabalho livre.
d) o sistema de impostos incidia de forma pesada sobre os servos. O imposto da Mão Morta, por exemplo, era pago pelos herdeiros de um servo que morria para que continuassem nas terras pertencentes ao suserano.
e) as principais instituições sociais que sustentavam as relações entre senhores e servos eram de origem muçulmana, oriundos da longa presença árabe na Europa Ocidental.

6 (FGV-SP) Uma das características seguintes não se aplica ao sistema feudal. Assinale-a.

a) Cultura profundamente influenciada pela religião.
b) Pouco desenvolvimento comercial.
c) Tecnologia rudimentar, com pouca divisão de trabalho.
d) Sociedade dividida em estamentos.
e) Poder político centralizado.

7 (Fuvest-SP) A servidão e a relação feudo-vassálica constituem as duas instituições fundamentais do sistema feudal, tal como este se formou e desenvolveu na Idade Média Ocidental. Explique a origem e o funcionamento:

da servidão
da vassalagem, ou da relação feudo-vassálica.

8 (UnB-DF) A sociedade feudal, que fundiu elementos de duas sociedades, a romana e a germânica, consolidou-se nos séculos X e XI. Constituem aspectos desta sociedade:
a) organização social baseada em três camadas, também denominadas ordens ou estados: clero, nobreza e povo.
b) sociedade composta de três formas de relações básicas: as relações comunitárias existentes entre os servos; as relações vassálicas dominantes entre os senhores feudais; e as relações servis, que integravam as relações comunitárias servis e as relações vassálicas senhoriais.
c) o comitatus, instituição germânica que estabelecia a relação de lealdade entre os guerreiros e o chefe tribal e que constituía o alicerce das relações feudais de suserania e vassalagem.
d) vida social bastante agitada, devido à alta produtividade econômica, quer no processo de trabalho agrícola, quer no processo de trabalho artesanal, o que gerava uma rotina bastante estimulante à renovação das técnicas.
e) Mentalidade forjada pelos senhores feudais, que exerciam a hegemonia ideológica e cultural da época, caracterizada pela promessa de paraíso terrestre ao povo.

9 (USF-SP) Quando recordamos o sistema feudal predominante na Idade Média europeia, é conveniente considerar que sua economia e política foram marcadas por:
a) características auto-suficientes e de localismo de poder.
b) uma estrutura dependente e rigidamente unificada.
c) intensa monetarização e eficiência liberal.
d) marcado desenvolvimento industrial e postura imperialista.
e) grande relação de trocas, estimulada por governos populares.

10 (Mack-SP) Podem ser consideradas características do feudalismo:
a) forte centralização política e igualdade social.
b) constante possibilidade de ascensão social e intensa atividade comercial.
c) valorização das ideias teocêntricas e forte influência religiosa no comportamento social.
d) emprego da mão-de-obra escrava e abandono das práticas servis.
e) predomínio das relações salariais e da vida urbana.

11 (Fuvest-SP) O feudalismo, que marcou a Europa Ocidental durante a Idade Média, resultou de duas heranças distintas, a romana e a germânica. Comente cada uma delas.

12 (Fuvest-SP) Perto do ano 1000, manifestações de medo foram verificadas em todo o Ocidente, como se o fim do milênio trouxesse consigo o fim dos tempos. Tal situação deve ser entendida como:
a) manifestação da crescente religiosidade que caracterizava a sociedade feudal.
b) indício do crescente analfabetismo das camadas populares e diminuição da religiosidade clerical.
c) decorrência da tomada do Império Bizantino pelos muçulmanos do norte da África.
d) traço típico de uma sociedade em transição, que se tornava mais clerical e menos guerreira.
e) característica do momento de centralização política e de formação das monarquias nacionais.

9. BAIXA IDADE MÉDIA - DESINTEGRAÇÃO DO FEUDALISMO E AS CRUZADAS

A DESESTRUTURAÇÃO DA ORDEM FEUDAL

A **Baixa Idade Média (séculos X a XV)**, foi o período em que a Europa passou por uma série de modificações econômicas, políticas, sociais e culturais, com as quais se iniciou o processo de desintegração do sistema feudal, renascimento do mundo urbano e o reaquecimento das atividades comerciais, o declínio do trabalho servil, a formação da burguesia possibilitando o desenvolvimento do Capitalismo Comercial e da centralização política, fatores que caracterizam a Idade Moderna. Toda a trama histórica levou o sistema feudal ao seu limite, produzindo uma grave crise que desembocou na transição para o capitalismo.

AS TRANSFORMAÇÕES INTERNAS DO FEUDALISMO

A passagem do século X ao XI foi um momento de mudanças na Europa feudal. Com o fim das invasões bárbaras (vikings e magiares), o mundo medieval conheceu um período **de relativa estabilidade e uma ausência de guerras generalizadas**. A primeira percepção refletindo esse novo momento foi o **aumento vertiginoso da população**. O crescimento demográfico foi ocasionado pelo fim das guerras contra os bárbaros e pelo recuo das epidemias, gerando uma quedada mortalidade. Além disso, mudanças no clima, proporcionando mais terras férteis e colheitas abundantes. Se no ano de 1050 a população da Europa Ocidental atingia cerca de 46 milhões de pessoas, no ano de 1300 esse número quase dobrou e saltou para 73 milhões.

Tal crescimento implicou maior demanda de alimentos, estimulando o **aperfeiçoamento das técnicas** agrícolas para aumentar a produção. Assim, o arado de madeira foi substituído pela **charrua** (arado de ferro), facilitando o trabalho de aragem, a atrelagem dos animais foi aperfeiçoada, permitindo uma maior potência da força bovina sobre o arado e o uso do cavalo na tração, os animais passaram a ser ferrados; os moinhos foram aperfeiçoados. O sistema trienal ainda se estendeu por toda a Europa, proporcionando melhor qualidade e maior quantidade de produtos agrícolas. Porém, esse **desenvolvimento técnico foi limitado, não atendendo ao crescimento da população e, portanto, do consumo**. Inicialmente novas terras foram ocupadas e desbravadas. Além disso, ocorreu um fenômeno histórico novo para a Idade Média, o êxodo rural, ou seja, parcelas consideráveis das populações rurais dirigiram-se para as cidades.

A CRISE DO FEUDALISMO

Ao longo do século XIV, na Europa Ocidental, a população possuía alguns costumes e características que vinham se formando desde o século III, e às quais denominamos Feudalismo.

O crescimento da população, verificado entre os séculos XI e XIV, foi intenso. Os nobres aumentaram em número e tornaram-se mais exigentes com relação aos seus hábitos de consumo: isso determinava a necessidade de aumentar suas rendas e para consegui-lo, aumentou-se grandemente o grau de exploração da massa camponesa. Esta **superexploração** produziu protestos dos servos, refletindo-se em numerosas revoltas e fugas para as cidades. A repressão a esses movimentos foi enorme, mas a nobreza e o alto clero tiveram razões para temer por sua sobrevivência.

Paralelamente, importantes alterações do quadro natural provocaram sérias consequências. Durante o século XIII ocorrera uma expansão das áreas agrícolas, devido ao aproveitamento das áreas de pastagens e à derrubada de florestas. O desmatamento provocou alterações climáticas e chuvas torrenciais e contínuas, enquanto o aproveitamento da área de pastagens levou a uma diminuição do adubo animal, o que se refletirá na **baixa produtividade agrícola**. Com as péssimas colheitas que se verificaram, ocorreu uma **alta de preços** dos produtos agrícolas. Os europeus passaram a conviver com a fome. Os índices de mortalidade aumentaram sensivelmente e, no século XIV, uma população debilitada pela fome teve que enfrentar uma epidemia de extrema gravidade: a **Peste Negra**, que chegou a dizimar cerca de 1/3 dos habitantes da Europa.

Vítima da Peste Negra do século XIV.

Dificuldades econômicas de toda ordem assolavam a Europa, que passou a conviver com um outro problema: o **esgotamento das fontes de minérios preciosos**, necessários para a cunhagem de moedas, levando os reis a constantes desvalorizações da moeda. Isso só fazia agravar a crise.

No plano social, ao lado dos problemas já levantados, importa verificar o **crescimento de um novo grupo: a burguesia comercial**, residente em cidades que tendiam para uma expansão cada vez maior, pois passaram a atrair os camponeses e os elementos "marginais" da sociedade feudal. Politicamente, a crise se traduz pelo **fortalecimento da autoridade real**, considerado necessário pela nobreza,

temerosa do alcance das revoltas camponesas. A unificação política, ou surgimento dos Estados Nacionais, aparece, desta forma, como uma solução política para a nobreza manter sua dominação.

Finalmente, a **crise se manifesta também no plano religioso**. Tantas desgraças afetaram profundamente as mentes dos homens europeus, traduzindo-se em novas necessidades espirituais (uma nova concepção do homem e do mundo) e religiosas (a Igreja Católica não conseguia atingir tão facilmente os fiéis, necessitados de uma teologia mais dinâmica). Esta crise é o ponto de partida para se compreender o processo de transição do Feudalismo ao Capitalismo.

CRUZADAS

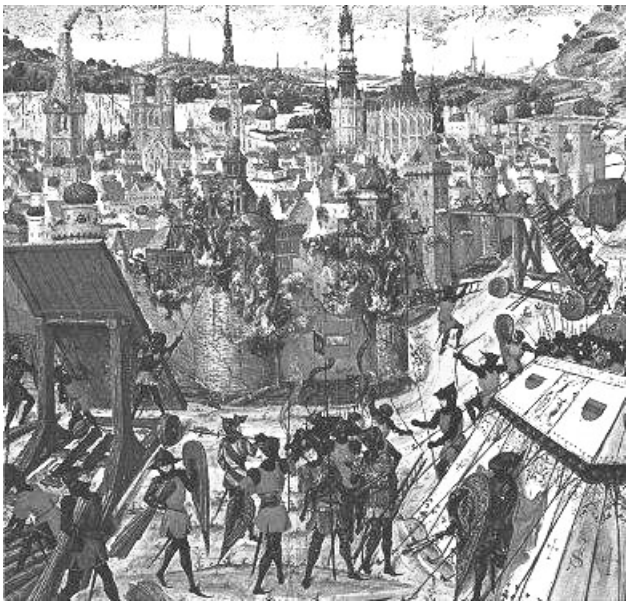
Chama-se **Cruzada** a qualquer um dos movimentos militares, de caráter cristão, que partiram da Europa ocidental e cujo objetivo era colocar a Terra Santa da Palestina e a cidade de Jerusalém sob a soberania dos cristãos. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII. Os ricos e poderosos cavaleiros da **Ordem de São João de Jerusalém (Hospitalários)** e dos **Cavaleiros Templários** foram criados pelas Cruzadas.

O Império Bizantino, depois de um período de expansão nos séculos X e XI está em sérias dificuldades: vê-se a braços com revoltas no norte da fronteira, e com a perda dos territórios italianos, conquistados pelos normandos. Do ponto de vista interno, a expansão dos grandes domínios em detrimento do pequeno campesinato resultara numa diminuição dos recursos financeiros e humanos disponíveis ao estado. Como solução, o imperador **Aléxis Commeno** decide pedir auxílio militar ao Ocidente para poder enfrentar a ameaça seljúcida.

O domínio dos turcos seljúcidas sobre a Terra Santa será percebido pelos cristãos do Ocidente como uma ameaça e uma forma de repressão sobre os peregrinos e os cristãos do Oriente. Em **1095**, no **Concílio de Clermont**, **o Papa Urbano II** exorta a cristandade a libertar a Terra Santa e a colocar Jerusalém de novo sob soberania cristã, apresentando a expedição militar que propõe como uma forma de penitência. A multidão presente aceita entusiasticamente o desafio e parte em direção ao Oriente, tendo cosido uma cruz vermelha sobre as suas roupas (daí terem recebido o nome de "cruzados"). Assim começavam as cruzadas. Organizaram-se, no total, oito cruzadas, sendo que a primeira saiu da Europa em 1096. No geral, elas foram um fracasso.

Diversas razões contribuíram para o fracasso das Cruzadas, entre elas: os europeus eram minoria, em meio a uma população geralmente hostil; a opressão à população nativa fez com que o domínio fosse cada vez mais difícil; as diversas lutas entre os próprios cristãos contribuíram para enfraquecê-los enormemente. Todas, exceto a pacífica sexta Cruzada (1228-1229), foram prejudicadas pela cobiça e brutalidade; judeus e cristãos na Europa foram massacrados por turbas armadas em seu caminho para a Terra Santa. O papado era incapaz de controlar as imensas forças à sua disposição. No entanto, os cruzados atraíram líderes como Ricardo I e Luís IX, afetaram enormemente a cavalaria europeia e, durante séculos, sua literatura. Enquanto aprofundavam a hostilidade entre o cristianismo e o Islã, as Cruzadas também estimularam os contatos econômicos e culturais para benefício permanente da civilização europeia. Apesar de não terem alcançado seus objetivos, as cruzadas tiveram consequências importantes: **reabriram a navegação do Mediterrâneo aos europeus e intensificaram as relações comerciais do Ocidente com o Oriente**. Produtos como sedas, tapetes, armas e especiarias foram introduzidos no consumo da Europa pelos cruzados. Pela proximidade geográfica, os comerciantes da Itália, principalmente de Veneza, desenvolveram intenso comércio dos produtos orientais.Os **contatos culturais que se estabeleceram entre a Europa e o Oriente tiveram um efeito estimulante no conhecimento ocidental** e, até certo ponto, prepararam o caminho para o Renascimento.

Alguns historiadores acreditam que as cruzadas contribuem para despertar nos europeus a consciência de uma unidade cultural, o que evolui para a formação dos Estados nacionais a partir do século XIII.



A tomada de Jerusalém (1099) durante as Cruzadas, representação de um manuscrito medieval.

FILMOGRAFIA

O Nome da Rosa - Baseado no romance documental de Humberto Eco, brilhante retrato da Idade Média a partir dos misteriosos acontecimentos em um mosteiro, em meados do século XIV.

Robin & Marian - A vida do lendário Robin Hood, em sua velhice, na Inglaterra do século XIV.

Coração Valente - Epopeia da luta entre escoceses e ingleses, no século XIII.

EXERCÍCIOS

1. (FGV) – A crise do sistema feudal está inicialmente relacionada com:
a) o aumento da população da Europa, que estimulou o mercado consumidor de produtos para alimentação, vestuário e habitação;
b) a lenta e gradativa substituição do regime de trabalho servil pelo regime de trabalho assalariado;
c) a intensificação das ondas invasoras de tribos bárbaras que, a partir do século VI, arruinaram os senhores feudais;
d) o renascimento comercial e o desenvolvimento das cidades;
e) o crescimento e atuação da burguesia mercantil.

2. (FGV) - A crise do sistema feudal pode ser atribuída:
a) ao enfraquecimento da burguesia;
b) às contradições existentes no próprio sistema;
c) ao aumento do poder da Igreja;
d) à deterioração do poder político dos reis
e) ao Renascimento e à Reforma protestante.

3. (FGV) - A crise do sistema feudal pode ser explicada:
a) a partir do desenvolvimento comercial que gerou a economia monetária e desintegrou a economia natural;
b) a partir da contradição do próprio sistema feudal, cujas relações de trabalho eram incompatíveis com a ampliação do mercado consumidor;
c) pelo desenvolvimento da economia capitalista que liquidou a economia de consumo feudal;
d) pelo surgimento das cidades e a consequente atração dos servos para os núcleos urbanos, despovoando o campo;
e) pela centralização do poder político que liquidou o poder senhorial.

4. (FUVEST) Com relação às Cruzadas, é correto afirmar que:
a) representam em última instância, a crise do sistema feudal;
b) a Primeira Cruzada foi convocada por Inocêncio III;
c) a Terceira Cruzada conquisto a cidade de Jerusalém;
d) a Quarta Cruzada foi conduzida por Ricardo Coração de Leão;
e) Dandolo, doge de Veneza, fez um acordo como sultão Saladino durante a Sexta Cruzada.

5. A crise do sistema feudal leva a Europa a um processo de expansão. É nesse momento que ocorrem as Cruzadas ao Oriente. Sobre a 4a Cruzada:
a) ocupando Constantinopla, assegurou para Veneza o monopólio de importante rota comercial;
b) foi a única que conseguiu ocupar terras que não mais sairiam de mãos europeias;
c) conseguiu avançar até a região da Mesopotâmia;
d) chegou a ser organizada, todavia não zarpou para o Oriente;
e) nenhuma das anteriores.

6. (UNICAMP) A tomada da cidade de Jerusalém foi narrada assim pelo historiador árabe Ibn al-Athir:
"A população da Cidade Santa foi morta pela espada, e os franj(*) massacraram os muçulmanos durante uma semana. Na mesquita (...), eles mataram mais de 70 mil pessoas."
(*) franj: os francos, os soldados cruzados.
Para os árabes, os soldados invasores eram "bestas selvagens", atrasados, ignorantes das artes e das ciências e fanáticos religiosos que não hesitavam em queimar mesquitas e dizimar populações inteiras. (Baseado em Amin Maalouf, As Cruzadas Vistas pelos árabes, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 56-57)
a) Descreva a visão que os árabes tinham dos europeus e a visão que os europeus tinham dos árabes no período das Cruzadas. Compare-as.
b) Quais foram as consequências das Cruzadas para a Europa?

7 (Fuvest - adaptado) "Os cristãos fazem os muçulmanos pagar uma taxa que é aplicada sem abuso. Os comerciantes cristãos, por sua vez, pagam direitos sobre suas mercadorias quando atravessam o território dos muçulmanos. O entendimento entre eles é perfeito e a equidade é respeitada." Ibn Joabir, em visita a Damasco, Síria, no ano de 1184.
Com base no texto e em seus conhecimentos pode-se afirmar que na Idade Média:
a – as relações comerciais entre as civilizações do Oriente e Ocidente eram realizadas pelos judeus e bizantinos somente.
b – os conflitos entre xiitas e sunitas puseram a perder o florescente comércio que se havia criado entre cristãos e muçulmanos.
c – o comércio entre Ocidente cristão e Oriente muçulmano permaneceu imune a qualquer interferência de caráter político.
d – a Península Ibérica teve um papel de centro econômico entre cristãos e muçulmanos.
e – as Cruzadas e a ocupação da Terra Santa iniciou a intensificação das relações comerciais entre cristãos e muçulmanos.

8 (PUC-PR) Na Europa Ocidental, o excedente populacional representava situação perigosa para a sobrevivência do sistema feudal. Gente ociosa e com fome vagava de um lado para outro, assaltando, pilhando e roubando nas terras senhoriais e da Igreja. No Oriente, islamitas fanáticos dificultavam a peregrinação de cristãos até Jerusalém. A iniciativa da Igreja de combater os infiéis contou com o apoio de grande número de marginais, comerciantes e senhores feudais.
Os fatos do enunciado acima aplicam-se ao movimento que atingiu pleno desenvolvimento no século XI e que se denomina:
a) Santo Sepulcro.
b) Guerra Santa.
c) Cisma do Oriente.
d) Cruzadas.

9 (Unisinos-RS) As cruzadas marcam um período importante da Idade Média, do século XI ao XIII. Sobre seus resultados podemos afirmar que:
I. a burguesia foi quem mais lucrou com o aumento do comércio, incentivado pelas cruzadas.
II. devido às cruzadas o comércio, que antes estava paralisado, ressurgiu na Europa.
III. houve uma reaproximação total entre as Igrejas do Ocidente (Roma) e a Ortodoxa Grega Oriental (Constantinopla).
Das afirmações:
a) apenas I e II estão corretas.
b) apenas II e III estão corretas.
c) apenas I e III estão corretas.
d) somente I está correta.
e) I, II e III estão corretas.

10 (UFU-MG) A Questão das Investiduras ou Querela das Investiduras, solucionada, em parte, pela Concordata de Worms (1122), consistiu, basicamente, num conflito entre o poder temporal e a Igreja sobre:
a) a interferência dos cruzados na vida econômica do Santo Império.
b) a posse do chamado Patrimônio de São Pedra, na Itália.
c) o direito de nomeação de bispos que, muitas vezes, eram senhores feudais.
d) a subordinação do poder espiritual ao poder temporal, de acordo com o direito natural.
e) a crise decorrente da participação da Igreja a favor do feudalismo.

10. RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO - A CRISE DO SÉCULO XIV E A FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

RENASCIMENTO COMERCIAL

Notava-se um crescente desenvolvimento do comércio desde meados da Idade Média. Aos poucos, pessoas que por vários motivos não encontravam espaços nos feudos medievais (como era o caso dos judeus que por não serem católicos não poderiam receber terras) começaram a se dedicar ao comércio. Percorriam estradas péssimas e até abriam outras até então inexistentes, transportando produtos trazidos do Oriente, preciosos para os europeus, que tinham tido conhecimento deles durante as Cruzadas.
Eram os perfumes, temperos, porcelanas e tecidos finos, que tornavam a vida na Idade Média menos árida e sem sabor.
Nas novas rotas comerciais Cidades como Gênova e Veneza, ainda na Idade Média, se destacavam neste comércio por terra e pelo mar Mediterrâneo, comprando dos árabes em Constantinopla e Alexandria, produtos do Oriente distante (Japão e China). Isso impulsionou o surgimento de uma nova classe mercantil: a burguesia.

RENASCIMENTO URBANO

Com o grande desenvolvimento do comércio, as feiras deixaram de ser periódicas e tornaram-se fixas, dando origem aos burgos (cidades). Os mercados dos **burgueses**, seus habitantes, ofereciam trabalho assalariado e possibilidades de enriquecimento. Por isso, atraiam camponeses livres, artesão, mascates, servos fugitivos e outras pessoas.

Os burgos situavam-se dentro dos feudos. Por essa razão seus habitantes eram obrigados a pagar taxas aos senhores feudais. A cobrança de direitos de passagem e a falta de unidade de moedas, pesos e medidas dificultavam a expansão comercial; isto os levou a se organizarem associações coletivas, chamadas **comunas**.

Estas associações conseguiram impor aos senhores feudais restrições aos seus direitos, através das "**Cartas de Franquia**" — documentos escritos, garantidos pelos reis e aceitos pelos senhores feudais — que puseram fim aos laços de servidão das cidades, suprimindo os entraves ao desenvolvimento do comércio.

As mudanças provocadas pelo Renascimento comercial e urbano refletiram-se diretamente nas relações entre servos e senhores. Estes aboliram algumas obrigações servis e passaram a exigir o pagamento em dinheiro ou em parte do excedente agrícola. Com isso conseguiam aumentar seus rendimentos, agora não mais apenas pela posse da terra, mas pelo acúmulo de renda em dinheiro, modificando completamente a noção de riqueza existente até então. Por outro lado, alguns camponeses passaram a obter rendas vendendo seus excedentes nos mercados locais. Outros abandonaram as lavouras, especializando-se no artesanato e no comércio.

Nas áreas urbanas, os artesãos procuraram se defender criando agremiações — as "Corporações de Ofício" — que reuniam profissionais do mesmo ramo, como por exemplo, sapateiros, ferreiros, alfaiates. Essas corporações visavam regulamentar a profissão, o trabalho, a quantidade e a qualidade da produção, com o objetivo de limitar a concorrência dentro de um mesmo ofício. Além disso, tinham também caráter assistencialista, dando proteção aos órfãos, viúvas e inválidos.

A hierarquia de funções dentro de cada corporação era a seguinte:

- **Mestre de Ofício** — dono da oficina, das ferramentas e da matéria prima. Todos os produtos fabricados pertenciam ao mestre artesão. Portanto, era ele quem ficava com todos os lucros da venda;
- **Oficiais ou Companheiros** — auxiliares do mestre. Os oficiais recebiam um salário pelo seu trabalho. Poderiam montar sua própria oficina, desde que a corporação os autorizasse e pagassem uma taxa a ela;
- **Aprendizes** — jovens que, sob a orientação do mestre, aprendiam a profissão. Não recebiam salário. Moravam na casa do mestre até se tornarem aptos ao cargo de oficial.

Com o renascimento comercial, os mercadores fixaram-se nas cidades, passando a comercializar os excedentes agrícolas e os produtos artesanais.

Os grandes comerciantes e os mestres de ofício enriqueceram e passaram constituir uma elite urbana, que se definiu como a nova classe social da época: a burguesia.

"Destes burgos, cuja fortificação eles não descuraram para garantirem segurança de seu comércio e das suas mercadorias, virá aos comerciantes o nome de burgensis, e a palavra correrá muito tempo como sinônimo de mercador, antes de adquirir o significado particular que ganha na Idade Média a palavra burguês."(*As origens da burguesia*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.)

FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

Os principais aspectos do processo que conduziu à formação das **Monarquias Nacionais** foram: o progressivo enfraquecimento das relações servis de produção; a crescente utilização de relações capitalistas de produção; o desenvolvimento das atividades comerciais e artesanais; o crescimento das populações urbanas; o aparecimento de uma nova classe social, a **burguesia**, que tendia a assumir o papel de classe economicamente dominante, mas que permanecia alijada do poder político.

As transformações econômico-sociais da Baixa Idade Média geraram uma inadequação entre a infra-estrutura e a estrutura jurídico-política na Europa. Politicamente falando, aparecem as Monarquias Nacionais. Para entendê-las, precisa-se ter com clareza dois outros conceitos: o de Estado e o de Nação.

Um Estado é composto de três elementos fundamentais: um território, uma população e um governo soberano. Toda

vez que temos um território geograficamente delimitado, onde vive uma população e existe um governo soberano sobre esse território e essa população, tem-se um Estado. Uma Nação é um grupo social cujos membros têm um mesmo idioma, um mesmo padrão básico de usos e costumes e o mesmo passado histórico.

Assim, num Estado, por exemplo, é possível que convivam diversas nações (é o caso de Israel, Estado onde vive uma nação palestina e uma nação israelense); é possível que uma única nação viva em mais do que um Estado (era o caso da nação alemã, que vivia na República Federal Alemã e na República Democrática Alemã, o que não ocorre mais desde novembro de 1989); é possível num Estado viver uma única nação em sua totalidade, é o que chamamos Estado Nacional (por exemplo, França, Inglaterra etc.).

Quando um Estado Nacional tem a forma monárquica de governo pode ser chamado de Monarquia Nacional. O aparecimento das primeiras Monarquias Nacionais, na Europa da Baixa Idade Média, significou o surgimento da primeira forma de Estado Moderno. As Monarquias Nacionais foram resultantes da aliança entre o Rei e a burguesia.

A Monarquia Nacional passava a existir à medida que um Rei conseguisse estabelecer sua soberania sobre toda uma nação, unificando-a sob a égide de um único Estado.

Havia reis espalhados pela Europa inteira, mas só havia burguesia forte onde a crise feudal já estava bem desenvolvida e o alinhamento de forças para a formação do Capitalismo já era sensível. A burguesia atuou no processo de formação das Monarquias Nacionais na medida em que forneceu as condições matérias para que os reis pudessem impor a sua soberania à nação e constituí-la em um Estado.

As razões que levaram a burguesia a se aliar aos reis foram múltiplas: a formação de um Estado Nacional significou a unificação das leis, da justiça, dos pedágios, dos impostos, das alfândegas, dos pesos e medidas; essa unificação possibilitou a dinamização do comércio, uma vez que consolidou um mercado interno e aglutinou forças para possibilitar uma atuação eficaz no mercado internacional.

MONARQUIA NACIONAL NA FRANÇA

No início do período medieval, iniciou-se a centralização política na França, com o Império Carolíngio, mas ela não se consolidou. Durante a **Dinastia dos Capetíngios**, iniciada em 987 com o reinado de Hugo Capeto começou o processo de aliança da burguesia com os reis, com o objetivo de enfraquecer o poder da nobreza. A burguesia ajudava financiando os reis, para que eles constituíssem exércitos poderosos e assim consolidassem seu poder, expandissem seus domínios e submetessem os senhores feudais. O reinado de **Filipe Augusto** (1180 – 1223), nesse sentido, foi decisivo: o rei fortaleceu o exército e conquistou a Normandia, derrotando João Sem-Terra, o soberano da Inglaterra; tomou medidas administrativas importantes, nomeando funcionários para cuidar da justiça e dos tributos; trocou obrigações feudais por dinheiro, dando nova dinâmica às suas relações com a nobreza. Paris tornou-se, então, a capital do Reino da França.

Seu sucessor, **Luís IX** (1226 – 1270), continuou a política de centralização, até morrer numa Cruzada, sendo, depois, canonizado pela Igreja Católica. Em seu reinado, tratou de esvaziar as instituições feudais: substituiu certas obrigações pelo pagamento em dinheiro, criou uma moeda de circulação nacional, emancipou milhares de servos em troca do pagamento de uma taxa, aumentou o poder dos tribunais reais. A articulação das reformas políticas com as administrativas deu ao rei condições de se tornar um governante respeitado e eficaz. Tudo isso, porém, contrariava a Igreja, que via seu antes inquestionável poder ser ameaçado.

Foi com **Filipe IV** (1285 – 1314) que as tensões entre a Igreja e a monarquia francesa se agravaram. O papa Bonifácio VIII reagiu quando Filipe se dispôs a taxar os bens do clero, e o ameaçou de excomunhão. O rei, então, procurou o apoio da sociedade, convocando a Assembleia dos Estados Gerais — composta de nobres, do clero e de comerciantes —, que resolveu apoiá-lo. Filipe ampliou ainda mais o seu poder expulsando os judeus e os banqueiros italianos da França e apropriou-se de suas riquezas, o que também fortaleceu a burguesia nacional.

A morte do papa **Bonifácio VIII** ofereceu ao rei francês uma oportunidade política que ele soube aproveitar. A eleição de **Clemente V** (um francês) como sucessor do Papa, deveu-se em boa medida, à sua influência real, e a sede da Igreja foi transferida para Avignon, na França, durante um período de quase setenta anos (1309 – 1377). Esse período, conhecido como "**Cativeiro de Avignon**", significou grande perda para o poder papal. Filipe confiscou os bens dos Templários, uma rica instituição católica encarregada de proteger os lugares santos. E a Igreja enfrentou, então, crises contínuas. As divisões internas se acentuaram com o **Cisma do Ocidente** (1378 – 1417), quando a Igreja se dividiu em duas alas. A unidade só foi restabelecida com a eleição de Martinho V, em 1417, durante o Concílio de Constança (1414 – 1418).

A GUERRA DOS CEM ANOS (1337-1453)

Problemas na sucessão da coroa francesa acirraram as disputas entre franceses e ingleses, que levaram à longa **Guerra dos Cem Anos**. Eduardo III, rei da Inglaterra, pretendeu assumir a monarquia francesa, vaga com a morte de Carlos IV, o último dos Capetíngios. O fato de o rei morto não ter deixado nenhum herdeiro masculino foi o motivo da disputa. Eduardo III era neto de Filipe IV por parte de sua mãe, Isabel. Mas ele encontrou oposição quando seu primo Filipe de Valois (filho de Carlos de Valois, irmão de Filipe IV) demonstrou o mesmo interesse pelo trono vago.

Outro fato determinou o agravamento das tensões. França e Inglaterra disputavam a supremacia no comércio com a região de Flandres, uma das mais ricas da Europa. A França havia estabelecido alianças com as cidades daquela

região, e por isso a Inglaterra, contrariada, proibira a exportação de lã para estas cidades, que viviam da manufatura de tecidos. A França declarou guerra à rival em 1337, mas sofreu derrotas expressivas nos primeiros combates. A Normandia, no norte da França, invadida em 1346, passou a ser governada pelos ingleses.

Este longo período de guerra foi marcado por sérios problemas na produção agrícola, que afetaram a alimentação da população europeia. A falta de condições de higiene, tão características das cidades medievais, ajudou a expandir as epidemias, que se tornaram devastadoras.

O descontentamento na França era grande, especialmente o da burguesia, inconformada com as sucessivas derrotas, que prejudicavam suas atividades. No campo, os servos promoviam rebeliões, conhecidas por *jacqueries*, com o objetivo de livrar-se das obrigações feudais.

Um dos episódios mais marcantes e conhecidos da Guerra dos Cem Anos ocorreu quando a camponesa **francesa Joana D'Arc**, que se considerava enviada de Deus, integrou-se ao exército real, conseguindo importantes vitórias à França, embora depois tenha sido aprisionada e entregue aos ingleses. Julgada por heresia, foi queimada na fogueira em 1431. A batalha, contudo, entrava em seu período final, com os franceses expulsando os ingleses em 1453. A França saiu vitoriosa, mas o custo foi muito elevado. De todo modo, a centralização política estava consolidada.

Joana D'Arc, heroína francesa da Guerra dos Cem anos, conduziu seu país à vitória e até hoje é um símbolo nacional francês

A MONARQUIA NACIONAL NA INGLATERRA

A Monarquia Nacional Inglesa começou a ser formada quando o duque normando **Guilherme** derrotou o último rei anglo-saxônico e conquistou, em **1066**, a Inglaterra, dividindo o país em **condados**. Os condados tinham a supervisão direta de um representante do rei, fato que indica uma forte centralização política. Guilherme I controlou a nobreza, organizou um exército nacional e cunhou uma moeda válida para todo o reino. Ele ordenou ainda um grande Censo da população e de seus bens.

Ricardo I, o Ricardo, Coração de Leão (1189 – 1199) foi o sucessor de Henrique II, iniciador da dinastia dos Plantagenetas, caracterizou-se por ser um rei ausente, em virtude de seu envolvimento nas lutas com a França e a sua participação na Terceira Cruzada, o que enfraqueceu o poder real. Além disso, a população mostrava-se descontente com o monarca em razão dos altos impostos cobrados. Seu irmão, **João Sem-Terra** (1199 – 1216), deu continuidade à dinastia.

Os embates políticos entre o rei e os barões (nobres) estenderam-se até 1215, quando eles criaram o **Grande Conselho** e obrigaram João Sem-Terra a assinar a **Magna Carta**, documento que limitava os poderes reais. A Monarquia Nacional inglesa estruturava-se politicamente, e desde o início ficava evidente que o poder do rei seria limitado pelo Parlamento (o Grande Conselho sofreu alterações convertendo-se, assim, no Parlamento). O último rei da **dinastia Plantageneta** foi **Ricardo II**, expulso do poder por **Henrique de Lancaster**, que era integrante do grupo da nobreza ligado às antigas tradições feudais, e foi reconhecido pelo Parlamento como Henrique IV.

Desde o século XIII, a burguesia inglesa vinha aumentando suas riquezas com a venda de lã para a rica região de Flandres, importante produtor de tecidos. Mas a burguesia não se encontrava sozinha nesse negócio: a nobreza inglesa era parceira importante, pois ampliara o espaço para a criação de ovelhas nas suas propriedades, provocando com isso a expulsão de muitos camponeses da zona rural.

Estas ligações da nobreza com a burguesia também causaram conflitos, relacionados com a consolidação do Estado moderno na Inglaterra, que terminaram por reforçar o poder do rei. Entre esses conflitos pode-se citar a **Guerra das Duas Rosas** (1455 – 1485), conhecida por esse nome pelo fato de as famílias que participaram do conflito – os Lancaster e os York – exibirem uma rosa em seus brasões. Ao final, Henrique Tudor assumiu o trono inglês; sua coroação representava uma conciliação: descendente dos Lancaster era vinculado aos York por matrimônio. Iniciava-se a Dinastia dos Tudor, e com ela ocorreria maior fortalecimento do poder real.

A CRISE DO SÉCULO XIV

A GUERRA

A partir do movimento das cruzadas cresceu, na Europa, a tendência à militarização, com a criação das "Ordens dos Cavaleiros Andantes", que fizeram da guerra uma profissão, ou seja, um meio para a obtenção de terras, rendas e prestígio pessoal. Os que conseguiram territórios fixaram-se nele, tornando-se senhores feudais. Os demais passaram a servir como mercenários aos grandes senhores, em troca de um soldo. Esses mercenários constituíram o embrião de um exército permanente.

Embora as Cruzadas tivessem terminado no final do século XIII, os exércitos europeus não foram desmobilizados. Assim, as disputas e guerras no ocidente prosseguiram, até mesmo no século XIV:

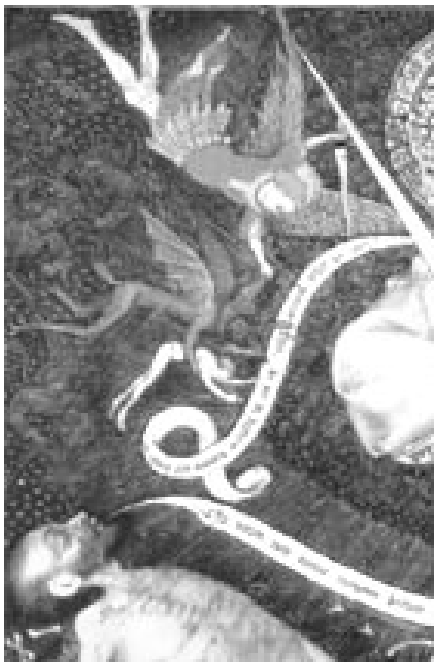
- fortaleceram-se as lutas da Reconquista na Península Ibérica, tomada anteriormente pelos mouros;
- aumentaram as rivalidades entre as cidades, tanto da Itália como do norte europeu;
- fez eclodir a Guerra do Cem Anos entre a França e a Inglaterra.

O crescimento do número de soldados e cavaleiros trouxe muitos problemas à população das regiões em litígio. Os cavaleiros, durante os períodos de trégua, não recebiam pagamento. Por essa razão, praticavam sistematicamente saques e devastações nas áreas de cultivo, provocando insegurança e empobrecimento dos camponeses. Isso ajudou a desencadear a crise econômica do século XIV.

A FOME

No início do século XIV a Europa enfrentou as consequências de terríveis mudanças climáticas. As violentas chuvas que desabaram sobre o continente europeu afetaram diretamente a produção dos alimentos.

"Choveu durante todo o verão e todo o outono de 1315. As searas ficaram perdidas. (...) Na Irlanda, a miséria prolongou-se até 1318 e foi particularmente trágica: os esfomeados desenterravam os cadáveres dos cemitérios. Pais comeram seus filhos... Nos países eslavos, tais como a Polônia e a Silésia, fomes e epidemias duravam ainda em 1319 e houve exemplos de canibalismo..." (GIMPEL, J. *A Revolução Industrial da Idade Média*.)



Juntamente com a Guerra dos Cem Anos e com a Peste Negra, a Fome matou cerca de 1/3 da população europeia.

A PESTE

Em 1348, iniciou-se uma terrível epidemia de **Peste Negra** (a "peste bubônica", uma doença transmitida ao homem pela pulga do rato) na Europa. A taxa de mortalidade cresceu assustadoramente, em face da desnutrição da população. Campos e cidades foram devastados; um terço da população europeia morreu. Este surto da Peste, originário da China e do Turquestão, foi trazido pelos navios mercantes genoveses.

"O mal espalhou-se por toda parte: no fim de 1348 dizimava as ilhas do Mediterrâneo, a Itália, a Espanha, a França e o sul da Inglaterra; em 1349 a Alemanha, a Europa central, a Flandres e o norte da Inglaterra. Os países bálticos e escandinavos e a Escócia foram atingidos no fim de 1350. Só a Boêmia, uma parte da Polônia, certos vales dos Pireneus e o Hainaut foram menos atingidos". (GIMPEL, J. *A Revolução Industrial da Idade Média*.)

A rápida propagação do mal, principalmente nas zonas urbanas, fez cerca de 25 milhões de vítimas, retardando o desenvolvimento de vários países. A Peste provocou um renascimento religioso caracterizado pelo fanatismo, as irmandades flagelantes — pregadores leigos que percorriam grande parte da Europa chamando a população à penitência e à laceração do corpo —, além de ter gerado uma extrema escassez de mão-de-obra.

A CULTURA MEDIEVAL EUROPEIA

A ruína do Império Romano do Ocidente não resultou na plena deterioração cultural. O que houve, na verdade, foi o surgimento de valores adequados à nova ordem feudal emergente, refletindo a superestrutura do período. Assim, só se pode falar em deterioração dos valores clássicos, já que emergia outro tipo de cultura, mais teológica e subordinada à Igreja cristã.

Com o deslocamento da economia da cidade para o campo, houve uma desorganização não só econômica, mas também social e política nos primeiros séculos da Idade Média, fato que inegavelmente afetou a produção cultural e artística.

O campo, ao contrário da cidade, não favorecia o desenvolvimento das artes: não existia ali a efervescência cultural típica dos centros urbanos, nem condições que estimulassem o seu florescimento. Assim, a produção artística desse período apenas refletia a simplicidade e rusticidade do cotidiano dos povos germânicos.

Mesmo as cidades que resistiram à ruína do Império Romano não desenvolveram significativas atividades culturais e artísticas, pois se transformaram ou em sedes de bispados, ou em centros urbanos onde, ocasionalmente, os reis se fixavam, como Paris, Reims e Orleans.

Durante o reinado dos merovíngios, não mais havia qualquer instituição educacional, exceto as **escolas episcopais**, mantidas pelos bispos com o propósito de garantir a continuidade da formação de clérigos, e os **mosteiros**, onde os monges dedicavam-se, quase exclusivamente, a copiar manuscritos antigos. Assim, a Igreja adquiriu, na Alta Idade Média, o controle da educação, sendo o clero a elite intelectual e suas escolas as únicas instituições culturais atuantes na Europa Ocidental.

"No século V, existia ainda uma aristocracia culta, bem versada em assuntos artísticos e literários, mas no século VI desaparecera quase completamente; à nova nobreza franca eram inteiramente estranhos os

assuntos de educação e cultura". (HAUSER, A. *História social da arte e da cultura.* Lisboa: Jornal do Foro, 1954.)

"Os oblatos (pueri oblati) eram meninos que os pais consagravam a Deus. Permaneciam em mosteiros toda a vida (o que prova o pouco respeito que se tinha, então, pela livre decisão do indivíduo). Os noviços eram jovens já a ponto de professar; uns e outros vestiam o hábito do mosteiro e se iam incorporando, aos poucos, ao regime monástico.

Um monge dirigia a escola e se chamava *magister principalis*; o bibliotecário tinha o nome de *armarius*; os monges destinados a vigiar estritamente os alunos eram os *custodes*.

Em muitas escolas monásticas o seu chefe recebia o nome de abade (nome de origem semítica que significa pai). Por isso, em tais casos, as escolas monásticas eram chamadas *escolas abaciais*.

A disciplina era rígida, sobretudo na *schola interior,* o látego, o jejum, o calabouço eram os meios punitivos. A primeira etapa da instrução se reduzia ao aprendizado do Latim, o idioma da Igreja e da Literatura." (LARROYO, F. *História geral da pedagogia.* São Paulo: Mestre Jou, 1979.)

A notável influência da Igreja sobre o pensamento e a cultura medievais apoiou-se em sólidas bases materiais: ao longo dos séculos organizou-se politicamente, adquiriu inúmeros feudos e ganhou prestígio junto ao reis e à nobreza, além de comandar a mentalidade religiosa popular. Assim, a cultura medieval passou a refletir, de certa forma, o pensamento da Igreja, fenômeno esse conhecido como **teocentrismo cultural**, isto é, que subordinava o mundo às leis de Deus.

A partir do século X, inaugurou-se uma nova fase histórica, período de grande efervescência cultural, devido às transformações econômicas e políticas ocorridas com o renascimento comercial e urbano. O ativo comércio que se estabeleceu entre os europeus e os povos orientais contribuiu para modificar os valores do homem medieval, que, em contato com outras civilizações, passou a valorizar a prosperidade material e a crer em uma vida menos subordinada à inquestionável "vontade divina".

Ainda que a Igreja, por meio das ordens monásticas, continuasse direcionando a produção cultural, as cidades passaram a ter importância como centros irradiadores dos novos valores culturais, desvinculando-se pouco a pouco do dogmatismo religioso.

EDUCAÇÃO

As Universidades proliferaram-se, pois para a burguesia o conhecimento passou a ser indispensável à plena realização de seus negócios. No decorrer do século XII, as escolas, muitas delas fundadas durante o período Carolíngio, tornaram-se excelentes centros de ensino, cujas disciplinas continuavam sendo as mesmas da época de Carlos Magno.

O curso era composto pelo *trivium*, em que se ensinava gramática, retórica e lógica; e pelo *quadrivium*, que iniciava o aluno em aritmética, geometria, astronomia e música. Depois de completar o curso básico (*trivium e quadrivium*), os alunos podiam preparar-se profissionalmente em escolas de "artes liberais" ou dirigir-se para as áreas de medicina, direito ou teologia.

As Universidades também gozavam de vários privilégios, destacando-se, além do direito de ensinar dos seus graduados, a isenção de impostos e contribuições, a dispensa muitas vezes do serviço militar e até o direito a julgamento especial em foro acadêmico para os seus membros, vantagens garantidas quase sempre ou pelo imperador ou pelo papa, as duas maiores autoridades da época.

FILOSOFIA

O pensamento filosófico da Idade Média, intensamente influenciado pelo cristianismo, em alguns momentos confundiu-se com a teologia, amparando-se na fé e em dogmas religiosos. Durante a Alta Idade Média, o grande teólogo foi **Santo Agostinho**, um dos doutores da Igreja, responsável pela síntese entre a filosofia clássica — a platônica — e a doutrina cristã. Segundo a teologia agostiniana, a natureza humana é, por essência, corrompida, estando na fé em Deus a remissão, a salvação eterna. As principais obras de Santo Agostinho são *Confissões* e *Cidade de Deus*.

Santo Agostinho, filósofo cujas ideias foram predominantes na Alta Idade Média

Esta visão pessimista em relação à natureza humana foi substituída na Baixa Idade Média pela concepção de **São Tomás de Aquino**, mais otimista e empreendedora do homem, com a **Filosofia Escolástica**, que procurou harmonizar razão e fé, partindo do pressuposto de que o progresso do ser humano dependia não apenas da vontade divina, mas do esforço do próprio homem. Essa atitude refletia uma tendência à valorização dos atributos racionais do homem, não devendo existir conflito entre fé e razão, pois ambas auxiliavam o homem na busca do conhecimento.

O grande mérito dos escolásticos da Baixa Idade Média, considerados os precursores do **Humanismo**, foi restituir ao homem medieval a confiança em si próprio e em sua capacidade de inquirir, raciocinar e compreender.

São Tomás de Aquino, criador da escolástica

O filósofo escolástico **Pedro Abelardo** (1079 – 1142), por exemplo, no prefácio de sua obra *Sic et non (Sim e Não),* demonstrava claramente suas convicções acerca da importância do raciocínio crítico: "Pois a primeira chave da sabedoria é chamada interrogação. (...) Pela dúvida, somos levados à investigação e pela investigação conhecemos a verdade".

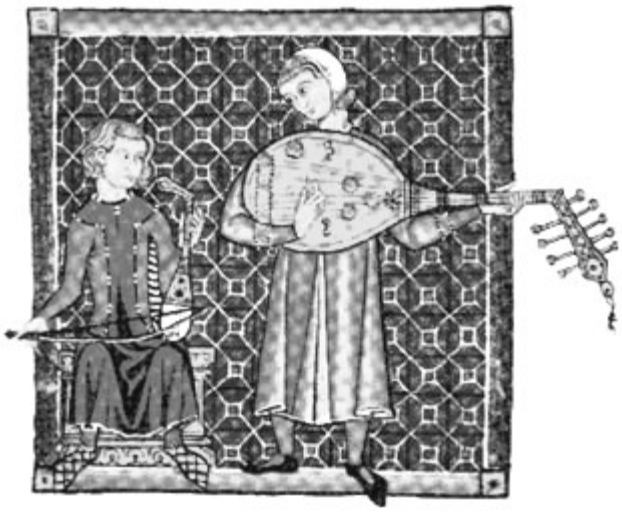
Todavia, se por um lado a Escolástica valorizou a razão e substituiu a ideia agostiniana de predestinação pela concepção de livre arbítrio, isto é, de capacidade de escolha, por outro deixou para o clero o papel de orientador moral e espiritual da sociedade, condicionando, assim a liberdade de escolha às concepções da Igreja. Desse modo, ao mesmo tempo em que buscava assimilar as transformações sociais, tentava preservar os valores do mundo feudal decadente, assegurando a supremacia de sua mais poderosa instituição — a Igreja.

"Cobrar juros era totalmente errado dizia a Igreja. Isso é o que ela dizia. O que dizia e o que fazia, porém, eram duas coisas totalmente diferentes. Embora os bispos e reis combatessem e fizessem leis contra os juros, estavam entre os primeiros a violar tais leis. Eles mesmos tomavam empréstimos, ou os faziam, a juros – exatamente quando combatiam outros usuários!(...)". (HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*.).

LITERATURA

Até meados do século X, o Latim constituía a única língua culta da sociedade europeia ocidental. Utilizava-se o latim na celebração das cerimônias religiosas e na redação de documentos oficiais e de obras literárias. As línguas vulgares, em que se expressavam oralmente os vários povos, constituíam uma fusão do latim com as línguas bárbaras. A partir do século XI, os idiomas nacionais foram se desenvolvendo, passando a ser utilizados também na forma escrita. Assim, as línguas nacionais francesas, inglesa, alemã, italiana, espanhola e portuguesa tornaram-se um meio de expressão cada vez mais difundido, e a atividade literária refloresceu.

Uma das primeiras manifestações literárias em língua nacional foi a poesia épica, que descrevia uma sociedade feudal viril, mas sem refinamento. Seus temas, assim como seus personagens, eram essencialmente masculinos: a bravura, a destreza com as armas, a lealdade do cavaleiro a seu suserano. O século XII inaugurou uma nova fase da poesia medieval: o **Trovadorismo**. A poesia trovadoresca, ou cortês, surgiu na Provença, região sul da França, de onde se expandiu para outros pontos da Europa. Cultivada especialmente pela nobreza, era produzida pelos "trovadores" e, embora o poeta louvasse em seus versos o heroísmo da cavalaria, seu tema predileto era o amor, sobretudo o amor dos amantes, oprimido pelas convenções sociais. Ao contrário da velha poesia épica, que se limitava a exaltar as virtudes do guerreiro, a poesia cortês louvava a mulher, o refinamento de maneiras, a cortesia, a galanteria.



Trovadores medievais já com instrumentos musicais que viriam a se desenvolver ao longo da Idade Moderna.

No século XII, os burgueses já haviam adquirido o suficiente poder e prestígio, alcançando uma posição social de destaque, às vezes até superior à de alguns senhores feudais. Naturalmente, a ascensão econômica e social da burguesia estimulou o surgimento de novos padrões literários, que atendiam ao gosto dessa classe emergente. Assim, a literatura de exaltação dos ideais da nobreza foi sendo substituída por uma "literatura das classes urbanas".

Nos últimos séculos da Idade Média, a produção literária apresentou fortes traços humanistas. Influenciada pela filosofia escolástica e pelo estudo dos clássicos desenvolvido nas universidades, a literatura medieval dos séculos XIII e XIV já prenunciava o Renascimento. Entre as maiores realizações desses séculos, constam duas obras extremamente importantes: *O Romance da Rosa* e a *Divina Comédia*.

MÚSICA

Os beneditinos, na Alta Idade Média, por considerarem a música uma das artes mais nobres, incluíram-na no *quadrivium*. O canto também passou a fazer parte dos cultos religiosos, graças ao papa Gregório Magno (590-604), daí derivando o nome "canto gregoriano", com que ficou conhecido esse gênero musical.

Já na baixa Idade Média, propagou-se a canção, música profana cantada não só por nobres, durante as festas em seus castelos, mas também pelo povo.

No final do século XIII, surgiu nas Igrejas a *Ars Antique*, que fundia a música religiosa com a profana, resultando na "polifonia", movimento que perdurou até o século XIV.

ARQUITETURA

As Igrejas constituíram a mais eloquente manifestação da arquitetura medieval. Dois grandes estilos arquitetônicos desenvolveram-se então: **Românico e o Gótico**.

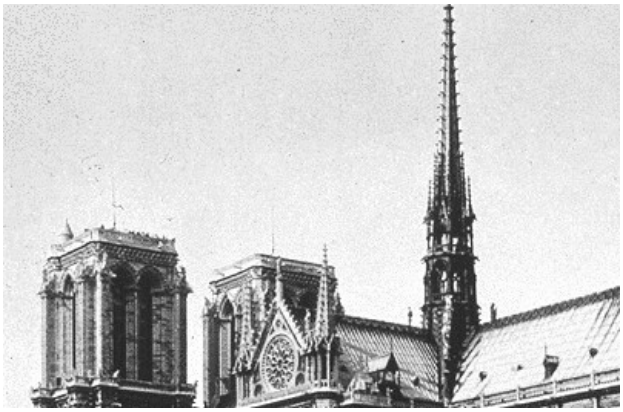
O **estilo românico** utilizou elementos dos romanos que teve seu apogeu no século XI, aparecendo em construções de mosteiros, castelos e igrejas. Refletia o mundo feudal teocêntrico: o castelo representava a segurança terrena (feudo) e a catedral (fortaleza de Deus), a segurança espiritual.

A construção românica é maciça, pesada, de linhas simples, cobrindo uma área extensa cujo traço predominante é a horizontalidade. Em virtude da pequena quantidade de janelas, seu interior é sombrio, criando uma atmosfera de segurança e tranquilidade.

Basílica de San Vicente de la Sonsierra y Ábalos, em La Rioja (Espanha), representante do estilo românico.

O florescimento do **gótico**, originário da região de Paris, esteve intimamente ligado à prosperidade da economia urbana e ao desenvolvimento do conhecimento. Enquanto a igreja românica havia sido fruto da criação das comunidades rurais dos monges, a catedral gótica representava a obra da cidade e dos artífices das Corporações de Ofício, refletindo a mentalidade da Baixa Idade Média.

Comparadas às maciças e sombrias igrejas românicas, as catedrais góticas são leves e graciosas. Essas construções imponentes, cujas torres se projetam para o céu, revelam o conhecimento técnico de seus idealizadores. As catedrais, de estrutura vertical, elevaram-se a alturas até então inconcebíveis. Suas paredes abriram-se em imensas janelas, que, adornadas de vitrais, permitiam que o interior fosse invadido por luzes multicoloridas, dando-lhe nova dimensão e significado.



Catedral de Notre Dame, Paris (França), com uma arquitetura típica do estilo gótico.

CIÊNCIA

Ao contrário da Teologia, as ciências não avançaram muito no mundo medieval, especialmente durante a Alta Idade Média. A Igreja repudiava qualquer manifestação de pensamento que colocasse em risco convicções religiosas, impondo dessa forma, barreiras à indagações científicas.

O Renascimento comercial e urbano, porém, abriu novas perspectivas para ciências. Com a expansão do comércio no Mediterrâneo, restabeleceram-se os contatos com o mundo árabe, e a Europa cristã teve contato com a medicina, a astronomia, a matemática, podendo daí resgatar conhecimentos da Antiguidade Clássica.

O SANTO OFÍCIO

Desde sua criação, em 1223, os tribunais de inquérito da Inquisição, ou Santo Ofício, passaram a reprimir qualquer manifestação de pensamento contrária às normas e valores preconizados pela Igreja, condenando os transgressores, muitas vezes, à morte.

Se, por um lado, a Inquisição foi um símbolo da força da Igreja, por outro revelou seu esforço em manter a qualquer preço uma estrutura já decadente, à qual se opunham as novas forças sociais, anunciadoras dos Tempos Modernos.

FILMOGRAFIA

O Incrível Exército de Brancaleone - Inspirado no romance Dom Quixote, de Cervantes, é um belo retrato da Alta Idade Média. Conta a história de um atrapalhado cavaleiro e seu grupo viajando pela Europa em busca de um feudo.

O Sétimo Selo - Cavaleiro volta das Cruzadas e encontra a sua terra dizimada pela Peste Negra. Enquanto questiona o sentido da vida, propõe à morte um jogo de xadrez, a fim de prolongar um pouco mais sua permanência neste mundo.

Joana D´Arc - Visão poética da Donzela que libertou a França do poder inglês, durante a Guerra dos Cem Anos.

EXERCÍCIOS

1. (PUCSP)
"Não há um membro nem uma forma,
Que não cheire a putrefação.
Antes que a alma se liberte,
O coração que quer rebentar no peito
Ergue-se e dilata o peito
Que quase fica junto da espinha dorsal.
— A face é descorada e pálida.
E os olhos cerrados, na cabeça.
A fala perdeu-se
Porque a língua está colada ao céu da boca.
O pulso bate e ele anseia.
(...)
Os ossos separam-se por todas ligações
Não há um só tendão que não se estique e
Estale"
(Chastellain. Lês Pás de la Mort. França, século XIV)

O poema sinaliza a preocupação com a morte presente na mentalidade europeia do século XIV. Para compreendermos o alcance desta funesta inspiração, é preciso associar esse fenômeno ao fato de que:
a) as primeiras navegações oceânicas, promovidas pelos europeus, vitimavam quantidades cada vez maiores de aventureiros.
b) a morte era apenas uma metáfora para representar a transição pela qual passava a sociedade e cuja ênfase estava na produção agrícola, daí a comparação com a fruta que apodrece para deitar sua semente na terra e novamente brotar com vida nova.
c) os germes do movimento romântico faziam-se notar através da contestação da moral que reconhecia na existência o bem supremo do ser humano.
d) o movimento de investigação científica, que teria maior consequência durante o Renascimento, dava seus primeiros passos na direção nos estudos da anatomia humana.
e) a mentalidade religiosa, que concebia a vida apenas como provação em busca da salvação eterna, encontrava terreno fértil numa sociedade que era assolada por epidemias e guerras.

2. (Cescem – SP) As Corporações de Ofício eram organizadas com o objetivo de:
a) defender os interesses dos artesãos diante dos patrões.
b) proporcionar formação profissional aos jovens fidalgos.
c)aplicar os princípios religiosos às atividades cotidianas.
d) combater os senhores feudais.
e) proteger os ofícios contra a concorrência e controlar a produção.

3. (FUVEST) As feiras na Idade Média constituíram-se:
a) instrumentos de comércio local das cidades para o abastecimento cotidiano dos seus habitantes.
b) áreas exclusivas de câmbio das diversas moedas europeia.
c) locais de comércio de amplitude continental que dinamizaram a economia da época.
d) locais fixos de comercialização da produção dos feudos.
e) instituições Carolíngeas para renascimento do comércio abalado com as invasões no Mediterrâneo.

4. (Fund. Carlos Chagas-SP) A Magna Carta (1215), aceita por João Sem-Terra, da Inglaterra, reveste-se de grande importância porque, entre outros aspectos:
a) assegurava os homens livres proteção contra as arbitrariedades do poder político;
b) solucionava o conflito entre o Estado e a Igreja, decorrente do assassinato do bispo Thomas Beckett.;
c) eliminava a influência política dos condes e barões na vida inglesa;
d) fazia com que a estrutura do governo inglês perdesse suas características feudais;
e) pôs fim à longa disputa com Filipe Augusto sobre os feudos ingleses na França.

5. (FEI- SP) Os problemas das heranças feudais, que haviam confundido destinos e províncias, tornaram inevitável a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. A eclosão desse conflito:
a) deu-se no primeiro quartel do século XI, a partir de problemas na sucessão do trono francês sobre o qual a Inglaterra tinha fortes interesses;
b) teve como causa principal a disputa pela região de Flandres que, feudatária da França, atraía fortes interesses econômicos da Inglaterra;
c) ocorreu na primeira metade do século XIV, a partir da disputa entre os dois países sobre inúmeros territórios flamengos e italianos;
d) foi provocada pelas disputas políticas entre a Rosa Vermelha (de Lancaster) e a Rosa Branca (de York);
e) aconteceu devido aos interesses manufatureiros da França sobre Flandres, região feudatária da Inglaterra.

6 (CEFET-PR) O Grande Cisma foi o movimento religioso que se caracterizou, no século XIV. por ter como causa:
a) a divisão da Igreja e do papado em duas facções - uma em Roma. outra na França.
b) a formação da Igreja Ortodoxa.
c) a Reforma de Lutero.
d) o anglicanismo de Henrique VIII.
e) as heresias da Idade Média.

7 (FGV-SP) A Revolução Comercial - ocorrida aproximadamente entre os anos 1400-1700 - teve várias consequências de importante significado histórico. Dentre elas podem se citar:
a) o acesso da burguesia ao poder econômico. O início da europeização do mundo e o restabelecimento da escravidão.
b) o surgimento das corporações de ofício. a decadência do sistema bancário e a destruição do sistema doméstico de produção.
c) aparecimento das lojas ou armazéns de propriedade individual. O fortalecimento do sistema senhorial de cultivo da terra e a conquista do poder econômico pelos cameralistas.
d) a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. O fortalecimento das doutrinas contra a usura e a favor do justo preço. E o restabelecimento da servidão.
e) o ressurgimento do sindicalismo corporativista. A proibição do tráfico de escravos e o declínio das doutrinas mercantilistas.

8 (Fuvest-SP)'Pelas palavras das Escrituras somos instruídos de que há duas espadas: a espiritual e a temporal ... é preciso que uma espada esteja sob o domínio da outra, por conseguinte que o poder temporal se submeta ao espiritual.' (Bonifácio VIII, Bula Unam Sanctam, 1302.)
'Quando ... o papa ... se atribui a plenitude de poder sobre qualquer governante, comunidade ou pessoa individual, uma tal pretensão é imprópria e errada, e se afasta das divinas Escrituras e das demonstrações humanas, ou melhor, até as contradiz.' (Marsilio Ficino, O Defensor da paz, 1324.)
Explicite e comente o conflito histórico presente nestes dois textos do início do séc. XIV.

9 (FMTM-MG) O crescimento do comércio e das cidades na Baixa Idade Média
a) consolidou as estruturas feudais, como a economia de subsistência e a suserania.
b) expandiu as atividades agrícolas, com o declínio do uso de moedas nas trocas.
c) fez surgir um novo grupo social, ligado às atividades artesanais e mercantis.
d) permitiu o desenvolvimento do trabalho livre, isento de quaisquer restrições.
e) criou uma infra-estrutura tão adequada, que provocou intenso êxodo rural.

10 (Fatec-SP) Dentre as causas da desagregação da ordem econômica feudal, é possível mencionar:
a) a capitalização intensa realizada pelos artesãos medievais e a criação de grandes unidades industriais, que acabaram subvertendo a economia feudal.
b) o desinteresse da nobreza e do clero pela manutenção do Feudalismo, pois esses setores se beneficiariam do advento da sociedade baseada no lucro.
c) o surgimento das corporações de ofício e a substituição do "Justo preço", que restringia as possibilidades de lucro, pelo preço de mercado.
d) o revivescimento do comércio e a consequente circulação monetária, que abalaram a auto-suficiência da economia senhorial.
e) a substituição gradativa do trabalho escravo trabalho assalariado dentro do feudo, o que c condições para a constituição de um sistem2 mercado dentro da própria unidade feudal.

11 (Ceub-DF) O período histórico conhecido como Baixa Idade Média teve como características:
a) a estruturação do sistema feudal, baseado na economia agrária e auto-suficiente.
b) a expansão islâmica através da Península Ibérica.
c) a extinção do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.
d) o renascimento comercial e o surgimento da burguesia
e) a constituição do Império Franco, sob a liderança de Carlos Magno

12 (Unifor-CE) Instalados no período medieval com corporações de mestres e aprendizes, com privilégios e autonomia administrativa, significaram importante avanço no movimento intelectual.
O texto acima refere-se:
a) às irmandades.
b) aos museus.
c) às bibliotecas.
d) aos conventos.
e) às universidades.

13 (VUNESP-SP) As hansas, surgidas na Europa feudal a partir do século XII, tinham por principal objetivo:
a) defender os interesses comerciais da burguesia urbana.
b) impedir a expansão de doutrinas contrárias ao catolicismo.
c) combater a influência política do capitalismo comercial.
d) divulgar a cultura monástica nos países setentrionais.
e) restaurar a economia alemã após a Guerra dos 30 Anos.

14 (FGV-SP) As corporações de ofício da época medieval pautavam sua atuação visando garantir:
a) o preço, a qualidade e a produção dos diversos ramos, embora limitando-se a atuar no âmbito do mercado municipal e atendo-se aos aspectos estritamente econômicos.
b) o livre jogo do mercado, como forma de propiciar maior oferta de produtos, além de permitir a concorrência entre os produtores, desde que esses não excedessem o "preço justo" estabelecido pelas corporações.
c) o nivelamento dos salários dos jornaleiros e aprendizes, e o controle da produção e do mercado, além de unificar os diversos ramos da produção numa única corporação de âmbito nacional.
d) o monopólio do respectivo campo de atividade. impedindo a concorrência entre os produtores e estatuindo a regulamentação do trabalho e a qualidade da produção, além de desempenhar funções assistenciais para seus membros.
e) o sistema de privilégios feudais, como a corveia e a talha, proibindo a comercialização dos produtos gerados nos feudos e prestando assistência social e religiosa a seus filiados

UNIDADE IV - A IDADE MODERNA

11. O ANTIGO REGIME E A EXPANSÃO MARÍTIMA EUROPEIA - O MERCANTILISMO E A REVOLUÇÃO COMERCIAL

Convenciona-se chamar de **Idade Moderna** o período histórico que se estende do ano de **1453** (tomada de Constantinopla pelos turcos) até **1789** (Revolução Francesa). No plano econômico, essa época foi marcada pelo desenvolvimento do Capitalismo Comercial, ou Mercantil, forma inicial do Sistema Capitalista.

Assim, o mundo moderno não surgiu de repente, pronto e acabado, no ano de 1453, nem desapareceu para sempre em 1789. Ele foi, de fato, gerado no decorrer de um longo processo de transição que teve suas raízes fincadas no século XII, e cujos desdobramentos vão até a eclosão da Revolução Industrial, em meados do século XVIII.

O ANTIGO REGIME EUROPEU

O século XV inaugura um novo período do processo histórico da Europa ocidental: possuir terras já não era mais sinônimo seguro de poder; as relações sociais de dominação e de exploração também não eram as mesmas do mundo feudal; mudanças qualitativas na economia europeia abriam espaço para uma nova ordem política e social.

Tendo suas origens no período medieval, o mundo moderno evoluiria até culminar no seu oposto: o capitalismo do mundo contemporâneo. Assim, em muitos aspectos, o mundo moderno constituiria a negação do mundo medieval, embora ainda — a modernidade — não se concretizasse como um todo sólido, maduro, apresentando-se como uma época de transição na qual culminaria na Idade Contemporânea, onde os ideais modernos se tornariam sólidos, resultando, por exemplo, em revoluções tecnológicas como a Revolução Industrial; e no âmbito político, na Revolução Francesa.

ECONOMIA E SOCIEDADE DO ANTIGO REGIME

Com as Cruzadas, no início da Baixa Idade Média, processou-se um conjunto de alterações socioeconômicas, decorrentes do nascimento do comércio, da urbanização e do surgimento da burguesia. A junção desses elementos, por sua vez, impulsionou o processo de formação do Estado Nacional, e lentamente foram sendo demolidos os pilares que sustentavam o Feudalismo.

Cada vez mais ganhava território a economia de mercado, as trocas monetárias, a preocupação com o lucro e a vida urbana. Assim, se por um lado o mundo medieval se encerrou em meio à crise (guerras, pestes), por outro, com o início da expansão marítima e declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência: o Capitalismo Comercial.

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL

"A primeira etapa da acumulação capitalista é comumente chamada de acumulação primitiva. Realizada inicialmente por meio da transformação das relações de produção e surgimento do trabalho assalariado e concentração dos meios de produção — nas mãos de poucos, seguidos da expansão capitalista —, a acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (…) Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançada no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo processo." (MARX, K. *O Capital*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.)

O Capitalismo Comercial evoluiu para uma crescente separação entre capital e trabalho. A **burguesia** mais e mais acumulou patrimônio e moeda, ao passo que os trabalhadores foram sendo limitados à condição de assalariados, donos tão somente de sua força de trabalho.

O ESTADO NO ANTIGO REGIME

O Estado característico da época Moderna é conhecido como **Absolutista**, na medida em que o poder se concentrava nas mãos do rei e de seus ministros. Incapazes de exercer hegemonia — a burguesia e a nobreza — esses grupos precisavam do Estado para preservar suas condições e privilégios; daí sujeitar-se-iam ao rei, reforçando o poder do Estado.

De um lado, o Estado moderno absolutista dependia dos impostos e recursos gerados pelas atividades comerciais e manufatureiras, sendo o progresso e o desenvolvimento das atividades mercantis fatores importantes para sua sobrevivência. Desta forma, passou a incentivar o lucro, a expansão do mercado e a exploração das colônias. Por outro, em virtude da expansão de sua burocracia, o Estado procurou garantir sua sobrevivência através de uma tributação desenfreada, assumindo mais e mais o caráter parasitário, fundado nos privilégios feudais. Esta característica limitadora do Estado moderno, possibilitou o surgimento de ideias liberais, que levaram, posteriormente, às revoluções burguesas que demoliram o Estado absolutista.

Em virtude da preponderância do **Absolutismo** como poder capaz de definir regras, práticas e ações em todos os níveis, consolidou-se a concepção de um Estado interventor, que devia atuar em todos os âmbitos da vida nacional. No plano econômico, essa interferência manifestou-se através do Mercantilismo.

O MERCANTILISMO

O **Mercantilismo** caracterizou-se por ser uma política de incentivo e controle, por meio do qual o Estado buscava garantir o seu desenvolvimento comercial e financeiro fortalecendo, ao mesmo tempo, o poder. Não chegou a constituir uma doutrina, um conjunto coerente de práticas e

ações; foi na verdade, um conjunto de medidas variadas, adotadas por diversos Estados modernos, visando à manutenção do poder absoluto. Cada Estado procurou medidas que mais se ajustavam às suas necessidades e realidades: alguns se concentraram nas explorações coloniais; outros nas atividades marítimas e comerciais; e outros, ainda, optaram por incentivar a produção manufatureira.

Entretanto, apesar de variações de Estado para Estado, algumas regras foram adotadas comumente. Uma dessas políticas foi o "**Metalismo**": concepção que identifica o poder de uma nação através da quantidade de metais acumulados. O princípio era o da **balança comercial favorável**, que visava manter o nível de exportação maior do que o de importação. Neste aspecto, o Estado restringia importações impondo pesadas taxas alfandegárias sobre os produtos estrangeiros para, dessa forma, valorizar produto nacional.

O ouro e a prata, metais preciosos, passaram a determinar o poder das nações ao longo da Idade Moderna.

Estas medidas que visavam proteger o produto nacional da concorrência estrangeira são chamadas de **medidas "protecionistas"**. Para estimular a exportação, vários Estados procuraram desenvolver políticas de incentivo à produção nacional, tanto nas metrópoles quanto nas suas colônias.

Desta forma, o Mercantilismo esteve quase sempre ligado ao trinômio: **metalismo, balança comercial favorável e protecionismo.**

A EXPANSÃO MARÍTIMA E A REVOLUÇÃO COMERCIAL

Desde meados do século XIV, as cidades italianas dominavam comercialmente o Mediterrâneo, monopolizando a distribuição dos produtos orientais no continente europeu.

Entretanto, com a crise do século XIV, decorrente da Guerra dos Cem Anos (travada entre França e Inglaterra), com a propagação da Peste Negra e com as próprias limitações do sistema feudal, o comércio europeu foi profundamente afetado. Além disso, os mercadores eram obrigados a pagar pesadas tarifas aos senhores feudais pelo direito de atravessar suas propriedades, o que elevava o preço final de suas mercadorias. Assim, as rotas comerciais terrestres foram sendo lentamente substituídas por rotas marítimas, através do Oceano Atlântico.

Com essa substituição de rotas, o litoral português passou a ser um excelente ponto de escala e abastecimento para os mercadores italianos, possibilitando a ascensão do grupo mercantil português, que mais tarde projetaria a expansão marítima.

A monarquia lusitana, sob o poder da **Dinastia de Avis**, percebendo a importância do desenvolvimento do comércio para o progresso de seu Estado, passou a estimular as atividades mercantis; assim, por exemplo, incentivou a criação da "**Escola de Sagres**", um centro de ensino dos conhecimentos e técnicas de navegação, dirigida por D. Henrique, filho do rei de Portugal D. João I.

"Fundada em 1417, a Escola de Sagres funcionou como pólo coordenador e executor das futuras expedições marítimas lusas. Este centro de estudos e pesquisas de navegação reunia astrônomos, geógrafos, matemáticos, especialistas em instrumentos náuticos, além de cartógrafos e navegadores. Foi ao seu tempo o mais avançado centro de estudos náuticos de todo o mundo, catalisando o anseio da burguesia mercantil e do Estado nacional luso de criar uma nova rota comercial com o Oriente, conquistando o valioso comércio de especiarias." (VICENTINO, C. *História Geral*. São Paulo: Ed. Scipione, 1999.)

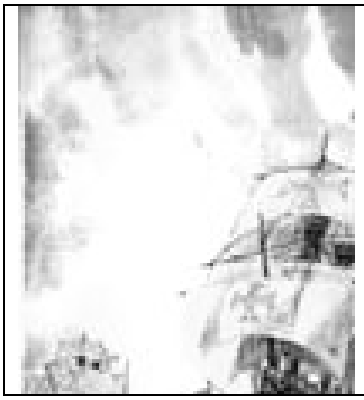
Os outros Estados europeus ainda não conseguiam reunir condições necessárias à expansão, como a Espanha que enfrentava os árabes no sul do Estado (Guerra de Reconquista de Granada, 1492). A Inglaterra e a França estavam envolvidas na Guerra dos Cem Anos, e os ingleses ainda viveram a Guerra das Duas Rosas.

Assim, apenas o Estado português possuía condições necessárias à expansão marítima, pois havia a presença de um grupo mercantil forte e consolidado, um governo forte, localização privilegiada em relação ao Atlântico e conhecimentos técnicos necessários à expansão ultramarina.

A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Iniciada em 1415, com a tomada de **Ceuta** (norte africano), a expansão lusa caracterizou-se, inicialmente, pela conquista do litoral africano e das ilhas do Atlântico. A partir da segunda metade do século XV, os navegantes lusos já haviam adquirido os conhecimentos náuticos necessários para realizar viagens marítimas mais audaciosas.

Assim, a descoberta de uma nova rota à Índia – para poderem comerciar especiarias – se tornou o grande objetivo dos navegadores portugueses.



Embarcações portuguesas e o astrolábio. A expansão marítima esteve inserida em um amplo contexto de avanço científico e tecnológico nas técnicas de navegação

A Expansão Marítima Espanhola

Tendo superado as crises internas, geradas até **1492**, data da expulsão dos árabes em **Granada** e da divisão interna do território espanhol, a Espanha começou a fazer parte do cenário da navegação e da exploração do mundo colonial. Nesse mesmo ano, a nova coroa espanhola patrocinava a viagem de **Cristóvão Colombo**.

Cristóvão Colombo, navegante que realizou expedições marítimas objetivando achar rotas alternativas à Índia e acabou apostando no Caribe.

Acreditando na esfericidade da terra, Colombo defendia a tese de que conseguiria chegar à Índia (no Oriente) navegando em direção ao Ocidente. Partindo em agosto de 1942, Colombo iniciou sua viagem. Após dois meses de viagem, Cristóvão alcançou a ilha de San Salvador, ainda acreditando que teria chegado à Índia. Apenas mais tarde, em 1504, é que o navegador **Américo Vespúcio** confirma que se havia chegado a um novo continente... Iniciava-se, desse modo, o ciclo de navegações espanholas.

As Disputas Ibéricas e os Tratados Ultramarinos

A corrida expansionista de Portugal e Espanha, na segunda metade do século XV e início do século XVI, gerou inevitáveis conflitos acerca do direito das terras "descobertas" ou a "descobrir".

Formularam-se diversos tratados, dos quais o primeiro foi o "Tratado de Toledo", assinado em 1480. Esse tratado garantia a Portugal as terras a descobrir ao sul da ilhas Canárias; deste modo, de forma indireta, Portugal assegurou para si as rotas em direção à Índia, pelo sul da África. Em 1493, o **papa Alexandre VI** editava a "**Bula Intercoetera**", que determinava a partilha do mundo ultramarino entre os espanhóis e os portugueses. Um meridiano situado a 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde destinava a Portugal todos os territórios situados a leste, e à Espanha, as terras localizadas a oeste do meridiano.

Tratado de Tordesilhas (1494), representando a divisão o mundo entre os países católicos que despontavam na expansão marítima.

Sentindo-se prejudicados, os portugueses contestaram este novo tratado, exigindo sua reformulação. Em 1494, em Tordesilhas, na Espanha, foi celebrado o "**Tratado de Tordesilhas**", que constituía uma nova marca: agora os domínios de Portugal se estenderiam para 370 léguas da ilha de Cabo Verde.

"A contestação francesa ao Tratado de Tordesilhas teve no monarca Francisco I o mais veemente representante. Em 1540 chegou a dizer que "o sol brilhava tanto para ele como para os outros e que gostaria de ver o testamento de Adão para saber de que forma este dividira o mundo …". Declarou também que só a ocupação criava o direito, que descobrir um país, isto é, vê-lo ou atravessá-lo, não constituía um ato de posse e que considerava como domínio estrangeiro unicamente os lugares habitado e defendidos. São essas as bases da colonização moderna". (MOUSNIER, R *História Geral das Civilizações. Os séculos XVI e XVII*).

A REVOLUÇÃO COMERCIAL

A Revolução Comercial foi um conjunto de mudanças que se operaram na economia mundial entre os séculos XV e XVII. O mar Mediterrâneo, que era o principal eixo do comércio foi substituído pelo Oceano Atlântico.

A exploração das terras americanas, africanas e asiáticas, significou uma maior diversificação de produtos comercializados e a expansão dos mercados consumidores e abastecedores.

Desse modo, com a expansão marítima, o comércio europeu recuperou-se e ampliou seu dinamismo. A intensificação das trocas comerciais proporcionou enormes lucros aos grupos mercantis. Assim, por meio da acumulação primitiva de capitais, verificada durante o

período da Revolução Comercial, a burguesia se preparou para empreender posteriormente a Revolução Industrial.

FILMOGRAFIA

El Cid - A história do mítico Rodrigo Diaz de Vivar, na luta pela reconquista ibérica aos muçulmanos.
O Homem de La Mancha - A história de Dom Quixote de La Mancha, extraordinária obra renascentista, contada pelo próprio autor, Cervantes, num belo musical.

EXERCÍCIOS

1. (FUVEST) "Para o conjunto da economia europeia, no século XVI, caracterizada pela produção em crescimento e pelo grande aumento das transações mercantis, ao lado de um novo crescimento de sua população, o efeito mais importante dos grandes descobrimentos foi a alta geral dos preços…"
O efeito a que o texto se refere foi provocado:
a) pelo grande afluxo de metais preciosos.
b) pela ampliação das áreas de produção agrícola.
c) pela redução do consumo dos produtos manufatureiros.
d) pela descoberta de novas rotas comerciais no Oriente.
e) pelo deslocamento do eixo comercial para o Mediterrâneo.

2. (UEPI) Na transição do Feudalismo para o Capitalismo tivemos:
a) a transformação de uma sociedade estamental, com fraca mobilidade vertical e posições sociais devido ao nascimento, para uma sociedade de classes com grande mobilidade vertical e posições sociais determinadas pelo poder econômico.
b) transformação de uma sociedade de classes, com grande mobilidade vertical, para uma sociedade estamental com fraca mobilidade vertical e posições sociais determinadas pelo poder econômico.
c) a passagem de uma sociedade de classes para uma sociedade de castas.
d)a desorganização de uma sociedade patriarcal, com grande mobilidade vertical, para uma sociedade estamental com fraca mobilidade social.
e) a mudança de uma sociedade de castas para uma sociedade estamental.

3. (VUNESP) "[...] Mercantilismo significa a transferência do afã de lucro capitalista à política". (Max Weber).
Disso conclui-se que
a) na formação dos Estado Nacionais, não se incorporou o típico lucro capitalista à política.
b) havia uma incompatibilidade entre o lucro capitalista e o poder político.
c) o objetivo fundamental do mercantilismo era a tomada do poder político.
d)o Mercantilismo não apoiava a interferência do Estado na economia
e) para fortalecer os Estados Nacionais, os governos passaram a interferir na vida econômica com objetivos de lucro.

4. (Mauá-SP) A política econômica do Mercantilismo caracterizou-se por três elementos básicos, a saber: balança de comércio favorável, protecionismo e monopólio. Explique de que modo o protecionismo e o monopólio concorriam para manter a balança de comércio favorável.

5. (FUVEST) Justifique como era importante para o projeto navegatório de Cristóvão Colombo a crença na teoria da esfericidade da Terra.

6. (UNICAMP) Contestando o Tratado de Tordesilhas, o rei da França, Francisco I, declarou em 1540:
"Gostaria de ver o testamento de Adão para saber de que forma este dividira o mundo' (Citado por Cláudio Vicentino, *História Geral*, 1991.)
a) O que foi o Tratado de Tordesilhas?
b) Porque alguns países como a França contestavam este tratado?

7. (PUC-SP)"A Espanha iniciou seu ciclo de navegações no final do século XV, quando Portugal já havia atingido o Cabo da Boa Esperança". Justifique esta afirmação.

8 (FGV-SP) A Revolução Comercial - ocorrida aproximadamente entre os anos 1400-1700 - teve várias consequências de importante significado histórico. Dentre elas podem se citar:
a) o acesso da burguesia ao poder econômico. O início da euuropeização do mundo e o restabelecimento da escravidão.
b) o surgimento das corporações de oficio. a decadência do sistema bancário e a destruição do sistema doméstico de produção.
c) aparecimento das lojas ou armazéns de propriedade individual. O fortalecimento do sistema senhorial de cultivo da terra e a conquista do poder econômico pelos cameralistas.
d) a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. O fortalecimento das doutrinas contra a usura e a favor do justo preço. E o restabelecimento da servidão.
e) o ressurgimento do sindicalismo corporativista. A proibição do tráfico de escravos e o declínio das doutrinas mercantilistas.

9 (PUC-SP) A Revolução Comercial, em sua última fase foi acompanhada por um novo corpo de doutrinas conhecido como mercantilismo. E que visava fundamentalmente:
a) promover a paz social por meio de medidas de ordem interna.
b) promover a expansão do catolicismo como forma de aumentar o poder do Estado.
c) fortalecer militarmente o Estado para garantir a sua supremacia sobre a nobreza.
d) ao não-intervencionismo do Estado em assuntos econômicos. Limitando a sua ação à esfera política.
e) promover a prosperidade nacional e aumentar o poder do Estado.

10 (FGV-SP) O mercantilismo como atuação política significou:
a) que como atuação política nunca existiu.
b) o financiamento governamental por incentivos à exportação.
c) a intervenção governamental para estimular a prosperidade nacional e aumentar o poder do Estado.
d) a abstenção de qualquer intervenção estatal nos negócios privados.
e) nenhuma das respostas está correta.

11 (Unifor-CE) Um dos fatores de superação da crise do feudalismo, no final da Idade Média e início dos Tempos Modernos, foi:
a) a explosão demográfica.
b) a fragmentação dos feudos.
c) o desenvolvimento industrial.
d) o expansionismo marítimo-comercial.
e) a excessiva oferta de metais preciosos.

12 (Unesp-SP) Um mercantilista inglês escreveu:
'Os meios ordinários para aumentar nossa riqueza e tesouro são pelo comércio exterior para o que devemos obedecer sempre a esta regra: vender mais aos estrangeiros em valor do que consumimos deles.'
(Thomas Mun, Discourse on England's Treasure by Foreign Trade, 1 664.)
a) O autor desse fragmento exprime um princípio essencial da política mercantilista. Era através dele que os mercantilistas explicavam a origem da riqueza dos estados. Que princípio era este?
b) Por que as áreas coloniais da América foram fundamentais para a satisfação desse princípio mercantilista?

13 (PUC-RJ) A descoberta da América insere-se no contexto do mercantilismo europeu. Os elementos utilizados para garantir a acumulação primitiva de capital na Europa, nesse período, fundamentavam-se nas seguintes estratégias políticas e econômicas:
a) protecionismo e livre mercado.
b) colonialismo e livre mercado.
c) industrialismo e liberalismo.
d) colonialismo e protecionismo.
e) liberalismo e exclusivismo.

12 . O RENASCIMENTO E AS REFORMAS RELIGIOSAS

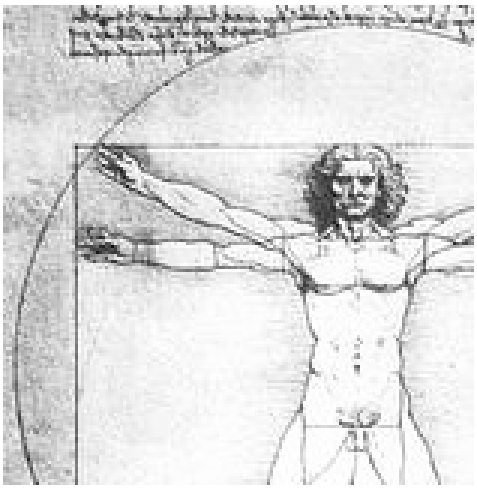
As transformações socioeconômicas iniciadas na Baixa Idade Média e que culminaram com a Revolução Comercial na Idade Moderna afetaram todos os setores da sociedade, ocasionando inclusive mudanças culturais. Intimamente ligadas à expansão comercial, à reforma religiosa e ao absolutismo político, as transformações culturais do século XIV e XV, conhecidas como **Renascimento Cultural**, estiveram articuladas com o capitalismo comercial.

O TERMO "RENASCIMENTO"

"O crítico de arte Giorgio Vasari foi, muito provavelmente, a primeira pessoa a usar a palavra "Renascimento" — isto em 1550 —, para designar uma situação inteiramente distinta da Idade Média. Vasari fazia a síntese de todo o movimento de ideias que se enriquecera e precisara desde Petrarca e no qual ele próprio crescera: ideias de despertar, de ressurreição, de regeneração, de passagem das trevas à luz, nas letras, nas artes, nas ciências, no exército, na plástica, a ideia de Renascimento." (MOUSNIER, R. *História Geral das Civilizações. Os séculos XIV e XV*.)

O Renascimento não foi uma simples renovação cultural clássica e, muito menos, um renascer cultural, como se antes não houvesse cultura; o movimento artístico apenas inspirou-se na Antiguidade Clássica, sobretudo no Antropocentrismo, a fim de resgatar valores que interessavam ao novo mundo urbano-comercial. Própria da mudança em curso e da negação do período anterior foi a denominação, dada então à Idade Média, de **Idade das Trevas**.

O Renascimento caracterizou-se por ser, em essência, um movimento anticlerical e antiescolástico, pois a cultura leiga e humanista se opunha à cultura eminentemente religiosa e teocêntrica do mundo medieval. No conjunto da produção renascentista, começaram a sobressair valores modernos burgueses, como o otimismo, o individualismo, o hedonismo e o neoplatonismo. Mas o elemento central do Renascimento foi o **Humanismo**, isto é, o homem como centro do universo (antropocentrismo), a valorização da vida terrena e da natureza, o ser humano ocupando o lugar cultural, até então ocupado pelo divino e extraterreno.



Leonardo da Vinci e o Humanismo: o homem no centro o universo.

OS FATORES GERADORES DO RENASCIMENTO

As transformações econômicas do final da Idade Média, associadas ao processo de urbanização e ascensão da burguesia, tornaram as concepções artístico-literárias feudais inadequadas. As primeiras manifestações renascentistas apareceram e triunfaram onde essas transformações já predominavam: na Itália.

Foi na Itália que surgiu a prática do "mecenato", em que os mecenas eram ricos patrocinadores das artes e das ciências, que objetivavam não só a promoção pessoal, mas também proveitos culturais e econômicos.

Os italianos contavam, também, com uma viva presença dos elementos clássicos, graças aos seus muitos monumentos e ruínas, o que contribuía ao revigoramento de valores pré-feudais.

AS FASES DO RENASCIMENTO

Houve precursores do Renascimento como **Dante Alighieri** (1265-1321), natural de Florença, que escreveu a *Divina Comédia*. Entretanto, apesar de sua obra criticar o comportamento eclesiástico, o escritor ainda apresentava fortes influências medievais. O Renascimento se impôs efetivamente a partir do século XIV. Chamamos de **Trecento** a fase do século XIV, **Quatrocento**, a do século XV e **Cinquecento**, a do século XVI, que foi o período mais criativo, entre 1500 a 1550.

Dante Alighieri, ícone da literatura do Renascimento, auto de *A Divina Comédia.*

Trecento

Nas letras o período denominado Trecento caracterizou-se pelo uso da língua italiana. Dois autores se destacaram: **Petrarca** (1304-1374) e **Gionanni Boccaccio** (1313-1375).

Petrarca foi considerado o "pai do Humanismo" e da literatura italiana. Em sua obra *Odes à Laura*, evidenciava-se ainda, uma forte religiosidade cristã medieval. Boccaccio é autor da célebre obra *Decameron*, conjunto de contos que ressaltam o egoísmo, o erotismo e o anticlericalismo, desprezando os ideais ascéticos do período medieval.

Quatrocento

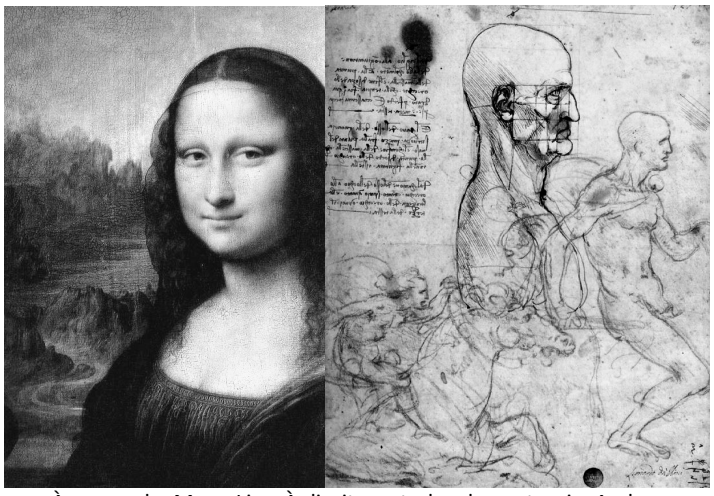
Sandro Botticelli (1445-1510), foi um dos ícones da pintura do Quatrocento. A obra "Nascimento de Vênus" é uma de suas mais apreciadas, pois significa a união do paganismo clássico com o cristianismo. A nudez brilhante da Deusa do Amor não sugere o amor físico, mas a inocência, como que nascendo purificada das águas do batismo.

Acima: *O Nascimento de Vênus*.

Abaixo: *Primavera*. Ambas obras de Botticelli

Ao longo de sua vida, o trabalho de **Leonardo da Vinci** (1452-1519) incorporou as tendências de cada período do Renascimento. Ele foi pintor, escultor, urbanista e engenheiro; de músico e filósofo a físico e botânico. Esboçou inventos que só séculos mais tarde se concretizariam, como por exemplo, o pára-quedas, o canhão, o helicóptero etc. Suas telas mais famosas são "Gioconda" ("Mona Lisa") e "A Santa Ceia."

"Leonardo foi o curioso mais insistente da história. Perguntava o porquê e como de tudo o que via. (...) Descobre, anota: quando pode ver, desenha. Copia. A curiosidade de Leonardo unia-se a uma energia mental incansável. Chega a ser cansativa a leitura de suas intermináveis anotações. Não deixa nada de lado: preocupa-se, expõe, responde a interlocutores imaginários. De todas as perguntas, a mais insistente é a questão do homem — o homem como mecanismo. Como anda? E ensina como se desenha um pé de dez maneiras diferentes. Como o coração bombeia o sangue? Leonardo descobriu um centenário no hospital de Florença, e esperou alegremente que ele morresse para examinar-lhe as veias. Cada pergunta exigia uma dissecação e cada dissecação era desenhada com uma precisão maravilhosa." (CLARK, K. *Civilização*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.)



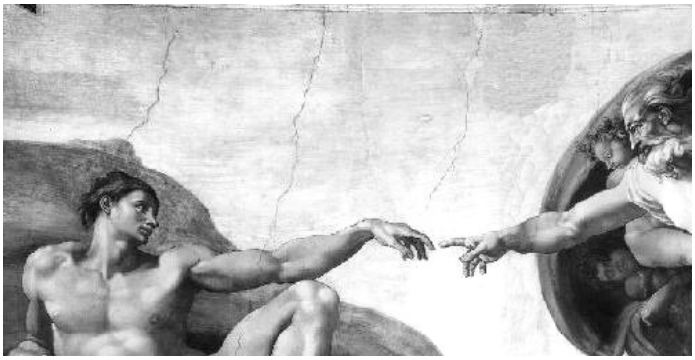
À esquerda: Mona Lisa. À direita: estudos de anatomia. Ambos produzidos por Leonardo da Vinci.

Cinquecento

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi o iniciador do modernismo no pensamento político, o maior expoente literário do período. Em *O Príncipe*, defende um Estado forte, independente da Igreja, um governo absolutista em favor do qual todos os meios são justificáveis, estando a "razão de Estado" acima de qualquer ideal.

Michelangelo Buonarroti (1475-1564) denominado "o gigante do Renascimento", pelo destaque de suas pinturas, esculturas e arquiteturas. Sua maior obra foi o conjunto de afrescos pintados na *Capela Sistina*, sobre a passagem da Bíblia, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento.

O Juízo Final, de Michelangelo.



Ac Criação de Adão, de Michelangelo.

O RENASCIMENTO CIENTÍFICO

O Renascimento retirou da Igreja o monopólio da explicação das coisas do mundo. Aos poucos, o método experimental passou a ser o principal meio de alcançar o saber científico da realidade.

Nicolau Copérnico (1473-1543), refuta o Geocentrismo, formulando a "Teoria Heliocêntrica", que foi completada no século XVII pelo italiano **Galileu Galilei** (1564-1642).

AS REFORMAS RELIGIOSAS

O século XVI foi marcado pelo surgimento de novas religiões cristãs, que acabaram coma hegemonia política da Igreja Católica e abalaram o poder dos papas. Esse processo de divisão do Cristianismo denominou-se **Reforma** e às novas igrejas criadas a partir dela, **Protestantes**. A reação da Igreja Católica a essas novas religiões cristãs chamou-se de **Contra-Reforma**.

AS PRINCIPAIS CAUSAS DA REFORMA

O desenvolvimento dos Estados nacionais e a implantação de uma nova concepção de política, o Absolutismo, chocou-se com os valores da Igreja — que até então detinha o poder, parcial, temporal —, pois agora o rei centralizaria todos os poderes em suas mãos.

Durante o período medieval a Igreja era a maior possuidora de propriedades em vários países da Europa. Assim sendo, os países eram obrigados a remeter vultuosos tributos à Roma. No desenvolvimento dos Estados Nacionais, a Igreja passou a ser um grande empecilho ao progresso econômico, além de personificar a própria estrutura feudal decadente.

Do ponto de vista econômico, o progresso do capitalismo comercial era prejudicado pelo Tomismo — a doutrina de Santo Tomás de Aquino que preconizava o "justo preço" e condenava a "usura", ou seja, a acumulação de capital e o empréstimo de dinheiro a juros —, inibindo o progresso mercantil burguês. Assim, os ideais dos novos grupos que se dedicavam às atividades comerciais se chocavam com as teorias religiosas católicas, abrindo espaço para o surgimento de uma religião adequada aos novos tempos.

O conflito social entre o novo grupo emergente (a burguesia) e a religião católica cristã, aliado aos conflitos políticos entre os reis e o papa, desencadeou uma crise estrutural dentro da Igreja. No século XVI, entretanto, os abusos eclesiásticos ultrapassaram os limites admissíveis pelos cristãos. Esta crise política-ideológica foi o que desencadeou o movimento reformista protestante.

A causa imediata da Reforma Protestante foi a crise moral da Igreja, cujo poder e abusos contrastavam com suas pregações. Até seus supremos mandatários, os papas, se envolveram em escândalos: **Sistino IV** entregou diversos cargos e benefícios eclesiásticos aos seus parentes; **Alexandre VI**, teve amantes e filhos, entre outros.

Em suma, a vida desregrada, faustosa do alto clero, a venda de cargos eclesiásticos, a venda de relíquias sagradas (lascas da cruz de Cristo às toneladas) e de "indulgências" (absolvições papais pelos pecados cometidos por meio de cartas de perdão aos fiéis), transformaram a Igreja em alvo de contestações e protestos.

O comércio de bens eclesiásticos e de indulgências, explicitando ainda mais a degradação da Igreja Católica.

A REFORMA PROTESTANTE

A Reforma Protestante iniciou-se na Alemanha sob a liderança do frade agostiniano **Martinho Lutero** (1483-1546), que defendia a ideia da predestinação, da fatalidade da salvação, negando os jejuns apregoados pela Igreja, as indulgências e outras práticas religiosas em uso.

Lutero iniciou sua pregação na Saxônia, defendendo a doutrina da "salvação pela fé". Em 1517, revoltado com a venda de indulgências pelo dominicano João Tetzel, fixou na porta de sua igreja as *95 teses*, itens onde criticava as práticas dos clérigos e apresentava sua nova doutrina. Essas teses foram distribuídas por todo país, recebendo apoio da população.

Matinho Lutero. Ao romper com a Igreja Católica, iniciou a Reforma Protestante, na Alemanha.

Algumas das 95 Teses de Lutero

21- Erram os pregadores de indulgências quando dizem que pelas indulgências do papa o homem fica livre de todo o pecado e que está salvo.

27- Enganam os homens que dizem que, logo que a moeda é lançada na caixa, a alma voa [do Purgatório].

33- Deve-se desconfiar daqueles que dizem que as indulgências do papa são um inestimável dom divino pelo qual o homem se reconcilia com Deus.
36- Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem plena remissão do castigo e do pecado: ela é-lhe devida sem indulgência. (VICENTINO, C. História Geral. 1999.)

Em 1520, o papa Leão X, por meio de uma bula, condenou Lutero e intimou-o a se retratar, sob pena de ser considerado herege. Lutero, em resposta, queimou a bula papal em praça pública, sendo excomungado e devendo se submeter a um tribunal. Contudo, o imperador católico Carlos V, recém-eleito pelos nobres, não teve condições de punir Lutero, dada sua popularidade e o apoio dos próprios príncipes.

Lutero e os príncipes

"O comprometimento de Lutero com o quadro socioeconômico alemão, atraindo o apoio da nobreza (príncipes), refletiu poderosamente em suas pregações. São suas as seguintes afirmações: "A maior infelicidade da nação alemã é, sem dúvida, o tráfico de dinheiro (...) O demônio o inventou, e o papa, dando-lhe sua sanção, fez ao mundo um mal incalculável. O comércio com o estrangeiro, que traz mercadorias de Calcutá, da Índia e de ouros lugares (...) e leva o dinheiro do país, não deveria ser permitido. Teria muito a dizer acerca dos sindicatos comerciais (...) e lá só se encontram cupidez e injustiça (...)" (citado em MOUSNIER, R. *História Geral das Civilizações. Os séculos XVI e XII*.)

Fundamentos da doutrina Luterana:

- escrituras sagradas como único dogma da nova religião;
- fé como única fonte de salvação;
- supressão do clero regular, do celibato e das imagens (ícones);
- livre interpretação da Bíblia;
- substituição do Latim, nos cultos religiosos, pelo alemão idioma nacional;
- separação entre Igreja e Estado;
- manutenção de apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia.

O CALVINISMO

A Suíça iniciou a Reforma Protestante com Ulrich Zwinglio (1489-1531), seguidor de Lutero. As pregações de Zwinglio resultam numa violenta guerra civil (1529-1531) entre reformadores e católico, durante a qual o líder morreu. A guerra foi encerrada com a "Paz de Kappel", que dava autonomia religiosa a cada região administrativa (cantão) do país.

Pouco depois chegou à Suíça **João Calvino** (1509-1564), que publicou em 1536, a obra *Instituição da Religião Cristã*. Conquistando Genebra (a capital suíça) rapidamente com suas pregações, Calvino adquiriu total controle da vida religiosa, política e moral dos cidadãos da cidade com a instalação de uma rígida censura, feitas pelas ordenações eclesiásticas e pelo Consistório.

O Consistório

Calvino transformou Genebra na Roma dos Protestantes, fundindo o político e o religioso sob o controle do Consistório. Com poderes ilimitados, esse órgão vigiava os costumes dos cidadãos, obrigando-os a assistir aos serviços do culto e a participar da comunhão. Suas decisões eram implacáveis e denominavam-se "ordenações eclesiásticas".

"Composto de três sacerdotes da cidade e doze respeitados burgueses eleitos por um conselho municipal, o Consistório regulava detalhadamente como deveria se comportar cada cidadão, em ocasiões como casamento, enterros e festividades, até a indumentária a ser usada. Chegou a ter poder para fechar tabernas e teatros, estabelecendo uma verdadeira inquisição calvinista, a qual condenou e executou o médico e teólogo espanhol Miguel Servet, queimado vivo em 1553". (VICENTINO, C. *História Geral*, 1999.)

A doutrina calvinista admitia apenas dois tipos de sacramentos, a saber: o batismo e a eucaristia e condenava a adulação de imagens. O culto nas igrejas calvinistas resumia-se apenas ao comentário da Bíblia, eliminando as cerimônias pomposas e a grandiosidade das Igrejas Católicas.

João Calvino. Ao se utilizar de algumas das teses de Lutero, estendeu a Reforma Protestante para outros locais da Europa, como a Suíça.

ÉTICA PROTESTANTE E O CAPITALISMO

Vivendo numa cidade de mercadores, Calvino criou uma doutrina que alicerçava espiritualmente o capitalismo, estimulando o lucro e o trabalho, o que favorecia a burguesia.

São palavras de Calvino:

" 'Deus chama cada um para a vocação particular cujo objetivo é a glorificação dele mesmo. O comerciante que busca o lucro, pelas qualidades que o sucesso econômico exige: o trabalho, a sobriedade, a ordem, responde também o chamado de Deus, santificando de seu lado o mundo pelo esforço, e sua ação é santa.' Calvino pode ser considerado o teólogo do Capitalismo, pois acreditava que a miséria era a fonte de todos os pecados, apoiando em contrapartida os negócios comerciais." (VICENTINO, C. *História Geral*. 1999.)

A REFORMA NA INGLATERRA

O líder da Reforma Religiosa na Inglaterra foi o próprio rei **Henrique VIII** (1509-1547), assumindo assim o movimento uma característica eminentemente política: rompeu com o papado por questões pessoais: pretendia desfazer seu casamento com Catarina de Aragão para casar-se com Ana Bolena, alegando querer um herdeiro ao trono inglês.

O papa não concedeu a anulação do casamento entre o rei da Inglaterra e Catarina, pois esta era tia de Carlos V (imperador do Sacro Império Romano-Germânico), aliado do papa. Henrique VIII rompeu oficialmente com a Igreja

publicando o **Ato de Supremacia**, documento por meio do qual se tornaria chefe da Igreja na Inglaterra, que mais tarde se denominaria "**Anglicana**". Excomungado pelo papa, em represália, Henrique VIII confiscou os bens da Igreja Católica na Inglaterra.

Henrique VIII, rei da Inglaterra, que fundou sua própria Igreja, a Anglicana, após romper com a Igreja Católica por motivos pessoais. Contribuiu, entretanto, para as reformas religiosas.

A CONTRA-REFORMA E A REFORMA CATÓLICA

A expansão do Protestantismo pela Europa colocava a Igreja Católica em crise, fazendo surgir a necessidade de conter a expansão reformista. Esse movimento recebeu o nome de **Contra-Reforma**, que incluiu a Reforma Católica.

Em 1534, fundou-se a **Companhia de Jesus**, idealizada por Inácio e Loyola. A organização desta ordem se assemelhava a um exército: os jesuítas era chamados de "soldados de Cristo". Com a nova ordem, a Igreja Católica ressurgiu forte e disciplinada.

Tortura da Santa Inquisição objetivando a purificação alma o torturado e o fortalecimento da Igreja Católica.

Em 1545, o papa Paulo II convocou o **Concílio de Trento** para discutir os problemas pelos quais a Igreja passava. O conselho não surtiu nenhum efeito, pois nenhum acordo foi feito, apenas reafirmou os dogmas da Igreja Católica e condenou as ideologias das Igrejas Protestantes. Por outro lado, condenou as indulgências — causa imediata da Reforma Protestante — e determinou a criação de seminários para a formação de eclesiásticos, impedindo, desse modo, a venda desses cargos. Estes foram os principais pontos da Reforma Católica.

Pelo Concílio de Trento, a **Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício** fora reativada. Em nome de Cristo, a Inquisição torturou milhares de pessoas. Nessa época foi criado também o Índex, a lista de livros proibidos pela Santa Igreja. O Índex teve em sua relação, além de livros religiosos, como luteranos e calvinistas, obras científicas e culturais.

GALILEU: "EPPUR SI MUOVE"

"Galileu foi condenado pela Inquisição e só não foi executado na fogueira por renegar suas próprias ideias. Defendendo o Heliocentrismo de Copérnico, viu-se obrigado a abjurá-lo, afirmando que "foi portanto um erro meu, e o confesso, de uma vã ambição e de pura ignorância e inadvertência", sendo condenando apenas à prisão. Diante do tribunal e da renegação de princípios tão caros à sua crença, Galileu, acredita-se, teria dito a si mesmo, quanto ao movimento quanto da Terra girar em torno do sol, "Eppur si muove" (Entretanto ela gira). Somente no século XX é que Galileu foi perdoado oficialmente pelo Papa João Paulo II." (VICENTINO, C. *História Geral*, 1999.)

O MÉTODO DA INQUISIÇÃO

"O Tribunal do Santo Ofício, só em Portugal, processou mais de quarenta mil pessoas, queimou mais de 1.800 nas fogueiras, além de condenar a vários castigos mais de 29 mil, entre os quais trezentos brasileiros. Na Espanha foram penitenciados mais de 340 mil pessoas".

Tão ou mais graves foram as técnicas de tortura aplicada pela Inquisição, como queimar as plantas dos pés do interrogado, estraçalhar os músculos e a pele de todo o seu corpo ou aplicar um ferro em brasa na sua boca. A variedade e sofisticação das peças de torturas criadas para a Inquisição demonstram a importância dada ao suplício como forma de redenção dos condenados. Comumente um médico acompanhava os inquisidores para indicar o grau de tortura que o "pecador" poderia suportar." (NOVINSKY, *A. Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982.)

Autos de fé, onde os hereges eram queimados em praça pública.

FILMOGRAFIA

Decameron - Sátira bem humorada dos costumes medievais

Agonia e êxtase - A vida de Michelangelo, um dos mais brilhantes artistas renascentistas.

Giordano Bruno - A vida de Bruno, martirizado pela Inquisição por defender suas convicções acerca da vida e da ciência.

O Homem de La Mancha - A história de Dom Quixote de La Mancha, extraordinária obra renascentista, contada pelo próprio autor, Cervantes, num belo musical.

O Homem que não vendeu sua alma - A vida de Sir Thomas Morus, martirizado por suas convicções durante o reinado de Henrique VIII.

Rainha Margot - As perseguições religiosas na França, explodindo na fatídica Noite de São Bartolomeu, em milhares de protestantes foram assassinados em Paris (1572).

Ana dos Mil Dias - A vida da Segunda esposa de Henrique VIII, Ana Bolena.

EXERCÍCIOS

1. (FGV-SP) - Renascença é a denominação tradicionalmente atribuída às mudanças de caráter cultural, principalmente ocorrida nos países europeus durante o período de 1300 a 1650. E são expressões dessa época nos campos da arte e ciência:
a) George Wilhelm, August Rodin e Isaac Newton;
b) Immanuel Kant, René Descartes e Antonie Lavosier;
c) John Stuart Mill, Ludwig von Bethoven e Galileu Galilei;
d) August Comte, Richard Wagner e Charles Darwin;
e) William Shakespeare, Leonardo da Vinci e Nicolau Copérnico.

2. (FMTM-MG) - Uma das características das obras do Renascimento Italiano está no fato de:
a) abordarem temas de intensa religiosidade, perdendo sua feição leiga.
b) procurarem valorizar o homem, medindo tudo em sua função — o antropocentrismo.
c) tentarem evitar qualquer tema de influência grega.
d) evitarem o envolvimento com temas políticos, como foi o caso de Maquiavel.
e) defenderem a continuidade do uso exclusivo do latim como expressão da intelectualidade.

3. (Fatec-SP) - Henrique VIII, Lutero e Calvino foram responsáveis pela Reforma Protestante. Indique a alternativa ligada, respectivamente, a seus nomes:
a) 95 Teses contra a venda de indulgências, Instituições da Religião Cristã e doutrina da justificação pela fé.
b) Doutrina da Predestinação Absoluta, criação da Igreja Anglicana Independente e a Paz de Augsburgo.
c) Concílio de Trento, venda de indulgência e Índex.
d) Criação da Igreja Anglicana Independente, 95 teses contra a venda de indulgências e Doutrina da Predestinação Absoluta.
e) Édito de Nantes, Paz de Augsburgo e Paz de Kappel.

4. (FUVEST) - Em 1571 a Igreja Católica criou a Congregação do Índex.
a) O que era o Índex?
b) Quais as implicações históricas de sua instituição?

5. O Ato de Supremacia, promulgado por Henrique VIII na Inglaterra, contribuiu para:
a) divulgar intensamente a doutrina calvinista no país, sobretudo na região da Escócia.
b) iniciar a expansão externa, formando as bases do Império colonial inglês.
c) promover a reforma anglicana, ao mesmo tempo em que contribuiu para a centralização do governo.
d) implantar o catolicismo no reino.
e) restaurar os antigos sistemas feudais, que foram limitados pela Magna Carta de 1215.

6 (Cesgranrio-RJ) O Renascimento surgiu das transformações econômico-sociais operadas na Itália. Expandiu-se pela Europa ocidental, mantendo características comuns, entre as quais se destacavam:
a) individualismo, que deu ênfase ao espírito corporativista predominante na época.
b) hedonismo, que condenava o prazer, a auto-satisfação e a plena realização espiritual.
c) teocentrismo, que se opunha ao antropocentrismo, apresentando Deus como o centro do universo.
d) naturalismo, que exaltava o fantástico e o sobrenatural.
e) espírito crítico, que valorizava a experimentação, a matemática, a astronomia, a física e a medicina.

7 (Fuvest-SP) Com relação à artes e às letras de seu tempo, os humanistas dos séculos XV e XVI afirmavam:
a) que a literatura e as artes plásticas passavam por um período de florescimento, dando continuidade ao período medieval.
b) que a literatura e as artes plásticas, em profunda decadência no período anterior, renasciam com o esplendor da Antiguidade.
c) que as letras continuavam as tradições medievais, enquanto a arquitetura, a pintura e a escultura rompiam com os velhos estilos.
d) que as artes plásticas continuavam as tradições medievais, enquanto a literatura criava novos estilos.
e) que o alto nível das artes e das letras do período nada tinha a ver nem com a Antiguidade nem com o período medieval.

8 (PUCC-SP) No estudo do processo de transformação cultural do mundo europeu, no início dos Tempos Modernos, isto é, do Renascimento, verifica-se que, em Portugal:
a) Gil Vicente introduziu o teatro com a obra Trilogia das barcas.
b) Camões, em seus sonetos, enaltece a Dinastia de Bragança.
c) Garcia de Rezende acentua a dependência da poesia em relação à música.
d) A farsa de Inês Pereira é teatro clássico religioso de Camilo Castelo Branco.
e) Fernão Lopes, pai da historiografia portuguesa, foi nomeado cronista-mor da Torre do Tombo em 1434.

9 (Fabrai-MG) Em 1545, o papa Paulo III convoca o Concílio de Trento, que tem por finalidade o que se afirma a seguir, exceto:
a) Fortalecer a hierarquia da Igreja Católica, sem no entanto confirmar a supremacia papal.
b) Adotar medidas mais firmes no sentido de corrigir os abusos entre o clero.
c) Confirmar os dogmas e práticas ritualísticas vigentes na Igreja católica.
d) Reorganizar o Tribunal do Santo Ofício, como forma de guiar os fiéis no cumprimento dos dogmas religiosos.
e) Garantir a manutenção da Sagrada Escritura, definindo que somente a Igreja tinha o poder de interpretá-la.

10 (Mack-SP - ADAPTADO) Dentre as principais características do movimento denominado Renascimento Cultural, encontradas nas obras de Leonardo da Vinci, podemos destacar:
a) o bidimensionalismo estético e a desvalorização do ser humano.
b) o naturalismo e o geocentrismo.
c) o antropocentrismo e o humanismo.
d) o teocentrismo e o uso de conceitos irracionais abstratos.
e) a arte humanista e a ausência da perspectiva linear.

11 (Fuvest-SP) No fim da Idade Média e início da Idade Moderna, o rompimento dos monopólios que os letrados mantinham sobre a cultura escrita e os clérigos sobre a religião criou uma situação nova, potencialmente explosiva. Esse duplo rompimento deveu-se:
a) aos descobrimentos e invenções científicas.
b) à invenção da imprensa e à Reforma.
c) ao Renascimento e ao Estado absolutista.
d) ao aparecimento do alfabeto e das heresias.
e) ao humanismo e à Inquisição.

12 (Unicamp-SP) Segundo Calvino, o homem já nasce predestinado à salvação ou condenação eternas; um dos sinais da salvação é a riqueza acumulada através do trabalho.
Estabeleça a relação entre a expansão da doutrina calvinista e o fortalecimento do capitalismo no século XVI.

13 (Unicamp-SP) No dia 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero, professor de teologia da Universidade de Wittemberg, afixou na porta de uma igreja daquela cidade um documento em que eram expostas noventa e cinco teses.
(Baseado em Elton, G.R. História de Europa. México, SigloVeintiuno, 1974. p. 2.)
Que processo histórico o gesto de Lutero inaugurou?
Cite duas práticas adotadas pela Igreja Católica condenadas por Lutero.

14 (FMTM-MG) 'Quase 500 anos depois que o monge agostiniano Martinho Lutero expôs publicamente suas 95 teses religiosas, nas quais condenava o comércio de indulgências pela Igreja Católica Romana e dava início à Reforma, que cindiu o mundo cristão ocidental, católicos e luteranos retomam o diálogo. (...) a Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial assinam hoje o primeiro documento comum após séculos de afastamento.'
(Assimina Vlahou. O Estado de S. Pau/o, 31/10/99.) A cisão e o afastamento a que o texto se refere inserem-se no contexto:
a) de reação de setores da Igreja à implantação do Absolutismo Monárquico.
b) de transformações no início da Modernidade, com o aumento das críticas à Igreja.
c) da crise das instituições do antigo regime europeu, notadamente da Igreja.
d) da manutenção da hegemonia da Igreja, como durante a Idade Média.
e) do expansionismo marítimo promovido pelas Igrejas reformadas.

13 - O ABSOLUTISMO

O ESTADO MODERNO ABSOLUTISTA

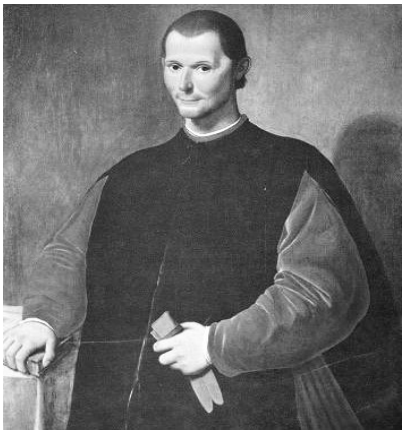
Como já vimos, o Estado Absolutista da Idade Moderna apresentou um caráter ambíguo, refletindo o sentido de transição do período. De um lado foi um "Estado feudal transformado" com a burocracia administrativa; de outro, um dinâmico agente mercantil, unificando mercados, moedas, pesos, leis, eliminando barreiras internas que entravavam o comércio, além de empreender conquistas de novos mercados.

Entretanto, o Estado Absolutista acabou se tornando parasitário e aristocrático, necessitando cada vez mais de tributação. Em fins da Idade Moderna, o poderio e o esplendor dos reis absolutistas opunha-se ao empreendimento burguês, à lucratividade e à capitalização em curso, levando ao processo das revoluções burguesas que, ao Derrubar os monarcas absolutistas, inaugurariam o mundo contemporâneo.

OS TEÓRICOS DO ABSOLUTISMO

Na Idade Moderna, os intelectuais, sobrepujando a mentalidade feudal, criaram uma ideologia política típica do período, legitimando o absolutismo. Vários foram os que se destacaram na teoria política do Absolutismo, dentre os quais citamos, Maquiavel, Thomas Hobbes, Jacques Bossuet e Jean Bodin.

O mais importante desses teóricos foi **Nicolau Maquiavel** (1469-1527), membro do governo dos Médice, de Florença. Em sua obra *O Príncipe*, aponta como solução para o país o despertar do interesse nacional, abrangente, postura que deveria ser assumida pelo "príncipe", a fim de restaurar a unidade da República Italiana.



Maquiavel, autor de *O Príncipe*., defendia a ideia de que os fins justificam os meios e afirmava que a ética política é diferente da ética religiosa.

"O Príncipe" de Maquiavel

" '*O Príncipe* atormentou a humanidade durante quatro séculos. E continuará a atormentá-la...' A frase refere-se à obra de Maquiavel que serviu de instrumento teórico a muitos governantes autoritários e totalitários, do século XVI ao XX: àqueles que fizeram da "razão de Estado" o pretexto para sufocar liberdades individuais de toda a sociedade.

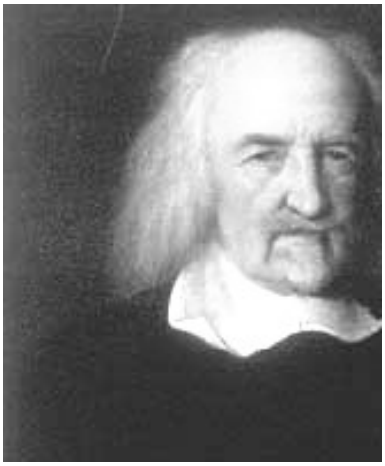
Sobressaem-se em sua obra outras frases, que isoladamente, fora de contexto, têm servido a ditadores diversos: 'O triunfo do mais forte é o fato essencial da história humana'. ' Todos os profetas armados venceram, desarmados arruinaram-se'. ' Desprezar a arte da Guerra é o primeiro passo para a ruína, possuí-la perfeitamente, eis o meio de elevar-se ao poder '.

Assim, Maquiavel — nome próprio universalmente conhecido, que teria de formar um substantivo, maquiavelismo, e adjetivo, maquiavélico — evoca uma época, a Renascença; uma nação, a Itália; uma cidade, Florença; enfim, o próprio homem, o bom funcionário florentino que, na maior ingenuidade, na total ignorância do estranho futuro, trazia o nome de Maquiavel, votado à reputação mais ruidosa e equívoca". (CHEVALIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas – de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1980)

Maquiavel, em seu livro *O Príncipe*, aconselha ao soberano que fique acima das considerações morais, mantendo sua autoridade e autonomia política. Para ele "os fins justificam os meios" e, portanto, a razão de Estado deve se sobrepor a tudo, ou seja, o rei tudo pode fazer quando se dedica ao bem-estar do Estado.

Preocupado com estabelecimento de um Estado forte, Maquiavel defende que a autoridade do príncipe, embora às vezes brutal e calculista, é vital para seu sucesso e consequentemente para o Estado.

Thomas Hobbes (1588-1619) articulou um sistema coerente para apresentar a necessidade do estado despótico. O próprio título de seu livro, *Leviatã* (nome de um mostro fenício que representava o "caos"), nos dá a ideia de que para ele seria este Estado: uma grande entidade toda poderosa que dominaria todos os cidadãos.



Hobbes, autor de *O Leviatã*, defendia o Estado Absolutista como forma de evitar a guerra entre todos. Segundo ele, "o homem é o lobo do homem", impossível de permanecer em paz sem uma repressão superior.

Hobbes justifica a supremacia do Estado absoluto apontando-o como a superação do "Estado de Natureza", no qual os homens vivem em guerra, pois não estavam sujeitos a leis, tendo então de satisfazer seu interesse próprio. Numa fase posterior, os homens buscariam superar este "estado de natureza" unindo-se para formar um "contrato", no qual cada um cede seus direitos ao soberano. Dessa forma renunciar-se-ia de todos os direitos nocivos à paz em benefício do Estado.

Jacques Bossuet (1627-1704) defende a teoria do "poder divino dos reis", isto é, o poder real emanado por Deus. A teoria de Bossuet influenciou a soberania dos reis da dinastia de Bourbon, dando-lhes subsídios para incorporar a noção de "direito divino" à autoridade real.

Bossuet. Defendia o direito divino dos reis de governa seus súditos.

Jean Bodin (1530-1596) defendia a ideia da soberania não partilhada. Para ele a soberania real não pode sofrer restrições nem se submeter a ameaças, pois ela emana das leis de Deus, sendo a primeira característica do príncipe soberano ter o poder de legislar sem precisar do consentimento de quem quer que seja.

Bodin. Afirmava que já que a soberania real emana das leis de deus, ela não deveria ser partilhada.

O ABSOLUTISMO FRANCÊS

O início do processo de centralização política na França remota ao período dos **Capetíngios**, na Baixa Idade Média, tendo-se acelerado depois da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), com a dinastia seguinte, a dos **Valois**. O apogeu do Absolutismo na França, entretanto, só se configuraria com a dinastia dos **Bourbons**.

Por volta de 1520, apareceram em Paris os primeiros protestantes. Muitos burgueses e alguns nobres, uns atraídos pelo reformismo, outros irritados com o aumento das prerrogativas do rei, converteram-se ao novo culto. Essa oposição à centralização e ao avanço do poder real deu à luta religiosa francesa um indisfarçável caráter político.

A situação se complicou quando subiu ao trono **Carlos IX**, ainda criança, sob a regência da rainha-mãe, Catarina de Médici. Em 1570, pelo "Édito de Saint-Germain", ela concedeu aos protestantes (que na França se chamavam "huguenotes") o direito de celebrarem seus cultos em algumas cidades e de disporem de quatro praças-fortes (vila ou cidade fortificada, geralmente cercada por uma muralha de pedra), entre as quais La Rochelle, capital huguenote francesa.

A partir de certo momento, porém, a rainha temeu o fortalecimento dos protestantes, liderados pelo almirante Coligny. Instigado pela mãe, o rei ordenou o massacre dos huguenotes, 3000 dos quais foram assassinados em 24 de agosto de 1572, no episódio conhecido como a "Noite de São Bartolomeu".

Morto Carlo IX, subiu ao trono seu irmão **Henrique III**. Teve início então a "Guerra dos Três Henriques". De um lado Henrique de Guise, mais preocupado em conquistar a coroa do que em defender a fé, fundou a Liga Católica. De outro, o rei, também católico, mas temeroso das ambições do duque. O terceiro era Henrique de Navarra, protestante e membro da alta nobreza (casa de Bourbon).

Para defender-se de Henrique de Guise, Henrique III aliou-se a Henrique de Navarra. Depois de algumas batalhas, o rei foi assassinado em 1589, deixando Henrique de Navarra como seu sucessor. Este assumiu o poder como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo com uma frase que entrou para os anais da história: "Paris bem vale uma missa".

Henrique IV iniciou a dinastia dos **Bourbons**, em substituição a dos Valois, reinante desde a Idade Média. Para pôr fim à guerra de religião, promulgou o **Édito de Nantes** que dava aos protestantes liberdade de culto e direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa.

Assassinado em 1610, Henrique IV foi substituído por **Luís XIII**. Para fortalecer o poder real, o rei passou a combater os protestantes, que perderam a Fortaleza de La Rochelle e todos os direitos políticos e militares, conservando apenas a liberdade de culto.

Em 1643 Luís XIII morre e é substituído por **Luís XIV**, ainda criança, sob a regência da rainha mãe Ana de Áustria, e do cardeal Mazzarino. Por essa época, sucessivos aumentos de impostos revoltaram a burguesia e a nobreza, que se lançaram à guerra conhecida como "Frondas". Essas revoltas diminuíram o poder real e desorganizaram a França.

Luís XIV, expressão máxima do Absolutismo. Denominado como o Rei Sol, construiu o Palácio de Versalhes e proferiu a famosa frase "L'État c'est moi" ("O Estado sou eu").

A morte de Mazzariono deu lugar ao governo pessoal de Luís XIV (1661-1715), que se tornaria o exemplo mais completo do Absolutismo europeu. No plano político, Luís XIV manteve as reformulações de Luís XIII, submeteu o Conselho de Estado e concentrou todo poder em suas mãos. No plano social, promoveu a ascensão da burguesia. Controlou a nobreza, atraindo-a para a Corte. Construiu o

Palácio de Versalhes, onde chegou a acolher mais de 6000 pessoas. A corte compensava os nobres da perda de poder político e satisfazia a vaidade de Luís, que passou a ser conhecido como "**Rei Sol**". Em 1685, Luis XIV aboliu o Édito de Nantes; este ato levou muitos protestantes a abandonarem o país.

A MONARQUIA ABSOLUTA NA INGLATERRA

A afirmação do poder real na Inglaterra teve início no século XVI, com a **dinastia Tudor**. **Henrique VIII** (1509-1547), segundo rei da dinastia, impôs-se à nobreza, enfraquecida com a Guerra das Duas Rosas. Além disso, unificou o país e chocou-se com o papado; este confronto foi causado por motivos pessoais, pois o rei queria divorciar-se de sua esposa, pedindo permissão ao papa. Esse, por sua vez, negou o divórcio por questões políticas e pessoais. Henrique rompeu com o papado e tornou-se chefe supremo da Igreja Anglicana na Inglaterra. A medida tomada conduziu a uma centralização ainda mais do poder nas mãos do rei.

Sua filha, **Elizabeth I**, apoiou-se na burguesia protestante e enfrentou a nobreza católica. Não hesitou em decapitar sua prima Maria Stuart, rainha católica da Escócia apoiada pelo papa e por Felipe II da Espanha. Em 1588, a "Invencível Armada", uma frota enviada pelos espanhóis para esmagar a Inglaterra, foi destruída pela esquadra inglesa. Começava uma nova fase na distribuição do poder entre as nações europeias.

O resultado disso tudo foi um notável desenvolvimento econômico da Inglaterra. Por volta de 1570, cresceram a indústria de lã e a exploração das minas de carvão. O comércio internacional progrediu, estimulando a construção naval. O avanço da pirataria legitimada pelo Estado (os "corsários") sobre o império colonial espanhol e português trouxe enormes lucros.

Rainha Elizabeth I, expoente máximo do absolutismo inglês, iniciando a colonização sobre a América do Norte.

A formação de empresas mercantis, como a dos "Mercadores Aventureiros" e a famosa "Companhia Inglesa das Índias Orientais", dinamizou a expansão comercial, principalmente o tráfico de escravos da costa africana às Américas. Ao mesmo tempo, a elevação de impostos alfandegários sobre as importações protegeu a indústria inglesa nascente.

Com o desenvolvimento comercial, setores da nobreza passaram a produzir para o mercado, dando origem à nobreza progressista. A burguesia mercantil das cidades portuárias inglesas, principalmente Londres, ganhou importância na "Câmara dos Comuns". Os trabalhadores conquistaram o "Estatuto dos Artesãos", de 1563, que regulamentava suas atividades, e a "Lei dos Pobres", que impunha imposto obrigatório aos habitantes das comunidades para sustentarem os desamparados.

FILMOGRAFIA

Mary Stuart - A vida da rainha escocesa e seus conflitos com Elizabeth I, herdeira do trono inglês, durante o século XVI.
Elizabeth - A vida da rainha Elizabeth I, bela recriação da época.

EXERCÍCIOS

1 (FGV-SP) Na França, o absolutismo firmou-se a partir do reinado de Henrique IV, expandiu-se durante o de Luís XIV e sustentou-se durante todo o século XVIII. Tal absolutismo firmava-se na ideia de que:
a) todo poder emana do povo, mas o monarca representa tal poder, que não pode ser contrariado por pequenos grupos dissidentes.
b) o monarca, que representa o povo, só pode ser restringido em seu poder por esse povo.
c) todo poder de um monarca deriva de Deus. Foi ele quem o escolheu e seus desígnios não são contrariáveis.
d) a primeira e a segunda afirmativas são corretas.
e) todas as alternativas são incorretas.

2 (FGV-SP) As ideias políticas de Thomas Hobbes (Leviatã) tiveram influência profunda no desenvolvimento do Estado moderno na Europa Ocidental porque:
a) estabeleceram as bases ideológicas da democracia popular e representativa.
b) serviram como plataforma de luta aos burgueses contra a aristocracia feudal.
c) forneceram a legitimação do poder absolutista dos monarcas ocidentais.
d) inovaram a processualística jurídica introduzindo o habeas corpus.
e) abriram caminho à aplicação sistemática da ética judaico protestante aos negócios do Estado.

3 (FGV-SP) A doutrina absolutista de governo enfatizava como finalidade principal quais dos seguintes pontos?
a) a ordem e a segurança.
b) a supremacia do parlamento.
c) a liberdade do povo.
d) o respeito real pelas leis dos homens.
e) nenhuma das anteriores.

4 (FGV-SP) O ideal absolutista encarnado pela casa de Bourbon, teve seu apogeu com:
a) Luís XV.
b) Luís XIV.
c) Luís XIII.
d) Luís XI.
e) Luís XVI.

5 (Fuvest-SP) Segundo Marx e Engels, há períodos históricos em que as classes sociais em luta se encontram em tal equilíbrio de força que o poder político adquire um acentuado grau de independência em relação a elas. Foi o que aconteceu com:
a) a monarquia absolutista, em equilíbrio entre nobreza e burguesia.
b) a monarquia feudal, em equilíbrio entre guerreiros e camponeses.
c) o Império romano, em equilíbrio entre patrícios e plebeus.
d) o Estado soviético, em equilíbrio entre capitalistas e proletários.
e) o Estado germânico, em equilíbrio entre sacerdotes e pastores.

6 (UFSC adaptado) 'É exclusivamente na minha pessoa que reside o poder soberano ... é só de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude dessa autoridade que eles não exercem senão em meu nome permanece sempre em mim e seu uso não pode nunca ser voltado contra mim; é a mim unicamente que pertence o poder Legislativo sem dependência e sem partilha ... a ordem pública inteira emana de mim e os direitos e interesses da Nação de que se ousa fazer um corpo separado do monarca estão necessariamente unidos com os meus e repousam unicamente nas minhas mãos.'
FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de história In MELLO e COSTA História moderna e contemporânea. Editora Scipione, 1993
Das palavras acima, ditas por Luís XIV da França, é CORRETO deduzir que:
a) O poder centralizava-se nas mãos de uma só pessoa, o papa.
b) O dirigente da nação tinha o controle da ordem pública.
c) As decisões do poder Legislativo estavam baseadas em uma Constituição.
d) Os atos governamentais estavam voltados para ó interesses da nação.
e) Os juízes atuavam com autonomia jurídica nos tribunais.

7 (Mack-SP) *Toda a ação é designada em termos do fim que procura atingir* é frase de Maquiavel conhecido teórico italiano, defensor do:
a) liberalismo.
b) absolutismo.
c) anarquismo.
d) fascismo.
e) socialismo.

8 (Ceub-DF) O bulhonismo e o colbertismo foram variantes do mercantilismo que marcaram, respectivamente:
a) Espanha e Inglaterra.
b) Portugal e Itália.
c) França e Suécia.
d) Itália e Inglaterra.
e) Espanha e França.

UNIDADE V - AS REVOLUÇÕES BURGUESAS

PARTE I: AS REVOLUÇÕES INGLESAS – PURITANA E GLORIOSA

As Revoluções Inglesas do século XVII constituíram manifestações de crise do Antigo Regime, identificado como forma Absolutista de governo. Em seu início um rei, Carlos I, foi decapitado e o país conheceu a violência da guerra civil. Em sua fase final, a monarquia foi destituída de seus poderes absolutos e se instaurou o regime parlamentarista, no qual o centro do poder é o Parlamento.

A execução de Carlos I foi, na história europeia, primeira vez em que um monarca foi executado por ordem do Parlamento e não por disputas palacianas. Ao tomar essa decisão, a sociedade representada pelo Parlamento acabava com um princípio político fundamental do Estado Moderno: a ideia de origem divina do rei e de sua incontestável autoridade.

A DINASTIA DOS STUART

A rainha Elizabeth morreu em 1603 sem deixar herdeiros. Assim, deu-se início a uma nova dinastia: a dos **Stuart**, com **Jaime I**, rei da Escócia, que dissolveu várias vezes o Parlamento e procurou implantar a monarquia de direito divino, perseguindo seitas radicais e até aos católicos, que organizaram a "Conspiração da Pólvora", em 1605.

Jaime I procurou conduzir a política de modo a afirmar o poder monárquico, em detrimento do Parlamento. Formulou teorias grandiosas sobre o direito divino dos reis e executou medidas de política econômica que visavam fortalecer a antiga ordem feudal.

Em 1625, morre Jaime I e quem sobe ao trono é **Carlos I**. Em 1628, por causa das guerras no exterior, este novo rei foi obrigado a convocar um Parlamento que se opôs a sua política e lhe impôs a "**Petição dos Direitos**". Nesta, os membros do Parlamento exigiam o controle político e militar do país, além de uma convocação periódica do Parlamento para questões políticas. Como consequência, Carlos I dissolveu o Parlamento, em 1629.

Governando sem Parlamento, esse rei cobrou antigos impostos que já estavam em desuso, como o "*Ship Money*", instituído em cidades portuárias para combater a pirataria, que se estendeu para todo o reino. A crise no governo de Carlos I instalou-se, porém, em função da revolta ocorrida na Escócia, em 1639, devido à tentativa de impor o anglicanismo aos calvinistas escoceses; isso provocou uma verdadeira revolta que contou com a simpatia de muitos cidadãos ingleses, ocasionando que o rei não tivesse qualquer apoio popular e nem recursos para combater a invasão do exército escocês na Inglaterra.

A REVOLUÇÃO PURITANA (1640)

A revolta dos escoceses tornou necessária a convocação do Parlamento. Ali, porém, encontravam-se os líderes de 1629, que começaram a pressionar o rei Carlos I, que sem aguentar a pressão, acabou dissolvendo o Parlamento apenas três semanas depois de tê-lo convocado. Por essa razão, o Parlamento ficou conhecido como "*Short Parliament*". No entanto, o Longo Parlamento, convocado em 1640, funcionou até 1653 e deixou evidente a sua oposição ao monarca.

A ruptura definitiva entre o rei e o Parlamento ocorreu em virtude da revolta que se desencadeou na Irlanda católica, em 1641. A guerra civil, a partir de então, assumiu o caráter de uma guerra religiosa; mas na verdade, tratava-se de uma intensa luta de classes entre a nobreza conservadora e a burguesia.

Apoiando ao rei, reuniu-se a antiga nobreza e os católicos ingleses e irlandeses, inimigos dos protestantes calvinistas. Os aliados de Carlos I ficaram conhecidos como "cavaleiros". A oposição, dos adeptos do Parlamento, eram os "cabeças redondas" (porque não usavam perucas).

Em 1645, liderados por **Oliver Cromwell**, homem pertencente a uma família nobre, mas de poucas posses e rígida formação calvinista, os cabeças redondas derrotaram os cavaleiros na "Batalha de Naseby".

Cromwell

Derrotado, Carlos I refugiou-se na Escócia, onde foi preso e vendido pelo Parlamento escocês ao Parlamento inglês. O rei foi decapitado em 1649, e logo em seguida, a República foi proclamada.

A REPÚBLICA E CROMWELL

A República Inglesa governada por Oliver Cromwell era chamada "*Commonwealth*", palavra que poderia ser traduzida por "comunidade". Ainda em 1649, ele subjugou a Irlanda, onde os católicos tinham apoiado Carlos I e onde havia revoltas buscando livrar o país dos ingleses protestantes. Da mesma forma, teve que controlar e submeter a Escócia, onde o filho de Carlos I, também chamado Carlos, obteve apoio para se opor ao republicano.

Em 1651, Cromwell editou os "**Atos de Navegação**" — instrumentos de consolidação da supremacia britânica nos mares. Por estes atos somente navios ingleses poderiam

realizar o transporte de mercadorias procedentes da Inglaterra ou a ela destinadas.

Os Atos feriam diretamente os interesses da Holanda, até então país com a hegemonia naval. Isso gerou a "Guerra Naval Anglo-Holandesa", em 1652. A vitória da Inglaterra, em 1654, assinalou o declínio da supremacia holandesa e ascensão da marinha inglesa, hegemonia que duraria até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A derrota holandesa exerceu, também, considerável influência na expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654.

Durante a guerra com a Holanda, em 1653, Cromwell dissolveu o Parlamento e com o apoio do exército instaurou uma ditadura, recebendo o título vitalício de "*Lord Protetor*". A partir de então, governou com plenos poderes, até a sua morte, com o respaldo militar e o apoio da burguesia, que renunciou às suas prerrogativas políticas em favor de um governo ditatorial que atendia aos seus interesses econômicos.

Em 1658, com a morte de Cromwell, assumiu seu filho Richard que, sem conseguir as adesões burguesas e do exército, foi facilmente deposto em 1659, pelo Parlamento que seu pai havia dissolvido.

A REVOLUÇÃO GLORIOSA (1688)

O Parlamento inglês, reconvocado em 1660, restaurou a monarquia e ofereceu a coroa a **Carlos II**, refugiado na Holanda. Com poderes limitados, o novo rei aproximou-se de Luís XIV da França, ato que o tornou suspeito perante o Parlamento.

Carlos II.

Em 1679, o Parlamento aprovou a "Lei do Teste", pelo qual os católicos eram excluídos de todos os cargos públicos. Surgiram dois partidos: os "Whigs", contra o rei e pró-Parlamento, e os "Tories", defensores da monarquia absoluta e partidários dos Stuart.

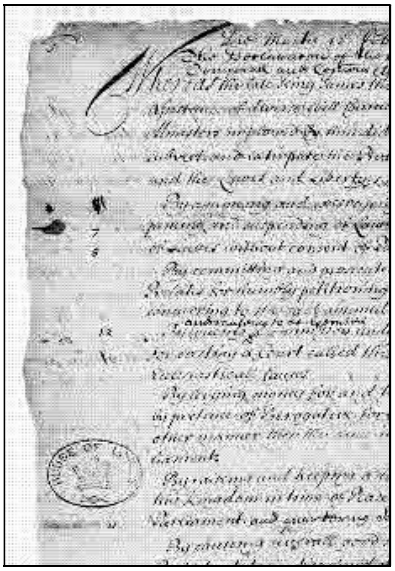
Em 1685, com a morte de Carlos II, subiu ao trono seu irmão **Jaime II**. Católico fervoroso, o novo rei procurou restaurar o Absolutismo e o Catolicismo, despertando violenta oposição do Parlamento. Entretanto, como suas duas filhas eram protestantes, esperava-se que, com sua morte, a Coroa fosse herdada pela sua filha mais velha, casada com **Guilherme de Orange**.

Contudo, em 1688, a segunda esposa de Jaime II, católica como ele, deu-lhe um filho homem. Este, por linha de sucessão, seria o herdeiro direto ao trono e, sendo filho de pais católicos, seria educado como católico, com todas as consequências políticas de tal educação aos setores protestantes da Inglaterra.

A Vitória de Guilherme de Orange.

Esse acontecimento precipitou a Revolução Gloriosa. Jaime II refugiou-se na França e um novo Parlamento proclamou Guilherme de Orange e Maria, rei e rainha, da Inglaterra.

A condição imposta aos novos soberanos foi a aceitação da Declaração dos Direitos de 1689. De acordo com ela, o rei não poderia cancelar as leis parlamentares e, o Parlamento escolheria o herdeiro do trono, após a morte do rei; as reuniões parlamentares e as eleições seriam regulares; o orçamento anual seria votado pelo Parlamento, inspetores controlariam as contas reais; e a manutenção de um exército em tempo de paz foi considerada ilegal. Os católicos, por sua vez, foram afastados da sucessão.



Declaração dos Direitos.

Em 1694, foi criado o Banco da Inglaterra, que formaria, ao lado do Parlamento e do Tesouro, o tripé fundamental ao desenvolvimento do país. Cristalizavam-se assim, as condições para o avanço econômico que resultaria na Revolução Industrial (século XIX). Por um lado, os **cercamentos** beneficiaram a *gentry*, impulsionando a agricultura. De outro, a expansão comercial e marítima garantida pelos Atos de Navegação, atendia aos interesses da burguesia mercantil. O caminho estava aberto à consolidação do capitalismo na Inglaterra.

CRONOLOGIA

- 1603- Morre a última monarca da dinastia Tudor, Elizabeth I, que não teve filhos. O rei Jaime IV da Escócia é convidado

a assumir o trono. Assume como Jaime I, o primeiro rei da dinastia Stuart, na Inglaterra.

- 1605- "Conspiração da Pólvora": um grupo de católicos liderados por Guy Fawkes tenta matar Jaime I e acabar com a Igreja Protestante na Inglaterra. A trama é descoberta e os conspiradores executados.
- 1625- Jaime I morre e seu filho Carlos I sobe ao trono.
- 1629- Carlos I dissolve o Parlamento depois de divergências sobre o direito de aumentar os impostos.
- 1639-40- Carlos I tenta interferir nas práticas religiosas da Escócia. Um exército escocês invade a Inglaterra e derrota as forças inglesas. O Parlamento é convocado, mas as tensões entre ele e o rei só aumentam.
- 1642- Eclode a guerra entre o rei e o Parlamento (1ª Guerra Civil Inglesa).
- 1644- A guerra vira em favor dos parlamentaristas: um exército liderado por Cromwell derrota os monarquistas em Marston Moor, no norte da Inglaterra.
- 1646- A 1ª Guerra Civil Inglesa termina com a derrota dos monarquistas.
- 1648- Começa a 2ª Guerra Civil Inglesa. Os monarquistas são novamente derrotados, e Carlos I é preso.
- 1649- Carlos I é executado. A Inglaterra torna-se uma "Commowealth".
- 1651- Carlos II, filho de Carlos I, invade a Inglaterra com um exército escocês e é derrotado por Cromwell.
- 1653- Cromwell assume o título de "Lord Protetor", depois de disputas entre o Exército e o Parlamento.
- 1658- Cromwell morre, seu filho Richard assume como Lord Protetor, mas só dura um ano no cargo.
- 1660- Restauração: Carlos II é convidado pelo Parlamento a se tornar rei da Inglaterra.
- 1664-65- A Peste Negra varre a Inglaterra.
- 1666- No grande incêndio de Londres, boa parte da capital é destruída.
- 1685- Carlos II morre, e seu irmão, Jaime II, assume o trono.
- 1688- Revolução Gloriosa: Jaime II é deposto pelo Parlamento, marcando a vitória final da disputa deste com a monarquia pela autoridade da Inglaterra.
- 1689- A filha de Jaime II, a protestante Maria, e seu marido holandês, Guilherme de Orange, são convidados a assumir o trono.

FILMOGRAFIA

- *Cromwell* - A revolução puritana, na Inglaterra do século XVII, revista em uma extraordinária obra.

EXERCÍCIOS

1. (UNIFOR) Analise os textos abaixo.

I. "...ela foi um compromisso entre a burguesia (...) e os grandes proprietários rurais. As massas não tomaram parte na sua execução..."

II. "ela levou ao poder os aliados burgueses e latifundiários. As terras da Coroa e da Igreja foram apropriadas pelas duas classes aliadas. Esta nova aristocracia promoveu uma legislação para garantir o desenvolvimento do comércio, a expansão da agricultura moderna e a ampliação da oferta de mão-de-obra para as manufaturas e indústrias..."

III. "O poder do rei foi limitado pelo poder do Parlamento. A burguesia, aliada dos proprietários rurais, passou a exercer diretamente o poder político através do Parlamento".

Eles identificam

a) as consequências da Revolução Francesa.
b) os resultados da Revolução Americana.
c) a importância da Revolução Industrial.
d) os fatores da Revolução Comercial.
e) o significado da Revolução Gloriosa.

2. (PUC – MG) Vários são os modelos de Revolução Burguesa, que ocorreram na Europa entre os séculos XVII e XIX, no entanto, elas têm como ponto comum:

a) a total ruptura dos padrões do Antigo Regime.
b) a intensa participação das camadas populares.
c) a instalação do regime republicano parlamentar.
d) o fim dos regimes monárquicos absolutistas.
e) o reconhecimento da igualdade social e civil.

3. (PUC – MG) A Revolução Inglesa do século XVII insere-se no quadro das revoluções burguesas, porque:

a) submete a nobreza rural ao domínio burguês.
b) libera as corporações de ofício do controle estatal.
c) inaugura a expansão colonial da Inglaterra.
d) reconhece os direitos civis dos homens.
e) rompe os obstáculos à expansão do capitalismo.

4. (PUC – RJ) Leia o testemunho de Baxter, puritano inglês:

"Uma grande parte dos cavaleiros e gentil-homens de Inglaterra (...) aderira ao rei [Carlos I, 1625-1649]. (...) Do lado do Parlamento estavam uma pequena parte da pequena nobreza de muitos dos condados e a maior parte dos comerciantes e proprietários, especialmente nas corporações e condados dependentes do fabrico de tecidos e de manufaturas desse tipo. (...) Os proprietários e comerciantes são a força da religião e do civismo no país; e os gentil-homens, os pedintes e os arrendatários servis são a força da iniquidade." (Adaptado de: Christopher Hill. A Revolução Inglesa de 1640.)

O testemunho acima ilustra, em parte, as polarizações sociais e políticas que caracterizaram a Revolução Puritana, na Inglaterra, entre 1642 e 1649.

Dentre as afirmativas abaixo, assinale a única que NÃO apresenta de modo correto uma característica dessa revolução:

a) Dela resultou o enfraquecimento do poder do soberano, contribuindo para a afirmação das prerrogativas e interesses dos grupos que apoiavam o fortalecimento das atribuições do Parlamento.
b) Ela inseriu-se no conjunto de conflitos civis europeus, da primeira metade do século XVII, marcadamente caracterizados pela superposição entre identidade política e identidade religiosa.
c) Ela ocasionou uma sangrenta guerra civil, estimuladora, entre outros aspectos, da proliferação de seitas não-conformistas, profundamente condenadas e reprimidas pelos puritanos mais moderados.
d) Ela estimulou a crescente aplicação de concepções liberais, defendidas em especial pelos comerciantes, particularmente no que se referia às relações mercantis com os colonos da América.
e) Ela representou um dos primeiros grandes abalos nas práticas do absolutismo monárquico na Europa, simbolizado não só pelo julgamento, mas, principalmente, pela decapitação do monarca Carlos I.

5 (FGV-SP - adaptada) A Revolução Gloriosa de 1688-1689 ocorrida na Inglaterra adquiriu importância histórica internacional porque:
a) foi apoiada pelas demais dinastias da época interessadas na sucessão.
b) a facção derrotada resolveu emigrar indo colonizar os EUA.
c) assinalou a passagem da Inglaterra ao absolutismo.
d) assinalou o início da predominância do poder do Parlamento sobre o poder do rei.
e) assinalou a queda da primeira monarquia nacional estabelecida derrotada pela democracia.

6 (FURRN) Nas alternativas abaixo, destaque um fato marcante da República Puritana (século XVII) na Inglaterra.
a) Implantação do anglicanismo.
b) Início da Guerra dos Sete Anos.
c) Decadência da dinastia Tudor.
d) Instauração da democracia plena.
e) Assinatura do Ato de Navegação.

7 (PUCC-SP) Guilherme de Orange foi proclamado rei depois de ter assinado a Declaração de Direitos, imposta pelo Parlamento, a qual determinava limitações ao poder real. Dentre as limitações, destacavam-se a:
a) obrigação de indicar nobres para as forças armadas e elementos do clero para dirigir as universidades.
b) negação do anglicanismo como religião oficial da Inglaterra e a tolerância a todos os cultos.
c) exigência de o Parlamento ser composto por dois terços de puritanos e a concordância em apoiar militarmente o combate às heresias.
d) obrigação de convocar o Parlamento periodicamente e a proibição de criar novos impostos.
e) pacificação interna da Inglaterra e o respeito à supremacia papal.

8 (FGV-SP) As designações tories e whigs se referem a que par de grupos sociais opostos na Inglaterra?
a) católicos - anglicanos.
b) conservadores - liberais.
c) jacobinos - girondinos.
d) nacionalistas - internacionalistas.
e) industriais - agricultores.

9 (FGV-SP) O termo Revolução Gloriosa refere-se à:
a) vitória da casa de Lancaster contra a casa de York.
b) colocação de Guilherme de Orange no trono da Inglaterra.
c) revolução vitoriosa de Jaime II contra a burguesia londrina.
d) insurreição aristocrática contra o governo autocrático de Jaime II.
e) ocupação do Parlamento pelas tropas de Cromwell.

PARTE II: O ILUMINISMO E O SÉCULO DAS LUZES (XVIII) -

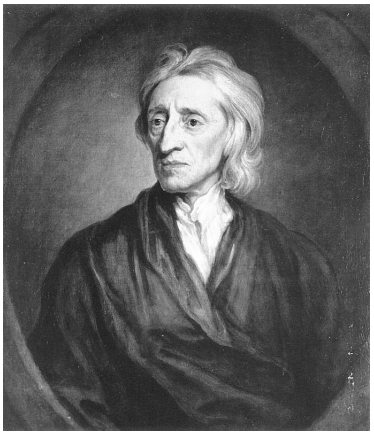
Nos séculos XVII e XVIII, período áureo do Estado Absolutista, o crescimento e o desenvolvimento da burguesia esbarraram nos entraves remanescentes do mundo feudal. As teorias políticas de Maquiavel e Bossuet justificavam um Estado que cada vez mais ia contra as ideias capitalistas — era o Antigo Regime. Vários intelectuais passaram a criticá-lo anunciando um novo mundo, um novo Estado, novas instituições, novos valores, condizentes com os progressos econômicos, científicos e culturais em andamento.

O Movimento que arquitetou as ideias que derrubaram o Antigo Regime — e deu eclosão à Revolução Industrial, à Independência dos Estados Unidos e, posteriormente à Revolução Francesa — é designado **Iluminismo**. Teve em **René Descartes** (1596-1650) e **Isaac Newton** (1642-1727) seus precursores. Descartes defendeu a "universalidade da Razão" como o único caminho para o conhecimento; Newton, com o "princípio da gravidade universal", contribuiu para reforçar o pensamento de que o Universo é governado por leis físicas e não submetido a interferências de cunho divino.

A volta da crença na capacidade racional humana e a necessidade de superação dos entraves tradicionais, incentivaram oposição à velha Ordem. O anseio por liberdade e pelo rompimento com o Antigo Regime fez dos grandes pensadores desse período os responsáveis pelo "Século das Luzes" (XVIII).

FILÓSOFOS DO ILUMINISMO

John Locke (1632-1704) foi um dos principais representantes da revolução ideológica iluminista e teve como principal obra o *Segundo Tratado do Governo Civil*. Segundo o autor, os governos teriam por finalidade respeitar os **direitos naturais** e, caso não o fizessem, caberia à sociedade civil o direito de rebelião contra o governo tirânico. Em síntese, demolia-se o Estado Absolutista, intocável, acima da sociedade civil, como defenderam Maquiavel, Bossuet e Hobbes.



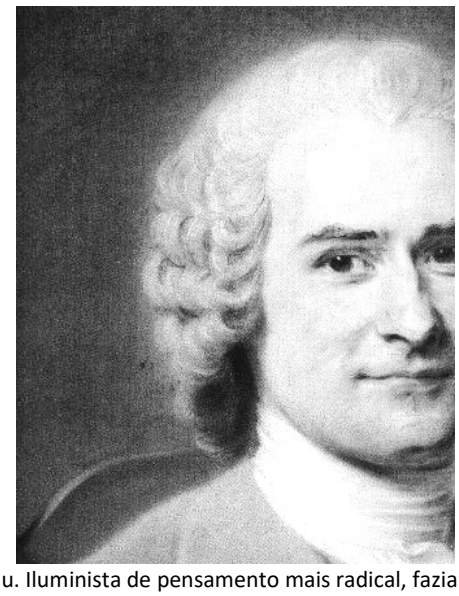
John Locke, defensor da ideia e que a legitimidade do governo depende de sua defesa dos direitos naturais o cidadão

Barão de Montesquieu (1689-1755) foi o autor da célebre obra *O Espírito das Leis*, na qual sistematizou a **teoria da divisão de poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário**. Para ele, não cabia ao Estado realizar os planos divinos, mas garantir aos cidadãos a liberdade por meio de uma divisão equilibrada dos poderes.

Montesquieu. Em sua crítica ao absolutismo, criou a teoria os três poderes, que estaria presente nas principais manifestações do Iluminismo.

Voltaire (1694-1778) defendeu uma monarquia esclarecida, isto é, um governo baseado nas ideias dos filósofos. Apesar de criticar as atitudes da Igreja Católica, era deísta: acreditava na presença de Deus na natureza e no homem, bastando a Razão para encontrá-lo.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) integrava o grupo que criticava o governo absolutista: "A tranquilidade também pode ser encontrada na masmorra, mas isto é suficiente para que seja agradável o lugar em que se vive? Renunciar à liberdade é renunciar a ser homem".



Rousseau. Iluminista de pensamento mais radical, fazia críticas à propriedade privada e defendia que apenas a vontade geral poderia legitimar as ações dos governantes.

Entretanto, Rousseau constituía uma exceção entre os iluministas, na medida em que censurava a burguesia e a propriedade privada, esta, que segundo ele, era a raiz a infelicidade humana. A sociedade ideal para o autor é aquela em que a sociedade pode se expressar sempre

mediante o voto. Afirmava que "(...) a única esperança de garantir os direitos de cada um é então organizar uma sociedade civil e ceder todos os direitos à comunidade. (...) o que a maioria decide é sempre justo no sentido político e torna-se absolutamente obrigatório para cada um dos cidadãos".

A teoria de Rousseau teve grande sucesso entre as camadas populares e a pequena burguesia, pois atendia à expectativa de um Estado democrático. Mais tarde, durante a Revolução Francesa, ela serviria de bandeira aos movimentos populares mais radicais.

A ECONOMIA DO ILUMINISMO

Defendendo o fim do mercantilismo, da tutela do Estado sobre a Economia, surgiu a **Fisiocracia** ("phisos" = "natureza"; "kratos" = "poder"), que propunha que a economia funcionasse por si mesma, segundo suas próprias leis. Para os fisiocratas a terra era a fonte de toda a riqueza, e a indústria e o comércio apenas faziam circular a riqueza natural.

Adam Smith (1723-1790) preocupou-se em sistematizar a análise econômica com a demonstração e a elaboração de leis, fundando, assim, a Economia Moderna, a economia como ciência. Smith, assim como os fisiocratas, condenava o Mercantilismo. Alegava que, com a concorrência, a divisão do trabalho, o **livre comércio**, se alcançariam a harmonia e a justiça social. O funcionamento dessa estrutura se daria por uma "**mão-invisível**" que regularia a economia. Esta era a única divergência entre Adam Smith e os fisiocratas, pois para ele, a única fonte de riqueza era o trabalho, e não a terra como acreditavam os fisiocratas. Suas propostas ficariam conhecidas como **Liberalismo Econômico**.

Adam Smith, principal expoente do liberalismo econômico do Iluminismo, autor da teoria da "mão-invisível".

DESPOTISMO ESCLARECIDO

A partir da Segunda metade do século XVIII, alguns soberanos absolutistas ou seus ministros, baseados em princípios iluministas, particularmente os de Voltaire, empreenderam uma política de reformas, visando à modernização nacional. Essa política, conhecida como **Despotismo Esclarecido**, tinha como objetivo racionalizar a administração, a taxa de impostos e incentivar a educação.

À medida que o Estado absolutista tentou se conciliar com o Iluminismo, cujas ideias em sua essência eram anti-absolutistas, evidenciou-se uma contradição. Particularmente nos Estados em que substituíam fortes traços feudais, como a Rússia e a Prússia, os déspotas esclarecidos, por causa das pressões da nobreza, acabaram por anularem muitas das medidas reformistas.

Os principais déspotas esclarecidos foram: **José II** (1780-1790), da Áustria; **Catarina II** (1762-1796), da Rússia; **Frederico II** (1712-1786), da Prússia; **Marquês de Pombal** (1699-1782) e **José I** (1750-1777), ambos de Portugal; e, o **Conde de Aranda** (1718-1799), ministro de Carlos III (1716-1788), da Espanha.

EXERCÍCIOS

1. (FEI – SP) As ideias iluministas que tinham por base o culto da razão e a crença nas leis naturais:
a) eram favoráveis a uma organização estamental da sociedade.
b) propiciavam um embasamento teórico ao sistema monárquico, em qualquer uma de suas modalidades (constitucional, parlamentar ou absolutista).
c) eram contrárias à libertação das colônias na América.
d) propunham uma economia política liberal.
e) favoreciam aos princípios mercantilistas.

2. (UFSCar-SP) Considere as proposições abaixo e assinale as que incluem entre as ideias políticas e sociais defendidas pelos escritores iluministas do século XVIII.
I — A razão é o único guia infalível da sabedoria e o único critério para julgamento do bem e do mal.
II — A prosperidade de um país está condicionada à acumulação de metais preciosos, ouro e prata.
III — O poder político vem de Deus, que é a fonte única de toda autoridade.
IV — O homem é naturalmente bom e a educação aperfeiçoa suas qualidades inatas.
V — O poder político emana do povo, que deve ter o direito de escolher os seus governantes.
a) I, II e IV.
b) I, III e V.
c) II, III e IV.
d) II, III e V.
e) I, IV e V.

3 (Cesgranrio-RJ) Os déspotas esclarecidos procuravam modificar os métodos e objetivos da ação do Estado. Em geral, apresentavam-se apenas como "os primeiros servidores do próprio Estado".
Entre as manifestações de despotismo esclarecido, pode-se incluir:
a) adoção de uma fraseologia dos filósofos do Iluminismo para a modernização de seus respectivos Estados.
b) seu sucesso em países onde a burguesia era muito forte e atuante.
c) durabilidade e coerência de suas reformas, implantadas nos países da Europa ocidental.
d) adaptação de princípios novos a Estados de condições socioeconômicas e políticas bastante avançadas.
e) destruição da religião revelada e da autoridade da Igreja, através de precoces ideias do materialismo histórico.

4 (FGV) 'O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles (...) A ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina da natureza: funda-se, portanto, em convenções.' J. J. Rousseau, Do Contrato Social, in Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 22.
A respeito da citação de Rousseau, é correto afirmar:
a) Aproxima-se do pensamento absolutista, que atribuía aos reis o direito divino de manter a ordem social.
b) Filia-se ao pensamento cristão, por atribuir a todos os homens uma condição de submissão semelhante à escravatura.
c) Filia-se ao pensamento abolicionista, por denunciar a escravidão praticada na América, ao longo do século XIX.
d) Aproxima-se do pensamento anarquista, que estabelece que o Estado deve ser abolido, e a sociedade, governada por autogestão.
e) Aproxima-se do pensamento iluminista, ao conceber a ordem social como um direito sagrado, que deve garantir a liberdade e a autonomia dos homens.

5 (Unicamp-SP) Para os pensadores do século XVII, precursores do Iluminismo, a busca do conhecimento deveria ser guiada pela razão.
a) Aponte três características do pensamento científico do século XVII.
b) Cite dois precursores do iluminismo

6 (Unicamp-SP) O pensamento iluminista do século XVIII tem na Enciclopédia sua máxima expressão. Dirigida por Diderot e d' Alembert, é uma obra de 35 volumes, editada entre 1751 e 1780, que reúne a totalidade dos conhecimentos da época. Por usarem os princípios da razão para questionar os fundamentos da sociedade em que viviam, os enciclopedistas foram considerados defensores de um pensamento revolucionário.

Qual a característica principal do pensamento das Luzes?
O que significa afirmar que esses pensadores usavam em suas críticas sociais os princípios da razão?
Contra quais valores da época se dirigiam as críticas dos pensadores iluministas?

7 (Fuvest-SP) 'Seria mais correto chamarmos o Iluminismo de ideologia revolucionária ... Pois o Iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa.' Eric J. Hobsbawm. A era das revoluções, 1789-1848.
Descreva a ordem política e social que o Iluminismo criticava e pretendia destruir.

8 (Fuvest) – Entre as propostas formuladas no século XVIII, por Montesquieu, em sua obra Espírito das Leis, podemos citar:
a) separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário
b) sufrágio universal
c) parlamento bicameral inteiramente de base eletiva
d) responsabilidade ministerial ante o parlamento
e) formação do pensamento clássico liberal.

9 (UFMG) – A aplicação do liberalismo envolve:
a)liberdade social, igualdade econômica e propriedade privada.
b) liberdade civil, desigualdade econômica e propriedade privada.
c) liberdade política, igualdade econômica e propriedade privada.
d)liberdade política, desigualdade social e propriedade coletiva.
e) liberdade econômica, igualdade social e propriedade privada.

10 (UNESP-SP) A fisiocracia, isto é, a onipotência da natureza constitui-se numa doutrina econômica ligada à fase histórica chamada:
a) renascimento do comércio.
b) constituição do feudalismo.
c) Segunda Revolução Industrial.
d) formação da cidade-Estado.
e) formação do pensamento clássico liberal

11 (FGV-SP) A filosofia iluminista erigiu-se sobre certo número de conceitos fundamentais. Das afirmações seguintes, indique a única que claramente não faz parte daquela corrente.
a) A razão é o único guia infalível da sabedoria.
b) Somente através da visão metafísica do mundo, da dedicação aos ideais do Estado e do contínuo aperfeiçoamento da alma é que o ser humano pode chegar à verdade absoluta.
c) O Universo é uma máquina governada por leis inflexíveis que o homem não pode destruir.
d) A melhor estrutura de sociedade é a mais simples e natural. A vida do "bom selvagem" é preferível à do homem civilizado com suas convenções obsoletas.
e) Nada há que possa ser considerado como pecado original. O homem não é inatamente depravado, mas levado a atos de crueldade e de baixeza por lideranças intrigantes e belicosas.

12 (UFMG) "O poder supremo é o legislativo. O essencial é fazer leis. O poder executivo e o poder legislativo não devem reunir-se nas mesmas mãos. O poder legislativo, no entanto, supera o executivo. Ele é a alma que dá forma, vida e unidade ao Estado."
As ideias contidas no texto acima foram defendidas por:
a) John Locke e Hobbes.
b) Montesquieu e John Locke.
c) Montesquieu e Descartes.
d) Voltaire e Descartes.
e) Hobbes e D'Alembert.

13 (UFGO) Instruções: a seguir, encontram-se duas afirmativas ligadas pela palavra porque. Assinale:
a) se a primeira for verdadeira e a segunda falsa.
b) se ambas forem verdadeiras e a segunda for causa da primeira.
c) se ambas forem verdadeiras, mas a segunda não for causa da primeira.
d) se a primeira for falsa e a segunda verdadeira.
e) se ambas forem falsas.
O movimento intelectual conhecido por Iluminismo foi importante para os movimentos revolucionários dos séculos XVIII e XIX.
porque
O Iluminismo foi um movimento que se identificou com a ideologia dos burgueses em busca do poder.

14 (Vunesp-SP) Adam Smith, autor de A riqueza das nações (1776), referindo-se à produção e à aquisição de riquezas, observou:
'Não é com o ouro ou a prata, mas com o trabalho, que toda a riqueza do mundo foi provida na origem, e seu valor para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é precisamente igual à quantidade de trabalho que permite alguém adquirir ou dominar.'
Os pontos de vista de Adam Smith opõem-se às concepções:
a) mercantilistas, que foram aplicadas pelos diversos estados absolutistas europeus.
b) monetaristas, que acompanharam historicamente as economias globalizadas.
c) socialistas, que criticaram a submissão dos trabalhadores aos donos do capital.
d) industrialistas, que consideraram as máquinas o fator de criação de riquezas.
e) liberais, que minimizaram a importância da mão-de-obra na produção de bens.

PARTE III: A COLONIZAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA DOS EUA

A Inglaterra, a França e a Holanda retardaram suas participações no processo expansionista europeu. Durante o século XVI, Portugal e Espanha assumiram o controle do Novo Mundo. A esses povos conquistadores não restou alternativa a não ser o ataque aos domínios de portugueses e espanhóis, pois não podemos esquecer que o Tratado de Tordesilhas dividia todo o território americano apenas entre Portugal e Espanha. Pelo fato da América ser muito extensa, tornou-se impossível aos ibéricos colonizarem e até mesmo impedirem que outros países invadissem algumas áreas do Novo Mundo.

A COLONIZAÇÃO INGLESA

Nos anos de 1584, 1585 e 1587 foram organizadas três expedições pelo governo real da Inglaterra, cuja finalidade era a colonização de uma porção do Novo Mundo. O primeiro estabelecimento colonial inglês na América foi a colônia de Virgínia, no litoral atlântico do atual Estados Unidos, que resultou em fracasso por causa dos insistentes ataques indígenas. A partir de 1607, iniciou-se de forma definitiva e duradoura a colonização, porque houve a consolidação da atividade colonial inglesa, a criação de companhias de comércio e havia a existência de um excedente populacional disposto a emigrar à América, por causa de conflitos políticos-religiosos (que estimulariam a emigração de puritanos e quakers).

Desde cedo, a colonização da faixa atlântica dos Estados Unidos apresentou diferenças essenciais, no norte e no centro desenvolveu-se a colonização do tipo "povoamento", enquanto no Sul, a colonização foi do tipo "exploração":

NORTE - COLÔNIAS DE POVOAMENTO

- New Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova Jersey, Delaware, Nova Iorque e Pensilvânia
- Economia autônoma, mercantil e manufatureira, não dependente da metrópole
- Conhecida como Nova Inglaterra: devido ao clima e as condições naturais semelhantes às da Europa.
- Colonizadores puritanos (que eram chamados de "peregrinos")
- Pequena e média propriedade agrícola: o trabalhador era geralmente o próprio colono
- Diversificação da produção: agricultura, comércio, manufaturas e construção naval
- Relações comerciais com as Antilhas, África e até com a Europa: comércios triangulares
- Relativa autonomia econômica e política

SUL - COLÔNIAS DE EXPLORAÇÃO

- Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia
- Virgínia: primeira colônia inglesa fundada na América
- Economia agrícola: tabaco, índigo (anil), arroz e algodão
- Produção para o mercado externo
- *Plantation*: monocultura voltada para exportação, grandes propriedades, mão-de-obra escrava

A ADMINISTRAÇÃO INGLESA

Milhares de colonos britânicos mudaram-se para a América Inglesa, pois traziam a esperança de encontrarem liberdade e enriquecerem. Como para a Coroa inglesa essa emigração era positiva, pois acalmava as tensões religiosas internas existentes entre anglicanos e puritanos, inicialmente não foram tomadas medidas muito rígidas de controle à colonização. Por isso, os assentamentos do norte (colônias do norte) e do centro (colônias do centro) dos EUA prosperaram incrivelmente, adotando contornos de auto-suficiência e de independência em relação à metrópole. Apenas no sul, em virtude das condições extremamente favoráveis, a Inglaterra impôs regras típicas coloniais. Lá, foram instaladas grandes fazendas monocultoras, produtoras de gêneros tropicais (algodão, tabaco, arroz etc.), baseadas na mão-de-obra escrava.

O norte e o centro, por sua vez, locais onde a Coroa inglesa não achou artigos de valor comercial, logo se expandiram, baseando seu desenvolvimento autônomo numa agricultura modesta (feita em pequenas propriedades), mas eficiente e diversificada nas atividades extrativistas e manufatureiras assalariadas. Não demorou muito para que essas colônias produzissem excedentes, fato que possibilitou o desenvolvimento de um mercado interno e relações comerciais plenas entre os membros das comunidades. Uma abastada burguesia local então emergiu, interessada em expandir cada vez mais suas atividades, inclusive no mercado externo. Nesse momento, porém, os mecanismos do pacto colonial passariam a emperrar o crescimento burguês. Assim, movimentos inconfidentes começaram a articular suas atuações, que em seguida mostrariam seus efeitos. No plano econômico, cabia à metrópole o monopólio comercial, a criação de moedas e leis que afetassem a indústria e a navegação.

A INDEPENDÊNCIA DOS EUA (1776)

A Inglaterra, mãe do liberalismo político, acabou alvo de suas próprias ideias, pois foi em suas treze colônias da América (as do norte) que ocorreu o primeiro clamor pelos princípios da liberdade, igualdade e prosperidade, lançando a fagulha do liberalismo que acendeu a fogueira das rebeliões coloniais.

A conturbada situação política e religiosa na Inglaterra neste período, marcada por violentas perseguições, provocaram a fuga de dissidentes puritanos, que buscavam na América uma nova atmosfera, longe das sistemáticas perseguições. Eles vinham com a finalidade de fixar-se na terra para morar, sem o espírito aventureiro de "fazer a colônia" isto é, enriquecer e voltar para a Europa.

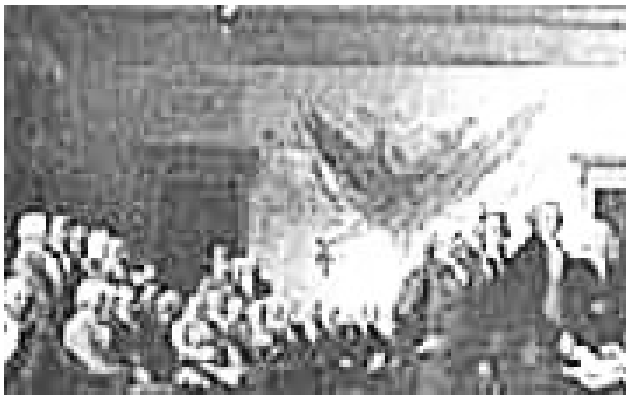
Um dos mais importantes motivos que conduziram à independência das treze colônias inglesas na América foi denominada "**Guerra dos Sete Anos**" (1756–1763). Iniciada em 1756, foi um conflito travado entre a Grã-Bretanha e a França pelo domínio dos mares, das colônias norte-americanas não-espanholas e da Índia. Em 1763, a Grã-Bretanha impôs sua hegemonia sobre estes territórios. Este

conflito permitiu que a Inglaterra deixasse suas colônias americanas por conta de seus próprios colonos, para poder se dedicar completamente ao conflito com a nação francesa. A partir do momento em que os colonos se autogovernavam sem a fiscalização da metrópole inglesa, experimentaram uma sensação de auto-suficiência em relação à metrópole. Isso fez com que, pela primeira vez, as treze colônias se unissem em torno de um ideal comum.

A Inglaterra sai vitoriosa na Guerra dos Sete Anos, mas entra em crise econômica, pois, como não podemos esquecer, toda guerra exige um grande investimento. Para recuperar sua economia que havia entrado em crise por causa de guerra, os ingleses adotaram uma nova política administrativa sobre suas colônias, caracterizada pelo aumento dos impostos. Em outras palavras, a metrópole inglesa queria que os colonos americanos pagassem a conta da guerra. Dentre as tarifas cobradas, podemos destacar:

- **Lei do Açúcar (Sugar Act), 1764** — estabelecia que altos impostos seriam cobrados sobre todo açúcar que não fosse comprado nas Antilhas Inglesas. Os infratores seriam considerados contrabandistas;
- **Lei do Selo (Stamp Act), 1765** — imposto cobrado sobre documentos, livros e jornais publicados na colônia. A reação dos colonos foi imediata: eles decidiram não pagar nenhum imposto até que representantes da América Inglesa fossem aceitos no Parlamento Inglês. Esta lei foi revogada em 1766;
- **Atos Townshend, 1767** — tributação sobre vidro, papel e chá. Uma manifestação de protesto foi organizada pelos colonos no porto de Boston, acabando em tumulto entre os colonos e as tropas inglesas. Esse acontecimento ficaria conhecido como o "Massacre de Boston";
- **Lei do Chá (Tea Act), 1773** — a Companhia das Índias Orientais, de Londres, passava a deter o monopólio do comércio do chá, objetivando prejudicar os holandeses e excluir os colonos desse lucrativo comércio. A reação desses últimos foi a organização da "**Festa do Chá de Boston**" (Boston Tea Party), onde colonos disfarçados de índios jogaram ao mar um carregamento de chá no porto de Boston;
- **Leis Intoleráveis, 1774** — em virtude da rebeldia dos colonos norte-americanos, a metrópole inglesa decide pelo fechamento do porto de Boston e a ocupação militar de Massachusetts (que tinha como finalidade a diminuição da autonomia da colônia).

Em **1774**, os colonos norte-americanos convocam uma reunião, o **1º Congresso da Filadélfia**, para discutir sobre todos os problemas que administração inglesa causava a eles. Nesta reunião, organizaram um boicote comercial em relação aos produtos ingleses e uma petição solicitando a revogação das Leis Intoleráveis. A Inglaterra não respondeu a petição, o que fez com que em 1775, os colonos organizassem o 2º Congresso da Filadélfia.

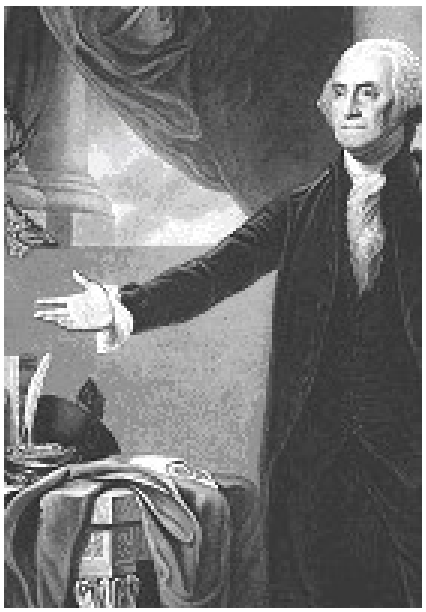


Declaração de Independência (1776)

Quando tropas inglesas atacam as regiões norte-americanas de Lexington e Concord é que temos o início do movimento de ruptura da dominação colonial. Em **04 de julho de 1776, Thomas Jefferson faz a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América** baseada em princípios iluministas e liberais, tais como: "Todos os homens são criados iguais; receberam de seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade". Benjamin Franklin vai, então, à Paris buscar o apoio militar dos franceses.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA (1776 – 1783)

George Washington, que era o comandante das tropas norte-americanas na Guerra de Independência, amargou derrotas em várias batalhas. As coisas só mudaram depois da vitória de Saratoga (1777), na medida em que os colonos tiveram os importantíssimos apoios da França, por causa da Guerra dos Sete Anos, e da Holanda, por causa da rivalidade comercial com os ingleses e da Espanha. É necessário reforçar que o apoio que esses países deram aos colonos norte-americanos foi vital para o sucesso e surgimento dos EUA. Sem essa ajuda, tudo leva a crer que os EUA não conseguiriam sua independência em 1776. Em 1783, a Inglaterra reconhece a independência das Treze Colônias.



George Washington, redator da Constituição e primeiro presidente dos EUA.

A **Constituição dos EUA é promulgada em 1788**, portando princípios iluministas e representando um compromisso entre a tendência republicana, defensora da autonomia política para os estados, e a federalista, que defende um poder central forte. Adota, por fim, a República federativa presidencialista como forma de governo, com a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário e o estabelecimento de direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, de imprensa e de crença religiosa.

EXERCÍCIOS

1. (FATEC/2002) — A bordo do navio "Mayflower", em 1620, um grupo de puritanos chegou ao cabo Cod, no atual Estado de Massachusetts, no nordeste dos EUA, em busca de liberdade religiosa. Os puritanos:
a) eram indivíduos desgarrados, aventureiros que buscavam riquezas.
b) eram pessoas que, embora indesejáveis na Inglaterra, pretendiam enriquecer e para lá voltar.
c) tinham o sonho de construir uma nova pátria, onde houvesse liberdade de culto.
d) eram indivíduos desgarrados, que por serem anglicanos tiveram que abandonar seu país de origem.
e) objetivavam unicamente ter uma nova pátria, que lhes desse muito lucro, apesar de serem protestantes perseguidos.

2. (VUNESP/2001) — No decorrer dos séculos XVI e XVII, as lutas religiosas na Europa provocaram a separação entre os cristãos, tendo como consequências muitos conflitos políticos e sociais. Está associada a esse movimento religioso:
a) a colonização de parte do território do que são, atualmente, os Estados Unidos.
b) a independência das colônias americanas.
c) a instalação da Inquisição nas colônias espanholas.
d) a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas.
e) a ação dos missionários contra a escravidão indígena.

3. (VUNESP/2002) — Na Idade Moderna, o processo de colonização europeia das regiões do continente americano não foi uniforme. Pode-se distingui-las em áreas de:
a) colônia de povoamento, ocupada por contingentes de escravos africanos, e de colônia de exploração indígena.
b) colônia de exploração, baseada na escravidão e na grande propriedade agrícola, e colônia de povoamento.
c) produção e de exportação de mercadorias manufaturadas e de importação de matérias-primas europeias.
d) domínios políticos, com a submissão da população local e de domínios econômicos, sendo garantida a liberdade indígena.
e) exploração econômica de recursos naturais e de catequese das populações nativas por missionários cristãos.

4 (UFU·MG) Sobre o processo de independência das Treze Colônias inglesas da América do Norte, todas as alternativas estão corretas, exceto:
a) O movimento de independência não contou com a pressão das classes populares nem dos pequenos proprietários. Foi conduzido essencialmente pelos grandes proprietários do Sul.
b) Através de panfletos, muitos elementos das classes populares faziam a propaganda revolucionária para a luta de libertação das Treze Colônias.
c) As concepções de John Locke serviram de base para o material ideológico utilizado na propaganda revolucionária da América do Norte.
d) A França participou da guerra ao lado dos norte-americanos, fornecendo homens, armas, dinheiro e navios. Sua participação foi decisiva para a vitória norte-americana sobre os ingleses.
e) A filosofia política da Declaração da Independência, aprovada no Segundo Congresso da Filadélfia, é baseada na ideia da soberania.

5 (Fabrai-MG) A luta desenvolvida pelas Treze Colônias Americanas contra a Inglaterra, em meados do século XVIII, está vinculada aos fatores abaixo, exceto:
a) revigoramento da política monopolista e fiscalista determinada pelo Parlamento inglês para as áreas coloniais.
b) novas ideias propagadas pelos filósofos iluministas geradoras dos ideais libertários contra a opressão e a tirania.
c) introdução de novas práticas políticas e econômicas advindas do processo da Revolução Industrial.
d) aquisição, pelos colonos, de uma forte consciência política, resultado das lutas vitoriosas contra índios e franceses em seu território.
e) lutas travadas entre a burguesia do Norte e a aristocracia do Sul, na disputa pelo poder político.

6 (Fuvest-SP) Sobre a colonização inglesa na América do Norte:
Estabeleça sua conexão com os desdobramentos da Reforma protestante da Inglaterra.
Explique por que na região Sul se originou uma organização socioeconômica diferente da do Norte.

7 (FUVEST - adaptado) "O puritanismo era uma teoria política quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Por isso, mal tinham desembarcado naquela costa inóspita, ... o primeiro cuidado dos imigrantes (puritanos) foi o de se organizar em sociedade." Aléxis de Tocqueville
A passagem acima diz respeito à tentativa:
a) malograda dos puritanos franceses de fundarem uma colônia no Canadá
b) malograda dos puritanos franceses de fundarem uma nova sociedade no Brasil, que ficou conhecida como França Antártica.
c) bem sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no sul dos Estados Unidos
d) bem sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no norte dos Estados Unidos conhecida como Nova Inglaterra.
e) bem-sucedida dos puritanos ingleses, responsáveis pela criação de todas as colônias inglesas na América.

8 (Unifor – CE adaptado) A Guerra dos Sete Anos, a revolta contra o sistema colonial, o desenvolvimento da burguesia no norte e o ideais do liberalismo com críticas ao pacto colonial são fatores responsáveis, dentre outros, pela:
a) eclosão da Revolução Puritana
b) independência dos Estados Unidos
c) independência das colônias hispano-americanas
d) aliança entre França e colonos norte-americanos contra a Inglaterra
e) derrota dos interesses dos Estados do sul na Constituição dos EUA

9 (Fuvest) Compare os dois sistemas de colonização adotados na América por Espanha e Inglaterra.

RESPOSTA DOS EXERCÍCIOS

HISTÓRIA DO BRASIL

INTRODUÇÃO

América Latina: eterna colônia?

1. D 2. A

UNIDADE I - Mercantilismo e Grandes Navegações Europeias –

1 - Formação das Monarquias Ibéricas e Expansão Marítima

1. C

2. Dentre os fatores que promoveram a primazia portuguesa nos descobrimentos e na expansão marítima, podemos citar: existência de um Estado monárquico precocemente centralizado; associação entre os reis da Casa de Avis, pretendendo ampliar os seu rendimentos; uma burguesia ávida de lucros; situação e paz interna e externa em que Portugal se encontrava; os aperfeiçoamentos das técnicas de navegação caravela (vela latina ou triangular), simbolizados na "escola de Sagres"; posição geográfica privilegiada de Portugal.

3. A 4 D

5 a) Portugal e Espanha. b) porque a bula desconsidera totalmente a cultura – religião e valores – dos povos que vierem a ser descobertos. Bem como a vontade desses povos de se converterem ao catolicismo romano. A 'globalização' no século XV foi um fenômeno europeu. Os outros povos participariam como 'descobertos', ou seja, de forma passiva, recebendo dominação e doutrina. c) Segundo o documento, descobrimento tem a ver com direito. Aquele que descobre, tem automaticamente garantido o direito de converter e explorar o povo descoberto. É contestado justamente pela unilateralidade presente na relação de força. Aquele que descobre tem direitos. Aquele que são descobertos não tem direito algum.

6 a) O motivo foi a busca do caminho marítimo para a Índia e seu riquíssimo mercado de especiarias e outros produtos orientais. As especiarias tinham grande mercado consumidor na Europa. b) Em 1488, Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança e em 1498 Vasco da Gama chegou a Calicute na Índia.

7 B 8 D

UNIDADE II - O Sistema Colonial -

2 - A Montagem da Colonização na América Portuguesa

1. B

2. A primeira instituição implantada na Capitania de São Vicente foi a Câmara Municipal, representante do poder local. De composição elitista, dela faziam parte apenas os "homens bons" (proprietários de escravos e terras), que escolhiam entre eles os vereadores, procuradores e um juiz ordinário, responsável pela presidência da Câmara.

3. Era uma instituição criada por D. Fernando, em 1375, que obrigava a nobreza portuguesa a cultivar suas terras. Posteriormente, com algumas modificações, foi aplicada na colonização das ilhas portuguesas do Atlântico. No Brasil, consistia na concessão de terras pelo donatário a terceiros, desde que estes pudessem satisfazer as exigências reais de posse e utilização. A sesmaria constitui-se num dos elementos que explicam a origem do latifúndio no Brasil.

4. E 5. C 6. A 7. C 8. C 9 A 10 A 11 C 12 C 13 C 14 B

15 Durante a colônia, a escravidão foi a base da economia na plantation. Foi a escravidão que tornou possível a implantação da grande lavoura monocultora exportadora no Brasil.

16 D

17 A pecuária se originou como atividade subsidiária da economia açucareira. O gado era importante para os engenhos de açúcar por fornecer alimento, couro, força de tração no engenho e transporte de produtos. A criação de gado seguiu pelo rio são Francisco, devido a impossibilidade de criar gado em grande escala próximo as lavouras de cana: todas as principais terras eram destinadas a cana. A produção de gado se afastou do litoral e seguiu para o interior pelo curso do rio.

18 D 19A 20 B

3 - Disputas Europeias nos Domínios Portugueses da América

1. A 2. C 3. E

4. Dentre as principais consequências das Invasões holandesas sobre o nordeste açucareiro do Brasil, podemos elencar as seguintes: o declínio o comércio açucareiro para Portugal, pois agora tinha de concorrer com o açúcar holandês, de melhor qualidade e mais barato produzido no Caribe; o início do predomínio político e econômico britânico sobre Portugal e, consequentemente, sobre o Brasil, refletido no Tratado de Methuen (1703); uma intensificação da presença metropolitana lusa na colônia brasileira, com a perda de poder dos donatários e a perda de autonomia das Câmaras Municipais frente o Governo-Geral e a criação Conselho Ultramarino; início da expansão territorial no Brasil devido à necessidade de substituição do açúcar como principal produto de exportação.

5 C 6 D 7 A 8 B 9 B 10 C 11 A

4 - A Expansão Territorial – Mineração, o Apogeu e Crise da Colonização Portuguesa na América

1. C 2. E 3. E 4. B 5. E 6. A 7. D

8. A 9. D 10 B 11 A 12 E 13 B 14 C 15 C 16 B 17 C

5 - As Civilizações Pré-Colombianas e a Invasão Espanhola - A Colonização Espanhola na América

1. B 2.C 3. A 4. C 5. B 6. B 7. E

8. A 9. A 10. C 11. C

UNIDADE III - A Crise Sistema Colonial e as Independências na América

6 - As Revoltas no Brasil - Período Joanino - O Processo de Independência na América Ibérica

1. B 2. C 3. A 4. A 5. C 6. C 7. C

8 a)As principais causas foram a insatisfação de partes da elite contra o sistema tributário pesado de Portugal. Some-se o monopólio comercial nas mãos de um pequeno grupo de portugueses que detinham também os melhores cargos na administração e no Exército. Do ponto de vista popular, além da carga tributária, havia a aspiração por igualdade perante a lei e principalmente a libertação dos escravos.

b) As medidas tomadas foram de caráter liberal: proclamação da República, estabelecimento de um código provisório que previa a igualdade de todos perante a lei e a liberdade de imprensa.

9 D 10 B 11 A 12 C 13 A 14 D 15 D 16 A 17 B 18 C

19 a) Pelo fato de questionarem diretamente a legitimidade do poder absoluto. Emanado diretamente de Deus, o poder absoluto era inquestionável. Os inconfidentes, além de não aceitarem a autoridade do poder real, ainda queria retirar parte de sua propriedade: a Capitania das Minas Gerais. Atacando o Absolutismo e a propriedade real, atacavam também o Pacto Colonial. Tudo isso, no século XVIII, era considerado crime. b) Um castigo que não se destina somente ao criminoso, mas também a todas as outras pessoas. É um castigo que deve ser memorizado e causar temor em todos aqueles que pretendam praticar o mesmo ato.

20 A nossa primeira constituição tem as marcas do Absolutismo de D. Pedro I e algumas reivindicações liberais de nossa elite. A carta lembra o absolutismo quando define a monarquia como hereditária e, principalmente, quando coloca a pessoa do Imperador como sagrada e inviolável, a ponto de não poder ser julgado pelos outros mortais. Se o Imperador é sagrado, isso nos remete ao direito divino dos reis, teoria utilizada pelos absolutistas para justificar seu próprio poder. Mas a carta foi escrita depois da Revolução Francesa. A tonalidade liberal fica por conta da existência mesma da Constituição, exigência dos liberais franceses, e pela possibilidade de um poder legislativo representativo, ou seja, eleito.

21 E 22 A 23 D 24 D 25 E 26 E 27 C

UNIDADE IV - O Império Brasileiro e os Estados Nacionais da América Latina

7 - A Organização do Estado Nacional e Império Brasileiro - Formação dos Estados Nacionais na América Latina)

1. C 2. D 3. B 4. B 5. A 6. A 7. B

8. D 9. A 10. C 11. A 12. E 13 C

14 a) Carta outorgada é aquela que vem de cima para baixo, de forma autoritária. Foi escrita e colocada em vigor pelo poder Executivo, sem a discussão ou participação do Legislativo. b) Poder Executivo (Imperador e ministros), Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senadores, que elaboram as leis), Poder Judiciário (Tribunais que cumprem as leis) e Poder Moderador, a novidade da nossa Carta, exclusiva do Imperador, que tem o poder de ingerência sobre os outros poderes. Ao todo, quatro poderes.

15 Entre outros, existia o descontentamento da elite com a Constituição de 1824, que dava amplos poderes ao Imperador e poucos poderes aos representantes dos fazendeiros e comerciantes. Havia também o descontentamento com a repressão à Confederação do Equador, em 1824, que chocou a elite nacional. Pode-se citar ainda a derrota na Guerra da Cisplatina para os Uruguaios e seus aliados argentinos; a repressão aos liberais, com o assassinato suspeito de Líbero Badaró ou ainda o interesse do Imperador pela questão sucessória em Portugal, que levou a temores de recolonização do Brasil, caso D. Pedro assumisse o trono português.

16 O objetivo da criação da Guarda Nacional foi preservar os interesses da elite durante a Regência. Nesse momento o Exército se dividia em altos oficiais simpáticos ao retorno de D. Pedro ao trono e baixos oficiais simpáticos ao Partido dos Exaltados, que exigia reformas liberais demais para nossa elite. A guarda nacional precavia nossa elite contra o Exército em escala nacional. De quebra dava o controle de uma força armada muito útil para os problemas locais que porventura viessem a incomodar nossa elite.

17 a) Período Regencial. b) O Partido Restaurador defende a monarquia, na figura do herdeiro D. Pedro, ainda uma criança. Desta forma defende a ordem constitucional de 1824, e portanto, o regime Regencial previsto em lei. O Partido Moderado defende a república federativa, em que cada Estado ou unidade da federação teria amplos poderes para governar a si mesma. c) A crítica é que o Partido Moderador quer quebrar a ordem constitucional vigente e instaurar uma República Federativa de poder central fraco e poder local forte, onde cada elite local governaria como uma pequena ditadura. É a visão que o jornal mostra da república federativa.

18 B 19 D 20 D

21 a) Refere-se a Guerra do Paraguai que estava sendo travada entre Brasil e Paraguai. No início da guerra, Uruguai e Argentina estavam aliados do Brasil, mas se retiraram do conflito.

22 B 23 D

24 a) O Brasil era uma monarquia com economia rural, onde predominavam os interesses da elite agrária escravista e dos grandes comerciantes. Os resultados da balança comercial eram negativos, porque o açúcar e o algodão tinham muitos concorrentes internacionais e o café ainda estava em fase de expansão no Vale do Paraíba. Praticamente não havia parque industrial no Brasil e a tentativa de siderúrgica ficou no período joanino e teria que esperar até Getúlio Vargas. As ferrovias esperariam o café aumentar sua musculatura econômica. Não havia uma política nacional de educação, sendo a maioria dos brasileiros analfabeta. A escravidão ainda era a forma predominante de trabalho, principalmente nos setores dinâmicos da agricultura. A economia paraguaia era estável por não depender da Inglaterra e conseguir suprir seu mercado interno com seus próprios produtos industriais. O povo vivia, na média, de forma mais confortável que o povo brasileiro, o que ajudou Solano Lopez a contar com grande apoio. b) À Inglaterra não interessava um país sul-americano que não fosse exportador de matéria prima e importador de produtos industrializados. O exemplo paraguaio de industrialização e independência econômica podia chamar a atenção dos vizinhos. Havia ainda o interesse inglês em se apropriar das fazendas de chá paraguaias e as colocar em função do seu comércio.

25 A 26 B 27 B 28 E

29 A segunda metade do XIX teve a ascensão do café como o marco econômico mais importante. O café trouxe consigo uma nova elite: a cafeeira de São Paulo. Essa nova elite reivindicava o federalismo como forma de poder aplicar, ela mesma, os rendimentos em impostos pagos pelo café e que estavam destinados ao poder central da monarquia no Rio de Janeiro. Da mesma forma o café urbanizou o interior de São Paulo e fortaleceu a classe média, que estava ressentida com a falta de espaço político no Império e acreditou que a descentralização federalista garantiria suas aspirações democratizantes.

30 É possível concordar com a afirmativa pelo fato de que o Império se apoiava na elite escravista. Com a lei Áurea, a elite escravista tradicional deixa de apoiar o Império e apenas aguarda a oportunidade de assumir ela mesma o poder ou nacional, ou pelo menos nos seus estados. É possível discordar pelo fato de a mais vigorosa elite nacional, a cafeeira, já não depender mais do trabalho escravo de forma tão urgente, graças ao incentivo à imigração. Ela já era republicana bem antes da Lei Áurea. Visto por esse ângulo, Império já estava condenado. Foi justamente a elite cafeeira a que mais se beneficiou durante a Primeira República e, como foi dito, não precisou da lei para se tornar republicana.

HISTÓRIA GERAL

Pré-História

1. A 2. B 3. D 4. C 5.C 6. A

A Antiguidade Oriental

1. O calendário, que é fundamental ao desenvolvimento das práticas agrícolas e os cálculos matemáticos, essenciais para a construção de canais, diques e principalmente templos e túmulos.
2. E 3. E 4. A 5. A 6.D
7. B 8. D 9. A
10. Além das técnicas de navegação e dos conhecimentos geográficos, provenientes da exploração das rotas marítimas, os fenícios trouxeram um fator de inegável valor para o progresso da humanidade: o alfabeto fonético de 22 letras, que mais tarde foi adaptado pelos gregos e romanos.
11. C 12. D 13. C 14. C 15. C 16 B 17 C 18 B 19 E 20 D 21 B 22 A

A Antiguidade Clássica Grega

1. Sob o governo de Péricles, líder do partido democrático, Atenas atingiu o seu apogeu; considerado o maior estadista de seu tempo, associou seu nome à época de "ouro" da cultura e da civilização gregas, no século V a.C., ou 'Século de Péricles", estimulando o surgimento de grandes filósofos e escritores críticos como: Sócrates, Aristóteles, Platão, os trágicos, comediantes entre outros. O comando da "Liga de Delos", o controle do mar Egeu e a prosperidade econômica contribuíram ao fortalecimento desse partido, formado pelos ricos comerciantes, armadores e "industriais". Sob essa direção, Atenas desenvolveu uma política democrática e imperialista, sendo que, internamente, conduziu à participação dos cidadãos ao governo ateniense; por outro lado, a política era imperialista, procurando estender seu domínio sobre as demais cidades-estados gregas e ilhas do Egeu, chegando a dominar no ano de 426 a.C, mais de quatrocentas.
2. As duas obras citadas são atribuídas a Homero e descrevem, respectivamente, a guerra travada pelos gregos contra a cidade de Tróia ("Ilíon"). A Ilíada, considerada a primeira obra, retrata o conflito entre gregos e troianos. A segunda, A Odisseia, narra o retorno dos gregos à Grécia, tomando como personagem principal "Odisseu" ("Ulisses"), que tenta durante anos regressar ao seu reino, a ilha de Ítaca.
3. E 4. A 5. B 6. B
7. As mulheres na sociedade ateniense (paternalista) tinham um papel submisso em relação ao homem, e nos períodos da vida cotidiana trabalhavam em casa (tecendo roupas) ou cuidando dos filhos. As mulheres de espartanas tinham uma posição mais independente frente a seus maridos, cuidavam dos serviços domésticos, mas em tempos de guerras, cuidavam da agricultura, ou ainda, partiam para os combates com o inimigo nos casos extremos.
8. C 9. D 10. D 11. E 12 A 13 B 15 D 16 D 17 A

Antiguidade Clássica Romana

1. A 2. A 3. B 4. D 5. D 6. E 7. E 8 b 9 A 10 B 11 D 12 A 13 C 14 E 15 B 16 A 17 B 18 C
19 a) Otávio é o primeiro imperador romano, então o período descrito é a transição da República para o Império ou o Império propriamente dito. b) O Estado romano durante o Império manteve uma série de instituições republicanas, adaptadas à nova ordem. O texto mostra que o Senado é mantido, mas o imperador assume o título de Príncipe do Senado e acumula seus principais cargos. O apoio do exército e, portanto, do povo romano foi fundamental para que essa nova organização do Estado fosse duradoura.
20 a) Augusto procurou consolidar o domínio romano nas várias províncias do que em ampliar territorialmente o Império. Também procurou definir as fronteiras e garanti-las. Isso ajudou a garantir a paz b) O mar Mediterrâneo era conhecido pelos romanos como 'nosso mar'. Tinha importância estratégica em termos políticos, econômicos e militares por ser o mais rápido meio para se cruzar o Império e se comunicar com suas diversas áreas em uma época em que o transporte terrestre era muito complicado.
21 C
22 a) Era considerado escravo o prisioneiro de guerra, os filhos dos escravos e as crianças órfãs. Até o início da República também eram escravizados os devedores inadimplentes, mas a legislação romana logo proibiu a prática. b) Em Roma o escravo estava presente em praticamente todas as atividades. As mais importantes eram a agricultura, a mineração e tarefas domésticas. Os escravos podiam até estar presente como professores, no caso de escravos de cultura grega.

Império Bizantino

1. B 2. C
3. O movimento iconoclasta ocorrido no Império Bizantino consistiu em um intenso conflito religioso no qual o imperador Leão III, o Isáurico, proibiu o culto e a adoração de imagens nos templos, ordenando sua destruição. Isso não impediu que a adoração de imagens fosse retomada posteriormente.
4. Duas das principais causas da decadência do Império Bizantino dizem respeito tanto ao declínio comercial que atingiu o Império, após a perda da hegemonia sobre as rotas comerciais do Mar Mediterrâneo, como também às invasões de povos estrangeiros cada vez mais intensas, como os árabes e os turcos otomanos.
5 C
6 Cesaropapismo foi a política adotada no Império Bizantino que submetia a Igreja ao Imperador. Tal política veio a partir da tradição romana, em que também a Igreja se submetia ao poder temporal. O cesaropapismo foi um importante entrave entre o papado, que pretendia o poder sobre o Imperador e a Igreja Oriental. Tal entrave ajudou a causar o Grande Cisma do Oriente.
7 D 8 B

Islamismo

1. A 2. B 3. C
4. Com o domínio muçulmano sobre a maior parte do Mar Mediterrâneo, a Europa Ocidental ficou isolada, reforçando ainda mais o processo de ruralização pela qual ela vinha passando desde a Idade Média. Dessa forma, o domínio islâmico das rotas do Mediterrâneo contribuiu à formação do Feudalismo.
5. Por meio das conquistas territoriais, os muçulmanos foram entrando em contato com culturas mais ricas e tradicionais que a cultura da Península Arábica, como no Egito, na Mesopotâmia, na Pérsia e na Índia, além do contato com culturas helenísticas. Reconhecendo a grandeza dessas culturas, em sua expansão, os muçulmanos realizaram uma verdadeira síntese dessas diferentes manifestações culturais. Essa mescla em muito contribui para a formação da cultura muçulmana, fazendo com que se desenvolvesse intensamente nos campos da filosofia, da medicina, da química, etc.
6 A 7 A 8 B 9 D

Os Reinos Bárbaros

1. C 2. D 3. D 4. B
5. Na época em que, no Reino dos Francos, a dinastia Merovíngia era governada por uma sucessão de reis indolentes, Carlos Martel era um *major domus* (prefeito do palácio), exercendo o poder de fato, mais que o próprio rei. Ele é tido como "defensor da cristandade" devido ao fato de que, com suas tropas, impediu o avanço dos muçulmanos rumo ao interior da Europa Ocidental, na Batalha de Poitiers (732).
6 B

O Feudalismo

1. D 2. A 3. B 4. A 5. D 6 E
7 a) A origem da servidão medieval se deu no Império Romano, por conta da Lei do Colonato. O fim das conquistas trouxe a falta de mão-de-obra escrava e consequente crise de abastecimento no Império. A crise, por sua vez, levou ao êxodo urbano, que se elevou em tempos de invasão bárbara. Os últimos imperadores romanos trataram de prender ao campo

todos os recém chegados (lei do Colonato), garantindo assim a produção. Com a queda do Império, o poder romano foi substituído pelo poder do proprietário, que em geral também era um líder guerreiro. A servidão era uma relação de direitos recíprocos, em que o proprietário, que paulatinamente foi chamado senhor feudal, tinha o direito de receber parte da produção do servo, além de receber trabalho do servo em suas terras. O servo, por sua vez, tinha o direito a ficar com parte da produção para si e também o direito defesa, por parte do senhor nas guerras muito comuns na Alta Idade Média. b) A vassalagem era relação existente entre os grupos dominantes na Idade Média. Os chefes bárbaros (reis) recompensavam seus oficias em geral com terras. Entre eles estabelecia-se uma relação de direitos e obrigações. Quem doava a terra tornava-se suserano do receptor. Tinha o direito de pedir auxílio militar sempre que necessário. O receptor tinha a obrigação de prestar auxílio a seu suserano, mas tinha o direito quase irrestrito do uso sobre as terras recebidas. Inclusive de fazer novas divisões, o que causou a fragmentação do poder político na Europa Ocidental.

8 B 9 A 10 C

11 Do ponto de vista da herança romana podemos considerar a Lei do Colonato, que fixou os plebeu fugidos das cidades no campo dando origem a tradição que impedia os servos medievais de saírem dos feudos. De Roma também é a relação de proteção que existia entre clientes e patrícios, que seria mantida na relação entre os senhores feudais e seus servos, onde os servos dependiam da proteção e das terras do senhor. Do ponto de vista da herança germânica a fidelidade entre soldados, chamada de comitatus, estava na base das relações entre os grupos sociais dominantes, com a doação de terras e a relação de direitos e obrigações entre senhores e vassalos. Os germânicos ainda possuíam uma organização econômica voltada para o campo e a auto suficiência, que seria a marca da economia feudal.

12 A

Baixa Idade Média – Desintegração o Feudalismo e Cruzadas

1. A 2. B 3. B 4. A 5. A

6. a) Para os árabes, os soldados invasores eram "bestas selvagens", atrasados, ignorantes das artes e das ciências e fanáticos religiosos que não hesitavam em queimar mesquitas e dizimar populações inteiras. Já para os europeus, os árabes eram vistos como bárbaros e infiéis que haviam usurpado a Terra Satã do controle cristão. Em ambas as visões o "outro" é visto como um invasor a ser combatido em nome da defesa da religião.

b) As principais consequências que as Cruzadas promoveram à Europa foram: fortalecimento dos reis europeus; reabertura do Mediterrâneo aos cristãos e revigoramento comercial ao longo o Ocidente.

7 E 8 D 9 A 10 C

Renascimento Comercial e Urbano – Crise do século XIV – Formação das Monarquias Nacionais

1. E 2. E 3. C 4. A 5. B 6 A 7 A

8 O primeiro documento defende o poder papal acima do poder real, ou o poder espiritual sobre o poder temporal. O segundo documento, baseado na Bíblia nega à Igreja o direito sobre o governante e a sociedade. Os documentos foram escritos no século XIV, no conflito entre o papa Bonifácio VIII e Felipe, o Belo da França. O conflito foi favorável ao rei. Após a morte do papa, o papado foi transferido para Avignon, na França, ficando sob influência direta dos reis.

9 C 10 D 11 D 12 E 13 A 14 D

O Antigo Regime e a Expansão Marítima Europeia - O Mercantilismo e a Revolução Comercial)

1. A 2. A 3. E

4. O protecionismo e o monopólio foram políticas adotadas pelos Estados modernos com o fim de proteção e valorização do produto nacional. Noutras palavras, a política do protecionismo visava impor tarifas alfandegárias sobre os produtos estrangeiros, tornando-os mais caros e desta forma valorizava o produto interno, ao passo que o monopólio se restringia a política adotada nas colônias, significando que estas só podiam fazer comércio com suas respectivas metrópoles

5. Tentando encontrar um caminho para o Oriente que não tivesse de passar pelo mar Mediterrâneo (controlado por portugueses e italianos), Cristóvão Colombo baseia-se na teoria da esfericidade da Terra para encontrar um novo caminho para as Índias. No pensamento de Colombo, uma vez que a Terra é uma esfera, pode-se atingir às Índias, partindo da Espanha, navegando-se para o Ocidente, pois dessa forma o Oriente seria alcançando em algum tempo.

6. a) O Tratado de Tordesilhas foi a partilha do Novo Mundo entre os espanhóis e os portugueses, sendo que posteriormente foi substituído pela Bula Intercoetera, que traçava novos marcos: as terras situadas a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde seriam de posse dos portugueses; e, o restante, a leste, dos espanhóis.

b) O Tratado de Tordesilhas apenas dizia respeito aos espanhóis e portugueses. Dessa forma os outros países do velho continente, a Europa, foram excluídos da divisão das novas terras.

7. Portugal era uma nação já consolidada no fim do século XV, com uma política centralizada na mão de um monarca e com uma burguesia forte. A Espanha ainda passava por problemas internos: não estava unificada politicamente e lutava contra a ocupação de Granada pelos mouros, nas Guerras de Reconquista. Com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela (1469), os espanhóis alcançaram sua unidade política e expulsaram os muçulmanos da Península Ibérica, em 1492. A partir daí, foi possível a realização do ciclo de navegações espanholas, iniciadas por Cristóvão Colombo.

8 A 9 E 10 C 11 D

12 a) O princípio é a balança comercial favorável, o que quer dizer importar menos que exportar. b) As colônias eram monopólio da metrópole, ou seja, um mercado exclusivo para a compra de produtos tropicais e a venda de manufaturas. O monopólio foi fundamental para que se atingisse balança comercial favorável.

13 D

O Renascimento e as Reformas Religiosas

1. E 2. B 3. D

4. a) Índex foi uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica na época da Inquisição.

b) A Inquisição proibiu alguns títulos de livros tanto científicos, quanto culturais. A queima de alguns desses implicou no atraso da Ciência na Época Moderna.

5. C 6 E 7 B 8 A 9 A 10 C 11 B

12 De acordo com a doutrina calvinista, os predestinados à salvação são os que trabalham duramente, respeitam a ordem estabelecida dos poderes políticos/religiosos e são bem sucedidos em seus trabalhos e negócios. Justamente por esse motivo, o calvinismo abençoava as atividades burguesas. Nesse momento o calvinismo se implantou onde a burguesia era forte: Holanda, Inglaterra, França e Escócia. Onde o calvinismo prevaleceu, o capitalismo prevaleceu também, antes dos demais reinos europeus: Holanda e Inglaterra.

13 a) Inaugurou a Reforma Protestante, que significou a quebra do monopólio religioso católico no Ocidente. Com a reforma surgem novas igrejas cristãs disputando com o catolicismo quem tinha mais razão em questões de fé. Tal disputa anulou a força política da Igreja e favoreceu os reis, mesmo os católicos, que submeteram as diversas igrejas existentes em toda a Europa Ocidental. b) Lutero condenou a venda de indulgências e de cargos eclesiásticos. Também condenava as ordens religiosas, que foram abolidas por ele e o apego da Igreja aos bens materiais: a igreja Luterana abriu mão das terras da igreja em nome da nobreza alem

14 B

13 - O Absolutismo

1. C 2 C 3 A 4B 5 A 6 B 7B

14 – As Revoluções Burguesas – Parte I: As Revoluções Inglesas.

1 E 2 D 3 E 4 D 5 D 6 E 7 D 8 B 9 B

15 – As Revoluções Burguesas – Parte II: O Iluminismo

1 D 2 E 3 A 4 E
5 a) Método empírico ou experimentalismo: formulação de leis a partir da experimentação e observação. Dúvida metódica: duvidar das verdades estabelecidas para verificar sua racionalidade. Afirmação de que o universo funciona a partir de leis universais mecânicas, o que leva a refutação das explicações religiosas e miraculosas do mundo. b) Os mais importantes precursores do Iluminismo foram o inglês Isaac Newton e o francês Renné Descartes.
6 a) O primado da razão. A razão é o grande guia da humanidade para alcançar uma sociedade justa e explicar os fenômenos da natureza. b) As armas da razão foram utilizadas pelos pensadores iluministas para atacar as ideias tradicionais de direito divino dos reis e as bases divinas da sociedade estamental que garantiam privilégios à nobreza e ao clero, como o quase monopólio da nobreza sobre as terras, o quase monopólio da Igreja sobre a educação e a isenção que esses dois grupos sociais tinham sobre os impostos. Em resumo, a crítica racional atacava as ideias de desigualdade natural dos homens ordenada por Deus, que estavam na base da sociedade estamental. c) A sociedade estamental, entendida como ordenada por Deus e que dividia os homens em clero, nobreza e plebe ou terceiro estado. O Absolutismo, entendido como um regime político garantido por direito Divino. Juntamente com o Absolutismo, a sua política econômica, o mercantilismo, que colocava a economia como um monopólio real. Por fim os privilégios da Igreja e da nobreza, como o não pagamento de impostos, por exemplo.
7 A ordem política era o Absolutismo ou Antigo Regime, baseado na tradição do direito divino dos reis ao poder. O poder absoluto provinha de Deus, que escolheu os reis como seus representantes políticos na terra. Ao monarca absoluto era permitido praticamente tudo. A ordem social criticada era a sociedade estamental. Nesta sociedade, todos os homens são iguais perante Deus somente. Mas Deus colocou os homens de forma desigual na sociedade. É a divisão medieval de clero, nobreza e plebe, onde cada um tem sua função definida por Deus: o clero ora, a nobreza guerreia e a plebe trabalha. Ora, nesta sociedade organizada por Deus e governada por representante divino, a Igreja possuía grande poder e privilégios. Os poderes e privilégios da Igreja também foram atacados pelo pensamento iluminista.
8 A 9 B 10 E 11 B 12 B 13 C 14 A

16 As Revoluções Burguesas – Parte III – A Colonização e Independência dos EUA

1 C 2 A 3B 4 A 5 E
6 a) A Reforma Protestante na Inglaterra dividiu o reino em três grupos religiosos: católicos, anglicanos e puritanos. Os puritanos acabaram sendo perseguidos pela monarquia absoluta anglicana durante boa parte da Revolução Inglesa, o que causou êxodo de puritanos para as colônias inglesas da América, principalmente no Norte, onde fundaram a Nova Inglaterra. b) A região sul, de clima mais ameno que o norte, possuía condições para a exploração de artigos procurados na Europa, o tabaco e o algodão. A capacidade de produzir levou o sul a adotar o sistema de plantation, a grande lavoura escravista, monocultora e exportadora.
7 D 8 C
9 A Espanha, bem como Portugal, adotou um sistema conhecido como colônia de exploração. No caso espanhol, a principal atividade econômica foi a extração de metais preciosos, especialmente o ouro e a prata. Os espanhóis utilizaram de mão-de-obra escrava negra ou indígena, ou então de trabalho forçado não escravo. Sempre visando o mercado externo esterno. No caso inglês houve duas formas de colonização, a de exploração no sul e a de povoamento no norte. A diferença se dá pelas possibilidades econômicas dos dois territórios. No norte não havia nada que pudesse ser produzido que atraísse a atenção comercial dos ingleses. A predominância foi de pequenas propriedades e de trabalho livre. A falta de perspectiva econômica levou os colonos a investirem na manufatura e construção naval. No sul, havia abundância de terras férteis e clima favorável a agricultura de produtos vendáveis na Europa: tabaco e algodão. Organizou-se então a colônia de exploração, dominada pela *plantation*: grande lavoura monocultora escravista e exportadora.

História
do Brasil e Geral

Parte II

ÍNDICE DE HISTÓRIA DO BRASIL E GERAL – PARTE II

HISTÓRIA DO BRASIL - II

Unidade V - República
A Primeira República ou República Velha (1889 – 1930)
A República da Espada (1889 – 1894)
Mudanças Sócio-Econômicas e Agitações Políticas na Primeira República
Mudanças na configuração sócio-econômica
A República populista (1930 – 1964)
A Era Vargas (1930 – 1945)
O governo constitucional (1934 – 1937)
O Estado Novo (1937 – 1945)
Apêndice
A República Populista (parte II)
O período democrático (1945 – 1964)
O governo de Café Filho
Os anos dourados de JK (1956 -1961)
A presidência de Jânio Quadros
O governo de João Goulart (1961 – 1964)
Apêncide
A Ditadura Militar (1964 – 1985)
Introdução
A presidência de Castelo Branco (1964 – 1967)
O governo Costa e Silva
O governo Médici (1969 – 1964)
O Governo Geisel (1974 – 1979)
O governo Figueiredo (1979 – 1985)
A Nova República (1985)
Introdução
O governo Sarney (1985 – 1989)
O governo Collor (1990 – 1992)
O governo Itamar Franco (1992 – 1994)
A presidência de Fernando Henrique (1994 – 1998)
O segundo mandato de Fernando Henrique: gerente da crise (1998 – 2002)
Breve introdução aos movimentos sociais na era neoliberal
Respostas dos Exercícios

HISTÓRIA GERAL - II

Unidade VI - Formação da Era Contemporânea
As Revoluções burguesas (parte IV): A Revolução Francesa
A Assembleia Nacional Constituinte (1789- 1791)
A Convenção Nacional (1791-1795)
A Revolução dos Jacobinos
A Reação dos Moderados: A Consolidação do Poder da Burguesia
O Diretório e a Instalação do Consulado (1795-1799) 4
A Era Napoleônica
O Golpe do 18 Brumário (ou 18 de Brumário)
A Política Interna de Napoleão
A Política Externa de Napoleão
A Campanha Russa e a Decadência
A Volta de Napoleão e o Governo dos 100 dias
O Congresso de Viena e a Santa Aliança
AS Revoluções Industriais
A Primeira Revolução Industrial
A Segunda Revolução Industrial
A Terceira Revolução industrial
Ideias, Movimentos Sociais e Políticos no Século XIX
A Política das Nacionalidades – Unificação Italiana e Alemã
A Unificação Italiana
A Unificação Alemã
EUA no Século XIX
Consolidação e Expansão dos EUA
A Guerra de Secessão (1861-1865)
Imperialismo (Neocolonialismo)
Imperialismo na África
Penetração Europeia na Ásia

Unidade VII – O Século XX
A primeira guerra mundial
A Revolução Russa
O Entreguerras
A Crise de 1929
Ditaduras Fascistas (Extrema-Direita)
A Segunda Guerra Mundial
A Política de Alianças e o Início da Segunda Guerra
O mundo do pós-guerra
A Guerra Fria (1945-1991)
A Revolução Chinesa (1949)
Revolução Cubana (1959)
Guerra do Vietnã (1965-1975)
A Desagregação da URSS e o Fim da Guerra Fria
A Globalização ou Nova Ordem Mundial
A globalização da economia e o neoliberalismo
Epílogo: os limites da privatização do Estado e a crise nos EUA

HISTÓRIA DO BRASIL - II

UNIDADE V - REPÚBLICA

A PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA (1889 – 1930)

A REPÚBLICA DA ESPADA (1889 – 1894)

Chamamos de República da Espada o primeiro período republicano, onde governaram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Como o próprio nome demonstra, *os militares dominaram o poder executivo apoiados pelas elites agrárias*, principalmente a cafeeira. Durante esse breve período, foi afastada a possibilidade de restauração da monarquia, os militares se mostraram incapazes de manter o poder e as oligarquias agrárias ficaram livres para governar após 94.

MARECHAL DEODORO DA FONSECA (1889 – 1891)

O presidente Deodoro da Fonseca

Após a Proclamação da República, foi instaurado o *governo provisório* chefiado marechal Deodoro. Seus primeiro atos foram: banir a família real, estabelecimento de nova bandeira nacional, separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto e naturalização de imigrantes. Elegeu-se uma *Assembleia Constituinte, que em 1891 promulgou a primeira Constituição republicana.* Nossa nova Carta foi influenciada pela Constituição dos EUA. Foram extintos o poder moderador, o cargo de primeiro-ministro, o senador vitalício, o voto censitário e as eleições indiretas para o legislativo. Pela nova Carta ficou estabelecido o *sistema presidencialista, a eleição direta para presidente com mandato de quatro anos, o sufrágio universal masculino – com exceção dos analfabetos e dos soldados e marinheiros rasos – a tripartição de poderes, e o sistema federativo, que dava autonomia aos Estados-membros da União* – naquela época chamados de províncias. A Constituição também previa que o primeiro presidente seria eleito pelo Congresso, em eleição indireta. O candidato óbvio era Deodoro da Fonseca. A elite agrária, tentando desunir os militares, apoiou o nome do *marechal Floriano Peixoto para vice*. O *governo constitucional de Deodoro* durou apenas nove meses. O novo presidente logo se indispôs com o Congresso. Os deputados aprovaram a *Lei de Responsabilidade do Presidente da República, que abria poderes para o Congresso cassar o mandato do presidente*. Deodoro vetou o projeto de lei. O Congresso se movimentou para rejeitar o veto presidencial. O presidente então deu um *golpe de Estado.* O segundo de sua carreira política. *O Congresso Nacional foi fechado*. Os governadores estaduais solidarizaram-se com o presidente – exceto o Pará. A Marinha, porém, se mobilizou, liderada pelo Almirante Custódio de Melo, em defesa da legalidade. Para evitar uma guerra civil, Deodoro teve o bom senso de renunciar. Acabava de forma dramática a primeira presidência da república.

FLORIANO PEIXOTO 1891 – 1894

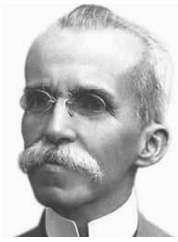
O presidente Floriano Peixoto

A primeira medida do presidente Floriano foi reabrir o Congresso. Ao mesmo tempo afastou os presidentes de província – hoje chamados de governadores – que apoiaram Deodoro. Os políticos representantes da oligarquia agrária deram apoio para que o presidente terminasse o mandato constitucional de Deodoro. *Mas o artigo 42 da Constituição determinava que em caso de não cumprimento de mandato presidencial, o vice deveria convocar nova eleição.* Chefes militares descontentes com o não respeito a lei assinaram um manifesto exigindo que o presidente cumprisse a Constituição. Foram afastado dos cargos e aposentados.

Floriano ainda teve que enfrentar duas revoltas: a *Revolta da Armada no Rio de Janeiro e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Ambas contavam com *monarquistas descontentes* e se uniram contra o governo. Foram violentamente reprimidas e vencidas. A postura de Floriano nesses episódios valeram-lhe o título de Marechal de Ferro e Consolidador da República. Os partidários mais entusiastas do presidente chegaram a pedir que ele governasse sob a forma de ditadura militar, aproveitando o prestígio político garantido pelas vitórias. Mas Floriano permitiu a realização de eleições. O eleito em 1894 foi *Prudente de Morais*, que era *civil, cafeicultor, paulista e republicano desde a juventude*. O primeiro presidente civil foi de fato um marco daquilo que seria o restante da Primeira República: dominada por cafeeiros paulistas.

A economia na República da Espada foi marcada pelo plano econômico de *Rui Barbosa*, Ministro da Fazenda. O plano de Rui consistia em estimular a industrialização do Brasil, bem como o mercado de ações. O ministro queria colocar o Brasil em pouco tempo junto com as grandes nações industriais de seu tempo. O plano teve início com a reforma bancária que permitia a bancos emitirem moeda

sem lastro. Ao mesmo tempo o ministro criou grandes barreiras alfandegárias, que desestimularia o consumo de importados e estimularia a indústria nacional. O capital para o crescimento industrial viria do crédito sobrando na praça, junto aos bancos. A classe média foi estimulada a investir suas economias no nascente mercado acionário, para estimular a atividade industrial. Tudo muito bonito no papel. A boa fé do ministro fica evidente. Mas o ministro não contava que os bancos perderiam rapidamente o controle sobre a emissão de moeda, gerando inflação. O capital que deveria financiar o crescimento industrial foi em parte desviado por golpistas na bolsa de valores, que prometeram à classe média criarem indústrias que jamais saíram do papel. A economia entrou em colapso. Os preços dos produtos dispararam. Muita gente de classe média perdeu todas as economias por terem investido em empresas de golpistas, que pegaram o dinheiro e sumiram. Bancos foram falência por terem emprestado capitais que não retornaram. O clima de jogatina na bolsa de valores acabou apelidado de ***encilhamento***, que era o nome dado às rodas de apostadores viciados em corridas de cavalos. O ministro ficou com fama de incompetente. A classe média frustrada não defendeu o presidente quando a crise política chegou. A soma das duas crises, política e econômica, derrubou Deodoro. A economia da república demoraria anos para entrar nos eixos. Azar do nosso povo pobre e da classe média.

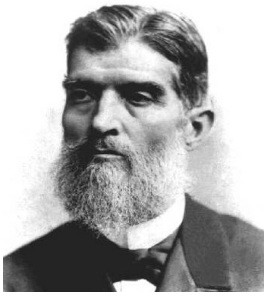


Rui Barbosa

A República Das Oligarquias

Passado os primeiros momentos de afirmação da República, os cafeicultores paulistas, que já detêm a hegemonia econômica, conseguem também a hegemonia política. A chamada República das Oligarquias consolida-se a partir do governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Os Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente os maiores produtores de café e de leite do país, passam a dominar o governo central na chamada "política do café-com-leite". Dada a inexistência de partidos políticos de âmbito nacional na Primeira República, a Presidência da República é ocupada alternadamente por representantes do Partido Republicano Paulista (PRP), o mais poderoso do país, e do Partido Republicano Mineiro (PRM). No governo Campos Sales (1898-1902), acordos políticos feitos com as oligarquias locais dão origem a uma outra denominação para o período: "política dos governadores". Os presidentes desta fase da República são:

Prudente de Moraes (1894-1898)



Com o paulista Prudente de Moraes, as velhas oligarquias agrárias voltaram ao poder, controlando-o rigidamente, colocando o Estado a serviço de seus interesses. Prudente de Moraes é o primeiro presidente civil e também o primeiro eleito pelo voto direto. Assume em 15 de novembro de 1894, governando até o final de seu mandato, em 15 de novembro de 1898. Dá início à chamada "República das Oligarquias" ou "política do café-com-leite" e enfrenta acirrada oposição dos "florianistas", partidários do ex-presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Considerado como o "Pacificador da República", derrota a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul (1893-1895), e enfrentou uma nova guerra no sertão baiano: a Revolta de Canudos, na Bahia (1896-1897), uma rebelião popular em oposição aos presidentes republicanos. Prudente de Moraes faz seu sucessor, o também paulista e cafeicultor Campos Sales. Em 5 de novembro de 1897 o presidente sofre um atentado no cais do porto do Rio de Janeiro. Um soldado florianista, Marcelino Bispo, tenta atingi-lo, e acaba matando o ministro da Guerra, o marechal Carlos Bittencourt. Condenado pela opinião pública, o atentado garante o apoio popular ao poder civil. O incidente, além disso, dá pretexto para o Congresso decretar Estado de Sítio.

O estado de sítio pode ser declarado pelo Presidente da República para preservar ou restabelecer a ordem pública e social quando elas estiverem ameaçadas por uma grave instabilidade institucional ou forem atingidas por calamidades de grandes proporções. É, portanto, um mecanismo de defesa utilizado pelo Estado sempre que se sentir ameaçado. Sua aplicação permite que o governo adote medidas coercitivas contra a sociedade.

Essas medidas consistem, basicamente, em: o Estado impor ao cidadão a obrigatoriedade de permanência em localidade determinada pelo próprio Estado, ou seja, perde-se a liberdade de ir e vir; é também suspensa a liberdade de reunião (mesmo que dentro de entidades específicas para esse fim); o Estado ainda possui o direito permanente de busca e apreensão, podendo invadir domicílios, assim como estabelecimentos públicos e privados sempre que achar necessário; bens pessoais são confiscados; o Estado se autoriza a intervir nas empresas de serviços públicos, a violar a correspondência do cidadão, a não prestar informações de suas ações para a sociedade, a quebrar o sigilo das comunicações, e também proíbe a liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão. A defesa do Estado configura-se em ataque à sociedade. Dessa forma, com as liberdades civis cerceadas, trata-se de uma ditadura não declarada como tal.

Com poderes excepcionais, Prudente de Morais prende seus opositores, fecha jornais e acaba com qualquer manifestação política. Consolidando, dessa forma, a presença de civis no governo federal e a manutenção da oligarquia cafeeira no poder.

Em seu governo, no ano de 1895, começa uma série de litígios diplomáticos com os franceses sobre a ocupação brasileira do Amapá. A França não reconhecia o rio Oiapoque como limite ente o Amapá e a Guiana Francesa. O problema seria arbitrado pelo presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Hauser. A questão só foi resolvida em 1900, quando o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Jr.) conseguiu convencer Walter Hauser da legitimidade da posse brasileira sobre o territórios do atual Amapá, tendo como limite o rio Oiapoque.

Também no ano de 1895, conflitos diplomáticos ocorrem com a Inglaterra, que ocupa Ilha de Trindade (próxima ao litoral do Espírito Santo). Após negociações, é decidido que o Brasil será soberano sobre a Ilha, e no ano seguinte a Inglaterra se retira da Ilha.

CAMPOS SALES (1898-1902)

Representante da oligarquia cafeeira paulista e destacado membro do Partido Republicano Paulista (PRP), Campos Sales assume em 15 de novembro de 1898 e governa até 15 de novembro de 1902. Ele julgava que a política deveria ser um privilégio das elites e que a principal causa de todos os problemas do Brasil era a desvalorização da moeda. Encontrou as finanças públicas em crise: as despesas do governo são exatamente o dobro da receita e a inflação é galopante – situação agravada pela queda dos preços do café e da borracha no mercado internacional nas primeiras décadas do século XX.

Através de políticas arquitetadas junto ao Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, que inicia o saneamento financeiro por meio da deflação, tenta combater a inflação e estabelece a primeira moratória da história da República, o *funding-loan*. Essa renegociação da dívida externa consistia, entre outras medidas, em um acordo feito com a Inglaterra suspendendo, por um período de 3 anos, o pagamento dos juros da dívida externa.

As finanças foram estabilizadas através da política de valorização da moeda nacional, mas a indústria nascente foi extremamente prejudicada, com fábricas fechando suas portas, e as condições de vida da população deterioravam-se em um grau cada vez maior com o aumento do desemprego e da inflação.

Para evitar a forte oposição do Legislativo, Campos Sales dá início à chamada "política dos governadores". Faz uma aliança com as oligarquias dominantes em São Paulo e Minas Gerais, compromete-se a apoiá-las em troca da garantia da eleição dos candidatos indicados pelo governo para o Congresso Nacional. Para garantir a posse de um candidato eleito, o governo criou a Comissão Verificadora de Poderes, formada por deputados federais e controlada pelo presidente. Ela só reconhecia como eleitos os candidatos dos governadores, realizando a chamada "degola" da oposição.

Basicamente, consistia em uma troca de favores, por meio da qual a "política dos governadores" era complementada com a "política do café-com-leite". Dessa forma, com exceção de Hermes da Fonseca (gaúcho) e Epitácio Pessoa (paraibano), todos os presidentes da Primeira República, a partir de Prudente de Moraes, foram paulistas ou mineiros.

As denúncias de manipulação de eleições são constantes durante toda a Primeira República. Não existia Justiça Eleitoral na época (esta somente foi criada com o Código Eleitoral de 1932, já com Getúlio Vargas no poder). O voto não era secreto e os resultados das eleições estaduais eram validados somente pela Comissão Verificadora de Poderes.

Nos Estados, as oligarquias mantêm o controle das eleições através do chamado "voto de cabresto" ou "voto de curral". A expressão é usada para designar o sistema de poder político onde as eleições são controladas ou manipuladas por chefes políticos locais que detêm o poderio econômico e social, que geralmente eram grandes latifundiários, denominados "coronéis".

O Coronelismo tem sua origem no Império, quando os comandantes da Guarda Nacional (criada em 1831), chamados "coronéis", grandes proprietários de terra ou mineradores, decidem em quem a população local deve votar. O "coronel" de cada região arranja empregos e distribui os mais variados benefícios a sua clientela. Os protegidos do "coronel" lhe devem fidelidade, principalmente política, manifestada no momento das eleições. Ele exerce uma rígida opressão político-econômica sobre a população. A força da tirania dos "coronéis" é base de sustentação política dos governos estaduais e da própria República das Oligarquias.

RODRIGUES ALVES (1902-1906)

Conservador e ex-monarquista, Rodrigues Alves derrota Quintino Bocaiúva, um republicano histórico, nas eleições de 1902. O paulista assume dia 15 de novembro e governa até 1906. Devido aos bons resultados econômicos, à remodelação dos portos e ampliação da rede ferroviária,

seu governo é conhecido como o Quadriênio Progressista. Além da valorização do café, neste mesmo momento ocorre o surto da borracha no Brasil, auge de um período de extração que vai de 1880 a 1920.

Em seu auge, ao longo da "república das oligarquias", o café chegou a representar 70% do total das exportações, mas outros produtos agrícolas ganham importância na pauta de exportações a partir do final do século XIX, caracterizando a diversificação das exportações. Os principais são a borracha, nativa da Amazônia, e o cacau, plantado na Bahia. O auge das vendas desses produtos gerou um surto de progresso nessas regiões.

As exportações da borracha eram destinadas principalmente à indústria automobilística dos EUA. Gerou a riqueza de um pequeno grupo de seringalistas (donos de seringais). Seus lucros foram suficientes para, em Manaus e Belém, construírem teatros e mansões suntuosas de padrões europeus, e viver de acordo com os ditames socioculturais de Paris, Londres e Lisboa. Isso contrastava com a pobreza de 220 mil seringueiros que ficavam cerca de sete meses na floresta, em condições precárias de trabalho, moradia, vestuário e alimentação. Essa situação é agravada com o declínio das exportações a partir da década de 20, onde as vendas brasileiras não conseguem competir com as colônias inglesas e holandesas da Oceania (Malásia e Indonésia). Já no ano de 1919, a borracha asiática dominava o mercado internacional: das 423 mil toneladas comercializadas, somente 34 mil toneladas são brasileiras. A miséria se alastra pela região Amazônica.

Acima, à esquerda, o Teatro da Paz (1874) e, à direita o Palacete Bolonha (1915), ambos em Belém. Abaixo, Teatro Amazonas (1896), em Manaus. Todos construídos com materiais, ornamentos importados da Europa, assim como o estilo do *art nouveau* na arquitetura. O conflito entre a Modernidade e a floresta amazônica remete ao conflito entre a riqueza dos seringalistas e a miséria generalizada dos seringueiros. No confronto entre o moderno e o arcaico, este sempre foi subjugado pelas elites brasileiras.

Ainda no plano da economia, dentro do quadro de valorização do café, no governo Rodrigues Alves são tomadas medidas importantes quanto a esta política econômica. A valorização é reforçada com o Convênio de Taubaté (fevereiro de 1906), assinado pelos governadores de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Rio de Janeiro (Francisco Sales) e Minas Gerais (Nilo Peçanha). O presidente não teve participação direta sobre o Convênio. Segundo esse acordo, o governo garantiria um bom preço para o café, compraria os excedentes e os lançaria no mercado em caso de crise. Isso seria realizado através de empréstimo externo de £15 milhões. Para garantir uma política fiscal adequada à valorização do café, o governo ainda criaria a Caixa de Conversão (1906-1914), mantendo o lastro-ouro (a reserva em ouro do papel moeda) e um câmbio baixo. O presidente Rodrigues Alves optou por não aceitar esses encargos, deixando-os nas mãos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Essa situação só se alteraria em 1907, sob o governo de Afonso Pena, que aceitou as resoluções do Convênio.

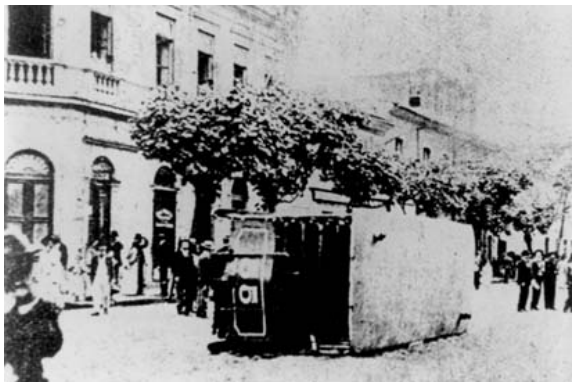
Durante seu governo, eclode também a chamada Questão do Acre (1903). Desde o século XVIII, a região do Acre pertencia à Bolívia. Com o surto da borracha, a região foi ocupada por brasileiros. Em resposta ao governo de La Paz, que havia enviado tropas para combater os seringueiros vindos do Brasil, o governo de Rodrigues Alves aciona o Exército e ocupa o território militarmente, proclamando a independência do Acre. Em 1903, para resolver o litígio, através da presença do Barão de Rio Branco, é assinado o Tratado de Petrópolis, através do qual os bolivianos cediam a região do Acre ao Brasil em troca do pagamento de £2 milhões e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (que permitiria à Bolívia atingir o Rio Amazonas e exportar mercadorias através de Belém do Pará). O Brasil ainda tem de pagar £110 mil para a Bolivian Syndicate (empresa norte-americana à qual a Bolívia havia concedido a exploração da borracha na região) desistir do território.

Assinatura do Tratado de Petrópolis (17/11/1903). Ao centro, de camisa branca exposta, o Barão de Rio Branco.

No contexto internacional da Modernidade da Belle Époque, Rodrigues Alves se propõe a reurbanizar e sanear o Rio de Janeiro junto ao Prefeito Pereira Passos. Ao realizar essas reformas de urbanização, objetivava modernizar a capital da República sob os moldes realizados pela modernização parisiense do século XIX. Pretendia tornar a abertura de grandes avenidas e *boulevards* como sendo a "vitrine" do novo Rio de Janeiro para o resto do país, com ideais de cultura, civilidade, higienização social. A população pobre que moravam nos cortiços destruídos era empurrada

para os morros do Rio de Janeiro, dando início ao processo de favelização nos morros da cidade.

A urbanização foi acompanhada por uma violenta e desorganizada campanha de vacinação da população mais pobre contra uma epidemia de varíola. A campanha de vacinação obrigatória foi comandada por Oswaldo Cruz (médico sanitarista nomeado diretor-geral de Saúde Pública, cargo equivalente ao de ministro da Saúde). Conduzidas de forma autoritária e sem o devido esclarecimento da população, tanto a urbanização quanto a campanha de vacinação provocaram uma grande rebelião popular, a chamada Revolta da Vacina (1904). Apesar do que a imprensa da época e o governo diziam, a população não se revoltou contra a vacinação em si, mas por todas as medidas de segregação dos mais pobres que estava em curso. A desorganizada e violenta campanha de vacinação foi apenas o estopim da sedição.



Bonde virado após a Revolta da Vacina (1904). Por trás da campanha de vacinação havia ideais racistas de segregação e higienização social orquestrados pela elite nacional.

No último ano da presidência de Rodrigues Alves, entre 15 a 20 de abril de 1906, ocorre no Rio de Janeiro o 1° Congresso Operário Brasileiro (COB), sendo organizado pelos anarco-sindicalistas. Estes, resumidamente, defendiam que o combate contra o capitalismo se daria, principalmente, nos locais de trabalho por meio de greves gerais, boicotes e sabotagens que interromperiam a produção, prejudicando a exploração realizada pelos burgueses sobre os trabalhadores. Assim, da desestabilização da burguesia criariam-se as condições para a revolução proletária pautada pelos princípios anarquistas. Para tanto, além de ações no local de trabalho, os anarquistas realizavam inúmeras atividades de agitação e propaganda, visando disseminar seus ideais entre o operariado. As principais resoluções do Congresso referem-se às questões da jornada de trabalho. As grandes lutas seriam realizadas objetivando conquistar uma redução da jornada de trabalho para oito horas diárias sem que para isso houvesse reduções de salários. Esse faz parte do contexto de insurreições operárias que aconteceram em ao longo dos próximos anos.

AFONSO PENA (1906-1909)

O mineiro Afonso Pena fora vice-presidente de Rodrigues Alves (1902-1906). É o candidato das elites paulistas em aliança com José Gomes Pinheiro Machado, poderoso senador gaúcho que articula as bancadas dos pequenos Estados. Assume a Presidência em 15 de novembro de 1906 e morre antes de concluir o mandato, em 14 de junho de 1909. A base da aliança que o leva ao poder foi a continuidade da política de valorização do café. Rodrigues Alves deixara os encargos do Convênio de Taubaté (1906) nas mãos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Apenas em 1907 os gastos são transferidos ao Governo Federal. Também é criada a Comissão do Café do Estado de São Paulo, com o objetivo de controlar estoques e negociar preços.

Em pouco tempo, a política de valorização do café teve resultados bons para as oligarquias, porém prejudiciais para o restante do país. Houve um aumento da inflação, pois, para proteger os cafeicultores, o governo emitia dinheiro sem lastro-ouro. Além disso, com os bons preços alcançados pelo café, a produção foi aumentada de tal forma que a oferta ficou maior que a demanda. Sem um consumo correspondente à produção, aumentaram-se os excedentes invendáveis. O elevado preço do café no mercado internacional fez com que outros países também investissem na produção, fazendo com que o Brasil enfrentasse uma forte concorrência. Em médio e longo prazo constata-se um aumento da dívida externa, pois, no mesmo critério de beneficiar as oligarquias cafeicultoras, os excedentes de café eram comprados pelo governo por meio de empréstimos externos. Já nos três primeiros anos após o Convênio, o governo retirou do mercado 8,5 milhões de sacas de café. Somente com essa finalidade, entre 1906 e 1929, o Brasil fez empréstimos estrangeiros num total de £ 48 milhões.

Nas cidades o processo de urbanização ganhava mais força junto ao nascente movimento operário. Para conter a crescente agitação dos anarquistas no país, em 7 de janeiros de 1907, proclama-se a Lei Adolfo Gordo (Lei nº 1.641), determinando a expulsão de operários estrangeiros envolvidos em agitações políticas.

O estrangeiro não precisava participar de greves, bastava que as autoridades soubessem que ele, por exemplo, lia ou publicava materiais anarquistas para que então fosse preso e deportado para seu país de origem. Países como a Espanha, Portugal, Itália e França protestaram contra esta lei, fazendo com que ela sofresse alterações, dentre as quais o imigrante teria o privilégio de ser julgado antes de ser deportado! Na

prática, entretanto, pouco era alterado. Por exemplo: o estrangeiro era preso em uma cidade do Brasil; quando chegava a ordem de julgamento, ele já não estava mais no mesmo local, mas sim em um outro estado; como naquele tempo o caráter federativo do Estado brasileiro fornecia uma ampla autonomia entre os estados, se um alguém tivesse complicações com a Lei em São Paulo, por exemplo, ele era transferido para o Rio de Janeiro, onde o processo ficava sem efeito. Logo, o emigrante era transferido de um estado para outro e era deportado sem qualquer julgamento. Como grande parte da mão-de-obra do período era composta por estrangeiros, esta lei debilitou a atuação anarquista no Brasil.

Ao mesmo tempo, ampliam-se as telecomunicações ao longo do país. Em 1907, a Amazônia é ligada por telégrafo ao Rio de Janeiro, devido ao trabalho desenvolvido pelo marechal Cândido Rondon**.**

Afonso Pena ainda é responsável por, em 1908, aprovar a Lei do Serviço Militar obrigatório. Porém, o novo sistema só foi efetivado após uma intensa campanha do poeta parnasiano Olavo Bilac, onde pregava a necessidade do Serviço Militar como prova demonstração de amor à Pátria e ao Quartel. No mesmo ano, em 29 de setembro, morria o escritor Machado de Assis.

NILO PEÇANHA (1909-1910)

Vice-presidente na gestão de Afonso Pena, assume a Presidência em 14 de junho de 1909, após a morte do titular. Governa até 15 de novembro de 1910. Seus 17 meses de governo são ocupados por grandes disputas de poder entre as oligarquias mineira e paulista (a Campanha Civilista) , que, em alguns casos, chegam a enfrentamentos armados. No Rio de Janeiro, a agitação estudantil perante o momento de crise política fez com que a polícia reprimisse de forma violenta os estudantes, inclusive provocando mortes. Essa agitação decorria dos conflitos entre o presidente e o senador Pinheiro Machado (que controlava a oligarquia dos pequenos estados), das revoltas estaduais (os navios da Marinha chegaram a bombardear Manaus) e, principalmente, da campanha eleitoral.

No interior do país, a acelerada dizimação de tribos indígenas leva à criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI – atual FUNAI), em 20 de julho de 1910, sob a direção do marechal Cândido Rondon.

Rondon, em 1922, foi convidado por Borges de Medeiros para comandar o movimento tenentista, onde oficiais de baixa-patente se revoltaram contra as oligarquias cafeeiras. Ele não apenas recusou o convite, defendendo que o Exército deveria se ausentar das questões políticas, como também comandou as operações contra os tenentistas liderados pelo General Isidoro Dias Lopes (a Coluna Paulista), entre 1924 e 1925. Fez com que os tenentes revoltosos se refugiassem no Paraguai, sob comando do General Miguel Costa, de onde, posteriormente, moveram-se ao Paraná, unindo forças com Luís Carlos Prestes, que partira do Rio Grande do Sul, e dali partiram do Mato Grosso ao Nordeste, gerando a Coluna Prestes-Miguel Costa.

§ Comandante contra o tenentismo, Cândido Rondon garantiu prestígio na História do Brasil devido à fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI, atual FUNAI).

A disputa pela Presidência da República abre uma brecha na aliança entre as oligarquias paulista e mineira. O Ministro da Fazenda do governo Afonso Pena, Davi Campista, é indicado pelos paulistas para a sucessão de Nilo Peçanha. A maioria do Partido Republicano Mineiro (PRM), no entanto, com a adesão da oligarquia gaúcha, escolhe como candidato o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra. O PRM conta ainda com o apoio de Pinheiro Machado, Presidente do Senado e comandante das oligarquias rurais de outros Estados.

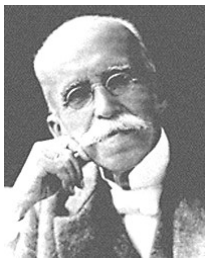
Os paulistas desistem da candidatura de Davi Campista, aliam-se aos coronéis baianos e lançam Rui Barbosa para a Presidência. Começa assim a Campanha Civilista.

A carreira política de Rui Barbosa já vinha de longa data na política nacional. Ele foi o responsável pela incineração dos arquivos da escravidão que estavam sob a guarda do Ministério da Fazenda. A incineração ocorreu em 13 de maio de 1891, sob a gestão de Tristão Alencar Araripe. A ideia partira de Rui Barbosa, antecessor na pasta, quando em 14 de dezembro de 1890, decidira queimar todos os registros, matrículas e certificados de posse de escravos que estavam sob a guarda daquela repartição. Pretendia, assim, isentar a República nascente de ações indenizatórias movidas pelos senhores de escravos. Desta forma, a maneira que ele encontrou para se ver "livre de uma mácula" (a escravidão) não foi garantindo uma inserção digna do negro na sociedade do trabalho assalariado, mas sim apagando a memória do país.

Na época na Campanha civilista, o slogan da campanha de Rui Barbosa o enaltecia como sendo "O mais inteligente dos brasileiros", em oposição a um candidato militar. O candidato da oligarquia paulista e baiana ganhou fama internacional ao defender os direitos das pequenas nações e propondo igualdade entre as nações durante o II Congresso de Haia (1907). Sua participação lhe forneceu o elogio de "Águia de Haia". Então, no ano de 1910, lança-se candidato civil à Presidência, liderando a Campanha Civilista em oposição ao marechal Hermes da Fonseca.

Altamente conservador nas questões sociais, condenando, por exemplo, as agitações operárias que aconteciam com

cada vez mais intensidade no país, Rui Barbosa propunha algumas inovações políticas. Defendia reformas na Constituição, combate às oligarquias tradicionais, além de reformas eleitorais, dentre as quais constava o voto direto. A Campanha Civilista foi a primeira campanha presidencial de caráter moderno no Brasil, onde o candidato percorria o país inteiro atrás de apoio político, tentando seduzir o eleitorado através de discursos, comícios e festas.



Reacionário nas questões sociais, Rui Barbosa defendia uma modernização da política nacional através da Campanha Civilista em oposição às oligarquias cafeeiras.

A maior parcela do eleitorado (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e parte de São Paulo) era, no entanto, controlada por Hermes da Fonseca. Os civilistas tentam conseguir apoio popular, sem resultado, e perdem as eleições. O que, de fato, marcou o processo eleitoral foram as fraudes arquitetadas pelos "coronéis", que apoiavam Hermes da Fonseca. Foi um dos momentos de maior utilização do "curral eleitoral" e do "voto de cabresto". O marechal obteve 403.867 votos contra os 222.822 votos do candidato da Campanha Civilista.

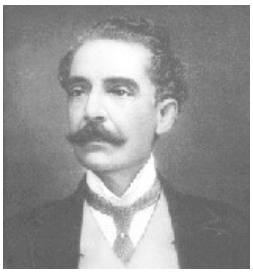
Rui Barbosa, com sua derrota, só voltaria a disputar a Presidência em 1919. Seria novamente é derrotado, desta vez por Epitácio Pessoa.

HERMES DA FONSECA (1910-1914)

Assume a Presidência em 15 de novembro de 1910 e governa até o final do mandato, em 1914. Gaúcho, num cenário político dominado por paulistas e mineiros, sua vitória abalou a "política do café com leite". Diferentemente dos outros presidentes militares – Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) –, que eram voltados a uma ligeira modernização do país, Hermes da Fonseca mantém uma política conservadora, assim também como o faz na economia.

A cisão entre São Paulo e Minas Gerais, em seus governo, demonstra a crise política entre as elites e marca o início dos abalos no sistema oligárquico. Até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a luta entre as oligarquias tradicionais e as oligarquias dissidentes (políticos estaduais que se opunham à oligarquia do "café-com-leite") marcaria o país.

Em outubro de 1910, o senador gaúcho Pinheiro Machado lançara as bases do Partido Republicano Conservador (PRC), numa tentativa de organizar uma agremiação política de âmbito nacional, reunindo as correntes que haviam apoiado o marechal. A presidência do novo partido foi entregue a Quintino Bocaiúva, um dos patriarcas da República. Em todo caso, o verdadeiro chefe do partido era Pinheiro Machado, principalmente após a morte de Quintino Bocaiúva (1912). Com o PRC, ele pretendia controlar o jogo político nacional, num momento em que os demais partidos tinham apenas caráter regional.



Entre 1905 e 1914, Pinheiro Machado foi líder da bancada gaúcha, Presidente do Senado e da Comissão Verificadora de Poderes, sendo o mais poderoso e influente líder político da República Velha.

Porém, para evitar perder o poder, Hermes da Fonseca aciona o Exército. Isso explicita uma estranha situação de seu governo. Ele se apoiava, ao mesmo tempo, em setores oligárquicos aliados de Pinheiro Machado e nos militares "moralizadores". Seu ministro da Fazenda era Francisco Sales, representante das oligarquias de Minas Gerais. Em contrapartida, a pasta da Guerra fora entregue ao general Dantas Barreto, favorável à intervenção das Forças Armadas na política. A aliança entre as oposições estaduais e o Exército garantiram as mudanças nas oligarquias estaduais arquitetadas pelo Presidente.

Essas substituições de oligarquias nos estados compõem o processo denominado de "política das salvações", que recuperava a importância direta dos militares na política, por meio de intervenções militares nos governos estaduais. Seu objetivo era reduzir o domínio das oligarquias e "moralizar" a política.

Na prática, porém, os militares apenas participam do jogo de poder local: aliam-se às facções oligárquicas que estão na oposição e as colocam no poder, em substituição às oligarquias da situação.

Numerosas oligarquias estaduais foram derrubadas através das "salvações". Porém, a partir de junho de 1913, Pinheiro Machado, dentro de sua lógica de tentar controlar o Governo Federal mais do que o próprio Presidente, conseguiu restabelecer a maioria do PRC no Congresso e afastar os chefes militares que defendiam abertamente a intervenção do Exército na política.

As "salvações" ocorreram com sucesso nos estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas. Todas as oligarquias derrubadas eram aliadas de Pinheiro Machado. Se no início o grande mérito de Hermes da Fonseca havia sido conseguir o apoio do senador gaúcho, este agora havia se tornado intolerável. Porém, fracassaram na Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul. No Ceará, com a Revolta Cearense de 1914 (ou Conflito de Juazeiro), encabeçada pelo Padre Cícero Romão Batista ("padim Ciço"), cai o governo do coronel Franco Rabelo, e sobe ao poder Nogueira Acioli, que recebia o apoio de Pinheiro Machado.

O governo de Hermes da Fonseca também é marcado por revoltas militares, como a Revolta da Chibata (1910),

liderada pelo marinheiro negro João Cândido, e por graves conflitos sociais, como a Guerra do Contestado (1912-16). Ambas, reprimidas com intensa violência.

Além de toda a violência política que marcou o seu governo, a economia estava cada vez mais sujeita aos capitais internacionais. Entre 1911 e 1912 foram contraídos dois empréstimos com o grupo *Rothschild* e com o *Lloyds Bank Limited*, no valor total de £6.900 milhões. Houve ainda um terceiro empréstimo com o *Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud* no valor de 60 milhões de francos-ouro.

A economia ficou de tal forma debilitada que, em 1914, foi necessário negociar um novo *funding-loan,* contraindo mais uma dívida com os *Rothschild*, no montante de £14.502.396. Sua finalidade era adiar para o futuro o pagamento das dívidas anteriores. Como garantia de pagamento, Hermes da Fonseca ofereceu a renda da Alfândega do Rio de Janeiro (já empenhada no *funding-loan* de 1898). Além disso, para garantir a renegociação, ofereceu também as rendas de todas as Alfândegas do país. O país estava literalmente controlado pelo interesse do capital estrangeiro.

Na época, já estava em debate que seria o próximo presidente. O PRC lançou o nome Pinheiro Machado. Porém, após o veto do PRP e do PRM, ele desistiu de concorrer. Os dois partidos lançam o nome de Venceslau Brás, mineiro e vice-presidente de Hermes da Fonseca, eleito sem quaisquer problemas em março de 1914. Rui Barbosa chegou a lançar sua candidatura, mas desistiu antes das eleições devido à falta de apoio.

Os mecanismos de poder da política das oligarquias desempenhavam o papel econômico para o qual haviam sido criados, mas o monopólio do governo exercido pelo PRP e pelo PRM provocava descontentamento em todo país, principalmente no Rio Grande do Sul. O imobilismo gerado pela "política dos governadores" e a manutenção da mesma oligarquia por um período indefinido começavam a dar seus primeiros sinais de ruína absoluta.

VENCESLAU BRÁS (1914-1918)

Venceslau Brás assume a Presidência em 15 de novembro de 1914 e governa até 1918. Antes mesmo de seu governo, as eleições de 1910 já haviam sido as mais disputadas da República. A afluência de novos grupos sociais e a rearticulação do exército sobre novas bases, faria do governo de Venceslau Brás fortemente marcado por intensas agitações políticas. Foi um momento de violentos conflitos armados entre as diferentes oligarquias, dissidências estas que explicitavam a corrosão interna da República.

Em 8 de setembro de 1915, Pinheiro Machado era assassinado no Rio de Janeiro. O assassino era Francisco Manso de Paiva Coimbra, que apunhalara o senador pelas costas. Seu maior medo era o de ser assassinado na Casa de Detenção, pois sabia que o diretor era amigo do senador. Tal medo demonstra que, tanto no Brasil de ontem como no de hoje, as relações e influências valem mais do que quaisquer leis. Em todo caso, o fato é que com a morte de Pinheiro Machado se encerrava também o "pinheirismo", fazendo com que o equilíbrio adquirido entre o presidente e o senador assassinado também se exaurisse. Desaparecendo a dualidade de poderes (Venceslau Brás de um lado, e Pinheiro Machado de outro), fortalecia-se o poder da Presidência da República, gerando crises estaduais e manifestações militares ao longo de todo o país. Além da Revolta dos Sargentos (1914-1916), as oligarquias que ocupavam o poder entraram em choque com as oligarquias dissidentes no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso. Neste último estado, o conflito com os oposicionistas acabou se tornando uma verdadeira guerra civil. Venceslau Brás ainda tem de lidar com as consequências da repressão sobre a Campanha do Contestado.

Em todo caso, os principais movimentos políticos, que de fato ameaçavam não apenas o sistema político como também o sistema sócio-econômico, decorriam do movimento operário revolucionário que despontava como uma força político-social organizada, pautado sobre os princípios do anarco-sindicalismo. Greves ocorrem em vários pontos do país. A principal explode em São Paulo: a Greve Geral Anarco-Sindicalista de 1917, durando cerca de uma semana, sendo o primeiro momento da História do Brasil em que uma greve geral conseguiu parar toda a produção e os serviços de uma cidade (indústria, transportes, alimentação, comunicações etc.) ao mesmo tempo em que gerava intensas mobilizações populares, comícios e manifestações. A greve foi dissolvida a patas de cavalo e intensa repressão policial, provocando a morte de centenas de operários. Ainda em relação à política interna, no ano de 1916, Venceslau Brás promulga o primeiro Código Civil Brasileiro.

Comício na Praça da Sé durante a Greve Geral de 1917. Baseados no anarco-sindicalismo, os trabalhadores de São Paulo combatiam o capitalismo com greves, boicotes e sabotagens.

No plano externo, foi o governo diretamente marcado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que, além de abalar tanto a Europa quanto o restante do mundo, no Brasil, favoreceu o desenvolvimento das indústrias, assim como o surgimento de uma burguesia industrial, de uma classe média e do proletariado, principalmente no estado de São Paulo, reforçando ainda mais o processo de urbanização e modernização pelo qual o país passava desde o início do século XX. Ao mesmo tempo, a Guerra gerava também o desemprego, a carestia de vida, uma intensa baixa nos salários e a falência de inúmeros cafeicultores, pois a Europa, gastando seus recursos na indústria bélica, não importava mais café. A queda das exportações de café provocada pela Guerra fez com que Venceslau Brás ordenasse a queima de 3 milhões de sacas de café (junho de 1917) para evitar uma baixa ainda maior dos preços. A partir de então, apesar da valorização do produto, a exportação de café somente declinaria. Ainda no ano de 1917, simultaneamente ao agravamento da precariedade nas condições de vida e às eclosões das greves, o governo brasileiro declara guerra à Alemanha e Áustria, enviando à Europa uma divisão naval e um corpo de saúde. É também o momento que eclode a Revolução Russa (1917), convulsionando o capitalismo liberal já deteriorado pela Grande Guerra e disseminando os métodos comunistas por todo o mundo.

São Paulo na década de 1910. Urbanização, modernização e industrialização. Logo seria o centro econômico do país.

No plano da saúde pública, a Gripe Espanhola atinge a população de forma violenta. Em 1918, só em São Paulo, morrem 8 mil pessoas em apenas quatro dias. No mundo inteiro, a Gripe Espanhola matou cerca de 50 milhões de pessoas. Rodrigues Alves, o presidente da República recém-eleito, foi uma das vítimas da gripe.

DELFIM MOREIRA (1919)

Conforme já foi dito, o paulista Rodrigues Alves morre vitimado pela Gripe Espanhola, em 16 de janeiro de 1919. Mantendo a "política do café-com-leite", ele havia sido o único político da República Velha eleito duas vezes para a Presidência da República, porém como já vinha doente, não chegou a tomar posse de seu segundo mandato.

Delfim Moreira, eleito vice-presidente na chapa encabeçada por Rodrigues Alves, toma posse como presidente interino em 15 de novembro de 1918. Assume a Presidência até a eleição de um novo presidente, em 28 de julho de 1919.

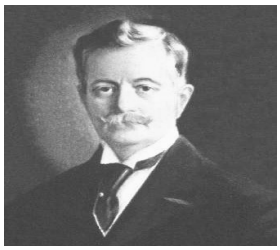
Em seu curto governo envia uma delegação para a Conferência de Paz de Paris (aberta em 18 de janeiro de 1919), da qual resultou o Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919), que definia os termos de paz e as indenizações impostas sobre as nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa delegação era chefiada por Epitácio Pessoa.

Além disso, no plano interno tem de enfrentar greves operárias em São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro e Niterói. Foi um momento também de extremas dificuldades em Pernambuco, geradas pela seca que provoca não apenas a miséria de milhares, mas também crises políticas.

A fratura interna das oligarquias estava explícita. São Paulo e Minas Gerais não conseguiam chegar em um acordo sobre quem deveria assumir a Presidência. Aproveitando-se dessa divergência, Rui Barbosa lança-se como candidato da oposição, retomando os antigos slogans da Campanha Civilista de 1910.

As oligarquias do PRP e do PRM, por mais que fossem gradativamente se corroendo em divergências, optaram por um paraibano para a assumir o Governo Federal: Epitácio Pessoa. Este foi eleito sem quaisquer dificuldades, retornando do Congresso de Paris já presidente do Brasil.

EPITÁCIO PESSOA (1919-1922)



Indicado pelo PRM, o paraibano Epitácio Pessoa assume a Presidência em 28 de julho de 1919 e governa até 15 de novembro de 1922. Seu governo é marcado por graves conflitos sociais e políticos que explicitam o irreversível declínio da Primeira República.

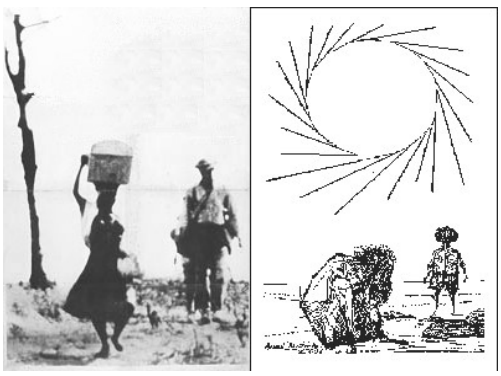
Já em outubro de 1919, enfrenta amplo movimento grevista anarco-sindicalista em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além da violenta repressão durante os comícios e manifestações, a polícia fecha o jornal operário *A Plebe* e expulsa do país seus redatores e mais cem militantes operários, todos imigrantes. O movimento operário gera ainda mais preocupações para o Governo Federal quando, em 25 de março de 1922, é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), composto majoritariamente por ex-anarquistas influenciados pela Revolução Russa (1917) e descontentes com as táticas utilizadas pelos anarco-sindicalistas.

O movimento operário sofreria maiores ataques por meio do da Lei de Repressão ao Anarquismo (Decreto nº 4.291 de 17 de janeiro de 1921). Por meio desta lei, o anarquismo caia na clandestinidade. O governo estava autorizado a fechar associações, sindicatos e sociedades civis, cercear a liberdade de imprensa, prender e deportar estrangeiros sem julgamento, prender e expulsar os brasileiros de suas respectivas cidades de atuação.

Apesar da estagnação do crescimento industrial gerado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), havia uma boa situação no plano econômico-financeiro devido à retomada do crescimento das exportações do café. Realizou-se uma nova valorização do café e foi criada a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, visando facilitar o crédito bancário. Todas essas realizações não seriam possíveis sem os empréstimos de quantias cada vez mais vultuosas por parte dos Estados Unidos. Durante a Guerra, em 1915, o *National City Bank de Nova York* instalava duas agências no Brasil. Também neste ano, na capital federal instalava-se a primeira Câmara de Comércio Norte-Americana para o Brasil. Este é, portanto, o momento em que estava se consolidando a hegemonia dos EUA sobre o Brasil, em detrimento do antigo domínio econômico britânico. Esse era um processo que vinha mesmo antes da Primeira Guerra. Já em 1912, os EUA eram o destino de 36% das exportações brasileiras, e a Inglaterra recebia apenas 15%.

Entre 1919 e 1921, uma grande seca se alastrou sobre o sertão, principalmente pernambucano, gerando um intenso êxodo rural no Nordeste. A boa situação financeira permitiu que o governo injetasse recursos na construção de açudes no na região.

Para tentar controlar a situação, é criada, em 1920, a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste Brasileiro, mantida com 2% da receita tributária anual da União, além de outros recursos. Tinha início a "indústria da seca" no Brasil, onde muitas vezes o dinheiro destinado ao combate dos efeitos catastróficos das secas eram desviados para fins privados por parte do políticos locais. Foram construídos 205 açudes e 220 poços e as ferrovias locais foram acrescidas de 500 km. Isso, no entanto, não bastou para solucionar a insustentável situação de penúria da população local.



À esquerda, a imagem do cartaz do filme *Vida Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, baseado na obra homônima de Graciliano Ramos (1938). Ao lado, Ademir Martins ilustra o livro *Vida Secas*, que junto com outras obras imortalizaria o flagelo do retirante.

Na verdade, as ações de Epitácio Pessoa contra a seca do Nordeste já portava as falhas que estariam contidas nas políticas de combate à seca que seriam implantadas futuramente no país: os governos ressaltam a solução hidráulica, desempenhando a tarefa espetacular de construir imensas barragens hidroelétricas, centenas de açudes e cisternas. Porém, nunca ousaram realizar uma efetiva ação de desapropriação de terras dos latifundiários para que fosse possível utilizar a água armazenada para realização de uma agricultura irrigada em seu sentido social, ou seja, onde todos obtivessem acesso à terra, aos recursos materiais e financeiros para poderem produzir nela. Ao longo da História do Brasil, esta situação foi levada a dimensões caóticas, pois mesmo que a água fosse acumulada, não lhe era dada utilização coletiva, voltada para o bem social. A questão foi bem sintetizada em uma canção popular, ao afirmar que "O problema do Nordeste é a cerca e não a seca", pois os grandes reservatórios d'água estão nos latifúndios, longe do acesso da população pobre que, como única saída, tem de migrar para as grandes metrópoles em busca de empregos precários e miseráveis condições de moradia, transporte, saúde e educação.

Na verdade, a situação do Nordeste demonstrava que apesar da aparência de prosperidade econômica, a situação do Brasil era uma verdadeira calamidade.

Em 1920, Epitácio Pessoa decreta intervenção federal na Bahia devido aos choques entre os "coronéis" locais e políticos de oposição. Tropas federais ocupam Recife para conter conflitos entre as oligarquias durante eleições de 1922. Para a insatisfação dos militares, o presidente nomeia Pandiá Calógeras, um civil, para ocupar o Ministério da Guerra. Um outro civil, Raul Soares, foi nomeado para ocupar o Ministério da Marinha.

A violência tornava-se mais aguda quando, em outubro de 1921, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou uma série de cartas que continham ofensas aos militares, em especial ao Exército, atribuídas a Arthur Bernardes, que era apoiado pelo presidente. Nas cartas, Hermes da Fonseca era chamado de "sargentão sem compostura" e um banquete oferecido a ele pelos generais era classificado como "bacanal indecoroso". Foi o chamado episódio das "cartas falsas" (pois, posteriormente, foram apuradas as falsidade ideológica das cartas). Ele serviu para tornar ainda mais tensas as relações entre o Clube Militar, composto principalmente por tenentes, e o Governo Federal. Os militares se rebelam e, em julho de 1922, Epitácio Pessoa fecha o Clube Militar e prende o ex-presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). Seu ato provoca o protesto de oficiais jovens e inaugura a participação dos tenentes e oficiais de baixa-patente na política nacional, configurando o tenentismo.

A cena política já conturbada se tornou ainda mais tensa com a indicação de Arthur Bernardes, por parte do PRP e do PRM, para as eleições de março de 1922. As oligarquias dos estados intermediários (Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro) formaram a Reação Republicana, indicando o fluminense Nilo Peçanha como candidato da

oposição, pregando a moralização das instituições políticas. Em meio a uma acirrada disputa eleitoral (a segunda de todo o período da República das Oligarquias), após eleições fraudulentas, em maior de 1922 Arthur Bernardes sai como o candidato vitorioso.

O movimento tenentista, que ganhava mais adeptos, desponta violentamente pela primeira vez na manifestação armada na Revolta do Forte de Copacabana (Os 18 do Forte), em 5 de julho de 1922. A causa da revolta foi justamente a vitória de um candidato indicado pelas oligarquias tradicionais. Um dos sobreviventes era Siqueira Campos, que, posteriormente, se juntaria à Coluna Prestes. Apesar da derrota dos revoltosos, já era notório que as oligarquias não mais teriam condições de governar o país como bem quisessem, e, no limite, deixariam o poder muito em breve.

Revolta do Forte de Copacabana: os 18 do Forte marchando pela Avenida Atlântica, Rio de Janeiro. Dentre eles, no centro de chapéu, o civil Otávio Correia.

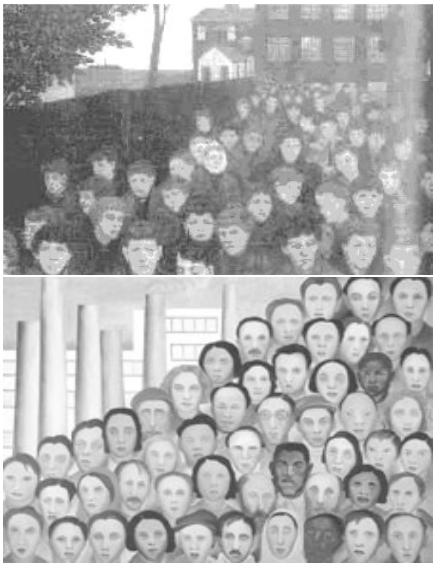
Em 1° de novembro de 1922, falecia, no Rio de Janeiro, Lima Barreto, autor de *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Também em 1922, em meio a tamanha agitação política, a Semana de Arte Moderna é realizada nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro, no Teatro Municipal de São Paulo. Sob fortes vaias e manifestações exaltadas em oposição à inovação nas artes, os modernistas fizeram da Semana de 22 um marco na história da arte brasileira.

Jovens intelectuais da burguesia liberal traziam a arte dos novos tempos para o país, apontando toda a falência de uma cultura baseada subserviência desmedida aos padrões estéticos ultrapassados e temas estrangeiros, completamente desligados da cultura nacional e que viam nesta um sinônimo de atraso perante os valores das elites europeias.

O modernismo realizava sua primeira grande manifestação na sociedade brasileira pautando-se tanto por um ímpeto destruidor, farto de todos os tipos de amarras parnasianas e provincialismos que impedissem a livre-criação, quanto por uma vertente mais criadora, gerando novas formas de expressão e investigação da arte, como o dadaísmo, futurismo, expressionismo, surrealismo, primitivismo, e outras vertentes. Em março de 1922, era lançada a revista *Klaxon*, um dos principais veículos das ideias das vanguardas modernistas.

Na literatura, os principais nomes do modernismo desse momento eram Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo. Nas artes plásticas destacavam-se Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Emiliano Di Cavalcanti e o escultor Victor Brecheret. Já na música, além de Guiomar Novais, a grande inovação veio com Heitor Villa-Lobos.

À esquerda: capa realizada por Di Cavalcanti para o catálogo da exposição da Semana de Arte Moderna de 1922. À direita: cartaz do mesmo artista afixado no Teatro Municipal de São Paulo para divulgação da Semana de 22.



Acima: "Proletários" (1900), de Hans Baluschek. Abaixo: "Operários" (1933) de Tarsila do Amaral. Inspirados na arte europeia, os modernistas brasileiros passam a retratar a realidade brasileira, tentando enxergar o país "de dentro para fora". Essa tendência seria reforçada com o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1925) lançado por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Após a sua viagem à União Soviética, Tarsila, adepta da ideologia comunista, retrataria um personagem das cidades brasileiras até então deixado de lado pelas artes: o proletariado.

A Semana de 22 não inventou o modernismo no Brasil. Ela é, na verdade, um marco de convergência dos diversos artistas que desde as primeiras décadas do século XX já adotavam como modelo as vanguardas artísticas europeias. Essa, aliás, era uma das fortes contradições do movimento: apesar de defender a ruptura com os padrões europeus, baseava-se nessa mesma estética para representar os temas nacionais até então descartados pelas representações artísticas.

Ciente dessa contradição e sintetizando o principal do pensamento modernista, Oswald de Andrade lança, em 1928, o *Manifesto Antropofágico*, defendendo que a cultura europeia (e estrangeira como um todo) fosse "devorada" e "digerida". Nessa "deglutição antropofágica", aquilo que fosse valoroso seria, internamente, reelaborado em conformidade com a especificidade de nosso contorno social e político, fortalecendo a formação de uma cultura nacional. Essa mistura antropofágica contém em si a essência do modernismos, pois era considerada como resultado do desenvolvimento histórico no Brasil que,

apesar de unitário, apresenta um abismo entre os aspectos arcaicos e modernos, entre a ilhas de riqueza e oceanos de pobreza.

Representando a diversidade no interior das artes modernistas, surge no final da década de 1920 o movimento do verde-amarelismo, que redundou no grupo *Anta*, liderado por Menotti del Picchia., de caráter conservador, de extrema-direita, ultranacionalista e xenófobo. O veículo de comunicação desse grupo era a Revista *Verde*. Não por acaso, um dos seus principais expoentes era Plínio Salgado, futuro líder do Integralismo (vertente brasileira do fascismo).

Apesar da curta duração (apenas três dias), o evento serviu para a abalar o conservadorismo e o provincianismo estético e temático dominantes na cultura nacional naquele momento. O pressuposto essencial da Semana de 22, o autoconhecimento do Brasil, pretendia, ao mesmo tempo, encerrar o mimetismo mental e denunciar o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento. Mas denunciar com uma linguagem avançada, moderna, coloquial, aproveitando o arsenal estilístico e estético das inovações vanguardas europeias. A arte no Brasil nunca mais seria a mesma após a Semana de 22 e a atuação das vanguardas modernistas.

A Semana de 22 acontecer no mesmo ano do centenário da Independência. Era uma época em que apenas 30 mil, dentre os 32 milhões de brasileiros, possuíam o privilégio de ter um veículo. A dívida para com os bancos estrangeiros atingia o patamar de £121 mil (ou 4.850 contos de réis). O Brasil da década de 1920 seria marcado por desigualdades sócio-econômicas, pelas camadas médias que se mostravam insatisfeitas com a falta de liberdade e as limitadas possibilidades de influir na vida política, e pelo fortalecimento do domínio das instituições financeiras estrangeiras sobre o país. Tal cenário não poderia conduzir a nenhum caminho que não agitações políticas e revoltas sociais.

ARTHUR BERNARDES (1922-1926)

Presidente da República entre 1922 e 1926, o mineiro Artur Bernardes tem, provavelmente, a Presidência mais turbulenta da Primeira República. Ele governa sob estado de sítio (interrompido apenas entre dezembro de 1923 e julho de 1924). Sendo assim, dos 48 meses de seu governo, 44 ocorreram sob estado de sítio.

O momento político do final da República das oligarquias fez com que Arthur Bernardes se utilizasse desse dispositivo contra as oligarquias dissidentes, tenentismo e os movimentos operários revolucionários, reprimindo tanto anarquistas quanto comunistas.

Durante o seu mandato, o presidente Bernardes investe contra os políticos da Reação Republicana, principalmente sobre os seguidores de Nilo Peçanha (RJ), de Joaquim José Seabra (BA) e de Borges de Medeiros (RS). Os conflitos sociais e políticos se intensificam. Sempre apoiando a oposição aos políticos da Reação Republicana, em 1923 o presidente decreta a intervenção federal no Rio de Janeiro, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Neste estado, o presidente se utilizou da justificativa de conter uma crescente Revolta Gaúcha que eclodiu devido ao fato de Borges de Medeiros ter se reelegido pela quinta vez ao cargo de governador do estado. Depois do Pacto de Pedras Altas, foi decido que após o término do mandato de Medeiros, estaria proibida a reeleição no estado. Dessa forma, ganhava espaço uma nova geração de políticos gaúchos, como Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Getúlio Vargas.

Em 5 de julho de 1924 (exatamente dois anos após a Revolta do Forte de Copacabana), tenentes rebelam-se em São Paulo pela segunda vez. Agora, de forma mais organizada, são comandados pelo General Isidoro Dias Lopes" Isidoro Dias Lopes, que contava com o apoio dos irmãos Juarez e Joaquim Távora e do major Miguel Costa, comandante da Força Pública de São Paulo (a antiga polícia militar do estado). Era a chamada Coluna Paulista, provocando a Revolução Paulista de 1924. Foi o primeiro momento no qual o tenentismo definiu um programa político reivindicando voto secreto, centralização do poder, limitações do poder Executivo, obrigatoriedade do Ensino Primário (atual Ensino Fundamental I), etc. Ainda de acordo com o programa, as transformações políticas seriam realizadas por uma elite de militares, e não por movimentos operários subversivos. O fato é que o movimento não consegue tomar o poder na cidade. Depois de sofrer um violento bombardeio, que atingiu, inclusive, os bairros pobres da cidade, como o Brás, os revoltosos têm de debandar, em 27 de julho, para permanecerem atuantes.

O ESTADO DE S. PAULO

MOVIMENTO REVOLUCIONARIO

A guarda da cidade confiada a uma milicia civil

MEDIDAS ENERGICAS PARA DEFESA DA PROPRIEDADE

Arrecadação de armas de guerra

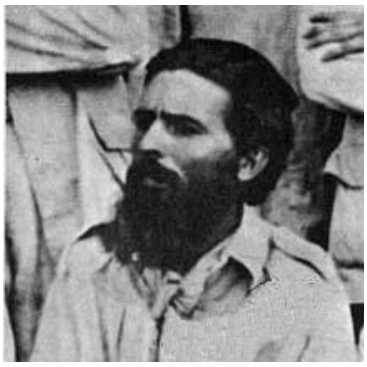
Ouve-se á distancia o canhoneio

A imprensa da época registrando as medidas do governo contra os revoltosos. Dentre elas, arrecadação de armas de guerra entres os civis "para defesa da propriedade".

Já no Rio Grande do Sul, entre 28 e 29 de outubro, a Coluna Prestes, também chamada de Coluna Riograndense, inicia suas atividades, liderada pelo capitão Luís Carlos Prestes. Após embates com o Exército, as duas colunas refugiam-se e, em 12 de abril de 1925, encontram-se e se unem no oeste do Paraná, próximo a Foz do Iguaçu.

Depois de convencer os líderes paulistas sobre a possibilidade da vitória contra o governo e as tropas fiéis a ele, Prestes iniciou a longa marcha afastando-se do país e

retornando posteriormente. Devido à união das Colunas Paulista e Rio Grandense, foi decidido que Isidoro Dias iria para a Argentina organizar a ação da retaguarda do movimento, ao mesmo tempo em que Miguel Costa seria o comandante geral da tropa que marchava pelo país e Luís Carlos Prestes seria o chefe do estado maior. Originava-se a Coluna Prestes-Miguel Costa. Foram 21 meses de longas caminhadas e combates por quase todos os locais por onde passava. Prestes põe em prática a concepção da "guerra de movimento", um tipo de guerra de guerrilha utilizada para impedir maiores vitórias das tropas fiéis ao governo. Foi nesse contexto que Prestes aderiu às ideias comunistas, após horas de conversas com Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB. A grande marcha realizada pela Coluna por vários estados do Brasil jamais foi vencida. Dissolveu-se em 4 de fevereiro de 1927, na Bolívia, dois meses depois do fim do governo de Arthur Bernardes e o início do governo de Washington Luís. A Coluna Prestes, porém, não conseguiu atrair maiores apoios das populações do território pelos quais passava, com exceção de alguns grupos que, além de apoiar, passaram a integrar o movimento.



Luís Carlos Prestes na época em que a Coluna marchava pelo país. Denominado pelo escritor Jorge Amado como "O Cavaleiro da Esperança", depois de liderar as tropas do tenentismo, Prestes se tornou um dos principais chefes comunistas no Brasil.

Nos centros urbanos, anarquistas e comunistas faziam do movimento operário um verdadeiro campo revolucionário contra o governo. As greves multiplicavam-se. Junto às ações organizadas pelos sindicatos anarquistas, opondo-se também ao governo, havia os que acreditavam prioritariamente na política institucional representada pelo PCB, que aumentava o número de adeptos. Os trabalhadores tentaram se unir aos tenentistas, mas estes não aceitaram.

Para Arthur Bernardes, a única forma de controlar toda essa situação era por meio da ação coercitiva do Estado.

Já em 5 de maio de 1922, o presidente inaugurava a Colônia Agrícola de Clevelândia. Completamente isolada de quaisquer contatos com o restante do país, a Colônia de Clevelândia localizava-se no Oiapoque, ao Norte do atual estado do Amapá, cuja administração política, naquele momento, era integrada ao Estado do Pará, na fronteira com a Guiana Francesa. Objetivando principalmente a repressão ao anarquismo, para a Colônia eram mandados os subversivos da cena política brasileira daquele momento: trabalhadores, soldados, marinheiros etc. Para os estrangeiros, as deportações sem processo que sofriam miravam seus países de origem. Já para os brasileiros, estava reservado o isolamento da Amazônia. Somente entre fins de 1924 e meados de 1925, mais de mil pessoas foram confinadas neste campo de trabalhos forçados. Além do trabalho compulsório, a alimentação era escassa e podre, os castigos físicos eram constantes, assim como os assassinatos ou as mortes por doenças adquiridas na mata. O "inferno verde" (como era chamada a Colônia) configurou-se como o primeiro campo de concentração da América Latina. O próximo campo de concentração também seria criado também sob a administração de Arthur Bernardes, funcionado entre 1924 e 1928, no presídio político da Ilha de Trindade, no litoral brasileiro próximo ao Espírito Santo.

Colônia Penal de Clevelândia (AP). O presidente Arthur Bernanardes intensifica a repressão a anarquistas e aos demais subversivos enviando-os ao "inferno verde", o primeiro campo de concentração da América Latina.

Neste mesmo contexto, em São Paulo, a partir da Revolução de 1924, a repressão policial foi das mais brutais possíveis. Mais de 10 mil prisões arbitrárias foram realizadas, assim como ocorria no restante do país. Através de uma ação ilegal, soldados brasileiros invadiram o Uruguai e degolaram cerca de 20 rebeldes que lá haviam se refugiado. Para sistematizar melhor o ataque contra os movimentos políticos que ameaçavam o Estado, em 31 de dezembro de 1924, por meio da Lei 2.034, Arthur Bernardes cria a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), a polícia política que se tornou uma das principais armas das ditaduras pelas quais o Brasil adentraria futuramente.

WASHINGTON LUÍS (1926-1930)

O último fôlego da Primeira República seria dado com Washington Luís. O fluminense foi lançado pelo PRP e governo de 15 de novembro de 1926 até ser deposto pela Revolução de 30. Antes disso, já havia sido prefeito da cidade de São Paulo, entre 1914-1917 (combatendo, portanto, a Greve Geral de 1917), e Presidente de São Paulo, entre 1920-1924 (o cargo de Presidente de estado correspondia ao atual cargo de Governador do estado).

Em seu governo, ele tenta concentrar ainda mais os poderes nas mãos do presidente. Seu ministério era formado por políticos suscetíveis aos seus comandos. Para tentar acalmar a

situação política do país, em março de 1927 ele suspende o estado de sítio. Também libertou alguns presos políticos e encerrou as atividades da Colônia de Clevelândia e do presídio político da Ilha de Trindade.

Isso não significava, porém, que houvesse qualquer política de apaziguamento com os revolucionários. Quando questionado a respeito das convulsões sociais no Brasil, Washington Luís afirmou enfaticamente que "a questão social é um caso de polícia"!

Num momento em que os comunistas representavam um perigo cada vez maior à ordem estabelecida, o presidente Washington Luís sanciona o Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927, projeto de Aníbal Toledo, que "torna inafiançável os crimes definidos pelo Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890", ou seja, "desviar os operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, [...], assim como causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho [...], para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário".

Essa é a denominada "Lei Celerada", que também autorizava o governo a "ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuízo do respectivo processo criminal". Dessa forma, voltavam ao vigor a rigorosa censura à imprensa e outras formas de cerceamento da liberdade de expressão. Com o governo permitido a intervir nos sindicatos, a nova lei coloca o PCB na ilegalidade, juntamente com outros revolucionários de esquerda. Assim como no restante do mundo capitalista, o espectro do anticomunismo começava a tomar força no país. Entre 1927 e 1929, inúmeros processos foram movidos contra os revolucionários.

No plano econômico-financeiro, Washington Luís pretendia adotar o padrão-ouro à moeda nacional, ou seja, todas as notas em circulação no país seriam garantidas pelas reservas de ouro do governo. Assim, a qualquer momento as notas poderiam ser trocadas no Banco do Brasil pelo seu valor equivalente em ouro. O padrão seria, portanto, a moeda conversível, aquela que pode ser trocada por ouro.

Para concretizar seus planos, o governo cria a Caixa de Estabilização (1927-29) para administrar todas as reservas-ouro do país. Estas deveriam ser da ordem de £30 milhões. O papel-moeda seria trocado pelas notas conversíveis em ouro e emitidas também pela Caixa de Estabilização. A própria moeda seria alterada: o mil-réis seria substituído pelo cruzeiro, lastreado em ouro.

Essa política econômica vinha sendo posta em prática sob a batuta do então Ministro da Fazenda de Washington Luís, Getúlio Vargas. Os benefícios eram restritos aos grandes cafeicultores. O custo de vida aumentava e a dívida externa também. Afinal, o Brasil não possuía £30 milhões em ouro. A maneira de conseguir esse valor para por em prática a política econômica foi, como sempre, por meio de empréstimos externos: £8 milhões da Inglaterra e US$41 milhões dos EUA (refletindo o domínio econômico deste último país sobre o Brasil).

Antes de todo o plano ser consolidado, porém, em 29 de outubro de 1929, explode o Crack (Quebra) da Bolsa de Valores de Nova York, gerando a Crise de 1929 (a Grande Depressão). Juntamente com o restante dos países de economia liberal, o Brasil foi à falência.

A Crise foi desencadeada devido à super-produção de mercadorias nos EUA. As ações das grandes empresas despencaram, perdendo quase todo o seu valor financeiro, levando milhares à falência. Dos EUA, a Crise rapidamente se alastrou para o mundo capitalista, provocando falências generalizadas, desemprego em massa e aniquilando os países pobres, dependentes da exportação de matérias-primas e alimentos para os países desenvolvidos. O Brasil era um desses países, cuja economia, historicamente, baseava-se na exportação dos chamados "produtos de sobremesa" (produtos da agricultura tropical).

Desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil dependia das exportações de café para os EUA. Com a Crise de 1929, a maioria do imenso estoque de café produzido no Brasil ficou sem mercado consumidor. O preço do café desabou violentamente! Paralisaram-se as vendas. Os cafeicultores faliram. Todos os banqueiros internacionais exigiram o pagamento imediato de todos os empréstimos realizados para a Caixa de Estabilização. A população empobrecia. O Brasil não conseguia conter o desastre econômico que destruía a ex-poderosa oligarquia cafeicultora. As estruturas políticas da República Velha não superariam esse novo impacto. Consequentemente, abriu-se caminho para a Revolução de 1930, que colocaria Getúlio Vargas no poder pelos próximos 15 anos.

A Revolução de 1930 está encaixada dentro do quadro de declínio das oligarquias cafeeiras, sendo o ponto culminante desse processo. As causas imediatas encontram-se, primeiramente, na sucessão política de Whasington Luís.

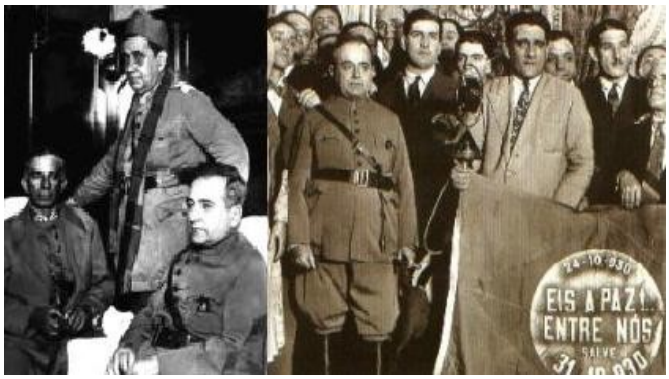
O próximo presidente deveria ser o mineiro Antonio Carlos de Andrade. Porém, rompendo com o esquema político tradicional, o presidente indicou Júlio Prestes, o então governador de São Paulo, como candidato oficial. Frente a essa manobra, as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba fundaram, em junho de 1929, a Aliança Liberal. Em seu programa, a Aliança defendia anistia política, reformas sociais, o voto secreto e a moralização da vida pública. Na chapa da Aliança Liberal, lançava-se para presidente Getúlio Vargas (governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Fazenda de Washington Luís). Para vice, lançava-se João Pessoa (governador da Paraíba e irmão de Epitácio Pessoa). Nas eleições realizadas em março de 1930, Vargas perde para Júlio Prestes com uma diferença de pouco mais de 200 mil votos. A derrota foi aceita sem maiores contestações pela Aliança Liberal, afinal, apesar de algumas divergências, todos os envolvidos na disputa representavam oligarquias estaduais.

Porém, Washington Luís iniciou um verdadeiro processo de "degola" da oposição após as eleições, cassando todos os

senadores ligados com o mineiro Antonio Carlos de Andrade e o paraibano João Pessoa. Insatisfeitas, as oligarquias estaduais passaram a elaborar uma revolução armada. Além disso, a burguesia e as classes médias urbanas, que a haviam depositado esperança nas reformas da Aliança Liberal, perceberam que as oligarquias cafeeiras fariam de tudo para, através do voto, eternizar sua permanência no poder. A cisão da oligarquia paulista em liberais e republicanos conservadores culmina, em 1926, na fundação do Partido Democrático (PD – uma dissidência do antigo PRP), de tendência liberal, com o apoio do jornal O Estado de S. Paulo, defendendo reformas políticas e voto secreto. Somado a essa configuração política, havia as intenções dos tenentistas retomarem a luta armada e se aliarem com o Partido Democrático, apesar da oposição de Luís Carlos Prestes (já convertido ao comunismo) em se aliar às oligarquias. Prestes rompeu especialmente com Juarez Távora. Ao mesmo tempo, a partir do momento em que aderira ao marxismo, dava um corpo teórico mais elaborado ao tenentismo, aumentando as suas possibilidades de ganhar bases sociais que nunca tivera.

Tudo convergia para a luta armada. Esta ainda não havia explodido devido às ressalvas tanto de Getúlio Vargas quanto de Antonio Carlos, pois havia uma ala mais exaltada da Aliança Liberal que desejava a tomada armada do poder. Os tenentistas, já sem Prestes, preparavam-se para atacar o governo.

Porém, em 26 de julho de 1930, era assassinado João Pessoa (devido a questões pessoais e da política interna da Paraíba). Atribui-se, entretanto, o assassinato ao governo federal. Iniciavam-se os preparativos de uma revolta armada generalizada. Estourando em Porto Alegre, no dia 3 de outubro de 1930, sob o comando de Vargas, as tropas para a deposição de Washington Luís mobilizavam-se por todo o país.



À esquerda: Vargas vindo para São Paulo após a deposição do presidente; sentado a sua direita, Miguel Costa; em pé Góis Monteiro. À direita: Vargas chega ao Palácio do Catete (RJ) em 31 de outubro de 1930. Era o fim da Primeira República.

O governo também aciona suas tropas. O confronto adquiriria proporções até então nunca vivenciadas no país. Mas momentos antes do confronto se iniciar, uma Junta Militar formada no Rio de Janeiro depõe o presidente no dia 24 de outubro. Apesar das suas pretensões de permanecer no poder, a Junta o entrega para Vargas, que chega ao Rio de Janeiro em 31 de outubro. Apenas 72 horas depois, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas toma posse do Brasil como "Presidente Provisório", nomeando no mesmo dia o seu novo ministério. A vitória da Revolução de 1930 concretizava o fim da hegemonia política das oligarquias cafeeiras. Encerrado seu domínio sobre o país, terminava também a República Velha.

MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E AGITAÇÕES POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O preço da manutenção do domínio político e econômico das oligarquias cafeeiras sobre o Brasil, entre 1894 e 1930, foi a constante eclosão de revoltas em todos os cantos do país: motins militares, agitações operárias, rebeliões nos centros urbanos nascentes e pelo interior. Além disso, desde a chegada de imensas levas de imigrantes ainda no século XIX, a sociedade brasileira passava por profundas transformações em sua composição. Essas alterações são ainda mais intensas após a Primeira Guerra Mundial (1911-1918). Já comentamos rapidamente as sedições e as mudanças sociais e econômicas da fase de consolidação do regime republicano. Agora, deteremo-nos de modo um pouco mais aprofundado sobre as principais delas.

REVOLTA DA ARMADA (1893-1894)

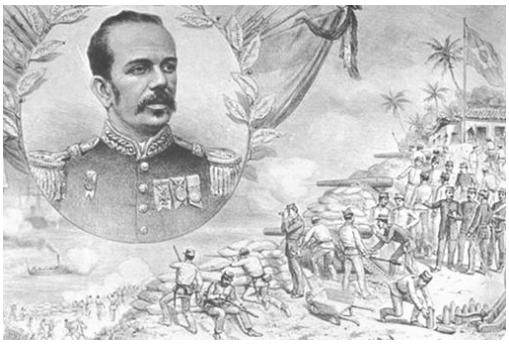
A cúpula da Marinha rebela-se em 6 de setembro de 1893 e exige a deposição de Floriano Peixoto (1891-1894). A esquadra ancorada no Rio de Janeiro ameaça bombardear a cidade. O contra-almirante Custódio José de Melo (ex-Ministro da Marinha de Floriano é o mesmo quem forçara Deodoro da Fonseca a renunciar ao poder, em 1891) lidera a revolta, com apoio do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama. A maioria dos navios da armada, do Batalhão Naval (Fuzileiros Navais) e da Fortaleza de Villegaignon apoiaram a revolta. Porém, o Exército e os outros setores da Marinha permaneceram fiéis ao governo. Além disso, formaram-se batalhões populares que lutaram ao lado de Floriano, demonstrando sua grande popularidade. O almirante Custódio José de Melo teria pela frente a difícil tarefa de derrubar o "Marechal de Ferro" (denominação pela qual referiam-se a Floriano).

Entre setembro de 1893 e março de 1894, o Rio de Janeiro foi alvejado pela guerra., onde os revoltosos bombardeavam a capital federal e as tropas do governo atacavam os revoltosos. Estes eram liderados por monarquistas, fazendo com que a população não tivesse dúvidas em apoiar o governo. Mesmo assim, grande parte da população fugia para o interior. Ao mesmo tempo, Floriano compra diversos navios usados no exterior, principalmente dos EUA, configurando a chamada "Esquadra de Papelão", alcunha dado pelos revoltosos.

Em 9 de fevereiro de 1894 as tropas rebeldes desembarcam em Niterói e tentam cercar a Capital. São derrotadas pelas forças legalistas. Saldanha da Gama e mais 525 revoltosos buscam asilo em navios portugueses, atracados na baía de Guanabara. Os portugueses, contrariamente ao que havia sido acordado com Floriano, desembarcaram os rebeldes no Uruguai, de onde puderam

adentrar à Revolução Federalista, em curso no Rio Grande do Sul. Era nítido o apoio estrangeiro aos rebeldes. Navios franceses, ingleses, norte-americanos e portugueses estavam ancorados também em Guanabara. Tanto com ações diplomáticas quanto com ações militares, objetivavam a queda de Floriano. As relações com Portugal só seriam reatadas no governo de Prudente de Moraes (1894-1898).

Em 10 de março de 1894, após a chegada ao Rio de Janeiro da "Esquadra de Papelão", os revoltosos são derrotados.



Floriano Peixoto e a Revoltada Armada (RJ). Na gravura de Angelo Agostini, tropas do Exército barram o desembarque dos marinheiros rebeldes.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)

Em 15 de dezembro de 1893, no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), eclode uma guerra civil generalizada no Rio Grande do Sul, estado onde havia sérias divergências políticas de longa data entre os latifundiários da região. A revolta é gerada pelo centralismo e autoritarismo do presidente (governador) do Estado, Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano e que recebe apoio de Floriano. No estado, os aliados do governador são chamados de "pica-paus" ou "chimangos" (vindos da tradição política dos liberais moderados), como o senador Pinheiro Machado, grande chefe da política no Rio Grande do Sul desde o Império. A oposição é formada pelos federalistas adeptos do sistema parlamentar, chamados de "maragatos". Eles pretendiam "libertar o Rio Grande do Sul da tirania de Júlio de Castilhos". São liderados por Silveira Martins, um ferrenho defensor da escravidão e ex-monarquista. Perante a aprovação da Lei dos Sexagenários (1885), ele se desesperava, gritando que "Será o suplício da Constituição, uma falta de consciência e escrúpulo; um verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a ruína geral, a bancarrota do Estado, o suicídio da Nação." Além dele, o movimento de federalista era liderado também por Gumercindo Saraiva, que era o principal líder, e pelo general João Nunes da Silva Tavares. Os revoltosos recebem o apoio de parte da Marinha, rebelada contra Floriano no mesmo momento, e o movimento acaba se caracterizando por uma feição antigovernista exacerbada.

A guerra civil atingiu as fronteiras de São Paulo com Paraná. Os enfrentamentos armados duram dois anos. Os atos de violência eram extremos: degolamentos em massa, torturas, assassinatos de civis, estupros, etc.

Degola durante a Revolução Federalista (RS). Iniciada no governo de Floriano Peixoto, encerraria-se definitivamente somente com o governo de Prudente de Moraes.

Após diversas derrotas, nos últimos meses do governo de Floriano, os federalistas perderam Gumercindo Saraiva. A derrota definitiva era uma questão de tempo. Em 10 de julho de 1895, já com Prudente de Moraes (1894-1898), é assinado um acordo de paz: o presidente garante o poder a Júlio de Castilhos e o Congresso anistia federalistas.

GUERRA DE CANUDOS (1896-1897)

A rebelião popular do sertão da Bahia foi o mais grave problema político enfrentado por Prudente de Moraes (1894-1898). Podemos achar as causas dessa revolta ainda na colonização do Brasil, onde, para benefício dos latifundiários, milhares de pessoas eram relegadas à pobreza extrema. Após ser abandonado devido ao declínio do comércio açucareiro internacional, o Nordeste (em especial o sertão) era onde se concentrava a população mais miserável e marginalizada do país. Com as secas que se tornavam mais frequentes com o passar dos séculos, a região foi sendo relegada ao isolamento.

Notícias como a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) demoravam meses para chegar na região, e mais algum tempo para acreditarem nelas. As formas de contato com o restante do país se davam por meio de feiras esporádicas, pela atuação policial ou pelo coletor de impostos, que agora dizia-se representante da República.

Tudo isso contribuiu enormemente para que o sertão nordestino fosse comandado pelo "coronéis", que estendiam seus latifúndios por todas as regiões e estabeleciam uma rede de relações entre si sempre voltada para o seu próprio enriquecimento. Este era conquistado por meio de relações de trabalho quase servis que impunham aos sertanejos.

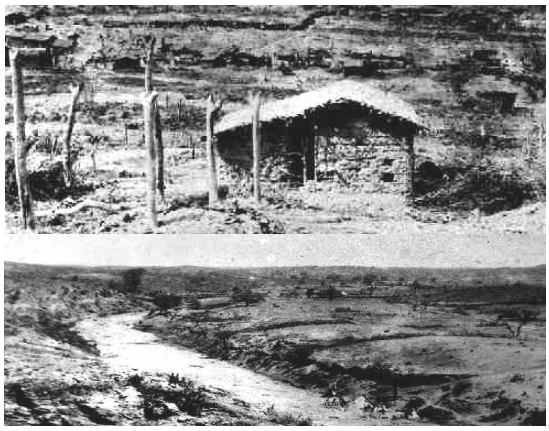
Dessa forma, restavam poucas opções para a população mais pobre: aderir ao cangaço (banditismo social, às vezes ligado com os latifundiários); tentar a emigração para o sudeste e sul do país (o que só passa a acontecer de forma generalizada em décadas posteriores); aderir a movimentos religiosos de um profundo misticismo e de caráter messiânico. No ano de 1893, é exatamente um movimento ligado ao misticismo religioso que emerge no sertão da Bahia. Um movimento messiânico que se transforma em uma guerra civil. Na época considerado monarquista, devido a suas críticas à República, o movimento é liderado

por um beato cearense: Antônio Vicente Mendes Maciel, o chamado Antônio Conselheiro.

Antonio Conselheiro (à esquerda ilustrado por Poty) em ilustrações que valorizam seu aspecto de líder messiânico. Com a religião, mobilizava milhares de pessoas à desobediência civil contra o governo, a Igreja Católica e os latifundiários. Euclides da Cunha, autor de Os Sertões, enviado do jornal O Estado de S. Paulo para cobrir a Guerra de Canudos, assim descreve o Conselheiro: "Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão. Os cabelos crescidos sem nenhum trato, a caírem sobre os ombros; as longas barbas grisalhas mais para brancas; os olhos fundos raramente levantados para fitar alguém; o rosto comprido de uma palidez quase cadavérica; o porte grave e ar penitente".

Conselheiro, que já havia sido perseguido em Pernambuco depois conflitos com as autoridades locais, passa a ser uma figura mais notória a partir de 1893, quando, além dos conselhos e sermões proféticos que já pregava, começa a realizar discursos contra a República. Além de suas promessas religiosas, ele afirmava que o novo regime piorava as condições de vida da população pobre, rechaçava as eleições e criticava a sua intervenção nos assuntos religiosos (como o casamento civil). Isso lhe confere a fama de monarquista, alcunha utilizada posteriormente para justificar o massacre do governo contra Canudos. Através da religião, Conselheiro promovia verdadeiro atos de desobediência civil, mandando seus seguidores queimarem editais de cobranças de impostos, saquear igrejas de padres associados aos latifundiários, e insistia sobre a necessidade de cada sertanejo possuir um pedaço de terra. Dessa forma, está em permanente conflito com as autoridades civis e religiosas. Proibido pela Igreja de fazer pregações e perseguido pela polícia, Antônio Conselheiro e seus seguidores adentram o sertão

Ainda em 1893, reunindo cerca de 200 pessoas em torno de si, o Conselheiro resolve instalar uma comunidade na margem do Rio Vaza-Barris, em Canudos, no sertão da Bahia. Fundava-se a aldeia de Belo Monte. Os seguidores permaneceram na região construindo uma igreja e moradias. Conselheiro, por sua vez, saia em pregações sobre um mundo melhor ao longo do estado. Em Belo Monte, os romeiros plantam e criam rebanhos para consumo próprio e comércio com as cidades vizinhas. A comunidade prospera e começa a inquietar os grandes proprietários rurais da região. Eles percebem que a força de trabalho que utilizavam em suas terras agora está emigrando para Canudos. A Igreja também se coloca contra não apenas o Conselheiro (devido a suas pregações religiosas se chocarem com os dogmas oficiais), mas contra o próprio arraial de Canudos, pois sem atuar sobre os fiéis, perdia tanto impostos (dízimos) quanto poder de negociação com os "coronéis". Para se defender, os fiéis de Antônio Conselheiro organizam-se em grupos armados. Em 1893, a Companhia da Polícia Baiana é enviada para acabar com a comunidade. A tropa é facilmente derrotada. Com isso, a fama de que o arraial é abençoado espalha-se, atraindo milhares de devotos. Com cerca de 5.200 casas de pau-a-pique e 30 mil pessoas, o problema adquiria uma gravidade maior do que o esperado pelos "coronéis" e pelo padres. Chega a hora de o governo federal investir diretamente contra os sertanejos.



Acima, uma das casas de Canudos, de piso cavado e paredes seteiradas para tiro. Abaixo: o Rio Vaza-Barris.

Em novembro de 1896 parte a Primeira Expedição Militar contra Canudos. A expedição dos mais de 100 soldados foi dizimada. Começam a surgir na imprensa baiana as farsas de que Canudos era monarquista, que se tratava de uma comunidade de fanáticos e selvagens. A Segunda Expedição (janeiro de 1897), apesar do armamento pesado resultante da junção entre exército e polícia militar baiana em um corpo de mais de 600 soldados, também foi derrotada. Na Terceira Expedição (março de 1897) já estava claro que Canudos se tornara um problema nacional. Cerca de 1.300 soldados foram mandados para destruir Canudos. O ataque direto contra as posições dos rebeldes redundou em um verdadeiro fracasso, pois os sertanejos se utilizaram do conhecimento da região e promoveram um verdadeira guerra de guerrilha para vencer os soldados. Na verdade, essa investida serviu para que mais armas e munições ficassem nas mãos dos sertanejos. A Quarta Expedição (junho de 1897) reunia mais de 15 mil soldados, sendo a maior força militar reunida desde a Guerra do Paraguai (1865-1870). Cercando Canudos e promovendo um intenso bombardeio contra o Arraial, sempre que a expedição tentava uma ofensiva direta, era derrotada. Os militares, porém, não desistiam e recebiam mais reforços, articulando novas operações de ataque. O próprio Ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, foi enviado a Canudos. O Arraial também recebia reforços: pessoas de todo o Nordeste, sabendo que caminhavam rumo à morte, adentravam Canudos para combater com os sertanejos.

A imprensa de todo o país, refletindo a opinião das elites, enaltecia a missão do Exército de combater os

"bárbaros" que ameaçavam a República. Para a sua felicidade, em fins de setembro de 1897, as tropas do governo conseguiram incendiar o Arraial. No dia 5 de outubro, nas ruínas da Igreja Nova, tombam os últimos quatro combatentes.

Acima: o cadáver de Antonio Conselheiro, morto antes do término do conflito em Canudos. Abaixo: restos da Igreja de Bom Jesus (ou Igreja Nova) onde se encerraria a guerra tombando os últimos resistentes.

Não houve prisioneiros: homens, mulheres, crianças e idosos foram decapitados. Antonio Conselheiro, que havia morrido doente dias antes da queda do Arraial, foi desenterrado, decapitado e incendiado. Conforme afirmara o jornalista de *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha, que relatou suas impressões da Quarta Expedição em sua obra *Os Sertões*, "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados". Ainda de acordo com o mesmo autor, "Contemplava-se o arraial embaixo. Modificara-se afinal, o aspecto sombreado de largas manchas escuras, de incêndios; eriçado de madeiramentos varando pelos rombos dos tetos; tumultuando em montões de argila – num esmagamento completo, arruinado, queimado, devastado..."

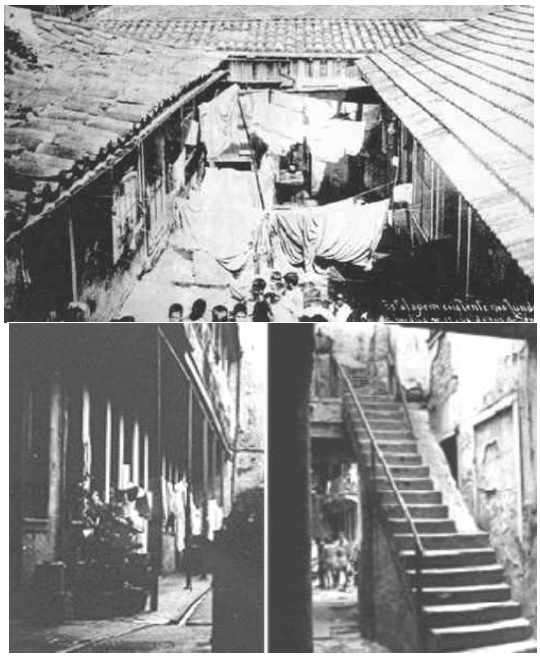
Já no século XX, cem anos após o início do conflito, Canudos foi submersa. O local onde existiu o arraial está sob 250 milhões de metros cúbicos de água do açude de Cocorobó (uma cordilheira ao norte de Canudos), construído em 1966, na Ditadura Militar, sob o governo do general Castello Branco (1964-1967), pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Algumas vezes, quando as águas do açude baixam com a seca, ainda é possível avistar ruínas que restaram da antiga cidade.

REVOLTA DA VACINA (1904)

A presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) foi caracterizada por uma economia que prosperava devido tanto ao auge do surto da borracha quanto ao *finding-loan* (renegociação da dívida externa) de 1898. Ao mesmo tempo, a miséria da população contrastava com a riqueza das elites. Não apenas a miséria como também as doenças tropicais assolavam a capital federal. No começo do século XX, o Rio de Janeiro era conhecido como a "capital mundial das doenças tropicais". Na verdade, essa fama já assolava o Brasil desde o Império de D. Pedro II (1840-1889), quando o Conde Gobineau, embaixador francês no Brasil, contraiu uma febre que o deixou seis meses de cama. Ao sair do país, afirmara que o Rio de Janeiro era um "deserto povoado de malandros". Ainda na época da República, o sistema de saneamento era quase inexistente. Em 1895, a fragata "Lombardia" atracava no porto carioca. De seus 240 tripulantes, todos contraíram Febre Amarela e 144 (inclusive o comandante) morreram. No ano de 1903, 469 pessoas morreram por terem contraído Febre Amarela. No ano seguinte, cerca de 3.500 morrem em decorrência da Varíola.

As grandes aglomerações populacionais favoreciam uma rápida disseminação de doenças. O centro da cidade era repleto de cortiços. Estes eram casarões com dezenas de quartos que se tornaram moradias coletivas para a população pobre. Os ex-escravos, libertos com a Lei Áurea (1888), moveram-se para esses cortiços. As doenças, decorrentes tanto das precárias condições de saneamento quanto da maneira como se vivia nos locais, e a pobreza imperavam nos casarões. O escritor Aluísio Azevedo, que se baseou no famoso cortiço "Cabeça-de-Porco" (o mais amplo dentre todos os cortiços do centro carioca, que chegou a abrigar entre duas mil ou quatro mil pessoas) para escrever sua obra *O Cortiço* (1890), definia essas moradias como "pequenas repúblicas", ou seja, unidades de sociabilidade e regras próprias não integradas ao restante do país. No centro da cidade, da beira do cais estendendo-se até os morros da Saúde e da Providência, existiam mais de 600 cortiços, agrupando cerca de 25% dos 720 mil habitantes do Rio de Janeiro naquela época.

O contexto cultural do Brasil estava mergulhado na *Belle Époque* e na Modernidade europeias. A produção artística, voltada apenas para as elites, baseava-se no parnasianismo, no simbolismo e algumas manifestações pré-modernitas, cultuando o cotidiano europeu e forjando-o no Brasil para agrado daqueles que consumiam esse tipo de arte. Algumas décadas antes desse momento, ainda no século XIX, na Europa, a cidade de Paris passava por um intenso processo de urbanização conduzida pelo Barão de Haussmann, prefeito de Paris (1850-1870).



Os cortiços, localizados principalmente no centro do Rio de Janeiro, configuravam-se como a única opção para a população marginalizada.

Sob autorização do Imperador francês Napoleão III (Luís Bonaparte), Haussmann inicia um processo de demolição das áreas mais precárias e antigas da cidade, marcadas ainda pela arquitetura e organização medievais. Por meio da criação de uma capital ordenada geometricamente, são abertas grandes e largas avenidas e construídos amplos *boulevards*. Nessa modernização, Haussmann criou, em torno do Arco do Triunfo, uma estrela de 12 avenidas amplas onde grandes mansões foram erguidas entre 1860 e 1868. O fato é que a abertura de grandes avenidas, retas e largas, servia para um projeto governamental de reprimir de maneira mais efetiva as revoltas populares, facilitando a repressão sobre barricadas que pudessem se formar. Portanto, a urbanização objetivava tanto arejar os quarteirões insalubres quanto facilitar a circulação de tropas, garantindo um transporte rápido da artilharia para todos os pontos da cidade em caso de alguma eventual revolta revolucionária. Junto com a eliminação de becos e ruelas que representavam a precariedade e o arcaico, garantia-se a repressão sobre as revoltas. Foi nessa obra que o prefeito do Rio de Janeiro se inspirou para urbanização da cidade.

No Brasil, já nas primeiras décadas do século XX, a obra do Barão de Haussmann influenciou vários planos de urbanização nos crescentes centros urbanos, como o Prestes Maia-Uchoa Cintra (São Paulo, 1930); o Gladosh (Porto Alegre, 1939); o Atílio Correia Lima (Goiânia, 1933). No caso do Rio de Janeiro, o marco inicial dessa urbanização ocorre sobre a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Este começa a abertura de amplas avenidas, o alargamento das ruas e construção de *boulevards* para tentar sofisticar a cidade e adequá-la aos padrões da Modernidade parisiense, chegando até a importar pardais (símbolos de Paris) para que o Rio de Janeiro se assemelhasse à cidade francesa.

A fisionomia carioca adequava-se à determinações econômicas e ideológicas do momento. As avenidas representam o marco a *Belle Époque* nacional por meio de suas novas lojas situadas em edifícios projetados num refinado estilo eclético europeu e segundo as mais modernas técnicas construtivas do período. O "progresso" fazia com que a elite carioca se deleitasse em sua opulência e em seu luxo. As lojas eram os templos do prazer e conferiam *status* aos seus consumidores. Suas amplas vitrines e seus interiores ricamente decorados demonstravam o desejo das elites de construir uma "Paris tropical à beira-mar", baseada na limpeza, no arejamento, na amplidão, na claridade e, acima de tudo, na riqueza.

Para tanto, o prefeito inicia, em 1904, um processo violento de higienização social. Objetivando expulsar os pobres da cidade para que não prejudicassem a imagem do Rio de Janeiro perante os padrões estéticos europeus, ostentado pelas nossas elites, Pereira Passos inicia a campanha do "bota abaixo", demolindo antigos prédios coloniais, casas velhas e cortiços. Juntamente às centenas de casas e construções derrubadas, cerca de 614 cortiços foram demolidos. Dessa demolição generalizada, surgiam as avenidas para abrigar as refinadas lojas para elites cariocas. Ao mesmo tempo, milhares de pessoas extremamente pobre viam-se sem moradia. Nada foi feito por eles. A única solução encontrada foi passar a ocupar os morros da cidade, dando início ao processo do surgimento generalizado das favelas no Rio de Janeiro. No caso dos desalojados do Morro da Saúde, da Gamboa e da Cidade Nova, eles tiveram de ir ainda mais longe e mais alto, fixando-se onde é a atual Favela da Rocinha.

Expulsa dos cortiços centrais por Pereira Passos em 1904, a população pobre do Rio de Janeiro passou a ocupar os morros por meio de favelas, agravando ainda mais as condições precárias de vida à qual estava submetida.

Esse processo de fragmentação social e exclusão das camadas pobres para fora da cidade foi descrito pelo escritor Lima Barreto, em *Os Bruzundangas* (1923), onde relatou que "de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia". E é justamente nessa "cenografia" que cabe ao Rio de Janeiro simbolizar a modernização do país, jogando a pobreza para fora das vias centrais da cidade.

Inauguração das obras da Avenida Central, no Rio de Janeiro, após a demolição dos cortiços, em 1904, sob a prefeitura de Pereira Passos.

Avenida Central, no Rio de Janeiro, após sua inauguração, em 15 de novembro de 1915, destacando-se o Museu de Belas Artes e o Teatro Municipal. No contexto da *Belle Époque*, o prefeito Pereira Passos, inspirado na arquitetura parisiense de Haussmann, tenta fazer do Rio de Janeiro a "vitrine" de um Brasil adaptado à modernidade.

Trecho da Avenida Rio Branco (denominação da Av. Central a partir de 1912) repleto de charretes e automóveis para locomoção das elites cariocas.

O descontentamento com o a prefeitura de Pereira Passos era generalizado entre as camadas mais pobres. A destruição dos cortiços e a expulsão para os morros somava-se com o acúmulo de toneladas de entulho ao longo da cidade (palco armado para a proliferação de ratos e a disseminação da Peste Bubônica). Além disso, a política econômica de Rodrigues Alves fazia com que o custo de vida aumentasse muito para os pobres em benefício de uma elite de cafeicultores que, além de tudo, monopolizava a política em suas mãos! Provavelmente ignorando o processo de ebulição do ódio das classes baixas contra seu governo, Pereira Passos torna obrigatória a vacina contra a Varíola, em 31 de outubro de 1904. A revolta era uma questão de dias.

Não apenas dias, mas também era uma questão de como a vacina seria aplicada. Sob justificativa de se iniciar uma campanha de saneamento que acompanhasse a urbanização da cidade, a população do Rio de Janeiro começou a ser vacinada contra a Varíola. Porém, os métodos de vacinação eram os mais agressivos possíveis. O diretor-geral de Saúde Pública, o médico sanitarista Oswaldo Cruz, foi nomeado para conduzir a campanha de vacinação.

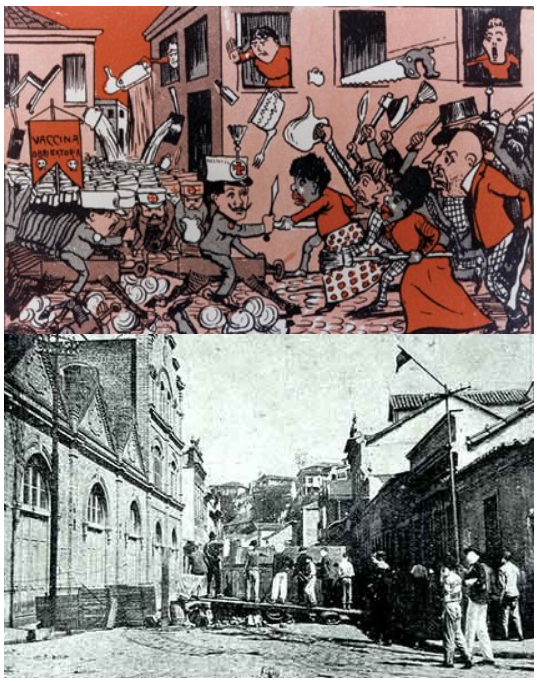
O médico Oswaldo Cruz. Em 1904 conduziu uma agressiva campanha de vacinação sobre a população do Rio de Janeiro fazendo com que explodisse a Revolta da Vacina, no mesmo ano.

O médico, que já havia estudado no Instituto Pasteur (Paris, França), quando retornara ao Brasil combateu a peste bubônica em cidades portuárias como Santos. Ele quem organiza, a partir de 1903, uma intensa campanha para erradicar a Febre Amarela e a Varíola do Rio de Janeiro. Nesse quadro insere-se a obrigatoriedade da vacinação contra a Varíola e a violência com a qual ela era aplicada sobre a população. Para garantir o sucesso de sua campanha, o Dr. Cruz organiza as brigadas "mata-mosquitos". Esse esquadrão invadia as casas das pessoas desinfetando a tudo e a todos. Aqueles que se opusessem eram presos. Esquadrões semelhantes foram criados para a vacinação, as chamadas "Brigadas Sanitárias".

Na aplicação da vacina, não apenas a invasão de privacidade gerava um intenso descontentamento na população, mas também: a obrigatoriedade da vacina (chamado de "o espeto obrigatório"); a desorganização do registro da vacinação por parte das autoridades, fazendo com que várias pessoas tomassem a vacina inúmeras vezes no mesmo dia; o fato do efeito da vacina sobre seres humanos serem desconhecidos até então; a moral da época escandalizava-se com a obrigação imposta às mulheres para mostrarem a coxa ou o ombro para receberem a vacina. Novamente, centenas de pessoas eram presas justamente por se opor a essa situação. Somando esses fatores com a crescente insatisfação decorrente das reformas urbanas da cidade, em 9 de outubro de 1904 explode a Revolta da Vacina. As ricas avenidas foram tomadas pela população pobre. Nas ruas eram construídas barricadas com o entulho das recentes demolições. Os combates eram violentos.

Portanto, a Revolta da Vacina tem como estopim a violenta campanha de vacinação promovida por Oswaldo Cruz. Sua causa, entretanto, está localizada na intensa marginalização da população pobre que vinha sendo efetivada pelo prefeito Pereira Passos. Trata-se de uma intensa revolta popular em oposição à piora desenfreada das condições de vida das camadas pobres. O desemprego era extremamente elevado, assim como os preços dos gêneros de primeira necessidade. O preço das moradias, elevados devido à especulação imobiliária decorrente da urbanização, continuava a expulsar milhares de pessoas para os morros cariocas. A campanha contra a varíola de Oswaldo Cruz foi apenas o último de uma série de fatores

que provocaram uma intensa revolta popular, impossível de permanecer contida por muito mais tempo.



Acima: caricatura de Leônidas a respeito da Revolta da Vacina (1904) onde Oswaldo Cruz aparece liderando as tropas do governo. Abaixo: foto de uma das barricadas montadas por populares nas ruas do Rio de Janeiro para combater a repressão governamental.

Aproveitando-se da insatisfação dos populares, o general Silveira Travassos e o senador Lauro Sodré iniciaram uma sublevação nas Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo. Porém, a revolta dos quartéis foi prontamente reprimida, durando de 13 a 16 de outubro. A rápida repressão também atuou sobre a Revolta da Vacina.

Na cidade, ocorriam violentos embates entre a polícia e a população. Com a intervenção do exército a violência se agravou. Assassinatos, espancamentos, torturas e deportações, foi assim que o governo conteve a revolta popular. De acordo com os dados da polícia, 23 revoltosos foram mortos e 67 feridos. Além disso, 945 pessoas foram presas e mais de metade enviada ao Acre (incorporado ao Brasil em 1903) para realizar trabalhos forçados na Amazônia. Além disso, aproveitou-se a situação para deportar centenas de estrangeiros. Em 15 de outubro, a revolta estava contida. Como sempre refletindo o interesse e as opiniões das classes dominantes, jornais de época trataram a revolta como um injustificável ato de violência da população pobre, rude e arcaica contra uma vacina que só tinha de lhes beneficiar!

REVOLTA DA CHIBATA (1910)

Em 22 de novembro de 1910, uma semana após o início do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), eclode, no Rio de Janeiro, a Revolta da Chibata.

Nos couraçados *São Paulo e Minas Gerais*, principais navios de guerra ancorados na baía de Guanabara, comprados pelo Brasil no contexto da "Paz Armada" anterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os marinheiros revoltavam-se contras os maus tratos sofridos. Alguns elementos fizeram com que a revolta fosse recebida com grande surpresa: a Marinha vinha passando por um processo de modernização de seus equipamentos (os próprios couraçados citados haviam sido comprados há pouco tempo da Inglaterra); da revolta participaram apenas marinheiros, ou seja, das camadas mais baixas da Marinha, sem a participação de quaisquer oficiais, uma vez que estes foram presos em seus camarotes nos navios sublevados; no princípio julgava-se que os marinheiros não conseguiriam manobrar os navios, mas eles o fizeram com perfeição, demonstrando que não precisavam de seus superiores; e, talvez o que mais escandalizava, os revoltosos eram liderados pelo marinheiro analfabeto e negro João Cândido.

A causa da revolta está na situação dos marujos, que era de extrema precariedade. O tratamento que recebiam ainda era regido por códigos dos séculos XVIII e XIX. Além do trabalho duro, compulsório e excessivo, a comida era horrível e geralmente estragada. Os alojamentos eram inóspitos e insalubres. Os salários eram ínfimos. Como se não bastasse tal situação cotidiana, a eventual indisciplina de algum marinheiro, ou até mesmo alguma infração mais leve, era punida com chibatadas! Para os oficiais, a chibata tinha a função de "quebrar os maus gênios e fazer os marinheiros compreenderem o que é ser cidadão brasileiro". De acordo com João Cândido, "os carrascos colocavam agulhas e pregos nas pontas das varas".

O estopim da revolta foi o castigo de 250 chibatadas imposto ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes. Ele havia ferido o cabo Valdemar Rodrigues de Souza com uma navalha. O cabo o havia denunciado por tentar entrar no navio duas garrafas de cachaça.

Os couraçados *São Paulo*, *Minas Gerais*, *Bahia* e *Deodoro*, na noite de 22 de novembro de 1910, rebelam-se sob o comando do marinheiro João Cândido, conhecido com o "almirante negro". O comandante do navio *Minas Gerais*, Batista Neves, e outros oficiais são assassinados. Os revoltosos apontam os canhões dos navios para o Palácio do Catete, sede do governo, e fazem suas exigências, via telégrafo para Hermes da Fonseca: "Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá, e até então não nos chegou, rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. [...] Durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria.[...]". Os marujos exigiam o fim do castigo da chibata, abolição dos maus tratos, melhor alimentação e anistia para todos os rebeldes.

João Cândido, principal líder da Revolta da Chibata (1910) contra os maus tratos sofridos pelos marinheiros, teve seu nome apagado dos arquivos da Marinha. Representando a voz dos marinheiros revoltosos, ele exigia: "O governo tem que acabar com os castigos corporais, melhorar nossa comida e dar anistia para todos os revoltosos. Senão, a gente bombardeia a cidade, dentro de 12 horas."

Sob a ameaça de um bombardeio contra a capital federal, o governo aceita as reivindicações dos marinheiros. O Senador Rui Barbosa apresenta no Congresso um projeto com as reivindicações e mais a anistia para os revoltosos, desde que estes deponham as armas. Os marinheiros cumprem sua parte no acordo e as armas são depostas. Porém, o governo ordena a prisão de todos os sublevados, desrespeitando o acordo que fizera anteriormente com os rebeldes. Os marujos ainda procuram Rui Barbosa e Severino Vieira, que haviam defendido a anistia, mas são ignorados por ambos.

Os revoltosos são presos, em 4 de dezembro, na Ilha das Cobras (RJ). Neste local, uma nova rebelião eclode em 9 de dezembro. Hermes da Fonseca organiza as suas tropas e bombardeia a base naval, pondo fim à nova sublevação. Dias depois, os presos são embarcados no navio *Satélite*, rumo ao Acre. Os marinheiros da Revolta da Chibata são embarcados e vão sendo fuzilados ao longo do caminho.

João Cândido, que não embarcou no *Satélite*, ficou preso com outros marinheiros na masmorra da Ilha das Cobras. Na cela, sem ventilação, foi jogado cal sobre os prisioneiros. Dos 18 ali detidos, 16 foram assassinados. O "almirante negro" consegue sair com vida, porém enlouquecido. Morreu em 1969 extremamente pobre. Seu nome não consta nos arquivos da Marinha.

De acordo com o escritor Oswald de Andrade, em *Um Homem Sem Profissão* (1954): "A revolta de 1910 teve o mais infame dos desfechos. Foi solenemente votada pelo Congresso a anistia aos rebeldes, mas uma vez entregues e presos, foram eles quase todos massacrados e mortos. Escapou o Almirante João Cândido e quando, na década de 30, o jornalista Aporelli [Aparício Torelli, o Barão de Itararé] tentou publicar uma crônica do feito foi miseravelmente assaltado por oficiais da nossa Marinha de Guerra que o deixaram nu e surrado numa rua de Copacabana."

GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

No momento que antecedia a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a região Sul do Brasil tornou-se novamente palco de uma intensa guerra civil. Iniciada ainda no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), encerrando-se apenas sob a presidência de Venceslau Brás (1914-1918), a Guerra do Contestado foi uma revolta de camponeses que se alongou por quatro anos (1912-1916), envolveu mais de 58 mil pessoas (em todo o interior de Santa Catarina havia cerca de 80 mil pessoas) e teve um desfecho tão sangrento quanto as demais revoltas da Primeira República.

A região de fronteira entre Paraná e Santa Catarina era disputada por esses dois estados. Dessa disputa, denominou-se a área como Contestado, um território de 40.000 km². As terras da região eram dominadas por latifundiários que enriqueciam explorando madeira e erva-mate. Fazendeiros impunham um severo regime de trabalho sobre uma massa de trabalhadores rurais. Essa tirania econômica vinha acompanhada, obviamente, de uma dominação política. Dentre as poucas leis que chegavam à região, todas eram articuladas pelos latifundiários. Francisco de Albuquerque, um dos grandes exploradores de mate da região, possuía total apoio da Oligarquia Ramos, reinante em Santa Catarina no período.

Desde a última década do século XIX, havia-se iniciado as obras de uma ferrovia na região para ligar São Paulo a Santa Maria (RS). A partir de 1908, o governo realiza a concessão da obra para a *Brazil Railway Company*, empresa norte-americana. Seu proprietário, Percival Farquhar, recebeu também a autorização para ocupar uma faixa de 30 quilômetros de largura ao longo da ferrovia. Logo, para explorar a terra concedida pelo governo brasileiro, Farquhar expulsou violentamente os camponeses que ocupavam essas terras como posseiros (ou seja, sem título de propriedade). Além disso, os camponeses expulsos viram suas terras serem vendidas pelo empresário para colonos poloneses e alemães. Sem quaisquer recursos, retiraram-se para a região de Contestado.

Para realizar suas obras, a *Brazil Railway* contratou 8.000 funcionários. A maioria dos trabalhadores vinham de outros estados sob promessas de altos salários. Ao término da ferrovia (1910), todos foram despedidos! Sem condições para retornarem aos seus estados de origem, também migram para o Contestado. Nesse mesmo momento, a *Southern Brazil Lumberg* & *Colonization Company*, empresa ligada à *Brazil Railway*, recebeu do governo federal 180 mil hectares de terra na região ao longo da ferrovia. Passaria, portanto, a comercializar madeira, podendo revender as terras desapropriadas. Essa exploração também se fez com o desalojamento de camponeses que habitavam o território, obrigando-os a se deslocarem ao Contestado.

Assim, a partir de 1910, a região de Contestado era um composto de pobreza e desespero. Nesse contexto, como fruto da miséria imposta à população, líderes religiosos ganham maior notoriedade. Autodenominados como "monges", esses líderes messiânicos prometem tanto o amparo quanto a salvação divina para os miseráveis. O "monge" de maior destaque na região era José Maria. Na verdade, tratava-se de Miguel Lucena de Boaventura, um soldado da força policial de Vila de Palmas (PR) que havia desertado após ser condenado por estupro. Em Contestado, sem ter sua origem conhecida, a ele foi atribuído um milagre de ter ressuscitado uma mulher e curado pessoas vítimas de doenças consideradas incuráveis. Em todo caso, ele dizia-se herdeiro espiritual de uma importante "monge" da região (João Maria) e em torno dele agruparam-se milhares de camponeses desesperados. Junto a seus fiéis, José Maria funda uma comunidade religiosa. Os líderes messiânicos sempre foram encarados como os condutores à salvação divina. Suas famas surgem com os conselhos que dão aos carentes e a supostas curas milagrosas de doentes

até então incuráveis. Ganham mais força em contextos e regiões de extrema miserabilidade social.

Pregando contra a República, taxando-a de "Lei do Diabo" e associando-a aos latifundiários e à empresa norte-americana, José Maria consegue reunir milhares de pessoas ao seu redor, construindo uma comunidade pautada pela crença, miséria e o desrespeito às regras das elites rurais. Eram as mesmas pessoas que haviam sido explorada tanto pelos latifundiários do mate do Brasil quanto pelo capital internacional da *Brazil Railway*. Migrando pelo estado de Santa Catarina, entram em constantes confrontos com as tropas governamentais. Assim como já ocorrera em Canudos (1896-1897), o messianismo provoca situações de desobediência civil, onde o governo federal e os latifundiários viam-se sem poder algum sobre milhares de camponeses.

Os fazendeiros não perdem tempo e, com o apoio do governo de Hermes da Fonseca e dos governos estaduais de Santa Catarina e Paraná, já em outubro de 1912 atacam os camponeses romeiros, que estavam em Irani, município que, na época, estava sob jurisdição do Paraná. Esse estado viu nessa movimentação militar uma forma de Santa Catarina se apossar de seus territórios. As tropas do Paraná, que haviam sido enviadas à região para retomar seu território, acabam por se mobilizar também contra os romeiros de Contestado. O confronto ganhava enormes proporções.

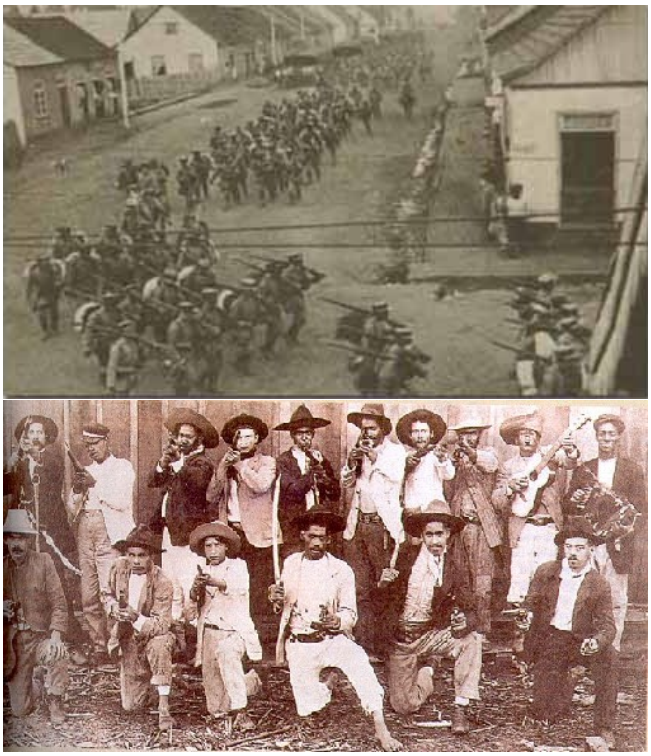
As tropas estaduais foram derrotadas pelos caboclos, mas não antes de conseguirem matar o "monge" José Maria. Este foi enterrado pelos seus seguidores com tábuas, pois isso facilitaria sua ressurreição. Acreditavam que ele voltaria à vida conduzindo o Exército Encantado (associado à figura de São Sebastião) para combater a República, que, para os camponeses, era sinônimo do poder dos "coronéis". Assim, como forma de conter a movimentação dos camponeses romeiros, os latifundiários iniciam sem sucesso a repressão sobre Contestado.

O novo líder dos camponeses, que se multiplicavam-se pelas cidades ao redor do Contestado, era Eusébio Ferreira dos Santos. Sua filha, Maria Rosa, tinha "visões" com José Maria. A nova organização da comunidade recebera o nome de "Quadro Santo", ou "Monarquia Celeste", convergindo mais de 3.000 pessoas.

O governo investe violentamente contra os rebeldes em dezembro de 1913, reiniciando o conflito. A propaganda contra os camponeses pautava-se por taxá-los de "fanáticos". Porém, além de serem derrotadas, as armas das tropas governamentais são tomadas pelos romeiros e a resistência faz com que novas comunidades sejam montadas nas cidades ao longo de Contestado, em locais de difícil acesso, sob os mesmos paradigmas de anti-republicanismo e combate aos latifundiários.

Maria Rosa, então com 15 anos, afirmava que em suas "visões" com José Maria recebia ordens para combater as tropas governamentais. Ela passa a liderar os camponeses. Sob seu controle, os camponeses conquistam importantes vitória ao longo de 1914, valendo-lhe a denominação de "Joana D'Arc do Sertão". Principalmente após setembro, os camponeses partem para a ofensiva e assumem uma revolta pautada por pilhagens, ocupações de latifúndios e por um discurso extremamente anti-republicano. Já dominam cerca de 25000 km² da região do Contestado e marcham para o Rio de Janeiro para depor o presidente.

O governo federal, por sua vez, nomeia o general Setembrino de Carvalho para aniquilar a revolta. Além de contar com 7.000 homens, a operação militar possui também dois aviões para reconhecimento de território e bombardeio. Era a primeira vez na história da América Latina que aviões seriam usados para fins bélicos.



Acima: tropas governamentais marchando para acabar com os camponeses revoltosos de Contestado, taxados como "fanáticos". Abaixo: Milícias de jagunços comandados pelos latifundiários para se juntarem às tropas governamentais contra os camponeses do Contestado. Essas milícias em defesa dos coronéis reuniram mais de mil homens bem armados.

Os violentos combates prolongam-se por dois anos. Os camponeses agora contam com a liderança de "Adeodato" (Deodato Manuel Ramos). Cada vez mais isolados, doentes e famintos, os revoltosos não conseguem mais resistir aos avanços da chacina governamental. Em agosto de 1916 encerra-se o confronto com a prisão de "Adeodato". Condenado a mais de 30 anos de detenção, foi morto antes do término da pena. Mais de 20 mil camponeses foram assassinados ao longo da revolta, garantindo as atividades econômicas dos latifundiários do mate e do capital internacional na região. Em outubro do mesmo ano, os governadores Filipe Schimidt (SC) e Afonso de Camargo (PR) assinam um acordo e o município de Campos de Irani passou a chamar-se Concórdia (SC), fazendo com que o Contestado se integrasse à República.

REVOLTA CEARENSE: O CONFLITO DE JUAZEIRO (1914)

O governo de Hermes da Fonseca (1910-1914) foi marcado pela chamada "política das salvações", onde o presidente intervinha militarmente nos estados garantindo a substituição das oligarquias tradicionais por oligarquias aliadas ao presidente As "salvações" ocorreram com sucesso nos estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas. Todas as oligarquias derrubadas eram aliadas do poderoso senado gaúcho Pinheiro Machado. Se no início o grande mérito de Hermes da Fonseca havia sido conseguir o apoio do senador gaúcho, este agora havia se tornado intolerável com seu crescente poder sobre as oligarquias estaduais. As "salvações", entretanto, fracassaram na Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e no Ceará. Neste último estado, o fracasso das "salvações" decorre diretamente da Revolta Cearense de 1914 (ou Conflito de Juazeiro), encabeçada pelo Padre Cícero Romão Batista ("padim Ciço") e por Floro Bartolomeu.

Ainda em 1889, em Juazeiro do Norte, no sertão de Cairi (CE), o padre Cícero comandava uma missa quando uma hóstia que ele ofertara à beata Maria Madalena se transformou em sangue em sua boca. Causou-se tamanha controvérsia a respeito do "milagre" que a Igreja Católica o proibiu de continuar com suas atividades eclesiásticas, excomungando-o. Nove anos depois ele vai a Roma para se explicar e é absolvido.

O fato é que para a população mais pobre e, portanto, mais crente o fenômeno foi uma verdadeira manifestação da santidade do padre. Desde então, milhares de sertanejos pobres e desesperados passaram a migrar para Juazeiro em busca da benção daquele que eles chamavam de "padim Ciço". Eram sertanejos tão miseráveis, abandonados e oprimidos quanto os que haviam se revoltado em Canudos (1896-1897). Viam no refúgio religioso uma forma de amenizar (ou até mesmo solucionar) os problemas de um cotidiano paupérrimo oprimido pelos latifundiários.

Para a tranquilidade dos grandes proprietários rurais, o padre Cícero nada tinha de insurgente. Ao contrário, possuía profundos vínculos com os latifundiários do nordeste. Com sua voz branda e harmoniosa, ele manipulava a insatisfação e a angústia dos sertanejos para garantir do comando dos "coronéis". Pautado em seu grande prestígio e em sua amizade com o latifundiário baiano Floro Bartolomeu da Costa, o padre Cícero consegue se eleger prefeito de Juazeiro em 1908.

Padre Cícero ("padim Ciço"). À direita, em companhia do latifundiário Floro Bartolomeu. Figura determinante na Revolta Cearense de 1914, o padre Cícero sempre atuou em favor das elites agrárias. Por meio da religião garantia não apenas o estado de passividade dos pobres do sertão como o apoio deste aos grandes fazendeiros. Em 2001, foi escolhido como "Cearense do Século", em campanha promovida pela Rede Globo.

No contexto da "política de salvações", em 1912 Hermes da Fonseca derrubou o governador Nogueira Acciolly, no poder a quase 25 anos e um dos principais representantes das oligarquias tradicionais da região de Cariri (CE). Em seu lugar no governo do Ceará, o governo federal garantiu a eleição de Franco Rabelo. Representando o poder intervencionista e os grandes comerciantes, Rabelo demite o padre Cícero da prefeitura de Juazeiro do Norte.

A Assembleia Legislativa do Ceará, zona de influência do poderoso senador gaúcho Pinheiro Machado não aceita a posse de Rabelo e nomeia o deputado Floro Bartolomeu (apoiado pelo padre Cícero e pelos coronéis da região de Cariri) para governador. A resolução do problema só se daria através do conflito, que envolveria, de um lado o novo governador eleito, Franco Rabelo e as tropas legalistas, e de outro as tropas de jagunços comandadas por Floro Bartolomeu e abençoadas pelo "padim Ciço".

Após os jagunços reforçarem seu poder bélico e preparar um amplo esquema de guerra, os conflitos têm início em janeiro de 1914. Para enfrentar a tropa governamental, os jagunços de Juazeiro abrem imensos valados em torno da cidade ameaçada, abrigando-se atrás da terra escavada, deixando as trincheiras vazias. As tropas governamentais, portanto, enfrentariam dois obstáculos: atravessar debaixo de fogo cerrado uma vala de 12 palmos de largura por 10 de profundidade, e transpor a muralha de terra retirada da escavação, onde os cangaceiros esperavam armados e prontos para atirar. Diferente do que ocorrera em Canudos, não se tratava de realizar uma guerra de guerrilha, mas sim de aplicar estratégias de combate diversificadas.

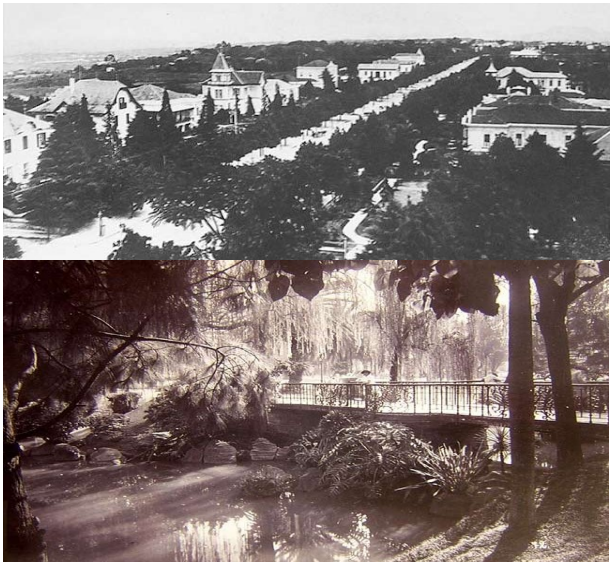
Após seguidas vitórias por parte dos jagunços de Floro Bartolomeu, em março de 1914 estava encerrado o conflito, onde a família Acciolly retornava ao poder. Floro Bartolomeu, além de deputado estado, foi eleito, posteriormente, deputado federal. Após sua morte (1926), para ocupar seu lugar no cargo de deputado federal, elegeu-se o padre Cícero. Porém ele não assumiu devido a problemas de saúde. Morreu ainda muito prestigiado em 1934. Os sertanejos tinham nele uma espécie de protetor,

mas ao longo de sua vida ele nada mais fez do que garantir a hegemonia do poder oligárquico sobre os mais pobres. No que dizia respeito não apenas a juazeiro, mas sim ao Brasil como um todo, com a Revolta Cearense de 1914, não apenas a "política das salvações" chegava a o fim como Pinheiro Machado obtivera uma de suas principais vitórias na política nacional.

MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Desde o II Império (1840-1889), o Brasil vinha passando por profundas transformações. Não apenas a economia voltara-se para a exportação do café como também levas de imigrantes europeus começaram a chegar em terras brasileiras principalmente a partir da década de 1870. Além disso, os ex-escravos, libertos com a abolição da escravidão (1888), passariam a compor também essa gama de trabalhadores livres e pobres que habitavam majoritariamente a zona rural, mas que também começavam a se deslocar para os meios urbanos. Na política, após a Guerra do Paraguai (1865-1870), os militares passam a exigir maior participação política, opondo-se ao Império e engrossando o corpo dos republicanos junto com os cafeicultores do oeste paulista. O Brasil da República Velha seria o resultado de todas essas alterações. A sua principal característica é que agora as elites agrárias tinham o poder em suas próprias mãos, não dependendo mais dos mandos e desmandos do imperador e nem do governo militar da "República da Espada" (1889-1894). O fato é que principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o processo de transformações sócio-econômicas seria ainda mais profundo, e todas as transformações convergiam para oposição à hegemonia do poder das oligarquias cafeeiras.

As transformações da República Velha aconteceram gradativamente e de forma irreversível. O aumento populacional já apontava para o eixo sudeste-sul do país (São Paulo mais os estados da Região Sul) como o novo centro do dinamismo nacional. Entre 1889 e 1930, a população aumentou de 14 milhões para 37 milhões. No geral, a população do país aumentou 164%, e a do eixo sudeste-sul 275%. Foi justamente a entrada de imigrantes (sobretudo alemães e italianos, ainda no século XIX; posteriormente, japoneses espanhóis, portugueses) e sua concentração nas regiões Sul e Sudeste que provocou o acelerado crescimento dessas localidades. Num primeiro momento, a maioria dessa população ainda se concentrava nos meios rurais, nas grandes lavouras cafeeiras. Com o passar do tempo, os centros urbanos de características metropolitanas passariam a adquirir mais importância convergindo milhões de pessoas para as pequenas atividades comerciais e, sobretudo, para a atividade industrial.



Acima: Avenida Paulista, em 1905. Reduto dos grandes Barões do Café. Abaixo: Praça da República em 1914. Ambas as imagens retratam o momento imediatamente anterior ao início da industrialização da cidade de São Paulo.

Dessa forma, uma das principais transformações foi a urbanização, que refletia a maior diversidade da economia. Os transportes expandiam-se de uma forma nunca vista anteriormente no país, onde trens e bondes se alastravam pelos novos centro urbanos. Se no início do período republicano a malha ferroviária contava com 8 mil km de estradas de ferro, em 1930 já atingia o marco de 30 mil km, expansão movida principalmente para o transporte do café entre as cidades produtoras e os portos litorâneos de escoação internacional. Além disso, desenvolvia-se toda uma infra-estrutura ligada não apenas aos transportes, mas com os meios de comunicação (sobretudo o rádio, além do telégrafo e a da imprensa), com o crescente comércio, bancos e serviços urbanos em geral.

Nessa urbanização, a produção científica também despontava. A Faculdade de Ciências Farmacêuticas começou em 1898. A Faculdade de Medicina foi fundada em 1912, agregando, em 1919, os cursos de Veterinária e Zootecnia. Elas foram incorporadas à USP em 1934. Em Minas Gerais, a Faculdade de Engenharia seria fundada em 1911, incorporada à UFMG em 1949. A Universidade Federal do Rio de Janeiro era criada em 1920. Essas e outras escolas representam a necessidade de conhecimento científico pela qual o Brasil passava no começo do século XX devido a sua urbanização.

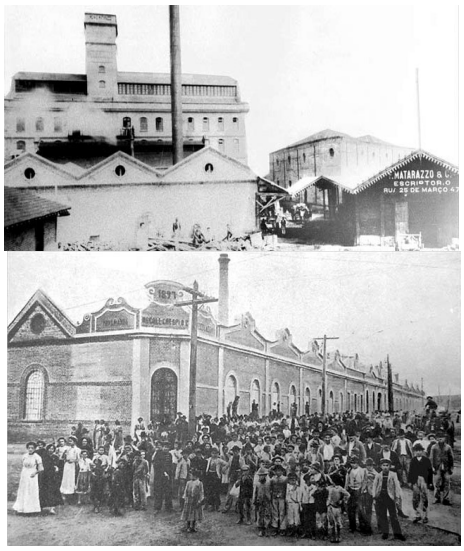
Provavelmente, a transformação mais intensa seja a industrialização. Até 1889, o país contava com apenas 900 fábricas e 54.200 operários. Já em 1914, o número de fábricas era de 7,430 e o de operários 154.000. Em 1930, ano do fim da República Velha, já havia 18.800 fábricas e 450.000 operários. Esse aumento vertiginoso, em que o crescimento do setor industrial era mais acelerado que o da agricultura, estava concentrado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sua importância se dá não apenas pelo fenômeno da industrialização em si, mas também pelas consequências que provocou, fazendo com que se formassem três classes fundamentais para a história do Brasil: burguesia industrial, classe média urbana e o operariado.

Acima: Avenida Paulista em 1928. Abaixo: Praça do Patriarca (1927) com o Viaduto do Chá e, ao fundo, o Teatro Municipal (inaugurado em 1911). Automóveis, bondes e a verticalização do centro da retratam a urbanização pela qual São Paulo atravessava, despontando para ser a principal cidade do país.

O desenvolvimento das indústrias esteve associado com a acumulação de capitais gerado pela cafeicultura. Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, o Brasil entrou em um processo denominado "substituição das importações", devido ao declínio do comércio com os países em guerra. A atividade industrial europeia se concentrou na produção bélica, gerando a queda das importações brasileiras, provocando a necessidade do desenvolvimento industrial interno ao país. A desvalorização cambial da moeda nacional também gerou o declínio das importações. A produção nacional se deu principalmente com bens de consumo não-duráveis, tais quais produtos têxteis e alimentícios.

Assim, a composição social também se alterava. A burguesia industrial e financeira passava a compor uma nova elite econômica do país. Antigos cafeicultores, comerciantes e imigrantes enriquecidos passaram a investir seus capitais na produção de artigos manufaturados. A burguesia industrial passaria a desempenhar um papel importantíssimo na oposição ao monopólio das oligarquias cafeeiras sobre o governo federal, sendo um fator importantíssimo da ascensão de Getúlio Vargas em 1930.

Além da burguesia, a classe média urbana ganhara força ao longo da República Velha. A classe média surge no cenário brasileiro em meados do século XIX, formando-se por profissionais liberais (médicos, professores, engenheiros, jornalistas), funcionários administrativos de empresas e bancos, funcionários públicos, pequenos e médios empresários, militares jovens que combateram na Guerra do Paraguai (1965-1870), imigrantes, empregados do comércio, artesãos, comerciantes ambulantes empobrecidos (como os ex-escravos e muitos imigrantes), Com a urbanização e a industrialização das primeiras décadas do século XX, a classe média urbana fortaleceu-se e passou a compor um dos principais grupos urbanos nas metrópoles nascentes. Conservadora e moralista, geralmente apoiou a burguesia na repressão aos movimentos operários. Esteve sempre presente nos principais movimentos de oposição à "República das Oligarquias", pois esta era voltada para as elites rurais e excluía a camada urbana da participação política, além de manter altas taxas de inflação para a valorização do café. Movimentos como a "Campanha Civilista" e o tenentismo tiveram como base essa classe social.



Acima: Moinho Matarazzo, inaugurado em 1900. Abaixo: operários na frente do Cotonifício Crespi, onde se iniciaria a Greve Geral anarco-sindicalista, em 1917.

EXERCÍCIOS

01) (FUVEST) – A política do café, durante a Primeira República
a) chegou ao auge do protecionismo com o Convênio de Taubaté, passando depois a reger-se pelas leis do mercado.
b) procurou atender aos interesses dos cafeicultores através de constantes medidas de proteção ao produto.
c) pode ser equiparada à de outras produções agrícolas, todas elas amparadas por Planos de Defesa.
d) atendeu exclusivamente aos interesses dos grandes grupos internacionais, através dos Planos de Defesa.
e) foi dirigida pelo governo do Estado de São Paulo, enquanto o poder federal mantinha uma atitude distante e neutra.

02) (FUVEST) – Caracteriza o processo eleitoral durante a Primeira República, em contraste com o vigente no Segundo Reinado
a) a ausência de fraudes, com a instituição do voto secreto e a criação do Tribunal Superior Eleitoral
b) a ausência da interferência das oligarquias regionais , ao se realizarem as eleições nos grandes centos urbanos
c) o crescimento do número de eleitores , com a extinção do voto censitário e a extensão do direito de voto às mulheres
d) a possibilidade de eleições distritais e a criação de novos partidos políticos para as eleições proporcionais
e) a maior participação de eleitores das áreas urbanas ao se estender o voto aos alfabetizados.

03) (FUVEST) – A chamada "política dos governadores", adotada durante a República Velha, significou a consagração da hegemonia política
a) gaúcha
b) baiana
c) paulista
d) fluminense
e) pernambucana .

04) (UNESP) – A "Verificação dos Poderes" pelo Congresso, prática integrante do processo eletivo na República velha, propiciou a chamada "Política dos Governadores", através da qual o presidente Campos Sales conseguiu:
a) desestabilizar as oligarquias cafeeiras
b) desenvolver a industrialização incipiente nas cidades
c) atrair para o seu círculo monarquistas e florianistas
d) sanear as finanças, dando continuidade ao "Encilhamento"
e) desvirtuar as normas democráticas e instituir uma república oligárquica elitista.

05) (FGV-SP) – A chamada "política dos governadores" instituída a partir do governo Campos Salles, caracterizava-se por
a) permitir que a escolha do presidente da República fosse resultado de um consenso entre os governadores
b) tornar os governadores um mero instrumento do poder do presidente da república
c) fortalecer os governadores como o principal instrumento para garantir a estabilidade política entre as oligarquias regionais
d) tornar os governadores representantes de um federalismo liberal e democrático
e) promover, através dos governadores, a desarticulação das oligarquias locais.

06) (UFS) *"...o chefe político lhes dava roupa, cachaça e uma papeleta de voto..."*
Ao texto pode-se associar, na evolução política brasileira, o
a) mercantilismo e a Colônia
b) encilhamento e o Império
c) centralismo e a Regência
d) coronelismo e República Velha
e) caudilhismo e República Nova

07) (FUVEST) – "Visitei todo o comércio / Fiz muito bom apurado / E vi que de muito povo / Eu me achava acompanhado / Alguns pediam esmolas / Então não me fiz de rogado"
Os versos de Chagas Baptista em homenagem ao cangaceiro Antônio Silvino, o governador do Sertão, sugerem que o cangaço
a) possuía um caráter político institucional que realçava a estabilidade social e econômica do nordeste
b) contava com o apoio popular, propondo a reforma agrária e uma nova distribuição de renda
c) representava a faceta do movimento anarquista, com propostas de socialização da terra nas áreas rurais
d) era uma forma de banditismo sem ameaçar a estabilidade fundiária e, portanto, aceito pelas oligarquias e trabalhadores
e) tinha apoio popular e representava uma força de resistência à opressão dos grandes proprietários rurais

08) (PUC) – "[O movimento] não se rendeu... resistiu até o esmagamento completo. Expugnado palmo a palmo na precisão integral do termo, caiu no dia 5 ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Era quatro apenas, um velho, dois homens feitos e uma criança, à frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados."
A chacina empreendida pelo exército em 1897, no interior do Nordeste, com a qual o leitor de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, entra em contato, tem uma de suas explicações
a) na necessidade, por parte do governo, de afirmar a irreversibilidade do projeto republicano
b) no fato de que o movimento seria uma extensão do Cangaço na região , provocando a reação dos latifundiários
c) no objetivo do Estado republicano em conter quaisquer manifestações socialistas que inculcassem ideologias revolucionárias nos camponeses
d) na tentativa do Exército de impedir que os tenentes desertores continuassem sua pregação pelo interior do país
e) na pressão exercida pelo Vaticano, sobre as Forças Armadas, com o objetivo de barrar o crescimento das igrejas alternativas.

09) (FUVEST) – A Rebelião de Canudos (1896-97) e a rebelião do Contestado (1912-16) possuem elementos em comum, destacando-se entre outros
a) o caráter messiânico do movimento em torno de Antônio Conselheiro e do beato José Maria
b) a tentativa de restaurar o Antigo Regime , com vistas a dar continuidade à dinastia de Bragança
c) o envolvimento de populações humildes do Nordeste, temerosas do coronelismo
d) a disputa entre latifundiários para o domínio de amplas terras férteis
e) o desejo do Presidente Prudente de Morais de conceder uma reforma agrária que beneficiasse os revoltosos.

10) (FATEC) – Quanto à chamada República Oligárquica brasileira afirma-se:
I. O surto industrial do início do século XX ocorreu de forma desordenada, propiciando precárias condições de vida aos trabalhadores: seus turnos eram de 14 a 16 horas por dia, não existia salário mínimo estipulado, as férias não eram remuneradas e não havia indenização nos casos de acidentes de trabalho.
II. Antônio Conselheiro, o profeta de Canudos, é o modelo típico de liderança carismática produzida pela estrutura agrária e pelo messianismo popular dos habitantes do sertão nordestino.
III. A Revolta da Vacina foi um movimento popular, ocorrido no Rio de Janeiro, em favor das ideias de Osvaldo Cruz, que procurava sanear a cidade combate do a varíola e a febre amarela.
Dessas afirmações está (estão) correta (corretas):
a) I, II e III.
b) II e III somente.
c) I e III somente.
d) I e II somente.
e) apenas I.

11) (MACKENZIE) – Durante o governo Campos Sales foi negociado o acordo financeiro "funding loan", visando restaurar as finanças da república e que trouxe como efeitos imediatos:
a) o corte das despesas e abandono de obras públicas, desemprego, queda da indústria brasileira e favorecimento das importações
b) a implantação de uma política industrialista, abandonando-se a crença de um país exclusivamente agrícola, defendida por parte da elite da época
c) grandes investimentos em obras para vencer o desemprego
d) um período de grande estabilidade econômica e política em função das boas condições sociais
e) grande popularidade do governo , sobretudo nas camadas baixas da população, em virtude de sua política social.

12) No governo Rodrigues Alves (1902-1906), após a atuação de Oswaldo Cruz na saúde pública na capital federal, ocorreu a Revolta da Vacina (1904), que estava inserida:
a) na modernização e no saneamento do Rio de Janeiro.
b) na modernização e no saneamento do Brasil como um todo.
c) no combate às doenças epidêmicas promovido pela ONU.
d) na recepção aos imigrantes.
e) na oposição entre os setores rural e urbano.

13) (FUVEST-adaptada) – Do Convênio de Taubaté, em 1906, decorreu uma política de
a) incentivo à policultura, para atender aos interesses dos pequenos proprietários, impedindo qualquer intervenção do Estado na economia cafeeira
b) valorização do café, com a intervenção direta do Estado na economia cafeeira, através da compra de estoques excedentes pelo governo com empréstimos externos
c) controle da produção açucareira pelas limitações do mercado consumidor
d) estímulo à produção cafeeira no Vale do Paraíba e no Sul de Minas gerais, visando ajustar oferta e procura sem intervenção do governo
e) reestruturação da economia paulista, sem a intervenção governamental.

14) (FGV) – Rui Barbosa, como candidato à presidência da República nas eleições que se realizaram em 1910, declarava: "Mas por isso mesmo que quero o exército grande, forte, exemplar, não o queria pesando sobre o governo do país. A nação governa. O exército, como os demais órgãos do país, obedece". (Apud Edgard Carone. A Primeira República.1889-1930. São Paulo. Difel. 1969. p. 51) Nesta declaração, Rui Barbosa expressava uma
a) crítica ao governo militar do então presidente Marechal Deodoro da Fonseca.
b) crítica à candidatura de seu oponente, o militar Hermes da Fonseca.
c) defesa da maior atuação do Exército na política nacional.
d) resposta à tentativa de golpe militar liderada pelo Marechal Floriano Peixoto.
e) recusa ao apoio da oligarquia paulista para sua candidatura.

15) (UFU) – O governo de Hermes da Fonseca, que derrotara a candidatura civilista de Rui Barbosa, foi marcado pela chamada política das salvações, que consistia na intervenção de militares hermistas nos governos estaduais. Considerando o contexto político-institucional da República Velha, pode-se dizer que a política das salvações apresentou como resultado concreto
a) o relativo enfraquecimento das máquinas políticas tradicionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, como mecanismos organizadores dos interesses coronelistas, então manipulados pelos interventores militares.
b) o declínio da chamada política do café com leite, devido à articulação dos interventores militares impedindo que o controle da sucessão presidencial ficasse centralizado em Minas Gerais e São Paulo.
c) o controle mais rigoroso do processo eleitoral nos principais Estados da Federação, em virtude dos mecanismos institucionais criados pelos interventores militares.
d) a aliança dos interventores militares com as frações oligárquicas oposicionistas nos Estados periféricos, as quais substituíram, nos sistemas de poder locais, os grupos até então situacionistas.
e) a ampla reforma fiscal e financeira dos Estados sob intervenção militar, destacando-se São Paulo como centro econômico nacional.

16) (UFS) – O Brasil a partir da Primeira Guerra Mundial (1914/1918) e em decorrência de seus efeitos, sofreu diversas transformações, dentre elas,
a) o incremento da política de incentivo à produção de soja
b) o fim do monopólio estatal sobre as atividades extrativistas
c) a aceleração do processo de industrialização no eixo São Paulo/Rio de Janeiro
d) a eliminação das barreiras alfandegárias entre zona rural e zona urbana
e) p aprofundamento do fenômeno da ruralização no eixo Norte/Nordeste

17) (FUVEST) – "Naquela época não tinha maquinaria, meu pai trabalhava na enxada. Meu pai era de Módena, minha mãe era de carpi e ficaram muito tempo na roça. Depois a família veio morar nessa travessa da Avenida Paulista; agora está tudo mudado, já não entendo nada dessas ruas."

Este trecho do depoimento de um descendente de imigrantes, transcrito na obra *Memória e Sociedade*, de Ecleia Bosi, constitui um documento importante para a análise
a) do processo de crescimento urbano paulista no início do século atual, que desencadeou crises constantes entre fazendeiros de café e industriais
b) da imigração europeia para o Brasil, organizada pelos fazendeiros de café nas primeiras décadas do século XX, baseada em contratos de trabalho conhecidos como "sistema de parceria"
c) da imigração italiana, caracterizada pela contratação de mão de obra estrangeira para a lavoura cafeeira, e do posterior processo de migração e de crescimento urbano de São Paulo
d) do percurso migratório italiano promovido pelos governos italiano e paulista, que organizavam a transferência de trabalhadores rurais para o setor manufatureiro
e) da crise da produção cafeeira da primeira metade do século XX, que forçou os fazendeiros paulistas a desempregar milhares de imigrantes italianos, acelerando o processo de industrialização

18) (FUVEST) – No movimento operário brasileiro da Primeira República, a Greve Geral de 1917
a) localizou-se em São Paulo, reivindicando a adoção da jornada de oito horas de trabalho e a proibição do trabalho feminino noturno
b) atingiu os principais núcleos urbanos e industriais do Brasil, prolongando-se devido á recusa de negociações pelos grevistas
c) restringiu-se ao Rio de Janeiro, articulando-se com movimentos militares de oposição ao governo Venceslau Brás
d) atingiu somente o Rio de Janeiro e São Paulo, sofrendo dura repressão conjunta do Exército e da Marinha
e) paralisou a produção cafeeira, reivindicando equiparação com os trabalhadores urbanos na jornada de oito horas de trabalho.

19) (FUVEST) A Semana de Arte Moderna de 1922 , que reuniu em São Paulo escritores e artistas foi um movimento
a) de renovação das formas de expressão com a introdução de modelos norte-americanos
b) influenciado pelo cinema internacional e pelas ideias propagadas nas universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro
c) de contestação aos velhos padrões estéticos, às estruturas mentais tradicionais e um esforço de repensar a realidade brasileira
d) desencadeado pelos regionalismo nordestino e gaúcho , que defendiam os valores tradicionais
e) de defesa do realismo e do naturalismo contra as velhas tendências românticas.

20) (FUVEST) – A Revolução de 1924, movimento tenentista, relacionou-se:
a) aos desejos de reformas econômicas e sociais de caráter socialistas que acarretassem a superação da república oligárquica e elitista
b) à violência praticada pelos governos republicanos controlados pelas oligarquias paulista e mineira contra lideranças operárias e camponeses
c) aos anseios de reformas políticas moralizadoras de cunho liberal que não se chocavam com os princípios de ordenação constitucionais da república
d) ao caráter conservador do governo Epitácio Pessoa, cuja política repressiva desencadeou o movimento de intervenção federal nos Estados oposicionistas
e) à luta pela superação do caráter espoliativo e dependente da economia brasileira, visando obter maior prestígio no concerto internacional

21) (FUVEST) – No Brasil a década de 20, foi um período em que:
a) velhos políticos da República como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, alcançaram grande projeção nacional
b) as forças de oposição às chamadas "oligarquias carcomidas" se organizaram, sem contudo apresentar alternativas de mudança
c) as propostas de reforma permanecendo letra morta, não se configurou nenhuma polarização político ideológica
d) a aliança entre os partidos populares e as dissidências oligárquicas culminou com a derrubada da República Velha nas eleições de 1° de março de 1930
e) ocorreram agitações sociais e políticas, movimentos armados, entre eles a coluna Prestes e várias proposta de reforma foram debatidas.

22) (UNIFENAS) – Em outubro de 1930, o Brasil foi abalado por uma revolução que marcou o fim da chamada República Velha. Esta revolução pode ser explicada:
a) pela disputa pelo poder entre o Partido Republicano Paulista, cujos representantes eram os "barões do café", e o Partido Democrático, que representava os interesses do setor industrial.
b) pelo fracasso da política econômica conhecida como "Encilhamento", adotada no governo Washington Luís para combater a inflação
c) pela necessidade de reorganização administrativa como meio de garantir o princípio federalista
d) pelas oposições entre os grupos da própria oligarquia dominante, resultantes principalmente do rompimento da "Política dos Estados", também denominada "política do Café com Leite".
e) pela infiltração no país de ideias totalitárias, o que levou Washington Luís a pretender continuar no poder através de um golpe de Estado.

23) (PUC) – "Cabo de enxada engrossa as mãos... Caneta e lápis são ferramentas muito delicadas. A lida é outra: labuta pesada de sol a sol, nos campos e nos currais... Ler o quê? Escrever o quê? Mas agora é preciso: a eleição vem aí, e o alistamento rende a estima do patrão, a gente vira pessoa." (PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. P. 62.)
No trecho acima,o escritor Mário Palmério faz alusões a práticas frequentes no sistema político brasileiro em grande parte deste século. Considerando suas informações sobre essa questão e o texto apresentado,
a) discuta as relações entre coronelismo e estrutura da propriedade da terra no Brasil;
b) explique o que é "voto de cabresto".

24) (UNESP) – "Não obstante, o processo de industrialização foi imensamente influenciado pela onda de imigração europeia. Em contraste com a força de trabalho nativa, os imigrantes haviam sido, amiúde, habitantes de cidades ou tinham, pelo menos, experiência de trabalho assalariado e eram sensíveis ao seus incentivos." (Warren Dean, "A Industrialização durante República Velha", in História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano)
Caracterize, de maneira sumária, a importância da imigração europeia e do trabalho assalariado para o desenvolvimento industrial do Brasil

25) (EFEI) – Explique como o avanço da cultura cafeeira através do lado paulista do Vale do Paraíba, a partir da segunda metade do século XIX, veio criar condições para o início da industrialização no Brasil, pioneiramente no Estado de São Paulo.

26) Explique, concisamente, como que as transformações sócio-econômicas ocorridas entre 1894 e 1930 geraram o processo de declínio da República Velha.

27) Estabeleça uma relação entre a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910) e a Colônia Penal de Clevelândia (AP).

28) Baseado em suas informações sobre a Primeira República do Brasil, qual a relação entre Campanha Civilista, Política das Salvações, Primeira Guerra Mundial, burguesia industrial, movimento operário e tenentismo?

29. (FGV-SP) O acerto do funding loan, entre o presidente Campos Sales e a Casa Rothschild, representou para a economia brasileira:
a) as condições necessárias para o primeiro investimento industrial do país.
b) uma reacomodação da dívida brasileira com os Estados Unidos, que permitiu subsidiar por mais alguns anos os cafeicultores paulistas.
c) um novo empréstimo e a suspensão da amortização do débito até 1911.
d) o fim do ciclo de dependência em relação aos banqueiros ingleses, com o perdão da dívida e a amortização dos juros até 1930.
e) uma política deflacionária que estabilizou o país pelas décadas seguintes.

30. (Unicamp-SP) *Em novembro de 1904, data da revolta, o trabalho de demolição das casas para abrir a avenida Central, executado por cerca de 1800 operários, terminara, e 76 dos novos edifícios estavam sendo construídos. O eixo central da avenida fora inaugurado em 7 de setembro em meio a grandes festas, já com serviços de bondes e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgara, através da parte mais habitada da cidade, um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público. Era como abrir o ventre da velha cidade.* (José Murilo de Carvalho, Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 93.)
a) Que revolta, ocorrida no Rio de Janeiro, está mencionada no texto?
b) Cite duas razões para a eclosão dessa revolta.
c) Quais foram os objetivos da reforma urbana a que o texto se refere?

31. (PUC-SP) *De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na causa muito de cenografia.* Lima Barreto. "Os Bruzundangas". In Obras de Lima Barreto. Brasiliense, 1956.
A crítica de Lima Barreto dirige-se ao Rio de Janeiro do início do século XX, palco da "Regeneração", movimento de reurbanização, saneamento e redistribuição espacial, comandado pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves.
a) Identifique e caracterize a insurreição que, em 1904, representou o mais forte questionamento a esse projeto de reformulação da capital federal.
b) Analise as decorrências da destruição então realizadas das habitações populares que havia no centro do Rio de Janeiro.

32. (Unicamp-SP) *O bandido social é, em geral, membro de uma sociedade rural e, por razões várias, encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Apesar disso, continua a fazer parte da sociedade camponesa de que é originário e é considerado herói por sua gente, seja ele um justiceiro, um vingador ou alguém que rouba dos ricos.* (Carlos Alberto Dória, Saga. A grande história do Brasil,)
Utilizando a definição anterior explique o movimento do cangaço brasileiro.

33. (Unicamp-SP) Em março de 1897, assim se pronunciou o jornal carioca O Paiz sobre o movimento de Canudos.
O que de um golpe abalava o prestígio da autoridade constituída e abatia a representação do brio de nossa Pátria no seu renome, na sua tradição e na sua força era o movimento armado que, à sombra do fanatismo religioso, marchava acelerado contra as próprias instituições (...). Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir (...) a unidade do Brasil. (Citado por Euclides da Cunha em Os Sertões.)
a) Quais os temores existentes no Brasil com relação ao movimento de Canudos?
b) Que motivos levaram os sertanejos da Bahia a aderir àquele movimento?

A REPÚBLICA POPULISTA (1930 – 1964)

Getulio Vargas cercado de jovens tenentes.

Revolucionários em 1930: jovens pró Getúlio.

A Revolução de 30 deu origem a uma nova etapa na História do Brasil. Essa etapa durou até o Golpe de 64 e é chamada por vários nomes: República Nova, Segunda República ou República Populista. O populismo foi a grande marca da política brasileira entre 1930 e 1964. ***Populismo é uma política efetuada por setores da elite que consiste em atender partes das reivindicações populares A política atrai grande parte da população e não compromete os principais interesses da elite.***

Transformações do período:

- crescente intervenção do Estado na economia – decadência do liberalismo.
- a indústria passa a ser a principal atividade do país.
- os setores que produzem para o mercado interno se tornam mais importantes que os setores exportadores
- crescente influência de capital estrangeiro a partir de 1945.
- burguesia industrial torna-se o grupo mais rico do país
- fortalecimento político da classe média
- crescimento exponencial do operariado urbano
- rápido processo de urbanização no Sudeste e Sul
- aumento do poder central – Federal – e consolidação do Estado nacional
- diminuição do poder político de grupos locais – oligarquias.

A ERA VARGAS (1930 – 1945)

ESTADO E ECONOMIA (1930 – 1937)

O primeiro grande problema que Vargas e o grupo que o apoiou teve de enfrentar tinha dimensões mundiais: a Crise de 29. Vargas e seu grupo tinham que contornar rapidamente os efeitos negativos da crise para o Brasil, se quisessem continuar no poder. As ações foram rápidas e extremamente eficazes. Já no ano de 1932 a economia voltou a crescer. A partir de 1933 o crescimento foi acelerado e, mais importante, *tendo como base a indústria*. Nesse período, a economia deixa de ter por base o setor agrário exportador e *passa a ser baseada no setor industrial voltado para o mercado interno*. A indústria veio para ficar, e trouxe consigo modificações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Ora, mas o que teria levado Getúlio a mudar os rumos da economia brasileira depois de séculos de domínio do setor agrário exportador? A industrialização deveu-se:

- ao fato de, com a Revolução de 30, grupos não ligados às oligarquias agrárias emergirem.
- a adoção de uma política para conter os efeitos da crise do café.
- o parque industrial que já existia no Brasil, secundário, mas com alguma diversificação.

A política de defesa do café

É fato que a oligarquia cafeeira perdeu poder com a Revolução de 30. Mas também é fato que *o café ainda era o carro chefe da economia. Então Getúlio não podia simplesmente abandonar o setor*. A política adotada lembra o Convênio de Taubaté de 1906, mas traz muitas diferenças. *Como não havia mais crédito internacional, o governo de Vargas emitiu dinheiro, comprou os estoques não vendidos de café e os queimou*. O objetivo era diminuir a oferta do produto para manter os preços. Defendendo os preços do café, Vargas protegeu não somente o setor cafeeiro, mas toda a economia nacional. O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a crescer após a crise de 29. O sucesso da política se deveu em grande parte ao fato de, com a compra dos excedentes, o governo não permitiu a queda muito acentuada da produtividade do setor, o que evitou desemprego em massa e uma desaceleração ainda maior da economia – desempregados consomem menos, haveria menor procura por setores ligados ao café, como a indústria de sacos, de equipamentos agrícolas, dos bancos, etc. todos esses setores também demitiriam. Isso é o que os economistas chamam de *efeito multiplicador*: *se um setor importante de economia cresce, outros setores ligados a ele crescem também*. O contrário também ocorre: se um setor importante cai, os setores ligados a ele caem também. Como a cafeicultura manteve seu nível de negócios, outros setores também mantiveram, o que evitou abalos mais sérios na economia. A equipe de Vargas acertou por acaso, pelo fato de na época, a ciência econômica não ter desenvolvido teorias de ação para uma crise como a de 1929. *A saída da elite cafeeira do poder foi imprescindível para a aplicação dessa nova política econômica: ela era extremamente conservadora e pouco aberta a mudanças. O conservadorismo da época, tanto no Brasil, quanto no mundo, afirmava: 1- que o Estado não deveria intervir na economia; 2- que o melhor remédio para preços baixos era diminuir a produção. O conjunto dessas ideias é conhecido como* ***liberalismo***. Exatamente o contrário do que foi feito. A nova elite que assume em 30 estava interessada em

defender o mercado interno – havia industriais entre os apoiadores de Vargas. Não estava interessada em defender ideias conservadoras. Internamente, grupos inovadores da elite chegaram ao poder. Externamente, EUA e Inglaterra estavam mais interessados suas próprias crises e acabaram dando liberdade ao Brasil.

Industrialização: substituição de importações

Em 1929 nossas exportações e importações despencaram por conta da crise. Mas já no período 32/33, por conta da política de valorização do café, nosso mercado consumidor retomou o poder de compra. *Na época, a maioria dos produtos industriais consumidos no Brasil eram importados. Surgiu o problema: tínhamos recursos para importar produtos, mas não tínhamos produtos para comprar pois EUA e Europa estavam temporariamente quebrados pela crise. O resultado esperado seria inflação: aumento de preço gerado por grande procura e pouca oferta de produtos. O que ocorreu foi o início do processo de industrialização*. Nossa indústria, embora secundária, existia e trabalhava com *capacidade ociosa.* Trabalhar com capacidade ociosa significa produzir menos do que é capaz com suas máquinas, ou seja, abaixo da capacidade instalada das máquinas. Quando houve aumento da procura de produtos nacionais, os industriais colocaram suas máquinas para produzir a todo vapor. Em princípio, não foi nem preciso aumentar as fábricas, mas somente utilizar a *capacidade instalada* delas ao máximo. Isso levou ao aumento de produção que salvou o Brasil de um processo inflacionário. Ao mesmo tempo o Brasil iniciou o *processo de industrialização por substituição de importações*. Esse processo permitiu um rápido crescimento industrial, porque já existia o mercado consumidor a ser suprido. *O aproveitamento da capacidade ociosa foi utilizado por nossa indústria por boa parte da década de 30. Quando a utilização chegou ao limite, nossa indústria continuou crescendo devido: 1- nossa burguesia industrial já tinha acumulado lucros para investir. 2- devido à Grande Depressão nos EUA, havia muitas fábricas falidas vendendo máquinas em condições de uso a preços convidativos. 3- a política de Vargas incentivava o setor industrial.*

O Governo Provisório (1930-1934)

Chama a atenção algo provisório que dura 4 anos. Esse fato se deve a habilidade de Vargas para manter uma situação favorável a si. Logo que assumiu o governo em 03/11/30, Vargas rasgou a Constituição de 1891, destituiu todos os governadores e colocou no lugar interventores nomeados por ele – maioria de tenentistas – fechou o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais. Ou seja, promoveu uma *ditadura*, com a promessa da eleição de uma assembleia constituinte em um futuro indeterminado. O Governo Provisório dividiu-se em dois grupos: os constitucionalistas formados por civis e os revolucionários formados por militares tenentistas. Vargas manipulava ambos, para manter seu poder pessoal.

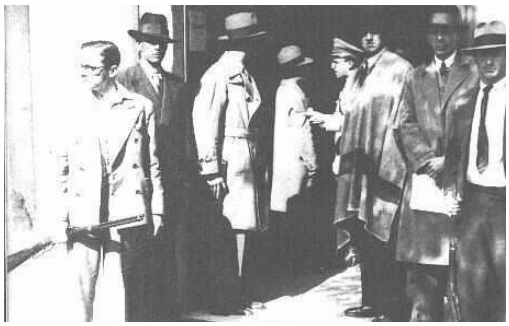
O Estado de compromisso

Uma das novidades do novo regime foi a quantidade de forças políticas que o apoiavam e que exigiam a sua parcela de participação no poder. Nenhuma dessas forças tinha capacidade para tomar o poder e mandar praticamente sozinha, como fizera a elite cafeeira. O equilíbrio frágil entre esses grupos, cada um com um poder de fogo, ficou conhecido como *Estado de compromisso.* Cada grupo conseguia vantagens do Estado, mas também precisava negociar e fazer concessões. *Isso permitiu que os recursos do Estado chegassem a regiões do país e a camadas sociais muito mais amplas do que a elite cafeeira permitira*. *A consequência foi a modernização do país.* Ao mesmo tempo, esse sistema fortalecia a única pessoa com acesso a todos os grupos e com o respeito de todos: Vargas. *Os grupos que partilhavam o poder eram principalmente da burguesia industrial e financeira; da classe média urbana; de aristocracias rurais dissidentes da cafeeira – a gaúcha, por exemplo; as Forças Armadas e os trabalhadores urbanos*. Até mesmo a elite cafeeira, após algum tempo, tomou sua parte no poder. Vargas arbitrava a situação e o equilíbrio entre os grupos e se fortalecia cada vez mais.

O populismo

Pela primeira vez na nossa História, o povo também não ficou simplesmente abandonado. O novo governo, diante das crescentes reivindicações populares, percebeu que não podia simplesmente as ignorar ou as tratar como caso de polícia. *O populismo foi uma política em que parte da elite assumia o aceitável das reivindicações populares, ao mesmo tempo em que passava a chefiar o movimento popular*. *Mesmo estando dentro daquilo que as elites podiam aceitar, as concessões feitas ao povo melhoraram consideravelmente a vida das pessoas mais pobres e estimularam o crescimento econômico. Foi criada a Previdência Social, os sindicatos foram legalizados e fixaram-se direitos trabalhistas: salário-mínimo, férias remuneradas, jornada de trabalho de 8 horas, proteção ao trabalho de mulheres e crianças, etc*. nada foi inventado por Vargas ou sua equipe. Eram antigas reivindicações do movimento operário que estavam sendo atendidas. Para todos os trabalhadores? Não. Somente para os mais organizados: os urbanos. A massa de trabalhadores rurais ficou de fora. Mas com tantas concessões, é possível falar que os interesses da elite foram preservados? Sim, pelo fato de que naquela época, o maior medo das elites era o crescimento do Partido Comunista. O objetivo das concessões foi transformar os trabalhadores em apoiadores do regime político e dos patrões, esvaziando o discurso incendiário dos comunistas. O populismo também criou o culto a Vargas entre os trabalhadores. Desta forma a criação dos sindicatos não tinha muito a ver com a luta histórica dos operários, mas sim com a transformação dos operários em apoiadores e simpatizantes do regime. Justamente por esse motivo, *as greves eram praticamente todas consideradas ilegais*. Esse tipo de política, destinada a ganhar a simpatia

dos trabalhadores por meio de concessão de direitos dominou o Brasil até 1964. Muitos historiadores chamam o período de 1930 a 1964 de *República Populista*. Durante a Era Vargas o populismo gerou a seguinte situação: abolição da *democracia formal,* já que a maior parte do período foi ditatorial. Mas por outro lado houve uma *democratização real*, já que a parcela de grupos sociais que o Estado se via obrigado a atender era muito maior que na República Velha. A consequência direta foi o aumento do tamanho do Estado, bem como do poder pessoal de Vargas.



Estudantes armados na Faculdade de Direito: revolução em 1932

Participação feminina na Revolução de 32.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32

Após 1930, houve uma divisão nas elites que dominavam a República Velha. Uma parte delas apoiou o novo regime. Outra partiu para a *contrarrevolução*. A principal elite contrarrevolucionária era a cafeeira paulista, a mais prejudicada pela revolução. O movimento contrarrevolucionário ganhou força quando o *Partido Democrático*, *ala paulistana civil que dera apoio a Vargas, ficou sem poder em São Paulo.* Vargas preferira dar o poder paulista aos tenentes. O Partido Democrático aliou-se ao antigo *Partido Republicano Paulista – PRP* -, dos fazendeiros de café. A aliança foi o marco da união entre classe média e elite em São Paulo: ficou conhecida como *Frente Única Paulista – FUP*. De nada adiantou Vargas ceder a todas as exigências paulistas: interventor civil e paulista; secretariado nomeado pela FUP; Força Pública com comando autônomo; Exército da Província de São Paulo nomeado pela FUP; definição da data das eleições da Assembleia Constituinte para 1933. Os paulistas queriam a guerra para arrancar o Estado nacional das mãos de Vargas. Fizeram a guerra. Perderam a guerra. Pelo motivo simples de que eram todos os estados contra o de São Paulo. Além da falta de um comando único entre tropas civis voluntárias e tropas militares regulares. *A derrota significou a última tentativa de tomada de poder pela antiga elite cafeeira. Como a repressão de Vargas foi branda, logo essa elite estaria disputando os favores do Estado junto com outros grupos que vimos acima. Vargas não apenas ganhou a guerra. Ganhou também mais um grupo de apoio.* A aventura bélica da elite paulista ficou conhecida com Revolução Constitucionalista de 32.

A CONSTITUIÇÃO

A Assembleia Constituinte reunida em 1933 foi a mais democrática até então na nossa história. Pela primeira vez tivemos voto secreto, voto feminino e criação de uma Justiça Eleitoral para fiscalizar as eleições. As elites continuaram muito fortes na Assembleia, mas os grupos sociais representados nunca foram tão numerosos. Burgueses, membros da classe média e operário estavam presentes na Assembleia. Também nossa primeira deputada: Carlota de Queirós. *O formato que a Assembleia deu para o Estado lembra muito o atual e já estava presente na Constituição de 1891: sistema presidencialista; mandato de 4 anos para presidente e deputados; voto popular direto; Câmara dos Deputados composta por representantes dos Estados, em número proporcional à sua população; Senado eleito por oito anos, com dois representantes por Estado; sistema federativo, mantendo-se a autonomia dos Estados; garantia dos direitos individuais. Até aqui, nada de muito novo. Mas os novos grupos sociais presentes na Assembleia fizeram valer sua voz e as inovações apareceram: voto secreto; voto feminino; legislação trabalhista; autonomia dos sindicatos e representação profissional; criação do mandato de segurança, para proteger o cidadão de abusos do Estado, defesa das riquezas naturais do país, obrigatoriedade de 2/3 de funcionários brasileiros nas empresas; criação da Justiça Eleitoral; representação classista: os sindicatos e associações patronais teriam representantes na Câmara dos Deputados. A Assembleia também elegeu Vargas como presidente da República, pelo período de 34 a 38*, quando haveria a nova eleição presidencial. O Governo Provisório chegava ao fim.

O GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934 – 1937)

Militares comunistas ligados a ANL sublevados no Rio de Janeiro em 1935: Intentona Comunista

Congresso Integralista. Ao centro Plínio Salgado e o

símbolo do movimento: a sigma

A DIREITA E A ESQUERDA EM CENA

A década de 30 foi marcada no em todo o Ocidente e mesmo no Extremo Oriente pelo confronto entre duas tendências políticas antagônicas: o marxismo à esquerda e os fascismos à direita. Após a vitória dos marxistas na Revolução Russa de 1917, os partidos influenciados pelo marxismo tiveram expressivo crescimento no cenário internacional. A reação não se fez esperar. Já na Itália, em 1922 a direita fascista toma o poder com Mussolini. O fato foi seguido por Hitler na Alemanha, Franco na Espanha, Salazar em Portugal, para ficar nos mais famosos. Também no Brasil, os grupos ligados à esquerda e à direita se movimentavam e cresciam. Em 1934, vários partidos simpatizantes do fascismo se fundem e formam a Ação Integralista Brasileira – AIB -, sob a direção de Plínio Salgado. Propunha um Estado forte – antidemocrático e anti liberal – que seria formado pelas representações das diversas classes em um partido único. O governo seria autoritário e a sociedade militarizada: ordem e disciplina seriam fundamentais. O integralismo era reacionário e nacionalista. Como todo movimento fascista, o integralismo utilizava recursos midiáticos e de impacto popular: emblemas, bandeiras, uniforme – devido à cor verde ficaram conhecidos como camisas verdes ou "galinhas verdes", segundo seus adversários. Saudavam-se com o braço direito levantado e mão espalmada e gritavam "*anauê*" – antiga saudação tupi. Utilizavam como símbolo a letra grega *sigma* – $\sum$. A união dos fascismos que formou o Integralismo gerou uma reação dos vários movimentos de esquerda: a *Aliança Nacional Libertadora – ANL.* Formada por comunistas, socialistas, facções do tenentismo, líderes operários, sindicalistas e membros da classe média antifascistas. A ANL pretendia um governo popular, garantia de mais amplas liberdades, proteção aos pequenos e médios proprietários – dos grandes, não -, nacionalização de empresas estrangeiras, cancelamento da dívida externa. A ANL (organização da qual Caio Prado Júnior foi um expoente) ganhou muita popularidade e assustou a elite. Com o apoio de Vargas, deputados elitistas conseguiram aprovar no Congresso a Lei de Segurança Nacional, que dava poderes ao presidente para prender indivíduos suspeitos de radicalismo político: o que foi um grande passo para a ditadura que viria. Em 1935, o líder comunista Luís Carlos Prestes, em um comício, lança uma palavra de ordem "Todo poder a ANL". Vargas acusou a ANL de golpista e mandou fechá-la com base na Lei de Segurança Nacional. Desta forma, Vargas jogou uma isca para os esquerdistas, querendo levá-los a uma revolta para poder esmagá-los com mais força. A esquerda mordeu a isca. Revoltou-se e foi esmagada. O Partido Comunista (PCB), influenciado pelas táticas tenentistas, pensou no levante de alguns quartéis. Esperava a adesão de outras tropas e o apoio popular. As tropas já estavam avisadas pela polícia secreta de Vargas, que sabia de tudo por estar infiltrada no partido. Em novembro de 35 ocorreu o levante aliancista, que ficou conhecido como *Levante Comunista.* Levantaram-se regimentos de Natal e Recife. Mais uns poucos do Rio de Janeiro. O levante durou 4 dias e foi obrigado a se render. Era tudo o que Vargas queria. O levante foi usado para levar a prisão praticamente toda a esquerda, mesmo aqueles que não haviam participado. Da revolta participaram poucas centenas de pessoas em três cidades. Mais de 10 000 foram presas. Dentre os presos destacam-se Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista e sua esposa, a alemã e agente soviética Olga Benário. Olga acabou sendo deportada para a Alemanha nazista e enviada a um campo de concentração, por ser judia e comunista. Foi morte em 1942. A elite e a classe média ficaram apavoradas pelo "*perigo comunista*" e deram a Vargas poderes que foram utilizados contra todos os oponentes do regime. A ditadura estava voltando, com o argumento de se lutar pela democracia.

Luis Carlos Prestes preso, tendo a direita o jornalista José Joaquim Silva e a esquerda o capitão Orlando Leite Ribeiro.

O PLANO COHEN E A DITADURA.

Apesar de haver uma eleição marcada para janeiro de 38 e desde o início de 37 candidatos estarem em campanha, as condições para o golpe de Vargas estavam prontas: elite e classe média em pânico, comunistas e liberais na cadeia, tenentes radicais colocados em funções sem comando. Faltava o pretexto para o golpe. Em setembro de 37 foi "descoberto" pela polícia secreta um plano dos comunistas para tomar o poder. O plano previa a matança de políticos, a destruição de igrejas, o desrespeito aos lares e muitas greves. O plano era denominado Cohen, um sobre nome judeu, de pessoa que seria ligada a Moscou. Na verdade, era uma falsificação grosseira feita de encomenda por um jovem militar de 27 anos: Olympio Mourão Filho. Mas o governo acolheu o plano como a mais cristalina verdade e tratou de "salvar" o país do caos comunista. Vargas conseguiu que o Congresso decretasse "estado de guerra", o que fortalecia ainda mais o governo. Em 10 de novembro, o governo fechou o Congresso e ordenou aos governadores que cuidassem da ordem nos estados. Nenhum tiro foi dado. Vargas anunciou pelo rádio o início de uma "nova era". E decretou uma nova constituição: que já estava pronta havia meses. Vargas decretou a ditadura, mas é claro, queria apenas defender nossa liberdade.

O ESTADO NOVO (1937 – 1945)

O novo regime foi batizado pelo próprio Vargas: Estado Novo, copiado do regime de Salazar em Portugal. Vargas e os grupos sociais que o apoiavam fizeram o segundo maior período ditatorial da República. Embora alguns historiadores considerem o Estado Novo como fascista, nós preferimos afirmar que era um Estado com elementos fascistas, mas sem chegar a incorporar todos os pontos do fascismo europeu. Da mesma forma que os fascismos, o Estado Novo era *antidemocrático* – no sentido das liberdades e direitos individuais -, *antiliberal* – no sentido da intervenção do Estado na economia -, *nacionalista, autoritário, personalista* e *midiático* – pelo fato de utilizar todos os meios possíveis para fazer propaganda de si mesmo, enquanto calava os opositores. Por outro lado, o Estado Novo não era *imperialista, racista*, *militarista* nem *corporativista* – teoria que reduz a sociedade e seus grupos a partes de um corpo que devem funcionar de forma integrada e harmônica – elementos importantes do fascismo europeu.

A POLÍTICA NO ESTADO NOVO

O Estado Novo era baseado em uma Constituição. No Brasil, sempre que houve uma mudança de regime – por golpe de Estado ou Revolução – houve também uma mudança na legislação, para amparar o governo que acabava de se instalar. Assim foi com o Estado Novo. A nova Constituição, conhecida como "polaca", entrou em vigor junto com o novo regime, que assim se tornava desde o início, "legal". Seu autor, Francisco Campos, ficou conhecido por sua capacidade de transformar em legislação atos autoritários. Daí seu apelido Chico Ciência. Décadas mais tarde, essa capacidade será novamente utilizada por outra ditadura: a dos militares. A nova Constituição garantia ao presidente plenos poderes, é claro. Um desses poderes era o de decretar leis: *decreto lei.* O Estado Novo funcionou da seguinte forma: todo poder nas mãos do presidente; todos os legislativos – federal, estaduais e municipais – fechados; judiciário subordinado ao executivo; estados governados por interventores nomeados pelo executivo – os interventores nomeavam os prefeitos; todos os partidos políticos foram fechados; polícia especial e polícia estadual tinham carta branca para agir – assassinatos, tortura e prisão sumária eram comuns.

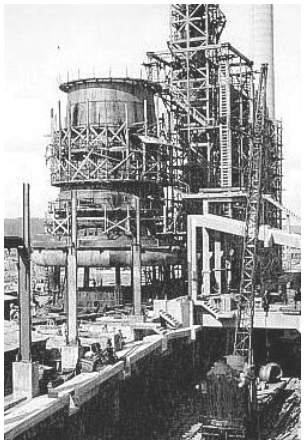
A INTENTONA INTEGRALISTA.

Em 38, os integralistas, agora transformados em *Associação Brasileira de Cultura,* tentaram tomar o poder pela força. O movimento chegou a cercar a sede do governo no rio, mantendo o próprio Vargas sitiado. Como os integralistas contavam com simpatizantes no Exército, a reação das forças armadas demorou horas, mesmo sendo o palácio próximo a quartéis. Mesmo assim os integralistas não invadiram o palácio para prender ou matar Vargas. Acabaram presos. Plínio Salgado foi "condenado" ao exílio em Portugal. Houve historiadores que chamaram a Intentona Integralista de Revolução dos Covardes.

Propagando de Getúlio Vargas voltada para as crianças e consequentemente a seus pais.

CENSURA E PROPAGANDA.

Um Estado autoritário precisa de qualquer forma calar as vozes que lhe fazem oposição. Essa é a função da censura. Ao mesmo tempo, a população, afastada do poder, precisa ter a sensação de que tudo está em ordem. Essa é a função da propaganda de governo. No Estado Novo, censura e propaganda estavam centralizadas em um único órgão: o *Departamento de Imprensa e Propaganda* – DIP. Fazia parte do DIP um jornalista que se tornaria muito famoso no Brasil: um certo Roberto Marinho. A propaganda destinava-se a todos os setores da sociedade – a operários, estudantes, profissionais liberais, empresários – e justamente por isso tratava de todos os assuntos – de futebol a questões empresariais. Desta forma a ideologia do Estado Novo estava presente em todas as camadas da população, desde os mais humildes aos intelectuais. Cabia ao DIP a organização de gigantescas manifestações populares de apoio ao governo. Vargas sempre discursava iniciando com a expressão que virou sua marca "*trabalhadores do Brasil*". A política de Vargas conseguiu amplo apoio entre os operários. Vargas por um lado cedia benefícios, como a CLT, mas por outro barrava toda iniciativa de sindicalistas contrários ao governo – acabavam presos. O sindicalismo formado por apoiadores do governo – e dos patrões – ficou conhecido como *pelego*. O imenso apoio popular que Vargas conquistou, garantiu-lhe o apelido de *pai dos pobres*.



Companhia Siderúrgica Nacional em 1942: dinheiro dos EUA financiando nossa indústria.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO.

Nem só de repressão, censura e propaganda vivia a popularidade de Vargas. É fato que a censura evitava que a violência da polícia causasse estragos à imagem do nosso ditador popular. Também é fato que a propaganda ajudava e muito a manter a imagem de homem bom e preocupado com os pobres. *A política de Vargas era ultraconservadora*. Mas sua *ação econômica era moderna e progressista*. Parte do que houve de mais importante e duradouro na política de Vargas foi sua ação na administração do Estado. Ao mesmo tempo em que nomeava interventores nos estados, Vargas criou em cada estado um *Departamento Administrativo – DA* – subordinado diretamente ao Ministério da Justiça – e por tabela ao presidente. Cada DA estudava as leis propostas pelo interventor, fiscalizava seus atos e orçamentos. Isso garantia a subordinação do interventor a Vargas. Mais importante, os DAs eram compostos por técnicos especializados nas mais diversas áreas: agricultura, legislação, engenharia, estatística etc. Esse fato profissionalizou de forma sem precedentes o Estado e criou um novo personagem de perfil técnico especializado: o *tecnocrata*. O mesmo ocorreu em nível federal com a criação do *Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP*. Tinha a função de elaborar o orçamento de cada órgão do Estado e controlar como esse orçamento seria executado. Ao mesmo tempo foi criado o *Conselho Nacional de Economia*, o que tornou eficiente a atuação econômica e administrativa do Estado. Não esqueçamos: esse Estado *intervinha na economia*. E fazia isso de forma cada vez mais profissional para solucionar problemas econômicos. Outros órgãos técnicos foram criados: Instituto do Açúcar e do Álcool, Instituto do Mate etc.

Roberto Simonsen: industrial, professor da USP.
Homem de ação e intelectual.

Tudo somado temos que o *Estado varguista* conseguiu solucionar satisfatoriamente os principais problemas econômicos da sua época. O café foi defendido, as exportações diversificaram-se, a indústria cresceu, a mineração de ferro e carvão expandiu-se, a legislação trabalhista foi consolidada o pagamento da dívida externa foi suspenso. Além do incentivo à atividade econômica existente, o Estado também passou a investir na criação de grandes *empresas estatais* a partir de 1940. O investimento foi feito em diretamente no setor industrial: *a indústria pesada* – siderurgia, indústria química, mecânica pesada, mineração de ferro, hidrelétricas, metalurgia etc. Setores que exigiam muito investimento e com retorno lento, o que não interessava a nossa burguesia. Para não apelar ao capital estrangeiro, Vargas optou pelo investimento estatal. O projeto das indústrias pesadas foi um sucesso devido ao apoio de um pequeno grupo de empresários de visão – Roberto Simonsen, Guilherme Guinle, Horácio Piva – e também ao apoio dos militares que viam na indústria pesada um suporte à indústria de armamentos. Nesse período foram criadas: Vale do Rio Doce (mineração), Companhia Siderúrgica Nacional (siderurgia), Companhia Nacional de Álcalis (indústria química), Fábrica Nacional de Motores (mecânica pesada), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (energia elétrica). A intervenção sem precedentes do Estado na economia fortaleceu o setor industrial e levou a formação de novos órgãos de coordenação e planejamento econômico: Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944), Comissão do Planejamento Econômico (1944). Com tudo isso, ao final do Estado Novo em 1945, a industrialização era irreversível no Brasil.

Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira na Itália.

O FIM DO ESTADO NOVO

O início da Segunda Guerra o governo Vargas é levado não somente a tomar uma posição entre os dois lados em conflito, mas também tem que conciliar suas rupturas internas. Internamente, Vargas possuía dentro do governo grupos simpáticos aos dois lados. O grupo ligado a Oswaldo Aranha, apoiava uma aliança aos Aliados. O grupo ligado a *Eurico Gaspar Dutra* e Góis Monteiro, favoráveis ao Eixo. O grupo pró eixo demitiu-se quase todo quando o governo começou a pender para os aliados. É o caso de *Francisco Campos* (ministro da Justiça) *e Felinto Muller* (chefe da PE), que apoiariam a ditadura militar anos depois. Do ponto de vista da política externa, Vargas optou pela neutralidade e jogou habilmente com EUA e Alemanha. Conseguiu comprar armas da Alemanha e pouco depois um financiamento norte-americano para a construção da Cia. Siderúrgica Nacional – coisa rara de se conseguir dos EUA. Vargas somente se decidiu a apoiar os Aliados contra o Eixo, quando a derrota do Eixo ficou clara. Em 1942, o Brasil declarou guerra ao Eixo. Em 1944, as tropas da Força Expedicionária Brasileira – FEB – desembarcam na Itália com 25 mil soldados. Ora, a participação do Brasil na Guerra deixou clara para boa parte da população a contradição existente entre lutar pela democracia na Europa e ter uma

ditadura no Brasil. Setores da elite até então simpáticos ao Estado Novo começaram a se manifestar publicamente em contrário já em 43. Em 44 de nada adiantou a repressão policial: as manifestações pró- democracia aumentaram. Vargas foi obrigado a assinar em 45 um Ato Adicional, convocando eleições para o final do ano. Formaram-se partidos como a *UDN (União Democrática Nacional*), *PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)*; e o *PCB (Partido Comunista Brasileiro)* foi legalizado. A liberdade de imprensa voltou e a campanha foi iniciada pelos partidos. O PSD e o PTB, ligados a Vargas, lançaram Eurico Gaspar Dutra – o pró-nazista!!! – e a UDN, antigetulista, lançou Eduardo Gomes.

O Brigadeiro Eduardo Gomes, rebelde tenentista na juventude, conservador na vida adulta.

Mas corriam boatos que afirmavam a vontade de Vargas de dar outro golpe e continuar no poder. Os boatos aumentaram quando grupos de esquerda criaram o *queremismo*, afirmando que a democracia podia voltar com Vargas no poder. Seu slogan era *queremos Getúlio*. Vargas colocou mais lenha na fogueira nomeando pessoas próximas a ele para ministérios importantes. Diante dos boatos, Gaspar Dutra e Góis Monteiro, liderando as forças armadas, depuseram Vargas que se retirou para o Rio Grande. Em dezembro de 45, Gaspar Dutra foi eleito presidente. O pró-nazista que se vendeu como defensor das eleições. O que levou Dutra, que auxiliou Vargas a criar o Estado Novo, e chegou a apoiar o nazismo a se tornar um democrata? O que levou Dutra a depor seu amigo Vargas? Dutra era um conservador de carteirinha, como mostra o seu passado. E Vargas, em 45, aproximou-se perigosamente das esquerdas, que queriam mais direitos aos trabalhadores e restrições ao capital estrangeiro que queria entrar no Brasil logo após a Guerra. Ora, nossos conservadores – no caso principalmente latifundiários, banqueiros e importadores – sempre foram favoráveis a capitais estrangeiros, como veremos, e nunca foram favoráveis a grandes direitos trabalhistas. Somadas as duas coisas, era a hora de depor Vargas. Nossa democracia começou em 46, não com as forças progressistas, como era de se esperar, mas com o que havia de mais conservador. Levando-se em consideração o crescimento econômico, a modernização do Estado e a legislação trabalhista, podemos afirmar que a ditadura de Vargas foi boa? Não foi. A ditadura, embora tivesse esses aspectos positivos, por outro lado privou a população do exercício dos direitos democráticos. Tirou do cidadão a capacidade de julgar e de fiscalizar as ações do Estado. Pior, criou uma geração que acreditava mais na ação decidida do Estado que na vontade popular. Essa geração vai dar apoio à ditadura que virá em 64. Para que não caiamos nas tentações autoritárias, sempre é bom lembrar que os 7 países mais ricos do mundo são democráticos: conseguem aliar bons resultados econômicos para a população ao mesmo tempo em que aprofundam seus cidadãos no exercício dos direitos.

APÊNDICE

O governo Vargas e a relação com as artes e os intelectuais. Uma dos contrastes mais evidentes entre o governo Vargas em seus vários períodos e os governos autoritários europeus, principalmente o nazismo, foi sua relação com artistas e intelectuais. Fiel ao princípio de que o governo deveria ser o mais includente possível, Vargas teve uma tolerância a diversas formas de manifestações artísticas e intelectuais que não foram vistas na Europa. No nazismo, a única forma de arte permitida era a clássica, de influência grega e renascentista. Para os nazistas, as formas harmônicas da arte grega eram sinônimas de harmonia e saúde mental do artista (!!). Os modernistas, que romperam com o realismo e a harmonia do classicismo, eram vistos como mentalmente degenerados. As formas distorcidas da pintura e escultura eram a prova de que o artista tinha uma mente doentia, que precisava ser detida – ou seja, exterminada. Essas concepções jamais encantaram Vargas. Em seu governo, houve espaço e incentivo tanto para artistas que se mantinham fiéis ao classicismo europeu, quanto para os modernistas. Um dos marcos da arquitetura modernista no Brasil é justamente o *prédio do Ministério da Educação* no Rio de Janeiro, projetado por *Lúcio Costa*, com a participação de *Oscar Niemeyer*, a partir de um esboço do francês *Le Corbusier*, um dos maiores arquitetos do século XX. O vanguardismo também esteve presente na música, onde *Heitor Villa-Lobos* foi nomeado superintendente de educação musical. Graças a atuação de Villa-Lobos, em muitas escolas públicas no Brasil havia a organização de corais infantis – o canto orfeônico – que se apresentavam em datas de comemoração nacional. Os incentivos governamentais também abrangiam a pintura e a literatura. Mesmo autores assumidamente opositores do governo podiam publicar textos junto a órgãos oficiais, desde que não tratassem de temas políticos – não se esqueçam a censura é parte importante de qualquer ditadura. Foi o caso de *Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e o comunista Nelson Werneck Sodré.*

Fora das artes e manifestações intelectuais, o governo soube trazer para o seu lado músicos e artistas de grande apelo popular na época. São dessa época os sambas de exaltação nacional, como Aquarela do Brasil de *Ary Barroso.* Ou então sambas de incentivo ao trabalho e contra a cultura da malandragem. *A exaltação do malandro foi proibida*. O governo teve competência para criar programações de rádio que eram propaganda, mas realizada de tal forma, e com a participação de tantos artistas, que competia de igual para igual com as rádios comerciais do período.

EXERCÍCIOS

1. (MACK-SP) A industrialização brasileira entre 1930 e 1945 foi o resultado:
a) do nacionalismo intervencionista estatal, bem como do colapso da capacidade de importar.
b) da entrada maciça de capitais e tecnologia estrangeiros.
c) da melhor distribuição de renda, fruto de modificações radicais na estrutura agrária.
d) exclusivamente da política de substituição de importações.
e) da ênfase ao setor agro-exportador dada pelo governo Vargas.

2. (UFF-RJ) O processo econômico brasileiro, no período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, pode ser caracterizado, em suas linhas gerais, da seguinte forma:
a) intensificação da industrialização, como resultado da expansão do processo de substituição de importações, e da atuação do Estado, visando à expansão industrial.
b) manutenção do predomínio da economia agro-exportadora, em decorrência da elevação das exportações de café, e intervenção crescente do Estado nas questões sociais.
c) diversificação da produção agrícola no Sudeste do País, em consequência da expansão da cafeicultura, e implantação de um regime político-partidário pluralista.
d) início da industrialização nacional, dada pelo controle do Estado pelas oligarquias financeiras.
e)desenvolvimento conjunto da indústria e agricultura de exportação e enfraquecimento do poder presidencial

3. (MACK-SP) As diferenças fundamentais entre a economia e a sociedade da República Velha e as estruturas criadas pelo governo Vargas, de 1930 a 1945, residem no fato:
a) de que, sendo a economia basicamente agrícola, provocou um controle do poder pela elite agrária.
b) de que os grupos urbanos passam a liderar a vida política ao lado de uma internacionalização progressiva da economia.
c) de que o poder político se apóia nas forças populares e liberais da nação.
d) de que a presença fraca do Estado é substituída pelas oligarquias regionais.
e) de que as velhas oligarquias foram substituídas por uma composição heterogênea de forças, lideradas pelo centralismo governante.

4. (MACK-SP) O populismo varguista tinha como pontos de sustentação o trabalhismo e o nacionalismo econômico, resultando:
a) na forte intervenção do Estado na economia, bem como no meio sindical.
b) na consolidação de um modelo econômico agrário-exportador.
c) na valorização das lideranças operárias independentes do peleguismo.
d) no desenvolvimento do sindicalismo livre em nosso País.
e) no crescimento industrial, apoiado na experiente burguesia brasileira.

5. (UFRJ) Examine as afirmativas seguintes". No período de 1930 a 1945, o Estado brasileiro:
I. assumiu características nacionalistas e intervencionistas, favorecendo a expansão da indústria e criando órgãos reguladores das atividades econômicas.
II. criou instituições políticas que proporcionaram a ampla participação das principais forças sociais do País.
III. ampliou a legislação do trabalho e instituiu o salário-mínimo, ao mesmo tempo em que subordinava as organizações sindicais.
IV. iniciou uma política de modernização da agricultura nacional, criando o Estatuto da Terra, levando a legislação trabalhista ao campo. Assinale:
a) se apenas as afirmativas l, II e IV estiverem corretas.
b) se apenas as afirmativas II e 111 estiverem corretas.
c) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
d) se apenas as afirmativas l e III estiverem corretas.
e) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

6. (FUVEST-SP) O governo Vargas, no período de 1937 a 1945,pode ser considerado:
a) presidencialismo autocrático.
b) parlamentarismo oligárquico.
c) ditadura sindicalista.
d)parlamentarismo
e) presidencialismo democrático.

7. (MACK-SP) Entre os fatores que contribuíram para a redemocratização do Brasil e o fim do Estado Novo, em 1945, podemos citar:''
a) a frustrada conspiração integralista de Plínio Salgado.
b) a necessidade de leis que regulamentassem a relação capital e trabalho.
c) as pressões de setores das classes dominantes e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.
d) o crescimento dos setores de esquerda e da burguesia nacionalista que se opunham a Vargas.
e) o declínio de nossa economia, sobretudo no setor industrial.

8. (FUVEST-SP) A política cultural do Estado Novo com relação aos intelectuais caracterizou-se:
a) pela repressão indiscriminada, por serem os intelectuais considerados adversários de regimes ditatoriais.
b) por um clima de ampla liberdade, pois o governo cortejava os intelectuais para obter apoio ao seu projeto nacional.
c) pela indiferença, pois os intelectuais não tinham expressão e o governo se baseava nas forças militares.
d) pelo desinteresse com relação aos intelectuais, pois o governo se apoiava nos trabalhadores sindicalizados.
e) por uma política seletiva através da qual só os adversários frontais do regime foram reprimidos.

9. (VUNESP-SP) O processo histórico brasileiro comporta uma multiformidade de aspirações nacionais, permanentes e momentâneas. A participação da mulher na formação do governo é uma delas. E, a propósito, pode-se afirmar que a capacidade eleitoral no Brasil passou a ser menos restritiva com a introdução do voto feminino, que se assegurou:
a) no decurso do II Reinado.
b) quando da proclamação da República.
c) com a Constituição de 1934.
d) com a Constituição de 1824.
e) com a Constituição de 1889

10. (Unipamp) Diferenças significativas distinguem o sindicalismo operário brasileiro das primeiras décadas o século 20 do sindicalismo criado após 1930 pela legislação trabalhista do governo Vargas. Quais são essas diferenças?

11. (Vunesp-SP) A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, reunia toda a legislação trabalhista existente no país e foi uma das principais marcas do trabalhismo getulista.
a) Como é denominado, pelos historiadores, esse período
b) Cite um acontecimento internacional dessa época.

12. (Unicamp-SP) O ato mais importante do Estado Novo foi a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1938, Vargas declarou que a indústria do aço era uma necessidade urgente. Embora o Estado Novo levasse quase dois anos e meio para decidir-se por uma fórmula apropriada à indústria siderúrgica, o projeto parecia bem concebido. (Adaptado de Warren Dean, A industrialização de São Paulo. Difel, 1971. p. 230-231.)
a) Qual o contexto internacional que propiciou a construção da indústria siderúrgica no Brasil?
b) Qual foi a política internacional adotada pelo governo Vargas para a criação da usina de Volta Redonda?
c) Qual seria a crítica do modelo econômico neoliberal à política econômica de Vargas?

13. (PUC-SP) *O aspecto técnico-consumista do norte-americanismo não era visto com bons olhos por uma significativa fração do oficialato das Forças Armadas brasileiras. Os militares identificavam a produção em massa das indústrias de bugigangas dos norte-americanos com os desvarios de uma sociedade excessivamente materializada e mercantilizada. Naquele momento, o modelo autárquico experimentado pela Alemanha nazista era um paradigma aparentemente mais adequado para muitos militares brasileiros*. (Antonio Pedro Tota, O imperialismo sedutor. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 23.)
O fragmento acima retrata divisões nos meios militares brasileiros dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial. Essa divisão:
a) manifesta-se na primeira metade da década de 30 e é provocada, sobretudo, pela presença nas Forças Armadas brasileiras de grande quantidade de oficiais formados na Alemanha nazista.
b) ocorre nos últimos anos de guerra e é fruto das vitórias obtidas pela Alemanha nessa fase, associadas principalmente ao medo de que a vitória aliada significasse o início do expansionismo militar dos Estados Unidos sobre a América Latina.
c) inicia-se com o final da guerra e dá ao Brasil uma posição neutra no cenário da Guerra Fria que se instalou após os acordos de paz assinados pelos países participantes no conflito armado.
d) ilustra a posição ambígua que o Brasil teve nos primeiros anos da guerra, oscilando entre o apoio às forças aliadas e a simpatia, inclusive de setores governamentais, pelos países do Eixo.
e) representa a capacidade democrática do Exército brasileiro e a disposição de acomodar posturas políticas divergentes em suas fileiras, desde que todos atuem unidos na defesa da segurança nacional.

14. (Mack.SP) A afirmação do historiador Boris Fausto sobre a Revolução de 30, "*era fácil saber quem perdera, mas difícil identificar o vencedor*", permite-se concluir que:
a) o movimento tinha uma composição homogênea, facilitando o consenso.
b)a oligarquia cafeeira resistia no poder mesmo após perder militarmente para os rebeldes.
c) a Revolução era apoiada por setores diferentes, tais como os tenentes, que pretendiam a centralização política, as oligarquias dissidentes, que exigiam a proteção econômica, dificultando a ação do governo provisório.
d) a Revolução contava apenas com o apoio dos tenentes, que, com o seu lema, "Representação e Justiça", não sensibilizaram a população.
e) sendo uma revolução popular, as elites recusaram seu apoio ao movimento, que terminou derrotado pelo governo.

15. (Mack-SP) O processo revolucionário que liquidou a República Velha em 1930 foi precipitado por uma profunda insatisfação popular e uma grave crise econômica e política. Nas alternativas abaixo, assinale aquela que **não** pertence ao contexto histórico descrito pelo texto.
a) O elevado número de desempregados, cerca de dois milhões em todo o país, fruto da crise mundial que atingiu duramente a economia brasileira.
b) O assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal.
c) A derrota da Aliança Liberal nas eleições e as acusações de fraude sobre o candidato situacionista.
d) O apoio do movimento tenentista e das classes médias à Aliança Liberal, vista como uma esperança de renovação e mudança social.
e) A vitória de Júlio Prestes, candidato com uma proposta social e econômica de cunho popular, que desagradava aos interesses da oligarquia cafeeira, inserida no poder.

16. (Mack-SP) Sobre o Estado Novo, é *falso* afirmar que:
a) DIP, DASP e Polícia Secreta constituíram órgãos de sustentação do regime.
b) a centralização política e a indefinição ideológica caracterizaram esta fase.
c) a legislação trabalhista garantia o direito de greve e a autonomia sindical, mantendo o Estado afastado das relações capital e trabalho.
d) o crescimento industrial se fez em parte graças à concentração de renda, baixos salários e desemprego.
e) as oligarquias apoiavam o governo, já que este garantia a grande propriedade e não estendia as leis trabalhistas ao campo.

17 (CESGRANRIO-RJ) Verifique se a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. no Estado do Rio de Janeiro, durante o Estado Novo, está relacionada:
I) à associação em igualdade de condições, de capitais estatais e privados nacionais tendo em vista o interesse de ambos no desenvolvimento interno da indústria pesada e na ruptura da dependência econômica brasileira.
II) aos investimentos alemães em economias latino-americanas, de acordo com a estratégia adotada pelo regime nazista de aproximação com países como o Brasil e a Argentina.
III) ao nacionalismo pragmático do presidente Getúlio Vargas que obteve nos Estados Unidos o financiamento para a sua construção explorando as rivalidades entre potências capitalistas como a Alemanha e os Estados Unidos.
IV) ao predomínio a partir dos anos 1930 de uma política econômica que favorece a expansão no Brasil de um capitalismo de base urbana e industrial.
Assinale:
a) se somente os itens I e III estão corretos.
b) se somente os itens II e IV estão corretos.
c) se somente os itens II e III estão corretos.
d) se somente os itens III e IV estão corretos.
e) se somente os itens I, III e IV estão corretos.

18. (MACK-SP) Entre os fatores que contribuíram para a redemocratização do Brasil e o fim do Estado Novo em 1945, podemos citar:
a) a frustrada conspiração integralista de Plínio Salgado.
b) a necessidade de leis que regulamentassem a relação capital e trabalho.
c) as pressões de setores das classes dominantes e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.
d) o crescimento dos setores de esquerda e da burguesia nacionalista que se opunham a Vargas.
e) o declínio de nossa economia, sobretudo no setor industrial.

19. (VUNESP-SP) O populismo de Vargas e de Perón apresentou determinadas características, dentre as quais não podemos incluir:
a) o apoio da Igreja devido ao caráter anticomunista que o governo dizia ter.
b) o apoio dos trabalhadores canalizado por sindicatos controlados pelo governo.
c) intensas campanhas beneficentes.
d) o apoio do Exército, atraído pela campanha nacionalista.
e) a realização de mudanças estruturais.

20. (FUVEST) Como se expressa a ação do governo na economia brasileira no período do Estado Novo?

21. (UNICAMP-SP) Em 1940. Wilson Batista e Ataulfo Alves compuseram um samba que apresentava inicialmente a seguinte letra:
"*O bonde de São Januário leva mais um sócio otário sou eu que vou trabalhar*".
Na gravação definitiva da canção, porém, esses versos ficaram assim modificados por "sugestão" da censura:
"*O bonde de São Januário leva mais um operário sou eu que vou trabalhar*".
A partir de seus conhecimentos da História do Brasil dessa época explique os motivos dessa censura

A REPÚBLICA POPULISTA (PARTE II)

O PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 – 1964)

O período democrático inaugurado em 45 manteve em comum com o período varguista o populismo. Neste momento, novamente setores da elite comandaram a população. *Antes, o populismo era realizado diretamente pelo Estado. Neste período foram necessários partidos políticos e o controle de determinadas partes do Estado: o Congresso ou o Ministério do Trabalho, por exemplo.* No contexto internacional iniciava-se a *Guerra Fria*, no contexto nacional, nosso capitalismo adquiria cada vez mais a cara do *capitalismo moderno*: capitalismo industrial e financeiro com base tecnológica. Nesse período, dividido em diversos partidos, *agiram principalmente dois grandes grupos políticos com interesses diferentes*. Chamaremos o primeiro de *progressistas*. Tinham como base de apoio majoritariamente parte da classe média, lideranças sindicais e operarias, trabalhadores urbanos, líderes estudantis e intelectuais. Os progressistas, também chamados de *esquerda* defendiam:

- *nacionalismo econômico*: limites ao capital estrangeiro, apoio a indústria nacional, intervenção do Estado na economia, nacionalização de certos setores estratégicos.
- *modernização da economia*: reforma agrária, incentivo a industrialização, protecionismo econômico, economia planejada e modernização de portos e do sistema de transporte.
- *reformas sociais* – ampliação das conquistas trabalhistas, fortalecimento dos sindicados, participação dos trabalhadores nos lucros e direção das empresas, direitos para os trabalhadores rurais.
- *liberalismo político* – liberdade para todos os grupos políticos, respeito ao resultado das eleições, universalização do direito de voto e política externa independente em relação aos EUA e URSS.

O segundo grupo que chamaremos de *conservadores*. Tinham como base de apoio as elites rurais, a burguesia comercial, industrial e financeira e a alta classe média. Os conservadores, também chamados de *direita*, defendiam:

- *liberalismo econômico* – Estado não interventor e total liberdade ao capital estrangeiro.
- *conservadorismo econômico* – não modificar a estrutura produtiva do pais, especialmente a estrutura agrária.
- *conservadorismo social* – contrários a maiores direitos trabalhistas. Favoráveis também a extinção de alguns direitos – por isso as vezes chamados de reacionários.
- *conservadorismo político* – intolerância com sindicatos e grupos políticos de esquerda extremada. Pouco simpáticos a ampliação de direitos democráticos ou mesmo a democracia. Favoráveis a aliança com os EUA.

Um outro grupo minoritário, mas que procurava fazer o máximo de barulho possível e que acabou perseguido foi o *comunista:* pregava a superação do capitalismo pela revolução a ser realizada pela *classe operária*. Também chamados de *extrema esquerda*.

O GOVERNO DUTRA: PARTIDOS

Como vimos, esse governo foi marcado pela ação dos conservadores, travestidos de democratas. Estavam ligados a praticamente todos os principais partidos políticos, mesmo que de forma minoritária em alguns. A eleição que levou Dutra ao poder, também elegeu 320 parlamentares constituintes. Os principais partidos políticos que disputaram essa eleição marcariam todo a democracia que estudamos. Organizados no final do governo Vargas, eles foram: 1 - *PSD* – Partido Social Democrático. Foi fundado por inspiração de Vargas. Utilizou praticamente toda máquina administrativa do governo. Era apoiado por latifundiários, industriais, banqueiros, grandes comerciantes e parte da classe média. Elegeu 177 deputados. 2 – *PTB* – Partido Trabalhista Brasileiro. Nasceu também dentro do governo Vargas. Mas era apoiado por tecnocratas do Ministério do Trabalho e por toda a imensa máquina sindical ligada ao Estado. Também recebia apoio dos trabalhadores, de setores da classe média e intelectuais. Era majoritariamente *progressista*. Utilizava fartamente a imagem de Vargas, o pai dos pobres. Elegeu 24 deputados. O interessante é que o PSD e o PTB, embora tivessem interesses opostos e fossem apoiados por grupos sociais diferentes e rivais, tinham Vargas como inspirador. A figura de Vargas acabou possibilitando a aliança do PTB e PSD em quase todo o período que estudamos. 3 - *UDN* – União Democrática Nacional. Apoiada por grupos sociais semelhantes aos do PSD principalmente a burguesia industrial e financeira e a alta classe média. A UDN era composta por muitos opositores reais de Vargas, mas formava, junto com parte do PSD, os defensores do capitalismo liberal. A UDN elegeu 87 deputados. Era majoritariamente conservadora. Por fim o PCB, apoiado por intelectuais de classe média e por setores dos trabalhadores organizados. Estavam dispostos a entrar no jogo político e aliar-se com partidos progressistas. Elegeu 15 deputados, que seriam cassados em 47. Durante o período democrático, o PSD perderia quase a metade de seus eleitores. A UDN cairia de 30% para 25% da preferência dos eleitores. O PTB subiria de aproximadamente 8% para 30% do eleitorado.

CONSTITUIÇÃO DE 46 E POLÍTICA DE DUTRA.

O presidente Eurico Gaspar Dutra em trajes oficiais.

A Constituição de 46 dividia o Estado nos três poderes existentes ainda hoje. Mas o presidente teria um mandato de 5 anos. A Constituição deu *ampla autonomia* para os estados e municípios, cada um elegendo seu poder executivo e legislativo. A Constituição, bastante liberal do ponto de vista político, vigoraria até o Golpe de 64. Infelizmente a conduta do governo não estava à altura das liberdades afirmadas. O governo, refletindo a *Guerra Fria* e a pretexto de combater o comunismo, exerceu rígido controle sobre os sindicatos e tirou o PCB da legalidade, cassando seus deputados. Os salários dos trabalhadores foram achatados e qualquer protesto era acusado de ser *agitação comunista*. O governo teve um caráter *conservador* e tornou-se impopular. Em 50 iniciou-se a campanha para eleição do novo presidente. Dutra e o PSD apoiaram o desconhecido Cristiano Machado. Mas o grande nome da eleição foi Vargas, apoiado pelo PTB e *PSP* (Partido Social Progressista) que era forte somente em São Paulo. Vargas fez uma campanha baseada em fortes apoios nos estados, apoio do popular Adhemar de Barros em São Paulo, e promessas de aprofundar as políticas sociais para os trabalhadores e nacionalistas. Imbatível. Vargas voltava ao poder, só que agora pelo voto.

A ECONOMIA DO GOVERNO DUTRA

Influenciado pelos conservadores, *Dutra baseou sua política econômica em: não intervenção do Estado na economia; congelamento salarial; liberdade para o capital estrangeiro*. O resultado foi catastrófico para o país. O Brasil gastou suas reservas em dólares acumuladas durante a guerra comprando produtos supérfluos. Nossa dívida externa voltou a aumentar pelo fato de precisarmos de empréstimos para renovar o maquinário da indústria. Diante das novas dificuldades, o governo passou a tentar intervir discretamente na economia e cancelou o congelamento salarial. Pelo menos conseguiu fazer a situação parar de piorar. Mas a interferência estrangeira aumentou. *Foi criada uma comissão mista entre Brasil e EUA que concluiu que a inflação brasileira era alta devido aos aumentos salariais e que os setores estratégicos para o Brasil deveriam estar ligados a capitais estrangeiros. A impopularidade dessas políticas auxiliou diretamente o desgaste de Dutra e de seu desconhecido candidato*. Vargas agradeceu e como vimos ganhou a eleição.

Getulio Vargas e Café Filho em solenidade de posse

PRESIDÊNCIA DE VARGAS (1951 – 1954)

O governo Vargas do período democrático foi marcado pelo acirramento da luta pelo poder entre progressistas e conservadores. Durante o governo Vargas, a divisão chegou também aos militares. A *maioria dos militares de alta patente era conservadora*. Mas havia também *um grupo ruidoso de progressistas nas Forças Armadas*. Os conservadores iniciaram uma lenta campanha, que duraria até 1964, de tirar dos postos de comando os militares progressistas. A estratégia foi imprescindível para o Golpe militar de 1964.

POLÍTICA E ECONOMIA.

Vargas teve que pagar após as eleições os apoios que recebeu de grupos conservadores paulistas e mineiros. Mas as promessas que fez ao povo eram todas progressistas. Então acabou tendo um governo misto: presidente progressista e ministros conservadores. Os conservadores acabaram recebendo um certo apoio dos EUA. Com a Guerra Fria, os EUA estavam cortando financiamento para países não confiáveis. Mas graças ao governo anterior, o Brasil agora precisava de financiamento para continuar o processo de industrialização. Vargas tinha que equilibrar os grupos em disputa no seu governo e ainda convencer os EUA de que era um aliado. Pior para ele, tinha que fazer isso em um ambiente onde não se sentia confortável: o ambiente democrático.

O PETRÓLEO É NOSSO E REAÇÃO CONSERVADORA.

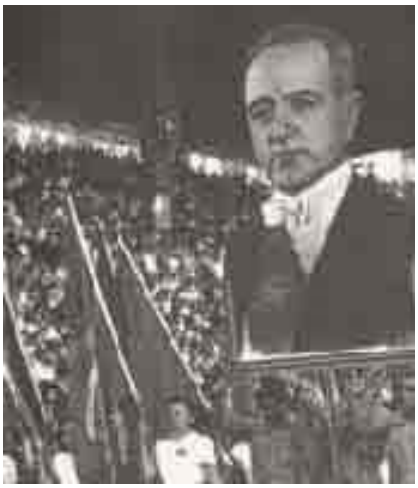
O ponto máximo da disputa entre conservadores e progressistas foi a campanha sobre a nacionalização do petróleo. A questão é simples, mas gerou um dos maiores movimentos de opinião publica já ocorridos no Brasil. Conservadores queriam que a exploração de petróleo fosse concedida a grupos estrangeiros. Alegavam que não havia grupo nacional com capital suficiente para fazer a exploração. Os progressistas defendiam que o petróleo era estratégico para a nação e não podia passar para mão

estrangeiras. Em 53, foi aprovada pelo Congresso a criação da *Petrobrás*: grande vitória dos progressistas. A reação dos conservadores foi violenta: acusaram Vargas de *corrupto e comunista*. *Utilizando praticamente toda a imprensa, os conservadores eram liderados pelo dono do jornal Tribuna da Imprensa, um político da UDN chamado* ***Carlos Lacerda***. Esse cidadão, um dos maiores incentivadores de golpes contra a democracia no século XX brasileiro, é dono da seguinte frase, uma pérola do nosso pensamento conservador: "O Sr. Getúlio Vargas não deve ser candidato a presidente. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar". Não é por acaso que Lacerda participou de todas as tentativas de golpe contra a democracia no período que estudamos. É um exemplo de como o conservadorismo brasileiro vê a vontade popular: como algo descartável.

O SUICÍDIO DE VARGAS.

A campanha contra Vargas chegou ao máximo em agosto de 54, quando Carlos Lacerda sofreu um atentado a bala que acabou matando seu segurança: o major Rubem Vaz da Aeronáutica. As investigações apontaram como mandante do crime o chefe da segurança de Vargas, Gregório Fortunato. Vargas foi pressionado pela imprensa que diariamente exigia sua renúncia e perdeu apoio de políticos aliados – os conservadores moderados. No dia 23 de agosto, 27 generais publicaram um abaixo assinado pedindo a renúncia do presidente. Entre eles muitos generais moderados. Getúlio Vargas se suicidou em 24 de agosto de 1954. Vargas ainda deixou uma *Carta Testamento em que acusava os grupos conservadores e empresas multinacionais de estarem contra nosso povo. Colocou-se habilmente como vítima dos conservadores, que não queriam o bem do Brasil e do povo mais simples (ver íntegra da carta em apêndice no final deste capítulo). O suicídio levou uma multidão jamais vista as ruas. A população culpou os conservadores pela morte de Vargas. Os golpistas foram obrigados a recuar*. Jamais contavam com aquilo. O jornal de Lacerda foi depredado pela multidão furiosa. Houve tentativa de invasão da embaixada dos EUA. Os golpistas abandonaram o plano de instaurar a ditadura, e assumiu o vice-presidente: *Café Filho*. Os golpistas de direita ainda tentariam outras vezes até vencer em 64. Mas com seu suicídio, Vargas conseguiu manter os progressistas na dianteira. Todos os conservadores eram golpistas? Não. Havia entre eles divisões também. Podemos dividi-los naquele momento em golpistas e antigetulistas.

Café Filho poucas horas após o suicídio de Vargas



Homenagem a Getúlio Vargas: o brasileiro comum amava o presidente.

O GOVERNO DE CAFÉ FILHO.

Café Filho assumiu no mesmo dia da morte de Vargas. Em seu governo, tentou conciliar forças conservadoras golpistas, antigetulistas e os progressistas nacionalistas: tarefa complicada. Café Filho teria somente um ano de mandato. E ainda no final de 54 houve eleições parlamentares – as eleições para deputado e para presidente não eram na mesma data pelo fato de os deputados terem mandato de 4 anos e o presidente de 5. *A UDN, grande representante conservadora perdeu cadeiras no parlamento: um recado das urnas para seu golpismo*. Foi no governo de Café Filho que *militares de boa formação acadêmica em geopolítica e economia, de pensamento altamente conservador iniciaram o discurso de que a elite civil era incapaz de governar o Brasil*. Ficaram conhecidos com Grupo da Sorbonne – a melhor universidade francesa. Entre eles estavam o coronel *Golbery do Couto e Silva* e general *Castelo Branco*. Ouviremos falar mais deles.

ELEIÇÃO DE JK E NOVA TENTATIVA DE GOLPE.

Os temores dos conservadores chegaram ao limite quando dois getulistas de carteirinha se juntaram para disputar a presidência: *Juscelino Kubitschek* – ex-governador de Minas – e *João Goulart* – ex- ministro do Trabalho de Vargas. Era uma chapa imbatível que contava com a aliança entre PSB e PTB. A chapa ficou conhecida com *JK e Jango*, apelido de João Goulart. *Os conservadores, que tinham candidatos fracos e pouco dignos de menção, apelaram para o golpe. Tentaram evitar a eleição da chapa com uma campanha de mentiras e desmoralização pela mídia. Não conseguiram*. JK e Jango foram eleitos. Carlos Lacerda,

sempre ele, lançou, de seu jornal no Rio de Janeiro um apelo para que fossem impedidos de tomar posse. Os militares golpistas tentaram tomar o poder, insuflados pelo coronel Bizarria Mamede. Foram impedidos de forma brilhante pela coragem do general Lott, militar sem ligações partidárias e conhecido por seu apego à legalidade. Um herói nacional, infelizmente pouco citado. Lott colocou suas tropas na rua, depôs Café Filho e o presidente do Congresso, Carlos Luz. Os dois eram simpatizantes dos golpistas. Colocou na presidência o vice-presidente do Congresso e garantiu a posse dos candidatos eleitos. Os golpistas tiveram penas brandas, se é que pode se chamar de penas. Carlos Luz reassumiu como deputado que era, Lacerda foi para Cuba, um paraíso a beira mar governado pelo ditador Fulgêncio Batista e Mamede e seus comparsas foram rebaixados no Exercito. Assim ficava fácil tentar golpes.

O presidente JK

OS ANOS DOURADOS DE JK (1956 -1961)

A competência aparente do governo JK faz com que sua fama se estenda até hoje. Apesar dos problemas que teve que enfrentar, JK conseguiu fazer um governo em que houve estabilidade política, crescimento econômico, liberdades democráticas e bem-estar social de modo que outros governantes do século XX jamais fariam. Quatro fatores contribuíram para o sucesso do presidente: *habilidade política de JK*; *aliança entre PTB e PSD*; *eficiência da administração publica; apoio das Forças Armadas*. A aliança partidária transformou a golpista UDN em uma minoria pouco eficaz no período que não conseguia mais que criar supostos escândalos na imprensa. O apoio das Forças Armadas, garantido pelo prestígio de Lott – que foi mantido como Ministro da Guerra - garantiu a calmaria política do período e freou temporariamente os golpistas. O governo criou novos órgãos técnicos e grupos de trabalho que possibilitaram uma ação econômica e administrativa eficiente. JK conseguiu encarnar a imagem que fazia parte de seu slogan : *50 anos em 5*.

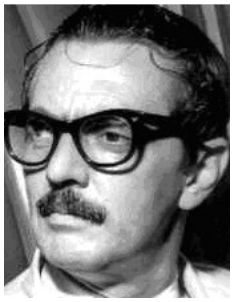
JK E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

O governo JK criou um novo modelo para a economia brasileira que ficou conhecido como *nacional-desenvolvimentismo.* O período anterior foi marcado pelo nacionalismo econômico. No nacionalismo econômico os capitais estrangeiros eram utilizados de forma muito restrita para evitar endividamento, remessa de lucros ao exterior e desnacionalização da economia com a quebra de nossas empresas. O nacional-desenvolvimentismo olhou de forma diferente para o capital estrangeiro*. O novo modelo tratava de combinar o Estado, a empresa nacional e o capital estrangeiro com vistas ao desenvolvimento, dando prioridade na industrialização. JK acabou ficando diretamente associado com a chegada ao Brasil das indústrias automobilísticas. O crescimento industrial de seu mandato fez nosso PIB crescer em torno de 10% ao ano, três vezes mais que o restante da América Latina.* O Estado estava presente na construção de obras publicas, destacando-se o imenso crescimento do número de rodovias federais e a construção de Brasília. O modelo seria aprofundado pelos militares durante a ditadura. Para conseguir cumprir tantos objetivos, JK foi obrigado a emitir grande quantidade de papel moeda, acelerando a *inflação*. A quantidade de empréstimos feitos no exterior contribuiu para o aumento da *dívida externa*. Esses problemas seriam a herança ruim deixada por JK para seu sucessor, Jânio.

O PROGRAMA DE METAS.

Apesar das tentativas do Estado Novo, somente JK conseguiu pensar e executar um plano de ação econômica em escala praticamente nacional: *o Programa de Metas ou Plano de Metas*. O programa consistia de *31 metas* agrupadas em *seis setores*: *energia, transporte, indústria, educação, agricultura e alimentação*. As metas foram alcançadas e até superadas nas áreas de indústria de base, energia e transporte. Já *na questão agrícola, os interesses de latifundiários do PSD levaram o governo a abandonar as metas*. Nossa estrutura agrária permaneceu inalterada. Não se esqueçam, o populismo garantia direitos à população, mas ainda era uma política de elite. As metas em educação também não foram atingidas. Metalurgia, milhares de quilômetros de estradas, indústria automobilística, naval e petroquímica, foram as mais brilhantes realizações do governo. Além da *construção de Brasília*, obra de utilidade duvidosa que se tornou meta símbolo. Pesa a favor da UDN ter se colocado contra a construção da nova capital. Os argumentos udenistas eram que a obra aumentaria a inflação e afastaria o povo do governo. Os dois argumentos estavam corretos. A ênfase dada na indústria automobilística e na construção de estradas praticamente abandonou nossas estradas de ferro. Essa política se tornou sistemática em todos os governos posteriores. As consequências são sentidas até hoje.

Discurso de JK na inauguração de Brasília.



O presidente Jânio da Quadros.

A PRESIDÊNCIA DE JÂNIO QUADROS.

JK não conseguiu fazer um sucessor a altura do seu prestígio. O personalismo do presidente com certeza pesou nesse fato. A coligação PTB e PSB lançaram como candidato o marechal Lott e Jango candidato a vice. Mas Jânio Quadros havia despontado como um político hábil, de retórica poderosa. Causou grande impressão, como governador do Estado de São Paulo. Ganhou de saída o apoio da direita, ou seja, da UDN. Lott assustava a direita por suas posições nacionalistas. Mas também desagradava parte da esquerda por sua condenação ao comunismo. Mesmo os moderados o viam com desconfiança por sua defasa do voto dos analfabetos. Jânio foi eleito com larga margem, apesar de ter feito oposição ao popular JK. Como naquela época *votava-se separadamente para presidente e para vice*, Jango foi eleito vice- presidente. A situação parece cômica, mas era possível para a época. Um presidente conservador e um vice progressista eleitos por partidos rivais. Visando *combater a inflação e pagar a dívida externa*, Jânio colocou em prática sua *política conservadora*. *Cortou gastos públicos*, *congelou salários e restringiu o crédito*. Desta forma, desagradou tanto os trabalhadores quanto a burguesia que o apoiava e precisava de financiamentos para os negócios. Tentando contornar a situação, tomou medidas polêmicas para agradar conservadores e progressistas: proibiu o biquíni nas praias e se aproximou da China e da URSS comunistas. Acabou desagradando tanto a direita quanto a esquerda. Até seu aliado Carlos Lacerda se voltou contra ele. *Sem apoio político em menos de um ano de governo, Jânio tentou o golpe*. Renunciou ao mandato, alegando que *forças ocultas terríveis no Congresso* o impediam de prosseguir. Jânio acreditou que a direita e as Forças Armadas viriam pedir para que ficasse para impedir que o progressista Jango assumisse. Também acreditava que o povo de São Paulo sairia às ruas pedindo sua volta. Nada disso aconteceu. Jânio foi para o exílio e encerrou sua carreira de político de expressão nacional. Governou por apenas seis meses e meio.

Foto oficial do presidente João Goulart

O GOVERNO DE JOÃO GOULART (1961 – 1964)

João Goulart – Jango – herdou uma imensa crise política e uma crise econômica. *Jânio estava certo quando imaginou que a direita não aceitaria o progressista Jango na presidência*. Havia inúmeros rumores da proximidade de Jango não apenas com a esquerda nacionalista, mas com a extrema esquerda comunista – horror dos horrores para a direita da época. A direita não queria mais o instável Jânio, então precisava de uma terceira alternativa. Quando Jânio renunciou, Jango estava em visita oficial à China – um visita deliberadamente marcada por Jânio, para mostrar a tendência comunista do seu vice. Os três ministros militares se manifestaram contra a posse de Jango. A justificativa dos nobres senhores era a defesa da Lei e da democracia. Isso mesmo: impedir a posse de um governante eleito dentro da lei, para defender a lei. Não nos esqueçamos que os pró-nazistas do Estado Novo se venderam como democratas em 1946. É exatamente disso que se trata aqui: confundir a opinião pública. Mas novamente os golpistas encontram resistência. Grupos políticos liderados por *Leonel Brizola*, que governava o Rio Grande do Sul, junto com amplos setores da população, pedem que a lei seja cumprida e Jango tome posse. Mesmo nas Forças Armadas havia grande número de oficiais *legalistas*. O general Machado Lopes afirmou que suas tropas estavam prontas para lutar pela posse de Jango. O Brasil ficou diante da possibilidade de uma guerra civil. A solução veio da direita no Congresso: permitir a posse de Jango, mas lhe restringir os poderes. Transformaram o país em uma *república parlamentarista* às pressas, para evitar o mal de um progressista na presidência: chamamos isso de *golpe branco*. O golpe branco tem aparência de lei, mas é golpe. Jango aceitou a condição, convencido pelo conservador *Tancredo Neves* de que era a única solução para não cairmos na guerra civil. Caberia ao presidente apenas a escolha do primeiro-ministro. E ao primeiro-ministro a escolha dos demais ministros dentro da base aliada do governo. Ou seja, quem governaria de fato seria o primeiro-ministro. O escolhido por Jango para o cargo foi justamente Tancredo Neves.

O primeiro ministro Tancredo Neves e Jango

O PARLAMENTARISMO (1961 – 1963)

Fica evidente que a meta número um de Jango era retomar os poderes presidenciais o mais rápido possível. Ele tinha o apoio da esquerda. Os moderados de direita e de esquerda olhavam com certa desconfiança. E a direita queria de vez sua deposição. Jango precisava ganhar os moderados sem perder a esquerda. Pesou para o lado de Jango o fato de *o parlamentarismo ter sido pensado as pressas*. Apenas para limitar os poderes do presidente. Realizado de forma precipitada, o parlamentarismo acabou não funcionando. Toda a legislação ainda era voltada ao presidencialismo. Toda a estrutura dos partidos regida pelas leis presidencialistas. O país ficou praticamente paralisado e os três primeiros-ministros do período – Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima - pouco puderam fazer. *Em janeiro de 63, 82% dos brasileiros votaram a favor do retorno do presidencialismo em um plebiscito*. Era uma vitória esmagadora da legalidade sobre o golpismo. O plebiscito permitiu o retorno do presidencialismo. Jango poderia enfim tentar governar.

O RETORNO DO PRESIDENCIALISMO (63 – 64)

Governar o Brasil naquele momento não era tarefa fácil. *O Brasil tinha inflação galopante: 19% em 56; 31% em 60; 54% em 62 e 80% em 63*. Também precisava pagar os juros da dívida externa do sr. JK, que naquele tempo estava em torno de US$ 3 bi. *A economia estava decrescendo: em 61 o crescimento foi de 8,5%; em 62, foi de 6,5% e em 63 seria de apenas 2%. Ao mesmo tempo em que a economia ia mal, a democracia ia muito bem, obrigado. Desde o fim do Estado Novo, os movimentos políticos e/ou populares iniciaram uma longa e lenta movimentação do silêncio e clandestinidade para centro do debate político. Grupos sociais como os camponeses, os estudantes, os sindicatos, os católicos de esquerda, os comunistas, saíram do quase total anonimato e entraram para centro da esfera pública.* A repercussão de sua chegada teve grandes consequências na política nacional. Por isso falaremos um pouco deles.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os *camponeses constituíam uma espécie de grupo social completamente a margem do populismo, que era voltado para o trabalhador urbano*. Mas entre 1950 e 1964, o crescimento industrial e urbano – fruto do êxodo rural - gerou novas e cada vez maiores demandas de produtos agropecuários. Tal fato valorizou a propriedade agrícola e tornou a agropecuária mais lucrativa que no período anterior. A consequência no campo se fez sentir. Proprietários de terras que permitiram posseiros em suas propriedades por décadas tornaram-se intolerantes: expulsaram-nos ou degradaram suas condições de trabalho. O aumento das pressões sobre os camponeses pobres levou à organização das *Ligas Camponesas* já em 1955. Lideradas pelo político pernambucano *Francisco Julião* em pouco tempo já estavam espalhadas em todo o Nordeste e outros pontos do país. As Ligas eram centralizadas e estabeleciam suas sedes em capitais ou cidades grandes, para aproximarem-se de grupos sociais urbanos simpáticos, como líderes operários e intelectuais de esquerda. No *Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas*, os grupos ligados a Julião defendiam a *expropriação das terras sem indenização prévia* – o pior dos pesadelos da elite agrária.

Don Hélder Câmara, líder da Igreja progressista, pouco antes de sua morte.

"Agitador, sim! Como conceber a vida sem agitação?" Francisco Julião

A Igreja Católica rompeu com seu tradicional conservadorismo e, a partir do final da Segunda Guerra, iniciou um movimento em direção às camadas populares. Se antes da Guerra a Igreja era intransigentemente *anticomunista*, nesse momento passou a ter uma postura mais equilibrada. Ainda combatia o comunismo, mas reconhecia as *injustiças* sociais como *fonte de insatisfação* com o capitalismo e a consequente expansão do comunismo. A Igreja do período ficou dividida em vários grupos de diferentes posturas. Havia bispos que continuavam ultraconservadores. Havia bispos simpatizantes do progressismo moderado. E os clérigos que simpatizavam com os comunistas. A *juventude universitária católica – JUC* – aproximou-se do movimento estudantil comunista e chegou a entrar em choque com a hierarquia da Igreja. Internacionalmente a Igreja também fazia um esforço de mudança com o *Concílio Vaticano Segundo*, promovido pelo *papa João XXIII* que era simpático aos

bispos progressistas brasileiros. O concílio e o papa elaboraram diversos documentos afirmando a necessidade de uma maior abertura da Igreja para os problemas da sociedade. A *CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* – chegou a dar apoio formal a política de reformas do governo Jango, como forma de enfrentar os problemas da miséria e mortalidade prematura nas camadas populares.

O *movimento estudantil* também ganhou força no período. Os estudantes organizaram-se principalmente na *UNE* – União Nacional dos Estudantes. Fundada em 1937 ganhou cada vez mais expressividade entre os estudantes brasileiros a partir de 1945. Se no início as posições da entidade estavam ligadas aos progressistas, principalmente aos mais radicais, no decorrer da década de 50 as propostas e posições da UNE cada vez mais se aproximaram do comunismo.

Protesto da UNE na campanha "o Petróleo é nosso" na década de 50

O sindicalismo pela primeira vez desde os tempos de Getúlio abriu mão, pelo menos em parte, do peleguismo. Houve uma divisão do movimento sindical. Uma parte seguiu a tradição de continuar ligada ao Estado, mas sem a subserviência do peleguismo tradicional. Outra desviou-se do governo e criou organizações paralelas como a *Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT* – em 1961. Esta última, mais próxima dos comunistas. Houve multiplicação das greves no período de Jango, principalmente do sindicalismo ligado ao funcionalismo público. Por esse mesmo motivo, as greves saíram de São Paulo e ganharam boa parte do Brasil. Para os sindicalistas do funcionalismo, ligados ao Estado, era mais fácil barganhar. O sindicalismo operário tinha muito mais dificuldade em negociar com os patrões. Afinal, *governo pensa em apoio político, patrão pensa em lucro*. Em 58, das 31 greves registradas, 80% eram do setor privado. Já em 63, das 172 greves, 58% eram do funcionalismo público. De qualquer forma, no período estudado, o movimento dos trabalhadores se fez muito mais presente, e de forma mais independente do Estado do que nunca. O aumento da atividade sindical colocou em alerta boa parte da burguesia.

O ministro do planejamento Celso Furtado

AS REFORMAS DE BASE

Para enfrentar os problemas econômicos, bem como para acomodar sua base de apoio barulhenta e aparentemente sólida, Jango tentou executar uma política que foi chamada de *reformas de base.* O objetivo de Jango era, a partir da colaboração entre *Estado*, *intelectuais progressistas, burguesia industrial nacional e classe operária organizada*, criar uma sustentação política que permitissem reformas necessárias à superação da crise. As reformas seriam: *reforma do sistema bancário, do processo eleitoral* – voto para analfabetos e militares abaixo de tenentes - *da legislação sobre o capital estrangeiro* – criando áreas de atuação exclusiva para capitais nacionais e atuação do Estado -*, da remessa de lucros das multinacionais, do sistema tributário* – mais recursos para o governo a partir da tributação da classe alta – e a *reforma agrária* – o que permitiria a inclusão de camponeses pobres na economia de mercado, a partir da sua pequena produção. *As reformas eram o ideal do governo: o projeto*. Para tanto, havia que se modificar a Constituição de 1946. Mas qualquer modificação de uma Constituição necessita de amplo apoio do Congresso. Jango e seus assessores acreditavam que teriam apoio, além das camadas médias e operárias tradicionalmente ligadas à esquerda, mas também da burguesia nacional, visto que pretendiam defender nosso capitalismo da concorrência desleal do capital estrangeiro. Também acreditavam conseguir trazer apoio dos militares nacionalistas das Forças Armadas. Não foi bem assim. A burguesia nacional precisava, além de proteção estatal, de recursos e investimentos muitas vezes vindos de fora. Com as restrições aos capitais estrangeiros, Jango acabou afastando investidores, sempre preocupados com seus lucros. Por consequência, não conseguiu apoio da nossa burguesia industrial e de moderados de direita ligados a ela. *Os grupos estrangeiros – e seus capitais - somente colaborariam, investindo na nossa economia, se o plano de metas fosse abandonado – o que significava manter a crise*. Os militares nacionalistas ficaram ressentidos com a crescente aproximação de sindicalistas junto a cabos e soltados, o que poderia levar como levou, a quebra da hierarquia e a insubordinação: o grande pânico de qualquer liderança militar no mundo. O Congresso estava dividido, assim como os partidos. Não havia partidos somente progressistas ou somente conservadores. Havia forças majoritárias de cada uma em todos os partidos. A UDN era

majoritariamente conservadora, mas tinha progressistas. O PTB era majoritariamente progressista, mas tinha conservadores. Os conservadores de todos os partidos formaram a Ação Democrática Parlamentar. Os progressistas formaram a Frente Parlamentar Nacionalista. Dessa forma fica claro que o jogo político estava cada vez mais marcado por divisões que não se conciliavam e buscavam somente o seu próprio interesse. Cada grupo tentava defender intransigentemente o seu ponto de vista. Ficam claras então as imensas dificuldades que Jango enfrentaria para concluir seu plano, tanto no ponto de vista dos apoios políticos partidários quanto das forças sociais.

O PLANO TRIENAL

A tentativa de Jango de colocar na prática o projeto das reformas veio com o *conjunto de medidas* destinado a estabilizar a economia para possibilitar as Reformas de Base: *o plano trienal*. O plano era encabeçado por *Celso Furtado*, nosso mais genial economista que por muitos anos professor foi da Sorbonne, em Paris. A equipe contava ainda com militantes progressistas moderados, conhecidos como *esquerda positiva.* O plano visava *combater a inflação e fazer a econômica voltar a crescer*. Para isso era urgente fazer *a reforma agrária, cortar subsídios a certos setores, cortar gastos públicos, manter o investimento público em áreas estratégicas para a indústria* – como a importação de tecnologia - *e renegociar o pagamento da dívida externa*. O plano era coerente, mas muito difícil de ser implementado na prática. Nossos "amigos" em Washington não renegociaram a dívida. A burguesia recuou perante a eminente falta de investimento externo e ao sindicalismo combativo. No campo, fazendeiros estavam se armando. O sindicalismo dos funcionários públicos pressionava, mas somente por aumento de salários. Por falta de apoio dos setores sociais, o plano não saiu do papel e Jango ficou isolado politicamente. Em meados de 63, quase todo o ministério responsável pelo plano já havia caído. Estava se abrindo o caminho para o golpe tão sonhado da direita.

O presidente Jango e a primeira dama Maria Tereza no comício da central: 150 mil pessoas.

O GOLPE

Depois de fracassado o Plano Trienal, Jango ainda tentou desesperadamente implementar as reformas de base. *Para isso, tentou governar por decreto, atropelando o Congresso e realizando comícios monstro para demonstrar apoio popular*. Em março de 64, Jango realizou o *Comício da Central*, no Rio de Janeiro com 150 mil pessoas. Bandeiras de simpatizantes comunistas foram agitadas no comício e apareceram na TV, para o arrepio de conservadores e mesmo de moderados. Nesse dia, Jango assinou o decreto da *Supra – Superintendência da Reforma Agrária*. Estabelecendo critérios para a desapropriação das propriedades improdutivas. Ao mesmo tempo afirmou que estava sendo preparada uma *reforma urbana: desapropriação de imóveis urbanos. A classe média urbana se enfureceu*. Enquanto isso, os progressistas de esquerda, liderados por *Leonel Brizola* iniciaram sua movimentação: obtiveram o controle de rádio, lançaram jornal semanal e tentaram organizar pequenos grupos em todo o país para divulgar seus programas e combater as ideias da direita. Brizola tinha muita força no trabalhismo varguista no Rio Grande do Sul, onde era governador. O sindicalismo operário promoveu a *greve dos 700 mil*, aparentemente sem fundo político, em que conseguiram 80% de reposição salarial.

Greve por melhores salários em outubro de 63

A inflação galopante do período, logo devorou o aumento. A direita, por sua vez, jamais esteve calada. Os militares da direita ganharam os moderados após a revolta de sargentos e cabos da Marinha e Aeronáutica em 63. O motivo foi a proibição dos direitos políticos a esse grupo. A direita trouxe a tese de que uma *revolução era necessária para purificar a democracia de sindicatos, comunistas e luta de classes.* Para eles democracia não é conflito de grupos, como é do nosso entender. Democracia seria manutenção de ordem social. Algo como transformar a sociedade em um quartel. Pesa em favor da direita o fato de que também na esquerda havia golpismo. Os comunistas, a esquerda radical, também não tinham grande apreço pela democracia burguesa. Mas é claro que no momento do jogo de força, a direta tinha um peso muito maior. E fez uso dela. Em 19 de março de 64, organizações católicas conservadoras promoveram a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade:* 500 mil pessoas. O objetivo explícito da marcha era mostrar força para os grupos de esquerda e fazer oposição ao governo, considerado comunista devido a suas ações.

Cabo Anselmo: de agitador comunista a delator dos companheiros. Agente duplo?

Tanques disputam espaço com transeuntes no Rio de Janeiro, 31 de março de 64: o golpe.

Em 24 de março a Associação dos Marinheiros, liderados pelo agente duplo *cabo Anselmo* rebelou-se contra uma ordem de prisão do ministro da Marinha. A ordem previa a prisão dos líderes da Associação, acusados de insubordinação. Os líderes reuniram dois mil marinheiros e fuzileiros para defendê-los. O Exército precisou ser chamado. Após negociação, a prisão foi revogada. O ministro Sílvio Mota se demitiu. Várias instituições militares vieram em apoio ao ex-ministro, acusando o governo de permitir insubordinação. O governo acabava de perder a maioria dos militares moderados. A porta para o golpe estava escancarada.

Após o Golpe, José Serra, ex-presidente da UNE, deixa o país.

Em *31 de março de 64* o General Olímpio Mourão Filho, que participara da farsa do Plano Cohen em 1937, mobilizou suas tropas em Juiz de Fora e partiu para o Rio de Janeiro. Jango, não tomou nenhuma medida que pudesse causar confronto e derramamento de sangue. Provavelmente por ter sido informado da presença de uma esquadra da marinha norte-americana próxima ao Brasil. A pressão dos EUA para a queda do governo foi clara e se repetirá no restante da América Latina. A operação da marinha dos EUA ficou conhecida como Brother San. Não apelou aos militares legalistas. Voou de Brasília para o Rio Grande do Sul para encontrar Brizola. Dá lá, fugiu para o Uruguai. A presidência foi assumida interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, *Ranieri Mazzilli*. Assumiu, mas não mandou: os militares queriam o poder. Brizola ainda tentou no mês de abril mobilizar a opinião pública e os legalistas. Mas não conseguiu. Fugiu para o Uruguai. Como isso pode ocorrer? Jango e sua equipe erraram em várias de suas avaliações sobre a situação nacional, e das Forças Armadas. Durante muito tempo de fato a maioria da oficialidade era legalista e nacionalista. Jango contava com isso. Mas agora estávamos diante de algo que os oficiais não podiam concordar: a quebra da hierarquia, a influência das tropas por sindicalistas comunistas. A grande massa de trabalhadores, que poderiam ter saído às ruas contra o golpe, estava desesperançada pela altíssima inflação. Os sindicatos em parte por esse motivo, não conseguiram mobilizar o povo contra o golpe. A classe média estava perplexa perante a crise econômica, o avanço do barulho comunista – muito mais estardalhaço do que realidade – e com as posições do governo quanto à reforma agrária e urbana. Tudo somado, o único grupo efetivamente mobilizado era a direita: Forças Armadas, mídia e a ala conservadora da Igreja. Era o fim de nossa breve democracia. Uma geração passaria até que ela retornasse.

APÊNDICE

1 - CARTA TESTAMENTO DE GETÚLIO VARGAS.

Mais uma vez, a forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo

se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

2 – A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX – O POPULISMO E AS DITADURAS.

Antecedentes. Após a independência, a América Latina se viu diante dos interesses comerciais europeus e norte-americanos. Tais interesses somados com os interesses de grandes latifundiários locais chamados *caudilhos* foram fortes o suficiente para minar os *ideais bolivarianos de unificação.* A América Latina se dividiu em diversos países. Do ponto de vista econômico, o esforço latino-americano após a independência foi marcado pela tentativa de se colocar no mercado mundial, para evitar o isolamento e a crise econômica. Cada país teria que encontrar meios para viabilizar a produção de matérias-primas que interessassem a Europa e os EUA. Exportar era a única maneira de gerar capital para a importação de artigos industrializados e equipamentos capazes de modernizar a produção: ferrovias, novos portos, navios a vapor e refrigerados eram indispensáveis para a exportação de trigo, carne ou minérios. A América Latina, de certa forma, conseguiu se beneficiar da expansão econômica causada pala primeira e segunda revolução industrial. Desde 1850 até 1914, o comércio mundial cresceu em torno de 1000%.

A economia latino-americana estava diretamente ligada ao capitalismo internacional. Podemos dizer que era dependente do capitalismo internacional, em continuidade ao que já vimos com o período colonial. A dependência fica clara não apenas quando observamos que os produtos latino-americanos dependiam dos mercados europeus e norte-americanos. A dependência também girava em torno dos investimentos externos. Foram graças a investimentos de empresas estrangeiras que ferrovias e outras tecnologias chegara, salvo exceções, à região. Na América Central, que ficou conhecida como repúblicas de bananas, as próprias plantações e empresas exportadoras eram de capital estrangeiro. Graças à dependência, toda crise no capitalismo mundial, seja ela de curto prazo ou de maior duração, terá reflexos na economia, na política e na sociedade latino-americana. Cada país vai reagir a tais crises dependendo de seu nível de inserção e desenvolvimento da economia e das instituições políticas a que tiver conseguido chegar.

O século XX. Os mesmos movimentos da história do século XX que permitiram a industrialização, a urbanização, o crescimento do operariado, da classe média e de uma burguesia no Brasil se verificaram também em amplas regiões da América Latina. O primeiro desses movimentos foi a Primeira Guerra Mundial, que propiciou na América Latina um surto considerável de industrialização para substituição de importações. Ainda no final do século XIX, a crise econômica mundial causada pelo esgotamento da primeira revolução industrial, havia trazido para a América Latina grande contingente de imigrantes europeus, muitos deles há séculos habituados com a vida urbana, não interessados em trabalho nas fazendas que produziam matérias primas. Algumas dessas pessoas vieram com recursos suficientes para criar pequenas, médias e até grandes empresas.

Tomada em seu conjunto, a América Latina se ressentiu bastante da Crise mundial de 1929 – o Brasil acabou sendo exceção. Como muitos países latino-americanos ainda tinham um parque industrial muito pequeno e suas economias giravam em torno da exportação de matérias primas e produtos alimentícios, a crise foi prolongada e afetou o continente por aproximadamente quinze anos. A recuperação do capitalismo no pós Segunda Guerra, conhecido como 'anos dourados', surtiu efeito positivo na economia do subcontinente. A Crise de 29 causou amplas dificuldades de arrecadação de impostos, levando Estados a

aumentar agudamente suas dívidas públicas – aquelas dívidas que os governos fazem para pagar suas contas, retirando capitais da economia para pagá-los com juros. Outra faceta da crise foi uma queda acentuada do Produto Interno Bruto, o PIB. No Chile e na Argentina, por exemplo, o PIB era menor em 1937 do que em 1929. No Uruguai tal fato ainda se mostrava em 1946.

Por outro lado, como já foi dito, a Crise de 29 acabou estimulando a industrialização de vários países latino-americanos, como é o caso do Brasil, da Argentina e do México. Nesses países o processo de industrialização já havia começado com Primeira Guerra ou ainda antes. Em outros países a Crise foi o estopim do crescimento industrial. Podemos entender a industrialização latino-americana nesse período pela confluência dos fatores externos – a escassez de produtos industrializados para importar e a falta de caixa gerada pela queda das exportações – e internos. Entre os fatores internos temos que citar a existência de uma burguesia interessada em incrementar a economia urbana. No caso do Brasil essa burguesia consolidou muito sua posição durante a República Velha. Além dos fatores sociais e econômicos urbanos, foi indispensável a presença de políticas de incentivo à atividade industrial. Foi justamente nos países que tiveram condições de não esperar pela ressurreição do mercado internacional para suas matérias primas e que fizeram as mudanças internas para superar por si mesmos a crise que a industrialização ganhou fôlego. Nesses países a crise foi mais rapidamente superada e tivemos mudanças em termos econômicos – de majoritariamente produtores de matérias primas para majoritariamente industrializados. Como também mudanças sociais e políticas: crescimento urbano, aumento do poder das elites urbanas e decadência das elites agrárias tradicionais. Não que esses países tenham conseguido romper a dependência dos países industrializados. Mas a grande dependência agora era de tecnologia de ponta para a indústria. A América Latina deixou de ser uma consumidora de produtos industrializados europeus e norte-americanos. Mas não conseguiu se tornar exportadora de produtos industrializados.

As mudanças políticas causadas no período serão duradouras. Pela primeira vez na história latino-americana as elites agrárias tradicionais -- que perderam mercado e capital com a Crise de 1929 – teriam que abrir mão de parte do poder exclusivo que tinham sobre o Estado. A burguesia urbana ganhou expressão política e importância econômica. Criticou duramente as políticas elitistas que destinavam os recursos do Estado somente para um ou dois produtos de exportação. Novas políticas, voltadas para outros setores da economia se fizeram necessárias. A classe média urbana também ganhou maior expressão política e teve acesso a cargos no Estado, que se ampliou suas atividades para fazer frente à crise. A crise na agricultura tradicional somadas ao crescimento da indústria no período levaram a ondas migratórias internas. O campo paulatinamente perdeu habitantes e poder político e o operariado urbano ganhou uma expressão política jamais vista.

Como já foi dito, foi a ação do Estado que tornou possível o crescimento econômico e a superação da crise. *A política econômica de defesa do interesse nacional, conhecida como nacionalismo, impulsionou a indústria*. Mesmo as elites agrárias, que sempre criaram obstáculos para o crescimento do poder de grupos rivais, acabaram se convencendo da necessidade de tais políticas. A nova política industrial somente teria sucesso se incorporasse o operariado urbano. Os novos grupos dominantes teriam que trazer para si grupos hostis de operários, influenciados pelas ideias comunistas. A política adotada para atrair o operariado ficou conhecida como populismo: as elites oferecem parte das reivindicações operárias em troca de apoio político. O Estado trouxe para si a responsabilidade de melhorar as condições de trabalho, interferindo na relação entre empregados e patrões: legislação trabalhista. Mais que isso, o Estado implementou políticas de preservação do mercado interno contra a concorrência estrangeira, além da construção de infra estrutura para possibilitar o crescimento indústria. O aumento das possibilidades de inserção política levou a radicalização de movimentos populares como o de reforma agrária. Por outro lado, na maioria dos países, o Estado tolheu a independência do operariado e dos movimentos populares em geral. No caso do Brasil, o sindicalismo era diretamente atrelado ao Estado. O caso mais dramático de organização de Estados autoritários e repressores dos movimentos e anseios populares foi a América Central. Nela as elites locais não produziram projetos de industrialização e todo o peso da Crise de 29 recaiu sobre a população mais pobre. O controle dessas populações somente foi possível com o emprego de ditaduras caudilhistas, tão conhecidas na América Latina, com constante apoio dos EUA.

Anos dourados e Guerra Fria.

O processo de industrialização de países latino-americanos se acentuou. A recuperação econômica do pós-guerra também possibilitou anos dourados a muitos países da nossa região. Mas problemas também apareceram. As cidades não contavam com infra-estrutura para receber o contingente populacional que saia do campo. Isso obrigava os governos populistas a incrementar políticas industriais de um lado e de outro tomar medidas que melhorassem a condição de vida do operariado. O clima de democracia que predominou no pós-guerra, possibilitou que o operariado não fosse apenas objeto de políticas governamentais. Mas se tornasse também sujeito político. A democracia possibilitou a politização da classe operária durante o período. Mas não foi apenas a democratização que marcou o pós-guerra na região. Como o resto do mundo, a América Latina sofreu direta influência da Guerra Fria. Grupos de esquerda mais ou menos radicais tiveram condições de crescer em atividade e influência durante o período. Surgiram partidos, sindicatos, movimentos estudantis, camponeses e até uma Igreja Católica de esquerda. As elites tradicionais latino-americanas, bem como o governo dos EUA viam com muita preocupação o crescimento da esquerda em geral, do comunismo em particular. Aos olhos norte-americanos

durante a Guerra Fria, a democracia populista latino-americana era uma porta escancarada para a infiltração da URSS. Tal situação não poderia durar muito tempo.

A crise do populismo. As políticas industriais populistas contaram e muito com capitais públicos e privados norte-americanos. As aplicações de capital norte-americano chegaram a um montante tal, que conseguiram dominar alguns setores da economia. A indústria automobilística brasileira era totalmente dominada por capital dos EUA e da Europa, por exemplo. No Peru, o capital dos EUA domina parte substancial da mineração. Neste contexto, os interesses estadunidenses no nosso subcontinente ficou fortalecido. A tendência era que as elites tradicionais se descolassem do populismo, por temer o crescimento político da esquerda, mesmo a não comunista e o excesso de direitos concedidos às classes trabalhadoras. Da mesma forma, nossa jovem burguesia não tinha condições e nem vontade de concorrer com o capital norte-americano. Ou pior ainda, de perder suas fontes de investimento. A tendência era que a burguesia também se dissociasse de governos populistas já que estes perdiam paulatinamente apoio dos EUA. A aliança de classes que tornou possível o populismo no período Entre Guerras, estava agora, no pós -guerra, se esfacelando. Para que os EUA assumissem o controle da América Latina faltavam somente os pretextos e aliados de peso dentro dos países. Latifundiários e burgueses foram se aproximando. Mas o grande lance político foi a adesão significativa parte das forças armadas latino-americanas ao projeto dos EUA. A partir de cursos de formação nos EUA, militares latino-americanos foram aderindo à *Doutrina da Segurança Nacional*. Criada nos EUA, a Doutrina afirmava que o inimigo soviético não tentaria invadir o mundo livre – ou seja, os capitalistas – com exércitos. A invasão se daria pela infiltração de espiões e agentes que levariam a agitações populares e revoluções comunistas. Não se lutaria contra o inimigo soviético vigiando as fronteiras. Lutar-se-ia contra um inimigo que já estava agindo internamente em sindicatos, partidos, escolas, universidades, jornais e até paróquias. *A Doutrina da Segurança Nacional criou uma geração de jovens oficiais que não acreditavam na democracia*. Que viam na democracia apenas um instrumento útil para o avanço de agentes de soviéticos e sua propaganda comunista.

Na metade da década de 50 a crise do populismo está instalada na América Latina. Não é por acaso que Vargas se suicida em 54 e que Juan Perón, maior populista argentino, é deposto em 55. O período que vai de metade da década de 50 até metade da década de 60 será de sucessivas crises políticas em praticamente todo o subcontinente latino-americano. As forças políticas que defendiam a continuidade democrática teriam que enfrentar as forças de direita que viam na ditadura a única forma de manter seus privilégios. O processo desembocará nas ditaduras militares que pipocaram na região nas décadas de 60 e 70.

As ditaduras militares. Após a Segunda Guerra, a política externa dos EUA estava voltada principalmente para a Europa e a Ásia, onde o perigo do crescimento do comunismo parecia mais real. A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, obrigou os EUA a mudarem de postura. Seria um pesadelo a América Latina se transformar em um foco de revoluções socialistas. O pesadelo, para os observadores norte-americanos pareciam mais concretos pelo fato das liberdades democráticas terem colocado várias tendências de esquerda na rua. O crescimento da esquerda destruiu o pouco de simpatia que as burguesias ainda nutriam pelo populismo. Some-se o fato de que as burguesias latino-americanas estavam cada vez mais dependentes de capitais externos. Governos não alinhados aos EUA tinham imensa dificuldade, senão impossibilidade de conseguir capitais internacionais. O caso de Jango é talvez o maior exemplo no continente.

Os EUA deram mais um passo na direção do controle político no subcontinente com a Aliança para o Progresso, de 1961. No papel era muito bonitinho: promover a democracia, a distribuição de renda e a reforma agrária na América Latina. Na prática, significou um grande plano político militar onde os EUA procuraram combater a esquerda através, principalmente, de auxílio militar e inteligência a governos amigos ou a oposição de direita. O alvo era a esquerda, fosse ela revolucionária ou reformista. Estivesse no governo ou oposição.

Principalmente da década de 60 ficou claro para os EUA e as elites latino-americanas que a única forma de controlar as esquerdas era a ditadura militar. É por esse motivo que a década de 60 e 70 foi marcada por sucessivos golpes militares com apoio norte-americano. O que para nós parece óbvio, na época não era. A esquerda na maioria das vezes foi pega de surpresa pela violência e repressão dos golpes militares. Não foi somente no Brasil que a esquerda e os movimentos populares demoraram a reagir. As reações de esquerda variavam conforme o grau de extremismo de seus grupos. Parte da esquerda queria uma oposição política, feita de forma institucional. Outra parte queria uma reação revolucionária, feita através de guerrilhas urbanas e rurais, inspiradas ou no marxismo tradicional ou nas revoluções chinesa, vietnamita e cubana. As guerrilhas serviram de pretexto para que os militares perseguissem violentamente todos os movimentos de esquerda, mesmo de oposição mais branda.

É muito difícil para nós colocarmos todas as ditaduras em um único modelo. A maioria delas jamais saiu da esfera de influência norte-americana. Suprimiram a democracia liberal, mas adoraram algumas formas brandas de liberalismo econômico, principalmente no que diz respeito a total liberdade aos capitais internacionais. Houve também algumas que foram para o nacionalismo mais extremado e justamente por isso desagradaram aos interesses dos EUA. No Peru, o general Velasco Alvarado, nacionalizou uma companhia petrolífera norte-americana, a mineração e chegou a fazer uma bem sucedida reforma agrária. Ampliou o mar territorial peruano para 200 milhas. Mas exemplos como o dele são excepcionais e não tiveram vida longa no poder.

No plano econômico, as ditaduras também diferem. No caso brasileiro houve incentivo à industrialização, com o operariado fortemente controlado pelos militares. Já na Argentina, o projeto era justamente a desindustrialização, ainda que branda.

Forma encontrada para minar o forte e combativo sindicalismo argentino. A questão era destruir o próprio operariado, para destruir seus líderes.

EXERCÍCIOS

1) (VUNESP-SP) São características do segundo governo Vargas (1951-1954):
a) instabilidade política, crescente aumento do custo de vida, oposição sistemática do PTB e PSD às medidas governamentais, não-participação do capital estrangeiro nas atividades econômicas.
b) estabilidade política, desenvolvimento econômico, monopólio estatal do petróleo, apoio da ampla frente partidária (UDN, PTB, PSD, PCB) ao programa de governo.
c) crescente instabilidade política, greves, monopólio estatal do petróleo, sistemática oposição da UDN ao governo.
d) intransigente defesa dos interesses populares, apoio sistemático do Partido Comunista, monopólio estatal do petróleo, proibição da entrada de capitais estrangeiros no País.
e) limitada participação do capital estrangeiro nas atividades econômicas, controle da inflação, estabilidade política, oposição sistemática da UDN e PC ao programa de governo.

2- (PUC-MG) Nesta questão são feitas três afirmativas, cada uma das quais pode estar certa ou errada. Leia-as com atenção e assinale a alternativa correta, de acordo com os códigos seguintes.
I) Durante seu governo, Café Filho tentou conciliar as forças getulistas e antigetulistas.
II) O apoio de Café Filho ao general Lott contribuiu decisivamente para o fracasso da tentativa golpista de novembro de 1955.
III) Nas eleições parlamentares de 1954, a UDN foi, entre os grandes partidos, o único que se enfraqueceu
a) Se apenas a afirmativa I é correta.
b) Se apenas as afirmativas l e II são corretas
c) Se apenas as afirmativas l e III são corretas.
d) Se apenas as afirmativas II e III são corretas
e) Se todas as afirmativas são corretas.

3. (VUNESP) O período de João Goulart (1961-1964) foi marcado por grande instabilidade. Pode-se dizer que esse governo viveu sob o signo do golpe de Estado. Sobre o referido período, é correto afirmar que:
a) a emenda parlamentarista de 1961 aumentou o poder do presidente da República.
b) o sucesso do Plano Trienal no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico estabilizou a economia.
c) a constante maioria do governo no Congresso era garantida pela aliança entre o PTB e a UDN.
d) os grandes empresários liberaram recursos para a execução das reformas de base.
e) a proposta de reforma agrária, com emenda constitucional, provocou forte oposição dos proprietários rurais ao governo.

4. (UCS-RS) Tendo à frente do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica o economista Celso Furtado, o presidente João Goulart iniciou a execução de seu Plano Trienal que visava a estabelecer:
a) uma política independente e neutra.
b) um plano de combate à inflação e de promoção do desenvolvimento econômico, principalmente no setor industrial.
c) uma aproximação econômica, exclusivamente, com os países socialistas.
d) um plano de Ação Econômica do Governo (PAEGE) para maior expansão da indústria e do comércio.
e) nenhuma das alternativas.

5. (UFGO) "Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. (...) Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei minha vida. Agora ofereço a minha morte."
O texto acima é parte de um famoso documento histórico brasileiro. Seu autor, um ex-presidente da República, foi:
a) Eurico Gaspar Dutra.
b) Humberto de Alencar Castelo Branco.
c) Juscelino Kubitschek.
d) Getúlio Vargas.
e) Rodrigues Alves.

6- (PUC-RJ –Adaptado) " ...empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para consegui-lo; o povo subirá comigo as escadas do Catete..." Discurso de Getúlio Vargas, na campanha eleitoral de 1950.' A partir dos trechos de dois diferentes discursos de Getúlio Vargas, podemos afirmar que:
1. o nacionalismo proposto por Vargas consistia em preservar, para o capital estatal e os capitais privados nacionais, os setores estratégicos da economia brasileira.
2. a força política de Vargas residia, principalmente, nas massas trabalhadoras dos centros urbanos, organizadas nos sindicatos controlados pelo Estado.
3. a independência econômica preconizada por Vargas residia na adoção de uma política econômica liberal, capaz de estimular o desenvolvimento das potencialidades agrícolas brasileiras.
4. a força política de Vargas estava assentada, principalmente, no poder dos grandes proprietários de terras, base do seu projeto nacionalista.
5. o nacionalismo de Vargas consistia na promoção de uma política voltada para o atendimento das reivindicações operárias, sintetizadas na oposição ao imperialismo dos países capitalistas mais avançados.

Assinale:
a) se somente as afirmativas 1 e 4 estiverem corretas.
b) se somente as afirmativas 3 e 5 estiverem corretas.
c) se somente as afirmativas l e 2 estiverem corretas.
d) se somente as afirmativas 2 e 3 estiverem corretas.
e) se somente as afirmativas 4 e 5 estiverem corretas.

7. (FUVEST-SP) Comente dois aspectos que caracterizam o modelo industrial brasileiro na década de 1950.

8. (FUVEST-SP) No que consistiu o fenômeno do populismo na história política brasileira, depois de 1945?

9. (FUVEST-SP) Explique o contexto histórico brasileiro do aparecimento da expressão "O petróleo é nosso" e os resultados da campanha que se seguiu.

10. Explique a ausência de mobilização contra o Golpe de 64.

11. (PUCC-SP) No Brasil pós-1945, Getúlio Vargas, procurando apoiar-se na grande massa popular para sustentar o seu programa econômico, concedeu especial atenção:
a) aos partidos socialistas.
b) às facções integralistas.
c) ao movimento comunista.
d) ao movimento trabalhista.
e) às organizações tenentistas.

12. (UEL-PR) ... criou em 1945 um partido socialdemocrata que, como todos sabemos, se consolidou como o mais importante partido agrário do país (...) criou também um partido trabalhista, e há quem diga que buscou inspirar-se no Labour Party ...
O texto permite associar:
a) Jânio Quadros ao PSD e ao PSB.
b) Eurico Gaspar Outra ao PCB e ao PFL.
c) Juscelino Kubitschek ao PRM e ao PDT.
d) Getúlio Vargas ao PSD e ao PTB.
e) João Batista Figueiredo ao MDB e ao PRN.

13. (FGV-SP) Abílio Fernandes - Agostinho Dias de Oliveira - Alcedo Coutinho - Carlos Marighella - Gervásio Gomes de Azevedo - Gregório Lourenço Bezerra - José Maria Crispim e Maurício Grabois, todos brasileiros, casados, exceto o quarto, que é solteiro, deputados federais domiciliados nesta cidade vêm (...) impetrar um mandado de segurança contra o ato ilegal da Mesa da Câmara dos Deputados ...
(Fonte: Edgar Carone, A Quarta República. São Paulo, Difel, 1980. p. 19.)
O "ato ilegal", ocorrido em 1947, consistiu na cassação dos mandatos dos Deputados:
a) tenentistas.
b) socialistas.
c) católicos de esquerda.
d) integralistas.
e) comunistas.

14. (Fatec-SP) O governo de Eurico Gaspar Outra (1946-1951) sofreu numerosas críticas, especialmente em decorrência:
a) de suas constantes violações à Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, que praticamente ignorou.
b) da sua tolerância com os grupos de esquerda, permitindo que fosse oficializado o Partido Comunista Brasileiro.
c) da passividade com que enfrentou certos desregramentos da burguesia, especialmente os jogos de azar.
d) dos gastos das reservas do Tesouro Nacional, com a importação de bens de consumo.
e) do apoio dado ao Ministro Pereira Lira, que, na pasta da justiça, criou severa legislação contra os imigrantes ligados ao anarquismo.

15. (Mack-SP) *De luto a nação*. Esta era a manchete que anunciava o suicídio do presidente Vargas a 24 de agosto de 1954. Sobre os fatos que contribuíram para este desfecho, podemos dizer que:
a) o salário-mínimo congelado e a manutenção de João Goulart na Pasta do Trabalho irritavam os setores sindicais, que faziam sérias críticas ao governo.
b) o Partido Comunista dava sólido apoio a Vargas, fato que despertava preocupação de empresários e militares.
c) o apoio de Vargas ao governo norte-americano, enviando tropas à Guerra da Coreia, contrariava a esquerda, que passou a pressioná-lo.
d) Vargas, ferrenho defensor do liberalismo econômico, enfrentava séria oposição de grupos nacionalistas e estatizantes.
e) a política nacionalista de Vargas sofria forte oposição da UDN e de setores das Forças Armadas, culminando no isolamento do presidente após o atentado sofrido por Carlos Lacerda.

16. (Mack-SP) A política econômica do governo Dutra opunha-se à praticada no Estado Novo por Vargas, na medida em que:
a) anulava todas as conquistas trabalhistas da Era Vargas.
b) adotava uma política liberal, facilidades alfandegárias, esgotando as reservas acumuladas no Estado Novo.
c) praticava um protecionismo alfandegário para desenvolver a indústria de base, área esquecida pelo governo Vargas.
d) impunha um rigoroso intervencionismo, ao contrário da política liberal de Vargas.
e) defendia o nacionalismo econômico, rejeitando a entrada de capital estrangeiro.

17. (Mack-SP) *O suicídio foi o último, o supremo e inesperado gesto que surpreendeu a todos e reverteu as tendências, selando o carisma e o mito*. (Aspásia Camargo)
Sobre o episódio ocorrido em 24 de agosto de 1954, a que se refere o texto, podemos afirmar que:
a) com a morte de Vargas, sua figura política é esquecida pelas massas populares.
b) a reação das massas populares inconformadas impediu a UDN de tomar o poder, dando uma sobrevida ao populismo, com a eleição de João Goulart para vice-presidente.
c) o isolamento e a indiferença das massas urbanas levaram Vargas a esse desfecho, embora contasse com total apoio das Forças Armadas.
d) na História brasileira a figura de Getúlio Vargas não é vista como carismática, em virtude do período ditatorial.
e) a UDN, a Tribuna de Imprensa e Carlos Lacerda foram os grandes beneficiados com o trágico fim do Presidente, assumindo a liderança política com o apoio das massas.

18. (Mack·SP) Sobre a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, configurada no Plano de Metas, podemos afirmar que:
a) teve índices medíocres de crescimento anuais, inferiores ao restante da América Latina na época.
b) mudou radicalmente a estrutura fundiária do país, realizando ampla reforma agrária.
c) controlou a inflação, apesar de atender às reivindicações salariais do proletariado urbano.
d) reduziu as disparidades regionais, por meio de medidas pontuais sobre a agricultura e a educação.
e) apesar do crescimento industrial, deixou à margem setores fundamentais da sociedade, como a agricultura, a saúde e a educação.

19. (UFRJ) Mensagem do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, em 8/12/1951.
Senhores Membros do Congresso Nacional:
Tenho a honra de submeter à consideração de Vossas Excelências o anexo projeto de lei destinado a criar a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A., para levar a efeito a pesquisa, a extração, o refino, o transporte de petróleo e seus derivados, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins, através de empreendimentos à altura das necessidades nacionais de combustíveis líquidos (...). (Citado em FARIA, Antonio A. e BARROS, Edgar L. O retrato do Velho. São Paulo, Atual, 1984. p. 175.)
a) Explique duas razões que levaram à criação da Petrobrás em 1953.
b) Dê um argumento favorável e um argumento contrário à privatização das empresas estatais no Brasil atual.

20. (UFGO) É na consolidação dos processos históricos, quando a poeira assenta, que a maioria dos historiadores se debruça sobre o passado em busca de explicações racionais das ações humanas. Mas o gesto ousado do homem empreendedor, pioneiro, nem sempre segue a cartilha do racionalismo. Estes homens inscreveram seu nome, sua marca na história. Analise, a partir do exposto, o contexto histórico e as ações pioneiras de:
a) Getúlio Vargas.
b) JK

21. (Fuvest-SP) I. *A orientação fundamental do governo resume-se no propósito de fortalecer a economia nacional. Esta diretriz condiciona a posição do Brasil no panorama internacional, que se tem pautado em intuitos pacíficos e amistosos em relação aos outros países. Sem sacrifícios desses intuitos, temos procurado libertar o país de influências incompatíveis com os seus interesses, único modo de progredir realmente porque, enquanto dependentes, estaremos sempre sujeitos a retrocessos.* (Getúlio Vargas, Mensagem ao Congresso Nacional, 1954.)
II. *Ainda no que toca à política geral, outra medida a que o governo atribui grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com sua técnica e seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial. (...) Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interesse dos capitalistas estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do país. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo governo conseguiu estabelecer no exterior*. (Juscelino Kubitschek, Mensagem ao Congresso Nacional, 1957.)
Essas duas mensagens ao Congresso Nacional revelam que os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não tinham o mesmo ponto de vista sobre a questão da participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Como as diferentes visões sobre este terna são apresentadas nessas mensagens?

22. (Mack-SP) Estabelecendo uma comparação entre a política econômica varguista e o desenvolvimentismo do período JK, podemos afirmar que:
a) ambos eram totalmente contrários ao capital estrangeiro.
b) enquanto JK deu ênfase especial à indústria de base, Vargas procurou desenvolver somente a indústria leve.
c) Vargas pautou sua política econômica no intervencionismo e nacionalismo; o desenvolvimentismo de JK baseava-se no tripé capital estrangeiro, capital privado nacional e empresas estatais.
d) a política varguista voltou-se exclusivamente para o setor industrial, enquanto jK priorizava a agricultura e a educação.
e) tanto o desenvolvimentismo como a política varguista não trouxeram alterações para a vida urbana nos anos 1930 e 1950.

23. (Mack-SP) A crise gerada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros foi temporariamente controlada em 1961 através:
a) das reformas de base com vistas à modernização do país.
b) do Ato Institucional número 5 e o fechamento total do regime.
c) da emenda parlamentarista, que possibilitou a posse do Presidente João Goulart, conciliando os setores em confronto.
d) do Golpe Militar, provocando a queda do governo Goulart.
e) da convocação de novas eleições, desfazendo o clima de acirrada oposição entre esquerda e direita.

24.(VUNESP-SP) A realização mais importante do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi o seu Programa de Metas. Segundo Juscelino o objetivo principal do programa era "acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras". Tal programa pretendia, como resultado, melhorar o nível de vida da população com novas oportunidades de emprego, e elevar a taxa de crescimento econômico. Apresente dois aspectos do Programa de Metas.

25. (VUNESP-SP) *Tendo sido bem treinado na escola política do PSD de Minas Gerais, Kubitschek estava pouco inclinado a influir no sistema de propriedade rural existente.* Thomas Skidmore, Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco.
A fim de explicar o significado do texto, discorra sobre as prioridades setoriais atendidas com a execução do Plano de Metas do governo JK.

26. (PUC-MG) Nesta questão são feitas três afirmativas cada uma das quais pode estar certa ou errada. Leia-as com atenção e assinale a alternativa correta de acordo com os códigos seguintes:
a) Se apenas a afirmativa I é correta.
b) Se apenas as afirmativas I e II são corretas.
c) Se apenas as afirmativas I e III são corretas.
d) Se apenas as afirmativas II e III são corretas.
e) Se todas as afirmativas são corretas.
I) O fracasso do Plano Trienal de Desenvolvimento do governo de João Goulart agravou a situação de crise existente no País.
II) O governo Goulart enfrentou fortíssima oposição por parte dos grupos de direita.
III) Para garantir a posse de João Goulart o parlamentarismo é instalado no Brasil como medida de emergência.

27. (Fatec-SP) As reformas de base -- reforma agrária, reforma administrativa, reforma bancária e reforma fiscal - tinham um nítido caráter ideológico. Tratava-se de um instrumento com o qual o governo buscava unir todas as forças populistas mobilizadas e fazer crer à opinião pública a necessidade de mudanças institucionais na ordem política, social e econômica, como condição essencial ao desenvolvimento nacional.
O texto acima está relacionado:
a) com o Programa de Reformas de João Goulart.
b) com os propósitos reformistas da Revolução de 1964.
c) com os objetivos da Revolução de 1930.
d) com o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira.
e) com o Plano de Ação Econômica e Social do governo Castelo Branco.

28. (VUNESP) O período de João Goulart (1961-1964) foi marcado por grande instabilidade. Pode-se dizer que esse governo viveu sob o signo do golpe de Estado. Sobre o referido período é correto afirmar que:
a) a emenda parlamentarista de 1961 aumentou o poder do presidente da República.
b) o sucesso do Plano Trienal no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico estabilizou a economia.
c) a constante maioria do governo no Congresso era garantida pela aliança entre o PTB e a UDN.
d) a proposta de reforma agrária, com emenda constitucional, provocou forte oposição dos proprietários rurais ao governo.

29. (VUNESP-SP) *A contradição inerente do governo provocou um clima de equilíbrio precário, cuja ruptura esperava-se a qualquer momento. A dramaticidade em que viveu o período era sempre renovada pelas atitudes inesperadas e, às vezes, burlescas do Presidente da República. O episódio de condecoração de Che Guevara, então ministro de Castro, com a ordem do Cruzeiro do Sul, foi o momento capital desse drama de curta duração*. Nilo Odália. Brasil em perspectiva.
a) A partir do texto identifique o presidente que governava o País.
b) Caracterize os novos rumos da política externa no período.

30. (VUNESP-SP) O presidente João Goulart, apesar dos entraves parlamentares, instrumentou projeto nacional-reformista visando aglutinar determinadas forças. Relacione os setores que as reformas de base abrangiam e identifique a camada social que acabou dando apoio ao projeto.

A DITADURA MILITAR (1964 – 1985)

INTRODUÇÃO

O período que acabamos de estudar foi marcado pelo populismo – a cooptação da classe trabalhadora através da concessão de partes de suas reivindicações. Também foi marcado pela ideia de desenvolvimento do capitalismo nacional de forma autônoma, independente de capitais estrangeiros. De forma geral o objetivo era transformar o Brasil em um país capitalista moderno e justo para todas as camadas da população. O período ditatorial mantém parte desses princípios. Os *militares mantiveram o discurso de transformar o Brasil em um país capitalista moderno e próspero*. Mais que isso, *queriam transformar o país em potência econômica*. *Mas abandonaram deliberadamente as ideias de autonomia com relação ao capital externo e todos os planos de distribuição de renda*. Não havia a necessidade de fazer distribuição de renda. A ideia dominante era de que "primeiro é necessário fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo". *A democracia seria um empecilho para o desenvolvimento nacional*, ou seja, para o crescimento do bolo. Desta forma, foram abandonados completamente as ideias das reformas de base – reforma agrária para que? – e novas ideias de *desenvolvimento associado* ganharam força. Desenvolvimento associado seria justamente a maior participação de capitais estrangeiros na nossa economia.

Os militares e sua equipe civil – *eles não governaram sozinhos* – acreditavam que se o Brasil crescesse a taxas muito altas, em pouco tempo teria resolvido o problema do subdesenvolvimento. Como fazer isso? *O plano dos militares e de seus aliados civis não estava pronto, esperando a tomada do poder*. O plano de governo dos militares foi sendo construído com o tempo, nos primeiros anos da ditadura. Após alguns anos de tentativas e erros, o plano de crescimento econômico ficou com as seguintes características: 1 – *Aumento das taxas de reinvestimento* – taxa de reinvestimento é a parcela dos lucros que os empresários utilizam para reinvestir na empresa. No Brasil as taxas eram baixas. Como aumentar as taxas em pouco tempo, para que o Brasil crescesse rápido? Afinal, crescimento econômico pressupõe investimento nas empresas, para dinamizar a economia. *Simples: diminuindo o peso dos salários sobre as empresas*. Mário Henrique Simonsen, ministro dos militares, admitiu 30 anos depois, em 1996, que no período 64 a 67, os salários diminuíram 25%. 2- *Estímulo à entrada de capitais estrangeiros no país* – Empresas que exigiam grandes capitais e alta tecnologia foram incentivadas a entrar no Brasil: química, petroquímica, automobilística, eletrônica, etc. 3- *Empréstimos externos e participação do Estado na economia* – por fim, o Estado brasileiro fez imensos empréstimos no exterior para custear obras gigantescas de infra-estrutura necessárias ao crescimento. Tais obras não interessavam nem mesmo as empresas multinacionais pelo seu altíssimo custo e pela demora no retorno. Temos então o Estado intervindo diretamente na economia. *Para a surpresa dos conservadores que apoiaram o golpe, o Estado manteve e até ampliou a intervenção na economia* em relação ao período populista. A intervenção se deu inclusive com a reserva ao capital nacional de setores considerados estratégicos. O *tripé do modelo militar era composto por Estado, capital multinacional e empresas nacionais*.

As consequências políticas e econômicas do modelo são visíveis ainda hoje: economia estagnada, dívida externa assustadora, salários baixos, desemprego, altíssimos índices de miséria, corrupção na política e violência urbana e rural. Muitas pessoas colocam a culpa do problema nos presidentes civis pós-ditadura: Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique e Lula. Eles podem e devem ser cobrados por não ter conseguido superar a crise. Mas os autores da monstruosa crise são sem dúvida os militares e seus assessores civis. Quem eram os assessores civis? Basicamente políticos de direita e funcionários públicos super especializados: os *tecnocratas*. Alguns autores chamam o poder que esses funcionários tiveram de *tecnoburocracia*.

A causa principal da crise foi a total *impossibilidade de controle por parte da sociedade do que se passava no governo*. Os militares sempre foram contrários a qualquer atividade crítica ao que estavam fazendo. A falta de controle levou a: 1- *crescimento irracional da burocracia estatal*. Todo Estado moderno precisa de uma organização burocrática. O problema do período ditatorial foi o crescimento irracional do Estado, que o tornou caríssimo, ineficiente e corrupto. 2- *Estado em função de interesses particulares*. Alguns grupos econômicos e políticos passaram a ter grande ingerência sobre os principais órgãos do Estado. O Estado, consequentemente passou a agir em função dos interesses desses grupos. Os dois fatores que minaram o modelo ditatorial também não aconteceram da noite para o dia, mas foram se intensificando principalmente a partir da década de 70.

A PRESIDÊNCIA DE CASTELO BRANCO (1964 – 1967)

Os grupos civis que apoiaram o golpe, principalmente a UDN, não queriam uma ditadura militar. Queriam apenas remover seus adversários políticos e gostaram da ideia de que as medidas violentas e impopulares necessárias fossem feitas pelos militares. Acreditavam que depois o poder voltaria para os civis com a orientação política e econômica que a direita considerasse favorável. Tolo engano. *Os militares também ansiavam pelo poder político e consideravam os civis e seus joguinhos políticos como os responsáveis pelo atraso do Brasil*. Caberia aos militares o exercício do poder pelos próximos 20 anos. *É claro que os conservadores que apoiaram o golpe ganharam*. Pelo menos a maioria deles. Mas ficaram afastados do poder Executivo, das maiores decisões.

Foto oficial do ditador Humberto de Alencar Castelo Branco

O economista Roberto Campos.

A REORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.

Como nós vimos, sempre que um regime de governo cai no Brasil, existe uma reformulação das leis para dar um ar de legalidade ao novo governo. Assim foi com as Constituições de 91, 34, 37 e 46. A ditadura militar criou os *Atos Institucionais: decretos que davam ao presidente poderes absolutos, acima das leis existentes e da Constituição.* A ditadura, em seus 20 anos, editou 17 Atos Institucionais – conhecidos como AI -, sempre aumentando os poderes do presidente. O *AI 1*, redigido pelo nosso velho conhecido *Francisco Campos*, dava ao Executivo o *poder de cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos dos cidadãos por 10 anos, aposentar funcionários públicos civis e militares, decretar estado de sítio sem autorização do Congresso e eleições diretas para presidente em outubro de 65 – o que jamais aconteceu*. Enquanto isso, previa o AI 1, o país seria governado por um presidente eleito pelo Congresso. O candidato único, eleito sem problemas foi o marechal Castelo Branco – o grande líder do golpe militar. *Os militares não estavam unidos quanto ao que fazer*. Havia dois grupos: o *chamado de brandos ou pombos*, que defendiam uma ditadura rápida, apenas para afastar a esquerda da política e os *linhas duras ou falcões*, que defendiam uma ditadura de longo prazo. Castelo Branco pertencia aos brandos. Mesmo sendo brando, Castelo promoveu milhares de prisões e punições políticas. A grande vitória da linha dura veio nas eleições para governador de 11 estados em 65. Para a surpresa do governo militar, a oposição – ou seja, os progressistas - ousou ganhar em 5 estados. Entre eles Minas Gerais e o Estado da Guanabara. Ficou claro para os militares, mesmo para os brandos que *nosso povo não sabia votar*. Apesar de milhares de prisões e centenas de suspensões de direitos políticos, o progressismo – agora na oposição – continuava combativo. A resposta foi *o AI 2 em 1965. Extinguiu os partidos políticos, determinou que as eleições presidenciais seriam indiretas* – realizadas pelo Congresso Nacional – *e manteve o poder do presidente para cassar mandatos e direitos políticos. Logo em seguida veio o AI 3, determinando que os governadores também seriam eleitos indiretamente: era a ditadura escancarada*. Após o AI 2, os militares permitiram a organização de apenas dois partidos: a *ARENA – Aliança Renovadora Nacional* – que apoiava os militares e o *MDB – Movimento Democrático Brasileiro* – que fazia oposição. *Mas como é possível oposição legalizada em uma ditadura?* Simples: os militares jamais admitiram que estavam fazendo uma ditadura. Então fizeram uma "democracia" onde a possibilidade de perderem era nula. Veremos como isso funcionou no decorrer da unidade. Em 1966, em pleno exercício de suas "atribuições legais", o Presidente Castelo Branco mandou fechar o Congresso. Este foi reaberto somente em 67, para aprovar a nova Constituição – nada de debate na democracia dos militares – e eleger o novo presidente da República: o candidato único general Costa e Silva.

A ECONOMIA SOB CASTELO BRANCO.

O governo de Castelo Branco, para a economia, ficou conhecido como *período de estabilização.* Durante seu governo, o economista *Roberto Campos*, *defensor da atuação do capital estrangeiro na economia*, foi o ministro do Planejamento. O ministro e o restante da equipe trataram de *reduzir o déficit público cortando subsídios ao trigo e ao petróleo e aumentou a arrecadação de impostos*. Por um lado, o corte dos subsídios gerou aumento no preço do pão e da gasolina – o que ajuda a entender o resultado das eleições de 65, que vimos acima. Por outro lado, o governo teve a ideia de cobrar correção monetária – um valor somado aos juros – para os devedores de impostos. Com isso, dar calote em impostos deixou de ser um bom negócio e a arrecadação de fato aumentou. Foi também *aprovada uma legislação que praticamente proibia as greves*. Para dinamizar a indústria, foi posta em prática uma *política de redução salarial*, somadas ao *fim do direito de estabilidade no emprego*. A CLT de Getúlio Vargas previa que o trabalhador não poderia ser demitido sem justa causa. O que garantia a estabilidade. Os militares derrubaram essa lei e como compensação, ofereceram ao trabalhador o *Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS*. O governo também tratou de incentivar as exportações brasileiras. No período anterior, a grande preocupação era com mercado interno e não com exportações. Os resultados do Castelo foram apenas medianos, mas melhores que os de Jango. A inflação, que chegou a 91% em 64, caiu para 24,5% em 67. O crescimento do PIB, que foi de 2,9% passou para 4,8% em 67. Ora, então podemos dizer que o governo ditatorial é mais eficiente que o democrático? Não é bem assim. Os militares somente conseguiram implantar seu plano de reformas justamente pelo fato de terem suprimido a oposição e os movimentos dos trabalhadores. *Foram os trabalhadores que pagaram a conta dos ajustes*. No governo democrático, qualquer ajuste pressupõe debates e concessões recíprocas. Na ditadura, os amigos do poder ganharam muito. Já o povo...

O GOVERNO COSTA E SILVA

O general Artur da Costa e Silva não era do grupo de Castelo. Não pertencia ao grupo da Sorbonne, dos generais intelectualizados de seu antecessor. Ao invés de livros, preferia corridas de cavalos. *Era do grupo da linha dura, que ganhou espaço com a vitória das oposições nas eleições de 1965*. Tomou posse em março de 67. Demitiu todo o ministério de Castelo e colocou *Antonio Delfim Neto* como ministro da fazenda. Costa e Silva, porém, iniciou seu governo desagradando grandemente outros oficiais da linha dura. Já em seu discurso de posse, prometeu a redemocratização e estabeleceu pontes de diálogo com a oposição moderada. Tentou ouvir os discordantes de fora do governo. Incentivou a organização de sindicatos com lideranças "confiáveis". Mas o objetivo não era democratizante. Era apenas uma tentativa de trazer aliados aos militares em outras esferas da sociedade civil. *Nessa mesma época, surgiram denúncias graves de vendas de imensas extensões de terra a grupos estrangeiros, principalmente na Amazônia – o problema é antigo. Essas vendas estavam acontecendo mesmo em áreas defendidas por lei. A lei também foi colocada de lado para que a uma tal de Rede Globo recebesse um auxílio de US$ 2.800.000 da empresa norte-americana Time-Life. O auxílio, expressamente proibido por lei, tornou a Globo a maior emissora de TV do país*. Mas os militares, que queriam salvar o Brasil da bandalheira da esquerda, acharam tudo normal.

Foto oficial do presidente Costa e Silva.

REARTICULAÇÃO DA OPOSIÇÃO E LUTA ARMADA.

Passado o impacto do golpe e a desmobilização causada por prisões e cassações, a oposição voltou a se rearticular. No Nordeste*, liderando moderados e radicais católicos*, o bispo *D. Hélder Câmara* subiu o tom das críticas ao regime que castigava os trabalhadores. No cenário político, oposicionistas ilustres se articularam e formaram a *Frente Ampla* para defender a redemocratização. Faziam parte da Frente Ampla figuras como *JK, Jango e Carlos Lacerda*. Isso mesmo, o golpista Lacerda, quando percebeu que os militares não queriam sair do poder tão cedo e que ele não chegaria à tão sonhada presidência, transformou-se em democrata convicto e apertou a mão de antigos vitoriosos nas urnas que ele tentou derrubar. A alegria da oposição durou pouco. Costa e Silva assinou um decreto ordenando a *extinção da Frente Ampla em 1968.*

Chico Buarque e Vinicius de Moraes na passeata dos cem mil – 1968

Esses eventos deixaram claro para alguns setores da extrema esquerda que somente a *luta armada* poderia devolver democracia ao Brasil – ou levar o país ao comunismo. O partido da extrema esquerda, o PCB, estava rachado a esse respeito. A maioria do partido era contrária à luta armada. Afirmavam que não teriam nenhuma chance contra as Forças Armadas e ainda que reforçariam o discurso da linha dura, de que o Brasil precisava de uma ditadura longa para se livrar do perigo comunista. O argumento estava correto. Mas o ano era *1968*. Nesse ano, o mundo vivia um período de manifestações da juventude. Nos EUA contra a Guerra do Vietnã: a *contracultura e o movimento hippie*. Na França contra o sistema educacional e a colonização da África. Na América Latina, países como Colômbia, Chile, Bolívia e Nicarágua, inspirados pela Revolução Cubana, iniciaram movimentos guerrilheiros de luta armada. Mesmo no Brasil, estudantes, intelectuais, artistas, progressistas católicos e lideranças operárias conseguiram levar 100 mil pessoas em uma manifestação pela democracia em São Paulo – a *Passeata dos Cem Mil*. Nesse ano, até militares linha branda denunciavam o governo. O *brigadeiro Itamar Rocha* e outros vinte oficiais da aeronáutica denunciaram um plano do brigadeiro João Paulo Burnier de lançar prisioneiros políticos ao mar. Isso mesmo, assassinar prisioneiros. O plano foi negado pelo governo. Aparentemente foi abortado. Os militares delatores – evidentemente heróis nacionais – foram rebaixados de patente. O autor do plano não foi punido. Por tudo isso, o PCB rachou.

Carlos Marighela, que seria morto pela repressão

O ano de 1968 não parecia ser o ano da prudência. Liderados por *Carlos Marighela*, e *Carlos Lamarca,* que era militar, parte do partido criou a *ALN – Aliança Libertadora Nacional* – e partiu para a luta armada. Outros grupos de esquerda fizeram o mesmo. Surgiram ao todo *27 grupos guerrilheiros*, sendo os mais famosos o *PC do B* – Partido Comunista do Brasil – *o VPR* – Vanguarda Popular Revolucionária – e *MR- 8* – Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O número de grupos era grande. Mas a quantidade de guerrilheiros era mínima: *aproximadamente mil pessoas somando todos*. Esses grupos, que começaram fazendo algumas ações cinematográficas – como o *sequestro do embaixador Charles Elbrick dos EUA* – sofreram violentíssima repressão e jamais conseguiram popularidade. O sonho de transformar o Brasil em um Vietnã não se concretizou. De fato, a guerrilha efetuada, tanto a urbana, quanto a rural, foi muito útil para os militares linhas duras ganharem espaço. A reação militar não demorou.

Protesto de estudantes reprimido pela polícia em 68

O AI 5 E O ENDURECIMENTO DO REGIME.

Vendo que não conseguiu apoio popular e ainda deu corda para a oposição e a guerrilha, o governo Costa e Silva preparou a reação. Precisava apenas de um pequeno incidente que justificasse. O incidente foi um discurso do deputado Márcio Moreira Alves que pregava o boicote popular as Forças Armadas. O grande público não ficou sabendo do discurso, mas foi o suficiente para o governo decretar o *Ato Institucional nº 5*, em dezembro de 1968, o mais violento e duradouro de toda a ditadura. O AI 5 vigorou até 1979. É considerado por muitos especialistas um golpe dentro do golpe. Os próprios militares haviam acabado de promulgar uma Constituição. Bem, o AI 5 mudava as regras da Constituição deles mesmos. *O presidente passaria a ter poderes para fechar o Congresso por tempo indeterminado; decretar intervenção federal em estados e municípios; suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos; demitir ou aposentar qualquer funcionário público; decretar estado de sítio por tempo indeterminado; o direito ao* ***habeas corpus*** *foi banido no país e, por fim,* ***não era garantido o direito de defesa*** *a qualquer pessoa atingida pelo AI 5.* O próprio Costa e Silva achou o AI 5 pesado demais e tentou o atenuar com uma reforma constitucional elaborada pelo vice presidente civil Pedro Aleixo. Mas não teve tempo. O presidente sofreu um derrame que o incapacitou.

A JUNTA MILITAR.

A Constituição dos próprios militares previa que o vice-presidente assumisse. Mas se tratava de um regime golpista. Uma *Junta Militar* impediu a posse de Pedro Aleixo. Com este novo golpe, se inicia o período mais violento da História do Brasil no século XX, superando e muito o do Estado Novo. Quando ficou claro que o estado de saúde de Costa e Silva o impediria definitivamente do exercício da presidência, a Junta Militar reabriu o congresso em outubro de 1969 para eleger o general Emilio Garrastazu Médici. A eleição de Médici mostra com muita clareza o ridículo do regime militar. As eleições indiretas eram uma mera fachada. O Congresso, que estava fechado desde o AI 5, em dezembro de 1968 foi reaberto apenas para a "eleição" do candidato único dos militares e foi fechado logo depois. Se o presidente fosse simplesmente nomeado pela Junta Militar, muita gente poderia pensar que nós estávamos em uma ditadura...

Membros da Junta Militar: general Lyra Tavares e almirante Augusto Rademacker

A ECONOMIA EM COSTA E SILVA.

No governo Costa e Silva teve início a fase de crescimento econômico vertiginoso que ficou conhecido mundialmente como *milagre brasileiro.* O ministro Delfim Netto se tornou famoso internacionalmente. No período que vai de 1968 a 1973, o *Brasil cresceu a uma média de 11,5 % ao ano*. Muito acima dos 2,5 a 3% que crescemos hoje e que marcaram o último ano de Jango. *As causas do crescimento, que se estende do final do governo Costa e Silve a todo o governo Médici, são muitas: beneficiados pelos baixos salários que pagavam, os empresários investiram mais; a indústria utilizou sua capacidade ociosa;*

o governo concedeu incentivos fiscais em algumas áreas; investimento estatal na economia; privilégios para multinacionais que investiram maciçamente no Brasil; imensos empréstimos estrangeiros – que pagamos até hoje – *e por fim o crescimento da economia mundial.* Com o crescimento mundial, o governo conseguiu incentivar ao máximo as exportações que saltaram de US$ 1,6 bi em 1967 para US$ 10 bi em na década de 70. Vendo por esse ângulo, podemos pensar que a ditadura foi boa, pelo menos para a economia. Novo engano. *Como se tratava de um governo apoiado por praticamente toda a direita, os militares jamais se preocuparam em transformar o crescimento econômico em justiça social.* Já vimos que entre as primeiras providências estiveram a diminuição de salários e o fim da estabilidade no emprego. *A classe baixa não participou da festa do crescimento rápido*. *Em 1960, os 5% mais ricos da população ficavam com 27,3% da renda. Em 1976, mordiam um pedaço de 39%!!!! Os ricos ficaram mais ricos na ditadura. Os 80% mais pobres tinham 45,6% da renda em 1960. Esse mesmo grupo ficou com 33% da renda em 1976. Os pobres ficaram mais pobres.* Os 15% da classe mantiveram-se com 27% entre os dois períodos. O Brasil crescia, mas o povo pobre consumia menos, ganhava menos. Então o crescimento só foi possível graças às exportações e ao consumo das classes média e alta. Nesse período o governo militar financiou a compra de carros e imóveis novos para as classes média e alta. Já que era preciso incentivar o consumo, até *shopping center* foi financiado com o dinheiro do *BNH* – Banco Nacional da Habitação! Principalmente a classe média foi beneficiada com financiamentos a juros baixos e teve acesso a bens que não possuía nos períodos anteriores. *Assim ficou garantido o apoio da classe média ao regime por praticamente toda a década de 70*. Até que a conta da festa chegou.

O GOVERNO MÉDICI (1969 – 1964)

Do ponto de vista econômico, o governo Médici foi de crescimento excepcional, como acabamos de ver. O presidente e seus apoiadores não perderam tempo em *transformar as boas notícias econômicas em slogans políticos*. Criou-se o mito do *Brasil potência,* que caminhava para o tão sonhado Primeiro Mundo. Expressões como *este é um país que vai para frente* tornaram-se comuns. Para os descontentes, o governo criou outro slogan: *Brasil: ame-o ou deixe-o*. O governo também não hesitou em tirar o máximo de proveito possível da vitória da seleção brasileira na Copa de 70 no México. Assim como a vitória da seleção em 58 parecia coroar as esperanças nacionais no governo JK, agora novamente nosso patriotismo estava em alta. *Éramos tri campeões mundiais de futebol. Nossa economia era a que mais crescia no mundo. Assim como no final da década de 50, a década de 70 via uma geração de brasileiros otimistas com relação ao futuro do país* – coisa difícil de explicar para o estudante de hoje.

Militares no Araguaia em 71: muito soldado contra pouco guerrilheiro.

A REPRESSÃO.

Aparentemente estava tudo bem. A *censura* cumpria sua função e o grande público não ficava sabendo do que ocorria nos *porões do regime*. O governo Médici foi marcado pela violenta perseguição aos opositores, mesmo os que não se propuseram à luta armada. A máquina repressiva *criada pelos militares a partir de 64* chegou ao auge da sua eficiência. A Marinha possuía o famoso *CENIMAR* – Centro de Informações da Marinha. O Exército organizou a *OBAN* – Operação Bandeirantes, que deu lugar aos *DOI-CODI* – Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna. Além do todo poderoso *SNI* – Serviço Nacional de Informações – do qual fazia parte o poderoso *general Golbery do Couto e Silva*. Todo esse aparato, que não trabalhava em conjunto e tinha rivalidades internas, chegou a possuir 500 mil pessoas. *Era a comunidade de segurança*. Graças a isso entendemos a facilidade com que as Forças Armadas esmagaram a guerrilha urbana em São Paulo e Rio. A guerrilha no Araguaia, que contava com cerca de 100 guerrilheiros, mobilizou um contingente de 5 mil soldados do exército para ser derrotada entre 1972 e 1975. *A história de centenas e centenas de torturas, estupros, abusos e assassinatos cometidos pelas forças de segurança contra opositores ainda está por ser totalmente esclarecida e os responsáveis devidamente punidos*. Graças à violência, o governo Médici também ficou conhecido como *anos de chumbo*. Com a maior parte da oposição calada, as boas notícias na economia e o silêncio da imprensa censurada, o partido da ditadura, a ARENA, conseguiu uma fácil vitória nas eleições parlamentares e municipais de 1970. *Nesse período de perseguição e violência, muitas lideranças de movimentos políticos deixaram o Brasil. O exílio foi a marca de toda uma geração de progressistas*. A oposição combativa ficou restrita praticamente aos setores do catolicismo progressista. E mesmo a Igreja, que contava com certa liberdade por ser uma instituição internacionalmente respeitada, teve padres torturados e bispos presos.

CENSURA E PROPAGANDA.

Se por um lado a *censura* permitia ao governo abusar da violência sem ser incomodado pela opinião pública, por outro lado a *propaganda oficial* foi extremamente eficiente. O governo Médici marca o período de ascensão da Rede

Globo como a maior rede de TV do país. Mais que isso, *se em 1960 10% das residências possuíam aparelho de TV, em 1970 esse número já chegava a 40%*. O governo pode contar por muito tempo com a simpatia da *Rede Globo, que se tornou uma espécie de porta voz não oficial governamental*. Outras emissoras seguiriam o caminho mesmo quando o regime militar já mostrava claros sinais de desgaste.

O ditador-presidente Ernesto Geisel.

Coube ainda a censura promover o silêncio e a perseguição a artistas e músicos no período. Letras de *Chico Buarque* ficaram famosas por conseguir, *através de pseudônimo e mensagens dúbias burlar a censura e chegar a público*. Infelizmente a censura, mesmo burlada e constantemente humilhada pela astúcia dos artistas, conseguiu seu grande êxito: afastou o grande público da produção de artistas de esquerda. Como as críticas não podiam ser feitas de maneira direta, muitas músicas e peças de teatro acabaram não atraindo grande parte da população para o problema que denunciavam. Acabaram sendo vãos os esforços de Chico Buarque, Edu Lobo, Gilberto Gil, Elis Regina, Caetano Veloso e Geraldo Vandré na música, de José Celso Martinez Correia no teatro e Glauber Rocha no cinema entre outros. A arte produzida foi de excelente nível, mas os resultados políticos foram pequenos.

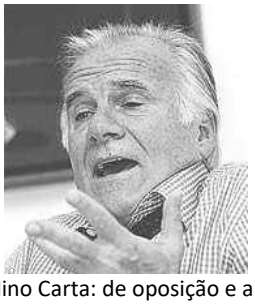
O GOVERNO GEISEL (1974 – 1979)

A presidência do general Ernesto Geisel marca a volta do grupo dos brandos ao poder: o grupo de Castelo Branco. Uma das grandes características do governo foi a postura pessoal de Geisel. Ele governou com mãos de ferro e não permitia que grupos das Forças Armadas tomassem iniciativas que ele próprio não tivesse autorizado. Nos governos anteriores, vários grupos militares tinham poder quase autônomo, o que facilitava abusos. Outros presidentes militares gostavam de tomar decisões em conjunto com os comandos militares. Geisel foi um presidente personalista. Não abriu mão de um único dos poderes da presidência em nome dos seus colegas militares. Estava decidido a abrir lentamente o regime militar e foi o que fez, mesmo tendo que atropelar alguns da linha dura. Evidentemente, Geisel não era um democrata. Mas estava longe das posturas de Médici.

Corpo do jornalista e professor Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOPS.

A ABERTURA POLÍTICA.

Geisel optou claramente, desde sua posse, por um governo que promovesse a abertura política, pois estava convicto de que: *1 – não seria mais possível repetir o crescimento econômico do milagre 2- os militares desgastavam-se no poder e corriam o risco de uma insurreição popular 3 – a sociedade civil queria a volta da liberdade política 4- a esquerda radical estava esmagada e não tinha como tomar o poder*. Tudo somado, o governo teve condições de diminuir os abusos policiais, permitir a volta dos partidos políticos, anistiar presos políticos e exilados, retirar quase toda a censura da imprensa e suspender os Atos Institucionais. *Isso não significou a volta da democracia, já que o modelo econômico seria mantido, não haveria julgamento dos abusos cometidos e o poder não voltaria aos civis*. Uma coisa é fazer abertura política. Outra coisa é renunciar ao poder. O AI 5 somente foi revogado no final do governo Geisel. O presidente soube muito bem utilizar o AI 5 para cassar mandatos de oposicionistas muito barulhentos e, desta forma, sossegar os militares linha dura e garantir vitórias ao partido da ditadura: a ARENA. A tarefa era difícil: ao mesmo tempo agradar a sociedade civil com medidas democratizantes e por outro lado não assustar seus colegas de farda da linha dura. A abertura proposta por Geisel somente podia ser como ele mesmo definiu: uma *distensão lenta e gradual e segura* do regime.



O jornalista centrista Mino Carta: de oposição e apoiador das greves dos metalúrgicos do ABC. Dono da revista Carta Capital.

CRESCIMENTO DA OPOSIÇÃO E REAÇÕES GOVERNAMENTAIS.

Nas eleições parlamentares de 74, o MDB – partido de oposição permitido – conseguiu se sair muito bem: aumentou sua representação no Congresso – saltando de 87 para 165 deputados – e ganhou por larga margem nos grandes centros urbanos. A reação veio com a *Lei Falcão*, que restringiria o uso dos meios de comunicação nas eleições seguintes. Pela lei, o candidato não falava, apenas mostrava sua foto, seu nome, o partido e a profissão. Mais ainda, em 1977, o governo fechou o Congresso e decretou as leis conhecidas como *pacote de abril.* Pela nova legislação*, um em cada três senadores a que cada estado tinha direito seria eleito por colégio eleitora*l. *Como a ARENA sempre conseguia maioria na Câmara e era obediente aos generais na presidência, isso queria dizer que o presidente praticamente nomearia um senador por estado. A nova lei garantia maioria do senado para a ARENA*. A ARENA conseguiu maioria na Câmara nas eleições de 78 graças a outra lei amiga: *os estados mais pobres, com menos eleitores, teriam direito de eleger, proporcionalmente, mais deputados que os estados do Sudeste*. *Eram estados onde a Arena sempre ganhava.* Desta forma, nas eleições de 78, a ARENA teve somente 40% do total de votos, mas elegeu 55% dos deputados. A maravilha legal que garante a estados menos povoados mais representatividade no Congresso foi mantida pela Constituição de 1988. Garantindo a maioria no Congresso para as eleições indiretas para presidente, Geisel pode decretar o **fim do AI 5**, que libertou presos e trouxe de volta exilados políticos. Já era no final de seu governo, em 1979.

O então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva discursa para operários durante as greves do ABC.

A SOCIEDADE CIVIL.

Paralelamente às eleições, a sociedade civil, adormecida por 10 anos de ditadura, iniciou sua movimentação. Os *mais importantes movimentos do período ocorreram na região do ABC, com as greves de metalúrgicos lideradas pelo desconhecido líder sindical* Luis Inácio Lula da Silva*.* Os setores da imprensa que, libertados da censura, optaram pela oposição deram ampla cobertura às greves: a recém-criada *Isto É*, do jornalista italiano *Mino Carta* e mesmo a Folha de São Paulo. A igreja progressista também deu total apoio às greves. Clérigos como *D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo e D. Cláudio Hummes, à época bispo de Santo André, estavam do lado do movimento grevista*. As greves operárias e seu desafio à ditadura foram tão marcantes que os metalúrgicos do ABC ficaram conhecidos como *República de São Bernardo*. Os sindicalistas do ABC teriam participação fundamental na fundação da *Central Única dos Trabalhadores* – CUT – e do *Partido dos Trabalhadores* – PT -, um ano mais tarde. Fora do ABC, a Igreja progressista organizava por todo o país grupos de religiosidade e discussão política baseados em uma nova forma de teologia, marcada pela ideia da *construção do Reino de Deus na Terra*, que teria como base a *justiça social*. A nova teologia, que acabou censurada até pelo Vaticano, ficou conhecida como *Teologia da Libertação*. Os grupos formados por influência dos clérigos ditos libertadores, foram chamados de *Comunidades Eclesiais de Base* – CEB – e serviam de apoio para que políticos de esquerda conseguissem atingir a população. Também no campo a Igreja progressista organizada na *CPT* – Comissão Pastoral da Terra – incentivava camponeses a se sindicalizarem e se organizarem politicamente. A ala progressista da igreja também atuaria de forma importante na fundação do PT.

Frei Beto: teólogo da libertação e fundador de CEBs e do PT.

Nesse período a UNE volta a se articular. As primeiras manifestações contra a ditadura são realizadas publicamente desde 1968. Para a linha dura a movimentação era demais. Após as eleições de 74, militares favoráveis a continuidade da ditadura ainda comandavam o DOI-CODI. Em 74 e 75 a prisão de jornalistas ainda era comum. Em 75, o jornalista e professor da USP *Vladimir Herzog*, funcionário da estatal Rede Cultura, foi torturado e assassinado nas dependências do DOI-CODI. A indignação tomou conta mesmo de jornalistas de direita. A Igreja progressista e a oposição protestaram abertamente. Foi o que Geisel queria para iniciar o desmonte da estrutura repressiva. A linha dura ia continuar latindo por bastante tempo, mas nunca mais seria a mesma.

Usina de Angra: marco de desperdício e falta de planejamento.

ECONOMIA.

O governo Geisel foi marcado pela desaceleração da economia: a porta de entrada da crise que viria. Entre 1974 e 1980 a média de crescimento do PIB caiu para 6,5%. Quais os motivos para isso? Um dos principais motivos foi a imensa dívida externa feita pelos militares e que agora começava a ser paga. O Brasil era obrigado a exportar tudo o que podia, somente para pagar os juros da dívida. Mesmo assim, em 1978, a dívida era de US$ 48 bi, mais que o dobro de apenas três anos antes. Internacionalmente houve a recessão mundial causada pelo choque do petróleo. Nossas exportações caíram. As classes alta e média já possuíam o que era possível consumir. A classe baixa não podia ampliar o consumo devido ao salário reduzido. Tudo somado, nossa indústria começou a andar para trás. Tudo o que os poucos e corajosos críticos do regime afirmavam que aconteceria, começou a acontecer: era a conta da festa chegando. Como para os militares e seus aliados civis era fácil gastar dinheiro público por não terem que prestar contas à população, o período do milagre e mesmo o da desaceleração foram marcados por *obras faraônicas,* – isto é, caríssimas e de utilidade duvidosa. Em 1972 importamos uma usina nuclear dos EUA – *Angra I*. o projeto foi mau executado e a usina parou tantas vezes de funcionar, que recebeu o apelido de vaga-lume. Em 1976, outro acordo nuclear foi assinado, desta vez com a Alemanha Ocidental. Das doze usinas previstas apenas uma chegou a funcionar precariamente – *Angra II*. A terceira ficou na cratera. Foram gastos US$ 20 bi em valores atualizados. Pode-se citar ainda obras como a Ferrovia do Aço em Minas Gerais, que não compensou o investimento. A tresloucada tentativa de explorar a Amazônia e a construção da inacabada *Transamazônica*. Em São Paulo, um aliado dos militares chamado *Paulo Salim Maluf*, que foi prefeito nomeado e governador eleito pelo colégio eleitoral ficou famoso por suas obras caras e pouco necessárias – a empresa de petróleo *Paulipetro* que não tirou um barril de petróleo sequer de Piratininga, no interior de SP; ou ainda o Elevado Costa e Silva, vulgo Minhocão, condenado por todos os arquitetos por destruir o centro da cidade e cujos valores poderiam ter sido utilizados na construção de obras de metrô. Tudo isso significou muitos bilhões de dólares desperdiçados e cujas contas jamais sofreram auditoria séria – não sabemos se todo o dinheiro foi para as obras de fato. Com a crise, o povo era chamado a pagar a conta dos desmandos. Assim funcionam as ditaduras por todo mundo.

O GOVERNO FIGUEIREDO (1979 – 1985)

O ditador-presidente João Batista de Oliveira Figueiredo.

O general Geisel teve algumas dificuldades para eleger um sucessor a seu gosto. Os militares da linha dura tinham seu candidato, que não tinha aprovação de Geisel. O presidente demitiu alguns e conseguiu impor o seu candidato: o *general João Batista de Oliveira Figueiredo*. Geisel saia do governo tendo conseguido levar adiante um projeto de abertura política. Cabia agora a Figueiredo completar a obra: ampliar a abertura. Para conseguir o feito, Figueiredo dispunha do maior mandato de todos os presidentes militares: seis anos. Seus objetivos eram: *aumentar as liberdades democráticas; manter o governo nas mãos do grupo político/militar em que já estava e manter o Poder Executivo forte*. Em suma, manter no poder a turma da ditadura, mas com a maior aparência de democracia possível. Deu quase tudo errado para o presidente: *a crise econômica grave entre 81 e 84 levou o descontentamento popular para as ruas; o presidente mostrou-se um líder fraco e seus aliados brigaram todo o tempo por mais poder; no fim, os próprios aliados abandonaram o presidente.* O governo Figueiredo foi de crise em crise, sem conseguir administrar nenhuma.

A ANISTIA.

Talvez a principal realização do governo Figueiredo tenha ocorrido no primeiro ano de seu mandato: ***a Lei da Anistia.*** *Por essa lei, foram anistiados todos aqueles considerados criminosos políticos durante a ditadura. A anistia também serviu para livrar a cara dos militares e civis do governo metidos em toda a sorte de abusos: ponto para a linha dura. Em suma: todos, culpados ou não, opositores ou apoiadores, estavam perdoados.* Com a anistia, voltaram em festa para o Brasil políticos importantes da esquerda que estavam exilados: *Leonel Brizola; Miguel Arraes* – governador cassado de Pernambuco. Outros, escondidos por anos como *José Dirceu*, puderam reaparecer em público. Ainda em 1979, foi aprovada a *Reforma Partidária que acabava com o bipartidarismo no Brasil*. A ditadura enfim tinha percebido que, com somente dois partidos, toda a eleição era uma espécie de plebiscito contra ou a favor do governo. Acabando com o bipartidarismo, acabaria dividindo a oposição e seus votos. Não deu outra. A ARENA apenas mudou de nome: passou a ser *PDS* – Partido Democrático Social. Isso mesmo. Os aliados dos militares, coautores da

ditadura que achatava salários transformaram-se em democráticos e sociais. Novamente a direita apelou para tentar confundir a opinião pública. A oposição ficou dividida em vários partidos:

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PT – Partido dos Trabalhadores
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

O PT era formado por sindicalistas de esquerda, por socialistas, pela classe média intelectualizada de esquerda e por setores progressistas da Igreja. O PDT, fundado por Leonel Brizola, procurava atrair os setores do trabalhismo de esquerda varguista, ligados ao sindicalismo de Estado. O PTB e o PMDB ficaram com a classe média e burguesia moderadas e de centro-direita. O PDS ficou com a direita de que era a ARENA: latifundiários, grande burguesia, banqueiros – os que haviam lucrado muito durante a ditadura. A democratização tornou claras as diferenças entre os vários setores da oposição. Enquanto a ditadura era o inimigo a ser combatido, todos os setores da oposição estavam unidos. Agora que o monstro já estava praticamente abatido, os interesses dos vários grupos que formavam a oposição afloraram. Não fazia mais sentido uma oposição unida. Isso explica a divisão do MDB. A partir de agora, a oposição vai fazer exigências cada vez maiores ao governo

O governo por sua vez tem sempre à mão a ameaça de trazer a ditadura de volta. Os da linha dura continuam falando alto. A demonstração de que havia muito que se caminhar para a democracia foi o assassinato do líder operário *Santo Dias*, durante uma greve, em 1979. Em 1981, em um show no Rio de Janeiro com quase 18 mil pessoas a linha dura tentou atacar. Uma bomba explodiu no colo de um oficial do Exército que estava dentro de um carro fechado. Uma outra bomba já havia sido colocada no show, mas não detonou. O oficial morreu na hora. O colega que estava a seu lado ficou gravemente ferido. O que estariam fazendo dois oficiais do Exército com uma bomba nas mãos num carro fechado em um show? O inquérito militar estava sendo comandado pelo coronel Prado Ribeiro, um brando. Suspeitamente foi substituído. O inquérito, concluído por um linha dura, afirmou que comunistas haviam jogado a bomba dentro do carro, no colo do oficial. Só o PDS acreditou. O episódio, conhecido como *atentado do Rio Centro*, abalou ainda mais a imagem do governo. A linha dura mostrava que ainda estava disposta a tudo, inclusive matar jovens em um show para poder culpar a esquerda. Não se esqueçam, a esquerda sempre foi acusada de assassina...

Atentado do Rio Centro: militares mortos pela bomba que levavam.

AS ELEIÇÕES DE 1982.

As eleições de 82 foram importantes pelo fato de serem as primeiras do multipartidarismo e por serem as primeiras para governador desde 1965. O PDS conseguiu maioria no Congresso, o que garantia uma imensa vantagem para eleições presidenciais no colégio eleitoral. A oposição saiu-se bem em estados ricos como São Paulo – onde o vencedor foi Franco Montoro do PMDB – e ganhou outros nove estados e Rio de Janeiro, onde Leonel Brizola ganhou com o PDT, apesar de uma tentativa de fraude promovida pela Rede Globo. O PDS ganhou em 12 estados.

O comício das pelas Diretas Já, no Anhangabaú.

A CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ.

No auge da crise econômica do governo Figueiredo, o PT lançou a campanha pelas eleições diretas para presidente que ficou conhecida como *Diretas Já*. Era o ano de 1983 e a campanha pedia a aprovação de uma emenda constitucional para permitir as eleições presidenciais em 1984. O autor da emenda foi o desconhecido deputado *Dante de Oliveira*, do Mato Grosso. A campanha contou com o apoio de alguns órgãos da imprensa escrita – como a *Folha de São Paulo*. Todos os partidos de oposição apoiaram. Houve movimentação nacional pela aprovação da emenda que promoveu *as maiores manifestações de massa de nossa história*. O encerramento da campanha, no dia da votação no Congresso, levou a comícios monstro em São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, mais de um milhão de pessoas se concentraram no Vale do Anhangabaú. Tamanha movimentação se deu mesmo com *a omissão da Rede*

Globo, que se negou a noticiar os comícios que aconteciam por todo o Brasil durante o ano que antecedeu a votação. De forma vergonhosa, o PDS, liderado pelo senador *José Sarney*, conseguiu evitar a aprovação da emenda. Era abril de 1984. A oposição, com apoio de massa da população, conseguiu maioria na votação. Mas precisava de 2/3 da Câmara para aprovar. A vontade popular foi sumariamente descartada, novamente, por esse grupamento político. O autor deste capítulo é velho o suficiente para lembrar a tristeza de muitos adultos no bairro operário em que morava, ainda pré-adolescente, na cidade de Sorocaba.

Ulisses Guimarães, à esquerda e Tancredo Neves.

A ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES.

Após a derrota da campanha das Diretas Já, o povo ganhou as ruas. O Brasil parecia estar perto de uma convulsão social. A insatisfação com o regime chegava ao limite. Toda a expectativa se voltava para as eleições no colégio eleitoral em 1985. A mudança parecia urgente. Foi então que o inesperado aconteceu: *o PMDB traiu sua luta histórica contra a ditadura e se aliou a uma dissidência do PDS*. Aqui cabe uma explicação. Havia três pré-candidatos do PDS concorrendo à vaga. Ganhou aquele que estava apoiado por praticamente toda a linha dura e pelo presidente Figueiredo: o ex-governador Paulo Maluf. Os candidatos derrotados do PDS calcularam que uma vitória de Maluf poderia levar à radicalização de parte de oposição, amparada pela insatisfação popular. *Era a hora de ceder um pouco e de conciliar*. Liderados pelo pré-candidato derrotado Aureliano Chaves, *os descontentes do PDS fundaram um movimento – a Frente Liberal, de onde sairia o PFL, que este ano mudou o nome para DEM – e buscaram o diálogo com o PMDB.* A oferta da FL era apoiar o candidato do PMDB, *Tancredo Neves* – o mesmo moderado de centro-direita que havia convencido Jango a renunciar a seu poder. Em troca, o PFL queria a vice-presidência, indicando *José Sarney* – o mesmo que a poucos meses, bloqueara a emenda das eleições diretas. O PMDB cedeu. Fez a aliança com o partido que havia apoiado a tortura, os assassinatos, o endividamento irresponsável do Brasil, o achatamento de salários. Do ponto de vista dos líderes da FL, o cálculo político foi perfeito: a aliança tinha tudo para ganhar. Tancredo era um moderado, que não simpatizava com a oposição de esquerda radical. E, por fim, o partido da ditadura perdia parte do poder, mas não o poder total. Uma vice-presidência podia garantir alguns ministérios, verbas federais para políticos amigos, cargos nos escalões inferiores, etc. A FL abriu mão dos anéis, para não entregar a mão. Esse grupo, que se tornará partido, será muito hábil nesse tipo de negociação em praticamente todo o regime democrático. Aliás, *as elites brasileiras sempre souberam conciliar-se com adversários para evitar um mal maior*. No caso, o mal podia ser não apenas a perda do poder, mas o povo nas ruas, a radicalização da oposição. Melhor conciliar. Para o PMDB a possibilidade do poder fácil, depois da ditadura soou como música. O partido já era de maioria moderada. Era mais fácil para eles se aliarem a adversários dispostos a moderarem também, do que tentar disciplinar a oposição da esquerda. O mesmo filme irá passar novamente na década de 90. A oposição de esquerda bem que gritou. Afirmou que uma aliança com a ditadura traria um governo incapaz de responder a gravidade da crise. Afirmou que a aliança manteria os privilégios de grande parte da direita. Mas foi em vão.

Assim, em janeiro de 85, graças a aliança do PMDB com parte significativa da ditadura, Tancredo Neves foi eleito presidente pelo colégio eleitoral. Derrotou Maluf por 489 votos contra 180. Terminava o governo Figueiredo e, com ele, a ditadura dos militares.

O ministro Antonio Delfim Netto.

A ECONOMIA NO GOVERNO FIGUEIREDO.

O governo Figueiredo teve que assumir a conta da festa dos militares. Evidentemente, não deu conta de pagar e nós pagamos até hoje. Quando o PDS rachou e uma parte bandeou nos braços do PMDB, a situação econômica era catastrófica. Os militares haviam exponenciado a crise que prometeram resolver. *As metas mais urgentes do governo Figueiredo eram controlar a inflação, controlar o aumento da dívida externa, manter o crescimento moderado da economia no período Geisel*. Não conseguiu nenhuma. Mesmo com a volta do ministro gênio *Delfim Netto*. Além da crise econômica, o governo Figueiredo teve que administrar a falência do Estado. A crise é demonstrada pelas taxas de *crescimento negativo* do período. Pela primeira vez desde que o Brasil começou a medir suas taxas de crescimento na década de 40, a *economia decresceu*. No período que vai de 1981 a 1984, a economia decresceu, em média, -0,5% ao ano. Chamamos o crescimento negativo ou decréscimo econômico de *recessão*. Diante da crise, os militares e seus apoiadores civis não encontraram outra solução que não fosse pedir *mais empréstimos externos – em 1984 a dívida chegou a US$ 102 bi – e garantir com dinheiro público as*

dívidas de burgueses e latifundiários influentes no governo. Isso levou a *falência do Estado*. Desde o governo Médici, em 1973, o mundo passava pelas consequências do choque do petróleo. Por isso, a economia mundial passou a crescer menos. Os militares deviam ter diminuído a intervenção estatal na economia, pois havia menos riqueza no mundo e as exportações brasileiras estavam em queda. Geisel fez o contrário. Contraiu mais empréstimos, interveio na economia e incentivou ao máximo o consumo da classe média com crédito barato. A dívida se tornou impagável. *Empresas que emprestaram dinheiro para investir estavam em vias de falir devido à recessão e à queda nas vendas. Delfim Netto, como ministro de Figueiredo, além de manter o ritmo de empréstimos, teve que auxiliar empresários em má situação*. O Brasil precisava exportar mais, para sair da crise. Delfim propôs então a *desvalorização do cruzeiro* frente ao dólar. Cruzeiro era nossa moeda na época. Isso faria nossos produtos ficarem mais baratos para o mercado internacional. O problema é que os empresários que fizeram dívidas em dólar, teriam sua dívida aumentada. A questão é simples. Se eu devo 10 dólares e o dólar custa 1cruzeiro, com 10 cruzeiros eu pago minha dívida. Agora se o cruzeiro se desvalorizar e o dólar passar a valer 2 cruzeiros, preciso de 20 cruzeiros para pagar a mesma dívida. *Delfim, para poder desvalorizar o cruzeiro sem quebrar os empresários, pagou a diferença com dinheiro público*. No exemplo dado, o Estado brasileiro pagaria os 10 cruzeiros que eu teria a mais de dívida. *Para os empresários foi ótimo. Para o Estado foi a falência*. Isso significa que o Estado não teria mais condições de investir em infra-estrutura básica: saúde, educação, lazer, moradia, etc. principalmente para as classes mais baixas. O resultado da crise econômica com a falência do Estado foi o crescimento assustador da miséria, das favelas, da violência urbana e a deterioração dos serviços prestados pelo Estado. Foi a soma de todos esses fatores que levou à insatisfação popular e ao consequente medo das elites. Foi a dupla ocorrência de crise econômica com falência do Estado que levou à queda da ditadura. Esperamos que para sempre.

APÊNDICE: O FIM DAS DITADURAS E A GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.

As ditaduras militares latino-americanas não hesitaram em utilizar toda forma de violência para conter os movimentos de esquerda. O que deveria ter sido um escândalo, foi silenciado tanto pela censura à imprensa quanto com os bons resultados econômicos iniciais que fizeram a classe média fechar os olhos às atrocidades. A maioria das ditaduras dependia de resultados para se manter e colocar em prática seus projetos. Não é por acaso que o período mais violento da ditadura brasileira conviveu com o 'milagre econômico'. Os resultados econômicos favoráveis passaram a ter vida curta a partir da Crise do Petróleo de 1973, em que os países produtores de petróleo aumentaram o seu preço na década de 70. O aumento levou a nova crise mundial do capitalismo. O projeto de desenvolvimento dos militares era baseado, principalmente, nos grandes empréstimos de capital internacional. A crise econômica aumentos os juros sobre os empréstimos. Para os ditadores sobraram duas alternativas: paralisar os projetos de desenvolvimento ou os manter a qualquer custo. A maioria escolher manter os projetos de desenvolvimento, mesmo pagando juros altíssimos pelos empréstimos. O resultado foi a disparada da dívida externa na região, que em pouco tempo sugaria todos os esforços das economias para seu pagamento. O Brasil se tornou devedor da maior dívida externa entre os países subdesenvolvidos. O final de todas as ditaduras foi melancólico, com as denúncias de crimes contra a humanidade saindo à luz e uma crise econômica inédita pesando sobre a população, com inflação galopante e desemprego sem precedentes na região.

Tentando mascarar a crise, os militares argentinos envolveram seu país em uma guerra contra a Inglaterra, pelo longínquo arquipélago das Malvinas. Os ingleses invadiram o arquipélago no século XIX e desde então é reivindicado pela Argentina. O episódio, que contou com o auxílio de militares brasileiros, ficou conhecido como Guerra das Malvinas (1982). A Argentina foi derrotada. Os militares não resistiram às pressões populares e chamaram eleições em 1983, que tiveram como vencedor Raúl Alfonsin. Em 1984 caíram as ditaduras na Bolívia e no Uruguai. Em 1985 foi a vez do Brasil ganhar o primeiro governo civil desde 1964. Em 1989 caiu Augusto Pinochet, um dos símbolos da ditadura latino-americana.

O neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que as ditaduras latino-americanas viviam sua agonia na década de 80, a política e a economia mundial mudavam de rumo: o neoliberalismo dava as cartas. As novas democracias estavam de mãos atadas pelas dívidas exorbitantes assumidas durante as ditaduras, caracterizadas por alta corrupção. Dependiam de empréstimos externos para manter suas contas públicas em dia. A imensa crise econômica trouxe como reflexo evidente, a crise orçamentária: os Estados arrecadavam menos impostos e, portanto, tinham menos condições de pagar funcionários e serviços para a população. A dívida e a necessidade de novos empréstimos, somados a grupos políticos internos simpáticos ao neoliberalismo levou os países do subcontinente latino-americano a aderirem paulatinamente à nova ordem mundial ditada pela globalização. Uma das consequências mais visíveis foi a abertura dos mercados aos produtos importados. Ora, a partir da Crise de 29 em muitos países de nossa região a tendência foi protecionismo econômico, em que o Estado ou tomava para si certos setores estratégicos, ou reservava para empresas nacionais. Nada mais pecaminoso que isso para o neoliberalismo, adepto do livre comércio e livre concorrência. As economias latino-americanas foram convidadas a 'se abrirem' ao livre comércio, ou seja, retirarem impostos de importação sobre produtos importados e/ou retirarem as proibições de importação. Mais que isso, como eram países devedores, em crise econômica, foi proposto como solução para todos

os males a privatização das empresas estatais, principalmente as mais rentáveis. Com o dinheiro vindo das privatizações seria possível recuperar a capacidade de investimentos do Estado em áreas vitais como saúde e educação. A sociedade também ganharia, recebendo bons serviços das empresas privatizadas, agora nas mãos de empresários competentes. O resultado é bem conhecido: a abertura de mercados apenas gerou o aumento da crise graças ao aumento do número de falências e o consequente salto do desemprego. As privatizações não garantiram o crescimento da capacidade de investimento dos Estados em áreas como saúde e educação, mas serviram apenas para pagar parte pequena da dívida externa ou de seus juros. Dos planos econômicos praticamente impostos para o continente por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI – o único grande mérito foi erradicar a nossa inflação galopante.

Mas o balanço geral é trágico. A América Latina na década de 90 e nos primeiros anos do século XXI ainda não conseguiu superar uma de suas marcas mais características de injustiça, que é a desigualdade social. O fosso social entre ricos e pobres tendeu a aumentar na região.

O Mercosul. Conscientes das limitações econômicas da América do Sul, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai criaram em 1991 o Mercosul – Mercado Comum do Sul. Trata-se de uma zona de livre comércio que possibilita 90% das trocas de mercadorias produzidas nos países membro circularem sem o pagamento de tarifas de importação. A inspiração veio da Comunidade Econômica Europeia e do Nafta - Acordo de Livre Comércio da América do Norte. O Nafta, composto em princípio por Canadá e EUA, ganhou a adesão do México. A adesão mexicana a uma área de livre comércio com EUA e Canadá, criou grande expectativa nos mexicanos. Mas a economia mexicana ainda não deu mostras de que a área de livre comércio está sendo benéfica para o país. Entre os anos de 2002, 2003 e 2004, o Mercosul foi assediado pelos EUA para assinar um contrato que ampliava o Nafta para todo o continente americano. Seria o mercado comum conhecido como ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. A proposta não convenceu os governantes do Mercosul de que essa nova área de livre comércio seria de fato boa para todos os membros. Os motivos são muito simples: na teoria, todos os países romperiam suas barreiras alfandegárias para o comércio interno da nova área. Na prática, os EUA se negavam a retirar o auxílio que eles dão a seus agricultores, que visivelmente não tem como concorrer com agricultura brasileira, argentina e colombiana, por exemplo.

Atualmente a Venezuela está com processo de adesão em andamento no Mercosul. O Mercosul tem ainda Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru como Estados associados. Não são membros por fazerem parte de outros tratados.

O retorno da esquerda. As sucessivas crises econômicas enfrentadas pelo subcontinente latino-americano tanto durante o período ditatorial quanto nas redemocratizações gerou grande sentimento de frustração popular. Mesmo durante o período de redemocratização, na maioria dos países, o grupo que saiu do poder foi somente o dos militares. A direita ou elite tradicional latino-americana conseguiu se manter no poder, a despeito de sua participação direta nas ditaduras. A posição da esquerda na região acabou se dividindo. Em vários países, a esquerda optou pela luta política, organizando partidos, sindicatos e associações. A tentativa de se chegar ao poder, nestes casos, foi respeitando as normas da democracia liberal. Há o caso do Exército Zapatista, no México, que embora tenha aderido à luta armada, não tem a pretensão de tomar o poder ou estabelecer um governo comunista no sentido do marxismo. Há ainda os grupos guerrilheiros que há décadas estão presentes no Peru e Colômbia, cuja proposta é a tomada do poder pela via revolucionária.

No caso mexicano, o descaso de sucessivos governos com relação à situação de miséria dos camponeses indígenas levou à organização, em 1994, do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Foi formado por grupos sobreviventes de guerrilheiros urbanos influenciados por Che Guevara que se associaram a camponeses indígenas na região agrária de Chiapas. Nesta região, produtora gêneros para a exportação como o café, os conflitos entre indígenas sem terra e grandes fazendeiros já duravam décadas. À insatisfação gerada pelas injustiças sociais devem ser somadas a discriminação a que é submetida a população indígena, que faz a maior parte do trabalho no campo mexicano, mas não tem o reconhecimento e o respeito a sua cultura e suas línguas. A lenta organização da guerrilha conseguiu conciliar o marxismo dos comunistas urbanos à tradição da resistência e reivindicações indígenas. Explodiu no início de 1994, quando vários vilarejos de Chiapas foram tomados pela guerrilha. De inspiração marxista mesclada a pensamentos originários, a grande reivindicação dos zapatistas é o respeito às tradições indígenas e a reforma agrária. Não pretendem tomar o poder a força, mas sim que o Estado reconheça as formas de organização comunitária tradicional. As decisões são tomadas dessa forma, não por um partido centralizado, mas respeitando a tradição indígena da discussão comunitária. O Exército Zapatista não foi derrotado, apesar de revezes frente ao exército mexicano e ao ataque de grupos paramilitares de latifundiários. Conseguiu levar o governo mexicano a assinar vários tratados em que a identidade e os direitos indígenas seriam assegurados. Resta que sejam retirados do papel.

Hugo Chávez no Fórum Social Mundial em 2003

Até o final da década de 80 a Venezuela era um dos raríssimos países da América Latina que não haviam sido afetados por golpes de Estado em sua história. Mas o país, como o restante do subcontinente, estava grandemente afetado pela crise que se iniciou na década de 70. O mais grave era a crise ser pouco justificável: o país era o maior produtor de petróleo do subcontinente. Em 1989 a população venezuelana se rebelou. Em um movimento espontâneo conhecido como *Caracazo*, a população saiu às ruas, depredou lojas e supermercados, saqueando alimentos, roupas e eletrodomésticos. Era a resposta da população à falta de competência da elite venezuelana para dirigir com um mínimo de justiça o país. Em 1992**, o jovem oficial Hugo Chávez,** de formação marxista, junto com 300 correligionários do Exército, tentou um golpe de Estado para derrubar o presidente Carlos Andrés Perez, que estava impotente perante a crise. A tentativa de golpe rendeu três anos de detenção a Chávez e seus companheiros. Anistiado pelo presidente Rafael Caldera Rodríguez, Chavez entrou para a vida política. Fundou o partido Movimento V República (MVR) e, apoiado por ampla coalizão de centro esquerda, venceu as eleições presidenciais em 1998, assumindo no ano seguinte. Tinha início um dos mais polêmicos governos de esquerda da América Latina. Sob o lema '*pátria, socialismo ou morte'*, Chavez tomou uma série de medidas no sentido de promover mudanças na sociedade venezuelana. Em 1999, chamou uma assembleia constituinte. A nova carta constitucional deu amplos poderes ao presidente. A oposição, que nunca foi exatamente democrática quando estava no poder, acusou Chavez de acumular poderes ditatoriais. Chavez fixou em 51% a participação do Estado no setor petrolífero e desapropriou latifúndios para a reforma agrária. Também tomou criou uma série de medidas para distribuir a renda proveniente da venda de petróleo, principal produto venezuelano. Paralisou o processo de liberalização da economia que marcaram a década de 1990 venezuelana e somente conseguira aumentar a pobreza. As medidas de Chávez, que ele afirma ser a *política bolivariana ou a construção do socialismo do século XXI*, fizeram com que as elites tradicionais venezuelanas e os EUA se colocassem como oposição inconciliável a seu governo. Em 2002 uma tentativa de golpe de estado, com apoio norte-americano quase o derrubou. *O resultado de suas políticas, do ponto de vista econômico significou o rápido crescimento da economia venezuelana, fortemente amparado no aumento internacional do preço do petróleo. Mesmo assim os resultados foram muito bons. Entre 2004 e 2007 a economia venezuelana cresceu 11% em média*. *No plano social, a rede proteção criada por Chávez para atingir principalmente a população mais pobre conseguiu aumentar a renda da classe E - compõe 58% dos venezuelanos - em 33%. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o número de venezuelanos abaixo da linha da pobreza caiu de 49,9% da população para 37,5% durante o governo Chávez*. É com números como esse que ele consegue se manter com a popularidade em alta, a despeito da oposição das elites tradicionais, da mídia e dos EUA. Em política externa, a Chávez aproximou-se de Fidel Castro e procurou influenciar a política interna de seus vizinhos: Equador, Peru, Bolívia e Colômbia. No Equador e na Bolívia, foram eleitos governos com o mesmo projeto nacionalista e antiliberal de Chávez, seus aliados na região. Já no Peru e na Colômbia, as relações ficaram tensas. A Colômbia em particular acusa Chávez de apoiar o grupo guerrilheiro marxista Farc-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo.

A ditadura militar argentina, terminada em 1983 deixou grande saldo negativo para o país. Do ponto de vista humanitário, a guerra suja promovida pelos militares, assassinou cerca de 30 mil argentinos. Como não fosse suficiente, os militares argentinos entraram em guerra contra a Inglaterra pelo arquipélago das Malvinas. Parece que não perceberam que era muito mais fácil matar civis desarmados do que fazer guerra com a Inglaterra. Novamente o saldo foi centenas de jovens soldados e oficiais argentinos mortos, além da humilhação da derrota. Do ponto de vista econômico, o saldo também foi desastroso. A indústria argentina foi afetada pelas políticas militares e a economia enfrentava crises gerando desemprego e inflação. Nesse contexto foi eleito o tradicional líder Raúl Alfonsín. Assumindo o poder em 1983, o novo presidente teria a missão dura de reconstruir as instituições democráticas do Estado de direito, colocar a economia de volta nos trilhos e dar resposta ao apelo por justiça de boa parte do povo argentino com relação aos assassinatos dos militares. O presidente teve força política para cumprir apenas a metade dessas metas. Ele conseguiu de fato reconduzir a Argentina de volta a normalidade democrática, reconstruindo as instituições necessárias ao seu funcionamento. Por outro lado, preferiu não dividir a Argentina com o julgamento dos militares envolvidos em tortura e assassinatos. Após alguns julgamentos e condenações, o congresso argentino aprovou a lei do Ponto Final, que tinha por objetivo anistiar os militares ainda não julgados contra autoridades militares da ditadura. O objetivo era tentar reduzir a divisão política que podia causar crises institucionais e complicar ainda mais um governo com imensas dificuldades. Mas o presidente não conseguiu vencer a crise econômica, e viu a inflação chegar a incríveis 3 000 % em 1989. O descrédito com relação ao seu governo aumentou a tal pondo que Alfonsín viu sem apoio político e renunciou cinco meses antes do término de seu mandato. O já eleito Carlos Menem assumiu a presidência argentina em meio a crise. Menem começou a encarar a crise argentina com o plano econômico neoliberal que ficou conhecido como plano Cavallo, devido a seu ministro Domingos Cavallo, em 1991. O plano equiparou o peso ao dólar, dando início ao que ficou conhecido como dolarização da economia. A dolarização era importante para promover as importações e obrigar a economia argentina a baixar seus preços. O governo também fez um agressivo aumento da taxa de juros básicos na economia. Também fazia parte do plano a privatização de boa parte das

empresas estatais argentinas. De fato, a luta contra a inflação foi vencida. A inflação caiu para uma taxa de menos de 10% ao ano. Os resultados iniciais do plano foram tão favoráveis, que Menem teve força política para mudar a constituição da argentina e aprovar a lei da reeleição. Em 1995 foi reeleito presidente. *Mas os efeitos colaterais do projeto neoliberal não demoraram a aparecer. A indústria argentina não teve como concorrer com os importados que chegam a preços baixos graças à valorização artificial da moeda. Inúmeras indústrias fecharam as portas. O índice de desemprego entre os argentinos no final do mandato de Menem chegou a 30% segundo algumas pesquisas. O Estado, que precisava economizar para compensar as perdas com as elevadas taxas de juros, viu o sucateamento dos serviços prestados à população. As empresas privadas que adquiriram estatais nos setores de eletricidade, água, telefonia e combustíveis aumentaram seus preços acima da média da inflação argentina. A concentração de renda também aumentou. Em 1974, os 20% mais pobres da argentina detinham 6,7% da renda. Em 1998 esse índice era de 4,2%. Os 20% mais ricos passaram de 43,7% para 53,2%. Entre 1998 e 1999, mil pessoas por dia entravam em níveis sociais considerados de pobreza. Os pobres da Argentina passaram de 9,3 milhões em 1994 para 13,5 milhões em 2000*. A Argentina, que sempre fora considerada um país de nível europeu na América Latina, pela primeira vez viu crescer a quantidade de favelas. Durante seu segundo mandato, Menem teve que conviver com a crescente insatisfação popular e os protestos violentos, que incluíam saques a lojas e supermercados. Para aumentar a insatisfação, Menem deu seguimento à anistia a militares envolvidos em torturas e assassinatos durante a ditadura. A consequência direta da crise foi a vitória da esquerda em 1999. *Fernando de la Rúa foi eleito presidente*, com grande expectativa sobre sua política econômica e sua ação social para resolver ou minimizar a crise herdada. O governo logo decepcionou. De la Rúa não conseguia evitar o conflito de interesses entre seus aliados diretos, o que gerava sucessivas crises políticas em seu governo. Mais que isso, *o governo não teve pulso para reverter as políticas neoliberais herdadas, obrigando o país a uma sequência conhecida de juros altos e pagamentos intermináveis da dívida externa do país. A economia não deu sinais de melhora*. Os movimentos populares aumentaram de intensidade até a explosão dos *panelazos.* A deterioração do quadro social e econômico levou de la Rúa a renunciar em 2001. A situação política levou a uma sucessão confusa de vários presidentes interinos que não conseguiram resolver os problemas, destacando-se Eduardo Duhalde, que iniciou a desvalorização do peso e determinou corajosamente a moratória, ou seja, o calote da dívida externa. *Em 2003 foi eleito Néstor Kirchner, do partido Justicialista*, com histórico de centro-direita. Ainda durante a campanha, Kirchner chamou a atenção por seus apelos à resolução de problemas sociais, não econômicos. Com o slogan *'primeiro a Argentina'*, ganhou força junto ao eleitorado. Kirchner assumiu em 2003. *O presidente adotou políticas contrárias à orientação neoliberais, de esquerda. Seu ministro da economia, Roberto Lavagna – que também estava no governo breve de Duhalde - desvalorizou o peso, o que possibilitou a queda nas importações e o aumento da competitividade da indústria argentina. O governo Kirchner também fez propostas para a renegociação da dívida junto ao FMI que vão contra as orientações neoliberais – superávit fiscal de apenas 3%, não ajustar tarifas para empresas que foram privatizadas. Para surpresa geral, o FMI aceitou os termos da renegociação. Mais que tudo isso, aceitou a carta de intenções da Argentina para renegociar com os credores privados, sem consultar os credores. As políticas de Kirchner levaram a economia Argentina a crescer a taxas de 10% ao ano. Sanando grande parte dos problemas herdados do período neoliberal. O desemprego caiu para menos de 10% e o nível de pobreza da população, que chegara a absurdos 50% no governo Menem, estabilizou-se em 33%*

Chaves, Fidel e Evo Morales, a tradicional e a nova esquerda latino-americana.

Na Bolívia, as condições de vida da população não eram muito diferentes da Venezuela no final da década de 90. Além de passarem pelo processo de liberalização do Estado com a privatização das principais riquezas nacionais, o bolivianos tinham que ouvir acusações dos EUA com relação à tolerância com a plantação de coca. A coca, planta nativa da Bolívia, faz parte da tradição do povo boliviano por ser levemente estimulante. Menos que a cafeína no café. Mas que ajuda os bolivianos pobres que trabalham mais de 12 por dia na agricultura e na mineração. Os EUA, maiores consumidores de cocaína do mundo, não fazem grande esforço em combater a causa do consumo no seu país. Mas exigem que a Bolívia erradique suas plantações de coca. É justamente da reação de agricultores de coca que surgiu uma das maiores lideranças de esquerda da América Latina: *Evo Morales*. Descendente de indígenas, tendo como primeira língua o aimará, e como segunda o espanhol, Evo foi lançado na política pela *Federación del Trópico de Cochabamba,* um sindicato de agricultores de coca. Em 1997 foi eleito para o Congresso boliviano, obtendo 70% dos votos de sua província. Em 2002 foi destituído de seu mandato, acusado de "terrorismo" (que é como os donos do poder e do capital costumam chamar seus opositores). Naquele ano, cocaleiros resistiram violentamente às tentativas de erradicar a coca. Na época, a destituição foi atribuída a pressões da embaixada estadunidense, que

negou. Nas eleições presidenciais de 2002, o pequeno partido de Evo, o MAS, conseguiu um surpreendente segundo lugar, sustentado por uma campanha barata e criativa, que incentivava os descendentes de indígenas a votarem neles mesmos. E pelo embaixador norte-americano que veio a público pedir que os bolivianos não votassem em Evo. O sentimento antinorte-americano cuidou de aglutinar eleitores a Evo. O vencedor das eleições, Gonzalo Sanchez de Lozada, não conseguiu tirar o país da crise, e o confronto com cocaleiros continuou. Em 2003 uma onda de protestos reprimida violentamente causou a morte de 60 pessoas. Lozada não conseguiu superar o desgaste político e renunciou. Seu vice, Carlos Mesa, governou até 2005 e pediu renúncia, passando a presidência ao Presidente da Suprema Corte da Bolívia, Eduardo Rodríguez. Nas eleições de 2005, Evo Morales foi eleito com 54% dos votos. Tomou posse em janeiro de 2006. Seu discurso contra o neoliberalismo já se mostrava claro no dia da posse, quando pediu aos credores internacionais que perdoassem a dívida boliviana. O argumento era simples: a dívida estava deixando os bolivianos na miséria. FMI e Espanha perdoaram juntos US$ 250 milhões. Suas propostas de esquerda vinham no sentido de nacionalizar as riquezas bolivianas que haviam sido privatizadas na década de 90. A grande beneficiária era a Petrobrás, que explorava o gás natural na Bolívia e o envia em gasoduto para o Brasil, a partir de contratos assinados com governos anteriores. Evo afirmou que os contratos eram lesivos aos interesses do povo boliviano e os declarou nulos. Em maio de 2007, a Petrobrás se retirou oficialmente da Bolívia. Evo se mostra também radicalmente contrário à proposta norte americana da ALCA, que ele afirma ser um tratado para legalizar a colonização da América Latina. Os maiores problemas de Evo estão nas suas propostas de desapropriação de terras e de uma nova constituição. A oposição o acusa de querer se tornar ditador e transformar a Bolívia em um Estado Comunista. Cidadãos da província boliviana de Santa Cruz, a mais rica do país, chegaram a ameaçar uma guerra para tornar sua província independente da Bolívia. Dois anos e meio após a posse segue o impasse entre os partidários do presidente e opositores. Em política externa, Evo se aproximou de Hugo Chávez e Fidel, além de declarar apoio a políticas de esquerda dos presidentes do Equador, Argentina e Brasil.

O presidente equatoriano Rafael Correa

O Equador também foi um exemplo do desastre causado pela adoção de políticas neoliberais na década de 90. No ano 2000 o PIB equatoriano havia caído 14% em relação ao período anterior ao neoliberalismo. Pior para os equatorianos, o presidente Gustavo Noboa dolarizou a economia, substituindo a moeda nacional, o sucre, pelo dólar. O Equador ficou nas mãos do Banco Central dos EUA. Como resultado, o PIB per capta do país em 2005 – US$ 4 300 – era menor que o de 1980. A deterioração do quadro social levou crises a sócio/políticas que derrubaram presidentes em cascata no Equador durante os últimos 10 anos. A legislação equatoriana dá plenos poderes para o Congresso derrubar um presidente impopular. Sempre que os congressistas se sentiam pressionados pela crise, caia o presidente. *É nesse contexto que Rafael Correa venceu as eleições em dezembro de 2006. Formado em economia, afirma que o neoliberalismo está esgotado e que o Estado tem que assumir a responsabilidade de criar empregos e riquezas no país. Oriundo da esquerda católica, faz um discurso em que promete o fim da dolarização da economia, a nacionalização das riquezas equatorianas privatizadas – petróleo -, a renegociação da dívida externa e aproximação, em termos bolivarianos muito caros a Hugo Chávez, da América Latina.* Não é de surpreender que a política externa de Correa seja marcada pela aproximação com Chávez e Evo Morales.

O presidente Fernando Lugo

O dia 20 de abril de 2008 entrou para a História do Paraguai. Pela primeira vez desde 1954 o partido Colorado saiu do poder. Os colorados chegaram ao poder a partir do golpe de Estado promovido pelo general Alfredo Stroessner. Ficaram até este ano. *O candidato vencedor, saído da esquerda católica, é o ex-bispo Fernando Lugo. O novo presidente recebeu um país majoritariamente agrário, de economia e instituições políticas frágeis e que é o segundo país mais pobre de toda a América do Sul, perdendo apenas para a Bolívia. Possui 43% da sua população vivendo na pobreza. O principal projeto do novo presidente é rever o contrato com o Brasil sobre a utilização da energia produzia pela usina de Itaipu. A usina foi paga pelo Brasil. Pelo contrato a usina seria binacional. Cada país ficaria com 50% da energia produzida. Em caso de não utilização, a energia que sobrasse deveria ser vendida ao parceiro. O Paraguai*

pagaria os 50% da obra vendendo energia ao Brasil a preço de custo. É ai que está o impasse. Fernando Lugo considera, com ampla dose de razão, que o valor pago pelo Brasil a energia vendida, justamente por ser preço de custo, não dá retorno à economia paraguaia.

No lado oposto dos grupos de esquerda que partiram para a disputa dentro das vias institucionais, como o caso dos presidentes eleitos vistos acima, ou mesmo do movimento zapatista, que tem uma origem guerrilheira, mas não se nega à negociação, estão duas outras guerrilhas de esquerda latino-americanas.

No Peru, durante a década de 60, surgiu o *Sendero Luminoso*. O grupo era influenciado pela teoria da Revolução Chinesa que colocava o campesinato como classe revolucionária. A revolução comunista devia partir do campo para a cidade. Partidário dessa visão, o *professor Abimael Guzmán* concentrou seus esforços, para atrair partidários a partir da década de 70 na região agrícola e pobre de Ayacucho. Na década de 80 o Sendero iniciou sua atividade guerrilheira. A visão do grupo sobre a sociedade peruana afirmava que o Peru era semifeudal, dominado por senhores de terra violentos e ditatoriais. As eleições não passavam de uma farsa ideológica para mascarar a real dominação sobre o povo. Não havia negociação possível entre o Sendero e a autoridade política constituída, independente do partido no poder. Utilizando uma estratégia bastante eficaz de se identificar com o camponês indígena, afirmando inclusive que o Sendero era o retorno do império Inca que derrotaria os brancos, houve grande adesão ao movimento. O Sendero foi muito eficaz ao não reproduzir as práticas de violência, por exemplo, da polícia e do Exército peruanos no tratamento aos camponeses. A história dos massacres de camponeses que protestavam contra as injustiças no altiplano peruano foi retratada nas obras do romancista Manuel Scorza.

Mas essa estratégia tinha limites. Muitos que se opuseram ao grupo foram executados. Surgiram denúncias de certos abusos do grupo. Apesar desse fato, no final da década de 1980 muitos observadores acreditavam em uma vitória senderista no Peru. O movimento somente foi derrotado pelo fato do governo peruano de Alberto Fujimori ter apelado para a guerra suja. Polícia e Exército peruanos, que jamais foram reconhecidos como não violentos, tiveram carta branca para o massacre. Após mais de uma década de guerrilha sabemos hoje que o grande perdedor foi a população peruana, indefesa entre o grupo guerrilheiro e os militares. A guerrilha havia praticamente desaparecido no ano 2000. No ano de 2003 um grupo criado pelo governo e sociedade peruanos chamado Comissão Verdade e Reconciliação, contabilizou 69280 peruanos mortos tanto pela guerrilha quanto pelos militares. Mais do que os mortos do Peru em todas as guerras internacionais em que se envolveu desde a independência, no início do século XIX.

Em 1964 surgia na Colômbia as *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC*. Fruto de um movimento revolucionário anterior, surgido em 1948 e que uniu liberais e comunistas contra a elite agrária colombiana. A elite agrária colombiana foi uma das poucas a não aderir ao populismo durante o Entreguerras e Pós-Guerra. Estava diretamente vinculada aos interesses do capital internacional. Tal postura possibilitou a união entre liberais e comunistas, unidos pelo nacionalismo. Na década de 60, os liberais se desvinculam dos comunistas, temendo serem atropelados por uma possível vitória comunista. Em 64, dezenas de comunistas fogem para as florestas, dando início a uma das mais potentes guerrilhas de esquerda do mundo do século XXI. Após quase trinta anos de guerrilha nas selvas colombianas, com articulações em médios e grandes centros urbanos, a direita colombiana organiza os *paramilitares*, grupos mercenários armados de milicianos civis que teriam por função combater as FARC e seus apoiadores. A reação da direita levou as FARC a buscar financiamento para fazer frente ao novo inimigo: é o início do chamado Importo pela Paz -- segundo o qual passam a cobrar de grandes empresários uma espécie de anuidade, sem o que o empresário se sujeitaria a sanções, como ataques ou sequestro; a cobrança do empresariado não faz distinção entre atividades legalizadas ou não; há, pois, cobrança também dos chefes do narcotráfico colombiano, visando obtenção de armas junto a grupos brasileiros.

Dada a força da guerrilha comunista, o governo colombiano e os EUA fizeram ampla propaganda midiática contrária aos insurgentes, afirmando que as FARC teriam abandonado a luta política para administrar o negócio bilionário das drogas... Porém não se explicou o que fariam os comandantes farquianos vivendo nas selvas, em meio ao mato, com o seu patrimônio. Ademais deste argumento óbvio, as FARC responderam que se tivessem acesso a tanto capital, também teriam acesso a armamento pesado e de alta tecnologia, disponível no mercado negro de armas. De fato, nenhum helicóptero do Exército colombiano, de fabricação norte-americana, foi derrubado por mísseis terra-ar. Outro argumento é que o narcotráfico colombiano não se restringiu com a restrição da área de atuação da guerrilha imposta pelos militares colombianos e paramilitares com apoio dos EUA. O que leva a crer que há controle do narcotráfico por outros grupos: os paramilitares.

Outra forma de ação guerrilheira é *o sequestro para fins de pressão política e arrecadação de fundos para a manutenção da guerrilha*. Causou comoção por entre a mídia conservadora pseudo-humanista mundial o sequestro da candidata a presidente *Ingrid Betancourt*, durante campanha pelo interior da Colômbia em 2002. A candidata ficou 6 anos com a guerrilha, na selva amazônica colombiana.

Por conta de algumas ações impopulares e da intensa campanha da mídia corporativa contra a guerrilha, o índice de rejeição popular as FARC na Colômbia cresceu.

O governo do presidente (ex-narcotraficante, fichado pela CIA, e depois apoiado pelo governo dos EUA contra a esquerda) Álvaro Uribe afirma que só negociaria se a guerrilha entregasse as armas. A guerrilha afirma que negocia, desde que se criem zonas desmilitarizadas dentro

do território colombiano. A guerrilha tem razões para desconfiar. No fim do século XX, grupos guerrilheiros que entregaram armas ou se desmobilizaram parcialmente foram traídos no processo de paz, e quase exterminados depois.

Muitos são os observadores que afirmam que ainda há claros indícios de ligações entre Uribe e o narcotráfico. Mais que isso, a aliança entre Uribe e os EUA, trouxe para o país o Plano Colômbia, onde militares norte-americanos tem amplo acesso ao território. O Exército colombiano se tornou um dos mais poderosos da América do Sul, com armamentos que os EUA vendem somente para Israel. Para piorar, há claros indícios de ligações entre o alto comando do Exército e grupos paramilitares que promoveram massacres de suspeitos e simpatizantes da guerrilha. Todos anistiados pelo governo Uribe. Tudo somado, temos uma situação de impasse entre uma guerrilha de inspiração comunista sem tanto apoio popular e um governo com passado e alianças pouco confiáveis.

Os EUA chamam a guerrilha de terrorista. Mas terroristas não seriam as ações dos EUA na guerra "contra o terror", que não hesitou em bombardear áreas civis no Iraque e no Afeganistão, além do emprego de forças terrestres sem nenhum tipo de controle? Terrorista também não seriam as ações genocidas de Israel nos territórios palestinos, em que sistematicamente tem sido assassinados civis (inclusive crianças e idosos)? Ou a invasão israelense do sul do Líbano, ocorrida em 2006? Ou as ações da polícia no Brasil, (supostamente) contra o tráfico de drogas, mas que como se sabe envolve interesses de grupos milicianos e políticos de direita?

EXERCÍCIOS

1. (MACK-SP – Adaptado) As diversas políticas econômicas adotadas no Brasil, entre 1930 e 1985, embora tivessem vários pontos em comum, apresentaram aspectos específicos, que as diferenciavam umas das outras. Tendo isso em mente, leia o texto seguinte

O modelo político de desenvolvimento que hoje se esboça no Brasil poderia ser chamado de tecno burocrático-capitalista. Está baseado em uma aliança entre a tecnoburocracia militar e civil de um lado e o capitalismo internacional do outro.

(Luiz Carlos Bresser Pereira.)

O texto identifica o modelo econômico adotado no País a partir de:

a) 1962, com o Plano Trienal, no governo João Goulart.
b) 1939, com a implantação do Estado Novo.
c) 1889 até 1894, pêlos governos militares da República da Espada.
d) 1964, após a deposição do presidente João Goulart e ascensão dos militares ao poder.
e) 1930, com a revolução liderada por Getúlio Vargas.

2. (MACK-SP) O ano de 1968 foi crucial. O movimento estudantil se espalhou por todo o País, sofrendo violenta repressão do governo. Diante das pressões da sociedade, o governo militar reagiu, decretando:

a) a deposição do presidente João Goulart, cujo modelo populista de governo dava sinais de esgotamento.
b) o Ato Institucional n 5
c) a abertura democrática, lenta e gradual, que reconduzia o País à democratização.
d) a anistia, que embora não fosse irrestrita, permitiu o ré- í torno de muitos exilados políticos.
e) a solução parlamentarista, que possibilitou controlar a grave crise institucional em que vivia o País.

3. (FUVEST-SP) A vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970

a) não teve repercussão no campo político
b) alentou o trabalho das oposições que deram destaque à capacidade do povo brasileiro de realizar grandes proezas.
c) propiciou uma operação do governo Medici, tentando associar a conquista ao regime autoritário.
d) favoreceu o projeto de abertura do general Geisel, ao criar um clima de otimismo pelas realizações do governo.
e) alcançou repercussão muito limitada, pois os meios de comunicação não tinham a eficácia que têm hoje.

4. (FUVEST-SP – Adaptado) No quadro abaixo temos as percentagens de participação da renda nacional de quatro grupos sociais e sua evolução na nossa História recente.

População economicamente ativa	1960	1970	1976
50% mais pobres	18%	15%	12%
30% seguintes	28%	23%	21%
15% seguintes	27%	27%	28%
5% mais ricos	27%	35%	39%

A partir da análise do quadro anterior e de seus conhecimentos da história do período, é possível fazer a afirmação de que:

a) a classe média foi a maior beneficiada do desenvolvimento econômico, dado que sua participação na renda cresceu.
b) a política econômica do Regime Militar causou concentração de renda e aumento consequente do fosso social.
c) o segmento mais pobre aumentou sua participação da renda nacional durante o período militar.
d) os mais ricos perderam aproximadamente 12% de sua renda total no período apresentado na tabela.
e) a política econômica desenvolvimentista traz como resultado a distribuição de renda.

5. (MACK-SP) "Brasil ame-o ou deixe-o". Adesivos, slogans, intensa propaganda patriótica, uso de forte aparato repressor, arbítrio e "milagre" econômico marcaram, durante o ciclo militar, o governo:

a) Castelo Branco.
b) João Batista Figueiredo
c) Floriano Peixoto.
d) Ernesto Geisel.
e) Emílio Garrastazu Médici

6. (FATEC-SP) A Lei da Anistia, formalizada em 28 de agosto de 1979, em pleno governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), significou:
a) a libertação de praticamente todos os presos políticos e a volta ao país de pelo menos 5 mil exilados, inclusive líderes de esquerda, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.
b) a libertação de alguns presos políticos que haviam cometido atos contra o governo democrático de João Goulart.
c) a libertação de praticamente todos os presos políticos, inclusive os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.
d) a libertação de alguns presos políticos, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, e a condenação dos militares que se envolveram em atos de tortura a presos políticos.
e) a libertação de todas as pessoas que foram detidas por crimes políticos, a partir do início do governo Figueiredo (1979), e a redução das penas dos que foram presos entre 1964 e 1979.

7. (CESGRANRIO – adaptada) Nos primeiros meses de 1984, milhões de pessoas saíram as ruas do país para defender as eleições diretas para presidente. Apesar dos apelos populares, as Diretas Já não se realizaram pelo fato:
a) da oposição realizada pela maioria do PMDB, orientada por Tancredo Neves e disposta a fazer aliança com a Frente Liberal do PDS.
b) oposição dos parlamentares do PTB e PDT, orientados por Leonel Brizola, aliado do presidente Figueiredo.
c) formação da Aliança Democrática, que uniu os moderados de PMDB e PDS
d) oposição do PDS, que conseguiu reunir 1/3 dos congressistas e barrar maioria absoluta necessária a aprovação de emenda constitucional.
e) decretação do AI 5 pelo presidente Figueiredo e a prisão dos líderes do movimento.

8. (FGV-SP – Adaptado) A Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969 foi decretada pêlos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar – a Junta Militar. Essa emenda:
a) acrescenta à Constituição de 1949 um dispositivo parlamentarista e democrático.
b) dá nova redação à Constituição de 1946,
c) acrescenta à Constituição de 1967 um dispositivo parlamentarista.
d) dá nova redação à Constituição de 1967, mediante emendas de caráter autoritário.
e) revoga as Disposições Transitórias da Constituição de 1967 e convoca Assembleia Constituinte

9. Como funcionava o sistema de eleições indiretas criado pela ditadura militar?

10. (UNICAMP-SP) Em 13 de dezembro de 1968, o governo brasileiro promulgou o Ato Institucional n. 5, que, segundo opiniões da época, transformava o Regime Militar em uma ditadura "sem disfarces".
a) Qual o pretexto utilizado pelo Regime Militar para editar esse ato?
b) Cite duas das principais medidas adotadas por esse ato.
c) Caracterize dois elementos da democracia que a diferenciam da ditadura.

11. Quais grupos sociais se articularam para a formação do PT e do PDT em 1979?

12. (FUVEST) *O crescimento econômico, estimulado em grande parte por esses investimentos do Estado, teve como consequências um aumento nos desequilíbrios na distribuição de renda entre pessoas e regiões, fato que impediu a difusão dos benefícios de uma taxa de crescimento de 6% ao ano, entre 1940 e 1970, apesar do aumento da classe média no período – outro resultado da expansão econômica.* O Estado de São Paulo, 03/11/80.
a) De acordo com o texto, quais os resultados da expansão econômica do período mencionado?
b) Relacione três atividades produtivas responsáveis pelo crescimento econômico brasileiro do período.

13. (UNICAMP-SP) No Brasil o final dos anos [1970] foi marcado pelo reaparecimento das greves operárias. Explique a afirmação de um líder sindical do ABCD paulista que critica a legislação trabalhista em vigor no período: "*A CLT é o AI-5 dos trabalhadores*".

14. (VUNESP-SP) Nos anos de 1970 surgiu no Brasil uma forma de imprensa chamada "alternativa"cujos melhores exemplos foram *O Pasquim, Opinião e Versus* os quais com ironia humor e metáforas abordavam temas políticos daquele momento. Ao mesmo tempo vários jornais da grande imprensa deixaram de circular, como os Correio da Manhã e Diário de Notícias, enquanto outros como O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde publicavam em algumas colunas textos de Camões e receitas culinárias.
a) A que regime político correspondem os fatos citados no texto?
b) Pelo texto indique o comportamento da imprensa no seu relacionamento com o governo.

15. (Faap-SP) O violento e arbitrário Ato Institucional número 5 (AI-5):
I. dava ao presidente poderes para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais e suspender direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos.
II. suspendia a garantia do Habeas Corpus.
III. foi decretado por Castelo Branco.
IV. permitia que o presidente pudesse demitir ou aposentar sumariamente funcionários públicos e juízes de tribunais.
Estão corretas apenas as proposições:
a) I e II.
b) III e IV.
c) II e III.
d) I, II e IV.
e) II, III e IV.

16. (UFCE) Explique por que o ano de 1968, no contexto da história político-social brasileira, é considerado o momento de exacerbação da ditadura militar, iniciada com o golpe de 64, levando em conta a ação da sociedade civil , bem como a do Estado.

17. (Unicamp-SP) Os artistas que participaram do tropicalismo queriam entender o país em que viviam e comunicar-se com o povo, mas de um modo diferente daquele proposto pelo CPC (Centro Popular de Cultura), da UNE (União Nacional dos Estudantes), no início dos anos 60.
(Adaptado de Marcus Venicio Ribeiro, Chico de Alencar e Claudius Ceccon, Brasil Vivo, 1991.)
a) O que foi o tropicalismo?
b) Quais os argumentos utilizados pela UNE para afirmar que os tropicalistas eram alienados?

18. (UFMG) *O governo militar brasileiro pós-64 tinha nos setores avançados da grande indústria e das finanças a base real do novo modelo econômico* (...) (Bernardo Sorj e John Wilkison. In Sociedade e política no Brasil pós-64.)
Com relação ao modelo político-econômico pós-64, não se pode afirmar que:
a) incrementou a indústria bélica nacional com o objetivo de exportação.
b) criou as condições para o fortalecimento do movimento operário, com a crise do "milagre".
c) intensificou suas relações com o capital internacional, favorecendo a atuação das multinacionais.
d) transformou o setor industrial na nova força dinamizadora da expansão capitalista.
e) permitiu a descentralização política em troca da concentração da renda.

19. (UFCE - adaptado) Em relação à política econômica brasileira, implementada pelo governo militar na década de 70, é incorreto afirmar que:
a) a expansão da economia brasileira, neste período, fez-se à custa da pauperização e do silêncio forçado da classe trabalhadora.
b) o Estado teve um papel fundamental nesta expansão capitalista, ao impedir a entrada do capital estrangeiro e a remessa de lucros ao exterior.
c) ocorreu um processo de modernização da infraestrutura necessária à expansão das grandes empresas, sobretudo no setor de telecomunicações, estradas e portos.
d) o Estado patrocinou projetos "faraônicos", que, além de servirem à ideologia do regime militar, favoreceram o rápido enriquecimento de grandes empresas e empreiteiras.

20. (UFCE - adaptado) Em meio ao período da ditadura militar, em que imperava a censura aos meios de comunicação de massa e a repressão aos opositores do regime, o contexto histórico, artístico e cultural é bastante rico e criativo, com o aparecimento de diversas manifestações, exceto:
a) No teatro, grupos como "Opinião" e "Teatro de Arena" expressam a contestação ao regime militar, com produções de protestos, tais como Arena conta Zumbi e Morte e Vida Severina.
b) Na música, alguns compositores oriundos de uma vertente da bossa nova (Carlos Lyra, Edu Lobo, Geraldo Vandré e Chico Buarque) fazem delirar as plateias nos festivais da MPB com suas composições de protesto.
c) O movimento da Jovem Guarda (Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderleia) expressa a vivência da juventude universitária empenhada na militância política de contestação ao regime.
d) O tropicalismo ou tropicália, movimento musical surgido no final dos anos 60, pretende romper com os padrões estético-culturais vigentes, tendo em Caetano Veloso, Gilberto Gil, Torquato Neto e Tom Zé seus principais representantes.
e) Na imprensa chamada alternativa surge o mais famoso periódico que "faz" a cabeça da esquerda e da jovem intelectualidade brasileira, o "Pasquim", ao inaugurar um jornalismo diferente da grande imprensa burguesa.

21. (Vunesp-SP) Os filmes Vidas secas, de Nelson Pereira dos Santos, e Deus e o diabo na terra do sol, de Glauber Rocha, são obras do cinema brasileiro que procuram exprimir a realidade concreta do país, com toda a crueza e brutalidade. Tais obras enquadram-se numa manifestação do cinema nacional conhecida, na década de 60, por:
a) movimento do Cinema Novo.
b) ciclo da Vera Cruz.
c) movimento do Cinema Popular.
d) ciclo da Atlântida.
e) movimento do Instituto Nacional do Cinema.

22. (Fuvest-SP) *O isolamento não pode ter características permanentes, visando à manutenção do índio em seu estado primitivo. Com o avanço das frentes pioneiras, esse contato é inevitável e o índio deve ser preparado para esse contato sem choques bruscos que possam trazer desequilíbrios à comunidade*. Este depoimento do general Bandeira de Mello, presidente da Funai nos anos 70, defende:
a) a integração por intermédio de projetos econômicos comuns entre os grupos privados e as comunidades indígenas, sem a interferência estatal.
b) o direito de as empresas extrativas e pastoris adquirirem a posse das reservas de importância estratégica, utilizando mão-de-obra indígena.
c) a tese de que não se pode resolver os problemas dos índios às custas de trabalhadores rurais propondo que os novos assentamentos sejam feitos com base em cooperativas.
d) a integração lenta, gradativa e progressiva dos índios à sociedade brasileira, como condições de se evitar a sua marginalização.
e) a integração como decisão autônoma das comunidades indígenas, garantindo-lhes, enquanto isso a posse de suas terras por meio da criação de reservas.

23. (MACK) Durante o governo Médici, ocorreu o chamado 'milagre brasileiro', que resultou em grande desenvolvimento industrial. Foram decorrentes deste período:
a) reduzida taxa de inflação e prioridade para as questões sociais.
b) melhor distribuição de renda e ampla liberdade política.
c) o empobrecimento das camadas médias.
d) o domínio do capital estrangeiro sobre nossa economia e maior concentração de renda.
e) um enfoque nacionalista que provocou o crescimento da indústria brasileira.

24. (Unicamp) Em 13 de dezembro de 1698, o governo brasileiro promulgou o Ato Institucional número 5, que, segundo opiniões da época, transformava o Regime Militar em uma ditadura 'sem disfarces'.
a) qual o pretexto utilizado pelo regime militar para editar esse ato?
b) caracterize dois elementos da democracia que a diferenciam da ditadura.

25. (FGV-SP) Em julho de 1976 foi aprovada a lei nº 6.639, a chamada Lei Falcão, a qual estabelecia basicamente o seguinte:
a) No período destinado à propaganda gratuita no rádio e na televisão, os candidatos deveriam identificar-se, indicar seu partido e resumir os principais pontos de sua plataforma.
b) No período destinado à propaganda gratuita no rádio e na televisão, os partidos políticos deveriam apresentar os pontos principais de sua plataforma eleitoral e, em seguida, o currículo e o número de registro de seus candidatos.
c) No período destinado à propaganda gratuita no rádio e na televisão, os partidos políticos deveriam apresentar só a legenda, o currículo, a fotografia – no caso da TV - e o número de registro de seus candidatos.
d) A propaganda gratuita no rádio e na televisão era extinta, e a propaganda paga pelos partidos deveria ser, obrigatoriamente, aprovada com antecedência pelo Tribunal Regional Eleitoral.
e) A propaganda eleitoral gratuita só poderia ser feita pelo rádio e com prévia aprovação de seu teor pelo Tribunal Regional Eleitoral.

26. (Mack-SP) A partir de 1974 começou a aguda crise econômica mundial, que teve importantes reflexos no Brasil porque:
a) o "milagre econômico", construído com financiamentos externos, tornou-se inviável devido ao endividamento e juros elevados.
b) a economia brasileira, voltada para o desenvolvimento do mercado interno, não conseguiu atrair capitais estrangeiros.
c) a política econômica do governo militar se apoiava em grandes benefícios sociais, que não podiam ser mantidos com a crise mundial.
d) os elevados salários e a desconcentração da renda inviabilizaram o modelo econômico.
e) a elevação dos preços do petróleo, de fertilizantes e do trigo não trouxe repercussões à nossa economia, que era auto-suficiente nesses setores.

27. (FGV-SP) Durante a ditadura militar, a economia brasileira apresentou um desempenho extraordinário no período conhecido como "milagre econômico" (1969-1973), em que o PIB cresceu a uma taxa média anual de 11,2%. Sobre a política econômica desse período, é possível afirmar:
I. Foi implementada sob a direção do ministro Delfim Netto.
II. Teve como importante resultado uma distribuição de renda equitativa.
III. Expandiu o crédito ao consumidor para elevar o consumo interno de produtos industriais.
IV. Foi a solução adotada para enfrentar o aumento drástico do preço do petróleo no mercado externo.
As afirmativas corretas são:
a) I e II. d) I e III.
b) I, II e III. e) II e IV.
c) II, III e IV.

28. (PUC-RJ) O engrossamento das fileiras dos ofertantes de força de trabalho nas cidades do interior brasileiro permite uma alteração no sistema de exploração da força de trabalho na economia rural, de modo a garantir condições mais vantajosas para os detentores dos meios de produção: o trabalho dos bóias-frias. São fatos diretamente relacionados ao fenômeno bóia-fria:
I. o enfraquecimento das grandes lavouras de exportação e a consequente valorização da agricultura de subsistência voltada para o mercado interno.
II. a evolução do capitalismo no meio rural brasileiro, no sentido de excluir grandes parcelas da população do processo global de produção.
III. a localização em cidades, na condição de ofertantes do mercado de trabalho, de contingentes populacionais, liberados pela economia rural.
IV. a transformação do trabalhador volante em assalariado permanente, com especialização em produções voltadas para a comercialização.
V. a tendência à transformação de áreas de pecuária extensiva em áreas dedicadas à lavoura, o que vem provocando maior retenção de população nas áreas rurais.
Assinale:
a) se somente I e V estão corretas.
b) se somente II e III estão corretas.
c) se somente II, IV e V estão corretas.
d) se somente I, III e IV estão corretas.
e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

A NOVA REPÚBLICA (1985)

INTRODUÇÃO.

O período iniciado pela volta dos civis ao poder, em 1985 e que se estende até hoje é marcado por algumas conquistas importantes e outras derrotas. *Uma das principais conquistas foi a ampliação sem precedentes em nossa história das instituições democráticas*. Nunca como agora a liberdade de expressão foi tão ampla. Nunca como agora a população teve tanto acesso a Justiça. Nunca como agora houve tamanha quantidade de políticos, empresários e latifundiários presos ou respondendo processos por seus atos. As instituições democráticas caminham razoavelmente bem. Isso é uma imensa vitória em relação ao período ditatorial. *Outra grande vitória foi o controle da inflação que penalizou toda a década de 80 e praticamente metade da década de 90.* Essa vitória, como veremos, teve um preço alto, a ponto de ser contestada por setores da sociedade: vencer a inflação da maneira como vencemos, foi mesmo uma vitória? Mas uma das grandes marcas da nossa recente democracia foi *o surgimento de uma nova oligarquia*. *Esta oligarquia é financeira e se beneficia do neoliberalismo* no cenário internacional para *impor seus valores ao Estado*, como um dia a oligarquia cafeeira fez – o que faz com que a Nova República fique tristemente parecida com a República Velha. O início do predomínio dessa nova oligarquia se deu na década de 90, com o governo Collor e se acentuou com Fernando Henrique Cardoso *O Estado ideal, nesse período conhecido como* ***neoliberal****, deve deixar de intervir na economia, tende a ter tamanho reduzido e não tem grandes preocupações com o bem-estar social*. Um Estado que não intervém não pode ter empresas públicas: *a década de 90 é marcada pelas privatizações de boa parte de nossas empresas estatais*. Um Estado que não intervém, não pode ficar colocando barreiras ao livre comércio: *o Brasil baixou drasticamente as taxas alfandegárias no período*, o que permitiu barateamento de importados – e falência das nossas indústrias, com consequente desemprego recorde. Mais ainda, não intervir, significa dar liberdades ao capital internacional: *abundaram no país os capitais especulativos, isto é, aquele capital que quer ter lucro sem investir, sem correr riscos*. Por último, um Estado não interventor, não garante a seguridade social dos seus cidadãos: *a década de 90 será marcada também pela retração dos direitos dos trabalhadores – que atrapalhariam os negócios – e pelas mudanças nas regras da aposentadoria – aposentados, chamados inativos, sugariam os capitais do Estado*. O Estado ideal tem que ser mínimo, e não pode ficar no vermelho. O Estado deve gastar menos do que arrecada, para que os impostos não atrapalhem a economia e seus novos gênios: os *empresários*. É o extremo oposto do Estado nacional desenvolvimentista, que intervém na economia, justamente por isso tende a ser grande, proteger a empresa nacional e ter a preocupação com o bem-estar dos cidadãos. *Outra marca negativa é a continuidade da crise econômica que já completa 20 anos.* Entre 1930 e 1970 o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente no mundo. As gerações de brasileiros otimistas que viveram nessa época eram perfeitamente justificáveis. Uma das mais tristes consequências da persistente crise econômica, somadas ao ideal de Estado mínimo é o abandono de milhões de brasileiros que vivem na mais terrível miséria. A falência do Estado efetuada pelos militares e seu braço civil, somadas à persistente crise econômica, levam o Brasil a ter números catastróficos com relação à qualidade da educação e à saúde pública por exemplo. Nessas condições, fica muito difícil, para uma grande parcela da população, olhar com otimismo para o país e mesmo para enxergar avanços tão evidentes na democracia. É muito comum entre nossos jovens, ouvirmos expressões do tipo "no Brasil não muda nada", pensamento que simplesmente não reflete totalmente a realidade que acabamos de descrever.

Foto oficial do presidente José Sarney.

O GOVERNO SARNEY (1985 – 1989)

O presidente eleito, Tancredo Neves, faleceu sem tomar posse. Momentos antes da cerimônia foi internado com uma grave doença intestinal – diverticulite – que o levou a óbito em 21/04/1985. Novamente esse autor foi testemunha da família toda chorando na sala, ouvindo o Hino Nacional. Meus familiares, que não tinham nenhuma tradição de discussão ou participação política, estavam preocupados com o retorno dos militares ao poder – os homens de farda já estavam no papel de vilões para o cidadão comum. Uma multidão que passou para a história acompanhou o velório e o sepultamento de Tancredo em Minas Gerais. *A tragédia da aliança PMDB/FL ficou clara na hora: a Frente Liberal, ou seja, parte substancial da ARENA tomaria o poder na Nova República*. O que devia ser novo começava cheirando a coisa velha. Os simpatizantes peemedebistas da aliança com o PFL se defenderam afirmando que não havia como prever a morte precoce de Tancredo Neves. Ora, levando-se em consideração que Tancredo já era idoso e que pessoas idosas de vez em quando costumam falecer, a tragédia de um governo da Frente Liberal não era tão imprevisível assim. De qualquer forma, José Sarney assumiu a presidência em 85. *A missão de Sarney não era fácil: combater a inflação, retomar o crescimento e econômico e chamar uma nova Assembleia Constituinte para remover o entulho da legislação dos militares.*

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães.

A CONSTITUIÇÃO E A REDEMOCRATIZAÇÃO.

O período de Sarney na presidência levou de fato a uma ampliação das liberdades democráticas: fim da censura à imprensa, que ainda persistia, ampliação do número de partidos – o *PCB* e o *PC do B* foram legalizados – e legalização das centrais sindicais: *CUT e CGT* – Central Geral dos Trabalhadores. Durante o governo Sarney, a Frente Liberal, que havia saído do PDS, tornou-se o PFL – Partido da Frente Liberal. O nome do partido é uma clara intenção de negar o passado da ARENA. Os antigos ditadores agora querem ser liberais: querem um Estado não interventor, que deixe as empresas se virar por elas mesmas em ambiente democrático. Tudo o que eles não fizeram. Também o PMDB rachou. A esquerda do PMDB fundou o *PSDB* – Partido da Social Democracia Brasileira. Os motivos do racha foram o descontentamento com os rumos dados ao país com Sarney e as denúncias de corrupção contra peemedebistas governadores – principalmente Orestes Quércia em São Paulo. Outro motivo, pouco comentado, foi a possibilidade de disputar a presidência da República com Mário Covas, que gozava de grande simpatia dos eleitores, por sua luta contra a ditadura e seu bom mandato na prefeitura de São Paulo no período 1982 – 1985.

Em 1986 foram realizadas eleições para governador e para o legislativo federal e estadual. Os deputados federais e senadores também seriam constituintes: encarregados e discutir e elaborar uma nova Constituição para o Brasil. O grande vencedor das eleições de 86 foi o PMDB, que apoiava Sarney e foi beneficiado pelas boas notícias econômicas do início de seu governo – o Plano Cruzado. O passado do PMDB contra a ditadura também ajudou essa vitória – e muito. O partido elegeu a maioria dos governadores e dos deputados constituintes. *A Constituição de 1988 ficou com as seguintes características*:

- Sistema presidencialista. Presidente eleito por cinco anos. Possibilidade de segundo turno caso nenhum candidato consiga maioria absoluta no primeiro turno.
- Aumento dos poderes do poder Legislativo, que deixou de ser somente um braço do poder Executivo.
- Independência do Judiciário, com poderes para processar membros do Executivo e do Judiciário.
- Estado nacionalista/interventor e com deveres assistenciais – ligados aos ideais de esquerda.
- Maior autonomia dos estados da Federação: o Brasil é uma República Federativa.
- Criação da Medida Provisória – poder que o presidente tem de promulgar leis temporárias, para que elas depois sejam aprovadas pelo Congresso. Esse poder tem que ser utilizado somente em caráter emergencial. Evidentemente nenhum presidente atentou para esse detalhe.

A Constituição, de forma surpreendente, foi amplamente democrática. Surpreende pelo fato de, dentre os 575 deputados, 518 serem de partidos de centro e de direita. Não tardaria muito para que a Constituição começasse a ser criticada duramente pela direita convertida ao neoliberalismo – a maioria deles antigos aliados dos ditadores. Criticavam os poderes intervencionistas do Estado, o nacionalismo que garantia mercados nacionais exclusivos para empresas nacionais e o caráter assistencial do Estado. Os grupos conservadores e neoliberais fariam as mudanças que consideravam necessárias à Constituição na década de 90, contando com todo o apoio da mídia. Boa parte da Constituição jamais entrou em vigor, pela necessidade de leis complementares que nunca foram aprovadas pelo Congresso. Tanto as emendas da década de 90, quanto as leis complementares não votadas paralisaram a Constituição, que é citada internacionalmente como uma das mais modernas e democráticas do mundo.

Petistas comemoram a vitória de Erundina em São Paulo no ano de 88

Luiza Erundina, prefeita de São Paulo pelo PT e o educador Paulo Freire inauguram centro de informática: vitória histórica da esquerda.

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL.

O ano de 1988 foi marcado pelas eleições municipais em que os partidos de esquerda, notoriamente o PT, tiveram grandes vitórias. O PT conseguiu vencer na cidade de São Paulo, em Belo Horizonte, Porto Alegre e outros grandes centros urbanos, como Campinas e Santos. A vitória da

esquerda acionou a luz amarela entre conservadores e moderados. Afinal as eleições presidenciais estavam previstas para o ano seguinte. No ano de 1989 foi realizada a primeira campanha e eleição presidencial em 29 anos!!! A esquerda chegava com boas chances de vitória devido ao fracasso econômico do governo Sarney e as denúncias, sempre não investigadas, de corrupção e favorecimento político. *O Brasil, que fora capaz de ser o país com maior crescimento no mundo por décadas, que levara a cabo o maior processo de industrialização do mundo no século XX chegava às eleições com 25% de analfabetos, 40% da população sem assistência médica e 50% da renda nas mãos de 10% mais ricos da população.* Os grandes partidos de centro e de direita: PMDB, PSDB, PFL e PDS não conseguiam um nome forte para as eleições entre seus principais membros. PT e PDT, pequenos partidos da esquerda estavam subindo: o PT com Lula, o PDT com Leonel Brizola. *A solução da direita foi lançar um candidato jovem e completamente desconhecido, que pudesse se desvincular dos escândalos da ditadura e do governo Sarney. Mesmo pertencendo à elite agrária de Alagoas e mesmo tendo sido aliado da ditadura, Fernando Collor de Melo foi vendido como um político jovem, inovador e bem formado*. Nas eleições contou com apoio total da mídia e de grupos empresariais. Fez uma campanha milionária e desonesta, apelando para questões pessoais da vida de Lula, prometendo a solução de todos os problemas nacionais: *chegou a dizer que colocaria o Brasil no primeiro mundo em um ano de governo*. A mídia fez ampla campanha difamatória contra os candidatos da esquerda, principalmente Luis Inácio Lula da Silva, acusado de comunista e que possivelmente confiscaria o patrimônio dos cidadãos – os argumentos de sempre. Do último debate presidencial no segundo turno, entre Lula e Collor, viria o golpe fatal às esperanças da esquerda: a Rede Globo editou o debate, mostrando no Jornal Nacional somente os momentos em que Collor falava com firmeza e omitindo as respostas de Lula. O noticiário afirmava ainda que Collor conseguira destruir Lula no debate, o que era falso. O inacreditável aconteceu: o desconhecido Fernando Collor foi eleito presidente. A direita continuaria governando o país. Collor prometeu governar para os descamisados, prometeu um *Brasil novo*. Restava esperar pelo que viria.

A ECONOMIA NO GOVERNO SARNEY.

A dificuldade da direita de encontrar um nome para suceder a Sarney se deve ao fato de que o presidente fracassou completamente na luta contra a inflação. Liderada pelo ministro *Dílson Funaro*, a equipe econômica de Sarney bem que tentou, pelo menos no início. Em 1986 foi lançado o Plano Cruzado, que previa a mistura de elementos conservadores e inovadores para tirar a economia do buraco. *O plano pretendia acabar com a inflação de forma rápida e ao mesmo tempo acelerar o crescimento econômico*. *Foi criada uma moeda – o cruzado – e os preços e salários foram congelados por um ano. Para garantir o congelamento de preços, o governo chegou a publicar uma tabela com os preços a serem efetuados pelo comércio. As taxas de juros foram drasticamente reduzidas*. O resultado inicial foi bom. A inflação zerou. O consumo foi incentivado pela baixa de inflação e pela redução dos juros – deixou de valer a pena ter dinheiro aplicado. *O que deu errado então? Basicamente duas coisas: as empresas não estavam preparadas para o aumento repentino de consumo e não conseguiram dar conta da procura crescente em curto prazo – isso significa inflação de demanda*. O processo inflacionário voltou e muitos industriais e comerciantes burlavam o tabelamento de preços – cobrança de ágio. Por outro lado, *muitos grupos empresariais que lucravam muito com a inflação boicotaram escandalosamente o plano. Produtos estocados não eram colocados a venda, para forçar a volta da inflação.* Conseguiram. O Estado, que estava aparelhado para fiscalizar a oposição política, não estava aparelhado para fiscalizar a atividade econômica. O congelamento, que era popular, foi mantido até as eleições de 1986 quando o PMDB, principal aliado de Sarney conseguiu esmagadora vitória. Após as eleições, o congelamento foi abolido e Dílson Funaro foi demitido do Ministério da Fazenda. A opinião deste autor é de que o ministro errou, mas com boa vontade de acertar. Abandonou sua empresa quase à falência para se dedicar ao ministério. Jamais houve denúncia de favorecimento governamental a empresa do ministro, que acabou quebrando – a fábrica Troll, de brinquedos. O próprio ministro descuidou da saúde e deixou um câncer evoluir. Faleceu alguns anos depois. Após a demissão de Funaro, a economia passou de ministro em ministro, de plano em plano conseguiu fazer a economia sair do atoleiro: inflação altíssima e baixo crescimento econômico. *O resultado foi a derrota do PMDB nas eleições municipais de 88, o racha do partido com a fundação do PSDB, e a inexpressiva votação do candidato peemedebista a presidência em 89: Ulisses Guimarães*, que tanto havia lutado contra a ditadura e pelas diretas em 84.

O GOVERNO COLLOR (1990 – 1992)

Como vimos, o governo Collor foi marcado pelo início do predomínio neoliberal na economia brasileira. A elite brasileira, que tanto havia lucrado com o Estado gigantesco dos militares e com a intervenção econômica que protegia seus negócios, agora não queria pagar a conta da falência estatal. Cabia ao Estado, que seria agora "ineficiente" segundo o novo discurso, resolver seus problemas, reduzindo sua atuação -- sobretudo nos campos de auxílios sociais, educação, saúde (defesa militar, não, obviamente). Tal solução era justamente o *neoliberalismo*.

MONTANDO O GOVERNO.

A candidatura de Collor foi improvisada. A campanha foi rica, mas acidentada, passando por vários comandos publicitários até a vitória. O governo também seria improvisado. *Collor não queria ligar-se aos partidos de elite: PMDB, PFL e PDS temendo perder popularidade. Tentou aliança com o novo partido, o PSDB*. O PSDB havia apoiado timidamente a candidatura Lula no segundo turno contra Collor, fechando o apoio a apenas alguns dias do segundo

turno. Fernando Henrique Cardoso e José Serra toparam a aliança. Já possuíam até ministérios definidos: José Serra seria ministro da Fazenda de Collor. Mas dentro do PSDB as vozes à esquerda bateram o pé e ameaçaram rachar o partido. A intervenção firme de Mário Covas tirou o PSDB do governo e se mostrou salvadora para o novo partido. A equipe de Collor acabou sendo formada por técnicos jovens e ainda sem experiência como a ministra Zélia Cardoso de Melo, que seria apenas assessora de Serra. Os demais partidos, embora não participassem do governo, garantiam a base parlamentar no Congresso, contra a oposição de PT e PDT e da esquerda do PSDB, principalmente. Leonel Brizola, líder do PDT, pedia ao partido um voto de confiança no novo governo. Pagou caro por isso.

A ministra Zélia Cardoso com o presidente Collor.

O PLANO COLLOR.

O Brasil novo de Collor começou a mostrar a cara ainda antes da posse. A pedido do novo presidente, dias antes da posse foi decretado feriado bancário no país. Um dia após a posse, o novo governo decretou, por medida provisória, o plano econômico que ficou conhecido como *Plano Collor*. Fazia parte do plano:

- mudança de nome da moeda – o novo cruzado passou a ser cruzeiro.
- sequestro das contas correntes – todo o dinheiro de contas bancárias, cadernetas de poupança e aplicações financeiras acima de determinada quantia estava congelado e não poderia ser retirado por 18 meses. Foi estabelecido um teto de 50 mil cruzeiros para a retirada – em torno de mil dólares. O sequestro, também conhecido como choque de liquidez, pretendia diminuir a quantidade de moeda em circulação. Desta forma diminuiria o consumo. Isso obrigaria os preços dos produtos a caírem, levando junto a queda da inflação.
- congelamento de preços e salários.
- diminuição drástica das taxas alfandegárias para importação – para evitar que empresários elevassem os preços ou retivessem produtos.
- eliminação de subsídios estatais para atividades econômicas.
- privatização de estatais e demissão de funcionários públicos e aumento de impostos. Com objetivo de diminuir o déficit público.

Estamos diante do início do Estado neoliberal brasileiro. Com o fim das restrições às importações, a abertura da nossa economia ao comércio e às finanças internacionais e diminuição do tamanho do Estado. O plano fracassou. A inflação caiu somente nos primeiros meses. E fechou o ano de 90 a 20% ao mês. Ao mesmo tempo, a economia não crescia e voltou a diminuir. Os anos Collor foram os piores para a economia nacional desde a crise de 29. A adoção das medidas neoliberais levou ao decréscimo da atividade industrial no país: efeito sentido ainda hoje.

Manifestação de estudantes pede a saída do presidente Collor: o fora Collor.

O IMPEACHMENT.

O presidente Itamar Franco.

Com a economia em frangalhos, o apoio ao presidente começou a declinar. Para a classe média, que votou em Collor temendo que um esquerdista confiscasse seus bens, o bloqueio das contas correntes foi um tapa na cara. Pior que isso, tudo indicava uma vitória fácil da oposição petista nas eleições de 1994. Mas isso não significava o fim, como não significou para Sarney. Os problemas do presidente começaram quando seu irmão, *Pedro Collor, denunciou o presidente por práticas de crime eleitoral, suborno, extorsão, desvios de dólares.* O impacto das denúncias foi enorme. A classe média, que já estava farta dos equívocos da área econômica pressionou por investigações. Uma CPI foi aberta. De forma surpreendente, investigações foram levadas a cabo, mostrando as mazelas éticas do governo. Por fim a Rede Globo, grande aliada de Collor nas eleições, colocou no ar a minissérie *Anos Rebeldes*, sobre a luta de estudantes da UNE e da esquerda contra a ditadura militar na década de 60. Embalados pela tv e chocados com as denúncias, os estudantes foram as ruas. O autor deste capítulo, que já era professor de segundo grau na época, ficou com a impressão

que detonador das manifestações estudantis foi muito mais a televisão que a ética. A maioria dos meus alunos não sabia o que era a UNE e foi aos protestos por modismo. O fato é que a crise econômica, as pressões da classe média, somadas às imensas manifestações estudantis do Fora Collor e a perda do apoio parlamentar no Congresso e da mídia televisiva, levou ao *impeachment* (impedimento) do presidente em agosto de 1992. No alojamento da USP, estudantes, incluindo este autor, saíram às janelas batendo panelas. Para a esquerda foi a revanche das sujeiras das eleições de 89. *Para as elites era a chance de ouro para produzir um candidato forte para vencer Lula em 94*. As elites não perderiam essa oportunidade por nada.

O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992 – 1994)

O governo Itamar é marcado pela continuidade do neoliberalismo no Estado e na política econômica. 3.1 – *O Plano Real*. Em maio de 93 Itamar nomeou *Fernando Henrique Cardoso* como ministro da Fazenda. *O novo ministro e sua equipe trataram de fazer um plano que não repetisse os erros dos anteriores: nada de choques repentinos, congelamentos, sequestros etc. Todas as medidas foram anunciadas com antecedência para dar tempo para empresas se adaptarem*. Houve um período de inflação consentida, para que não houvesse grandes choques na economia. *O Plano Real*, então, foi algo paulatino que ficou com a seguinte cara:

- nova moeda, com 1 real valendo 2750 cruzeiros reais
- redução da emissão de moeda
- controle da demanda – procura por mercadorias – por aumento cavalar das taxas de juros, o que dificultava a compra a prazo
- facilitação das importações para baixar os preços aumentando a concorrência
- fim das indexações – indexação era um índice fixado pelo governo para reajuste de salário, por exemplo, que acabava também reajustando os preços – já que a indústria tinha que pagar salários mais altos, reajustava os preços dos produtos na mesma proporção, o que aumentava a inflação como consequência. Os reajustes de salários eram necessários para evitar perdas excessivas com a inflação, mas acabavam por alimentá-la: inflação inercial.

O plano não congelou preços, mas aumentou a concorrência, o que inibia os aumentos. O governo não tabelou aumento de salários, mas acabou com a indexação que determinava aumentos – o que funcionava como salários congelados, mas com outro nome. *Enfim, a inflação foi controlada. Mas o controle dependia excessivamente das importações de produtos. Quantos mais produtos baratos chegassem, menos os preços subiriam. Para tanto o governo não apenas retirou impostos de importação. O governo também fixou o valor do real em relação ao dólar: um dólar chegou a valer menos de um real. Com o dólar barato era possível importar mais. Com mais importação mais concorrência e menos inflação.*

Fernando Henrique Cardoso.

O ex-ministro Rubens Ricupero.

A ELEIÇÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

O Plano Real foi executado de forma competente o suficiente para controlar a inflação e ganhar o apoio popular. Mais que isso, teve amplo apoio das elites, temerosas de uma vitória de Lula em 94. Somando o apoio das elites, e consequentemente da mídia, mais o apoio popular com o fim da inflação, a vitória de uma candidatura de Fernando Henrique seria fácil. *O primeiro a perceber isso foi o PFL, que procurou o ministro Fernando Henrique e propôs a aliança PSDB/PFL à presidência da República.* A iniciativa do PFL frustrou o PT e alguns setores do PSDB que articulavam apoio a Lula. Tasso Jereissati do PSDB já havia conversado com Lula e devia assumir a vaga de vice, em uma eventual aliança. *Mas assim como o PMDB em 1985, o PSDB ficou encantado com a possibilidade de eleger o Presidente. Mesmo tendo que se aliar com o partido que havia combatido na ditadura. Não deu outra: o PSDB aliou-se ao PFL e lançou a chapa Fernando Henrique e Marco Maciel para presidência.* Marco Maciel representando o PFL. A vitória nas eleições estava praticamente garantida, mesmo assim sofreu uma séria denúncia de irregularidade. O ministro substituto de Fernando Henrique, *Rubens Ricupero*, foi pego pelas câmeras de tevê, ao vivo, afirmando que usava a máquina pública para fazer campanha de seu antecessor. Afirmou que Fernando Henrique não precisava mais fazer campanha, bastava que ele, como ministro, desse entrevistas e pedisse horários gratuitos na tevê mostrando o que havia de positivo na economia *e escondendo o que havia de negativo*. Nas palavras dele próprio *"Eu não tenho escrúpulos"*. A oposição pediu investigações e a cassação da candidatura de Fernando Henrique. Nada foi investigado, o ministro renunciou e o candidato foi eleito presidente em 1994, no primeiro turno, sem comparecer a um único debate.

A PRESIDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE (1994 – 1998)

Fernando Henrique, além de político, é um intelectual de alguma projeção (algo respeitado, ao menos até se tornar neoliberal e chegar a afirmar: "Esqueçam o que escrevi").

Professor aposentado da USP, publicou muitos livros onde analisava a sociedade brasileira e suas dificuldades. Sempre fez oposição à ditadura, chegando a passar alguns anos no exílio. Justamente por isso, sua eleição foi saudada por muita gente boa como um passo adiante para o país. O homem que havia derrotado a inflação estava agora governando para melhorar o Brasil. Mas infelizmente, de pouco valeu os imensos títulos acadêmicos e obras publicadas pelo presidente/intelectual. Fernando Henrique acabou sendo vítima das próprias alianças e da opção neoliberal que fez. *Para apoiar o governo na Câmara dos deputados, o PSDB conseguiu a aliança de toda a direita e o centro: PFL, PPB – o antigo PDS de Paulo Maluf -, PMDB, PTB, PL. Os aliados do governo afirmavam que era a maior aliança da história da* nossa democracia. De fato, era. O governo contava mais de 70% dos deputados como aliados. Mas as alianças custaram caro. Fernando Henrique governou na base do é dando que se recebe. E foi obrigado a dar cargos, ministérios, verbas públicas para manter os apoios. Pior, a situação econômica gerada por altos volumes de importação cobrava seu preço. Quanto mais a economia deteriorava, menos autoridade o governo possuía sobre os aliados, que sempre cobravam mais pelo apoio político. Mas apoio político para que? A situação exigia que fossem votadas uma série de reformas para reestruturar o panorama político, social e econômico nacional. As reformas seriam:

1. *Legislativa ou política* – que mudavam as formas de financiamento de campanha e as maneiras de se eleger deputados e senadores, bem como as regras para formação de partidos.
2. *Tributária* – que deveria fazer uma redistribuição tributária, aliviando determinados setores da economia e da sociedade.
3. *Previdenciária* – mudando as regras para a aposentadoria e diminuindo o déficit da previdência
4. *Trabalhista* – mudando a CLT, considerada por empresários um empecilho ao crescimento dos negócios e da economia.

Bem, também para aprovar medidas de interesse de Fernando Henrique, como a emenda constitucional que permitia a reeleição. Também foi preciso de apoio para aprovar leis que permitissem o maior processo de privatizações da história mundial, em que o Brasil vendeu empresas como a Vale do Rio Doce, a Telesp, a Embratel, a Rede Ferroviária Federal entre tantas outras. O valor das vendas sempre foi considerado irrisório pela oposição. Mas as vendas eram necessárias para "modernizar" o Estado – sonho dos neoliberais – e o capitalismo brasileiro, segundo o governo e seus aliados. *Apoio para barrar CPIs no Congresso contra as inúmeras denúncias de corrupção contra governo e seus aliados. Também apoio para evitar cobranças por mudanças na política econômica, que o governo mantinha inalterada e que dava sinais claros de esfacelamento: o desemprego subia a índices jamais vistos mês a mês e o crescimento econômico era baixo.* Desta forma, temos que o governo ficou cada vez mais refém de seus aliados, fato que se aprofundaria no segundo mandato.

A REELEIÇÃO.

Embora tenha feito um governo medíocre em termos econômicos e sociais, Fernando Henrique conseguiu se reeleger sem grandes sustos. Qual seria o motivo? No atual nível das pesquisas históricas, é impossível dizer. Infelizmente os historiadores preferem o passado remoto ao recente para escrever. Mas é possível trabalhar com uma série de possibilidades. Houve apoio da mídia em todo o primeiro mandato. O apoio foi fundamental não somente para divulgar o que dava certo, mas principalmente para esconder o que dava errado. Esse princípio ficou conhecido como *Lei de Ricupero*, em homenagem ao ex-ministro que só mostrava o lado bom no ano da eleição e omitia o ruim. Exemplos dessa omissão foram as ações governamentais, principalmente o processo de privatizações que gerou um montante de dezenas de bilhões de dólares e as denúncias de corrupção em inúmeros setores do governo. Some-se o fato de que a mesma mídia, por razões óbvias, não dava espaço para a oposição falar, o que gerou no eleitor o desconhecimento das críticas feitas ao governo e das propostas de outros candidatos. As eleições de 1998 foram marcadas pelo uso da máquina pública, já que Fernando Henrique havia conseguido votar uma emenda constitucional que não apenas permitia a reeleição, mas permitia que o candidato a presidente continuasse no cargo. Também foram marcadas pela ausência de debate político, já que Fernando Henrique não compareceu a nenhum, como tinha feito em 1994. Com tudo a seu favor, a vitória foi relativamente fácil.

A ECONOMIA DO PRESIDENTE/SOCIÓLOGO.

O governo começou criando muitas esperanças pelo êxito no combate a inflação. O que teria dado errado? *Em economia, toda ação, mesmo que benéfica, gera uma reação. Na maioria dos casos, é preciso, após agir, combater a reação em contrário. Foi exatamente isso que o governo não fez.* O grande pilar da derrota da inflação foi a política cambial que fez um dólar valer um real. Isso trouxe uma série de consequências não combatidas, o que levou o plano a fracassar no médio prazo. Basicamente, ocorreu o seguinte:

- *as empresas brasileiras não estavam preparadas para a concorrência internacional e muitas quebraram*. Das que tentaram se modernizar e emprestaram a juros altos, muitas também fecharam as portas. Muitas empresas estrangeiras compraram empresas nacionais: desnacionalização da economia.

- p*or conta do dólar barato Brasil passou a importar mais do que exportar*. Entre 94 e 99, o déficit foi de US$ 25 bi.
- *o Brasil arrecadou menos impostos e precisava pagar os juros da dívida externa, mais as despesas internas – dívida interna. Para conseguir capitais, elevou a taxa de juros a patamares jamais vistos*. É a famosa taxa selic definida todo mês pelo COPOM – Comissão de Política Econômica e Monetária. O capital que chega de fora atraído por essas taxas, não gera um único emprego aqui. É o chamado *capital especulativo* que quer lucro sem investir.
- *ora, o Brasil tinha que emprestar dinheiro para pagar as contas internas. Esse empréstimo era pago com juros altíssimos. Isso quer dizer que a dívida interna crescia a cada mês*. Em 1995, a dívida interna era de 25% do PIB. Em 1999 a dívida era de 50% do PIB. De tudo o que o Brasil produzia, metade estava comprometido com o pagamento da dívida. A dívida externa cresceu de US$ 150 bi para $280 bi entre 95 e 99.

O economista Pedro Malan

O economista Gustavo Franco:
um dos defensores do dólar a um real junto com Pedro Malan.

Graças a tudo isso, o crescimento da economia foi a conta gotas: em média 2% ao ano. O governo deviria ter combatido a inflação. Mas errou redondamente ao confiar cegamente na receita neoliberal de livre mercado e não intervenção na economia. Pela cabeça desses economistas liderados por Pedro Malan e Gustavo Franco, o mercado livre, por si só, regularia a economia e o Brasil voltaria a crescer. O golpe de misericórdia veio quando os "investidores" começaram sistematicamente a retirar os "investimentos". Mas se era lucrativo, qual o motivo? Como foi dito, investidores internacionais buscam lucros fáceis e rápidos emprestando dólares ao Brasil e outros países emergentes. Como o objetivo é lucrar sem riscos, qualquer má notícia internacional é interpretada por esses senhores como perigo a seu investimento. A crise ou suposta crise de um país é interpretada por investidores no mundo todo como risco a seu precioso capital: a crise de um, leva a retirada dos capitais de muitos países. A corrida dos investidores foi iniciada pela crise da Rússia, em agosto de 1998, que não conseguira pagar suas dívidas e decretara a moratória. Os investidores correram dos países emergentes – se um não consegue pagar, quem garante que os outros vão conseguir? Faltava pouco mais de um mês para as eleições presidenciais. O Brasil quase quebrou e foi obrigado aumentar a taxa de juros de 19% para 49%. Mesmo assim perdemos $22bi em alguns dias. A mídia não deu a cobertura que a crise merecia: Fernando Henrique foi reeleito com o país em frangalhos. Menos de um mês após as eleições, pedimos ao FMI o maior empréstimo já concedido a um país emergente US$ 45bi. Mas o presidente já estava com mais quatro anos garantidos.

Pedro Parente, que ficou conhecido como "ministro das trevas!",
por ter sido convidado para gerir a crise energética.

O SEGUNDO MANDATO DE FERNANDO HENRIQUE: GERENTE DA CRISE (1998 – 2002)

Em seu discurso de posse para o segundo mandato, Fernando Henrique afirmou que não seria um gerente de crise. Não foi bem assim. O grupo que apoiava Fernando Henrique teve uma vitória esmagadora nas eleições de 1998: elegeu 21 dos 27 governadores, 74% dos deputados federais e 84% dos senadores. Com tamanho apoio político e com a inflação sobre controle, seria possível esperar que o governo voltasse os olhos para o crescimento econômico e a geração de empregos. O slogan da campanha de Fernando Henrique era justamente esse: *"o homem que acabou com a inflação, vai acabar com o desemprego"*. Nada mais falso. A economia continuou a andar a passos de tartaruga – média de 2% ao ano. O desemprego bateu recorde sobre recorde. Chegou à marca de 20% em algumas capitais. O segundo mandato foi marcado por uma série de crises, todas previstas com pelo menos um ano de antecedência pelos críticos, omitidas pela mídia e que somente tiveram atenção do governo quando estouraram. Foi assim com a crise do real, quando o governo foi obrigado a desvalorizar a moeda, 15 dias após a posse para o segundo mandato. O real dobrou de preço em questão de dias, prejudicando empresas que tinham feito contrato em dólares, confiando no governo. Foi assim com a crise do apagão em 2001. Os críticos afirmavam que as empresas que haviam comprado as estatais de energia não estavam investindo. A economia, mesmo em crescimento lento, consumia mais energia e haveria um racionamento. O governo negou o racionamento por mais de um ano. Até ter que nomear Pedro Parente como ministro responsável pelo racionamento de energia elétrica. Com o racionamento o consumo caiu. Mas as empresas estrangeiras que compraram as estatais não tiveram prejuízo: havia uma cláusula contratual que garantia lucro mínimo. Com base nessa cláusula a energia foi aumentada acima da inflação para

garantir a lucratividade das empresas. Então o povo foi chamado a economizar. Economizou. E ganhou aumento de presente. Talvez os defensores desse governo chamem isso de choque de gestão. *O ano de 2002 foi marcado pela epidemia de dengue, causada pelos cortes de recursos no Ministério da Saúde de José Serra.* A cada crise, mais o governo se desgastava perante a opinião pública e menos autoridade tinha sobre seus aliados: isso quer dizer mais cargos, ministérios e verbas para eles. A crise chegou a tal ponto que o FMI impôs uma condição ao governo. Uma medida chamada *superávit primário:* superávit primário é o montante de dinheiro que deveria sobrar em caixa depois que o governo paga as contas todas. Para o FMI, o Brasil somente garantiria o pagamento de suas dívidas para com os investidores se mantivesse em caixa uma porcentagem do PIB após pagar tudo, inclusive os investidores. Isso seria necessário para garantir que o Estado estava sendo bem gerido – e garantiria o Estado mínimo. Mas como o governo não baixava as taxas de juros, a dívida não baixava, mesmo com pagamentos cada vez maiores que efetuávamos. O governo cortou investimentos em educação, transportes, energia e saúde para pagar uma dívida que ele mesmo aumentava. Entre 1995 a 2003 o Estado economizou 168 bilhões de reais e pagou 577 bilhões de reais em juros. Mesmo assim a dívida subiu de 154 bilhões para 881 bilhões. Apolítica foi mantida até o final do governo.

Quem ganhava com isso?

- grupos nacionais que empestavam dinheiro ao governo a juros altíssimos: os banqueiros que foram os que mais lucraram no período Fernando Henrique.
- grupos de investidores internacionais que também emprestavam dinheiro a juros altos para lucrar sem riscos. Entre esses investidores, banqueiros é claro.
- o FMI, apoiador dos grupos internacionais. As exigências do FMI foram tantas que não sobrava espaço para o governo fazer mudanças necessárias para o crescimento econômico e melhoria dos índices sociais.
- a equipe governamental que acreditava que a manutenção da política traria resultados a médio prazo. Praticamente todos, após serem demitidos do governo, assumiram o controle de grandes bancos.

A sucessão incrível de crises só poderia ter levado a uma crise social sem precedentes. O desemprego foi a taxas jamais vistas. O rendimento médio do trabalhador diminuiu 10% durante os dois governos Fernando Henrique. A população favelada cresceu mais que o dobro que o crescimento populacional. A violência urbana chegou a números de guerra civil.

O presidente Lula e d. Marisa na posse: multidão jamais vista em Brasília.

AS ELEIÇÕES DE 2002: LULA PRESIDENTE.

Após 12 anos e três mandatos de políticas neoliberais, a população sinalizava claramente vontade de mudanças. Essa vontade foi percebida por todos os candidatos, inclusive José Serra, que fora ministro de Fernando Henrique por anos e era do mesmo partido do presidente – o PSDB. Todos os candidatos falavam como se fossem oposicionistas. Mesmo o aliado de Fernando Henrique, José Serra, criticou de dentro do PSDB alguns dos exageros das políticas neoliberais. Os principais analistas econômicos afirmavam a necessidade de mudanças, e afirmavam que dificilmente essas mudanças viriam: *o Brasil tinha muita dependência dos investidores externos para pagar as contas*. Se eles fugissem, iríamos à falência.

Meses antes das eleições, o principal candidato da oposição, **Luis Inácio Lula da Silva** foi obrigado a publicar um documento conhecido como *Carta ao povo brasileiro*, onde se comprometia a não fazer mudanças radicais na política econômica. Para Lula, parecia ser melhor um país a beira da falência, que um país falido de fato, caso os investidores sumissem. Para muitos eleitores da esquerda, inclusive para esse autor, a Carta afirmava que as mudanças não viriam, ou viriam de forma lenta. As eleições marcaram a primeira vitória da esquerda no país para um cargo de presidente da República: **Lula** foi eleito com folga no segundo turno.

Mas no Congresso o presidente eleito enfrentaria grandes problemas: os aliados de Fernando Henrique eram 304 deputados. Já os aliados de Lula eram 188. Estava desenhada outra grande dificuldade de **Lula** em seu primeiro mandato: conseguir maioria no Congresso para fazer as mudanças que considerasse necessárias.

BREVE INTRODUÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA NEOLIBERAL

Várias foram as vozes no Brasil e no exterior protestando contra a omissão do Estado neste momento de domínio neoliberal. No Brasil, muitos foram os movimentos populares de esquerda organizados para se oporem à privatização do Estado e ao abandono da população pela ausência de políticas públicas consistentes. Um dos movimentos mais importantes da atualidade é o *MST – Movimento dos Sem Terra*. O MST, nascido em 1984, insere-se em uma *longa história de resistência* contra a concentração fundiária no Brasil. O movimento continua a tradição de luta iniciada pelos quilombos na Colônia e Império, encontra eco em Canudos e Contestado, segue a história republicana com as Ligas Camponesas na década de 50 e 60 e a CPT católica na década de 70, que ainda é aliada do MST. A marca da presença do MST é a prática de invasões de terras improdutivas, prática essa que começou durante a ditadura com a CPT. O primeiro congresso nacional do MST, em 85 já trazia como lema *"A ocupação é a única solução"*. No governo José Sarney, graças a pressões de grupos organizados de esquerda, aprovou o *PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária* – que cumpriu apenas 6% da meta prevista de desapropriação e assentamentos de terra. Ficou evidente a força de pressão da *bancada ruralista*, que apoiava o governo, e vinha quase toda da antiga ARENA, mas também estava presente no PMDB. Mesmo com a ação organizada da bancada ruralista na constituinte, a esquerda conseguiu aprovar artigos que definem a *função social da terra* e que sempre que ela seja violada, a terra seja destinada a *Reforma Agrária*. Por outro lado, a eleição de Collor marcou um retrocesso na luta pela desconcentração. O próprio presidente era membro da elite agrária nordestina. O governo aumentou a repressão contra os sem terra, transformando novamente a questão agrária em caso de polícia. Mas foi justamente nesse contexto de perseguição que o movimento tomou escala nacional. Com a eleição de Fernando Henrique, as políticas agrárias se voltam novamente para a exportação. Era necessário exportar ao máximo para poder pagar os juros da dívida. A produção para o mercado interno – alimentos – ficou em segundo plano. Foi justamente no governo FHC que em 17 de abril de 1996, 21 sem terra foram assassinados em Eldorado dos Carajás, no Pará. Literalmente diante das câmeras dos jornalistas. Mesmo assim o movimento cresceu. A prática de invasões e a visibilidade que o problema do latifúndio improdutivo ganhou na imprensa incomodaram o governo. Fontes ligadas a FHC chegaram a dizer que o presidente reclamaria junto ao papa pelo apoio dado ao MST pelos bispos de esquerda. D. Tomás Balduíno, bispo líder da CPT reagiu ironicamente afirmando que o presidente somente se exporia ao ridículo. O governo recuou. Por outro lado, pesa a favor de FHC o fato de ter promovido mais assentamentos que seus antecessores durante a democracia. Mas ainda é pouco, perto da amplitude do problema da concentração fundiária, do latifúndio improdutivo e, o que é pior, da ***terra grilada***, ou seja, roubada do nosso povo.

Outro movimento social importante nos últimos anos, que segue os passos do MST é o *movimento dos sem-teto*. A luta é pela democratização do espaço urbano e pelo *fim da especulação imobiliária*. Temos um quadro especulativo quando alguém quer retorno sem investimento. No capitalismo, todo investimento visa retorno, ou seja, lucro. Mas todo investimento tem um risco. O investidor pode perder o capital se o negócio não der certo. O especulador quer o lucro sem o risco do investimento. Nas grandes cidades brasileiras são comuns os proprietários de imóveis que literalmente os abandonam, sem pagar os impostos ao governo. Não investem no imóvel na esperança de que alguma modificação urbana venha os valorizar: uma nova avenida, uma estação do metro, por exemplo. Esses proprietários, portanto, ocupam o espaço urbano que é de todos, sem nenhuma finalidade a não ser alguma possibilidade de lucro no futuro. O movimento surgiu no final da década de 90 e tinha como alvo esse tipo de imóvel, comuns tanto na região central como na periferia de São Paulo. Da mesma forma que o MST, o movimento ocupa imóveis abandonados e pressiona o governo por sua desapropriação. Desta forma, chama a atenção da sociedade para o problema da injustiça na ocupação do espaço urbano.

Os movimentos sociais vistos acima, atacam justamente aquilo que o neoliberalismo tem de mais sagrado: o *direito de propriedade*. Para o neoliberalismo, assim como para o liberalismo clássico, dos séculos XVIII e XIX, a propriedade é direito inquestionável. Esses movimentos também pressionam outro ponto sensível do neoliberalismo: a *ação social do Estado*. Para os neoliberais e os velhos liberais do século passado o Estado não pode ser responsabilizado pelas condições de vida das pessoas. Isso é um problema do indivíduo, não da sociedade.

É da opinião deste outro movimento social, que é o ***Cursinho Popular dos Estudantes da USP,*** que o Estado não pode estar voltado somente para a garantia dos direitos dos proprietários. Conosco na batalha pela educação de qualidade estão outros *cursinhos e escolas comunitárias* espalhadas pelo Brasil. Nossos movimentos ocupam dessa forma um espaço que deveria ser do Estado. Ocupamos esse espaço, mas sempre fazendo as pressões para que o Estado faça a sua parte, que é devida por lei. Procuramos ensinar que acima do direito de propriedade está o ser humano. *As políticas de Estado somente fazem sentido quando visam o ser humano em sua totalidade*. É neste sentido que orientamos nosso entendimento da História. Esperamos que a leitura da apostila e as aulas tenham sido agradáveis. Mas principalmente que tenham sido úteis como forma de despertar a consciência para os inúmeros problemas que temos de enfrentar se quisermos uma sociedade justa. Há muito o que fazer, meus caros.

Vamos à luta, CIDADÃOS!

EXERCÍCIOS

1. (FATEC-SP) Os problemas e desafios da sociedade atual caracterizam a existência de uma nova fase da história, sintetizada pela noção de Nova Ordem internacional, que tem como marcos inaugurais:
a) o uso de artefatos atômicos com objetivos bélicos, a queda das ditaduras ocidentais e o encerramento da Segunda Guerra Mundial.
b) a independência das antigas colônias europeias, a Guerra do Vietnã e as revoluções socialistas em várias partes do mundo.
c) a suspensão da Guerra da Coreia, a recuperação econômica do Japão, após a Segunda Guerra Mundial, e a Revolução Cultural Chinesa.
d) o fim da supremacia econômica norte-americana, a formação dos blocos econômicos regionais e a criação do Fundo Monetário Internacional.
e) a queda do Muro de Berlim, o fim oficial da União Soviética e o encerramento da Guerra Fria. Cap 70, ex 1

2. (IBEMEC-SP) Muito se tem comentado sobre o neoliberalismo, uma nova forma de atuação econômica que tem caracterizado o mundo na atualidade. Sobre essa nova prática, no Brasil, é correio afirmar:
a) caracteriza-se por uma intervenção cada vez maior do Estado na economia.
b) busca preservar para o Estado, apenas os setores considerados vitais para a segurança, como o das telecomunicações.
c) defende uma prática tarifária nitidamente protecionista, especialmente em relação aos parceiros do Mercosul.
d) procura reduzir radicalmente a intervenção do Estado na economia, o que justifica a realização de uma política de privatizações.
e) levou ao abandono da política de formar blocos econômicos, em razão das divergências com antigos parceiros, co-m a Argentina.

3. (PUCAMP-SP) Analise os textos.

Diante dos documentos internacionais que começam a expor: verdadeira situação do Brasil, depois das reformas neoliberais da Constituição e da economia, o único álibi que os responsáveis pelo resultado clamoroso podem invocar é que o "processo não está concluído'

Jânio de Freitas. In Folha de S.Paulo 19 set. 1999. Caderno 1. p. 5

Nos anos 1980 e 1990, sob o paradigma neoliberal, dilui-se a "legitimidade" dos projetos de desenvolvimento e debilitaram-se os Estados nacionais. Liberalização, desregulação e privatização passaram a constituir os pilares de uma suposta "nova ordem" que promoveria a modernização e o progresso por força das virtudes da eficiência alocativa dos mercados de capitais.

Luciano Coutinho. In: Folha de S.Paulo,12 set. 1999. Caderno 2. p.2.

Os dois autores referem-se ao projeto neoliberal implantado no Brasil pêlos últimos governos da Federação. A partir da análise dos textos, pode-se depreender que o projeto neoliberal, no Brasil
a) acelerou o processo de distribuição de renda no País.
b) fortaleceu o poder de intervenção do Estado na economia.
c) não alcançou ainda os objetivos pretendidos pêlos seus idealizadores.
d) ultrapassou a fase de implantação do progresso e da modernização econômica.
e) alavancou o projeto de desenvolvimento industrial.

4. (PUCAMP-SP) Leia os textos:

A crise econômica recente no Brasil demonstra que qualquer país está ameaçado por turbulências informativas e movimentos especulativos nos mercados financeiros globais.

Manuel Castells. In: Folha de S.Paulo, 23 maio 1999. Caderno Mais, p.5.

(...) uma crise aguda da economia brasileira seria transmitida a toda a América Latina e provocaria uma catástrofe nos Estados Unidos, que destinam 20% de suas exportações a essa região. A Europa, evidentemente, também não seria poupada por uma crise geral da economia. Foi menos o futuro do Brasil do que o medo de uma tal crise mundial que mobilizou uma ajuda internacional considerável para livrar o País dos apuros.

Alain Tourain. In: Falha de S.Paulo. 31 jan. 1999. Caderno Mais. p. 5.

O Plano Real, adotado pelo governo de Itamar Franco, em 1994, contribuiu para a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. No final de 1998 e início de 1999, o Plano Real sofreu uma crise que fez cair os índices de popularidade do presidente. De acordo com os textos, essa crise estava relacionada, principalmente,
a) à fuga de capitais ocorrida no final de *1998*, que provocou uma redução nas divisas e desvalorização cambial.
b) aos conflitos entre Brasil e Argentina, na definição das taxas alfandegárias para importação/exportação de alimentos.
c) aos baixos investimentos do governo nas áreas sociais, especialmente na saúde, educação e moradia. j
d) à falta de decisão política do governo para enfrentar os problemas decorrentes da baixa oferta de trabalho.
e) ao retorno do processo inflacionário.

5. (IBEMEC-SP) Dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que, em agosto deste ano. (1999) a produção industrial brasileira voltou, finalmente, ao mesmo patamar de agosto do ano passado (crescimento zero) – registrando o seu melhor desempenho dos últimos treze meses.

O Globo, 7 out. 1999.

Esta crise industrial foi o resultado de uma combinação de fatores externos e internos, que terminou gerando mais desemprego e uma menor arrecadação tributária para o governo. Os fatores por ela responsáveis foram:
a). a queda nas exportações para os Estados Unidos e as greves operárias patrocinadas pela CUT.
b) o endividamento exagerado das empresas nacionais, ficando o preço dos nossos produtos sem competitividade.
c) a crise russa, acarretando aumento dos juros e baixa no consumo.
d) a crise nas bolsas orientais, provocando a desvalorização cambial brasileira e queda nas exportações.
e) os problemas tarifários com a Argentina, abalando o relacionamento no Mercosul e dificultando a comercialização dos nossos produtos industrializados.

6. (MACK-SP) Em 28 de fevereiro de 1986, o governo federal anunciou uma drástica mudança em nossa economia, visando deter o processo inflacionário. Sobre este plano é válido afirmar.
a) O plano incentivava a especulação financeira.
b) Manteve a antiga moeda, o cruzeiro, bem como a correção monetária.
c) Contou com amplo apoio popular, congelou os preços e criou uma nova moeda, o cruzado.
d) Foi apoiado por todos os partidos e setores sindicais.
e) A taxa inflacionária no primeiro mês continuou a subir, mesmo após a aplicação do plano.

7. (FGV-SP) Em 1986, dentre as medidas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para serem implementadas nos países que, como o Brasil, tinham volumosa dívida externa, podemos destacar:
a) o crescimento interno acelerado.
b) a contenção dos gastos públicos.
c) a nacionalização dos bancos privados.
d) o não pagamento dos juros da dívida.
e) a distribuição interna da renda.

8. (FGV-SP) A eleição para o Congresso Constituinte, em novembro de 1986, teve como resultado uma nítida maioria do bloco de:
a) centro-direita, vinculado ao PFL e PDS.
b) centro, vinculado ao PMDB e PFL.
c) esquerda, vinculado ao PT e PDT.
d) centro-esquerda, vinculado ao PTB e PCB.
e) parlamentares independentes, desvinculados dos partidos

9 . (Unicamp) "*Caminhando e cantando e seguindo a canção. Somos todos iguais braços dados ou não. Nas escolas, nas ruas, campos,*

construções.(...) Os amores na mente, as flores no chão. A certeza na frente, a história na mão. Caminhando e cantando e seguindo a canção. Aprendendo e ensinando uma nova lição." Geraldo Vandré. "Pra não dizer que não falei de flores" 1968.

"*Eu aprendi, a vida é um jogo, cada um por si e Deus contra todos. Você vai morrer e não vai pro céu. É bom aprender, a vida é cruel. Homem primata.Capitalismo selvagem. Eu me perdi na selva de pedra, Eu me perdi, eu me perdi."* Titãs, "Homem primata", 1986.

As canções anteriores. muito cantadas pela juventude de suas respectivas épocas. exprimem comportamentos e atitudes de amplos setores jovens diante se dois momentos diferentes da vida política brasileira.

a) Identifique, a partir dos elementos das letras das canções e de seus próprios conhecimentos sobre o assunto as principais características das duas conjunturas às quais as canções estão relacionadas.

b) Comparando as duas canções, identifique e explique os principais significados que elas exprimem em relação a comportamentos e perspectivas da juventude em cada um desses momentos

10. (PUC-RJ) Por toda a Amazônia, vem-se repetindo o problema: denúncias de ocupação ilegítima de terras de reservas indígenas. Sobre este problema, são verdadeiras as afirmativas abaixo, com exceção de uma. Assinale-a:

a) O principal responsável por estes problemas é o fluxo contínuo de migrantes de outros pontos do país, onde não têm acesso à terra, e que se apropriam de áreas devolutas ou reservas indígenas pouco ocupadas da Amazônia.

b) as reservas indígenas encontram-se quase desprotegidas diante da ação de grupos que vêm ocupando esta região, seja pela ausência de demarcação das reservas, seja pela pequena fiscalização dos órgãos federais e estaduais.

c) a valorização das terras amazônicas deve-se à descoberta de novos recursos econômicos, bem como à entrada de capitais estrangeiros na região, em função de uma política de ocupação desta região, estimulada pelo governo.

d) a defesa dos indígenas pela Igreja, através de suas organizações regionais, é um mecanismo importante para a preservação de suas culturas, pois muitas vezes a ação da Funai não se apresenta com a eficiência necessária.

e) o avanço da fronteira em direção ao norte e oeste da Amazônia acarreta problemas complexos, como a transformação das atividades tradicionais da região, e se manifesta nos frequentes conflitos por terras.

11. (Fuvest-SP) *As comunidades negras do vale do Ribeira não têm título das terras que ocupam, mas estão reivindicando o direito coletivo de possuí-las com base na Constituição de 1988* (...). Liana John. Jornal da Tarde, 28/12/1993.

a) Explique a origem das comunidades negras a que se refere o artigo do jornal.

b) Qual a relação entre o problema colocado pelo texto e o fato de a Constituição de 1988 ser chamada de "constituição-cidadã"?

12. (Fuvest-SP) Sobre os últimos cinquenta anos no Brasil, é possível afirmar que:

a) cresceu a população das cidades, desapareceu a dependência econômica e acentuou-se o preconceito racial.

b) progrediu a tendência ao federalismo, a Igreja católica perdeu seu poder e foram raras as crises econômicas.

c) aumentou o setor de serviços, houve significativo êxodo rural e a condição da mulher transformou-se.

d) melhorou a pesquisa científica, a economia atingiu patamares de primeiro mundo e a tecnologia alcançou a maioria da população.

e) avançou a reforma agrária, a renda nacional passou a ser mais bem distribuída e aumentou o protecionismo à produção nacional.

13. (Fatec-SP) No governo do presidente Itamar Franco (em junho de 1994) foi lançado, pelo seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano econômico conhecido como Plano Real. Este plano equiparou a moeda brasileira ao dólar.

a) Reduziu a taxa de juros e anunciou a contenção do déficit público com uma política de demissões dos funcionários públicos que possuíssem altos salários.

b) Elevou as taxas de juros e anunciou a redução do déficit público, devido aos empréstimos do FMI, combinado com a contratação de centenas de novos fiscais para impedir a importação de produtos supérfluos no mercado brasileiro.

c) Diminuiu as taxas de juros, proporcionando ao pequeno e médio empresário brasileiro a possibilidade de competir com os produtos trazidos pelas empresas multinacionais.

d) Elevou a taxa de juros e anunciou a redução do déficit público, devido à privatização das empresas estatais.

e) Diminuiu as taxas de juros, facilitou o crédito para as micro e médias empresas, diminuiu os impostos sobre a produção de bens nacionais, para incentivar o aumento da produção de bens nacionais, e controlou o déficit público com uma agressiva política de nacionalizações de empresas estrangeiras

14. (Univates-RS) Assinale a alternativa mais correta sobre o Brasil pós-1970:

a) A mulher entrou num processo contínuo e acentuado de retorno à condição de mãe e dona-de-casa em detrimento de uma profissão remunerada.

b) Nos partidos políticos, a maioria dos postos chave, como a presidência das Executivas, são ocupados por mulheres.

c) A Constituição de 1988 estabeleceu, pela primeira vez, que na sociedade conjugal direitos e deveres são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

d) A Constituição proíbe a eleição de mulheres a presidente da República e a todas as instâncias do Judiciário.

e) Durante o regime militar, as mulheres gozaram de determinados privilégios em relação aos homens: elas não foram interrogadas, presas, nem tiveram direitos políticos cassados.

15. (Mack·SP) o Plano Cruzado, anunciado pelo Ministro Dílson Funaro a 28 de fevereiro de 1986, teve ampla aceitação popular, aumentando o prestígio do governo Sarney e do PMDB. Contudo, meses depois, a inflação retornou, levando ao fracasso a política econômica do governo. Contribuíram para este fato:

a) a redução do poder de compra em decorrência do plano levou a violentas manifestações populares.

b) a derrota do PMDB nas eleições facilitou a queda do ministro Funaro e de sua política econômica.

c) o rápido controle do déficit público, o corte de subsídios e a demissão de funcionários geraram forte oposição ao governo.

d) preocupado com a vitória nas eleições, o governo não fez os ajustes necessários no plano, o déficit não foi controlado e a produção não atendia a demanda.

e) a violenta recessão provocada pelo plano, já que foram reduzidas as oportunidades de emprego.

16. (Fafeod·MG) *Não tem cabimento o Brasil ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e ter 30 milhões de pessoas passando fome*. (Pedro Simon, então ministro da Agricultura, citado na Revista Veja de 18 de setembro de 1985.)
O desabafo do então ministro Pedro Simon (governo Sarney) sobre as distorções da economia agrária brasileira contemporânea se justifica, exceto:
a) pela persistência no Brasil de uma economia agrícola destinada aos mercados internacionais.
b) pelo fracasso dos sucessivos e inoperantes planos de reforma agrária no país.
c) pelos problemas de armazenamentos e de distribuição de alimentos no território nacional.
d) pelas desigualdades de renda e de distribuição de riqueza na sociedade brasileira.
e) pela sensível redução da população rural brasileira a partir de meados da década de 1960.

17. (Mack-SP) *O desemprego nas áreas metropolitanas cresce, impulsionado por uma selvagem política de redução de custos e de modernização tecnológica posta em prática especialmente no setor industrial (...). Em contrapartida, assistimos à crescente imobilização do Estado, dilapidado pelas altas taxas de juros, afogado em dívidas, incapaz de levar avante políticas sociais*. (Fernando Novais e João M. Cardoso de Meio)
O texto acima descreve o contexto histórico e a economia brasileira no período da:
a) Era Vargas.
b) Ditadura Militar.
c) Fase Populista.
d) República Velha.
e) Década de 1990.

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

A PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA (1889 – 1930)

01.B	02.E	03.C	04.E	05.C	06.D	07.B	08.A
09.A	10.D						
11.A	12.A	13.B	14.B	15.D	16.C	17.C	18.A
19.C	20.C						
21.E	22.D						

23 a) A estrutura da propriedade da terra era marcada pelo latifúndio. Desde o período regencial, latifundiários tinham o título de coronéis, por participar da Guarda Nacional. O coronelismo é a política de dominação do coronel em sua região. É uma autoridade patriarcal, baseada no domínio econômico, político, militar e religioso. A base do seu poder é justamente a terra.
b) O voto de cabresto era o instrumento do poder político. O coronel tinha o poder de impor o voto nas pessoas que giravam em sua esfera: família, parentes pobres, empregados, pequenos proprietários vizinhos etc. Conseguia
24. A imigração europeia foi fundamental para a indústria por trazer mão de obra com alguma especialização e já habituada ao trabalho assalariado. Sem falar do fato do imigrante ser branco em um momento em que as teorias pseudocientíficas da inferioridade racial do negro tinham ampla aceitação. O trabalho assalariado foi a alternativa para a indústria que nascia no final do século XIX para substituir a escravidão decadente e que terminaria legalmente em 1888.
25. A cultura cafeeira concentrou capitais no Estado de São Paulo, desde pelo menos a década de 70 do século XIX. A prosperidade do café, aliada com o aumento da demanda, levou a expansão da lavoura pelo interior, a criação de cidades e de infraestrutura de transporte: ferrovias. Além de um sistema bancário capaz de financiar lavoura e o comércio que crescia para abastecer as cidades. Então o café trouxe mão de obra, capital e tecnologia para a região, que seriam utilizados na industrialização.
26. O período da República Velha foi marcado pelo aumento populacional gerado pela imigração, pela lenta expansão da indústria e pelo crescimento da importância de elites locais responsáveis pelo mercado interno, que se tornava aquecido. Todos esses fatores levou ao aumento da importância de grupos pouco visíveis no século XIX: a classe média urbana, o operariado, a burguesia industrial e elites locais, que se descontentaram com a falta de espaço político da república oligárquica.
27. A Revolta da Vacina foi um levante popular causado pela imposição de reformas sanitárias no Rio de Janeiro, da vacinação sem informação para a população e das péssimas condições de vida da população pobre. O levante foi duramente reprimido e centenas de pessoas foram enviadas para a Amazônia. A Revolta da Chibata foi liderada por João Cândido contra os maus tratos e a péssima alimentação dada aos marinheiros. João Cândido e outras lideranças foram presas. A prisão no distante Amapá foi a solução encontrada pela elite para livrar o Rio de Janeiro de "perturbadores da ordem" como os revoltosos e posteriormente os anarquistas e comunistas.
28. A Campanha Civilista e a Política das Salvações foram movimentos da classe média contra urbana contra a política oligárquica. A primeira tentou eleger Rui Barbosa, a segunda partiu do Exército e fez campanhas moralizadoras nos estados. A Primeira Guerra possibilitou a ascensão da indústria e com ela da burguesia urbana e do operariado, outras duas forças políticas que se oporiam as oligarquias tradicionais na República Velha. Todas elas: classe média, exército, burguesia e operariado apoiariam Getúlio após 30.
29 c
30 a) A Revolta da Vacina: reação da população contra a imposição da política sanitária.
b) Primeiro vacinação obrigatória organizada de forma autoritária sem justificativas claras para a população. Mas também as obras de reurbanização do Rio de Janeiro causaram a demolição de muitos cortiços, levando a formação de favelas nos morros e o aumento dos aluguéis das moradias para a classe baixa. Tudo isso criou o clima de revolta.

c) A reurbanização tinha por objetivo modernizar a capital a partir de padrões europeus. O saneamento tinha a função de erradicar epidemias que anualmente assolavam o Rio de Janeiro afastando navios e investimentos estrangeiros, abalando a imagem e a economia nacional.
31. a) O texto se refere a Revolta da Vacina, movimento popular que se opôs a maneira autoritária e violenta com que eram conduzidas a política sanitária, da qual fazia parte a vacinação obrigatória, bem como a reurbanização do Rio de Janeiro. A política sanitária visava erradicar epidemias que assolavam a capital afugentando navios e investimentos. A reurbanização pretendia dar ares europeus e modernos a capital.
b) A modernização criou a distinção vista até hoje entre a cidade rica, com acesso a serviços e tecnologia, que se vê a beira mar nas grandes avenidas e as favelas, únicas alternativas para pessoas das camadas mais baixas da população.
32. O cangaço é o tipo de banditismo que podemos caracterizar como social, de acordo com o texto. Surgiu em um contexto de crise da economia rural nordestina após 1870, que rompeu laços de obrigação e dependência entre coronéis e camponeses pobres. A situação foi agravada por secas prolongadas. A crise gerou o banditismo que muitas vezes assumiu caráter messiânico, como no caso de Antonio Conselheiro, transformado em mito por enfrentar os poderosos locais. Esse também é o caso de Lampião, o Rei do Cangaço, conhecido por ser justiceiro e causar temor nos coronéis.
33. a) Os temores na capital eram a quebra da unidade nacional e o retorno da monarquia de inspiração religiosa. Os coronéis do nordeste temeram por suas propriedades e o clero por ter perdido o controle sobre os fiéis, que aceitavam a autoridade de Antonio Conselheiro.
b) Conselheiro representava a esperança diante da situação de penúria em que viviam a maioria dos brasileiros no sertão nordestino. Conselheiro investia contra a riqueza de coronéis e da Igreja e defendia que os sertanejos tinham direito a posse da terra.

A República populista (1930 – 1964)

01.A 02.A 03.E 04.A 05.D 06.B 07.C 08.E 09.C
10. O sindicalismo das primeiras décadas era influenciado pelas ideias marxistas e anarquistas que propunham a derrubada do capitalismo, da propriedade privada e do Estado burguês, apesar de guardarem entre si diferenças. Já o sindicalismo da Era Vargas foi marcado pela tutela do Estado. O sindicalismo devia organizar os trabalhadores para que eles, junto com os patrões, contribuíssem com o Estado na construção do progresso do Brasil. Esse sindicalismo não combativo, ligado aos interesses do Estado, ficou conhecido como *pelego*.
11. a) Vargas governou de 30 a 45, período que ficou conhecido como Era Vargas. Já o período que vai de 37 a 45, dentro da Era Vargas, ficou conhecido como Estado Novo.
b) O grande acontecimento internacional da Era Vargas no geral e do Estado Novo em particular foi a Segunda Guerra Mundial.

12. a) O contexto internacional foi a ascensão do nazi-fascismo que trouxe como consequência principal a eclosão da Segunda Guerra Mundial.
b) A política foi a indefinição entre qual lado apoiar: os aliados ou o eixo durante a Segunda Guerra. Oscilando entre um e outro, Vargas conseguiu comprar armas da Alemanha e um financiamento do governo dos EUA para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Somente quando ficou clara a derrota da Alemanha, Vargas apóia claramente os aliados.
c) Os neoliberais criticam a intervenção do Estado na economia com a criação de estatais e monopólio de áreas estratégicas. Também criticam a legislação trabalhista que onera a produção e tira a competitividade do produto e da economia como um todo.
13 d 14 c 15 e 16 d 17 d 18 c 19 a
20. O nacionalismo de Vargas se caracterizou pela ação do Estado na economia. Antes do Estado Novo Vargas profissionalizou o Estado, criando órgãos especializados para planejar as atividades existentes. Ex.: Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Mate etc. Durante o Estado Novo o investimento se deu em empresas estatais voltadas para as necessidades da indústria: Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores etc.
21. O governo Vargas tratava de criar um modelo de operariado nacional baseado na ética do trabalho. Sambistas foram 'estimulados' a não fazer apologia da malandragem, a não criticar o trabalho e o trabalhador. Esse 'estímulo' ficava por conta do DIP. O operário não devia aparecer como explorado, como na crítica marxista, mas como parte saudável de um organismo maior, a nação.

A República Populista - parte II

01.D 02.C 03.E 04.B 05.C 06.D
07. Durante a década de 50 a industrialização continuou sendo de substituição de importações. A grande diferença foi a presença de capitais estrangeiros de grandes somas e a instalação de um parque industrial de bens duráveis – automóveis, por ex. O capital estrangeiro começou a penetrar em áreas dominadas pelo capital nacional.
08. O populismo foi marcado pela democracia liberal. Os grupos políticos, principalmente PTB e PSD tinham que fazer discursos que atraíssem o voto da massa de trabalhadores urbanos para chegar ao poder. A base desse discurso era, na maioria das vezes, nacionalista.
09. A década de 50 foi marcada pelo discurso nacionalista dos partidos populistas. Lutava-se pela defesa da economia, da indústria e mesmo da cultura nacional. Com a descoberta dos poços de petróleo, o discurso nacionalista se voltou para a defesa do interesse nacional na exploração. O debate entre nacionalistas e liberais era se o petróleo devia ser explorado por uma empresa nacional ou estrangeira. O slogan o petróleo é nosso marcou o movimento em defesa da fundação da Petrobrás.
10. A população operária estava desencantada com a política de Jango graças à crise econômica e à inflação. Já a classe média estava alarmada pela agitação sindical influenciada pelos comunistas, pelo decreto da reforma agrária e os rumores de uma reforma urbana – o que acarretaria o confisco de imóveis.
11 d 12d 13e 14 d 15 e 16 b 17 b 18 e
19 a) A principal razão foi a política de nacionalismo econômico de Getúlio que afirmava que o Estado era responsável pela gestão da economia, devendo ficar no aparelho estatal determinados setores da economia considerados estratégicos, como por exemplo a exploração de petróleo, que nos daria autonomia energética necessária ao desenvolvimento.
b) O argumento favorável é que as estatais serviam de cabides de emprego para os detentores do poder, sendo portanto mau administradas e contribuindo menos que o necessário com a economia. Com menores custos, essas empresas privatizadas ofereceriam serviços melhores a preços menores à população. Um argumento contrário afirma que é estupidez passar para a iniciativa privada empresas com imenso potencial lucrativo ou mesmo que já davam lucros. Outro é que o Estado nacional poderia ficar mais frágil passando para as mãos de terceiros, as vezes estrangeiros, setores estratégicos da nossa economia, como a mineração em áreas amazônicas, por exemplo.
20 a) Vargas foi pioneiro no Brasil e em certo sentido no mundo ao implantar medidas de intervenção do Estado na economia, para salvar o Brasil da Crise de 29. Foram medidas em diversas áreas, desde as políticas de salvação do café, que não estocaram o produto, até a profissionalização do Estado, criando órgãos técnicos para acompanhar o desenvolvimento de setores vitais da economia, como o café, o açúcar e a indústria. Por fim a criação de empresas estatais para darem suporte ao crescimento industrial: Vale do Rio Doce, CSN e Petrobrás. b) Coube a JK perceber que o processo de industrialização de GV havia chegado ao fim. A indústria leve, destinada a substituir importações de têxteis e alimentos já não tinha mais como crescer. O novo plano econômico de JK foi baseado no tripé, ação do Estado, burguesia nacional e capital estrangeiro, que trouxe para o Brasil as primeiras indústrias automobilísticas. Podemos citar também a ação do Estado no Plano de Metas.
21. Segundo Vargas, o progresso do país depende de sua libertação da dependência. A dependência no caso seria justamente do capital internacional, que pode ir e vir de acordo não com o interesse nacional, mas de acordo com o interesse de seu proprietário estrangeiro. O texto afirma que enquanto dependermos do capital estrangeiro, não progrediremos nem seremos livres. O texto de JK afirma justamente o contrário: é bom para o interesse nacional a chegada do capital

estrangeiro: com sua técnica poderá prestar grande ajuda na construção do nosso parque industrial. O capital estrangeiro não vem para explorar, vem por ter interesse no desenvolvimento industrial do país.

22 c 23 c

24 A elaboração de 31 metas a serem atingidas em 5 setores chaves: energia, transporte, indústria, agricultura e educação. O plano pretendia fazer o Brasil crescer 50 anos em 5. A ação do Estado seria amparada pela burguesia nacional e pelo capital internacional, formando um tripé.

25. O Plano de Metas previa a ação do Estado em 5 setores fundamentais: educação, energia, transporte, agricultura e indústria. O plano previa a modernização e a expansão de cada um deles. No setor agrário, ficou muito claro para os numerosos deputados do setor rural, que a única chance de modernizar e expandir era com a reforma agrária. Para esses deputados, e a elite tradicional que representavam era inadmissível. Como eram numerosos no Congresso, conseguiram pressionar o governo, que para salvar as outras metas, literalmente abriu mão do planejado para a agricultura. A estrutura agrária herdada do Império ficou intacta.

26 e 27 a 28. d

29 a) Jânio da Silva Quadros. b) O presidente, na tentativa de agradar a esquerda no Congresso, se aproximou do Bloco Comunista durante a Guerra Fria. Condecorou Che Guevara, ministro de Fidel Castro, fez contatos diplomáticos com a URSS e mandou o vice-presidente Jango em viagem oficial à China.

30. Como as reformas de base eram extremamente amplas, abrangendo desde a reforma agrária, passando por modificações no sistema bancário, na tributação, na educação. Muitos setores da sociedade seriam diretamente atingidos, como a tradicional elite agrária, a burguesia financeira etc. Mas o grande apoio ao presidente veio somente do operariado urbano, dos sindicatos e de parte da classe média com simpatia pela esquerda.

A DITADURA MILITAR (1964 – 1985)

01.d 02.b 03.c 04.b 05.e 06.a 07.d 08.d

09. Os governadores dos estados e o presidente da república seriam eleitos pelos deputados. O presidente pelos deputados federais, os governadores pelos estaduais.

10. a) O pretexto foi um discurso feito por parlamentar da oposição que teria ofendido os militares;

b) Podemos citar o fim do habeas corpus e o fim da ampla defesa do réu, entre outros.

c) Na democracia os representantes do povo governam e os direitos vigentes são garantidos

11. O PT foi fundado por sindicalistas de esquerda, igreja progressista e intelectuais de esquerda. O PDT foi fundado por sindicalistas ligados ao trabalhismo: o sindicalismo de Estado.

12. a) O aumento da desigualdade social durante o período, mesmo com o aumento do número de pessoas na classe média.

b) A siderurgia, a indústria automobilística e a indústria leve: têxtil e alimentícia.

13. A CLT, criada no governo Vargas entre 30 e 45, foi concebida para atrelar os trabalhadores ao Estado. Nesse sentido não havia espaço para o sindicalismo livre e politizado. O sindicalismo devia refletir a vontade do operariado de colaborar com a Nação. Essa legislação foi amplamente utilizada pelos militares para tentar manter o sindicalismo de oposição sob controle legal, o que era do direto interesse da ditadura militar.

14. a) A Ditadura Militar e sua censura sobre os órgãos de imprensa. b) Houve aqueles que tentaram manter o papel da imprensa, mas tiveram que fazer de forma sutil, utilizando mensagens irônicas e metáforas. Isso tornava os textos nem sempre claros para o leitor comum. Mas todos os órgãos tiveram que se habituar com a presença dos funcionários da censura, e para tanto, ou circulavam com colunas bloqueadas, preenchidas com poesias e receitas, ou então deixavam simplesmente de circular.

15 d

16. Após vários anos de perplexidade, a esquerda e o centro reagiram ao Golpe Militar de 64. 68 foi marcado por protestos da oposição contra o regime, como o famoso protesto dos Cem Mil, em SP. A reação da ditadura à sociedade civil foi a ditadura escancarada, sem disfarces. O governo publicou o Ato Institucional número 5, que dava aos militares o direito de cassar direitos políticos, aposentar funcionários públicos. Pior de tudo, extinguiu o habeas corpus.

17 a) foi uma tentativa/proposta de renovação da cultura brasileira, principalmente na música popular. Não se fechava a influência do rock internacional, mas procurava se inspirar na cultura brasileira. b) a grande diferença entre o projeto tropicalista e o projeto da UNE era a política. A UNE queria que a arte fosse um instrumento de conscientização política para atrair o povo para a causa da esquerda, principalmente a esquerda comunista. Para a UNE, não haveria outra forma de se fazer arte consciente.

18 c 19 b 20 c 21 a 22 d 23 d

24 a) O pretexto foi o discurso proferido por um deputado de oposição pedindo para que a população não respeitasse os militares. b) O voto direto para representantes no legislativo e nos cargos do executivo. A presença do haveas corpus, que garante os direitos de liberdade do cidadão contra abusos Estado.

25 c 26 a 27 d 28 b

A NOVA REPÚBLICA (1985)

01.E 02.D 03.A 04.A 05.C 06.C 07.B 08.B

9.a) A canção de Vandré, do ano de 68, marcou a geração que se opôs a ditadura militar. Era a fase de transição do governo Costa e Silva para o governo Médici. Marcou o auge da oposição à ditadura, bem como sua consequência: o aumento da violência contra o regime. Em pouco tempo o Brasil estaria vivendo o milagre econômico, que ajudou a calar a voz da classe média. A segunda mostra o segundo ano de governo de José Sarney, marcado pela crise econômica, inflação galopante, falência do Estado, dívida externa, entre outros males causados pela ditadura.

b) A canção de Vandré exprime o sentimento de uma geração influenciada por ideais de esquerda, que acreditava ser capaz de vencer a ditadura, o individualismo capitalista e mesmo a sociedade capitalista como um todo, fazendo a revolução comunista. A letra do Titãs, irônica com certeza, mostra os valores capitalistas e individualistas consolidados. Não há esperança de mudança. Apenas o apelo para a adaptação, necessária a se dar bem no sistema. Nesse sistema, como diz a letra, é cada um por si.

10. a

11a) São comunidades remanescentes de quilombos, surgidos no decorrer do século XIX, ou até anteriores.

b) Ao contrário do período militar, onde a maioria das leis colocava deveres e proibições para a população, a Constituição de 1988 garante os direitos ao cidadão. No texto citado, os cidadãos estão pleiteando direito de propriedade junto ao Estado: a lei está colocada a serviço não de um pequeno grupo de privilegiados e amigos do poder, mas está um pouco mais voltada para o bem comum.

12 c 13 d 14 c 15 d 16 d 17 e

HISTÓRIA GERAL - II

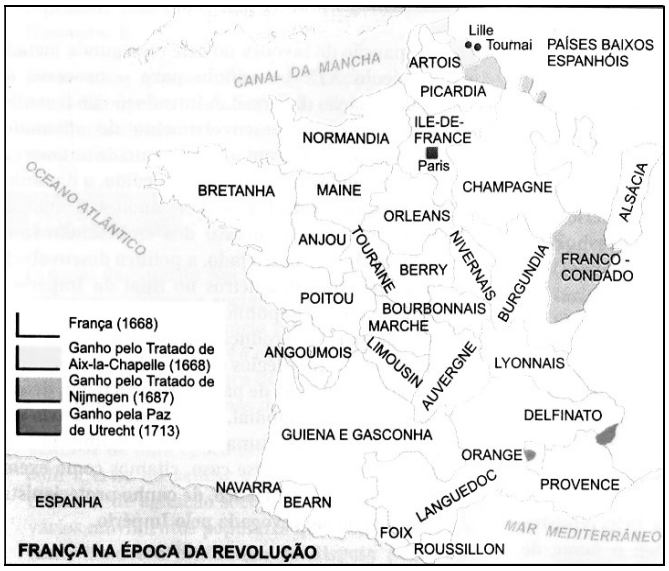
UNIDADE VI - FORMAÇÃO DA ERA CONTEMPORÂNEA

As Revoluções Burguesas marcaram o início da crise da modernidade. A crise, como vimos, é causada pelo descompasso que existia entre a forma de poder conhecida como Absolutismo, totalmente centrado nas mãos dos reis e de alguns nobres ou clérigos de confiança, e o poder econômico nas mãos da burguesia. A burguesia era um grupo social cada vez mais consciente do seu poder e com reivindicações políticas cada vez mais claras. Para o burguês influenciado pelo Iluminismo, o Absolutismo não se sustentava racionalmente. Não se sustentava também uma sociedade organizada a partir de conceitos medievais: a sociedade estamental e sua ideia de desigualdade por sangue ou nascimento. Tal situação político-social tinha pouca possibilidade de subsistir. É nesse contexto que se dá a ruptura com a modernidade e tem início a História Contemporânea. Por influência da escola francesa de historiografia, dizemos que a História Contemporânea começa com a Queda da Bastilha, em 14 de setembro de 1789. É o início da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo na Inglaterra, está acontecendo um movimento mais silencioso, mas também cheio de consequências para a economia, a política, a sociedade e a cultura: a Revolução Industrial. O mundo que chamamos de contemporâneo é fruto dessas duas revoluções. Dentre as imensas modificações em relação à modernidade, podemos dizer que são características do mundo contemporâneo:

- A ascensão da burguesia ao poder político – como veremos a burguesia não assume de vez o poder com a Revolução Francesa. Para a definitiva vitória burguesa no plano político houve uma série de movimentos de reação da antiga ordem.
- Enriquecimento recorde da burguesia – a Revolução Industrial e a consequente introdução da fábrica no processo produtivo levou a lucratividade da atividade burguesa a patamares jamais vistos.
- Vitória do liberalismo no século XIX – a maioria dos ideais liberais, burgueses por excelência, obtêm aceitação cada vez mais generalizada durante século XIX – livre comércio, libertação dos escravos, democracia, etc. O século XX, por sua vez, marca a decadência de uma série destes valores.
- Apogeu e decadência do domínio europeu sobre o mundo – o poderio europeu, que se inicia com as navegações, tem seu apogeu no século XIX e entra em decência com a Primeira Guerra.
- Ascensão dos EUA – o mundo pode assistir pela primeira vez um país do continente americano, recém colonizado, se colocar de igual para igual com as potências europeias. Após a Primeira Guerra, os EUA assumem a posição de a grande potência mundial.
- Emancipação da América Latina – após três séculos de dominação europeia, a América Latina se torna independente, salvo algumas exceções, durante o século XIX.
- Avanço da ciência e da tecnologia – fruto da interação de ciência e Revolução Industrial, hoje vivemos em uma sociedade onde ciência e tecnologia fazem parte do cotidianos da maioria das pessoas, pelo menos nos grandes centros.
- Emancipação do negro – um lento movimento que começou com a resistência negra à escravidão e que ainda passa pela resistência ao racismo e a superação dos problemas africanos, levou os negros, em amplas áreas do Ocidente, a um nível de gozo de direitos inimaginável na metade do século XIX.
- Emancipação da mulher – os movimentos feministas de luta por direitos da mulher no Ocidente conseguiram, apesar do persistente machismo, levar a mulher a competir em diversas áreas de igual para igual como o homem e a um gozo de direitos também impensável no século XIX.
- Emancipação da África e da Ásia – no século XIX, África e Ásia passaram por um período violento de dominação europeia, que durou até mais da metade do século XX. Hoje a colonização europeia terminou, mas os problemas decorrentes dela continuam: degradação ambiental e carência de alternativas econômicas na África e em amplas regiões da Ásia, além da rivalidade tribal derivada de divisões nacionais artificiais (promovidas pelos europeus), na África.
- Urbanização e êxodo rural – por influência direta da Revolução Industrial os séculos XIX, XX e XXI são marcados pela constante migração do campo em direção à cidade. No século XXI, pela primeira vez na história humana, graças à industrialização de Índia e da China, temos que a maior parte da humanidade vive em cidades.

AS REVOLUÇÕES BURGUESAS (PARTE IV): A REVOLUÇÃO FRANCESA

No fim do século XVIII, na França, a burguesia já liderava as finanças, o comércio, a indústria, fornecendo à monarquia os recursos necessários ao funcionamento do Estado. Por outro lado, a estrutura social da França conservava as características aristocráticas de sua origem: a terra ainda constituía fonte de riqueza social e conferia aos que a possuíam, o poder sobre aqueles que a cultivavam. A França continuava a ser um país de economia predominantemente agrária. Enquanto o **Antigo Regime** predominava na França, a Grã-Bretanha expandia sua produção industrial e o comércio exterior. Até a segunda metade do século, existiu certo equilíbrio entre essas duas potências europeias, mas a partir de 1763 a finanças francesas entraram em colapso, abalando toda a economia desta nação.



O crescimento da economia capitalista, portanto, encontrava obstáculos em remanescentes feudais. Nesse contexto, a burguesia exigiu liberdades econômicas, políticas e sociais a fim de eliminar as barreiras aristocráticas e assegurar o livre desenvolvimento do modo de produção capitalista. Entretanto, esses entraves e privilégios feudais se apoiavam na ordem política do Antigo Regime e sua eliminação implicava em derrubar toda a estrutura do Estado moderno, o que só seria possível com medidas radicais.

A França Pré-Revolucionária

A França ainda era um país agrário nos fins do século XVIII: de seus 23 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões viviam no campo. Luís XVI, o rei da França nessa época, havia recebido de seu antecessor um país economicamente arruinado, com súditos descontentes e oprimidos pelos impostos. Para agravar ainda mais a situação, a França contava, na época, com um grande crescimento demográfico, que exigia correspondente crescimento econômico. Além disso, a pequena produção agrícola, relacionada aos entraves feudais à produtividade e agravada também por fenômenos climáticos, causava acentuada elevação do preço do pão, tornando-o quase inacessível à população de baixa renda. Esse quadro fazia com que a miséria e a fome se alastrassem pela França.

Socialmente, a França ainda conservava traços muito fortes da estrutura medieval, apresentando três "estados" bastante segmentados, vejamos:

- **1° Estado (Clero)**: era o primeiro estado e se dividia em Alto Clero (bispos e abades, originários da nobreza) e Baixo Clero (padres e vigários, originários das camadas baixas da população).
- **2° Estado (Nobreza)**: constituía o segundo estado, detinha a posse de grande parte das terras e recebia privilégios da Monarquia como, por exemplo, a isenção de impostos.
- **O Terceiro Estado (Povo)**: formado pela burguesia e pelos trabalhadores (operários e camponeses), compreendia 98% da população e arcava com o peso de impostos e contribuições para o rei, o clero e a nobreza. Os outros dois estados não pagavam tributos e ainda viviam às custas do dinheiro público.

Nessas condições, a principal reivindicação do terceiro estado era a abolição dos privilégios e a instauração de uma igualdade civil.

O rei Luis XVI sobe à guilhotina

Ideologicamente, as ideias liberais do **Iluminismo** constituíam as ideias empregadas pela burguesia para fazer oposição ao Absolutismo e ao Mercantilismo do Antigo Regime. Mais tarde, condicionaram a conduta ideológica da própria Revolução Francesa.

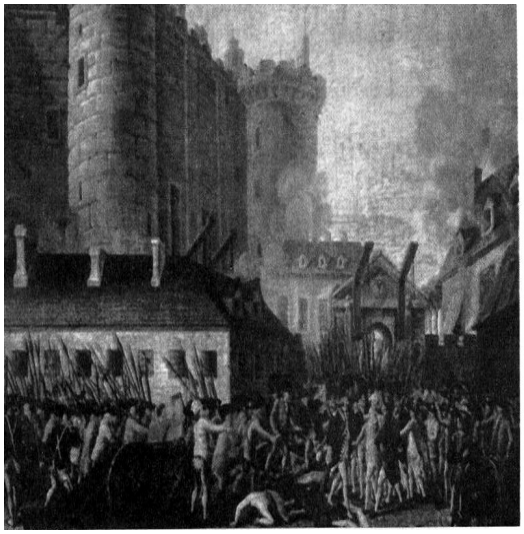
Nessa crise, a França estabeleceu um acordo comercial com a Inglaterra, em 1786, conhecido como "Tratado Eden-Rayneval", que permitia a entrada de vinho francês no mercado inglês, com baixas taxas alfandegárias, porém, fazia o mesmo com os tecidos ingleses no mercado francês. Esse tratado praticamente arruinou a indústria manufatureira francesa, levando a burguesia a acirrar seu ódio ao Antigo Regime.

Os Estados Gerais

Na tentativa de vencer a crise, o governo convocou a **Assembleia dos Notáveis** (1787), composta de representantes do clero, da nobreza e da alta burguesia, propondo que a nobreza também pagasse impostos; porém os nobres negaram. Luís XVI nomeou, então, um novo ministro das Finanças, o banqueiro **Jacques Necker** e convocou a **Assembleia dos Estados Gerais**, uma assembleia formada por todos os Estados que não acontecia desde 1614. Necker não pertencia à nobreza e por sua iniciativa o número de representantes do terceiro estado na reunião dos Estados Gerais dobrou. Além disso, propôs que o rei fizesse concessões à burguesia para que essa apoiasse sua política de reformas. A nobreza e o clero se opuseram, mais uma vez.

Os Estados Gerais deveriam discutir abertamente uma solução para a crise financeira e econômica que se agravava a cada dia. A notícia da convocação da Assembleia teve enorme repercussão na França. O país foi invadido por panfletos, cartazes e jornais, principalmente de cunho ideológico liberal, defendido pela burguesia, interessada em aproveitar a oportunidade e fazer exigências políticas, como a de que a votação fosse individual e não por estado.

Em maio de 1789, os Estados Gerais se reuniram no Palácio de Versalhes pela primeira vez. O Terceiro Estado foi informado que os projetos seriam votados com um voto por estado. Isto daria vitória à nobreza e ao clero que possuíam os mesmos interesses e se uniriam. O Terceiro Estado rejeitou a decisão, pois almejava uma discussão conjunta e uma votação por pessoa. Diante da negação de suas reivindicações, a burguesia e os trabalhadores proclamaram uma assembleia nacional em represália e, como consequência, Luís XVI mandou fechar a sala de reuniões. Em contrapartida, o terceiro estado se dirigiu para um salão que a nobreza utilizava para jogos. Ali mesmo fizeram uma reunião, em que ficou estabelecido que permaneceriam reunidos até que a França tivesse uma constituição, com a finalidade de limitar os poderes reais.



Esta cena é um clássico de Prieur e representa um dos momentos mais importantes da Revolução Francesa.
Em 14 de Julho de 1789, o povo toma a Bastilha, a prisão-símbolo da opressão do Absolutismo dos Bourbons. Foi a Revolução Francesa um dos pontos culminantes das Revoluções Atlânticas, significando o mais duro golpe no Antigo Regime. Dez anos depois, ela terminaria nas mãos de um só homem: Napoleão Bonaparte.

A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1789- 1791)

Após tamanha reunião, Luís XVI, finalmente, cedeu, ordenando ao clero e a nobreza a se juntarem ao terceiro estado, surgindo assim a **Assembleia Nacional Constituinte**. O objetivo do rei era ganhar tempo, pois organizava tropas para dispersar a assembleia.

No entanto, os produtos começaram a faltar; surgiram revoltas nas cidades e no campo. A reunião de tropas próximas à Paris, que dariam respaldo ao rei, e a demissão do ministro Necker provocaram insurreições em diversos pontos da França. Em **14 de julho de 1789**, ocorre a **Queda da Bastilha**, símbolo do Absolutismo Real e onde eram mantidos os presos políticos, foi tomada de assalto pelo povo.

Os camponeses, percebendo a fraqueza da nobreza, saquearam os castelos, executando famílias inteiras de nobres e queimando cartórios e títulos de propriedade. A burguesia, na Assembleia, temerosa de que as exigências chegassem também às suas propriedades, propôs a extinção dos direitos feudais como única forma de conter o furor revolucionário. Em 4 de agosto, foram abolidos pela Assembleia Nacional Constituinte os direitos e privilégios feudais, fato que ficou conhecido como "Jornadas de Agosto".

Preocupada em estabelecer teórica e ideologicamente a revolução, a burguesia fez aprovar a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. De inspiração iluminista, o documento proclama o direito à liberdade e à igualdade perante a lei, a inviolabilidade da propriedade, assim como o direito de resistir à opressão. A recusa de Luís XVI em aprovar a Declaração provocou novas manifestações populares na capital, conhecidas como "Jornadas de Outubro". O Palácio de Versalhes foi invadido e o rei obrigado a transferir sua residência para o Palácio das Tulherias, em Paris. Muitos nobres aceitaram e juraram fidelidade à Revolução, outros, os refratários, emigraram e deram início às agitações contra-revolucionárias nas províncias.

Em 1790, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a "**Constituição Civil do Clero**", que estabelecia que os bens eclesiásticos seriam confiscados para servirem de lastro à emissão de papel-moeda, chamado de *assignat*. No ano seguinte, foi terminada a elaboração da Constituição, que fazia da França uma **Monarquia Constitucional**, com separação de poderes, de acordo com o pensamento de Montesquieu e com a limitação do direito do voto em virtude do seu caráter censitário.

A CONVENÇÃO NACIONAL (1791-1795)

Instalada como órgão do Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa não conseguiu acalmar a situação no país. Os setores populares estavam descontentes porque continuavam sob o despotismo, não o da Monarquia Absoluta, mas o despotismo dos homens do dinheiro; setores da nobreza e do clero conspiravam com o apoio do rei, para tentar restaurar o Antigo Regime. As potências europeias, inicialmente indiferentes, uniram-se e preparavam a invasão da França.

Internamente, a crise começava a provocar divisões entre os próprios revolucionários: no início os patriotas estavam unidos contra os aristocratas; porém, com a evolução dos acontecimentos, essa unidade desapareceu. Em Paris, as classes populares, os chamados *sans-culottes*, queriam o tabelamento dos preços e exigiam maior participação no poder público.

Na Assembleia Legislativa, formaram-se grupos políticos defendendo seus interesses e ficaram conhecidos pela posição que ocupavam no anfiteatro de reuniões:

- à esquerda: eram os **jacobinos** ou **montanheses**, assim chamados por se sentarem nas partes mais altas da Assembleia;
- no centro: eram os constitucionalistas, defensores da alta burguesia e da nobreza liberal, grupo que mais tarde ficaria conhecido como **Planície**;
- à direita: eram os **girondinos**, defensores dos interesses da alta burguesia e que temiam a radicalização da revolução;
- na extrema-direita: encontravam-se alguns remanescentes da aristocracia que ainda não haviam emigrado e pretendiam restaurar o poder absoluto.

Em abril de 1792, a França declarou guerra à Áustria e à Prússia, pois para esses países tinham fugido os principais opositores do movimento revolucionário e seus governos pretendiam intervir na França, a fim de neutralizar a burguesia francesa. A guerra era desejo tanto da extrema-direita, representada pelo rei, quanto da aristocracia — que acreditava que os soberanos absolutistas da Europa derrotariam a Revolução, possibilitando-lhes o retorno ao poder e o controle da situação —, como pelos girondinos — que pensavam poder desviar para o conflito externo a pressão popular.

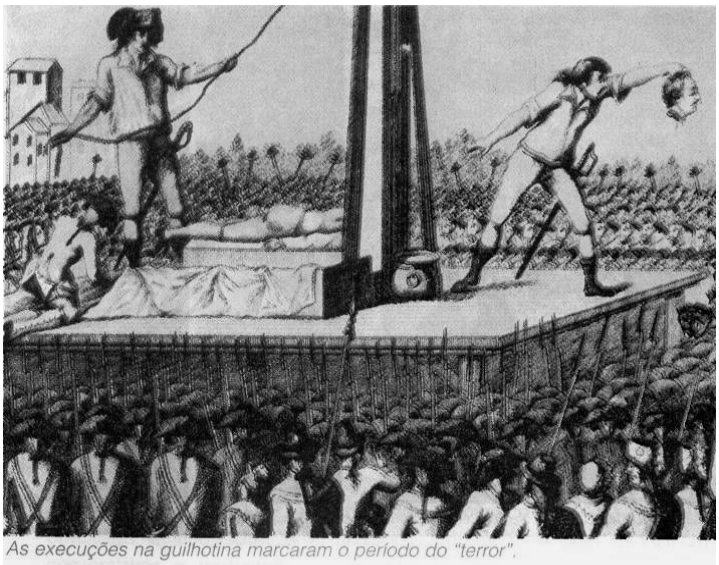
Em 20 de setembro de 1792, os austros-prussianos foram derrotados na **Batalha de Valmy**, e a guerra deixou claro que o rei e aristocracia eram aliados dos inimigos externos. A nação, por seu turno, identificava-se com a Revolução. Os líderes dos exércitos populares eram justamente os jacobinos que mais se destacaram na Convenção: **Robespierre**, **Marat** e **Danton**.

Em Paris, formou-se a **Convenção Nacional**, eleita por sufrágio universal, isto é, pelo voto de todos os cidadãos do sexo masculino. Ela assumiu o lugar da Assembleia, proclamou a República no dia 22 de setembro e condenou à morte, pela guilhotina, o rei Luís XVI. Sua morte provocou uma série de revoltas feitas por partidários da realeza na região de **Vendeia**.

A REVOLUÇÃO DOS JACOBINOS

Nas ruas de Paris, os *sans-culottes*, sob a liderança de Jacques Roux, exigiam reformas, controle de preços, mercadorias baratas e salários condizentes, reivindicações exatamente contrárias do que exigiam os girondinos. Neste momento, os jacobinos lideraram as reclamações e conseguiram formar o **Comitê de Salvação Pública**, inicialmente liderado por Danton, que tinha por obrigação o controle dos preços e a denúncia dos abusos realizados pelos altos comerciantes girondinos.

Em junho de 1793, o povo cercou o prédio da Convenção e exigiu a prisão dos deputados traidores e exploradores. Os jacobinos aproveitaram-se das manifestações populares e depuseram todos os girondinos, instaurando um novo governo, sob a liderança de Robespierre. Teve início, então, o período do **Terror**, que se estendeu de junho de 1793 a julho de 1794. Por toda a França surgiram comitês revolucionários que prendiam, julgavam e executavam sumariamente todo aquele que se tornasse suspeito de ser inimigo da Revolução. Todos os elementos acusados de ligações com girondinos e com a aristocracia contra-revolucionária foram executados na guilhotina depois de julgamentos populares.



As execuções na guilhotina marcaram o período do "terror".

Em meio a esse clima de agitações, a Convenção fez reformas de interesse popular: fixou preços máximos aos gêneros alimentícios e regulamentou os salários, criou escolas públicas, aboliu a escravidão nas colônias francesas e decretou uma ampla reforma agrária, além de dividir com os pobres os bens dos nobres emigrados. Ao mesmo tempo, os elementos mais radicais também eram executados. Hébert e Danton, ambos à frente dos **indulgentes** foram executados, fazendo com que Robespierre perdesse apoio popular.

A REAÇÃO DOS MODERADOS: A CONSOLIDAÇÃO DO PODER DA BURGUESIA

Entretanto, em 1794, a vitória do exército francês nas frentes de batalha e a derrota da contra-revolução na Vendeia provocaram uma nova mudança na luta pelo poder. De tanto assassinar líderes populares, a Comissão de Salvação Pública perdeu o contato com os *sans-culottes*. Nesse momento, os setores moderados voltaram com toda a força. Tendo perdido o apoio da massa parisiense, Robespierre e seus partidários foram guilhotinados.

O próprio líder jacobino Robespierre morreu na guilhotina.

Essa era a **reação termidoriana**, consistindo na vitória dos conservadores e da burguesia. Anularam-se várias

conquistas feitas pelos jacobinos: restaurou-se a escravidão nas colônias, liberaram os preços das mercadorias, retornaram as terras distribuídas aos camponeses e proibiram de cantar "A Marselhesa", o hino da Revolução. Além disso, permitiram o retorno de nobres e clérigos expatriados durante o governo jacobino. Os antigos líderes e apoiadores dos jacobinos eram executados, o que ficou conhecido como **Terror Branco**.

Promulgou-se, em 1795, uma nova Constituição, que criava um poder executivo composto por cinco membros, denominados Diretório, duas Câmaras Legislativas, o Conselho dos Quinhentos e o Conselho dos Anciãos.

O DIRETÓRIO E A INSTALAÇÃO DO CONSULADO (1795-1799)

O **Diretório**, de hegemonia dos girondinos, suprimiu o voto universal e restabeleceu o voto censitário, isto é, fazia um censo e somente aqueles que pagassem determinada quantia em impostos é que podiam votar ou serem eleitos. Isto significa que todos os esforços feitos pela maioria do povo francês foram aproveitados só pela alta burguesia.

Em oposição à reação dos girondinos, explodem revoltas populares ao longo da França. A de maior impacto foi a "**Conspiração dos Iguais**" (1796), liderada por "**Graco**" **Babeuf**, defendendo o fim das desigualdades, atacando a propriedade privada e os privilégios das elites, defendendo a coletivização da riqueza para todos.

Simultaneamente, as guerras externas continuavam, com vitórias francesas sobre a Espanha, Holanda e Áustria e as ideias revolucionárias burguesas continuavam a ser disseminadas por toda a Europa. O militar encarregado por todas essas ações foi um jovem general, Napoleão Bonaparte.

Dentre os adversários da França, o mais forte era a **Inglaterra**: sua posição geográfica, (a insularidade) e a força de sua marinha, a tornavam quase inatingível. Napoleão tentou enfraquecê-la tomando posse do Egito, cortando assim o comércio com o Oriente. Entretanto, no mar, com a vitória do **Almirante Nelson**, em Abukir (1798), sobre a esquadra francesa, seus planos naufragaram.

Nessas vitórias externas começa a se destacar a figura de **Napoleão Bonaparte**, líder militar famoso por sua habilidade em elaborar estratégias militares bem sucedidas. Os girondinos, pretendendo estabilizar internamente a França e consolidar a República, dão um golpe de Estado contra o Diretório e colocam o país sob a tutela de Napoleão, ação denominada **golpe do 18 brumário** (em 9 de novembro de 1799). Instaurava-se o **Consulado**, sob o controle hegemônico de Napoleão, consolidando as conquistas da revolução burguesa na França. Entretanto, em breve Napoleão se utilizaria de seu poderes para instaurar uma ditadura militar no país.

Ao longo dos dez anos de convulsões que assolaram a França, a aristocracia perdeu seus privilégios, desapareceram os laços feudais que prendiam camponeses ao clero e à nobreza, e as atividades mercantis da burguesia das cidades não mais estavam sujeitas ao corporativismo arcaico. Dessa forma, a Revolução Francesa fez com que a França despontesse no Capitalismo, deixando de lado seus últimos resquícios feudais.

FILMOGRAFIA

- *Ligações Perigosas* - Retrato crítico da vida fútil e irreal da corte francesa, um pouco antes da Revolução Francesa.
- *Danton - o processo da revolução* - Retrato do Terror durante a Revolução Francesa, quando os jacobinos, liderados por Robespierre, buscam livrar a França dos contra-revolucionários.
- *Casanova e a revolução*. Retrata a prisão de Luis Capeto ao tentar fugir da França.

EXERCÍCIOS

1. (UNIBH) Sobre a Revolução Francesa é correto afirmar, EXCETO:
a) Ela é um marco na História do Mundo Contemporâneo, e suas ideias não se difundiram apenas na Europa, mas vão estar presentes no processo de emancipação política da América Espanhola em fins do século XVIII e princípios do século XIX.
b) Ela é considerada uma revolução burguesa clássica, provocada por uma gama de fatores e de contingências, num contexto em que cresciam a oposição ideológica ao regime absolutista e a disseminação dos ideais de liberdade e igualdade.
c) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada no dia 26 de agosto de 1789, foi um documento importante no qual os norte-americanos se basearam para fazer a Declaração da sua Independência e, mais tarde, a sua Constituição.
d) Muitas das conquistas sociais e políticas da Revolução Francesa foram difundidas em outros países durante a "Era Napoleônica" (1799–1815); entre elas, a igualdade dos indivíduos perante a lei e o direito de propriedade privada.

2. (FSL-RS) Com a morte de Robespierre, iniciou-se a fase denominada reação termidoriana, que assinala:
a) a ascensão de Napoleão pelo golpe de 18 Brumário.
b) o início do terror.
c) o fim da Convenção.
d) a formação da Primeira Coligação contra a França.
e) a volta da alta burguesia ao poder.

3. (Fuvest - adaptado) O que era o Terceiro Estado e quais suas reivindicações?

4. (MACKENZIE) Desde a abertura dos Estados Gerais em 1789, a roupa possui um significado político. Michelet descreveu a diferença entre a sociedade dos deputados do terceiro Estado, à frente da procissão de abertura, como uma massa de homens vestidos de negro com trajes modestos e o grupo refulgente dos deputados da nobreza com seus chapéus de plumas, suas rendas, seus paramentos de ouro. Segundo o inglês John Moore, uma grande simplicidade, e na verdade a avareza no vestuário era considerada prova de patriotismo.

Michelle Perrot Dentre os motivos da convocação da Assembleia a que se refere o texto, destacamos:
a) anular as medidas radicais de alcance social, implementadas por Robespierre.
b) o interesse do rei em abolir a desigualdade de impostos e confiscar os bens do clero.
c) a crise financeira e econômica que atravessava o Governo de Luís XVI.
d) estabelecer a transformação dos membros do clero em funcionários civis do estado.
e) abolir o feudalismo, estabelecendo as liberdades civis e o voto censitário.

5. (PUCMG) A Revolução Francesa é um tema da contemporaneidade, porque:
a) inaugura a sociedade capitalista.
b) fornece a base da atual prática política.
c) cria a atual divisão de classes sociais.
d) retira o poder da velha aristocracia.
e) denuncia o arcaísmo do regime monárquico.

6. (VUNESP) "*Como terror entende-se (...) um tipo de regime particular, ou melhor, o instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder.*" (N. Bobbio, Dicionário de política.) O mencionado "instrumento de emergência" - o "terror" - foi aplicado em sua forma típica, na Revolução Francesa,
a) durante a reação aristocrática de 1787-1788.
b) por Napoleão Bonaparte, na fase do Diretório.
c) Por Luís XVI contra os camponeses da Vandeia.
d) Pelos girondinos contra os bonapartistas
e) no período da ditadura do Comitê de Salvação Pública

7. (FIU-MG) A Revolução Francesa de 1789 concorreu, entre outros aspectos, para:
a) o surgimento do pacifismo na França, por inspiração dos filósofos do Iluminismo.
b) o desaparecimento do nacionalismo chauvinista que dominava a França.
c) a consolidação do regime de Napoleão, graças à abolição do sistema constitucional.
d) o término do ciclo de revoluções reivindicatórias que abalaram a Europa.
e) o desaparecimento de alguns traços remanescentes do feudalismo. como a servidão.

8. (FGV-SP) A Conspiração encabeça da por Graco Babeuf contra o Diretório:
a) visava à restauração dos Bourbon.
b) visava a implantar a ditadura dos humildes para quebrar a resistência dos ricos.
c) era favorável à criação de uma representação c1assista na Com una de Paris.
d) foi apoiada pelos girondinos.
e) era realista.

9. (PUC-SP) Durante o domínio dos jacobinos na Revolução Francesa (1793-1794), várias reformas foram votadas, inclusive:
a) a liberação dos preços dos gêneros alimentícios, estabelecendo-se quotas aos comerciantes.
b) a abolição de todos os privilégios feudais, sem indenizações, e venda dos bens do clero e nobres emigrados.
c) o estabelecimento de uma comissão para tratar da paz com as potências europeias.
d) a criação do Comitê de Salvação Pública destinado a controlar os atos dos homens do governo.
e) decreto de abolição do Culto da Pátria e da Liberdade imposto pelos girondinos em 1792.

10. (MACK-SP) A Revolução Francesa se deu basicamente para:
a) eliminar os privilégios do clero.
b) a formação imediata da República Francesa.
c) eliminar os últimos entraves econômicos e políticos à ascensão da burguesia.
d) concretizar as reivindicações dos operários e artesãos.
e) a deposição de Luís XVI e Maria Antonieta.

11. (UFRN) Os girondinos no processo da Revolução Francesa representavam os:
a) inimigos radicais da monarquia e a combatiam mesmo sob a forma constitucional.
b) adeptos das ideias libertárias de Lafayette influenciadas por um socialismo utópico.
c) grupos de esquerda, que desejavam o aprofundamento das transformações sociais no processo revolucionário.
d) elementos da alta burguesia que apesar de defenderem as posições conquistadas procuravam conter a ascensão das massas.
e) defensores da pequena burguesia que foi o estrato social prejudicado pela Revolução.

12. (Unesp-SP) A formação da Primeira Coligação antifrancesa (fevereiro e março de 1793), a alta do custo de vida, a traição de Dumoriez e a revolta camponesa da Vendeia criaram uma situação dramática para a Revolução. Jean-Paul Marat, que editava o jornal O Amigo do Povo, assim expressou a sua posição:
É pela violência que se deve estabelecer a liberdade; o momento requer a organização do despotismo da liberdade, para esmagar o despotismo dos reis.
a) Cite o nome dos principais grupos políticos rivais do período e indique qual deles adotou o ponto de vista expresso por Marat.
b) Identifique as camadas sociais que aqueles dois grupos políticos representavam.

13. (VUNESP) No decurso da Revolução Francesa, destacaram-se várias facções ou agrupamentos políticos conhecidos por denominações específicas. Esclareça os interesses defendidos pelos girondinos e pelos jacobinos e indique qual destes, no recinto do plenário da Assembleia, sentava-se na ala esquerda.

14. (Unicamp-SP) Num panfleto publicado em 1789, um dos líderes da Revolução Francesa afirmava:
Devemos formular três perguntas: - O que é o Terceiro Estado? Tudo.
- O que tem ele sido em nosso sistema político? Nada.
- O que pede ele? Ser alguma coisa.
(Citado por Leo Huberman, *História da riqueza do homem*, 1979)
Explique as perguntas e respostas contidas nesse panfleto francês.

15. (PUCC-SP) No contexto histórico da Revolução Francesa, o episódio denominado Golpe do 18 Brumário aconteceu:
a) quando Napoleão, apoiado pelo Exército e pela alta burguesia, derruba o Diretório e chega ao poder.
b) no momento em que a Conjura dos Iguais propõe a tomada do poder à força e o fim da propriedade privada.
c) quando se inicia o regime do Diretório, período que se caracterizou pelos desmandos políticos.
d) no momento em que os monarquistas tentam voltar ao poder através de golpe, que foi sufocado por Napoleão Bonaparte.
e) quando Robespierre, Saint-Just e seus companheiros do Comitê de Salvação Pública são mortos na guilhotina, pondo fim ao Terror.

16. (Fumec-MG) O fracasso institucional do Diretório, fase da Revolução Francesa, em face das crises internas e das ameaças dos jacobinos e realistas, impossibilitou a burguesia de usufruir as conquistas revolucionárias anteriores. A articulação desses fatos possibilitou a ascensão de Napoleão Bonaparte, que se deu em virtude:
a) do Golpe do 18 Brumário.
b) do Bloqueio Continental.
c) do Congresso de Viena.
d) da Batalha de Waterloo.
e) da Reação Termidoriana.

17. (FGV-SP) *Chegou a hora de a igualdade passar a foice por todas as cabeças. Portanto, legisladores, vamos colocar o terror na ordem do dia*. (Discurso de Robespierre na Convenção.)
A fala de Robespierre ocorreu num dos períodos mais intensos da Revolução Francesa. Esse período caracterizou-se:
a) pela fundação da monarquia constitucional, marcada pelo funcionamento da Assembleia Nacional.
b) pela organização do Diretório, marcado pela adoção do voto censitário.
c) pela reação termidoriana, marcada pelo fortalecimento dos setores conservadores.
d) pela convocação dos Estados Gerais, que pôs fim ao absolutismo francês.
e) pela criação do Comitê de Salvação Pública e a radicalização da revolução.

18. (Vunesp-SP) O secular regime absolutista, apesar de subvertido e abalado pela Revolução Francesa, reagiu e resistiu durante certo tempo. Assinale alternativa que mais se identifica como efetiva ação contra-revolucionária.
a) Rebelião de camponeses na Vendeia, instigados pela aristocracia.
b) Forte oposição ao rei Luís XVI, sustentada pela aristocracia que lutava pela manutenção de seus privilégios.
c) Manobra militar que resultou na tomada da Bastilha e na libertação de centenas de presos políticos.
d) Solução de compromisso entre a alta burguesia e a aristocracia para restaurar o absolutismo.
e) A fuga para o exterior de nobres e padres franceses, em busca de apoio da Guarda Nacional.

19. (Fuvest·SP) Do ponto de vista social, pode-se afirmar, sobre a Revolução Francesa, que:
a) teve resultados efêmeros, pois foi iniciada, dirigida e apropriada por uma só classe social, a burguesia, única beneficiária da nova ordem.
b) fracassou, pois, apesar do terror e da violência, não conseguiu impedir o retorno das forças sociopolíticas do Antigo Regime.
c) nela coexistiram três revoluções sociais distintas: uma revolução burguesa, uma camponesa e uma popular urbana, a dos chamados sans-culottes.
d) foi um fracasso, apesar do sucesso político, pois, ao garantir as pequenas propriedades aos camponeses, atrasou, em mais de um século, o progresso econômico da França.
e) abortou, pois a nobreza, sendo uma classe coesa, tanto do ponto de vista da riqueza quanto do ponto de vista político, impediu que a burguesia a concluísse.

20. (Unicamp-SP) Sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, o historiador inglês Eric Hobsbawn escreveu:
Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. (Eric Hobsbawn, A era das revoluções.)
Utilizando-se dos seus conhecimentos sobre a Revolução Francesa, explique a afirmação do autor.

21. (Cesgranrio-RJ – adaptado) A Revolução Francesa teve fases distintas durante o seu desenvolvimento. A Convenção Nacional (1792-1795) foi uma das fases mais significativas por quais motivos?

22. (UFES) A Revolução Francesa não foi feita por um partido político organizado, no sentido moderno do termo, nem foi influenciada por um programa partidário previamente elaborado. Sua unidade foi estabelecida mediante a convergência de ideias geradoras de um consenso. Podemos classificar essas ideias como:
a) burguesas, baseadas no liberalismo clássico.
b) monarquistas, baseadas no absolutismo real de direito divino.
c) burguesas, baseadas nos ideais socialistas e anarquistas.
d) camponesas, baseadas no socialismo utópico e empresarial.
e) monarquistas, baseadas na economia de mercado e no parlamentarismo.

23. (UFSCAR-SP). A queda na produção de cereais, às vésperas da Revolução Francesa de 1789, desencadeou uma crise econômica e social, que se manifestou:
a) na alta dos preços dos gêneros alimentícios, na redução do mercado consumidor de manufaturados e no aumento do desemprego.
b) no aumento da exploração francesa sobre o seu império colonial, na reação da elite colonial e no início do movimento de independência.
c) no abrandamento da exploração senhorial sobre os servos, na divisão das terras dos nobres emigrados e na suspensão dos direitos constitucionais.
d) na decretação, pelo rei absolutista, da lei do preço máximo dos cereais, na expansão territorial francesa e nas guerras entre países europeus.
e) na intensificação do comércio exterior francês e no aumento da exportação de tecidos para a Inglaterra, que foi compensada pela compra de vinhos ingleses.

A ERA NAPOLEÔNICA

O GOLPE DO 18 BRUMÁRIO

A derrota naval para a esquadra inglesa repercutiu mal na França, que já estava às voltas com o descontentamento das classes populares que não viram com simpatia um governo voltado aos interesses da minoria burguesa. A situação era extremamente grave. A burguesia, em geral apavorada com instabilidade, esquecia seus ideais de liberdade, pregados nos anos iniciais da Revolução, e buscava um governo forte, para restaurar a lei e a ordem, pois somente assim poderia consolidar sua posição. Desta forma, procurou uma pessoa que tivesse prestígio popular e ao mesmo tempo fosse forte para garantir a estabilidade que ela exigia. Napoleão Bonaparte foi escolhido.

Em 1799, o jovem general foi convidado a fazer parte do governo. No mesmo ano, apoiado pela burguesia, deu o **golpe de 18 Brumário** (em 9 de novembro de 1799), encerrando a Revolução Francesa. Primeiro com o governo do Consulado, depois com a instauração do Império, Napoleão encarregou-se de consolidar as conquistas da burguesia em relação aos negócios e espalhar seus ideais pelo resto da Europa.

A POLÍTICA INTERNA DE NAPOLEÃO

Do **Consulado** (1799-1804) ao **Império** (1804-1815), Napoleão teve tempo suficiente para consolidar seu poder político na França. Apoiado pela burguesia, depois pela nobreza e pelo clero, e controlando as classes populares por meio de uma política paternalista, Napoleão estabeleceu uma nova forma de governar: a imperial.

O imperador Napoleão Bonaparte.

Estabelecido em nome da República, o Império seria exercido com mão de ferro. Uma nova corte foi formada e a antiga nobreza reconstituída. Napoleão promulgou o **Código Civil Napoleônico** (1804), onde a burguesia teve o respaldo jurídico das suas conquistas, estimulando deste modo, a economia. No campo, Napoleão manteve as conquistas da reforma agrária, os camponeses produziram mais e apoiaram o regime. O governo concluiu numerosos trabalhos iniciados no Consulado: a abertura de canais, a reconstrução de portos, a construção de estradas e a urbanização de cidades. Com essas obras de infra-estrutura, a indústria cresceu mais ainda.

As instituições republicanas foram modificadas de maneira que se submetessem à autoridade do imperador. Napoleão restaurou a calma política no país por intermédio de uma impiedosa censura à imprensa e às universidades, detendo os intelectuais que não compartilhavam de sua política imperial. Considerando a educação como meio de controle moral e político, o Imperador reorganizou o ensino francês, que passou a ser controlado pelo Estado.

No plano religioso, ainda na época do Consulado, Napoleão assinou, com o Papa Pio VII, a "Concordata de 1801", com que se aceitou o confisco dos bens eclesiásticos. Em contrapartida, o Estado ficou proibido de interferir no culto, mas os bispos seriam indicados pelo governo, cabendo ao Papa apenas confirmar a escolha. Para completar, as bulas papais só entrariam em vigor depois de aprovadas por Napoleão.

A POLÍTICA EXTERNA DE NAPOLEÃO

O retorno do equilíbrio interno possibilitou a Napoleão pôr em prática seu plano principal: fazer da França a maior potência do continente europeu. Para alcançar esse objetivo, tinha de vencer a Inglaterra, país mais industrializado e dono da mais poderosa marinha.

Em 1803, a Inglaterra se uniu à Rússia e à Áustria para lutar contra a França. Os ingleses venceram a **Batalha Naval de Trafalgar** (liderada novamente pelo Almirante Nelson), na Espanha, contudo os franceses bateram os austros-russos em terra, em Austerlitz, a mais brilhante vitória de Napoleão (1805). A essa vitória, seguiram-se outras que deram ao imperador francês o controle de quase toda a Europa central. O Sacro Império, que reunia diversos Estados, como a Prússia, foi extinto e em seu lugar criada a **Confederação do Reno**, sob tutela francesa.

A hegemonia da França no continente esbarrava, entretanto, no domínio da Inglaterra nos mares. Se, por um lado, aquela dispunha do maior exército em terra, por outro, esta controlava os mares com sua imbatível marinha. Considerando tais aspectos e desejando reduzir o poderio econômico britânico, Napoleão decretou o **Bloqueio Continental** (1806) (também denominado Decreto de Berlim).

Com o objetivo de isolar a Inglaterra do restante da Europa, esse decreto estipulava que os aliados da França não mais poderiam comerciar com aquele país, nem comprando manufaturas, nem lhe fornecendo matéria-

prima, sob o risco de serem invadidos por tropas francesas. Essa medida garantia também, para a indústria francesa, a exclusividade dos mercados da Europa. Em 1807, pela "Paz de Tilsit", Napoleão conseguiu que a Rússia aderisse ao cerco.

Toda a Europa estava sob o domínio de Napoleão, mas o Bloqueio Continental não estava surtindo aos efeitos desejados, pois os ingleses continuavam vendendo mercadorias por um sistema muito bem organizado de contrabando. Além disso, a indústria francesa não tinha condições de substituir as grandes indústrias inglesas no fornecimento de mercadorias aos mercados consumidores do continente.

A CAMPANHA RUSSA E A DECADÊNCIA

Em 1812, a Rússia não conseguia mais manter sua fidelidade ao cerco: além de seus produtos estarem se deteriorando nos portos e uma crise econômica assolar o país, havia um descontentamento em relação à política de bonapartista na Polônia. Assim, o Czar Alexandre I, restabeleceu o comércio com a Inglaterra e, em represália, Napoleão investiu contra a Rússia um colossal exército de 600.000 homens. Começava o início da decadência do Império Napoleônico.

O "Exército das Vinte Nações", como foi chamado, não encontrou o que saquear, pois inferiores em número, os russos incendiavam as cidades e os campos que os franceses iriam tomar. Essa tática ficou conhecida como tática da **terra arrasada**. Mesmo assim, Napoleão ocupou Moscou (1812). No dia seguinte, um incêndio ateado pelos russos destruiu a cidade e obrigava as tropas francesas, um mês depois, a uma retirada trágica sob o rigoroso inverno. Dos 600.000 soldados do exército francês, restaram apenas 30.000 em péssimas condições de vida.

Animados pelo fracasso de Napoleão na Rússia, seus inimigos formaram uma nova coligação. Esgotado, o Imperador francês teve de enfrentar uma sucessão de derrotas e fracassos; culminando a fase de derrotas, em 1814, um grande exército, formado por Inglaterra, Áustria e Prússia, entrou na França e conseguiu a derrota francesa. A monarquia foi restaurada com a ascensão de Luís XVIII, irmão de Luís XVI que fora guilhotinado durante a Revolução Francesa. Napoleão Bonaparte, assim, foi exilado na ilha de Elba.

A VOLTA DE NAPOLEÃO E O GOVERNO DOS 100 DIAS

A população francesa reagiu mal à tentativa de restauração dos Bourbons. Sentindo-se estimulado, em março de 1815, Napoleão fugiu da ilha de Elba e retomou o governo em Paris. O curto período em que se manteve no poder ficou conhecido como **Governo dos Cem Dias**. Os ingleses, conduzidos pelo duque de Wellington, o derrotaram na **Batalha de Waterloo**, na Bélgica, em junho de 1815. Definitivamente vencido, abdicou do poder e foi preso na Ilha de Santa Helena, na costa africana, onde morreu em 1821.

Com a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte, as tropas dos países adversários ocuparam a França, restaurando o trono para Luís XVIII. Além disso, os reis europeus organizaram um congresso na cidade de Viena a fim de deliberarem sobre o rearranjo do mapa europeu e sobre as restaurações reais europeias.

O CONGRESSO DE VIENA E A SANTA ALIANÇA

Após a derrota de Napoleão, as monarquias vitoriosas, Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia, convocaram o Congresso de Viena, cujos trabalhos se estenderam até 1815. A grande preocupação dessas potências foi restabelecerem o velho equilíbrio europeu existente antes da Revolução Francesa, para isso baseavam-se nos princípios da **legitimidade** e do **equilíbrio europeu.** Dessa forma, além de obrigarem a França a pagar pesadas indenizações de guerra, o Congresso recolocou no trono francês o rei Luís XVIII e reafirmou os valores do Antigo Regime.

Poucos meses depois, a Áustria, a Rússia e a Prússia criaram a **Santa Aliança**, pacto concebido como instrumento de ajuda mútua entre os monarcas desses reinos para sufocarem quaisquer movimentos revolucionários. Vários fatores conjugados, entretanto, desmontaram os planos estabelecidos no Congresso de Viena, bem como, na Santa Aliança. A estrutura econômica caminhou para o amadurecimento do capitalismo, a partir da deflagração da Revolução Industrial, na Inglaterra, espalhando-se por outros países, fortalecendo valores burgueses, liberais e nacionalistas.

Os princípios sobreviventes do Antigo Regime e restabelecidos pelo Congresso de Viena, tornavam-se barreiras à nova sociedade. Assim, embora a Santa Aliança tivesse imposto suas decisões logo após a derrota napoleônica, gradativamente esse sistema foi mutilado, até ser engolido pelas revoltas liberais europeias e pelos processos de independência das colônias na América Latina apoiados pelos interesses ingleses. Se por um lado a Inglaterra participou ativamente na derrota de Napoleão, por outro não estava interessada em um retorno à ordem colonial de 1789 onde vigoravam os monopólios de Portugal e Espanha sobre suas colônias.

Na América, uma forte oposição às intenções recolonizadoras da Santa Aliança se fez por meio da **Doutrina Monroe**, proclamada pelos Estados Unidos, em 1823, defendendo a "América para os americanos". Mesmo na Europa a oposição era forte através do **nacionalismo** de países que haviam conseguido recentemente sua independência dos países que compunham a Santa Aliança. A partir de 1830, começam a explodir pela Europa e pelo mundo revoltas de caráter liberal que se opõem aos resquícios do Antigo Regime. O liberalismo passa a se consolidar definitivamente, garantindo a vitória da ordem burguesa no mundo.

Ao mesmo tempo, levantes e sedições proletárias também começam a ganhar mais força, principalmente a partir de 1848. Todas as essas revoltas são massacradas pela classe

dominante, não mais a nobreza, mas sim a burguesia, que de classe revolucionária se converteu em classe conservadora. A partir de agora, tendo consolidado o liberalismo e estando hegemônica no poder, a burguesia faria de tudo para reprimir os movimentos de trabalhadores que começariam a ganhar força na segunda metade do século XIX.

CONCLUSÃO

Em dez anos, de 1789 a 1799, a França passou por profundas modificações políticas, sociais e econômicas e culturais. A Revolução Francesa ocasionou a liquidação definitiva dos resquícios feudais, a concretização do modo de produção capitalista e a ascensão da burguesia. Criou-se, por meio dela, um mercado de dimensão nacional; a aristocracia do Antigo Regime perdeu seus privilégios, libertando os camponeses dos laços feudais que os prendiam aos nobres e ao clero. Nas cidades, desapareceram também as amarras que limitavam as atividades da burguesia, como as corporações de ofício.

O surgimento de Napoleão Bonaparte não significou o fim da Revolução Francesa, e sim a sua complementação. Seu governo teve como missão primordial consolidar as conquistas burguesas, em detrimento das classes populares, que haviam dado a maior contribuição ao processo revolucionário, ao mesmo tempo em que expandia as ideias liberais pelo restante da Europa.

A derrota de Napoleão em Waterloo (1815) não significou a derrota do liberalismo, mas apenas um intervalo, representado pela reação conservadora do Antigo Regime por meio do Congresso de Viena. O Liberalismo voltou com novo ímpeto após as revoluções liberais e nacionalistas de 1830 e 1848. Aquela efervescência revolucionária que antes esteve restrita à França, irradiara-se por todo o continente europeu, incluindo muitas áreas das ex-colônias.

CRONOLOGIA

- 1740-1786- Governo de Frederico II, na Prússia.
- 1748- Publicação de O Espírito das Leis, de Montesquieu.
- 1750-1777- Atuação do Marquês de Pombal como ministro de Portugal.
- 1759-1780- Governo de Carlos III, na Espanha.
- 1762-1796- Governo de Catarina II, na Rússia.
- 1762- Publicação do Contrato Social, de Rousseau.
- 1766- Publicação de A Riqueza das Nações, de Adam Smith.
- 1780- 1790- Governo de José II, na Áustria.
- 05/1789- O rei francês Luís XVI convoca os Estados Gerais e pede aumento dos impostos. O terceiro estado, ao invés disso, pede uma reforma nos impostos.
- 06/1789- O terceiro estado declara-se em assembleia nacional.
- 14.07.1789- Tomada da Bastilha.
- 08/1789- A Assembleia Nacional adota a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 10/1789- A Família Real é arrastada de Versalhes a Paris, como reféns, por uma multidão popular.
- 06/1790- A igreja e a nobreza têm seus bens expropriados.
- 06/1791- A Família Real tenta fugir da França, mas é presa e levada de volta a Paris.
- 04/1792- A França declara guerra à Áustria e à Prússia que planejam invadi-la em apoio ao rei. Áustria, Prússia, Inglaterra e Espanha iniciam uma coligação para combater o regime revolucionário.
- 08/1792- A Monarquia e a Constituição de 1791 são derrubadas num novo levante.
- 09/1792- A Monarquia é abolida e a França é declarada uma República. Pela primeira vez na história, todos os homens têm direito ao voto.
- 01/1793- Luís XVI é acusado de traição e executado na guilhotina.
- 06/1793- Os jacobinos tomam o poder liderados por Robespierre. Começa o Reino do Terror.
- 10/1793- A esposa de Luís XVI, Maria Antonieta, é executada.
- 07/1794- Robespierre é executado e encerra-se o Reino do Terror.
- 1795- Cria-se o Diretório.
- 1799- Napoleão Bonaparte toma o poder e o Diretório é forçado a renunciar.
- 1802- Napoleão é eleito Primeiro-Cônsul Vitalício.
- 1803- A Inglaterra declara guerra à França.
- 1804- Napoleão coroa a si mesmo Imperador da França.
- 1805- Derrotas francesas no mar, mas vitórias dos seus exércitos em terra.
- 1808- Napoleão invade a Espanha.
- 1809- Napoleão derrota a Áustria.
- 1812- Napoleão invade a Rússia, e a maioria dos homens do exército francês morre em combate, de frio ou fome.
- 1813- Napoleão sofre grande derrota na "Batalha Leipzig".
- 1814- Napoleão renuncia ao poder e é enviado à ilha de Elba.
- 1815- Napoleão foge do exílio, volta à França e organiza um exército, iniciando o Governo dos Cem Dias. Tem sua derrota final na "Batalha de Waterloo" e é banido à ilha de Santa Helena.
- 1821- Napoleão morre em Santa Helena.

FILMOGRAFIA

- *Napoleão* - A vida do notório imperador dos franceses.
- *Guerra e Paz* - A obra de Tolstói, tendo a campanha napoleônica na Rússia, como tema de fundo.

EXERCÍCIOS

1. (UECE) Na História da França, o Golpe do 18 Brumário significa:
a) o início da Revolução de 1789, com a abolição dos direitos feudais;
b) o fim da Revolução, com a subida de Napoleão ao poder com o apoio do exército e da alta burguesia;
c) o fortalecimento da participação popular e dos embates entre Danton e Robespierre;
d) o estabelecimento da igualdade de todos perante a lei, com a aprovação a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

2. (Uni-Rio) A Era Napoleônica (1799-1815) marcou a conjuntura de transição o mundo moderno para o contemporâneo, alterando o equilíbrio do poder construído pelos Estados europeus. Sobre a Era Napoleônica é correto afirmar que:
a) no 18 Brumário (9/11/1799), o Diretório Nacional, controlado pelos jacobinos revolucionários, iniciou uma série de execuções políticas, o chamado "Período do Terror", encerradas pela conquista de Paris pelas forças Napoleônicas;
b) no Consulado (1799-1804), os ideais revolucionários liberais da burguesia francesa, tais como a promulgação do Código Civil e a reforma do ensino francês, consolidaram-se;
c) no Império (1804-1815), a aliança política e a coligação militar com a Áustria e a Prússia permitiram o avanço dos exércitos franceses contra a Rússia e a decretação do Bloqueio Continental contra a Inglaterra;
d) no Governo dos Cem Dias (1815), Napoleão Convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, que estabilizou politicamente o país, promovendo a paz com a Inglaterra e a destituição da dinastia de Bourbon do trono francês;
e) no Congresso de Viena (1815), os princípios da legitimidade e equilíbrio, defendidos pelas monarquias europeias, garantiram a fixação das fronteiras francesas, reconhecendo as conquistas territoriais de Napoleão.

3. (FCL-SP) Qual dos fatos a seguir está relacionado com a volta de Napoleão ao governo da França após sua fuga da ilha de Elba?
a) O Consulado.
b) A campanha da Rússia.
c) Os 100 Dias.
d) O Bloqueio Continental.

4. (FGV-SP) Desde princípios de 1789, antes da convocação dos Estados Gerais, até 1804, com o Consulado, a França teve sucessivamente vários tipos de governo:
I) monarquia. II) monarquia da Assembleia Nacional. III) monarquia da Assembleia Legislativa. IV) república da Convenção Nacional. V) república do Diretório. VI) república do Consulado.
Correspondendo a cada uma dessas formas de governo, tiveram maior ou menor poder certas pessoas e/ou grupos sociais. Identifique a seguir na ordem correspondente à sequência dada anteriormente, as classes ou grupos sociais e/ou pessoas que detiveram o poder naquele período.
a) I - o rei; II e III- a classe média alta; IV - Robespierre e as massas parisienses; V - a classe média alta; VI ¸Napoleão.
b) I - o rei e a nobreza; II – os jacobinos e as massas parisienses; III - Marat e as massas; IV - Robespierre e a Gironda; V e VI - Napoleão e a classe média alta.
c) I - o rei; II - a Gironda; III - os sans-culottes; IV - os jacobinos; V - Robespierre e a classe média alta; VI - Napoleão.
d) I - o rei; II - o rei e os nobres; III - a Gironda; IV - a Gironda e Robespierre; V - Napoleão e as massas parisienses; VI - Napoleão.
e) I - o rei; II - o rei; III - as massas parisienses; IV - Robespierre e os jacobinos; V - Napoleão e as massas; VI - Napoleão.

5 - (FGV-SP) A campanha da Rússia, iniciada por Napoleão em 1812 tinha como finalidade obrigá-la:
a) a reconhecer todas as conquistas e transformações efetuadas por Napoleão na Europa.
b) a devolver parte da Polônia partilhada no século precedente, para reconstituir o Ducado da Polônia.
c) a respeitar as províncias otomanas da Europa impedindo assim a penetração russa no Mediterrâneo.
d) a cumprir o Bloqueio Continental e a suspender a interdição da entrada de produtos manufaturados franceses.

6. (Unicamp-SP) No ano de 801, assim foi registrada a coroação de Carlos Magno:
Então, como no mais santo dia de Natal, tendo ele entrado na Basílica de São Pedra, para a celebração das missas solenes, e tendo-se colocado diante do altar, a cabeça inclinada, em preces, o papa Leão lhe colocou a coroa sobre a cabeça.
Quando, em 1804, Napoleão torna-se imperador da França, mesmo sem a presença do papa, ele coroa a si mesmo.
a) Por que seria impossível para Carlos Magno, homem de tantos feitos, autocoroar-se?
b) Por que Napoleão pôde colocar a própria coroa?

7. (Unicamp-SP) Com a derrota de Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena e os tratados de 1814-1815 delinearam os rumos da reconstrução da Europa pós-Revolução Francesa e pós-guerras napoleônicas.
a) O que estabeleceram esses tratados e qual a ameaça que desejavam evitar seus signatários?
b) Quais os países que saíram fortalecidos com o sistema de alianças?

8. (Fuvest-SP) A Revolução Francesa eliminou privilégios do Antigo Regime, difundindo os princípios de Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Napoleão Bonaparte adotou medidas que violaram aqueles princípios. Comente duas dessas medidas.

9. (PUC-RS) Após a derrota de Napoleão Bonaparte (1814), reuniu-se, em Viena, o Congresso a partir do qual seria reorganizado o mapa europeu, bem como os regimes políticos internos de vários Estados da região. Pode-se afirmar que, na Europa Continental, essa reorganização esteve baseada na ideologia de tendência .....sob a influência marcante de potências como .....
a) liberal - Portugal, Itália e Rússia.
b) absolutista - Áustria, Prússia e Rússia.
c) liberal - Inglaterra, França e Alemanha.
d) liberal - Espanha, Rússia e Inglaterra.
e) absolutista - Áustria, Inglaterra e Itália.

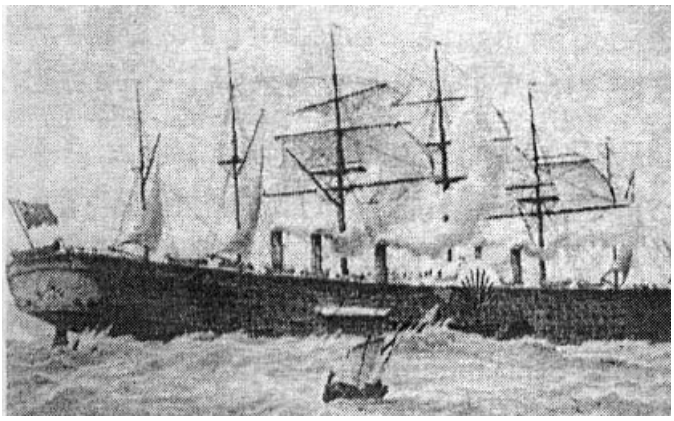
10. (FGV-SP) A reconstrução da Europa, após as guerras napoleônicas, foi direcionada pelo Congresso de Viena. É incorreto afirmar que ele estabeleceu a:
a) criação de um pacto militar internacional (Santa Aliança) para intervir onde houvesse manifestações revolucionárias.
b) devolução dos territórios conquistados pela França, desde a Revolução.
c) desobrigação de pagamento de indenização pelos franceses por terem ocupado territórios de outros países.
d) restauração da monarquia dos Bourbon na França.
e) autonomia da Itália e da Alemanha, divididas e submetidas à hegemonia húngara.

AS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Não é fácil conceituar e, muito menos, datar precisamente a Revolução Industrial, pois isso depende de como se concebe a técnica e a indústria no conjunto das sociedades. A evolução técnica, com fins práticos, foi muito lenta e a produção industrial esteve presente em todas as épocas históricas. Convencionou-se localizar esse processo nas transformações ocorridas na **Inglaterra**, na **segunda metade do século XVIII**, com os aperfeiçoamentos da máquina a vapor, que asseguraram um novo elemento energético se manifestando, sobretudo, na produção têxtil e metalúrgica, possibilitando a **passagem do sistema de produção doméstico ao fabril**. É, portanto, na Inglaterra em que ocorre primeiramente a mecanização industrial, fazendo com que a atividade industrial, ou seja, de produção, passasse a concentrar os capitais que, até então, convergiam para o setor de circulação, da atividade comercial.

Para que essa transformação se realizasse, foi preciso a existência de um conjunto de condições favoráveis, criadas graças ao progressivo desenvolvimento econômico dos séculos anteriores ligados à expansão colonial e às revoluções políticas.



A marinha britânica foi responsável pelo comércio que possibilitou a acumulação de capitais, aplicados depois no processo industrial.

A Inglaterra participou ativamente da expansão marítima, principalmente a partir do final do século XVII, quando as leis de navegação do governo Cromwell e a atuação das Companhias de comércio acarretaram o extraordinário crescimento desse setor e o consequente enriquecimento da burguesia mercantil.

Além disso, desde o século XVI vinha acontecendo na Inglaterra uma verdadeira revolução agrária que consistia, sobretudo, na substituição da produção fragmentada em pequenas unidades distribuídas entre proprietários ou arrendatários camponeses, por uma produção em larga escala concentrada em grandes propriedades, controladas por um único senhor, que se tornava, cada vez mais, um grande empresário.

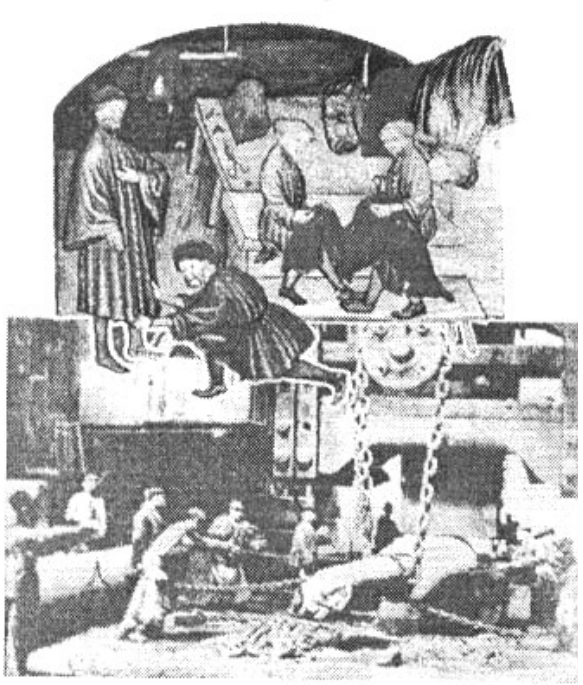
Com o desenvolvimento da manufatura têxtil, as grandes propriedades rurais expulsam seus camponeses para a criação de ovelhas e obtenção de lã, processo esse conhecido como **cercamentos**, provocando um intenso êxodo rural de camponeses miseráveis.

DO ARTESANATO AO SISTEMA FABRIL

O artesanato foi a forma de produção que antecedeu a industrialização. Surgido há milhares de anos, ganhou notável impulso na Europa, no fim da Idade Média, com o Renascimento Comercial e Urbano. Ele se caracterizou pelo fato de:

- os produtores possuírem os meios de produções, ou seja, instalações, ferramentas e matérias-primas (não eram todos os artesãos que possuíam instalações, alguns eram assalariados);
- a atividade ser manual;
- a produção ter caráter independente, quer dizer, em casa, uma pessoa sozinha, com alguns ajudantes ou com a família;
- o artesão realizar todas as etapas da produção.

O mestre artesão foi mais do que um simples fabricante de produtos tinha, também, muitas outras funções. Quando procurava e negociava a matéria-prima que utilizava, era um negociante ou mercador; tendo aprendizes sob o seu comando, era um empregador; ao supervisionar o trabalho deles, era capataz; como vendia ao consumidor o produto acabado, era também um vendedor.



Atividade artesanal medieval e industrial do século XIX.

A partir do século XV, ampliou-se o consumo e o artesão aumentou, desse modo, a produção. Muitos comerciantes passaram a se dedicar a essa atividade. Nesse caso, o comerciante contratava o serviço de vários artesãos, distribuía a matéria-prima e pagava. A produção desses comerciantes passou a ser conhecida como “manufatura”. A etapa na qual máquinas passaram a ser utilizadas no processo de produção foi denominada de “maquinofatura”, momento em que surgiram as **fábricas,** dando início ao processo de substituição do trabalho em casa contratado

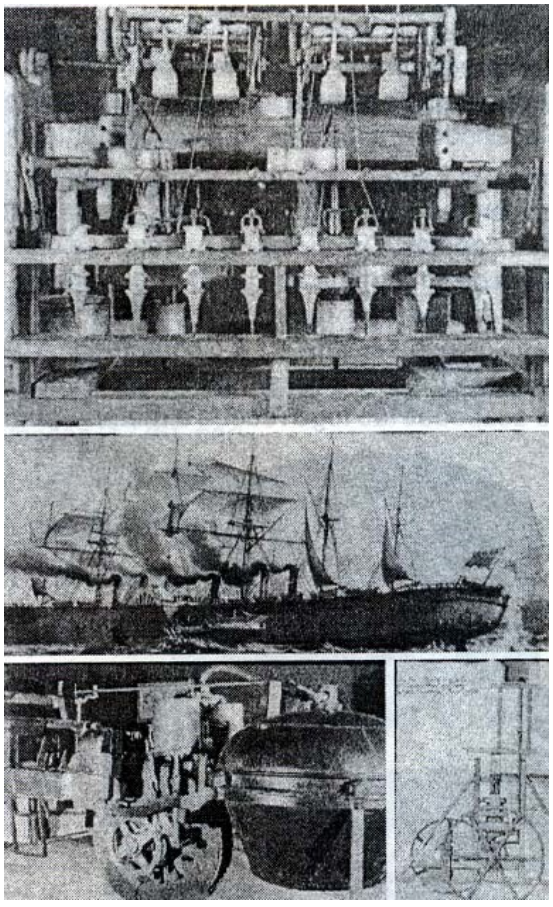
por um fabricante. Os trabalhadores passaram a ficar concentrados em grandes prédios e a trabalhar com máquinas, sendo que nem mesmo as ferramentas pertenciam a eles; foi nessa etapa que se consolidou a Revolução Industrial.

O PIONEIRISMO INGLÊS

Na base do processo de industrialização inglês estão as Revoluções Inglesas do século XVII, com as quais a burguesia criou condições para conquistar mercados mundiais, transformar a estrutura agrária do país e canalizar todos os recursos para a produção industrial, tornando, assim, a Inglaterra o país pioneiro no processo de industrialização.

Entre esses aspectos e os que causaram a Revolução Industrial na Inglaterra, temos como principais:

- o desenvolvimento comercial e colonial em anos anteriores, o que proporcionou uma acumulação de capitais que puderam ser investidos no processo industrial, além do acesso à matéria-prima barata;
- a abundância de **ferro** e **carvão**, dois elementos indispensáveis para a indústria;
- a eliminação das reminiscências feudais por causa da ascensão burguesa com as Revoluções Inglesas do século XVII;
- as invenções, que tornaram possível a associação da máquina a vapor ao progresso da maquinofatura, trouxeram o aumento da produção, e dessa maneira, o aumento do capital;
- a Revolução Agrária e os cercamentos (transformação das propriedades comunais em particulares) ocasionaram um aumento da produção de alimentos.



Exemplos de invenções que impulsionaram a produção em série e a instalação de maquinofaturas.

Existe, porém, um outro aspecto essencial, sem o qual a produção não teria condição de existir: o controle sobre o trabalho. Para conhecer este aspecto é preciso considerar a transformação na estrutura agrária após as Revoluções Inglesas. A divisão das terras comunais beneficiou o grande proprietário. Por consequência, os pequenos camponeses ficaram com terras insuficientes para lhes garantirem a sobrevivência. A maioria dessa população migrou às cidades, em que a única forma de ganhar a vida era trabalhando como operário nas fábricas. Este é o processo de formação do "proletariado".

A MISÉRIA DO PROLETARIADO

A Revolução Industrial exigiu grande concentração de trabalhadores nas fábricas. Mas, seu aspecto mais importante, aquele que trouxe uma radical transformação no caráter do trabalho, foi a **separação entre os trabalhadores e os meios de produção** (máquinas, instalações e matéria-prima). Com isso, os operários passaram a ser simples assalariados submetidos aos donos dos meios de produção. Os antigos artesãos, acostumados a controlar o ritmo do seu trabalho, submeteram-se à disciplina da fábrica. Mulheres e crianças faziam parte do operariado, invariavelmente, com os salários mais baixos que o dos homens. Na indústria têxtil de algodão, as mulheres formavam mais de 50% da massa trabalhadora. Em certas atividades, empregavam-se crianças de até seis anos de idade. A jornada diária de trabalho durava até 16 horas; não havia férias nem descanso aos sábados.

Interior de indústria alemã no século XIX.

As condições de trabalho eram precárias e colocavam em risco a vida e a saúde do trabalhador. O salário era miserável. As fábricas quase não tinham janelas, as doenças profissionais eram frequentes, assim como os acidentes de trabalho. Nas minas de carvão ou de ferro, as vidas dos operários estavam sempre ameaçadas. O resultado disso tudo é que a expectativa de vida dos trabalhadores era extremamente baixa. O desemprego passava a ser um

problema constante, uma vez que as máquinas foram pouco-a-pouco substituindo os seres humanos na produção. O modo de produção responsável pela riqueza e fartura da burguesia produzia a miséria e a morte do proletariado.

DESENVOLVIMENTOS TECNOLÓGICOS

No início do século XIX, a máquina a vapor começou a ser utilizada também nos meios de transporte. Em 1807, o primeiro barco a vapor foi criado pelo estadunidense Robert Fulton. Na Inglaterra, George Stephenson organizou a primeira estrada de ferro. Com o **barco a vapor e as linhas férreas**, o tempo das viagens diminuiu, o custo dos transportes baixou e aumentou ainda mais o mercado. Com o aumento das trocas e a consequente necessidade de produzir mais, tornaram-se cada vez maiores os avanços da industrialização.

Além dessa revolução nos transportes, entre as principais invenções mecânicas da época estão a **máquina de fiar** (de James Hargreaves, 1767), o **tear hidráulico** (de Richard Arkwright, 1768), o **tear mecânico** (de Edmund Cartwight, 1785). A partir do momento em que foram associados com a **máquina a vapor**, criada por Thomas Newcomen, em 1712, e aperfeiçoada por James Watt, em 1765, essas novas invenções obtiveram um ganho ainda maior em sua produtividade, jogando milhares de operários nas ruas, sem emprego, esperança e quaisquer possibilidades de levar uma vida que não estivesse condenada à miséria extrema.

Essa forma de produção em pouco tempo se alastrou para além da Inglaterra, atingindo primeiramente a Bélgica e a França, para então se expandir para a Itália, Alemanha, Rússia e, além da Europa, atingir os Estados Unidos e o Japão.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

As inovações técnicas foram ganhando mais força ao longo da década de 1860. Às pesquisas científicas e à aceleração nas inovações ocorridas no mesmo contexto, reconfigurando e dinamizando o processo de industrialização, denominou-se **Segunda Revolução Industrial**. No mesmo contexto:

- descobria-se a **eletricidade**;
- inventava-se o **dínamo**, permitindo a substituição do vapor pela eletricidade como força-motriz nas máquinas;
- desenvolvia-se o **processo Bessemer** (transformação do ferro em aço), permitindo a produção em grande escala, fazendo com que o ferro fosse, em pouco tempo, substituído pelo **aço** (mais resistente e com menor custo de produção), fazendo com que este fosse o metal símbolo da segunda fase da industrialização;
- aprimorava-se os meios de comunicação com a invenção do **telefone** e do **telégrafo;**
- inventou-se o **motor a combustão interna**, de Nikolaus Otto, aperfeiçoado por Rudolf Diesel, que inaugurou o uso do petróleo;
- substituição do vapor pelo **petróleo** como fonte de energia;
- desenvolvimento da **indústria química**.

DINAMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO

Com a Segunda Revolução Industrial, o uso da eletricidade e do petróleo como fontes energéticas geraram a intensificação do desenvolvimento tecnológico e a diversificação do processo produtivo. Passou-se a produzir **artigos em série**, ampliando-se a produção por meio da **especialização do trabalho**. Dessa forma, surgem as **linhas de montagem**, onde a produção era dinamizada conforme os trabalhadores ficavam ordenadamente distribuídos ao longo de uma esteira rolante por onde passavam as partes do produto a ser montado. Assim, o trabalhador especializava-se, por exemplo, em apertar parafusos ao longo de todos os dias de trabalho. A fragmentação do trabalho, ou seja, o trabalhador realizando apenas uma etapa do processo produtivo (já teorizada no século XVIII por Adam Smith), baixava os custos e aumentava a produção, incrementando, portanto, o lucro da burguesia industrial.

A primeira vez em que foi aplicada em grande escala foi justamente na indústria automobilística de Henry Ford, nos EUA. Em suas fábricas, o chassi do carro era conduzido ao longo de esteiras rolantes, recebendo peça por peça dos operários distribuídos lateralmente de forma organizada na linha de montagem. Essa racionalização da produção foi denominada de **fordismo**. O custo da produção do automóvel foi reduzido de US$ 950 para US$ 250.

E para aumentar ainda mais os lucros dos industriais, o engenheiro norte-americano Frederick W. Taylor desenvolveu técnicas de aumento de produtividade que consistiam em controlar os movimentos não apenas das máquinas, mas também dos homens, cronometrando-os, fazendo-os produzir em um ritmo cada vez mais acelerado. Essa forma de produção em série acelerada consistia no **taylorismo**.

Como decorrência da dinamização a produção, reconfiguração do trabalho e do aumento dos lucros, começaram a surgir sociedades anônimas, enormes indústrias, concentrações financeiras e conglomerados empresariais, todas associações que concentravam um grande capital industrial, formando *holdings*, trustes e cartéis.

- ***Holding***: conglomerado de grandes empresas financeiras que **controlam** enormes complexos industriais por meio da posse de suas ações;
- **Truste**: grandes empresas que absorvem a concorrência **monopolizando** a produção de mercadorias, controlando seus preços no mercado;
- **Cartel**: **associação** de grandes empresas produtoras da mesma mercadoria, visando evitar a concorrência, definir os preços e dividir o mercado entre si, eliminando a concorrência.

Dessa forma, já no século XX, o Capitalismo Industrial começava a ser suplantado pelo Capitalismo Financeiro, focado principalmente nas complexas movimentações de capitais dos grandes grupos financeiros, por exemplo, nas Bolsas de Valores mundiais.

A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Ao longo do século XX, essas profundas e aceleradas transformações técnicas iniciadas no século XVIII adentram em uma terceira etapa, um momento apontado como sendo a Terceira Revolução Industrial, cuja característica central possui uma velocidade assustadoramente rápida no desenvolvimento de novas técnicas, como no campo a **computação**, **microeletrônica**, **robótica industrial**, **química fina**, **biotecnologia** e **nanotecnologia**.

Ao mesmo tempo em que essas tecnologias se desenvolvem velozmente, produzem uma quantidade ainda maior de técnicas obsoletas. Isso fica claro ao se observar as transformações, por exemplo, na computação e em seu desenvolvimento das duas últimas décadas do século XX: aquilo que parecia ser o estágio mais elevado do progresso tecnológico, já estava ultrapassado nos primórdios do século XXI. Todo esse processo demanda vultuosos investimentos financeiros e pesquisas científicas voltada ao aumento até então nunca visto da eficiência e da produtividade. Trata-se, portanto, de um movimento controlado por grandes empresas transnacionais abarcando o mundo inteiro.

CONCLUSÃO

As Revoluções Inglesas do século XVII impulsionaram novas ideias que prenunciavam os acontecimentos do século seguinte, o Século das Luzes. Juntamente com a Revolução Francesa, os acontecimentos na Inglaterra construíram as bases políticas do mundo contemporâneo e, assim como a Revolução Industrial, constituiu-se num modo gerador de profundas transformações na sociedade humana.

A velha sociedade, baseada no nascimento, deu lugar a uma nova, baseada no capital e na propriedade. Era o fim do Antigo Regime. Desta forma, ocorreu a solidificação da burguesia que, por sua vez, modificou a organização do Estado, fundamentando-se em leis que correspondiam a seus interesses.

A queda do Absolutismo foi contemporânea ao declínio do Mercantilismo — tinha de ser, pois o mercantilismo era a política econômica do Absolutismo. Para intervir na economia, era preciso um rei muito poderoso.

Novas classes sociais se constituíram: os trabalhadores formaram o operariado urbano, que produzia nas fábricas e vivia às custas de salários; e a burguesia industrial, controlava a produção e administrava o comércio.

Cidades do Reino Unido que se destacaram na Revolução Industrial.

Separava-se definitivamente o Capital (configurado no poder dos donos dos meios de produção) e o Trabalho (representado pelos assalariados), onde os trabalhadores não mais tinham a propriedade dos instrumentos de trabalho, ficando confinados a se venderem como força de trabalho por preços miseráveis e degradantes.

Em menos de dois séculos, o trabalho se transformou como nunca havia ocorrido em toda a História. Não apenas na forma de exploração dos detentores dos meios de produção sobre o proletariado, mas nas formas de organização dessa massa de trabalhadores, que para combater os proprietários começam a se organizar em associações trabalhistas e colocar em xeque a ordem capitalista: explicita-se a luta de classes entre a burguesia e o proletariado.

De qualquer forma, o que é importante assinalar é que tanto as Revoluções Inglesas e a Revolução Francesa, no campo político, como a Revolução Industrial, no campo econômico, significaram tanto a destruição da organização social de ordem feudal, como a consolidação do capitalismo industrial, que se torna hegemônico após a consolidação da ordem burguesa no mundo.

A expansão da industrialização e seu consequente aumento de produtividade fizeram com que os países industrializados passassem a disputar novos mercados para poder escoar suas produções. Dessa forma, estimulava-se o Imperialismo (Neocolonialismo) do século XIX, gerando disputas por mais consumidores que desembocaria na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

FILMOGRAFIA

- *Germinal*, de Claude Berri. Baseado na obra homônima de Émile Zola, retrata as péssimas condições de trabalho e vida de trabalhadores franceses.

- *A nós, a liberdade*, de René Clair. Compara o trabalho forçado em uma prisão e o trabalho em uma fábrica.
- *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin. Aponta os problemas de uma sociedade criada pela ordem industrial capitalista
- *Os Companheiros*, de Mario Monicelli. Retrata a luta de trabalhadores italianos contra a opressão da burguesia industrial

EXERCÍCIOS

1 - (FUVEST – 1994) "O fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da classe operária" "Os vinte e cinco anos após 1795 podem ser considerados como os anos da longa contra-revolução" [Durante esse período] "o povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política." Estas frases, extraídas de *A Formação da Classe Operária Inglesa* do historiador E. P. Thompson, relacionam-se ao quadro histórico decisivo na formação do mundo contemporâneo, no qual se situam:
a) a revolução comercial e a reforma protestante.
b) o feudalismo e o liberalismo.
c) a revolução industrial e a revolução francesa.
d) o capitalismo e a contra-reforma.
e) o socialismo e a revolução russa.

2 - (PUC – MG – 1998) O movimento dos trabalhadores assalariados é parte integrante da história do capitalismo. Sua origem está fundamentalmente ligada:
a) à formação de partidos da classe operária.
b) ao caráter ambicioso do patrão capitalista.
c) ao surgimento das ideias socialistas-marxistas.
d) a certa consciência coletiva de ser operário.
e) à solidariedade internacional dos trabalhadores.

3 – (PUC-Rio) "A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. Durante um breve período ela coincidiu com a História de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda uma economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país. [...] Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se simplesmente à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes."
E. J. Hobsbawm. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p.9.
Ao falar da "solidão do pioneiro", o autor refere-se ao pioneirismo da Grã-Bretanha na Revolução Industrial.
a) Apresente DUAS razões que contribuíram para que a Grã-Bretanha tenha experimentado a "solidão do pioneiro" naquele processo.
b) Identifique DUAS mudanças ocorridas na sociedade inglesa no decorrer do século XIX que permitam exemplificar a afirmativa do autor de que "a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos".

4. (UNESP-SP - adaptado) A superioridade da indústria inglesa, em 1840, não era desafiada por qualquer futuro imaginável. E esta superioridade só teria a ganhar, se as matérias-primas e os gêneros alimentícios fossem baratos. Isto não era ilusão: a nação estava tão satisfeita com o que considerava um resultado de sua política que as críticas foram quase silenciadas até a depressão da década de 1880. Joseph A. Schumpeter. História da análise econômica.
Dessa exposição conclui-se por que razão a Inglaterra adotou decididamente, a partir de 1840 o:
a) isolacionismo em sua política externa.
b) intervencionismo estatal na economia.
c) capitalismo monopolista contrário à concorrência.
d) agressivo militarismo nas conquistas de colônias.
e) livre comércio no relacionamento entre as nações.

5. (FUVEST-SP) Revolução Comercial está para mercantilismo assim como Revolução Industrial está para:
a) fisiocracia.
b) malthusianismo.
c) liberalismo econômico.
d) socialismo utópico.
e) corporativismo.

6. (FATEC-SP) Dos fatos a seguir assinale aquele que não foi causa da Revolução Industrial.
a) Revolução Comercial.
b) Sólido sistema comercial inglês.
c) Existência de carvão de boa qualidade e fácil acesso.
d) Falta de braços para a lavoura.
e) Desenvolvimento inicial da tecnologia.

7. (UnB-DF) Socialmente a Revolução Industrial favoreceu:
a) o enriquecimento do proletariado.
b) a eliminação das diferenças de classes.
c) o crescimento econômico da burguesia.
d) o crescimento da população rural.

8. (UFSCar-SP) Os economistas e historiadores estão de acordo em datar a Revolução Industrial no século XVIII, pois com a invenção das primeiras máquinas inicia-se a:
a) indústria de produtos alimentícios.
b) indústria têxtil.
c) indústria de comunicação e transportes.
d) indústria metalúrgica.
e) indústria de papel.

9. (UFPA) Uma das consequências sociais da Revolução Industrial foi:
a) o desenvolvimento do capitalismo financeiro.
b) a formação de impérios coloniais.
c) a utilização de técnicas cada vez mais modernas.
d) o intervencionismo estatal na vida econômica.
e) o rápido aumento das cidades.

10. (Vunesp-SP - adaptado) Adam Smith, autor de A riqueza das nações (1776), referindo-se à produção e à aquisição de riquezas observou:
Não é com o ouro ou a prata, mas com o trabalho, que toda a riqueza do mundo foi provida na origem, e seu valor, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos é precisamente igual à quantidade de trabalho que permite alguém adquirir ou dominar.
Os pontos de vista de Adam Smith opõem-se às concepções:
a) mercantilistas que foram aplicadas pelos estados absolutistas europeus.
b) monetaristas, que acompanharam as economias globalizadas.
c) socialistas, que criticaram a submissão dos trabalhadores ao capital.
d) industrialistas, que consideraram as máquinas as criadoras de riquezas.
e) liberais, que minimizaram a importância da mão-de-obra na produção.

11. (UFJF-MG adaptado) Desde o século XVI vinha-se operando na Inglaterra uma verdadeira Revolução Agrária, que consistia, sobretudo, na substituição da produção fragmentada em pequenas unidades distribuídas entre proprietários e arrendatários camponeses por uma produção em larga escala, concentrada em grandes propriedades. (...)

Esta alteração foi possível principalmente pelas leis de *enclosures*, ou leis de cercamento dos campos comuns. Elza Nadai e Joana Neves.
Com base no que foi destacado, analise as pré-condições que geraram o desenvolvimento da Revolução Industrial no século XVIII, enfatizando o papel do movimento de cercamento dos campos.

12. (Unicamp-SP) As fábricas do século XVIII substituíram as antigas oficinas artesanais. Explique o que eram essas oficinas e as diferenças entre elas e o sistema da fábrica.

13. (Fuvest·SP) Já se observou uma vez que todo aluno mediano em História sabe que houve uma revolução industrial e que todo aluno estudioso sabe que não houve. Como bom estudante que você é, justifique a tese de que ocorreu uma evolução, e não uma revolução industrial.

14. (CEETPS-SP) A partir da segunda metade do século XVIII, profundas transformações econômicas e sociais ocorreram em países da Europa Ocidental. Formou-se um novo tipo de sociedade, caracterizada pela predominância do capital em quase todas as atividades humanas, pelo trabalho industrial e pela vida urbana. Estas transformações foram resultado da Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra com a mecanização do trabalho, ou seja, a utilização de máquinas na produção e transporte de mercadorias. (CAMPOS, R. História Geral).
a) De acordo com o texto, o que significou a Revolução Industrial?
b) Explique uma mudança que ocorreu no mundo a partir da Revolução Industrial justificando se a consequência desta mudança foi positiva ou negativa.

IDEIAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS NO SÉCULO XIX

Em conjunto com as grandes transformações econômicas, políticas e sociais do final do século XVIII e início do XIX, surgiram doutrinas e teorias que buscavam, de um lado, justificar e regular a ordem capitalista burguesa que se estabelecia, e de outro, condená-la ou reformá-la. Estruturaram-se, então, respectivamente, o **Liberalismo** e o **Socialismo**, pertencentes a um novo ramo da Ciência: a Economia Política.

ECONOMISTAS LIBERAIS

As bases do Liberalismo, que tinham surgido com o Iluminismo, contestavam o Mercantilismo e defendiam os princípios burgueses: propriedade privada, individualismo econômico, liberdade de comércio e de produção, respeito às leis naturais da economia, liberdade de contrato de trabalho (salários e jornada) sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos. Seus teóricos eram ferrenhos defensores da economia de mercado.

Lançadas pelos fisiocratas franceses, as premissas do pensamento liberal ganharam contornos definidos com **Adam Smith** (1723-1790). Para ele, a divisão do trabalho passava a ser elemento essencial ao crescimento da produção e do mercado, e sua aplicação eficaz dependia da **livre concorrência**, que forçaria o empresário a ampliar a produção buscando novas técnicas, aumentando a qualidade do produto e baixando ao máximo os custos de produção. O consequente decréscimo do preço final favoreceria a lei natural da oferta e da procura, viabilizando o sucesso econômico geral. Segundo Smith, não cabia ao Estado intervir na economia, competindo-lhe somente zelar pela propriedade e pela ordem. Seguindo esta linha de pensamento, surgiram vários outros teóricos continuadores do liberalismo clássico, como Thomas Malthus e David Ricardo.

Thomas Malthus (1766-1834) estabeleceu o pessimismo em relação ao progresso humano, ao afirmar que a natureza impunha limites ao progresso material. Isso porque a população cresceria em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética. Para ele, a pobreza e o sofrimento eram inerentes à sociedade humana e as guerras e as epidemias ajudariam no equilíbrio temporário entre a produção e a população. Era preciso, por outro lado, conter o aumento de nascimentos, além de limitar a assistência aos pobres, desestimulando o aumento populacional e, consequentemente, reduzindo a miséria.

"(...) Os assalariados deveriam ter consciência de que, com o número de trabalhadores crescendo acima da proporção do aumento da oferta de trabalho no mercado, o preço do trabalho tende a cair, ao mesmo tempo em que o preço dos alimentos tenderá a elevar-se´".

A tese de Malthus foi contestada, entre outros, por Fourier e Marx, por ignorar a estrutura social da economia e as possibilidades criadas pela tecnologia agrícola. Entretanto, reciclada para o terreno da evolução e das populações de insetos e outras espécies animais, ela forneceu a chave decisiva para a teoria da Seleção Natural de Darwin e Wallace.

Davi Ricardo e outros economistas clássicos incorporam o princípio da população às suas teorias, supondo que a oferta de trabalho era inexaurível, sendo limitada apenas pelo fundo de salário. Paralelamente, Malthus aplicava suas próprias teorias ao estudo da renda. Sua concepção da renda diferencial da terra é semelhante à de Ricardo, através da aplicação da lei dos rendimentos decrescentes, que admitia que o proprietário rural ocupava áreas menos férteis à medida que a população aumentava "(SANDRINI, P. In Dicionário de economia. p.183)".

Outros teóricos se oporiam às concepções liberais, levando em conta a emergente questão social e o enfoque da classe operária que nascia nas fábricas. A Revolução Industrial e o êxodo rural deram à Inglaterra nova configuração: no campo predominavam os latifúndios e, nas cidades, as fábricas, onde se abrigava grande contingente de miseráveis. Não existindo qualquer legislação trabalhista ou inspeção estatal, as jornadas de trabalho nas fábricas eram muitas vezes superiores a quatorze horas, além de terem instalações em locais insalubres e de os acidentes de trabalho ocorrerem com frequência.

Interessados em obter a mão de obra mais barata possível, os industriais preferiam o trabalho das crianças e das mulheres. Em 1802, um decreto parlamentar determinou que as crianças vindas de *workhouses* (casas de trabalho, onde as pessoas ficavam confinadas à disposição do mercado de trabalho) não trabalhariam mais que doze horas por dia. Diante dessa situação de crise, culpou-se a mecanização pelas condições miseráveis dos trabalhadores, pelo desemprego. Formou-se, então, o movimento "ludista", que propunha a destruição de todas as máquinas, acreditando-se, que dessa forma, eliminar-se-ia o problema.

O descontentamento, entretanto, aumentava na medida em que cresciam as razões para os conflitos, prenunciando uma revolução social. Formaram-se, então, as primeiras organizações trabalhistas, as *trade unions*, que buscavam catalisar as insatisfações e organizar a luta da classe operária.

AS FILOSOFIAS SOCIALISTAS

A reação operária aos efeitos da Revolução Industrial fez surgirem críticos ao processo industrial, que propunha reformulações sociais e a construção de um mundo mais justo – os teóricos socialistas, que se dividiram em grupos distintos, os socialistas utópicos, os socialistas científicos (marxistas) e os anarquistas.

O Socialismo Utópico

Os primeiros socialistas a formularem críticas profundas ao progresso industrial ainda o fizeram impregnados de valores liberais. Atacando a grande propriedade, mas tendo muita estima pela pequena, esses teóricos acreditavam que pudesse haver um acordo entre as diversas classes sociais e elaboraram soluções que não chegaram a constituir uma doutrina, e sim modelos idealizados. De forma geral, podemos considerar os socialistas utópicos uma manifestação de oposição romântica aos novos tempos, produto da decepção em relação aos resultados da "razão" iluminista na Revolução Francesa e do progressismo da Revolução Industrial.

Robert Owen (1771-1858), aos vinte anos, já administrador de uma fábrica de algodão em Manchester, na Inglaterra, pôde observar de perto as condições desumanas dos trabalhadores e revoltou-se com as perspectivas advindas do progressismo. Apontando a impossibilidade de se formar um ser humano superior no interior de um sistema egoísta e explorador, buscou a criação de uma comunidade ideal, de igualdade absoluta. Na Escócia, chegou a implantar suas ideias, implantando uma comunidade de alto padrão, em que as pessoas trabalhavam dez horas por dia e tinham um alto nível de instrução. Seu sucesso nessa cooperativa e suas críticas à propriedade e à religião atraíam, porém, pressões generalizadas, obrigando Owen a sair da Grã-Bretanha e ir para os Estados Unidos. Quando retornou à Inglaterra, presenciou a falência de suas cooperativas. No fim de sua vida, dedicou-se intensamente às *trade unions*, pois, segundo ele, "o objetivo primordial e necessário de toda a existência deve ser a felicidade, mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil esperar-se pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a minoria nunca será capaz de gozá-la".

Socialismo Científico ou Materialismo Histórico (Marxismo)

Paralelamente às propostas do socialismo utópico, que procuravam conciliar uma sociedade ideal aos princípios liberais e necessidades emergentes do operariado, surgiu o socialismo marxista. Mediante a análise dos mecanismos econômicos e sociais do capitalismo, seus ideólogos propunham compreender a realidade e transformá-la. Este socialismo, de bases científicas e filosofia transformadora da sociedade, constituía, assim, a proposta revolucionária dos trabalhadores (o proletariado). Seu maior teórico foi **Karl Marx** (1818-1883), cuja obra mais conhecida, *O Capital* (1867), causou uma revolução na economia e nas ciências sociais (ou históricas) em geral. Marx contou, em muitas de suas obras, com a importante colaboração de **Friedrich Engels** (1820-1895).

Marx e Engels

No *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx e Engels esboçaram as ideias do socialismo científico, que foram definidas de forma completa n'*O Capital*. Entre esses princípios se destacaram algumas interpretações socioeconômicas da história, entre elas os conceitos da luta de classes e de mais-valia, e a revolução socialista. Na análise marxista, o agente transformador da sociedade é a luta de classes, o antagonismo entre explorados e exploradores, a resistência dos trabalhadores em sua luta por sobrevivência e emancipação.

Resultado da existência da propriedade privada, tais classes apresentam interesses opostos, o que induz às lutas, e daí, às transformações sociais. Na Idade Antiga, opunham-se cidadãos e escravos; na Idade Média, senhores e servos; na Idade Moderna, nobreza, burguesia e camponeses; e no mundo contemporâneo, operários e burgueses, ou seja: os que trabalham e produzem, e os que detêm os meios de produção e lucram.

Outro conceito marxista básico é o de mais-valia, que corresponde ao valor da riqueza produzida pelo operário que está além do valor remunerado de sua força de trabalho. Ou seja, o valor que o trabalhador produz "a mais" do que recebe de salário. Essa diferença é apropriada pelos capitalistas (lucro), caracterizando a exploração operária (já que este recebe menos do que deveria).

Contra a ordem capitalista da sociedade burguesa, Marx considerava inevitável a ação política do operariado, o que culminaria na Revolução Socialista, marco com que se inaugura a construção de uma nova sociedade sem exploração e com direitos iguais. Num primeiro momento, o "socialismo", seriam instalados o controle do Estado pelo que denomina "ditadura do proletariado" e a socialização dos meios de produção, eliminando a propriedade privada dos meios de produção. Numa etapa posterior, a meta seria o "comunismo", que representaria o fim de todas a desigualdades sociais e econômicas, inclusive do próprio Estado, com a instauração de uma ordem democrática. Nessa etapa o homem viveria de acordo com o seguinte princípio: "de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo suas necessidades."

Socialismo Libertário: o Anarquismo Socialista

Outra das correntes ideológicas surgidas no século XIX foi o Anarquismo Socialista (Socialismo Libertário, que difere do anarquismo individualista dos primórdios, de origem liberal pequeno-burguesa).

Assim como o marxismo, defende o fim da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais. A divergência central com os marxistas é que os anarquistas apontam que enquanto existir Estado, ou seja, enquanto o ser humano aceitar estruturas essencialmente opressoras controlando a sociedade, nunca existirá liberdade. A revolução, portanto, só aconteceria não apenas quando os trabalhadores se tornassem a nova classe dominante do Estado, mas sim quando não mais existisse Estado e, portanto, não existissem mais classes dominantes. Só assim o ser humano seria livre da opressão provocada pelas desigualdades sociais, políticas e econômicas. Vale ressaltar que esses anarquistas defendem a liberdade coletiva, sendo que, para eles, não existe liberdade individual sem a coletiva.

Entre seus pensadores, no século XIX, destaca-se **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865), que no livro *O que é a Propriedade?* afirma que a propriedade é um roubo, ou seja, provoca desigualdade e injustiças de todas as espécies. Dessa forma, ele critica a base do Capitalismo. Com propostas de caráter reformista, como a criação de bancos populares e cooperativas, Proudhon acaba por defender uma sociedade sem classes, propriedade privada, e de homens livres que não se exploram para sobreviver, ou seja, a destruição do Estado. Trata-se do primeiro revolucionário a reivindicar o Anarquismo.

Proudhon

Bakunin

O seguidor mais importante de suas ideias (inclusive superando-as) foi **Mikhail Bakunin** (1814-1876), autor de *Deus e Estado*, tornando-se o nome mais importante do Anarquismo. Tendo atuado em inúmeras revoluções que explodiam pela Europa ao longo do século XIX, Bakunin fez com que o Anarquismo se tornasse uma das principais correntes políticas na defesa da revolução social, ligando-o não apenas com trabalhadores, mas com desempregados, explorados e oprimidos em geral. Juntamente com Marx, foi um grande nome da I Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores). Em suas propostas revolucionárias, Bakunin defendia que a revolução social só seria feita por meio da ação violenta do proletariado contra a burguesia. Essa revolução, entretanto, só seria completa quando o Estado fosse violentamente extinguido, para que não mais se perpetuassem as desigualdades e que o ser humano, por meio de formas coletivas de governo (denominadas posteriormente de **autogestão**) pudesse atingir a liberdade. Porém, algumas contradições de suas teorias o levariam ao enfraquecimento político.

O Anarquismo Socialista e o Comunismo Marxista coincidem quanto aos objetivos finais: atingir a sociedade livre, desenvolvida e democrática, o **Comunismo**, estágio em que não existiria mais sociedade de classes, exploração, propriedade privada dos meios de produção, nem mesmo o Estado.

Entretanto, para os marxistas, essa ideologia é utópica e irrealizável diante da força do capital, a não ser que uma série de tarefas prévias seja efetuada, para fortalecimento do socialismo. Antes da meta da "sociedade comunista" se faz necessária, portanto, uma etapa intermediária, dita "socialista", em que o Estado Revolucionário (conduzido pela ditadura do proletariado, um governo socialista que enfrente a atual ditadura burguesa) aplicaria medidas prolongadas, visando preparar a população ao Comunismo.

Já para os anarquistas, sua utopia prega que se acabe com Estado juntamente com as classes sociais, no mesmo momento revolucionário, sem que antes sejam postas em prática políticas rígidas que enfraqueçam a reação burguesa. Para eles, o Comunismo só seria atingido se a população criasse formas para praticá-lo cotidianamente, por meio de organizações controladas pelos próprios trabalhadores. Suprimir-se-ia, desse modo, a etapa intermediária defendida pelos marxistas, em que o Estado é reforçado (durante o Socialismo) para conduzir ao Comunismo. Porém, os anarquistas, historicamente, quando tiveram poder, nunca ofereceram condições que facilitassem o desenvolvimento destas tais formas de praticar cotidianamente o socialismo, e acabaram derrotados rapidamente.

Desde que essas duas correntes políticas -- anarquistas e comunistas -- se formaram, suas divergências foram constantes, provocando choques entre as duas. Em todo caso, ao longo do século XX, e ainda no XXI, os momentos em que o mundo observou momentos reais de revolução social foram sobretudo aqueles em que os socialistas de diversas tendências trabalharam unidos, em geral sob a condução de líderes de ideologia marxista.

A abdicação de divergências em nome de uma causa maior tende a fazer com que os ideais possam atingir de forma impactante a população em massa, inclusive de diversos países ao mesmo tempo, fazendo com que os explorados se organizem com mais força política, o que pode conduzir com mais rapidez e concretude a uma sociedade sem classes: sem propriedade privada dos meios de produção e, um dia que deve ser construído, também sem Estado.

AS LUTAS DO PROLETARIADO E A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

Durante o século XIX, o movimento operário europeu mostrou comportamento ora de ascensão, ora de refluxo. Na década de 40 do século XIX, surgiram manifestações como a Liga dos Justos — organização socialista que representava vários países e seguia as ideias de Marx e Engels —, a partir da qual foi elaborado o Manifesto Comunista.

Nos anos 60 do mesmo século, o movimento operário voltou a ganhar força. Em 1864, em Londres, foi fundada a **Associação Internacional dos Trabalhadores** (I Internacional Operária). Os primeiros encontros foram marcados pelas divergências entre marxistas, anarquistas e sindicalistas. O conflito teórico entre Bakunin e Marx ganhou maior repercussão com os acontecimentos da **Comuna de Paris** (1871), um governo popular de curta duração.

Em 1889, numa nova ascensão trabalhista, foi fundada a II Internacional, com um sentido mais reformista e menos revolucionário, adotando os ideais da Social-Democracia Alemã, primeiro partido político socialista. Agora, se definia que o socialismo seria alcançado lentamente, pelas reformas, pelo voto, pela via parlamentar.

Discordantes dos revolucionários russos — que depois formaram a III Internacional (a Internacional Comunista), em 1919 — os moderados ou reformistas da II Internacional tentaram reorganizá-la, adotando, a partir de 1923, o nome de Internacional Socialista, base dos partidos socialistas reformistas. A partir de então, socialistas comunistas e socialistas social-democratas se separaram, defendendo práticas e visões de mundo diferentes. Em defesa das vertentes mais radicais (de raiz) estão **Rosa Luxemburgo** e **Vladimir Lênin**.

Enquanto os socialistas passaram ser tidos pelos comunistas como seguidores de um reformismo utópico, os comunistas foram por eles acusados de "radicais". Porém, como diz **Marx: "radical" é aquele que vai à "raiz" do problema.** E portanto, ser radical é ser de fato "revolucionário".

FILMOGRAFIA

- *Sacco e Vanzetti*, de Giuliano Montaldo. Retrata a farsa do julgamento estadunidense de dois anarquistas italianos, condenados por um crime que não cometeram.
- *Terra e Liberdade*, de Ken Loach. Dentro da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o filme demonstra os embates entre as diferentes ideias de esquerda.
- *Outubro*, de Serguei Eisenstein e Grigori Aleksandrov, filme mudo soviético de 1927; drama histórico que relata o processo da Revolução Russa de outubro de 1917.

EXERCÍCIOS

1. (FUVEST – 1999) – "Um povo pode atingir bem-estar material sem táticas subversivas se ele for dócil, trabalhador e se esforçar sempre para melhorar" (dos estatutos da Sociedade contra a Ignorância de Clermont-Ferrand, França, 1869).

Sobre o texto, é correto afirmar que exprime um ponto de vista representativo

a) da nobreza, que acreditava ser esse o único caminho possível para o povo melhorar sua condição;
b) dos trabalhadores, conscientes de que somente com educação e trabalho melhorariam sua condição;
c) da burguesia, preocupada com a questão social e com as ideias e teorias de inspiração anticapitalista;
d) do governo francês na III República, preocupado em eliminar a pobreza e a exploração sofrida pelos trabalhadores;
e) das autoridades municipais, sensibilizadas com a ignorância e a miséria dos trabalhadores.

2. (LASALLE) "Nem incentivos econômicos nem insegurança forneciam um mecanismo geral realmente efetivo para manter o trabalho no seu ponto máximo; o primeiro porque sua amplitude era limitada, o último porque sua obtenção parecia tão impossível como a previsão do tempo. As classes médias achavam este argumento de difícil compreensão. Porque deveriam ser exatamente os melhores, mais capazes e sóbrios trabalhadores, aqueles com maior tendência a formar sindicatos, já que eles eram precisamente os que mereciam os melhores salários e o emprego mais regular? Mas os sindicatos eram de fato compostos e liderados por estes homens, embora a mitologia burguesa visse os sindicatos como multidões de estúpidos e desencaminhados, instigados por agitadores que não conseguiriam obter uma melhor forma de vida de outra maneira. Certamente não havia nenhum mistério nisso. Os trabalhadores que eram objeto de competição entre empregadores não eram apenas aqueles que tinham força de barganha para fazer a existência de sindicatos possível mas também aqueles mais conscientes de que o 'mercado' sozinho não lhes garantia nem segurança nem aquilo a que eles pensavam ter direito". (Hobsbawm, Eric, 1982, p.233).

O texto refere-se:

a) À incompreensão das camadas médias ao processo de organização operária.
b) Ao apoio das camadas médias às primeiras organizações operárias.
c) À aposta que o operariado fazia na força reguladora do mercado.
d) Ao controle do Estado nos sindicatos operários.
e) n.d.a

3. (UFJF – 2000) – "Os efeitos causados nas vidas das pessoas foram terríveis, quase indescritíveis. A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contra-movimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo auto-destrutivo." (Karl Polanyi. *A grande transformação*.)

O trecho acima refere-se aos impactos decorrentes da expansão do sistema fabril e da economia de mercado capitalista. A reação a tais impactos esteve, em boa medida, vinculada ao movimento operário do século XIX, sobre qual é INCORRETO afirmar:

a) em algumas de suas manifestações iniciais, defendia a preservação dos métodos tradicionais de produção, recorrendo, inclusive, à destruição de máquinas;
b) o movimento cartista teve como uma de suas principais reivindicações a defesa do sufrágio universal e a eliminação do voto censitário;
c) por meio dos partidos operários, o anarquismo defendia a aplicação de uma ampla legislação social que fosse assegurada pelo Estado;
d) o marxismo assinalava que o Capitalismo era um sistema econômico sujeito a crises, confiando na ação revolucionária do proletariado para sua substituição por uma economia socialista.

4. (Fuvest – adaptado) *A propriedade é um roubo*. Proudhon. *Proletários de todos os países, uni-vos!* Marx e Engels. Que correntes políticas representavam e o que significavam esses lemas, difundidos a partir do século XIX?

5. (Unicamp-SP) *De pé ficaremos todos*
E com firmeza juramos
Quebrar tesouras e válvulas
E pôr fogo às fábricas daninhas.
(Canção dos quebradores de máquinas do século XIX, citada por Leo Huberman, História da riqueza do homem, 1979.)
a) A partir do texto, caracterize o tipo de ação dos quebradores de máquinas.
b) Explique os motivos desse movimento.

6. (Vunesp.SP) *Não queremos destruir a vossa fortuna, mas se não arranjardes maneira de nos dardes trabalho não poderemos deixar de atentar contra vós e contra as máquinas. (...) Se ao fim de 8 dias não retirardes as lãs das máquinas para dar trabalho as 500 pessoas que vos batem à porta e para as quais nem sequer vos dignais olhar; não vos espanteis virdes um levantamento cair sobre vós e sobre máquinas, de tal modo sofremos, pobres operários por nós e pelos nossos filhos.*
(Anúncio anônimo afixado nas ruas de Clermont, França, em 1818)
O tipo de manifestação descrita está relacionado:
a) ao movimento anarquista.
b) à constituição dos partidos comunistas.
c) às origens dos partidos liberais.
d) à organização dos partidos socialistas.
e) ao movimento ludista.

7. (Mack-SP) Visando conter as agitações operárias, surgiram na Europa alguns transformadores sociais que defendiam propostas que disciplinavam relações de trabalho. O pioneiro dessas reformas foi Robert Owen, representante do:
a) socialismo científico.
b) anarquismo.
c) socialismo cristão.
d) sindicalismo revolucionário.
e) socialismo utópico.

8. (MACK-SP) A posição do chamado socialismo cristão diante dos problemas criados pela Revolução Industrial era:
a) de apoio à chamada luta de classes.
b) de extinção da propriedade privada.
c) de crítica à legislação trabalhista.
d) de defesa de um nível de vida digno para o trabalhador.
e) de concordância com o materialismo dialético.

9. (Carlos Chagas-SP) "*... propunha a organização de comunidades compostas, cada uma, de 10 mil pessoas, a que chamava de* phalansteres (falanstérios)*. Nestas comunidades, a distribuição dos encargos seria feita segundo a atração passional, porquanto acredita que a natureza distribuiu aos indivíduos as vocações de tal maneira que ficam em perfeita harmonia com as necessidades que a humanidade pode ter em relação a tal ou qual espécie de trabalho.*" As ideias de Fourier refletem o que seria posteriormente categorizado como socialismo:
a) sindical.
b) utópico
c) solidário.
d) científico.
e) cristão.

10. (FRMSJRP-SP - adaptado) As ideias básicas do chamado socialismo científico (1848-1867) definem uma reforma da sociedade a fim de:
a) criar uma estrutura eminentemente fabril, que proporcione predominância do campo sobre a cidade.
b) conseguir a harmonia entre os homens organizados em comunidades.
c) estruturar a organização social com base em cooperativas agrícolas.
d) eliminar a propriedade privada, assim como o sistema capitalista.
e) gerar uma nova ordem que valorize a espiritualidade do homem.

11. (PUC-SP) O pensamento filosófico que só admite como substância a matéria, atribuindo todos os fenômenos, inclusive os mentais, a agentes materiais, sendo o físico e o espiritual aspectos ou modos da matéria, tem o nome de:
a) positivismo.
b) satanismo.
c) materialismo.
d) irracionalismo.
e) n.d.a.

12. (Fr-SP) O marxismo fundamenta-se no trinômio:
a) reforma agrária, liberdade política e anticolonialismo.
b) extinção das classes sociais, estatização da economia e pluralidade partidária.
c) cooperativismo, participação do povo no governo e liberdade sindical.
d) interpretação materialista da História, luta de classes e abolição da propriedade privada.

13. (FATEC-SP) Rechaçou a interpretação idealista das leis Econômicas. Manifestou o seu caráter objetivo ao demonstrou que as leis e categorias econômicas são a expressão das relações de produção. Estabeleceu que estas últimas estão, por sua vez, determinadas pelas forças produtivas, por seu caráter e nível de desenvolvimento. Em uma determinada etapa o desenvolvimento das forças produtivas modifica necessariamente as relações de produção, variam também as leis e as categorias econômicas que as expressam. Essas ideias basicas encontram-se desenvolvidas na obra:
a) O que é a Propriedade?, de Proudhon.
b) O Contrato Social, de Rousseau.
c) O Capital, de Karl Marx.
d) Utopia, de Morus.
e) Leviatã, de Thomas Hobbes

14. (FCL-SP) No pensamento dos fundadores do chamado socialismo científico podemos encontrar, entre outras ideias, que:
a) os governos de todos os países deveriam estabelecer "créditos para todos" e proteger a organização dos trade-unions
b) a dialética seria fundamentalmente uma lei do espírito, inexistente no universo material.
c) as etapas desenvolvidas por diversas sociedades humanas eram: primitivismo, escravagismo, feudalismo e capitalismo.
d) o sistema capitalista estaria constantemente ameaçado por crises marcadas pela superprodução e pela chamada mais-valia isto é, a diferença entre o preço de compra e o preço de venda de uma mercadoria.

15. (UFU-MG) Sobre a situação da classe operária europeia, no século XIX, é falso afirmar que:
a) os operários eram submetidos a jornadas de trabalho superiores a dez horas diárias.
b) mulheres e crianças tinham uma remuneração inferior à da mão-de-obra masculina.
c) eram subumanas as condições de moradia e alimentação.
d) os operários identificaram as máquinas como responsáveis pelas péssimas condições de vida e de trabalho.
e) na luta por melhores condições de trabalho, o operariado buscou fazer aliança com empresários capitalistas.

16. A teoria econômico/social do reverendo Thomas Malthus afirmava que, movida pelo incessante desejo sexual, a população, principalmente os pobres, tendia a se multiplicar além das possibilidades do aumento da produção de alimentos. Suas ideias tiveram ampla aceitação na burguesia inglesa do início do século XIX, chegando a influenciar Charles Darwin.

Explique as consequências sociais de sua aceitação e os motivos de sua superação.

17. (UFPel-RS) Os autores registram de forma pungente os dramas das populações proletárias que se aglomeravam nas cidades, na época da Revolução Industrial, vivendo em condições subumanas, entregues ao vício, incapazes de se enquadrarem nos preceitos morais da classe burguesa. A vivência desses indivíduos em uma mesma vida miserável proporciona o nascimento de uma série de movimentos sociais, muitos dos quais denunciam os males do capitalismo. Nessa época, um patrão filantropo e sensível ao problema proletário toma iniciativas que virão dar nascimento ao movimento cooperativista. Foi ele:
a) Robert Owen.
b) Karl Marx.
c) Mikhail Bakunin.
d) Georges Sorel.
e) Friedrich Engels.

A POLÍTICA DAS NACIONALIDADES – UNIFICAÇÃO ITALIANA E ALEMÃ

O conservadorismo do Congresso de Viena (1815) foi solapado progressivamente em todo mundo, tanto pelo progresso econômico capitalista, quanto pela insustentabilidade do Antigo Regime. A partir da **Revolução de 1830** (Revolução Liberal também chamada de Jornadas de Julho, que estancou o avanço reacionário iniciado no Congresso de Viena de 1815), o liberalismo e o socialismo estruturaram um novo padrão ideológico dualista, compatível com o mundo capitalista emergente.

As revoluções, os movimentos sociais, as políticas governamentais encarnaram essas vertentes vitoriosas do século XIX, que, muitas vezes, tiveram como desdobramento o imperialismo, o nacionalismo e o reformismo sócio-político, com a ampliação de diretos trabalhistas e de voto. Assim, a **Revolução de 1848** — a Primavera dos Povos — estava impregnada de dualidade ideológica do capitalismo, propagando-se como ele por todo mundo.

Os processos de unificação da Itália e Alemanha são semelhantes. As primeiras tentativas ocorrem ao mesmo tempo, por ocasião da Revolução de 1848. A unidade italiana foi conduzida pelo reino Piemonte-Sardenha, em torno do qual se juntaram os demais Estados italianos numa luta nacional contra os austríacos, com o apoio da França.

Foi em torno da Prússia que se realizou a unidade alemã. As guerras contra a Dinamarca, Áustria e, principalmente, França foram os meios encontrados por Bismarck para despertar o ânimo nacional. A vitória sobre a Áustria em 1866 deu à Prússia o controle da Alemanha do Norte. A derrota imposta à França (1870-1871) deu-lhes o controle dos Estados germânicos do Sul. A união da Alemanha do Norte e do Sul pela Prússia fez surgir o Império Alemão em 1871.

A UNIFICAÇÃO ITALIANA

Imbuída de fortes sentimentos nacionalistas e liberalistas, despertado principalmente pelas divisões impostas pelo Congresso de Viena, a Itália, até então simples "expressão geográfica" aceleraria sua política de unificação.

A alta burguesia industrial ou comerciante lutava pela unificação, na medida em que isso representava apoio para a continuidade de seu crescimento interno e possibilidade de concorrência no mercado exterior: objetivamente uma política econômica que liberasse a circulação dentro da península e que favorecesse as suas exportações e impedisse as importações concorrentes. Nesse caso, a unificação tinha um significado liberal. O nacionalismo era apenas um sentimento a mais.

Por outro lado, a média burguesia e o proletariado urbano, seu aliado, pensavam em termos de um Estado nacional que adotasse medidas econômicas e sociais de tendências democráticas. Estes pensavam na unificação de preferência republicana, ao passo que os primeiros queriam realizar a unificação de forma mais fácil e rápida, ou seja, em torno do reino mais forte da Itália: Piemonte-Sardenha.

No início do século XIX, destacaram-se nesse processo inicialmente os "carbonários", sociedade precursora dos movimentos pela unificação. Embora não tendo unidade política, já que reunia monarquistas e republicanos, nem linha de ação definida, os carbonários atuavam em toda a Itália. Duas correntes se destacaram nas lutas de 1848: os "republicanos", liderados por **Guiseppe Mazzini** e **Guiseppe Garibaldi**, e os "monarquistas", liderados pelo conde **Camilo Cavour**. Estes últimos tomaram a liderança das lutas pela unificação a partir do reino do Piemonte-Sardenha, Estado independente, industrializado e progressista, governado por Vítor Emanuel II.

Garibaldi, líder republicano da unificação italiana

No rastro da primavera dos povos, houve rebeliões liberais impondo reformas em quase todos os reinos italianos. No mesmo período aconteciam as lutas de independência da Veneza-Lombardia, que estava sob domínio austríaco. Depois de diversas derrotas para os austríacos, o movimento pela unificação italiana esvaziou-se e foi reinstalado o Absolutismo. A partir da década de 60, entretanto, esse movimento voltou a ganhar força, e, no início da década seguinte, conclui-se o processo unificador da Itália.

Com a unificação italiana, continuaram ainda pendentes várias questões, como as das províncias setentrionais do Tirol, Trentino e Ístria, que, apesar de abrigarem uma população predominantemente italiana, estava em mãos dos austríacos. Reivindicadas pela Itália, essas regiões foram umas das razões que levaram esse país a entrar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), lutando contra a Áustria.

A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

O Congresso de Viena acabou com a Confederação do Reno, criada por Napoleão I, formando em seu lugar a Confederação Germânica, composta por 39 estados soberanos. Na liderança estava o Império Austríaco, cuja supremacia foi garantida pelo número de Estados que tinha na Confederação. À Áustria contrapunha-se a Prússia, que, mais desenvolvida econômica e industrialmente, buscava a edificação de um grande Estado germânico, que forjasse seu espaço internacionalmente.

O passo fundamental à unidade foi dado, inicialmente, em 1834, com a criação do Zollverein, união alfandegária

que derrubou as barreiras aduaneiras entre Estados alemães, proporcionando uma efetiva união econômica que dinamizaria o capitalismo alemão. O Império Austríaco recuperava sua supremacia na confederação germânica, impondo seus interesses, que eram contrários à unificação.

Na Prússia, o mais desenvolvido dos Estados, a burguesia era representada por um partido político liberal, encarregado de defender seus interesses. Seus membros compunham o "Landtag" (Câmara baixa eleita por voto censitário); e a Câmara Alta era formada por senhores indicados pelo rei, que governavam por toda vida. Na defesa de seus interesses, os deputados da burguesia tentaram controlar as despesas reais, resultando daí um violento conflito político com Bismarck, em 1861, convidado ministro pelo rei Guilherme I.

Política de Bismarck

Bismarck era partidário do regime monárquico forte e contrário ao poder colocado nas mãos da burguesia: um antiliberal. Mas, essencialmente, um devotado à causa da unificação, que julgava que esta devia ser obtida pela força militar. Como o Landtag se negava a aumentar os impostos, o que tornaria possível o aumento do contingente militar e a extensão do tempo de serviço obrigatório, pediu somente autorização à Câmara dos Nobres ("Junkers"), passando a governar despoticamente.

Bismarck, o "chanceler de Ferro"
que conduziu a unificação alemã baseada na expansão prussiana.

"O personagem síntese do nacionalismo alemão – Bismarck - não mediu meios para edificar o Segundo Reich alemão. O ´chanceler de Ferro´ empregou, segundo suas próprias palavras, ´ferro e sangue´ pela unificação. Após a vitória sobre a França, ao regressar a Berlim, Bismarck foi reconhecido como o fundador do novo Reich. Ninguém, a serviço de um rei, desde Richelieu, havia tão rapidamente elevado a importância de seu soberano, ao mesmo tempo acrescendo, com tão bons resultados, sua autoridade no governo. (...) Bismarck manteve o título de ministro do exterior prussiano até sua queda em 1890" (PALMER, A. In *Bismarck*.p. 167).

Apoiado no exército prussiano, instrumento básico da unificação alemã, Bismarck soube explorar todos os deslizes políticos internacionais em função de seu objetivo básico. Por etapas, venceu a Dinamarca, a Áustria e finalmente a França, quando se completou a unificação. O desfecho dos atritos culminou com a "Guerra das Sete Semanas" (1866), que, pela rapidez com que se definiu, confirmou o excepcional preparo bélico prussiano. O Tratado de Praga reconheceu o fim da confederação germânica, a entrega pela Áustria dos ducados de Holstein e Schlewig à Prússia e de Veneza aos italianos.

Outro empecilho à unificação completa da Alemanha era Napoleão III, que se opunha à emergência de uma grande potência em suas fronteiras. O acirramento das tensões deu-se quando, em 1869, o trono espanhol ficou vago, cabendo a coroa a um primo do kaiser Guilherme I, Leopoldo Hohenzoller. Napoleão III vetou tal sucessão, vendo-a como um cerco de Hohenzollern à França.

Com a unificação, a Alemanha cresceu vertiginosamente, a ponto de, em 1900, superar a Inglaterra na produção de aço. O desenvolvimento industrial alemão colocou em risco a hegemonia britânica mundial, causando sucessivos atritos. A exigência alemã de uma redivisão da colônia que a favorecesse, somadas às alianças político-militares, levou o mundo à Primeira Guerra Mundial.

FILMOGRAFIA

- *Sedução da Carne*, de Luchino Visconti. O filme retrata a paixão de uma condessa italiana por um oficial inimigo.
- *Em nome do papa-rei*, de Luigi Magni. Padre anti-Garibaldi descobre que um filho seu está combatendo ao lado dos rebeldes

EXERCÍCIOS

1 (PUC-Camp) Fatores externos contribuíram também para o aumento da entrada de imigrantes no Brasil, no final do século XIX. Dentre esses fatores, pode-se apontar o:
a) processo de unificação italiana e alemã, que criou condições para a modernização agrícola, eliminando, com isso, grande parte da população camponesa da produção.
b) sistema de alianças estabelecido pelos países europeus, que despertou nas grandes massas urbanas o temor de que elas fossem alistadas para a guerra.
c) grande desemprego que atingiu a França e a Inglaterra, em razão das inovações tecnológicas que expulsaram muitos trabalhadores das fábricas.
d) espírito aventureiro do europeu, que necessitava continuar exercendo o seu domínio sobre as regiões americanas, mesmo após a independência.
e) estímulo propiciado pelas organizações anarquistas e comunistas para que os camponeses emigrassem para a América.

2. (UNIFOR) A propósito dos processos de Unificação alemã e italiana, pode-se afirmar que
a) ambos foram conduzidos pela burguesia liberal, instituindo-se, na Alemanha e na Itália, regimes democrático-representativos.
b) foram conduzidos pelos *junkers* prussianos e pelo reino Sardo, porque, em virtude do desenvolvimento industrial retardatário dos dois países, a burguesia revelou-se incapaz de conduzir movimentos liberais vitoriosos.
c) no caso da Itália, a ação de Garibaldi e seus "camisas vermelhas" assegurou o predomínio dos socialistas no processo de unificação.
d) por força da exaustão provocada pelos movimentos de unificação, Itália e Alemanha buscaram preservar as condições de paz e equilíbrio na

Europa durante um longo período, de modo a garantir o reerguimento de suas economias.
e) contribuíram para o declínio do nacionalismo na Europa, ao sufocar as aspirações de independência dos pequenos estados, ampliação das atribuições do parlamento, o fim dos sovietes e a cassação imediata dos deputados bolchevistas.

3. (UFJF-MG) Sobre o contexto de afirmação da sociedade burguesa, é incorreto afirmar:
a) A defesa dos direitos inalienáveis do homem e da propriedade privada constituiu um dos princípios básicos do ideário burguês.
b) Com base no exposto, a Revolução Gloriosa da Inglaterra significou o primeiro momento histórico de ascensão da burguesia ao poder do Estado, à medida que o Parlamento inglês passou a veicular interesses predominantemente burgueses.
c) O ideário liberal ultrapassou o continente europeu e serviu de bandeira para o movimento de independência dos Estados Unidos.
d) Já a Revolução Francesa de 1789 representou a ascensão burguesa ao poder, que conviveu, no entanto, com o predomínio de forças e interesses conservadores responsáveis pela manutenção da monarquia constitucional.
e) Após 1815 verificou-se um recuo na expansão do liberalismo com o Congresso de Viena. No entanto, novas ondas liberalizantes invadiram a Europa após 1830 e 1848.

4. (Fuvest-SP) "Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos."
"Ao invés da Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia."
Estas frases, sobre as unificações italiana e alemã:
a) aludem às diferenças que as marcaram, pois, enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para a capital, contemplou outras regiões.
b) apontam para suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrendo do passado fascista, no caso italiano, e nazista, no caso alemão.
c) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das duas unificações, impostas pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.
d) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática e a italiana foi democrática e popular.

e) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter impositivo do processo liderado por Cavour, na Itália, e por Bismarck, na Alemanha.

5. (Unifor-CE) O Zollverein foi importante no processo de unificação da Alemanha porque:
a) criou um sistema de taxas alfandegárias internas, enriquecendo a burguesia.
b) permitiu o início de um desenvolvimento econômico, com o nascimento de um complexo industrial.
c) atraiu a aristocracia prussiana, que passou a integrar a Confederação Germânica.
d) possibilitou a união dos estados do sul na luta contra a França.
e) gerou condições para que surgissem áreas de influência necessárias à expansão imperialista.

6. (PUC-PR) Complete as lacunas e a seguir assinale a alternativa correta:
As unificações da Alemanha e da Itália fizeram-se no século XIX, praticamente na mesma época. Enquanto a Prússia liderou a unificação da Alemanha, a unificação italiana foi liderada pelo Estado denominado _____ . O planejador da unificação da Itália foi o estadista _____ , enquanto Bismarck seria o hábil arquiteto da formação do Segundo Reich. A unificação política da Alemanha foi antecedida pela unificação econômica com a criação da _____ ,' que significava a abolição das alfândegas entre os vários Estados germânicos. A Itália obteve a região de (da) _____ , devido à ajuda militar dos prussianos em curta luta contra os austríacos.
a) Piemonte, Cavour, Zollverein, Venécia.
b) Piemonte, Cavour, Hansa Teotônica, Venécia.
c) Nápoles, Mazzini, Zollverein, Toscana.
d) Piemonte, Cavour, Zollverein, Parma.
e) Florença, Garibaldi, Zollverein, Lombardia.

7. (PUC-SP) A Primavera dos Povos como foram batizadas as revoluções de 1848 na Europa, trouxe uma novidade para o panorama europeu. Pela primeira vez:
a) a ideia de revolução foi conjugada com o ideal libera de uma sociedade cuja organização fosse fundada num pacto social.
b) o regime republicano era instaurado sobre o patrocínio exclusivo da burguesia, uma vez que os trabalhadores abdicaram da participação na reordenação política.
c) o proletariado fazia sua aparição política com reivindicações classistas e propostas de mudança da ordem social.
d) o internacionalismo proletário foi experimentado, tendo sido o motivo para simultaneidade das revoluções por toda a Europa.
e) a proposta de um centralismo democrático na estruturação do partido liberal foi testada, tendo como resultado a efetiva conquista do poder por esse grupo.

8. (Carlos Chagas-SP) A Guerra Franco-Prussiana (1870), provocada por Bismarck., teve como uma de suas principais consequências:
a) a perda da Lorena e Alsácia que foram anexadas à França após a vitória de Napoleão III na batalha de Sedan.
b) a formação da Confederação Germânica do Norte, que reuniu os países do Báltico sob a liderança dos Hohenzollern.
c) a expansão do movimento revolucionário alemão, inspirado nos ideais socialistas da revolução de 1848.
d) o aumento da influência política da Áustria na Confederação Alemã, em virtude de suas vitórias militares no Schleswig e Holstein.
e) a aliança dos Estados da Alemanha Meridional com a Prússia, o que possibilitou a unificação da Alemanha.

9. (CESGRANRIO-RJ) Sobre o movimento de unificação italiana, na segunda metade do século XIX, é correto afirmar que:
a) se destacaram duas correntes principais após as lutas de 1848, os republicanos e os monarquistas, estes últimos vitoriosos em 1871.
b) representou a derrota dos interesses dos grupos liberais ligados à industrialização do Piemonte.
c) foi liderada por Garibaldi, que unindo as forças monarquistas liberais com o apoio de Napoleão III, formou o Reino da Itália.
d) o centro difusor das ideias e da luta pela unificação encontrava-se no Vaticano em Roma, sendo o papa o principal articulador do Estado unificado italiano.
e) a aliança dos revolucionários italianos com os austríacos permitiu a formação de uma coligação militar que expulsou os franceses dos últimos territórios ocupados no Tirol e na Lombardia.

EUA NO SÉCULO XIX

Em 4 de julho de 1776, ocorre a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Os ingleses só reconhecem a Independência em 1783, na Paz de Versalhes. A organização política deste Estado fica dividida entre duas tendências: a **republicana,** de Thomas Jefferson, defensora de Estados autônomos, configurando o posterior Partido Democrata; a **federalista**, de Alexandre Hamilton, defendendo um governo centralizado e forte, ideia-chave do futuro Partido Republicano. Estabelecendo uma República Presidencialista Federalista, onde cada um dos 13 Estados da federação possuiria constituição própria e autônoma, a **Constituição de 1787** atenuou o conflito de ambos os grupos políticos ao combinar suas tendências. No ano de 1789, com o Congresso elegendo George Washington (1789-1797) como primeiro presidente, iniciava-se o primeiro regime republicano da América.

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DOS EUA

A sociedade dos EUA era essencialmente agrária, composta por granjas no Nordeste e *plantations* no Sudeste. Ainda no período do domínio britânico, os colonos dos EUA já pretendiam se expandir para o Oeste, cujas terras eram proibidas de serem colonizadas devido às **Leis Intoleráveis**, de 1774. Uma delas proibia a expansão da propriedade dos colonos para a região entre os montes Apalaches e o Mississipi. Porém, após a independência, a expansão rumo ao Oeste adquire força ao se sustentar na ideologia do **Destino Manifesto**. Essa expressão foi utilizada pela primeira vez por John O'Sullivan somente em 1845, mas a ideia está presente desde o início da chegada dos colonos à América do Norte. É a concepção de que os norte-americanos formam o povo eleito por Deus destinado a colonizar e civilizar os territórios entre os oceanos Atlântico e Pacífico. O puritanismo dos colonos justificava a predestinação, justificando a expansão civilizadora através da colonização, sendo que esta seria uma missão divina e inevitável que ocorria devido à superioridade dos norte-americanos sobre os demais povos de todo o continente (descendentes dos espanhóis, portugueses, africanos e indígenas). Isso sustenta ideologicamente a expansão.

As bases jurídicas da **Marcha para o Oeste** foram firmadas em 1787, com a Lei do Noroeste, que permitia à União a incorporação de todo território que atingisse 60 mil colonos, tornando-o um Estado ligado à União. Ao longo do século, com um considerável desenvolvimento comercial, financeiro e industrial, houve uma explosão demográfica, onde a população passou de 4 milhões de habitantes, em 1801, para 32 milhões, em 1860, atingindo, no ano de 1914, um total de 90 milhões de habitantes, dentre os quais 33 milhões eram de imigrantes. O crescimento também pode ser notado no desenvolvimento de uma malha ferroviária maior que a soma de todos os países europeus, atingindo, em 1860, os 50 mil Km de ferrovias. Em 1869, Nova York, no Atlântico, conectava-se a São Francisco, no Pacífico, através de um percurso de 5.300 km, compondo a primeira ferrovia transcontinental da história. A construção das ferrovias ocorre antes do povoamento e contou com o extermínio de diversas tribos indígenas.

Ainda no início do século, novos conflitos com a Inglaterra voltaram a ocorrer quando os EUA passaram a comercializar com países da América Latina e também com a própria França no período das guerras napoleônicas e do Bloqueio Continental (1806). A Inglaterra também se opunha à expansão dos EUA rumo ao Canadá, colônia britânica na época. Estas divergências culminaram na **Segunda Guerra de Independência** (1812-1814), durante o período da presidência de James Madison (1809-1817). Porém, como os EUA precisavam estabilizar seu comércio, e a Inglaterra já deslocava recursos bélicos e financeiros às guerras napoleônicas, o conflito foi encerrado com a assinatura da **Paz Eterna de Gante**, que oficializava a região dos Grandes Lagos como uma zona neutra.

Nesse contexto, um dos principais fatores da expansão dos EUA foi a **Doutrina Monroe**. Uma das resoluções do Congresso de Viena (1815) aprovadas pelas potências europeias na Santa Aliança foi a re-colonização de todos seus antigos territórios tornados independentes na América. Frente a essa situação e pautando-se sobre o crescente **nacionalismo** para o fortalecimento da unidade territorial, em 1823, durante a mensagem anual ao Congresso dos EUA, o presidente James Monroe (1817-1825) afirmava: "De hoje em diante, os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumem e mantêm, não devem estar sujeitos a futuras colonizações por nenhuma potência europeia". A frase que melhor sintetizava sua doutrina política era, portanto, **"América para os americanos"**. Com o tempo, a Doutrina Monroe foi utilizada para estender a hegemonia dos EUA para todo o continente americano, em detrimento do tradicional domínio Europeu e da autonomia dos demais Estados da América; ficando assim deturpado o sentido da frase, que em verdade passou sutilmente a significar: **"AMÉRICA para os NORTE-AMERICANOS"**.

A expansão dos EUA se deu através da compra de territórios, negociações diplomáticas e, mais intensamente, através de guerras. Em 1803, a **Lousiânia** é comprada da França de Napoleão. Compra da Espanha, em 1819, a **Flórida**, que lhes dá acesso às Antilhas. Em 1846, **Óregon** é cedida pela Inglaterra. No ano de 1867, o **Alasca** é vendido pela Rússia. Destacam-se, no processo de expansão, a guerra e extermínio contra a população indígena e a **Guerra do México** (1845-1848).

Sob a condição da manutenção do catolicismo, o governo do México permitia aos colonos dos EUA ocupar parte do Estado mexicano desde 1821, ano da independência definitiva em relação à Espanha. Passando por inúmeras dificuldades econômicas, conflitos e regimes ditatoriais para consolidar um Estado nacional, o governo mexicano vai perdendo controle sobre seus territórios. Favorecidos por esta situação, em 1836 o **Texas** proclama-se independente do México, vindo a ser anexado pelos EUA em 1845, iniciando a guerra. Os EUA, vitoriosos, impuseram

ao México o **Tratado de Guadalupe-Hidalgo**, anexando os Estados do **Novo México**, **Arizona**, **Califórnia**, **Utah**, **Nevada** e parte do **Colorado**, conquistando 2 milhões km^2. Assim, a incorporação de novas áreas, entre 1820 e 1850, que deu aos Estados Unidos sua atual conformação territorial, estendendo-se do Atlântico ao Pacífico, deveu-se fundamentalmente à vitória na guerra contra o México que, derrotado, foi obrigado a ceder quase a metade de seu território. A situação de seu país fez com que um futuro presidente do México, Porfírio Díaz (1876-1911), certa vez comentasse: "Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos".

Nessa guerra, um processo que já ocorria desde o início da colonização e adquiria força com a Marcha para o Oeste foi intensificado: a expropriação de terras indígenas por meio de um intenso genocídio dos nativos e de sua cultura. O famoso guerreiro da tribo Sioux, Touro Sentado, dizia: "Quero que todos saibam que não estou disposto a vender parte alguma de minha terra, nem quero os brancos cortando nossas árvores...". O general Armstrong Custer, responsável pelo extermínio das tribos Sioux e Cheyenne, acreditava que "a crueldade e a ferocidade do nativo excederiam aquela das piores feras do deserto". Portanto, defendia que "o único índio bom é um índio morto". Entre 1776 e 1865 mais de 1 milhão de índios foram mortos. Em janeiro de 1876 o governo dos Estados Unidos ordenou que todos os nativos americanos fossem confinados a reservas indígenas. Destaca-se ainda o massacre de Wounded Knee, 1890, onde cerca de 300 índios foram assassinados. Ainda no ano de 1896, os EUA derrubam o reino independente do **Havaí** e anexam seu arquipélago.

A Doutrina Monroe e o Destino Manifesto viabilizaram, na primeira metade do século XIX, a expansão interna rumo ao Oeste e ao Norte e, posteriormente, a expansão econômico-militar internacional. Assim, expandindo-se ao Oeste, os EUA obtiveram acesso a importantes mercados orientais, como o do Japão e da China. Ao anexar a Flórida (1819), puderam atuar livremente sobre o Golfo do México e o mar das Antilhas, regiões de grande importância geopolítica para se projetarem sobre toda a América Latina.

A GUERRA DE SECESSÃO (1861-1865)

A Guerra de Secessão está estreitamente ligada à história econômica dos EUA. Ao longo do processo de colonização, os EUA dividiram-se basicamente em dois tipos de ocupação. Ao Norte predominou a colonização de povoamento, através da pequena propriedade agrícola, trabalho livre, economia de grande circulação de capitais, voltada para um mercado interno dinâmico e crescente, com uma burguesia industrial que apoiava o aumento de tarifas protecionistas, viabilizando a industrialização ainda no século XIX. Ao Sul, devido ao forte vínculo metropolitano na colonização, predominava a colônia de exploração, baseada em latifúndios monocultores, cuja produção realizava-se através do trabalho escravo e voltada para a exportação, fazendo com que a poderosa aristocracia rural se opusesse às tarifas protecionistas.

Pintura de George Morlland. Representa os mercados de escravos atuantes no Sul.

Após a Independência (1776), a construção do Estado nacional dividiu-se entre as propostas do Norte progressista, industrializado e abolicionista, e do Sul conservador , rural e escravista. Para o desenvolvimento expansão das indústrias do Norte era necessário um número cada vez maior de mão-de-obra assalariada, que barateava a produção, e um mercado consumidor mais amplo. Além disso, para que sua produção fosse protegida da concorrência externa, era necessário o aumento das tarifas alfandegárias. Portanto, a escravidão, o latifúndio agrícola de produção voltada à exportação e a defesa de tarifas alfandegárias mínimas que viabilizassem o livre-comércio faziam do Sul um entrave ao progresso do Norte. Ao mesmo tempo, ao elevar as tarifas alfandegárias, o Norte atravancava o comércio sulista com outras nações, principalmente na venda de algodão para a Inglaterra, bloqueando, portanto, seu desenvolvimento. Em 1820, o **Acordo do Mississipi** permitia a escravidão apenas abaixo do paralelo 36°40', fazendo com que abolicionistas promovessem fugas de negros para as regiões livres.

Essas divergências refletiam-se também no âmbito político. Fundado em 1854 justamente para conter o alastramento da escravidão nos novos territórios e representando os interesses da burguesia industrial nortista, havia o **Partido Republicano**. Já a aristocracia sulista controlava o **Partido Democrata**, fundado em 1792, defendendo a autonomia dos Estados e uma intervenção mínima da União no Estados, confluindo-se, portanto, com os interesses do Sul.

As duas principais questões de divergências eram a escravidão e as tarifas alfandegárias. Em 1860, **Abraham Lincoln** (1861-1865), representando o Partido Republicano, é eleito presidente dos EUA, defendendo o aumento das tarifas protecionistas e "união a todo custo", mesmo que tivesse de abolir a escravidão (na época, 1/8 da população era composta de escravos), opondo-se, dessa forma, aos projetos de autonomia sulistas e aos seus interesses econômicos. Após a vitória dos republicanos, 11 Estados do Sul, comandados pela Carolina do Sul, iniciam um processo de secessão (separação) do restante da União. Eles formam os **Estados Confederados da América**, de capital em Richmond, Virgínia, localizada apenas há 190 Km de Washington, elegendo **Jefferson Davis** como presidente

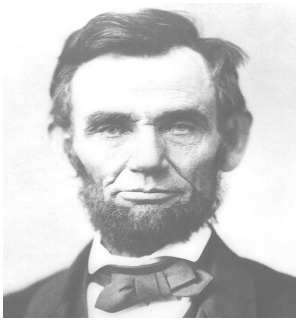
provisório. Objetivando garantir a defesa da Confederação, em 12 de abril de 1861 os confederados atacam de surpresa o Forte Sumter, na Carolina do Sul. Inicia-se a Guerra Civil.

A Guerra dividiu a nação em duas e mobilizou mais de 2,5 milhões de homens para os combates. Os Estados do Norte (federalistas) eram liderados pelos generais Ulisses Grant e Willian T. Sherman, sendo que este último é considerado como um dos pais da *guerra total*, ou seja, combate simultâneo ao exército, aos civis, à economia e ao povo do país atacado. As tropas do Sul (confederadas) estavam sob o comando do general Robert Lee.

Desde o início os confederados tinham melhores comandantes, fazendo com que o Sul dominasse a Guerra num primeiro momento. Entretanto, após a adoção de medidas radicais por parte da União (governo dos Estados do Norte), as tropas nortistas revertem a situação. Dentre estas medidas destaca-se o *Homestead Act* (1862), onde terras no Oeste (um total de 270 milhões de acres, ou 10% dos EUA) seriam gratuitamente concedidas em lotes de 65 hectares (160 acres) a quem lá se estabelecesse por cinco anos sem utilizar trabalho escravo. No mesmo ano, a União começa a recrutar soldados negros. Destaca-se ainda a Proclamação da Emancipação (1863), onde Lincoln abole a escravidão nos Estado confederados. Assim, pretendia que os ex-escravos se rebelassem contra as tropas do Sul. Após esta medida, encerra-se toda ajuda anglo-francesa concedida aos confederados.

Ao longo dos quatro anos de guerra, os EUA passaram por profundos momentos de pobreza e de fúria nas cidades. A população negra, por exemplo, era perseguida em todo o país, destacando-se as investidas de imigrantes irlandeses em Nova York contra qualquer instituição que acolhesse negros, como os orfanatos. A miséria das cidades abastecia os modernos recursos bélicos dos campos de batalha. A utilização do telégrafo para o comando, a ferrovia para o transporte de tropas e suprimentos, embarcações protótipos de couraçados e cruzadores, trincheiras substituindo o fuzil de repetição, o sabre e, portanto, o combate corporal. O Norte era quem mais se aproveitava destas tecnologias.

Após 10.000 combates, o Sul estava destruído e sua economia completamente arrasada, incapaz de renovar seus recursos bélicos. Não podendo mais resistir, o general Robert Lee rende-se em 9 de abril de 1865. Ao final da Guerra foram contabilizados **624.511 mortos**, sendo que apenas 200 mil pessoas foram mortas em combate (as demais pereceram em bombardeios, epidemias, etc.). Cinco dias após a rendição, John Wilkes Booth, um fanático sulista, assassinou Abraham Lincoln.



Abraham Lincoln, líder do Norte e articulador da abolição da escravidão nos EUA

Antes de morrer, Lincoln ainda presenciou, em 31 de janeiro de **1865**, a aprovação no Congresso da **13ª emenda à Constituição**, abolindo escravidão nos EUA. Este fato somou-se com a Emancipação de 1863. Um total de 4,5 milhões de negros foram postos em liberdade, mas não receberam os mesmos direitos que os brancos. Somente em 1868 foi aprovada a 14° emenda, estendendo a cidadania ao negro, o que, na prática, não alterava nada no cotidiano. O acesso ao voto foi obtido apenas em 1870. Longe de resolver a situação, os negros foram sujeitos a um cruel regime de segregação sócio-racial e miséria econômica, provocando lutas sociais e radicalismos ao longo do século XIX até hoje, tendo como auge a segunda metade do século XX. Junto, portanto, ao crescente proletariado urbano e aos imigrantes pobres (que atingiram a marca de 200 mil ao ano em 1862), somava-se uma população negra marginalizada e violentamente perseguida. No ano de 1866 nasce a **Ku-Klux-Klan** (KKK), organização paramilitar cristã racista com o objetivo de impedir a integração do negro na sociedade, intimidando, linchando e matando todos os que defendam o fim da segregação racial.

A Guerra de Secessão é peculiar não somente pela mobilização de civis em uma nação dividida, por ser a primeira guerra documentada através de fotografias ou por ter preconizado o modelo de *guerra total* utilizado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sua importância fundamental é de criar as condições materiais para a adoção de um modelo político-econômico que permitisse aos EUA abandonarem a postura de *isolacionismo* em relação às demais potências mundiais, passando a competir agressivamente nas questões políticas, econômicas e militares ao longo do século XX. Em suma, ela viabiliza a *industrialização* dos EUA e a adoção de políticas baseadas no *imperialismo*.

Enquanto a Itália e a Alemanha lutavam pela unificação, no outro lado do Atlântico, os Estados Unidos atravessavam um período de grande desenvolvimento econômico e social, e a população aumentava, estimulada pela imigração. Ao mesmo tempo, o território também se expandia, com a integração de novas terras, compradas ou tomadas dos índios.

Tal desenvolvimento acabou por aprofundar as diferenças entre o Norte e o Sul da grande nação. No Norte, predominavam a indústria, o trabalho assalariado e o protecionismo. No sul, prevalecia a agricultura, o trabalho escravo e o livre-cambismo. A questão do trabalho escravo opôs o Sul ao Norte, provocando um conflito de vastas proporções: a Guerra de Secessão, que deixou um saldo de mais de 600 mil vítimas e uma herança de ódio e discriminação racial.

CRONOLOGIA

- 1774 – Lei do Quebec (Leis Intoleráveis) – proibição da ocupação de terras pelos colonos.
- 1787 – Lei do Noroeste - consolidação do futuro expansionista.
- 1803 – Bonaparte vende a Louisiana para os Estados Unidos da América.
- 1819 – Espanha vende a Flórida aos Estados Unidos.
- 1821 – Colonização de parte do México pelos Estados Unidos.
- 1845 – Independência do Texas em relação ao México.
- 1846 – Inglaterra cede o Oregon aos Estados Unidos e a Rússia lhe vende o Alasca.
- 1845 – 1848 – Guerra do México.
- 1848 – 1849 – Corrida do Ouro na Califórnia.
- 1860 – Eleição de Abraham Lincoln para a presidência dos Estados Unidos da América e separação dos estados escravistas do Sul.
- 1861 – Formação de uma nova nação: os Estados Unidos Confederados da América e deflagração da Guerra Civil (Guerra de Secessão).
- 1862 – Estabelecimento do "Homestead Act" – distribuição gratuita de terras aos pioneiros e abolição da escravidão nos estados rebeldes.
- 1865 – Abolição efetiva.
- 1867 – Criação da associação racista Ku-Klux-Klan.
- 1912 – Configuração geográfica dos Estados Unidos da América e incorporação do Arizona.

FILMOGRAFIA:

- "... E o vento levou" (EUA, 1939). Direção: Victor Fleming.
- 'Dança com lobos" (EUA, 1990). Direção: Kevin Costner.
- "Pequeno grande homem" (EUA, 1970). Direção: Arthur Penn.
- "Tempo de glória" (EUA, 1989). Direção: Edward Zwick.
- "Um sonho distante" (EUA, 1992). Direção: Ron Howard.

EXERCÍCIOS

1. (UFF) - A abolição da escravidão nos Estados Unidos deu-se no decurso da chamada Guerra de Secessão (1861-1865).
a) Mencione duas das razões a que habitualmente se atribui a eclosão dessa guerra.
b) Explique por que a abolição da escravidão seguiu cursos tão diferentes nos Estados Unidos e no Brasil.

2. (UEA) Assinale a afirmativa correta a respeito da Guerra de Secessão.
a) O antagonismo entre os interesses do Norte e do Sul tornou-se incontornável por causa da organização de sociedades secretas abolicionistas, precipitando a guerra.
b) Apesar de desenrolar-se em torno da questão do trabalho escravo, a Guerra de Secessão foi uma disputa entre o interesse protecionista do Norte e o propósito livre-cambista do Sul.
c) A abolição da escravidão pelo presidente Lincoln, em plena Guerra de Secessão, torna patente que o conflito foi motivado pela insistência dos capitalistas do Norte em promover um mercado de trabalho livre.
d) Os empresários ianques apresentaram as mesmas características das burguesias do Norte da Alemanha e da Itália: intransigência no propósito de formar um mercado de trabalho unificado.
e) O estabelecimento de colonos nortistas ao Sul do paralelo 36o30' transgredia o Compromisso do Missouri, desencadeando o conflito.

3 (FATEC-SP) A Guerra de Secessão, nos Estados Unidos iniciada em 1861 e considerada a primeira das guerras modernas, pode ser explicada por:
a) divergências no Congresso Federal sobre as definições dos direitos dos escravos libertos.
b) antagonismo entre Norte e Sul, decorrente das formas de organização econômica e social.
c) desavenças relacionadas com a tolerância religiosa decorrente da união de Igreja e Estado em alguns estados do Sul.
d) divergências quanto às questões de organização política dos Estados republicanos.
e) conflitos históricos gerados pela maneira de tratar a população índia do oeste.

4. (FATEC-SP) A conquista do oeste norte-americano, a entrada maciça de imigrantes europeus no país, entre 1820 e 1860, e as diferenças regionais entre a industrialização desenvolvida do Norte e a expansão agrícola do Sul contribuíram para:
a) o domínio norte-americano do Pacífico e do Sudeste Asiático.
b) a guerra contra o Canadá pelo domínio dos Grandes Lagos e do rio Hudson.
c) a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos.
d) o Primeiro Ato de Navegação e o *Ship-Money* que contribuíram *ad valorem* com as mercadorias entradas por navio no rio Hudson.
e) a Guerra de Secessão.

5. (UNIPAC-MG) A Califórnia, o Alasca e a Louisiana foram adquiridos pelos Estados Unidos no século XIX respectivamente de:
a) Espanha, Alemanha e Inglaterra.
b) México, Rússia e França.
c) Canadá, Inglaterra e Espanha.
d) França, Inglaterra e Suécia.
e) Cuba, Rússia e Espanha.

6. (UCS-RS) Em 1860 os Estados Unidos deram início a sua industrialização, ao mesmo tempo em que era acelerada a exportação de algodão dos estados do Sul, para a Inglaterra. Cerca de 55% das exportações do país provinham do algodão sulista. O Norte industrializado desejava uma proteção tarifária, enquanto o Sul pretendia baixas taxas de importação e exportação. O conflito de interesses gerou:
a) a Guerra de Independência. d) o Homestead Act.
b) a Guerra de Secessão. e) o Mississipi Act
c) o Missouri Act.

7. (Unicamp-SP) A Guerra de Secessão (1861- 365) foi motivada, entre outras coisas, pela questão do regime de trabalho nos Estados Unidos.
a) Caracterize os regimes de trabalho no Norte e no Sul dos Estados Unidos às vésperas da Guerra de Secessão.
b) De que modo o desfecho da Guerra de Secessão influenciou a industrialização daquele país?

8. (Fuvest-SP) Assinale a alternativa que indica as características do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos no final do século XIX:
a) O capitalismo fortaleceu-se com a livre concorrência favorecida pelo ingresso de capitais asiáticos.
b) A formação de grandes trustes democratizou a economia norte-americana, pois eliminou a concorrência praticada pelas pequenas empresas.
c) As pequenas empresas cederam lugar aos grandes trustes, que passaram a influir no funcionamento do mercado.
d) O processo de monopolização, ao promover a integração das pequenas empresas em grandes consórcios, provocou o enfraquecimento dos bancos e trustes .
e) O capitalismo liberal foi substituído pela crescente participação do Estado na economia para evitar as crises de superprodução através do planejamento econômico.

9. (FGV – adaptado) "*Fale macio e use o porrete*" dizia o presidente norte-americano Theodore Roosevelt para justificar a política externa dos EUA. Explique em que consistia tal política e qual nome recebeu.

IMPERIALISMO (NEOCOLONIALISMO)

Na Segunda metade do século XIX, intensificou-se o processo de expansão imperialista que se estenderia até o início do século XX. Irradiando-se a partir dos países europeus industrializados, especialmente a Inglaterra, esse processo levou à partilha dos continentes africanos e asiáticos. Na mesma época, também Estados Unidos e Japão exerceram atividades imperialistas especialmente em suas regiões de influência.

O colonialismo do século XIX diferiu profundamente do século XVI, que se restringiu ao capitalismo comercial, cuja meta era a obtenção de especiarias, produtos tropicais e metais preciosos, e concentrou-se no continente americano. Nesse período, o Estado impulsionou a expansão, segundo os moldes mercantilistas. O neocolonialismo, por sua vez, necessitava de mercados consumidores de manufaturados e fornecedores de matérias-primas, além de as grandes potências buscarem colônias para a colocação de seu excedente populacional e novas áreas de investimentos de capitais. A intervenção ocorreu principalmente na África e na Ásia, motivada pelo capitalismo industrial e financeiro, sendo as empresas burguesas e não o Estado seu principal agente e beneficiário.

Além da necessidade de novas fontes de matérias-primas (ferro, cobre, petróleo, manganês, trigo, algodão etc.) e de outros mercados consumidores para a crescente produção industrial, as principais causas da expansão imperialista do século XIX foram:

- o crescimento demográfico europeu e a consequente necessidade de novas regiões para receber o excedente populacional. Como colonos, essa população continuaria a pagar imposto, contribuindo para a receita do Estado, além de constituir um grande contingente - para os exércitos metropolitanos;
- a necessidade de aplicação dos capitais excedentes da economia industrial;
- a obtenção de bases estratégicas visando à segurança do comércio marítimo nacional.

A política colonizadora imperialista fundamentou-se na "diplomacia do canhão", ou seja, foi conseguida pela força, embora travestida de ideais que a justificavam: os colonos eram portadores de uma "missão civilizatória, humanitária, filantrópica e cultural" e estavam investidos de altruísmo, já que abandonavam o conforto da metrópole para "melhorar" as condições de vida das regiões para onde se dirigiam. A missão civilizadora era considerada "o fardo do homem branco", nova versão do pretexto ideológico do século XVI, "levar a fé cristã aos infiéis da América". Tanto no século XVI como no século XIX, o que ocorreu, na verdade, foi a intensificação do mecanismo de exploração internacional.

IMPERIALISMO NA ÁFRICA

Iniciada a partir da segunda metade do século XIX, a efetiva partilha da África atingiu seu ponto máximo na **Conferência de Berlim (1884-1885**), da qual participaram quatorze países europeus, Estados Unidos e Rússia. Objetivando delimitar fronteiras coloniais e normas a serem seguidas pelas potências colonizadoras, a conferência não conseguiu, contudo, eliminar as divergências entre os países quanto às suas ambições imperialistas.

A França, presente na África desde 1830, dominava a Argélia, a Tunísia, o Marrocos, o Sudão, a ilha de Madagascar e a Somália francesa. A Inglaterra, liderando o novo imperialismo, realizou o domínio vertical do continente, desde o Mar Mediterrâneo, ao norte, até o antigo cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África.

A presença inglesa na África desdobrou-se em várias disputas coloniais, tendo sido a "Guerra dos Bôeres" (1899-1902) a mais importante. Desde as guerras napoleônicas, a Inglaterra dominava a Colônia do Cabo (África do Sul), entrando em atrito com os colonos holandeses, os chamados bôeres, ou africânderes, fazendeiros que tinham fundado as repúblicas livres de Orange e Transvaal. Com a descoberta de diamante e ouro na região de Joanesburgo, no Transvaal, as lutas se intensificaram, pois atraiu estrangeiros, muitos dos quais súditos britânicos. Ambicionando ampliar sua influência no sul do continente, a Inglaterra apoiou as pressões dos exploradores de ouro visando quebrar a autonomia dos bôeres. Em 1899, tinha início a Guerra dos Bôeres, que duraria até 1902, quando a Inglaterra, vitoriosa, anexou o Orange e o Transvaal às colônias do Cabo e Natal, formando em 1910 a União Sul-Africana.

A Alemanha e a Itália, países que só se unificaram em 1870, empenharam-se, portanto, tardiamente na partilha colonial africana, restando-lhes regiões de menor expressão. A Alemanha conquistou o Camerun (atual República dos Camarões), o Togo, o Sudeste e o oriente da África, e a Itália tomou o litoral da Líbia, a Eritreia e a Somália, sem, no entanto, conseguir anexar a Abissínia, devido à derrota na "Batalha de Ádua" (1986).

Na Conferência de Berlim, a Bélgica tomou o Congo — cujo território era dez vezes maior que o seu —, como propriedade pessoal do rei Leopoldo II. No início do século XX, apenas a Libéria, habitada por negros emigrados dos Estados Unidos, na costa noroeste da África, e a Abissínia (atual Etiópia), no nordeste, constituíam Estados Africanos livres.

PENETRAÇÃO EUROPEIA NA ÁSIA

A Ásia mantivera-se isolada até o século XIX. Apenas alguns portos estavam abertos aos comerciantes ocidentais, que aí recebiam os produtos orientais para comercialização no Ocidente. Internamente, o continente asiático permaneceu imune às influências ocidentais. Esta situação modificou-se radicalmente no transcorrer do século XIX. Os

países ocidentais passaram do simples comércio portuário para a política de zonas de influências, promovendo uma verdadeira partilha.

Começaram os investimentos em ferrovias, que abriam o mercado asiático para os produtos ocidentais. Era a Rússia o país mais interessado na expansão territorial na Ásia, pela proximidade com o seu próprio território. Chocou-se com os ingleses na Ásia Central, e com o Japão na Manchúria, depois da construção da estrada de ferro Moscou – Vladivostok, na Rússia.

Os ingleses haviam tomado a Índia aos franceses em 1763. Uma companhia inglesa ficou encarregada da exploração. Em 1858, deu-se a revolta dos nativos que servia nos exércitos coloniais, os "cipaios". Isso fez com que a Índia fosse integrada no Império Britânico. Na China, a "Guerra do Ópio" (1840-1842), motivada pela destruição de carregamentos de ópio pertencentes a súditos ingleses, permitiu a conquista de Hong Kong e outros portos, principalmente Xangai e Nanquim. Outras expedições militares foram organizadas a pretexto de punição pela morte de missionários. Novos portos foram abertos.

Os japoneses ocuparam a Coreia; os alemães a Península Shantung; a França dominava a Indochina. A reação contra a invasão da China partiu de uma sociedade secreta, a "Sociedade dos Boxers", que promovia atentados contra os estrangeiros residentes em solo chinês. As nações europeias organizaram um a expedição conjunta para punir a sociedade e o governo chineses, surgindo daí a "Guerra dos Boxers", que completou a dominação da China pelas potências ocidentais.

CONCLUSÃO

Os motivos da expansão colonial durante o século XIX foram os mais variados. Basicamente, relacionam-se ao desenvolvimento econômico europeu na difusão da Revolução Industrial. A necessidade de mercados foi uma constante — e ainda é — na economia capitalista, tanto para o consumidor quanto para o fornecedor de produtos.

Várias razões de ordem cultural e religiosa foram arroladas para justificar a ocupação das terras africanas e asiáticas. Os nativos foram utilizados nos empreendimentos econômicos e deixados à própria sorte. A preocupação civilizadora foi esquecida. A política econômica, no setor industrial, comercial e agrário, tinha por objetivo único o enriquecimento das metrópoles colonizadoras.

As disputas entre as nações europeias ao longo do Imperialismo se tornaram de tal forma irracionais que consistiram na principal causa para Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sendo a forma que esses países encontraram para resolver suas disputas por mercados consumidores.

FILMOGRAFIA

- *Lanceiros da Índia*, de Henri Hathaway. Conflito na Índia envolvendo o rebelde Mohamed Khan.
- *Duelo de Paixões*, de Henry King. Retrata conflitos na África do sul no momento do neocolonialismo.
- *Zulu*, de Cy Endfield. Confronto entre guerreiros zulus e tropas britânicas na África do Sul.

EXERCÍCIOS

1. (CES – 2000) Durante a época da expansão imperialista e colonialista das nações industrializadas da Europa, a conquista de colônias teve como principal objetivo:
a) Civilizar, as sociedades primitivas da África, da Ásia e da Oceania;
b) Buscar mercados para os excedentes de capital e de produtos industrializados;
c) Converter ao catolicismo as sociedades pagãs e demonstrar a superioridade do homem branco;
d) Utilizar a mão de obra especializada das colônias;
e) Buscar mercados consumidores de matéria prima e fornecedores de produtos manufaturados.

2. (ESPM – 2000) Sobre o expansionismo das economias capitalistas centrais,
principalmente para a Ásia e África, de 1870 a 1914, pode-se afirmar que resultou
a) da escassez de capitais e de matérias-primas as economias centrais.
b) na constituição de países independentes e democráticos nas áreas inicialmente dominadas pelos europeus.
c) de tentativa dos países europeus de transformarem economias agrícolas em industriais, uniformizando o desenvolvimento mundial.
d) do excesso de capitais e da tentativa de evitar as crises cíclicas que ocorriam nas economias centrais.
e) da crise de escassez de produtos industrializados que ocorriam nas economias centrais.

3. (UNIBH – 1999) - "A expansão era tudo, e, sendo a superfície do mundo limitada, o grande objetivo da humanidade contemporânea devia ser tomar tantos pedaços do mundo quantos fosse possível". (Cecil Rhodes, grande incentivador do imperialismo inglês.)
As razões fundamentais do imperialismo do final do século XIX e início do século XX foram, EXCETO:
a) A crise da década de 1870, que gerou, nos países capitalistas, a necessidade de exportar capitais e mercadorias.
b) A necessidade de controlar áreas produtoras de matérias-primas essenciais para as nações industrializadas.
c) O interesse em dirigir excedentes populacionais europeus para áreas não-europeias.
d) O fato de desejarem as nações europeias impedir a expansão dos Estados Unidos e do Japão.

4. (FGA – CGA – 1999) A Conferência de Berlim (1884/1885) marca o(a):
a) estabelecimento da unificação alemã e do II Reich;
b) reconhecimento da Itália como Estado Nacional Republicano;
c) intervenção alemã na França após os 72 dias da Comuna de Paris;
d) partilha da África entre as nações europeias;
e) estabelecimento da unificação alemã e a instauração da República de Weimar

5. (Fuvest-SP) O século XIX a história inglesa foi marcada pelo longo reinado da rainha Vitória. Seu governo caracterizou-se:
a) pela grande popularidade da rainha, apesar dos poderes que lhe concedia o regime monárquico absolutista.
b) pela expansão do império colonial na América, explorado através do monopólio comercial.
c) pelo início da Revolução Industrial, que levou a Inglaterra a tornar-se a maior produtora de tecidos de seda.
d) por sucessivas crises políticas internas, que contribuíram para a estagnação econômica e o empobrecimento da população.
e) por grande prosperidade econômica e estabilidade política em contraste com acentuada desigualdade social.

6. (Vunesp-SP) O Imperador Guilherme II da Alemanha assim se referiu, em 1901, aos sublevados chineses massacrados por um exército organizado por várias potências:
Tal como os hunos, há mil anos, sob comando de Átila, ganharam uma reputação que ainda hoje vive na história, assim também possa o nome da Alemanha tornar-se de tal modo conhecido na China que nenhum chinês ouse novamente olhar com desdém um alemão.
(Kaiser Guilherme 11, imperador da Alemanha de 1888 a 1918.)
A partir do texto:
a) Indique o nome da rebelião que se contrapôs à intromissão estrangeira na China em 1900.
b) Discorra sobre o processo histórico que resultou no estabelecimento de "zonas de influência" na China, ao final do século XIX.

7. (CESGRANRIO-RJ) A Guerra do Ópio (1841-1842) teve como uma de suas consequências:
a) a maior penetração do imperialismo inglês na China.
b) o fechamento da China ao comércio ocidental.
c) a eliminação da influência colonialista francesa na China.
d) a queda do sistema de mandarinato na China.
e) a instituição de um governo republicano na China.

8. (FGV-SP) O neocolonialismo inglês do fim do século XIX encontrou na Índia e na China dois amplos mercados para exploração. A índia passou a importar grande quantidade de tecido de algodão, principal produto de exportação da Grã-Bretanha. Na China, quase metade das importações em 1870 era de ópio fornecido pelos ingleses. Essa penetração estrangeira suscitou a reação desses povos, como se depreende das Revoltas:
a) dos Bôeres na Índia e Taiping na China.
b) dos Sipaios na Índia e dos Boxers na China.
c) da Manchúria na India e dos Bôeres na China.
d) dos Boxers na Índia e dos Sipaios na China.
e) de Ghandi na Índia e dos Sipaios na China.

9. (UCS-RS) Na análise do colonialismo asiático a chegada do comandante Perry ao Japão, em 1853 com uma esquadra norte-americana, é importante porque:
a) destrói as bases do sistema feudal dominado pelos xoguns.
b) acabam-se as perseguições que antes eram movidas aos católicos portugueses e espanhóis.
c) força a abertura dos portos japoneses ao comércio mundial.
d) destrói a estrutura feudal dos daimiôs e samurais,
e) tem início uma rigorosa expansão imperialista contra a China e a Rússia.

10. (FIU-MG) A Revolução Meiji (1868) no Japão ainda que de caráter político, teve grande ressonância econômica porque significou:
a) o término dos senhores feudais – os samurais - com o advento da monarquia constitucional.
b) a modernização do país, graças à assimilação da tecnologia ocidental.
c) o início de uma era de expansão imperialista com a conquista da Mongólia.
d) a abertura dos portos do país aos produtos da indústria inglesa.
e) a desagregação da estrutura do poder do xogunato nos centros urbanos.

11. (FGV-SP) A expansão imperialista europeia desencadeada na década de 1870 tinha por agentes e objetivos principais:
a) a burguesia e a busca de mercado para produtos industriais e fontes de matérias-primas.
b) os monarcas e a busca de ouro, metais preciosos e escravos.
c) as companhias de comércio, a busca de escravos cujo tráfico ganha impulso.
d) as elites militares, devido à sua doutrina de expansão geopolítica.
e) os monarcas, militares e clero, numa empresa conjunta de conquista político-militar e catequese.

12. (FUVEST-SP) A conquista da Ásia e da África, durante a segunda metade do século XIX pelas principais potências imperialistas, objetivava:
a) a busca de matérias-primas, a aplicação de capitais excedentes e a procura de novos mercados para os manufaturados.
b) a implantação de regimes políticos favoráveis à independência das colônias africanas e asiáticas.
c) o impedimento da evasão em massa dos excedentes demográficos europeus para aqueles continentes.
d) a implantação da política econômica mercantilista, favorável à acumulação de capitais nas respectivas metrópoles.
e) a necessidade de interação de novas culturas, a compensação da pobreza e a cooperação dos nativos.]

UNIDADE VII – O SÉCULO XX
A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

No final do século XIX, o mundo se sujeitava à supremacia econômica capitalista de algumas potências europeias, sobretudo a Inglaterra. Surgiram, entretanto, indícios do deslocamento desse centro dinâmico, pois alemães e os ianques se sobrepunham aos ingleses na produção de aço e ferro. Nos Estados-Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente, e na Alemanha a indústria bélica prosperava com o programa naval de 1900, que visava conquistar um império colonial.

A Inglaterra, entretanto, detinha, ainda, metade de todos os capitais exportados para investimentos e o maior império colonial, impondo sua hegemonia, a *Pax Britanica*. Buscando não só conservar, mas também ampliar seus domínios e resguardar-se do poderio crescente dos novos centros capitalistas, a Inglaterra equipou-se militarmente. Em 1906, por exemplo, lançou o primeiro navio encouraçado movido a turbina, armado com artilharia pesada e canhões de longo alcance. O armamentismo ocorrido nos grandes Estados no início do século XX já indicava tendências a confrontos. Por outro lado, o imperialismo transformara a África e a Ásia em áreas de disputas coloniais. A Alemanha, exigia a redivisão colonial, a obtenção de domínios condizentes com seu crescimento e poder. Às polemicas imperialistas, juntaram-se outros elementos desagregadores da paz mundial: as minorias nacionais europeias, por exemplo, reivindicavam seu direito de auto-governo, baseando-se nos ideais de unificação dos italianos e dos alemães.

Os impasses criados pelos interesses capitalistas, pelo imperialismo e pelo nacionalismo conduziram o mundo à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e à desestruturação do capitalismo internacional, fatores que somados à difusão da ideologia marxista, desencadearam a Revolução Russa. Ao final da Primeira Guerra surgiu um sentimento nacionalista mais forte, representado pelo fascismo e pelo nazismo, gerador de impasses que culminaram num outro grande conflito: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A PAZ ARMADA E A POLÍTICA DE ALIANÇAS

Quando a França foi derrotada em 1870, na Batalha de Sedan, perdendo para a Alemanha as ricas províncias da Alçácia-Lorena, houve o despertar de um forte espírito nacionalista de revanche, que abriu a possibilidade de uma nova guerra europeia. Ao mesmo tempo, a rivalidade inglesa com relação à Alemanha corporificou-se gradativamente e teve suas raízes no crescimento industrial alemão (que colocava em risco a tradicional supremacia capitalista inglesa) e nas pressões alemãs de redivisão colonial.

Grande parte dos orçamentos europeus destinava-se à corrida armamentista, o que transformou o velho continente num verdadeiro campo militar, tornando esse período conhecido como Paz Armada. A Alemanha, desde sua unificação, fundamentou a política externa no isolamento da França, criando um sistema internacional de alianças político-militares que cerceassem o revanchismo francês. Em 1873, Bismarck instaurou a "Liga dos Três Imperadores", da qual fazia parte a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. Em 1822, o Segundo Reich firmou a "Tríplice Aliança", unindo-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália, esta em atrito com a França em virtude da anexação da Tunísia, na África.

O Tratado da **Tríplice Aliança** selava que se algum desses países declarasse guerra a um país terceiro, o restante deveria ficar neutro; se a França atacasse a Itália, esta teria ajuda alemã ou austríaca; se atacasse a Alemanha, só a Itália ajudaria o país; e se um dos aliados fosse atacado por duas potências europeias, então os outros dois iriam em auxílio. Também dessa época, firmou-se a "**Tríplice Entente**", da qual faziam parte a Rússia, a Grã-Bretanha e a França.

O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO

O desenvolvimento da indústria pesada, das ferrovias e das frotas mercantis era meta indispensável para ser uma grande potência internacional. Era necessário escoar produtos industrializados e buscar fontes de matérias-primas e alimentos.

Para atender a essas exigências, os principais governos europeus empreenderam conquistas coloniais, adotaram políticas de protecionismo alfandegário (que deu origem a uma verdadeira guerra econômica) e exerceram pressão sobre os países subdesenvolvidos para que contraíssem empréstimos. O resultado foi a rápida internacionalização do capital, que atraiu a oposição do nacionalismo econômico e resultou no abandono da política de livre-cambismo. A busca por rotas e mercados mundiais intensificou a corrida por zonas de influência e por colônias.

O grande problema, contudo, era a ascensão da Alemanha, que exigia o controle de fontes de abastecimento – para alimentar uma população em crescimento acelerado — e de mercados consumidores que dariam vazão a uma produção industrial gigantesca. A concorrência com a Inglaterra tornou-se inevitável: na maior parte dos países europeus, as vendas de produtos alemães superavam a dos britânicos.

A tudo isso se juntava o avanço do Japão e dos Estados Unidos, que passaram a restringir o campo de ação das potências europeias, exercendo papel cada vez mais decisivo nas competições territoriais e nas questões diplomáticas. Os Estados Unidos, por exemplo, se opunham a qualquer intervenção europeia na América; o Caribe se transformou então em privilegiado palco para a ação do imperialismo norte-americano.

A EXPLOSÃO DO CONFLITO

Vários foram os motivos que levaram à guerra. Quando a Sérvia entrou em conflito com a Áustria-Hungria, em julho de 1914, a Rússia apoiou a Sérvia, e a Alemanha apoiou a

Áustria. O apoio dado pela França e Alemanha aos contendores deveu-se ao fato que nenhum dos dois podiam arriscar em seus cálculos de segurança, nem se furtarem aos acordos políticos e militares feitos anteriormente.

A Bélgica foi invadida pelos alemães, e portanto, obrigada a entrar na guerra, porque o plano alemão previa a invasão da França pelo Norte, com um avanço sobre Paris, o que tornava imprescindível a passagem pela Bélgica. A Inglaterra apoiou a Bélgica por causas da quebra da neutralidade belga decorrente de uma invasão alemã, mas principalmente pelo crescente poderio da marinha de guerra germânica, que ameaçava a hegemonia naval britânica. O Japão entrou na guerra contra a Alemanha porque isso lhe permitiria dominar as possessões alemãs em território chinês e no Pacífico.

Considerando-se as rápidas campanhas militares germânicas de 1864, 1866 e 1870-71, a guerra iniciada em 1914 foi bastante longa. Comparada com as Guerras Napoleônicas, entretanto, foi bastante rápida. Os adversários do conflito eram: de um lado a Alemanha e a Áustria-Hungria; do outro a Rússia, a Sérvia, a França, a Bélgica e o Império Britânico. As forças em confronto se equilibravam no início da Guerra: mais ou menos o número de habitantes e de divisões mobilizadas. As diferenças estavam nos equipamentos bélicos e nos recursos materiais.

A primeira fase da guerra caracterizou-se pela movimentação. Várias batalhas foram travadas em território francês, para conter o avanço alemão que objetivava Paris. Na Frente Oriental, os Russos invadiram a Prússia e foram derrotados. Os sérvios resistiam por duas vezes às investidas austríacas. Os Aliados, que controlavam o mar, tomaram todas as colônias alemãs. De 1915 a 1918, desenrolou-se a guerra de trincheiras, sem resultados decisivos, mas com grandes perdas para ambos os lados. Enquanto isso, as indústrias dos países em choque procuravam aperfeiçoar os instrumentos de combate, alimentando as frentes.

O ano de 1917 foi decisivo para o curso da guerra. Os ataques dos submarinos alemães contra os barcos mercantes neutros, principalmente estadunidenses, conduziram os Estados Unidos à guerra. Seus recursos minerais, agrícolas e industriais reforçavam decisivamente os Aliados.

Em 1918 a guerra entrou no seu processo final. Os alemães concentravam suas melhores tropas no Oeste, na expectativa de vencer antes da entrada maciça dos norte-americanos. As linhas Aliadas foram rompidas. Paris foi bombardeada por aviões e por canhões de longo alcance. O exército aliado na Macedônia obrigou a Bulgária a depor armas. Os ingleses venceram os Turcos na Síria, impondo-lhes o armistício. Por fim, os austríacos, vencidos pelos italianos, abandonaram a luta.

Restavam somente os alemães. Os generais convocaram o governo para informar que não poderiam vencer a guerra. Eram partidários de uma mudança de regime, para evitar que a culpa da derrota decaísse sobre o exército, sobre os Impérios e sobre os aristocratas que a haviam provocado. Uma rebelião na esquadra e uma greve me Berlim forçaram Guilherme II a abdicar, refugiando-se na Holanda. Em 9 de novembro, a República foi proclamada. No dia 11, o novo governo assinou o armistício, aceitando todas as condições impostas pelos Aliados. A guerra tinha terminado, mas o exército alemão tinha ainda a impressão de não ter sido derrotado. A paz fora formada com exércitos alemães em território inimigo, e sem que nenhum inimigo estivesse em território alemão.

O Tratado de Versalhes

Na Conferência de Paz, em Paris, cada participante designou uma comissão de cinco membros. Participavam 26 nações aliadas, beligerantes ou não, e quatro domínios britânicos. A Assembleia Geral da Conferência, composta por todos os representantes, era de mera formalidades. As decisões foram efetivamente tomadas pelas grandes potências: no início, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão. O Japão tinha reduzido interesse na Europa. A Itália retirou-se ao perceber que não seria atendida nos seus interesses territoriais. Dessa forma, somente três Estados discutiram os tratados: os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

O pagamento de reparações foi imposto à Alemanha, que era considerada responsável pela guerra. O montante dos pagamentos era elevadíssimo, indo desde a indenização pela destruição material de bens nacionais e privados, até o pagamento de pensões a aposentados, mutilados e viúvas. Os benefícios dessa reparação era assim repartida: França, 52%; Inglaterra, 22%; a Itália, 10%; Bélgica, 8%; outros, 8%.

Outras Consequências

A vitória militar dos Aliados permitiu-lhes ditar as condições dos tratados de paz. O princípio das nacionalidades não foi seguido. A colcha de retalhos que representava o mapa das nacionalidades após a guerra implicava problemas semelhantes aos de antes do conflito. A diferença era que as minorias agora eram alemãs ou húngaras. Além disso, não podemos nos esquecer de que é a partir do final do conflito que os Estados Unidos passam a dividir com o Japão o lugar de potência mundial.

Filmografia

- *Glória Feita de Sangue*, de Stanley Kubrick. General massacra seus soldados em ataques inúteis e manda fuzilar os sobreviventes.
- *Gallipoli*, de Peter Weir. Atuação do exército australiano contra os turcos.

EXERCÍCIOS

1. (EEM-SP) O assassinato do arquiduque F. Ferdinando da Áustria serviu como causa imediata da Primeira Guerra Mundial. Pode ser indicado como uma de suas causas:
a) os choques entre França e Inglaterra, disputando o nordeste da África.
b) as disputas entre Alemanha e Áustria-Hungria, como decorrência da reação austríaca à vitória alemã na Guerra das Sete Semanas.
c) os desentendimentos entre França e Itália devido à Questão Romana.
d) os choques entre Alemanha e Rússia, como decorrência de movimentos nacionalistas por ela liderados.
e) as crises balcânicas entre Áustria, Hungria e Iugoslávia, que disputavam o domínio da região.

2. (URGS-RS) A Primeira Guerra Mundial (1914~1918) teve como fator principal a competição econômica entre potências industriais europeias, o qual se apresentou sob a forma de rivalidades político-diplomáticas. Nesse sentido opunham-se:
a) Alemanha e Áustria.
b) Inglaterra e Alemanha.
c) Rússia e França.
d) Alemanha e Japão.
e) Romênia e Alemanha.

3. (FGV-SP) Do ponto de vista militar o que caracterizou a Primeira Guerra Mundial?
a) Foi a primeira guerra em que se envolveram blocos de nações.
b) Foi a primeira guerra em que se utilizaram canhões.
c) Ficou conhecida como a guerra das trincheiras.
d) Ficou conhecida como a guerra de domínio do Atlântico.
e) Ficou conhecida como a guerra bacteriológica.

4. (FATEC-SP) A partir de 1890 iniciou-se a aproximação da França com a Rússia e logo em seguida de ambas as nações com a Inglaterra. Da política de fazer frente à diplomacia alemã surgiu:
a) a Liga das Nações.
b) a Liga Neutralidade Armada.
c) a Tríplice Aliança.
d) a Santa Aliança.
e) a Tríplice Entente.

5. (UFRS) Com o final da Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes ocupou-se principalmente:
a) da criação de uma organização internacional destinada a garantir a paz: a Sociedade das Nações.
b) dos problemas ligados ao reconhecimento do novo Estado surgido da Revolução Soviética.
c) da regulamentação da paz com a Alemanha incluindo a cessão de territórios, as indenizações e o desarmamento.
d) do desmembramento do Império Austro-Húngaro formando-se novos estados: Áustria, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Hungria.
e) da reorganização das fronteiras das nações balcânicas devido à desagregação dos impérios Turco e Austro-Húngaro.

6. (PUC-SP) O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe como consequência importante:
a) a unificação política do Oriente Médio sob a liderança do Egito.
b) o aparecimento de numerosos novos Estados em virtude da desintegração dos Impérios austríaco e otomano.
c) a ampliação do território alemão em detrimento da Polônia.
d) a simplificação do mapa político da Eurásia pelo desaparecimento de numerosos pequenos Estados.
e) a dominação da Alemanha pelas forças de ocupação aliada.

7. (Unesp-SP) A Primeira Guerra Mundial 1914-1918) resultou de uma alteração da ordem institucional vigente em longo período do século XIX. Entre os motivos desta alteração, destacam-se:
a) a divisão do mundo em dois blocos ideologicamente antagônicos e a constituição de países industrializados na América.
b) a desestabilização da sociedade europeia com a emergência do socialismo e a constituição de governos fascistas nos países europeus.
c) o domínio econômico dos mercados do continente europeu pela Inglaterra e o cerco da Rússia pelo capitalismo.
d) a oposição da França à divisão de seu território após as guerras napoleônicas e a aproximação entre a Inglaterra e a Alemanha.
e) a unificação da Alemanha e os conflitos entre as potências suscitados pela anexação de áreas coloniais na Ásia e na África.

8. (Vunesp-SP) Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Alemanha dispunha de um plano militar - o Plano Schlieffen - que tinha como principal objetivo:
a) o ataque naval à Inglaterra.
b) neutralizar os Estados Unidos.
c) a aliança com a Itália e o Japão.
d) agir ofensivamente contra a França e a Rússia.
e) a anexação da Áustria.

A REVOLUÇÃO RUSSA

A Primeira Guerra Mundial ainda não acabara quando a Rússia passa a ser controlada pelos socialistas do Partido Bolchevique, em outubro de 1917. É o início de um fato determinante para a história mundial.

A Revolução fora iniciada por socialistas de diversos matizes, além de anarquistas e mesmo liberais (estes últimos ligados à burguesia), que visavam tirar a Rússia da condição feudal, retrógrada e autocrática, na qual se encontrava sob o regime absolutista, controlado pelo **Czar Nicolau II (1894-1917)**, ainda no século XX. A crise de seu governo, agravada com a **Guerra Russo-Japonesa (1904-05)** e com o **Domingo Sangrento (22 de janeiro de 1905)**, ganhou ainda mais intensidade com a **Primeira Guerra Mundial (1914-18)**.

Após levantes armados no ano de **1905**, em fevereiro de **1917** o czar é derrubado. Forma-se um Governo Provisório orientado pela burguesia liberal que governava através da **Duma** (Assembleia Legislativa). Em **outubro** do mesmo ano, dada a incapacidade da burguesia superar a crise, o **Partido Bolchevique**, liderado por **Vladimir Ulianov "Lênin"** e obtendo apoio dos **sovietes** (conselhos de trabalhadores), toma o poder na Rússia.

A REVOLUÇÃO DE 1917

Autor de *O que Fazer?* (1906) e *Imperialismo: Estado Supremo do Capitalismo* (1916), Lênin conciliou as teorias marxistas e as práticas bolcheviques na Revolução de 1917. Defendia que, liderado por uma vanguarda revolucionária, o povo armado deveria tomar o poder. Desta forma, conduziu a Rússia rumo a um socialismo de tipo marxista. De acordo com Lênin, a concorrência dos Estados capitalistas geraria conflitos de expansão externa, ou seja, os Imperialismos provocariam guerras internacionais. Isso prepara terreno para a ação dos socialistas. Estes, dentro de um partido revolucionário que guiasse a classe operária armada, concentrariam o poder e estabeleceriam a **Ditadura do Proletariado**, no sentido de um momento inicial em que o **Estado Socialista centralizaria o governo da sociedade**, comandando o trabalho, a política, a economia e a cultura, configurando-se, portanto, como a fase transitória entre o Capitalismo e o Comunismo (a sociedade sem classes, sem Estado e sem propriedade privada dos meios de produção, tal como Marx argumentara antes).

Lênin fala aos revolucionários (1917)

Em 3 de março de 1918, através de um acordo de paz assinado com a Alemanha (**Tratado de Brest-Litovsk**), Lênin, Chefe de Estado e presidente do Comitê Central do Partido Bolchevique, retira a Rússia da I G.M. Em sua centralização de poder, sob o lema: **"Paz, Terra e Pão"**, Lênin redistribuiu terras para os camponeses, nacionalizou os bancos e as fábricas passaram para os trabalhadores.

No mesmo ano, é instalado o regime do partido único: o **Partido Comunista (PCUS)**. Para defender o processo de reorganização do país, é criada a **polícia política (Tcheka)** e o **Exército Vermelho** – que consistia em um exército formado pelos próprios trabalhadores, comandado por **Leon Trotsky**, um dos principais líderes socialistas, que de início fora *menchevique* (socialistas reformistas), mas depois se torna defensor de uma revolução imediata que se alastrasse por todos os países, antes mesmo de se firmar em seu próprio país.

Trotsky (à esquerda) e o Exército Vermelho

No processo revolucionário, adquire cada vez mais importância o **Exército Insurrecional Ucraniano** liderado pelo anarquista **Nestor Makhno**. Com a ajuda de Makhno e sua tropa de guerrilheiros (*makhnovtchina*), Trotsky lidera o Exército Vermelho em guerras para combater a contra-revolução. Em 1917, derrota os mencheviques (sua ex-tendência de moderados, liderada por **Kerensky**, que

propunha uma conciliação com a burguesia,). Já a partir de 1918, as guerras são realizadas contra o **Exército Branco**, formado por antigos oficiais do Czar, cossacos, militares dos exércitos de países capitalistas austríaco, inglês, norte-americano, japonês e francês.

Nestor Makhno, revolucionário anarquista ucraniano

Neste contexto, em março de 1919, forma-se a **Comintern (III Internacional)** comandada pelos bolcheviques e com o objetivo de espalhar a revolução para os demais países, inclusive adversários.

Para evitar ser derrotado, o governo bolchevique tem de adotar uma postura mais rígida, adotando o chamado "comunismo de guerra", implantando o regime de trabalho obrigatório com salário único, fiscalizando a produção agrícola e industrial -- de modo a viabilizar a luta do Exército Vermelho. Para tanto, a tolerância com as dissidências se torna menor.

A ESTABILIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DA URSS

Tentando conter a crescente insatisfação do proletariado, em março de 1921, Lênin adota uma política econômica mais flexível visando superar a crise econômica. Suas medidas baseavam-se em uma distensão ao capitalismo, abandonando a construção imediata do Socialismo para uma abertura econômica ao Capitalismo controlado pelo Estado. Este conjunto de medidas foi chamado de **Nova Política Econômica (NEP)**. O comércio e parte da indústria estavam livre do controle estatal, viabilizando acordos internacionais de comércio com nações capitalistas. Ao mesmo tempo, as terras foram consideradas propriedades do Estado. Contudo, em 1925, a NEP seria superada.

Dado a relativa estabilidade econômica (com crescimentos da produção agrícola e industrial decorridos da NEP) e a nascente estabilidade política (tanto devido à restrição aos não-bolcheviques, quanto à adoção de medidas socialistas, tais quais implantação de cooperativas, modernização de grandes indústrias e um forte investimento na produção de energia hidroelétrica), em dezembro de 1922 é fundada a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, composta pela Rússia e os demais Estados que haviam se separado da Rússia durante a Revolução (Ucrânia, regiões do Cáucaso e da Ásia Central).

Para Moscou (Soviet Supremo) cabia a função de eleger um Comitê Executivo (**Presidium**), dirigido por um Chefe de Estado. Os bolcheviques consolidaram o controle sobre o comércio, política, planificação da economia, defesa nacional, etc. No mesmo ano, a Tcheka passou a se chamar **GPU** (Administração Política do Estado), sendo a polícia política de um Estado já estabilizado, investindo contra os inimigos clandestinos do novo governo. A população se integrava no organismo político através dos sindicatos e pelo próprio PCUS. Dele saiam todos os chefes do Comitê Executivo. Em 1927, a vanguarda dirigente do PC compunha 2% de toda a população.

Com a morte de Lênin (1924), a crise sucessória no interior da URSS ganha corpo com a disputa entre Trotsky e Stálin.

STALINISMO

Entre 1924 e 1953, a URSS foi governada por **Joséf "Stálin"** (apelido que significa *homem-de-aço*). O sistema de governo implantado por Stálin adquire tamanha força que é chamado de **stalinismo**, caracterizando-se por ser um governo rígido.

Antigo Secretário Geral do PC, Stálin sucede a Lênin defendendo a **revolução, primeiramente, em um só país:** o Socialismo deveria edificar-se primeiramente na URSS, e só então os soviéticos deveriam pôr suas forças para estendê-lo ao resto do mundo. Dessa forma, a vitória do Socialismo seria lenta e dependeria de recuos diante do Capitalismo. Fazendo forte oposição à concepção de Stálin, Trotsky defendia a imediata sublevação socialista por toda a Europa, e a acelerada desagregação do Capitalismo.

Stálin considera como um perigo para os objetivos da Revolução Soviética as concepções de Trotsky, já que a URSS ainda estava deveras ameaçada por potências estrangeiras. Após anos de divergências, em dezembro de 1927, devido ao crescente poder de Stálin, Trotsky foi expulso do PC, exilando-se na Turquia em 1929. Seus partidários foram fuzilados ou exilados. Exilado agora no México, Trotsky funda a **IV Internacional (1938)**. O movimento, no entanto, é esvaziado a partir de 1939 pelo início da II Guerra Mundial e também pelo assassinato de Trotsky (1940), ato cometido por Ramón Mercader, agente de Stálin. A IV Internacional (fundada por Trotsky) acusava de "degeneração" o poder soviético sob o stalinismo, o papel da burocracia soviética, a nova configuração do movimento comunista internacional, a interpretação mecanicista da História e defendia a realização de uma "revolução permanente".

Os moderados também foram afastados do Partido. Ao eliminar as dissidências, Stálin governa a URSS com plenos poderes.

O stalinismo representou um grau maior de burocratização e centralização do Estado Soviético. Rompendo com algumas ideias de Lênin, a URSS foi controlada por uma elite militar que tomava as decisões muitas vezes independentemente dos órgãos de representação popular.

Em 1927, anunciava-se os **Planos Quinquenais**. O objetivo central era o desenvolvimento da produção de energia, da indústria pesada (de base), de transformação e a

fabricação de bens de consumo. Representava a planificação da economia, que seria renovada a cada cinco anos. Essa produção planificada era centralizada por um órgão central, o **Gosplan**.

O setor privado desapareceu em proveito do Estado. Na indústria, desenvolveu-se a eletrificação e a indústria de base. Na agricultura, o Estado promoveu a coletivização forçada das terras. No ano de 1929, formaram-se os **kolkhozes** (fazendas coletivas) e **sovkhozes** (fazendas estatais, cultivadas sob orientação de técnicos). A agricultura foi mecanizada. A partir de 1933, desenvolveu-se a indústria leve (de bens de consumo).

Para garantir o trabalho da população, surgiu o Movimento Stakhanovista, lançando campanhas publicitárias que incutia nos trabalhadores o desejo por cumprir com os planos estatais.

A economia planificada rendeu excelentes resultados, uma vez que a URSS conseguiu manter-se longe de qualquer escassez e foi o único país do mundo que não sofreu com a **Crise de 1929**. Através de trocas internas, não passou por um período de superprodução, inflação e desemprego, característicos do momento histórico.

Junto ao crescimento econômico, Stálin consolidou a hegemonia do PC. A elite da cúpula partidária, composta por cientistas tecnocratas, com a rigidez do governo, acabaram por criar certos privilégios perante o resto da população.

Retrato de Stálin, na URSS

Em cada uma das Repúblicas Soviéticas, o PC era a única organização política permitida. Para garantir estabilidade ao governo do **PCUS (Partido Comunista da União Soviética)**, estabeleceu-se a proibição de manifestações políticas adversárias. Na arte, contra o movimento de Vanguardas Modernistas, fomentou-se o **Realismo Soviético** (ou **Socialista**), tendência que pecou por certa ingenuidade.

Nos primeiros tempos da URSS, sobretudo antes da Segunda Guerra, a revolução esteve sob fogo de diversas potências do Ocidente e Oriente. Foram tempos duros, e dissidentes ou traidores do PC foram censurados e por vezes presos, chegando alguns a serem fuzilados. No contexto de ataque geral do Ocidente, o clima de neurose política do stalinismo se exacerba; entre 1930-50, milhões de pessoas acusadas de possuir "tendências individualistas" foram encarceradas.

Embora o stalinismo tenha se configurado como um dos mais rígidos governos do **Entreguerras**, é certo porém que a Revolução Soviética esteve durante todo o tempo sob a mira das potências ocidentais (RU, EUA, França), que tudo fizeram para minar suas construções, apelando inclusive indiretamente ao nazismo (regime que de início tais potências deixaram crescer na Alemanha, sem oposições, pensando-o um instrumento útil em sua batalha anti-socialista).

CONCLUSÃO

Derrubado o Antigo Regime na Rússia, a Revolução Russa implantou o Socialismo em seu país (e em repúblicas vizinhas), fazendo do socialismo um governo nacional concreto pela primeira vez na história da humanidade. Todas as demais potências capitalistas encaravam a URSS como uma rival extremamente perigosa.

A preocupação das potências capitalistas liberais com o crescimento da URSS levou a que elas permitissem que o nazi-fascismo se alastrasse tranquilamente pela Europa ao longo da década de 1930. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), a disputa pela hegemonia mundial entre as duas superpotências que da guerra emergem -- EUA capitalista e URSS socialista -- culminou na Guerra Fria, mais tarde vencida pelos EUA e seus sócios menores, a Europa Ocidental (via OTAN), com a derrota do projeto soviético.

Embora possa a primeira vista parecer contraditório, mas foi a crise capitalista que acabou levando a União Soviética à derrota na Guerra Fria, pois enquanto as potências capitalistas simplesmente retiraram direitos sociais de seus trabalhadores (neoliberalismo), as nações socialistas por sua própria natureza tiveram de manter tais direitos, perdendo a fatal batalha concorrencial econômica.

FILMOGRAFIA

- *Encouraçado Potemkin* - Revolta naval na Rússia czarista, durante a guerra contra o Japão (1905).
- *Doutor Jivago* - Clássico da literatura, tendo por pano de fundo a Revolução Russa.
- *Rosa Luxemburgo* - Trajetória da célebre ativista alemã, assassinada em 1919. Painel dos anos que antecederam à eclosão da Primeira Grande Guerra.
- *Reds* - A vida do jornalista John Reed, durante a Revolução Russa.

EXERCÍCIOS

1) (PUCC) – No contexto da Revolução Russa (1917), os bolcheviques:
a) uniram-se numa organização contrarrevolucionária para derrubar o poder conquistado pelos mencheviques;
b) defendiam a conquista do poder pelos trabalhadores através de eleições;
c) defendiam a posição segundo a qual os trabalhadores só chegariam ao poder pela luta revolucionária, com a formação de uma ditadura do proletariado;
d) formaram o "Exército Vermelho", liderado pelos antigos comandantes militares;
e) alteraram sua denominação para "Partido da Ditadura", proibindo toda oposição ao regime socialista.

2) (FGV) A abolição do princípio da propriedade privada, a estatização dos meios de produção e a assinatura de um tratado de paz com a Alemanha, marcando a saída do país da guerra, foram as principais medidas adotadas na Rússia por:
a) Stalin, em agosto de 1929;
b) Lênin, no início de 1918;
c) Trotsky, em abril de 1924;
d) Kerensky, em fevereiro de 1917;
e) Kornilov, em setembro de 1921.

3) (UFMG) - Analise os textos abaixo:

Texto I

"O que conta é que tenham a certeza de que não existirão mais proprietários fundiários no campo e que serão eles, camponeses, que decidirão suas coisas, que organizarão sua própria existência."

Texto II

"O que produziu foi uma insurreição e não uma composição. A insurreição das massas populares não precisa de justificação. Nós demos têmpera à energia revolucionária dos operários e dos soldados. Nós forjamos abertamente a vontade das massas para a insurreição. Nosso levante alcançou a vitória."

Esses textos expressam o sentimento de vitória:
a) dos comunards, em 1871;
b) dos democratas russos, em 1905;
c) dos espartaquistas, em 1919;
d) dos líderes do Contestado, em 1912;
e) dos bolcheviques, em 1917.

4) (PUC-Campinas- adaptada) – O Estado Soviético formado após a Revolução Russa, cuidou de expurgar da cultura desse país toda e qualquer manifestação artística que estivesse, no entendimento das autoridades, associada ao chamado "espírito burguês". Foi criada, então, uma expressão política cultural que decretava como arte oficial apenas as expressões que servissem de estímulo para a ideologia do proletariado. Através de composições didáticas, esteticamente simplificadas, procurava enaltecer a "combatividade, a capacidade de trabalho e a consciência social" do povo soviético. Dessa forma, foi consagrado um estilo conhecido por:
a) expressionismo soviético;
b) abstracionismo proletário;
c) realismo socialista;
d) romantismo comunista;
e) concretismo operário.

5) (FUVEST) – A atuação de puritanos, de jacobinos e de bolcheviques marcou três importantes revoluções.
a) Onde e quando ocorreram essas revoluções?
b) Identifique uma característica de cada um desses grupos revolucionários

6) (UNICAMP) – Em 1924, após a morte de Lênin, dois dos mais destacados dirigentes do Partido Bolchevique se opuseram: para Trotsky, tratava-se de defender a revolução permanente; para Stálin, tratava-se de defender o socialismo em um só país. Stálin venceu essa disputa e, a partir de então, a figura de Trotsky foi sendo progressivamente retirada dos documentos soviéticos.
A partir da leitura do texto:
a) transcreva o trecho que explica a divergência entre Trotsky e Stálin.
b) explique por que o stalinismo precisou varrer a imagem de Trotsky da história soviética.

7) (VUNESP) – No processo de implantação do socialismo na URSS houve dois momentos distintos, tomando-se o ano de 1928 como referência. No primeiro, por iniciativa de Lênin, foram toleradas algumas práticas capitalistas. No segundo, a partir de 1928, tiveram início os Planos Quinquenais e a era estalinista.
a) Qual a denominação do programa leninista que facultou a restauração de algumas práticas capitalistas?
b) Discorra sobre duas prioridades do primeiro Plano Quinquenal (1928-1933).

8. (Fuvest-SP) Tinha razão o camponês que declarou no VIII Congresso dos Sovietes: *Tudo vai bem. Más, se a terra é para nós, o pão é para vocês, isto é, para os comissários; a água é para nós, mas o peixe para vocês; as florestas são para nós, mas a madeira para vocês.* (Izvestia, de Kronstadt, 25/03/1921, cito in Henri Arvon, A revolta de Kronstadt).
a) Em que sentido essa denúncia se chocava com o projeto bolchevique de todo poder aos sovietes?
b) Qual a política implementada posteriormente por Stalin em relação ao campesinato?

9. (UFSCar-SP) Os revolucionários russos de 1917 viam-se como herdeiros da tradição de luta dos movimentos operários do século XIX europeu.
a) Em que revoluções do século XIX houve participação efetiva da classe operária?
b) Relacione, tendo em vista o entendimento da revolução bolchevista, o tipo de industrialização ocorrido na Rússia, o poder político czarista e a Primeira Guerra Mundial.

10. (Cesgranrio-RJ)
Assinale a opção que apresenta corretamente um fator da crise que conduziu à Revolução Russa (1917).
a) A vitória na guerra russo-japonesa (1905) ampliou o apoio popular do czar, que encerrou as manifestações revolucionárias com uma violenta repressão contra os mencheviques, conhecida como Domingo Sangrento.
b) O lançamento do Manifesto de Outubro (1905), instaurando a monarquia constitucional parlamentar e significou uma tentativa de liberalização do regime, que, entretanto, não foi consolidada.
c) O controle do Parlamento (Duma) pelos bolcheviques, após o assassinato do ministro Stolypin (1911), que favoreceu a gradativa diminuição dos poderes políticos do czar e sua submissão aos deputados do povo até a Revolução de 1917.
d) A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que recuperou a economia do país e permitiu ao czar abafar com sucesso as críticas da oposição e os movimentos armados contrários ao regime.
e) A divulgação das Teses de Abril, propostas pelos aristocratas (boiardos), as quais pregavam a ampliação das atribuições do Parlamento, o fim dos sovietes e a cassação imediata dos deputados bolchevistas.

11. (PUC-SP) A disputa pelo poder na União Soviética entre Trótsky e Stálin após a morte de Lênin, em 1924 teve como eixo a discussão sobre:
a) a expansão ou não da revolução socialista mundial como forma de consolidar internamente o regime.
b) a questão da autonomia das nacionalidades da Rússia Branca.
c) as propostas de priorizar os investimentos sociais sobre as necessidades da industrialização.
d) a extinção dos planos quinquenais, sobretudo os relativos à coletivização.
e) o poder dos soviétes, de soldados e camponeses na administração provincial.

12. (MACK-SP) Com a morte de Lênin em 1924 a luta pelo poder na Rússia culminou com a vitória de:
a) Trótsky que apoiava a revolução mundial, ou seja, a destruição do capitalismo nos demais países.
b) Koltchak, líder dos russos brancos que pretendia o retorno do capitalismo.
c) Stálin que pretendia concentrar-se na implantação do socialismo na Rússia e na posterior expansão do movimento pela Europa.
d) Kerensky, que defendia a continuidade da participação russa na Primeira Guerra Mundial.
e) Kamenev, um dos mais íntimos colaboradores de Lênin.

13. (FGV-SP) Logo após o triunfo da Revolução Bolchevique na Rússia, houve uma guerra civil entre "vermelhos" (bolcheviques) e "brancos". Qual dos grupos a seguir era representado pelo branco?
a) A dissidência trotskysta da revolução bolchevique.
b) Os grupos estalinistas que assim conseguiram o poder.
c) Os proprietários de terras e capitalistas remanescentes.
d) Os camponeses que reivindicavam as terras que lhe haviam sido prometidas e que não lhes foram entregues.
e) Os aristocratas que tentavam recuperar o poder perdido em 1905.

14. (UEM-PR) A Revolução Russa de 1917, está associada a diversos fatores e circunstâncias, podendo-se, no entanto, considerar como estopim:
a) a ação dos líderes bolchevistas.
b) as derrotas do exército russo nas frentes de batalha.
c) as dificuldades políticas e econômicas da sociedade russa no início do século.
d) as características capitalistas da estrutura rural russa.
e) os problemas criados pelas reivindicações das minorias eslavas.

15 (FGV-SP) A Revolução Russa teve uma base institucional muito forte nos:
a) membros do Partido Comunista.
b) membros do Gabinete de 1905.
c) chefes da Duma.
d) soviets.
e) czares.

O ENTREGUERRAS

O período entre o término da Primeira Guerra Mundial (1914-18) e o início da Segunda Guerra Mundial (1939-45) é conhecido como o **Entreguerras**. Para diversos historiadores, é considerado um mero intervalo dentro de uma longa guerra, um momento de reorganização das forças políticas e preparação para um segundo momento de conflito. Os fatos mais marcantes dessa época são a **Crise de 1929**, a ascensão das **Ditaduras de Extrema-Direita (nazifascistas)** e a **Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**.

Ao fim da I G.M., realizou-se a **Conferência de Paris (1919)**, onde os Aliados impuseram tratados aos países vencidos. No entanto, apesar da participação do presidente Wilson, os EUA não criaram mecanismos que garantissem sua participação nas reparações de guerra ou o pagamento dos empréstimos e das vendas aos países aliados, ao mesmo tempo em que não reivindicaram nenhum território colonial.

O fim da guerra provocou a retração da economia norte-americana, pois a indústria de guerra diminuía o ritmo de produção. Assim, os soldados que voltavam da guerra não eram absorvidos pelo mercado de trabalho. Entre 1919-21 o país viveu a "Pequena Crise", determinando a derrota do Partido Democrata.

Em 1922 a França e a Inglaterra começam o processo de recuperação e pagamento de suas dívidas com os EUA, porém esse procedimento somente será colocado em prática na medida em que os alemães pagarem as indenizações de guerra.

A partir de 1924, os EUA passam a colaborar com a recuperação da economia alemã, investindo no país, garantindo o pagamento das reparações e das dívidas da época da Guerra. Esse período ficou conhecido como **Big Bussines (1921-29)**, marcado por um grande desenvolvimento tecnológico e industrial, intenso aumento da produção em novas áreas como a automobilística, geração de empregos e elevação do nível de consumo das camadas médias urbanas. Os edifícios tornam-se os símbolos da prosperidade norte-americana. A política econômica dos republicanos estimulava a concentração de capitais ao mesmo tempo em que inibia as importações.

A CRISE DE 1929

A crise econômica desencadeada a partir de 1929, quando da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, reflete uma crise mais geral do capitalismo e da democracia liberal. No Entreguerras, a economia procurou encontrar caminhos para sua recuperação a partir do liberalismo, ao mesmo tempo em que se consolidava o **capitalismo monopolista**.

Desde o final do século XIX, a indústria norte-americana crescia enormemente. O presidente Woodrow Wilson, eleito em 1912, representando o Partido Democrata, aplicou leis trabalhistas que pretendiam eliminar os grandes privilégios de pequenos grupos. Porém, o início da I G.M. anulou essa política e a economia passou a ser dominada por **Trustes**, **Holdings** e **Cartéis**.

As transações de produtos industriais e agrícolas foram ampliadas com a abertura de créditos aos aliados, seguidas da concessão de empréstimos à Inglaterra e França.

A produção norte-americana deu um salto vertiginoso, destacando-se o setor da indústria bélica, de alimentos e até mesmo de setores destinados ao consumo interno, uma vez que o potencial de consumo no país aumentou com a elevação do nível de emprego. Exportava-se principalmente para a América Latina, tomando o lugar que tradicionalmente coube à Inglaterra.

American Way of Life: Carro, consumismo, família branca cristã, patriarcalismo. Símbolos da ordem e do conservadorismo passam a ser vistos como sinônimos de liberdade.

Porém, em pouco tempo, notou-se o quão frágil era esta prosperidade, e após a euforia veio a **Grande Depressão**.

Na origem da crise estão fatores como a **superprodução** que se desenvolveu durante e após a I G.M., momento do mercado consumidor em expansão. Depois da guerra, com o início da recuperação do setor produtivo dos países europeus, a produção norte-americana entrou em declínio, principalmente na agricultura.

Além disso, a década de 1920 é marcada por uma **forte especulação financeira**. Tal fato também alimentou a crise, pois como as empresas estavam obtendo altos lucros, suas ações tenderam a crescer, originando sociedades anônimas e empresas responsáveis apenas por gerir e investir dinheiro, mas que consistia em capital especulativo.

Não demorou muito para a crise começar a se manifestar na agricultura. Conforme as exportações diminuíam, os grandes proprietários não conseguiam saldar as dívidas realizadas no período da euforia. Eram, além disso, forçados a pagar altas taxas para armazenar seus grãos, acumulando dívidas que levou o setor rural à falência generalizada. Isso se refletiu nas cidades através do desabastecimento. O poder de compra também diminuía à medida em que a mecanização da indústria passou a gerar maior índice de desemprego. Houve ainda uma quebra de instituições bancárias que confiscavam terras e não recebiam os pagamentos de industriais, pois estes não conseguiam vender sua produção.

A decadência nas vendas gerou um grande aumento dos estoques e privou os industriais do capital necessário para saldar suas dívidas e manter sua atividade.

O liberalismo econômico provoca a Crise e o desemprego

Assim, muitos empresários passaram a vender suas ações no mercado financeiro por um alto valor, como forma de levantar recursos e manter a produção. Porém, a especulação decorrente da elevação do valor das ações fez com que milhares de pessoas passassem também a vender ações. Estas, ao não encontrarem compradores, despencaram no mercado. O pânico explodiu em **21 de outubro de 1929**, a **"Quinta-feira Negra"**, o **"*crack* da Bolsa de Nova York"**, onde 16 milhões de títulos foram jogados no mercado da Bolsa de Wall Street sem haver compradores.

O resultado foi uma violenta queda nas cotações, levando bancos e indústrias à falência, gerando queda dos preços agrícolas, provocando o desemprego de milhares de pessoas. Em abril de 1930, 3 milhões de desempregados. Em outubro do mesmo ano, 4 milhões. Após um ano, 7 milhões. Já em outubro de 1932, cerca de 11 milhões. No início de 1933, a quantidade de desempregados já atingia o vultuoso patamar de 14 milhões de pessoas.

Propagação mundial da Crise

A Crise espalhou-se rapidamente pelo mundo, devido a interdependência do sistema capitalista. Os EUA, que eram os maiores credores dos países europeus e latino-americanos, passaram a exercer forte pressão para receberem seus pagamentos. Com a quebra industrial, o abastecimento do mercado latino-americano foi afetado, provocando escassez de produtos e elevação dos preços. As importações norte-americanas diminuíam e mais uma vez os países latinos sentiam os efeitos da crise, pois viviam da exportação de gêneros primários e supérfluos. No Brasil, a exportação do café desabou as vendas foram paralisadas e os banqueiros internacionais exigiam o pagamento dos empréstimos.

À medida em que a economia europeia se retraía, as áreas coloniais na Ásia e na África eram afetadas, pois aumentava a exploração das potências imperialistas. O único país a não sentir os efeitos da Crise foi a URSS, que naquele momento aplicava os Planos Quinquenais, ou seja, desenvolvia uma economia fechada, não baseada em recursos externos.

Os governos liberais mostravam-se impotentes perante a Crise. Os Estados foram levados a intervir cada vez mais na economia, gerando empregos através de grandes obras públicas. Forneciam ajuda financeira para algumas empresas e as controlavam posteriormente. Desenvolvia-se uma economia organizada pelo Estado onde ele garantia produção e salários.

Nos EUA, esta nova fase foi representada pelo governo de **Franklin Roosevelt**, eleito em 1932. Seu programa de reformas ficou conhecido como **New Deal:** aplicou US$ 3 bilhões em grandes obras para gerar empregos; tomou medidas viabilizando aumentar o poder do consumo, a regulamentação da concorrência e controle financeiro e produtivo; interferiu na economia e restringiu o livre-mercado, porém sem uma direta estatização.

Já em outros países de economia liberal capitalista, a grande crise impulsionou o autoritarismo, com governos ditatoriais (militares ou civis) se alastrando por várias nações.

Desempregados em Paris na fila de destribuição de comida.

DITADURAS FASCISTAS (EXTREMA-DIREITA)

O **Estado dito "ditatorial"** é aquele que exerce seu domínio através da força e **da repressão social direta** -- e não de forma apenas indireta, como nos regimes ditos "democrático-burgueses" em que supostamente os cidadãos têm o amparo de direitos "legais" (ainda que na prática estes "direitos" só valham para uma mínima parcela que detém o poder econômico).

Nas **ditaduras**, sejam militares ou civis, os governos além de controlar a política e a economia, definem também os caminhos e concepções da cultura, ideologia, e por vezes da religião que o povo controlado por ele deve seguir.

Observemos, porém, que na prática, nas chamadas "**democracias-burguesas**" ocorre o mesmo: com a diferença de que, neste caso, a cultura, educação, ideologia etc. são **impostas indiretamente**, através do **poder econômico e por conseguinte midiático,** que propagandeia as mensagens que interessam aos donos do poder e do capital.

Mas vejamos agora o caso das **ditaduras de extrema-direita:** os chamados **regimes fascistas.** Tratam-se de **regimes capitalistas autoritários**, implantados em momentos de grave crise (social, política, econômica) -- períodos estes em que o regime capitalista (liberal de mercado, neoliberal, etc) não consegue mais manter sua

aparência "democrática", ou, desgastado, teme perder o poder em eleições para partidos progressistas (socialistas, trabalhistas, etc).

O **FASCISMO** têm por característica um autoritarismo particularmente violento e mesmo irracional, chegando aos limites da desumanização (assassinatos, torturas e **genocídios** -- que são assassinatos em massa).

Os principais casos históricos de governos assim, foram o **fascismo italiano** e o **nazismo alemão**, embora haja outros exemplos (sobretudo na Europa, mas também na América e em outros continentes).

Mesmo hoje em dia, apesar do enorme desenvolvimento da tecnologia, das ciências naturais e das humanidades, ainda há governos com esta característica brutal, anticientífica e anti-humana.

Note-se ainda que este problema da "fascistização" social e política tem se agravado desde a grave **crise econômica mundial** que estourou em 2008 (crise iniciada nos EUA, mas logo "socializada" por esta potência com todo o mundo, no sentido de "dividir" seus grandes prejuízos econômicos, o que gerou uma crise social generalizada em todo o planeta).

As principais manifestações do **FASCISMO,** ou autoritarismo ditatorial capitalista (a chamada **Extrema-Direita**), ocorreram, como mencionado no continente europeu: na **Itália**, foi representada por **Mussolini** com o dito **Fascismo Clássico;** já na **Alemanha** ganhou corpo com **Hitler** e o **Nazismo** -- termo derivado do nome "fantasia" de seu partido ("nacional-socialista", **"nazista**"), nome populista com que Hitler quis ludibriar seu povo para ganhar simpatias (já que seu regime não foi nem "nacionalista", nem muito menos "socialista", tendo arrasado primeiro o povo pobre alemão e, depois, destruído a própria Alemanha como um todo, com sua política bélica irracional.

Além destes exemplos, regimes como o de **Franco na Espanha, Salazar em Portugal**, ou mesmo o **regime ditatorial militar brasileiro,** instaurado com o **golpe de 1964 (**e sobretudo após o **Ato Institucional nº 5, o AI-5, do general ditador Costa e Silva)** também são considerados governos "fascistas", ainda que em um grau não tão extremado como o italiano e especialmente o alemão.

O **fascismo alemão**, conhecido como **NAZISMO**, foi o **pior exemplo de fascismo da história**. Sua prática foi não apenas repressiva, autoritária, com apelos irracionais e fortemente violenta, mas além disso, este regime também se caracterizou por ser extremamente **racista, xenófobo e antissocialista**, tendo executado diversos atentados **genocidas**, ou seja, massacres em massa de seres humanos. Seu foco de ódio eram especialmente os povos que Hitler e seus comparsas consideravam "não-arianos" ou "não-puros" (ideia que não tem nenhum respaldo científico, já que está provado geneticamente que não existem raças entre os seres humanos, muito menos "raças puras"); além disto, Hitler perseguiu e matou também pessoas com identificação humanista (reformista, socialista, comunista).

E o que é **TOTALITARISMO**?

Os **capitalistas "liberais",** no sentido de se eximirem de sua **ligação íntima com os regimes capitalistas "fascistas"** (conforme é hoje bem sabido e documentado), desenvolveram e propagandearam o conceito de "**totalitarismo"**: que seria uma espécie de sinônimo de uma ditadura "dura". Usando-se deste *pseudoconceito*, a máquina de propaganda dos EUA e de seus sócios europeus ocidentais tentaram incluir ao lado dos **fascistas alemães** e **italianos**, alguns governos socialistas (como o soviético), acusando-os de "autoritários", por não permitirem o voto direto ou a "liberdade" (manipulada) de imprensa. A maior ironia aqui é que nos próprios EUA o voto não é direto (pois se vota em delegados)... E a imprensa está toda controlada pelo grande capital.

Tal **termo essencialmente ideológico foi impulsionado pelas potências "centrais" do sistema capitalista** (EUA, Europa Ocidental, etc), no intuito de tentar popularizar a ideia de que, nas supostas "democracias" capitalistas (destas nações dominantes) haveria uma "autêntica liberdade", mas nas nações socialistas não... Ou seja, supostamente as pessoas nestas nações, ao poderem meramente **votar**, seriam "**livres**" para **decidirem sobre suas próprias vidas**: ainda que estejam passando fome (como ocorre com cerca de 50 milhões de estadunidenses, segundo afirma seu próprio Departamento de Agricultura); ou ainda que não tenham nenhum candidato que defenda seus interesses, já que este país na prática só tem dois partidos (um ultraliberal, de direita, e o outro neoliberal com tendências xenófobo-fascistas).

Em suma, com este **pseudoconceito**, as grandes potências capitalistas encontraram uma forma de atacar midiaticamente e enfraquecer diante da opinião pública global os governos socialistas, que no século XX começavam a se desenvolver, mas ainda com muitos problemas e fragilidades.

FASCISMO

Ao final da I G.M., a Itália, além dos 650 mil mortos, perdeu os territórios na fronteira com a Áustria, a Dalmácia, e sua pretensão de anexar a Albânia fracassou quando ela se tornou um país independente. A luta por territórios, importantes do ponto de vista econômico e estratégico, foi determinante para reforçar o sentimento nacionalista em vários países. No caso de Aliados, a manutenção ou ampliação dos territórios sob seu domínio reforçou o Imperialismo, garantindo a reserva de mercado, consequentemente reduzindo o espaço econômico de outros países. Para os países derrotados e para a Itália, a perda de territórios e de influência significou a estagnação da economia, num momento onde o esforço para a recuperação exigia maior produção e fornecimento de matérias-primas. Aos derrotados, a retomada do crescimento econômico somente seria possível com a ampliação de seus territórios, retomando a política

imperialista (desenvolvida pelas demais potências) e isso não seria possível sem um forte ideal nacionalista.

A radicalização do sentimento nacionalista está associada a ideia de crescimento e ao mesmo tempo à ideia de repúdio aos que impedem o crescimento, e contribuiu para a implantação de governos totalitários e militaristas. Uma outra fórmula que serviu para reforçar tanto o sentimento nacionalista como os governos militares, foi o **apoio da burguesia** destes países aos governos ditatoriais, frente a possibilidade de avanço socialista.

A situação da Itália era, portanto, de desemprego galopante, enormes índices de inflação e de convulsões sociais. Além das inúmeras greves, a quantidades de revoltas e pilhagens aumentavam assustadoramente. Os ideais de esquerda também atingiam os camponeses que exigiam reforma agrária. A burguesia e os latifundiários italianos sabiam que o poder político seria incapaz de conter a crise. Ao mesmo tempo, o perigo de alastramento total do socialismo era evidente. Sendo assim, decidiram por apoiar um grupo pequeno, porém bem organizado, que estivesse disposto a exterminar a ameaça revolucionária: os fascistas.

Já em 1919, ex-militantes de esquerda e descontentes com o governo do rei Vitório Emanuel III, através do **Partido Fascista** concorrem às eleições. Liderados por **Benito Mussolini**, hábil orador que conseguia convencer as massas com seus discursos, os fascistas perdem as eleições e passam a se organizar através de milícias compostas por **squadristi** (esquadristas). Em suas "expedições punitivas" destruíam e incendiavam sedes de organizações de esquerda e assassinavam seus militantes. A perseguição a comunistas e anarquistas ganhava apoio da população à medida em que Mussolini a convencia de responsabilizar a esquerda política pela manutenção da crise italiana. Apoiados pela elite, ao final de 1920 os fascistas já contavam com mais de 300 mil adeptos.

O Golpe de Estado de Mussolini iniciou-se com a **Marcha Sobre Roma** (28 de outubro de 1922), promovendo uma passeata de cerca de 50 mil fascistas, os **Camisas Negras**. Pressionado, o rei Vítor Emanuel III encarregou Mussolini de formar um novo governo. Dessa forma, o **Duce** (líder, guia) tinha a Itália nas mãos. Por meio da centralização de poder na figura do Duce, da dissolução do Parlamento, o Fascismo era imposto através da intimidação e da violência. Os sindicatos dos trabalhadores passaram a ser controlados pelo Estado por meio do sistema **corporativista**. Foi criado um tribunal especial para julgar crimes considerados ofensivos à segurança do Estado. Jornais foram fechados, os partidos de oposição foram dissolvidos, milhares de pessoas foram presas, exiladas e assassinadas. A **Ovra** (polícia secreta fascista) e a **Milícia Voluntária para a Segurança Nacional (MVSN)** utilizavam-se dos mais terríveis tipos de violência na perseguição aos oposicionistas.

Visando consolidar o poder da "Grande Itália", a ideologia fascista baseava-se na hostilidade agressiva aos princípios democráticos. Para Mussolini, o Estado totalitário era fundado na força, no senso coletivo, no militarismo e na mística do chefe, que encarnava a vontade das massas. Suas palavras de ordem eram "crer, obedecer, combater"! "Tudo é o Estado, nada é contra o Estado, nada está fora do Estado"! De acordo com o Duce, "o Estado é tudo; o indivíduo é nada".

Esse pensamento era abençoado pela Igreja Católica, pois uma das primeiras ações de Mussolini foi solucionar a **Questão Romana** (criada em 1870, quando o papado negou que o Vaticano fosse anexado pela monarquia italiana). Em fevereiro de 1929, o Papa Pio XI e o Duce assinam os **Acordos de Latrão**, dando autonomia à região do Vaticano e fazendo com que o catolicismo fosse proclamado religião oficial da Itália. Com o apoio dos católicos, o Mussolini aumentava ainda mais o poder do Estado. Ao norte da Península Itálica, um autoritarismo ainda mais violento também se expandia.

Mussolini conduzindo a Itália à ditadura fascista

NAZISMO

Finda a I G.M., instaura-se na Alemanha a **República de Weimar**, tendo como sistema de governo o modelo parlamentarista democrático. O presidente da república nomeava um **chanceler**, que seria responsável pelo poder Executivo. Quanto ao poder Legislativo, era constituído por um parlamento (**Reichstag**). O governo republicano alemão enfrentava uma série de dificuldades para superar os problemas sociais e econômicos gerados pela guerra. O Tratado de Versalhes, chamado na Alemanha de **Ditka** (imposição), fazia a Alemanha cumprir com uma série de obrigações extremamente severas.

Mussolini e Hitler. Duce e Fuher rumo à Segunda Guerra.

Mesmo retomando o desenvolvimento industrial, o país sofria com o elevado índice de desemprego e altíssimas taxas inflacionárias. Entusiasmados com o exemplo da Revolução Russa, setores do operariado alemão protestavam contra a exploração capitalista. Em janeiro de 1919, importantes líderes comunistas, como **Rosa Luxemburgo** e **Karl Liebknecht** promoveram a insurreição do proletariado alemão contra o regime capitalista, o movimento foi conhecido com **Spartakista**. Ambos foram assassinados por um grupo de oficiais de direita e o movimento suprimido.

A **burguesia** alemã temia a expansão do movimento socialista e passou a fornecer apoio a um pequeno partido liderado por **Adolf Hitler**.

Enquanto militar alemão, durante a I G.M., Hitler foi condecorado com a Cruz de Ferro, medalha atribuída como recompensa por mérito militar. Terminada a guerra, retornou a Munique. Em setembro de 1919, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores Alemães, fundado em 1919. Em 1920, esse partido passou a se chamar **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães**. Pouco tempo depois, Hitler tornou-se chefe do partido. Com as letras iniciais foi formada a sigla **NAZI**, de onde deriva o termo **Nazismo**. É a vertente totalitária militarista de extrema-direita alemã.

Em 1923, Hitler tentou organizar uma rebelião contra o governo, mas foi imediatamente reprimido pelas forças do governo. Após o fracasso do **putsch**, ele foi condenado cinco anos de prisão. Lá escreveu parte do livro *Mein Kampf* (Minha Luta). Em 1940, a venda do livro já chegava a seis milhões de exemplares. Foi liberado em seis meses e dedicou-se ao crescimento no Nazismo

O Nazismo foi difundido através do talento oratório de Hitler, das publicações do partido e do uso de meios espetaculares para influenciar a opinião pública.

Hitler saudando um desfile nazista: ordem e hierarquia conduzindo milhões ao desespero irracional. A miséria provocada pelo Liberalismo fez com que um fanático que propunha a exterminação a espécie humana se tornasse líder de toda uma nação.

Von Hindenburg foi eleito presidente da República de Weimar em 1925, mas não conseguiu superar as dificuldades que encontrou. A grave crise do capitalismo de 1929 arruinou ainda mais a situação alemã. Os desempregados eram um milhão em 1929. No ano de 1931, já atingiam mais de seis milhões. A produção industrial despencava com a mesma intensidade que a inflação subia a níveis até então nunca vistos. Junto com a crise, os nazistas atuavam através da violência brutal e opressiva contra seus opositores.

Em 27 de fevereiro, grupos de nazistas, incendiaram secretamente a sede do **Reichstag**. O incêndio, entretanto, foi atribuído ao Partido Comunista.

Em março de 1933, depois de o Partido Nazista obter nova vitória nas eleições para o **Reichstag**, Hitler conseguiu que o presidente Hindenburg decretasse a dissolução do parlamento alemão. Então, o poder Legislativo passou a ser exercido pelo Executivo.

O uso da violência contra os inimigos do Nazismo ficava a cargo principalmente da **Gestapo** (polícia secreta do Estado), dirigida por **Heinrich Himmler** e seu assessor mais brutal e astucioso, **Reinhard Heydrich**, o mais poderoso instrumento de execução das políticas raciais nazistas, que pregava a superioridade da **raça ariana** (raça superior de alemães nórdicos) sobre as demais. Além disso, Hitler contava também com a ação das **SS** (*Schutzstaffel*, ou "Tropas de Proteção"), que eram milícias paramilitares nazistas.

A propaganda de massa feita pelo nazismo era conduzida por **Joseph Goebbels**, que exercia severo controle sobre as instituições educacionais e sobre os meios de comunicação. Os professores e profissionais de comunicação somente estavam autorizados a dizer aquilo que os nazistas permitiam. Goebbels tinha o seguinte princípio: “uma mentira dita cem vezes torna-se verdade.”

Em dezembro de 1933, o Partido Nazista foi transformado no único partido do Estado alemão. Nove meses depois, com a morte do presidente Hindenburg, Hitler assumiu a presidência do país. Desta forma, ele pode pôr em prática o lema do **“Ein Volk, ein Reich, ein Fuher”** (“Um Povo, um Império, um Líder”). Apoiado pela burguesia, o Partido Nazista representava a solução para a crise do sistema capitalista e o fortalecimento da Alemanha. No **III Reich** a lei era a vontade do Fuhrer cujo governo buscou uma “purificação” da raça alemã, através da perseguição de etnias não-arianas, e da conquista do que era considerado o “espaço vital” (**Lebensraum** – Polônia e Ucrânia) ao Estado nazista.

Exercendo total controle sobre a sociedade alemã, o governo de Hitler dedicou-se à reabilitação econômica do país. Mereceu atenção especial a indústria de armamentos de guerra. Desrespeitando as proibições do Tratado de Versalhes, encaminhando a Europa à II G.M.

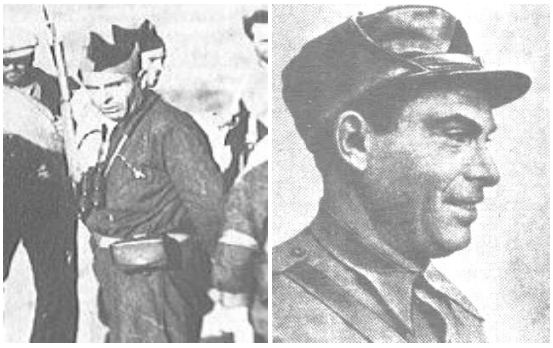
GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)

Além da Itália e Alemanha, as ditaduras fascistas também ocorreram na Península Ibérica e no Japão. No caso de **Portugal**, a ditadura de extrema-direita foi personificada na figura de **Oliveira Salazar**, entre 1933-68. Na **Espanha**, entre 1923-30, o general Primo de Rivera liderava uma junta de militares que governava com autorização do rei Afonso XIII. Em 1931, dada a oposição, instaura-se a República. Em 1936, a Frente Popular composta por anarquistas e republicanos radicais passa a controlar o governo, vencendo através das eleições a **Falange** (partido composto pela alta burguesia, Exército e Igreja Católica).

Tanto através da **Federação Anarquista Ibérica (FAI)** quanto da **Confederación Nacional del Trabajo (CNT)**, os anarquistas representavam a principal força política do país. A CNT contava com mais de 1.500 milhões de afiliados, ao passo que os partidos políticos de esquerda, juntos, contavam com cerca de 700 mil. Dentre estes, destacava-se o **Partido Obreiro de Unificação Marxista (POUM)**, fundado pelo trotskista Andrés Nin.

Cartaz da Guerra Civl Espanhola com o povo em armas

Em julho de 1936, ocorria o crescimento das ideologias de esquerda, juntamente com expropriações de latifúndios e incêndios a igrejas. Após o assassinato de um chefe monarquista, o general **Francisco Franco**, comandante militar do Marrocos inicia uma ditadura na Espanha, em 18 de Julho de 1936. Frente esta nova situação, no dia seguinte os militares já passaram a sofrer resistência dos revolucionários de Barcelona. Já em 20 de Julho, formava-se o **Comitê de Milícias Antifascistas**, que contava com representantes das principais agremiações políticas e sindicais da Espanha, formando uma espécie de governo paralelo. Um de seus principais líderes era o anarquista **Buenaventura Durruti**, defendendo que a Revolução era a única forma de derrotar o nazi-fascismo, tanto o de Franco quanto qualquer outro.



O anarquista Durruti. Sua atuação fez com colunas armadas revolucionárias
recebessem seu nome durante a Guerra Civil.

A **Guerra Civil Espanhola** (ou Revolução Espanhola) foi o conjunto de mudanças econômicas e sociais radicais que ocorreram nas regiões controladas pelos anarquistas da CNT-FAI e os partidários do POUM, especialmente na Catalunha e Aragão. Nessas regiões, a maior parte da economia industrial e agrária foi **autogestionada** (controlada pelos próprios trabalhadores, não por uma vanguarda dirigente), assim como o sistema de transportes, de comunicações e a educação. O desemprego foi abolido, os salários igualados, e em alguns lugares o dinheiro e a propriedade privada foram abolidos em favor das trocas pautadas pelo comunismo libertário.

Militantes de esquerda de todo o mundo foram para a Espanha combater pela Revolução. Eles formaram as **Brigadas Internacionais**. Destaca-se ainda a participação do grupo feminista anarquista **Mujeres Libres** no combate contra o fascismo.

O nazi-fascismo apoiou a ditadura de Franco não apenas formalmente, mas enviando tropas militares e recursos financeiros. A Guerra Civil Espanhola serviu como um verdadeiro **laboratório de guerra** para os países que se preparavam para a II G.M. O bombardeio à cidade de Guernica, retratado por Pablo Picasso, é um exemplo deste teste de armas sobre a população.

A Guerra Civil opôs, de um lado, republicanos e revolucionários de esquerda, e de outro, as ditaduras totalitárias de toda a Europa mais apoio indireto dos países democráticos (ao não apoiarem os republicanos). O Partido Comunista Espanhol (aliado a Moscou), num primeiro momento participou da revolução. Posteriormente criticou certas ações anarquistas que enfraqueciam o poder dos revolucionários.

Sem suficiente e firme organização política, sem apoio das potências democráticas e nem da URSS (que vivia situação difícil), ao mesmo tempo em que os golpistas de Franco recebiam armamento, conselheiros militares e

tropas alemãs e italianas, os revolucionários foram derrotados.

A guerra durou até 1° de Abril de 1939, e a Revolução foi esmagada militarmente e mais de 1 milhão de pessoas foram assassinadas. Com a derrota dos republicanos, Franco governou tiranicamente a Espanha até 20 de novembro de 1975, quando morreu. Ele manteve a neutralidade da Espanha durante a II G.M.

Guernica, de Pablo Picasso, retratando o bombardeio nazista

CONCLUSÃO

Em todo o mundo estava armado o cenário da nova Grande Guerra. Em relação à Ásia, até a década de 30 o **Japão** foi mais um dos países imperialistas. Então, sob o domínio do general **Araki**, a partir de 1930, passou a uma política mais agressiva, chocando-se com os interesses das grandes potências no oriente. Em 1931 invadiu a Manchúria, e em 1933 retirou-se da Liga das Nações, fazendo da Manchúria a base para um novo império asiático que pretendia instaurar. Em setembro de 1940, firmou um pacto com a Alemanha e Itália. Assim, no mesmo ano, invadiu a Indochina, colônia francesa, de onde pretendiam extrair borracha, estanho, petróleo e quinino e abrir caminho para uma ocupação mais efetiva no sudeste asiático. Visando barrar o expansionismo do fascismo, na **China**, **Mao-Tsé-Tung** dá início à **"Longa Marcha" (1934-35)**, proporcionando uma pausa na acirrada luta contra os nacionalistas, liderados por **Tchang Kai-check**, e permitindo a reorganização das tropas lideradas por Mao Tsé-Tung.

Já na Europa, **Hitler** preparava o avanço da Alemanha sobre os territórios considerados usurpados do país ao final da Primeira Guerra. Em março de 1938, efetivou-se o **Anchluss (anexação da Áustria)**, utilizando-se o argumento racial, a unidade dos povos germânicos ("Ein Volk"). O mesmo argumento racial foi utilizado para avançar em direção a Tchecoslováquia, país formado após a I G.M, com o fim do Império Áustro-Húngaro. Nesse novo país, a região dos Sudetos era formada em sua maioria por alemães, que, insuflados por Hitler, passaram a exigir autonomia. A mobilização de tropas tchecas e francesas fez com que se buscasse um acordo diplomático. Realizou-se então a **Conferência de Munique (setembro de 1938)**, que acabou por determinar que os Sudetos deveriam ser entregues a Alemanha. A Tchecoslováquia, isolada, foi obrigada a entregar 20% de seu território.

A política expansionista de **Mussolini** iniciou-se em outubro de 1935 com a invasão da Etiópia, na África, que caiu sob domínio italiano em maio do ano seguinte. Também em 1936, a Itália enviou tropas para combater na Guerra Civil Espanhola, ao lado dos falangistas comandados por Franco, que já eram apoiados por Hitler. Assim, foi formalizado o **eixo Roma-Berlim (24 de outubro de 1936)**, definindo a linha do expansionismo dos dois países. Em abril de 1939, Mussolini promoveu a invasão e anexação da Albânia.

Em pouco tempo, as potências liberais desistiriam da "política de apaziguamento" e passariam a tentar frear a expansão do nazi-fascismo através da guerra.

FILMOGRAFIA

- *A Cor Púrpura* - Uma aula de cinema, mostrando a dura realidade dos negros, no sul dos EUA.
- *A noite dos desesperados* - Drama mostrando a dura realidade dos anos 30, nos EUA, durante a Crise do capitalismo.
- *Morrer em Madri* - Rico documentário sobre a Guerra Civil Espanhola - 1936-1939.
- *O Poder vai dançar* – situação da classe dos artistas nos EUA da Grande Depressão
- *Terra e Liberdade* – retrata a guerra civil espanhola sob o olhar do escritor George Orwell

EXERCÍCIOS

01) (UNESP) – A expressão New Deal nomeia, na história dos EUA:
a) política de recuperação econômica após a Crise de 1929, expandindo a intervenção do Estado na economia;
b) plano de desenvolvimento econômico sob o governo Truman, inclinado á expansão de dispêndios estatais ao bem estar social;
c) plano de recuperação adotado após a crise que surgiu à Guerra da Coreia;
d) política de recuperação econômica após a crise de 1929 , retraindo a intervenção do Estado na economia;
e) plano de distribuição de renda por intermédio da tributação maciça de lucros e renda da propriedade, sob o governo Johnson.

02) (FUVEST) – O período entre as duas guerras mundiais (1919-1939), foi marcado por:
a) crise do capitalismo, do liberalismo e da democracia e polarização ideológica entre fascismo e comunismo;
b) sucesso do capitalismo, do liberalismo e da democracia e coexistência fraterna entre fascismo e comunismo;
c) estagnação das economias socialistas e capitalistas e aliança entre os EUA e a URSS para deter o avanço fascista na Europa;
d) prosperidade das economias capitalistas e socialistas e aparecimento da guerra fria entre os EUA e a URSS;
e) coexistência pacífica entre os blocos norte-americano e soviético e surgimento do capitalismo monopolista.

03) (CESGRANRIO) – A crise do estado Liberal, evidenciada ao término da Primeira Guerra Mundial, assinalou a falência da sociedade liberal clássica, aparecendo nessa conjuntura, o fascismo. As principais características dos movimentos, partidos e regimes fascistas foram as seguintes:

I – A ideologia nacionalista, anticomunista e anticapitalista, típica das camadas médias duplamente ameaçadas – pelo bolchevismo e pela proletarização;

II – A formação de grupos paramilitares voltados para o esmagamento de organizações e movimentos do proletariado urbano e rural;

III – A mobilização de grandes massas urbanas contra as ameaças às liberdades públicas e ás instituições parlamentares;

IV – A associação entre os grupos ou partidos fascistas e os porta-vozes do grande capital contra os liberais tradicionais e os socialistas;

V – o combate à violência como forma de atuação política contra os adversários das ideias fascistas.

Pode-se afirmar que estão corretas as afirmativas:

a) I;
b) V;
c) II e III;
d) I, II e IV;
e) III , IV e V.

04) (FUVEST) – Em seu famoso painel *Guernica*, Picasso registrou a trágica destruição dessa cidade basca por:

a) ataque de tropas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial;
b) republicanos espanhóis apoiados pela União Soviética durante a Guerra Civil;
c) forças do exército francês durante a Primeira Guerra Mundial;
d) tropas do governo espanhol para sufocar a revolta dos separatistas bascos;
e) bombardeio da aviação alemã em apoio ao General Franco contra os republicanos.

05) (MACKENZIE) – A ascensão de Hitler ao governo alemão foi marcada por uma implacável perseguição a socialistas e judeus; tal fato era justificado pela ideologia nazista porque:

a) para os nazistas o judaísmo e o marxismo se identificavam e haviam colaborado para o declínio da Alemanha, desde a I Guerra;
b) Hitler não era apoiado em suas pretensões expansionistas pelos socialistas e judeus;
c) Os nazistas temiam a influência política dos judeus na Alemanha;
d) Os socialistas e judeus, com auxílio da alta burguesia alemã, ameaçavam tomar o poder;
e) Tanto os judeus, quanto os socialistas eram a favor de um governo totalitário, contrário à formação liberal dos nazistas alemães.

06) (UNESP – UFCE) – A Guerra Civil espanhola é considerada por muitos autores como um "ensaio" para a Segunda Guerra Mundial. Assinale a alternativa que indica corretamente esta ideia:

a) Ao experimentarem novas armas, em mãos espanholas, tanto norte-americanos quanto soviéticos testaram seu poderio militar em estratégias modernas de guerra;
b) O conflito político espanhol, ao colocar lado a lado comunistas e anarquistas, atestou a possibilidade de união desses grupos contra a expansão da URSS;
c) A intervenção dos fascistas italianos e dos nazistas alemães contra as forças republicanas espanholas, serviu de teste para as armas que seriam usadas contra os Aliados;
d) A vitória do general Franco serviu para demonstrar a fragilidade das armas e da diplomacia alemãs.

07) (FUVEST) – A Crise de 1929, por seu caráter universal, difere das crises anteriores do capitalismo e atinge todos os setores sociais. Quais os principais efeitos da Grande Depressão para a economia mundial?

08) (UNICAMP) – Em 1933, o movimento nazista assume o poder na Alemanha, transformando Hitler no chefe da nação e fundador do III Reich. O Estado alemão deixa de ser nazista somente ao fim da Segunda Guerra Mundial.

a) Quais os princípios nazistas que levaram à união do povo alemão num único Reich?
b) Qual o papel da guerra na política do III Reich?

09) (FUVEST) – Para os cristãos, como por exemplo São Bento, o criador das ordens religiosas no Ocidente no século VI, e Calvino, reformador protestante no século XVI, e para os fundadores do socialismo científico, Marx e Engels, no século passado, o trabalho foi visto como uma atividade virtuosa e humanizadora:

"*Ora et labora"*, propunha o primeiro; "*O ócio é pecado*", decretava o segundo, e "É pelo trabalho que o homem progride e se humaniza", consideravam os terceiros. Já os nazistas colocaram no portão de entrada de seus campos de concentração a divisa de que "o trabalho liberta" (*"Arbeit macht frei"*).

Com essas referências e seus conhecimentos em História Contemporânea, comente o nazismo à luz dos conceitos de civilização e barbárie.

10. (CESGRANRIO-RJ) A adoção do New Deal nos EUA, após a crise de 1929, permite-nos afirmar que:

I) o sistema capitalista enfraqueceu-se, pela impossibilidade de conviver com o planejamento e o dirigismo estatal.
II) o intervencionismo do Estado na economia não se confunde com o socialismo nem conduz, necessariamente, ao autoritarismo.
III) alterou-se a relação entre a produção agrária e a fabril, pela importância maior concedida à primeira.
IV) a distribuição de seguros aos desempregados contribuiu para a diminuição da tensão social.

Estão corretas somente as afirmações:

a) I e II.
b) III e IV.
c) II e IV.
d) I, II e III.
e) II, III e IV.

11. (FGV-SP) Como consequência da Grande Depressão em que se encontravam durante os anos que seguiram a 1929, as nações capitalistas empreenderam um notável esforço no sentido de sua recuperação. Qual a principal característica política deste esforço?

a) Suspensão dos direitos políticos dos partidos trabalhistas.
b) Abstenção de qualquer interferência estatal no setor privado.
c) Maior intervenção do Estado na economia.
d) Abandono das políticas de ajuda econômica aos setores deficitários.
e) Estabelecimento generalizado de regimes totalitários.

12. (FEBASP-SP) New Deal política estabelecida por Roosevelt:

a) teve como resultado a precipitação de uma grave crise financeira iniciada com a queda da Bolsa de Nova Iorque.
b) pretendia trazer uma vida mais farta à "massa dos homens esquecidos", bem como a recuperação econômica do país.
c) baseava-se na premissa de que a produção industrial deveria continuar a crescer a qualquer custo, mesmo sem um mercado consumidor.
d) teve como resultado o rápido aumento do desemprego nos Estados Unidos.

13. (PUCC-SP) Em linhas gerais, pode-se dizer que a Grande Depressão (1929) resultou principalmente:
a) da queda da exportação, desemprego e aumento de consumo interno.
b) da desvalorização da moeda, com o objetivo de elevar os preços dos gêneros agrícolas.
c) do fechamento temporário dos bancos e da requisição dos estoques de ouro para sanear as finanças.
d) da superprodução industrial e agrícola, que foi se evidenciando quando o mercado não conseguiu mais absorver a produção que se desenvolvera rapidamente.
e) da emissão de papel-moeda e do abandono do padrão-ouro, que permitiram ao Banco Central financiar o seguro desemprego

14 (Unifesp-SP) *Morrer pela Pátria, pela Ideia (. . .) Não, isso é fugir da verdade. Mesmo no fronte, matar é que é importante (. ..) Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode imaginar a própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é o ato concreto de vontade. Por que aí você torna sua vontade viva na de outro homem*.
Esse texto, de 1943-45, expressa a visão de mundo de um adepto da ideologia:
a) comunista.
b) liberal.
c) fascista.
d) anarquista.
e) darwinista.

15. (USF-SP) *Somente através da propaganda perfeita podem-se convencer milhões de pessoas. De que o crescimento do exército constitui obra de paz. Que cada novo tanque é uma bomba de paz. E cada novo regimento, uma prova de amor à paz.*
Trata-se de uma obra do poeta alemão Bertolt Brecht, criticando os regimes totalitários como o nazismo e o fascismo, que tiveram como características:
a) pluripartidarismo, coletivismo e cooperativismo.
b) nacionalismo extremado, racismo, expansionismo e militarismo.
c) liberalismo, individualismo e racionalismo.
d) igualitarismo, fraternidade e solidariedade.
e) pacifismo, marxismo e democracia.

16. (Mack-SP) É característica dos regimes totalitários nazifascistas:
a) o fortalecimento do Parlamento e o enfraquecimento do executivo.
b) a defesa das tendências individualistas liberais e do coletivismo marxista.
c) a oposição das classes médias, voltadas para a defesa das ideias comunistas.
d) a adoção do pluripartidarismo.
e) o emprego da propaganda a fim de estimular o patriotismo.

17. (Fuvest·SP adaptado) Em seu famoso painel Guernica, Picasso registrou a trágica destruição dessa cidade basca. A arte moderna, da qual Picasso é um dos principais expoentes, foi considerada pelos nazistas:
a) sofisticada, porém demasiado complexa para os padrões do operariado alemão que devia ser atingido pela propaganda nazista.
b) irrelevante, um mero reflexo do mau gosto dos não nazistas.
c) indispensável para a propaganda nazista, visto que eles utilizavam o que havia de mais moderno em tecnologia para atrair apoio alemão.
d) podia ser utilizada, mas somente para a propaganda junto aos intelectuais alemãs, capazes de compreender sua complexidade.
e) perigosa por ser o reflexo de mentes degeneradas, as únicas capazes de conceber o corpo humano deformado, devendo ser banida.

18. (Fuvest-SP) *Havia o professor responsável pela classe, que algumas vezes aparecia de uniforme. Ele nos explicou o comunismo: Comunismo é quando passamos por um açougue onde está pendurada uma linguiça. Quebramos então a vitrine e levamos a linguiça. Isso é comunismo.* (Heiner Muller. Guerra sem batalha.)
Com base no relato do autor, membro da Juventude Hitlerista, explique:
a) A concepção de comunismo do professor.
b) Como o regime nazista combatia esse inimigo.

19 (Mack-SP) No século passado, ocorreu a crise de 1929. Assinale a alternativa que apresenta algumas das suas causas.
a) A superprodução de mercadorias e a saturação dos mercados consumidores.
b) O surgimento de ideologias, como o fascismo e o nazismo.
c) A diminuição do crédito bancário e o aumento de impostos para as importações.
d) O equilíbrio entre a produção agrícola e o comércio mundial.
e) A quebra da colheita e a demanda ilimitada da indústria automotiva.

20. (Mack-SP) Por mais de um século, a Espanha estivera dividida entre grupos hostis de reacionários, monarquistas e religiosos de um lado, e liberais burgueses/ anticlericais e socialistas do outro. Em 1931, uma revolução instalou a República e foram promulgadas severas leis contra o Exército, os latifundiários e a Igreja. Em julho de 1936, no entanto, irrompeu a contra-revolução, levando a uma guerra civil que se prolongou por cerca de três anos e que teve como principal consequência:
a) a vitória das forças democráticas e da monarquia parlamentar sob o comando do rei Juan Carlos.
b) a ascensão do socialismo que vigorou até meados da década de 70.
c) a implantação do fascismo com o apoio da Itália e da Alemanha.
d) o triunfo das forças populares, que levou à união nacional e pôs fim às rivalidades entre os habitantes do país.
e) o enfraquecimento da Espanha e sua submissão à França e Inglaterra.

21. (Unifor-CE) O New Deal, política de recuperação econômica e social adotada pelos Estados Unidos no contexto dos desdobramentos da crise de 1929, propunha, dentre outras medidas:
a) a liberação dos preços dos produtos básicos e o aumento da jornada de trabalho.
b) o fim da intervenção do Estado na economia e a utilização do trabalho do menor.
c) a proibição da formação de associações sindicais e a extinção da previdência social.
d) a concessão de empréstimos aos fazendeiros arruinados e o aumento dos salários dos operários.
e) o incentivo à utilização do capital estrangeiro e a liberdade para a formação de cartéis.

22. (Mack-SP) *Ainda uma recordação, uma recordação pessoal: você sabe que, em 1937, menos de um ano depois do início da guerra civil na Espanha, a Legião Condor, a legião dos alemães nazistas posta à disposição do general Franco, bombardeou a pequena cidade basca de Guernica, destruindo-a completamente.* (Pierre Villar)
Assinale a alternativa que apresenta a doutrina ideológica comum entre os comandantes da Legião Condor, citada no texto, e o general espanhol Francisco Franco.
a) comunista. c) socialista. e) liberal.
b) fascista. d) anarquista.

23. (VUNESP-SP) A ideologia fascista é sobretudo sentimental, fato que podemos observar nos mitos dos quais se serviram certas sociedades históricas:
a) do Japão, baseada no programa da "Grande Ásia", e da China, fundamentada na superioridade da sua civilização.
b) de Portugal, baseada na lembrança do papel civilizador do europeu, e da Itália que perseguiu o mito da "Grandeza Romana".
c) da Alemanha, alicerçada na superioridade cultural do alemão, e da Espanha franquista que propugnou a união dos povos latinos.
d) da Itália, com o mito do reencontro da grandeza do Império Romano, e da Alemanha com mito histórico da pureza racial.
e) da Itália, da Alemanha e da França unidas emocionalmente em torno do chefe, a personificação viva da nação.

24. (CESGRANRIO-RJ) Ao longo do período situado entre as duas grandes guerras mundiais (1918-1939), a crise das sociedades liberais ocidentais assumiu as formas mais diversas, como diversos ao extremo eram os seus fatores determinantes. De um modo geral, porém, assistiu-se a uma contestação sistemática aos princípios básicos da ordem liberal, em especial pelos fascistas para os quais o Estado liberal era:
a) demasiadamente manipulado pelos partidos políticos tradicionais e deveria ampliar a participação popular em seus processos eleitorais.
b) inimigo do capital monopolista e um agente contrário ao desenvolvimento econômico moderno.
c) baseado em princípios democráticos ultrapassados, demasiadamente fraco e impotente para enfrentar seus inimigos e empreender as transformações sociais exigidas pelas massas.
d) tímido diante das pressões nacionalistas praticando um corporativismo medieval em suas relações com a sociedade civil, que atendia apenas aos interesses rurais.
e) fiel ainda a uma concepção obsoleta do poder, sendo capaz de atender às novas demandas representadas pelo socialismo, constituindo uma estrutura subordinada aos interesses militaristas e imperialistas.

25. (FGV-SP) Por que o Tratado de Versalhes de 1919 pode ser visto como uma das causas que possibilitou a ascensão do nazismo na Alemanha?
a) Porque uma de suas cláusulas estipulava a formação de um partido nacional alemão em cuja estrutura Hitler se apoiou.
b) Porque o estabelecimento de um governo dirigido de fora acirrou os sentimentos nacionalistas do povo.
c) Porque os seus termos particularmente duros contribuíram para criar dificuldades econômicas e um clima de insatisfação psicológica no povo que seriam habilmente explorados por Hitler.
d) Porque foi assinado por governantes de origem judia.
e) Porque praticamente transformou a Alemanha em um protetorado da Itália onde já se vislumbrava o fascismo em ascensão.

26. (UNISINOS-RS) Em 1922 foi implantado, na Itália, o regime fascista. Entre seus princípios políticos só não se destaca:
a) o regime corporativista.
b) a supremacia do Estado.
c) a supervalorização da nação.
d) a supremacia da raça germânica.
e) a união da Igreja com Estado.

27. (FCMMG) Quando Hitler mandou incendiar o Reichstag pretendia:
a) culpar os partidos de esquerda pelo incêndio.
b) fortalecer o exército alemão para a guerra.
c) destruir o mito do poder judiciário.
d) destruir um prédio de mau gosto.
e) provocar a intervenção estrangeira.

28. (FASP) Um dos fatores que conduziu a Alemanha ao nazismo foram certas condições estabelecidas pelo Tratado de Versalhes, isto é:
I) o Tratado de Versalhes impôs perdas territoriais à Alemanha.
II) o Tratado de Versalhes impôs à Alemanha o pagamento de pesadas indenizações de guerra.
III) o Tratado de Versalhes adotou na Alemanha a política de apaziguamento.
IV) o Tratado de Versalhes indicou para governar a Alemanha, Adolf Hitler, que se transformou logo após, no Fuhrer.
De acordo com as afirmações acima assinale:
a) apenas uma alternativa está ligada ao enunciado.
b) duas alternativas estão ligadas ao enunciado.
c) três alternativas estão ligadas ao enunciado.
d) todas as alternativas estão ligadas ao enunciado.

29. (FATEC-SP) A ascensão do fascismo e do nazismo na Itália e na Alemanha, respectivamente, deveu-se à situação daqueles países, caracterizada:
a) pela inflação, expansão colonial e paralisação das indústrias.
b) pelo reflexo da Crise de 1929, pela ascensão da renda per capita e expansão colonial.
c) pelo desemprego, pela ascensão da renda per capita e inflação.
d) pela paralisação das indústrias, pelo desemprego e pela inflação.
e) pela expansão colonial, ascensão da renda per capita e pelo reflexo da Crise de 1929.

30. (UNILUS-SP) Realizar o "Anschluss" era um velho sonho dos nazistas. E isto começou a ser conseguido por Hitler em março de 1938. A expressão entre aspas e a data são suficientes para elucidar o sonho nazista de:
a) ocupação da região do Reno, desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes.
b) anexação do Corredor Polonês, restabelecendo a ligação com a Prússia.
c) repúdio total às imposições do Tratado de Versalhes.
d) ascensão de Hitler ao poder.
e) marchar sobre a Áustria, a sua anexação e a concretização da ideia do pangermanismo (reunificação das etnias alemãs).

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A **Segunda Guerra Mundial (1939-1945)** foi o conflito que causou mais vítimas (cerca de 60 milhões de pessoas, entre militares e civis) em toda a história da humanidade.

Opôs os Aliados às Potências do Eixo. As principais potências dos **Aliados** eram: **Inglaterra**, **Estado Unidos**, **China, França** e **União Soviética**. O **Eixo** era composto por: **Alemanha**, **Itália** e **Japão**.

Outros países participaram na guerra, tanto por se juntarem a um dos lados (como o Brasil fez), ou então por serem invadidos. Em algumas nações (como a França e a Iugoslávia), a Segunda Guerra Mundial provocou confrontos internos entre partidários de um e de outro grupo. Novamente, o conflito envolvia todas as regiões do mundo, agora com uma intensidade ainda maior.

ANTECEDENTES

A humilhação sofrida pela Alemanha com o Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919) gerou as condições ideais para a germinação do nazismo e a ascensão de Hitler ao poder, em 1933. Toma então o poder o mal-chamado "nacional-socialismo", nome populista de direita que sugere se referir a um projeto socialista, sendo de fato o oposto disto, a saber: um capitalismo violento e xenófobo, e sem sequer a democracia rasa do voto para justificá-lo.

Os nazistas tomam o poder pela violência, assassinando as dissensões internas e combatendo a divisão capitalista do mundo produzida pela I Guerra M., quando os mercados do planeta são repartidos entre França, Bélgica, Inglaterra, Holanda, Itália, Japão e EUA. A política alemã explicita os desejos de Hitler: carvão e ferro da Sibéria; petróleo da Romênia e do Cáucaso; trigo da Ucrânia. E, especialmente, o reordenamento do mundo colonial: a Alemanha também queria ter suas colônias.

Ao contrário do que Inglaterra e França pretendiam, a **Conferência de Munique** (setembro de 1938 – da qual participaram Inglaterra, França, Alemanha e Itália), com a decisão que permitia a anexação da região dos **Sudetos** por parte da Alemanha, estimulou Hitler em sua política expansionista. A "política de apaziguamento" europeia-ocidental (forma com que essas potências esperavam empurrar os nazistas contra os soviéticos), na prática, acentuou o militarismo nazista alemão e sua ganância.

Em **agosto de 1939**, foi assinado entre a Alemanha e a URSS o **Pacto Germânico-Soviético (ou Ribbentrop-Molotov)** que acordava, em troca da não-agressão nazista ao território soviético, a neutralidade da URSS frente aos movimentos militares alemães na Europa.

Este acordo alarmou a Liga das Nações capitalistas, não só porque os nazistas deixavam de atacar os comunistas, mas também porque, secretamente, os nazistas objetivavam ampliar seus territórios, invadindo diversos países semiperiféricos europeu. Abria-se a possibilidade da Guerra.

Esse processo demonstra que as potências ocidentais têm uma posição contraditória em relação ao nazismo. Sabiam do perigo representado por Hitler, mas permitiram o crescimento da Alemanha nazista como forma de bloquear a URSS.

A invasão da Polônia, (1º de setembro de 1939) por tropas e aviões alemães, não surpreende a Europa. Todos estavam à espera da guerra.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS E O INÍCIO DA SEGUNDA GUERRA

Itália, Alemanha e Japão (guardada as devidas proporções) possuíam regimes políticos semelhantes, mas o que mais os aproximavam era o limitado espaço territorial de que dispunham e a acirrada competição pelos mercados internacionais.

Após a I.G.M., algumas nações são favorecidas no plano internacional. É o caso da Inglaterra e da França, donos de vastos impérios coloniais. Os EUA avançavam rapidamente na disputa pelo mercado mundial, e a URSS, rica em recursos naturais, estava em um acelerado processo de desenvolvimento. Assim, o Japão pretende dominar a Ásia; a Itália ocupa a Albânia e a Abissínia (Etiópia); a Alemanha militariza a Renânia, em 1936, e, no ano de 1938, anexa a Áustria (Anschluss).

Em 1° de setembro de 1939, as tropas nazistas invadem a Polônia, utilizando-se das ofensivas-relâmpago (blitzkrieg) com aviões stuka da Luftwaffe (aviação alemã) e tanques blindados, que, em menos de um mês, derrotaram as forças polonesas. A invasão alemã pretendia retomar o "corredor polonês" e o porto de Dantizg, considerado estratégico e um direito alemão. Interessava também à Alemanha a região da Alta Silésia, com importantes reservas carboníferas.

Em 3 de setembro França e Inglaterra declaravam guerra à Alemanha. Iniciava-se a Segunda Guerra Mundial. A **França** e a **Inglaterra** iniciariam a formação do bloco dos **Aliados**. Já a **Alemanha** e a **Itália** (e, posteriormente, o **Japão**) formariam o as **Potências do Eixo.**

Europa e Ásia entre 1940 e 1943

A GUERRA DE 1939 A 1942 – A EXPANSÃO HITLERISTA

Na manhã do dia 9 de abril de 1939, navios alemães começaram a invadir os portos da **Noruega** e da **Dinamarca** através do porto de Narvik, principal via de escoamento de minério de ferro importado pela Alemanha junto a **Suécia** (país que declarou-se neutro). Não houve resistência, pois nenhum dos dois países possuía exércitos adequados para a tarefa, além disso, na Noruega, Hitler instalou um governo fantoche e colaboracionista. A reação externa partiu da Inglaterra, que enviou navios de guerra à região entre os dias 10 e 13, e conseguiu afundar vários navios alemães, porém não impediu a ocupação definitiva dos dois países.

A invasão dos **Países Baixos** era parte de um plano maior: a invasão da França. Utilizando-se da ***blitzkrieg***, a Alemanha invadiu a **Holanda** em 10 de maio de 1940 por ar e por terra e dominou o país em apenas 4 dias. Valendo-se de tática semelhante, os alemães mostraram a eficiência dos carros de combate das forças Panzer, ocupando a região sul do país, que lhes permitiriam posteriormente invadir a França pelo norte. No dia 28, a **Bélgica** rendeu-se e o rei Leopoldo III organizou um governo no exílio, em Londres. A Alemanha anexou **Luxemburgo** em 6 de agosto.

O exército nazista marcha pela Europa

O domínio alemão na Europa fica patente com a **Retirada de Dunquerque (Operação Dínamo)**, por parte dos ingleses, e os **armistícios assinados pela França** com a Itália e Alemanha, em **junho de 1940**, que dividem o território francês em duas partes. O III Reich alemão passava a controlar a Áustria, a Tchecoslováquia, a Dinamarca, a Noruega e a maior parte da França. Os ingleses, violentamente bombardeados, dia e noite, resistem aos nazistas. Na **Batalha da Inglaterra**, em 1940, a força aérea inglesa, **RAF (Royal Air Force)**, impede os ataques da Luftwaffe.

A VITÓRIA DOS ALIADOS DE 1942 A 1945 – URSS E EUA DESPONTAM NO COMBATE

Com o declínio da **França**, entre maio e junho de 1940, o primeiro-ministro francês, marechal **Henri Phillipe Pétain**, assume poderes ditatoriais em 1940 e transfere a capital para Vichy, uma vez que Paris é ocupada pelas tropas alemãs em 14 de junho. O governo é anti-republicano, conservador, e colabora estreitamente com os nazistas, sobretudo de janeiro de 1941 até a ocupação alemã, em novembro de 1942. Nos países invadidos pela Alemanha, a população ficou dividida entre as **forças colaboracionistas** (anticomunistas que apoiam a extrema-direita) e grupos que se opõem à invasão através de ações, formando a **Resistência.** Dada a situação da França, um grupo de franceses, liderados por **Charles De Gaulle**, retira-se para Londres e apresenta-se como governo alternativo a Vichy. O movimento, chamado **"França Livre"**, entra em contato com as organizações de resistência aos alemães na França (a Resistência), buscando ainda apoio em colônias francesas da África.

Em 1941, a guerra tornava-se mais intensa e ampliada. Após concretizar seus objetivos na Europa Central e Meridional, **Hitler ataca a URSS** em 22 de junho, ocupando grande parte do território soviético. No mesmo ano, em 7 de dezembro, a expansão do **Japão** culmina no **Bombardeio a Pearl Harbor**, no Havaí, fazendo com que os **EUA** tenham um pretexto para adentrar à guerra. Até então, os EUA haviam apenas fornecido instalações no Atlântico à Inglaterra. Em junho de 1942 o Japão já ocupa a Indochina Francesa e detém a supremacia naval no Pacífico. Em seguida, toma Hong Kong, Malásia, Cingapura, Índias Orientais Holandesas, Bornéu, Filipinas, Andamãs e Birmânia.

As duas facções beligerantes estão definidas: os países do **Pacto Anticomintern (o Eixo) – Alemanha, Itália e Japão –** contra os **Aliados – Inglaterra, EUA, URSS e China**. A China já se encontrava em guerra defensiva contra o Japão invasor, desde 1931. Assim, de 1942 a 1945, a guerra é total. Ao mesmo tempo, seus rumos começavam a mudar.

Com a aliança entre a URSS e as potências ocidentais, produzida pelo ataque nazista, a Alemanha empenha-se numa guerra em duas frentes, para a qual não estava bem preparada. A blitzkrieg não obtém mais resultados satisfatórios.

A mudança definitiva se fez na URSS, onde após ter de enfrentar um rigoroso inverno e ataques de soldados soviéticos, Hitler vê a derrota, o aprisionamento e o recuo de suas tropas. Em uma tentativa de ocupar o Cáucaso, que fornecia petróleo aos russos, e o Golfo Pérsico, de onde os aliados recebiam materiais bélicos, as tropas nazistas permaneceram na URSS. Em novembro de 1942, ocorreu a **Batalha de Stalingrado**, onde os alemães sofreram sua primeira grande derrota na guerra. Este período da ofensiva alemã na URSS foi decisivo para que, ao final da guerra, a contagem de mortos atingisse por volta de 22 milhões soviéticos, entre civis e militares. Somente após a batalha de Stalingrado, o Exército Vermelho conseguiu iniciar uma ofensiva contra a invasão alemã.

Confirmando a virada nos ventos da guerra, as tropas britânicas e norte-americanas expulsaram os alemães da África do Norte e passaram a controlar o Mediterrâneo, enquanto os japoneses foram contidos em seu avanço sobre a Índia e a Austrália.

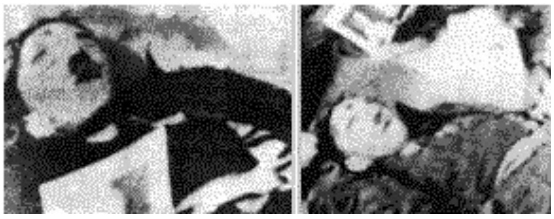
Hitler passou a se utilizar do **Pacto Tripartite** (de setembro de 1940) e instaurou a Nova Ordem nos países dominados. Para a vitória da "raça superior ariana", pôs em prática uma política de extermínio racista até então nunca vista. **Judeus e outras populações (ciganos, etc)** foram violentamente perseguidos. Primeiramente foram proibidos de frequentar escolas e ocupar cargos públicos. Depois foram confinados em **guetos**. No processo seguinte, foram presos em **campos de concentração** quando, então, foi posta em prática a **"solução final"**, onde foram exterminados em câmaras de gás. Cerca de seis milhões de judeus foram mortos ao longo da II G.M. Além disso, Hitler também perseguiu russos, poloneses, ciganos, negros, homossexuais, socialistas e tudo o que era visto como parte da "raça inferior". Os alemães haviam se fechado na Europa e transformaram-na em uma fortaleza. Porém, o Eixo já estava profundamente abalado. O equilíbrio de forças fora rompido com a superioridade material dos Aliados, fazendo com que dominassem o conflito.

Em julho de 1943 os Aliados desembarcaram na Sicília e, em setembro, avançaram até Nápoles. Mussolini foi destituído no mesmo mês e a **Itália abandonou o Eixo**. Tropas alemãs ocuparam Roma, o centro e o norte do país, mas a ofensiva aliada tomou a capital em junho de 1944 e chegou ao norte de Florença em setembro. Em abril de 1945 as forças alemãs na Itália se renderam. **Mussolini foi espancado até a morte pela própria população** e seu cadáver foi pendurado no meio da rua.

Os cadáveres de Benito Mussolini e de sua amante Clara Petacci:

Em **1944** ocorreu o **Desembarque dos Aliados na Normandia (o Dia "D"), em 6 de junho**. Comandado pelo general Einsenhower, realizou-se um ataque estratégico que daria o golpe fatal nas forças nazistas que ainda resistiam na Europa. Por volta de 55 mil soldados norte-americanos, britânicos e canadenses desembarcaram nas praias da Normandia, noroeste da França, na maior operação aeronaval da História, envolvendo mais de 5 mil navios e mil aviões.

A fronteira alemã anterior ao início da guerra foi cruzada pelos Aliados em Aachen, em 12 de setembro. Ao mesmo tempo, os Aliados lançaram bombardeios aéreos pesados contra cidades industriais alemãs. No início de 1945, a URSS (pelo leste) e os EUA e a Inglaterra (pelo oeste) se aproximavam de Berlim prenunciando a definitiva derrocada do regime nazista.



Fotos de Hitler encontrado morto com um tiro na testa.
O nazismo conduz ao suicídio.

Em abril de 1945, os soviéticos entraram em Berlim. No dia 30 do mesmo mês, dentro do **bunker** de onde comandava o exército nazista, **Hitler cometeu suicídio** junto com sua nova esposa, Eva Braun. A Alemanha se rendeu incondicionalmente em 7 de maio, em Reims.

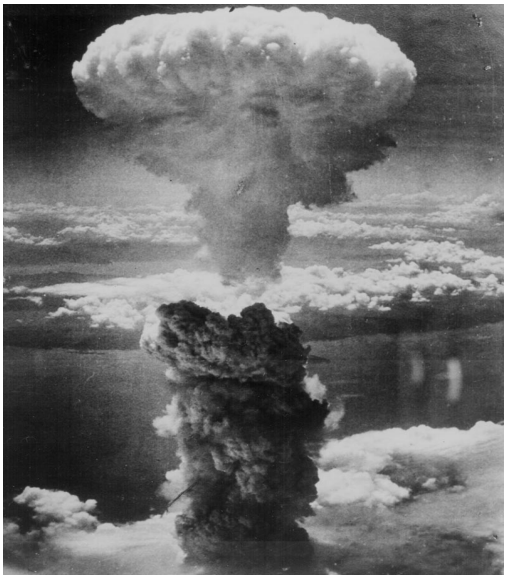
A guerra já estava praticamente vencida pelos Aliados. Além da derrubada da Itália e da Alemanha, o **Japão** perdia diversos territórios. Ao Sul, as tropas norte-americanas tomam, em 1944, a região da Nova Guiné até as Filipinas. Pelo Norte, o arquipélago de Guam é conquistado. Está preparada a ofensiva contra Hiroshima (fevereiro de 1945) e Okinawa (junho de 1945). O Sul também vinha sendo atacado pelos ingleses, que reconquistaram a Birmânia. Apesar de não haver mais possibilidades de uma ofensiva japonesa contra os Aliados, as tropas nipônicas ainda dominavam a Indonésia e a Indochina, e estavam dispostas a resistir a uma invasão dos EUA ao arquipélago japonês.

Chegada das tropas soviéticas em Berlim (1945).
Com a URSS na dianteira, os Aliados vencem a II Guerra Mundial.

Visando tanto vencer a guerra quanto demonstrar poder para o resto do mundo (particularmente aos soviéticos), o presidente norte-americano Harry Truman ordena o

lançamento de **bombas atômicas** contra o Japão (ainda que soubesse que este país já tinha sido militarmente derrotado pelos russos). Mas o espetáculo da demonstração de forças faz parte do jogo de guerra imperialista.

Em **6 de agosto de 1945**, os EUA lançam a primeira bomba atômica sobre **Hiroshima**, deixando mais de 150 mil mortos e 100 mil feridos. A partir de 8 de agosto tropas soviéticas expulsam os japoneses da Manchúria e da Coreia e ocupam as ilhas Kurilas e Sakalina. Em **9 de agosto** é lançada a segunda bomba atômica, dessa vez sobre **Nagasaki**, onde aproximadamente 10 mil pessoas foram mortas. A capitulação final do Japão acontece em 2 de setembro, em Tóquio. A Segunda Guerra Mundial deixou um saldo de cerca de 60 milhões de mortos e custou cerca de US$ 1,40 trilhão. Coube, aos vencedores, conduzir a reconstrução da Europa e da nova ordem global.



Bomba atômica explodindo sobre Nagasaki

AS CONFERÊNCIAS POLÍTICAS

Em **novembro de 1943**, ainda durante a II G.M., na capital do Egito, encontraram-se **Winston Churchill** (primeiro-ministro inglês), **Franklin Delano Roosevelt** (presidente dos EUA) e **Chang Kai-chek** (presidente da China). Era composta a **Conferência do Cairo**, que objetivava discutir o mapa da Ásia após a vitória sobre o Japão. Decidiu-se que os países conquistados pelo Japão na guerra seriam tornados independentes. A China receberia territórios perdidos na Guerra Sino-Japonesa (conflito de 1937-45).

No mês seguinte, em **dezembro de 1943**, na capital do Irã, realizou-se a **Conferência de Teerã**, onde se encontraram **Churchill**, **F.D.Roosevelt** e o presidente da URSS, **Joséf Stálin**. Dada a entrada da URSS na batalha que ainda ocorria e a capitulação da Itália, a discussão girou em torno da criação de uma nova frente de batalha na Europa Ocidental. Foi decidido o desembarque das tropas Aliadas na Normandia (norte da França), o **"Dia D"**. Formulou-se também a proposta de um organismo internacional para garantir a paz mundial. A Alemanha seria dividida em zonas de influência. Estônia, Letônia, Lituânia e o Leste da Polônia foram reconhecidos pelos EUA e Inglaterra como anexados à URSS.

Composta por um conjunto de reuniões ocorridas **entre 4 e 11 de fevereiro de 1945** na estação balneária de Yalta, às margens do mar Negro, na Crimeia, URSS, a **Conferência de Yalta** reuniu os chefes de Estado **Roosevelt**, **Stálin** e **Churchill**. A reunião aconteceu em segredo para decidir o fim da Segunda Guerra Mundial e a repartição das zonas de influência entre o Oeste e o Leste. Em 11 de fevereiro de 1945, foram assinados os acordos cujos objetivos eram de assegurar um fim rápido à guerra e a estabilidade do mundo após a vitória final. A Alemanha seria desmembrada após a Guerra e submetida ao Conselho de Controle Aliado (EUA, França, Inglaterra, URSS). A União Soviética, além do Leste da Polônia, também garantiu a anexação do arquipélago das Curilas, sul da Ilha Sacalina e Porto Arthur. Por conceder parte de suas terras aos soviéticos, a Polônia receberia a Prússia Oriental. A Coreia foi dividida em duas zonas de influência: o Sul seria controlado pelos EUA; o Norte seria controlado pela URSS. O marechal **Tito** foi reconhecido no governo da Iugoslávia, sob influência soviética (depois isso mudaria, e os iugoslavos praticariam um socialismo independente).

A **Conferência de Potsdam** ocorreu em Potsdam, Alemanha, **entre 17 de Julho e 2 de Agosto de 1945**. Participaram **Stálin**, **Clemente Attlee** (substituindo Churchill, derrotado nas eleições parlamentares) e **Harry Truman** (no lugar do falecido F.D.Roosevelt). O objetivo era decidir como administrar a Alemanha, rendida incondicionalmente nove semanas antes, no dia 7 de Maio. Os objetivos da Conferência incluíram o estabelecimento da ordem pós-guerra, tratados de paz e como contornar os efeitos da guerra. O Ocidente queria que na conferência final de paz se confirmasse a linha Oder-Neisse como marco permanente da fronteira entre Alemanha e Polônia. A fronteira germano-polaca foi sendo confirmada com base em acordos mútuos: **República Democrática Alemã** (1950), **República Federal Alemã** (1970), e em 1990 pela Alemanha já reunida.

A Alemanha acabou condenada a pagar uma indenização de US$ 20 bilhões aos EUA, URSS, Inglaterra, e França. Foi a última conferência entre os Aliados.

O encontro das três grandes potências em Teerã (1943): Stálin, Roosevelt e Churchill

Também foi decidido julgar os líderes nazistas num inédito tribunal internacional de crimes de guerra. É o **Julgamento de Nuremberg**, cidade alemã escolhida para ser a sede do julgamento. Nos anos 30 havia sido palco dos maiores comícios nazistas. A iniciativa contribuiu para a descoberta dos campos de concentração e extermínio. Foram realizados 13 julgamentos entre 1945 e 1947, condenando à morte 25 líderes nazistas.

REORGANIZAÇÃO DO MUNDO PÓS-SEGUNDA GUERRA

Terminado o conflito, em 1945, surgiu a **Organização das Nações Unidas (ONU)**, substituindo a Liga das Nações, criada em 1919, tendo como objetivo garantir a paz mundial e a cooperação entre os países. Em 1º de janeiro de 1942, em Washington, foi elaborada a Declaração das Nações Unidas por representantes de 26 nações. Na ocasião, o presidente F.D.Roosevelt pronunciou pela primeira vez a expressão "nações unidas". Três anos depois, a Conferência de São Francisco reagrupou 50 países, sob o comando dos EUA, Inglaterra, China e URSS. Foi assinada a Carta das Nações Unidas. A primeira sessão da ONU aconteceu em Londres, em janeiro e fevereiro de 1946. A sede oficial passou a ser Nova York. O respeito aos direitos humanos e liberdades individuais são dois dos principais objetivos na Carta da Organização das Nações Unidas. Em 10 de dezembro de 1948 foram reafirmados com a assinatura da **Declaração Universal dos Direitos do Homem.**

Atualmente, das 192 nações existentes, 185 integram a ONU. Os principais órgãos da ONU são a **Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Corte Internacional de Justiça e Secretaria Geral.** Há ainda agências especializadas, organismos intergovernamentais que trabalham em colaboração com a ONU, como o Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Criado em 1945, junto com o Banco Mundial, na aplicação das decisões da **Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods (1944)**, o **Fundo Monetário Internacional** (**FMI**, sede em Washington) é o consultor dos governos na área financeira. O FMI pode também vender divisas e ouro aos seus membros para facilitar o comércio internacional. Atua através de um Conselho de governantes (nomeado por cada um dos Estados membros), dos administradores e de um diretor geral.

Foto de Joe Rosenthal quando da conquista dos EUA sobre o Japão no fim da II G.M. As instituições internacionais do pós-guerra refletirão a lógica desta imagem.

A criação do **Banco Mundial** (**BM**, sede em Washington) também ocorreu durante a Conferência de Bretton Woods (1944). Sua atuação se dá através de seus organismos, subdivididos em: **BIRD** (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, criado em 1945 para a reconstrução da Europa); **AID** (Associação Internacional para o Desenvolvimento, fundos criados em 1960); **CFI** (Corporação Financeira Internacional, criada em 1956); **AMGI** (Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, criada em 1988). Todas essas instituições surgiram não apenas sob o viés da reconstrução da Europa, da Ásia e da reorganização do mundo, mas com o objetivo de fazer isso de forma que o capitalismo barrasse o avanço do socialismo.

EXERCÍCIOS

01. (FUVEST) – "Esta guerra, de fato, é uma continuação da guerra anterior." (Winston Churchill, em discurso feito no Parlamento em 21 de agosto de 1941)

A afirmativa acima confirma a continuidade latente de problemas não solucionados na Primeira Guerra Mundial, que contribuíram para alimentar antagonismos e levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Entre esses problemas, identificamos:

a) o crescente nacionalismo econômico e o aumento da disputa por mercados consumidores e por áreas de investimentos;

b) o desenvolvimento do imperialismo chinês da Ásia, com abertura para o Ocidente;

c) os antagonismos austro-ingleses em torno da questão da Alsácia-Lorena;

d) a oposição ideológica que fragilizou os vínculos entre os países, enfraquecendo todo tipo de nacionalismo;

e) a divisão da Alemanha, que a levou a uma política agressiva de expansão marítima.

02. (FATEC) – Fortalecendo-se nos planos econômico e militar, Alemanha, Itália e Japão estavam decididos a modificar a situação mundial. Por isso adotaram, da década de 1930, uma política internacional agressiva que desembocou, em 1939, na Segunda Guerra Mundial. Foi determinante para o início deste conflito:
a) a invasão da França pelas tropas alemãs, as quais ocuparam Paris;
b) o ataque japonês ao porto de Pearl Habor, base norte-americana no Pacífico;
c) a intervenção alemã na Espanha, apoiando Francisco Franco na Guerra Civil;
d) a invasão da Polônia pela Alemanha, em setembro de 1939, seguida pela invasão das tropas russas;
e) a invasão italiana da Etiópia, no Leste da África, com a tomada da capital etíope, Adis-Abeba.

03. (UEMT) – A Segunda Grande Guerra (1939 - 1945) adquiriu caráter mundial a partir de 7 de dezembro de 1941, quando:
a) os russos tomaram a iniciativa de anexar os Estados Bálticos;
b) os alemães invadiram o litoral mediterrâneo da África;
c) os japoneses atacaram a base norte-americana de Pearl Harbor;
d) os franceses, por determinação do marechal Pétain, ocuparam o Sudeste da Ásia;
e) os chineses cederam a maior parte de seu território às tropas do Eixo.

04. (UFPE) Em torno de fatos relacionados com a Segunda Guerra Mundial, estabeleça a correspondência:

1. Blitzkrieg	( ) Guerra relâmpago
2. Kamikaze	( ) Cidade arrasada pela bomba atômica
3. A Grande Aliança	( ) Piloto suicida utilizado pela aviação japonesa.
4. As nações do Eixo	( ) Inglaterra, União Soviética e EUA.
5. Nagasaki	( ) Japão, Itália e Alemanha.

a) 2, 3, 5, 4 e 1
b) 1, 2, 5, 4 e 3
c) 1, 5, 2, 4 e 3
d) 1, 5, 2, 3 e 4
e) 4, 5, 2, 3 e 1

05. Qual a posição do Governo dos EUA no início da Segunda Guerra Mundial e o que levou à mudança de posição?

06. Tanto no campo econômico como político, destacam-se as iniciativas norte-americanas de reorganizar o mundo após a guerra, com o mérito de estimular o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Caracterize resumidamente em que consiste a ONU e dê exemplos de instituições ligadas a ela.

07. (VUNESP) – Num dos seus últimos discursos, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt declarou o seguinte:
"*A conferência da Crimeia foi um esforço bem sucedido das três Nações principais de encontrar um terreno comum para a paz. Ela representa o fim do sistema da ação unilateral, das alianças exclusivas, das esferas de influência, do equilíbrio de forças, e de todos os outros expedientes que há séculos são experimentados – e falham*."
a) Quais as "três Nações principais" a que se refere Roosevelt?
b) Caracterize sucintamente as relações internacionais do pós-guerra que contrariaram as previsões otimistas de Roosevelt.

08. (UNICAMP) – Por duas vezes na história, em 1812 e em 1943, os russos/soviéticos, sob um inverno rigoroso de menos 30°C, derrotaram potências de tendência expansionista: a França de Napoleão e a Alemanha de Hitler, respectivamente. Em ambos os momentos, os russos/soviéticos adotaram técnicas semelhantes para derrotar os inimigos e foram responsáveis por mudanças decisivas nos rumos da história contemporânea.
a) Explique qual a estratégia utilizada pelos russos, em 1812, e soviéticos, em 1943, para derrotarem os seus inimigos.
b) Qual a importância da URSS na política internacional após a Segunda Guerra Mundial?

09. (FUVEST-SP) A Segunda Grande Guerra (1939-45), a partir de 7 de dezembro de 1941 adquire um caráter mundial quando os:
a) os russos tomam a iniciativa de anexar o território dos Estados Bálticos.
b) alemães invadem a região mediterrânea da África.
c) japoneses atacam a base norte-americana de Pearl Harbor.
d) franceses por determinação de Pétain, ocupam o sudeste da Ásia.
e) chineses cedem a maior parte de seu território às tropas do Eixo.

10. (FUVEST-SP) *"Ontem, 7 de dezembro de 1941, uma data que viverá marcada pela infâmia, os EUA foram repentina e deliberadamente atacados pelas forças navais e aéreas do Japão."* The New York Times.
a) A que ataque se refere a notícia do jornal?
b) Quais os motivos da agressão japonesa?

11. (FATEC-SP) Em maio e junho de 1942 aconteceram respectivamente as importantes vitórias de Mar de Coral e Midway que seguidas da tomada de Guadalcanal nas ilhas Salomão impediram a queda da Austrália e ilhas havaianas, durante a Segunda Guerra Mundial.
a) Quais foram os principais oponentes nessa frente de guerra do Pacífico? Qual foi o lado vencedor nas batalhas citadas?
b) Qual foi o importante acontecimento que iniciou a luta nesse setor da guerra e ainda em 7 de dezembro de 1941 pôs a pique quase toda uma frota além de destruir aviões antes mesmo que levantassem vôo?

O MUNDO DO PÓS-GUERRA

O término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mudou o panorama político e econômico internacional. As perdas materiais e humanas da Europa e do Japão rebaixaram a posição das antigas potências. O mundo entrou na era nuclear dividido em dois campos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, sob hegemonia da União Soviética.

A GUERRA FRIA (1945-1991)

Esse conflito tem como eixo a disputa pela hegemonia mundial entre as duas superpotências, que se estenderá por mais de 40 anos. Com sistemas sociais e políticos opostos, armas nucleares e políticas de conquista da hegemonia mundial, Estados Unidos e União Soviética mantiveram o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear. São chamadas de superpotências porque cada uma delas tinha armamentos suficientes para destruir o planeta sozinha.

Após a explosão da primeira bomba atômica em 1945 (desnecessária, apenas para mostrar força, já que o Japão já estava vencido), os EUA fizeram testes de novas armas nucleares no atol de Bikini, no Pacífico, e criaram a Comissão de Energia Atômica para a expansão de seu poderio nuclear. Após receber informações do programa nuclear norte-americano por parte de um cientista, em 1949 a URSS explodiu seu primeiro artefato atômico no deserto do Cazaquistão, entrando na corrida nuclear. O mundo ingressava assim na era do perigo atômico, na qual cada uma das superpotências se esforçava por conseguir uma bomba mais potente que a experimentada pela outra. Em 1952 os EUA explodiram a primeira bomba de hidrogênio, com potência de 15 milhões de TNT (750 vezes mais potente que a primeira bomba atômica). Em 1955 a URSS lançou sua bomba de hidrogênio de um avião, considerado um importante avanço técnico sobre os norte-americanos. Essa corrida colocou o mundo diante do perigo da destruição. Mas outros países, como Inglaterra, França, China e Índia, entraram no rol de países que têm armas nucleares. Países suspeitos de terem a bomba incluem Paquistão e Israel. Em 1963 foi assinado o primeiro acordo de limitação de atividades nucleares, proibindo testes na atmosfera.

RECONSTRUÇÃO DA EUROPA – O PLANO MARSHALL

O Programa de Reconstrução da Europa foi elaborado em 1947 pelo secretário de Estado norte-americano **George C. Marshall** (1880-1959), com base na **Doutrina Truman**. Os EUA decidiram abandonar a colaboração com a URSS e investiram maciçamente na Europa ocidental para barrar a expansão socialista e assegurar sua própria hegemonia política na região. Washington forneceu matérias-primas, produtos e capital, na forma de créditos e doações. Em contrapartida, os Estados europeus evitaram impor qualquer restrição à atividade das empresas norte-americanas. A distribuição dos fundos foi realizada por meio da **Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE)**, fundada em Paris, em 1948. Entre 1948 e 1952, o **Plano Marshall** forneceu US$ 14 bilhões para a reconstrução europeia.

Conquistada em virtude do fortalecimento dos EUA durante a II G.M., concomitante ao enfraquecimento relativo das potências europeias, a economia norte-americana se expandiu internacionalmente. Enquanto suas Forças Armadas disseminaram bases pelo mundo, Washington ditou a política no Ocidente e disputou a hegemonia no resto do planeta. A supremacia econômica foi alcançada com a exportação de capitais, empresas, produtos industriais e agrícolas e tecnologia. As empresas norte-americanas tornaram-se multinacionais, com filiais espalhadas por todo o mundo. Exerceram influência sobre as economias nacionais e determinaram seu rumo. A busca da hegemonia política teve por base a **Doutrina Truman**.

Estabelecida em 1947, a Doutrina Truman determinava que os Estados Unidos prestassem ajuda militar e econômica a todos os países e regimes que se opunham à expansão comunista. Em 1949 o presidente Harry S. Truman proclamou a "responsabilidade mundial" dos EUA.

Ainda no rol da Guerra Fria, foi criada **Organização do Tratado do Atlântico Norte**, em 1949, em Washington, para a defesa coletiva dos regimes democráticos, por meio de uma estreita colaboração política, econômica e militar entre os países anticomunistas. Possuia um comitê de chefes de Estado-Maior e vários comandos regionais.

A aplicação da política externa de confronto com a URSS, estabelecido pela Doutrina Truman, refletiu-se internamente na adoção de políticas repressivas. Em 1947 o Congresso norte-americano aprovou a Lei Taft-Hartley, declarando ilegais certas formas de greve, limitando a representação dos sindicatos e concedendo ao presidente o direito de suspender greves. Intensificou-se a partir de 1950, com a aprovação da Lei Mac Carran-Nixon, exigindo o registro de todas as organizações ou simpatizantes da ideologia comunista. Essa lei foi a base imediata do desencadeamento do macarthismo nos Estados Unidos e de sua disseminação mundial, estimulando restrições às atividades socialistas e comunistas na maioria dos países sob influência norte-americana, inclusive na Europa.

O **macarthismo** foi um movimento iniciado pelo senador Joseph McCarthy, em 1951, com a organização de comissões de investigação que acusavam de atividades anti-americanas qualquer pessoa suspeita de ligação com movimentos ou organizações consideradas comunistas. Realizava uma verdadeira "caça às bruxas" na área cultural, atingindo artistas, diretores e roteiristas que durante a guerra manifestaram-se a favor da aliança com a URSS e, depois, a favor de medidas para garantir a paz e evitar nova guerra. Charlie Chaplin foi o mais famoso entre os artistas perseguidos pela histeria anti-comunista. Sindicalistas, cientistas, diplomatas, políticos e jornalistas também foram alvo de perseguições. Em 1960 o Senado reconheceu que as

atividades das comissões dirigidas por McCarthy colocavam em risco a ação do governo.

Como decorrência da Doutrina Truman, os EUA interviram em todas as partes do mundo que consideraram ameaçadas pela expansão comunista. Na América Latina, a coordenação das ações militares foi realizada em Washington, no Colégio Interamericano de Defesa, criado em 1950, e na Zona do Canal do Panamá, na Escola das Américas, criada em 1961 pelas Forças Armadas dos EUA. Na Ásia, a coordenação foi realizada através dos tratados e organizações internacionais de defesa, enquanto na Europa e África foi feita pela Otan.

O senador Joseph McCarthy, principal articulador da histeria anti-comunista ("caça-às-bruxas) que os EUA impuseram ao mundo

A EXPANSÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Apesar das perdas humanas e materiais, a URSS saiu da guerra como uma grande potência econômica e militar. Reforçou a centralização política, a pretexto de uma rápida recuperação econômica e do perigo de uma nova guerra, desta vez contra as potências ocidentais, tendo os Estados Unidos à frente. Stálin centralizou em 1946 as funções de secretário-geral do Partido Comunista, primeiro-ministro e ministro da Defesa. Reorganizou os organismos de repressão política e intensificou a perseguição aos opositores. A economia foi restaurada através da planificação centralizada, com prioridade para a indústria pesada. Em 1950 a produção industrial e agrícola atingiu os níveis anteriores à guerra. As regiões industriais no oeste do país foram reconstruídas e teve início a exploração da Sibéria. Intensificou-se a mecanização agrícola e as áreas de cultivo foram ampliadas. Entrou em execução um plano de massificação do ensino básico e técnico e teve início o rearmamento. O V Plano Quinquenal, entre 1951 e 1955, foi voltado para a realização de obras energéticas e de irrigação e transporte fluvial. Foram executados projetos de armas modernas, centradas em artefatos nucleares e foguetes, e começou a pesquisa espacial.

Alemanha dividida em quatro zonas de influência. O lado capitalista era representado por EUA, Inglaterra e França, enquanto a URSS dominava o lado socialista. Dentro da zona soviética situava-se a capital Berlim (região circulada no mapa), que também foi dividida em zonas de influência entre os mesmos países.

Baseada em seu poderio militar, na presença de tropas soviéticas na Europa oriental e no extremo oriente e no renascimento dos partidos comunistas e socialistas em muitos países, a União Soviética passou a desenvolver uma política de hegemonia para fazer frente à ascensão dos Estados Unidos no ocidente e na Ásia. Realizou a centralização política da Europa oriental por meio de tratados de paz, reparações de guerra, ocupações militares e apoio à formação de governos comunistas. A URSS foi acusada de estar montando uma **cortina de ferro**, baseada na militarização de seus países satélites.

Firmado na capital polonesa, em 1955, o **Pacto de Varsóvia**, feito para ajuda mútua em caso de agressões armadas aos países do bloco soviético na Europa, foi o principal instrumento da hegemonia militar da URSS.

Na Alemanha Oriental, em 1945 foi fundado o **Partido Socialista Unificado**, com a fusão dos partidos Comunista e Social-Democrata da zona de ocupação soviética. O partido criou em 1948 o Conselho Geral do Povo Alemão, como reação à pressão anglo-americana para a integração da parte oeste à Europa ocidental. Berlim, cidade dividida em zonas de ocupação das potências vitoriosas na Segunda Guerra, teve seu acesso por terra ao Ocidente bloqueado pelos soviéticos. Os EUA mantiveram a zona sob sua ocupação com uma ponte-aérea até fevereiro de **1949**. Em outubro foi proclamada a **República Democrática Alemã (RDA).** Planos econômicos mais flexíveis e uma agressiva política comercial em direção aos países do Comecon e aos novos Estados independentes transformaram a RDA no país mais desenvolvido do leste. A partir dos anos 70, ampliou contatos e relações com a capitalista República Federal da Alemanha.

Em 1958 Moscou sugeriu o fim da presença das forças de ocupação capitalistas de Berlim, o que foi interpretado no

Ocidente como manobra para incorporar a cidade à RDA. Em 13 de agosto de 1961, para interromper o fluxo de alemães orientais que buscavam uma vida melhor no Ocidente, tropas da URSS e da RDA fecham 68 dos 80 pontos de passagem entre a zona soviética e o resto da cidade. Em uma noite é erguido o **Muro de Berlim**, maior símbolo da Guerra Fria.

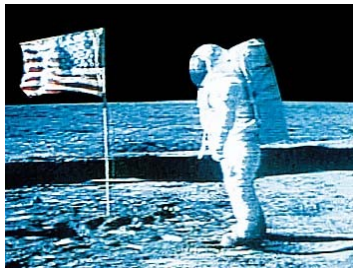
Muro de Berlim: polarização concreta entre capitalistas e socialistas

Na Iugoslávia, realizaram-se eleições para a Assembleia nacional e proclamou-se uma república popular federativa em 1945, após a vitória da frente popular de libertação, dirigida pelos comunistas. O novo governo, dirigido por **Josip Broz Tito**, nacionalizou bancos, indústria e comércio, introduziu a seguridade social e fez a reforma agrária. Mas rompeu com a URSS em 1948, recusando-se a obedecer à centralização política sob Stalin. Em 1957 reatou as relações com a União Soviética sem abandonar sua posição independente e de aproveitamento da disputa hegemônica entre os blocos soviético e norte-americano.

A GUERRA FRIA ORDENA O MUNDO

Com a tecnologia capturada dos alemães, EUA e URSS deram início à chamada **corrida espacial**: a luta pela primazia na conquista do espaço. Cada passo dessa corrida traduziu-se em avanços tecnológicos: novos materiais, aperfeiçoamento de motores, armamentos, satélites meteorológicos e de comunicação. Os momentos mais marcantes desta disputa foram:

URSS: Em 1957 lançou o Sputnik, o primeiro satélite artificial a orbitar a Terra. No mesmo ano, com o Sputinik 2, enviaram o primeiro ser vivo ao espaço, a cadela **Laika**. Foram pioneiros também em ultrapassar o campo de gravidade da Terra com a sonda Lunik 1, que sobrevoou a Lua em 3 de janeiro de 1959, e a atingir outro planeta, com a sonda Venera, que atingiu Vênus em 12 de fevereiro de 1961. Sua grande vitória, no entanto, foi mandar o primeiro homem ao espaço: em **12 de abril de 1961** o astronauta **Yuri Alexeievitch Gagarin** permaneceu em órbita por 1h48min. A URSS vencia, assim, a primeira etapa da corrida espacial.



A disputa da Guerra Fria atinge o universo. Esquerda: Yuri Gagarin, astronauta da URSS, é o primeiro ser humano a sair do planeta Terra, em 1961, quebrando a falsa propaganda dos EUA, que apenas o ocidente produzia tecnologia. Direita: Neil Armstrong na Lua (1969).

A primazia dos soviéticos levou os EUA a priorizar o projeto de conquista da Lua. Aperfeiçoaram foguetes de lançamento e naves, realizaram missões de longa duração, treinaram manobras de encontro e acoplamento de naves no espaço. O programa espacial soviético sofreu várias interrupções e os norte-americanos tomaram a dianteira. Dia 16 de julho de 1969 o foguete Saturno 5 levou a nave Apollo 11 até a órbita da Terra. Quatro dias depois, dia **20 de julho**, o módulo lunar Eagle pousou na Lua. O astronauta **Neil Armstrong** foi o primeiro homem a pisar num outro corpo celeste. Os EUA venceram a segunda fase da corrida espacial.

A disputa permaneceu através do lançamentos de **satélites** de comunicação, já contando com a participação da Europa e do Japão (aliados dos EUA). Os soviéticos lançaram em 1971 a primeira estação espacial, a Salyut, um laboratório espacial. Os norte-americanos construíram a estação Skylab em 1973 e os soviéticos lançaram a primeira estação orbital permanente, a Mir, em 1986. Com as estações espaciais, surgiu um novo tipo de nave: os **ônibus espaciais**. Além disso, investiu-se em observações astronômicas através de **sondas espaciais exploratórias** até o início da década de 90. Todos os planetas do Sistema Solar, exceto Plutão, foram visitados, fotografados e mapeados por sondas. Em 1990 os Estados Unidos lançaram o telescópio orbital Hubble com capacidade de observar eventos a mais de 10 bilhões de anos-luz da Terra.

A REVOLUÇÃO CHINESA (1949)

Durante a II G.M., a China ficou dividida em três regiões: uma ocupada pelos comunistas, uma sob controle nacionalista e uma invadida pelo Japão, desde 1931. A reduzida atividade militar do país favoreceu a reorganização das forças comunistas no norte e leste. Paralelamente, o Kuomintang deteriorou-se, desmoralizado pela corrupção de seus dirigentes.

Após a II G.M., os seguidores de **Mao Tsé-tung** , depois de travarem uma guerra civil que se estendeu por mais de vinte anos, chegaram finalmente ao poder em Pequim proclamando a **República Popular da China,** em 10 de outubro de 1949. Chiang Kai-shek e seus seguidores se exilaram na ilha de Formosa (Taiwan), formando o governo da China Nacionalista, que receberia forte apoio dos EUA.

Desencadeia-se então um duplo processo de revolução e de descolonização, caminho que vai conduzir a China Popular a dois graves enfrentamentos, um contra os EUA em torno da Coreia (1950-1953) e o outro em confronto ideológico com a URSS pós-stalinista (a partir de 1956).

A China entrava em ebulição revolucionária. Num primeiro momento as forças maoístas realizaram uma campanha contra os elementos que haviam sustentado Chiang Kai-shek. O interessante neste gigantesco processo é que ele contou com uma ativa presença popular convocada

a denunciar, julgar e condenar os acusados. A época da sua maior intensidade deu-se na primavera de 1951 quando, em Pequim, aproximadamente 30.000 reuniões foram realizadas para tal fim, com a participação de mais de três milhões de pessoas.

Em 1958, Mao adotou um plano de estatização radical, chamado de **"Grande Salto à Frente"** com a coletivização forçada da terra, um grande esforço industrial e forte repressão contra os oposicionistas. A experiência fracassou e faz crescer os atritos ideológicos com a URSS, que resultaram, em 1960, na retirada da assistência tecnológica soviética. A postura chinesa mais agressiva levou a uma guerra de fronteira com a Índia em 1961.

Comandando os estudantes, Mao iniciou a **Revolução Cultural** na China. Foi um movimento popular liderado entre 1966 e 1969 contra os que se opunham a Mao no aparelho do Estado e no Partido Comunista, acusados de tentar restaurar o capitalismo. Todos os hábitos, costumes e tradições passados foram considerados burgueses e reacionários. Os intelectuais foram enviados para o campo, a fim de "reeducar-se", integrando o trabalho manual ao trabalho intelectual. Surgiu a **Guarda Vermelha**, formada por estudantes que se guiavam pelo Livro de citações de Mao. A partir de 1967, com a instauração da Comuna de Xangai, a luta pelo poder se transformou em conflito entre diferentes facções que se proclamavam intérpretes fiéis de Mao. A Revolução Cultural terminou em 1969 com a destituição do presidente Liu Xiaoqi.

Mao Tsé-tung e seus seguidores com o Livro Vermelho

Com a morte de Mao, em 1976, teve início uma política de modernização, com a abertura de certos setores da economia, e que teve à frente o líder **Deng-Xiaoping**. Todos os símbolos referentes a Mao foram combatidos. A "desmaoização" veio acompanhada de uma abertura econômica ao "capital" externo, mas sem abertura política ao "capitalismo". Os conflitos entre parte da população mais ocidentalizada que exigia a abertura da política aos partidos capitalistas, culminaram na repressão de manifestantes da **"Praça da Paz Celestial"**, em 1989, pelas tropas militares, evento que deixou vários mortos, e que foi muito usado pelas potências ocidentais capitalistas em sua propaganda ideológica.

GUERRA DA COREIA (1950-53)

Com a rendição do Japão, em 1945, tropas soviéticas ocuparam o norte da península coreana e forças norte-americanas se estabeleceram no sul, com a divisa na altura dos 38 graus de latitude Norte. A ideia dos aliados era criar um governo único de caráter liberal para uma Coreia independente. As tropas soviéticas deixaram o **norte** em setembro de 1948. No mesmo mês, **Kim Il-sung**, veterano líder de uma guerrilha comunista que combatera os japoneses, proclamou no norte a **República Popular Democrática da Coreia**.

Em agosto do ano seguinte foi estabelecida no sul a República da Coreia, sob a liderança de nacionalistas de extrema direita. Os dois lados reivindicavam soberania sobre toda a península e o norte atacou o sul em junho de 1950. O Conselho de Segurança da ONU recomendou aos países-membros que ajudassem o sul e foi formada uma força de 15 países, sob o comando do general norte-americano Douglas MacArthur. Em outubro de 1950 a ofensiva liderada pelos EUA chegou à fronteira entre o norte da Coreia e a China. Os chineses entraram no conflito e um ano depois a situação se estabilizou próximo à linha anterior ao conflito. A morte de Stálin provocou um relativo relaxamento da tensão e o armistício foi assinado por meio do acordo de **Pan Munjon,** em 27 de julho de 1953. A paz nunca foi efetivada, entretanto. Morreram pelo menos 3,5 milhões de pessoas, entre elas 142 mil soldados norte-americanos.

REVOLUÇÃO CUBANA (1959)

O domínio dos EUA sobre Cuba se intensificou com o fim da II G.M. Empresas norte-americanas controlavam 75% das terras, 90% dos serviços e 40% da produção de açúcar. Essa situação era mantida pela ditadura de Fulgencio Batista, no poder desde 1934.

Em 1953, um grupo liderado por Fidel Castro e Camilo Cienfuengos tentou iniciar uma insurreição com apoio de setores do Exército. Fracassou no assalto ao quartel Moncada, em Santiago. Castro foi julgado e anistiado, exilando-se no México em 1954, onde fundou o Movimento 26 de Julho e organizou um destacamento guerrilheiro (ao qual se uniu o argentino Ernesto "Che" Guevara) que, a bordo do barco Granma, partiu com cerca de 80 homens do litoral mexicano para desembarcar na província de Oriente em dezembro de 1956. Recebidos a bala pelo exército ditatorial de Fulgêncio, em evento no qual pouco mais de 20 guerrilheiros conseguiram sair com vida, alcançaram a costa dispersos e sem armas. O objetivo da guerrilha comandada por Fidel Castro era alcançar Sierra Maestra e instalar uma base guerrilheira, de onde se poderia expandir a luta para todo o país. Em alguns anos, esses vinte guerrilheiros se tornariam centenas, milhares e derrotariam o exército do ditador Fulgêncio Batista, mesmo com o apoio dos EUA.

Ernesto "Che" Guevara e Fidel Castro,
os principais líderes da Revolução Cubana.

Iniciada em 1956, a partir do foco guerrilheiro de **Sierra Maestra**, a luta revolucionária conquistou apoio nas cidades e em outras regiões rurais. Seus objetivos declarados eram o fim do regime ditatorial e a justiça social. **Os guerrilheiros de Castro tomaram Havana em 1º de janeiro de 1959 e instauraram um governo revolucionário.** O novo governo decretou a reforma agrária, nacionalizou as empresas norte-americanas e promoveu o julgamento público de colaboradores do antigo regime ditatorial.

Com a unificação do Movimento 26 de Julho com o Partido Popular Progressista (comunista), em 1960, começou uma maior alinhamento com a URSS. A União Soviética e outros países da Europa Oriental ocuparam o lugar dos Estados Unidos como principais parceiros comerciais. O bloqueio econômico e as pressões norte-americanas estimularam o governo cubano a estatizar a economia, organizar Comitês de Defesa da Revolução e adotar oficialmente o socialismo. A partir de 1966, Cuba transformou-se em centro de apoio a revolucionários na América Latina e outras áreas do Terceiro Mundo. **Che Guevara**, um dos principais dirigentes da Revolução Cubana, comandou guerrilheiros no Congo e na Bolívia, onde foi morto em 1967.

Os EUA reagiram com hostilidade diante da nacionalização de empresas estadunidenses, da reforma agrária e do fuzilamento de antigos colaboradores. Em 1960, reduziram a quota de importação de açúcar cubano e, em 1961, decretaram o bloqueio comercial, romperam relações com Havana e patrocinaram o desembarque de mercenários anticastristas na **baía dos Porcos**. Em **1962**, com a descoberta da instalação de mísseis soviéticos em Cuba, os EUA ameaçaram com um ataque nuclear e abordaram navios soviéticos no Caribe para inspeção. A URSS recuou e decidiu retirar os mísseis, após os EUA retirarem a base de mísseis apontadas para a URSS, na Turquia. A **Crise dos Mísseis** foi o momento de maior probabilidade de um conflito nuclear na Guerra Fria.

GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975)

A Guerra do Vietnã foi o mais longo conflito militar que ocorreu depois da II Guerra Mundial. Estendeu-se essa guerra em dois períodos distintos. No primeiro deles, as forças nacionalistas vietnamitas, sob orientação do Viet-minh (a liga vietnamita), lutaram contra os colonialistas franceses, entre 1946 a 1954. No segundo, uma frente de nacionalistas e comunistas -- o Vietcong -- enfrentaram as tropas de intervenção norte-americanas, entre 1964 e 1975. Com um pequeno intervalo entre os finais dos anos 50 e início dos 60, a guerra durou quase 20 anos.

Em 1930, **Ho Chi-minh**, fundou o **Partido Comunista Indochinês** e seu sucessor, o **Viet-mihn (Liga da Independência do Vietnã)**, em 1941, para resistir à ocupação japonesa. Foi preso na China por atividade subversiva.

Lançou-se numa guerra de guerrilhas contra os japoneses, seguindo a estratégia de Mao Tsé-Tung de uma "guerra de longa duração". Finalmente, **em 2 de setembro de 1945, ocuparam Hanói (a capital do norte) e Ho Chi Minh proclamou a independência do Vietnã**. Mas os franceses não aceitaram. O **gen. Leclerc**, a mando do **gen. De Gaulle**, recebeu ordens de reconquistar todo o norte do país, nas mãos dos comunistas de Ho Chi Minh. Isso jogou a França na sua primeira guerra colonial, depois de 1945. Ela foi derrotada em 1954, na batalha de Diem Biem Phu, quando as forças do Viet-minh renderam os franceses.

Já ao **Sul**, assumia a administração em nome do imperador **Ngo Dinh Diem**, um líder católico que em pouco tempo tornou-se o ditador do Vietnã do Sul. Diem proclamou a independência do Sul e cancelou as eleições. Os **estadunidenses apoiaram Diem** porque sabiam que as eleições seriam vencidas pelos nacionalistas e pelos comunistas de Ho Chi Minh.

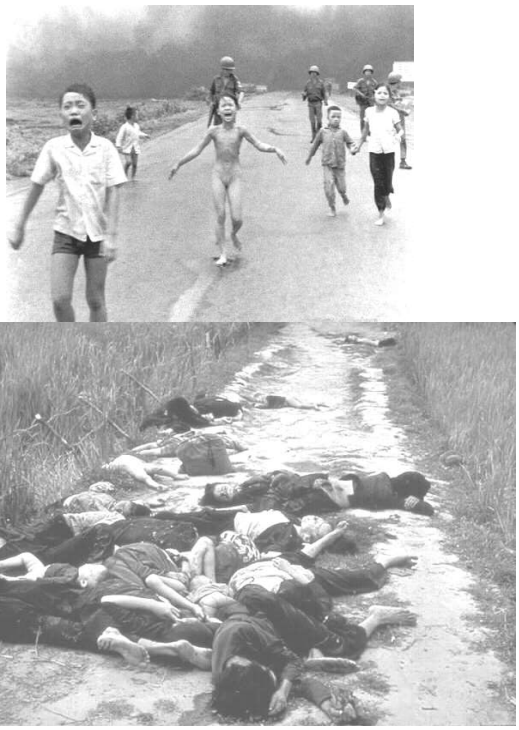
A partir de então Diem conquistou a colaboração aberta dos EUA, primeiro em armas e dinheiro e depois em instrutores militares. Diem reprimiu as seitas sul-vietnamitas, indispôs-se com os budistas e perseguiu violentamente os nacionalistas e comunistas, além de conviver com uma administração extremamente nepótica e acusada de corrupção. Em 1956, para solidificar ainda mais o projeto de contenção ao comunismo, especialmente contra a China, o secretário John Foster Dulles criou, em Manilla, a OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), para servir de suporte ao Vietnã do Sul.

Ho Chi-minh, líder nacionalista,
fundador do movimento pela libertação do Vietnã (Vietminh)

Com as perseguições desencadeadas pela ditadura Diem, comunistas e nacionalista formaram, em 1960, uma **Frente de Libertação Nacional (FLN)**, mais conhecida como **Vietcong**, e lançaram-se numa guerra de guerrilhas contra o governo sul-vietnamita. Em pouco tempo o ditador Diem mostrou-se incapaz de por si só vencer seus adversários. O presidente **Kennedy** enviou então os primeiros "conselheiros militares" que, depois de sua morte em 1963, seriam substituídos por combatentes. Seu sucessor, o presidente **L.Johnson** aumentou a escalada de guerra, depois do **incidente do Golfo de Tonquim**, em setembro de 1964. Neste ano, já havia cerca de 540 mil soldados norte-americanos do Vietnã. O incidente provou-se posteriormente ter sido forjado pelo Pentágono para justificar a intervenção. Um navio dos EUA teria sido atacado por lanchas vietnamitas em águas internacionais (na verdade era o mar territorial norte-vietnamita), quando patrulhava no Golfo de Tonquim.

Assim os norte-americanos consideraram esse episódio como um ato de guerra contra eles, fazendo com que o Congresso autorizasse o presidente a ampliar o envolvimento dos EUA na região. Em represália a um ataque a base de Pleiku e Qui Nhon, o presidente Johnson ordenou o bombardeio intenso no Vietnã do Norte. Mas as tentativas de separar o Vietcong das suas bases rurais fracassou, mesmo com a adoção das chamadas "aldeias estratégicas" que na verdade eram pequenas prisões onde os camponeses deveriam ficar confinados.

A participação crescente dos EUA na Guerra e a brutalidade e inutilidade dos bombardeios aéreos (inclusive com bombas napalm) fizeram com que surgisse um forte movimento contra a guerra no muno inteiro, mas principalmente nos EUA.



Para combater a guerrilha vietnamita, os soldados dos EUA massacraram a população em geral.
Cerca de 363 Toneladas de "napalm" foram jogados sobre os camponeses.

Em **30 de janeiro de 1968**, os vietcongs fizeram uma surpreendente ofensiva -- a **ofensiva do Ano Tet** (o ano lunar chinês) -- sobre 36 cidades sul-vietnamitas, ocupando inclusive a embaixada estadunidense em Saigon. Morreram 33 mil vietcongs nessa operação arriscada, pois expôs quase todos os quadros revolucionários, mas foi uma importante vitória política. O presidente Johnson foi obrigado a aceitar negociações, a serem realizadas em Paris, além de anunciar sua desistência de tentar a reeleição. Para a opinião pública dos EUA tratava-se agora de sair daquela guerra de qualquer maneira. O novo presidente eleito, **Richard Nixon**, assumiu o compromisso de "trazer nossos rapazes de volta", fazendo com que lentamente as tropas estadunidenses se desengajassem do conflito: em outras palavras, os EUA estavam derrotados pela primeira vez na história.

Desde 1963, quando os militares sul-vietnamitas, apoiados pelos norte-americanos, derrubaram e mataram o ditador Diem (àquela altura, extremamente impopular), os sul-vietnamitas não conseguiram mais preencher o vácuo de sua liderança. Uma série de outros militares assumiram a chefia do governo transitoriamente enquanto os combates mais e mais eram tarefa dos estadunidenses. Nixon passou a reverter isso, fazendo com que os sul-vietnamitas voltassem a ser encarregados das operações. Imaginou que fornecendo dinheiro e armas eles poderiam lutar sozinhos contra o vietcong. Transformou o presidente Van Thieu num simples títere desse projeto. Em 1970, Nixon ordenou o ataque à trilha Ho Chi Minh que passava pelo Laos e Camboja e que servia como estrada de abastecimento do vietcong. Estimulou também um golpe militar contra o neutralista príncipe N. Sianouk do **Camboja**, o que provocou uma guerra civil naquele país entre os militares direitistas e

os guerrilheiros do **Khmer Vermelho** (Khmer Rouge) liderados por **Pol Pot**.

Depois de imobilizarem militarmente as forças dos EUA em várias situações, levando-as a serem retiradas do conflito, os norte-vietnamitas de Giap, juntamente com os vietcongs, prepararam-se para a ofensiva final. Deixaram de lado a guerra de guerrilhas e passaram a concentrar suas forças para um ataque em massa. Desmoralizado, o exército sul-vietnamita começou a dissolver-se. Havia chegado a 600 mil soldados, mas reduziu-se apenas a um punhado de combatentes. O presidente Thieu embarcou para o exílio e os norte-americanos retiraram o resto do suas tropas e grupos de colaboradores nativos. Finalmente, **no dia 30 de abril, as tropas nortistas ocupam Saigon e a rebatizam como Ho Chi Minh, em homenagem ao líder falecido em 1969. A unificação nacional foi formalizada em 2 de julho de 1976 com o nome de República Socialista do Vietnã** , 31 anos depois de ter sido anunciada. Mais de um milhão de vietnamitas pereceram, frente a 47 mil mortos e 313 mil feridos do lado do império norte-americano; a um custo de US$ 200 bilhões.

MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO E CONTRACULTURA

A partir das décadas de 50 e 60, diversos movimentos de contestação aos valores estabelecidos ganham cada vez mais força ao longo do mundo todo. São movimentos, na sua maioria, de esquerda, porém não ligados à URSS.

O *Flower Power* contra a opressão militarista.

Hippies (algo como *malucos de estrada*)

É nesse momento em que surge o **movimento hippie**, que teve enorme influência nos costumes da geração dos anos 60, irradiando-se pelo mundo todo. Se a sociedade norte-americana era capaz de cometer tamanha atrocidade, atacando uma miserável sociedade camponesa no sudeste asiático, estava claro que seus valores deveriam ser questionados e rejeitados. Se o norte-americano médio cortava o cabelo rente como um militar, a contracultura estimulou o cabelo despenteado, comprido. Se aqueles andavam de terno e gravata, aboliram-na pelo brim e pela sandália. Repudiaram também a sociedade urbana e industrial, propondo o comunitarismo rural e a atividade artesanal, vivendo da fabricação de pequenas peças, de anéis e colares.

Se o tabaco, o álcool, a guerra e o ódio eram a marcas da sociedade tradicional, aderiram à maconha, aos ácidos lisérgicos, outras formas de alucinógenos e estimulantes, à defesa da paz e do amor entre seres humanos. Foram os grandes responsáveis pela disseminação do amor-livre e pela abolição do casamento convencional. Tal como aconteceria com outros movimentos de contestação e contracultura posteriormente, a música estava presente em todas as suas ações. É nesse cenário de combate à guerra e a todos os valores do capitalismo que se insere o **Festival de Woodstock**, realizado no estado de Nova York, em 1969. Passeatas e manifestações percorreram os EUA e atingiram o mundo inteiro. Milhares de jovens negaram-se, pela primeira vez na história do país, a servir ao exército, desertando ou fugindo para o exterior. Era um momento em que um mero "não cortar os pelos do corpo", "não aceitar a lógica da vida domesticada pelo trabalho assalariado" mais do que um significado estético, ganhava um profundo caráter político. Alguns hippies mais politizados chegaram a fundar o *Youth International Party* (YIP, Partido Internacional da Juventude), sendo chamados de "yippies".

Os hippies oscilavam entre fazer da festa uma atitude política ou fazer da política uma verdadeira festa, mas de maneira pouco comprometida e não-organizada.

Movimentos Feministas

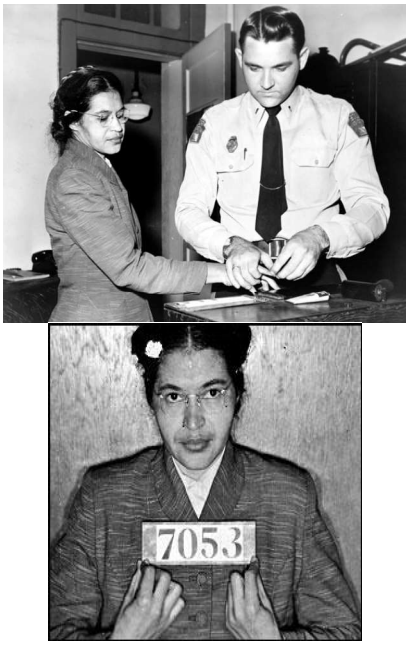
A postura contracultural dos *hippies* só era possível se fosse acompanhada de um movimento pela libertação feminina dos valores vigente na sociedade patriarcal. Dessa forma, ganhava cada vez mais força os **movimentos feministas** exigindo não apenas direitos iguais, mas também a liberdade da mulher perante o machismo e a misoginia da sociedade.

Questionando o patriarcalismo vigente na sociedade ocidental desde a Antiguidade, o feminismo ganhava cada vez mais força nos momentos revolucionários, como na Revolução Russa (1917) ou na Guerra Civil Espanhola (1936). No contexto das transformações culturais da década de 60, as ideias de libertação feminina passaram a se espalhar não apenas entre militantes de esquerda, mas por toda a sociedade.

Desde o século XIX, os movimentos exigindo não apenas a igualdade política, mas também a libertação feminina ganhavam cada vez mais força.

Assim como os hippies faziam, alguns atos eram marcados sobretudo pela sua simbologia, como as manifestações em que os sutiãs eram queimados em público, mulheres que não usavam saia e nem se maquiavam. Tais atitudes marcavam uma posição política de contestação, deixando claro que a hierarquização entre os sexos nada tinha de biológica, mas era sim uma construção cultural, tal qual afirmara a feminista comunista Simone Beauvoir. Ao questionar sobre as origens da desigualdade entre os sexos, questionava-se necessariamente as desigualdades nas relações sociais, econômicas e políticas, fazendo o feminismo um dos movimentos mais importantes do século XX.

Movimento Negro



Rosa Parks sendo presa e multada em US$ 14, em 1955, no Alabama, por se recusar a ceder seu lugar no ônibus a um branco. Sua ação foi o estopim de uma série de revoltas contra o racismo e a segregação.

O Movimento pela conquista de direitos civis da população negra (também chamado de **Movimento Black Power**) atuou de maneira cada vez mais intensa em diversos países do mundo. Apesar de abolida a escravidão no século XIX, os negros não foram inseridos na sociedade. Mais que isso, foram colocados à margem dela para viverem pobres, sujeitos às políticas racistas, oprimidos por ideias degeneradas que afirmavam a desigualdade entre as raças (ou etnias).

Acima: os Black Panthers optando pela luta armada no combate ao racismo. Abaixo: Martin Luther King Jr. (assassinado em 1968) e Malcolm X (assassinado em 1965) unindo forças. Ao lado, nas Olimpíadas da Cidade do México, em 1968, os velocistas norte-americanos Tommie Smith (ao centro) e John Carlos, com luvas negras, fazem a saudação dos Black Panthers. Nos mesmos Jogos Olímpicos, a ginasta tcheca Vera Caslavska criticava a ocupação soviética sobre a Tchecoslováquia.

Desprovidos de direitos políticos, também não possuíam direitos civis: não podiam se sentar no mesmo banco que os brancos, não podiam beber água no mesmo local, dentro de um ônibus deveriam sempre dar lugar aos brancos, não podiam frequentar universidades, etc. Além de humilhados com tais políticas de segregação racial, os negros ainda eram constantemente violentados por policiais e organizações racistas como a Ku-Klux-Klan (KKK) baseadas nos valores da WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*). Tais grupos baseiam suas ações na destruição sistemática de tudo o que não for branco, norte-americano e cristão. Suas ações sempre consistiram em caçar negros, linchando-os, incendiando suas casas, apoiando políticos conservadores.

Nos EUA, seguindo as ideias tanto de **Malcolm X** quanto de **Martin Luther King**, a população negra passou a lutar através de grandes manifestações e tumultos urbanos pela garantia de **Direitos Civis** iguais aos dos brancos. Destaca-se a atuação do grupo político armado de esquerda **Black Panthers (Panteras Negras)**, lutando pelos direitos dos negros e combatendo grupos racistas. Após conflitos mais intensos, em 1964 foi estabelecida a Lei dos Direitos Civis, proibindo a discriminação em eleições, instalações, alojamentos públicos e escolas públicas, criminalizando a segregação racial no EUA.

A primavera de Praga

A esquerda ocidental, em parte fomentada ingenuamente pela propaganda das potências capitalistas, mobilizava-se também no sentido de romper com o stalinismo e a hegemonia do pensamento soviético. Um dos momentos mais intensos dessa ruptura das esquerdas com o stalinismo ocorreu na Tchecoslováquia, nas manifestações socialistas anti-soviéticas que foram denominadas **Primavera de Praga**.

Na cidade de Praga, em abril de 1968, o Partido Comunista Tcheco começou a promover profundas reformas nas estruturas políticas, sociais e econômicas do país, articuladas por Alexander Dubcek, Secretário Geral do PC local. Tais reformas diziam pretender "desestalinizar" o país, visando uma abertura política que promoveria: fim do regime do partido único, com abertura a partidos reformistas; liberdade para atuação privada de imprensa; maior tolerância religiosa.

Discretamente, as potências ocidentais capitalistas apoiaram tal movimento, que era de seu interesse, e em certa medida o manipularam.

A mobilização popular pela execução dessas reformas foi a Primavera de Praga. Para Dubcek, o objetivo central era aplicar um regime onde a economia coletivizada sob o poder do Estado pudesse conviver com liberdades democráticas.

Preocupada com a influência de tais acontecimentos ao longo de todo o Leste europeu, a URSS, amparada pelo Pacto de Varsóvia, enviou tanques para a ocupação da capital Praga. Em 20 de agosto de 1968 tiveram início os violentos conflitos com os tchecos. Os principais líderes do PC tcheco foram presos e levados a Moscou.

Milhares de pessoas foram presas, deportadas e exiladas. Centenas morreram nos conflitos.

Sob mão forte, a URSS deixava claro que o único modelo de socialismo possível, naquele momento, nas suas esferas de influência, era o soviético, sob o seu controle.

Tanque soviético incendiado por manifestantes da Primavera de Praga.

A radicalização da juventude

Contribuindo com todo esse cenário, os jovens também organizam movimentos revolucionários de esquerda, sem aderir ao modelo soviético. Com mais de 20 anos de Guerra Fria, a nova geração não via por que aceitar um mundo marcado pela disputa entre duas potências pelo controle do mundo, manipulando mentes em todos os continentes. Tanto o Capitalismo quanto o Socialismo soviético eram rejeitados. Era comum pichações e panfletos com frases como: "Nem Deus, nem mestre! Nem Pátria, nem Patrão", "O que queremos, de fato, é que as ideias voltem a ser perigosas", "Todo poder à imaginação", "Sejamos realistas, peçamos o impossível", "É proibido proibir", "Não confie em ninguém com mais de 30 anos", dentre tantas outras típicas do período.

Uma dessas primeiras manifestações dos jovens, dando força ao que passou a ser chamado de contracultura, se deu em Amsterdã, Holanda, onde surge o movimento dos **Provos** (abreviação de "provocador"). Mais do que propor novas ideologias, jovens de inspiração libertária apresentavam um novo estilo de vida anti-autoritário e em harmonia com o meio ambiente.

Na escolha entre "uma resistência desesperada e uma extinção submissa", reuniam-se para realizar ações contra a sociedade consumista, por meio de campanhas anti-publicidade, anti-automóveis. Entre tantas outras ações, bicicletas brancas sem donos eram espalhadas pela cidade para que ficassem à disposição de quem precisasse usar, unindo subversão, humor e política. Diferentemente dos hippies, não se isolavam da sociedade para transformá-la, mas permaneciam nela tentando promover um curto-circuito.

Cartazes das manifestações estudantis de 1968 em Paris. Acima: à esquerda, "Menores de 21 anos, eis sua cédula de voto", à direita, "Voltando ao normal". Abaixo: à esquerda, "Sim às fábricas ocupadas", à direita "Nós somos o poder".

Ao mesmo tempo, acostumados a ler sobre as revoluções na História, estudantes contribuem com a efervescência revolucionária da década de 60 e promovem revoltas das maiores proporções em várias partes do mundo. O filósofo marxista Herbert Marcuse chegou a afirmar que a revolução seria feita doravante pelos estudantes e outros grupos não assimilados pela sociedade de consumo conservadora. Não apenas o Capitalismo era um inimigo como também o Socialismo Soviético. Isso se dava, entre outros fatores, pois, durante o **XX Congresso dos Partidos Comunistas da União Soviética (PCUS)**, em **1956**, **Nikita Kruschev**, opositor de Stálin, fez denúncia em que acusava o stalinismo de ter cometido crimes, iniciando o processo da "desestalinização" da URSS.

Com a divulgação de certos crimes efetivos, contudo, abre-se espaço para a ampliação propagandística de diversos outros pretensos crimes, utilizados pela máquina de propaganda capitalista contra a URSS, o que fez com que os soviéticos perdessem apoio em círculos de esquerda.

No fim dos anos 1960, deu-se também o agravamento da crise estrutural do capitalismo (cujo sintoma é especialmente o desemprego crônico, gerado pela automação industrial). Governos capitalistas (sobretudo ricos) retiram então benefícios sociais (Estado do bem-estar social), antes usados para conter o avanço ideológico socialista. Com isso, cresce a insatisfação popular e emergem movimentos rebeldes em diversas partes do mundo.

Uma das mais turbulentas agitações foi o **Maio de 68** parisiense. Estudantes entraram em greve exigindo melhorias nas condições de ensino, reformas nos conteúdos lecionados e na própria estrutura universitária. Assim, o descontentamento com o currículo escolar e as rígidas normas conservadoras universitárias fez com que a própria situação francesa fosse questionada. O governo o General Charles de Gaulle (no poder desde 1958) provocava um crescente desemprego e pobreza. Ao mesmo tempo, mobilizava recursos para reprimir o movimento de independência da Argélia (então colônia da França).

As universidades de Nanterre e a Sorbonne estavam nos centros das mobilizações. Os confrontos com os policiais eram constantes. Somente em 6 de maio, mais de 13 mil estudantes promoveram uma verdadeira guerra contra a polícia de Paris. Os trabalhadores aderem às mobilizações estudantis e não apenas entram em greve como também começam a ocupar as fábricas e mantê-las sob seu próprio controle. No total, as ações estudantis e operárias mobilizaram mais de 10 milhões de pessoas.

A repressão é intensa. De Gaulle cria um quartel general militar para tratar apenas das insurreições e dissolve a Assembleia Nacional. Mais de 1.500 são feridos gravemente. De Gaulle consegue se sustentar no poder até abril de 1969.

Revoltas em maio de 1968, Paris.

O clima das revoltas se alastrou. Alemanha, Itália e outros países da Europa passam por situação semelhante. Na América Latina, Argentina e Chile também assistem a radicalização dos estudantes. No Brasil, ao longo do ano de 1968 as mobilizações estudantis ficam mais extremas, inclusive com confrontos entre estudantes de esquerda e de direita, como o episódio na Rua Maria Antonia, em São Paulo, ocorrido em outubro, onde Estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (atual FFLCH, da USP) entram em confronto com os estudantes fascistas do Mackenzie, aliados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC). No Rio de Janeiro, em março, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi assassinado pelos militares.

No México, no mês dos Jogos Olímpicos na Cidade do México, os estudantes realizavam ações contra as precárias condições de vida no país. Em 2 de outubro, quando de uma enorme assembleia estudantil na Praça das Três Culturas (Praça Tlateloco), com milhares de pessoas, os militares cercam a praça com soldados, tanques, helicópteros e começam a disparar contra a população. Mais de 500 pessoas morreram no episódio

Com medo da disseminação generalizada das ideologias socialistas ao longo de toda a América Latina, os EUA financiaram e apoiaram militarmente **Ditaduras Militares** ao longo de todo o continente, como forma de conter as

ideologias de esquerda. A instalação, em Washington, na década de 50, do Colégio Interamericano de Defesa, destinado a coordenar as atividades das Forças Armadas continentais, e a criação, em 1961, na Zona do Canal do Panamá, da Escola do Exército Estadunidense para as Américas pôs em prática a política anticomunista. Em dez anos, a Escola das Américas, verdadeiro centro formador de quadros para as ditaduras, diplomou 33.147 oficiais latino-americanos.

A política dos EUA, de Eisenhower a Nixon, favoreceu a permanência no poder de ditadores como o dominicano Leónidas Trujillo, o nicaraguense Anastasio Somoza, o haitiano François Duvalier e o paraguaio Alfredo Stroessner; além de apoiar golpes militares em Argentina, Chile, Uruguai e Brasil.

A DERROTA DA URSS E O FIM DA GUERRA FRIA

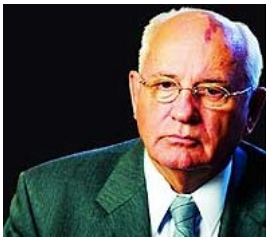
Desde a década de 70, a URSS, sobretudo devido aos gastos com a corrida bélica, bem como à própria crise capitalista (que afetava o comércio mundial a que estava ligada), vinha atravessando uma profunda crise econômica, explicitando a urgência de mudanças no regime soviético. Não havia mais possibilidade de manter apoios ou controle de territórios em várias partes do mundo.

Impossibilitados de continuarem a competir com os EUA na disputa armamentista, a URSS começou a ser derrotada econômica e militarmente (em potência de guerra). Sabedor de tal situação, o presidente Ronald Reagan, dos EUA, inicia o programa de disputa armamentista chamado de "Guerra nas Estrelas", já na década de 80.

Em março de 1985, **Mikhail Gorbatchov** foi eleito secretário-geral do partido, após a morte de Konstantin Tchernenko, que substituíra Andropov. Em 1986, desencadeou a **glasnost** e a **perestroika (série de contrarreformas)**, que, como ele próprio reconheceu depois, definiam o que devia ser destruído e mudado, mas não o que devia ser construído no lugar das estruturas antigas. Isso desencadeou movimentos que Gorbatchov não conseguiu controlar, conduzindo uma grave crise econômica, social e política, à sua própria queda, em 1991, e à desintegração da União Soviética.

Seus entendimentos com os Estados Unidos e a Europa Ocidental para o desarmamento e a eliminação dos governos socialistas na Europa oriental lhe granjearam grande prestígio internacional, particularmente no Ocidente.

A **perestroika**, ou "**abertura econômica"**, foi iniciada em 1986, logo após a instalação do governo Gorbatchov. Consistia num projeto ambicioso de reintrodução dos mecanismos de mercado, renovação do direito à propriedade privada em diferentes setores para rápida retomada do crescimento. A perestroika visava liquidar os monopólios estatais, descentralizar as decisões empresariais e criar setores industriais, comerciais e de serviços em mãos de proprietários privados nacionais e estrangeiros. O Estado continuava como principal proprietário, mas era permitida a propriedade privada em setores secundários da produção de bens de consumo, comércio varejista e serviços não-essenciais. Na agricultura passava a ser permitido o arrendamento de terras estatais e cooperativas por grupos familiares e indivíduos. A retomada do crescimento foi projetada por meio da conversão de indústrias militares em civis, voltadas para a produção de bens de consumo, e de investimentos estrangeiros.



Gorbatchov, traidor da Revolução Soviética que promoveu a "abertura" capitalista.

A **glasnost**, ou **transparência política**, desencadeada paralelamente ao anúncio da perestroika, foi considerada essencial para mudar a mentalidade social, liquidar a burocracia e criar uma vontade política nacional de realizar as reformas. Abrangia o fim da perseguição aos dissidentes políticos, marcada simbolicamente pelo retorno do exílio do físico Andrei Sakharov, em 1986, e incluia campanhas contra a corrupção e a ineficiência administrativa, realizadas com a intervenção ativa dos meios de comunicação e a crescente participação da população. Avança ainda na liberalização cultural, com a liberação de obras de proselitismo capitalista proibidas, a permissão para a publicação de uma nova safra de obras literárias críticas pró-ocidentais e a liberdade de privatização da imprensa, caracterizada pelo número crescente de jornais e programas de rádio e tevê corporativos que se centravam em críticas ao governo.

A descompressão política, que permitiu a expressão do descontentamento numa escala inédita desde a Revolução de 1917, combinada com o impasse na condução das reformas econômicas, mergulhou a União Soviética numa crise no final dos anos 80. A produção se desorganizou devido à ausência de uma estratégia definida de reestruturação econômica. O único ponto claro da perestroika era a liquidação do antigo sistema de planejamento centralizado. A estruturação de um novo sistema era obscura. Organizaram-se **máfias**, constituídas por **antigos dirigentes de empresas e ministérios**, que se apropriaram do patrimônio público e acumularam fortunas no novo capitalismo instaurado.

O Partido Comunista se dividiu em facções. A União se desagregou, como resultado da pressão de movimentos nacionalistas e autonomistas nas diversas repúblicas.

Na **Alemanha**, em **1989**, aconteceu a **Queda do Muro de Berlim**, unificando as Alemanhas. Foi o desmoronamento do maior símbolo da Guerra Fria.

Na URSS, um plebiscito, em 1990, aprovou a continuidade da União, mas conflitos étnicos agravaram o

processo desagregador. O governo central perdeu poder sobre as repúblicas.

Em **19 de agosto de 1991**, Gorbatchov enfrentou um contragolpe de Estado, por parte de civis e militares que pretenderam manter o socialismo soviético e revogar boa parte das reformas liberalizantes. Mas sua reação ao contragolpe contou com o apoio da maioria das Forças Armadas, assim como do Ocidente.

Em Moscou, um golpe liberal foi dirigido por **Boris Yeltsin** (presidente da Rússia), Ruslan Khasbulatov (presidente do Parlamento da União) e pelo general Alexander Rutskoi, tendo como centro a defesa do Parlamento (Casa Branca).

Como consequência de sua assistência ao golpe de Gorbatchov, e com o enfraquecimento da posição política deste, **Yeltsin assuiue o poder de fato, proibindo o funcionamento do Partido Comunista na Rússia.** O poder crescente de Yeltsin forçou a renúncia de Gorbatchov, em **dezembro de 1991**. As repúblicas declararam independência sucessivamente: a Lituânia, a Estônia e a Letônia em 22 de agosto, seguidas pela Ucrânia (24/8), Bielorrússia (25/8), Geórgia e Moldávia (27/8), Azerbaidjão, Quirguízia e Uzbesquistão (30/8), Tadjiquistão (9/9) e Armênia (22/9). **Em 9 de dezembro de 1991, Rússia, Ucrânia e Bielorrússia formaram uma expressiva e depois esfacelada Comunidade de Estados Independentes (**CEI -- inicialmente Cazaquistão, Uzbesquistão, Turcomênia, Quirguizia e Tadjiquistão**), dando por revogada a existência da URSS.** A Rússia estava enfraquecida.

EXERCÍCIOS

01) (FUVEST) - Segunda Guerra Mundial fez emergir interesses e aspirações conflitantes que culminaram em relevantes mudanças nos quinze anos posteriores (1945-1960). Entre esses novos acontecimentos, é possível citar:

a) o início dos movimentos pela libertação colonial na África e a divisão do mundo em dois blocos.

b) a balcanização do sudeste da Europa e o recrudescimento das ditaduras na América Latina.

c) a criação do Mercosul e a expansão dos comunistas no Oriente Médio.

d) os conflitos entre palestinos e judeus e o desaparecimento da URSS.

e) o desmantelamento da União Soviética e a dominação econômica dos Estados Unidos.

02) (UFF) – "A Revolução Cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes com a desprendida generosidade de sua juventude -- os mais velhos mal tinham passado dos 30 --, um povo exultante, num paraíso turístico tropical, pulsando com os ritmos da rumba" (HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. SP, Cia das Letras, 1995, p. 427). O resultado da Revolução Cubana foi a organização de um estado comunista na América Latina, desafiando a política de domínio norte-americana. Essa nova realidade determinou o estabelecimento de relações entre Cuba e os demais países latino-americanos que tomaram caminhos e perfis diferenciados. A partir das relações entre Cuba e outros países latino-americanos analise as afirmativas:

I. " O Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba em 1986, estabelecendo-se um ponto de partida para vários acordos comerciais e culturais entre os dois países.

II. O Movimento Sendero Luminoso, em El Salvador, sofreu influências profundas da Revolução Cubana.

III. Influenciada pela experiência cubana, a guerrilha paraguaia da década de 70 foi liderada por Alfredo Stroessner.

IV. A experiência socialista de Allende, no Chile, na década de 50, influenciou positivamente a Revolução Cubana.

V. A Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua, inspirou-se, em parte, na experiência cubana.

As afirmativas que estão corretas são as indicadas por:

a) I III e IV
b) I e V
c) II, IV e V
d) II e IV
e) III e V

03) (FUVEST) - Ao contrário da década de noventa (marcada pelo refluxo das ideologias socialistas, pela hegemonia da ideologia conservadora neoliberal e do poder norte-americano), as décadas de trinta e de sessenta foram marcadas por polarizações e pela ativa simpatia internacional de progressistas e esquerdistas, em favor dos:

a) judeus, na Segunda Guerra Mundial, e comunistas, na Guerra da Coreia.

b) armênios, na Primeira Guerra Mundial, e maoístas, na Revolução Chinesa.

c) republicanos, na Guerra Civil Espanhola, e vietcongues, na Guerra do Vietnã.

d) socialistas, na República de Weimar, e guerrilheiros, na Revolução Cubana.

e) bolcheviques, na Revolução Russa, e partisans, na Segunda Guerra Mundial.

04) (PUC) - As lutas por direitos civis nos Estados Unidos na década de 60 (século XX) tiveram, entre suas características centrais, a:
a) ausência de mulheres e a manutenção do caráter patriarcal da sociedade norte-americana.
b) defesa dos interesses das grandes corporações industriais e o questionamento da legislação trabalhista.
c) união entre os movimentos ambientalista e gay e a escolha do arco-íris como símbolo comum desses dois grupos.
d) proposta de saídas pacíficas para os conflitos internos norte-americanos e a insistência numa política internacional belicosa.
e) mobilização dos negros norte-americanos pela busca da ampliação de seus direitos e pelo fim das leis raciais segregacionistas.

05) Caracterize resumidamente em que consistiu a Revolução Cultural chinesa

06) (UNICAMP) - *"Um dos exemplos do estado de pânico total que dominou a sociedade norte-americana naqueles anos iniciais da década foi a *cruzada anticomunista* que levou o nome de Macarthismo por causa do senador Joseph MacCarthy."* (Dea Fenelon, A GUERRA FRIA,1983)
Explique o que foi o Macarthismo e as suas relações com a Guerra Fria.

07) (FUVEST) – Apresente dois problemas enfrentados pelos novos países independentes da África Negra gerados no processo de colonização.

08) (Fuvest-SP) *Guerra improvável, paz impossível.* Em que esta frase de Raymond Aron ilustra as relaçõesnorte-americano-soviéticas de 1945 a 1989?

09) (Unicamp-SP adaptado) *Um dos exemplos do estado de pânico total que dominou a sociedade norte-americaana naqueles anos iniciais da década foi a "cruzada anticomunista" que levou o nome de macarthismo por causa do senador Joseph MacCarthy.* (Déa Fenelon. A Guerra Fria. 1983.)
Exatamente, qual era o grande pânico que estava sendo transmitido a população e qual seu principal meio?

10. (Unifesp-SP) *Uma das ironias deste estranho século XX é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro de 1917, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz ...*
(Eric J. Hobsbawm, A era dos extremos, 1995.)
De acordo com a argumentação do autor, a União Soviética salvou o capitalismo graças à:
a) vitória militar na Segunda Guerra Mundial e ao planejamento econômico para substituir a economia de mercado.
b) neutralidade na Primeira Guerra Mundial e à utilização da economia de mercado para fomentar a industrialização.
c) aliança com a Alemanha nazista, em 1939, e ao colapso dos planos quinquenais para desenvolver a economia.
d) derrota na Guerra Fria, entre 1945-1962, e ao fracasso na tentativa de fomentar a industrialização da Europa oriental.
e) retirada dos mísseis de Cuba, em 1962, e ao sucesso na ajuda à implementação da economia socialista na China.

11. (PUCC-SP) Texto I
... inspirado por razões humanitárias e pela vontade de defender uma certa concepção de vida ameaçada pelo comunismo, constitui também o meio mais eficaz de alargar e consolidar a influência norte-americana no mundo, um dos maiores instrumentos de sua expansão (...) tem por consequência imediata consolidar os dois blocos e aprofundar o abismo que separava o mundo comunista e o Ocidente ...
Texto II
... as partes estão de acordo em que um ataque armado contra uma ou mais delas na Europa ou na América do Norte deve ser considerado uma agressão contra todas e, consequentemente, concordam que, se tal agressão ocorrer, cada uma delas auxiliará a parte ou as partes assim agredidas ...
Os textos identificam, respectivamente:
a) a Doutrina Monroe e a Organização das Nações Unidas (ONU).
b) o Plano Marshall e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan);
c) o Pacto de Varsóvia e a Comunidade Econômica Europeia (CEE).
d) o Pacto do Rio de Janeiro e o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon).
e) a Conferência do Cairo e a Organização dos Estados Americanos.

12. (UFSC - adaptado) Sobre as várias fases do conflito árabe-israelense, no Oriente Médio, é incorreto afirmar que:
a) A criação do Estado de Israel deu-se após a Segunda Guerra Mundial, em território da Palestina.
b) O não-reconhecimento do novo Estado pela Liga Árabe provocou choque entre os judeus e a população árabe-palestina.
c) O conflito árabe-israelense agravou-se com a criação da OLP - Organização para a Libertação da Palestina.
d) A assinatura, em 1993, de um acordo de paz entre o líder palestino e o primeiro-ministro israelense deu início a uma possível paz no Oriente Médio.
e) o apoio incondicional da URSS foi fundamental para a manutenção dos interesses de Israel na ocupação dos territórios legalmente palestinos.

13. (Fuvest·SP) Na cronologia indicada abaixo é possível identificar uma tendência política na América Latina no início da década de 1960.
1961: EI Salvador. Golpe militar depõe o Cel. Yanes Urias por ter legalizado o PC.
28/3/1962: Argentina. O presidente Arturo Frondizi (eleito em 1958) é deposto por uma junta militar "porque permitiu o reflorescimento do peronismo".
Junho de 7 962: Peru. Descontentes com o resultado das eleições presidenciais, os militares dão um golpe e elegem o Gen. Ricardo Pérez Godoy.
11/03/7963: Equador. Uma junta militar depõe Carlos Arosemena (eleito em 1961) por ter proferido um discurso contra os Estados Unidos e por "simpatizar com os comunistas".
03/10/1963: Honduras. Militares depõem o presidente Ramón Villeda Morales, que chegara ao poder em 1957, também por meio de um golpe militar.
a) Que tendência política era aquela?
b) Qual a participação norte-americana nesse processo?

14. (Fuvest-SP) O Japão, derrotado na Segunda Guerra Mundial, apresentou a partir de 1950 acelerado crescimento econômico.
Explique:
a)Os motivos desse acelerado crescimento.
b) Os efeitos desse processo para a economia norte-americana.

15. (Fatec-SP) O Macarthismo na década de 1950 nos Estados Unidos foi um movimento que visava:
a) conceder igualdade de oportunidade às minorias negras norte-americanas.
b) afastar de cargos públicos e de posições importantes na economia e na sociedade elementos que pudessem ter simpatias pelo regime soviético.
c) levar à presidência da República o general Douglas MacArthur, o comandante-em-chefe das forças aliadas no Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial.
d) impedir a integração racial nos Estados do sul dos Estados Unidos durante a presidência do General Eisenhower.
e) conter o expansionismo soviético através de uma delimitação clara das zonas de influência norte-americanas.

16. (Fumec-MG/adap.) O Oriente Médio, considerado uma região tensa, tem sido palco de guerras e disputas entre diversos grupos e interesses. Uma das causas deste clima de tensão foi:
a) a instalação do Estado de Israel na região, em 1948.
b) a desnacionalização do Canal de Suez pelo Egito, em 1956.
c) a criação da OLP, que congregou israelitas e judeus de todo o mundo.
d) a Revolução Islâmica, no Irã, que liquidou com o poder dos muçulmanos xiitas.
e) a ação militar dos palestinos contra os árabes muçulmanos da região.

17. (Faap-SP) O Plano Marshall consistiu num projeto de reconstrução da Europa apresentado pelo General George Marshall, em junho de 1947. Certamente a sua causa não é:
a) o interesse que os Estados Unidos tinham em fortalecer a ordem capitalista na Europa Ocidental e, assim, impedir a expansão do socialismo no continente.
b) a necessidade que a Europa tinha de reunir recursos para enfrentar o seu principal credor, os EUA, que lhe forneceram de alimentos a materiais bélicos durante a II Guerra Mundial.
c) a necessidade de se reconstruírem as cidades e de recuperarem a indústria e a agropecuária europeias, devastadas durante a II Grande Guerra.
d) o temor trazido pela criação do Mercado Comum Europeu (MCE).
e) o deslocamento do controle monopolista do capitalismo no século XX da Europa para os EUA e sua crescente influência sobre os países europeus, enfraquecidos pelo declínio de seu poderio econômico e pelo processo de descolonização.

18. (UFU-MG) Assim Gandhi se dirigia aos indianos:
A primeira coisa, portanto, é dizer-vos a vós mesmos: Não aceitarei o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com a minha consciência. (VIEIRA, Evaldo. O que é desobediência civil. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.)
a) Qual o principal fundamento da teoria da desobediência civil defendida por Gandhi?
b) Qual a importância do movimento de desobediência civil para a independência da Índia?

19. (Fuvest-SP) Em outubro de 1949, Mao Tsé Tung, derrotando os nacionalistas, proclamou a República Popular da China. Mostre a importância desse fato no interior do chamado campo socialista.

A GLOBALIZAÇÃO OU NOVA ORDEM MUNDIAL (CAPITALISTA).

O fim da Guerra Fria significou para o mundo *o encerramento da disputa leste e oeste ou capitalismo x comunismo.* A ameaça de uma guerra nuclear estava temporariamente afastada. Os ideólogos capitalistas chegaram a prever que a História havia chegado ao fim: haveria somente a reprodução de novas formas de capitalismo sem conflito. O mundo entrava em uma Nova Ordem marcada *pela hegemonia do Capitalismo e pelos conflitos decorrentes das diversas formas de oposição a ele*.

Cartaz publicitário do Macdonald's de Moscou, Rússia, capital da antiga URSS.

A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E O NEOLIBERALISMO.

A partir da década de 60, temos o impulso da chamada Terceira Revolução Industrial, marcada pela química fina, biotecnologia e principalmente a *informática e suas aplicações no processo produtivo industrial e nas telecomunicações*.

O desenvolvimento dessas novas tecnologias, logo vistas como vitais para o capitalismo, levou ao *processo de concentração de capital devido a necessidades de investimentos em larga escala.* Tanto investimento somente faz sentido se houver mercados consumidores disponíveis. Houve então o início de gigantescas pressões sobre países em desenvolvimento para que abrissem seus mercados e baixassem suas taxas alfandegárias aos produtos importados. Era o início do *fim do protecionismo que havia marcado as políticas desenvolvimentistas. Era o processo da mundialização do capitalismo, também conhecido como globalização da economia ou neoliberalismo.*

A necessidade de grandes mercados consumidores, que restrinjam ou simplesmente acabassem com taxas alfandegárias levou a criação dos *blocos econômicos.* A primeira foi a *União Europeia – UE – (1992)*, criada como Comunidade Econômica Europeia em 1957. Em 1957 previa-se o fim de algumas barreiras econômicas entre poucos países. A partir de 1992 passa a ser utilizada uma moeda comum a quase todos os países membros, com abertura total das fronteiras, não apenas para mercadorias mas para o ir e vir dos cidadãos. Existe um governo comum e rotativo entre todos os membros e o projeto de uma Constituição comum. Sob a liderança dos EUA em 1994 foi criado o NAFTA (North American Free Trade Agreement) Acordo Norte-americano de Livre Comércio, entre México, EUA e Canadá. Com pretensões bem mais modestas que as da UE, visando somente o livre comércio – produtos dos EUA entrando livremente no México sim, mexicanos entrando livremente nos EUA, não. No Leste da Ásia, o Bloco do Pacífico procura criar uma área de livre comércio similar ao NAFTA, mas ainda se encontra em negociação. Na América do Sul, o *Mercosul* possui área de livre comércio desde 1991.

A globalização apresenta dois movimentos contraditórios. Um deles é a formação de alianças ou blocos econômicos regionais, como os vistos acima. Por outro lado existe um fórum internacional, a *OMC – Organização Mundial do Comércio* – que procura estimular a abertura comercial e a livre concorrência em escala global.

O presidente dos EUA, Ronald Regan e a primeira-ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher: primeiros líderes a aplicarem as violentas políticas neoliberais.

Esse mundo contraditório, onde empresas gigantes procuram preservar seu mercado regional, enquanto estimulam e pressionam pelo fim das barreiras em outras partes do mundo, é marcado pelos *interesses privados*. O crescimento do interesse privado a partir da Terceira Revolução Industrial levou a uma série de críticas ao intervencionismo estatal vigente desde a Crise de 29. A partir da década de 30 até o final da década de 60, o liberalismo econômico estava em declínio. Esse liberalismo, aparentemente morto, ressurge com as críticas de empresários, políticos e intelectuais conservadores ao intervencionismo estatal. Com eles surge o *neoliberalismo,* que teve como principais ideólogos o economista *Friedrich von Hayek* – Nobel de Economia em 74 – e *Milton Friedman* – ganhador em 76.

Von Hayek, pai do neoliberalismo.

As principais exigências neoliberais no campo político e econômico (exigidas para os países periféricos, frágeis, mas jamais implementadas nas própria potências capitalistas que os fomentavam, potências cujos estados fortes sempre foram indiscutíveis até mesmo para manter seu poder) foram:

I – *Estado mínimo* – o Estado deveria reduzir seu tamanho, o que levaria a uma diminuição de impostos e ao incremento da atividade econômica: empresários pagam menos impostos e têm mais capital para investir no negócio.

II – *Fim da ação estatal* – a economia é baseada nas leis de oferta e procura, determinadas pelo livre interesse dos indivíduos. Logo a economia, a sociedade, as crianças e velhos, nada precisa de intervenção estatal para se auto regular e funcionar de forma dinâmica: o Estado interventor atrapalha. Esse tipo de argumento é essencial para a retirada de taxas alfandegárias (necessárias para a defesa de indústrias médias e pequenas em países em desenvolvimento), e para a supressão de auxílios sociais em geral, como o auxílio à produção de agricultores.

III – *Privatizações* – direta consequência da anterior, se o Estado não pode intervir na economia, não tem competência para manter empresas estatais. As estatais, reguladas, tomam o mercado dos verdadeiros agentes econômicos que são os indivíduos – ou seja, grandes empresários que gerem negócios caoticamente, produzindo o que dá lucro, não o que serve à humanidade.

IV – *Fim do Estado do Bem Estar Social*. Os impostos utilizados para criar redes de proteção social contra a miséria, a doença, a ignorância, devem ser aplicados nos setores dinâmicos da economia. Desta forma a economia produziria empregos e o Estado não precisaria mais pagar seguro-desemprego, por exemplo. Isso também vale para a saúde pública e educação pública.

As consequências sociais de tais ideias são devastadoras. Em países pobres, onde *a ação do Estado se faz necessária para minimizar os efeitos da pobreza, o encolhimento do Estado gerou uma pauperização das condições de vida* das camadas mais baixas em escala jamais vista na história de toda a humanidade.

Adolescentes rebelados na Febem em São Paulo: infância e adolescência abandonadas.

A DETERIORAÇÃO DO QUADRO SOCIAL.

O receituário neoliberal que possibilitou o aprofundamento das transformações vindas das novas tecnologias, da circulação internacional crescente de capitais e de grandes negócios em escala global também ficou conhecido como *Consenso de Washington.* O termo foi criado pelo funcionário do FMI John Williamson, no ano de 1989, em um contexto em que os EUA pressionavam as nações devedoras para abrirem suas barreiras alfandegárias aos produtos e capitais estrangeiros em troca da renegociação da dívida externa. O novo modelo de pensamento político econômico pode assim pressionar e ganhar governos enquanto era alardeado pela mídia como a solução para todos os males da economia. O avanço da economia capitalista foi enorme, evidentemente com a maior parte dos ganhos nas economias dominantes da ordem capitalista.

Onde estão os problemas do modelo? Já vimos acima que a diminuição do tamanho do Estado e as restrições ao Estado do Bem-Estar Social somente podia gerar o agravamento das condições de vida das classes baixas em países pobres e mesmo nos ricos. Além da ausência do Estado, *a economia criada pelo avanço tecnológico substituiu em larga escala o trabalho humano pelo trabalho da máquina: desemprego*. A Organização Internacional do Trabalho, ligada à ONU, estima em 1 bilhão o número de desempregados no início do século XXI, ou 1/3 da mão de obra disponível. Se o Estado deve ser mínimo e não interventor, dá-se a dificuldade de se colocar regras na atividade econômica. *A consequência é a informalização do mercado de trabalho e a decadência das leis trabalhistas* – que definem férias, licenças médicas, salário-mínimo, tempo para aposentadoria, descanso semanal remunerado, licença maternidade etc. As dificuldades no mercado de trabalho não são apenas nos países pobres. Muitas grandes empresas, beneficiadas pelas quedas de barreiras alfandegárias, transferiram suas unidades para países pobres, para poderem pagar baixos salários e exportar a

preços baixos para os países ricos. A consequência foi a decadência de algumas áreas industriais tradicionais na Europa e EUA. Para o movimento dos trabalhadores organizados, a globalização também foi perversa. A diminuição dos postos de trabalho afastou muitos trabalhadores das atividades sindicais e fragilizou os sindicatos e seu poder de barganha e mobilização. Manter o emprego, para inúmeros trabalhadores é mais importante que manter direitos ou lutar por melhores condições de trabalho. Foram numerosos os casos de trabalhadores e de categorias inteiras que aceitaram diminuir seus salários ou abrir mão de outros direitos em troca da garantia do emprego. A consequência geral do processo de globalização capitalista ou mercadológica foi aumentar a concentração de riqueza nas mãos de poucos indivíduos, com o empobrecimento de muitos tanto em nações ricas quanto nas pobres. Pior, aumentou o fosso existente entre as nações ricas e pobres.

No caso dos EUA, a maior parte da população em bolsões de pobreza e marginalidade é constituída por negros e imigrantes latino-americanos, justamente os grupos mais vitimados pelo preconceito e afastados das oportunidades da economia de mercado. Indivíduos desses dois grupos recebem os menores salários e são mais vítimas de doenças, criminalidade, baixo índice educacional, desemprego e indigência. Conflitos gerados por protestos desses grupos e as autoridades norte americanas são frequentes. Também não é por acaso que os EUA ostentam a maior população carcerária do mundo.

Já nos países pobres, a precarização das condições de vida faz das *crianças* as maiores vítimas. São constantes na imprensa as manchetes sobre violência doméstica, drogas, tráfico de seres humanos, crimes de guerra, prostituição e etc. envolvendo crianças. O que dizer das redes internacionais de pedofilia?

Como já foi dito acima, o capitalismo teve uma grande expansão a partir da introdução do receituário neoliberal. Então como consegue produzir tanta miséria junto com tanta riqueza? A resposta é que na sociedade neoliberal, não vale a pessoa, mas a posse. O valor de alguém não é determinado pela sua existência, ou pelo simples fato de ser um humano ou uma humana. O valor é determinado única e exclusivamente por sua capacidade de consumo, por sua riqueza acumulada. Portanto é a capacidade de consumo que dá visibilidade ao indivíduo. Vivemos em uma sociedade que glamuriza o consumo e desta forma os indivíduos mais ricos. Basta ligarmos a TV para podemos ver o que isso significa: a programação é tomada pelo desfile dos ricos, os novos modelos de vida que 'devemos' perseguir. A alternativa é a invisibilidade social.

Temos, portanto que o socialismo real acabou no leste europeu por não ter conseguido vencer a batalha econômica com o capitalismo, não ter conseguido superar os próprios entraves burocráticos e ter suprimido as liberdades individuais a ponto de levar ao extremo o descontentamento dos seus cidadãos. Mas o capitalismo que acredita reinar triunfante também fracassa na tarefa de melhorar substancialmente a vida da maioria das pessoas, de distribuir justiça, de eliminar a miséria e de reconhecer o ser humano como supremo valor no mundo.

EPÍLOGO: OS LIMITES DA PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO E A CRISE NOS EUA.

Os últimos anos talvez tenham marcado o fim da hegemonia neoliberal no mundo. Na América Latina, os presidentes da Argentina (Néstor Kirchner, depois sucedido pela esposa, Cristina), da Venezuela (Hugo Chávez); da Bolívia (Evo Morales); do Equador (Rafael Correa) e do Paraguai (Nicanor Duarte) assumiram um discurso que vai do não cumprimento de contratos com organismos internacionais, ao de reestatização ou manutenção de empresas estatais que administram as riquezas nacionais. A Argentina conseguiu renegociar sua dívida externa e deixou de pagar 75% de seu valor total – e não causou fuga em massa de investidores estrangeiros. A Bolívia rompeu contratos com a Petrobrás e outras empresas europeias de petróleo, para poder ter mais lucro com a exploração do gás natural, a grande riqueza de seu país. O Paraguai estuda romper o contrato da construção da usina de Itaipu, pelo qual é obrigado a vender a preço de custo para o Brasil sua cota de energia elétrica produzida. O Equador estuda medidas de renegociação da dívida externa, ou seja, a quebra dos atuais contratos além de falar da exploração da Amazônia de forma nacionalista e ecologicamente sustentada.

No Brasil o presidente Lula não teve forças -- na conjuntura reacionária nacional que persiste e é das mais fortes do mundo -- para reestatizar empresas privatizadas. É o caso da Vale do Rio Doce, uma das empresas mais lucrativas no setor de mineração do mundo que foi vendida pelo governo Fernando Henrique pelo absurdo valor baixo de US$ 2 bilhões (depois valeria dezenas de vezes mais), pagos pela direção da empresa com os lucros obtidos em apenas um semestre de atividades.

O presidente Lula também não reviu o montante a ser pago de dívida externa, respeitando os contratos assinados. Mesmo assim, conseguiu quebrar os preceitos neoliberais com a retomada de políticas de amparo social dadas pelo Estado. Como exemplo temos o Bolsa Família, pagamento de auxílio para famílias carentes que significou a saída de milhões de brasileiros da linha da miséria e da fome. Mais que isso, os recursos foram empregados, na esmagadora maioria dos casos, para a compra de alimentos e vestuário, fato que aqueceu o mercado interno brasileiro dando ânimo à economia em diversas regiões estagnadas. Fato que se pode caracterizar como intervenção do Estado na economia. Além de voltar o investimento do banco estatal BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para pequenos e microempresários, coisa impensável no governo anterior.

Mas o maior exemplo de quebra do paradigma neoliberal -- ou confissão de derrota -- está vindo dos EUA mesmo. Para podermos falar da crise dos EUA, vamos

abordar primeiro o avanço e o limite das políticas de privatização e desmonte do Estado de Bem Estar Social.

Durante os dois mandatos do presidente Reagan, entre 81 e 88, o neoliberalismo foi colocado na agenda de forma contundente. Impostos foram cortados dos mais ricos, ações do Estado que beneficiavam a população mais pobre foram extintas. Se os pobres querem benefício, que trabalhem mais e ajudem a si mesmos. Era essa a ideia dominante. Ideia imposta aos países do mundo inteiro que dependiam de alguma forma de empréstimos ou da proteção dos EUA. Tal política foi mantida no governo de G. Bush pai, entre 1999 e 1992. Bill Clinton foi o primeiro presidente do Partido Democrata desde Carter - que foi derrotado por Reagan em 1980 e não conseguiu se reeleger. Governou entre os anos 1993 e 2000, e não reverteu o quadro que encontrou, embora tenha desacelerado algumas políticas de privatização e tenha ampliado algumas ações do Estado para auxílio da classe baixa como o salário desemprego, por exemplo. Conseguiu grande apoio popular devido ao crescimento recorde da economia norte americana, conseguido em grande parte graças aos lucros obtidos com a abertura de mercados, fruto da imposição de políticas neoliberais ao redor do mundo. Em 2001 o partido Republicano voltou ao poder com G. Bush filho, reeleito em 2004. O novo Bush tratou de tirar da gaveta os projetos de privatização paralisados ou desacelerados na era Clinton. O mais surpreendente deles, que já havia sido iniciado por Clinton, foi a privatização das Forças Armadas dos EUA! No dia 10 de setembro de 2001 o secretário da Defesa do governo Bush, Donald Rumsfeld, fez dentro do Pentágono um discurso, cercado de empresários do setor de armas, tecnologia e alimentos, afirmando que o maior inimigo dos EUA era a burocracia do Pentágono, que ainda se comportava dentro dos parâmetros do Estado intervencionista e antiliberal da década de 60. A solução para essa burocracia ultrapassada, lenta e cara seria a privatização de boa parte das suas funções. No dia seguinte se deu o ataque -- ou antes contra-ataque -- de 11 de setembro.

Ao invés de responsabilizar a inépcia da administração Bush, o responsabilizado fui justamente o Estado ineficiente que ele herdou. As Guerras do Afeganistão e do Iraque foram a oportunidade esperada para a privatização de amplos setores do Exército dos EUA, desde a alimentação, passando para o treinamento de tropas até efetivos de combate e segurança. Hoje, não é o Exército dos EUA que faz a segurança dos funcionários e embaixadores no Iraque, mas empresas privadas. Ainda no governo Clinton, militares bem treinados pelas forças dos EUA perceberam que havia um grande buraco na formação pelo fato dos campos de treinamento serem todos da Segunda Guerra Mundial e não responderem mais à totalidade das situações reais de combate em que as tropas se viam envolvidas. A ideia estava plantada. Faltava somente o capital. O capital viria de um jovem oficial das Forças Armadas dos EUA, Erik Prince, que também era um dos maiores herdeiros da década de 90, com um montante de US$ 500 mi para investir. Estava criada a Blackwater, que se tornaria a maior empresa de mercenários no Iraque. O início foi com o treinamento. A Blackwater criou campos de treinamento mais realistas, inexistentes em boa parte das Forças Armadas dos EUA. Pouco tempo depois, embalada pelo pânico causado pelo atentado a uma escola em Columbine, foi a primeira empresa a oferecer treinamento para policiais e tropas especiais dentro de um cenário/escola em tamanho real. Praticamente toda polícia dos EUA assinou contratos com a empresa. A Guerra no Iraque traria também a oportunidade para que a empresa abrisse um novo ramo: do treinamento para a segurança partiu para ação de combate. Com o número de voluntários no Iraque chegando ao limite das Forças Armadas e o governo Bush com medo das consequências políticas de um alistamento obrigatório, estava aberto o espaço para que mercenários entrassem em ação.

No final de 2007, o número de mercenários trabalhando com segurança de instalações -- como embaixadas e aeroportos --, de comboios de alimentos para as tropas e de empresas privadas no Iraque era de cerca de 100 mil. Número maior que as tropas britânicas da coalizão liderada pelo governo Bush. Enquanto um sargento das Forças Armadas dos EUA custa ao cidadão norte-americano cerca de US$ 70 mil por ano, um mercenário com a mesma função da Blackwater custa US$ 400 mil. Isso está levando muita gente das Forças Armadas a pedirem baixa para poderem ser contratados como mercenários. A revista estadunidense Vanity Fair divulgou que o governo norte-americano paga a mercenários e fornecedores de armas, alimentos, medicamentos e uniformes, todo o montante de impostos de todos os seus cidadãos com renda inferior a US$ 100 mil dólares. O que coloca a dúvida: esses homens são fiéis a quem? Desde a Antiguidade se sabe que mercenários não são fiéis a povos ou pátrias, mas ao dinheiro.

Apenas o dinheiro não seria o suficiente. Para garantir que pessoal treinado se dispusesse a servir em uma guerra com alto risco de periculosidade, a autoridade norte americana no Iraque, Paul Bremer, baixou uma norma que foi imposta ao governo fantoche do Iraque. Tal norma garantia isenção de responsabilidade aos mercenários. Eles não responderiam por crimes que viessem a cometer. Enquanto o soldado do Exército responde por seus atos nas cortes marciais, os mercenários, não. Temos uma tropa privatizada e uma guerra privatizada. Todas as estatísticas de mortos civis, dignas de crédito ou não, são dadas por confrontos das Forças Armadas dos EUA e da coalizão que a apóia – britânicos, por exemplo. Não existem estatísticas confiáveis sobre os mortos civis causados pela ação de mercenários. Os iraquianos denunciam constantemente mercenários de atirar primeiro e perguntar depois. As denúncias de abusos se tornaram tão frequentes que até mesmo o governo fantoche do Iraque se viu obrigado a exigir a saída da Blackwater do país. Exigência que foi negada pelo governo dos EUA: todos os seus altos funcionários são protegidos por ela. Mais interessante ainda, os empresários da Blackwater estão entre os maiores

doadores de recursos para o partido Republicano. Temos aqui o exemplo limite da privatização do Estado a que chegamos. Segue todos os rumos das privatizações que vimos no Brasil, por exemplo. Amplos recursos do Estado aplicados, pouca transparência no processo de privatização, funcionários capacitados pelo Estado colocados a serviço de empresas particulares e por fim o mais perverso: uma população a descoberto e sem ter a quem recorrer. Qualquer semelhança com a privatização que gerou nossa crise energética não é mera coincidência.

Enquanto Bush fazia sua guerra por petróleo, a economia norte-americana, a muito colocada nas mãos da competência privada, gerou a maior crise no capitalismo mundial nos últimos 50 anos. Para o liberalismo clássico, um dos maiores erros do Estado é a intervenção no interesse do indivíduo, e portanto a intervenção na economia. A economia funcionaria por leis próprias que são naturais e universais e qualquer tentativa de intervenção não passaria de um abuso de poder não racional. Os neoliberais, como vimos, compraram a ideia. Desta forma, toda a legislação criada no pós-guerra, os anos dourados do capitalismo, para regulamentar a atividade econômica foram sendo retiradas nos EUA a partir de Regan. Para termos uma pequena ideia, antes da era Regan, a diferença média de rendimentos entre um empresário e seus empregados era de 40 vezes. Na década de noventa, essa diferença chegou a mil vezes. Retirados direitos do trabalhador, tivemos a explosão dos lucros do capitalista.

A atual crise é uma crise estrutural do sistema, que não se sustenta sequer em sua própria lógica: de crescimento infinito destrutivo; e do binômio capitalista automação-desemprego. O fator disparador que agrava rapidamente a crise estrutural foi uma crise bancária.

Como em toda a atividade econômica, a atividade bancária foi desregulamentada. Não é bom que o Estado intervenha na atividade privada dos bancos. Durante a década de 90 e início do século XXI, imensos montantes de capital foram emprestados pelos bancos, animados pelo crescimento econômico, para a compra de casas próprias nos EUA. Os fartos empréstimos, sobre os quais incidiam juros, eram dados como lucro certo pelos empresários do setor bancário. Pior, a quantidade de capital a receber era colocada como lucro certo também para os pequenos e médios acionistas que apostaram no setor bancário nas bolsas de valores. Para os banqueiros a lógica de curto prazo era irresistível: quanto mais empresto hoje, mais vou lucrar amanhã com os pagamentos e mais lucro agora atraindo investidores nas bolsas. Para infelicidade geral da nação, o segundo mandato Bush foi marcado pela crise econômica. A concorrência externa levou ao fechamento ou falência de empresas nos EUA, com o aumento do desemprego. O governo não se mexeu por acreditar que a economia se resolveria sozinha. Do desemprego para o calote aos bancos foi um passo muito pequeno transformando a crise econômica em uma crise bancária sem precedentes nas últimas décadas. Bancos grandes faliram ou ficaram à beira da falência. O City Bank, que afirmava em sua publicidade que nunca dormia, precisou cortar 10% do seu pessoal no mundo todo. Ruim para quem saiu. Quem ficou tinha que sorrir por saber que não perdeu o emprego, mas também sabendo que teria que trabalhar pelos que saíram. A crise bancária gerou uma crise econômica ainda mais aguda, por deixar as indústrias sem capital para investimento. Empresas crescem, em parte, a partir de empréstimos bancários. Temos então que as regras do próprio capitalismo levaram a maior economia do mundo capitalista à beira do abismo. E um bilhão de seres humanos foram lançados à fome (segundo a ONU).

Quem foi chamado para salvar o mundo em perigo? Ora... a AÇÃO INTERVENTORA DO ESTADO. Quem está salvou **a economia norte-americana** da catástrofe e junto com ela a economia mundial foram os empréstimos do Banco Central norte-americano, o FED, órgão do governo federal. O FED fez empréstimos bilionários para que bancos não fossem à falência e levassem junto a economia norte-americana e mundial. De novo vimos fenômeno que já aconteceu no Brasil: na hora dos lucros, o lucro é do capitalista, que é o "competente". Na hora do prejuízo, entra o dinheiro federal, ou seja o dinheiro de todo contribuinte (o povo); mesmo daqueles que ficaram sem serviços do Estado para que os capitalistas pudessem pagar menos impostos!

Por esse tempo, boa parcela do Partido Democrata (o menos conservador do sistema praticamente "bipartidário" dos EUA) defendeu a necessidade de regras sobre a atividade econômica de seu país, que é excessivamente "liberal" (ou mais precisamente, "libertina"), para que assim fossem evitadas novas crises como aquela. Ou seja, os "democratas" disseram o óbvio, a saber: que a economia, atividade humana tão fundamental à sociedade, não pode ser sujeita às decisões, interesses e ambições de apenas algumas dezenas ou centenas de capitalistas que dominam em grande parte o mercado mundial. Ou de outro modo: que o Estado tem de ter um papel central na atividade e regulação econômica, para garantir o bem comum.

*Nota: quem se interesse por este tema, vale a pena se remeter aos debates sobre a "crise estrutural" do capitalismo, para compreender os modo pelos quais o capitalismo, devido a suas próprias práticas, sofre de crises não apenas cíclicas, mas "estruturais", e que tendem a se aprofundar.

EXERCÍCIOS

1. (UNIFESP adaptado) – O capitalismo no século XX passou por duas situações – uma na década de 30 e outra na década de 90 – opostas entre si e que se expressão pelas contrastantes políticas econômicas adotadas visando assegurá-lo. Utilizando seus conhecimentos sobre as duas formas de capitalismo, assinale a resposta INCORRETA.

2.

a) Na década de 30 havia a ideia de que o capitalismo não tinha salvação fora do Estado.
b) Na década de 90 triunfou a ideia de que o capitalismo não vive sem a liberdade de mercado.
c) Na década de 30, com a atuação do Estado, foi criada uma ampla rede de proteção social para os trabalhadores.
d) Na década de 90 triunfou o individualismo consumista.
e) O neoliberalismo é o grande defensor das liberdades individuais, principalmente da democracia que é a condição única para o capitalismo.

2. (MACKENZIE – adaptado) – Desregulamentação do mercado nacional – ampla política de privatização de empresas estatais – manutenção de altas taxas de juros para atrair capital estrangeiro – corte de gastos governamentais para programas sociais – flexibilização da legislação trabalhista.
As políticas acima foram adotadas por praticamente todos os países da América Latina na década de 90. Podemos considerá-las como sendo:
a) liberal-socialistas.
b) liberal-desenvolvimentistas.
c) neoliberal – desenvolvimentistas.
d) neoliberais.
e) social democráticas.

3. (PUC – adaptado) O mundo globalizado, segundo alguns é uma grande oportunidade de democratização e circulação de conhecimentos. Para outros, a globalização tem muito mais a ver com a padronização de comportamentos e a perda de identidade. São exemplos das duas posições:
a) A internet que possibilita a circulação mundial de informações e a invasão do Iraque pelos EUA.
b) A democracia na China e a destruição de comunidades locais pelas crises econômicas.
c) A universalização da liberdade de imprensa e a derrubada do Taleban.
d) A democratização da América Latina e os testes nucleares da Coreia do Norte.
d) A ação mediadora eficaz da ONU em conflitos e o surgimento de novas nações na Europa Oriental.
e) A vitória de Bush nos EUA e a derrota do Partido Socialista na França.

4. (FUVEST) O mundo tem vivido inúmeros conflitos regionais de repercussão global, que por um lado envolvem intervenções de tropas de diferentes países, e por outro lado, resultam em discussões na Organização das Nações Unidas. Considere as seguintes afirmações:
I. Povos primitivos precisam ser tutelados pela diplomacia internacional ou reprimidos por forças de nações desenvolvidas, para que conflitos regionais não perturbem o equilíbrio mundial.
II. Razões estratégicas de orientação política, de localização geográfica ou de concentração de recursos naturais, fazem com que certas regiões ou países sejam alvo de interesses, preocupações e intervenções internacionais.
III. Diferenças étnicas, culturais, políticas ou religiosas, com raízes históricas, tem resultado em preconceito, desrespeito e segregação, gerando tensões que repercutem em conflitos existentes entre diferentes nações.

O envolvimento global em conflitos regionais é corretamente explicado em:
a) I apenas
b) II apenas
c) I e III apenas
d) II e III apenas
e) Todas estão corretas.

5. (Fuvest-SP) Nunca na história contemporânea mundial, como nesta virada de século e de milênio, a propriedade privada dos meios de produção em geral e da terra em particular foi tão forte e os ideais coletivos tão enfraquecidos. Essa situação pode ser atribuída:
a) à vigência cada vez mais ampla dos direitos humanos e do multiculturalismo étnico.
b) às exigências da divisão internacional do trabalho e ao avanço da democracia social.
c) à imposição da política econômica keynesiana e à adoção da terceira via ou política do possível.
d) à vitória do capitalismo na Guerra Fria sobre o chamado socialismo real e à crise das utopias.
e) à força cada vez maior das religiões e das Igrejas, favoráveis, por princípio, ao individualismo.

6. (Fameca-SP adaptado) Para esta questão, apresentam-se duas proposições, I e II, referentes ao quadro histórico internacional atual.
I. Assiste-se hoje ao desenvolvimento do neoliberalismo, que consiste na revalorização dos princípios teóricos do capitalismo, negando o estatismo e a planificação econômica.
II. O nacionalismo dos anos 90 tem, por característica marcante, o cunho separatista, diferente dos anteriores, que eram unificadores e emancipatórios.
Analise-as e assinale:
a) se a proposição I é verdadeira, mas a proposição II é falsa.
b) se as proposições I e II são falsas.
c) se a proposição I é falsa, mas a proposição II é verdadeira.
d) se as proposições I e II são verdadeiras, mas sem relacionamento causal.
e) se as proposições I e II são verdadeiras e apresentam uma identidade causal.

7. (Mack-SP) *(...) poucos se dão conta do "novo" autoritarismo porque são preservados os marcos da democracia formal: o povo - o grande desenganado - ainda vota, e os meios de comunicação constroem o discurso único, dogmático, monopólio da informação abundante, desintegrada e desintegradora, uma visão cada vez mais despolitizada e desistoricizada e desistoricizante, que se sobrepõem ao mundo real. A opinião pública é a opinião dos que controlam os grandes meios de comunicação, verdadeiros partidos, ou partido único, portador do discurso ideológico homogeneizado: ... o fim do Estado, o fim da história, a privatização e a desnacionalização como imperativos, donde o fim do debate e do contraditório.* (Roberto Amaral, Civilização e barbárie.)
O texto aborda alguns dos vários efeitos:
a) da ideologia nazista.
b) da anarquia.
c) do fundamentalismo.
d) do fascismo.
e) da globalização.

8 . (Mack-SP) *(...) baseia-se no pressuposto de que a liberalização do mercado otimiza o crescimento e a riqueza do mundo e leva à melhor distribuição desse incremento. Para os profetas de um mercado livre e global, tudo que importa é a soma da riqueza produzida e o crescimento econômico, sem qualquer referência ao modo como tal riqueza é distribuída.* (Eric J. Hobsbawm, O novo século: entrevista a Antônio Palito.)
O final do século passado prenunciou a instauração de uma relação econômica e geopolítica que é denominada de:
a) Economia de Estado Internacional.
b) Bipolaridade Global.
c) Coexistência Pacífica Mundial.
d) Pax americana.
e) Nova Ordem Mundial.

9. (UnB-DF - adaptado) Sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo, julgue os itens abaixo e identifique o incorretos.
a) A Revolução Industrial significou uma evolução tecnológica, correspondendo à passagem do uso das ferramentas às máquinas, da energia humana à motriz, do sistema doméstico ao fabril.
b) No capitalismo do século XX, não são as necessidades do mercado consumidor que determinam o ritmo da produção, e, sim, a produção que comanda o mercado, criando necessidades de consumo.
c) "Ê o Estado que pode solucionar as contradições dramáticas do capitalismo. Aquilo que chamamos crise não pode ser resolvido a não ser pelo Estado e no Estado." Esta afirmação nega inteiramente a ideologia do Estado planejador nas economias capitalistas.
d) A crise da década de 1970 provocou um rearranjo e um movimento generalizado na direção de um novo modelo de crescimento capitalista. A reorganização da base produtiva apoiou-se na abertura de novos setores de investimentos, ligados à informática, à biotecnologia, à pesquisa aeroespacial e à química fina.

10. (Unicamp-SP) O século XX é tão marcado pela presença dos meios de comunicação de massa que um estudioso norte-americano chegou a afirmar que vivemos em uma aldeia global. Um meio de comunicação exemplar é a televisão, que permite que milhares de pessoas, sozinhas em suas salas, assistam simultaneamente ao que outros estão vendo.
a) O que são os meios de comunicação de massa?
b) O que se entende por aldeia global?

11. (CCG-MG) A adoção de políticas neoliberais e os efeitos da globalização geraram uma crise do Estado do Bem-Estar Social, impondo um grande dilema para os governos: se um país estabelece uma legislação que protege e encarece a mão-de-obra, deixa de ser atrativo para o investidor; se flexibiliza muito as leis trabalhistas e reduz benefícios, prejudica a classe trabalhadora e provoca queda no padrão de vida. Essa situação tem levado vários países do mundo, desenvolvidos e subdesenvolvidos, a discutirem a adoção de uma "terceira via" de desenvolvimento (ou "novo centro" ou "reformismo" ou "nova esquerda" ou ainda "progressismo" como alguns países preferem chamar).
Com base no texto acima, podemos afirmar que essa "terceira via" propõe:
a) Quebrar as grandes barreiras protecionistas do comércio mundial e flexibilizar totalmente as leis trabalhistas.
b) Exercer um maior controle sobre o livre mercado e sobre os salários pagos à classe trabalhadora.
c) Aumentar a carga de impostos das empresas e usar o dinheiro público para obras sociais.
d) Aliar crescimento econômico e políticas sociais, preservando o papel do Estado na compensação das injustiças sociais.

12 (CCG -MG) *"O Oriente é vermelho, como proclamava um hino revolucionário que os chineses foram obrigados a berrar milhões de vezes. Vermelho Coca-Cola, vermelho Mac Donald's, que se instalou na praça da Paz Celestial do lado oposto de Mao, e de lá se alastrou por toda a China."*
"Tudo é bom para ganhar dinheiro. O templo Shaolin, famoso no mundo inteiro por ter criado o Kung-fu, oferece cursos e estágios pagos em dólar e está se preparando para abrir franquias."
"A minha geração, que cresceu depois da Revolução Cultural, só acreditava em Mao. Hoje a gente não acredita mais em nada. O único Deus e líder é o dinheiro", define Wang, 20 anos, estudante de economia. (IstoÉ, 2/6/99.)
Sobre o processo de abertura iniciado há 20 anos na China, por Deng Xiaoping, que mudou a palavra de ordem "fazer revolução" para "aprender a ganhar dinheiro", é incorreto afirmar que:
a) A China vive hoje uma economia socialista de mercado, ou seja, uma combinação do sistema socialista com a manutenção da ditadura do Partido Comunista e o sistema capitalista, com a abertura do mercado à tecnologia e aos investimentos estrangeiros.
b) Para controlar o capitalismo, o governo chinês criou as Zonas Econômicas Especiais, com infra-estrutura montada, isenção de impostos durante dois anos e garantia de remessa controlada de lucros, mas que devem pagar salários mais altos do que os vigentes no restante da China.
c) A China está hoje entre as maiores economias do planeta e seu crescimento é recorde em um mundo em recessão. O mercado mundial é invadido, cada vez mais, por produtos made in China. Só não cresceu mais porque foi atrapalhada pelo gigantismo e a ineficiência do Estado e pela roubalheira da burocracia.
d) A abertura econômica promoveu uma maior conscientização e elevação do nível de consumo e de vida da população, que mora cada vez melhor, descobre a sociedade de consumo e lazer e já enfrenta problemas de desemprego; por isso, apesar da repressão inicial, foi impossível conter as reformas democráticas, levando o país à abertura política atual.

13. (PUC-SP*) "De cada 7.000 crianças nascidas vivas em nosso país, 42 morrem antes dos cinco anos de idade. E 36 antes do primeiro ano de vida. Mesmo índice do Vietnã. A diferença é que lá um habitante tem, estatisticamente, uma renda anual equivalente a 200 dólares. Aqui, a renda é de 3.090 dólares."* (Frei Beto. "Infância proibida" Revista Caros Amigos, ano III, n. 35, fevereiro de 2000)
A renda anual por pessoa é calculada dividindo-se o montante da riqueza nacional pelo número de habitantes do país. Embora a renda anual por pessoa no Brasil seja quinze vezes superior à do Vietnã, as condições de sobrevivência oferecidas às crianças são as mesmas nos dois países. A permanência histórica que explica essa distorção nacional é:
a) o desinteresse das pessoas pelas práticas de higiene e de cuidados com a saúde.
b) a nossa grande extensão territorial, que impede que a assistência médica chegue aos lugares mais distantes dos grandes centros.
c) a vitória norte-americana na Guerra do Vietnã, que propiciou a instalação de infra-estrutura de atendimento às necessidades básicas da população, o que reduziu a mortalidade infantil naquele país.
d) a vocação agrícola, semelhante nos dois países, que concentra a população no campo, dificultando a difusão de normas de saúde e de higiene, responsáveis pela queda nos índices de mortalidade infantil.
e) a extrema concentração de renda, que faz com que, mesmo com uma renda por pessoa muito maior, as camadas pobres no Brasil vivam de forma tão miserável quanto as do Vietnã.

14 (Fatec-SP) Sobre a globalização é correto afirmar que:
a) O fosso que separa os incluídos dos excluídos vem diminuindo: os países ricos continuam ricos, e os pobres cada vez menos pobres.
b) Os países ricos ajudam o Terceiro Mundo de várias formas: valorizam as exportações dos países pobres e desvalorizam as exportações para os países pobres.
c) 90% dos investimentos estrangeiros vão para o Japão, Estados Unidos, Europa e parte da China; todos os demais países, com 70% da população mundial, ficam com menos de 10% dos investimentos; isto significa que estes países estão ficando excluídos dos avanços tecnológicos.
d) Os investimentos que a África recebe vêm eliminando a pobreza crônica dos países subdesenvolvidos, possibitando a estes o equilíbrio das contas de suas dívidas externas.

15. (Univates-RS) A grande discussão atual é a globalização da economia. Ela influi negativamente:
a) Nos países pobres, porque afeta principalmente a sua industrialização, aumentando a população marginalizada.
b) Na mão-de-obra especializada, porque gera maior oferta de emprego e consequentemente o aviltamento dos salários.
c) Nos países periféricos, porque é responsável pelo grande crescimento populacional.
d) Na mão-de-obra não-qualificada, reduzindo as migrações para os países industrializados.
e) Nos países ricos, porque desfavorece o seu crescimento industrial.